Convite - lançamento do livro:

Tentativas de Tomada do Poder
- ORVIL -

Data: **20 de setembro (5ª feira)** | Hora: **16h**

Local: **Sede Central do Clube Militar**
Av. Rio Branco, 251/18° andar - Centro - RJ/RJ

"Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão para que a Nação não fosse levada à anarquia."

General de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque - Ministro do Exército

A presente obra é composta de dois volumes, cujos assuntos são os abaixo discriminados:

SUMÁRIO

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

1º VOLUME

- CAPÍTULO IV

O PCB E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

- CAPÍTULO V 33

OS CRIMES DO PCB

- 2ª PARTE

A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

- CAPÍTULO I

AS DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO COMUNISTA

- CAPÍTULO II

A AÇÃO COMUNISTA

- CAPÍTULO VI

1969

- CAPÍTULO VII

O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada.

Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio entre os anos de 1967 e 1973. Pelo conhecimento que tínhamos, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta.

Para a compreensão dessa luta foram suscitadas muitas perguntas: Como se formaram? Qual a inspiração ideológica? Quais os objetivos das organizações subversivas nela empenhadas? Qual o caráter da revolução que pretendiam fazer? Quais as experiências externas que procuraram apreender? Quais os modelos e métodos revolucionários que tentaram transplantar para nosso País? Como se estruturaram? Como se compunha sua infra-estrutura de apoio, de inteligência, etc.? Em que segmentos sociais e de que forma recrutavam seus quadros e como os formavam no País e no exterior? O que buscavam ao perpetrar assaltos, seqüestros, assassinatos e outras formas cruentas de terrorismo? Que objetivos alcançaram com essas ações?

As indagações, porém, não se esgotavam em torno dessas organizações clandestinas. Envolviam o próprio Estado e o sistema político vigente. O nível que as ações terroristas alcançaram colocava em cheque o monopólio da força armada organizada? Tirava do sistema político a sua característica de universalidade e a qualidade final de sua força? O seu combate exigia o envolvimento das Forças Armadas? Era imprescindível que provocasse a restrição da liberdade e que se suprimisse do público as informações a que tem direito numa sociedade democrática?

É sabido que as ações empreendidas acabaram por envolver as Forças Armadas, e a esse respeito outras questões tinham que ser levantadas porque fazem parte da luta a ser examinada. Estavam as Forças Armadas preparadas e estruturadas para esse combate insólito? Tiveram que promover alterações na sua estrutura, na instrução, nos seus efetivos, na conduta das operações? Que sacrifícios lhes foram impostos? Como atuaram? Venceram a luta? Mas o fizeram em todos os seus aspectos?

Naturalmente sabíamos que, para responder a essa ambiciosa lista de indagações e a outras que surgiriam no decorrer do

trabalho, teríamos que ultrapassar os limites do período de tempo, previamente estipulado, como foco de nossa atenção.

Era de nosso conhecimento, por exemplo, que a primeira das organizações da esquerda revolucionária havia surgido em 1961 e que outras tiveram origem no período que medeia esse ano e 1967. Sabíamos, também, que quase todas as organizações haviam surgido ou se formado em oposição à linha política do PCB, tentando ser, cada uma delas, uma alternativa a ele. Sabíamos, portanto, que para conhecer as causas dessas divergências e compreender as dissidências, cisões e fusões, que caracterizaram o período de que nos ocuparemos prioritariamente, teríamos que recuar no tempo, pelo menos até 1956 — ano em que se realizou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que foi a geratriz das mais sérias discordâncias no Movimento Comunista Internacional. A rigor, esse entendimento teria que nos fazer retroceder até o ano da fundação do Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

Esse retorno no tempo, ainda que feito apenas a pontos essenciais à compreensão da luta armada, que permanecia como nosso objetivo prioritário, permitiria que perpassássemos duas outras tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira, em 1935, pelo caminho da violência, e a segunda, que culminou com a Revolução Democrática de 1964, pela chamada via pacífica, e cujo limite anterior, não muito nítido, pode estar em 1961, 1956 ou mesmo antes.

O recuo ao passado colocou-nos diante de uma outra visão: a do processo mais amplo da subversão que se materializa em nosso País, na seqüência dessas tentativas de tomada do poder pelos comunistas, nas suas diferentes formas. Se a extrapolação do limite anterior do período inicialmente fixado mostrou-se importante, muito mais o seria no seu outro extremo, buscando uma visão além de 1974 — uma visão do hoje. Aí tivemos a percepção nítida daquilo que consubstancia a quarta tentativa da tomada do poder.

Essa tentativa de fato já teve início há alguns anos. Vencida na forma de luta que escolheu — a luta armada —, a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro se lan-

çarem na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder mudando de estratégia.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinqüenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", igualitária e sem classes, uma sociedade também socialista.

Se esses fatores já nos induziam a fazer uma pequena modificação na estrutura inicialmente imaginada para este livro, dois outros nos levaram à decisão definitiva.

O primeiro é que, se boa parte dos possíveis leitores deste livro viveu essas experiências passadas, muitos deles, como nós mesmos, poderão constatar como nossa memória é fraca. No entanto, o que nos preocupava era o fato de a maioria da população brasileira ser formada por jovens de menos de 30 anos. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência, e, ou não eram nascidos ou eram muito jovens quando ocorreu a segunda, que já conheceram deturpada ideologicamente.

O segundo fato é que concluímos que, se a terceira tentativa da tomada do poder — nosso foco de atenção — foi a mais violenta e a mais nítida, nem por isso foi a mais perigosa.

Assim, sem nos desviarmos da luta armada — a terceira tentativa de tomada do poder, cuja história ainda não foi escrita —, faremos numa primeira e segunda partes deste livro uma retrospectiva dos pontos essenciais, respectivamente da primeira e segunda tentativas de tomada do poder. Aliás, o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte. Daí, também, a importância desse conhecimento anterior para a compreensão da luta armada. Finalmente, esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa de tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante.

Se conseguirmos transmitir essa percepção final para nossos leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples mas a mais sig-

nificativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas, filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate.

O Coordenador da equipe de pesquisa e redação.

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

"Vós não os vereis mais, porque os vindouros serão muito mais violentos, odiosos, vingativos". (1)

1. Primeiro ato

O público e as autoridades já estavam reunidos no Parque 13 de Maio, aguardando o início das comemorações que seriam levadas a cabo, a partir das 9 horas daquela manhã do último dia de março. Um grupo de estudantes retardatários, com seu alarido habitual, andava apressado em direção ao Parque. Nisso, essas milhares de pessoas foram surpreendidas com violenta explosão, seguida de espessa nuvem de fumaça que envolveu o prédio dos Correios e Telégrafos de Recife.

Passados os primeiros momentos, quando a fumaça se esvaiu, os relógios registravam 8 horas e 47 minutos. Já podiam ser vistos, na parte externa do prédio, manchas negras, buracos e falhas de onde havia se desprendido o reboco, tal a violência da explosão. A enorme vidraça do sexto andar do edifício havia se estilhaçado com o deslocamento de ar provocado pelo petardo de alto teor.

Estava perpetrado o primeiro atentado terrorista na capital pernambucana.

Ao mesmo tempo, uma segunda explosão atingiu a residência do comandante do IV Exército. Mais tarde, foi encontrada uma terceira bomba, falhada, num vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração ao segundo aniversário da Revolução de 31 de Março. Es-

(1) Expressão do jornalista Eduardo Drummond, ao ler os historiadores que pintaram os horrores praticados pelos líderes da Comuna de Paris.

ta bomba falhada deveria estar sendo vista como um parcial fracasso no planejamento terrorista.

Para corrigi-lo, em 20 de maio de 1966, 50 dias após esse ensaio geral, foram lançados dois coquetéis "molotov" e um petardo de dinamite contra os portões da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

As autoridades, desconcertadas, buscavam os autores dos atos terroristas, sem sucesso. O Governo não dispunha de orgãos estruturados para um eficiente combate ao terrorismo. A Nação, estarrecida, vislumbrava tempos difíceis que estariam por vir.

Em 25 de julho de 1966, nova série de três bombas, com as mesmas características das anteriores, sacode Recife. Uma, na sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), ferindo, com escoriações e queimaduras no rosto e nas mãos, o civil José Leite. Outra, nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), causando, apenas, danos materiais. A terceira bomba, entretanto, acarretando vítimas fatais, passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Na manhã desse dia, o Marechal Costa e Silva, candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de 300 pessoas que lotavam a estação de passageiros do Aeroporto Internacional dos Guararapes. Às 8,30 horas, poucos minutos antes da chegada do Marechal, o serviço de som anunciou que, em virtude de pane no avião, ele estava se deslocando por via terrestre, de João Pessoa até Recife, indo diretamente para o prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse comunicado provocou o início da retirada do público.

O guarda-civil Sebastião Tomaz de Aquino, o "Paraíba", outrora popular jogador de futebol do Santa Cruz, percebeu que uma maleta escura estava abandonada junto à livraria "SODILER", localizada no saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, pegou-a para entregá-la no balcão do Departamento de Aviação Civil (DAC). Ocorreu uma forte explosão. O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público. Passados os momentos de pavor, o ato terrorista mostrou um trágico saldo de 15 vítimas.

Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e

pai de cinco filhos, com um rombo no abdômen, e o Almirante reformado Nelson Passos Fernandes, com o crânio esfacelado, deixando viúva e um filho menor. O guarda-civil "Paraíba" sofreu ferimento lácero-contuso no frontal e no maxilar, no membro inferior esquerdo e na coxa direita, com exposição óssea, e que resultou na amputação de sua perna direita. O então Tenente-Coronel do Exército Sylvio Ferreira da Silva sofreu amputação traumática dos dedos da mão esquerda, fratura exposta no ombro do mesmo lado, lesões graves na coxa e queimaduras de primeiro e segundo graus.

Ficaram, ainda, gravemente feridos os advogados Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antonio Pedro Morais da Cunha, os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro, os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias, a professora Anita Ferreira de Carvalho, a comerciária Idalina Maia, o guarda-civil José Severino Pessoa Barreto, além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Gomes de Barros, de apenas 6 anos de idade.

O acaso, transferindo o local da chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior. O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo de seus executores.

Naquela época, em Recife, apenas uma organização subversiva, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), defendia a luta armada como forma de tomada do poder. Entretanto, os inquéritos abertos nunca conseguiram provas para apontar os autores dos atentados. Dois militantes comunistas, então indiciados, vivem, hoje, no Brasil. Um é professor do Departamento de Engenharia Elétrica de uma Universidade Federal. O outro, ex-candidato a Deputado Estadual, trabalhava, em 1985, como engenheiro da Prefeitura de São Paulo.

2. Segundo ato

No dia 16 de abril de 1970, foi preso, no Rio de Janeiro, Celso Lungaretti, militante do Setor de Inteligência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações comunistas que seguiam a linha militarista cubana.

Em seus primeiros depoimentos, Lungaretti revelou a exis-

tência de uma área de treinamento de guerrilhas, organizada e dirigida pela VPR, localizada num sítio da região de Jacupiranga, próxima a Registro, no Vale da Ribeira, a cerca de 250 quilômetros ao sul da Grande São Paulo.

Dois dias depois, foi presa, também no Rio de Janeiro, Maria do Carmo Brito, militante da VPR, que confirmou a denúncia de Lungaretti.

Imediatamente, tropas do Exército e da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram deslocadas para a área, a fim de apurar a veracidade das declarações dos dois militantes.

Desde janeiro de 1970, a VPR, com a colaboração de outras organizações comunistas, instalara essa área de treinamento sob o comando de Carlos Lamarca — ex-Capitão do Exército —, abrigando duas bases, num total de 18 terroristas vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

As primeiras tropas, ao chegarem à região, em 20 de abril, encontraram apenas 9 terroristas na área, pois 1 já havia saído no início do mês e os outros 8, inclusive um boliviano, retiraram-se na manhã daquele dia, por ordem de Lamarca, em decorrência da prisão de Flozino, um dos proprietários da área. Permaneceram apenas os elementos necessários para desativar as bases.

Na noite do dia 21, um tiroteio marcou o primeiro choque, e, no dia seguinte, foram descobertas uma base e uma área de treinamento, encontrando-se armamento, munição, alimentos, medicamentos, rádios-transmissores, material de acampamento, mapas, fardamentos, bússolas, etc.

Em 26 de abril, foi descoberta nova área de treinamento. Darcy Rodrigues e José Lavecchia haviam permanecido em um Posto de Observação, a fim de acompanhar os movimentos das tropas regulares. Entretanto, a quebra de seu rádio-transmissor os isolou dos demais terroristas, levando-os a tentar a fuga da área cercada. No dia seguinte, ambos foram presos, quando pediam carona na BR-116.

A partir daí, alguns dias passaram sem que houvesse qualquer contato. Uma parte da tropa da Polícia Militar foi retirada, permanecendo, apenas, um pelotão. Como voluntário para comandá-lo, apresentou-se um jovem de 23 anos, o Tenente Alberto Mendes Júnior. Com 5 anos de Policial Militar, o Tenente Mendes

era conhecido, entre seus companheiros, por seu espírito afável e alegre e pelo altruísmo no cumprimento das missões. Idealista, acreditava que era seu dever permanecer na área, ao lado de seus subordinados.

O dia 8 de maio marcou a tentativa de fuga dos 7 terroristas restantes. Alugaram uma "pick-up" e, no final da tarde, ao pararem num posto de gasolina, em Eldorado Paulista, foram abordados por seis policiais militares que lhes exigiram a identificação. Apesar de alegarem a condição de caçadores, não conseguiram ser convincentes. Os policiais desconfiaram e, ao tentarem sacar suas armas, foram alvejados por tiros que partiram dos terroristas que se encontravam na carroceria do veículo. Após o tiroteio, sem mortes, a "pick-up" rumou para Sete Barras.

Ciente do ocorrido, o Tenente Mendes organizou uma patrulha, que, em duas viaturas, dirigiu-se de Sete Barras para Eldorado. Cerca das 21 horas, houve o encontro com os terroristas. Intenso tiroteio foi travado. O Tenente Mendes, em dado momento, verificou que diversos de seus comandados estavam feridos à bala, necessitando urgentes socorros médicos.

Um dos terroristas, com um golpe astucioso, aproveitando-se daquele momento psicológico, gritou-lhes para que se entregassem. Julgando-se envolvido, o Oficial aceitou render-se, desde que seus homens pudessem receber o socorro necessário. Tendo os demais componentes da patrulha permanecido como reféns, o Tenente levou os feridos para Sete Barras sob a intimação de suspender os bloqueios existentes na estrada.

De madrugada, a pé e sozinho, o Tenente Mendes buscou contato com os terroristas, preocupado que estava com o restante de seus homens. Interrogado por Lamarca, afirmou que não havia nenhum bloqueio na direção de Sete Barras. Todos, então, seguiram para lá. Próximo a essa localidade, foram surpreendidos por um tiroteio. Dois terroristas, Edmauro Gopfert e José Araújo de Nóbrega, desgarraram-se do grupo (foram presos poucos dias depois) e os 5 terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando o Tenente da Polícia Militar. Depois de andarem um dia e meio, no início da tarde do dia 10 de maio de 1970, pararam para um descanso. O Tenente Mendes foi acusado de tê-los traído, e responsabilizado pelo "desaparecimento" dos seus companheiros. Por isso, teria que ser executado. Nesse momento, Carlos

Lamarca, Yoshitane Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se, ficando Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima tomando conta do prisioneiro.

Poucos minutos depois, os três terroristas retornaram, e, surpreendendo por trás o Oficial, Yoshitane Fugimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e contorcia-se em dores. Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensanguentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Alguns meses mais tarde, em 8 de setembro de 1970, Ariston Oliveira Lucena, que havia sido preso, apontou o local onde o Tenente Mendes estava enterrado. As fotografias tiradas de seu crânio atestam o horrendo crime cometido.

Ainda em setembro do mesmo ano, a VPR emitiu um comunicado "Ao Povo Brasileiro", onde tenta justificar o assassinato do Tenente Mendes, no qual aparece o seguinte trecho:

"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado a morrer a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado".

Dos 5 assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que:

- o ex-Capitão Carlos Lamarca morreu na tarde de 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com as forças de segurança;
- Yoshitane Fugimore morreu em 5 de dezembro de 1970, em São Paulo, durante tiroteio com as forças de segurança;
- Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Oliveira Lucena foram anistiados em 1979 e vivem livremente no Brasil; e
- Gilberto Faria Lima fugiu para o exterior e desconhece-se o seu paradeiro atual.

3. Terceiro ato

A manhã de 23 de março de 1971 encontrou o jovem advogado de 26 anos, Sérgio Moura Barbosa, escrevendo uma carta, em seu

quarto de pensão no bairro de Indianópolis, na capital de São Paulo. Os bigodes bem aparados e as longas suíças contrastavam com o aspecto conturbado de seu rosto, que não conseguia esconder a crise pela qual estava passando.

Três frases foram colocadas em destaque na primeira folha da carta: "A Revolução não tem prazo e nem pressa"; "Não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários" e "Não devemos ter medo de errar. É preferível errar fazendo do que nada fazer". Em torno de cada frase, todas de Carlos Marighela, o jovem tecia ilações próprias, tiradas de sua experiência revolucionária como ativo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ao mesmo tempo, lembrava-se das profundas transformações que ocorreram em sua vida e em seu pensamento, desde 1967, quando era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estudante de Sociologia Política da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Pensava casar-se com Maria Inês e já estava iniciando a montagem de um apartamento na Rua da Consolação.

Naquela época, as concepções militaristas exportadas por Fidel Castro e Che Guevara empolgavam os jovens, e Marighela surgia como o líder comunista que os levaria à tomada do poder através da luta armada.

Impetuoso, desprendido e idealista, largou o PCB e integrou-se ao agrupamento de Marighela, que, no início de 1968, daria origem à ALN. Naquela manhã, a carta servia como repositório de suas dúvidas: *"Faço esses comentários a propósito da situação em que nos encontramos: completa defensiva e absoluta falta de imaginação para sairmos dela. O desafio que se nos apresenta no atual momento é dos mais sérios, na medida em que está em jogo a própria confiança no método de luta que adotamos. O impasse em que nos encontramos ameaça comprometer o movimento revolucionário brasileiro, levando-o, no mínimo, à estagnação e, no máximo, à extinção".*

Esse tom pessimista estava muito longe das esperanças que depositara nos métodos revolucionários cubanos. Lembrava-se de sua prisão, em fins de julho de 1968, quando fora denunciado por estar pretendendo realizar um curso de guerrilha em Cuba. Conseguindo esconder suas ligações com a ALN, em poucos dias foi liberado. Lembrava-se, também, da sua primeira tentativa para ir a Havana, através de Roma, quando foi detido, em 16 de

agosto de 1968, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Conduzido à Polícia do Exército, foi liberado três dias depois. Finalmente, conseguindo o seu intento, permaneceu quase dois anos em Cuba, usando o codinome (2) de "Carlos". Aprendeu a lidar com armamentos e explosivos, a executar sabotagens, a realizar assaltos e familiarizou-se com as técnicas de guerrilhas urbana e rural. Em junho de 1970, voltou ao Brasil, retomando suas ligações com a ALN.

Em face de sua inteligência aguda e dos conhecimentos que trazia de Cuba, rapidamente ascendeu na hierarquia da ALN, passando a trabalhar a nível de sua Coordenação Nacional. Foi quando, em 23 de outubro de 1970, um segundo golpe atingiu duramente a ALN, com a morte de seu líder Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho" ou "Toledo", quase um ano após a morte de Marighela (em novembro de 1969). Lembrava-se que, durante 4 meses, ficou sem ligações com a organização. Premido pela insegurança, não compareceu a vários pontos, sendo destituído da Coordenação Nacional. Não estava concordando com a direção empreendida à ALN e escreveu, na carta, que havia entrado "*em entendimento com outros companheiros igualmente em desacordo com a condução dada ao nosso movimento*".

No início de fevereiro de 1971, foi chamado para uma discussão com a Coordenação Nacional e, na carta, assim descreveu a reunião: "*Ao tomarem conhecimento de meu contato paralelo, os companheiros do Comando chamaram-me para uma discussão, a qual transcorreu num clima pouco amistoso, inclusive com o emprego, pelas duas partes, de palavras inconvenientes para uma discussão política. Confesso que fiquei surpreso com a reação dos companheiros por não denotarem qualquer senso de autocrítica e somente entenderem a minha conduta como um simples ato de indisciplina*". Não sabia, o jovem, que a ALN suspeitava de que houvesse traído o "Velho".

Com o crescimento de suas indecisões, não aceitou, de pronto, a função que lhe foi oferecida de ser o coordenador da ALN na Guanabara. Ao aceitá-la, após um período de reflexão, a proposta já fora cancelada. Foi, então, integrado a um "Grupo de Fogo" da ALN em São Paulo, no qual participara de diversos assaltos, até aquela manhã. Seu descontentamento, entretanto, era

(2) Codinome: nome falso usado pelos comunistas em suas atividades revolucionárias.

visível: "*Fui integrado nesse grupo, esperando que, finalmente, pudesse trabalhar dentro de uma certa faixa de autonomia e aplicar meus conhecimentos e técnicas em prol do movimento. Aí permaneci por quase dois meses, e qual não foi a minha decepção ao verificar que também aí estava anulado... Tive a sensação de castração política*". Não sabia, o jovem, que a ALN estava considerando o seu trabalho, no"Grupo de Fogo", como desgastante e "ainda somado à vacilação diante do inimigo".

No final da carta, Sérgio, mantendo a ilusão revolucionária, teceu comentários acerca de sua saída da ALN:

"*Assim, já não há nenhuma possibilidade de continuar tolerando os erros e omissões políticas de uma direção que já teve a oportunidade de se corrigir e não o fez.*

Em sã consciência, jamais poderei ser acusado de arrivista, oportunista ou derrotista.

Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções.

Continuarei trabalhando pela Revolução, pois ela é o meu único compromisso.

Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isto conversaremos pessoalmente".

Ao final, assinava "Vicente", o codinome que havia passado a usar depois de seu regresso de Cuba.

Terminada a redação, pegou o seu revólver calibre 38 e uma lata cheia de balas com um pavio à guisa de bomba caseira e saiu para "cobrir um ponto" (3) com um militante da ALN. Não sabia que seria traído. Não sabia, inclusive, que o descontentamento da ALN era tanto que ele já havia sido submetido, e condenado, a um "Tribunal Revolucionário".

No final da tarde, circulava, procedendo às costumeiras evasivas, pelas ruas do Jardim Europa, tradicional bairro paulistano. Na altura do número 405 da Rua Caçapava, aproximou-se um Volkswagen grená, com dois ocupantes, que dispararam mais de 10 tiros de revólver 38 e pistola 9mm. Um Galaxie, com 3 elementos, dava cobertura à ação. Apesar da reação do jovem, que chegou a descarregar sua arma, foi atingido por 8 disparos. Morto

(3) "Cobrir um ponto": comparecer a um ponto de encontro (entre militantes de uma organização comunista).

na calçada, seus olhos abertos pareciam traduzir a surpresa de ter reconhecido seus assassinos. Da ação faziam parte seus companheiros da direção nacional da organização subversiva Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz("Clemente"), este último o autor dos disparos fatais. (4)

Ao lado do corpo, foram jogados panfletos, nos quais a ALN assumia a autoria do "justiçamento" (5). São sugestivos os seguintes trechos desse "Comunicado":

"A Ação Libertadora Nacional (ALN) executou, dia 23 de março de 1971, Márcio Leite Toledo.

Esta execução teve o fim de resguardar a organização.

....

Um organização revolucionária, em guerra declarada, não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilações desta espécie, muito menos uma defecção deste grau em suas fileiras.

....

Tolerância e conciliação tiveram funestas conseqüências na revolução brasileira.

Tempera-nos, saber compreender o momento que passa a guerra revolucionária e nossa responsabilidade diante dela é nossa palavra de ordem revolucionária.

Ao assumir responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo.

Depois disto não se permitem recuos.

....

A revolução não admitirá recuos!"

O jovem não era "advogado" e nem se chamava "Sérgio Moura Barbosa", "Carlos" ou "Vicente". Seu nome verdadeiro era Márcio Leite Toledo.

Enterrado dias depois em Bauru, seu irmão mais velho, então Deputado Federal por São Paulo, declarou saber que ele havia sido morto pelos próprios companheiros comunistas.

4. Violência, nunca mais!

São marcos como os descritos — fruto de mentes deturpadas pela ideologia — que balizam o caminho sangrento e estéril

(4) Justiçamento: homicídio qualificado, praticado pelos subversivos e terroristas contra companheiros que tentam evitar uma ação ou que abandonam a organização, ou, ainda, contra os que, direta ou indiretamente, combatem a subversão.

(5) Participaram, ainda, da ação, dando-lhe cobertura: Antonio Sérgio de Matos, Paulo de Tarso Celestino da Silva e José Milton Barbosa.

do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes, que acabam de ser narradas, são tidas como atos heróicos pelos seguidores da ideologia que considera "a violência como o motor da história". Para essas pessoas, todos os meios são válidos e justificáveis pelos fins políticos que almejam alcançar. Acolitados por seus iguais, seus nomes, hoje, designam ruas, praças e até escolas no Rio de Janeiro e em outros locais do País.

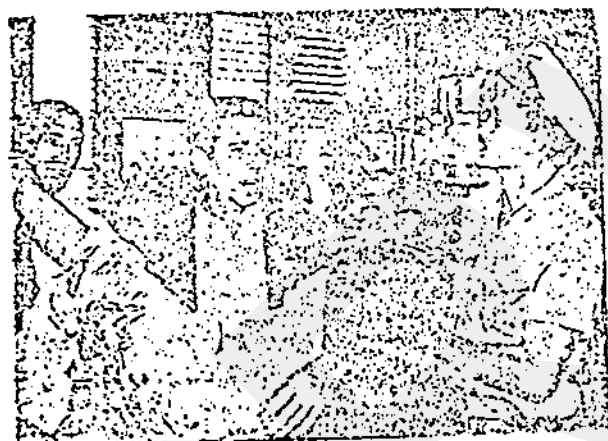
Os inquéritos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas — onde se incluem mulheres e até crianças e, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico —, por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única.

A razão, porém, é muito simples. Essa Igreja está sabidamente infiltrada, assim como o Movimento de Direitos Humanos dominado, por agentes dessa mesma ideologia, como ficará documentado ao longo deste livro.

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos a mão armada, atentados e seqüestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem a ocorrer no Brasil, nunca mais!

- AEROPORTO DE GUARARAPES -

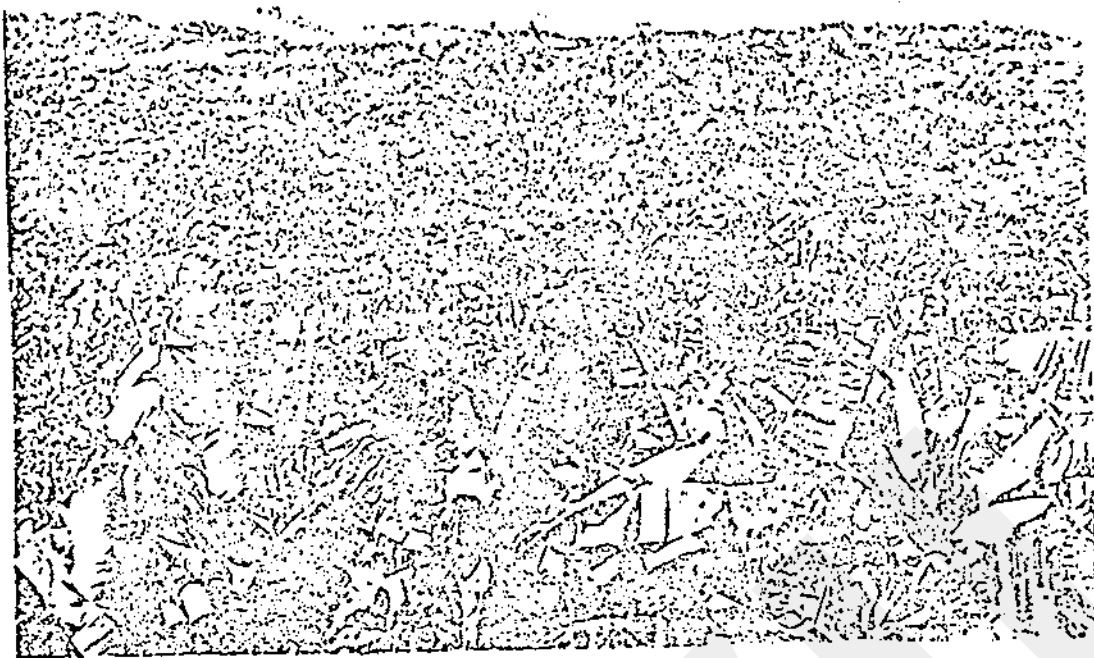
DESTRUIÇÃO E MORTE NO SAGUÃO

O JORNALISTA RÉGIS DE CARVALHO NÃO RESISTIRIA AOS FERIMENTOS

SOLIDARIEDADE COM OS FERIDOS

O TENENTE-CORONEL SYLVIO FERREIRA DA SILVA AGUARDANDO SOCORRO

O CORPO DO ALMIRANTE WILSON GOMES FERNANDES SENDO RETIRADO DO LOCAL

O GUARDA CIVIL SEBASTIÃO TOMAZ DE AQUINO EM ESTADO DE CHOQUE E MUTILADO

- O CRIME DE SETE BARRAS -

SETE BARRAS, REGISTRO/SP: CENÁRIO DO ASSASSINATO DO TEN PMSP ALBERTO MENDES JÚNIOR.

TEN MENDES JÚNIOR, MORTO A CORONHADAS, AOS 23 ANOS DE IDADE.

NOS RESTOS MORTAIS, A MARCA DA VIOLÊNCIA

"JUSTIÇAMENTO" DE MÁRCIO LEITE TOLEDO -

MÁRCIO SURPREENDIDO PELA VIOLÊNCIA DE SEUS COMPANHEIROS

1ª PARTE

A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

A FONTE DA VIOLÊNCIA

1. Os objetivos da Revolução Comunista

O objetivo final da revolução marxista-leninista é atingir o comunismo — "a última e grande síntese" —, uma sociedade sem Estado e sem classes. Sem classes e, portanto, sem a luta de classes, o comunismo seria a "sociedade perfeita", onde, não havendo contradições, o materialismo histórico não seria aplicado.

Segundo essa ideologia, para a chegada ao objetivo final, terá que ser atingido um estágio anterior, transitório, verdadeiro trampolim para "o salto final". É o estágio do socialismo, da destruição do Estado burguês, sobre cujas ruínas o proletariado erigirá um Estado próprio, caracterizado pela "ditadura do proletariado" sobre as demais classes.

Esta etapa do socialismo marxista-leninista, também chamada de "socialismo científico", não deve ser confundida com outros tipos de socialismo, ditos democráticos e não leninistas.

Mas, ainda antes de chegar ao socialismo ou à ditadura do proletariado, os comunistas defendem a existência de um objetivo intermediário, onde seria implantado um Estado do tipo "progressista", cujo governo seria composto pelo proletariado, pelo campesinato e, ainda, por uma parcela da burguesia — a pequena parcela "nacionalista".

Os trotskistas, apesar de se considerarem marxistas-leninistas, não advogam essa etapa intermediária para a implantação da "ditadura do proletariado". Para eles a revolução, desde seu início, terá caráter socialista.

O esquema, a seguir apresentado, sintetiza os objetivos dos marxistas-leninistas, a partir da democracia — representado por um triângulo em equilíbrio instável (1).

(1) Embora se nos apresente paradoxal, a defesa, pelos comunistas, da democracia, com as liberdades elevadas ao máximo, ela se justifica. Quanto mais débil e sem defesa a democracia, mais fácil sua desestabilização e a deflagração do processo de tomada do poder.

2. Os Caminhos da Revolução

Para atingir seus objetivos estratégicos, a violência tem sido o caminho apontado pelos ideólogos comunistas. Na prática, a história mostra ter sido a violência a tônica de sua revolução. Em nenhum país do mundo os comunistas lograram alcançar o poder por outra via.

Marx, referindo-se à Comuna de Paris, disse que um dos seus erros fundamentais *"foi a magnanimidade desnecessária do proletariado: em vez de exterminar os seus inimigos, dedicou-se a exercer influência moral sobre eles"* (2).

Engels, seu dileto companheiro, complementou:

"A violência joga outro papel na história, tem um papel revolucionário: é, segundo a frase de Marx, a parteira de toda a velha sociedade, é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe formas políticas mortas"(3).

Lenin, em seu famoso livro "O Estado e a Revolução", dizia: *"A liberdade da classe operária não é possível sem uma revolução sangrenta"* (4).

Com tais premissas, baseadas na lei fundamental marxista da transformação e apoiadas nos seus conceitos de moral, compreende-se a fonte da violência (5).

Embora Marx e Engels insistissem na necessidade universal da violência, chegaram a admitir, em casos especiais, a possibilidade de uma mudança social por meios pacíficos. Seria inaceitável que inteligências tão lúcidas não a admitissem. Sun Tzu já nos ensinava há 500 anos A.C., e é princípio de guerra cada vez mais válido, que não se faz uso da força quando se pode conquistar os objetivos almejados, a despeito do inimigo, sem fazê-lo. Ademais, o emprego da força apresenta sempre um risco pela resposta violenta que necessariamente provoca.

Para Lenin, a base de toda a doutrina de Marx e Engels está na necessidade de inculcar sistematicamente nas massas a idéia da revolução violenta. No entanto, na sua obra antes citada, ao expor a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletaria-

(2) Marx, K.: "A guerra civil na França", 1933, página 80.
(3) Engels, F.: "A Dühring", Ed. Sociales, Paris, 1950.
(4) Lenin, V. I.: "O Estado e a Revolução", 1935, página 9.
(5) O processo do emprego da violência para a tomada do poder é chamado, pelos comunistas, de "lu

do na revolução, examina a utilização da violência para a tomada do poder, mas considera, também, a possibilidade da passagem pacífica para o socialismo, bem como trata da necessidade de um estágio intermediário, para a implantação da ditadura do proletariado.

Assim reduzidos às suas formas mais simples, podem ser sintetizados em dois os caminhos utilizados pelos comunistas para a tomada do poder: o uso da violência (ou luta armada) e a "via pacífica".

Ao longo do tempo, os objetivos e a estratégia para conquistá-los acabaram por transformarem-se nos pontos fundamentais de divergência entre os comunistas. Em torno delas, Trotsky, Stalin, Mao Tsetung, Kruschev e Fidel Castro, para citar apenas os principais atores dessa história, desenvolveriam suas próprias concepções da revolução.

Essas concepções diferenciadas darão margem a um vasto espectro de organizações, todas intituladas marxistas-leninistas, com as quais travaremos contato no correr deste livro.

3. O Trabalho de Massa

As formas utilizadas pelos comunistas para alcançar seu objetivo fundamental — a tomada do poder —, possivelmente por ter sido Lenin um estudioso de Clausewitz e ter sua própria filosofia da guerra, assemelham-se muito às da conquista de um objetivo militar na guerra, o que nos oferece uma imagem propícia para a compreensão do problema.

Para a conquista de um objetivo na guerra, há um árduo e persistente trabalho de preparação a realizar. As tropas precisam ser mobilizadas e organizadas; devem aprender táticas e técnicas de combate, durante um período relativamente longo de instrução; precisam ser equipadas e supridas de uma quase interminável série de artigos; necessitam de apoio de fogo, de engenharia, de comunicações, de saúde, etc.. Deixando de lado uma série de outras necessidades, tais como o conhecimento sobre o campo de batalha, as informações sobre o inimigo, etc., devem, sobretudo, estar moralmente preparadas e possuir determinação e vontade de lutar. Eis, então, que se deslocam para o campo da luta. Chegado esse momento — o da batalha — o combate pode ou não se realizar. Se o inimigo está organizado, tem forças su

ficientes e vontade de lutar, haverá, fatalmente, o combate. Se o inimigo, porém, é fraco ou está combalido, mal posicionado ou sem determinação, ele pode entregar-se praticamente sem luta. Na terminologia militar, nesta última situação, diz-se que o inimigo "caiu pela manobra". Sem ser necessário o uso da força, será atingido o mesmo fim: sua submissão à vontade do exército que empreendeu a operação.

Esses são, pois, os dois caminhos para a conquista do objetivo: o da violência — da luta armada — e o da manobra. Este último, em relação ao anterior, pode ser considerado "pacífico". O árduo trabalho prévio é indispensável para se utilizar ambos os caminhos, porque se ele não existir, não haverá, no momento do combate, a necessária desproporção de força e de vontade, suficiente para que a ação contra o inimigo seja bem sucedida ou o obrigue a render-se sem combater.

Para a tomada do poder pelos comunistas, também existe um trabalho prévio, árduo e persistente, denominado por eles de trabalho de massa. O trabalho de massa consiste nas atividades de infiltração e recrutamento, organização, doutrinação e mobilização, desenvolvidas sob técnicas de agitação e propaganda, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas e do regime (6) (7).

O trabalho de massa objetiva: incutir em seus alvos a ideologia comunista como a única solução para todos os problemas; minar a crença nos valores da sociedade ocidental e no regime; enfraquecer as salvaguardas e os instrumentos jurídicos de defesa do Estado; controlar a estrutura administrativa e influir nas decisões governamentais; e, atuando sobre os diversos segmentos sociais, reeducá-los, organizá-los, mobilizá-los e orientá-los para a tomada do poder.

O trabalho de massa é a preparação para o combate. Na hora decisiva da batalha, a sociedade organizada pode reagir e lu-

(6) Agitação (Dicionário da língua russa, de Ojegov) - atuação junto às grandes massas, com o objetivo de inculcar algumas idéias e lemas destinados à sua educação política e a atraí-los para a solução dos deveres políticos e sociais mais importantes.

(7) Em todos os Partidos Comunistas existe uma Seção de Agitação e Propaganda (SAP), que se encarrega dessa atividade. A teoria comunista distingue, porém, uma atividade da outra: a agitação promove uma ou poucas idéias, que apresenta à massa popular; a propaganda, ao contrário, oferece muitas idéias a uma ou poucas pessoas. Ambos são processos condicionantes.

tar — o que é normal —, ou, se desmoralizada e sem determinação, pode, simplesmente, "cair pela manobra", pacificamente.

CAPÍTULO II

O PARTIDO COMUNISTA - SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA (PC-SBIC)

1. A Internacional Comunista

O lançamento do "Manifesto Comunista" de Marx e Engels situa-se no exato momento em que duas correntes vão chocar-se na doutrina e nos fatos: 1848 é, com efeito, o ano das revoluções européias. O brado lançado no Manifesto — "*proletários de todos os países, uni-vos*" — teria conseqüência prática. Em breve seria tentada a união dos operários, acima das fronteiras nacionais, para combater o capitalismo e implantar o socialismo.

O conceito de internacionalismo proletário daí derivado deu origem à formação das Internacionais, verdadeiras multinacionais ideológicas, que, sob o pretexto de dirigir a luta em nome da classe operária, passaram a fomentar a criação de partidos em vários países, que subordinariam seus programas partidários às resoluções de seus Congressos.

Em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que ficou posteriormente conhecida como I Internacional. Reunia diferentes correntes do movimento operário europeu, que se opunha ao capitalismo, destacando-se entre elas a dos marxistas e anarquistas. Não suportando as dissensões de grupos anarquistas que não queriam se submeter à autoridade centralizadora de Marx e ao processo da Comuna de Paris, encerrou suas atividades em 1876.

A II Internacional surgiu em 1889 (1). Depois de depurada dos anarquistas e dos comunistas e de ter passado por alguns períodos de crise e recesso, ressurgiu, em 1951, já com o nome de Internacional Socialista.

A III Internacional, também conhecida como Comintern ou Internacional Comunista (IC), foi criada em 1919, por Lenin. Aproveitando-se da base física conseguida com a revolução russa, em 1917, a IC pôde colocar em prática sua doutrina de expansão mundial do comunismo, alicerçada na experiência dos sovietes. No seu II Congresso Mundial, realizado em 1920, a IC aprovou seu

(1) A II Internacional perdurou até a 1ª Guerra Mundial, quando o nacionalismo mostrou-se, na prática, mais forte e decisivo do que o internacionalismo.

estatuto e estabeleceu as 21 condições exigidas para a filiação dos diversos partidos comunistas, das quais algumas são transcritas a seguir:

....

"3ª - Nos países burgueses, a ação legal deve ser combinada com a ação ilegal. Nesses países, deverá ser criada uma aparelhagem clandestina do Partido, capaz de atuar decisivamente no momento oportuno".

"4ª - Deverá ser feita ampla campanha de agitação e propaganda nas organizações militares, particularmente no Exército".

....

6ª - Todos os partidos comunistas devem ser internacionalistas e renunciar ao patriotismo e ao pacifismo social. Deverá ser demonstrado aos operários, sistematicamente, que sem a derrubada revolucionária do capitalismo não haverá desarmamento nem paz mundial".

....

"14ª - Todos os partidos comunistas são obrigados a prestar todo o auxílio necessário às Repúblicas Soviéticas, na sua luta face à contra-revolução".

....

"16ª - Todos os partidos comunistas são obrigados a obedecer às resoluções e decisões da Internacional Comunista, considerada como um partido mundial único".

Essas condições, que espelhavam a rigidez da linha leninista, proporcionaram ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) a oportunidade de expandir o Movimento Comunista Internacional (MCI), subordinando os interesses nacionais dos países submetidos aos dos soviéticos e facilitando a interferência nas políticas internas das demais nações.

2. A formação do PC-SBIC

No Brasil, as duas primeiras décadas deste século foram marcadas por algumas poucas agitações de cunho social.

O movimento operário e sindical, por nove anos, desde 1908, dirigido pela Confederação Operária Brasileira (COB), possuía traços anarquistas e voltava-se, basicamente, para agitações contra a guerra mundial, inclusive, com ameaças de greve geral.

O marxismo-leninismo, ainda pouco conhecido e freqüentemente confundido com o anarquismo, procurava florescer em 7 ou 8 cidades brasileiras com a criação de alguns grupos que, apesar de se intitularem comunistas, não passavam, na verdade, de anarco-sindicalistas.

Foi quando, no início da década de 20, a Internacional Comunista (IC) e suas 21 condições de filiação chegaram ao nosso País, e nossos "comunistas" as assumiram, pressurosos.

Em 25 de março de 1922, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, num congresso que durou três dias, 9 pessoas fundaram o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

De acordo com Haroldo Lima, atual Deputado Federal pelo PC do B da Bahia:

"... o Congresso discutiu e aprovou as 21 condições de ingresso na Internacional Comunista, elegeu uma Comissão Central Executiva, criou um Comitê de Socorro aos Flagelados Russos, tratou de questões práticas e encerrou seus trabalhos entoando o hino internacional dos trabalhadores, a Internacional" (2).

Desde o nome e a sigla (PC-SBIC), obedecendo à 17ª condição, até à renúncia ao pacifismo social, o novo Partido aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes, renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se às Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3. As atividades do PC-SBIC

O PC-SBIC surgiu legal, registrado como entidade civil. Três meses depois, o estado de sítio, decorrente da revolta tenentista, colocava-o na ilegalidade e inibia o desenvolvimento de suas atividades de agitação.

Em 1924, um fato viria repercutir no PC-SBIC: a realização do V Congresso da IC, em junho/julho, já sob o impacto da morte de Lenin. Nesse Congresso, á IC, mudando de tática, passou a adotar a da "Frente Única", vista, por Zinoviev, como "um

(2) Lima, H.: "Itinerário das Lutas do PC do Brasil", 1981, página 4.

método para agitação e mobilização das massas" (3).

No final de 1926, modificou-se o quadro político-institucional, com o governo de Washington Luís trazendo ventos liberalizantes, tendo o PC inclusive, um curto período de legalidade, de 1º de julho a 11 de agosto de 1927. Obedecendo aos ditames do V Congresso da IC, a direção do Partido lançou a palavra de ordem "Ampla agitação das massas", justificada pela necessidade de "fazer surgir o Partido da obscuridade ilegal à luz do sol da mais intensa agitação política".

Partindo da teoria à prática, criou o Bloco Operário e Camponês (BOC) como uma "frente única operária", que, não por acaso, tinha, na sigla, as mesmas letras da conhecida e já extinta COB.

Ainda seguindo a tática de frente, o PC-SBIC iniciou um trabalho de aproximação com Prestes, que se encontrava na Bolívia (4).

Mas, o ano de 1928 foi marcado pela crise econômica mundial. Pensando em aproveitar a miséria que adviria para os operários, a IC realizou o seu VI Congresso, de julho a setembro, mudando a tática de "frente única" para a de "classe contra classe". O proletariado mundial, premido pela crise, poderia ser arrastado para a revolução. Era a oportunidade para os comunistas isolarem-se e lutar contra todas as posições antagônicas, desde as burguesas até as operárias. A IC determinara o fim da "frente". Na URSS, iniciava-se a "cortina de ferro".

Tal resolução pegou o PC-SBIC de surpresa. Para as eleições de outubro de 1928, já lançara candidatos através do BOC, que, gradativamente, se vinha tornando o substituto legal do PC.

Imediatamente, o PC-SBIC convocou o seu III Congresso, realizado em dezembro de 1928 e janeiro de 1929, em Niterói. Além de reeleger Astrojildo Pereira como secretário-geral, o Congresso do PC-SBIC determinou a intensificação do trabalho clandestino do PC, a fim de não ser ultrapassado pelo BOC. Com tal medida, pensava acalmar os chefes moscovitas, que viam, no BOC, a continuação da antiga tática de "frente única".

---

(3) Zinoviev foi o primeiro chefe do Comintern e o encarregado de expor, no seu V Congresso, a estratégia que seria aplicada tanto à "Frente Única" quanto às atividades das organizações de frente.
(4) Prestes a essa época ainda não se tornara comunista.

Ledo engano. Não compreendiam, ainda, os comunistas brasileiros, que a curvatura dos dorsos não era, apenas, temporária, à guisa de um cumprimento. Ela teria que ser permanente, com a boca sujando-se de terra.

Vivia-se, em Moscou, a plena época dos expurgos. O poderoso Stalin, com mão de ferro, mandava assassinar os principais dirigentes do Comitê Central (CC) e o fantasma do trotskismo servia de motivo para o prosseguimento das eliminações, tanto na "pátria-mãe" como nos partidos satélites.

A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizado em junho de 1929, em Buenos Aires, condenou "a política do PC-SBIC frente à questão do Bloco Operário e Camponês e o seu atrelamento a este órgão" (5).

O ano de 1930 foi decisivo para o PC-SBIC. Em fevereiro, a IC baixou a "Resolução sobre a questão brasileira", com base na Conferência de Buenos Aires. Nesse documento, critica a política de frente ainda adotada pelo PC-SBIC e ironiza o BOC como sendo um "segundo partido operário". Ao mesmo tempo, induz o Partido a "preparar-se para a luta, a fim de encabeçar a insurreição revolucionária".

Os dias de Astrojildo Pereira estavam contados. Em novembro de 1930, uma Conferência do PC-SBIC expulsa o secretário-geral. Em São Paulo, foi afastada uma dissidência trotskista liderada por Mário Pedrosa.

Numa guinada para a esquerda, o Partido encerra sua política de alianças, expurga os intelectuais de sua direção e inicia uma fase de proletarização.

4. A fase do obscurantismo e da indefinição

O período compreendido entre o final de 1930 e os meados de 1934 caracterizou-se por um quase obscurantismo do PC-SBIC, que, empregando uma linha dúbia e equivocada, se emaranhava em sucessivas crises.

A agitação política no Brasil, entretanto, foi intensa. Em 1930, ainda sob influência dos ideais do tenentismo, formou-se a Aliança Liberal, um agrupamento de oposições. Em outubro e no

(5) Carone, E.: "O PCB - 1922 a 1943", Difel S.A., RJ, 1982, página 9.

desse ano, não acatando o resultado das eleições presi-
ciais que indicara o paulista Júlio Prestes, a Aliança, à frente de um movimento revolucionário, alçou Getúlio Vargas ao poder.

Nesse início da década de 30, o prestígio de Luiz Carlos Prestes, então exilado no Prata, ainda era muito grande. As repercussões nacionais da sua Coluna faziam-no um dos mais respeitados líderes entre os tenentes. No entanto, era, ainda, um revolucionário em busca de uma ideologia.

Em maio de 1930, Prestes criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR), definindo-se contra a Aliança Liberal. Em março de 1931, aderiu, publicamente, ao comunismo. O PC-SBIC logo tentou incorporar a LAR; Prestes, no entanto, com a força de sua liderança, tentava engolfar o PC-SBIC.

O maior líder comunista do Brasil não pertencia aos quadros do PC!

Essa insólita situação foi, aparentemente, resolvida com uma insólita solução: Prestes deixou a Argentina e foi residir na URSS, para ser o representante brasileiro na Internacional Comunista.

Na área internacional, a política de "classe contra classe" revelara-se desastrosa para o PCUS. Não houve a tão desejada recessão mundial, e a força de Hitler, aproximando-se, gradualmente, do Japão e da Itália, aterrorizava os soviéticos. Esses fatos marcaram uma nova linha política: foi aliviado o isolamento e retomado o diálogo com as nações ocidentais, culminando com o ingresso da URSS na Liga das Nações em 1934.

A tudo isso assistia o PC-SBIC, atarantado. Debatendo-se entre as ordens de Moscou, padecia de uma correta definição da linha política e era envolvido por sucessivas crises de direção.

Apesar do sectarismo obreirista, característico desse período, a intensificação da atividade clandestina do PC-SBIC trouxe-lhe um dividendo: o relativo sucesso no trabalho militar, de infiltração e recrutamento nas Forças Armadas.

Aproveitando o idealismo revolucionário, e até certo ponto ingênuo, do movimento tenentista, conseguiu a simpatia de muitos militares. A atuação de militares no Partido, como Maurício Grabois, Jefferson Cardin, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Agli

berto Vieira, Dinarco Reis, Agildo Barata e o próprio Prestes, são exemplos desse trabalho de infiltração e recrutamento.

Esse trabalho militar foi decisivo para o advento da primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, por meio da luta armada.

CAPÍTULO III

A INTENTONA COMUNISTA

1. A mudança da linha da IC

Induzido pela Internacional Comunista, o PC-SBIC esforçara-se por se inserir no processo revolucionário brasileiro, que teve início no ano de sua fundação e que passa por 1924/26 e vai desaguar em 1930. Esse período de revoltas e revoluções tinha, porém, como motivação, uma problemática interna, voltada para os problemas estruturais e sociais, mas essencialmente brasileiros. Talvez por isso mesmo é que as direções do PC-SBIC jamais foram capazes de entendê-los. Suas análises estereotipadas viam, em cada ocasião, apenas uma luta entre os "imperialismos" inglês e norte-americano. Com esse dualismo mecanicista explicam também a revolução de 1932. Deste modo, por construírem suas análises sobre abstrações de caráter ideológico, não conseguiram sintonizar o Partido com o processo revolucionário em curso e acabaram por perder o "bonde da história". Essa frustração iria fazê-los desembocar na Intentona de 1935.

Vimos, no capítulo anterior, que a URSS, em 1934, mudara sua política externa, do isolamento para o diálogo com o Ocidente. As ameaças nazistas e fascistas contribuíram para alterar a linha política da IC.

A política de "classe contra classe" não dera resultados e levara ao ostracismo diversos partidos comunistas. Quase que num "retorno às origens", a política de "frente" foi retomada, modificando-se o termo "única" pelo "popular".

De um modo geral, a frente popular pretendia englobar todos os indivíduos e grupos numa luta contra o fascismo, independentemente de suas ideologias. E, é claro, aproveitar essa frente para tomar o poder.

2. A vinda dos estrangeiros

Concluindo que no Brasil já amadurecia uma situação revolucionária e que a nova política de "frente popular" desencadearia a revolução, a curto prazo, a IC decidiu enviar diversos "delegados", todos especialistas, a fim de acelerar o processo. Com

isso pretendia suprir a falta de quadros dirigentes do PC-SBIC que pudessem levar a tarefa a bom termo. Na realidade, a IC enviou um selecionado grupo de espiões e agitadores profissionais.

No início de 1934, chegou ao Brasil o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewert, mais conhecido com "Harry Berger". Tendo atuado nos Estados Unidos, a soldo de Moscou, Berger veio acompanhado de sua mulher, a comunista alemã Elise Saborowski, que entrou no País com o nome falso de Machla Lenczycki. Berger acreditava que a revolução comunista teria início com a criação de uma "vasta frente popular antiimperialista", composta por operários, camponeses e uma parcela da burguesia nacionalista. A ação de derrubada do governo seria efetuada pelas "partes revolucionárias infiltradas no Exército" e pelos "operários e camponeses articulados em formações armadas", embrião de um futuro "Exército Revolucionário do Povo". O governo a ser instituído seria um "Governo Popular Nacional Revolucionário", com Prestes a frente

O mirabolante plano de Berger, tirado dos compêndios doutrinários do marxismo-leninismo, não levava em conta, apenas, um pequenino detalhe: a política brasileira, aquinhoada com uma nova Constituição de fundo liberal e populista, estava cansada dos mais de 10 anos de crise e ansiava por um pouco de paz e estabilidade.

Outros agitadores profissionais vieram para o Brasil, a mando de Moscou, durante o ano de 1934. Rodolfo Ghioldi e Carmen, um casal de argentinos, vieram como jornalistas. Ghioldi, na realidade, pertencia ao Comitê Executivo da IC, era dirigente do PC argentino e escondia-se sob o nome falso de "Luciano Busteros". O casal León-Jules Valée e Alphonsine veio da Bélgica para cuidar das finanças. A esposa de Augusto Guralsk, secretário do Bureau Sul-Americano que a IC mantinha em Montevidéu, veio para dar instrução aos quadros do PC-SBIC. Para comunicar-se clandestinamente com o grupo, foi enviado um jovem comunista norte-americano, Victor Allen Barron. O especialista em sabotagens e explosivos não foi esquecido: Paul Franz Gruber, alemão, veio com sua mulher, Erika, que poderia servir como motorista e datilógrafa.

(1) Para maiores detalhes do plano revolucionário de Berger, ver Aragão, J. C.: "A Intentona Comunista", Bibliex, R.J., páginas 36 e 37.

O grupo de espiões instalou-se no Rio de Janeiro. De acordo com o insuspeito Fernando Morais: "*Uma identidade comum os unia: eram todos comunistas, todos revolucionários profissionais a serviço do Comintern e vinham todos ao Brasil fazer a revolução*"(2).

Faltava, entretanto, o líder "brasileiro", aquele que estaria à frente do novo governo comunista. Havia já alguns anos que Prestes vinha namorando os marxistas-leninistas. Desde os anos da Coluna, procurava uma ideologia que complementasse o seu espírito revolucionário. Entretanto, seus contatos com os dirigentes do PC-SBIC o desencantaram. Ou melhor, julgando-se acima deles, procurava uma visão do mundo mais perfeita e mais elaborada. Tentara, até, criar o seu próprio movimento, através do LAR.

A possibilidade de ir para a URSS, conversar com os próprios dirigentes do Kremlin, satisfez suas ambições. Em novembro de 1931, Prestes desembarcava em Moscou, com sua família, onde, durante três anos, aprenderia como fazer a revolução.

Em abril de 1935, o "Cavaleiro da Esperança" estava de volta ao Brasil, pronto para assumir a direção do PC e da revolução comunista. A insólita solução concretizava-se: o novo líder dos comunistas brasileiros seria imposto de cima para baixo, da cúpula da IC às células do PC-SBIC. A tiracolo, Prestes trazia sua jovem esposa, Olga Benário, ativa comunista alemã, de confiança dos soviéticos. A IC não poderia entregar, sem controle, a revolução comunista brasileira a um homem que, até aquele momento, ainda não pertencia aos quadros do PC.

Olga seria a sombra de Prestes, criada pela luz de Moscou.

3. O Partido Comunista do Brasil (PCB)

O ano de 1934 marcou o início de uma nova fase para o PC-SBIC. Em julho, a sua I Conferência Nacional reelegeu, como secretário-geral, Antonio Maciel Bonfim, mais conhecido como "Miranda", antigo sargento da polícia militar baiana. Para minorar os efeitos aparentes de sua subordinação à IC, o PC-SBIC mudou seu nome para Partido Comunista do Brasil (Seção da Internacional

(2) Morais, F.: "Olga", Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1985, página 67.

Comunista), usando a sigla PCB. Esse conclave mudou a linha política do Partido, segundo os ditames da sua matriz. A luta era antifascista e deveria ser formada uma "frente popular contra os integralistas".

O PCB, radicalizando-se, passou a considerar-se como a"vanguarda na transformação da atual crise econômica em crise revolucionária — que já se processa — encaminhando todas as lutas para a revolução operária e camponesa". Conclamou os camponeses à tomada violenta das terras e à sua defesa pelas armas. Exortou a luta das massas "em ampla frente única, para transformação da guerra imperialista em guerra civil, em luta armada das massas laboriosas pela derrubada do feudalismo e do capitalismo". A luta, segundo o PCB, deveria ser elevada "até a tomada do poder, instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros". Com relação ao marxismo-leninismo, jactava-se o Partido de que era o "único neste país que está baseado nessa ideologia, a qual já levou à vitória o proletariado e as massas populares da sexta parte do mundo, a União Soviética"(3).

Em documento dado a público logo depois da Conferência, o PCB, vislumbrando as eleições de outubro, criticou a via parlamentar, sob qualquer forma ou rótulo com que se apresentasse, afirmando que "de modo algum resolve a situação das massas, situação que só poderá ser resolvida pela derrubada violenta desse governo e sua substituição pelo governo dos soviets (conselho) de operários, camponeses, soldados e marinheiros" (4).

A nova lina política do "novo PCB", em agosto de 1934, passou a ser a da insurreição aramada para a derrubada do governo e a tomada do poder. Os fatos ocorridos no ano seguinte mostrariam se estava preparado para isso e se iria alcançar seu objetivo.

4. A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Traçada a linha política da "frente popular", faltava, ao PCB, a criação de uma organização que a concretizasse e que pudesse congregar operários, estudantes, militares e intelectuais.

(3) "A Classe Operária", jornal do PCB, de 1º de agosto de 1934.
(4) Carone, E.: "O PCB - 1922 a 1943", Difel S.A., RJ, 1982, páginas 143 a 159, transcreve o artigo "A posição do PCB frente às eleições", do CC/PCB.

Em fevereiro de 1935, foi fundada essa frente, sob o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em 1º de março, pela primeira vez, reúne-se a sua diretoria. Dos seis principais dirigentes, três eram militares: o presidente, Hercolino Cascardo, comandante da Marinha; o vice-presidente, Amorety Osório, capitão do Exército; e o secretário-geral, Roberto Henrique Sisson, também oficial da Marinha.

Entretanto, desses três, só o secretário-geral, Sisson, era do PCB, que pretendia, de acordo com a política de frente, congregar o maior número possível de liberais, escondendo a orientação do Partido. Mantinha para si, no entanto, a principal posição da ANL.

No final de março, a Aliança promoveu a sua primeira reunião pública, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro. Neste evento, mais de mil pessoas ouvem o programa da ANL e aplaudem quando Prestes é indicado como seu presidente de honra.

Uma carta de adesão do "Cavaleiro da Esperança", datada de 3 de maio, dá um grande impulso à frente.

Com base e à semelhança da estrutura clandestina do PCB, a ANL organizou-se com rapidez, apoiada nas técnicas marxistas-leninistas de agitação e propaganda e em dezenas de jornais dirigidos pelo Partido. Apesar de ser mais forte no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Aliança propagou-se por todo o País. Calcula-se que, em maio, já possuía cerca de 100 mil militantes, organizados em 1.600 células.

A frente progredia, escudada em bandeiras que empolgavam as massas, os militares e os liberais. O PCB a orientava, crescendo à sua sombra. A data de 5 de julho, comemoração dos 13 anos do levante dos 18 do Forte e da revolução tenentista, traçou uma linha demarcatória no desenvolvimento da Aliança.

Prestes, que chegara ao Brasil em 15 de abril de 1935, radicara-se no Rio de Janeiro, após curtas passagens por Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Observando o desenvolvimento da ANL, concluiu que já estava na hora de fazer um pronunciamento mais incisivo, definidor dos reais rumos da Aliança.

Em 5 de julho, lançou um manifesto contendo as bases do "Governo popular nacionalista revolucionário", acusando Getúlio Vargas de fascista e de subordinado ao imperialismo e convocan-

do os ex-revolucionários, militares, padres, jovens e a pequena burguesia a engajar-se na luta pela implantação de um "governo popular". Em determinado trecho, Prestes afirma que "a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto", conclamando: *"Brasileiros! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível da Revolução brasileira!"*

Prestes havia aprendido, na URSS, que era bom, nos discursos, citar os mestres da ideologia comunista. Mas, havia aprendido, também, que não era bom limitar-se a copiar, mecanicamente, esses escritos, havendo que adaptá-los às condições de cada país. Assim, num súbito despertar de "inteligência" e de "criatividade", usa o Manifesto Comunista de 1848, referindo-se aos brasileiros: *"Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo o Brasil para ganhar"*. Parodiando Lenin, encerra o manifesto: *"Todo o poder para a Aliança Nacional Libertadora"*.

E o máximo de originalidade aparece no lema básico, quando o "Pão, Paz e Terra" da revolução russa de outubro de 1917 transforma-se no "Pão, Terra e Liberdade" da ANL.

Esse manifesto, intempestivo e provocativo, desvelando o caráter marxista-leninista da Aliança, trouxe-lhe duas conseqüências imediatas: a sua ilegalidade, decretada, uma semana depois, pelo Governo Vargas, e o afastamento de diversos de seus líderes e dirigentes que não eram comunistas, a começar pelo próprio presidente, Hercolino Cascardo.

Iniciada a repressão contra a ANL, esta passou a atuar na absoluta clandestinidade, escorada na estrutura orgânica do PCB. A radicalização do movimento foi inevitável, criando, segundo o comunista Dinarco Reis, "um clima de apelo à rebelião armada": *"Os militantes comunistas receberam, então, orientação de se preparar para um provável confronto armado a curto prazo, na perspectiva de um golpe fascistizante em gestação"* (5).

Os comunistas brasileiros pensavam estar prontos. Faltava, apenas, o sinal verde de seus chefes moscovitas.

5. A aprovação da Internacional Comunista

De 25 de julho a 21 de agosto de 1935, a IC realizou o seu VII Congresso. Como delegado do PCB, compareceu o secretá-

(5) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, página 39.

rio-geral, Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda". Nesse Congresso, Van Mine, delegado holandês do Comitê Executivo da IC para a América do Sul, em discurso de apoio à "frente popular", apresentou informações alvissareiras sobre a ANL, afirmando que era uma "ampla e bem organizada associação" e que dela "já participava um grande número de oficiais do Exército e da Marinha brasileiros".

Tal afirmação não deixava de ser verdade, em valores absolutos. Baseando-se nos dados exagerados levados por "Miranda", os comunistas da IC tomavam o Brasil como uma "republiqueta sul americana" e pensavam que algumas poucas dezenas de oficiais representassem "um grande número".

O próprio Dimitrov, dirigente búlgaro da IC e encarregado de fundamentar a política de frente, teceu considerações sobre a ANL e incentivou a sua ação: *"No Brasil, o Partido Comunista, que deu uma boa base ao desenvolvimento de uma frente contra o imperialismo ao criar uma Aliança de emancipação nacional, deve empenhar-se com todas as suas forças para impulsionar essa frente, conquistando a mesma, sobretudo os milhões de camponeses, e orientando o movimento no sentido da formação de destacamentos de um Exército Popular Revolucionário extremamente devotado, até que seja alcançado o objetivo final e no sentido da organização do poder dessa Aliança Nacional Libertadora".*

Estava aprovada a ANL como instrumento de luta. As condições não inteiramente favoráveis da situação brasileira não pareciam preocupar os dirigentes da IC.

Segundo Levine, *"As ordens de Moscou — para que o PCB agisse de qualquer maneira, a despeito do seu despreparo — contrariavam qualquer estimativa sensata da realidade brasileira, mas os fiéis, legalistas, obedeceram cegamente as instruções recebidas"* (6).

Os senhores soviéticos determinaram. Os cegos brasileiros obedeceram.

6. A Intentona

Muito já foi escrito sobre a Intentona Comunista de 1935. Como síntese, basta-nos relembrar que os atos de terror tiveram

(6) Levine, R.M.: "O Regime de Vargas", Ed. Nova Fronteira, R. J., 1980, página 101.

início na noite de 23 de novembro, em Natal, na manhã de 24, em Recife, e na madrugada de 27, no Rio de Janeiro.

Apenas no Rio Grande do Norte, o levante ampliou-se, com participação restrita de alguns setores da população. Em Recife, a participação foi extremamente reduzida e, no Rio de Janeiro, a revolta restringiu-se a dois quartéis, a Escola de Aviação, na Vila Militar, e o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha.

Apesar do plano prever insurreição nas cidades e, depois, a formação de colunas para tomar o interior, o levante confinou-se a três cidades, isoladas entre si, pouco extravazando dos muros de alguns quartéis. No dia 27 de novembro, a Intentona perdeu a impulsão e fracassou.

As massas populares mostraram não haver tomado conhecimento do quadro pintado pelos comunistas. O lema da ANL, "Pão, Terra e Liberdade", não sensibilizou o proletariado. A rebeldia e a mobilização das massas só existiam na imaginação e no desejo dos comunistas, ávidos de chegar ao poder a qualquer preço. Tudo parece indicar que a superestimação das próprias forças foi causada pela presença, na ANL, de militares da ativa e da reserva, muitos oriundos do tenentismo, como, por exèmplo, o Capitão Agildo Barata, líder da Aliança no Sul do País.

Segundo Fernando Morais, "*A anistia de 1934 permitira que os jovens oficiais participantes das revoluções anteriores voltassem à ativa, e muitos deles eram militantes do PC. A direção reconhecera que, paradoxalmente, era mais fácil construir o Partido nos quartéis do que nas fábricas — e investiu nisto*"(7).

Na realidade, o PCB substituiu a "vanguarda operária" por uma "vanguarda militar". E, com isso, isolou-se. No dizer insuspeito de Dinarco Reis: "*Caso a direção do Partido houvesse feito um efetivo balanço e uma caracterização real das anteriores lutas dos tenentes e a insurreição de 1930, possivelmente isso teria ajudado o Partido a não incorrer em erros e equívocos como os que aconteceram com a grosseira manifestação de enfermidade infantil verificada com o movimento armado de 1935*"(8).

Por que a ação armada? Imitação pueril, simplista e meca-

(7) Morais, F.: "Olga", Ed. Alfa-Ômega, S.P., 1985, página 83.
(8) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, R.J., 1981, página 29.

nicista da Revolução de 1917? Estreita interpretação do materia lismo histórico? Crença de que bastava um partido resoluto para impulsionar o processo revolucionário? Erro de avaliação da rea lidade nacional? Superestimação do papel dos militares comunistas? Cumprimento incondicional às ordens da IC?

Passados 50 anos, não há uma explicação lógica e coerente para a Intentona Comunista de 35, a primeira tentativa de tomada do poder. Sua análise nos conduz às palavras de Lenin — ao referir-se à doença infantil do esquerdismo — de que ela foi "não só uma estupidez, mas também um crime".

Um crime que ceifou dezenas de vidas e que se poderia repetir no momento em que seus idealizadores julgassem haver "amadurecido o processo revolucionário" e chegada a hora de empreender nova tentativa de tomada do poder. Os comunistas iriam insistir no caminho da luta armada.

A SUBORDINAÇÃO OSTENSIVA AO COMUNISMO SOVIÉTICO

Partido Communista

(S. B. I. C.)

ESTATUTOS

Approvados no Congresso Communista reunido no Rio de Janeiro a 25, 26 e 27 de março de 1922.

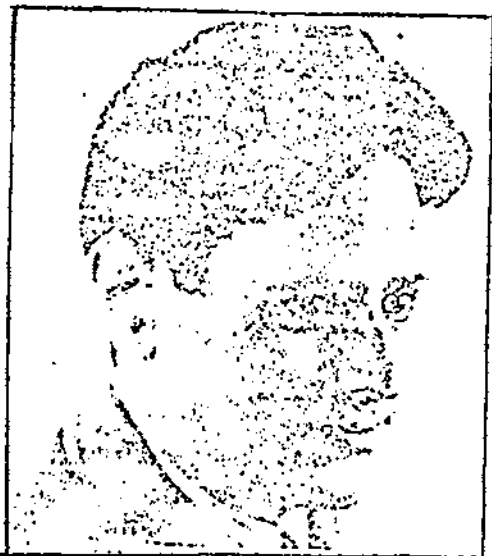
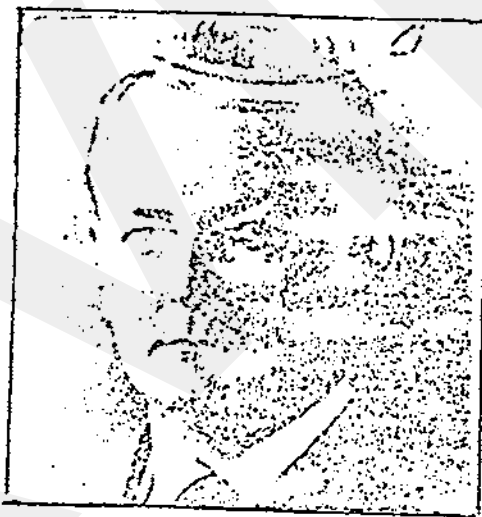
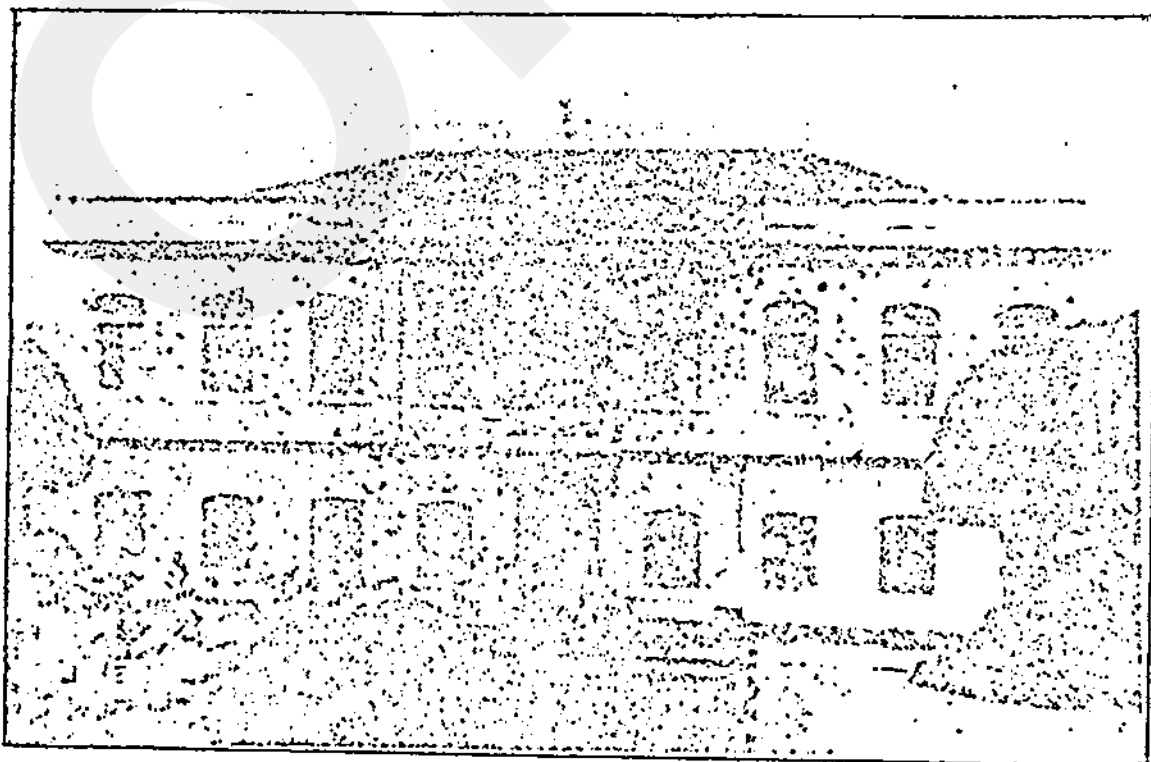
EDIÇÃO DA COMMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA

RIO DE JANEIRO

1922

O PC ERA A SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA.

A INTENTONA COMUNISTA DE 1935

OS LÍDERES ESTRANGEIROS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA.

O ARGENTINO, RODOLFO GHIOLDI

O ALEMÃO, ARTHUR ERNEST EWERT

MARCAS DA VIOLÊNCIA COMUNISTA NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR, EM NATAL/RN.

CAPÍTULO IV

O PCB E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

1. A reorganização do PCB

Qualquer que seja a resposta encontrada para explicar a Intentona Comunista de 1935, constata-se que ela poderia repetir-se a qualquer momento. Apesar do contundente fracasso da Intentona, o Partido nunca fez a autocrítica dos princípios que a nortearam. A preocupação era analisar as causas dessa derrota, procurando encontrá-las apenas na forma como foi preparada e desencadeada. Continuava dominando nos dirigentes do PCB a concepção da tomada do poder pela luta armada e um discernimento sobre a conjuntura nacional pouco confiável. Para eles, apesar do sangue derramado, aquelas ações insanas representaram "estimulantes precursores" da revolução nacional por vir.

Com a derrota do movimento, porém, as prisões de líderes comunistas deixaram o Partido, temporariamente, desestruturado.

A situação mundial, no entanto, modificava-se rapidamente com a guerra em curso. O rompimento do acordo de Hitler com Stalin e a invasão da Rússia pelas tropas nazistas provocaram imediata reviravolta na política exterior soviética. Stalin apressou-se em tentar ganhar o apoio das democracias ocidentais. Num aparente gesto de boa vontade extinguiu a IC, em maio de 1943 (1).

Aproveitando-se desse novo clima, o PCB rearticula-se e, em agosto de 1943, realiza sua II Conferência Nacional, em Itatiaia, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como "Conferência da Mantiqueira". Nesse conclave, o Partido tratou de "dar todo o apoio à luta da União Soviética e à política de Vargas"(2).

A partir de então, passou a desenvolver intensas atividades de massa e de organização, iniciando a campanha pela anistia. Seguiu-se um período de legalidade de fato, que permitiu ao Partido entrar num processo que seus militantes denominaram de "acumulação de forças", na base da ação contra o fascismo e

(1) Após a extinção do "Comintern", o controle dos PC passou a ser feito pelo CC/PCUS, até que, em 1947, com o início da "guerra fria", foi substituído pelo "Cominform" (Informações Comunistas).

(2) Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, Cap. II.

a favor da paz mundial.

2. A legalização do PCB

Ao aproximar-se o término da guerra, com a vitória da aliança entre as democracias ocidentais e os comunistas, o presidente Vargas decretou a anistia e abriu possibilidades de legalização a todos os partidos políticos. Enquanto as diversas correntes políticas começavam a reagrupar-se no sentido da formação dos respectivos partidos, o PCB era o único nacionalmente organizado. Valendo-se do prestígio que lhe dava a identificação com o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa — e que por isso contava com a simpatia dos povos do mundo ocidental —, o PCB passou imediatamente à ação de massas. Em abril de 1945, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a URSS.

O Partido criou o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), organização sindical paralela, a fim de orientar o trabalho sobre a classe operária. No campo, a fim de explorar as disputas entre posseiros e grileiros, organizou as Ligas Camponesas, sob o título de associações civis. As Ligas procuravam concretizar, na prática, a "aliança operário-camponesa" e não possuiam vida autônoma, permanecendo como apêndices da estrutura partidária. Florescendo neste período, quando o PCB era legal, quando este foi posto na ilegalidade definharam e, praticamente, desapareceram, só vindo a ressurgir na década de 50 (3).

Em 26 de novembro de 1945, como secretário-geral do PCB, o recém-anistiado Luiz Carlos Prestes vai ao Recife para as comemorações do 10º aniversário da Intentona Comunista. Em seu discurso, procura justificar o empunhar de armas em 35, alegando que "o Partido Comunista fez uso, contra a violência dos dominadores, da violência, como única arma de que podiam dispor todos os verdadeiros patriotas".

Especialista em meias-verdades, Prestes afirma que a Intentona não visava a implantar o comunismo e nem o socialismo, mas, apenas, realizar uma "revolução democrático-burguesa". Como se para chegar ao objetivo final não houvesse que se passar pelos intermediários (4)!

(3) Sobre as Ligas Camponesas, ver item 4., Cap. II, da 2ª Parte, deste livro.
(4) Ver item 1., Cap. I, da 1ª Parte, deste livro.

Capciosamente, Prestes prega a revolução, trazendo à baila as mesmas palavras de ordem de agitação bolchevique utilizadas em 1935. A luta armada continuava sendo uma obsessão para ele e os demais dirigentes do PCB.

3. A volta à clandestinidade

Com todas as condições favoráveis, o PCB obteve resultados razoáveis nas eleições de 2 de dezembro. Estes resultados estimularam os militantes comunistas e, apesar da pregação de Prestes pela luta armada, pela primeira vez, a defesa da via pacífica para a chegada ao Poder tomava corpo no Partido.

Seus dirigentes, porém, alheios a essa tendência, enveredaram por uma ferrenha oposição ao regime. Atacaram violentamente os dispositivos neo-liberais inscritos na Constituinte e criticaram asperamente o apelo que o Governo fazia aos investidores estrangeiros. Cresce a agitação das massas, e os choques entre a polícia e os militantes comunistas passaram a ser cada vez mais constantes.

Em março de 1946, em pleno Congresso Nacional, Prestes declarava, para espanto dos não-comunistas, que lutaria ao lado da Rússia em caso de guerra contra o Brasil (5).

Nesse ano, em agosto, o Partido organizou um Congresso Nacional Sindical que, num desafio ao Governo, criou a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). A CGTB representava um passo à frente em relação ao MUT, que, criado em abril de 1945, foi fechado no mesmo ano, por incorporar federações sindicais, procedimento não permitido por lei.

Paralelamente a esses desencontros com o Governo, a situação interna modificava-se em decorrência da evolução da situação internacional que corria em franca mudança de rumo. A Rússia, pela força do Exército Vermelho, impôs seu regime totalitário a mais de uma dezena de países do Leste Europeu, ocupados durante a guerra (6). Com isso, a aliança entre a URSS e as democracias ocidentais chegava ao fim e iniciava-se a "guerra fria".

O Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS, cassa o

---

(5) Skidmore, T.: "Brasil - de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, R.J., 1969, página 92.

(6) Os países ocupados durante a guerra foram: Letônia, Lituânia, Estônia, Finlândia, Polônia, Alemanha (Oriental), Tcheco-Eslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Iugoslávia.

registro do PCB (7 de maio de 1947) e declara a CGTB igualmente ilegal (7).

Muitos militantes, inclusive Prestes, passaram à clandestinidade. Entretanto, a estrutura do PCB não foi tocada: "O fato é que a imprensa do Partido, jornais nacionais e estaduais, continuaram circulando regularmente...

"O mesmo verificou-se com livros e demais publicações editadas pelo Partido. Na maioria dos Estados, os locais do Partido permaneceram abertos e, no final desse governo, na campanha sucessória, os comunistas puderam realizar ou participar dos atos públicos" (8).

O PCB saíra da legalidade de direito mas permanecera na legalidade de fato.

4. O "Manifesto de Janeiro"

Inconformada com a política do Governo Dutra, que considerava antipopular e repressivo, a liderança nacional do PCB lançou um Manifesto, em janeiro de 1948, exigindo a renúncia do Presidente da República.

Entretanto, dissociado da realidade, o Manifesto não encontrou um mínimo de receptividade, nem entre os partidos políticos nem na classe operária. Ao contrário, induziu a reação do Governo, que cassou os mandatos dos parlamentares comunistas.

Afirma Moisés Vinhas: "*Aos poucos, o Partido vai abandonando a linha política traçada na III Conferência Nacional, de 1946, e assumindo uma linha política esquerdista, sectária e subjetivista...*" (9).

Após esse Manifesto, em que apela para a derrubada do Governo, o PCB passou a "adotar uma política de organização excessivamente conspirativa e ilegal" (10), "uma concepção militarista de partido, tomado como organização preparada para o assalto ao poder" (11).

(7) Para maiores detalhes sobre a cassação, ver Barbedo, A.: "O fechamento do Partido Comunista", R.J., 1947.
(8) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., página 82.
(9) Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, pág. 94 e 95.
(10) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, pág. 83.
(11) Vinhas, M.: "O Partidão", [illegible], pág 95.

O processo revolucionário chinês, de 1949, impressionou tanto os dirigentes do PCB, que, mecanicamente, pensaram em reproduzi-lo no Brasil. De acordo com Dinarco Reis: "*Trata-se, certamente, da crônica tendência imperante no trabalho de direção manifestada; sobretudo, no hábito de copiar, de maneira arbitrária e grosseiramente esquemática, modelos e experiências políticas postas em prática por partidos comunistas de outras nações*" (12).

O sectarismo e a tendência à ação violenta continuavam a ser a tônica do período.

5. O "Manifesto de Agosto"

Em 1º de agosto de 1950, assinado por Prestes e em nome do Comitê Central, o PCB lançou um documento que ficou conhecido como o "Manifesto de Agosto".

Incorrendo, mais uma vez, num erro grosseiro de avaliação da conjuntura nacional, o manifesto procura traçar uma linha revolucionária para o Partido. Redigido numa linguagem chula, repetitiva e cheia de lugares comuns, o longo documento refere-se, várias vezes, aos "traidores e assassinos que nos governam", à "dominação imperialista", ao "momento mais grave da vida do nosso povo" e à "ameaça de guerra". Ataca, também, de forma grosseira, todos os candidatos à Presidência da República.

Repetindo o discurso de Prestes, de 1945, em Recife, o manifesto procura justificar o uso da violência:"Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever ineludível de todos os patriotas". Defende a "solução revolucionária" como sendo "a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros". Acena com "um governo democrático e popular", expressão stalinista que representa, na revolução comunista, a etapa intermediária entre a Democracia e a "ditadura do proletariado". Conclama operários, trabalhadores do campo, mulheres, estudantes, soldados, marinheiros e oficiais das Forças Armadas a formarem uma "ampla Frente Democrática de Libertação Nacional". Pregando o "armamento geral do povo", defende a criação de um "exército popular de libertação nacional", absurda, segundo Dinarco Reis: "*Exército*

---

(12) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, página 89.

que só poderia existir na cabeça dos que elaboraram tal documento" (13).

O manifesto, entretanto, não teve a menor ressonância, permanecendo nas enxergas do aparelho comunista. A classe operária, contrariando a indicação de votar em branco, sufragou, maciçamente, a chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Mais uma vez, os dirigentes do PCB pretendiam fazer, de seus desejos, a realidade.

Pregaram a derrubada de Vargas, através da luta armada das massas, estimularam as greves, sob qualquer pretexto e a qualquer custo. Rompendo com a estrutura sindical vigente, tida como atrelada ao Ministério do Trabalho, lançaram-se, sem sucesso, à construção de sindicatos paralelos. Influenciados pela revolução chinesa, participaram de diversos conflitos no campo, como em Porecatu, no Norte do Paraná, em Capinópolis, no Triângulo Mineiro, e na região de Trombas e Formoso, em Goiás, incitando a luta dos posseiros, "na esperança de que ela seja a fagulha que irá atear o fogo da revolução" (14).

Em Goiás, o movimento camponês, liderado por José Porfírio e infiltrado pelo PCB, chegou a formar um "território livre" de 10 mil km^2, com governo paralelo e milícias armadas, sob a égide de uma Constituição própria que definia o Estado como popular e socialista (15) (16).

Dinarco Reis, do Comitê Central do PCB, considerou esses episódios como "das lutas mais positivas encaminhadas pelos comunistas brasileiros" (17).

A direção do PCB continuava obcecada pela luta armada.

6. O IV Congresso

Ainda sob o impacto do suicídio de Vargas, ocorrido dois meses e meio antes, e a morte de Stalin, no ano anterior, o PCB realizou o seu IV Congresso Nacional, de 7 a 11 de novembro de 1954, em São Paulo.

Organizadas de acordo com a rigidez stalinista, as reuniões

(13) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, pág. 87. O "Manifesto de Agosto", na íntegra, está publicado nesse livro de Dinarco Reis, a partir da pág. 140.
(14) Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, 1982, pág. 129.
(15) O "Jornal da Tarde", de São Paulo, de 11 de julho de 1971, publicou extensa reportagem sobre o problema.
(16) Azevedo, F.A.: "As Ligas Camponesas", Ed. Paz e Terra, 1982, pág. 57.
(17) Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", pág. 89.

preparatórias tiveram pouca participação das bases partidárias. Numa dessas reuniões, destinadas a aparar as arestas, Diógenes de Arruda Câmara, "democraticamente", alertou sobre o programa: "dele não tiro uma vírgula; foi visto por Stalin"(18)

Abstraído da realidade brasileira, o programa do PCB não sofreu qualquer mudança significativa. Aliás, como comenta, critica e ironiza Moisés Vinhas, que lá estava e foi eleito suplente do CC, "quem está de posse da teoria marxista-leninista-stalinista da revolução não precisa investigar concretamente a realidade específica de seu país — basta aplicá-la criadoramente à realidade nacional"(19).

A principal palavra de ordem do partido continuaria sendo a de derrubar o governo. Era o quarto governo consecutivo que os comunistas queriam derrubar.

Prestes, em clandestinidade absoluta, não compareceu ao Congresso, embora o PCB estivesse passando por um período de legalidade de fato. Enviou, entretanto, um informe de balanço do CC, traçando as bases teóricas do Partido. Após analisar a bipolaridade mundial da 2ª Grande Guerra, Prestes proclamou o programa do PCB como sendo de "salvação nacional". O caráter da revolução era "democrático-popular", de cunho antiimperialista e antifeudalista. Para Prestes, a luta armada era inevitável, e advertia que "para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase só militar é grave erro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935".

O informe de Diógenes de Arruda Câmara, o segundo homem do Partido, tratou do programa do PCB, dando-lhe um caráter revolucionário e afirmando que "estão maduras no Brasil as condições para transformações radicais e profundas"(20). O trabalho desse dirigente comunista considerava "a revolução agrária antifeudal como a pedra de toque da Revolução Democrática e Popular no Brasil". Após tecer considerações sobre a necessidade de "ganhar" os camponeses para a Revolução, dizia que, para isso se-

(18) Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, pág.134.
(19) Idem, pág. 139.
(20) Idem, pág. 137.

ria "necessário acionar a luta de classes no campo, agrupar grandes massas camponesas pobres e sem terra em torno do Partido, educando-as no processo da própria luta revolucionária" (21). Sua pregação iria dar frutos num futuro próximo.

O Congresso, como um todo, foi a expressão viva do sectarismo que norteava as concepções comunistas, sufocando as lutas ideológicas internas, latentes, entre o caminho da luta armada e o da via pacífica.

No dizer insuspeito de Moisés Vinhas:"...*o próprio Diógenes de Arruda Câmara, sintetizando uma percepção coletiva, iria dar "expressão teórica" inigualável a essa mistura orgânica de leitura "catastrofista", apocalíptica, da realidade, esquerdismo declinante, estreiteza e megalomania partidária*" (22).

O PCB, por seus dirigentes, continuava no caminho da luta armada.

(21) Arruda, D.C., membro do CC/PCB - "O Programa do PCB - Bandeira de Luta e Vitória", apresentado no IV Congresso do PCB.
(22) Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, pág. 134.

CAPÍTULO V

OS CRIMES DO PCB

1. A violência comunista

Contam-se às centenas os casos conhecidos da violência comunista contra a pessoa humana, escudados num estranho valor moral que privilegia a revolução proletária em relação ao indivíduo — os fins justificando os meios.

Afirma Merleau-Ponty: "*A astúcia, a mentira, o sangue derramado, a ditadura são justificados se tornam possível o poder do proletariado e dentro desta medida somente*" (1). A violência seria válida se cometida em nome da classe operária e de seu representante, o Partido Comunista.

Lenin, em seu "testamento", havia indicado seis homens que poderiam substituí-lo na condução do Estado Soviético: Stalin, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukharin e Trotsky. Stalin, elegendo-se secretário-geral do PCUS, nunca conseguiu eliminar a oposição que lhe faziam os grupos internos dirigidos pelos outros cinco.

Na década de 30, a URSS vivia sob clima de ameaça de uma guerra mundial e da questão sobre se seria possível enfrentá-la com a existência de uma oposição interna a Stalin, na cúpula do PCUS. Os denominados "processos de Moscou" foram as respostas dessa questão, e os opositores, sucessivamente, eliminados. Zinoviev e Kamenev foram fuzilados em 1936, Rykov em 1937, Bukharin em 1938, e Trotsky, que já estava banido da URSS desde 1929, foi assassinado em 1940, no México. E isto para citar, apenas, alguns dirigentes.

Torna-se difícil, entretanto, imputar a Stalin a única culpa pelos crimes, como desejava Trotsky. Em um regime que dá a uma classe um poder total e ditatorial, qualquer homem poderia utilizá-lo sobre as demais parcela da sociedade.

Alguns anos mais tarde, Tito, chefe do governo iugoslavo, afirmaria que os erros e os crime cometidos resultaram mais do sistema soviético do que das falhas morais do ditador, cuja ascenção tal sistema proporcionou.

---

(1) Merleau-Ponty, M.: "Humanismo e Terror", Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1968, pág. 13.

No Brasil, fanatizados pela mesma ideologia e animados pelos mesmos propósitos indecifráveis que os conduziram à Intentona de 1935, os comunistas deram seguidas demonstrações de inaudita violência, ao perpetrarem crimes, com requintes de perversidade, para eliminar, não só seus "inimigos", as forças policiais, mas seus próprios companheiros. O "Tribunal Vermelho", criado para julgar, sumariamente, todos aqueles que lhes inspiravam suspeitas e receios, arvorava-se em juiz e executor, fornecendo, ao PCB, um espectro patético e trágico.

Pelo que se conhece, pode-se inferir, também, que dezenas de outros crimes foram cometidos pelos comunistas, sem que houvessem vindo a público, escondidos pela "eficiência do trabalho executado". Os casos a seguir relatados mostram, de um modo pálido, mas irretorquível, essa violência levada aos limites do absurdo.

Aos assassinados, cabe a afirmação de Merleau-Ponty: "*Admitir-se-á talvez que eles eram indivíduos e sabiam o que é a liberdade. Não espantará se, tendo que falar do comunismo, nós tentamos vislumbrar, através nuvem e noite, êstes rostos que se apagaram da terra*"(2).

2. Bernardino Pinto de Almeida e Afonso José dos Santos

Em 1935, ainda antes da Intentona, Honório de Freitas Guimarães, membro do CC/PCB, denunciou Bernardino Pinto de Almeida, vulgo "Dino Padeiro", de traição. O "Tribunal Vermelho", cioso de suas atribuições, julgou-o culpado e perigoso para a ação armada que se avizinhava. O próprio secretário-geral do Partido, Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda", decidiu executá-lo, com o auxílio de seu cunhado, Luiz Cupelo Colônio.

"Dino Padeiro", deslumbrado com a possibilidade de encontrar-se com o próprio secretário-geral do Partido, foi atraído para um local ermo, próximo à Estação de Triagem, da Central do Brasil, no Rio de Janeiro (hoje Estação Carlos Chagas). Fora das vistas, Miranda desfechou-lhe uma coronhada e, em seguida, dois tiros de revólver. Tendo a arma enguiçado, tomou a de Cupelo e desfechou-lhe mais dois tiros, para ter a certeza da morte. Dino, apesar de tudo, não morreu e, socorrido por funcionários da

(2) Merleau-Ponty, M.: "Humanismo e Terror", Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1968, pág. 32.

ferrovia, sobreviveu e pôde contar sobre o crime.

Ironicamente, o destino deu voltas. Mais tarde, Cupelo sentiria, em sua própria família, o peso da violência (3).

Em 2 de dezembro de 1935, com os militantes do PCB entrando na clandestinidade pela derrota da Intentona, o "Tribunal Vermelho" julgou e condenou à morte Afonso José dos Santos. A vítima foi delatada por José Emídio dos Santos, membro do Comitê Estadual do PCB no Rio de Janeiro, que recebeu o encargo da execução.

Três dias depois do "julgamento", José Emídio cometia o assassinato, na garagem da Prefeitura de Niterói. Impronunciado por falta de provas, só em 1941 foi esclarecido o crime.

3. "Elza Fernandes"

Desde menina, Elvira Cupelo Colônio acostumara-se a ver, em sua casa, os numerosos amigos de seu irmão, Luiz Cupelo Colônio. Nas reuniões de comunistas, fascinava-se com os discursos e com a linguagem complexa daqueles que diziam ser a salvação do Brasil. Em especial, admirava aquele que parecia ser o chefe e que, de vez em quando, lançava-lhe olhares gulosos, devorando o seu corpo de adolescente. Era o próprio secretário-geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda".

Em 1934, então com 16 anos, Elvira Cupelo tornou-se a amante de Miranda e passou a ser conhecida, no Partido, como "Elza Fernandes" ou, simplesmente, a "garota". Para Luiz Cupelo, ter sua irmã como amante do secretário-geral era uma "honra". Quando ela saiu de casa e foi morar com o amante, Cupelo viu que a chance de subir no Partido havia aumentado.

Entretanto, o fracasso da Intentona, com as prisões e os documentos apreendidos, fizeram com que os comunistas ficassem acuados e isolados em seus próprios "aparelhos". Nos primeiros dias de janeiro de 1936, Miranda e Elza foram presos em sua residência, na Av. Paulo de Frontin, 606, Apt. 11, no Rio de Janeiro. Mantidos separados e incomunicáveis, a polícia logo concluiu que a "garota" pouco ou nada poderia acrescentar aos depoimentos de "Miranda" e ao volumoso arquivo apreendido no apartamento do casal. Acrescendo os fatos de ser menor de idade e não

(3) Ver o caso de "Elza Fernandes", a seguir.

poder ser processada, Elza foi liberada. À saída, conversou com seu amante que lhe disse para ficar na casa de seu amigo, Francisco Furtado Meireles, em Pedra de Guaratiba, subúrbio do Rio de Janeiro. Recebeu, também, da polícia, autorização para visitá-lo, o que fez por duas vezes.

Em 15 de janeiro, Honório de Freitas Guimarães, um dos dirigentes do PCB, ao telefonar para "Miranda" surpreendeu-se ao ouvir, do outro lado do aparelho, uma voz estranha. Nesse momento, o Partido soubera que "Miranda" havia caído. Alguns dias depois, a prisão de outros dirigentes aumentou o pânico.

Segundo o PCB, havia um traidor. E o maior suspeito era "Miranda". As investigações do "Tribunal Vermelho" começaram.

Honório descobriu que Elza estava hospedada na casa do Meireles, em Pedra de Guaratiba. Soube, também, que ela estava de posse de um bilhete, assinado por "Miranda", no qual ele pedia aos amigos que auxiliassem a "garota". Na visão estreita do PCB, o bilhete era forjado pela polícia, com quem Elza estaria colaborando. As suspeitas transferiram-se de "Miranda" para a "garota".

Reuniu-se o "Tribunal Vermelho", composto por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Adelino Deycola dos Santos e José Lage Morales. Prestes, escondido em sua casa da Rua Honório, no Méier, já havia decidido pela eliminação sumária da acusada. O "Tribunal" seguiu o parecer do chefe e a "garota" foi condenada à morte.

Não houve, porém, a desejada unanimidade: Morales, com dúvidas, opôs-se à condenação, fazendo com que os demais dirigentes vacilassem em cumprir a sentença. Honório, em 18 de fevereiro, escreveu a Prestes, relatando que o delator poderia ser, na verdade, o "Miranda". A reação do "Cavaleiro da Esperança" foi imediata. No dia seguinte, escreveu uma carta aos membros do "Tribunal", tachando-os de medrosos e exigindo o cumprimento da sentença.

Os trechos dessa carta de Prestes, a seguir transcritos, constituem-se num exemplo candente da frieza e da cínica determinação com que os comunistas jogam com a vida humana: "*Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária*".

....

"Por que modificar a decisão a respeito da 'garota'? Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido...?"

....

"Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês minha opinião quanto ao que fazer com ela. Em minha carta de 16, sou categórico e nada mais tenho a acrescentar..."

....

"Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso Partido, por que é a linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem que vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática, ou então discordam mas não defendem como devem tal opinião".

Ante tal intimação e reprimenda, acabaram-se as dúvidas. **Lauro Reginaldo da Rocha**, um dos "tribunos vermelhos", respondeu a Prestes: *"Agora, não tenha cuidado que a coisa será feita direitinho, pois a questão do sentimentalismo não existe por aqui. Acima de tudo colocamos os interesses do P."*.

Decidida a execução, Elza foi levada, por Eduardo Ribeiro Xavier, para uma casa da Rua Mauá Bastos, nº 48-A, na Estrada do Camboatá, onde já se encontravam Honório de Freitas Guimarães, Adelino Deycola dos Santos, Francisco Natividade Lira e Manoel Severino Cavalcanti. Ela, que gostava dos serviços caseiros, foi fazer café. Ao retornar, Honório pediu-lhe que sentasse a seu lado. Era o sinal convencionado. Os outros quatro comunistas adentraram à sala e Lira passou-lhe uma corda de 50cm pelo pescoço, iniciando o estrangulamento. Os demais seguravam a "garota" que, mesmo jovem, tentava salvar-se. Poucos minutos depois, com os pés junto à cabeça, o corpo de Elza foi enfiado num saco e enterrado nos fundos da casa. Perpetrara-se o hediondo crime, em nome do Partido Comunista.

Logo após este fato, em 5 de março, Prestes foi preso em seu esconderijo no Méier. Ironicamente, iria passar pelas mesmas angústias, quando sua mulher, Olga Benário, foi deportada para a Alemanha nazista.

Alguns anos depois, em 1940, Luiz Cupelo Colônio, o mesmo que auxiliara o secretário-geral na tentativa de assassinato do

"Dino Padeiro", participou da exumação do cadáver de sua irmã. O bilhete que escreveu a "Miranda", o amante de Elza, retrata alguém que, na própria dor, percebeu a virulência comunista:

"Rio, 17-4-40 -
Meu caro Bonfim
Acabo de assistir à exumação do cadáver de minha irmã Elvira. Reconheci ainda a sua dentadura e seus cabelos. Soube também da confissão que elementos de responsabilidade do PCB fizeram na polícia de que haviam assassinado minha irmã Elvira.
Diante disso, renego meu passado revolucionário e encerro as minhas atividades comunistas.
Do teu sempre amigo
Luiz Cupelo Colônio".

4. Maria Silveira e Domingos Antunes Azevedo

Elisiário Alves Barbosa, militante do PCB, quando estava na clandestinidade em São Carlos, cidade do interior paulista, apaixonou-se pela também militante Maria Silveira, conhecida como "Neli". Indo para o Rio de Janeiro, o próprio Elisiário, após algum tempo de militância, acusou Neli de não mais merecer a confiança do Partido. O "Tribunal Vermelho" condenou-a à morte.

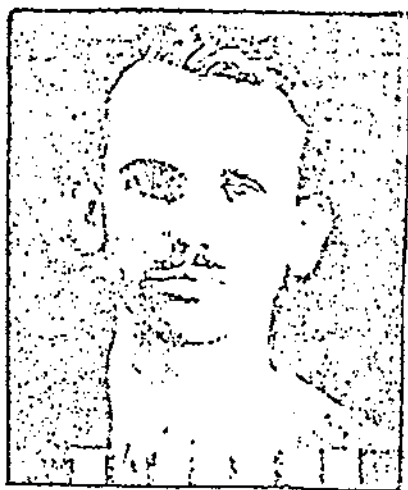
Planejado o crime, os militantes Ricarte Sarrun, Antonio Vitor da Cruz e Antonio Azevedo Costa, levaram-na, em 6 de novembro de 1940, até a Ponte do Diabo, na Estrada do Redentor, na Floresta da Tijuca. No transporte, usaram o táxi dirigido por Domingos Antunes Azevedo, conhecido por "Paulista". Logo ao chegar, Neli foi atirada da Ponte do Diabo por Diocesano Martins, que esperava no local. Mas, havia a possibilidade de que ela não morresse com a queda. Para certificar-se da morte, Daniel da Silva Valença aguardava no fundo do abismo. Neli, entretanto, já chegou morta. Foi esquartejada por Valença, que procurou torná-la irreconhecível a fim de dificultar a identificação e apagar possíveis pistas.

Dois meses depois, os assassinos de Neli estavam preocupados com a possível descoberta do crime. Em 20 de janeiro de 1941, reunidos, verificaram que o ponto fraco era o motorista do táxi, Domingos Antunes Azevedo. Decidiram eliminá-lo.

Antonio Vitor da Cruz e Antonio Azevedo Costa, "amigos" do motorista, atraíram-no para um passeio na Estrada da Tijuca. Fo

ram, também, Diocesano Martins e Daniel da Silva Valença, este sentado ao lado do motorista. Num local em que o táxi andava bem devagar, Diocesano desfechou três tiros na vítima, que tombou de bruços sobre o volante. Valença freiou o carro e o cadáver foi atirado à margem da estrada.

Segundo eles, os assassinatos de "Neli" e do "Paulista", em nome do Partido Comunista, jamais seriam descobertos.

OS REFLEXOS DA DERROTA COMUNISTA

ANTONIO MACIEL BONFIM, O "MIRANDA" - O SECRETÁRIO-GERAL DO PC NÃO DEMONSTROU LIDERANÇA DURANTE A TENTATIVA DE GOLPE COMUNISTA. MORREU DESAMPARADO, ABANDONADO PELOS "COMPANHEIROS".

ELVIRA COLÔNIO, A "ELZA FERNANDES" - A COMPANHEIRA DE "MIRANDA" FOI ASSASSINADA, POR ORDENS DE PRESTES, SOB SUSPEITA DE ESTAR COLABORANDO COM A POLÍCIA.

2ª PARTE

A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

AS DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO COMUNISTA

1. A IV Internacional

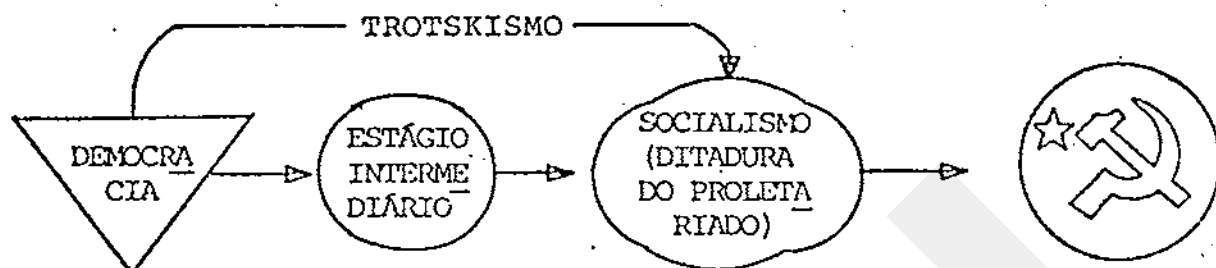
Os dois últimos anos de Lenin, acometido por grave doença, foram marcados por divergências no PCUS, em torno da luta pelo poder e contra a sua concentração nas mãos de Stalin. Uma dessas divergências, encabeçada por Trotsky, recebeu a denominação de "Oposição de Esquerda".

A morte de Lenin, em janeiro de 1924, e uma grave doença de Trotsky facilitaram a tarefa de Stalin, que, após o XIV Congresso do PCUS, em 1925, conseguiu assumir, com todos os poderes, o domínio do Partido e do Estado russo, demitindo Trotsky do cargo de Comissário de Guerra (dirigente do "Exército Vermelho").

Durante alguns anos, escudado em seu grande prestígio, Trotsky conseguiu liderar a oposição a Stalin. Entretanto, a partir do XV Congresso do PCUS, em novembro de 1927, os fatos atropelaram-se. Trotsky foi expulso do Partido, preso e deportado para a Sibéria. Em 1929, foi banido da Rússia, seguindo para a ilha de Prinkipo, próxima a Constantinopla. Depois seguiu para a França, Noruega, Espanha e, finalmente, para o México, onde, em 25 de agosto de 1940, foi assassinado, a golpes de picareta na cabeça, por Ramon Mercader Del Rio, considerado como um agente de Stalin.

Além da luta básica pelo poder, as concepções de Stalin e de Trotsky eram divergentes, embora ambos se tenham declarado "marxistas-leninistas". Em sua visão original, podem-se alinhar as seguintes premissas básicas do trotskismo: pela defesa da tomada violenta do poder, tipo golpe de Estado, considerando a guerrilha urbana como elemento essencial para a transformação revolucionária; contra o burocratismo rígido na direção partidária, defendendo o "fracionismo", isto é, o direito de formar grupos, tendências e frações dentro da estrutura da organização; pela defesa da "revolução mundial", em contraposição ao conceito stalinista do "socialismo num só país", substituindo o fator "nacional" pelos princípios internacionalistas; e pela defesa da "revolução permanente", contínua, não admitindo uma etapa inter

mediária para atingir o socialismo (ditadura do proletariado).

Desse modo, modifica-se o quadro apresentado na 1ª Parte, Cap. I, item 1., deste livro, acrescentando-se a linha trotskista:

Em 3 de setembro de 1938, em Périgny, aldeia próxima a Paris, foi fundada a IV Internacional, também conhecida como Internacional Trotskista, que aprovou o seu documento básico, — o "Programa de Transição". As resoluções desse Congresso de Fundação foram consideradas como "secretas" e, por ordem de Trotsky, guardadas na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para somente serem reveladas 40 anos após sua morte (1).

De 1938 para cá, é difícil estabelecer, em linhas precisas, o histórico do trotskismo. O princípio do "fracionismo" e o "direito de tendência" provocaram inúmeras cisões e dissidências, formando um verdadeiro labirinto de linhas ideológicas, que se dizem, cada uma, representar o real pensamento de Trotsky.

No entanto, apesar da fraqueza acarretada por essas constantes divisões e por não ter conseguido, até hoje, assumir o poder em nenhum país, é inquestionável a crescente influência dos movimentos trotskistas no mundo inteiro. Por seu aparente "liberalismo", às vezes, até confundido com o anarquismo, vêm conseguindo empolgar setores das massas, particularmente os estudantes e os intelectuais. E, mais uma vez, copiando o que aconteceu com a III Internacional, no Brasil, o trotskismo não conseguiu estabelecer uma linha própria, limitando-se a seguir, quase que mecanicamente, o que os grandes ideólogos decidiram no exterior.

2. O PORT quebra o exclusivismo do PCB

Ao Congresso de Fundação da IV Internacional, em 1938, com-

(1) Em 1980 houve o acesso ao documento, que continha textos em russo e alemão, mas não há notícia de seu conteúdo.

pareceram 21 delegados, representantes de grupos trotskistas de 11 países. Entre eles, o brasileiro Mário Pedrosa representava o continente sul-americano.

Em 1926, Mário Pedrosa ingressara no PC-SBIC. No ano seguinte, ao dirigir-se para fazer um curso em Moscou, adoeceu ao passar pela Alemanha e, por lá ficando, tomou conhecimento das teses da "oposição de esquerda". Convertido às idéias trotskistas, passou a enviar documentos para seus companheiros do Comitê Estadual do PC de São Paulo. Não foi a Moscou, retornou ao Brasil e, em 1929, formou o Grupo Bolchevique Lenin (GBL), ainda dentro da estrutura do PC-SBIC.

Em 1931, Mário Pedrosa, já afastado do PC, transformou o GBL na Liga Comunista Internacionalista (LCI), que reunia alguns intelectuais como Fúlvio Abramo e Edmundo Ferrão Muniz de Aragão. Em 1935/36/37, diversas prisões desarticularam a LCI. Mário Pedrosa fugiu para o exterior e Muniz de Aragão, com remanescentes da LCI, criou o Partido Operário Leninista (POL), em 1937, que nunca chegou a ter real importância.

Nessa época, no Comitê Estadual de São Paulo do PC-SBIC, surgiu um novo grupo trotskista, liderado por Hermínio Sacheta, que recebeu a denominação de Tendência de Esquerda. Internacionalmente, este grupo orientava-se pelo ideólogo trotskista Hugo Miguel Bressano, conhecido por "Nahuel Moreno" ou, simplesmente, "Moreno". Nos primeiros anos da década de 40, a Tendência de Esquerda transformou-se no Partido Socialista Revolucionário (PSR), que, logo depois, se filiou oficialmente à IV Internacional, constituindo-se na linha Moreno ou linha morenista.

Em 1952, o PSR dissolveu-se e seus remanescentes criaram, em São Paulo, a Liga Socialista Independente (LSI). Em 1954/55, "J. Posadas", outro ideólogo trotskista de nível internacional, veio ao Brasil e provocou a extinção da LSI. Homero Romulo Cristalli Frasnelli, conhecido por "J. Posadas" ou, simplesmente, "Posadas", era um argentino que em sua juventude fora jogador de futebol profissional em Buenos Aires. Considerado como um dos grandes ideólogos trotskistas, era dirigente máximo do "Bureau Latino-Americano", com sede em Montevidéu e vinculado ao Secretariado Internacional. Em 1955, criou no Brasil o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que se desenvolveu apoiado no jornal "A Frente Operária".

Quebrando o exclusivismo do PCB, o PORT, desde o início de suas atividades, optou pelo caminho violento. Nos primeiros anos da década de 60, atuou nas Ligas Camponesas, no Movimento dos Sargentos e nos Grupos dos Onze, de Brizola.

3. O XX Congresso do PCUS

Em fevereiro de 1956, realizou-se o XX Congresso do PCUS, no qual o seu secretário-geral, Nikita Kruschev, apresentou um "relatório secreto" abordando duas idéias básicas, o combate ao culto à personalidade e a coexistência pacífica, que traçaram novos rumos para a condução do Movimento Comunista Internacional (MCI) e acentuaram as divergências sino-soviéticas.

O combate ao culto à personalidade centrou-se na denúncia dos crimes cometidos por Stalin e na crítica a seus "métodos autoritários" e "concepções sectárias". O combate ao "dogmatismo stalinista" foi acentuado e a sua política execrada. Na prática, chegou-se ao requinte de derrubar as estátuas do ex-líder e de modificar o nome da cidade de Stalingrado para Leningrado. A desmitificação de Stalin foi completa. O "grande pai" transformou-se em filho bastardo.

A política de coexistência pacífica, lançada no Congresso, previa a convivência simultânea e lado a lado entre países com sistemas políticos, econômicos e sociais diferentes. Abdicando, pelo menos em tese, da linha de expansão do comunismo pela força e da inevitabilidade do choque armado entre o mundo democrático e o mundo comunista, procurava estabelecer uma "competição econômica com o capitalismo", em busca da hegemonia mundial. A luta armada era substituída pela luta ideológica, através da propaganda e da infiltração, a fim de ganhar as massas.

Talvez Kruschev não tenha estimado corretamente os possíveis efeitos externos de sua decisão. Havia dirigentes comunistas que concordavam com os métodos stalinistas e havia dirigentes que julgavam que o erro não estava em Stalin e sim no sistema soviético, que permitira sua ascensão e transformação num ferrenho ditador.

As conseqüências do XX Congresso foram imediatas. As divergências sino-soviéticas, que já existiam há algum tempo por questões geopolíticas, acentuaram-se nas questões ideológicas. Reações e dissidências surgiram em todos os partidos comunistas, pois muitos dirigentes não aceitaram a desestalinização.

Os defensores da política do XX Congresso — a coexistência pacífica — receberam os epítetos de "revisionistas" e de "reformistas".

O policentrismo ganhou vulto. Iniciava-se o fim do bloco monolítico do MCI e da hegemonia do PCUS.

4. O V Congresso do PCB

As denúncias do sistema do culto à personalidade e dos crimes do "camarada" Stalin, feitas no XX Congresso do PCUS, acarretaram a paralisação do PCB. A sua direção nacional buscou adiar o quanto pôde a discussão em torno desses fatos.

Em julho de 1956, houve uma Conferência Nacional do Partido, a V, mas o assunto simplesmente não foi abordado. Segundo Peralva, o PCB "estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema, para o qual não existiam ainda as muletas do projeto de frase feita e das fórmulas consagradas. Porque era a isso, a um repetidor de frases feitas, que se havia reduzido o antigo Cavaleiro da Esperança" (2).

Em agosto, é realizada uma reunião do CC, na qual a direção do Partido é duramente criticada, mas a discussão envolvendo o PCB como um todo ou o fulcro do problema continuou, na prática, proibida. O crítico mais contundente fora Agildo Barata. Desde o início dessa reunião, constatou-se que as divergências com o trabalho de direção do Partido eram irreconciliáveis.

Em fins de setembro, é convocada uma nova reunião do CC, onde, muito mais nítidas do que o rumo que o PCB tomaria, começam a delinear-se correntes, que iriam, dali para frente, digladiar-se pelo poder.

Em novembro, a Comissão Executiva, através da "Carta Aberta de Luiz Carlos Prestes aos Comunistas", que se tornou conhecida como "carta-rolha", estabeleceu o fim da discussão. Esta-

(2) Peralva, O.: "O Retrato", Ed. Itatiaia Ltda, BH., 1960, pág. 255.

vam proibidos, entre outras coisas, "quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética".

Eram cada vez mais nítidas as tendências dentro do Partido: de um lado, Agildo Barata e boa parte dos intelectuais, desejando que fosse feita uma autocrítica radical, exigindo mesmo o afastamento dos membros da direção partidária; de outro lado, a maioria da Comissão Executiva, extremamente comprometida com o "status quo", resistindo às mudanças a qualquer preço. Havia, ainda, os conciliadores, que, num primeiro momento, reforçam a "esquerda" para derrotar a "direita" e, uma vez liquidada esta, dão o golpe de misericórdia naquela.

Vinhas assim retrata essa situação e a posição do secretário-geral do Partido: "A crise política aparece, assim, como crise de direção. A posição de Prestes não foi unívoca nem retilínea. Inicialmente perplexo e sem saber o que fazer, foi sendo aos poucos ganho para a autocrítica".

A seguir, Agildo Barata é afastado do PCB e com ele saem inúmeros militantes, inclusive Bruzzi Mendonça, o seu único deputado federal.

Prestes, saindo da clandestinidade a que se impusera com o auxílio do núcleo dirigente, depois de 10 anos, em agosto de 1957, comparece à reunião do CC. Nessa reunião, são destituídos da Executiva: Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois. É aprovada uma resolução contra a "atividade antipartidária de Agildo Barata" e seu grupo e nomeada uma comissão que deveria preparar um documento analisando os reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, o qual deveria ser discutido na plenária marcada para março de 1958.

Esse documento, entretanto, nasceu morto. Na reunião de março de 1958, o CC não o coloca nem na ordem do dia e aprova outro documento, que ficou conhecido como a "Declaração de Março". Essa declaração representou, na realidade, um ponto de inflexão na linha política do PCB, modificando as resoluções do IV Congresso e aprovando a tese da coexistência pacífica.

Delinearam-se os grupos. De um lado, Prestes comandava o CC, de acordo com a nova linha de Kruschev. Do outro, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros, ainda stalinistas, defendiam as resoluções do IV Congresso e,

nas divergências sino-soviéticas, posicionavam-se pró-China.

Em setembro de 1960, em pleno centro do Rio de Janeiro, usufruindo de uma situação de "legalidade de fato", o PCB realizou o seu V Congresso Nacional. A "Resolução Política" aprovada nesse Congresso foi estabelecida tendo por base a concepção do XX Congresso do PCUS.

Para o "novo" PCB, no País não havia mais "condições para transformações socialistas imediatas" e a "atual etapa histórica" não exigia soluções radicais. Era viável a obtenção de contínuas reformas econômicas e políticas, que poderiam ser alcançadas através da luta de massas e da política de frente única. O caráter da revolução brasileira era "nacional-democrático" e deveria ser buscada uma sólida aliança entre o proletariado e o campesinato. As tendências dogmáticas e sectárias teriam que ser combatidas e a luta ideológica intensificada. O caminho da revolução seria "pacífico", sem que, entretanto, fosse absolutizado. A luta armada foi colocada em segundo plano e não mais considerada como um "princípio".

O Congresso aprovou um novo Estatuto e deveriam ser tomadas providências jurídicas a fim de legalizar o Partido. Foi eleito um novo CC e os principais stalinistas, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Orlando Pioto, foram afastados. Esta corrente, entretanto, ainda continuava representada no CC através de Pedro Pomar, Ângelo Arroio, Carlos Danielli e Henrique Cordeiro Oest, eleitos suplentes. Dos sete membros da Comissão Executiva, dois deles, Mário Alves e Carlos Marighela, trariam, no futuro, novas divergências ideológicas.

5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB

Vencidas as incertezas ideológicas individuais, os stalinistas, que não aceitavam as resoluções do XX Congresso do PCUS, constituíram-se como um grupo organizado a partir do V Congresso do PCB, de setembro de 1960.

Em março/abril de 1961, uma reunião da cúpula do Partido, realizada em São Paulo, colocou em prática as resoluções daquele Congresso, as quais autorizavam o CC a proceder modificações, a fim de que o PCB pudesse ser legalizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Desse modo, alterou-se o nome para Partido Comunista Brasileiro, conservando-se, todavia, a si-

gla. Retirou-se, do Estatuto, os termos "marxismo-leninismo" e "internacionalismo proletário" e aprovou-se novo Programa, onde não consta que o objetivo final seria o estabelecimento de uma "sociedade comunista".

Em 11 de agosto de 1961, a publicação dessas modificações no suplemento do jornal "Novos Rumos" provocou o acirramento das divergências. No mesmo mês, cerca de 100 dirigentes e militantes stalinistas encaminharam um vigoroso protesto ao CC/PCB. Nesse documento, conhecido como a "Carta dos Cem", protestam contra o CC por ter violado as decisões do V Congresso, afirmando que elas só poderiam ser modificadas por outro Congresso. Chamam a alteração de "ridícula", criticam o Programa e não concordam com a retirada das expressões "marxismo-leninismo" e "internacionalismo proletário" do Estatuto (3). Finalmente, consideram que o novo Partido Comunista Brasileiro não é o verdadeiro Partido Comunista do Brasil e apelam ao CC para que convoque um Congresso Extraordinário.

Em outubro, os stalinistas são expulsos do PCB. No ano seguinte, de 11 a 18 de fevereiro, em São Paulo, realizam uma Conferência Nacional Extraordinária e fundam o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B. Consideram-se os reais continuadores do antigo PC e, a essa Conferência, dão o número V e o nome de Conferência de Reorganização do Partido. Fazem publicar o documento "Em Defesa do Partido" e aprovam o Estatuto e um Manifesto-Programa. Finalmente, elegem um CC, composto, entre outros, por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroio, José Duarte, Elza Monerat e Walter Martins. Diógenes de Arruda Câmara só ingressou no PC do B após a Revolução de março de 1964.

O documento "Em Defesa do Partido" limita-se a divulgar os mesmos conceitos emitidos na "Carta dos Cem", de agosto de 1961, no sentido de justificar a dissidência formada no PCB. No "Manifesto-Programa", o PC do B traça as bases de sua linha política, num retorno ao preconizado no IV Congresso do PCB, de 1954. Orientando-se pelo marxismo-leninismo e objetivando atingir o socialismo e o comunismo, afirma que as classes dominantes "voluntariamente não cederão suas posições" e "tornam inviável o caminho pacífico da

(3) Em 1985, o PC do B, paradoxalmente, a fim de se legalizar, retirou essas expressões de seu Estatuto.

revolução". Defende "a luta decidida e enérgica e ações revolucionárias de envergadura", desencadeadas pelos operários e pelos camponeses, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes e os sacerdotes ligados às massas.

Tais segmentos da sociedade, ainda segundo o "Manifesto-Programa", deveriam "instalar um governo popular revolucionário" que instaurasse "um novo regime, um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista". Nesse documento, o PC do B elogia a China Popular e não ataca a União Soviética. Somente no ano seguinte, em julho de 1963, no documento intitulado "Proposta a Kruschev", o Partido definirá sua posição internacional, apoiando o PC da China (PCCh) e o Partido do Trabalho da Albânia (PTA), e atacando o PCUS.

Na realidade, o PC do B constituiu-se na primeira grande cisão do PCB, contrária à via pacífica e favorável à luta armada. Em seus primeiros dois anos de existência, limitou-se a organizar-se e a atacar a política "revisionista" do PCB. Tentou, também, influir no movimento de massa, particularmente, com a incorporação, no final de 1962, de cerca de meia centena de militantes das Ligas Camponesas de Goiás e Pernambuco. Elegeu Stalin como o 4º grande pensador comunista, depois de Marx, Engels e Lenin. Só alguns anos mais tarde, o PC do B assumiu o pensamento de Mao Tsetung, que o levaria à aventura do Araguaia.

6. POLOP: uma criação da esquerda independente

No Brasil, na segunda metade da década de 50, vivia-se o período do governo Juscelino Kubitschek, cercado pela euforia do nacionalismo, no qual a emancipação econômica seria conseguida pelo desenvolvimento industrial. A maioria dos partidos políticos, inclusive o PCB, partilhava dessa posição, cujo pólo de difusão era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Na evolução do processo, começaram a surgir críticas à ideologia nacionalista, partidas de uma nova corrente — a esquerda marxista independente. Segundo ela, a crise do nacionalismo viria embutida no próprio desenvolvimento industrial, que não iria conseguir resolver o conflito da exploração da força de trabalho. A emancipação econômica também ficaria anulada pela

presença do capital estrangeiro, que, fomentando o desenvolvimento industrial, inviabilizaria qualquer modificação na estrutura fundiária.

Infenso às críticas, o PCB continuava apoiando a política nacionalista, com a ressalva de que esta só se complementaria quando as reformas de base acabassem com o latifúndio e com a "exploração imperialista" representada pelo capital estrangeiro.

A esquerda marxista independente resolveu organizar-se, buscando, ideologicamente, uma posição intermediária entre a "revolução nacional-democrática" do PCB e a "revolução socialista" dos trotskistas, representada, no Brasil, pelo PORT. A nível internacional, já havia essa posição intermediária, denominada de "centrista".

Na década de 20, Thaelheimer, dirigente do PC alemão, começou a difundir suas idéias, que procuravam fugir ao dilema Stalin X Trotsky. Na década de 30, o bolchevista Bukharin passou a defender as idéias de Thaelheimer. Caindo em desgraça, foi fuzilado, em 1938, por ordem de Stalin. Na Espanha, Andrés Nin, dirigente do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), passou a implantar as concepções de Thaelheimer. Após a Revolução Espanhola, foi assassinado a mando de Stalin.

Em 1960, baseado nessa posição centrista de Thaelheimer, Bukharin e Nin, o núcleo leninista do Rio de Janeiro, que representava a corrente da esquerda marxista independente e publicava a revista "Movimento Socialista", juntando-se a dissidentes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), elaborou um documento propondo a criação de um "partido revolucionário da classe operária" e apresentou um projeto de estatuto.

À proposta do grupo do Rio de Janeiro, juntaram-se a "Liga Socialista" de São Paulo (4), membros da "Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, e elementos da Bahia, de Goiás, de Brasília, de Pernambuco e do Paraná. Num verdadeiro cadinho ideológico, independentes e dissidentes trotskistas do PCB reuniram-se no interior de São Paulo, em fevereiro de 1961, e realizaram o Congresso de Fundação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-PO), mais conhecida como POLOP ou, simplesmente, PO. Seus principais ideólogos eram Erico Czackzes Sachs,

---

(4) O grupo de São Paulo, que seguia a orientação ideológica de Rosa de Luxemburgo, mais tarde, afastar-se-ia da organização que seria [illegible] (POLOP).

Eder Simão Sader, Rui Mauro de Araújo Marini e Teotônio dos Santos, os dois primeiros mais conhecidos como, respectivamente, "Ernesto Martins" e "Raul Villa".

A POLOP defendia o caráter da revolução brasileira como sendo "socialista", ao contrário do PCB que a caracterizava como "nacional-democrática". Enquanto o PCB propunha a constituição de uma "frente única" congregando a "burguesia e o proletariado", a POLOP lutava pela formação de uma "frente dos trabalhadores da cidade e do campo", excluindo a burguesia. Visualizava, também, a criação de um grande partido revolucionário a partir de uma "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER), que congregasse as diversas "vanguardas" existentes fora da esfera da influência "reformista e colaboracionista" do PCB.

Em seus primeiros anos, até 1964, a POLOP viveu a fase da "luta ideológica contra o reformismo dominante". Em julho de 1963, no Rio de Janeiro, realizou o II Congresso Nacional, quando transformou o seu boletim "Política Operária" em jornal e, mais tarde, no início de 1964, em revista. Por decisão do Congresso, a organização deveria buscar uma atuação mais efetiva junto ao operariado, procurando a efetivação da FER juntamente com o PC do B, com a Ligas Camponesas e alguns trotskistas. Ainda em 1963, a POLOP apoiou e orientou a subversão dos Sargentos em Brasília e concitou o PCB, através de uma "Carta Aberta", a romper com o reformismo e com o Governo de João Goulart.

Em março de 1964, em São Paulo, pouco antes da Revolução Democrática, realizou o seu III Congresso Nacional, no qual se colocou contra a Campanha pela Constituinte, defendida pelo PCB e por Brizola. A Revolução de 31 de março de 1964 encontrou a POLOP às voltas com discussões teóricas internas e na incipiente tentativa de penetrar no meio operário, até então impermeável a essa organização de origem intelectual burguesa.

7. AP: uma criação da esquerda católica

Em 1935, no Rio de Janeiro, o Cardeal Leme criou a Ação Católica, que visava a ampliar a influência da Igreja nos diversos segmentos da sociedade. Naquela época, a ascenção do fascismo dividiu a Igreja em torno do apoio à Ação Integralista Brasileira (5). A Ação Católica, dirigida por Alceu de Amoroso

(5) A Ação Integralista Brasileira foi um movimento revolucionário, chefiado por Plínio Salgado, com doutrina equivalente ao fascismo.

Lima, tomou posição favorável ao integralismo, sendo acompanhada por vários clérigos, dentre os quais o padre Helder Câmara.

A dissolução da Ação Integralista por Getúlio Vargas, em 1937, e a derrota do fascismo na 2ª Guerra Mundial fizeram com que a Ação Católica se afastasse dessa linha ideológica. Recuperado de seu passado fascista, D. Helder Câmara, nomeado assistente da Ação Católica, conduziu a entidade para a esquerda, atrelando-a a pensadores católicos como Emanuel Mounier, Teillard de Chardin, Lebret e outros.

No início da década de 60, parcela da Igreja estava ideologicamente dividida. A ala esquerda de D. Helder, contando com o apoio de D. Antonio Fragoso e dos padres Francisco Lago e Alípio Cristiano de Freitas, dentre outros, contrapunha-se à facção conservadora, onde despontavam D. Jaime de Barros Câmara e D. Vicente Scherer. A grande maioria do clero, não comprometida com nenhuma das correntes, mantinha-se alheia à atuação política.

A Ação Católica dispunha de três organismos para conduzir suas atividades: a Juventude Estudantil Católica (JEC), no meio estudantil secundarista; a Juventude Operária Católica (JOC), no meio operário; e a Juventude Universitária Católica (JUC), entre os estudantes de nível superior.

Em 1959, em Belo Horizonte, na reunião do Conselho Nacional da JUC, foi colocado em discussão o documento "Da Necessidade de um Ideal Histórico". No ano seguinte, no seu Congresso dos 10 anos, a JUC aprovou o documento "Diretrizes Mínimas para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro", no qual optou pelo "socialismo democrático". Nessa época, a JUC era dominada pela sua ala esquerda, denominada de"setor político", com predominância nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

No Rio, a PUC, orientada pelo padre Henrique Vaz, era o principal reduto da JUC esquerdista, onde despontava o líder Aldo Arantes. Em Minas, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG reunia os principais agitadores da esquerda católica, como Herbert José de Souza, conhecido como "Betinho", Vinícius Caldeira Brandt e Henrique Novais. Destacava-se, também, a atuação do Padre Lage junto aos favelados. Na Bahia, liderado por Jorge Leal Gonçalves Pereira, o bolsão esquerdista da JUC centralizava-se na Escola Politécnica da Universidade da Bahia e conseguiu ele-

ger Paulo Mendes para presidente da União dos Estudantes da Bahia.

Em 1961, no XXIV Congresso da UNE, a JUC, aliando-se ao PCB, conseguiu eleger Aldo Arantes para a presidência da entidade, iniciando um domínio do movimento universitário, que iria durar anos. Logo depois, a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE), organização de frente do MCI, provocou viva reação dos setores conservadores da Igreja, que acabaram expulsando Aldo Arantes da JUC.

Os jovens católicos de esquerda, despertados para a "revolução brasileira" e sentindo-se suficientemente fortes, passaram a idealizar um organismo independente da Igreja. Iniciava-se o processo de formação da Ação Popular. Em janeiro de 1962, em São Paulo, a ala esquerda da JUC realizou uma reunião, na qual foi aprovado o documento "Estatuto Ideológico", que defendia a "revolução brasileira" e o "socialismo", e foi criado o "Grupo de Ação Popular", alcunhado de "Grupão". Em seguida, sob o pretexto da luta pela reforma universitária e pelo aumento da representação estudantil para 1/3 nos conselhos universitários, formou se uma caravana, denominada de UNE-Volante, que manteve contatos com os principais líderes esquerdistas da JUC, em quase todas as capitais do País, sobre a organização do "Grupão" em âmbito nacional.

Numa segunda reunião, realizada em junho de 1962, em Belo Horizonte, foi aprovado um novo documento, o "Esboço do Estatuto Ideológico", mudado o nome da organização para Ação Popular (AP) e eleita uma Coordenação Nacional. No segundo semestre desse mesmo ano, o XXV Congresso da UNE elegeu para a presidência Vinícius Caldeira Brandt, confirmando o domínio da nova AP.

Durante os dias de carnaval de fevereiro de 1963, na Escola de Veterinária de Salvador, foi realizado o I Congresso da AP, considerado, oficialmente, como o seu Congresso de Fundação. Foi aprovado o "Documento-Base", e seus principais fundadores foram Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira e Péricles Santos de Souza.

O "Documento-Base", confeccionado para estabelecer a linha política inicial da AP, não conseguiu definir com precisão

os seus aspectos básicos, permanecendo, ainda, com resquícios da doutrina social da Igreja. Apesar de dizer-se marxista, defendia não a ditadura do proletariado mas um objetivo meio infantil, meio irreal, o "socialismo como humanismo". Apesar de defender a revolução soviética, não aceitava etapas intermediárias, propugnando por uma revolução socialista, o que a aproximava da "linha centrista". Apesar de fazer opção pela violência, afirmando que "... a história não registra quebra de estrutura sem violência", não explicitou a forma de luta pela qual propugnava, limitando-se a clamar por uma "preparação revolucionária" conduzida num processo de conscientização e de mobilização populares.

Em seu primeiro ano de existência oficial, antes da Revolução de março de 1964, a AP destacou-se, apenas, por sua atuação no movimento estudantil, por suas origens na JUC e por sua influência na JEC. No campo, infiltrou-se na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, criada por um convênio entre a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) e o Ministério do Trabalho. Na fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, a AP realizou aliança com o PCB, embora tivesse assumido uma posição mais radical ao defender a reforma agrária "na lei ou na marra". No sindicalismo urbano, sufocada pela força do PCB, nunca conseguiu resultados expressivos.

A indefinição da linha política fez com que a AP vacilasse em assumir uma postura ideológica, o que só veio acontecer alguns anos mais tarde.

CAPÍTULO II

A AÇÃO COMUNISTA

1. A exploração das dificuldades e das ambições

Esta história começa em setembro de 1961, quando João Goulart assume a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Naquela época, além do PCB, já existiam o PORT e a POLOP, e estavam em processo de formação o PC do B e a AP. Entretanto, no período que vamos abordar, até 1964, essas quatro organizações não tiveram atuação marcante na vida política nacional, limitando-se a ações episódicas e a atividades de infiltração nos diversos movimentos de massa.

Quatro figuras sobressaíam no cenário político nacional, e, em torno delas, giravam as ações das esquerdas:

- Luiz Carlos Prestes, o Secretário-Geral do PCB, antigo Senador da República, com invejável domínio carismático sobre seus seguidores;
- Miguel Arraes, firmando-se como o grande líder das esquerdas no Nordeste, e que viria a ser, ainda em 1962, Governador de Pernambuco;
- Leonel Brizola, cunhado de Jango, agressivo e possuidor de uma retórica capaz de seduzir as grandes massas. Suas falas, recheadas de metáforas e de repetições demagógicas, levaram-no ao Governo do Rio Grande do Sul e, posteriormente, à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro; e
- o vértice das ações, pois Presidente da República, João Goulart.

Apesar de inteligente e de serem proclamados seus "bons sentimentos", Jango não estava à altura de compreender a importância da missão histórica que o destino lhe reservara. Inábil para a ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam "outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar metodicamente a desordem", como sintetiza Afonso Arinos (1).

Apesar de continuamente amparar-se em Prestes, Brizola e Arraes, Jango os temia, na medida em que as ambições pessoais desses líderes, cada um representando uma linha, entrassem em

---

(1) Melo Franco, A.A. - "Problemas Políticos Brasileiros" - Livraria José Olímpio Editora, R.J., 1975, pág. 171.

confronto direto, comprometendo o projeto político do Presidente.

Somando-se a essas ambições, Jango herdara uma nação frustrada pela recente renúncia, marcada pelas dívidas e pela inflação galopante, instabilizada pela fragmentação partidária e conflagrada por uma intensa agitação sindical, dirigida pelo PCB. E todas essas dificuldades, fraquezas e ambições não deixaram de ser exploradas pelos comunistas, que, colocando seus objetivos táticos sempre mais além, não perdiam de vista os objetivos estratégicos.

2. O PCB e seus objetivos

Assumindo Jango, o PCB declarou aberta a perspectiva real de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico, isto é, a implantação de um governo nacionalista e democrático (primeira etapa da revolução). Do mesmo modo, apontava sempre, de acordo com a sua linha política "etapista", para o seu objetivo estratégico final, a implantação de um governo socialista, do tipo ditadura do proletariado, ante-sala do comunismo.

Estabelecidos os objetivos estratégicos, o PCB tratou de explicitar a estratégia, o caminho pelo qual deveria ser atingido o governo nacionalista e democrático. Coerente com a linha de Kruschev, deu prioridade à via pacífica da revolução, através de uma intensa mobilização de massas.

Em outubro de 1961, seu Comitê Central (CC) baixou uma Resolução, publicada na revista "Novos Rumos" (2), da qual extraímos o seguinte trecho:

"Apresenta-se desta maneira um quadro em que as perspectivas são de novas lutas e, também, de novas vitórias. A frente de massas, cabe aos comunistas saber orientá-la para que se una e lute organizadamente, em defesa de suas reivindicações imediatas..."

Ao mesmo tempo, o PCB não descartou a possibilidade de utilizar outras formas de luta, além da política (3):

"Como ensina o grande Lênin, a história em geral e a das revoluções, em particular, debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935, são sempre muito mais ricas do que ima

(2) Novos Rumos nº 143, de 3 a 9 de novembro de 1961, pág. 8.
(3) Doutrinariamente, os marxistas-leninistas adotam 4 formas de lutas: as políticas, as ideológicas, as econômicas e a luta armada.

ginam os melhores partidos de vanguarda, dando a dupla conclusão de que o proletariado, e particularmente seu Partido, precisam saber utilizar todas as formas de luta e achar-se em condições de substituir, de uma maneira rápida e inesperada, uma forma por outra. Devemos estar sempre preparados para enfrentar todas as conseqüências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas, e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta".

Mas, além do caminho pacífico ser um processo de choques e conflitos sociais, errados estavam aqueles que pensavam que essa estratégia do PCB, do trabalho constante de mobilização das massas, era a única possível. Se não, vejamos o que a mesma "Novos Rumos" afirma a respeito:

"É necessário chamar a atenção para duas incompreensões quanto à nossa linha política, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns camaradas. A primeira consiste na absolutização da possibilidade da saída pacífica da nossa revolução, isto é, na exclusão da possibilidade de uma saída não pacífica da revolução brasileira. A outra incompreensão é o entendimento de que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choques e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições de classes e aprofundar a luta contra o inimigo".

Estabelecidos os objetivos e a estratégia prioritária, ainda nesse documento, o PCB traça a sua tática:

- defender a realização de um plebiscito sobre as modificações introduzidas na Constituição;
- apoiar o lançamento da Frente de Libertação Nacional, primeira tentativa de vulto para o estabelecimento de uma frente-única das esquerdas;
- apoiar os movimentos grevistas;
- buscar o domínio sindical; e
- mobilizar as massas em torno de diversos eixos táticos, tais como: o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, a solidariedade ao povo cubano, a suspensão da remessa de lucros para o exterior, o combate à carestia com uma política financeira livre das imposições do FMI, o congelamento de preços dos produtos de consumo popular, a defesa das estatais, a liberdade e a autonomia sindicais, a reforma agrária radical, o registro legal do Partido e o direito de voto aos analfabetos

e aos soldados.

No desenvolvimento dessa linha política, o PCB colocar-se-ia, sistemática e fundamentalmente, contra os gabinetes do governo parlamentarista e contra o Congresso, sempre exigindo novas e crescentes reivindicações.

3. Reforma ou Revolução?

Desde que assumiu o poder, em 7 de setembro de 1961, já sob um sistema parlamentarista, Jango manobrou para recuperar os poderes constitucionais, procurando equilibrar-se entre os choques de forças opostas, ora apoiando uma, ora outra. A essa política, vieram juntar-se as vacilações de sua personalidade, conduzindo a vida política brasileira através de um caminho incerto e sinuoso.

Em novembro de 1961, a lei de remessa de lucros para o exterior dividiu o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados tomando uma posição mais radical e "nacionalista" e o Senado Federal, outra, mais "conservadora". Após a rejeição do Senado, a lei foi aprovada pela Câmara e enviada para a sanção presidencial. Pressionado pelo Ministro da Fazenda, Jango aceitou que o Senado apresentasse outro projeto, emendando essa mesma lei, prometendo para a ocasião seu apoio à emenda. No momento oportuno, entretanto, Jango, sem coragem de enfrentar a Câmara, não apoiou a emenda enviada pelo Senado.

Em 24 de novembro de 1961, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS aproximou Jango dos comunistas. No início de 1962 (já estando infiltrado na UNE e na PETROBRÁS), o PCB alcançou a presidência da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), com a eleição de Clodsmith Riani, cuja posse contou com a presença de Jango. Coerente com o princípio marxista-leninista de que a classe operária era o principal agente da revolução, o PCB sempre procurou conduzí-la através de suas entidades representativas, os sindicatos, as federações e as confederações, dominando-as ou infiltrando-as.

Naquela época, os comunistas dominavam diversos sindicatos das áreas de comunicações e de transportes e estavam infiltrados nos sindicatos de bancários e dos empregados nas indústrias. Em variados graus de controle, o PCB atuava nas seguintes Confederações Nacionais de Trabalhadores: do Comércio (CNTC),

dos Estabelecimentos de Crédito (CONTEC), dos Transportes Terrestres (CNTTT) e dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA).

O grande objetivo nessa área, entretanto, era o de criar um organismo centralizador, a fim de desencadear as greves gerais, transformando-as em instrumento de pressão política.

Nesse aspecto, já existiam dois organismos aglutinadores, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia os sindicatos vinculados aos transportes, e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que englobava várias categorias, em particular, a dos metalúrgicos. A conquista da CNTI forneceu, ao PCB, a hegemonia no meio sindical e a base para a criação de uma entidade acima das confederações.

Em fevereiro de 1962, Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul e contando com o apoio do PCB e da UNE, encampou a Companhia Telefônica, criando atritos nas relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Tal episódio serviu como estopim para o início, pelos comunistas, de uma campanha pela encampação de outras empresas, particularmente as concessionárias de serviços públicos.

Em março de 1962, as comemorações dos 40 anos de fundação do PCB provocaram uma intensa atividade de agitação e propaganda. Foi organizada uma exposição sobre a URSS e realizaram-se comícios e festas, culminando com o canto da Internacional no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Ao mesmo tempo, dezenas de pronunciamentos de políticos e de intelectuais procuravam chamar a atenção para os comunistas.

Em abril de 1962, ainda em pleno desenvolvimento da campanha pela encampação das subsidiárias de serviços públicos, Jango viaja para os Estados Unidos da América em busca de apoio financeiro para seu plano de governo. Mas, apesar de se ter declarado, em discurso pronunciado no Congresso norte-americano, contrário ao regime totalitário de Fidel Castro, nos problemas internos o Presidente mais e mais se aproximava das esquerdas.

A campanha pelas "reformas de base" ofereceram a Jango a oportunidade de obter o apoio das massas. Reforma ou Revolução? Para os comunistas, as reformas serviam para preparar e acelerar a revolução; para Jango, as reformas poderiam dar-lhe um 'nome' na história, ao estilo populista.

Seus discursos de 1º e 13 de maio aproximaram-no mais das esquerdas. Ainda em maio, Brizola lançou o "slogan" "Reforma ou Revolução", com muito maior repercussão do que o fizera Francisco Julião, no I Congresso das Ligas Camponesas, em novembro de 1961.

4. As Ligas Camponesas

No fim da década de 50, as Ligas Camponesas haviam-se projetado nacionalmente e, no início dos anos 60, sofreriam uma virada ideológica. Afastar-se-iam do PCB e abraçariam uma concepção revolucionária calcada na experiência cubana, definindo-se pela reforma agrária radical ("na lei ou na marra").

O afastamento do PCB deu-se com a derrota, no V Congresso do Partido, das teses dos comunistas vinculados às Ligas que viam no campesinato a principal força revolucionária. O Partido, nesse Congresso, realizado em 1960, consagrara a tese do caráter nacional-democrático da revolução, atrelando a reforma agrária e o movimento camponês às necessidades táticas dessa etapa, alicerçada numa frente única constituída de operários, estudantes e camponeses. Esse fato agravara as relações entre o Partido e as Ligas, já tensas desde a campanha presidencial, quando estas lideravam uma campanha de solidariedade a Cuba, durante o bloqueio à ilha, por ocasião da chamada "crise dos mísseis soviéticos" (o Partido, que apoiava Lott, considerou o movimento inoportuno). O rompimento viria no final do ano seguinte.

O ano de 1961 é marcado pela aproximação de Francisco Julião e das Ligas com as concepções revolucionárias de Cuba. Julião era um advogado, casado com a militante comunista Alexina Crespo e que, atuando nas Ligas desde 1955, tornara-se seu principal líder.

Em novembro desse ano, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), dominada pelo PCB, realizou, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O conclave caracterizou-se pela disputa entre as idéias cubanas de Julião e as teses do PCB. Em entrevista à revista "Che", de Buenos Aires, durante esse Congresso, Julião afirmava:"... *nosso lema é — reforma ou revolução.*

"Se negássemos a revolução seríamos demagogos, carentes de autenticidade; não teríamos o valor de defender nosso pontos

de vista é nossa ideologia.

"Preconizamos uma reforma agrária radical, e as massas brasileiras, que adquirem cada vez maior consciência da dura realidade, levarão o País a nova convulsão social, a uma guerra civil, e ao derramamento de sangue. Será a liqüidação de um tipo de sociedade e a instauração de outro. Nós temos nos envolvido nessa luta com o fim de preparar as massas brasileiras para o advento de uma sociedade nova, na lei ou na marra".

A tese de Julião de uma reforma agrária "na lei ou na marra" empolgara o Congresso, permitindo que as posições do PCB fossem derrotadas, passando essa bandeira a constituir-se no princípio estratégico das Ligas Camponesas. A partir desse evento, quebra-se a unidade do movimento camponês, que passou a ter orientações de esquerda divergentes.

Desde o rompimento com o PCB, as Ligas Camponesas passaram a preparar-se para criar uma forte organização camponesa, em todo o País, que lhes permitisse o enfrentamento armado. Foi criado um Conselho Nacional das Ligas Camponesas, logo infiltrado por dois outros partidos comunistas, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP).

As atividades das Ligas invertem-se. Até agora, predominantemente voltadas para a agitação política e para a organização legal do movimento camponês, passam a dar prioridade à ação militar. Seus melhores quadros, de Pernambuco, são remanejados para outros Estados, a fim de organizar e mobilizar, revolucionariamente, o movimento camponês. Foi iniciada, então, a preparação de campos de treinamento de guerrilhas, sendo os principais na região de Almas, Natividade e Dianópolis, no Nordeste de Goiás, onde predominavam elementos oriundos do movimento estudantil.

Os trotskistas também tentaram infiltrar-se nas Ligas. O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) enviou para o Nordeste vários componentes de seu Comitê Central e passou a atuar com predominância nessa área, a partir de 1962.

Julião, temendo perder o controle político das Ligas, em

21 de abril de 1962, na cidade mineira de Ouro Preto, lançou o Movimento Tiradentes, procurando emprestar-lhe conotações históricas nacionais e unificá-las em torno do "socialismo e o exemplo da revolução cubana", com base nos princípios da II Declaração de Havana. Isolado do PCB e defendendo princípios divergentes do PC do B e da POLOP, o movimento não foi capaz de restaurar a unidade orgânica das Ligas e teve vida efêmera. Em outubro de 1962, as divergências internas aprofundaram-se e Julião é expulso da Comissão Nacional, passando o controle das Ligas ao PC do B. Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam os seus campos de treinamento de guerrilhas e a 27 desse mesmo mês a queda de um Boeing 707, da VARIG, quando se preparava para pousar no Aeroporto Internacional de Lima, no Peru, permitiu o encontro de documentos que tornaram públicas as ligações do governo cubano com as Ligas. Todos esses fatos levaram as Ligas Camponesas a atravessarem profunda crise, do que se valeria o PCB para tentar retomar a hegemonia do movimento camponês.

5. As crises políticas de junho e julho de 1962

Desde que assumiu o poder, Jango não escondia o seu objetivo de conseguir o retorno ao sistema presidencialista. Em junho de 1962, a renúncia do Primeiro Ministro Tancredo Neves provocou uma crise política e propiciou a oportunidade para esse retorno. Jango indicou para ocupar o cargo San Thiago Dantas, que, pouco antes, na Conferência de Punta Del Este, havia tomado uma posição dúbia e tergiversante, defendendo a neutralidade do Brasil no caso de Cuba.

As esquerdas vislumbraram a possibilidade de avançar mais um passo na infiltração do Governo. Em 22 de junho, o PCB promoveu uma concentração popular no Palácio Tiradentes, exigindo um gabinete "nacionalista e democrático". Os organismos sindicais lançaram um manifesto, colocando os trabalhadores de prontidão para a formação de um governo "nacionalista". O Pacto de Unidade e Ação (PUA) lançou uma proclamação exigindo "um governo que fizesse as reformas radicais". Os universitários, que haviam decidido não comparecer às provas de junho, realizaram a primeira greve geral pelas reformas de base. Entretanto, apesar das pressões, o Congresso rejeitou a indicação de San Thiago Dantas.

O Comando Geral de Greve, dominado pelos comunistas, en-

viou carta aberta ao Presidente da República, na qual os trabalhadores declaravam-se "dispostos a defender, a todo risco, um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista". Tentando contornar a crise, Jango indicou Auro de Moura Andrade, que foi aprovado como Primeiro Ministro em 5 de julho de 1962. As esquerdas não aceitaram essa indicação. O Comando Geral de Greve, apoiado pela UNE e por Brizola, decretou uma greve geral, paralisando milhares de operários. Os estudantes invadiram o MEC. Incitados por agitadores profissionais, populares saquearam casas comerciais, culminando, na Baixada Fluminense, com o trucidamento de comerciantes.

No meio dessa crise política, Prestes apresentou, ao Superior Tribunal Eleitoral, o pedido de registro legal do PCB.

O caráter pendular de Jango inclina-se para o outro lado. Não aprova os ministros indicados por Auro de Moura Andrade, provocando a sua demissão dois dias após ter sido eleito pelo Congresso. Jango indicou, então, um terceiro nome, o de Brochado da Rocha, aprovado pelo Congresso.

O PCB, inicialmente, passou a exigir participação no novo Gabinete. Não o conseguindo, mandou publicar um artigo (4), do qual extraímos:

"*As reformas devem e podem ser feitas já, desde que o governo se apoie no movimento de massas e no próprio dispositivo militar com que agora conta*".

Essa seria a forma pacífica de implantar o governo nacional e democrático. Se o apelo ainda não vingara, o Partido seguia paciente. Afinal, essas crises constituíam-se, no entendimento do PCB, "num passo importante na elevação da consciência política e na capacidade de ação das massas". Representavam um passo em frente das forças nacionalistas e democráticas, e expressavam nova modificação na correlação de forças políticas, criando perspectivas mais favoráveis para o desenvolvimento da luta empreendida pelo Partido.

6. Jango obtém plenos poderes

Os comunistas, desde logo, colocaram-se em oposição ao novo Gabinete de Brochado da Rocha, considerado como em conciliação com a "reação e o entreguismo". Em agosto de 1962, o PCB

---

(4) Novos Rumos nº 179, de 20 a 26 de julho de 1962, pág. 3.

aprovou uma nova Resolução Política, na qual, além de constatar "uma divisão cada vez mais evidente entre os chefes militares", afirmava que as massas deviam mobilizar-se "desde já, através das organizações operárias, camponesas, estudantis, e por todas as pessoas", a fim de lutarem pelas reformas de base e estarem preparadas para "os acontecimentos que venham a ocorrer".

Enquanto a UNE realizava o seu XXV Congresso, em Quitandinha, com a presença de Brizola, a Frente de Libertação Nacional fazia realizar um Congresso, em São Paulo, no qual foi decidido não permitir qualquer adiamento das reformas de base.

Na segunda quinzena de agosto, em São Paulo, realizou-se o IV Encontro Sindical, no qual, além de terem sido estabelecidos "os onze pontos de ação imediata, delineando as reformas de base", o Comando Geral de Greve foi transformado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Além das pressões pelas reformas de base, dois novos problemas passaram a conturbar a área política: o plebiscito sobre o sistema de governo e as eleições previstas para o dia 3 de outubro de 1962. O Congresso estabeleceu a data limite de abril de 1963 para a realização do plebiscito. Os ministros militares lançaram um manifesto de apoio. Jango, entretanto, queria que ele fosse realizado juntamente com as eleições de outubro.

O General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, telegrafou ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra, informando-os de que não poderia garantir a ordem "se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar marcar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições". O Ministro da Guerra, Nelson de Mello, apesar de ser favorável à antecipação, irritou-se com o episódio, considerando-o como um ato de indisciplina e vislumbrando a influência de Brizola.

Em 1º de setembro de 1962, o Gabinete de Brochado da Rocha renunciou, por desentendimentos relativos à "técnica" para a realização do plebiscito.

O CGT, que se havia tornado um poderoso instrumento de pressão política, decretou nova greve geral, paralisando cerca de três milhões de trabalhadores, em todo o País. Em 18 de se-

tembro, foi anunciado o novo Gabinete de Hermes Lima, imediatamente hostilizado pelos comunistas.

Nesse clima, realizaram-se as eleições de 3 de outubro de 1962, com as eleições de Miguel Arraes, para Governador de Pernambuco, Leonel Brizola, para Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, e diversos sargentos para deputados, em flagrante desrespeito a dispositivos legais.

Em dezembro, o PCB publicou uma nova Resolução Política, lançando o "slogan" "Plebiscito com Reformas". Em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito restaurou o sistema presidencialista.

Jango, com os poderes restabelecidos, partiu para a execução de um Plano Trienal, a fim de combater a inflação, continuamente acelerada pelas greves e agitações. Incapaz de compreender as dificuldades de uma política antiinflacionária e acreditando que o problema real era a reforma social, o Presidente não conseguiu desenvolver, com sucesso, esse Plano.

7. Crescem as pressões para mudanças

O PCB havia terminado o ano de 1962 com uma Resolução Política (5). Nela, incentivava o trabalho de infiltração no movimento camponês e alertava sobre o surgimento no País de "agrupamentos políticos de esquerda que representavam setores da pequena burguesia e adotavam posições sectárias, interpretando erroneamente o caráter da revolução brasileira e propondo incorretas formas de luta para a situação atual" (uma crítica à atuação do PC do B, POLOP, AP e PORT). Além disso, exortando o início da construção do comunismo na União Soviética e o exemplo revolucionário de Cuba, exigia o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Decidia, também, "intensificar, em todo o Brasil, o movimento de solidariedade à Revolução Cubana".

As esquerdas estavam eufóricas com o sucesso obtido nas greves gerais de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962. Em 15 de janeiro de 1963, o ilegal CGT homenageou o General Osvino Ferreira Alves, Comandante do I Exército. Em fevereiro, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram, em São Paulo, uma passeata pela posse das praças eleitas. Mais tarde, em abril, o Sargento Garcia, eleito deputado, declarou que o General Amaury

(5) Novos Rumos nº 200, de 13 a 20 de dezembro de 1962, pág. 4.

Kruel, então Ministro da Guerra, era um "golpista". A situação encaminhava-se para nova crise.

Prestes e o CGT posicionam-se contra o Ministério e o Plano Trienal. O PCB, de acordo com a Resolução Política de dezembro de 1962, organizou, em abril, em Niterói, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Prestes declarou que o Brasil estava disputando, com outros países, o privilégio de ser o segundo país latino-americano onde o socialismo seria instalado. Bravateiro, vangloriou-se de que o PCB já era legal "de fato", só faltando obter a legalidade "de direito". Superando o PCB, o CGT declarava-se legal "de fato e de direito".

O PCB emitiu mais uma Resolução Política, caracterizando os objetivos táticos das reformas e conclamando pelo esforço da frente única das esquerdas para derrotar os "gorilas". Ao mesmo tempo, incentivava o início de uma pressão popular sobre o Congresso para abrir o caminho da reforma agrária.

A revista "Novos Rumos" exige a demissão do Ministro da Guerra e incentiva o povo a lutar contra os outros ministros, tachando-os de "agentes do imperialismo e do latifúndio". A pressão pelas reformas deixa de ser iniciativa das bases e atinge a cúpula governamental. O Presidente da República, o Governador de Pernambuco e o Ministro do Trabalho fazem sucessivos pronunciamentos em seu favor.

Em junho de 1963, encampando as palavras de ordem do PCB, o CGT emite um documento, do qual extraímos, em seus trechos finais (6):

"Declaramos, ainda, ser imperiosa a recomposição do Ministério, incluindo-se no governo cidadãos verdadeiramente identificados com a plataforma de lutas das forças nacionalistas e democráticas, sinceramente convencidos da necessidade de aprovação e plena execução das Reformas de Base".

Além disso, o Comando Sindical ameaça deflagar uma greve geral caso não seja aprovada a reforma agrária. A greve geral permaneceria, ao longo dos meses seguintes, como uma constante espada ameaçando a Nação.

Na área militar, o General Osvino Ferreira Alves pronuncia-se contra a Aliança para o Progresso, tachando-a de suporte do anticomunismo.

---

(6) Novos Rumos nº 224, de 7 a 13 de junho de 1963, pág. 3.

Na área estudantil, a União Nacional de Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), além de entidades estaduais e municipais, levavam as concepções comunistas aos jovens. O próprio MEC, através do Movimento de Cultura Popular, do Movimento de Educação de Base e da Campanha de Alfabetização, editava cartilhas de doutrinação ideológica, incitando os pobres às lutas de classe. O MEC, ainda, fornecia elevados recursos a essas entidades estudantis, utilizadas para financiar a ida de estudantes comunistas a países socialistas.

A UNE, na época, relacionava-se com a União Internacional de Estudantes (UIE) que, fundada em 1946, em Praga, era a "Seção Estudantil do Cominform" (7). Um dos vice-presidentes da UIE era o brasileiro Nelson Vanuzzi. Datada de 21 de janeiro de 1963, Nelson Vanuzzi enviou, de Praga, uma carta a Zuleika D'Alambert, então membro do CC/PCB, da qual extraímos o item 6:

"Sobre a Campanha de Alfabetização e nossa ajuda, tenho algumas coisas mais detalhadas a tratar. Na carta anterior, eu havia me referido à falta absoluta de dinheiro por aqui. Dei também as razões. Porém, dada a tremenda discussão que houve no Secretariado, o companheiro soviético foi a Moscou tratar do assunto. Resultado: trouxe com ele a quantia de 5 mil dólares exclusivamente para a UNE, enquanto que as outras planejadas quase nada foi conseguido. Parece ter sido uma consideração especial. Além do mais, a UIE enviará as demais partes materiais. Porém, resta um problema que eu estou sentindo ou melhor estou cheirando à distância.

Olhando-se o balancete da UNE de agosto a janeiro, o último, vê-se claramente que cinco mil dólares não representam muito para a UNE. Porém, para a UIE, tratando-se de divisas pesadas, significa muito. Por isso, o que se passa é que a UIE espera de tal soma de dinheiro os conseqüentes resultados políticos. Ou seja, espera que a campanha seja um sucesso e que seja feita como o estrondo político maior".

Esse trecho da carta, um dos muitos exemplos que poderiam ser citados, além de mostrar que 5.000 dólares representavam pouco para a UNE, comprova que essa entidade brasileira recebia dinheiro da URSS através da UIE. E comprova, também, que a Campanha de Alfabetização, além das verbas do MEC, recebia outras

(7) "Cominform" (Informações Comunistas) era o novo nome da III Internacional e do Comintern (Internacional Comunista), órgão de difusão ideológica do Partido Comunista ~~da União Soviética~~ (PCUS).

do exterior, e era, na verdade, um programa que visava a interesses político-ideológicos.

Muitos jovens brasileiros, tangidos pelo idealismo, eram manobrados pelo dinheiro soviético. E muitos, inclusive, eram diretamente impregnados ideologicamente, através dos cursos que realizavam na Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), em Moscou, selecionados pelo PCB.

8. O Movimento Camponês

A partir de 1962, o panorama no movimento camponês modificar-se-ia totalmente. O Governo Goulart decide estimular a sindicalização em massa, na tentativa de reorientar as mobilizações agrárias, agora em apoio a seu governo populista. É criada a Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA) e a bandeira da reforma agrária é reativada sob a égide do Governo.

As cartas sindicais concedidas pelo Ministério do Trabalho permitiam uma seleção dos sindicatos a serem liberados. Apenas a Igreja disputaria essas concessões com o PCB, através de sua organização de frente, a ULTAB. Nesse ano, ainda, o número de camponeses filiados aos sindicatos já ultrapassaria ao dos filiados às Ligas. A agitação camponesa concentrar-se-ia agora no movimento sindical. O móvel da luta no campo seria de caráter trabalhista, a luta seria do assalariado rural, embora a bandeira que agitasse essa luta fosse a da reforma agrária.

Particularmente no Rio de Janeiro, cresce o número de invasões de propriedades por grupos armados nas regiões de Magé, Paracambi, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Caxias, etc.

No início de 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural permitiria que o número de filiados aos sindicatos dobrasse em todo o País. Simultâneamente, acirram-se os conflitos sociais no campo.

Em outubro, é programado um comício em Recife, do qual deveriam participar 30.000 camponeses vindos do interior, em marcha sobre a Capital, conduzindo foices, enxadas e outros instrumentos de trabalho. Concretizava-se mais um objetivo. Era a demonstração de força, pacífica, usada com objetivos políticos sindicais.

Após a perda da hegemonia do movimento camponês, as Ligas procuravam reestruturar-se organicamente e redigir suas teses programáticas para a nova conjuntura que se apresenta amplamente favorável. Elas são revitalizadas com a adesão do Padre Alípio, que se desligara da ULTAB em fins de 1962.

O jornal "A Liga", editado no Rio de Janeiro, transcrevia o embate interno que se travava nas Ligas. Ele girava em torno da necessidade da criação de uma estrutura centralizada que impusesse uma política unitária, coordenando as bases e consolidando uma vanguarda revolucionária.

Julião tenta nessa oportunidade recriar o Movimento Tiradentes, através da organização do denominado Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), propondo a unidade das forças revolucionárias em torno de reformas radicais de conteúdo nitidamente socialista. Embora suas teses programáticas tivessem ressonância no Conselho Nacional, Julião não leva em conta a complexidade das alianças político-ideológicas, distinguindo apenas duas forças em choque, as forças reacionárias e as forças revolucionárias. Sua proposta de criação do MURB não encontra apoio.

Organicamente, o Conselho das Ligas iria optar pela proposta do Padre Alípio, que propugnava uma composição predominantemente operário-camponesa para o Conselho Nacional e que as Ligas com o nome de Ligas Camponesas do Brasil tivessem como suporte uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP). A OP deveria estruturar-se nos moldes de um partido marxista-leninista, cabendo-lhe as funções dirigentes da Liga, e a OM funcionaria como uma entidade de massa, congregando todos aqueles que concordassem com a efetivação das reformas radicais propostas por Julião.

Em outubro de 1963, na Conferência de Recife, as Ligas que se vincularam informalmente ao Conselho Nacional unificam-se sob uma estrutura única com a denominação de Ligas Camponesas do Brasil.

As Ligas foram a expressão mais explícita da tendência violenta do Movimento Comunista Brasileiro, antes da Revolução de 1964.

9. Cedendo às pressões

Com o fracasso do Plano Trienal, Jango perdera a oportunidade de seguir uma linha moderada e voltava-se para o papel de populista, que melhor se ajustava ao seu passado. Isso era o que desejavam as esquerdas. O PCB fez publicar uma Resolução Política (8), na qual, além de mostrar insatisfação com o Ministério e sua política conciliatória, atestava o crescimento e a radicalização do movimento de massas e vislumbrava a possibilidade de novas vitórias:

"Cresce, por outro lado, a combatividade das forças patrióticas e progressistas, avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se, diante de nosso povo, perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias".

O Partido exige novos passos adiante no movimento sindical e preconiza a utilização de novas formas de luta para deflagrar uma greve geral:

"A elevação do movimento de massas também está vinculada à justa utilização de diferentes formas de luta. Comícios, manifestações, suspensão de trabalho, greves de solidariedade, etc., são formas de luta que podem contribuir para melhor preparação da greve geral política".

No campo, atesta o PCB:

"Os camponeses multiplicam o número de suas organizações, desencadeiam lutas a fim de que os latifundiários sejam compelidos a respeitar direitos já conquistados, defendem-se, muitas vezes de armas na mão, dos assaltos dos grileiros, iniciam ações de ocupação de terras".

Com espírito otimista, o Partido encerra a Resolução:

"Através das lutas, nosso povo consolidará as vitórias já alcançadas e marchará para novas e decisivas vitórias".

Enquanto tudo isso acontecia, a classe média tinha a esperança de que a Nação agüentasse e sobrevivesse ao "acidente" João Goulart. Mas, a esquerda e a direita consideravam-no incapaz de governar.

A mudança do Ministério generalizou a crença de que Jango não mais acreditava nos processos institucionais: "Brizola temia que a reforma ministerial pudesse ser o prelúdio de uma ten

(8) Novos Rumos nº 229, de 12 a 18 de julho de 1963, pág. 3.

tativa de Jango para permanecer no pôder" (9).

Essa mudança fez recrudescer as agitações em todo o País. Os comunistas, prosseguindo na mesma tática, sempre colocavam as metas um pouco mais além, mobilizando as massas como um constante elemento de pressão.

Em 23 de agosto de 1963, um dia antes do aniversário da morte de Getúlio Vargas, o CGT realizou uma grande concentração em torno de seu busto, na Cinelândia, com a garantia de tropas do Exército e com a presença do Presidente da República. Sobre o discurso do Presidente, assim se refere a revista "Novos Rumos":

"Fazendo, afinal, uso da palavra o presidente João Goulart pronunciou, na verdade, dois discursos.

O primeiro caracterizou-se pelo tom vago e vacilante com que se referia, repetindo frases já várias vezes pronunciadas, à necessidade das reformas de base e às difíceis condições de vida do povo.

Foi quando se verificou a manifestação de desagrado da massa popular, exigindo de Jango a definição.

O presidente mudou, então, visivelmente, o plano do discurso, emprestando-lhe um tom mais vigoroso, embora fugindo, ainda aqui, a afirmações de repúdio à política de conciliação. Nessa parte, fez questão de mencionar o discurso do CGT — a 'entidade máxima dos trabalhadores brasileiros' como afirmou —, comprometendo-se fazer com que em 1964, nas comemorações do 24 de agosto, já possam ser festejadas as reformas de base convertidas em realidade. Afirmou que a consecução dessas reformas depende, fundamentalmente, da mobilização dos trabalhadores e do povo, dizendo que nenhuma reforma social foi feita, até agora, senão sob a pressão das massas" (10).

Se dúvidas havia, agora não mais existiam. O próprio Presidente da República pedia a pressão das massas. Contra quem? O Congresso, obviamente. O PCB, eufórico, conclamava o povo à luta por "decisivas vitórias" e o CGT entrava em estado de alerta.

As greves dos portuários de Santos, dos metalúrgicos e dos bancários, e os discursos de Arraes e de Brizola, cada vez mais audaciosos, mantinham a população excitada e angustiada. As in-

(9) Skidmore, T: "Brasil: de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, R.J., pág. 311.
(10) Novos Rumos nº 236, de 30 de agosto a 5 de setembro de 1963, pág. 8.

vasões de terras prosseguiam. Tudo parecia conduzir, em setembro de 1963, para uma revolução de esquerda.

As Forças Armadas, entretanto, vilipendiadas, observavam a constante degeneração dos valores e da ordem. A revolta dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963, iniciou um novo processo.

CAPÍTULO III

O ASSALTO AO PODER

1. A rebelião dos sargentos de Brasília

Em 1959, o início da campanha do Marechal Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra e candidato à Presidência da República, levou a política partidária aos quartéis, envolvendo os subtenentes e sargentos no espírito "nacionalista" que norteava essa campanha.

Em julho de 1959, as comemorações do aniversário do General Osvino Ferreira Alves, Comandante do III Exército, reuniram cerca de 800 subtenentes e sargentos das três forças singulares e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o comparecimento de Leonel Brizola. Os discursos eivados de nacionalismo foram a pedra de toque.

Ao mesmo tempo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão que reunia intelectuais marxistas, procurava atrair os subtenentes e sargentos para sua área de influência, através de cursos e palestras às praças. O jornal esquerdista "O Semanário" dava cobertura a essas atividades, vinculando os subtenentes e sargentos à campanha nacionalista.

A derrota do Marechal Lott, em 1960, arrefeceu, pelo menos temporariamente, o movimento na área militar. As eleições de 1962, entretanto, fizeram revigorar esse movimento, provocando a candidatura, a deputado, de alguns subtenentes e sargentos. Nessa época, já havia dados sobre a infiltração comunista nas Forças Armadas.

Havia, inclusive, indicações sobre a possível existência de uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Alguns anos depois, a comprovação da existência dessa célula veio de forma dramática: o Capitão Carlos Lamarca e o Sargento Darcy Rodrigues planejariam e executariam um ousado roubo de grande quantidade de armamento, impulsionando a luta terrorista no País.

Após as eleições de outubro de 1962, o Tribunal Superior Eleitoral considerou inelegíveis os subtenentes e sargentos. Insuflados por políticos e comunistas e assoberbados pelos problemas decorrentes dos baixos vencimentos dos militares, os subte

nentes e sargentos foram, gradativamente, tomando uma posição de contestação política.

Em novembro de 1962, iniciou-se um movimento para a restituição dos títulos dos subtenentes e sargentos aos Tribunais Eleitorais. Em dezembro, enquanto o Sargento Antonio Garcia Filho era empossado Deputado Federal pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Guanabara, o Sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, mas não diplomado, lançava um manifesto justificando o recurso a instâncias superiores e tecendo críticas à Justiça Eleitoral.

Em 10 de janeiro de 1963, o Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares (CSSSFAA) criou a Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES), que, logo, iniciou uma campanha baseada nos "slogans":"Sargento também é povo" e "Exigimos respeito ao voto popular". Iniciava-se uma fase de agitação, com reuniões, comícios, panfletagens e declarações à imprensa, sendo também detectado um movimento para forçar Jango a cumprir promessas feitas, ainda que com o emprego da força.

Em 6 de março de 1963, em São Paulo, realizou-se uma passeata pela posse dos sargentos eleitos, com a participação de soldados, cabos, sargentos e políticos, durante a qual os militares da Aeronáutica e da Força Pública de São Paulo compareceram fardados. A passeata, iniciada nas proximidades da Praça da Sé, terminou no Teatro Paramount, para uma sessão solene. À mesa diretora, sentaram-se os comunistas Rio Branco Paranhos, Geraldo Rodrigues dos Santos, José da Rocha Mendes Filho, Mário Schemberg, Luiz Tenório de Lima, Oswaldo Lourenço e o General Reformado Gonzaga Leite, um dos organizadores do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, além de vários presidentes de Confederações Nacionais de Trabalhadores, dentre os quais Clodsmith Riani, da CNTI, que presidiu a solenidade. Na ocasião, Mário Schemberg defendeu o direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros. O Sargento José Raimundo, da Força Pública de São Paulo, teceu exacerbadas críticas aos grupos internacionais, ameaçando as autoridades por não atenderem às reivindicações populares, sob pena dos sargentos e do povo assumirem os destinos do País.

Antonio Garcia Filho, único sargento empossado como depu-

tado, fazia viagens por diversos Estados, realizando reuniões com os subtenentes e sargentos e fazendo contundentes pronunciamentos. Em Fortaleza, o Sargento-Deputado afirmou que, se não houvesse uma decisão favorável à posse dos eleitos, a Justiça Eleitoral seria "fechada". Pregou "o enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos" e rotulou a instituição militar de "nazista". Defendendo uma revolução para a execução das reformas, estabeleceu, como preliminar, a substituição do Ministro da Guerra, Amaury Kruel, pelo General Jair Dantas Ribeiro, então Comandante do III Exército, por ser mais "maleável" (1). Não queria que o General Osvino fosse o Ministro da Guerra, pois o "General do povo" era demasiadamente ligado ao Presidente da República. Apoiado pelos comunistas, como Prestes, Hércules Correia e Max da Costa Santos, Antonio Garcia Filho procurava intervir nas eleições do Clube de Subtenentes e Sargentos e, em 24 de abril, junto com militantes do PCB, iniciou estudos para a criação de um Sindicato de Sargentos. Em abril e maio de 1963, incitava seus companheiros durante seguidas reuniões, afirmando que "os sargentos, de armas na mão, impedirão a implantação do gorilismo no Brasil" e que "o General Kruel, ligado aos grupos mais reacionários, vem tentando dar o golpe no regime".

Um plano de trabalho, posteriormente apreendido, detalhava o que deveria ser executado para o domínio dos clubes, círculos e grêmios militares. Preconizava, também, a distribuição de literatura "progressista", que deveria ser discutida pelos sargentos, reunidos em "grupos de 5".

Em 11 de maio de 1963, os sargentos reuniram-se no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), no Rio de Janeiro, para comemorar o aniversário do "General do povo". Falando em nome dos subtenentes e sargentos, o Subtenente Jelcy afirmou:

"... pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas, juntamente com o povo. Mas lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho dos militares é o fuzil!".

As eleições de agosto de 1963, para vereadores, propicia-

(1) Em junho de 1963, o General Jair Dantas Ribeiro assumiu o Ministério da Guerra, em substituição ao General Amaury Kruel, que foi comandar o II Exército.

ram a realização de nova série de reuniões de sargentos, nas quais apareciam, invariavelmente, teses para a contestação política.

Logo após o já Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, ter declarado que era admissível a criação de clubes e grêmios de militares desde que dentro dos quartéis, realizou-se, em 2 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, uma reunião da Associação dos Cabos e Soldados, em homenagem ao Presidente da República. Nessa reunião, o Ministro da Justiça, representando o Presidente, disse que "os cabos e soldados são os trabalhadores fardados".

Afetada a disciplina e desmoralizada a autoridade, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963. Nessa madrugada, sucessivamente, os sargentos apossaram-se do Ministério da Marinha, da Base Aérea, da Área Alfa (da Companhia de Fuzileiros Navais), do Aeroporto Civil, da Rodoviária e da Rádio Nacional. Pretendiam, com isso, numa primeira fase, dominar a Capital Federal e, posteriormente, expandindo a ação, implantar um regime de cunho popular.

Entretanto, de âmbito limitado e restrito a Brasília, e contando, apenas, com sargentos da Marinha e da Força Aérea, o movimento foi debelado e presos os seus autores. Às 16 horas desse mesmo dia, foi possível anunciar ao País o fim da "rebelião dos sargentos". Declarações de sargentos presos e documentos apreendidos mostraram o apoio à rebelião dado pela POLOP e pelo PCB (através do CGT).

Se as Forças Armadas estavam preocupadas, agora, com o movimento, passaram a ficar atentas.

2. O Estado de Sítio

Nos primeiros dias de outubro de 1963, dois fatos conturbaram a área política: a solicitação, ao Congresso, para a implantação do estado de sítio e a frustrada tentativa de prisão do Governador Carlos Lacerda. Nessa época, um dos líderes da oposição ao Governo Federal era o Governador da Guanabara. Tachando Jango de "incpto", Lacerda, em entrevista depois desmentida, deu a entender que o Presidente só permanecia ainda no poder porque os militares hesitavam em depô-lo.

Sob a alegação da crescente violência de fundo político e com as sucessivas ondas de greve, os ministros militares foram induzidos a solicitar ao Governo a decretação do estado de sítio. Em 4 de outubro de 1963, Jango enviaria mensagem ao Congresso, solicitando a vigência dessa medida por 30 dias.

Antes da mensagem ser encaminhada ao Congresso, determinou o Governo que o Núcleo da Divisão Aeroterrestre prendesse o Governador da Guanabara. O País amanheceria sob o impacto do fato consumado: Lacerda preso e o estado de sítio em plena execução, antes mesmo da sua votação pelo Congresso.

A ordem partida do Palácio, sem responsabilidade definida, não foi cumprida e o plano malogrou. Sem objetivo, o Senhor João Goulart manobrou rapidamente, para não cair no vazio, acobertado por elementos de esquerda, aparentemente em ação agressiva contra o Governo.

As reações das esquerdas foram imediatas. O PCB considerou a solicitação do estado de sítio como inibidora da mobilização das massas, conclamando os trabalhadores a tomarem "medidas enérgicas para esmagar a reação". O CGT e a UNE fizeram ressoar suas discordâncias.

Em Minas Gerais, aconteceram greves e manifestações violentas. A corrida aos bancos generalizou-se. Os líderes do Congresso manifestaram-se contrários e o PTB negou o apoio. Três dias depois, em 7 de outubro de 1963, Jango retirou o pedido.

A Nação teve, naqueles dias, a sensação de ter escapado a um fulminante golpe de Estado.

Em entrevista dada em 22 de novembro de 1963, simultaneamente ao "Jornal do Brasil" e a "O Estado de S. Paulo", o Deputado Federal Armando Falcão denunciava o "complô que se organiza contra o regime". Nessa denúncia, Armando Falcão dizia: "Prepara-se um golpe de estado que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas e o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar visando ao fechamento do Congresso Nacional e à destruição da Constituição" (2).

Importante

(2) No livro de Hélio Silva, já citado, são narrados às páginas 296 e seguintes, sob o título "Grave Denúncia", detalhes desse plano e de tentativa semelhante de João Goulart, em 1960, quando vice-presidente de Juscelino Kubitschek.

Na revista "Novos Rumos"(3), o PCB refere-se à derrota da tentativa de implantar o estado de sítio como uma "importante vitória política". Reitera a necessidade de serem realizadas modificações no Ministério e implantadas as reformas de base. Defende a elegibilidade dos sargentos e a anistia dos militares envolvidos no episódio de Brasília. Continua na campanha pela moratória da dívida externa e pleiteia a encampação das refinarias particulares. Imediatamente, os trabalhadores da refinaria de Capuava entraram em greve.

A economia deteriorava-se e o País entrava em dura recessão, com crescimento negativo.

3. A frente única

As pressões econômico-financeiras e os impasses políticos, aliados às flutuações de comportamento de Jango, pareciam levar o Governo em direção à esquerda radical.

Apesar de encontrar dificuldades nas análises da situação, as diversas facções de esquerda cresciam e acreditavam que a desorganização da elite política tradicional estava abrindo caminho para radicais transformações nas estruturas do País. Cada uma delas mantinha a esperança de que uma reviravolta nos acontecimentos poderia colocar o Presidente em suas mãos. Essa esperança e o costumeiro excesso de confiança não lhes permitiam perceber que estavam, na verdade, mais divididos do que seus adversários.

Observando o multifacetado espectro político, o ex-Ministro San Thiago Dantas iniciara, desde fins de 1963, esforços para unir as esquerdas numa frente única. Sua preocupação era que Jango poderia ser levado, por qualquer uma dessas facções, a superestimar sua própria força política e a tomar atitudes desastradas para o País.

Entretanto, somente uma dessas facções, O PCB, aderiu à frente única, tangido pela preocupação com um prematuro teste de forças e pelo prometido apoio do Governo em favor de sua legalização. Além disso, com a frente única, o PCB poderia defender, com mais força, a sua tese de implantação de um "governo nacionalista e democrático". O PC do B, ainda sem grande expressão, rejeitou a frente única de San Thiago Dantas e, coerente com a sua linha política de orientação chinesa, continuava a pregar a

(3) Novos Rumos nº 242, de [illegible] de 1963, pág. 1.

luta revolucionária dos camponeses. A Ação Popular (AP) e a UNE ainda estavam longe de aceitar a disciplina de um partido comunista e rejeitaram a frente única. Às Ligas Camponesas faltava uma liderança que as pudesse representar, unificadamente. Julião desaparecera de circulação. Também Brizola não apoiou a frente única. Desprezando San Thiago Dantas e isolado pelo seu caráter autoritário e por sua desmedida ambição, Brizola, desde outubro, estava mais empenhado em organizar a sua própria frente, a Frente de Libertação Nacional. Arraes, provável candidato das esquerdas às eleições presidenciais de 1965, mantinha uma atitude controlada: apesar de fazer restrições à frente única, não afastava a possibilidade de vir a integrá-la.

Jango, de mãos dadas com o PCB, assumiu a frente única de San Thiago Dantas. No discurso de fim de ano, o Presidente criticou os políticos que se recusavam a apoiar as reformas de base. Adotou, também, uma atitude mais agressiva para com o capital estrangeiro. Ao assinar, em janeiro de 1964, o decreto regulamentando a lei de remessa de lucros, acedeu a um dos objetivos do PCB. A partir de 1964, suas atitudes passaram a caracterizar-se pela impulsividade.

A frente única desejada por San Thiago Dantas transformou-se na frente "popular" de João Goulart, com o PCB e as organizações e entidades por ele infiltradas ou dominadas. Tudo indicava que o prognóstico do Partido, feito havia pouco menos de dois anos, estava correto. O PCB aproximava-se de seu primeiro objetivo estratégico.

4. Os Grupos dos Onze

Em outubro de 1963, Brizola achava que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que, rapidamente, se aproximava do desfecho por ele almejado. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio, liderada pela Mayrink Veiga, que detinha, na época, o maior percentual de ouvintes das classes média e baixa.

Nesses pronunciamentos, eivados, como sempre, de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o "Exército Popular de Libertação". Comparou esses grupos com equipes de futebol e os 11 "jo-

gadores" seriam os "tijolos" para "construir o nosso edifício". Estavam lançados os Grupos dos Onze (G 11), que, em sua cabeça megalomaníaca , seriam seu exército particular.

Os documentos encontrados, posteriormente, nos arquivos pessoais de Brizola, revelaram os planos para a formação dos G 11 e do Exército Popular de Libertação. Como todo o discurso "brizolista", esses documentos possuíam uma linguagem incisiva mas primária, dramática mas demagógica. O documento mais hilariante, se não fosse trágico, era o das "Instruções Secretas", assinadas por um "Comando Supremo de Libertação Nacional". Inicia-se por um "Preâmbulo Ultra-Secreto", onde consigna que a morte pesaria sobre aqueles que revelassem os segredos dos grupos dos onze:

"Após tomar conhecimento, só a morte libertará o responsável pelo compromisso de honra assumido com o Comando Supremo de Libertação Nacional..."

"O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo, antes, verificar as idéias desse soldado dos G 11, a fim de que seja selecionado, ao máximo, os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte..."

Os G 11 seriam a "vanguarda avançada do Movimento Revolucionário", a exemplo da "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética". Defendendo a tese de que "os fins justificam os meios", faz veladas ameaças sobre futuros atos dos G 11:

"Em conseqüência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados".

Os integrantes dos G 11 deveriam considerar-se em "Revolução Permanente e Ostensiva" e seus ensinamentos deveriam ser colhidos nas "Revoluções Populares", nas "Frentes de Libertação Nacional" e nos "folhetos cubanos" sobre a técnica de guerrilha (4).

Admitiam, essas "Instruções Secrétas", que a época era propícia à atuação dos G 11:

"Devemos nos lembrar que, hoje, temos tudo a nosso favor, inclusive o beneplácito do Governo e a complacência de poderosos

(4) Nessa época, os "folhetos cubanos" sobre a técnica de guerrilhas eram disseminados, no País, [illegible] Movimentos de Educação Popular.

setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios".

Instruem os G 11 sobre a aquisição de armas, recomendando "não se esquecer dos preciosos coquetéis molotov e outros tipos de bombas incendiárias". Alertam, também, que:

"A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas..."

As "Instruções Secretas" estabelecem o esquema para o início do movimento insurrecional:

"... os camponeses, dirigidos por nossos companheiros, virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais...";

- "A agitação será nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próximo às casas de armas e munições e nos bairros eminentemente populares e operários".

- "Desses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G 11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajuntando pelas ruas e avenidas, para o centro da cidade, vila ou distrito, de acôrdo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os molotovs e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares".

- "Ataques simultâneos serão desfechados contra as centrais telefônicas, rádio-emissoras e, onde houver, de TV, casa de armas, pequenos Quartéis Militares..."

Observa-se que essas rocambolescas instruções de Brizola refletiam o seu cérebro insano e faziam inveja aos mais detalhados planejamentos dos anarquistas. Sabendo que a revolução vinha sendo conduzida pelo PCB, através da chamada "via pacífica", Brizola reservou um item de suas "Instruções Secretas" para tratar do "Aliado Comunista":

"Devemos, ..., ter sempre presente que o comunista é nosso principal aliado, mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertador[illegible] o PCB nada mais é que um Movimento dividido em várias frentes [illegible]ernas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela v[illegible]ória de uma das

facções em que se fragmentou".

E continuam, as Instruções, nos seus ataques ao PCB:

"São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que vêem, em Moscou, o único Sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação internacional".

Ao mesmo tempo, Brizola aponta o PC do B como um possível aliado:

"Existe uma ala mais poderosa que, dia a dia, está se elevando no conceito do proletariado marxista, seguidora dos ideais de Mao Tsetung, de Stalin, e que são, em última análise, os de Marx e Engels. É nessa ala, hoje muito mais poderosa que a de Moscou, que iremos buscar a fonte de potencialidade material e militar para a luta de Libertação Nacional".

Mas, o tragicômico das "Instruções Secretas" aparece, com nitidez, no item sobre a "Guarda e Julgamento dos Prisioneiros":

- "Para essa tarefa de suma importância, deverão ser escolhidos companheiros de condição humilde mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que poderão ser conhecidas no momento da luta de libertação".

- "Esses grupos dos Onze companheiros terão, como finalidade primordial, deter, em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, todas as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeitos, Delegados de Polícia, Vereadores, Presidente de Câmara, Políticos influentes e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação, recolhendo-os a locais apropriados, preferentemente no meio do mato, sob guarda armada e permanente".

"No caso de derrota do nosso Movimento, o que é improvável, mas não impossível, dado a certas características da situação nacional, e temos que ser verdadeiros em todos os nosso contatos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição".

O texto acima demonstra o fanatismo de Brizola, na certa influenciado pelo "paredón" cubano.

Em princípios de 1964, Brizola lançou seu próprio semaná-

rio — "O Panfleto" —, que veio se integrar à campanha agitadora já desenvolvida pela cadeia da Rádio Mayrink Veiga. Em seus sonhos quixotescos, chegou a distribuir diversos outros documentos para a organização dos G 11, tais como as "Precauções", os "Deveres dos Membros", os "Deveres dos Dirigentes", um "Código de Segurança" e fichas de inscrição para seus integrantes. Chegou a organizar 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas, particularmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Para Brizola, a revolução estava madura, pronta para ser desencadeada.

Havia um líder, ele mesmo. Havia idéias, seus próprios sonhos megalomaníacos. Só faltava um simples episódio que inflamasse o povo e que justificasse o surgimento de seu Exército Popular de Libertação, na verdade, um pequeno-louco exército de Brancaleone.

5. O plano revolucionário

Entrava-se no ano decisivo de 1964. A conturbada situação nacional pedia medidas drásticas que pudessem solucionar a crise. O pêndulo do poder oscilava entre um lado e outro. Faltava fixá-lo em um dos lados. E Jango pretendia ser o líder que iria fixá-lo no lado esquerdo.

Os entendimentos entre o Presidente e o PCB eram constantes. Seus trunfos eram a legalização e a promessa de maior participação no poder. Jango distanciava-se, cada vez mais, de Brizola, que colocava seus pedidos sempre além dos já conseguidos. Para o Presidente, o que realmente seu cunhado desejava era ocupar o seu lugar.

Em fevereiro de 1964, Jango afirmou que os comandos militares estavam inteiramente afinados com ele e que "se os generais estão comigo, não há razão para que os sargentos não estejam". Não pensava em realizar eleições presidenciais. Para ele, as hipóteses mais prováveis eram que a direita "botasse a cabeça de fora", através de Lacerda, ou que Brizóla "demarrasse" para sua loucura.

A solução era desfechar um golpé, amparado nas forças populares e no "esquema militar", sob o pretexto de realizar as reformas de base. Faltava a Jango, entretanto, um motivo que justificasse esse golpe.

Segundo o jornalista Samuel Wainer, o plano era o seguinte:

- o Presidente enviaria uma mensagem ao Congresso, pedindo a decretação de um plebiscito para reformas na Constituição, apoiado por intensa campanha nacional;

- em face da provável negativa do Congresso, este seria dissolvido e implantadas, imediatamente, as reformas de base, num processo conduzido pela frente única;

- caso esse esquema falhasse, o Presidente ameaçaria renunciar, justificado pela impossibilidade de atender aos anseios populares;

- no comício previsto para 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Jango anunciaria, à Nação, a assinatura de decretos de conteúdo popular, tais como a desapropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias, a encampação das refinarias particulares e outros contra a inflação e o custo de vida;

- ao comício do dia 13, seguir-se-iam outros 4 ou 5, a serem realizados em importantes cidades do País, onde Jango anunciaria novos decretos, como os do sapato popular, da roupa popular e do depósito bancário para os sindicalizados;

- com o apoio e o clamor do povo, Jango estaria, ao final do processo, com força suficiente para fazer o que bem entendesse.

Esse plano de Jango começaria a ser executado no mês de março de 1964.

6. O Comício das Reformas

Os finais de tarde nas proximidades da estação da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sempre foram caracterizados pela presença de um enxame de pessoas, pressurosas em tomar os trens que as conduzem aos seus lares nos subúrbios cariocas. Foi esse o local escolhido pelos organizadores do que ficou conhecido como o "Comício das Reformas", realizado na tarde noite de 13 de março de 1964.

Cerca de 100 mil pessoas aglomeravam-se na praça em frente da estação da Central do Brasil e ao lado do Palácio Duque de Caxias, antiga sede do Ministério da Guerra. Dezenas de faixas e cartazes conclamavam às reformas, à legalização do Partido Comunista e à entrega, ao povo, de armas para a luta. No palanque, ao lado dos principais líderes sindicais e comunistas, inclusi-

ve membros do Comitê Central do PCB, alinhavam-se Jango, Arraes e Brizola. Estações de rádio e de televisão transmitiam, para todo o País, os diversos discursos que se sucediam, preparatórios ao do Presidente.

Brizola chamou o Governador Carlos Lacerda de "energúmeno" e pediu a realização de um plebiscito, exigindo o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Constituinte:

"... *o povo brasileiro votará maciçamente pela derrogação do atual Congresso e por uma Assembléia Constituinte...*"

Arraes vociferou contra os "fascistas", os "reacionários" e os "retrógrados".

Mas, foi a fala do Presidente que causou maior impacto, pela série de novas medidas que anunciava à Nação. Jango prometeu, em um prazo de 48 horas, enviar uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional, tratando sobre uma série de revisões na Constituição, a fim de possibilitar as reformas, dentre as quais a Reforma Agrária, a Eleitoral, a Universitária e a Tributária. Anunciou, também, que havia assinado, naquele mesmo dia, três decretos: o de encampação das refinarias particulares; o de tabelamento de aluguéis de imóveis; e o da SUPRA, que desapropriava as terras que margeiam as rodovias federais.

Todas essas providências foram anunciadas, pelo Presidente, como indispensáveis para a "salvação nacional" e para a transformação de uma "estrutura ultrapassada". E solicitava, enfático, o apoio da população às reformas. Jango iniciava a execução do plano revolucionário.

7. A rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro

Havia já algum tempo, os militares vinham acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Observavam, cautelosos, os desdobramentos políticos e o caos econômico-financeiro do País. Espantados, sentiam o temor do povo, em face do crescimento das esquerdas. A permanente ameaça de greve geral infundia-lhes uma tensão que ia atingindo, gradativamente, um ponto sem retorno. Entretanto, inquietavam-se, e muito, com os atos de rebeldia de outros militares, que, não coibidos com rigor, iam rachando os pilares da disciplina e da hierarquia.

Seis meses antes, em setembro de 1963, a rebelião dos Sargentos de Brasília servira como um exemplo de que a estrutura

militar estava abalada. Alguns militares não mais aceitavam a desobediência e a insubordinação. Outros, ainda aguardavam, esperançosos, atitudes firmes do Governo Federal, que restaurassem a disciplina e a hierarquia. Alguns poucos, entretanto, aliavam se ao movimento esquerdista, e entre eles os que ansiavam pelo rótulo demagógico de "generais e almirantes do povo".

A rebelião dos marinheiros de 25 de março de 1964, no Rio de Janeiro, foi a gota d'agua, que, congregando os militares, decidiu sobre suas ações.

No início de maio de 1962, o Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, foi surpreendido pela fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), cujo primeiro presidente era o marinheiro João Barbosa de Almeida. A autoridade ministerial ficou, assim, diante de uma entidade, existindo — como fato consumado — à revelia dos regulamentos militares. Sob o pretexto de realizar atividades sociais, recreativas, assistenciais e culturais, a AMFNB, aquinhoada com verbas vultosas, passou a pregar a subversão na Marinha. Chegou, até, a designar representantes seus, sob a denominação de "delegados da AMFNB", junto aos comandantes das unidades navais. Tal fato provocou uma reação dos oficiais, a qual resultou na proibição das atividades desses "delegados" a bordo dos navios e na recomendação para que fossem rigorosamente fiscalizados.

Em setembro de 1963, durante a cerimônia de posse da nova diretoria da AMFNB, o presidente eleito, o marinheiro José Anselmo dos Santos, teceu severas críticas às autoridades navais, sendo punido, pelo Ministro da Marinha, com 10 dias de prisão. Em protesto pela punição, a AMFNB, em Assembléia, exigiu do Ministro a relevação da prisão. Em face da indisciplina, foi aberto um Inquérito Policial Militar, resultando novas prisões e o enquadramento de alguns integrantes da AMFNB no Código Penal Militar.

Apesar do IPM, a agitação prosseguiu, até que, em 25 de março de 1964, 1.400 sócios da AMFNB amotinaram-se no Rio de Janeiro, abrigando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Desafiando abertamente as ordens para regressarem aos quartéis, os amotinados gritavam "Viva Goulart" nas janelas do sindicato, e apregoavam fidelidade somente ao Comandante dos Fuzileiros Navais, o Almirante Cândido da Costa Aragão, amigo de Goulart e co

nhecido como "Almirante do Povo".

Nesse dia 25 e no seguinte, 26 de março de 1964, após sucessivas assembléias, os marinheiros e fuzileiros navais amotinados difundiam as seguintes exigências para o fim do movimento:

- substituição do Ministro da Marinha por um dos três almirantes por eles indicados (Paulo Mário, Suzano ou Goiano);
- anulação das punições impostas aos membros da diretoria da AMFNB;
- garantia de que nenhum dos amotinados sofreria qualquer sanção; e
- reconhecimento da existência legal da AMFNB.

Para acabar com a insubordinação, o Ministro da Marinha determinou, na manhã do dia 26, o deslocamento de um contingente de Fuzileiros Navais para desalojar e prender os amotinados. Surpreendentemente, alguns desse contingente depuseram as armas e integraram-se aos refugiados no Sindicato, enquanto o restante retornou ao quartel sem cumprir a missão.

A indisciplina generalizou-se. Na manhã do dia seguinte, 27 de março, a Marinha tomava conhecimento de que havia, também, movimentos de rebeldia em alguns navios da Esquadra. Às 8.30 horas, um agrupamento de cerca de 200 marinheiros dirigiu-se ao prédio do Ministério da Marinha, em solidariedade aos amotinados. Apesar das advertências, o grupo continuava avançando. Somente com dois disparos feitos para o ar, pela tropa que defendia o Ministério, o agrupamento foi disperso.

Em vista desse acontecimento, o Ministro da Marinha exonerou o Almirante Aragão e tropas do Exército cercaram o Sindicato dos Metalúrgicos e isolaram os marinheiros rebeldes. Algumas horas depois, entretanto, o Presidente da República mandou levantar o cerco e "pediu" que os marinheiros voltassem para seus quartéis, dando-lhes a garantia de que não seriam punidos.

O Ministro da Marinha demitiu-se. Jango reconduziu o Almirante Aragão a seu posto e nomeou o Almirante da Reserva Paulo Mário como novo Ministro. A vitória da indisciplina, com o apoio do Governo Federal, foi completa. Nessa mesma tarde, os marinheiros amotinados a comemoraram ruidosamente, conduzindo, nos ombros, o "Almirante do Povo". O Presidente incorrera em erro grave, julgando que as Forças Armadas assistiriam passivamente a essa escalada da subversão e que a oficialidade seria alijada pe-

los sargentos e praças, que vinham sendo submetidos à doutrinação comunizante, sem qualquer reação.

Dois dias depois daquele insólito episódio, em 29 de março de 1964, centenas de oficiais da Marinha reuniram-se no Clube Naval, contrariados com a quebra da disciplina e da hierarquia. Um manifesto ao povo brasileiro, assinado por mais de 1.500 oficiais da Marinha, declarava que havia chegado a hora de o Brasil defender-se. O Exército proclamou solidariedade à Marinha. A imprensa aderiu. No Congresso Nacional, dezenas de parlamentares pronunciaram-se contra a indisciplina.

Os que antes não aceitavam os desmandos do Governo passaram a agir. Os que ainda aguardavam, desiludiram-se e engrossaram as fileiras dos verdadeiros democratas. A Revolução Democrática estava por dias.

8. A reunião no Automóvel Clube

Acesas estavam, ainda, as paixões desencadeadas pela vitoriosa rebelião dos marinheiros. De um lado, as forças democráticas já se articulavam contra o governo da indisciplina. Do outro, Jango apoiava-se no PCB, nas organizações de massa e num pretenso "esquema militar". Pretendia, entretanto, dar uma demonstração de força aos que o criticavam pela posição assumida no episódio da rebelião dos marinheiros, mostrando que tinha prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas.

Alguns meses antes, a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro (a que havia optado pelo serviço federal) convidara o Presidente para comparecer às comemorações do aniversário da entidade. Naquela oportunidade, Jango aceitou o convite, mas adiou o seu comparecimento sem marcar data. Entretanto, chegara a hora... Na noite de 30 de março de 1964, a Associação realizou a reunião na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, com a presença de centenas de sargentos, além de diversos oficiais e ministros, dentre os quais o novo Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário.

Dezenas de comunistas confraternizaram-se com os militares. O ambiente atingiu o auge da exaltação quando se abraçaram, sob aplausos gerais, o Almirante Aragão e o Cabo Anselmo. Os oradores, inflamados, discursavam repisando a tônica das reformas. Discursos atentatórios à hierarquia e à disciplina foram

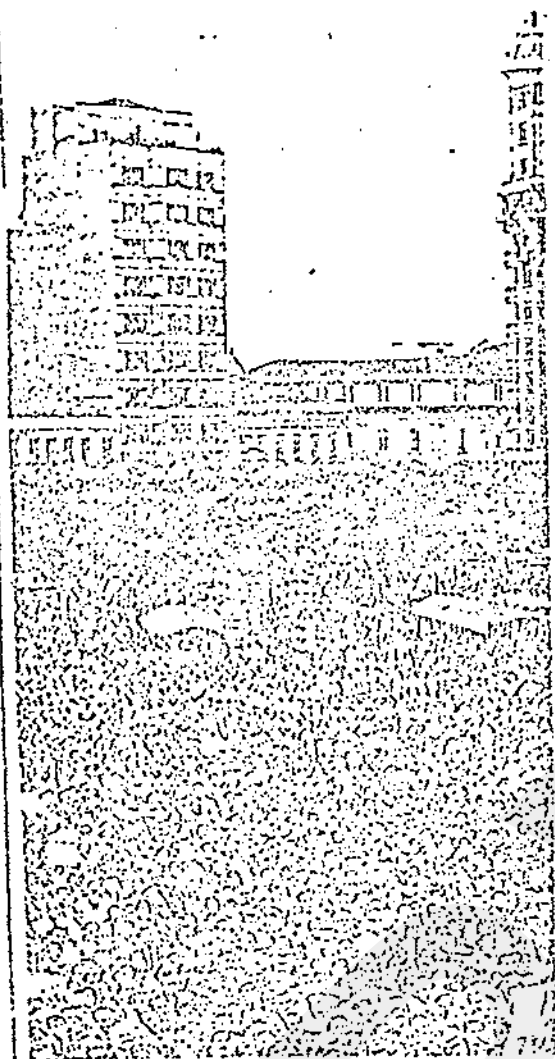
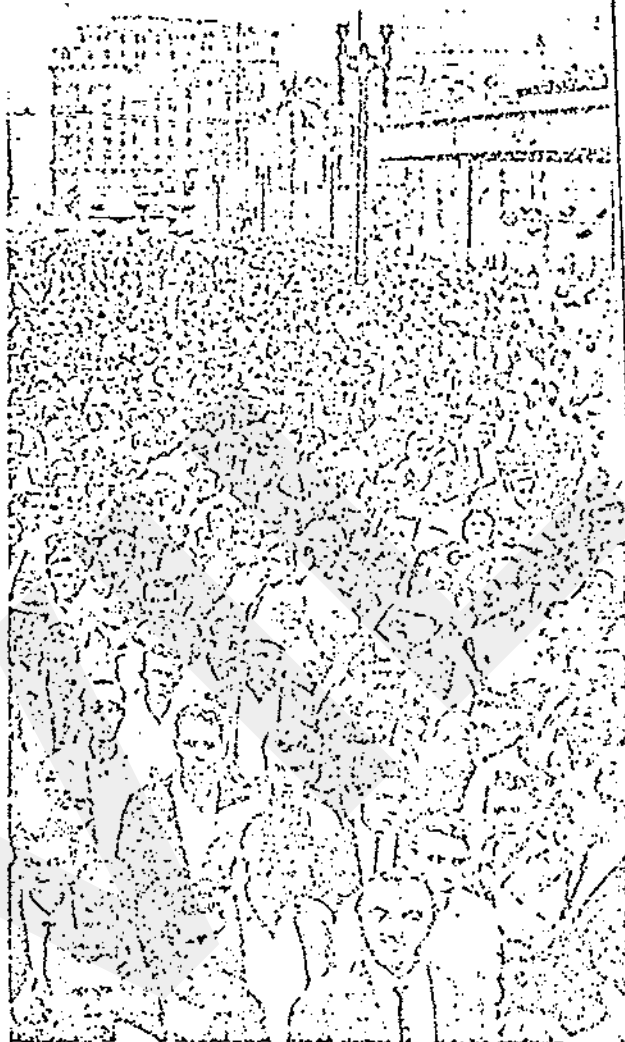
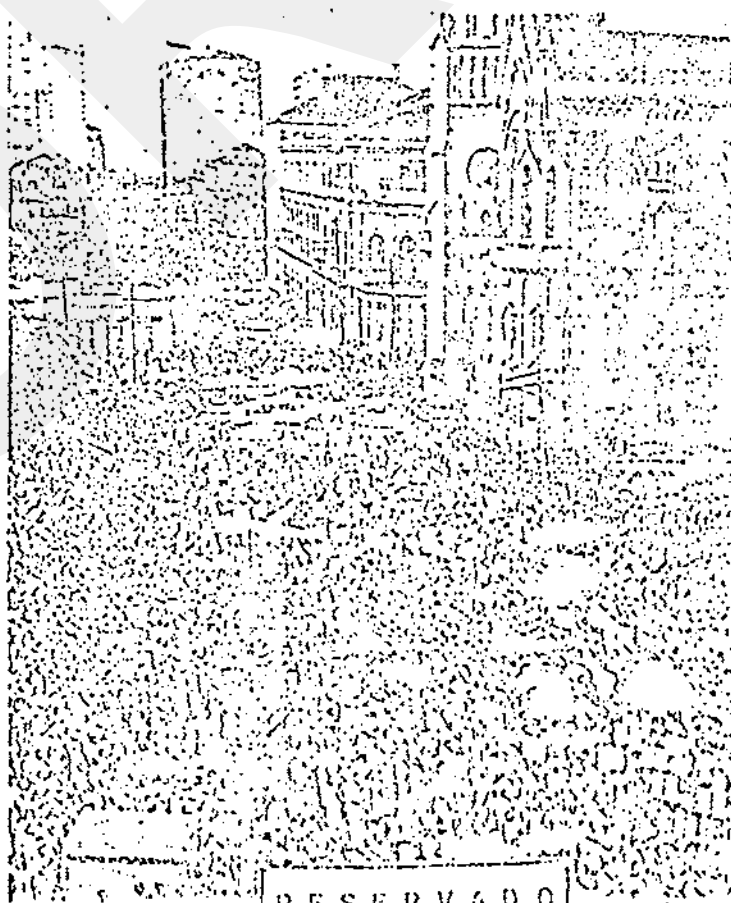
pronunciados. O Sargento Ciro Vogt, um dos oradores, foi estrepitosamente vaiado, porque, atendendo aos regulamentos disciplinares, limitou-se a apresentar as reivindicações de sua classe, sem abordar temas políticos.

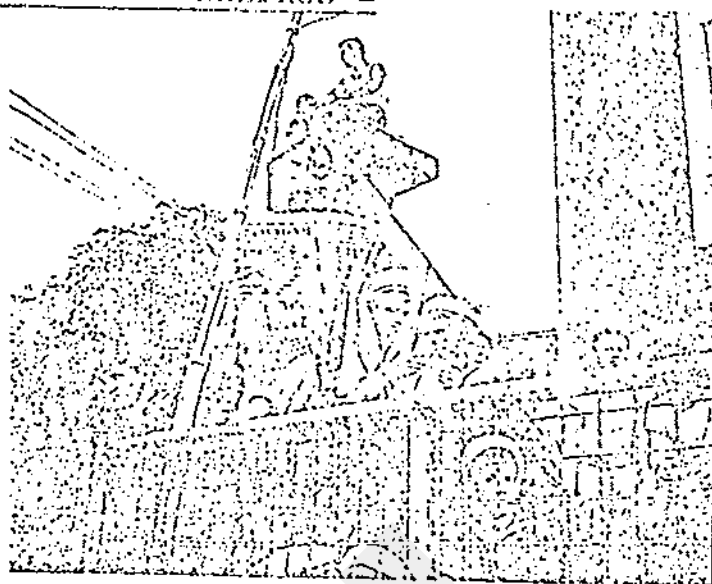
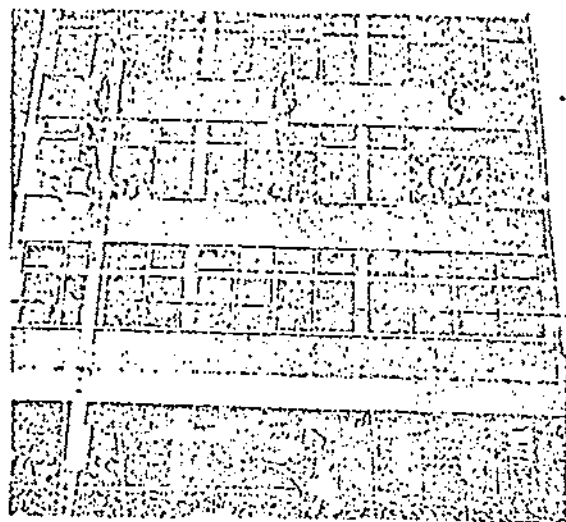
Mas o ponto alto da reunião foi o discurso do Presidente da República. Inebriado pela calorosa recepção dos sargentos e incentivado pelos constantes aplausos, Jango fez um dos discursos mais inflamados de sua vida pública. Defendeu os sargentos amotinados. Propugnou pelas reformas de base. Acusou seus adversários, políticos e militares, de estarem sendo subsidiados pelo estrangeiro. Ameaçou-os com as devidas "represálias do povo".

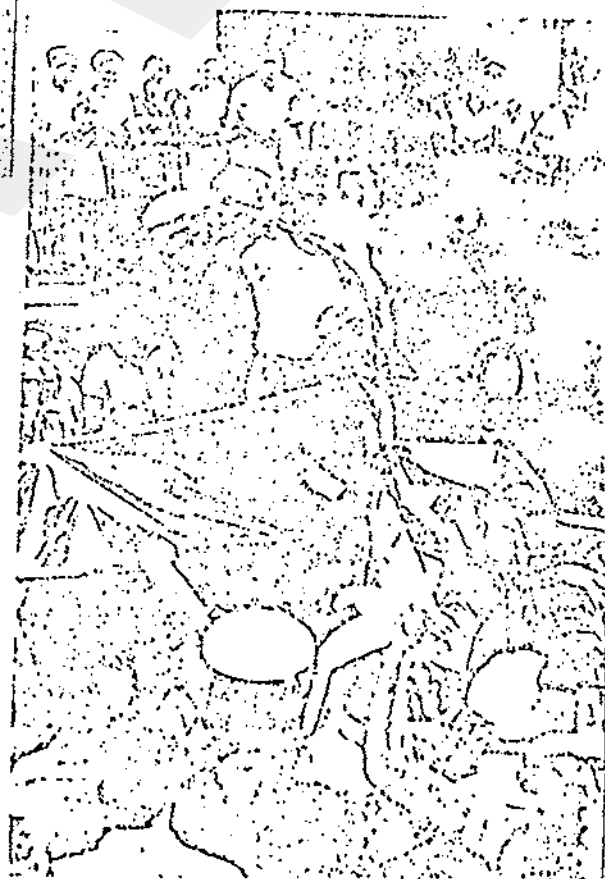
A televisão mostrou "ao vivo" estas cenas. Muitas das pessoas que as assistiam sentiram que, após aquela reunião, a queda de Jango era iminente.

Na verdade, fora seu último discurso como Presidente da República.

– O REPÚDIO DEMOCRÁTICO À INFILTRAÇÃO COMUNISTA –

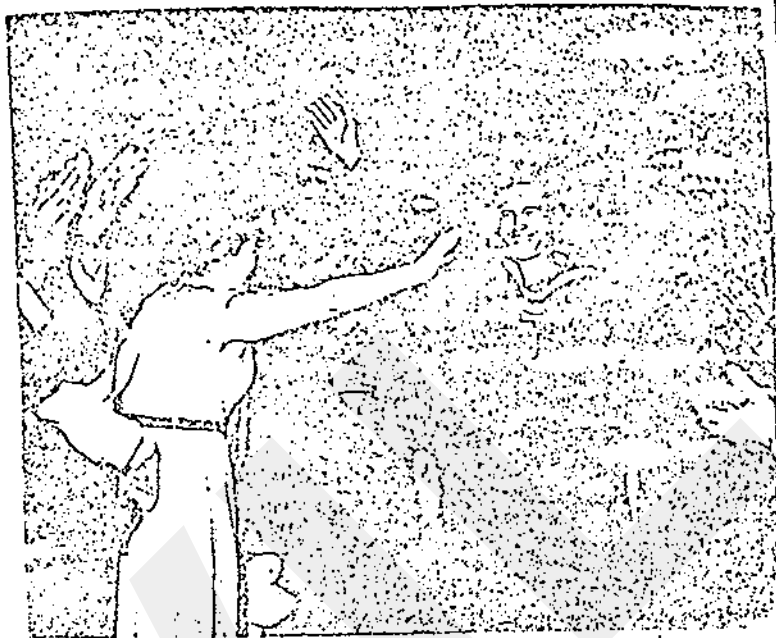
"MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS, PELA LIBERDADE"

SÃO PAULO – 19 Mar 64

SÃO PAULO – 19 Mar 64

SANTOS –25 Mar 64

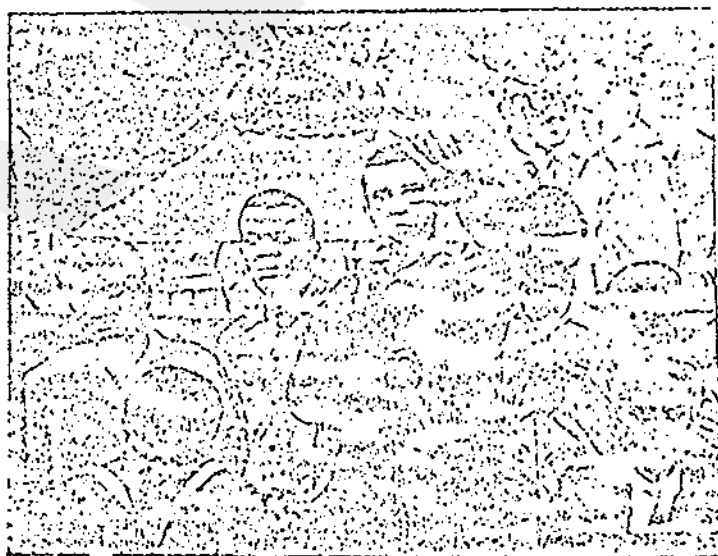
- A REBELIÃO DOS MARINHEIROS -

MARINHEIROS AMOTINADOS NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

A PASSEATA SUBSTITUI O DESFILE MILITAR.

O CERCO PELO EXÉRCITO

A SAÍDA TRIUNFAL

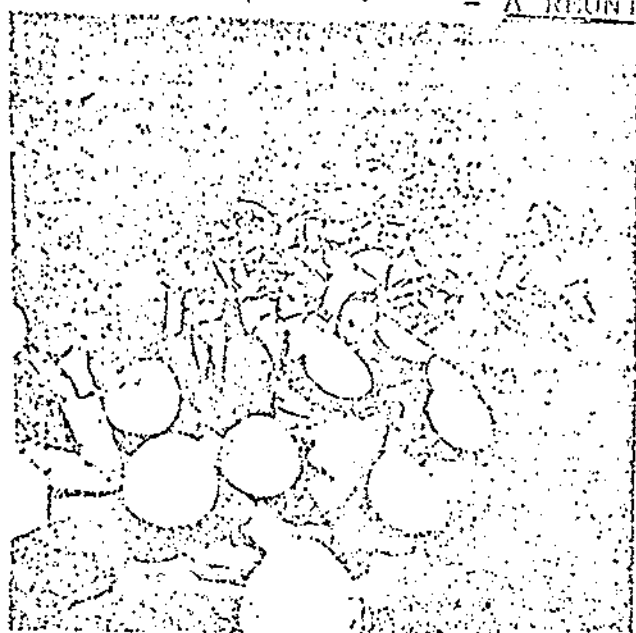
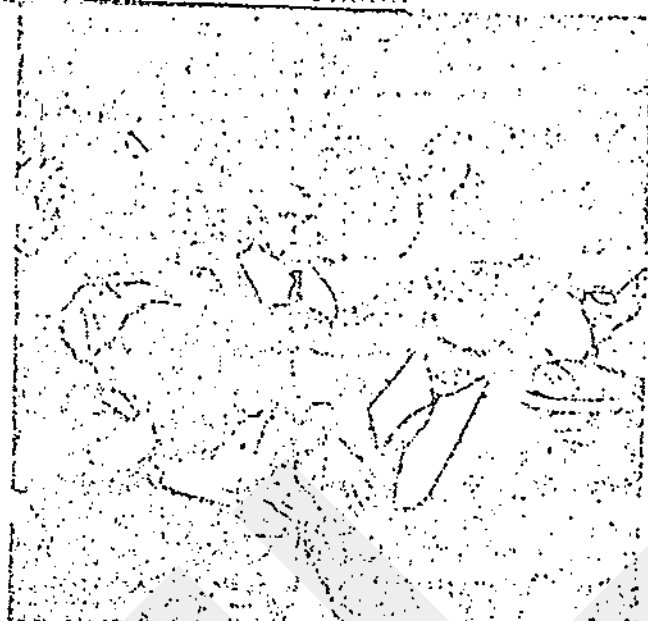
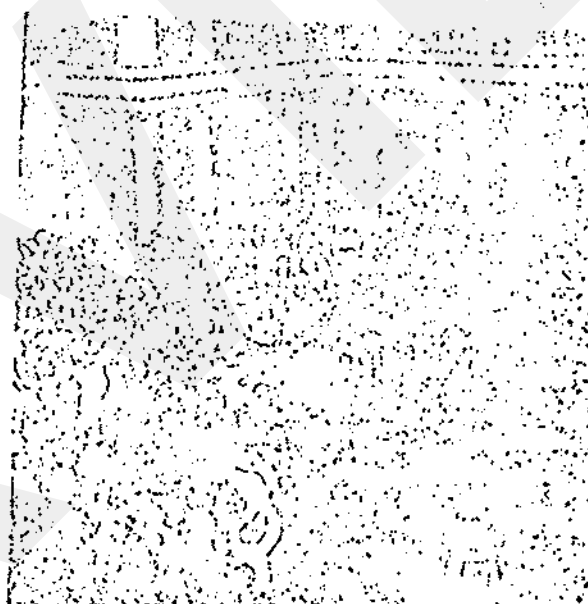
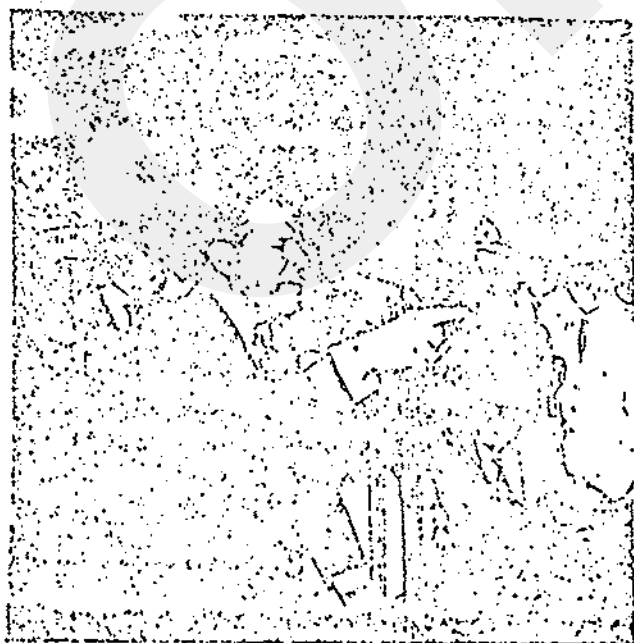
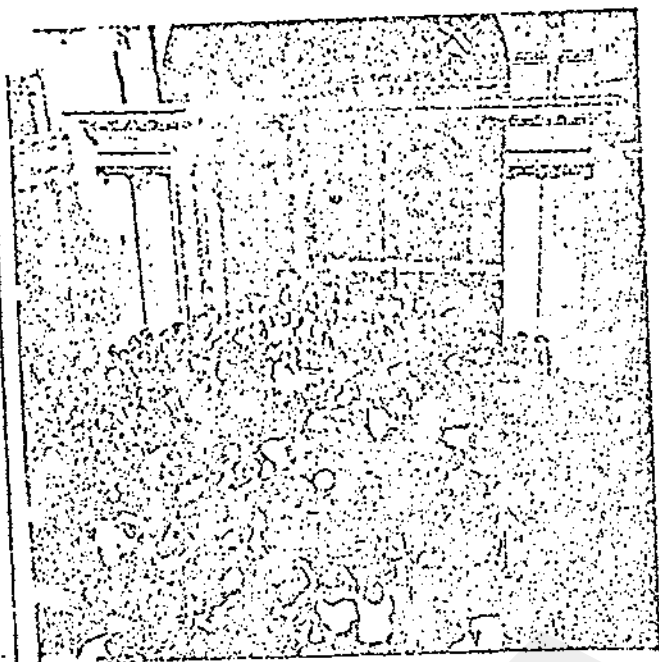
- A REBELIÃO DOS MARINHEIROS -

CÂNDIDO ARAGÃO, "ALMIRANTE DO POVO", CONCEDE AUTÓGRADOS A MARINHEIROS.

OS HERÓIS DA INDISCIPLINA

O CONSENSO DA INSUBORDINAÇÃO EM ASSEMBLÉIA.

O MINISTRO DO TRABALHO (AMAURI SILVA), PRESTIGIA OS AMOTINADOS.

TIROTEIO ENTRE PRAÇAS E OFICIAIS NO PÁTIO DO MINISTÉRIO NA MANHÃ DE ONTEM CAUSOU SESSENTA VÍTIMAS

Sublevação matou três marinheiros

Tribuna da Imprensa — [illegible]

O INEVITÁVEL CONFRONTO HIERÁRQUICO.

- A REUNIÃO DO AUTOMÓVEL CLUBE -

A SORTE ESTAVA LANÇADA.

A APREENSÃO NA SAÍDA.

CAPÍTULO IV

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

1. Ascensão e queda de Goulart

A reação a João Goulart teve início antes mesmo de sua posse. Com a renúncia de Jânio Quadros, apresentou-se um impasse entre as forças que consideravam sua ascensão à Presidência da República uma temeridade para as instituições e as que, por razões diversas, desejavam ver cumprida a Constituição (1). Em face desse dilema, que poderia conduzir o País a uma guerra civil, o parlamentarismo apresentou-se como a forma política capaz de suplantar democraticamente a crise.

Apesar da desconfiança com que Goulart era encarado por muitos, uma vez empossado, poderia ter chegado ao final de seu mandato — pelo simples fato de que era o sucessor constitucionalmente eleito —, se não adotasse medidas que ferissem a Constituição. Vários fatores concorriam para essa assertiva. Os governadores dos principais estados eram pretensos candidatos às eleições presidenciais previstas para 1965 e tinham interesse que o sistema político continuasse a funcionar normalmente. Nas Forças Armadas, embora houvesse um pequeno grupo que iria, desde logo, conspirar contra Goulart, a imensa maioria de seus quadros era legalista, respeitando incondicionalmente a Constituição. Ademais, a divisão que ocorrera nas Forças Armadas, mais particularmente no Exército, por ocasião da posse de Goulart, fora marcante e funcionava como um freio muito forte a qualquer veleidade de destituir o Presidente.

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justa, tanto é que a Revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem apoio do Congresso, "na lei ou na marra" como diziam seus seguidores, através da mobilização das massas com o apoio passivo das Forças Armadas e o apoio ativo do dispositivo militar que pensava haver implantado. Buscou mobilizar as massas com ativistas de esquerda, ligando constitucionalmente seu governo ao PCB, mas foi incapaz de conter o radicalismo que até

(1) Em 1953, Goulart havia sido afastado, sob pressão, do Ministério do Trabalho, por graves irregularidades e pela orientação justicialista que ali imprimia.

os comunistas mais experientes condenavam, permitindo que a desordem interna ultrapassasse os limites do tolerável. Desordem que, adicionada ao abandono do plano econômico do Governo, conduziu uma economia já desorganizada para o caos. Desordem que, através da infiltração, do proselitismo e da agitação esquerdista, se instalou na máquina administrativa, no campo, na área educacional e na área trabalhista. Desordem que alcançava as Forças Armadas, com o risco de sua desagregação pela quebra da disciplina e da hierarquia.

2. A iniciativa da reação

A posse pacífica de João Goulart não trouxe tranquilidade à Nação. O Governador de Minas Gerais, que fora favorável à ascensão de Goulart à Presidência da República deixava transpirar que "já a partir dos primeiros dias, os propósitos do Presidente indicavam rumos perigosos". Dando curso a essa preocupação, em 26 de novembro de 1961, ou seja, poucas semanas após a posse de Goulart, Magalhães Pinto em entrevista à imprensa declarava: "*A Nação continua traumatizada. Pairam no ar indagações inquietantes*".

Esse clima de insegurança que a Nação respirava, aliado às dificuldades econômicas, era sentido de forma mais acentuada pelos empresários. Não era, pois, de estranhar que partissem deles as primeiras iniciativas no sentido de reverter essa situação.

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e a estatização vinha de algum tempo. Pelo menos, desde os últimos estágios do governo populista de Juscelino Kubitschek. Dessa preocupação resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, com a posse de Goulart, se amiudaram. Da troca de idéias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O documento básico do Instituto, de autoria de Garrido Torres, intitulado "A responsabilidade democrática do empresariado", utilizado para o recrutamento de novos adeptos, apresentava o IPES como uma "organização apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos". Seu lançamento foi recebido

favoravelmente pelos principais jornais do País e saudado com entusiasmo por líderes políticos, personalidades eclesiásticas e intelectuais.

A preocupação primeira do IPES era defender a frágil democracia nacional. Como declarava um dos seus fundadores, Paulo Ayres Filho: "*A princípio a idéia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse o seu mandato*". Suas atividades iniciais concentraram-se na distribuição de folhetos e livros e na realização de palestras versando sobre a liberdade e a democracia.

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc.. Com isso, o Instituto não só se expandiu rapidamente para os maiores centros do País como pôde aperfeiçoar sua estrutura para estender sua ação aos vários segmentos sociais. Passou a encorajar associações femininas e organizações estudantis apoiando-as materialmente. Criou um programa de treinamento de lideranças democráticas para homens de negócios, estudantes e operários. Publicava e promovia livros, bem como estimulava a realização de peças teatrais e filmes e disseminava, através da mídia, discursos e entrevistas defendendo a livre iniciativa e a democracia.

Mas a situação do País evoluía rapidamente e, no final de 1962, houve uma mudança de atitude de alguns membros do IPES. As ações do Governo fizeram com que uma ala do IPES começasse a achar que a resistência intelectual a que se propunha o Instituto, isto é, a realização de estudos doutrinários para disseminar idéias e esclarecer os cidadãos, não operava os resultados desejados com a necessária rapidez.

Enquanto o IPES continuou com seu trabalho e apoio às atividades de conscientização e esclarecimento da opinião pública, membros da entidade começaram, individualmente ou em grupos, a procurar novas ligações e maneiras mais diretas de manifestar sua oposição ao estado de coisas que se verificava no País. Dessa atitude decorreu boa parte das inúmeras organizações que surgiram no ano de 1963, com objetivos semelhantes aos do IPES, mas a maioria delas voltada diretamente para a ação política e algumas delas dispostas mesmo à ação revolucionária, se necessário. Um desses grupos, por exemplo, contactou com Júlio de Mesquita

Filho, dono do jornal "O Estado de S. Paulo", que se tornou o seu chefe nacional e que em 1964 chegou a armar-se para participar diretamente da revolução.

Outras organizações e associações de classe teriam importante papel no esclarecimento e mobilização da opinião pública. Na década de cinqüenta, as condições de desenvolvimento haviam estimulado a expansão da estrutura associativa das classes produtoras e fizeram surgir uma geração de empresários jovens e dinâmicos. Esses novos empresários assumiram a direção de boa parte das associações de classe já existentes como a Confederação e as Federações da Indústria, as Associações Comerciais, etc.. Nessa época, duas novas entidades surgiram: o Conselho Superior das Classes Produtoras - CONCLAP e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Destas, o IBAD foi constituído especificamente com o propósito de "defender a democracia, as instituições e o regime". O IBAD iria, principalmente após a posse de Goulart, atuar particularmente na conscientização ideológica dos sindicatos e movimentos estudantis. Seu veículo de difusão mensal, "Ação Democrática", chegaria a ter uma tiragem de 250.000 exemplares.

Embora essas organizações não se tivessem constituído em um bloco ideológico e político monolítico, elas se reuniriam e encontrariam sua unidade na situação por que passava o País e iriam influir decisivamente no movimento revolucionário.

3. A reação no Campo Político

Nos meios políticos, a oposição mais objetiva às esquerdas e ao Governo, decisiva mesmo para o êxito da Revolução, seria desempenhada pelos Governadores, principalmente os de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. A efetiva ação desses governadores, porém, só se fez sentir quando se esgotaram as possibilidades de ser mantida a normalidade constitucional. O Senhor Magalhães Pinto, inclusive, quando a conspiração já se realizava com certa desenvoltura, "abriria sua política para um diálogo com as esquerdas e com o Senhor João Goulart, na expectativa de constituir-se num núcleo de transigência e de composição ante a crescente radicalização de posições dentro do País" (2).

---

(2) Castello Branco, C.: "Da Cospiração à Revolução", em "Os idos de março e a queda de abril", José Álvaro, Editora, RJ, 1964, pág. 292.

No entanto, desde 1962, organizara-se no Congresso um bloco interpartidário denominado Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se constituiu numa oposição atuante até a Revolução. Contando com cerca de 200 parlamentares, a ADP, permanentemente, travou batalhas verbais com os representantes das esquerdas, onde, muitas vezes, mais do que o mérito das questões, valiam pelas repercussões alcançadas na opinião pública.

A ADP rebateu as propostas esquerdizantes e apresentou dezenas de projetos técnicos de reformas, com o espírito democrático, contrapondo-se ao sentido socializante, às vezes demagógico, das reformas de base, defendidas pela Frente Parlamentar Nacionalista.

Foi no Congresso, pela palavra do Deputado Bilac Pinto, que se fez a mais veemente e correta denúncia da guerra revolucionária que se desenvolvia no País, com larga repercussão, particularmente na área militar mais jovem, que desconhecia a magnitude das ações subversivas em curso.

4. O apoio da imprensa

Os mais influentes jornais e emissoras de rádio e televisão deram, desde o início, seu apoio às campanhas em defesa da democracia. Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editoriais. Destacaram-se nesse mister a então poderosa rede de jornais, revistas, rádio e televisão dos "Diários Associados", o "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde" e Rádio Eldorado, do Grupo Mesquita. Ainda em São Paulo, participavam normalmente das campanhas as TV Record e Paulista e o "Correio Paulistano". De grande importância era a participação do jornal "Notícias Populares", de propriedade do Deputado Herbert Levy, diário militante com grande penetração nas classes trabalhadoras. No Rio de Janeiro, exercia influência semelhante "A Tribuna da Imprensa", então um jornal antipopulista e "A Noite". Também ali participavam os grandes jornais, como "O Globo" e o "Jornal do Brasil". No Rio Grande do Sul, estavam integrados nesse mesmo objetivo os jornais e emissoras da empresa Caldas Júnior, o mais importante complexo do setor de mídia do sul do País.

Além das empresas, muitos jornalistas influentes envolve-

ram-se diretamente nas campanhas. Desses, destacavam-se Paulo Malta, que escrevia no influente "Diário de Pernambuco", e Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Morais Neto, em sua respeitada coluna política. Além dos jornalistas, pode-se citar o trabalho desenvolvido na imprensa pelo embaixador José Sette Câmara, pelo também embaixador e poeta Augusto Frederico Schmidt, pela romancista e cronista Rachel de Queirós e pela escritora Nélida Piñon.

Seria exaustiva a citação de todos os escritores, jornalistas, artistas e especialistas em comunicação social que participaram dessa empreitada, no entanto é fácil deduzir quão importante foi essa atuação no preparo da opinião pública. Não se pode deixar de salientar a constituição da denominada Rede da Democracia. Essa rede reunia mais de 700 estações de rádio, cujas transmissões iam para o ar na mesma hora em que Brizola transmitia sua arenga revolucionária por uma cadeia de emissoras liderada pela Rádio Mayrink Veiga, quando a luta ideológica se apresentava mais acirrada.

5. Amplia-se a reação

Em todos os segmentos onde o proselitismo esquerdista atuava houve reação. No meio sindical, eram realizados cursos para trabalhadores, dirigidos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organismo patrocinado por empresas privadas de São Paulo. O IBAD era outra entidade que atuava nesse meio, promovendo os denominados Eventos Interestaduais de Sindicalismo Democrático, e editando a revista "Repórter Sindical", com a finalidade de unificar a ação organizada dos democratas em antecipação à atuação do infiltrado CGT.

O Movimento Sindical Democrático (MSD) era outra entidade que buscava defender os princípios democráticos na área sindical. Antepondo-se aos organismos sindicais controlados pelos comunistas, chegou a ter influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Foram inúmeras as entidades que surgiram para antepor-se à ação comunista nos sindicatos e entre os operários. A Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, de grande influência chegou a estabelecer-se em 17 Estados e a criar uma Confederação Nacional. Igual significado tinha o trabalho desenvolvido

pelas Federações de Círculos Operários, que ofereciam assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, bem como cooperativas de concessão de crédito e habitacionais. Ministravam cursos variados, através das Escolas de Líderes Operários, que funcionavam em mais de uma dezena de capitais.

Essas atividades também se estenderam ao campo. No Nordeste, em especial, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado por padres, treinava líderes camponeses, incentivava a formação de cooperativas, oferecia cursos de alfabetização e auxiliava na criação de sindicatos de trabalhadores rurais com orientação cristã. Também o IBAD aí procurava contrapor-se ao método de alfabetização de Paulo Freire e ao Movimento de Educação de Base, oferecendo cursos de alfabetização. Atuava ainda nessa área a Fraterna Amizade Urbana e Rural (FACUR) e muitas outras entidades que buscavam orientar e esclarecer o trabalhador rural, alvo de violenta e maciça doutrinação esquerdista.

Na área educacional era onde as esquerdas haviam obtido seu maior êxito e, valendo-se de estudantes e clérigos progressistas, procuravam levar sua doutrinação às massas populares. Várias organizações estavam envolvidas nesse processo: A Ação Popular (AP), que era uma ramificação da JUC, setores radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base (MEB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seu Centro Popular de Cultura, bem como o próprio MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio da Comissão de Cultura Popular. Essas entidades, além de se empenharem em programas de alfabetização, trabalhavam no sentido de concretizar uma das metas da UNE, que, dominada pela AP, se empenhara em realizar a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, como pressuposto da revolução. O elo de ligação dessa intensa massa revolucionária eram as reformas de base, tendo como bandeira a reforma agrária.

Surgiram, então, entidades democráticas para atuar em oposição à UNE no movimento estudantil. Uma das mais importantes dessas entidades foi o Grupo de Atuação Política (GAP), que atuava no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O objetivo do GAP era levar a palavra ao movimento estudantil, com os argumentos da juventude não comprometida com a UNE, buscando formar uma corrente de oposição consciente dos rumos comunizantes a que o País estaria sendo conduzido. Seu presidente, em depoimento ao histo

riador Hélio Silva, declarou que: "*o movimento não tinha nenhum vínculo com políticos. A tese, desde praticamente o início, era a da solução de um movimento que antecedesse o preparado pelas esquerdas* (...)". Vários outros grupos atuavam nessa área, com objetivos semelhantes, editando jornais, onde defendiam suas teses, e buscando empolgar a direção das entidades estudantis. Tiveram o apoio material de diversas organizações que à época defendiam as instituições e o regime. Uma das mais importantes contribuições que essas entidades tiveram foi a publicação, com o apoio do IPES, do livro "UNE - instrumento de subversão", no qual sua autora, a estudante Sônia Seganfredo, expunha a infiltração comunista no meio universitário.

Apesar dos esforços feitos, essa foi uma das áreas onde a reação mais se radicalizou, mas onde os êxitos foram atenuados pelo elevado grau de doutrinação que dominava o meio. Essas inúmeras entidades atestaram, porém, que a juventude não esteve omissa nos anos agitados que precederam o 31 de março de 1964.

6. As mulheres envolvem-se decididamente

Desde 1954, existia, em São Paulo, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF). Inicialmente criado a fim de protestar contra o alto custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas, O MAF, com o perigo da comunização do País, lançou-se a um trabalho de mobilização e conscientização em favor dos ideais democráticos.

Em 1962, começaram a surgir entidades semelhantes em diversos Estados. Algumas delas iriam ter uma participação muito importante na mobilização da consciência democrática nacional. O Marechal Cordeiro de Farias, em entrevista a Lourenço Dantas Mota, diria: "*Sou dos que defendem a tese de que a Revolução foi feita pelas mulheres brasileiras, principalmente as de Minas e São Paulo. Todas as pessoas que não estiveram, como eu estive, nesse setor, poderão achar a minha afirmação fora de propósito* (...). *Acho que nunca ouvi tantos desaforos na minha vida como os que me foram ditos pelas mulheres de São Paulo na antevéspera da Revolução. Elas me diziam então o seguinte: Mas o que os Senhores querem mais que façamos para que tenham a coragem de ir para as ruas?* (...)" (3).

(3) Entrevista publicada em "História Vivida", vol. I, da coletânea Documentos Abertos, coordenado por Lourenço Dantas Mota e editado pelo "O Estado de S. Paulo", 1981.

Nesse ano foi inaugurada em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), que visava à "defesa do regime democrático e a despertar a consciência cívica das mulheres". Apesar de possuir um número de membros menor do que o MAF, a UCF contava com uma rede de núcleos em diversas cidades e atuava, basicamente, através de palestras, conferências e cursos. Ainda em 1962, surgiu no Rio de Janeiro a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

A CAMDE concentrava seus esforços sobre as donas-de-casa e esposas de líderes sindicais, de funcionários públicos e de militares. Produzia literatura própria, especialmente orientada no sentido das preocupações femininas. Mais de 200.000 exemplares só de um trabalho, descrevendo o que as mulheres podiam fazer, foram distribuídos pela CAMDE às suas associadas, incumbindo a cada uma de tirar cinco cópias e mandá-las a possíveis candidatas a sócias.

As mulheres insistiam em ação. Faziam comícios de protesto público; passavam horas ao telefone fazendo suas pregações; enviavam cartas a congressistas e a militares desafiando-os a assumirem posição determinada em defesa da democracia; pressionavam empresas comerciais que faziam propaganda em veículos comunistas; apareciam em comícios para discutir com esquerdistas; e distribuíam milhões de circulares e livretos preparados pelas organizações democráticas.

Realmente, trabalhando às claras e sem medo, as mulheres foram as principais responsáveis pela mobilização popular, devendo a elas ser atribuído o mérito maior do País ter sustado, sem sangue, essa tentativa de tomada do poder.

7. A evolução da posição dos militares

Apesar da conjuntura interna, em 1963, mais de oitenta por cento dos militares continuavam com sua postura legalista. Dos restantes, aproximadamente a metade fazia parte do dispositivo janguista ou concordava com suas posições e os demais eram ativistas da Revolução. Destes últimos, alguns, em especial os da reserva, haviam começado a atuar desde a posse de Jango, ligando-se, orientando e participando das organizações civis mencionadas neste capítulo. Outros, deixados sem função, começaram a conspirar nesse ano, como era o caso do então General-de-Exército Cordeiro de Faria. Como o movimento não engrenava no setor

militar, onde o episódio da posse em 1961 ainda era um obstáculo decisivo, passaram a trabalhar suas idéias entre os civis. Seus contatos mais importantes seriam com os governadores.

Em setembro, com o levante dos sargentos em Brasília, começou a haver uma mudança de posicionamento nas Forças Armadas. Pelo menos parte dos quadros começou a questionar-se sobre os acontecimentos

No dia 4 de outubro, houve a tentativa frustrada da prisão do Governador da Guanabara e da decretação do estado de sítio. Os oficiais que se negaram a cumprir a ordem de prisão do Governador foram punidos. Sob o estímulo emocional dessas prisões, criou-se um grupo conspiratório. Liderado pelo então Coronel João Baptista de Figueiredo, esse grupo congregava a maioria dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e recebera a adesão dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Graças à confiança que esse grupo depositava no General Castelo Branco, decidiram seus membros confiar suas apreensões ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Aceito o contato reservado, o General Castelo Branco integrou-se de forma efetiva ao esquema revolucionário. Com ele viriam os oficiais generais a ele ligados, como Mamede, Malan, Ernesto Geisel e Golbery. Este último, havia algum tempo, era ligado ao IPES.

Esse grupo, que passaria a ter um importante papel no movimento revolucionário, elaborou um plano defensivo que visava a proteger as instituições e as próprias Forças Armadas contra a tentativa de tomada do poder pelas esquerdas. O plano baseava-se nas seguintes premissas: resistir e estimular a resistência civil; dar ânimo aos políticos a se oporem às proposições esquerdizantes; e preparar a própria resistência militar. Essa conspiração de cúpula não afetaria, ainda, a disposição da grande maioria dos militares, que se mantinha fiel à Constituição.

Quando se tomou conhecimento da estrutura e da dinâmica do comício programado para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro, que segundo o plano conhecido desencadearia o processo de tomada do poder, a conspiração tomou caráter ofensivo. Os contatos com os Grandes Comandos foram retomados com vistas a essa nova postura.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e o comandante do II Exército já haviam apelado várias vezes ao Ministro para que

não empenhasse o prestígio da Força no esquema janguista. No dia 13, porém, protegidos por tropas do Exército, estavam no palanque todas as facções do movimento revolucionário esquerdista. Do Sr. Leonel Brizola ao representante do CGT, do Governador Arraes ao presidente da UNE, prestigiados pela presença dos Ministros Militares. A partir desse momento, os conspiradores sabiam que o desfecho estava próximo.

Nesse comício, o Presidente atacou a Constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta, enfraquecendo a posição daqueles que a defendiam como intocável. Enquanto o Presidente anunciava ter reduzido a termos a solicitação das reformas, o Sr. Leonel Brizola preconizava o fechamento do Congresso.

O comício do dia 13 resultou numa mudança no posicionamento da imprensa. Os editoriais passaram a exigir diretamente que os militares assumissem a responsabilidade de resolver a crise. Começaram a surgir apelos ao papel constitucional dos militares para garantir os três poderes e não apenas o Executivo. Os editoriais pediam que os militares não apoiassem as ameaças às ordens partidas do Governo. O "Diário de Notícias", por exemplo, publicou em editorial: "*É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...). Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...)*".

O Ministro da Justiça de Jango escreveria mais tarde, referindo-se ao episódio: "*O comício criou a expectativa de uma crise, de um golpe, rebeliões, tumultos, motins, ou subversão da ordem geral no País ...*" (4).

Apesar dessa situação, apesar dos insistentes apelos de Brizola para o aprestamento dos grupos dos onze, apesar das facções contrárias a Goulart dentro das Forças Armadas começarem a ser ouvidas, quando expressavam a necessidade de preparar-se para um contragolpe, a maioria militar não estava ainda convencida da necessidade dela mesma participar da revolução.

No dia 19 de março, dia de São José, Padroeiro da Famí-

---

(4) Jurema, A.: "Sexta-feira 13", pág. 144 e 145.

lia, as mulheres de São Paulo realizaram um protesto de rua a comício da Central do Brasil. Realizaram-se três reuniões preparatórias, às quais aderiram muitas entidades femininas e cívicas. Os cálculos mais otimistas previam o comparecimento de 130 mil pessoas, para suplantar, uma semana depois, a mobilização esquerdista da sexta-feira, 13.

No dia 19, atendendo a um apelo dos promotores desse evento, os cinemas não funcionaram e o comércio e a indústria suspenderam suas atividades às 15 horas. Às 16 horas começava a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Bandeiras brasileiras e paulistas apareceram em profusão. Papéis picados eram atirados dos edifícios. Gente, muita gente. Durante uma hora os manifestantes passaram marchando ombro a ombro, numa massa compacta que tomava toda a rua.

Veteranos jornalistas informam que nunca viram tão formidável concentração humana. Com certa timidez, a massa é estimada em 500 mil pessoas, outros estimam em 600 mil, mas, incluindo as ruas de acesso, é legítimo estimar-se em 800 mil(5).

O desenvolvimento da crise atingia tal amplitude e era tanta a inquietação nas Forças Armadas que o General Castelo Branco decidiu orientar os quadros, em instrução reservada de 20 de março, que se constituiu numa resposta ao comício do dia 13 e viria exercer forte impacto sobre os militares legalistas. Mas a ameaça do uso da força, implícita no apelo de Goulart, para instaurar a crise fora do sistema político, geraria outras reações. Muitos grupos civis começaram a armar-se. A arena passara da área política para a da violência.

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" foi outro impacto para os militares legalistas, e outras marchas começaram a ser realizadas com igual êxito em diversas capitais brasileiras. A etapa decisiva para esses militares, tão importante ou mais que os fatos citados, seria o motim dos marinheiros e seu desfecho. Suas repercussões foram profundas, a tal ponto que abalaram as convicções não apenas dos militares legalistas mas até mesmo daqueles que até a véspera lutariam ao lado do Presidente e suas reformas. A autopreservação institucional, por meio do controle da disciplina, era uma questão que estava acima dos grupos...

---

(5) Duarte, E.: "32 mais 32 igual a 64" -"Os idos de março e a queda de abril", José Álvaro, Editor, RJ, 1964, pág. 132 e 133.

A sanção por Goulart, da indisciplina e da desordem, reverteu as posições. A revolução já poderia ser desencadeada sem que houvesse o risco da divisão interna nas Forças Armadas.

8. A vitória da democracia

Quando, no dia 30 de março, uma segunda-feira, o Sr. João Goulart se dirigiu ao Automóvel Clube do Rio de Janeiro para falar a uma assembléia de sargentos, o desencadeamento da Revolução já estava decidido. Recebida no domingo a decisão do Comandante do II Exército, que até a última hora insistira com o Presidente para que depurasse seu governo dos comunistas, o dispositivo revolucionário estava pronto. O início do movimento foi marcado para a noite de 2 para 3 de abril, após a realização de uma concentração popular prevista para o Rio de Janeiro naquela quinta-feira.

Por razões diversas, porém, o movimento revolucionário foi antecipado em Minas Gerais e, na madrugada do dia 31 de março, as tropas ali sediadas começaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro. No encontro dessas forças com as tropas do I Exército, que se deslocaram para barrá-las, não houve o primeiro tiro. Depois dos instantes dramáticos iniciais, o confronto esgotou-se em diálogos de persuasão e em gestos de confraternização. Episódio semelhante ocorreria no ponto de encontro das tropas dos I e II Exércitos no eixo Rio-São Paulo.

Pelo meio da tarde de quarta-feira, tudo estava terminado. Ruíra o dispositivo militar do Presidente. Ninguém moveu ou esboçou resistência em defesa de Goulart, ou de suas reformas.

Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de um milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. A população irmanada — operários, estudantes, senhores idosos e crianças, todas as profissões, todas as categorias sociais e todos os credos — reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira. Chuvas de papéis picados, jogados dos edifícios, atapetavam de branco as ruas e calçadas. Bandeiras brasileiras coloriam o espetáculo. Faixas repudiavam o comunismo. Em cima dos carros, pessoas carregavam flores, rejubilando-se pela vitória da democracia. Os jornais do dia saudaram a retomada da democracia. As rádios e canais de televisão cobriam a manifesta

ção, transmitindo, para todo o País, os discursos inflamados.

Era a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", um movimento de cunho nacional em defesa do regime e da Constituição e que já se realizara, com êxito, em São Paulo, Belo Horizonte, Santos e Porto Alegre. Programada com antecedência, no Rio de Janeiro, transformara-se, de protesto contra o caos do governo anterior, em júbilo pela vitória da democracia.

9. O pronunciamento dos políticos

Depois de meses de tensão e luta, os políticos brasileiros, particularmente aqueles que se haviam empenhado na defesa da democracia, liderados pela maioria dos governadores, entre os quais se destacavam os da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, podiam respirar aliviados, convictos do acerto das decisões tomadas.

Carlos Lacerda, com a veemência que lhe era peculiar, falava aos cariocas: "*O Sr. João Goulart acobertou, patrocinou, estimulou toda essa gente, jogando marinheiro contra soldados, farda contra farda, classe contra classe, brasileiro contra brasileiro. Assim, não era possível que Marinha, Aeronáutica e Exército suportassem mais tamanha impostura e tamanha carga de traição. Deus é bom. Deus teve pena do povo*".

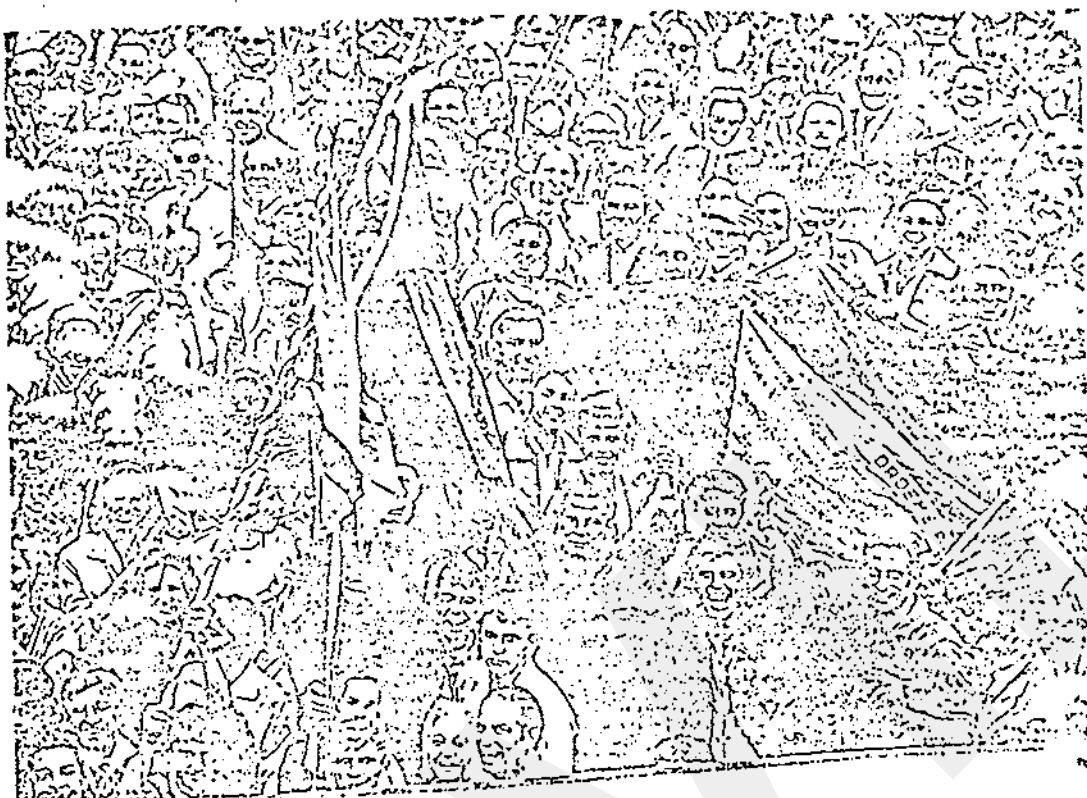
O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, afirmava: "*O movimento restaurador da legalidade, que Minas tomou a iniciativa e a responsabilidade de desencadear, com o apoio de todos os brasileiros, em breve estará concluído com a formação de um governo em condições de promover a paz, o desenvolvimento nacional e a justiça social*".

Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros era mais contundente: "*Voltamos ao poder para pacificar. Não quero nada. Apenas a democracia autêntica, sem receber ordens de Moscou. Goulart bolchevizou a família brasileira. Mandou mais de 11 mil estudantes paulistas fazerem cursos comunistas na Rússia. Agora, vou mandar os comunistas falarem em liberdade em Moscou*".

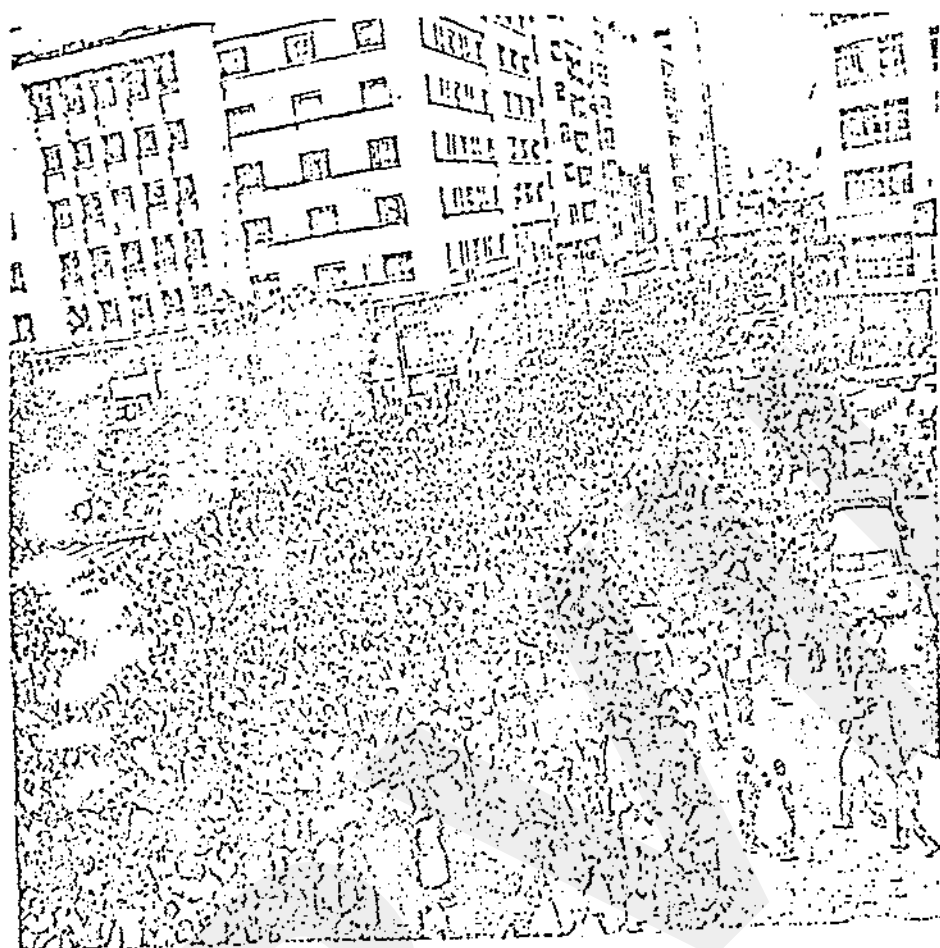
O Senador e ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que compunha com os políticos antes citados o quadro dos pretensos candidatos à Presidência da República, assim se expressou: "*É com o pensamento voltado para Deus, grato à sua proteção ao Brasil e ao povo, que saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com*

legalidade, com disciplina e com a hierarquia restaurada nas Forças Armadas. A paz não exclui, todavia, a vigilância democrática. O perigo comunista não estava, como se viu, no comportamento do povo e dos trabalhadores, ordeiros e democratas. O perigo comunista estava na infiltração em comandos administrativos".

– O REGOZIJO PELA VITÓRIA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964 –

"MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS, PELA LIBERDADE"

RIO DE JANEIRO – 02 Abr 64

– O REGOZIJO PELA VITÓRIA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964 –

"MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS, PELA LIBERDADE"

CAMPINAS – 07 Abr 64

FORTALEZA – 03 Out 64

3ª PARTE

A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

1964

"A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar".

JOAQUIM NABUCO

1. O ideário da Revolução de Março

A Revolução de 31 de Março de 1964 resultou de uma excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social, e cristalizou-se na manutenção do regime democrático.

Em torno dessa aspiração, aglutinaram-se forças as mais heterogêneas, reunindo pessoas e entidades de tendências políticas até antagônicas. Deste ponto de vista, o movimento democrático de 1964 foi uma simples contra-revolução, que quebrou a trajetória da tomada do poder pelos comunistas.

O despertar da sociedade brasileira e seu desejo de preservar a democracia — para ela representando sua filosofia de vida — é que induziram a adesão das Forças Armadas e possibilitaram sua interferência no processo subversivo em curso. Mas, foi a força psicológica e, ao mesmo tempo, objetiva dessa aspiração generalizada, que fez desmoronar o sistema político-militar de Goulart e permitiu que o processo de tomada do poder fosse interrompido sem derramamento de sangue, sem patíbulos e sem "paredones".

As forças vitoriosas, porém, estavam perplexas ante o rápido desfecho. Não tinham preparo ideológico e nenhum plano político definido. Entretanto, os objetivos traçados pelo General Castelo Branco e enviados no final de março aos chefes militares, dos quais buscava apoio para o movimento revolucionário em gestação, conjugados com os contidos nos pronunciamentos à Nação feitos no curto período de atuação do Alto Comando Revolucionário, eram pontos básicos sobre os quais havia uma concordância quase unânime e sintetizavam o ideário da Revolução.

Segundo essas idéias, a restauração da legalidade seria concretizada:

- pelo restabelecimento da composição federativa da Nação;

- pela ação contra a subversão que ameaçava a democracia, através do desmantelamento dos planos comunistas de tomada do poder;

- pelo reforço das instituições democráticas ameaçadas, onde se incluía a defesa da instituição militar solapada ao longo dos últimos anos;

- pela luta contra a corrupção, punindo os que se haviam enriquecido ilegalmente;

- pelo restabelecimento da ordem e da tranqüilidade da Nação; e

- pelo advento de reformas legais, que garantissem o desenvolvimento do País e proporcionassem melhores condições de vida para o povo.

Desse ideário, pode-se concluir que o movimento revolucionário não desejava, como em episódios anteriores, tornar-se, apenas, uma intervenção movida por meras injunções de política partidária e interesses de grupos. Tratava-se, na verdade, do atendimento de uma clara opção ideológica do povo brasileiro pela democracia, o que iria nortear as decisões tomadas daí em diante.

2. O Ato Institucional nº 1

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Presidente do Congresso Nacional declarava vaga a Presidência da República e convidava para assumi-la, imediatamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. A seguir-se o rito constitucional, restava a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dentro de trinta dias.

Com a ausência de princípios doutrinários rígidos e bem definidos para orientar os caminhos da Revolução, e ultrapassado o medo da implantação de uma república sindical ou popular, começaram a vir à tona interesses contraditórios, reunidos e abafados sob o objetivo maior do movimento revolucionário. A perplexidade dos primeiros dias deu margem a uma série de manobras políticas de grupos e de partidos, que buscavam fazer o pêndulo do poder oscilar para o lado de seus interesses.

O Comando Revolucionário desejava que o Congresso começasse por sua própria depuração e que votasse uma legislação antisubversiva de emergência, a fim de facilitar a restauração da ordem legal, após a necessária "limpeza da área". Ao invés disso, o Congresso procedeu como se 1964 não diferisse das crises anteriores e tentou viabilizar um ato de emergência próprio. Esse procedimento provocou a pronta reação do Comando Revolucionário, que praticou seu primeiro ato realmente revolucionário, outorgando o Ato Institucional nº 1.

Por esse ato, o Congresso passava a ser uma projeção do processo revolucionário e não a sua origem. Em seu preâmbulo, ficavam claras sua justificação e as intenções do Alto Comando. Era uma resposta à crise de autoridade política que se evidenciara no País desde o início da década de 50 e se agravara com o súbito vácuo de poder. O Ato Institucional abria o caminho para a Revolução que se ressentia da falta de um programa e de uma doutrina.

Anunciado na tarde de 9 de abril, assim era dirigido à Nação, em seu preâmbulo:

"(...) *O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (...). A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...).*

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo (...). Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República (...). Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legiti

mar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

O Ato Institucional outorgava à Revolução poderes para a rápida transformação do País, mantendo o Legislativo, o Judiciário e a própria Constituição. Dava, ao Presidente da República, o poder de introduzir emendas constitucionais; abreviava o processo de elaboração dos atos legislativos; dava, ao Executivo, competência exclusiva em legislação financeira; suspendia, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que houvessem "tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa"; autorizava, também, nos seis meses seguintes, a suspensão de direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial. Finalmente, o Ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, através do Colégio Eleitoral, encarregado de escolher indiretamente o Presidente da República.

Investida no exercício do Poder Constituinte, por algum tempo, a Revolução traçava os seus próprios limites.

3. A eleição de Castelo Branco

O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito com a quase unanimidade dos sufrágios, obtendo 361 dos 388 votos que compunham o Colégio Eleitoral, e empossado em 15 de abril de 1964.

Na noite de 1º de abril, os principais Governadores que haviam apoiado a Revolução reuniram-se no Rio de Janeiro, representando todos os Partidos, com exceção do PTB, e acordaram que o Chefe do Governo Revolucionário deveria ser um militar. Como escreveria mais tarde o Governador Carlos Lacerda, "*a fim de garantir a unidade dos Forças Armadas, impedir uma eventual usurpação e evitar uma competição entre os políticos numa hora delicada para o País*" (1).

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo enviaram telegrama ao Senado, solicitando a eleição de um chefe militar (2).

(1) Lacerda, C.: "Análise de uma Provocação", Tribuna da Imprensa de 26 de agosto de 1967.

(2) "O Estado de S. Paulo", de 5 de abril de 1964.

A Sociedade Rural Brasileira publicou um manifesto, exigindo um militar para presidente e pedindo expurgos políticos. A União Cívica Feminina também fez publicar seu manifesto, no qual exortava a consolidação da Revolução pela eliminação da corrupção e do comunismo e endossava a escolha de Castelo Branco porque era "um general sem ligações políticas" (3). No mesmo tom, "O Estado de S. Paulo" publicou um editorial onde defendia a escolha de um presidente militar, para varrer os comunistas, e dizia que o País precisava de um homem "sem ligações políticas". (4)

Castelo assumia o poder com o apoio civil, demonstrando "o estado de apreensão e a perda de confiança de muitos representantes das classes assalariadas e dos grupos empresariais, bem como de políticos de direita e de centro", num presidente civil, embora mais tarde a maioria retirasse seu apoio ao governo (5).

Castelo Branco era um líder militar que, como chefe do Estado-Maior do Exército e pela autoridade reconhecida, se tornara o líder do movimento de 1964. Todavia, era desconhecido para o País. Poucos haviam ouvido, antes, o seu nome, embora não tivesse passado despercebido à acuidade política de Tancredo Neves, que, em novembro de 1963, dissera a um grupo de políticos:

"Se houver alguma complicação maior neste País, o nome que vai surgir como estrela de primeira grandeza não é o de nenhum desses generais que andam dando entrevistas. Quem vai aparecer é o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castelo Branco" (6).

Voltado para a profissão e dotado de profundo sentimento legalista, para Castelo Branco a revolução "visava a repor a Nação na ordem jurídica consentânea com as aspirações e realidades, estabelecer a ordem pública, dignificar o comportamento ético na administração do País e superar as diversidades socio-econômicas regionais, a fim de que o Brasil amadurecesse como nação integrada e desenvolvida". Como diz Luiz Vianna Filho, Castelo estava "convicto de que afastado Goulart e eliminados da vida pública alguns elementos perturbadores, governaria com tranqüilidade, mantida toda a ordem jurídica".

Os problemas que lhe esperavam, porém, eram enormes. A primeira condição, para a estabilidade e para a retomada do desen-

---

(3) "O Estado de S. Paulo", de 4 de abril de 1964.
(4) "Editorial de "O Estado de S. Paulo", de 5 de abril de 1964.
(5) Alfred, S.: "Os militares na política", Ed. Artenova, RJ., pág. 153.
(6) Vianna Filho, L.: "O Governo Castelo Branco", Liv. José Olímpio Editora, 1975, Vol. I, pág.

volvimento, consistia em repor a ordem no País. Mas, caber-lhe-ia, também, estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento e assegurar o apoio político à estratégia adotada.

A par desses inúmeros problemas, caberia, ao Presidente recém-eleito, encontrar o ponto de equilíbrio entre as diferentes correntes revolucionárias.

4. Os desencontros iniciais

Tantas quantas foram as correntes de pensamento que se aglutinaram em torno do ideal revolucionário, tantas foram as que emergiram da revolução pretensamente vitoriosas e desejosas de imprimir-lhe rumos consentâneos com suas idéias. À medida que a Revolução se desenvolvia e sua estratégia ia sendo traçada, passava a desgostar indivíduos e grupos, que viam, na não coincidência de seus rumos com suas próprias idéias e interesses, descaminhos revolucionários.

Era a conseqüência natural da ausência de objetivos políticos definidos. Antes da Revolução, essa discussão não fora aprofundada, porque poderia tornar impossível a coligação que a tornou vitoriosa. Depois, apresentava o risco de provocar cisões irremediáveis nas forças revolucionárias e mesmo precipitar "um contramovimento executado pelas forças janguistas" (7).

O preconceito legalista, que dominou a elaboração do Ato Institucional nº 1, não agradou aos militares mais jovens que haviam conspirado com correntes civis em todo o curso do movimento revolucionário. A redação do AI denotava o receio do Alto Comando Revolucionário de que a Revolução se confundisse com um golpe, razão porque desejava realizar um mínimo de alterações na ordem constitucional, preservando as instituições e buscando formas insólitas de realizar a Revolução, tanto quanto possível, dentro das regras políticas democráticas. Esse exagero conduziu ao paradoxo de eleger-se um presidente revolucionário para um governo constitucional. A preocupação em manter as aparências redundaria no erro de atribuir-lhe, apenas, o período restante do mandato presidencial, que logo se mostraria exíguo e despro-

---

(7) Alfred, S., obra citada, pág. 157: "Ao deixar o Brasil, a 2 de abril de 1964, Goulart declarou que retornaria ao poder dentro de um mês, porque os generais iriam brigar entre si...; preocupados com um contramovimento se estivessem divididos, os generais organizaram uma reunião, onde concordaram em que a unidade era o fator mais importante e por este motivo eles todos apoiariam um nome para Presidente"

porcional aos objetivos que se pretendia alcançar nesse período.

Havia grupos, como expressaria Prudente de Morais Neto, que consideravam que, tendo a Revolução vencido e sendo Castelo seu chefe, seu comandante "deveria assumir o Governo, não por meio de eleições mas pela força dos fatos, como comandante de uma força revolucionária vitoriosa, e, em seguida, cumprir um programa revolucionário". Para essa corrente, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal deveriam ter sido fechados e reformados, na medida do necessário, e os partidos políticos dissolvidos. Enfim, deveriam ter sido tomadas todas aquelas providências que as revoluções costumam realizar quando vitoriosas, durante um curto prazo, até exaurir-se o poder constituinte que toda revolução traz em si (8) (9).

Essas divergências, aos poucos, foram delineando duas linhas distintas nas hostes revolucionárias: a dos ortodoxos, que estimulava uma ação mais drástica do Governo e que ficou conhecida como "linha dura", e uma outra, a dos "liberais ou constitucionalistas", até generosa num contexto revolucionário.

Embora idéias discordantes façam parte da história de todas as revoluções, essas representavam, na realidade, uma primeira fissura na área revolucionária, que iria influir nos caminhos da Revolução.

5. A estratégia de desenvolvimento

A economia brasileira, desde o término da 2ª Guerra Mundial, oscilara entre períodos de desenvolvimento e tentativas de estabilização. Desde a exaustão das divisas, em 1947, o País afundara cada vez mais em débitos externos. O crescente endividamento externo, decorrente da necessidade de recursos para a industrialização, era, porém, um risco político para os governos que se sucederam.

A crise agravou-se entre 1957 e 1961, quando a expansão da economia e a construção de Brasília, em curto prazo, foram fi-

(8) Prudente de Morais Neto, jornalista de renome e que exerceu considerável influência como cronista político, com o pseudônimo de Pedro Dantas, fazia parte dos que pensavam desse modo. Seu pensamento está expresso na entrevista "As distorções de 64 começaram com Castelo" — publicada no Vol. I da coleção "A História Vivida" — editada pelo "O Estado de S. Paulo".

(9) Na verdade, poucos eram os que se davam conta de quão revolucionário era esse ato constitucional e que implicações teriam, na prática, o expurgo de militares e civis e a cassação política — providência inédita —, nos destinos da Revolução e do País.

manciadas com a transferência de encargos para o futuro. Tornou se crítica, quando o governo de Jânio Quadros tentou aplicar medidas ortodoxas de estabilização.

O governo populista de Jango não se dispôs a enfrentar, o problema, que exigia medidas amargas e impopulares. Era muito mais cômodo culpar os credores e auferir vantagens políticas fomentando o sentimento nacionalista. A ênfase nacionalista já fora a tônica dos governos em toda a década de 50.

Tendo atingido o limite de tolerância de seus credores, o Brasil não conseguira encontrar uma nova maneira de financiar o seu desenvolvimento e mergulhava na estagnação.

Os problemas fundamentais que se apresentavam ao governo revolucionário eram, pois, racionalizar a economia e, posteriormente, promover o desenvolvimento.

Terminada a primeira reunião ministerial, o programa do governo revolucionário estava traçado em suas grandes linhas.

Um rigoroso programa antiinflacionário seria posto em prática. Foi previsto um plano habitacional, que poderia absorver parte da mão de obra liberada pela recessão industrial. Foi estabelecido um plano para a reabilitação do setor privado, inclusive para os investimentos na agricultura. Modificações cambiais deveriam permitir aproveitar a capacidade ociosa da indústria e diversificar as exportações. A atração de capitais de risco para suprir a deficiente poupança interna foi aprovada. A estratégia comportava, ainda, uma série de medidas visando a fortalecer e a melhorar a eficiência da máquina administrativa e um elenco de reformas: reforma fiscal de emergência, reforma habitacional, reforma bancária, reforma agrária e reforma administrativa estavam listadas numa primeira prioridade.

6. A prorrogação do mandato presidencial

Na fase inicial e repressiva da Revolução, Castelo já dera provas de sua habilidade como mediador. Apesar de compreender que todo processo revolucionário pressupunha medidas de natureza repressiva transformadas em atos políticos, desejava reduzi-las ao mínimo, sempre com rigorosa apuração de responsabilidades. Não queria que a Revolução fosse utilizada como instrumento de vinganças e de perseguições, e zelou, pessoalmente, por

isso. Como repisaria em sua derradeira mensagem ao Congresso, re
lativa à suspensão dos direitos políticos, "em muito poucos pro
cessos revolucionários agiu-se com a justeza e a moderação do mo
vimento de março de 1964".

Entendendo que a Revolução deveria institucionalizar-se
na Constituição, no Ato Constitucional e nas leis, Castelo Bran
co procurou estabelecer uma base política que desse sustentação
ao seu plano de governo. Inopinadamente, porém, tudo ruiu com a
cassação de Juscelino e a retirada do apoio de seus correligio-
nários ao bloco parlamentar do Governo, que congregava mais de
250 parlamentares.

Já havia, por parte dos revolucionários, um consenso em
torno da exigüidade do mandato presidencial. O programa de esta
bilização econômica exigia mais do que o ano e meio que lhe res
tava do período anterior e não teria logrado seus objetivos na
época da eleição presidencial. A quebra da base parlamentar acen
tuou o problema, dificultando a aprovação de medidas indispensá
veis a seu curso normal.

O "Jornal do Brasil", de 20 de maio de 1964, assim afirma
va em seu editorial:

*"Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de con
solidá-la. A matéria-prima dessa consolidação chama-se tempo...
Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transfe-
rindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais
do que a coincidência de mandatos".*

As maiores resistências à prorrogação, entretanto, partiam
do próprio Presidente da República e de alguns setores das hos-
tes revolucionárias, como Carlos Lacerda, que via, no adiamento
das eleições e no critério de maioria absoluta proposto pelo Go
verno, ameaças às suas pretensões pessoais à Presidência.

Ante à relutância de Castelo, o "Jornal do Brasil" voltou
a comentar:

*"Por isso, nunca entendemos a atitude do Presidente Caste
lo Branco, que, no fundo, mistura o seu dever de chefe de uma
revolução, com os seus escrúpulos de cidadão, colocando-se con-
tra a prorrogação ou coincidência de mandatos".*

No final de julho, o Congresso aprovou a emenda constitu-
cional que prorrogava o mandato até 15 de março de 1967, marcan

do, ao mesmo tempo, a eleição presidencial para novembro de 1966.

Essa medida, decorrente de uma subemenda montada no Congresso à emenda que previa a maioria absoluta para a eleição do Presidente da República, foi aprovada com o voto de todos os partidos. A subemenda traduzia indisfarçável aspiração das correntes revolucionárias que a tinham como indispensável para a consolidação do movimento revolucionário.

Castelo, praticamente, foi obrigado a conformar-se. Quem não o fez, porém, foi o Governador Carlos Lacerda, que, se julgando prejudicado, abriu campanha contra o Governo revolucionário. Surgia, dessa forma, uma primeira oposição definida e atuante nas próprias hostes revolucionárias. Receptiva a essa pregação estariam setores que sofreram restrições impostas pela necessidade de contenção da anarquia e da desordem nas relações sociais e na economia.

7. O restabelecimento da ordem

Os sindicatos e as universidades haviam sido os alvos prediletos da difusão das idéias comunistas.

A prisão da cúpula comunista que manipulava as Confederações e o CGT e a intervenção nos sindicatos que atuavam de forma irregular (cerca de 15%) desarticularam o movimento sindical, embora os operários permanecessem afastados da Revolução.

Na área educacional, porém, as dificuldades foram maiores. Submetidos, havia anos, à intensa propaganda marxista, os estudantes radicais, já apoiados pelo nascente "clero progressista", tornaram-se o único pólo de oposição consistente, após a Revolução. Doutrinados pelo PCB, PC do B, PORT, AP e POLOP, já possuíam uma visão de esquerda e os mais politizados estavam a favor da luta armada. O próprio Vladimir Palmeira que, dentro de poucos anos, viria a ser um dos maiores líderes estudantis no Rio de Janeiro, testemunhou:

"Apesar disso, alguns de nós, mais por empirismo do que por outra coisa, não acreditávamos, já então, em soluções pacíficas para a problemática nacional. No momento do golpe, tínhamos uma visão que não podemos considerar revolucionária, mas compreendíamos que de nada adiantavam as meias medidas contra a reação e que a violência era uma necessidade imperiosa contra os mi

litares golpistas" (10).

Com tal mentalidade radical, explica-se a dificuldade que a Revolução de Março encontrou para pacificar o meio educacional. Foram vãs as tentativas de obter-se a ordem, através da influência pessoal dos reitores e dos professores. Sequer as medidas positivas tomadas de imediato, como o Censo Escolar — cujos resultados alarmantes deram origem ao salário-educação —, os empréstimos externos, necessários à provisão de recursos para a educação, e o Estatuto do Magistério, serviram para acalmar o Movimento Estudantil (ME).

O novo Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, homem íntegro e pouco flexível, acreditava que os estudantes deveriam ater-se, apenas, à política estudantil, mesmo assim, sem a orientação dos comunistas.

A UNE, dominada havia 3 anos pela AP, foi praticamente desarticulada. Alguns de seus diretores, inclusive, fugiram para o exterior, como Aldo Arantes, ativo militante da AP, que havia sido presidente da UNE na gestão 1961/62.

Em 4 de junho de 1964, através de mensagem enviada ao Congresso, o Governo solicitava a extinção da UNE e das entidades estaduais e municipais, criando, em seu lugar, os diretórios eleitos pelo voto obrigatório da totalidade dos estudantes.

Três semanas depois, em 24 e 25 de junho, o Conselho Nacional de Estudantes, composto pelas entidades de nível nacional, reuniu-se extraordinariamente no Calabouço, no Rio de Janeiro, e elegeu uma Junta Governativa para a UNE, integrada por 4 membros.

No final de outubro, o Congresso aprovou a extinção da UNE. Alguns dias depois, a Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, entrava em greve de protesto.

Em 27 de novembro, a Lei nº 4.464, pejorativamente conhecida como "Lei Suplicy", regulava a organização dos novos diretórios estudantis, buscando democratizar as entidades, tirando-as do domínio fechado de uma cúpula e evitando as eleições por conchavos.

---

(10) Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa/Portugal, 1976, testemunho de Vladimir Palmeira, pág. 21.

8. O PCB: uma linha radical

A Revolução de Março de 1964 apanhou o PCB de surpresa, pois contava com o propalado "esquema militar" de Jango.

Entretanto, a onda de prisões só atingiu alguns de seus líderes mais notórios, pois as forças policiais ainda não possuíam um serviço de informações bem estruturado e, freqüentemente, confundiam socialistas com comunistas e, entre estes, a quais organizações realmente pertenciam.

Um exemplo típico foi a prisão de Carlos Marighela, num cinema da Praça Saens Peña, no Rio de Janeiro, solto, logo depois, pelo desconhecimento de sua real importância no Partido.

Em 12 de abril, a apreensão das famosas "cadernetas de Prestes" serviu para desvelar, um pouco, a estrutura do PCB, pois, contendo centenas de nomes de militantes, de simpatizantes, de aliados e de colaboradores, demonstrou a extensão das ligações do Partido, particularmente as políticas. Em maio, o PCB iniciou a primeira tentativa de rearticulação de sua estrutura, realizando reuniões parciais do Comitê Central em São Paulo e na Guanabara. Essas reuniões, entretanto, serviram mais para marcar o aparecimento de uma luta interna, definida pelos choques entre radicais e moderados.

Em julho, uma reunião da Comissão Executiva (CEx) demarcou os dois campos: analisando a derrota de Jango, criticou a possibilidade de alcançar as reformas por meios pacíficos e pregou a necessidade de preparar as massas para, revolucionariamente, resistir ao "golpe". Era a visão dos radicais da Comissão Executiva — Mário Alves, Marighela, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho —, que preparava, sob uma linha radical, a próxima reunião do Comitê Central, que seria realizada em maio de 1965.

9. O PC do B: uma linha revolucionária

O PC do B, com dois anos de existência, não foi atingido pela Revolução de Março, permanecendo incólume com a sua, ainda, pequena estrutura clandestina.

Em junho, uma reunião do seu Comitê Central estabeleceu a tática revolucionária do Partido, centrada no deslocamento do trabalho para o campo e no início da preparação da Guerra Popu-

lar.

De linha stalinista-maoísta, o PC do B usava uma linguagem grosseira e agressiva, buscando explorar a crise pela qual passava o PCB e recrutar militantes de suas fileiras.

Em agosto, a Comissão Executiva do PC do B aprovou o documento "O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos", no qual analisa a Revolução de Março, tachando-a de "quartelada conduzida por um grupelho de generais retrógrados, aproveitadores e fascistas". Ataca decisivamente o "imperialismo norte-americano" e conclui afirmando que "os problemas fundamentais do País não serão resolvidos pela via pacífica".

Alguns meses mais tarde, concretizando o aliciamento dos radicais do PCB, iniciou o processo de integração do Comitê Regional Marítimo da Guanabara, liderado por Luis Guilhardini e José Maria Cavalcanti.

10. A POLOP e a "Guerrilha de Copacabana"

A POLOP, segundo a própria opinião das esquerdas, chegou a antever a eclosão da Revolução de Março, tornando-se, em 1964, um forte atrativo para os comunistas decepcionados com o PCB.

Já em abril, reunindo militantes intelectuais que haviam passado à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais impregnados pelo marxismo, a POLOP procurou traçar as primeiras normas para a organização de um foco guerrilheiro (11).

Como, na maioria, os intelectuais eram da zona sul do Rio de Janeiro, o episódio ficou conhecido como a "Guerrilha de Copacabana", desarticulada, em seu nascedouro, pela ação dos orgãos policiais.

O desbaratamento da "Guerrilha de Copacabana" levantou o questionamento, pelas esquerdas, de como deveria estruturar-se e funcionar uma organização que propugnava a derrubada violenta do regime e, também, críticas sobre o comportamento, durante os interrogatórios, dos elementos presos.

Entretanto, a publicidade dada ao episódio aumentou o prestígio da POLOP junto às esquerdas, por apresentá-la como uma or

(11) Do planejamento da "guerrilha", participaram Ruy Mauro de Araújo Marini, Luiz Alberto Muniz Bandeira, Arnaldo de Assis Murthé, Dirceu de Assis Murthé, Guido de Souza Rocha, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Antonio Duarte dos Santos, José Mendes de Sá Roriz e José Medeiros de Oliveira.

ganização que adotava o enfrentamento armado como forma de luta, atraindo os radicais.

11. Brizola e a "Operação Pintassilgo"

Após a Revolução de Março, a maioria dos subversivos e inconformados políticos foi para o Uruguai. A proximidade do Rio Grande do Sul, visualizado como o principal foco de resistência, oferecia condições seguras para que fosse feita uma avaliação da situação e realizado o planejamento das maquinações revanchistas. A fronteira seca favorecia o contato permanente entre os asilados e aqueles que, atingidos por atos revolucionários, não se sentiam ameaçados a ponto de abandonarem o País.

Ainda em abril de 1964, Leonel Brizola, do Uruguai, espalhou, com a estultícia que lhe era peculiar, que, até dezembro, estaria de volta ao Brasil, na "crista de um movimento insurrecional".

Entretanto, refletindo a crise das esquerdas, os asilados dividiram-se em três grupos: um sindical, um militar e um terceiro, liderado por Brizola.

A tentativa de formar-se uma frente esbarrou no jogo de interesses e na inconciliável luta que envolvia a vaidade pessoal dos líderes. No entanto, a "cadeia da legalidade", frustrada tentativa de Brizola para conter o Movimento de Março, dava-lhe uma ascendência natural sobre os outros dois grupos.

Foi montada, então, no Uruguai, a "Operação Pintassilgo", que deveria ser desencadeada no aproveitamento da crise de Goiás, em pleno desenvolvimento (12). Seriam atacados diversos quartéis, tomada a Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, e os aviões da FAB seriam utilizados para o bombardeamento do Palácio Piratini.

A prisão em Porto Alegre, em 26 de novembro de 1964, do Capitão-Aviador cassado, Alfredo Ribeiro Daudt, abortou a operação e todos os seus planos caíram em poder da polícia. Diversos elementos da Aeronáutica foram envolvidos, aliciados pelo Tenente-Coronel Reformado Américo Batista Moreno e pelo ex-Sargento Santana.

(12) Em novembro, desenrolava-se a crise envolvendo Mauro Borges, Governador de Goiás, acusado, desde os primeiros meses após a Revolução, de um processo de comunização no Estado, com a participação de estrangeiros e militares cassados.

Anos mais tarde, em 1982, em entrevista concedida na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o ex-Coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório acusou Brizola de ter sido o responsável pela "Operação Pintassilgo". Do Uruguai, no conforto de suas estâncias, Brizola enviava os ingênuos para as ações que ele próprio não se propunha a executar.

12. O PORT e suas ligações com o movimento rural do Nordeste e com Brizola

Em 1964, dois eram os setores prioritários do PORT: o meio militar, onde possuía células entre os sargentos; e o campo, onde procurava sublevar os camponeses em torno da luta pela reforma agrária.

Nos dias carnavalescos de 9, 10 e 11 de fevereiro de 1964, em Eldorado, no interior paulista, o PORT realizou o seu I Congresso Nacional, com a presença de 40 delegados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba, além de representantes estrangeiros, inclusive o seu líder máximo a nível internacional, "J. Posadas".

Foram eleitos o Comitê Central e o Bureau Político, este constituído por cinco membros efetivos, inclusive Gabriel Labat ("Ari", Diego"), uruguaio, membro do Secretariado Internacional, de Posadas, e três membros suplentes (13).

A decisão mais importante do Congresso foi a aprovação do apoio a Brizola, visto como o único líder que poderia congregar as massas populares contra o "golpe-militar", em torno de um movimento nacionalista.

Ao final do Congresso, demonstrando a confiança que tinha no movimento, o próprio Posadas declarou: *"Se cumprirmos todas as resoluções deste Congresso, o próximo será feito no Palácio da Alvorada"*.

Pouco mais de um mês depois, a Revolução de Março colocava o PORT na clandestinidade, desarticulando o trabalho junto aos camponeses. Nessa época, cinco membros do Bureau Político es

---

(13) Compunham, ainda, o Bureau Político: Sidney Fix Marques dos Santos; Sumida Tomochi; Túlio Vigevani; Carlos Viana Montarroyos; e os seguintes membros suplentes: Cláudio Antonio Vasconcellos Cavalcanti; Magda Labat, esposa de Gabriel Labat; e Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida.

tavam no Uruguai, participando do Congresso Mundial da linha posadista (14).

Datado de 17 de agosto de 1964, o documento "Resolução da Secretaria Internacional da Quarta Internacional", assinado por Posadas, analisa a situação brasileira, concluindo que o movimento nacionalista de Brizola era a única opção da resistência popular e que o PORT deveria apoiar as guerrilhas no campo, através da constituição dos "grupos dos 5", em substituição aos "grupos dos 11".

Nesse mesmo mês, um Pleno Ampliado Nacional, realizado em São Paulo, resolveu incrementar a luta guerrilheira e enviar Cláudio Antonio Vasconcellos Cavalcanti ao Uruguai, para realizar um pacto com Brizola.

Ainda em agosto, o Comitê Regional Nordeste do PORT lançou o jornal clandestino "Revolução Socialista", que pregava a violência revolucionária para derrubar o Governo. Ainda no Nordeste, outros jornalecos do PORT, como o "Resistência" e o "Terra e Socialismo", prosseguiam no mesmo tom, seguindo o preconizado pela sua publicação de nível nacional, o "Frente Operária".

Datado de 6 de outubro de 1964, um panfleto, assinado pelo PORT e pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, pregava a guerrilha rural e conclamava o povo do Nordeste a apoiar Antonio Joaquim de Medeiros, conhecido como "Chapéu de Couro", líder camponês e militante do Partido (15).

A partir de 28 de outubro, a prisão de diversos militantes do PORT, em Pernambuco, desmantelava a sua estrutura no Nordeste e acalmava, temporariamente, os ânimos no meio rural.

13. As primeiras denúncias de torturas

Em setembro de 1964, iniciaram-se, em uníssona orquestração, as primeiras denúncias sobre maus tratos físicos e morais que estariam sendo infligidos aos presos políticos. Alguns jornais, como o "Correio da Manhã", através de Márcio Moreira Al-

(14) Em junho, dois membros do Comitê Central do PORT, Sumida Tomochi e Thomás Maak foram presos em São Paulo e libertados alguns meses depois.

(15) Mais tarde, em 1966, essa denominação, Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), seria utilizado por Brizola.

ves, e o "Última Hora", chegaram a indicar locais onde estariam ocorrendo as pretensas torturas, sendo citados a Base Aérea de Cumbica, o Hospital Central do Exército, os órgãos policiais de Recife, a prisão da ilha de Fernando de Noronha, o navio-presídio "Raul Soares", fundeado no porto de Santos, e o quartel da Polícia do Exército (PE), no Rio de Janeiro, que abrigava os presos envolvidos no "caso dos chineses".

Considerando intoleráveis as práticas denunciadas, o Presidente Castelo Branco, em nota oficial lida na Câmara dos Deputados, designou o seu próprio Chefe da Casa Militar, o General Ernesto Geisel, para "buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais".

Durante uma semana, Geisel viajou a Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas visitas aos presos, fez-se acompanhar de juristas, de políticos — inclusive da oposição —, de jornalistas, de representantes da OAB e da ABI, além de outros interessados.

Em Recife, nomeou-se uma comissão composta pelo desembargador Adauto Maia, presidente do Tribunal de Justiça, pelo advogado Carlos Moreira, presidente da Ordem dos Advogados, pelo jornalista Reinaldo Câmara, presidente da Associação de Imprensa, por Guerra Barreto, Procurador do Estado, e por Felipe Coelho, presidente da Assembléia Legislativa.

No Rio de Janeiro, os chineses receberam as visitas do Embaixador da Indonésia e de uma comissão da Cruz Vermelha, ocasião em que foi atestado que recebiam bom tratamento e gozavam ótima saúde (16).

Em São Paulo, altas personalidades locais, entre as quais o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente da Seção da Ordem dos Advogados, representantes da Imprensa e autoridades eclesiásticas, ouviram os presos da Base Aérea de Cumbica.

---

(16) Após a Revolução, foram presos nove agentes chineses, sete dos quais se apresentaram como membros de uma "missão comercial" desconhecida e dois como correspondentes da Agência de Notícias Nova China. Com eles, foram apreendidos planos pormenorizados de assassinatos e grande quantidade de moeda estrangeira. Estes chineses, mais tarde, foram expulsos do País.

As investigações, nos próprios locais denunciados, conduziram à conclusão da inexistência de torturas.

Na Câmara de Recife, o deputado Andrade Lima, do PTB, testemunhou pela isenção da comissão nomeada para apurar os fatos. O jornalista Edmundo Morais, do "Diário de Pernambuco, assim reportou a sua visita a Fernando de Noronha:

"As autoridades, na ilha-prisão, deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos. Sem ninguém por perto. Os torturados — um ex-governador de Pernambuco (que nos acompanhou de volta ao continente, sentados lado a lado e a palestrar todo o tempo), um ex-governador de Sergipe e outros que seriam um grupo de 15, se a lembrança não nos mente — disseram como viviam: banho de sol, banho de mar, exercícios ao ar livre, rancho na cantina dos oficiais, nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, como era óbvio, o constrangimento da prisão apenas, a prisão insular".

Entretanto, essas comprovações não impediram o constante surgimento de novas denúncias, partidas de esquerdistas no País e no exterior.

14. Pega ladrão!

O episódio narrado no item anterior está ligado a um dos processos mais utilizados na guerra revolucionária — a propaganda político-ideológica —, mas que, com a candura que nos é peculiar, nos recusamos a aceitar, pelo menos como um conjunto de ações deliberadamente montadas. Ao longo deste livro, teremos a oportunidade de ir revelando seus objetivos e técnicas. No momento, entretanto, ao invés de expormos teoricamente o problema, preferimos narrar um outro episódio acontecido tempos atrás no País. Neste caso, os propósitos e técnicas empregados ficam claros. Nele, evidencia-se a clássica manobra dos totalitários, que acusam de reacionários exatamente aqueles que percebem que têm medo de parecerem reacionários, ou melhor, utilizam a clássica saída do ladrão que grita "Pega ladrão!"

Tobias Warchavski, um jovem estudante de 17 anos, aluno da Escola Nacional de Belas Artes, alegre e comunicativo, tivera seu corpo encontrado, em outubro de 1934, em adiantado estado de decomposição, no morro dos Macacos, na floresta da Gávea, no Rio de Janeiro. A cabeça separada do corpo, despojado de todos

os documentos e outros pertences que permitissem identificá-lo; o local ermo escolhido para o delito... Tudo indicava a ocorrência de um crime calculado e tecnicamente executado.

Recolhido o corpo ao Instituto Médico Legal, só em 1º de novembro sua família o encontrou. Tobias saíra de casa e residia com Walter Fernandes da Silva, sob os nomes supostos de Carlos Ferreira e Euclides Santos, respectivamente, e Walter nada comunicara à família do companheiro sobre o desaparecimento. Ambos eram comunistas. Walter, retraído e calculista; Tobias, bonachão e afoito, inclusive na propaganda da sua ideologia. Tobias foi reconhecido por sua mãe, Joana Warchavski, e seus irmãos, com o auxílio do cirurgião-dentista que o atendia. As precauções dos criminosos tornaram difícil, senão impossível, com os recursos da época, a elucidação do macabro assassínio.

De repente, como se tudo fosse espontâneo, em razão da revolta que o crime despertara na população carioca, surge uma campanha, lançada em grande estilo, imputando ao Governo e à polícia a culpa pelo crime. Quase imediatamente, pronuncia-se a Comissão Jurídica Internacional (CJI), de maneira rumorosa, em Paris (17).

Dando seguimento à campanha, no Brasil, foi fundada a Comissão Jurídica de Inquérito Popular, constituída na sua quase totalidade por juristas, jornalistas e intelectuais marxistas, impulsionados por Benigno Fernandes e Eneida da Costa, ambos militantes ativíssimos do Partido. Logo em seguida, a Comissão transformou-se na Associação Jurídica Brasileira, filiando-se à CJI.

Panfletos foram editados e reuniões foram promovidas, tratando do assunto, principalmente em sindicatos e faculdades. A tônica desses "atos humanitários" era sempre imputar responsabilidade ao Governo e à polícia e exigir suas providências. Na ocasião, o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista dispunha de vários jornais. Além de vários semanários, fazia circular diariamente o "Jornal do Povo" e "A Manhã", que se tornou órgão da Aliança Nacional Libertadora. Outros jornais — como "A Pátria" e "O Homem Livre" — eram "simpatizantes" e empenhavam-se a fundo na tarefa comum de acusar a polícia pela morte de Warchavski, no que eram seguidos, de forma

(17) A CJI é um órgão de fachada, fundada pela III Internacional, com sede em Paris.

mais moderada, pelos demais órgãos de imprensa. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro foi inundada por cartazes e volantes clamando por justiça, algo assim como "enquanto não houver justiça, não haverá paz".

Na Câmara dos Deputados, Álvaro Ventura, representante comunista, pronunciava discursos inflamados em que pedia a "elucidação do crime nefando", para ele cometido pela polícia contra o "jovem Tobias, de destacada atuação na Juventude Comunista e no Comitê Estudantil de Luta contra a Guerra (18).

Não faltou no caso sequer a contribuição dos humoristas. O bolchevista Aporelly criou o termo "tobianisar" — significando dar o mesmo destino do dado a Tobias Warchavski —, que muita gente, de boa fé, começou a empregar, na convicção de que, de fato, o pobre estudante tinho sido morto pela polícia.

Só a derrocada comunista em 1935 permitiu que a verdade surgisse clara e insofismável. Às inúmeras provas circunstanciais somaram-se as confissões dos componentes do Tribunal Vermelho, constituído por Honório de Freitas Guimarães, Pascácio Rio de Souza, Vicente Santos e Guilherme Macário Yolles (este, agente enviado do exterior para trabalhar junto ao Partido).

O Tribunal Vermelho, reunido em sessão de 17 de outubro de 1934, decidira que Tobias era traidor e responsável pela prisão de Adelino Deycola dos Santos, efetuada no dia 14 daquele mês. Yolles, que viera com a incumbência, entre outras, de impor a todos os membros do Partido uma férrea disciplina, propôs a "eliminação" de Tobias, aprovada por unanimidade.

O jovem que o Tribunal Vermelho condenara como traidor era agora herói, astuciosamente elevado às honras de mártir da liberdade. Yolles, que impusera essa morte por disciplina, como exemplo, mesmo sem ter elementos cabais que pudessem condenar o jovem Tobias, de fato falaz e expansivo, jactava-se agora, perante seus pares, de sua manobra de guerra psicopolítica. Do depoimento de "Miranda", secretário-geral do Partido à época do crime, anos mais tarde, consta que, por ocasião de uma reunião do Bureau Político, composto de onze pessoas, Yolles, membro da direção, disse ao declarante: "*o camarada Secretário vai estra-*

(18) A Juventude Comunista foi criada pelo PCB em 1º/8/1927, para atuar no Movimento Estudantil. Filiou-se à Internacional da Juventude Comunista (URSS) em 1928. Desestruturou-se em 1935 e reorganizou-se em 1946. Desarticulada em 1964, está-se reestruturando desde 1984, para levar a atuação do Partido a todo o segmento juvenil.

nhar bastante uma revelação que lhe vamos fazer para provar os êxitos das campanhas do Partido, despistando sua responsabilidade no assassínio de Tobias, atribuindo à polícia, assim eliminando o provocador e desmoralizando o aparelho de repressão".

Lavrada a sentença, a 17 de outubro, e de imediato definidos os executores — Vicente Santos, Adolfo Barbosa Bastos e Walter Fernandes —, este último, companheiro de quarto e amigo de Tobias, foi encarregado de atraí-lo ao local do assassinato. Chegando ao lugar escolhido, uma trilha íngreme, aberta por caçadores, em direção à Vista Chinesa, os fanáticos bolchevistas disseram ao jovem o motivo verdadeiro daquela tétrica reunião. O jovem deixou-se tomar pelo pânico. Falando com dificuldade, nervoso, quase não conseguia articular as palavras. Protestou, porém, sua completa inocência. Implorou, suplicou e, num gesto extremo, ante a inflexibilidade de seus verdugos, caiu de joelhos e pediu clemência. Jovem, ainda com 17 anos, alegre e bonachão, Tobias queria viver. Não resistindo, Walter Fernandes, que de todos era o mais constrangido, interveio e tentou salvar a vida do amigo com quem convivera fraternalmente. Os outros permaneceram inflexíveis e Adolfo Barbosa detonou seu revólver: Tobias caiu fulminado. Seguiram-se, então, as providências para tornar, se não impossível, difícil sua identificação.

Walter Fernandes com sua atitude em favor do amigo, tornara-se o ponto fraco da trama assassina. O Tribunal Vermelho decidiu que ele deveria afastar-se do Rio de Janeiro por uns tempos. Foi para Recife e, alguns dias após a sua chegada à capital pernambucana, na praia do Pina, Walter Fernandes apareceu morto.

15. Influências marxistas na Igreja

Em março de 1964, um grupo de teólogos reuniu-se em Petrópolis, no Rio de Janeiro, para refletir sobre os problemas da população latino-americana. Levados pelo afã das coisas novas, pretendiam criar uma nova teologia, que centralizasse todo o pensamento teológico no homem. Na ocasião, estava também acentuado, de modo especial, o caráter libertador do cristianismo, o que os levou a concentrar todo o pensamento dessa nova "teologia antropocêntrica" no problema da libertação. Esse pensamento, marcado por influências marxistas, viria servir de arcabouço para

uma teologia chamada de "libertação", que, tolerando muitas correntes neomodernistas — que pretendem reduzir o estudo teológico à sociologia, ou à política —, em pouco tempo assumiria o caráter de uma ideologia política e profana.

Esse grupo de teólogos, entre os quais se destacavam Joseph Pierre Comblin e Gustavo Gutiérrez, voltaria a se reunir em 1965 e 1966 e iria influir, com suas concepções marxistas, na II Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellin, na Colômbia, no ano de 1968.

Em quase todos os trabalhos em que a influência marxista se faz presente, há um aspecto comum a pretensão de identificar o "socialismo" com o "Reino de Deus na Terra". Essa associação de idéias surgiu logo após a primeira Guerra Mundial, apresentada por Karl Barth, teólogo protestante de grande influência e um dos primeiros que começaram a construir pontes entre o cristianismo e o marxismo. Barth defendia esse elo, baseado em sua tese de que ambos teriam a mesma finalidade: a construção de uma nova sociedade. Barth, que era membro de um partido socialista-marxista, pretendeu com sua tese aproximar estas duas visões do futuro feliz na Terra.

As diferentes correntes de marxistização da teologia provêm exatamente da teologia de Karl Barth. Elas empenham-se em convencer os cristãos de que eles e os marxistas buscam a mesma coisa: construir uma sociedade fundada na igualdade, na justiça e na fraternidade. A questão seria apenas de semântica. O que os cristãos chamam de "Reino de Deus na Terra", os comunistas chamariam de "sociedade socialista" (19). Se ambos têm o mesmo objetivo, devem trabalhar juntos para alcançá-lo. Ademais, procuram convencer os cristãos de um dos seus dogmas: que o único caminho que leva a esse fim é a revolução marxista-leninista. Donde se conclui que os cristãos devem comprometer-se com essa revolução.

A influência marxista na teologia não se restringe à idéia do "Reino de Deus na Terra". Começa, na verdade, com o "saduceísmo do século XX", isto é, o revigoramento da idéia dominante na seita judia dos saduceus, que não acreditavam na ressurrei

(19) Na realidade, a sociedade defendida por Barth aproximava-se mais da sociedade comunista, já que na sociedade de sua concepção não há lugar para a instituição do Estado e nem para a Igreja. (Infiltração Marxista na Igreja, Miguel Po[illegible]gente, Ed, Sepes, pág.9 e 10).

ção, sendo que a corrente "saducéia" moderna nega a existência da vida eterna, depois da morte. Segue-lhe a corrente do "cristianismo ateu", segundo a qual o cristianismo primitivo nada tem a ver com a religião, nem com a fé, pois é somente um movimento laico revolucionário. Tanto Moisés quanto Jesus foram grandes líderes políticos. Jesus pretendia não só livrar o povo judeu da dependência romana, mas também livrar cada homem da opressão e exploração das estruturas capitalistas. Como estas, existem muitas outras correntes do pensamento teológico que contribuíram para a marxistização da teologia, tais como: a do cristianismo horizontal; a da fé sem religião; a do cristianismo sem mitologia; e a do cristianismo marxista. Dessa influência, surgiram pretensas teologias, como as da revolução e da violência.

Essas idéias, que traduzem de forma simplista a influência marxista sobre o pensamento cristão, já não eram um fenômeno marginal e, no início da década de setenta, tornar-se-iam dominantes na América Latina. Essa influência não decorre somente de idéias, mas também da infiltração de pessoas, e não se faz sentir apenas de forma teórica, na teologia, mas avança na prática, com uma influência muito forte na liturgia e na pastoral. Não é pois de estranhar que venhamos encontrar ao longo dos anos sessenta e seguintes, cada vez mais, pastores da "nova Igreja" apoiando e até participando de organizações subversivas e de atos terroristas.

16. Um mil novecentos e sessenta e quatro

O ano de 1964 seria marcado pela Revolução Democrática de 31 de março, que, como expressão da vontade nacional, barrara a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático. A Revolução trazia também em seu bojo a determinação de realizar transformações profundas no Brasil, capazes de tirá-lo da posição marginal que vinha ocupando na história, enquanto Nação, para torná-lo — ao contrário do que parecia ser o destino dos países periféricos — um país viável.

No entanto, o consenso de crise difere substancialmente do consenso necessário às tarefas de governo, de modo que já no dia da vitória, começaram as divergências quanto aos seus objetivos, prioridades e formas e modos de alcançá-los. O pró-

prio restabelecimento da ordem e da tranqüilidade nacionais, que era uma aspiração generalizada e a que se entregaria nesse ano o governo revolucionário, imporia a adoção de medidas que sacrificavam, na essência, o que era um dos objetivos prioritários da Revolução — a manutenção e o aperfeiçoamento do regime democrático.

O governo revolucionário traçou, porém, sua estratégia para equacionar os problemas fundamentais do País, onde se destacava a necessidade de racionalizar a economia, desestruturada por anos de governos populistas e demagógicos. Estabeleceu o seu plano de governo incluindo nele importantes reformas estruturais e emergenciais e procurou estabelecer uma base política que lhe desse sustentação.

Na sua opção de restabelecimento da ordem, efetuou inúmeras prisões que abalariam principalmente a estrutura de duas organizações que vinham atuando abertamente e com alguma desenvoltura: a Política Operária (POLOP) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Tais medidas não atingiriam com a mesma profundidade o PCB, que agia de modo mais discreto. No entanto, o impacto da Revolução viria acirrar as divergências internas desse partido, onde uma facção, pelo menos, já não concordava com a linha política adotada desde o V Congresso, realizado em setembro de 1960. O PC do B, com sua ainda incipiente estrutura, não foi praticamente afetado. Reanalisou a conjuntura e reafirmou sua opção pela luta armada, o que iria facilitar seu trabalho de aliciamento das facções radicais do PCB.

Mas seria Leonel de Moura Brizola, que vinha realizando, desde sua fuga para o Uruguai, gestões e entendimentos para tornar-se o líder máximo da contra-revolução no exterior, que planejaria uma primeira operação que, no entanto, foi abortada na origem. O fracasso dessa tentativa não abateria, porém, seu ânimo e o de seus companheiros de viagem.

O mesmo se pode dizer quanto à primeira campanha movida contra o Governo com relação à tortura. As averiguações demonstraram que não procediam as acusações e, tão importante quanto este fato, que o Governo não compactuava com essa prática, cuja pecha tentaram impor-lhe. Sabedores, porém, de que o Governo não tinha condições de a cada caso criar uma comissão de averiguação, essas denúncias prosseguiram no País e no exterior. Uma vez fei-

tas, essas denúncias geram, no mínimo, a dúvida, seja porque é sabido que quando a autoridade se dilui há sempre a possibilidade de excessos e abusos, seja porque a maioria das pessoas ouve as denúncias mas poucas são as que se interessam pelas respostas.

CAPÍTULO II

1965

1. A Revolução estreita suas bases

Os militares, com base em experiências anteriores, haviam decidido não entregar, de imediato, o poder a qualquer facção político-partidária que pudesse levar o País de volta à corrupção e à subversão. Os objetivos traçados como pré-requisitos ao retorno à normalidade democrática, para sua efetividade, pressupunham a continuidade revolucionária para além do mandato presidencial a se findar.

Foram tomadas medidas condizentes com essas metas, algumas de longo alcance, tais como a cassação dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e o rígido programa de estabilização econômica. Pela sua própria natureza, esses objetivos exigiam prazo de maturidade, medidas amargas e não seriam alcançados sem traumas. Foi mantida, porém, a exigência constitucional de mandatos fixos e sem reeleição. Como prova de suas intenções democráticas, o Governo prometeu cumprir o calendário eleitoral que previa eleições para governadores de onze estados, já em 1965.

Não atentaram, porém, essas forças vitoriosas, para o fato de o processo político de um movimento revolucionário ser bem mais simples que o envolvido no ato de governar. O "consenso de crise" difere muito do necessário à continuidade da ação do governo. Neste, há necessidade de ser alcançado um acordo que dê apoio a um amplo e diversificado programa que abrange todos os campos e diferentes interesses. No caso de um governo alçado ao poder no bojo de um movimento revolucionário que interrompeu um processo subversivo de tomada do poder, do qual a infiltração era a mola mestra, havia ainda a necessidade de se obter unidade de pensamento em torno do alcance e da profundidade da necessária "limpeza da área" e das punições decorrentes.

Complicando todo esse complexo processo, estava a inclinação do Presidente eleito pela normalização institucional a curto prazo, com todas as suas implicações. Castelo tentaria, de todos os modos, a dificílima conciliação da Revolução com a ordem legal, ou, como se expressou o jornalista Carlos Castello Branco, desenvolver uma "estratégia de beira do abismo".

O apoio recebido da população e dos políticos havia dado legitimidade à Revolução. Particularmente importante fora o apoio dos governadores, em especial o engajamento no movimento revolucionário dos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Eles eram candidatos à Presidência e o motivo essencial de seu apoio fora o receio de que Goulart cortasse suas possibilidades de chegar ao Poder. O apoio estava, pois, condicionado a esse interesse e foi aí que se deu a primeira dissidência civil no dispositivo revolucionário. Ainda em 1964, quando da votação da emenda constitucional que previa a maioria absoluta nas eleições presidenciais, o Governador Carlos Lacerda, julgando-se prejudicado com a medida, tornou-se um crítico intransigente do Governo. Magalhães Pinto iria adotar postura semelhante por ocasião da definição do processo de coincidência de mandato dos governadores. Contrário às eleições de outubro, pleiteava a prorrogação do próprio mandato, obtendo, inclusive, essa providência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Com a manutenção das eleições, julgou-se atingido pela Revolução.

Do mesmo modo, grupos importantes iam tirando o seu apoio ao Governo, à medida que as metas da revolução não coincidiam ou eram contrárias às suas próprias. Assim ocorreu com importante segmento social com a aprovação da Reforma Agrária, quebrando o tabu da prévia indenização em dinheiro, e com os empresários com o desdobramento da política econômico-financeira, que a todos atingia. A assimetria de objetivos mostraria que essas dissensões eram inevitáveis.

De outro lado, os inquéritos instaurados para eliminar a corrupção e a subversão teriam que abrir, inevitavelmente, áreas de atrito, de que se valeria a esquerda para denúncias de sevícias em presos e para levantar as bandeiras do obscurantismo e do terror cultural, onde a subversão penetrara mais fundo, a área educacional. De qualquer forma, essas denúncias, apesar de infundadas, iriam intranqüilizar e agravar estados de espírito, influindo negativamente na opinião pública, que desconhecia os problemas.

A revolução começava a perder uma parte fundamental do apoio civil, estreitando suas bases.

2. As eleições de governadores

O ano de 1965 caracterizar-se-ia pela sucessão de crises no interior da área revolucionária. Era notório, agora, o descontentamento, também, no setor militar, com a atitude legalista do Governo, expresso pelos coronéis que chefiavam os Inquéritos Policiais Militares (IPM), contrariados com a ação institucional do Supremo Tribunal Federal (STF). O setor militar demonstrava inconformismo pela prevalência dos mandatos judiciais sobre decisões que consideravam da alçada exclusiva da Revolução.

Essa oposição militar era a que mais preocupava o Governo, mas não era a única que se lhe fazia em nome da Revolução. Lacerda, sempre desejoso de ligar o futuro da Revolução à sua ascensão ao poder, afirmava-se como oposição no plano político, ao mesmo tempo que estimulava o inconformismo de segmentos militares com ataques constantes ao Supremo Tribunal.

O Manifesto de Arraes, em fins de maio, numa atitude tida como de desafio, foi a primeira tentativa de revisão das supressões de direitos políticos, feita através do projeto de Nelson Carneiro, em junho. A temperatura do jogo político elevava-se.

O Governo tentaria harmonizar, mais uma vez, a necessidade de tranqüilizar as áreas revolucionárias e a de assegurar a prevalência da ordem civil, por meio de legislação adequada de inelegibilidade, que permitiria fossem afastadas do pleito de outubro candidaturas consideradas anti-revolucionárias. Mesmo aprovada a emenda constitucional das incompatibilidades, Magalhães Pinto ainda tentaria frustrar a convocação de eleições. Declarava que não tomaria nenhuma providência para realizá-las em Minas, *"onde não se dará posse a corruptos e pessoas vinculadas ao sistema deposto"*.

Em julho, Lacerda fez declarações que caracterizaram o seu rompimento definitivo com o Presidente da República — dando cobertura à posição de Magalhães Pinto —, dizendo *"ter sido traído pelo Governo Revolucionário"*. *"Tende assim a organizar-se e a partir para o plano de coordenação da ação comum a dissidência do movimento revolucionário"*, escrevia, no dia 4 desse mês, o jornalista Castello Branco.

As maiores dificuldades, porém, adviriam com as eleições

de outubro e, com o resultado dessas, a contingência irrecorrível de dar posse aos eleitos.

O regresso de Juscelino Kubitschek no dia do pleito e as manifestações que lhe foram prestadas trouxeram à crise eleitoral um fator emocional, principalmente porque corria a informação de que Juscelino exigiria que seus correligionários advogassem, de imediato, a questão da revisão das cassações dos direitos políticos.

As eleições de Francisco Negrão de Lima para o Governo do Estado da Guanabara e de Israel Pinheiro para Minas Gerais fizeram com que voltassem à ofensiva os que não queriam ver esses políticos à frente desses dois importantes Estados e dos que não queriam eleição alguma.

Os resultados eleitorais provocaram reações na linha dura, traduzindo descontentamento com a política do Governo e pressionando-o para que anulasse o resultado do pleito. A evolução da crise intranqüilizava os meios políticos, mas afetava, antes de tudo, o próprio Governo, fiador das eleições.

Então, era já fato conhecido que se estudava no Palácio do Planalto uma nova emenda constitucional, para apaziguar os setores descontentes, a qual, entre outras medidas, preconizava a eleição indireta para Presidente.

Os resultados de 3 de outubro haviam indicado a Lacerda que seu vínculo com o situacionismo não lhe renderia dividendos, nem políticos nem eleitorais. Continuava candidato à Presidência, mas passou a ser um candidato da oposição e, para caracterizar essa sua situação política, expressou o desejo de que a UDN se reunisse em Convenção e rompesse com o Governo.

3. O Ato Institucional nº 2

Em 13 de outubro, o Governo propôs uma série de medidas ao Congresso, as quais expressavam o que era considerado o mínimo indispensável para superar aquela crise e empossar os eleitos.

No Congresso começaram as tentativas de composição, visando ao abrandamento das propostas do Governo, que, todavia, alertou os líderes governamentais que, embora não fizesse pressão, nem ameaças ou apelos, considerava necessária, para a preservação das instituições e a segurança da Revolução, a aprovação da

emenda constitucional e do projeto de lei sobre os cassados.

No dia 20, Juscelino ameaçou romper com o PSD, caso o Partido votasse esses projetos. Houve rumores de que os deputados pertencentes à "linha dura" também votariam contra essas propostas para ampliar a crise. A crise adensou-se e os indícios eram de que poderia progredir de maneira a tornar-se incontrolável.

No dia 26, todos os prognósticos indicavam que as proposições do Governo não seriam aprovadas, a menos que houvesse uma grande presença de parlamentares à votação, o que era pouco provável.

No dia 27, veio o Ato Institucional, que permitiria reunificar os grupos revolucionários em torno da afirmação do poder incontrastável da Revolução. Nele estavam postas as medidas julgadas indispensáveis para assegurar a autodefesa da Revolução e sua continuidade no tempo.

Muito do que se vinha constituindo na pregação dos governadores de Minas e da Guanabara estava contido no Ato. Ambos acusavam o Governo de não querer assumir a responsabilidade da política revolucionária e afirmavam que corruptos e subversivos estavam voltando. O AI-2 continha uma resposta objetiva a essas críticas. Também a dissolução dos partidos, uma pregação do Governador de Minas Gerais e de outros líderes revolucionários, estava contida no Ato..

O novo Ato restaurava muito dos poderes especiais que haviam expirado com o AI-1, o que demonstrava que, no mínimo, o período de duração deste havia sido insuficiente. Não existiam condições para conciliar, em tão curto espaço de tempo, a Revolução com a legalidade formal. Uma revolução havia sido feita, mas muitos disto se esqueceram, em função da atitude conciliatória do Governo, passando a atuar contra ela com desenvoltura. Isso levara ao fracasso a política de contemporização conduzida pelo Governo para salvar o processo democrático.

O AI-2 era um compromisso entre a linha dura e os constitucionalistas. O Governo, porém, ao mesmo tempo que cedia, tentava institucionalizar essas mudanças, estabelecendo limites claros. O novo ato vigiria até a posse do novo Presidente da República, prevista para 15 de março de 1967.

4. O Movimento Estudantil inicia as manifestações

O ano de 1965 foi marcado pelo início das manifestações estudantis contra o Governo, demonstrando que o Movimento Estudantil era o único setor de massa organizado.

No dia 9 de março, por ocasião da aula inaugural da Universidade do Brasil, na ilha do Fundão, o próprio Presidente Castelo Branco foi estrepitosamente vaiado. A prisão de 5 estudantes determinou uma onda de protestos em todo o País.

Em abril, um plebiscito nacional organizado pela UNE mostrou que cerca de 90% dos universitários eram contra a Lei Suplicy.

Em julho, o XXVII Congresso Nacional da UNE, realizado clandestinamente em São Paulo, elegeu um triunvirato para rodízio na presidência, composto por Antonio Alves Xavier, Altino Rodrigues Dantas Júnior e José Fidélis Augusto Sarno, todos militantes da AP. Ao mesmo tempo, criando as "entidades-livres", o Congresso tomou a importante decisão política de que os estudantes não deveriam participar das eleições para os novos diretórios, previstas para o dia 16 de agosto, numa vitória da proposição da frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B, contra o posicionamento do PCB. Essa decisão, apesar de caracterizar uma atitude de evidente repúdio à Lei Suplicy, mostrou uma divisão na orientação do Movimento Estudantil.

Em Brasília, a greve de estudantes contra a intervenção na UnB determinou, em 10 de outubro, a sua invasão por tropas da Polícia Militar. Em reação, greves de solidariedade estouraram em vários cantos do País.

Em outubro, a decretação do AI nº 2 provocou novas passeatas de protesto, unificando as lutas estudantis contra o Governo.

5. Cuba e o foquismo

A partir de 1965, começou a fazer-se sentir em maior grau na esquerda brasileira a influência da revolução cubana.

Vitorioso, em 1º de janeiro de 1959, somente em maio de 1961 Fidel Castro proclamou Cuba como uma "República Socialista" e, com o velado apoio da URSS, passou a imiscuir-se nos assuntos internos dos países americanos. O apoio cubano às Ligas Cam

ponesas de Francisco Julião era um típico exemplo da tentativa de exportar o seu modelo de revolução.

Em 1962, em Punta del Este, uma reunião de Chanceleres excluiu Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nos dois anos seguintes, focos de guerrilha, apoiados por Cuba, explodiram na Guatemala, na Colômbia e na Venezuela, até que, em 1964, na 9ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, os países membros da OEA, à exceção do México, decidiram romper relações com Cuba e estabelecer um bloqueio econômico à ilha.

Esta medida não fora tomada em razão de Cuba ter-se tornado um país comunista, mas em função de sua interferência político-subversiva nos países latino-americanos.

"Cuba sente-se no direito de incentivar a Revolução na América Latina", afirmava Fidel Castro em seu discurso de 11 de fevereiro de 1964. No mês seguinte, seu braço direito, "Chê" Guevara, proclamava que *"O caminho da libertação nacional da América Latina é o caminho da violência. Essa violência será necessária em quase todos os países da América Latina"*.

Os dirigentes cubanos, na realidade, desejavam exportar uma revolução baseada em seu próprio modelo, que ficou conhecido como linha foquista ou, simplesmente, foquismo.

Nos primeiros anos da década de 60, as idéias sobre o foquismo ainda estavam dispersas nos discursos de Fidel e Guevara. No entanto, em 1963, duas obras do "Chê" iniciaram a codificação do foquismo: "Passagens da Guerra Revolucionária" e "Guerra de Guerrilhas: um método".

A partir de 1965, apareceram os primeiros trabalhos de Régis Debray, um jovem filósofo francês que conheceu Cuba em 1961 e, nos quatro anos seguintes, percorreu os focos revolucionários existentes em diversos países da América Latina, aprendendo, na prática, como fazer uma revolução. Retornando a Cuba, em 1965, Debray publicou o artigo "O Castrismo: a longa marcha da América Latina", na revista "Les Temps Modernes", de janeiro. Alguns meses depois, em julho de 1965, a "Revista Casa das Américas", nº 31, publicou o seu ensaio "América Latina: alguns problemas de Estratégia Revolucionária".

Somente no ano seguinte, em 1966, é que Debray escreveria

sua obra capital, a "Revolução na Revolução?", editada em Havana, pela "Casa das Américas", em janeiro de 1967.

A linha foquista é simples. Baseada no exemplo da revolução cubana, a guerrilha deveria iniciar-se através de um pequeno núcleo de guerrilheiros — o foco —, que, escolhendo lugares favoráveis no campo, procuraria, num primeiro momento, trabalhar para conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, buscando ganhar o seu apoio. Deve-se destacar que, no foquismo original, o terreno propício, preponderante para a luta armada, é o campo, de preferência em locais de montanhas e selvas, pouco acessíveis.

Outro ponto importante do foquismo é que o aspecto militar tem prevalência sobre o aspecto político. Segundo Fidel, a revolução seria feita pelo povo e pelos revolucionários, com ou sem um Partido. Como dizia Debray, em 1966, devem-se abrir "focos militares" e não "focos políticos". O foco guerrilheiro, para a linha foquista, é a vanguarda do povo, que pode prescindir de uma vanguarda política. Nesses principais aspectos do foquismo, observa-se, com nitidez, a cópia da ação revolucionária de Sierra Maestra.

Foram esses os conceitos que nortearam as organizações militaristas brasileiras, que estavam por vir, sem que, entretanto, conseguissem pô-los em prática, na sua essência. A revolução cubana foi o catalizador que acelerou o aparecimento da luta armada no Brasil. Como diria Debray, *"Cuba deu a arrancada para a revolução armada na América Latina"* (1).

6. O Pacto de Montevidéu e a Frente Popular de Libertação (FPL)

Nos últimos meses de 1964, aumentara o fluxo de comunistas brasileiros para o Uruguai, desejosos de estabelecer alianças com os grupos de asilados políticos, que, dizia-se, dispunham dos "dólares de Cuba".

A primeira tentativa de unificação desses grupos concretizou-se em janeiro de 1965, com a criação do "Pacto de Montevidéu", assinado por Leonel Brizola, Max da Costa Santos, José Guimarães Neiva Moreira, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling, além de representantes da AP (Aldo Arantes), do PCB (Hérculos Correia dos Reis), do

(1) Debray, R.: "Revolução na Revolução?", Ed. Casa De Las Americas, Havana, 1967, pág. 8.

PORT (Cláudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti) e do PC do B.

Constituindo-se em uma "frente revolucionária", definiram a insurreição como a forma de luta para a tomada do poder, a qual contaria, inclusive, com a parcela da burguesia nacional "prejudicada pelos interesses imperialistas". As massas participariam da luta através da constituição de grupos de ação — os "Grupos dos 5" —, de comitês de empresas e de comitês rurais.

Denominada de Frente Popular de Libertação (FPL), a expressão organizada do Pacto de Montevidéu afirmava que os "atos de guerra", definidos como "atos de sabotagem urbana" e "focos de guerrilha no campo", deveriam multiplicar-se por todo o território brasileiro, sem prejudicar a parcela da população não comprometida (2).

A primeira tentativa de sabotagem idealizada pela FPL ocorreu em fevereiro de 1965. Ao fazer um tratamento psiquiátrico em Montevidéu, um ex-soldado do 13º Regimento de Cavalaria, de nome Ponciano, que trabalhava com explosivos numa firma de Jaguarão, foi contatado por membros da FPL. Prometeram-lhe um milhão de cruzeiros pela entrega, no Uruguai, de 20 caixas de dinamite e uma gratificação extra caso fizesse explodir um bueiro na BR-2, em Capão Reiúno, próximo a Jaguarão, interditando a estrada. Ponciano chegou a roubar 32 bananas de dinamite. Entretanto, não conseguiu entregá-las, a explosão não destruiu o bueiro, a BR-2 não foi interditada e o desequilibrado Ponciano, preso, confessou suas ligações com o grupo de asilados.

Começava, de forma melancólica, a insurreição da FPL, mas esse insucesso não diminuiria o ímpeto de Brizola.

7. Jefferson Cardin e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)

A incontinência verbal de Brizola deixou-o em situação embaraçosa. A afirmação de que voltaria vitorioso ao Brasil, até

---

(2) O Pacto previa, também, a formação de um Comando Nacional da FPL, através da evolução das estruturas de comando dos grupos de ação e dos comitês de empresas e dos rurais. Enquanto não fosse constituído o Comando Nacional, um Comitê de Coordenação, sediado em Montevidéu e integrado pelos signatários do Pacto, decidiria sobre a participação da FPL em manifestações de caráter político.

dezembro de 1964, ficou comprometida com os freqüentes insucessos de suas iniciativas. A fim de satisfazer a belicosidade de seus liderados — na maioria, ex-militares cassados das Forças Armadas e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul —, Brizola resolveu desencadear seu "plano revolucionário".

Sob a denominação genérica de "Esquema Geral", a "revolução" brizolista iniciar-se-ia com um movimento sedicioso, no Rio Grande do Sul, que se juntaria com forças que iriam penetrar em Mato Grosso, vindas da Bolívia, sob o comando do ex-Coronel da Aeronáutica Emanoel Nicoll. Para a invasão dos pampas gaúchos, dentre as várias opções, Brizola escolheu a "Operação Três Passos", de autoria do ex-Sargento da Brigada Militar gaúcha Albery Vieira dos Santos. Para comandá-la, foi escolhido o ex-Coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, ex-funcionário do Loyde Brasileiro, em Montevidéu. Na noite de 12 de março de 1965, na residência de Brizola, na Praça Independência, em Montevidéu, uma reunião decidiu e traçou os detalhes da Operação. Um manifesto a ser divulgado pela Rádio Difusora de Três Passos, no dia 25 de março, seria a senha para a "revolução brasileira" (3).

Na noite do dia 18 de março, Jefferson, Albery e Alcindor Aires iniciaram a ação, alugando um táxi para levá-los de Montevidéu até Livramento, onde chegaram no dia 19. Um outro táxi levou-os até Santa Maria, onde ficou Alcindor para conseguir mais adeptos para a empreitada. Com um automóvel emprestado por um amigo de Albery, prosseguiram até Campo Novo, onde contataram com o professor Valdetar Antonio Dorneles, que preparou um croqui de Três Passos, assinalando os pontos sensíveis, e comprometeu-se a conseguir mais "revolucionários" para a ação (4). Realizaram, então, exercícios de tiro, treinaram montagem de acampamento, distribuíram as missões e chegaram a um impasse: no pla-

---

(3) Nessa mesma reunião, foi analisada a necessidade de recursos para a Operação, sendo feita uma vaquinha entre os presentes: Darcy Ribeiro contribuiu com 500 dólares, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Ivo Magalhães, com 300 mil cruzeiros, o ex-Sargento Albery com 10 mil cruzeiros e Jeferson Cardin com 5 mil pesos uruguaios. O único que não contribuiu foi o próprio Brizola, alegando que ainda não havia recebido os dólares prometidos pelo governo cubano.

(4) O reforço foi conseguido. Alcindor trouxe dois elementos de Santa Maria, o ex-Sargento Firmo Chaves chegou de Porto Alegre com mais alguns, dentre eles Adamastor Antonio Bonilha, e Valdetar arregimentou mais dez homens.

nejamento, não fora previsto o transporte para os combatentes. A solução foi dada por "Zebinho", pai de Valdetar, que se lembrou de um amigo do PTB, dono de um velho Ford "bigode", modelo 1929. Tiveram, entretanto, que fazer uma pequena alteração nos planos. A pequena quantidade de arregimentados — pouco mais de vinte homens — não seria suficiente para a prevista tomada do quartel de Ijuí.

Na noite de 25 de março, partiram de Campo Novo rumo a Três Passos, onde chegaram na madrugada do dia 26. Sem encontrar resistência, assaltaram o posto policial da Brigada Militar, levando armamento, fardamento e munição. Ainda de madrugada, tomaram os transmissores da Rádio Difusora, e Odilon Vieira leu um "Manifesto à Nação", que representava a senha para o início da "revolução brasileira". No final da proclamação, alguns poucos notívagos, surpresos, tomaram conhecimento da criação das "Forças Armadas de Libertação Nacional" (FALN). Ainda em Três Passos, contando com a cumplicidade do subdelegado local, Jefferson trocou o velho Ford "bigode" por um caminhão Mercedes Benz apreendido. O grupo realizou, também, um frustrado assalto à agência do Banco do Brasil. Alegando não possuir as chaves do cofre, o gerente conseguiu repor os combatentes em marcha. Em Tenente Portela e Itapiranga, assaltaram os postos policiais da Brigada Militar, aumentando o seu arsenal.

Surpreso pela ausência de notícias, Jefferson começou a pensar que seu plano fracassara. Restava-lhe, entretanto, a esperança de atingir Mato Grosso e realizar a junção com o grupo de Nicoll, que deveria estar vindo da Bolívia. Guiados por Virgílio Soares de Lima, os sediciosos atravessaram Santa Catarina e penetraram no Paraná.

Ao tomarem conhecimento das atividades de Jefferson e temendo que ele pudesse se dirigir a Foz do Iguaçu e perturbar a cerimônia de inauguração da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, com a presença dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, as autoridades determinaram o emprego de tropas da 5ª Região Militar, se necessário, com o apoio do Núcleo de Divisão Aeroterrestre e de aviões da Força Aérea Brasileira.

No dia 27 de março de 1965, por volta das 12 horas, na região de Santa Lúcia, município de Leônidas Marques, Jefferson pressentiu a aproximação de uma viatura com tropas do Exército.

Imaginando que pudesse melhorar o já combalido moral de suas Forças Armadas de Libertação Nacional, resolveu realizar uma emboscada, dispondo seus homens em ambos os lados da estrada. Postando-se fardado de coronel e acenando para a tropa que se aproximava, Jefferson provocou uma ligeira hesitação no tenente comandante, o suficiente para o início da emboscada, com tiros sobre a viatura. Desembarcando e reagindo violentamente, a tropa do Exército provocou a fuga dos "guerrilheiros", que, embrenhando-se nas matas, só mais tarde seriam capturados, através de operações de cerco.

Infelizmente, a ação dos seguidores de Jefferson fez uma vítima fatal. O 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo, que servia na Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura, deixando viúva grávida de sete meses. Encerrava-se, tragicamente, mais uma aventura maquinada por Brizola.

Após cumprir pena, Jefferson Cardin, em entrevista concedida a Décio de Freitas, em março de 1980, na Assembléia Legislativa gaúcha, declarou que a "Operação Tres Passos" previa a entrada de Brizola no Brasil, a fim de catalisar e detonar as revoltas: "*Acho que Brizola se acovardou, foi uma traição, porque em seu apartamento na Praça Independência, em Montevidéu, selamos um pacto. Ele não cumpriu este compromisso, que era o de derramar o sangue pelo povo brasileiro*".

Em novembro de 1979, o "Coojornal" publicou uma entrevista concedida um ano antes pelo ex-Sargento Albery, na qual declarou que o dinheiro para financiar a Operação — um milhão de dólares — havia sido conseguido em Cuba e levado, até Brizola, por Darcy Ribeiro e Paulo Schilling. Afirmou, também, sobre Brizola, que: "*a traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e, depois, ter-se arrependido e não colocar o plano em execução*".

Pouco tempo depois da entrevista, em fevereiro de 1979, o ex-Sargento Albery era misteriosamente assassinado, em circunstâncias nunca bem explicadas, no oeste paranaense.

Após esse malogro, Brizola afastou-se da Frente Popular de Libertação e, ainda no Uruguai, conduziria mais um movimento revolucionário para o fracasso.

8. O PCB: mudança para a linha de massa

Durante o ano de 1965, o PCB deu início à sua rearticulação, com o Comitê Central e a maioria dos Comitês Estaduais voltando a reunir-se regularmente. Algumas poucas quedas no Comitê Central e em alguns Comitês Estaduais não chegaram a afetar, seriamente, a estrutura do Partido. O PCB estava sob a orientação de uma linha radical, estabelecida, desde julho do ano anterior, por uma reunião da Comissão Executiva. Em alguns Comitês Estaduais, inclusive, chegou a tentar determinadas ações (5).

Durante 15 dias do mês de maio, em São Paulo, reuniu-se o Comitê Central, que rejeitou a visão radical da Comissão Executiva. A Resolução Política, então aprovada, analisando a derrota do PCB frente ao Movimento de Março, afirmou que a bandeira da democracia havia sido entregue para o inimigo e a correlação de forças havia sido mal avaliada, superestimando as próprias forças. O Partido, com isso, radicalizou o processo e enveredou por "um caminho sectário e golpista".

Foi reorganizada a Comissão Executiva, composta por militantes alinhados com esse pensamento do Comitê Central, e os membros divergentes encaminhados para outros Estados: Mário Alves para Minas Gerais, Marighela para São Paulo, Jacob Gorender para o Rio Grande do Sul, Jover Telles para a Guanabara e Apolônio de Carvalho para o Rio de Janeiro. Foi regularizada a publicação do jornal "Voz Operária", pois o "Novos Rumos" havia sido fechado em 1964. Estabeleceu-se um programa mínimo de resistência, visando à acumulação de forças, baseado na defesa das liberdades democráticas e na anistia e contra o arrocho salarial e a desnacionalização da economia.

O Partido apoiou a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e iniciou contatos com a cúpula da Igreja Católica, através de Luís Inácio Maranhão. No Movimento Estudantil, opôs-se à linha radical desenvolvida pela frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B.

Entrava, o PCB, numa linha de massa.

---

(5) Na noite de 19 de maio de 1965, Carlos de Lima Aveline, membro do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, junto com José Lucas Alves Filho, colocou duas bombas num avião C-47 da Força Aérea Brasileira, estacionado no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. A sabotagem, inicialmente prevista para ser desencadeada contra um avião norte-americano, fracassou, por uma falha no dispositivo detonante.

9. A AP transforma-se numa organização revolucionária

O Comitê Nacional da Ação Popular, reunido nesse ano de 1965, aprovou o documento "Resolução Política", que estabeleceu uma nova linha para a organização, em substituição à do "Documento Base", de 1963.

A "etapa da revolução brasileira" foi caracterizada como "socialista de libertação nacional", representando uma simbiose entre a origem católica e idealista da Ação Popular com a sua tendência socialista. Entretanto, o seu "socialismo com humanismo" ainda estava longe da "ditadura do proletariado" preconizada pelo socialismo marxista-leninista. O "caminho da revolução", influenciado pela revolução cubana, foi definido como o da luta armada, através de uma concepção foquista (6).

A AP transformava-se numa organização revolucionária, sem assumir o marxismo-leninismo. Prosseguia no domínio do Movimento Estudantil, elegendo seus militantes como membros do triunvirato durante o XXVII Congresso da proscrita UNE, de julho de 1965. Ao mesmo tempo, em frente com a POLOP e o PC do B, conduzia os estudantes na mobilização contra a Lei Suplicy.

10. A POLOP e Brizola

Apesar do fracasso da "Guerrilha de Copacabana", as críticas ao imobilismo do PCB faziam com que a POLOP se apresentasse como a opção revolucionária do momento.

No início de 1965, os ex-marinheiros e ex-fuzileiros da POLOP, que haviam sido presos, já estavam soltos e na clandestinidade. A organização, impulsionada por sua base militar, reiniciava o planejamento da luta armada, apoiado na doutrina do "foco guerrilheiro".

Na busca de sustentação financeira, a direção da POLOP, através do ex-marinheiro Antonio Duarte dos Santos, entrou em contato com Brizola e seus liderados, surgindo, daí, promessas de apoio mútuo entre as duas facções.

---

(6) A organização, refletindo a linha do foco revolucionário, estruturou-se em um Comando Nacional e Comandos Regionais, Zonais e Seccionais, com as Organizações de Base ligando-se, diretamente, aos Comandos Seccionais. Foram criadas dez regiões, controladas pelos Comandos Regionais. O órgão superior da AP era o Comitê Nacional, que, se reunindo anualmente, seria constituído pelo Comando Nacional, por representações dos Comandos Regionais e por elementos especialmente convidados.

Carecendo de recursos, a POLOP não conseguiu efetivar o seu projeto guerrilheiro. O apoio prometido por Brizola não chegou. Os dólares recebidos de Cuba tinham sido ou seriam enterrados em projetos pessoais e na frustrada tentativa de Caparaó.

11. Um mil novecentos e sessenta e cinco

O impacto da Revolução de 31 de Março transformara a República Oriental do Uruguai num centro de conspiração contra o Governo brasileiro. Os elementos que para ali acorreram, refletiam as crises internas por que passavam as organizações subversivas existentes no Brasil, originadas pelas críticas, acusações mútuas e imputações de responsabilidade pelo fracasso das esquerdas pré-64. A pretensão inicial da formação de uma Frente Única para a derrubada do governo revolucionário brasileiro nunca chegou a concretizar-se. A nível de cúpula, o prestígio dos envolvidos estava em jogo e os brasileiros no Uruguai gravitavam em torno dessas lideranças, constituindo-se, então, em três grupos: o sindical, o militar e o de Leonel Brizola.

Mesclados nesses grupos, e até mesmo fazendo parte deles, comunistas (inclusive trotskistas) de vários matizes, acabaram por unirem-se, no início do ano, através do chamado "Pacto de Montevidéu", cuja expressão organizada auto-intitulava-se "Frente Popular de Libertação (FPL)". O objetivo da Frente era integrar as grandes massas no processo de luta, realizando a união "operário-soldado-camponês", esperando contar ainda com favorecimento, bem como com a participação de amplos setores empresariais descontentes com a política econômica do Governo brasileiro. A luta deveria travar-se nas cidades e no campo. Eram, porém, como no dito popular, "muitos caciques para poucos índios", e a FPL ficou na melancólica tentativa da explosão de um bueiro nas cercanias de Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

O grupo de Leonel Brizola, o "Pedrinho", lançar-se-ia, todavia, ainda nesse ano, em outra "operação", com as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), resultando nas tragicômicas escaramuças de Jefferson Cardin de Alencar Osório, que acabou por fazer do 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo a primeira vítima das aventuras guerrilheiras de Brizola e da subversão no Brasil pós-64.

Internamente, o PCB articulava-se, organizando sua Comissão Executiva, regularizando a circulação de seu jornal, estabelecendo um programa mínimo de resistência e definindo-se por uma linha de massa. Dentro dessa linha, haveria contato com setores esquerdistas que, então, afloravam na Igreja Católica. Também a AP redefiniria sua linha, transformando-se numa organização revolucionária, embora sem assumir, publicamente, o marxismo-leninismo.

O Governo revolucionário, apesar da difícil tarefa de conciliar a normalização constitucional com a Revolução em curso, o que resultava em crises constantes e no estreitamento de suas bases de sustentação, ia implementando uma política austera de recuperação econômica. Apesar de ser conduzido a editar o Ato Institucional nº 2 (AI-2), para reunificar o grupo revolucionário, realizava as eleições previstas e dava posse aos eleitos, inclusive a dois governadores representantes das forças de oposição. A seus problemas iria ter acrescido, a partir desse ano, manifestações do único setor de massa organizado — o estudantil.

O setor estudantil havia sido o preferencial para a doutrinação comunista antes de 1964. Os marxistas-leninistas, conhecedores da psicologia do adolescente — seu idealismo, seu espírito crítico, seu desejo de se afirmar no mundo dos adultos, a identificação em um grupo como fonte de segurança, etc. —, sempre consideraram os jovens, em geral, e os estudantes, e particular, como a mais importante força auxiliar da revolução comunista.

Assim, Stalin já se referia ao assunto: "*A juventude é livre do peso do passado e assimila, melhor do que ninguém, os preceitos leninistas*". É nessa idade, em que se liberta dos laços afetivos e de dependência da família para ingressar em outros grupos sociais, onde pensa conquistar seu "status", que o jovem se torna presa fácil. No adolescente estão reunidas, numa concentração impressionante, várias, se não todas, condições objetivas para o trabalho dos propagandistas e aliciadores da subversão. Se companheiros, com os quais precise partilhar seus interesses e manter uma relação de dar-e-receber, forem adrede preparados, facilmente poderão lhe impingir seus valores e seus objetivos. E não lhes faltam argumentos tentadores e soluções milagro

sas, sempre aureolados de profundo altruísmo e amor pelos"desvalidos"do sistema. Esse trabalho havia ocorrido antes de 64. As instituições de ensino haviam sido infiltradas e, em algumas delas, como a Universidade de Brasília, a título de harmonizar seus currículos à necessidade de uma sociedade em desenvolvimento, estes haviam sido impregnados de idéias marxistas (7).

Com a vitória da Revolução, pôde-se constatar que para o setor estudantil haviam sido canalizadas polpudas verbas pelo MEC — na época um dos Ministérios mais infiltrados — e que recursos vindos diretamente de Moscou eram repassados à UNE através da União Internacional de Estudantes (UIE). Na sede nacional da UNE, no Rio de Janeiro, foram encontradas grandes quantidades de filmes e impressos promovendo a Rússia, a China e Cuba. Notória foi a atuação da entidade no combate ao analfabetismo, quando, à guisa desse trabalho meritório, grupos de militantes profissionais passaram algum tempo distribuindo, pelo País afora, material de leitura subversiva, no qual se incluía o manual de guerrilhas de "Chê"Guevara traduzido para o português. Não é de admirar, portanto, que a UNE se reestruturasse com rapidez, mesmo na clandestinidade, que viesse impulsionar a massa estudantil, onde já estavam infiltrados à AP, a POLOP, o PC do B e o PCB, e que esse fosse o primeiro setor de massa a manifestar-se.

Mas, a partir desse ano, o movimento subversivo iria sofrer os influxos mais duradouros da investida externa do Movimento Comunista Internacional (MCI). A influência da revolução cubana iria começar a se fazer sentir na esquerda brasileira, marcando uma nova etapa da subversão.

Segundo a ótica desses elementos subversivos, a revolução cubana demonstrara que a tomada do poder já era possível e que essa tarefa não precisava mais ser realizada pelos partidos comunistas tradicionais. Um desses "revolucionários", Jaime Are-

---

(7) Vale a pena conhecer as idéias referentes ao papel da Universidade, por seu fundador e primeiro reitor, o Prof. Darcy Ribeiro, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro (1983/87). Suas opiniões estão expressas no livro "Contra Vientos y Mareas",(pág. 22), de Vargas Llosa:

"O professor Darcy Ribeiro, sociólogo brasileiro, fundador da Universidade de Brasília e assessor durante algum tempo da ditadura militar peruana, em seu livro sobre a Universidade Peruana (1974), define assim a missão da universidade: "... levar adiante o processo revolucionário em curso, antecipando dentro da universidade as novas formas de estrutura social que ela deverá estender amanhã a toda a sociedade".

nas (8), afirma que "*qualquer grupo latino-americano organizado e suficientemente audaz para imitar o exemplo cubano teria possibilidade de derrubar um governo, vencer sua polícia e seu exército e instaurar uma nova sociedade socialista, que os partidos comunistas e outros movimentos de esquerda do continente haviam estado a anunciar desde tempos atrás*".

"Chê" Guevara ressaltaria uma outra particularidade dessa revolução vitoriosa — a de que nem sempre era necessário que todas as condições objetivas e subjetivas se dessem juntas para tornar possível o sucesso da revolução.

Esses aspectos vinham colocar por terra um conjunto de concepções defendidas pelos marxistas ortodoxos e abriam caminho para a proliferação de organizações subversivas. Cada elemento que exercia alguma liderança julgava que seu grupo era capaz de fazer a revolução e que não havia o que esperar.

Por outro lado, a não concordância do Partido Comunista Chinês (PCC) com a doutrina de coexistência pacífica, exportada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), levava-o a incentivar e a apoiar a luta armada para a tomada do poder.

Esses fatos, ainda que representando linhas político-ideológicas diferentes, tiveram um impacto muito grande sobre os pretensos revolucionários latino-americanos. A partir deles, estes passaram a buscar formas de estimular e desenvolver a luta armada, de uma maneira ou de outra, uma vez que esta se tornava a via eleita para a tomada do poder. As condições do país pouco importavam. Elas poderiam, é verdade, auxiliar ou dificultar a tarefa revolucionária, mas a "revolução" precisava ser feita a despeito delas.

(8) Arenas, J.: "Dans la Guerrille - Origenes de L'Armé de Liberación Nacional", Paris, 1972, Calman-Levy, pág. 9.

CAPÍTULO III

1966

1. A continuidade da política econômica

O Governo Castelo Branco continuava com tenacidade a desenvolver a estratégia que traçara. A política de estabilização econômica enfrentava os mesmos problemas que, em governos anteriores — com grande impopularidade política —, fizeram Juscelino Kubitschek abandonar o Plano Lucas Lopes e Goulart pôr de lado o Plano Trienal. O diagnóstico econômico, contudo, sugerira que não havia outra alternativa, e o Governo levava adiante com obstinação seu rigoroso programa antiinflacionário.

Essas medidas amargas e impopulares por período de tempo continuado impunham, todavia, limites às lideranças populistas ou carismáticas que podiam explorar essa situação. Não era difícil convencer os trabalhadores, por exemplo, que a retirada dos subsídios do trigo e do petróleo revelavam a insensibilidade do Governo com suas dificuldades e aflições.

Nesse ano, é cassado Adhemar de Barros. Para os revolucionários, uma parcela de legitimidade da Revolução advinha de seus objetivos de purgar o sistema político da corrupção. No entanto, vários revolucionários de primeira hora eram considerados parte dessa corrupção. Um desses casos marcantes era exatamente o do líder populista e Governador do Estado de São Paulo. Por isso, sua cassação foi bem recebida nos meios revolucionários, embora ela tivesse pouco a ver com seu passado. Adhemar, dado a força econômica do Estado que governava, contrariava a política econômica do Governo Federal, criando-lhe entraves de toda ordem, e por isso foi punido pela Revolução que ajudara a fazer.

As medidas que o Governo vinha tomando tinham largo espectro e iam desde aquelas que visavam à atuação do capital de risco estrangeiro à reforma agrária, e aproximariam a esquerda da direita nas suas críticas, uns clamando, naturalmente, pelo "entreguismo" e outros, pela "subversão".

A verdade é que essa impopularidade da Revolução e essas contestações à política do Governo criavam as condições objetivas em que vicejam as ações extremistas. No dia 31 de março de 1966, uma série de três atentados a bomba verificou-se em Re-

cife, onde 50 dias depois eram lançados dois coquetéis "Molotov" na Assembléia Legislativa e onde, ainda em 25 de julho, era feita uma nova série de atentados. Entre estes, estava o do Aeroporto de Guararapes, com duas vítimas fatais e mais de uma dezena de feridos, dentre os quais mulheres e até uma criança, que marcaria o início do terrorismo no País.

Em agosto, uma bomba explodiria no Cine Itajubá, em Santos, e no mês seguinte várias bombas explodiriam na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e eram fortes os indícios de sabotagem num choque de trens ocorrido na Baixada Fluminense, com 35 mortos.

2. O cumprimento do calendário eleitoral

O Ato Institucional nº 2, que devolvia ao Governo os poderes iniciais da Revolução, não foi suficiente para dar-lhe tranqüilidade num ano eminentemente eleitoral. Querendo valer-se ao mínimo desses poderes, o Governo utilizou o AI-2 em doses homeopáticas, e às vezes de forma "casuística", causando, em cada oportunidade, crises que tumultuavam a normalidade política. As eleições desse ano iriam demonstrar, também, que a propalada unidade militar só é verdadeira enquanto organizacional; desfaz-se no momento em que os militares se imiscuem na política. Alguns militares que atuaram ativamente na Revolução já haviam dela se afastado, nos primeiros momentos, por não terem sido aproveitados nos círculos do Governo ou por não terem recebido o Comando que se julgavam merecedores. Agora seria a vez de outros militares, que haviam desempenhado importante papel na Revolução, incompatibilizarem-se com ela, porque o Governo, mantendo o domicílio eleitoral — que no ano anterior afastara o General Lott da disputa pelo governo do Estado da Guanabara —, os impedia de disputar governanças estaduais.

Com o dispositivo revolucionário de sustentação política bastante reduzido, o Presidente Castelo, se é que desejou, não pôde obstar a candidatura do General Costa e Silva para a Presidência da República, que não seria o candidato de sua preferência. Costa e Silva precipitou o processo, aceitando ser lançado candidato pela ARENA, e, quando o partido foi consultado, recebeu o apoio da maioria dos diretórios. O General não deixou, também, de ser sondado pelo MDB, que apostava num desentendimento en

tre os dois líderes revolucionários. Costa e Silva, porém, enquadrou-se no esquema estabelecido pelo Governo, propondo-se a manter-se fiel à política revolucionária e, a 3 de outubro, era eleito Presidente da República.

Já nas eleições para os Executivos estaduais, o Governo pô de impor seu esquema para a escolha dos candidatos. Às vésperas dessas eleições, nas quais também seria renovado um terço dos senadores e se elegeriam os membros da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas, o Governo ver-se-ia às voltas com o manifesto da autodenominada "frente ampla".

Carlos Lacerda, há algum tempo, vinha fazendo pronunciamentos que o Governo procurava minimizar, embora suas entrevistas e declarações alcançassem ressonância no ambiente político. Sem encontrar a esperada reação do Governo à sua ilimitada capacidade de agressão, Lacerda trocava, também, há algum tempo, informações, realizando contatos através de correligionários de Juscelino Kubitscheck e João Goulart. Pretendia reunir líderes populares, cassados ou não, de qualquer tendência ideológica, numa frente de resistência ao sistema. Não obtendo a assinatura dos dois próceres cassados, Lacerda lê o manifesto da frente a poucos dias das eleições de 15 de novembro. Não alcança, porém, repercussão maior do que aquilo que lhe querem emprestar os comentaristas políticos.

Realizadas as eleições, o Governo Castelo cumpria cabalmente o calendário eleitoral.

3. Nova Constituição

Após as eleições, o Governo submeteu ao Congresso o projeto de Constituição, que por oito meses vinha sendo elaborado e discutido, recebendo opiniões de juristas e políticos. O Governo considerava que, com esse projeto e com a reformulação da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e a efetivação da Reforma Administrativa, asseguraria ao Governo Costa e Silva o instrumental necessário para a volta à normalidade democrática, com a continuidade da obra revolucionária.

Quando o Congresso se reuniu para examinar o projeto de Constituição, um dos temas dominantes no ambiente político era o chamado Pacto de Lisboa, que acabara de ser firmado entre Lacerda e Kubitschek. As proposições desse pacto eram de diver-

gência em relação ao Governo e não se podia esperar que pudesse colaborar no esforço de normalização institucional que se realizava no País. Não havendo eleições previstas a curto prazo, seus propósitos só podiam ser tomados como de enfrentamento aó Governo.

Apesar desse evento, o Governo declarou que considerava peremptos os artigos 15 e 16 do AI-2, não devendo haver cassação de mandatos, nem durante nem após a discussão do projeto constitucional.

O Congresso esteve reunido de 12 de dezembro a 20 de janeiro, e neste período foram acolhidas 343 emendas das centenas apresentadas, sendo boa parte delas de iniciativa da oposição.

A eleição indireta para presidente foi inserida no projeto por iniciativa do Senador Daniel Krieger, que, segundo o jornalista Castello Branco (1), "exprimindo o pensamento dominante dos civis, era pela manutenção da eleição indireta a fim de resguardar-se de agitação política o começo do novo Governo".

Do projeto original, o capítulo sobre Direito e Garantias Constitucionais foi o que sofreu maior alteração. Foi emendado radicalmente, tendo sido substituídos todos os seus dispositivos. Também no artigo 150 o Governo concordou com alterações, mantendo apenas a suspensão de direitos políticos, dentre as diversas restrições ali inseridas à Declaração de Direitos. Essa modificação pareceu suficiente ao MDB para justificar um compromisso de votação da emenda do Governo.

O Senador Afonso Arinos, que vinha prestando assistência ao projeto, mostrava-se satisfeito, chegando a prever uma votação unânime das partes fundamentais do projeto e a declarar que o Brasil "*irá ter, afinal, uma Constituição que não nos intimida nem nos envergonha*". Considera o Senador, diz Castello Branco, que as modificações introduzidas no projeto o aperfeiçoam substancialmente (2).

No dia 24 de janeiro de 1967, a nova Constituição é promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara. Tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática.

---

(1) Castello Branco, Carlos: "Os militares no poder", vol.1; Ed. Nova Fronteira, pág. 610.
(2) Idem, pág. 637.

4. O Movimento Estudantil inicia o enfrentamento

Se o ano anterior marcou o início das manifestações organizadas do Movimento Estudantil, o ano de 1966 foi importantíssimo para esse movimento, pois demonstrou, aos estudantes, ser possível o enfrentamento direto com as forças policiais.

Por outro lado, a luta interna nas organizações comunistas, caracterizada pela divisão entre radicais e moderados, levava a maior parte dos universitários politizados a insurgir-se contra a orientação chamada de "reformista" e a fortalecer as dissidências desses partidos, particularmente do PCB.

Nessa época, as bandeiras básicas dos estudantes eram as lutas contra os acordos MEC-USAID, contra a privatização do ensino e o pagamento das anuidades e pelas "liberdades democráticas" e contra a "ditadura".

Em meados de março, a atuação policial contra uma passeata estudantil, realizada em Belo Horizonte, desencadeou novas passeatas de solidariedade em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de manifestações em Curitiba e em Vitória. Para dificultar a intervenção policial, algumas técnicas novas foram executadas, como a de desmobilizar e reagrupar com rapidez, a de caminhar por entre os carros e a de cantar o Hino Nacional.

O "CACO-Livre", entidade que sobreexistia ao fechamento do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil, afirmava, em panfleto, a necessidade de "derrubar a ditadura" e a possibilidade de "resistir ativamente à repressão policial", através de "um preparo cada vez maior".

Nesse primeiro semestre de 1966, o Movimento Estudantil prosseguiu em contínuo ascenso, até que, em 28 de julho, a UNE realizou o seu XXVIII Congresso, clandestinamente, nos porões do convento dos padres franciscanos, em Belo Horizonte. Burlando o cerco policial, cerca de 300 delegados elegeram o mineiro José Luiz Moreira Guedes como presidente, prosseguindo o domínio da Ação Popular sobre a entidade.

Em setembro, numa tentativa de minimizar a crescente agitação estudantil, o Governo lançou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). De nada adiantou.

Politizada, ideologicamente conduzida e sentindo-se suficientemente forte, a UNE fez desencadear sucessivas greves, passeatas e manifestações em todas as principais capitais brasileiras, com enfrentamentos diretos com as polícias.

Em 18 de setembro, uma greve geral, demonstrando a influência da UNE, paralisou todas as universidades do País.

O "Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura", comemorado no dia 23, provocou distúrbios estudantis, de Porto Alegre a Belém. No Rio de Janeiro, depois de uma passeata em que a palavra de ordem foi "Povo organizado derruba a ditadura", 600 estudantes ficaram encurralados na Faculdade Nacional de Medicina, na Avenida Pasteur. Na madrugada do dia 24, a Polícia Militar invadiu a Faculdade e prendeu dezenas de estudantes.

Tal ação, que ficou conhecida como o "Massacre da Praia Vermelha", se não foi uma vitória do enfrentamento estudantil, pelo menos serviu como um ponto de referência para a radicalização, que desembocaria nas manifestações de 1968.

Em novembro de 1966, o desligamento oficial das dissidências universitárias do PCB passou o controle do Movimento Estudantil da Guanabara aos estudantes que defendiam a luta armada.

5. Cuba e a Tricontinental, a OLAS e a OCLAE

Em 1966, julgando-se detentora de uma nova doutrina guerrilheira, Cuba promoveu uma série de eventos — congressos, conferências, reuniões, etc. —, buscando a posição de líder da revolução na América Latina(3).

De 3 a 15 de janeiro de 1966, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida, simplesmente, como a "Triconti-

(3) Na época, já existia a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e da África (OSPAA), orientada pela China Comunista. Em fevereiro de 1963, em Tanganica, realizara-se a III Conferência da OSPAA, na qual Cuba lançou a idéia de estender as atividades da organização para a América Latina. Na IV Conferência da OSPAA, realizada em maio de 1965, em Gana, decidiu-se que, no ano seguinte, essa Organização iria realizar uma conferência em Cuba, para integrar-se à América Latina.

nental"(4).

À Conferência Tricontinental compareceram representantes comunistas de 82 países, dos quais 27 latino-americanos, num total de 483 delegados. A delegação do Brasil foi integrada por Aluísio Palhano e Excelso Ridean Barcelos, indicados por Brizola; Ivan Ribeiro e José Bustos, pelo PCB; Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, pela Ação Popular; e Félix Ataíde da Silva, ex-assessor de Miguel Arraes e que residia em Cuba.

Durante todo o encontro, a tônica foi a defesa da luta armada, desde o discurso de abertura, pronunciado pelo Presidente de Cuba, Oswaldo Dórticos, quando afirmou que "todos os movimentos de libertação têm o direito de responder à violência armada do imperialismo com a violência da Revolução", até o encerramento, com a afirmação de Fidel Castro de que a luta revolucionária deveria estender-se a todos os países latino-americanos.

Na "Declaração Geral" aprovada, afirma-se "o direito geral dos povos para obter sua libertação política, econômica e social pelos caminhos julgados necessários, incluindo a luta armada". Recomenda, também, "incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional" e faz chamamento às organizações femininas e sindicais. No campo cultural, defende a publicação de "obras clássicas e modernas", a fim de "romper o monopólio cultural da chamada civilização ocidental cristã".

Para fazer cumprir os acordos e dirigir o processo subversivo, a Tricontinental criou a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAL), com sede em Havana, dirigida por um secretariado composto por um secretário-geral, cubano, e 12 secretários, 4 de cada continente.

Em 16 de janeiro de 1966, um dia depois do término da Tricontinental, reuniram-se as delegações dos 27 países latino-americanos que participaram da Conferência e criaram a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

---

(4) A China pretendia estender sua influência à América Latina. Entretanto, a União Soviética não via com bons olhos essa influência e, veladamente, manobrou para que Cuba e a Tricontinental permanecessem sob a sua orientação, isolando os chineses. Durante os debates, a questão sino-soviética acirrou os ânimos. Ao final, a China, derrotada, ficou apenas com a sua própria OSPAA.

Num folheto, posteriormente distribuído a diversos países da América Latina, denominado "Que es la OLAS", aparece a sua finalidade, que era a de "unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina"(5).

Integrada pelos Comitês Nacionais dos diversos países — partidos e organizações comunistas que aceitaram as resoluções da Tricontinental —, a OLAS passou a ser dirigida por um Comitê de Organização, constituído por representantes do Brasil, Cuba, Colômbia, Guiana, Guatemala, México, Peru, Uruguai e Venezuela. A secretaria-geral foi entregue à cubana Haydée Santamaria e o representante brasileiro era Aluísio Palhano.

A partir de sua criação, a OLAS passou a preparar a realização de sua primeira Conferência, prevista para julho de 1967.

Um outro importante evento patrocinado por Cuba, foi o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV CLAE), realizado de 29 junho a 11 de julho de 1966, em Havana, cujo representante brasileiro foi o então presidente da UNE, José Fidélis Augusto Sarno, militante da Ação Popular.

A IV CLAE aprovou uma "Resolução Geral", na qual os estudantes proclamavam "solenemente que a luta armada constitui, hoje, a mais efetiva e conseqüente forma de luta" e que "a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária".

Para instrumentalizar suas resoluções, a IV CLAE criou a Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), com sede em Havana e dirigida por um secretariado permanente, ao qual foi designado, como representante brasileiro, José Jarbas Diniz Cerqueira, militante da Ação Popular.

Cuba, assim, passou a dispor de dois instrumentos para exportar a sua revolução, a OLAS e a OCLAE, que, nos anos seguintes, injetariam recursos, difundiriam o foquismo e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina.

---

(5) Sobre a OSPAAL e a OLAS, esclarece o folheto: "A OSPAAL trabalha para unificar, coordenar e impulsionar a luta contra o imperialismo e o colonialismo no âmbito de três continentes. A OLAS, no âmbito de um único: América Latina".

No Brasil, a efervecência do Movimento Estudantil e o processa de luta interna nas organizações comunistas, causado pelas discussões entre a luta armada e a via pacífica, proporcionaram um campo fértil para a propagação das idéias revolucionárias cubanas, desaguando na radicalização do processo subversivo e na formação de dezenas de organizações militaristas, de linha foquista.

6. O Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN)

Nos primeiros meses de 1966, a I Conferência Tricontinental de Havana e a criação da OLAS agitaram os três grupos de exilados brasileiros no Uruguai, já conscientes do fracasso da Frente Popular de Libertação. Em março, esses gurpos realizaram diversas reuniões, com a finalidade de formar uma frente única. Entretanto- enquanto o grupo de Brizola acreditava que dentro do Brasil afloraria um movimento contra o Governo, o grupo militar não concordava com essa posição e afirmava que a revolução armada era a única forma de tomada do poder.

Este grupo preconizava a criação de uma estrutura clandestina, conduzida por uma liderança conhecida e atuando no Brasil. Para ela, a presença física de Brizola no Brasil era a condição indispensável para o início do movimento. Na verdade, os militares viviam um dilema. Apesar de pretenderem a liderança de Brizola, como elemento catalizador do movimento, relutavam em aceitá-la, em conseqüência de repetidos fracassos de suas tentativas subversivas, qualificadas como aventuras irresponsáveis.

A convicção revolucionária de Brizola não era tão grande a ponto de levá-lo a se expor fisicamente, liderando um movimento revolucionário no interior do país. Essa posição constituiu-se no ponto de ruptura entre os dois grupos.

Em 20 de maio de 1966, realizou-se uma reunião do grupo militar na residência do ex-Almirante Cândido de Assis Aragão, em Montevidéu, sendo constituída a organização que iria atuar clandestinamente no Brasil, o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN). Ficou estabelecido que o MRMN desencadearia, inicialmente, uma série de atos de terrorismo contra alvos ligados aos interesses norte-americanos no Brasil, passando numa segunda fase à eliminação física dos membros do "Peace Corps" e de

outros norte-americanos, tachados de "agentes da CIA e do imperialismo". O MRMN acreditava que os atos terroristas provocariam uma repressão violenta, que, por sua vez, conduziria ao clima visado pela organização, denominado de "autodefesa das massas". O movimento, a partir daí, ganhando mais adeptos, desagúaria na revolução armada, a partir de ações de guerrilhas bem constituídas. As bases do movimento seriam levadas ao Rio Grande do Sul, com a idéia de recrutar militares e civis, que participariam da organização formando "núcleos de resistência em várias cidades do Brasil (6).

Em 26 de maio de 1966, o MRMN deu publicidade ao manifesto "Ao Povo Brasileiro", no qual transmite uma imagem hegemônica e imperialista do Brasil na América do Sul. No início de junho, os "militares" do MRMN tentaram uma aproximação com o grupo sindical de exilados (7). A tentativa não teve êxito. Os sindicalistas acreditavam que a tentativa dos ex-militares prejudicaria o trabalho que Dante Pelacani estava desenvolvendo em São Paulo, em ligação com Benedito Cerqueira e com a Federação Sindical Mundial. Ainda em junho de 1966, o MRMN entrou em contato com o Comitê de Apoio a Cuba, a fim de obter o seu reconhecimento político.

Em 15 de junho, Jango realizou uma reunião, em sua residência, com o MRMN, quando prometeu auxílio financeiro ao movimento (8).

Debatendo-se em busca de reconhecimento político e de apoio financeiro, o MRMN saiu do imobilismo, realizando, em 21 de outubro de 1966, um atentado a bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco, em Montevidéu, executado por Gualter de Castro Mello, Tito Guimarães Filho e Arnaldo Magno de Araújo.

Em dezembro de 1966, a direção do MRMN decidiu mudar o nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN), que

(6) Inicialmente, a chefia do MRMN coube ao ex-Almirante Cândido Aragão. Posteriormente, por problemas de saúde, Aragão entregou o comando a Alfredo Ribeiro Daudt e a Emanoel Nicoll. Integrariam o MRMN os ex-militares exilados no Uruguai e em outros países, ex-militares cassados no Brasil e, clandestinamente, alguns militares ainda em serviço ativo.
(7) Os "militares" foram representados por Alfredo Ribeiro Daudt, Emanoel Nicoll e Jacy Pereira Lima, e os "sindicalistas" por Osvaldo Pacheco, Osmildo Stafford da Silva, Luís Cláudio Braga Duarte e Dante Pelacani.
(8) Tentando ficar acima dos grupos, Jango criou um Comitê para coordená-los, integrado por: Emanoel Nicoll, representando o grupo militar; Dante Pelacani, o sindical; Neiva Moreira, os brizolistas; e Darcy Ribeiro, representando o pr[illegible]iativa porém não prosperou.

utilizava, como símbolo, uma rã (9). Ficou prevista a ida de Aragão, Daudt e Arnaldo Magno de Araújo a Cuba, a fim de conseguir recursos para enviar seus militantes para realizarem cursos de guerrilha em Cuba e na Coréia do Norte. A RAN lutava para afirmar-se e ser reconhecida.

7. Brizola e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)

Por ocasião da I Conferência Tricontinental, em janeiro de 1966, Brizola, buscando ser reconhecido como grande líder da revolução brasileira, enviou a Havana um seu representante, Aluísio Palhano, membro do ex-CGT.

Rompido com o grupo militar do MRMN e pressionado, de um lado, por Cuba, para justificar os recursos financeiros que vinha recebendo, e, por outro lado, pelos seus seguidores, descontentes com a falta de um plano para o retorno, Brizola criaria, em 1966, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Com a idéia de implantar a guerra de guerrilhas no campo, com o apoio de um movimento urbano, o MNR articulou-se, basicamente, em dois núcleos: o primeiro, sediado em Montevidéu, que manipulava a organização, e o segundo, no Rio de Janeiro, onde se situava o Comando Nacional. Havia, ainda, ligações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De Montevidéu, Brizola chefiava as articulações, em companhia do ex-Coronel do Exército Dagoberto Rodrigues, seu assessor militar, além de outros, como Almino Afonso, Paulo Schilling, Paulo Mello e Moysés Kupperman. No Rio de Janeiro, a direção era de Bayard Demaria Boiteaux, assessorado por Amadeu de Almeida Rocha, no campo político, e pelo ex-Capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, no campo militar (10).

Para a formação dos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio de Cuba. O treinamento iniciava-se em Pando, no Uruguai, numa estância de propriedade de Izidoro Gutierrez, ex-vereador de Uru

---

(9) Com o objetivo de angariar o apoio financeiro do Partido Comunista Uruguaio e da OLAS, a RAN pretendia lançar um manifesto assinado por Aragão nas principais capitais brasileiras e pichar muros para popularizar a nova sigla.

(10) Havia, também, no Rio de Janeiro, um "colegiado de intelectuais", do qual faziam parte, dentre outros, Amadeu Thiago de Melo, Antonio Carlos Callado, Gabriel Obino, Otto Maria Carpeaux, Ana Araújo de Arruda Albuquerque e Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos. O jornalista Flávio Tavares funcionava como "pombo-correio" entre o Brasil e o Uruguai.

guaiana, ligado a Brizola. Os elementos selecionados eram enviados a Paris, via aérea, onde eram recebidos por Max da Costa Santos, que "legalizava" seus documentos. Daí, seguiam para Praga, onde um funcionário cubano os embarcava em aviões cubanos, em direção a Havana. Diversos ex-militares foram treinados em guerrilhas, durante cerca de três meses, na região de Pinar del Rio, em Cuba.

A idéia inicial de Brizola era instalar três focos de guerrilha. O primeiro seria no norte do Rio Grande do Sul, liderado pelo ex-Sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira. O segundo, no Brasil Central, sob a responsabilidade de Flávio Tavares. O terceiro foco localizar-se-ia em Mato Grosso, sob a orientação de Dagoberto Rodrigues. A morte do ex-Sargento Manoel Raimundo Soares, participante do primeiro grupo, provocou a transferência do foco para a região de Caparaó, na Serra do Mar, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O ano seguinte veria, mais uma vez, o fracasso das tentativas de Brizola e seu Movimento Nacionalista Revolucionário.

8. O acirramento da luta interna no PCB

Para o PCB, o ano de 1966 foi marcado pelo acirramento da luta interna entre "moderados" e "radicais", surgida desde 1964.

Por um lado, os "moderados", dominando o Comitê Central com cerca de 2/3 de seus membros, iniciavam um trabalho de massa e procuravam neutralizar a influência dos "radicais" (11).

Por outro lado, o crescimento da influência cubana no cenário revolucionário latino-americano — com a realização da Tricontinental de Havana e a criação da OSPAAL e da OLAS, em janeiro de 1966 — incentivava os "radicais" a exigirem uma posição mais firme da cúpula do Partido.

Em junho, pressionado e procurando dar uma satisfação à ala

---

(11) Nessa linha, o PCB apoiou o MDB nas eleições de novembro de 1966, contra a proposta do voto nulo, e incentivou a atuação junto aos sindicatos, inclusive apoiando, em dezembro, o I Congresso da CONTAG. Estimulou um movimento de protesto da intelectualidade contra o que chamava de "terror cultural" e, no campo, iniciou um trabalho "em colaboração, particularmente, com elementos progressistas do clero católico". Carneiro Pessoa, R.: "PCB: Vinte Anos de Política", Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, página 88.

radical, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, na qual criou uma Seção de Trabalhos Especiais, que entre outras atribuições, tinha o encargo principal de preparar o Partido para a luta armada. No mês seguinte, enviou 10 militantes para realizarem um curso de guerrilhas em Moscou (12).

Tais providências, entretanto, não satisfizeram os radicais. Já constituídos na denominada "Corrente Revolucionária", levavam suas idéias aos Comitês Estaduais de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e ao Comitê Metropolitano de Brasília, provocando o surgimento de dissidências internas, embriões de futuros "rachas" no PCB.

Em 10 de dezembro de 1966, Carlos Marighela, um dos líderes da "Corrente Revolucionária", contando com o apoio do PC cubano, enviou uma "Carta à Executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva do PCB (ainda permanecendo no Comitê Central) e demarcava a sua postura revolucionária:

"O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande, e existe entre nós uma situação insustentável".

"... desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas..."

As divergências acentuavam-se cada vez mais. O processo de preparação do VI Congresso, previsto para 1967, obrigaria o PCB a tomar enérgicas providências para afastar as tendências guerrilheiras que ameaçavam galvanizar o Partido.

9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada

Em fins de março de 1966, no Rio de Janeiro, o PC do B realizou uma reunião do Comitê Central, na qual foi aprovado o documento "O Marxismo-Leninismo Triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro)".

Nesse documento, o PC do B posiciona-se contra Fidel Castro e contra a União Soviética e defende a China e Mao Tsetung. Cita os discursos de Fidel Castro de 1º de janeiro, de 6 de fevereiro e de 13 de março de 1966, condenando-o pelos ataques à China. Critica a criação, durante a I Conferência Tricontinental de Havana, "de um comitê para coordenar, na América Latina,

(12) Participaram desse curso, entre outros: Fernando Pereira Cristino, Manoel Messias da Silva, Nilson Amorim de Miranda, Osmundo Bezerra Duarte, Paulino Vieira, Sebastião Pafuni, Tomaz Antonio da Silva Meirelles Neto e Khalil Dib.

as lutas de libertação nacional" (13).

Em junho, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Nacional do PC do B aprovou o seu Estatuto e as Resoluções Políticas, estabelecendo a estratégia e a tática. Um importante documento foi aprovado nessa Conferência — "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista" —, no qual o PC do B amplia e detalha o documento de agosto de 1964 (14).

1966 O principal aspecto desse documento é o chamamento à Guerra Popular e à luta revolucionária no campo:

"É imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta da luta de massas".

"A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de Guerra Popular... que implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo".

Nas últimas linhas, um presságio sombrio atestava o início da preparação do PC do B para a luta armada:

"A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas..."

Na VI Conferência foi eleito um novo Comitê Central, integrado por 21 membros efetivos e 11 suplentes (15), e iniciada uma luta interna no PC do B, concluída, alguns meses depois, com a formação de duas novas organizações, a Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário.

---

(13) O PC do B diz que é "farisaísmo" o que Fidel vem fazendo ao tentar criar essa "espécie de marxismo-leninismo para a América Latina", pois "o marxismo-leninismo é universal e não existe um marxismo-leninismo latino-americano como não há marxismo-leninismo russo ou chinês". Enaltece Mao Tsetung, afirma que ele é "o maior marxista-leninista de nossos dias, valoroso revolucionário, admirado e acatado em todo o mundo".

(14) Sobre os Estados Unidos, afirma que o país "ultrapassa em crueldade e banditismo o próprio Hitler e é o pior e o principal inimigo da humanidade, o agressor mais feroz e insolente da história". Defende a China e a Albânia e ataca a Rússia, o Partido Comunista da União Soviética e o revisionismo do PCB.

(15) Os principais membros do Comitê Central eram: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini, Lincoln Cordeiro Oest, Lincoln Bicalho Roque, Dynéas Fernandes Aguiar, José Duarte, Elza Lima Monnerat, José Huberto Bro[illegible] Rodrigues.

10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B

Em 1966, duas dissidências surgiram no bojo da luta interna no PC do B, aguçada na sua VI Conferência Nacional, realizada em junho. A primeira, liderada por Ricardo Zarattini Filho, Amaro Luiz de Carvalho e, posteriormente, Manoel Lisboa de Moura, deu origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). A segunda, liderada por Tarzan de Castro, Diniz Cabral Filho e Élio Cabral de Souza, veio a formar a Ala Vermelha (AV).

A dissidência que deu origem ao PCR, em maio de 1966, ainda antes da VI Conferência do PC do B, emitiu o documento "Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários", considerada como o documento-base do Partido. Na introdução dessa Carta, há a crítica ao PC do B, acusado de "esconder a sua verdadeira face reformista para os comunistas e revolucionários" e de utilizar "toda uma fraseologia e o rótulo da ideologia revolucionária num recipiente cujo conteúdo era uma prática burguesa".

Entretanto, a linha política estabelecida na "Carta de 12 Pontos..." era, em quase tudo, semelhante à do PC do B: caracterizava o inimigo principal como sendo o imperialismo norte-americano; defendia a aliança operário-camponesa e a guerra popular prolongada através da guerra de guerrilhas; e estabelecia o campo como mais importante para a revolução do que as cidades. Só se diferenciava do PC do B quando privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução e quando afirmava que a "frente única com a burguesia nacional" só poderia ser efetuada depois da "formação das forças armadas populares, atraves do próprio desenvolvimento da guerra popular".

A dissidência que deu origem à AV formou-se a partir de elementos oriundos, em sua maioria, das Ligas Camponesas, que haviam feito cursos de guerrilha na China. Influenciados pelas idéias foquistas, pensavam em fundi-las com as de Mao Tsetung e criar um "foco revolucionário no campo".

No início, a idéia da criação de uma ala dentro do PC do B era, ainda, difusa e sem possibilidades de existência concreta, em virtude do rígido controle partidário. Os defensores dessa denominada Ala Vermelha do PC do B continuavam a propagar suas idéias individualmente, argumentando que não desejavam seccionar o PC do B mas, somente, contribuir para a redefinição de sua

linha política, ainda mantendo a fidelidade partidária.

Entretanto, o PC do B, não aceitando essas idéias "divisionistas e fracionistas", expulsou os dirigentes e seguidores do Partido Comunista Revolucionário e da Ala Vermelha do PC do B, ainda em 1966.

No ano seguinte, essas duas dissidências debater-se-iam com os problemas internos de organização e de definição da linha política e, somente em 1968, apareceriam como mais duas organizações atuantes no conturbado cenário da luta armada no Brasil.

11. A AP intensifica suas atividades

As modificações introduzidas pela "Resolução Política" do Comitê Nacional, em 1965, provocaram a intensificação e a radicalização das atividades da Ação Popular no Movimento Estudantil.

Iniciadas como contestação à "Lei Suplicy", as manifestações de rua, passando pela fase da luta contra os acordos MEC-USAID, ganharam nítidos contornos de confrontação ao Governo.

Para unificar o movimento e estendê-lo aos demais segmentos da sociedade, a AP criou o Movimento Contra a Ditadura (MCD) e lançou-se na campanha pelo voto nulo nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966.

De 29 de junho a 11 de julho de 1966, a AP enviou o seu militante José Fidélis Augusto Sarno à IV Conferência Latino-Americana de Estudantes, realizada em Havana. Criada a OCLAE, o militante da AP José Jarbas Diniz Cerqueira foi designado como o representante permanente da UNE.

A eleição do seu militante José Luiz Moreira Guedes para a presidência da UNE, durante o XXVIII Congresso, realizado em julho, em Belo Horizonte, preservou a hegemonia da AP no meio universitário. Enquanto isso, a influência no meio secundarista continuava assegurada pelas ligações que a organização mantinha com a Juventude Estudantil Católica e pela sua decisiva participação na reorganização da UBES.

A AP solidificava o seu domínio no Movimento Estudantil. As orientações contidas no documento "Resolução Política", também, levaram a AP à retomada dos trabalhos no meio operário e no campo.

Escolhido o setor metalúrgico como o mais sensível e o mais organizado, iniciou trabalhos de infiltração na capital de São Paulo, na região do ABC paulista e em Contagem, junto a Belo Horizonte.

No campo, o trabalho orientado pela AP consistiu em dar prosseguimento a uma tarefa semelhante à realizada pelo Movimento de Educação de Base, antes de 1964 (16). As áreas escolhidas pela organização para fomentar as lutas camponesas foram o conturbado Vale do Pindaré, no Maranhão, a região de Água Branca, em Alagoas, a "Zona da Mata", de Pernambuco, e a zona cacaueira do sul da Bahia.

Para uniformizar e sistematizar as orientações de seu Comando Nacional, a AP iniciou, nesse ano de 1966, a publicação do jornal "Revolução", contendo as diretrizes para a atuação da organização.

12. O refluxo do PORT

No início do ano anterior, o PORT concretizara a aliança com Brizola, através da assinatura do "Pacto de Montevidéu". Com isso, os dólares cubano-brizolistas passaram a rechear os cofres de Posadas sem que, entretanto, o PORT contribuísse, significativamente, para o avanço da Frente Popular de Libertação (17).

Somente em dezembro de 1965, apareceu uma ação na qual o PORT teve referência: a "Operação Tartaruga", desencadeada pelos estivadores e portuários de Santos, na luta por aumento salarial. Ela foi conduzida por elementos comunistas, em nome da Frente Popular de Libertação.

A partir de 1966, o descontentamento com Brizola levou o PORT a um refluxo, mantendo-o apenas em atividade de massa. Seu evento mais importante foi a realização da VI Conferência Nacional, em São Paulo, onde o próprio Posadas compareceu e ministrou aulas aos quadros do partido.

(16) A luta camponesa apoiava-se no anseio pela posse da terra. Os camponeses, orientados para atuar em grupos, realizavam tarefas que, supostamente, estariam ligadas à defesa de seus interesses. O corte das cercas de arame das propriedades — atividade conhecida como "pinicada de arame" — e o abate, a tiros, do gado que estivesse nas roças camponesas eram atividades incentivadas pela AP.

(17) Em 21 de fevereiro de 1965, a prisão em São Paulo de Tullo Vigevani, membro do Bureau Político do PORT, não afetou a organização, pois a polícia ainda desconhecia a sua grande importância política, libertando-o pouco tempo depois.

13. A POLOP consolida a sua doutrina

A falta de apoio financeiro de Brizola não interrompeu o planejamento do foco guerrilheiro pela POLOP. Entretanto, os constantes boatos de levantes, provenientes do Uruguai, prejudicavam a preparação da guerrilha. Brizola, além de não auxiliar, ainda atrapalhava.

No início de 1966, após realizar um balanço político e material, a direção da POLOP resolveu adiar o projeto foquista, colocando-o numa perspectiva a longo prazo. Em conseqüência, em abril desse ano, em São Paulo, a organização realizou um Pleno Nacional (18), no qual foram aprovadas as "Teses de Tiradentes", que configuravam a POLOP como um "movimento operário independente", ao qual se subordinariam a agitação, as alianças com outras forças proletárias e até a guerrilha. A pequena e a média burguesia estariam, inicialmente, excluídas do contato com o movimento, até que este se fortalecesse e se tornasse imune às investidas da ideologia burguesa (19).

14. Um mil novecentos e sessenta e seis

Durante o ano de 1966, sentiu-se a intranqüilidade reinante no campo social, principalmente entre o operariado e os assalariados, de uma maneira geral, que arcaram com o maior ônus de uma política econômica austera, conduzida com determinação, mas que não mostrara ainda seus frutos.

No campo político, igualmente, a situação não fora tranqüila. Havia restrições e descontentamentos; não vivíamos na plenitude do regime democrático. O processo de escolha dos governantes, diferente do usual, embora garantisse a alternância no poder, não era bem visto por boa parte da população dele alijada.

---

(18) Esse Pleno contou com a participação do Comitê Nacional e de delegados das Secretarias Regionais de SP, GB, MG, BA , GO, PR e PE.

(19) A definição e a consolidação ideológicas da POLOP iniciaram-se a partir de abril de 1966, com os textos doutrinários "Aonde Vamos", de Érico Czackes Sachs, conhecido como "Ernesto Martins". Esses textos, em número de quatro, e os documentos "Estado e Classe, Ditadura e Democracia" e "Mais uma vez a pequena-burguesia", também de "Ernesto Martins", acrescidos do "Perspectiva da Situação Política e Social do Brasil", de Rui Mauro de Araújo Marini, e do "A Guerra Revolucionária no Brasil e os Ensinamentos de Mao", de Eder Simão Sader, o "Raul Villa", serviram de base para a formulação do "Programa Socialista para o Brasil", documento que seria aprovado no ano seguinte.

Nesse ano, ocorreram os primeiros atentados terroristas, que, apesar das mortes que provocaram, eram considerados, por observadores menos avisados — que neles não desejavam ver conotações ideológicas —, como expressão desses descontentamentos.

Olhando, porém, de outro ângulo — que não o dos que haviam sido despojados do poder ou dos impacientes, cujo inconformismo com a situação refletia apenas suas ambições pessoais —, essa situação não se mostrava tão desestimuladora. Pelo contrário, tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática. Menos de três anos depois de uma Revolução, cumpria-se à risca o calendário eleitoral: um novo presidente da república — que muitos apostavam que ao chegar ao poder iria "virar pelo avesso" a política vigente — estava eleito e iria tomar posse em breve; e o Congresso Nacional estava em vias de aprovar uma nova Constituição, para cuja elaboração concorreram a oposição e eminentes juristas.

No entanto, pontos de vista à parte sobre a situação interna, e independentemente dela, ocorreram fatos, particularmente no exterior, que iriam influir de maneira decisiva nos destinos do País nos próximos anos, lançando-o à guerra revolucionária.

Usando Cuba, o Movimento Comunista Internacional criara organismos destinados a orientar, incentivar e apoiar a luta armada no continente. Das resoluções secretas da I Conferência Tricontinental, reproduzimos trechos da parte referente ao Brasil, a qual, a um só tempo, mostra a ingerência do Movimento Comunista Internacional e demonstra que a situação interna do País apenas consta dessas cogitações na medida em que se afigura favorável à exploração revolucionária: "*O Brasil é o território ideal para a guerra de guerrilhas. É país limítrofe com quase todos os países sul-americanos e nosso trabalho ali será facilitado pelo fato mesmo de existir uma oposição difusa e natural ao regime militarista de Castelo Branco. Até Lacerda é agora oposicionista(...) O Partido Comunista e os grupos socialistas afins estão dispostos a capitalizar todo o descontentamento, fortalecendo as guerrilhas, lançando-as de diversos pontos do vasto território do Brasil*". Em seu discurso de encerramento dessa Conferência, Fidel Castro dizia: "*A luta antiimperialista na Guatemala, Colômbia, Venezuela e República Dominicana, deve estender-se ao Brasil, Paraguai e Argentina e a todos os países da América Central*".

Ao término dessa Conferência, era criada a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), destinada a "unificar, coordenar e impulsionar" a luta armada na América Latina. Atendendo à recomendação da Tricontinental, de "incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional", durante o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV CLAE), proclamou-se solenemente que "a luta armada constitui, hoje, a mais efetiva e conseqüente forma de luta". Afirmou-se ainda que "a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária". Para instrumentalizar suas resoluções, o IV CLAE criou a Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE).

Nos anos seguintes, essas organizações injetariam recursos, difundiriam o "foquismo" como forma de luta e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina. Suas resoluções e recomendações, de imediato, acirraram as discussões entre as correntes que, no interior dos partidos comunistas e demais organizações subversivas, propugnavam, respectivamente, pela chamada "via pacífica" e pela luta armada.

No PCB, tornou-se crítica a disputa entre "moderados" e "radicais", forçando o Partido a aproximar sua linha política da destes últimos, e enviar militantes a Moscou para freqüentar cursos de guerrilha, na tentativa de evitar uma dissidência. Com essas medidas, conseguiu adiar um "racha", concretizado mais tarde entre os jovens. No final desse ano, deu-se o desligamento oficial das dissidências universitárias, que, buscando criar suas próprias organizações, iriam levar a luta armada para o Movimento Estudantil.

Ligado ideologicamente ao Partido Comunista Chinês, o PC do B criticou a criação da OLAS, por refletir, no seu entendimento, a tentativa de criar um marxismo-leninismo latino-americano, vendo-se forçado, por aqueles posicionamentos, a fazer um chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo. Essas providências não seriam suficientes para evitar o surgimento de facções que se formavam no interior do Partido, influenciadas pelas idéias foquistas. Ainda nesse ano, os dirigentes dessas facções seriam expulsos do Partido e iriam criar, em breve, duas novas organizações subversivas militaristas.

Esse incentivo à luta armada, partido de Cuba, afetaria também os exilados, particularmente os radicados no Uruguai, tornando-os impacientes quanto ao imobilismo a que tinham sido levados. Uma parcela desses elementos, o Grupo Militar, criou o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), para atuar clandestinamente no Brasil, tentando obter do Comitê de Apoio a Cuba o seu reconhecimento político. Posteriormente, decidiu-se pela mudança do nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN). Brizola, rompido com o MRMN, pressionado pelos seus seguidores e não desejando perder seu prestígio junto à Cuba, criou uma nova organização, o Movimento Nacionalista Revolucionário, que se articulou em dois núcleos, um no Uruguai e outro no Brasil. Para o preparo de seus quadros, essa organização recebeu o apoio de Cuba e iniciou o envio de militantes a esse país para a realização de cursos de guerrilha.

Mas seria no Movimento Estudantil, pela própria impetuosidade dos jovens, que essa radicalização se faria sentir de forma mais imediata e acentuada. Isto se devia, de um lado, ao fato de a Ação Popular, organização subversiva que mantinha a hegemonia no Movimento Estudantil, haver, em julho de 1965, superado o que seus dirigentes chamavam de "período de transição, em que imperou a dispersão ideológica, política e organizativa", marcando a "ruptura com a perspectiva reformista" e adotando a tese da necessidade da tomada do poder através da luta armada. Defendia a Revolução como sendo "socialista e de libertação nacional", e que era, no fundamental, foquista (20). A organização iniciava sua fase revolucionária numa linha militarista e é evidente que essas idéias iriam contagiar o Movimento Estudantil. De outro lado, a essas influências somar-se-iam o repúdio à orientação dita "reformista" das dissidências universitárias do PCB, agora desvinculadas do Partido, e as influências da OCLAE, onde a UNE tinha um representante permanente.

Tanto a Ação Popular como as Dissidências Universitárias comunistas necessitavam de quadros e iriam suprir-se no Movimento Estudantil. Para isso, nada melhor que explorar o idealismo dos jovens, sob o pretexto de uma "heróica luta contra a ditadura", para lançá-los no enfrentamento direto com as forças policiais, visando a cooptá-los para a atuação nas organizações em processo formação ou de crescimento.

(20) Dados retirados da Resolução da Comissão Executiva Provisória, da Direção Nacional da Ação Popular, de abril de 1970, na parte intitulada "Quais as origens da atual crise orgânica?"

A decisão, porém, já estava tomada por quase uma dezena de organizações subversivas: a luta armada era a forma escolhida para a tomada do poder político. A maioria delas optara pelo "foquismo" ou "foco insurrecional", uma linha radical e militarista. À exceção das organizações em formação no Uruguai; que não tinham uma orientação político-ideológica coerente, todas as linhas marxistas-leninistas do Movimento Comunista Internacional aí estavam representadas. A luta armada apenas não se desencadeara porque a maioria das organizações subversivas não se considerava pronta para a ação. Estavam todas elas em laboriosa preparação.

Seria crível que qualquer mudança interna, no sentido de se alcançar a plenitude do regime democrático, desmobilizaria todo esse processo em curso?

CAPÍTULO IV

1967

1. Inicia-se a volta à normalidade

Com a posse do Marechal Costa e Silva no dia 15 de março de 1967, o País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. Não havia dúvida entre os políticos de que o novo Presidente se dispunha a respeitar essa situação. Aliás, o governo anterior, ao cumprir seus objetivos, não deixou de perseguir essa volta à normalidade.

Porém, logo em suas primeiras horas de existência, o novo governo seria submetido a um primeiro teste. Desafiado pelo jornalista cassado Hélio Fernandes, confinou-o, dando-lhe uma mostra dos processos políticos de que se valeria. Quatro dias depois da posse, a Frente Ampla deixa vazar para a imprensa um esboço de seu manifesto-programa, elaborado pela sua facção esquerdista, que preconizava, entre outras coisas: anistia geral, repudiando a tese da revisão dos processos de cassação; elaboração de uma constituição democrática, quando não haviam passados dois meses que a vigente fora promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara; e restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, processo de escolha que fora o preferido pelos políticos pelas razões expostas no capítulo anterior.

Esses testes não seriam os únicos e nem os mais provocativos, porém já davam uma idéia das dificuldades que o Governo iria enfrentar e os cuidados que deveria ter em suas decisões. Em contrapartida, havia uma expectativa otimista em relação ao novo governo. Essa esperança havia surgido, naturalmente, pelo caráter liberal das intervenções do Marechal Costa e Silva, quando da discussão do projeto de Constituição, e por suas características de homem comunicativo e simples. Politicamente, essa expectativa havia sido forjada pelos políticos que apostavam na incompatibilidade de Costa e Silva com Castelo Branco, na esperança de que, após a posse, o novo governo "multiplicaria por menos um" a política do governo anterior.

Dentro dessa idéia, divulgava-se que a administração Costa e Silva se iniciaria com a implantação de uma "Operação Impacto", sempre negada pelos membros do Governo. Não desencadea-

da a operação, passou-se a difundir que seria posto em prática um "Plano Alívio", que também não veio nos moldes exageradamente preconizados.

Quando o Marechal Costa e Silva deu as diretrizes de sua política externa, não foram poucos os que viram nela a forma escolhida para divergir da política anterior e que, transplantada para a área interna, "viraria essa política pelo avesso". Qualquer modificação processual ou simples ajustamento às novas realidades eram proclamados como o início da política revisionista. Foi preciso que o tempo escoasse para que se deixasse de crer que o revisionismo viria pelas mãos do Governo — pelo menos, não com a pressa que se desejava.

O novo governo buscava desenvolver sua política própria. Na área econômica, por exemplo, havia diferenças de filosofia entre as duas políticas, tal como a que dizia respeito à participação do capital estrangeiro na retomada do desenvolvimento. No setor do trabalho, encetou um ativo programa de organização dos sindicatos, mas sabia que não poderia promover, de imediato, modificações substanciais na política salarial sem que tornasse inútil o sacrifício feito nesses três anos. Era preciso que fosse dado mais tempo para que esse sacrifício pudesse reverter em benefícios.

As medidas tomadas pelo Governo mostravam que, ou não havia muito o que mudar, ou não havia, ainda, condições de fazê-lo. Na área política, porém, seriam enfrentados os maiores obstáculos.

2. As dificuldades políticas

A Revolução armara um nó que só podia ser desmanchado com o tempo e a compreensão de ambas as partes. As cassações de líderes populares e de militares não permitiam que esses homens retornassem ao cenário político fortalecidos pelos seus anos de "exílio" e pela ausência de êxito da Revolução, no curto prazo decorrido. Os revolucionários pensavam, e isto faz parte da experiência política, que seriam por eles hostilizados com sua volta prematura. Esse dilema, entre o desejo de afastar-se do poder e a necessidade de limitar o retorno político dos cassados, existia. Esse "nó" limitava qualquer possibilidade de anistia e outras modificações institucionais a curto prazo. A incompreen-

são desse aspecto tornaria a crise insolúvel, enquanto esse entendimento não fosse alcançado.

Na intimidade, o Presidente Costa e Silva considerava que, se tudo corresse bem, a revisão sistemática das punições — primeiro passo efetivo de pacificação nacional — podia ser iniciada dentro de 2 anos. Mas, para os que aspiravam a Presidência e outros cargos, 2 anos eram uma eternidade, além do que esse prazo poderia estender-se. Não acreditavam que o desejo dos líderes revolucionários e de suas já estreitas bases era fazer essa passagem pacífica do poder. Escolheram, então, o caminho que manteria o impasse: a imposição da anistia, de eleição direta e de novíssima constituição, já!

Apesar dos problemas que a esquerda do MDB, formada por Hermano Alves, Davi Lerer, Márcio Moreira Alves e outros, que Ivete Vargas apelidara de "imaturos", procurava criar, apesar da prisão de subversivos em Caparaó e no Triângulo Mineiro, que buscavam mudanças pela força das armas, e das escaramuças estudantis em Brasília, etc., o Governo dava mostras de que não desejava o agravamento político. Seu objetivo não era criar, mas eliminar tensões. Ele iria sistematicamente buscar a normalidade, enquanto isso fosse possível.

3. A Frente Ampla

A Frente Ampla que se apresentava como um movimento de oposição ao Governo Castelo Branco, se assim o fosse realmente, deveria ter perdido sua finalidade com a posse do novo governo. No entanto, na mesma semana em que este se iniciava, a Frente apresentava seu esboço de programa. Ela continuaria a mover-se em apoio a ambições pessoais e/ou de grupos.

Lacerda, porém, estava indeciso. Havia uma tendência em transformar a Frente em um terceiro partido, mas essa alternativa a enfraqueceria pois a colocaria em disputa com o partido da oposição. Talvez o melhor caminho para chegar ao poder fosse acercar-se dele e não enfrentá-lo, e Lacerda tentou essa aproximação.

Por outro lado, o MDB, ao mesmo tempo que desconfiava das intenções de Lacerda, discutia qual sua postura face à Frente: incorporá-la ou ser por ela incorporado? Sua facção de esquerda,

porém, não via incompatibilidades no processo, acostumada que estava com a história das frentes. Daí, o pronunciamento de Hermano Alves, o autor do manifesto-programa da Frente: "*o Partido é de oposição ao Governo, a Frente de oposição ao regime*". E ante a "*ignorância e a candura com que se faz o jogo dos soviéticos*", como diria Lacerda, só faltou acrescentar: derrubado o regime pela Frente, o Partido assume o poder e sobre os seus escombros implanta o regime de seus sonhos.

Diante dessas questões, a Frente passaria por um período de desaceleração. No dizer do deputado Martins Rodrigues, em julho, "*a Frente Ampla não está morta, mas está em ponto morto*".

Só no início de setembro, o Secretário da Frente, deputado Renato Archer, anunciaria o local de seu lançamento: Belo Horizonte. A data ainda não estava definida. Archer convocou os simpatizantes para a hora da definição e procurou tranqüilizar o MDB quanto ao caráter de competição da Frente com o partido. Deputados da ARENA também se dispuseram a participar da nova agremiação política.

A Frente já tinha uma bandeira: a da "democratização". No entendimento de seus dirigentes, ela deveria ir às ruas de modo a animar os parlamentares que, segundo eles, estariam imobilizados pelas limitações impostas pelo sistema dominante e só seriam libertados para promoverem retificações na Constituição através de movimentos de massa. A estratégia guardava incrível semelhança com a empregada por Brizola em 1963, como lembra, em seus comentários, o jornalista Carlos Castello Branco.

A partir dessa definição, o Governo, que até então buscara ignorar a Frente Ampla, passou a considerar injustificada a presença de membros do partido governista, que se propunham a preservar o regime, numa organização que defendia teses revisionistas. Ante as conjunturas nacional e internacional, preocupou-se com a mobilização pretendida, que poderia deflagrar um processo de agitação irreversível.

O Governo identificava-se com o sistema e o defenderia fazendo uso da lei, mas, dentro dela, declarava que "tudo faria para que o movimento não viesse perturbar a tranqüilidade e a paz política".

Lacerda, não aproveitado pelo Governo, aceitava as teses da

facção esquerdista do movimento. Em 24 de setembro, encontrou-se em Montevidéu com João Goulart, firmando um acordo que passaria a ser conhecido como o"Pacto de Montevidéu". Embora o Governo procurasse esvaziar a importância desse encontro, ele iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o sistema implantado pelo Governo da Revolução. O Pacto atenuou bolsões de resistência antilacerdista no MDB, provenientes, particularmente, dos antigos petebistas. Resultou num compromisso de acrescer às teses defendidas pela Frente, a de luta contra a política salarial do Governo.

Esses acontecimentos provocaram uma reunião do Presidente com dirigentes da ARENA. Os parlamentares arenistas desejavam que o Governo desse, pelo menos, um alívio na política salarial e fizesse a promessa de eleições diretas, como forma de esvaziamento da Frente Ampla. O Presidente recordou aos políticos que eles é que haviam sugerido as eleições indiretas e que aqueles que mais pregavam as eleições diretas para Governador foram os que apelaram aos quartéis para impedir a posse dos eleitos. Também informou estar convencido da necessidade da manutenção da política econômico-financeira, que em breve daria seus frutos. A inflação deveria ficar aquém dos 30% e esse era o caminho para a retomada do desenvolvimento, ainda que custasse a impopularidade do Governo.

O Presidente anunciou aos membros de seu partido que o Governo esperava enfrentar os movimentos políticos de oposição — os que se fundamentavam na Constituição — com a força política do Partido, mas que enfrentaria os movimentos subversivos — aqueles que buscavam não só combater, mas derrubar o Governo — com as Forças Armadas (1). O Governo responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

Os dirigentes da Frente Ampla consideravam altamente benéfico, para o movimento, que o Governo deixasse de adotar medidas populares, pois pretendiam explorar essa situação, a começar pela política salarial. Ativariam as reivindicações salariais dos trabalhadores e dos funcionários, procurando sensibilizar, em particular, os militares, que percebiam bai

(1) Segundo o "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, "subversivo" é "que ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; revolucionário".

xos salários. Com esse tema, a defesa das riquezas minerais, a política de desenvolvimento e a eleição direta iriam para as ruas.

No entanto, talvez em razão da reação oficial ao Pacto de Montevidéu e com a previsão de o Governo enfrentar séria crise até princípios do ano seguinte, a Frente não foi lançada. Seus dirigentes decidiram utilizar os meses de outubro e novembro para tomadas de contato com as lideranças sindicais e estudantis. Os trabalhadores apresentar-se-iam mais sensíveis às suas bandeiras. Goulart também ajudaria, chamando a Montevidéu prefeitos, vereadores e líderes políticos para que formassem comissões frentistas em suas cidades. Os estudantes, porém, já impulsionados por organizações subversivas clandestinas, foram mais arredios. Não desejavam abandonar a forma de luta em que estavam engajados, temendo tornarem-se massa de manobra de interesses políticos tradicionais. Na realidade, seriam massa de manobra de interesses políticos "progressistas".

Enquanto perdurava esse ambiente indefinido entre oposição legal e ilegal, as organizações subversivas continuavam, praticamente sem serem incomodadas, preparando-se para a luta armada — o processo por elas eleito, favorecido pelas condições objetivas que iam sendo criadas.

4. O aparente refluxo do Movimento Estudantil

Encerrara-se o ano de 1966, mostrando, aos estudantes, que já era possível o enfrentamento direto contra as forças policiais. Faltava-lhes, entretanto, motivações ideológicas mais profundas que pudessem transformar as manifestações, de simples badernas estudantis, em focos de insurreição organizada contra o Governo e contra o regime.

No primeiro semestre de 1967, proliferaram os seminários promovidos pela UNE, contra o "imperialismo norte-americano", onde os "acordos MEC-USAID" eram duramente criticados.

Em fevereiro, foi aprovado o Decreto-Lei nº 228, revogando a Lei Suplicy e extinguindo as entidades estudantis a níveis nacional, estadual e municipal. Por lei, permaneciam, apenas, as entidades existentes no âmbito das universidades, os Diretórios Centrais de Estudantes e os Diretórios Acadêmicos.

No entanto, burlar a lei era o objetivo das organizações

comunistas que dirigiam o Movimento Estudantil, particularmente a Ação Popular em frente com as dissidências comunistas mais radicais. No início de março, o XIX Congresso Nacional de Estudantes Secundaristas, realizado em pontos diferentes da cidade do Rio de Janeiro e dirigido por Herbert José de Souza, militante da Ação Popular, aprovava a estruturação do movimento secundarista a nível nacional. Em julho/agosto de 1967, em Valinhos, cidade do interior paulista, a UNE realizava, clandestinamente, o seu XXIX Congresso, elegendo, para presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, militante da AP. Suas principais resoluções foram a de incrementar as lutas estudantis contra a política educacional do Governo e apoiar o movimento operário, para conscientizá-lo a dirigir a luta armada que se estava preparando. Com as lutas específicas, a UNE pensava dar, aos estudantes, o embasamento ideológico para a luta revolucionária, conforme declarou Wladimir Palmeira:

"Ao lutar, porém, contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam das suas próprias contradições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação de classe da burguesia de uma forma concreta, e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando, por esse caminho, à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista" (2).

No segundo semestre de 1967, as greves foram a tônica do Movimento Estudantil. O único acontecimento de maior relevo foi a passeata com cerca de mil estudantes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em 25 de outubro. Convocados por Wladimir Palmeira, presidente da UME, e pela AMES, em protesto contra as condições do Calabouço, os "acordos MEC-USAID" e o pagamento das taxas de anuidade, os estudantes fizeram a passeata na hora do "rush", andando na contramão dos carros. Suas principais palavras de ordem eram: "O povo organizado derruba a ditadura" e "Guevara: herói do povo".

O Movimento Estudantil, nesse aparente refluxo em relação ao ano anterior, preparava o enfrentamento generalizado que iria ocorrer em 1968.

---

(2) Caso A.: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa/Portugal, 1976, depoimento de Wladimir Palmeira, página 29.

5. A reorganização do Movimento Operário e Sindical

Após a desarticulação da influência dos comunistas no Movimento Sindical brasileiro, em 1964, os sindicatos passaram a desenvolver uma política de coerência com os objetivos do Governo, na tentativa de obter melhores condições para os trabalhadores, de acordo com a visão democrática.

No entanto, foi-se formando, gradativamente, orientada pela "nova esquerda", uma vanguarda operária revolucionária que rejeitava os novos dirigentes democráticos, pejorativamente chamados de pelegos, e, rompida com o reformismo do PCB, propugnava por soluções radicais e violentas.

Em 1965, já se formara nas principais indústrias metalúrgicas de São Paulo, particularmente na Cobrasma, em Osasco, os comitês sindicais clandestinos que, nas fábricas, se opunham à política do Sindicato dos Metalúrgicos regional e incentivavam a eclosão de "operações tartaruga", a fim de pressionar os patrões.

Em 1966, esses comitês sindicais clandestinos, transformados em comitês de fábrica, lançaram-se na tentativa de organizar oposições sindicais, que pudessem enfrentar e vencer as eleições dos sindicatos estaduais. Nessa época, as principais organizações comunistas que atuavam no movimento operário eram o PCB, numa atitude conciliadora, e a Ação Popular, através da Juventude Operária Católica. Em contrapartida, havia uma gama de trabalhadores radicalizados, que, inconformados com a moderada participação do PCB, se reuniam em grupos independentes, defendiam a luta armada e iriam, pouco tempo depois, engrossar as fileiras das organizações comunistas revolucionárias.

O ano de 1967 pode ser considerado como o da reorganização do Movimento Operário e Sindical. As oposições sindicais já faziam sentir a sua política e as novas organizações comunistas já lhes davam uma orientação radical, preparando-as, em lutas específicas, para o enfrentamento direto contra as forças policiais. O exemplo do Movimento Estudantil, que, no ano anterior, saíra às ruas, mostrava que o movimento de massas, desde que bem organizado, poderia enfrentar o Governo.

Já atuantes na Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, era, entretanto, em São Paulo, centro indus

trial do País, que as oposições sindicais faziam sentir sua força com mais intensidade, particularmente junto aos metalúrgicos.

Em setembro de 1967, a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho, apoiada por todas as organizações comunistas, proporcionou uma direção geral ao movimento operário.

6. A OLAS e a I COSPAL

Em janeiro de 1966, por ocasião da criação da OLAS, ficara decidida a realização de sua primeira conferência em meados do ano seguinte. Assim, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da América Latina (I COSPAL), da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Pelo Brasil, compareceram: Aluísio Palhano e o ex-Cabo Anselmo, representando o Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola; o ex-Almirante Aragão e Emanuel Nicoll, pela Resistência Armada Nacionalista; Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt e Paulo Stuart Wright, pela Ação Popular; e Carlos Marighela — que já estava com relações estremecidas com o PCB —, como convidado.

A tônica da I COSPAL foi o apoio à luta armada, de acordo com a guerra de guerrilhas, dentro do modelo cubano. Da "Resolução Geral" aprovada, podem-se destacar os seguintes trechos:

"... a guerra de guerrilha, enquanto autêntica expressão da luta armada popular, é o método mais eficaz e a forma mais adequada para o desencadeamento e o desenvolvimento da guerra revolucionária na maior parte de nossos países e, conseqüentemente, em escala continental".

"... fazer a Revolução é um direito e um dever dos povos da América Latina".

"... os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário na América Latina".

"... a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da Revolução na América Latina".

A I COSPAL também aprovou o seu Estatuto, criou um Comitê Permanente da OLAS, com sede em Havana, e estabeleceu as normas para os diversos Comitês Nacionais. Em 10 de agosto, Fidel Castro encerrou a conferência, com um inflamado discurso, exortando à luta armada guerrilheira em todos os países da América Latina.

Sob o lema "O dever de tôdo revolucionário é fazer a revolução", a OLAS já possuía, ao final da I COSPAL, os instrumentos para apoiar e orientar os movimentos que iriam intranqüilizar o Brasil.

7. O MNR, Caparaó e a Guerrilha do Triângulo Mineiro

A Serra de Caparaó, nos limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi escolhida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para a implantação de um foco guerrilheiro, pela sua proximidade a centros políticos e econômicos do País, o que poderia motivar e insuflar o movimento das massas urbanas.

Iniciada a infiltração dos "guerrilheiros" de Brizola em novembro do ano anterior, os primeiros meses de 1967 constituíram-se num período de difícil sobrevivência. Obrigada a freqüentes mudanças de acampamentos, por questões de segurança, acossada pelo frio e precariamente apoiada por uma rede logística deficiente, a "Frente de Caparaó" veio a tornar-se em mais um fracasso — não assumido — de Brizola como líder guerrilheiro.

Após sobreviver com dificuldades, o grupo de duas dezenas de homens, que se encontrava na serra, orbitando em torno do Pico da Bandeira, veio a ser denunciado, ironicamente, pelos próprios habitantes locais, quando começou a roubar e a abater animais para não morrer de fome.

No mês de março de 1967, começou o cerco aos "guerrilheiros" pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, assumindo a 4ª Região Militar, em seguida, o controle das operações.

No início de abril, já estavam todos presos, desde o "comandante" Amadeu Felipe da Luz Ferreira, passando pelo assessor militar Juarez Alberto de Souza Moreira, pelo assessor político Amadeu de Almeida Rocha, pela rede de apoio constituída de Hermes Machado Neto, Deodato Batista Fabrício, Itamar Gomes e Gregório Mendonça, até a "força guerrilheira" (3).

---

(3) A "força guerrilheira" era integrada por Araken Vaz Galvão, Avelino Bioni Capitani, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Edval Augusto de Melo, Josué Cerejo Gonçalves, Gelcy Rodrigues Correia, Milton Soares de Castro, Jorge José da Silva e João Gerônimo da Silva. Outros quatro "guerrilheiros", José Carlos Bertoncelos, Dario Viana Reis, Alfredo Nery Paiva e Pedro Espinosa, seriam presos, mais tarde, no Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, o jornalista Flávio Tavares, que, pelo "esquema geral" de Brizola, estava encarregado de organizar as guerrilhas no Brasil Central, foi procurado em Brasília, em dezembro de 1966, por Jarbas Silva Marques, ex-militante do PC do B. Jarbas disse-lhe haver um grupo em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que saíra do PC do B, após a sua IV Conferência, de junho de 1966, disposto a realizar ações de sabotagem, de guerrilha e de terrorismo. Dirigido pelo dentista Guaracy Raniero, o grupo, com cerca de vinte elementos, estava isolado e buscava novos caminhos para atuar.

Flávio Tavares percebeu que poderia apresentar a Brizola um "grupo guerrilheiro" praticamente já constituído e desincumbir-se, quase sem esforço, da missão que recebera. Indo ao Uruguai e recebendo o "aprovo" de Brizola, o jornalista retornou a Brasília, contatou com Jarbas Silva Marques e, ambos, dirigiram-se a Uberlândia, na primeira quinzena de fevereiro de 1967 (4). Nessa ocasião, concretizou-se a vinculação do grupo de Uberlândia ao Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola. Planejaram a obtenção de armas, assaltos a quartéis e o roubo de um carro pagador do DNER, a fim de conseguir recursos financeiros.

Em abril de 1967, Flávio Tavares recebeu, em Brasília, um "instrutor militar" enviado por Brizola, José Carlos Vidal ("Carlos Mário" - "Juca"), e encaminhou-o a Uberlândia para dar instruções de sabotagem e guerrilha. Desentendendo-se com o grupo, o qual considerava de baixo nível político e ideológico, o "instrutor militar", depois de 10 dias, retornou à São Paulo. Em fins de julho de 1967, o grupo foi desarticulado, com a prisão da maioria de seus componentes.

O núcleo estruturado no Rio de Janeiro pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para apoiar o "esquema geral" de Brizola, foi duramente atingido. Bayard De Maria Boiteaux, preso, processado e condenado junto com outros "intelectuais de esquerda", assumiu toda a responsabilidade pelo comando do movimento no País.

---

(4) Apresentado como "Dr. Falcão", Flávio Tavares reuniu-se com o grupo de Uberlândia no consultório de Guaracy Raniero, onde compareceram, além do dentista e de Jarbas, Taylor Silva, Carlos Maluf Wutke e Edmo de Souza.

sil Central. Após o fracasso de Caparaó e a conscientização de Brizola de que não conseguiria criar ou apanhar a "onda" insurrecional, em cuja crista pensava retornar ao Brasil, o MNR desmoronou e desarticulou-se

Preso Flávio Tavares, Hermano Alves apressou-se a denunciar "uma escalada contra a imprensa", relacionando essa prisão com o confinamento de Hélio Fernandes. Para ele, a imprensa, pela sua "livre operação no noticiário e no comentário, estaria a acelerar a perda de substância do poder militar (5).

O Deputado Márcio Moreira Alves, em razão do clima que se poderia formar em conseqüência desse episódio, pediu uma reunião dos "imaturos" do MDB, a fim de que fosse ativada acampanha de mobilização popular. Aliás, políticos de esquerda já percorriam o País em pregação subversiva. O próprio Deputado Márcio Moreira Alves é quem relata, ao colunista político Castello Branco, fato ocorrido com ele numa cidade do Rio Grande do Sul, para exemplificar a radicalização na área oposicionista. Segundo seu relato, após sua pregação e durante os debates, apresentou aos jovens duas alternativas para a solução brasileira: a violenta e a não-violenta. Afirma, então, que a opção pela ação direta foi aplaudida em delírio.

8. As atividades da RAN

Em 11 de janeiro de 1967, às 10 horas da manhã, um grupo composto por sete brasileiros e uma uruguaia invadiu a embaixada da Tchecoslováquia, em Montevidéu, visando a obter asilo político e a conseguir salvo-conduto para Cuba. As alegações de perseguição política e falta de garantias pessoais não convenceram o chefe da missão tcheca, que negou o asilo e solicitou, através da chancelaria uruguaia, a retirada dos invasores (6).

---

(5) Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Volume II, Ed. Nova Fronteira, RJ., 1977, página ...
É interessante notar que Hermano Alves, ao não reconhecer as atividades subversivas de Flávio Tavares, reconhecia a "livre operação" da imprensa no regime que tachava de "ditatorial"!

(6) Faziam parte do grupo Gualter de Castro Mello, Marcos Poncier, Artur Paulo de Souza Giacomini, Ermelindo Dias Paixão, João Carlos de Souza Gomes, Eny Toluá Tosca de Freitas, Carlos Galvão Camargo e a uruguaia Suzana Paiva Pereira, todos membros da RAN.

Não possuindo recursos financeiros para ir a Cuba realizar treinamento de guerrilha, os componentes do grupo usaram o estratagema da invasão para tentar conseguir o transporte. Presos pela polícia uruguaia, lançaram violento manifesto, em nome da Resistência Armada Nacionalista, com ataques ao governo brasileiro. Esse documento foi, também, difundido na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com pichações de muros.

Aproveitando a grande repercussão do incidente, os dirigentes da RAN solicitaram aos dirigentes do Partido Comunista Uruguaio que fizessem eclodir manifestações estudantis de solidariedade. Apesar de declarar-se disposto a auxiliar os presos, a reação do Partido Comunista Uruguaio foi fria. Alegando que as férias escolares impediam a realização de manifestações, criticou a iniciativa da invasão e exigiu que outras ações semelhantes só deveriam ser executadas após consulta à direção do Partido. Para o Partido Comunista Uruguaio, tal incidente favoreceu as críticas das correntes pró-Pequim à conduta da embaixada tcheca e à linha do comunismo soviético.

A invasão também não contou com o apoio de Jango, que, em represália, não entregou, como costumeiramente fazia, sua contribuição financeira à cúpula da Associação dos Exilados Brasileiros no Uruguai — em sua maioria do grupo da Resistência Armada Nacionalista.

Prosseguindo suas atividades deletérias de difamação do Brasil, a Resistência Armada Nacionalista difundiu, em abril de 1967, durante a realização da Conferência de Presidentes Latino Americanos de Punta Del Este, um manifesto em espanhol atacando o governo brasileiro e exaltando a luta de guerrilhas e a revolução cubana.

O apoio de Brizola à RAN limitou-se à intermediação junto ao governo cubano, conseguindo, em julho, que Cândido Aragão e Emanuel Nicoll fossem a Cuba para participar da primeira Conferência da OLAS. No retorno, Nicoll trouxe dólares para iniciar o envio de pessoal a Cuba, para treinamento de guerrilhas.

Dentre os selecionados para fazer o curso em Cuba, estava Marcos Pancier, elemento oportunista que havia ganho a confiança de Nicoll. Pancier, temendo ser enviado ao Vietnam — confor

me se propalava — para colocar em prática a teoria cubana de guerrilhas, aliou-se ao ex-militar asilado Leoni Lopes, contratou um marginal e assaltou a residência de Nicoll, roubando-lhe cinco mil dólares (7). A defecção de Marcos Pancier demonstrou a precariedade do critério de seleção dos militantes da RAN e deixou-a, novamente, sem recursos para preparar seus quadros guerrilheiros.

A debacle da tentativa do MNR de Brizola em Caparaó, a precariedade de saúde de Cândido Aragão, também envolvido em problemas familiares, e a ida de Emanuel Nicoll, em setembro de 1967, para São Paulo, provocaram um declínio das atividades da RAN e levaram-na à dissolução, em novembro, no Uruguai (8).

9. As dissidências e o VI Congresso do PCB

O ano de 1967 foi crítico para o PCB, engolfado pelas suas tentativas de resolver a luta interna que corroía o Partido desde 1964 e com os preparativos para a realização do seu VI Congresso, previsto para o final do ano.

A Corrente Revolucionária, englobando as diversas dissidências existentes internamente no PCB e defendendo as teses de luta armada, articulava-se a nível nacional e usava as Conferências Estaduais preparatórias ao Congresso como palco para difundir suas idéias e para tentar ganhar a direção do Partido.

Carlos Marighela, um dos líderes da Corrente Revolucionária, conseguiu ser eleito secretário político do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira, Antonio Chamorro, Lindolpho Silva e Wilson Silva, mais conhecido como "Nestor Veras". Mário Alves dividiu o Comitê Estadual do PCB de Minas Gerais, o mesmo acontecendo com Apolônio de Carvalho, no Rio de Janeiro, Jover Telles, na Guanabara, e Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul.

---

(7) Marcos Pancier não pôde, entretanto, usufruir dos dólares cubanos, pois acabou sendo preso na fronteira do Brasil com o Uruguai. Naquela época, a Resistência Armada Nacionalista possuía um "Tribunal de Camaradas", que o julgou e condenou.

(8) Os remanescentes da RAN, misturados aos remanescentes do MNR de Brizola, procurariam novos caminhos, optando por outras organizações subversivas ou abandonando a militância política.

Além dessas divergências na cúpula do PCB, a Corrente Revolucionária tentava integrar as denominadas dissidências estudantis, centradas em alguns Comitês Universitários. Entretanto, a juventude de seus militantes, empolgada com as idéias de Guevara e Debray, conduziu essas dissidências para caminhos diferentes dos que seriam tomados pelos opositores da cúpula do PCB. No Rio de Janeiro, o Comitê Universitário, que se autointitulava Dissidência de Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense, já se havia desligado do PCB em novembro de 1966 e criado o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN). Na Guanabara, o Comitê Universitário, que já se havia constituído em "fração", desligou-se do PCB em fevereiro de 1967, dando origem à Dissidência da Guanabara.

O comparecimento de Marighela à I Conferência da OLAS, realizada no final de julho de 1967, em Havana, sem a autorização do Comitê Central, precipitou os acontecimentos. A Corrente Revolucionária crescia e seus líderes não acatavam, publicamente, a disciplina partidária, ameaçando galvanizar o VI Congresso.

Prestes, preocupado com o fato de que os divergentes pudessem contestar suas posições políticas no Congresso, resolveu pôr fim ao "divisionismo" e iniciar uma série de medidas punitivas, a fim de "limpar a área".

Em setembro de 1967, reunido numa casa em São Paulo, o Comitê Central do PCB expulsou Carlos Marighela e Manoel Jover Telles. Através da "Voz Operária", foram publicamente advertidos Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos. Foi decretada a intervenção nos Comitês Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como no Comitê Metropolitano de Brasília e no Comitê Marítimo da Guanabara, então dirigido por José Maria Cavalcante. Posteriormente, esses elementos seriam todos expulsos (9).

Os expulsos do PCB não conseguiram integrar-se numa organização partidária única e, assolados por divergências internas, procuraram caminhos diferentes. Em São Paulo, a Ala Marighela deu origem ao Agrupamento Comunista de São Paulo, posteriormente transformado em Ação Libertadora Nacional (ALN). No Rio Grande do Sul, em novembro de 1967, formou-se a Dissidência Leninis

---

(9) Também seriam expulsos: Joaquim Câmara Ferreira, Aníbal Fernandes Bonavides, Lourdes Odete de Carvalho Benain, Nery Reis de Almeida e Francisco Leivas Otero.

ta do Rio Grande do Sul, que, no ano seguinte, iria dar origem ao Partido Operário Comunista (POC). Em Minas Gerais, os divergentes iriam organizar a "Corrente". No Rio de Janeiro e na Guanabara, os expulsos do PCB formariam, em abril de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ainda na Guanabara, Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, com o seu Comitê Marítimo, foram para o PC do B. Outros, como Francisco Leivas Otero, abandonaram a militância partidária.

Expurgado, o PCB pôde realizar, com certa tranqüilidade, o seu VI Congresso, de 6 a 13 de dezembro de 1967, em um sítio nos arredores da cidade de São Paulo. Dos 106 delegados previstos, compareceram 96. Dentre os faltosos, encontrava-se Sérgio Holmos ("Isac"), que se afastara do Partido por não concordar com as teses do Congresso. Dirigido por Luiz Carlos Prestes, o Congresso elegeu um Comitê Central com 62 membros, 31 efetivos e 31 suplentes (10).

A Resolução Política aprovada no VI Congresso reafirmou a linha da "via pacífica" para a tomada do poder, sem descartar, entretanto, a hipótese da luta armada:

"As forças populares não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime e devem combinar as formas legais e ilegais de luta e organização. O partido deve preparar-se e preparar as massas para a combinação das formas elementares e legais de lutas com outras de níveis mais elevados, como a luta armada".

Reafirmando a sua condição de membro do Movimento Comunista Internacional, o PCB definiu as etapas da revolução no Brasil como sendo nacional e democrática, a primeira, e socialista, a segunda. Preconizou uma "reforma agrária radical" e a atuação no movimento de massas e no seio das Forças Armadas, "incorporando oficiais, sargentos, cabos, soldados e marinheiros às lutas populares".

O VI Congresso, assim, reafirmava a posição tomada pelo Comitê Central, em maio de 1965: assumia, concretamente, a linha de massa e afastava-se, pelo menos na prática, da luta armada.

---

(10) Dentre os eleitos para o CC, além de Prestes, encontravam-se Giocondo Dias, Armando Ziller, David Capistrano, Hércules Correia dos Reis, Moisés Vinhas, Salomão Malina, Luiz Tenório de Lima e Severino Teodoro de Melo, este como suplente. Além dos militantes expulsos em setembro, alguns que pertenciam ao Comitê Central, formado no V Congresso de 1960, não foram reeleitos.

10. A Dissidência Niterói e o primeiro MR-8

No bojo das divergências do PCB, surgidas a partir de 1964, formou-se uma dissidência centrada na Organização de Base da Universidade Federal Fluminense, que ficou conhecida por Dissidência Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense.

Impregnada das idéias radicais e militaristas, que provinham do foquismo cubano, a Dissidência Niterói entrou em choque aberto com o PCB em 1966, quando, ao contrário do "voto útil", passou a pregar, abertamente, o "voto nulo" nas eleições de novembro. Nesse mês, a Dissidência Niterói rompeu com o PCB e criou o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN), cujos principais líderes eram todos universitários da Universidade Federal Fluminense. (11)

Ao longo de 1967, o MORELN conseguiu aliciar militantes descontentes com o PCB, em algumas Organizações de Base de operários metalúrgicos em Niterói e no interior do Estado do Rio de Janeiro, notadamente, em Nilópolis, Nova Iguaçu e Campos. Com uma estrutura orgânica primordialmente militarista e uma concepção revolucionária foquista, o MORELN concebia a consecução da revolução, através da luta armada, desencadeada em três fases:

- 1ª fase:
  - construção de uma organização que determinasse e iniciasse o reconhecimento de uma zona operacional;
  - preparação de uma área de treinamento de guerrilha e formação de, pelo menos, um grupo, chamado de "grupo de campo";
  - desenvolvimento de contatos a nível nacional e internacional, visando, internamente, a angariar a futura adesão à guerrilha e, externamente, a obter a "solidariedade internacional" para o movimento.
- 2ª fase: início do treinamento guerrilheiro.
- 3ª fase: invasão de uma área e formação de uma coluna guerrilheira.

Com a morte de "Chê" Guevara, em 8 de outubro de 1967, o MORELN aprovou a mudança de seu nome, mantendo parte da designação anterior — "Movimento Revolucionário" — e substituindo a expressão "de Libertação Nacional" por "8 de Outubro", em homenagem ao "herói" morto na Bolívia.

(11) Eram eles: Aluizio Ferreira Palmar, Milton Gaia Leite, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Umberto Trigueiros Lima, Nielsen Fernandes, Reinaldo Silveira Pimenta, Marcos Antonio Farias de Medeiros e Sebastião Medeiros Filho.

Nascia, assim, o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) (12).

11. A formação da Dissidência da Guanabara

No processo da luta interna no PCB, surgiu, em 1966, no âmbito do Comitê Universitário desse Partido, no Rio de Janeiro, uma "fração" que fazia constantes críticas às posições "moderadas" dos reformistas.

Em fevereiro de 1967, numa casa de temporada em Petrópolis, essa "fração" realizou uma Conferência, rompeu com o PCB e passou a constituir a Dissidência da Guanabara (13).

Nessa I Conferência da Dissidência da Guanabara, a organização formulou a sua linha política, através de um "documento-base", eivada de indefinições. Apesar de apoiar o Partido Comunista da China na sua luta ideológica contra o revisionismo, estabelecia que isso não poderia significar "a perda do espírito crítico em relação aos erros dos comunistas chineses, principalmente na sua política externa". Apesar de apoiar a OLAS, ressaltava que isso não poderia implicar "na aceitação total de seu programa ou diretriz". Definindo-se por uma revolução socialista, estabelecia quatro fases para a Guerra Revolucionária: o Brasil estava atravessando a primeira fase, de preparação da luta armada, e o foco guerrilheiro seria implantado na segunda; a "guerra de guerrilhas", as "insurreições na cidade e no campo" e a criação de "comandos urbanos" comporiam a terceira fase, precedendo a última, a da "ofensiva geral estratégica".

No decorrer de 1967, a Dissidência da Guanabara sofreu um vigoroso processo de luta política interna. No intuito de tentar resolver o impasse, a organização realizou, em dezembro de 1967, num convento da cidade de Petrópolis, a sua II Conferência, na qual ficou nítida a existência de três linhas de opinião.

---

(12) O segundo MR-8 seria criado em setembro de 1969, originado da Dissidência da Guanabara.

(13) A Dissidência da Guanabara era dirigida por Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos, Jorge Emílio Bonet Guilayn, Nelson Levy, Yedda Botelho Salles, Luiz Eduardo Prado, Luiz Roberto Tenório e Jorge Miguel Meyer. É interessante ressaltar que apesar de Wladimir Palmeira possuir grande influência na Dissidência da Guanabara, onde militava, não quis fazer parte de sua direção, talvez para não deixar revelada abertamente sua posição ideológica no movimento universitário, onde tinha projeção.

O grupo vencedor, de posições mais moderadas, pregava a unidade da organização e, liderado por Daniel Aarão dos Reis Filho, Wladimir Palmeira, Stuart Edgar Angel Jones e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, prosseguiu o trabalho junto aos estudantes da cidade do Rio de Janeiro. Alguns meses depois, entretanto, radicalizaria sua posição, adotando um militarismo foquista.

O segundo grupo, conhecido como o "grupo dos foquistas", defendia idéias militaristas, tais como a formação do foco guerrilheiro e a negação do partido. Derrotado, o grupo, liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão e Sérgio Emanuel Dias Campos, saiu da Dissidência da Guanabara e organizou a chamada Dissidência da Dissidência, que, meses após, curiosamente, passaria a adotar uma visão crítica do militarismo.

O terceiro grupo, dirigido por René Louis Laugerie de Carvalho (filho de Apolônio de Carvalho), Marco Antonio Costa de Medeiros e Jorge Emílio Bonet Guilayn, compunha, na ocasião, o chamado "grupo dos correntistas", simpático à linha da Corrente Revolucionária. Mais tarde, esse grupo veio a constituir-se num dos alicerces da formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

12. O Agrupamento Comunista de São Paulo

Antigo militante do PCB e membro do Comitê Central eleito, sucessivamente, nos Congressos de 1954 e 1960, Carlos Marighela constituía-se num dos maiores líderes da Corrente Revolucionária, que tentava radicalizar a linha política do PCB. Sua maior influência era em São Paulo e seus correligionários diziam se pertencer à "Ala Marighela".

Em 10 de dezembro de 1966, Marighela já havia enviado uma "Carta à Executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva e declarava-se em favor de uma postura revolucionária. Continuando, entretanto, no Comitê Central, durante a Conferência do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, realizada em janeiro de 1967, Marighela conseguiu ser eleito secretário-político, contando com o apoio de outros membros da cúpula do Partido, dentre os quais Joaquim Câmara Ferreira.

Convidado em caráter especial e sem pedir permissão ao Comitê Central, Marighela compareceu à I Conferência da OLAS, realizada em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. Tomando ciência da sua viagem, o PCB enviou um telegrama ao Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, afirmando que Marighela não estava autorizado e não representava o PCB. A reação de Marighela foi imediata e decisiva. Ainda de Havana, em 17 de agosto de 1967, enviou uma carta ao PCB, rompendo definitivamente com o Partido, acusando os membros do Comitê Central de manterem-se nos cargos "a poder de cambalachos" e tachando o órgão de ser uma "espécie de academia de letras, cuja única função consiste em se reunir". Sobre sua ida à Conferência da OLAS, Marighela afirmava na carta:

"É evidente que compareci sem pedir permissão ao Comitê Central, primeiro porque não tenho que pedir licença para praticar atos revolucionários, segundo porque não reconheço nenhuma autoridade revolucionária, neste Comitê Central, para determinar o que devo, ou não, fazer".

Após posicionar-se a favor da OLAS e considerar-se "integrado na Revolução Latino-Americana, da qual a Revolução Cubana é pioneira", Marighela encerrava a sua carta, afirmando:

"Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, e que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo em definitivo com vocês".

Lá mesmo, de Havana, Marighela escreveu mais duas cartas: uma, datada de 28 de setembro de 1967, ao ex-Almirante Aragão, propondo uma união de forças para uma luta de guerrilha, e a outra a Fidel Castro, solidarizando-se com a revolução cubana e incorporando-se ao preconizado pela OLAS.

Essas três cartas, que ficaram conhecidas como as "Cartas de Havana", marcaram o aparecimento de Marighela como um "grande líder guerrilheiro" e que iria criar uma das mais importantes organizações militaristas do País.

Ao retornar ao Brasil, impregnado das concepções foquistas e com a promessa de apoio dos dólares cubanos, Marighela esfacelou o Comitê Estadual do PCB de São Paulo e transformou a

sua "Ala" no Agrupamento Comunista de São Paulo, que assumiria, em 1969, a denominação de Ação Libertadora Nacional (ALN).

A partir de setembro de 1967, após a sua expulsão do Comitê Central do PCB, Marighela iniciou o envio de militantes do Agrupamento Comunista de São Paulo para fazer cursos de guerrilhas em Cuba (14).

13. O "Encontro" da Corrente Revolucionária

Em conseqüência das medidas punitivas tomadas pelo Comitê Central do PCB, reuniram-se, em 1º de outubro de 1967, no "aparelho" de Apolônio de Carvalho, localizado no bairro Paraíso, em Niterói, os líderes da divergência que compunha a Corrente Revolucionária. Nesse "Encontro", compareceram mais de 20 pessoas, representantes de vários Estados e do Distrito Federal (15). O representante da "Ala Marighela" de São Paulo, era Joaquim Câmara Ferreira.

Foram aprovados dois documentos, ambos de autoria de Mário Alves. O primeiro, intitulado "Proclamação aos Comunistas Brasileiros", limitava-se a criticar as medidas punitivas do PCB, tachado de "fracionista", "oportunista" e "reformista", e a conclamar os revolucionários a organizarem um novo partido, nem da linha soviética nem da maoísta, mas se aproximando das resoluções da OLAS; o segundo, "Sobre o Programa e a Tática", procurava traçar a linha política desse novo partido.

Aprovou-se, também, no "Encontro" a criação de uma "Comissão Provisória de Reconstrução Partidária", integrada por Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Fructuoso, a qual deveria preparar o programa e a con-

---

(14) Na primeira leva, posteriormente denominada de I Exército da ALN, seguiram para Cuba: Adilson Ferreira da Silva ("Miguel"), Aton Fon Filho ("Marcos"), Epitácio Remígio de Araújo ("Júlio"), Hans Rudolf Jacob Manz ("Juvêncio" e "Suíço"), José Nonato Mendes ("Pele de Rato" e "Pará"), Otávio Ângelo ("Fermin") e Virgílio Gomes da Silva ("Carlos").

1967

(15) Entre os participantes estavam: Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos, João Pedro Francisco Filho, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos e Getúlio de Oliveira Cabral, do Rio de Janeiro; Mário Alves, Jacob Gorender, Manoel Jover Telles, Armando Teixeira Fructuoso, Helena Boaventura Neto, Salatiel Teixeira Rollins, Geraldo Soares e Roberto Ribeiro Martins, da Guanabara; Thomaz Miguel Pressburger, de Brasília; Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, de Pernambuco; além de dois representantes do Rio Grande do Sul, dois de Minas Gerais, e um do Espírito Santo, de codinome "Nilo".

ferência nacional do novo partido a ser fundado. Os dois representantes de Minas Gerais foram contrários ao novo partido e Joaquim Câmara Ferreira já tinha outros caminhos, em São Paulo, com a "Ala Marighela".

Os documentos referendados nessa reunião foram enviados a dissidentes do PCB em outros Estados, tais como Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais aquiesceram em participar do movimento. Efetivamente, em abril do ano seguinte, seria realizada a Conferência de Fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

14. O PC do B fortalece a luta ideológica

Três documentos marcaram a linha política do PC do B, em 1967, todos com a tônica de fortalecer a luta ideológica contra o revisionismo, o foquismo, o trotskismo e as concepções centristas da POLOP.

Em abril, após a visita à China de uma delegação do Comitê Central, o PC do B publicou o documento "Apoiar decididamente à Grande Revolução Cultural Proletária", onde reafirma sua posição de apoio ao pensamento de Mao Tsetung e à Revolução Cultural, então em curso naquele país. Deve-se destacar, entretanto, que, contrariamente à linha chinesa, o PC do B considerava-se seguidor de um marxismo-leninismo "puro", stalinista, e não via o pensamento de Mao Tsetung como uma nova etapa na doutrina comunista.

Em maio de 1967, o Comitê Central aprovou um segundo documento, "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", no qual procura reafirmar a sua doutrina e resguardar o Partido das dissensões que vicejavam no PCB e na POLOP. Sobre o caráter da revolução, o documento reafirma a sua postura etapista, e posiciona-se contra o foquismo.

"No Brasil, como nos demais países latino-americanos, a revolução tem duas etapas. Uma, nacional e democrática, e a outra, socialista. Ainda que sejam parte de um processo único, elas são bem definidas e têm conteúdo distinto... Mas existem todas as condições para tornar vitoriosa a revolução nacional e democrática que abrirá o caminho para a passagem à revolução socialista".

Emprestando solidariedade à China, à Albânia e ao Vietnam, o PC do B atacava o revisionismo soviético, visto como o apoiador velado do foquismo cubano.

O terceiro documento, "O PC do B na Luta contra a Ditadura Militar", foi aprovado na reunião do Comitê Central, em novembro de 1967. Nele, o PC do B reafirma a sua "estratégia revolucionária", estabelecida no Manifesto-Programa de 1962, e a sua "tática revolucionária", contida nas resoluções da VI Conferência, do ano anterior. Defende o desencadeamento de "um poderoso movimento de massa", nas cidades e nos campos, para, numa "política de frente-única", derrubar a "ditadura militar" e implantar um Governo Popular Revolucionário. Afirmando que "o caminho da libertação é o caminho da luta armada", o PC do B destaca que "só através da luta armada é possível varrer o sistema político criado pelo golpe de primeiro de abril e conseguir um novo poder". Após os costumeiros ataques à URSS e a Cuba, elogia a Albânia e a China, e cita Mao Tsetung como "o maior marxista-leninista da época presente, o inspirador e guia da Revolução Cultural". Esse documento faz referência a uma "Circular da Comissão Executiva a respeito do trabalho no campo" e estabelece que no interior "reside o maior potencial revolucionário do País" e que ele será "o cenário mais favorável à luta armada". Sobre as atividades do Partido, faz referência ao trabalho nas fábricas, nos sindicatos e junto aos estudantes e afirma que alguns de seus quadros já estavam atuando nas áreas rurais.

Coerente com a sua linha de Guerra Popular, o PC do B continuava a preparação da luta armada no campo.

15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista

Durante todo o ano de 1967, a Ala Vermelha do PC do B debateu-se com seus problemas internos de organização e de definição da linha política. Apesar de seus líderes terem sido expulsos do PC do B no ano anterior, a idéia geral era permanecer como uma ala interna do Partido, conservando a sigla AV/PC do B, que se manteve até 1969.

Em termos de linha política, para definir a sua posição contrária à do PC do B, emitiu, em dezembro de 1967, um documento sob o título "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", criticando aquele que havia sido aprovado na VI Conferência do PC do B e desenvolvendo, nessa sua primeira fase de formação, uma linha nitidamente foquista.

Pelo documento citado, do mesmo modo que o PC do B, a Ala Vermelha considerava que a revolução deveria ser feita em duas etapas. A primeira, para atingir uma Democracia Popular e a segunda, para atingir o socialismo (16)

Mas, para partir rumo ao primeiro objetivo estratégico (Democracia Popular), teriam que ser obedecidas duas condições, já no campo da tática: "construir um Partido Revolucionário do Proletariado"; e "aniquilar o aparelho militar da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo Exército Popular Revolucionário".

Afirmava a Ala Vermelha que "*para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-se necessário o emprego da luta armada como sua principal forma de ação*". E acrescentava: "*A experiência da revolução em todo o mundo indica que existem apenas dois caminhos através dos quais a luta armada pode se desenvolver: a guerra insurrecional e a guerra popular*" (17).

Assim como o PC do B, a Ala Vermelha acreditava na guerra popular, defendendo a criação de um "partido temperado na luta", do Exército Popular Revolucionário, da "aliança operário-camponesa", de uma "frente única revolucionária" e da "correta combinação entre a luta armada no campo e nas cidades".

---

(16) Na primeira fase, desenvolver-se-ia uma "revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas". Nesta etapa, a Democracia Popular seria instaurada por um Governo Popular Revolucionário, que teria as tarefas essenciais de expropriar e estatizar os capitais, os bens e as propriedades do neocolonialismo e da burguesia, e expropriar toda a propriedade latifundiária, realizando a reforma agrária radical.
Na segunda fase, haveria uma "revolução socialista" e, então, o Socialismo seria instaurado pela Ditadura do Proletariado.

(17) A Ala Vermelha do PC do B só acreditava na guerra insurrecional se o Exército estivesse desprovido de coesão interna, se o Governo estivesse em processo de decomposição e de desmoralização e se existisse um proletariado em armas. Como nenhuma dessas condições existia na época, a Ala Vermelha não adotou a linha [illegible].

Entretanto, o ponto de discórdia com o PC do B surgia quanto ao método de desencadeamento da luta armada, que, segundo a Ala Vermelha, se poderia dar de quatro formas: fruto de um grande movimento de massas; resultado de um levante armado camponês; através de uma cisão no Exército; e através da formação de um "foco revolucionário".

Descartando as três primeiras formas, como inviáveis naquelas condições do País, a Ala Vermelha fixou-se na formação de um "foco revolucionário". Tentando construir um misto de maoísmo com foquismo, a organização defendia o desenvolvimento de um trabalho para ganhar as massas para a revolução, através da criação de uma "Frente Única Revolucionária", vista como "um instrumento de mobilização das massas para apoiar a luta armada".

Desse modo, a Ala Vermelha do PC do B escolheu a luta armada, de linha foquista, como o caminho a ser seguido pela organização, fruto de uma análise político-conjuntural realizada em 1966/67. No ano seguinte, a Ala Vermelha do PC do B passaria da teoria à prática.

16. O debate teórico e ideológico da AP

Em 1967, a Ação Popular (AP) iniciou a mudança de sua ideologia, buscando no marxismo-leninismo o instrumento para "proletarizar-se" e "viabilizar sua luta revolucionária".

Durante uma reunião do Comitê Nacional, realizada em fevereiro, foi levantada a necessidade de sistematizar o estudo do marxismo-leninismo e de ser criado um partido para dirigir e dar conseqüência à luta revolucionária. O "Debate Teórico Ideológico", documento resultante dessa reunião, tinha uma nítida influência do filósofo marxista Louis Althusser e representou uma tentativa de introduzir o marxismo numa organização de origem cristã, sem assustar seus militantes. A AP assumia o estudo teórico do marxismo, sem envolver-se nas conseqüências de sua prática (18). Já o documento "Partido de Vanguarda", também elaborado naquela oportunidade, apontava a necessidade de ser criado um partido para conduzir a revolução, fazendo, nesse sentido,

(18) A fim de incentivar o estudo, o Comando Nacional publicou e distribuiu os "Textos para Debate", contendo obras básicas e passagens importantes de pensadores comunistas, particularmente Marx e Engels.

constantes referências a Lenin. Afirmava, também, que ainda não havia esse partido no Brasil e defendia a sua criação a partir da Ação Popular.

Em meados de 1967, a AP, baseada em Marx e Lenin, debatia-se no estudo de pensadores divergentes, tais como Mao Tsetung, Althusser, Guevara e Debray.

Apesar de algumas críticas ao foquismo, a AP, procurando materializar a sua mudança de postura e buscando o reconhecimento e o apoio internacionais, enviou, no final de julho, seus militantes Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, o "Rolando", e Paulo Stuart Wright, o "João", para o I Congresso da OLAS, em Havana. Durante o Congresso, a organização conseguiu que o governo cubano colocasse à disposição da AP 14 mil dólares para financiar as passagens dos militantes que iriam freqüentar o curso de guerrilhas em Cuba. Foi, também, conseguida para a AP a representação política do Brasil em Cuba, em substituição a Brizola, que, colecionando fracassos, não apresentara explicações aceitáveis para o destino dado aos dólares cubanos por ele recebidos. Tal fato, inclusive, levaria Fidel Castro a referir-se a Brizola como "El Raton", sugerindo que o "líder da revolução brasileira" se havia locupletado com o dinheiro vindo de Cuba.

Em agosto, com a eleição para a presidência da UNE de Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, a AP manteve a supremacia que tinha no Movimento Estudantil desde os tempos da Juventude Universitária Católica, em 1961, quando foi eleito Aldo Arantes.

No segundo semestre de 1967, os debates na AP levaram-na a adotar a visão maoísta da Guerra Popular, abandonando o foco. Em conseqüência, a AP enviou 5 militantes a freqüentar o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim (19).

Até o final do ano, a estrutura organizacional da AP evoluiu, modificando o seu sistema de comando a fim de atender à nova concepção estratégica que ia adotando. Desse modo, foram criadas a Comissão Nacional Estudantil, a Comissão Nacional Operária, a Comissão de Política e Organização, a Comissão Nacional Camponesa e a Comissão Nacional de Serviços.

---

(19) Entre eles estavam: Jair Ferreira de Sá ("Dorival" ou "Dori), Haroldo Borges Rodrigues Lima ("Zé Antônio") e José Renato Rabelo("Raul").

No debate ideológico, ficou evidente o conflito entre o marxismo-leninismo — através do Pensamento de Mao Tsetung — e a base idealista da AP, trazida do movimento católico. De início tímida — aceitava-se com reservas a "ditadura do proletariado" —, a ideologia marxista-leninista iria dominar a AP e orientar a sua atuação. Aos que perseveraram nos ideais católicos, só restou a alternativa do desligamento da organização.

17. O IV Congresso e os "rachas" da POLOP

A intensa doutrinação ideológica pretendida pelo Comitê Nacional da Política Operária (POLOP), que lhe valeu o epíteto de "organização doutrinarista", não impediu o surgimento de correntes internas, localizadas nas Secretarias Regionais de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo.

Em setembro de 1967, a POLOP realizou o seu IV Congresso Nacional, no qual aprovou o "Programa Socialista para o Brasil", por 16 votos contra 14 — uma pequena maioria que não conseguiu evitar os "rachas" na organização.

Desde o ano anterior, já existiam divergências com a Secretaria Regional de Minas Gerais, que defendia a Constituinte e se aproximava das organizações que postulavam uma "revolução democrática-nacional". Essa dissidência mineira afastou-se da POLOP e viria a criar, em 1968, o Comando de Libertação Nacional (COLINA) (20).

A minoria da Secretaria Regional da Guanabara apresentou, no Congresso, um programa caracterizando a revolução como sendo de "libertação nacional" e defendendo a estratégia da "guerra prolongada no campo". Liderada por Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, Maria do Carmo Brito, essa dissidência carioca viria a juntar-se à dos mineiros, na formação do COLINA.

Em São Paulo, a minoria da Secretaria Regional havia adotado uma posição foquista, seguindo a orientação do livro "Revolução na Revolução?", de Regis Debray. No Congresso, apresentou teses baseadas na "Resolução Geral" da I COSPAL, da OLAS, realizada em agosto, e defendeu a constituição de um "Comando Político-Militar". Derrotada, essa dissidência paulista — liderada por

---

(20) Entre os líderes da dissidência estavam: Ângelo Pezzuti, Carlos Alberto Soares de Freitas, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Inês Etienne Romeu e Dilma Vana Roussef Linhares.

Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfouri Quartim de Morais—,selando antigo namoro com os ex-militares do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, criaria, em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Reduzida, praticamente, à metade de seus efetivos, a POLOP lançou-se, após o Congresso, em decidida atuação junto ao movimento operário, setor onde não possuía a mesma força que dispunha junto ao Movimento Estudantil.

Em novembro de 1967, foi divulgado o documento "As razões da Frente da Esquerda Revolucionária", assinado pelo Comitê Nacional da POLOP, pelo Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul (dissidência), pelo Comitê Municipal(leninista) do PCB da capital gaúcha e pelo Comitê Secundarista da Guanabara(PCB). Nesse documento, além das críticas à direção do PCB, ficou acertada, pelos signatários, a constituição de uma Frente de Esquerda Revolucionária, por aqueles que advogavam uma revolução socialista para o Brasil.

No final de 1967, concretizou-se a aproximação da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul com a POLOP, fusão que seria estabelecida em 1968, formando o Partido Operário Comunista (POC).

18. A Força Armada de Libertação Nacional (FALN)

O inconformismo com a linha pacífica adotada pelo PCB gerou, na Faculdade de Direito da cidade paulista de Ribeirão Preto, uma dissensão centrada no universitário Wanderley Caixe, que participava de uma célula do PCB naquela faculdade. No primeiro semestre de 1967, orientado pelo seu "assistente", Irineu Luís de Moraes — que se havia ligado à Ala Marighela —, Wanderley resolveu desligar-se do Partido e, influenciado pelo foquismo cubano, criou a "Frente de Libertação Nacional", em seguida transformada na "Força Armada de Libertação Nacional" (FALN).

A FALN estruturou-se em três setores: de inteligência, logístico e de formação de quadros. De reduzido conhecimento teórico, sua direção não fazia elucubrações sobre o caráter da revolução e nem sobre a caracterização da sociedade. Desejando formar um "Exército Popular de Libertação", objetivava, por meio dele, derrubar o Governo, assumir o poder e mudar o regime.

Através de um jornal de estudantes da Faculdade de Direito, "O Berro", Wanderley Caixe passou a pregar a sua posição foquista, juntamente com Nanci Marieto, Sílvio Rego Rangel, Luiz Gonzaga da Silva e outros. Chegou, inclusive, a distribuir um texto mimeografado do livro "Revolução na Revolução?" (de Regis Debray) e efetuou pichações onde a tônica era a luta armada.

No segundo semestre de 1967, a FALN iniciou os atentados terroristas nas cidades paulistas de Ribeirão Preto e Sertãozinho. Em Ribeirão Preto, fez explodir bombas nos cinemas Centenário, São Paulo, D. Pedro II, São Jorge e Suez, bem como no Mercado dos Campos Elíseos, na agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, na Igreja Mórmon e, até, no 3º Batalhão da Polícia Militar. Em Sertãozinho, Mário Bugliani e seus comparsas explodiram bombas em logradouros públicos, nos mesmos horários das acionadas na cidade vizinha de Ribeirão Preto. Os petardos tinham efeito moral e serviam para espalhar panfletos, nos quais a FALN preconizava a derrubada do Governo e elogiava a figura de Guevara (21).

No final de 1967, além de Ribeirão Preto e Sertãozinho, a FALN já se havia estendido para as cidades de Franca e Pitangueiras, lutando por afirmar-se e procurando os meios que lhe permitissem desencadear a luta armada.

19. Atividades do clero na subversão

A influência marxista na Igreja, de que tratamos no capítulo I (item 15), fazia-se sentir, no Brasil, de forma mais acentuada, na ordem dos dominicanos, exteriorizada por dois aspectos principais: liberalismo, entre os seus membros, para os problemas mundanos e grande atividade política. Mas, além dos dominicanos, também os franciscanos deram provas de suas tendências políticas, apoiando a realização, em 1966, do XXVIII Congresso da União Nacional do Estudantes (UNE). Forneceram alojamentos aos congressistas e permitiram que as reuniões fossem realizadas no Convento da Ordem, em Belo Horizonte. A UNE era uma entidade ilegal, cujo fechamento havia sido pedido por ser considerada nociva à ordem pública — fora infiltrada pelos comunistas e tornara-se um reduto deles.

---

(21) As bombas eram confeccionadas por Wanderley Caixe, Luiz Gonzaga da Silva, Sílvio Rego Rangel, Oscar dos Santos Lima, Áurea Moreti e Mauro Rosa Mosca.

No ano de 1966, os dominicanos de São Paulo promoveram o que denominaram a "Semana da Liberdade". A essa reunião, cuja tônica foi o incitamento à rebelião, compareceram notórios e conhecidos esquerdistas. Ainda nesse ano, dava-se o ingresso no convento dessa ordem dos jovens Oswaldo Augusto Rezende Júnior, Magno José Vilela, Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, Ives do Amaral Lesbaupin e Carlos Alberto Libânio Christo, originários do meio estudantil, onde atuavam politicamente comprometidos com idéias esquerdistas. Em breve, já como religiosos, iríamos constatar suas atuações em atividades e organizações subversivas.

Em 1967, mais uma reunião clandestina seria realizada num convento religioso, desta vez no dos dominicanos de São Paulo, o qual, por isso, já se ia notabilizando. Ali, no início do ano, houve uma reunião do chamado DCE-livre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (entidade ilegal). Também nesse convento, numa iniciativa de seu Prior, Frei Francisco Pereira de Araújo — "Frei Chico" — , foi programado um dia de greve mundial contra as guerras e a subseqüente criação de uma assembléia permanente pela paz. Na gráfica desse mesmo convento, foi impresso um número do jornal "Revolução", da Ação Popular, cujo assunto principal eram os "Textos para debates sobre a Teoria Revolucionária Chinesa".

Na noite de 5 para 6 de novembro, foram detidos, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, quatro indivíduos que distribuíam um manifesto subversivo, pregando, inclusive, a tomada do poder pela força. Os elementos detidos foram identificados como sendo o diácono francês Guy Michel Camille Thibault, o ex-seminarista Carlos de Azevedo Rosa e dois diretores da Juventude Diocesana Católica, da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Jorge Gonzaga e Natanael José da Silva. O veículo por eles utilizado era de propriedade da Diocese e os panfletos haviam sido confeccionados na Casa Paroquial de Volta Redonda. Apesar do flagrante da ilícita atividade, que envolvia inclusive um estrangeiro, Dom Valdir Calheiros, bispo local, foi a público defender os implicados e alardear o fato como "*mais uma tentativa de sufocar a voz da Igreja*" (22).

(22) A respeito desse episódio, o escritor católico Gustavo Corção escrevia em "O Estado de S. Paulo", de 19/11/67, lamentando que o empreendimento desses jovens não provocasse a indignação do bispo, o que não aconteceu, segundo o autor, "porque vivemos em tempos de grandes superstições: nossos bezerros sagrados irão de audácia em audácia até obter que os eclesiásticos reneguem alegremente a fé e queimem, com as últimas imagens de uma antiquada Igreja de outro século, os crucifixos que lembram a superada idéia de um Cristo morto para a redenção da Humanidade (...)".

Em dezembro desse ano, percebendo que pelo menos de uma parcela da Igreja poderia obter colaboração para suas atividades, o PCB incluiu na resolução política de seu VI Congresso a seguinte proposição: "A posição da Igreja Católica, na qual poderosas correntes se identificam com as forças que lutam pela paz e pela democracia, cresce sempre mais em importância (...). A frente antiditatorial inclui também correntes e líderes religiosos. Daí o importante papel da ala progressista da igreja católica. Nosso objetivo principal na luta contra a ditadura é promover a formação de um único bloco de todas as forças de oposição (...)"

Em agosto, havia sido divulgado um documento intitulado "Mensagem de 17 bispos do Terceiro Mundo", dos quais nada menos que 8 eram brasileiros. Nessa Mensagem, há uma opção pelo socialismo, com uma ressalva quanto ao seu entendimento. Os bispos, no tópico sobre o capitalismo, assim se expressam: "Os cristãos têm o dever de mostrar que o verdadeiro 'socialismo' é o cristianismo integralmente vivido (...). Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e religião com os opressores do mundo, dos pobres e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo...".

20. Um mil novecentos e sessenta e sete

Com a posse do Presidente Costa e Silva, cessara a vigência do AI-2. O País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. No entanto, criara-se, antes de sua posse, a expectativa de que o novo governo, tão logo chegasse ao poder, iria promover modificações substanciais, principalmente, nos campos político e econômico.

A esquerda, que dominava a Frente Ampla, tendo inclusive redigido seu manifesto, iria radicalizar essa esperança, transformando-a em pressão. As reivindicações postas nesse sentido eram: anistia, já!; eleição direta, já!; e uma nova constituição, já!

O Governo mostrou a seus correligionários que não havia o que mudar de imediato. A política econômica exigia continuidade para não tornar vãos os sacrifícios impostos por 3 anos. A Constituição estava em vigor só havia alguns meses e o Governo estimava que só teria condições de rever as punições revolucio-

nárias dentro de dois anos, se tudo corresse bem, isto é, se a Revolução obtivesse êxitos mínimos.

A Frente Ampla, porém, que se proclamava contra o regime vigente, tomou como bandeira a "democratização" e propôs-se a adotar a estratégia utilizada por Brizola em 1963, calcada na mesma alegação. Os parlamentares estariam imobilizados pelo sistema dominante e só se libertariam para promover as retificações constitucionais, com o povo nas ruas, sob a pressão do movimento de massas.

Lacerda, não conseguindo aproximar-se do Governo, aceitou as teses da esquerda para a Frente e, em setembro, encontrou-se em Montevidéu com João Goulart, firmando com este um acordo que iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o Governo e o regime.

O Governo reagiu e responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

A Frente não chegou a ser lançada, mas passou a ampliar seus contatos, realizando encontro com líderes sindicais e estudantis. Com sua postura de enfrentamento ao Governo, ela não contribuiu para afrouxar o "nó" que limitava qualquer possibilidade de anistia e outras modificações institucionais a curto prazo. Iria, sim, contribuir para apertá-lo, afastando a possibilidade de entendimento entre as partes para um futuro que outros acontecimentos paralelos acabariam por tornar distante.

Caberiam bem aqui as palavras que, havia menos de três anos, Lacerda escrevera, ao prefaciar o livro de Suzanne Labin, "Em cima da hora": "*A estupidez dá as mãos à imprevidência, a ingenuidade se abraça à malícia, e, nessa frente cínica de traição ativa e passiva, entregam o Brasil à força retrógrada e reacionária que é a ditadura comunista*". Se não havia uma conexão entre a Frente Ampla e a trama que o Movimento Comunista Internacional engendrava em Havana, esta, no mínimo, ajudava decididamente a criar as condições objetivas que as organizações subversivas esperavam viessem a ocorrer no País, em apoio à luta armada em preparação.

Nesse ano, temeroso de perder a oportunidade e crente

que o momento propício já chegara, Brizola lançou seus despreparados "guerrilheiros" em mais uma aventura, a chamada "guerrilha de Caparaó" — que não houve —, e cujo objetivo era desenvolver-se até transformar-se num "exército popular revolucionário". A guerrilha acabou antes de iniciar suas "operações". Nesse ano, outra guerrilha — que não houve — recebera apoio do caudilho. Esses fracassos guerrilheiros de Brizola, que se somaram a outros anteriores, fizeram com que ele ficasse totalmente desmoralizado ante os líderes cubanos — que o acusaram de ter-se locupletado com o dinheiro destinado à Revolução — e com que se desmoronasse o Movimento Nacionalista Revolucionário até a extinção. Mas, o fato de seu "pombo-correio" ter sido preso entre os "guerrilheiros" do Triângulo Mineiro não deixou de ser explorado pela esquerda, que nele via "uma escalada do governo ditatorial" contra a imprensa.

Destino mais inglório que o MNR teve a outra organização subversiva que se criara no Uruguai, a Resistência Armada Nacionalista. Sem uma definição político-ideológica, não obtendo apoio externo e não tendo recursos para prosseguir em suas ações, a RAN esvaziou-se até a total dissolução.

Em contrapartida, a Ação Popular, que se decidira pela proletarização e começava a proceder alterações internas visando a seus novos objetivos, fez-se oficialmente presente à Conferência da OLAS. Em Havana, além de conseguir a representação do Brasil junto a esse organismo, passou a receber o auxílio do governo cubano, destinado a apoiar a revolução em nosso País. Esse apoio não refletia apenas o fato de a AP ser a organização subversiva mais atuante e os fracassos de Brizola. Devia-se também, sem dúvida, a seu domínio sobre a UNE e conseqüentemente sobre uma grande massa de manobra radicalizada ideologicamente e pronta para ser lançada na criação do foco insurrecional. Coincidentemente com a I COSPAL, a AP, em frente única com as Dissidências Comunistas Universitárias, alijou de vez a influência do PCB do meio universitário. A direção da UNE passava a orientar-se pelo ideário de organizações que acelerariam o envolvimento da classe estudantil na militância armada. Só faltava um expediente que a jogasse em massa na clandestinidade, a fim de canalizá-la para as organizações subversivas.

Nesse ano, as dissidências que se haviam formado em torno da linha política dos Partidos Comunistas, a que a POLOP não ficou imune, começaram a definir-se e dariam margem ao surgimento de nada menos do que nove organizações optantes da luta armada, sendo cinco oriundas do PCB, duas do PC do B e duas da POLOP.

Ainda em 1967, começou a vir à tona o trabalho da esquerda revolucionária na área sindical. Apresentando-se como oposição aos sindicatos dominados pelo PCB, era constituída de grupos rompidos com o reformismo e apoiados pela Juventude Operária Católica. Começaram a criar um sindicalismo paralelo, com base em comitês sindicais, a nível de fábrica. Fortaleceram-se, organizando o Movimento Intersindical Anti-arrocho.

Tudo estava a indicar que em breve a luta armada poderia ter início. Na verdade, os primeiros atentados a bomba já haviam começado, no segundo semestre desse ano, mas eram considerados meros protestos de estudantes.

CAPÍTULO V

1968

1. O "caminho das pedras"

Quem desconhecia a preparação das esquerdas para a luta armada até poderia prognosticar que 1968 seria um ano tranqüilo. Pelo menos para o Congresso, ele começava ao velho estilo — com uma convocação extraordinária, por mera conveniência dos que tomaram essa iniciativa. Não havia prenúncio de crise institucional iminente, nem os projetos em pauta justificavam essa providência.

O Governo, com pouca flexibilidade política, pensou em manifestar sua reprovação a essa medida descabida, não enviando qualquer mensagem ao Congresso durante esse período extraordinário. Alertado de que essa convocação fora provocada por parlamentares da ARENA, que no final de 1967 haviam criado dificuldades para a tramitação de projetos do Executivo, impondo-lhe alguns reveses, o Presidente foi aconselhado a não aumentar a área de atrito com os representantes situacionistas.

De fato, as relações do Governo com o partido que lhe deveria dar sustentação e com o Congresso não eram das mais harmoniosas. O Governo tinha pouco a ceder em razão de seus objetivos e, onde poderia fazê-lo, muitas vezes não o fazia, em decorrência de características pessoais do Presidente. Durante todo esse ano, o Executivo teria dificuldades para harmonizar suas relações com os parlamentares. Várias tentativas para melhorar essa articulação foram feitas, recebendo, o Presidente, governadores, bancadas estaduais e parlamentares isolados para troca de idéias. Os políticos não desejavam, porém, apenas o diálogo, desejavam ver atendidos seus interesses políticos que considera pretendiam ver atendidos seus interesses, que consideravam legítimos, enquanto o Governo, via de regra, os classificava de "fisiológicos", isto é, contrários à causa pública. Essas tentati problemas básicos: as reivindicações de alterações institucionais, ou as de mudanças ministeriais, que o Presidente não iria atender por questão de feitio pessoal.

Havia, porém, no alto escalão do sistema governamental, constituído por governadores, parlamentares e até ministros, uma preocupação que ia além desses problemas do cotidiano político.

Concordavam esses líderes políticos que o Governo não vinha correspondendo às esperanças que despertara. Embora divergindo quanto à natureza das causas — políticas, sociais ou econômicas, examinadas isolada ou conjuntamente —, consideravam que os fatos poderiam conduzir a uma crise institucional.

Embora não estivessem satisfeitos com a forma pela qual o Executivo conduzia sua estratégia, esses políticos não concordavam com a formulação política do MDB e rejeitavam, por irrealista, a radicalização pretendida pela Frente Ampla. Muitos deles criticavam essas posturas, considerando-as pouco inteligentes e portadoras de aspectos que apenas dificultavam o encontro de uma solução.

O "caminho das pedras", para esses próceres políticos, estava na pacificação e não no confronto. Deveria ser buscado no entendimento — que só seria viável na medida em que houvesse uma atitude moderada, para não dizer conciliatória — entre oposição e Governo.

As tentativas de conseguir esse entendimento apenas demonstraram o grau de irredutibilidade da posição adotada por setores oposicionistas, a qual, de forma camuflada, também era adotada por alguns grupos nas hostes governistas. Dizia o Secretário-Geral do MDB, expressando claramente esse posicionamento, mais emotivo que racional: *"Se para o Governo a Constituição é intocável, a anistia é irrealizável, a eleição direta do presidente impossível, por que haverá a oposição de abdicar de seus atuais instrumentos de luta apenas para manter um 'status quo' que considera intolerável?"*

Por outro lado, o Presidente da República sempre deixara explícito que a anistia e a reforma constitucional não poderiam constituir o ponto de partida para qualquer negociação. Esses pontos básicos necessitavam de preliminares que fossem desarmando os espíritos. O que o Presidente pretendia fazer nesse sentido era projetar essa perspectiva para um futuro não muito distante, expressando seu propósito de promover eleições e passar o Governo ao sucessor — e isto ele o fazia com freqüência. Adiantava mais o Presidente: a sua meta era passar a presidência, em 1971, para um civil.

Batia-se no que chamamos, no capítulo anterior, do "nó" dado pela Revolução, que só poderia ser desatado com o [illegible]

e com o desarmamento dos espíritos. Contrariar essas premissas e querer queimar etapas com pressões de massa ou de outra natureza, era conduzir o problema para o impasse; porém, compreender isso, naquele momento, era algo que estava ao alcance de poucos.

2. A retomada do desenvolvimento

Equivocados estavam, quanto à causa da crise por vir, aqueles que a atribuíam à política econômica do Governo. Embora seus benefícios ainda não pudessem ser sentidos pela população em sua verdadeira grandeza, os indicadores econômicos mostravam que 1968 seria o ano da reversão de um longo período de recessão para a retomada do crescimento econômico. O Brasil voltava a crescer a altas taxas (1).

Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto:

ANO	PIB		INDÚSTRIA	AGRICULTURA
	REAL	"PER CAPITA"		
1956-62*	7,8	4,0	10,3	5,7
1962-67*	3,7	1,3	3,9	4,0
1968	11,2	8,1	13,3	4,4

* Média anual

Esse crescimento era decorrente de um processo árduo, sem demagogia, que demandava tenacidade e coragem política para enfrentar a inevitável impopularidade, enquanto seus frutos estivessem em maturação. Devia-se a severas restrições ao orçamento do Tesouro, ao abandono de subsídios paternalistas e às reformas institucionais que modernizaram o aparelho do Estado.

O importante, no caso, era que essa reversão não se dava como conseqüência de meros fatores conjunturais, mas sim como fruto de medidas saneadoras e, por isso, sustentável por um largo período, o que iria permitir a transformação da economia do Brasil e retirá-lo da esfera dos países "inviáveis", como a maioria dos países do chamado "terceiro mundo".

3. As pedras do caminho

A decisão dos três líderes da Frente Ampla de realizar ações mais agressivas, tornada pública em dezembro do ano ante-

(1) Fonte: "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas.

rior, alcançava os setores de esquerda da bancada federal do MDB. Atingia tal nível que o Senador Oscar Passos anunciava a sua intenção de afastar-se da presidência do Partido, em virtude da pressão a que vinha sendo submetido para tomar atitudes que julgava sectárias. Em dezembro, emedebistas mineiros já se haviam desligado da Frente em razão de sua radicalização.

Enquanto Lacerda continuava buscando contato com oficiais da "linha dura", por julgar que a frente só teria conseqüência se pudesse contar com a adesão de militares, esta buscava estruturar-se para dar permanência às suas ações esporádicas, através de uma arregimentação organizada e persistente. Julgavam seus próceres que era chegada a hora "de colocar a procissão na rua, mobilizar e estimular a opinião pública". Gestões eram feitas para que Goulart dirigisse um manifesto aos trabalhadores.

Numa alusão aos guerrilheiros vietcongues, o Deputado Hermano Alves alardeava: *"em março, a Frente Ampla atacará ao mesmo tempo Huê, Saigon, Khe Sanh, Pleikn e o Delta do Mekong"*.

Áreas ligadas ao Governo, tanto militares quanto políticas, passavam a denunciar o caráter subversivo da Frente.

Não tendo conseguido demover as áreas militares com as quais se ligava da severa condenação que faziam de seus acordos políticos com Kubitschek e Goulart, Lacerda iniciava a chamada "guerrilha verbal" — provocar a tal ponto que se tornasse inevitável uma reação. Após fazer acusações genéricas de corrupção administrativa, sem fundamento, acusava os Ministros de Estado de serem "vendidos aos interesses estrangeiros".

Em março, a tolerância do Governo chegava ao seu limite. Lacerda acusava o Chefe da Casa Militar de ter usurpado o poder em nome do Exército, buscando atingir diretamente a autoridade do Presidente da República (2).

Enquanto o Governo estudava a medida mais adequada para pôr fim às atividades frentistas, numa ação infeliz e lamentável é morto um jovem estudante no Rio de Janeiro. Acidente ou não, estava criado o "mártir" que emotivamente arrastaria os indiferentes às manifestações dirigidas pela esquerda estudantil, propiciando condições para uma agitação crescente. As autoridades

---

(2) Para conhecer as versões do planejamento subversivo da Frente Ampla que circulavam à época, ver em "Os governos militares", de Hélio Silva, da Coleção "História da República Brasileira", Editora Três, Volume 20, página 84.

governamentais irritavam-se com o comportamento de alguns políticos nos episódios de rua. Na Câmara, eram feitos discursos considerados desrespeitosos às autoridades e às Forças Armadas e alguns deputados, como Hélio Navarro e Davi Lerer, além de protegerem os estudantes rebelados contra a autoridade, estimulavam a agitação, procurando agravá-la com nítido incitamento à subversão.

Cogitava-se a decretação do estado de sítio, medida que não evitaria as provocações e atitudes desses políticos e, por isso, veiculava-se também, com crédito, a notícia da preparação de um novo Ato Institucional. Contudo, "revela-se que, quando falaram ao Presidente Costa e Silva na necessidade de editar novo Ato Institucional, ele respondeu: '*Isso não é comigo. Jurei cumprir a Constituição e o farei*'" (3).

Transpirava, também, que o Ministro do Exército era contrário à decretação do estado de sítio e que o Alto Comando entendia caber ao Governo manter a ordem e a política do regime, enfrentando com medidas constitucionais normais as manifestações que não haviam adquirido, ainda, caráter insurrecional.

Embora corressem rumores sobre "uma conspiração que visaria a derrubar o Governo através de um movimento de agitação popular", a eclodir em 1º de maio, apenas foi dado curso a uma decisão, já tomada antes dos acontecimentos desencadeados com a morte do estudante no Rio de Janeiro (4). Em portaria do Ministério da Justiça, de 5 de abril, ficava proibida qualquer manifestação política em nome da Frente Ampla.

A solução branda apenas adiaria um confronto mais sério. Se a medida podia acuar a Frente, não calava uma dezena de parlamentares que faziam a pregação subversiva acobertados por seus mandatos. Sequer a Frente deixaria de atuar, por acreditar que havia conseguido gerar um processo de crise irreversível e que o Governo estava por um fio. Dias depois dessa medida, seu Secretário-Geral, Renato Archer, reafirmaria os compromissos dos três líderes que a constituíram, para algum tempo depois, num debate na PUC, trazer a público a continuidade da atuação da Frente, agora clandestina (5).

---

(3) Castello Branco, C.: "Os militares no poder", Vol. II, página 330.
(4) A notícia sobre a conspiração a ser deflagrada a partir de 1º de maio de 1968 consta do livro já citado, de Castello Branco, pág. 325/326.
(5) Castello Branco, C.: obra citada, página 377.

4. O Congresso Cultural de Havana

Nos dois anos anteriores, 1966 e 1967, Cuba havia-se lançado no cenário revolucionário americano, divulgando sua doutrina guerrilheira e organizando a OSPAAL e a OLAS. Faltava, entretanto, um instrumento para aglutinar os intelectuais, os cientistas e os artistas, que poderiam, com seus livros, trabalhos e canções, preparar a consciência das massas para a revolução. Faltava conciliar a cultura com a luta armada.

Assim, em 4 de janeiro de 1968, iniciou-se o Congresso Cultural de Havana, conseqüência dos trabalhos iniciados desde outubro do ano anterior, com a realização de um seminário preparatório. A "Declaração" aprovada nesse Congresso registrava que:

"O proletariado, o campesinato e as demais classes populares revolucionárias são os herdeiros históricos das melhores tradições culturais. Unicamente pela via da tomada do poder político e da revolução socialista, encabeçada por aquelas classes, será possível desenvolver ilimitadamente, sem os anteriores entraves da luta de classes, uma extensa e rica cultura genuinamente nacional".

Unindo as figuras de Lenin e Guevara (já morto na Bolívia em outubro de 1967) como símbolos do "intelectual revolucionário militante", a "Declaração" assinalava:

"Queremos concluir, expressando que o exemplo de Lenin se mantém e se manterá vivo na prática revolucionária dos povos; que defenderemos a revolução contra todos os inimigos e perigos, com nosso trabalho e com nossa vida se for necessário, e queremos dizer ao mundo que o grito de guerra de nosso Comandante 'Che' Guevara foi escutado, que estamos dispostos — com nossas mãos e nossas gargantas eivadas de ódio e paixão revolucionária — a deixar nossos instrumentos de trabalho, tomar as armas e entoar os cantos guerreiros com o matraquear das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória".

Assim como a Conferência da OSPAAL foi a Tricontinental da subversão, da guerrilha e do terrorismo, o Congresso Cultural de Havana passou a ser a "tricontinental" da infiltração comunista nos meios intelectuais, científicos e artísticos.

No Brasil, as conseqüências do Congresso foram imediatas. Livros passaram a ser escritos e canções compostas sob a ótica da visão marxista. Nossos "intelectuais" e artistas, forjados nos

bares de Ipanema, tomaram a postura de "revolucionários", sempre, porém, insuflando os outros, particularmente os jovens.

Os "Chico Buarque", os "Callado" e os "Geraldo Vandré" proliferaram e ganharam as manchetes como os mártires da "censura da ditadura militar".

5. O Movimento Estudantil desencadeia o enfrentamento generalizado

Se algum setor pudesse ser destacado no ano de 1968, este seria, indiscutivelmente, o Movimento Estudantil, em conseqüência do generalizado enfrentamento dos estudantes contra as forças policiais.

Em 1966, já se iniciara esse processo sem que, entretanto, os estudantes estivessem razoavelmente organizados. Não dispunham, também, de um preparo ideológico mais apurado, o que só viria a ocorrer no ano seguinte, com o fortalecimento das lutas estudantis específicas.

A conjuntura internacional mexia com as cabeças da juventude brasileira. No Vietnam, a ofensiva comunista do "Tet" (início do ano novo lunar dos vietnamitas) alcançava sucesso contra o "poderoso" exército norte-americano. Nos Estados Unidos, os negros realizavam manifestações contra a participação no Vietnam. Na Tchecoslováquia, os ideais libertários de Dubcek e a posterior invasão desse país, inflamavam os jovens, colocando-os numa posição contra a URSS e as posições "reformistas". A Revolução Cultural Chinesa espalhava os "livrinhos vermelhos" de Mao Tsetung. Nas barricadas de Paris, fortaleciam-se as idéias de Marcuse e surgiam novos heróis, como Daniel Cohn Bendit. O Movimento Estudantil atuava intensamente no Uruguai e no México. As guerrilhas de concepção cubana ocupavam as matas da Bolívia, da Venezuela e da Guatemala. E, fundamentalmente, florescia a figura de Guevara, o "novo herói" americano.

Não foi surpresa, portanto, a radicalização dos estudantes brasileiros, que havia alguns anos vinham sofrendo a influência das organizações comunistas. Se o ano anterior fora marcado pela atomização das esquerdas, com sucessivos "rachas" no PCB e na POLOP, o ano de 1968 caracterizou-se pelo surgimento formal de um grande número de organizações comunistas que pregavam a luta guerrilheira. Os jovens já possuíam diversas opções para o desaguar de suas pretensões em favor das ações armadas.

Das quase duas dezenas de organizações comunistas já existentes ou então formadas, oito foram as mais importantes para o Movimento Estudantil, particularmente, na direção das agitações de rua: a Ação Popular (AP), o Núcleo Marxista-Leninista (NML), a Dissidência da Guanabara (DI/GB), a Dissidência da Dissidência (DDD), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ala Marighela (futura ALN).

Em 1968, as bandeiras estudantis, forjadas nas lutas específicas do ano anterior, concentravam-se na "luta contra a repressão interna e a elitização do ensino" e por "mais verbas para as universidades". Na realidade, entretanto, essas bandeiras nada mais eram do que a ponta do "iceberg", que carregava, em seu bojo, com muito mais extensão e profundidade, a luta ideológica e o gérmen da luta armada.

Uma outra característica do Movimento Estudantil, em 1968, foi a orientação dada pelas organizações comunistas para que os estudantes passassem a desafiar abertamente os professores e diretores, obrigando-os a uma definição política. Muitos deles foram desmoralizados e perderam a autoridade, enquanto outros aderiram ou, pelo menos, não tentaram opor-se ao movimento.

Nas agitações de rua, as táticas utilizadas foram as apreendidas com as experiências de 1966 e 1967. Andavam na contra-mão dos carros, em plena hora do "rush", causando grandes engarrafamentos e dificultando a ação policial. Faziam minicomícios, trepados em automóveis ou postes de rua. Agrupavam-se e dispersavam-se rapidamente, antes da chegada da polícia. Seus instrumentos de luta foram aumentando gradativamente, na medida em que o enfrentamento ia-lhes proporcionando novos sucessos e novas adesões. Dos gritos de protesto iniciais, passaram pelos porretes, atiradeiras, sacos de plástico com clorato de potássio e vidros de ácido sulfúrico, até aos coquetéis "molotov" e às armas de fogo (6).

Apesar do Movimento Estudantil ter efetuado agitações em quase todas as capitais brasileiras, foi no Rio de Janeiro e em

(6) Dentre os principais líderes do Movimento Estudantil, em 1968, podem ser destacados: Jean Marc Frederick Van Der Weid e Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da AP; Wladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz, da DI/GB; José Dirceu de Oliveira e Silva, da ALN, e Marco Antonio da Costa Medeiros e Elinor Mendes Brito, do PCBR.

São Paulo que elas atingiram seu ponto máximo. Em 17 de janeiro de 1968, na Guanabara, Elinor Mendes Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) e estudante secundarista do Artigo 99, organizou um plebiscito para angariar fundos para o "Restaurante Central dos Estudantes", mais conhecido como Calabouço. Em março, ocorreram greves em diversas universidades do País, contra a nomeação do Coronel Meira Matos para uma comissão especial para a reformulação do ensino, fato considerado, pelos estudantes, como uma "intervenção militar no MEC". Nesse mesmo mês, nos dias 13 e 24, houve passeatas com depredações em São Paulo e Recife, respectivamente.

A primeira agitação de maior envergadura ocorreu em 28 de março de 1968, por ocasião da passeata organizada pela Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), em solidariedade aos estudantes do Calabouço. Cerca de 500 secundaristas, insuflados por Elinor Mendes de Brito, entraram em choque com a polícia na Avenida Rio Branco, quando foi morto, por uma bala perdida, Edson Luís de Lima Souto. Resolvendo-se capitalizar o fato, o cadáver foi velado durante toda a noite na Assembléia Legislativa, quando foram pronunciados inflamados discursos contra a "ditadura militar", à sombra de retratos de Guevara. No dia seguinte, o enterro de Edson Luís, elevado à condição de "mártir estudantil", reuniu milhares de pessoas que, no cortejo entre a Cinelândia e o cemitério São João Batista, prometiam vingança, chegando a depredar um carro da embaixada norte-americana e a incendiar uma caminhonete da Aeronáutica.

No dia 31 de março, foi planejada a 2ª passeata pela morte de Edson Luís e contra a Revolução de 1964, que completava quatro anos. Realizada na hora do "rush", usaram a tática de organizar dezenas de pequenas passeatas que iam e vinham de conhecidos pontos do centro do Rio de Janeiro, como a Cinelândia, o Largo da Carioca, a Praça XV e a Praça Mauá. Formando grupos de choque armados com porretes e atiradeiras, depredaram lojas, carros e bancos, chegando ao enfrentamento direto com a Polícia Militar. Segundo palavras de Alfredo Hélio Sirkis, "*naquela noite foi sem o menor receio e com muita raiva que avançamos em cima da PM*" (7). No final da noite, um civil morto e dezenas de soldados da Polícia Militar feridos atestavam a virulência do confronto. Em 4 de abril, durante a missa de sétimo dia, as tenta-

(7) Sirkis, A.H.: "Os Carbonários". Global Editora, S.P., 1984, pág. 65.

tivas de desordem foram todas contidas pela Polícia Militar, que, pela primeira vez, usou a tropa a cavalo.

De 21 a 23 de abril, em Belo Horizonte, a UBES realizou o seu XX Congresso, que estabeleceu os eixos centrais de luta, contra os acordos MEC-USAID, contra a Lei Suplicy, contra a "Comissão Meira Matos" e pelo apoio à "libertação dos povos oprimidos".

Na primeira quinzena de maio, tumultos ocorridos no vestibular para a Escola de Engenharia, em Curitiba, causaram a prisão de 59 estudantes e ferimentos em seis policiais, um deles em estado grave.

No início de junho, no Rio de Janeiro, pequenas passeatas realizadas em Copacabana e na Rua Uruguaiana pressagiaram as grandes agitações que estavam por vir ainda nesse mês, e que ficaram conhecidas como "As Jornadas de Junho", verdadeiros marcos do início da mobilização da massa estudantil.

Ao meio-dia da quarta-feira, 19, cerca de 800 estudantes, liderados por Wladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME), tentaram tomar de assalto o edifício do MEC. Rechaçados, foram em manifestação até a Avenida Rio Branco onde ergueram barricadas e atacaram a Polícia Militar. "*Pela primeira vez*", afirma o próprio Wladimir Palmeira, "*não era a polícia que avançava contra os estudantes, mas os estudantes que avançavam contra a polícia*" (8). Houve um caos generalizado, com dezenas de feridos, de lado a lado, e três veículos do Exército foram incendiados.

No dia seguinte, cerca de 1500 estudantes invadiram e ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, fazendo com que os professores e membros do Conselho Universitário passassem por vexames, obrigando-os a saírem por uma espécie de corredor polonês, formado por centenas de estudantes. No final da tarde, cercados pela polícia, resolveram romper o cerco à força, quando mais de duas centenas foram presos.

Vinte e quatro horas depois dessa invasão, realizou-se nova passeata, ao meio-dia, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Conhecido como a "Sexta-feira Sangrenta", o dia 21 de junho foi marcado por uma brutal violência. Cerca de 10 mil pessoas, os es

(8) Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa-Portugal, 1976, depoimento de Wladimir Palmeira, página 34.

tudantes engrossados por populares, erigiram barricadas, incendiaram carros, agrediram motoristas, saquearam lojas, atacaram a tiros a embaixada americana e as tropas da Polícia Militar. No final da noite, mais de 10 mortos, dentre os quais o Sargento da Polícia Militar Nelson de Barros, e centenas de feridos atestavam a violência dos confrontos.

Na madrugada do dia 22, dezenas de estudantes tentaram ocupar, sem sucesso, a Universidade de Brasília. No dia 24, cerca de 1500 estudantes realizaram uma passeata no centro de São Paulo, quando depredaram a Farmácia do Exército, o City Bank e a sede de "O Estado de S. Paulo".

No dia 26 de junho, ao mesmo tempo em que ocorriam distúrbios estudantis em Belo Horizonte, e algumas horas depois que um carro-bomba lançado pela VPR destruía parcialmente o QG do II Exército, matando a sentinela, Soldado Mário Kozel Filho, realizava-se, no centro do Rio de Janeiro, a denominada "Passeata dos Cem Mil". Já não eram só estudantes. Saindo da Cinelândia, passando pela Candelária e terminando, no final da tarde, no Palácio Tiradentes, padres, artistas, "intelectuais", professores, operários e pessoas da classe média, com os braços entrelaçados, gritavam os mesmos "slogans" dos estudantes e pediam o "fim da ditadura militar". Os líderes comunistas tinham conseguido o objetivo: partindo dos estudantes, haviam chegado à classe média, e dali, tinham a certeza, chegariam à classe revolucionária, o operariado.

No dia seguinte, 27, uma comissão dos "Cem Mil" foi a Brasília, conseguindo ser recebida pelo Presidente Costa e Silva. Não houve diálogo. A comissão, integrada, dentre outros por Franklin de Souza Martins, da Dissidência da Guanabara, e por Marco Antonio da Costa Medeiros, do PCBR, desejava, tão somente, dar uma demonstração de força às autoridades.

Algumas horas depois, no dia 28, realizou-se uma passeata em Brasília, com a presença de cerca de 1000 pessoas, dentre as quais, estudantes, parlamentares e sacerdotes, estes autorizados pela Cúria Metropolitana.

No dia 3 de julho, dezenas de estudantes portando metralhadoras, fuzis, revólveres e coquetéis "molotov" ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da Universidade de São Paulo (USP), fazendo ameaças de colocação de bombas e pri-

são de generais.

Em 4 de julho, ainda no centro do Rio de Janeiro, uma nova manifestação, conhecida como "Passeata dos Cinqüenta Mil", marcou, ao mesmo tempo, "o ápice da radicalização ideológica do movimento e o início de seu refluxo"(9). Sentiram, os estudantes, que não adiantava mais realizar manifestações de massa. Para tomar o poder, precisavam integrar-se aos partidos e organizações comunistas existentes. A palavra de ordem central dessa passeata, "só o povo armado derruba a ditadura", representava bem o que ia nos seus espíritos. No final da manifestação, parados em frente à Central do Brasil, olhavam nos olhos dos soldados que guardavam o prédio do Ministério do Exército.

A partir das férias escolares de julho, a agitação estudantil diminuiu. Em 23 de julho, foi realizada uma passeata no centro de São Paulo, com comícios relâmpagos em várias praças, inclusive com a participação dos operários de Osasco. Já não havia, entretanto, as massas populares que caracterizaram as "Jornadas de Junho", porque o Governo, ante a radicalização crescente, proibira a realização de tais demonstrações.

Em 3 de agosto, Wladimir Palmeira foi preso e, nos dias seguintes, explodiram manifestações estudantis em vários pontos do País, como na Guanabara, São Paulo e Salvador. Wladimir, em seus interrogatórios, nada falou sobre sua militância na Dissidência da Guanabara e sobre a influência das organizações comunistas no Movimento Estudantil. A polícia ainda desconhecia a maioria das correntes em que a esquerda se havia dividido, e um sistema de informações deficiente não conseguia avaliar a luta armada que se iniciava. Liberado no início de setembro, só alguns anos mais tarde Wladimir Palmeira diria sobre o segundo semestre de 1968: *"o fato concreto é que, a partir de então, existe no Brasil uma esquerda que faz a revolução com as armas na mão"* (10).

Em 29 de agosto, tumultos agitaram o interior da Universidade de Brasília, com depredações de salas de aula e disparos de armas de fogo. Nesse episódio, foi preso o militante da Ação Popular, Honestino Guimarães, então presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), enquanto vá-

(9) Sirkis, A.H.: "Os Carbonários, Global Editora, S.P., 1984, pág. 94.
(10) Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra já citada, pág. 37.

rios parlamentares, dentre os quais Mário Covas e David Lerer, emprestavam solidariedade aos estudantes.

Em 3 de outubro, um confronto armado envolveu cerca de 1000 universitários da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie. Armados com correntes, porretes, revólveres e coquetéis "molotov", os estudantes transformaram as adjacências das duas escolas em uma verdadeira praça de guerra, com a morte de um deles, baleado na cabeça.

Foi nesse clima conturbado que a UNE fez realizar, em 12 de outubro, na pequena cidade de Ibiúna, no interior paulista, o seu XXX Congresso, com a presença de mais de 700 estudantes. Avisada por telefonemas anônimos, a polícia cercou e prendeu seus participantes. No local, foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças, para "atendimento sexual". Foram enquadrados 712 estudantes em Inquérito Policial (11). Alguns apresentaram-se com identidades falsas, como Jean Marc Frederick Van Der Weid, com o nome de "Carlos Alberto Coimbra", sendo liberado sem ter sido reconhecido. Estava presente, também, José Jarbas Cerqueira, representante oficial da UNE na OCLAE, em Havana. Entre os presentes, encontravam-se diversos padres e seminaristas (12).

O Congresso de Ibiúna não conseguiu realizar as discussões políticas previstas e nem eleger o novo presidente da UNE. Mais tarde, entretanto, em confabulações de bastidores, foi eleito Jean Marc Frederick Van Der Weid, militante da Ação Popular, com sua eleição referida ao XXX Congresso.

Muitos ainda se perguntam como foi detectado o Congresso de Ibiúna, tendo em vista que os anteriores haviam sido realizados sob estritas normas de segurança e clandestinidade. Somente alguns anos depois, ficou comprovado que alguns líderes estudantis, de comum acordo com Marighela e Cuba, chegaram à conclusão

---

(11) Foram lavrados autos de prisão em flagrante, apenas, contra 10 estudantes: Wladimir Palmeira e Franklin de Souza Martins, da Guanabara; e Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, José Dirceu de Oliveira e Silva, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Marco Aurélio Ribeiro, Omar Laino, José Benedito Pires Trindade, Walter Aparecido Cover e Helenira Rezende de Souza Nazareth, de São Paulo.

(12) Entre eles estavam: Tito de Alencar Lima, Domingos Figueiredo Esteves Guimarães, Luiz Felipe Baton Mascarenhas, Anastácio Orth, Eloy Alfredo Pietá e Antonio João

que o desencadeamento da luta só seria possível se o seu "braço armado" saísse do meio estudantil. A classe operária, ainda apática, e o campesinato, abandonado e disperso, não poderiam ser arregimentados a curto prazo. A juventude, radicalizada e fanatizada no interior das escolas, era o único instrumento que poderia mobiliar as organizações militaristas que estavam surgindo. Nada melhor do que uma prisão em massa, envolvendo comunistas e inocentes úteis, para servir de bandeira e jogar essa "força de trabalho" nos braços da luta armada. Essa bandeira foi o Congresso de Ibiúna (13).

Após o Congresso, manifestações de protesto surgiram em vários pontos do País, como em Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Aracaju, Vitória, Recife, Salvador, Curitiba e São Paulo. Na Guanabara, em 15 de outubro, os estudantes tentaram retomar a UNE, episódio descrito por Fernando Gabeira, então militante da Dissidência da Guanabara:

"A manifestação para retomar o edifício da UNE foi uma verdadeira ação ofensiva de massas. Nela participaram cerca de sessenta estudantes organizados em grupos de cinco. Chegamos ao local, bloqueamos o trânsito na hora de maior movimento e queimamos vários carros oficiais. Um grupo entrou no edifício e, enquanto os automóveis ardiam, vários oradores discursavam dos balcões da antiga sede do organismo estudantil" (14).

No dia 23 de outubro, ainda no Rio de Janeiro, os estudantes depredaram a sede do jornal "O Globo", que era visto como "agente do imperialismo ianque".

Hoje, passados quase 20 anos dos sangrentos episódios estudantis de 1968, pode-se concluir que, na realidade, os jovens foram levados à violência pela ação dos comunistas que dirigiam o movimento. Não foram, entretanto, só os universitários os responsáveis pelas baderneas; os secundaristas, mais fáceis de serem moldados, em muito contribuíram para as agitações. Em São Paulo, havia a Frente Estudantil Secundarista (FES) e, na Guanabara, o Comando Secundarista (COSEC), que forneceram centenas de quadros para as organizações militaristas. No dizer insuspeito

(13) O DOPS/SP fez o acompanhamento da vida dos estudantes presos e indiciados pela participação no Congresso de Ibiúna e, algum tempo depois, constatou que 98,5% deles eram militantes de organizações subversivas (embora menos de 2,5% deles tivessem sido pronunciados, em decorrência do Inquérito Policial) - Depoimento do Dr. Lúcio Vieira, Diretor do DOPS de São Paulo, no período de 1969/1973.

(14) Caso, E.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra citada, depoimento de Fernando Paulo Nagle Gabeira, página 44.

de Sirkis, o Movimento Estudantil foi "*um celeiro de futuros quadros para formar os teóricos da vanguarda do proletariado*"(15).

6. As manifestações operárias

Três eventos significativos marcaram a atuação dos operários no ano de 1968: a greve de Contagem, em Minas Gerais, a manifestação do 1º de maio, na capital paulista, e a greve de Osasco, em São Paulo.

A greve dos metalúrgicos de Contagem estourou em meados de abril, entre os operários da Belgo-Mineira, estendendo-se, posteriormente, para a Mannesmann, a Mafersa e outras fábricas. Os operários ocuparam as fábricas com grupos de segurança e, através de piquetes, conseguiram a paralisação das demais. Apresentando a reivindicação de 25% de aumento, fora da época normal do dissídio, os operários receberam, do Governo, a contraproposta de um abono de emergência, que foi prontamente recusada. Negaram-se, inclusive, a dialogar com o próprio Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que fora ao local. No dia 22 de abril, havia cerca de 15 mil operários parados e 16 empresas afetadas. No dia seguinte, a Polícia Militar ocupou a cidade e prendeu os líderes, encerrando a greve.

Em São Paulo, a situação era mais crítica, em face da maior quantidade de operários politizados pelas organizações comunistas radicais. Desde julho de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco vinha sendo presidido pelo jovem José Ibrahim, operário da Cobrasma, que, na época da Revolução de Março, se considerava um simpatizante do PCB. Optando por formas mais radicais de luta, ingressara na Vanguarda Popular Revolucionária, dirigindo suas células operárias em Osasco. Sendo o grande articulador da Oposição Sindical, conseguira realizar assembléias em São Paulo, Santo André, Guarulhos e Campinas, apresentando propostas consideradas radicais pelo próprio Movimento Intersindical Antiarrocho, como a criação oficial das comissões de fábricas e uma Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em março de 1968, o Movimento Intersindical Antiarrocho, já em processo de dissolução por força da liderança de José Ibrahim, designou uma Comissão Executiva para organizar um comício na Praça da Sé, em comemoração ao Dia Internacional dos Tra

(15) Sirkis, A.H.: "Os Carbonários", obra citada, página 58.

balhadores, com a presença do próprio governador paulista. A Oposição Sindical, apesar de ter-se posicionado contra o convite às autoridades governamentais, resolveu participar, só que preparando uma "pequena" surpresa. Foi montado um plano para tomar a tribuna e expulsar o governador, preparado pelos dirigentes da VPR, da AP, da Ala Marighela e da UNE, com o conhecimento e o apoio de outras organizações comunistas.

No 1º de maio, dia do comício, a Praça da Sé estava apinhada de gente. Quando o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, começou a falar, um militante da VPR cortou os fios do microfone, como sinal para o início da baderna. Sob uma chuva de pedras, tomates e ovos podres, a comitiva do governador foi expulsa da tribuna, refugiando-se na Catedral. Sob um imenso retrato de Guevara, vários oradores revezaram-se na tribuna, todos com contundentes ataques à "ditadura militar". Um deles, conclamando pela aliança dos estudantes com os operários, era o militante da AP, Luís Gonzaga Travassos da Rosa, então presidente da UNE.

Após os discursos, incendiaram a tribuna e iniciaram uma passeata pelas ruas do centro, depredando lojas e automóveis. A multidão, na esquina das avenidas São João e Ipiranga, atacou o City Bank, quebrando suas portas e janelas e incendiando a bandeira dos Estados Unidos da América. Em frente ao prédio da Polícia Marítima, do Departamento de Polícia Federal, jogaram pedras sobre os agentes que o guardavam.

Vitoriosa a manifestação, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sempre liderado por José Ibrahim, preparou o passo seguinte da radicalização: a greve, com a ocupação das fábricas, que poderia ser a detonadora de outras greves de solidariedade.

No dia 16 de julho de 1968, foram ocupadas as fábricas Cobrasma e Lonaflex e paralisadas a Barreto-Keller e a Alves e Reis, num movimento que pretendia atingir a Brown-Bovery, a Braseixos, a Osran e a Cimaf. Colocando barricadas nos portões e aprisionando os diretores e engenheiros como reféns, os operários fizeram as suas reivindicações: fim do FGTS e da lei antigreve e recebimento de 35% de aumento salarial, contrato coletivo por dois anos e reajustes salariais trimestrais. Uma delegação do Ministério do Trabalho foi recebida com vaias e o diálogo foi rejeitado. Na madrugada do dia seguinte, a Cobrasma e a Lonaflex foram invadidas pela Polícia Militar. Logo depois, eram desaloja-

dos da sede do Sindicato dos Metalúrgicos os operários da Barreto-Keller e da Alves e Reis, que lá se haviam homiziado.

Apesar do fracasso da greve, é interessante observar o que o seu líder, José Ibrahim, falou sobre as atividades da VPR naqueles dias:

"Outro saldo positivo daquela luta foi a demonstração, na prática, da necessidade da organização de uma força armada revolucionária para enfrentar o aparelho repressivo da ditadura. Em outras palavras, a necessidade da luta armada para a libertação do Brasil.

Alguns dirigentes operários de Osasco estiveram vinculados, desde o primeiro momento, a organizações revolucionárias armadas da esquerda brasileira, particularmente à VPR. Mas, na direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco, o único militante da VPR era eu. Integrava uma célula de cinco operários que arrecadava fundos e realizava outras tarefas clandestinas na montagem da infra-estrutura da organização guerrilheira. Tínhamos exercícios de tiro com fuzil, ainda que superficiais e esporádicos. Enfim, todo o nosso trabalho era encaminhado na preparação da luta armada porque sabíamos que, cedo ou tarde, a ela nos deveríamos incorporar" (16).

Além de José Ibrahim, outros militantes comunistas auxiliaram na direção da greve de Osasco, como, por exemplo, José Campos Barreto, o "Zequinha"— o mesmo que, em 17 de setembro de 1971, viria a morrer com Carlos Lamarca, no sertão baiano—, e Roque Aparecido da Silva, o "Peres", militante da VPR.

A partir daí, e por muitos anos, o movimento operário não apresentaria características de agitação. Seus líderes, fanatizados e radicalizados, engajar-se-iam na luta armada, integrando-se às organizações militaristas que surgiam.

7. O PCB estrutura-se para o Trabalho de Massa

O PCB entrou no ano de 1968 debilitado pelas numerosas dissidências surgidas ao longo do processo de preparação do VI Congresso, realizado em dezembro do ano anterior. Mas, ao mesmo tempo, entrou fortalecido pela própria realização do Congresso e pelos expurgos procedidos entre seus militantes e quadros, o que lhe forneceu uma unidade ideológica e o afastou do caminho tri-

(16) Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra citada, depoimento de José Ibrahim, página 80

lhado pelas organizações voltadas para a luta armada, permitindo-lhe intensificar, por alguns anos, o trabalho de massa.

Em janeiro de 1968, o Comitê Central realizou uma reunião, na qual elegeu a Comissão Executiva, integrada por Luiz Carlos Prestes ("Alfredo", "Antonio"), Giocondo Dias ("Neves"), Dinarco Reis ("Mário", "Dante"), e outros (17).

Numa segunda reunião, realizada em setembro de 1968, o Comitê Central defendeu a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia e analisou, com otimismo, as agitações estudantis ocorridas nas principais capitais brasileiras. Estruturou a direção do Partido em 11 Seções Auxiliares: Organização, Agitação e Propaganda, Sindical, Relações Exteriores, Educação, Juvenil, Finanças, Trabalhos Especiais, Massas, Campo e Trabalho Militar — esta última responsável pelo trabalho de infiltração nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Organizou, também, a Comissão Nacional de Controle, a Comissão Agrária e a Comissão Cultural.

Durante o ano de 1968, o PCB apoiou e participou da Frente Ampla, apresentando as reivindicações do "Estado de Direito", da "Anistia" e das "Eleições Livres e Diretas". Tentou restaurar a sua Juventude Comunista, vinculada à Seção Juvenil. Entretanto, a posição dos estudantes em favor da luta armada, levando-os às organizações militaristas, e o envio de Zuleika D'Alambert para o exterior, por medida de segurança, conduziu ao fracasso da empreitada. Durante os anos da luta armada, o PCB ficaria sem influência no Movimento Estudantil.

No Movimento Operário, o Movimento Intersindical Antiarrocho, do qual o PCB havia sido o maior articulador, ao lado dos "pelegos", entrou em processo de dissolução, em face da influência crescente dos novos líderes sindicais comprometidos com a luta armada.

---

(17) Compunham, ainda, a Comissão Executiva: Orlando Bonfim Júnior ("Jorge"), Geraldo Rodrigues dos Santos ("Marcelo", "Negrão"), Zuleika D'Alambert ("Marta") e Jaime Amorim de Miranda ("João"), como efetivos; e Hércules Correia dos Reis ("Macedo"), Antonio Chamorro ("Xavier") e Walter de Souza Ribeiro ("Beto"), como suplentes. Foi eleito, também, um Secretariado composto por Giocondo Dias, Jaime Amorim de Miranda, Fernando Pereira Christino ("Tales", "Nei"), José de Albuquerque Sales ("Marcos") e Itair José Veloso ("Pedro").

8. A formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Após o "Encontro" da Corrente Revolucionária, realizado em outubro de 1967, a Comissão Provisória de Reconstrução Partidária, então nomeada, iniciou seus trabalhos para a construção do novo partido. Para isso, estabeleceu contatos com os dissidentes de diversos comitês estaduais do PCB e com dissidências de outras organizações que não aceitavam a doutrina do foco, como o "grupo correntista" da Dissidência da Guanabara.

As divergências entre os membros da Comissão fizeram com que fossem confeccionados dois documentos sobre o programa do novo partido, um, elaborado por Apolônio de Carvalho e Jarbas Amorim, e o outro, por Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Fructuoso. Uma reunião entre os quatro, realizada em 9 de abril de 1968, não conseguiu unificar os dois documentos. Conseguiram, entretanto, chegar a um consenso sobre o "Projeto de Estatutos".

Em 11 e 12 de abril de 1968, realizou-se a I Conferência Nacional dos integrantes da Corrente Revolucionária, na qual foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi eleito um Secretariado — composto por Mário Alves de Souza Vieira (secretário-geral), Apolônio Pinto de Carvalho e Manoel Jover Telles — e uma Comissão Executiva, integrada, além desses três citados, por Jacob Gorender, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Armando Teixeira Fructuoso. O Comitê Central foi constituído pelos seis membros da Comissão Executiva e mais oito membros efetivos e um suplente (18).

A Conferência aprovou dois documentos básicos: os "Estatutos" e a "Resolução Política". Os "Estatutos" estabeleceram a estrutura do PCBR (19). A "Resolução Política" baseou-se no documento de Mário Alves, "Sobre o Programa e a Tática", apresentado no "Encontro" de outubro de 1967, e traçava a linha políti

---

(18) Faziam parte do Comitê Central, além dos membros da Comissão Executiva: Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Thomaz Miguel Pressburger, Helena Boaventura Neto, Geraldo Soares, Salatiel Teixeira Rollins, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos e Osmundo Bezerra Duarte, além de Rômulo de Araújo Lima, como suplente. Outros militantes compareceram a essa I Conferência do PCBR, dentre os quais Lincoln Bicalho Roque, Roberto Ribeiro Martins, Valdir Salles Sabóia, Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida, um militante de nome Luiz (codinomes "Hugo" e "Ari") e outro, do Espírito Santo, conhecido por "Nilo".

(19) O PCBR foi organizado em Comitê Central, Comitê Executivo e Secretariado, Comitês Regionais, Comitês de Zona, Comitês Locais e Organizações de Base.

ca do PCBR, considerado como "a organização política de vanguarda da classe operária brasileira".

O objetivo final dessa "organização política" é a "edificação do socialismo e do comunismo, considerando que a conquista do poder pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado são condições essenciais para atingi-lo". O PCBR entende que a primeira etapa da revolução é "popular, antiimperialista e antilatifundiária" e será concretizada quando for destruído "o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário. Para desenvolver sua estratégia, define-se, claramente, pela luta armada:

"O caminho da Revolução Brasileira é, portanto, a luta armada. No curso do processo revolucionário, é preciso coordenar várias formas de lutas de massas, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ações legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas, com o emprego exclusivo de tais meios, a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária".

A luta armada, ainda segundo a Resolução do PCBR, deveria ser desencadeada a partir da "guerra de guerrilhas" no campo e complementada, ao mesmo tempo, com a "guerrilha urbana".

Na realidade, os resultados da Conferência não satisfizeram Manoel Jover Telles, que não desejava a criação de um novo partido e sim o ingresso dos militantes da Corrente no PC do B. Sentindo-se derrotado, ele e seu grupo sairiam do PCBR, dois meses após essa Conferência.

Em maio de 1968, tendo em vista as manifestações estudantis que ganhavam vulto, o Comitê Central publicou o documento "Mensagem do PCBR às Forças de Esquerda", em que preconizava uma "unidade de ação", independente das "discussões de caráter teórico", a qual pudesse "encontrar os objetivos práticos, imediatos e comuns" que conduzissem à vitória sobre "o inimigo comum".

Em junho, um grupo de dissidentes secundaristas da AP ingressou no PCBR. Nesse mesmo mês, desligou-se do partido o grupo capitaneado por Jover Telles (20). Na resolução denominada de

(20) O grupo de Manoel Jover Telles era integrado, entre outros, por Armando Teixeira Fructuoso, Geraldo Soares, Helena Boaventura Neto, Roberto Ribeiro Martins e [illegible]que.

"Um Reencontro Histórico", este grupo tachou o PCBR de ser um "grupamento pequeno-burguês, eclético e vacilante" e reconheceu o PC do B como sendo o verdadeiro "partido revolucionário do proletariado". A facção, que se autodenominava de "maioria revolucionária", compunha-se de quase 400 militantes, e sua saída significou, para o PCBR, a perda de cerca de 70% de seus efetivos da Guanabara.

A defecção desse grupo provocou uma rápida resposta do PCBR, que publicou o texto "Reencontro Histórico ou simples mistificação?", criticando as posições do PC do B, e convocou uma nova reunião do Comitê Central. Levada a efeito em julho de 1968, nela, além de se fazer um balanço da situação politica do País e estudar as diferentes formas de oposição política ao Governo, foi reestruturada a sua direção nacional (21).

Ainda nessa ocasião, o PCBR criou o "Comando Político Militar" que teria por objetivo o estudo e o encaminhamento da luta armada.

Em meados de 1968, foram grandes as agitações estudantis na Guanabara, das quais o PCBR participou intensamente. Destacaram-se nas manifestações seus militantes Elinor Mendes Brito, secundarista e presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), e Marco Antonio Costa de Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em agosto, aconteceria um marco notável na história do PCBR: o contato com Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", que iniciaria o fornecimento à organização, de dinheiro para o financiamento da luta armada, que totalizou aproximadamente 170 mil dólares.

Jorge Medeiros Valle — o "Bom Burguês" — ingressou no Banco do Brasil em 1952 e, até 1964, nutria simpatia pelo PCB. A partir de julho de 1968, valendo-se de sua função na agência Leblon, no Rio de Janeiro, mediante a emissão de Ordens de Pagamento fictícias, desviou bilhões de cruzeiros velhos, trocando-

(21) No Secretariado, ao lado de Apolônio Pinto de Carvalho, foram incluídos Salatiel Teixeira Rollins e Miguel Batista dos Santos. Na Comissão Executiva, além de Apolônio de Carvalho, permaneceram Mário Alves de Souza Vieira e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, aos quais se juntaram Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, René Louis Laugery de Carvalho e Jarbas Amorim. Para o Comitê Central, foram chamados Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida e dois outros militantes: "Nilo" e "Fernando" (este, [illegible]

os por cerca de 1 milhão de dólares, depositando-os num banco da Suiça. Usando parte do dinheiro para satisfazer suas ambições pessoais, o "Bom Burguês", acreditando que a luta armada derrubaria o regime brasileiro, passou a distribuir a outra parte para as organizações que pregavam a violência. Tornou-se, assim, o grande "mecenas" brasileiro, financiando, de imediato, o PCBR e, no ano seguinte, o MR-8. Com o dinheiro, o PCBR pôde profissionalizar um maior número de quadros e montar uma razoável infra-estrutura, adquirindo, na Guanabara, cinco apartamentos, uma gráfica e dois automóveis.

Em virtude do crescimento do PCBR em todo o território nacional, o Comitê Central convocou uma nova reunião, realizada em setembro de 1968, num sítio em Teresópolis. Nessa reunião, foi aprovado o documento "Projeto de Reforma de Estrutura", pelo qual o partido se organizou em seis Comitês Regionais (22). À época, o PCBR chegou a ter cerca de 200 militantes ativos, com os maiores contingentes nos Comitês Regionais do Nordeste e Sudeste.

Em outubro de 1968, através do documento "Resolução do Comitê Central sobre o Trabalho Militar", o PCBR regulamentou o Comando Político Militar, criado em julho, organizando o "Comando Político Militar Nacional", diretamente subordinado ao secretário-geral e que coordenava as atividades dos "Comandos Políticos Militares Regionais". O Comando Político Militar, organismo paralelo à estrutura partidária, teria que desenvolver as atividades de Planejamento, Organização e Direção de Unidades Armadas, Logística e Instrução Militar. Os Comandos Políticos Militares Regionais teriam que realizar a "recuperação" de fundos e meios, através de assaltos, seqüestros políticos, ações de "justiçamento", intensificação dos preparativos para a guerrilha rural e montagem de "grupos de autodefesa" nas empresas, bairros operários e favelas. Esse documento recomendava, ainda, a aquisição e a montagem de um campo de instrução para treinamento dos "guerrilheiros", futuros membros do "Exército Popular Revolucionário".

(22) Os Comitês Regionais estavam assim distribuídos: CR-1 (Centro), formado por Goiás e Distrito Federal; CR-2 (Nordeste) — Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; CR-3 (Sudeste) — Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; CR-4 — São Paulo; CR-5 (Sudoeste) — Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina; e CR-6 — Rio Grande do Sul.

Ainda nesse mês de outubro, o PCBR difundiu três documentos doutrinários, para estudo e debate interno de seus militantes. O primeiro, referente às "Peculiaridades da Realidade Nacional" e ao "Caminho Armado da Revolução", foi de grande importância para o partido, pela sua riqueza de detalhes na orientação da preparação da "guerra revolucionária" no Brasil. O segundo era intitulado "As Formas Elementares da Guerra Revolucionária" e o terceiro documento, "O Processo da Guerra Revolucionária", estabelecia os detalhes para desencadeá-la através da luta armada, na forma da guerra de guerrilha.

Integrado por dirigentes experientes oriundos do PCB e jovens saídos das agitações estudantis, com uma ideologia moldada pelos diversos documentos doutrinários e organizacionais aprovados e com uma infra-estrutura reforçada pelo dinheiro do "Bom Burguês", pôde, o PCBR, dar início às suas atividades revolucionárias de luta armada, o que veio ocorrer em 1969.

9. Da Ala Marighela ao Agrupamento Comunista de São Paulo

Em 1967, ao retornar de Havana após a I Conferências da OLAS, Marighela denominou o seu grupo de seguidores de Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP). O nome parecia adequado, pois não havia idéia de se criar um novo partido e os seguidores do líder comunista concentravam-se em São Paulo.

A difusão das diretrizes da OLAS e a reação à linha pacífica do "Partidão" tornaram o AC/SP um pólo de atração para os grupos dissidentes que tinham feito a opção pela luta armada. A organização foi engrossada por dissidentes do PCB e por grupos de jovens marxistas vindos do meio estudantil, sem vinculação orgânica ou partidária.

Na Guanabara, a célula do PCB da Escola Técnica Nacional, que começara a contestar a orientação do partido no início de 1967, foi expulsa no final daquele ano e aderiu ao Agrupamento. Nessa célula, despontavam estudantes que mais tarde viriam a se tornar dirigentes da organização e conhecidos apologistas da violência. A esses elementos, por laços familiares ou de amizade, juntaram-se estudantes de outros colégios.

A posição do grupo de estudantes foi muito influenciada pelos antigos militantes do partido João Batista Xavier Pereira e

Zilda de Paula Xavier Pereira — pais de três deles —, que eram ligados ao líder do AC/SP e dissidentes como ele(23).

Em fevereiro de 1968, Marighela expunha suas diretrizes no "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo". Nesse documento-base, ficaram estabelecidas as táticas, a estratégia e os princípios que norteariam o Agrupamento Comunista de São Paulo. Além de acusações ao Comitê Central do PCB, a organização adotava a linha política da OLAS, emergente da I Conferência, com a preocupação de esclarecer que "a guerrilha não é um foco" e sim o "embrião do exército revolucionário".

O trabalho inicial seria nas cidades e visaria à implantação imediata do plano de apoio logístico. O movimento para se tornar vitorioso teria de se estender ao campo, visto que a participação e o apoio dos camponeses desempenhariam papéis decisivos na constituição do núcleo armado operário e camponês, a semente da guerrilha.

A organização abolia as estruturas herdadas do Comitê Estadual do PCB de São Paulo, consideradas como um estorvo ao trabalho revolucionário dos grupos. Três seriam os princípios básicos adotados: "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução"; "não se pede licença para praticar atos revolucionários"; e "a organização só tem compromissos com a revolução".

A organização não estabelecia uma estrutura tradicional, considerando-se um centro de coordenação de grupos revolucionários — pouco importando seus nomes — que se dispusessem a cumprir tarefas para a constituição da guerrilha. O comando da organização seria a própria guerrilha, após constituída.

Os grupos revolucionários deveriam preparar-se, treinando tiro e defesa pessoal e participando de acampamentos onde pudessem ir-se acostumando à vida no campo. As ações de roubar e fabricar armas e munições, ou mesmo comprá-las, também eram rotuladas como atividades de preparação da guerrilha. O apoio financeiro seria resultante de assaltos ou contribuições voluntárias.

A atuação dos grupos armados nas cidades criaria e manteria o clima de rebeldia, enquanto a guerrilha se desenvolvesse na área rural. No campo, a ocupação de terras por posseiros e o

---

(23) Além dos laços ideológicos, laços afetivos teriam unido Zilda a Marighela, comentando-se, inclusive, que seu filho Yuri Xavier Pereira ("Joãozão") seria o resultado desse relação.

trabalho de organização de sindicatos rurais eram entendidos como forma de desencadear a luta de classes e obter o apoio para a guerrilha.

A estratégia da organização seria partir direto para a ação, para a luta armada, pois a "ação faz a vanguarda". Numa crítica direta às cúpulas dirigentes do PCB, o Agrupamento Comunista de São Paulo afirmava que a união dos revolucionários se daria através do desencadeamento da ação e da guerrilha e não nas mesas de reuniões.

Em março de 1968, exemplificando suas diretrizes, Marighela chefiou o assalto ao carro pagador do Banco Francês e Italiano, na Avenida Santo Amaro, em São Paulo.

Em abril, o AC/SP lançava o primeiro número do jornal "O Guerrilheiro", definido como o órgão dos grupos que tinham por missão levar a guerrilha brasileira para a frente (24). Constavam da publicação, na íntegra, o "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo" e a "Declaração Geral da I Conferência da OLAS", textos que constituíam o ideário do AC/SP, inclusive a sua linha política.

Em 1968, foi difundido, também, o documento "Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil", de autoria de Carlos Marighela, datado de outubro de 1967, em Havana. O texto inseria a revolução cubana dentro da revolução socialista mundial, apresentando-a como exemplo da conquista do poder — através da guerra de guerrilhas — e da expulsão do imperialismo, sem a ocorrência de uma guerra mundial transformada em guerra civil. Marighela estabelecia no documento três fases fundamentais para a implantação e o sucesso da guerra de guerrilhas:

1º) planejamento e preparação da guerrilha;

2º) lançamento e sobrevivência da guerrilha; e

3º) crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobra.

---

(24) No editorial desse jornal, o "imperialismo norte-americano" ficava rotulado como o inimigo da humanidade, e conclamavam-se as forças interessadas na sua expulsão a congregarem-se numa "frente antiimperialista". Era afirmado que, no núcleo armado operário e camponês, se abria espaço para o movimento estudantil e "demais forças interessadas na revolução", e que o caráter da revolução, seguindo orientação da OLAS para a América Latina, seria de independência nacional ou de libertação nacional, estando destinado ao proletariado o papel dirigente. A tomada do poder, o "grande objetivo", ficaria caracterizada pela "destruição do aparelho burocrático militar do Estado e a sua substituição pelo povo armado".

Vivendo a primeira fase, Marighela recebeu, a partir de julho de 1968, os militantes que haviam sido enviados a Cuba, em 1967, para realizar o treinamento militar. Era o "I Exército da ALN" — como ficou conhecido o grupo —, que retornava para iniciar suas atividades. À mesma época, iniciou-se o envio de mais um grupo de militantes, que, reunido em Cuba, realizaria o curso entre março e setembro de 1969. Esse grupo ficou conhecido como "II Exército da ALN" ou "Grupo dos 25" (25).

Apoiado pela chegada do "I Exército da ALN" e com o intuito de partir direto para a ação e de reafirmar que o comando político emergia da ação, Marighela liderou alguns assaltos e atentados na área de São Paulo, em 1968. São de autoria do AC/SP os seguintes assaltos: ao Banco Comércio e Indústria, Av. São Gabriel, 191, em julho de 1968; à agência Bradesco da Alameda Barros com a Av. Angélica; ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em agosto; ao carro pagador da Massey Ferguson, no Alto de Pinheiros, em outubro; à indústria "Rochester-Armas e Explosivos", em Mogi das Cruzes (na Grande São Paulo), no dia 28 de dezembro de 1968; e à casa de um colecionador de armas, na Alameda Ribeirão Preto. A esses atos somam-se o atentado contra um carro pertencente a um elemento do DOPS de São Paulo, na Av. Marginal, e o atentado a bomba contra a casa de um diretor da Contel (26).

As ações armadas do AC/SP, em 1968, limitaram-se a São Paulo e renderam mais de 530 mil cruzeiros novos, além de terem acrescentado algumas armas ao arsenal da organização. A mais audaciosa

2º Exército da ALN — Grupo dos 25

(25) Faziam parte desse grupo os seguintes elementos: Agostinho Fiordelízio, Alex de Paula Xavier Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Espiridião Neto, Benjamin de Oliveira Torres Neto, Darcy Toshiko Miaki, Guilherme Otávio Lessin Rodrigues, Isis Dias de Oliveira, José Júlio de Araújo, José Luiz Del Royo, José Luiz Paz Fernandes, José da Silva Tavares, Luiz Almeida de Araújo, Luiz José da Cunha, Márcio Leite Toledo, Maria Amélia de Araújo Silva, Norberto Nhering, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Renato Leonardo Martinelli, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Sérgio Ribeiro Granja, Viriato Xavier de Melo Filho, Waldemar Rodrigues de Menezes, Washington Adalberto Mastrocinque Martins, Yuri Xavier Pereira e Zelik Traj Ber.

(26) Participaram dessas ações os seguintes elementos: Aton Fon Filho, Manoel Cyrilo de Oliveira, Denison Luiz de Oliveira, Joseh Alprim Filho, Miguel Nakamura, Francisco Gomes da Silva, Ayrton Medeiros Caldeville, Maria Aparecida da Costa, João Leonardo da Silva Rocha, Takao Amano, Ney da Costa Falcão, Vinícius Medeiros Caldeville, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Samikhowski, Boanerges de Souza Massa, Itobi Alves de Correia Júnior, Caio Venâncio Martins, Ana de Cerqueira Cesar Corbisier Mateus, Carlos Marighela, Marco Antonio Brás de Carvalho, Arno Pires, Virgílio Gomes da Silva, Sérgio Roberto Correia, João Carlos Cavalcanti Reis, Aylton Adalberto Mortati, Celso Antunes Horta, Carlos Eduardo Pires Fleury e Lauriberto José Reyes.

Ações mais audaciosas

foi a ação contra a Rochester S.A., onde cerca de trinta militantes, em treze carros, levaram 23 caixas de dinamite, 21 bananas de gelatina explosiva e 4 sacos de clorato de potássio.

Em 12 de outubro de 1968, prosseguindo a escalada de violência, foi assassinado em São Paulo, por Marco Antonio Brás de Carvalho ("Marquito"), juntamente com dois militantes da VPR, o Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler, vítima de sua cidadania... (ver item 20 deste capítulo).

Ao final de 1968, Marighela deu ciência ao AC/SP do documento "Questões de Organização". A chamada "Ala Marighela", sem abandonar seus princípios, pretendia ampliar a área de ação revolucionária, somando todas as tendências — das mais diversas filosofias — interessadas em mudar o regime. Sugeria, também, efeitos mais contundentes nas ações terroristas, para maior impacto emocional na população, sem levar em conta o possível efeito negativo de tais ações sobre a mentalidade brasileira.

O documento anunciava um "Centro de Aperfeiçoamento", como a escola de formação do guerrilheiro e do dirigente, dotado de elementos capazes de influir no desenvolvimento das operações e de ter influência nas atividades locais. Era preconizada como estrutura organizacional a constituição de três frentes de atividades: a "Frente Guerrilheira", a "Frente de Massas" e a "Rede (ou Frente) de Sustentação". A "Frente Guerrilheira", dentro da fixação de Marighela pela ação, deveria existir nas atividades locais em qualquer ponto do País. A "Frente de Massas" teria uma estrutura semelhante à da "Frente Guerrilheira" e atuaria nos setores estudantil, operário-camponês, eclesiástico e sobre os meios de comunicação de massas. A "Frente de Massas" teria também uma "potência de fogo razoável" e desenvolveria ações armadas. A "Rede de Sustentação" deveria fornecer às outras duas frentes a infra-estrutura para funcionamento e variaria de acordo com as possibilidades locais (27).

Além das frentes, o documento apregoava a constituição de unidades móveis, os "Grupos Táticos Armados", instrumentos especiais das operações mais complexas que exigissem uma grande potência de fogo. Os "Grupos Táticos Armados" não de-

(27) A desigualdade do desenvolvimento revolucionário nos diversos pontos do território nacional provocou uma desuniformidade no aparecimento das frentes preconizadas. Em alguns locais, houve a predominância de uma frente sobre a outra e, em outros lugares, uma ou outra dessas frentes não foi desenvolvida.

veriam ser confundidos com os grupos armados, operando nas três frentes de atividades. As frentes e as unidades móveis teriam o seu funcionamento independente e a coordenação entre elas deveria ser a mais simples possível (28).

No dia 17 de dezembro, explodiu, às 2 horas da madrugada, uma bomba no Monumento dos Aviadores da 2ª Guerra Mundial, na Praça 14-Bis, em São Paulo. No local, foram deixados panfletos com a "Mensagem aos Brasileiros", de Marighela, apresentada como suplemento do jornal "O Guerrilheiro".

Finalizando o ano, ainda em dezembro, Marighela dirigiu uma carta aos revolucionários de São Paulo, que ficou conhecida como "Quem Samba Fica, Quem não Samba Vai Embora". Prestando contas do dinheiro dos assaltos, explicava que a prioridade era a preparação do pessoal e o financiamento de viagens às áreas estratégicas para os militantes que mais se destacassem na realização das ações. Outra prioridade era a preparação das áreas estratégicas, rotuladas como decisivas para a vitória da guerrilha.

Os grupos revolucionários deveriam unir-se para a realização de ações em conjunto, fossem ou não do AC/SP. Marighela admitia a frente, desde que se destinasse a golpear "a ditadura e o imperialismo". "De todo o modo, o problema é: quem samba fica, quem não samba vai embora", vaticinava o documento.

Marighela encerrava o documento com palavras de ordem características, destinadas a despertar o sentimento heróico com que a esquerda procura rotular as "ações revolucionárias": "Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica".

O ano de 1968 foi um ano experimental para o AC/SP. Sem a definição formal de uma direção, a organização gravitava em torno do carisma de Marighela e baseava-se em princípios idealistas de difícil definição prática. Abolidas as estruturas organizacionais herdadas do PCB, o AC/SP considerava fundamental a atua

(28) O documento "Questões de Organização" deixava bem claro que o problema de funcionamento geral e global da luta revolucionária ainda não estava suficientemente amadurecido e vinha sendo estudado pela direção revolucionária, subentendida como sendo o próprio Marighela. Os princípios que norteavam a organização encerravam o documento e definiam que o comando político surgia da prática das ações revolucionárias e de suas conseqüências, o que obrigava a participação dos integrantes do comando nas ações.

ção de grupos revolucionários. Encontrando-se na fase de planejamento e de preparação da guerrilha, Marighela pretendia acelerar o processo e lançar a guerrilha rural em futuro próximo.

10. Frades dominicanos aderem ao Agrupamento Comunista

Paralelamente à estruturação do Agrupamento de São Paulo, ocorreu no Convento dos Dominicanos, na rua Caiubi nº 126, no Bairro das Perdizes, em São Paulo, um movimento de tomada de posição política, que culminaria com a adesão de vários religiosos ao Agrupamento Comunista de São Paulo. No início de 1968, Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior liderou diversas reuniões dentro do Convento, congregando os frades dominicanos que se interessavam pela problemática política. Participavam das reuniões: Frei Carlos Alberto Libânio Christo ("Frei Beto"), Frei Fernando de Brito ("Frei Timóteo Martins"), Frei João Antonio Caldas Valença ("Frei Maurício"), Frei Tito de Alencar Ramos, Frei Luiz Felipe Ratton, Frei Magno José Vilela e Frei Francisco Pereira Araújo ("Frei Chico").

A decisão de participação dos religiosos levou-os à análise das organizações subversivas que atuavam na ocasião, visando a ligarem-se a uma delas. Frei Osvaldo analisou e criticou com seus seguidores a AP e o PCB. Quanto ao PCB, avaliado negativamente pelo seu "burocratismo" e pelo seu "dogmatismo doutrinal", a crítica foi voltada, também, para a existência de diversas cisões que o enfraqueciam. Na ocasião, Frei Osvaldo teceu comentários elogiosos à ala dissidente do PCB em São Paulo, chefiada por Carlos Marighela, afirmando que essa não adotava uma linha doutrinária rígida, pautando sua atuação na liberdade de ação dos grupos, sem a fixação antecipada de tarefas.

Frei Osvaldo, que já mantivera contatos anteriores com Carlos Marighela, inclusive apresentando-o a Frei Beto, conseguiu a adesão ao AC/SP de todos os dominicanos que participavam das reuniões. Além dos vínculos com o AC/SP, Frei Beto, um dos mais atuantes dominicanos, tinha entrado em contato com a VPR através de Dulce de Souza Maia. O contato deu-se nos meios teatrais, onde Frei Beto atuava como repórter da "Folha da Tarde". Frei Beto chegou a participar de um jantar com Onofre Pinto e foi apresentado por Dulce a Isaías do Vale Almada, ambos membros da VPR.

A união dos religiosos com as organizações subversivas era

o resultado de um longo processo de maturação das "novas idéias", expressa no Capítulo I (item 15), sobre a marxistização da Igreja.

Em meados do ano, o grupo dos frades dominicanos recebeu a primeira missão do AC/SP. Marighela ordenou que os religiosos fizessem um levantamento de áreas ao longo da estrada Belém-Brasília, visando à implantação das áreas estratégicas onde atuaria a guerrilha. A área de Conceição do Araguaia, onde a Ordem Dominicana possuía um convento, foi assinalada como área prioritária. A guerrilha certamente teria um importante ponto de apoio no convento.

Frei Osvaldo, após receber 3.000 cruzeiros novos de Marighela, dividiu a tarefa entre seus seguidores. Participaram dos levantamentos Frei Osvaldo, Frei Ivo, Frei Ratton, Frei Tito, Frei Fernando, Nestor Mota (ex-seminarista que se encontrava em São Paulo) e um outro estudante, amigo de Nestor, de nome Hélio. Durante vinte dias, o grupo dividiu-se e realizou levantamentos sócio-econômicos da área, particularmente nas cidades de Gurupi, Pedro Afonso e Itacajá, na região de Rio Vermelho e na região norte do Estado de Goiás, balizada por Tocantinópolis e Araguatins. Especial atenção foi dada às áreas de atritos fundiários, que pudessem colocar em evidência a luta de classes no campo. As condições de ligação — estradas, rios, empresas de transporte — entre as áreas foram atentamente avaliadas, tendo em vista o aspecto mobilidade, característica fundamental da guerrilha. Estabelecimentos comerciais e de créditos, também assinalados, tornar-se-iam alvos de saques e "expropriações", visando ao apoio material do movimento.

O engajamento dos dominicanos foi total. O trabalho de cada um com a organização passou a ser compartimentado, adotando todos eles, por questões de segurança, codinomes. Frei Ivo, o "Pedro", passou a exercer as funções de motorista de Frei Osvaldo, o "Sérgio" ou "Gaspar I", nos contatos com Marighela. Frei Magno, o "Leonardo" ou "Gaspar", era o elemento que mantinha contatos com Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo". Frei Francisco Pereira de Araújo, o "Frei Chico", que já mantivera contatos anteriormente com o grupo de Miguel Arraes na Europa, nos meados do segundo semestre de 1968, foi para a França, saindo da organização, e, mais tarde, abandonando a Ordem dos Dominicanos.

No segundo semestre de 1968, aumentou a participação dos dominicanos no AC/SP. Frei Beto, o "Vitor" ou "Ronaldo", ficou com o encargo do sistema de imprensa (jornal "O Guerrilheiro" e textos de Marighela) e dos contatos com Joaquim Câmara Ferreira, que coordenava as atividades do Agrupamento em São Paulo. Frei Osvaldo viajava constantemente ao Rio de Janeiro para fazer contatos com Carlos Marighela, que procurava acelerar a estruturação da organização naquela cidade, enquanto fazia contatos e apoiava Flávio Tavares na articulação do Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

11. AC/SP expande-se além do eixo Rio-São Paulo

movimento estudantil

As idéias de Marighela encontraram na agitação do meio estudantil de 1967/68 o ambiente favorável para propagarem-se. Em pouco tempo, a "Ala Marighela", como era mais conhecido o AC/SP, ganhou adeptos e cresceu. Várias lideranças surgiram durante as agitações que sacudiram o movimento estudantil em 1968.

Em março, visando a ampliar sua área de influência, o AC/SP estabeleceu contato com o grupo Corrente, de Minas Gerais, também dissidente do PCB, que era liderado pelo estudante Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"). Em Brasília, em torno de Luís Werneck de Castro Filho, agruparam-se vários estudantes que pretendiam derrubar o Governo através da luta armada. Outro grupo, formado em sua maioria por estudantes da Universidade de Brasília e com a mesma motivação do grupo de Werneck, era liderado por José Carlos Vidal, o "Juca".

Durante as escaramuças do Movimento Estudantil na Universidade de Brasília, os dois grupos uniram-se ao perceberem a identidade de seus propósitos. José Carlos Vidal retomou, então, contato com seu velho conhecido, o jornalista Flávio Tavares, que fora solto para responder em liberdade o inquérito da "Guerrilha do Triângulo Mineiro". Flávio Tavares, que já possuía contatos com Marighela no Rio de Janeiro, apresentou "Juca" a George Michel Sobrinho, que seria o contato do AC/SP com os grupos de Brasília. A partir desse encontro, o grupo passou a orientar-se pelas diretrizes de Marighela.

Complementando o trabalho de levantamento realizado pelos dominicanos de São Paulo, o grupo de Brasília realizou reconhecimento nas localidades de Formosa, Posse, Niquelândia e Unaí —

locais onde existiam conflitos de terra — visando ao trabalho estratégico da organização.

Ainda em 1968, o grupo realizou treinamento de guerrilha, exercícios de tiro com metralhadora INA e revólver .38 e ainda experiências com explosivos à base de clorato, nas proximidades do Rio Bartolomeu.

Em Ribeirão Preto, Irineu Luís de Moraes conseguiu aliciar para a "Ala Marighela" o militante do PCB Paulo Eduardo Pereira, o "Chiquinho", no início de 1968. Paulo Eduardo conseguiu arregimentar algumas pessoas e formou um grupo que se integrou ao AC/SP. O grupo, mais tarde, passou a receber a assistência de Virgílio Gomes da Silva, que transmitia as orientações da organização emanadas de São Paulo.

12. O surgimento da Corrente em Minas Gerais

Vários grupos surgiram do fracionamento provocado pelo VI Congresso do PCB, em novembro de 1967. Dentro da Corrente Revolucionária, que agrupava os dissidentes do "partidão", procurava seu próprio caminho o Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte, impulsionado pelo seu Comitê Universitário. Em 1968, os seus principais líderes elaboraram o documento base da organização, denominado "Orientação Básica para Atuação: 20 Pontos"(29).

Assim como o dissidente Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), a Corrente — como ficou conhecida a nova organização — estabelecia como objetivo estratégico imediato da revolução brasileira "a destruição do aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário e a sua substituição por um governo popular revolucionário". Entretanto, divergia de Marighela, quando, num dos pontos do documento, preconizava a necessidade de um partido (30). Voltava a aproximar-se das idéias de Marighela, quando previa que "o partido há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve

(29) Os autores do documento foram Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes, José Júlio de Araújo, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme e Mário Roberto Galhardo Zanconato — todos ex-membros do Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte.

(30) Segundo a Corrente, "a classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista. Coloca-se na ordem do dia a reconstrução do partido da classe operária, em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico".

ser posta em função da luta". A Corrente explicitava, na definição de seus objetivos, a implantação da "ditadura do proletariado", ao contrário do AC/SP que nunca a admitiria abertamente.

Inicialmente, foram estabelecidos como objetivos da Corrente aumentar o número de militantes em Belo Horizonte, criar bases nas cidades do interior do Estado de Minas e estabelecer contatos com outros grupos em atuação em outras partes do País.

A estrutura adotada refletia, através dos comitês, as áreas de atuação dos principais líderes da organização. Assim, Mário Roberto Galhardo Zanconato ficou como responsável pelo Comitê Universitário, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme pelo Secundarista, Hélcio Pereira Fortes pelo Operário e Gilney Amorim Viana pelo dos Servidores.

Vários militantes do PCB do setor universitário e do setor operário de Belo Horizonte aderiram à nova organização. Contatos foram estabelecidos em Uberaba, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora, ganhando a organização novos adeptos.

Marighela e Minas

Mário Roberto Zanconato contatou com Marighela em São Paulo. A ligação concretizou-se com a interveniência dos militantes da rede de sustentação do AC/SP, Farid Helou e Antônio Carlos Madeira. Marighela prometeu apoio financeiro para a compra de armas e treinamento para os militantes da Corrente.

Em 1968, a Corrente participou, junto a outras organizações de Minas, dos acontecimentos que agitaram o movimento estudantil. No setor operário, também esteve presente nas duas greves na cidade industrial de Contagem, através de piquetes e atuando em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos, que tinha na militante Conceição Imaculada de Oliveira uma das diretoras da entidade. Em julho, o Comitê Operário começou a publicar e a distribuir o jornal clandestino "Primeiro de Maio", de orientação da militante Sônia Terezinha Rocha Reis.

Após se estruturar e iniciar suas atividades nos movimentos estudantil e operário, a direção da Corrente manteve novos contatos com Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo") e com Marighela. Este orientou como deveria atuar a organização para enquadrar-se dentro do contexto da revolução brasileira. Já era flagrante a dependência da Corrente às experimentadas opiniões de Marighe-

la (31).

Em julho de 1968, em conseqüência da intensificação da atividade da organização, foi preso o grupo que atuava em Juiz de Fora. Em agosto, Ricardo Apgaua fez contato com "Toledo" para aprender as técnicas utilizadas nas ações armadas e para conseguir auxílio financeiro. Ao retornar, Ricardo tinha obtido NCr$ 1.500,00 e informações sobre o "modus operandi" do AC/SP nas operações armadas.

Dentro das metas estabelecidas, de fazer contatos com outras organizações subversivas, foi feita ligação com Armando Teixeira Fructuoso, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), no Rio de Janeiro (32).

Em setembro, novo contato de Zanconato e Ricardo Apgaua com Marighela, em São Paulo, resultou em novas orientações sobre a atuação na guerrilha urbana e no acordo de o AC/SP admitir a participação de militantes da Corrente, a nível de direção, em assaltos, para ganharem experiência. Ainda em setembro, a organização sofreu mais um revés com a prisão de vários militantes em Governador Valadares.

No período de agosto-setembro, foram realizados treinamentos na Fazenda Sobrado, de Diva Diniz, tia de Rouberdário Diniz Valério. Os treinamentos de marcha, tiro e orientação topográfica eram ministrados por Márcio Araújo de Lacerda, que era aspirante R/2 do Exército.

Em 25 de outubro, colocando em prática as orientações de Marighela, foi realizado o primeiro assalto em Belo Horizonte. O alvo foi a Drogaria São Félix, na Avenida Amazonas. O bando, debutando em assaltos, ficou decepcionado com o total de dinheiro roubado, cerca de NCr$ 2.000,00 — quando esperavam NCr$ 15.000,00 (33).

---

(31) No retorno de São Paulo, a direção levou na bagagem farta documentação contendo o pensamento do líder do AC/SP. Farid Helou ficou sendo o intermediário dos contatos entre Marighela e a direção da Corrente.

(32) Do encontro, resultou o envio de dois militantes do PCBR, "queimados" na Guanabara, para reforçar o trabalho da Corrente nas cidades de Governador Valadares e Montes Claros. Em contrapartida, o militante José Silva Tavares, que se encontrava na Guanabara, ficou ligado àquele "partido". Mais tarde, com o ingresso de Fructuoso no Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi suspenso o relacionamento com o PCBR.

(33) Comandados por Gilney Amorim Viana ("Augusto"), o bando assaltante era constituído por Antônio Carlos Bicalho Lana, Arnaldo Fortes Drummond, Marcos Antônio Victória Barros, Rouberdário Diniz Valério e Hélcio Pereira Fortes.

Após o batismo de fogo, seguiram para São Paulo, para militarem no AC/SP e ganharem experiência na prática de ações armadas, os militantes Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Antônio Carlos Bicalho Lana e José Júlio de Araújo. Com a saída de três militantes de nível, houve a necessidade de a Corrente reorganizar o seu comando e a sua estrutura, que passou a ser constituída de três escalões (34).

O 1º Escalão seria o responsável pelas ações violentas e pelo levantamento das áreas rurais. Nele militavam os elementos de nível ideológico mais elevado e de maior coragem física e decisão. O 2º Escalão era constituído pelos Comitês Operário, dos Servidores e Estudantil. A este escalão estava afeto o trabalho de agitação e propaganda e nele militavam os elementos que não estavam em condições de atuar no 1º Escalão. O 3º Escalão setorizava todos aqueles que prestavam qualquer tipo de ajuda à parte clandestina da organização.

Para coordenar os três escalões, a Corrente criou um órgão chamado "Regional", que não possuía efetivo definido e se reunia, quando necessário, com militantes que representavam os seus comitês de origem.

Após a reestruturação, foram realizados, por militantes de Belo Horizonte, levantamentos no trecho da estrada Rio-Bahia, entre as cidades de Governador Valadares e Vitória da Conquista. Durante os levantamentos, foram montados "aparelhos" da organização nas cidades de Teófilo Otoni e Vitória da Conquista. Os "aparelhos" serviriam de bases de apoio quando o movimento se estendesse ao meio rural ao longo da estrada Rio-Bahia.

A segunda ação da Corrente ocorreu na madrugada de 01 de dezembro, quando foi assaltada a "boite" "Seis às Seis", na Avenida Nossa Senhora do Carmo. O assalto foi planejado e novamente comandado por Gilney Amorim Viana (35). Durante o assalto, Nelson José de Almeida, que entrara na "boite" através da cozinha, atirou e feriu no peito o cozinheiro Antônio Joaquim de Oli

---

(34) O Comando da Corrente ficou constituído por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Gilney Amorim Viana e Hélcio Pereira Fortes, assessorados por José Adão Pinto, que era o responsável pelas atividades de logística da organização, sendo inclusive o depositário do armamento.

(35) Participaram do assalto: Lúcio Dias Nogueira ("Rodrigo"), Nelson José de Almeida ("Beto"), José Alfredo ("Henrique"), Leila Dias de Araújo ("Lia" - "Laura") e José Adão Pinto ("Luiz Carlos" - "Evaldo").

veira. O freguês Wellington Gadelha Campelo foi ferido na região lombar, por um tiro disparado por Gilney. Nelson, já dentro da "boite", atirou pelas costas no gerente Antônio de Almeida Ribeiro, que estava na copa. Além dos ferimentos a bala, várias pessoas foram espancadas e roubadas em jóias e dinheiro. Na fuga, roubaram o carro de um dos freqüentadores da "boite".

Ainda em dezembro, na noite do dia 14, com o objetivo de angariar fundos para sustentar a estrutura clandestina da organização, a Corrente encerrou o ano de 1968 assaltando o Armazém São Vicente, na Avenida Rodoviária nº 42, na cidade de Contagem, ação que lhe rendeu a quantia de NCr$ 4.800,00 e grande quantidade de gêneros alimentícios.

As relações mantidas pela Corrente com o Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1968, desde a orientação para a atuação até o treinamento de militantes para as ações armadas, caracterizaram a organização como uma extensão do movimento liderado por Marighela, em Minas Gerais. A necessidade de realizar ações de banditismo, com a finalidade de sustentar uma estrutura clandestina, despreocupando-se do apoio das massas, levaria a Corrente ao isolamento e à destruição.

13. O PC do B recebe adesões

Durante o ano de 1968, o PC do B recebeu a importante adesão de dois grupos oriundos do PCB, na Guanabara. O primeiro, no início do ano, liderado por Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, expulsos do PCB antes do VI Congresso, e que levou a quase totalidade do Comitê Marítimo para o PC do B. O segundo grupo, liderado por Manoel Jover Telles, compunha-se dos que haviam saído do PCBR, em junho de 1968. Nesse mês, o Comitê Central do PC do B enviara uma carta denominada "Aos comunistas divergentes do Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara", na qual criticava as posições do PCB e do PCBR e os concitava a ingressarem no PC do B, afirmando que seria, em verdade, "um reencontro entre velhos camaradas".

Em fins de 1968, esses divergentes realizaram uma reunião, em Duque de Caxias, a qual denominaram de "Conferência da Maioria do PC na Guanabara". Foram aprovadas uma "Resolução Política" e uma carta ao CC/PC do B, comunicando a adesão dos diver-

gentes nesse partido, e foi eleito um Comitê Regional do PC do B para os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A essa Conferência, assistida por Pedro Pomar, membro do Comitê Central da organização, compareceram quase duas dezenas de pessoas — representando cerca de 400 militantes da Guanabara (36).

Em fevereiro, o Comitê Central publicou o documento para estudo "Salve a Vitória da Guerra Popular!", de autoria de Lin Piao, um dos dirigentes da República Popular da China, no qual eram sistematizadas as experiências vividas durante os 22 anos da revolução chinesa, em seus aspectos político e militar.

Em maio de 1968, o CC/PC do B (37) aprovou dois documentos. No primeiro, denominado "Alguns problemas ideológicos da re
volução na América Latina", posicionava-se, a nível internacio-
nal, a favor da China e da Albânia e contra os EUA e URSS. No
aspecto ideológico, atacava o "fidelismo" cubano, afirmando que,
na América Latina, "cada povo fará a sua Revolução". Criticava
o caráter socialista da revolução e defendia a passagem por uma
"etapa nacional e democrática". No segundo documento, "Prepa-
rar o Partido para as grandes lutas", o PC do B, baseado nas agi
tações estudantis ocorridas nos grandes centros urbanos, nos qua
tro primeiros meses do ano, fazia o vaticínio de que as massas
já se estavam movimentando para fazer a revolução. Apesar de re
conhecer que "o despreendimento e a energia da mocidade, bem ori
entados, são fatores de radicalização das lutas", alertava que
"as zonas rurais constituirão as vastas áreas de manobra para os
destacamentos armados do povo e nestas zonas encontrava-se o
maior potencial revolucionário". Não menosprezava, entretanto, o
trabalho das massas urbanas:

*" O ascenso das lutas populares nas cidades veio chamar
mais ainda a atenção do Partido para a necessidade de incremen-
tar o trabalho no interior, tendo em vista desenvolver o movi-
mento camponês. Por mais importância que tenham as lutas nos
centros urbanos, elas, por si só, não conduzirão o povo à vitó*

---

(36) Estavam presentes: Manoel Jover Telles, Armando Teixeira Fructuoso, Lin
coln Bicalho Roque, Aurélio Pereira Rosa, Helena Boaventura Neto, Rober
to Ribeiro Martins, Antônio Miranda, que seria expulso no ano seguinte,
e outros.

(37) A CEx do PC do B era integrada por João Amazonas, Maurício Grabois, Pe-
dro Pomar, Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroio
e Luiz Guilhardini. Compunham ainda o CC, Dynéas Fernandes de Aguiar, El
za de Lima Monnerat, Diógenes Arruda Câmara, Benedito de Carvalho, Wla-
dimir Pomar, Manoel Ferreira e José Maria Cavalcante, dentre outros.

ria. O fator decisivo é o movimento de massas e a luta armada no campo... Ambos preparam o caminho da guerra popular".

No item final do documento, o PC do B admitia que "teve ativa participação nas recentes ações de massas" e afirmava, para todos aqueles que não acreditavam que as agitações de 1968 eram dirigidas pelos comunistas:

"Ombro a ombro com as massas, seus militantes enfrentaram a reação, procuraram exercer seu papel de vanguarda e aprenderam com as massas".

14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos

Estabelecida a sua linha política, de caráter nitidamente foquista, a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) iniciou, em 1968, as suas atividades de cunho militarista, pretensamente revolucionárias.

Para isso, criou um Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR) (38) que, a partir de fevereiro de 1968, iniciou uma série de assaltos, em São Paulo, dos quais se podem citar o do carro pagador do Banco da Lavoura de Minas Gerais, por duas vezes, em fevereiro e junho, e o do Banco Francês e Italiano, em maio, com os quais a organização arrecadou centenas de milhares de cruzeiros (39).

No segundo semestre de 1968, Plínio Petersen Pereira, um dos dirigentes da AV/PC do B e integrante do GENR, desligou-se da organização, levando consigo diversos militantes que foram formar o denominado "Grupo do Gaúcho".

Nessa época, era grande a agitação no Movimento Estudantil, com os estudantes participando de ações diretas contra as forças policiais, incentivados e orientados pelas organizações militaristas. O clima de revolta estudantil, aumentado com o fracasso do Congresso de Ibiúna, serviu de incentivo para os inte-

(38) O GENR era composto por Diniz Cabral Filho, Plínio Petersen Pereira, Elio Cabral de Souza, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho, Aderval Alves Coqueiro, Lúcio da Costa Fonseca, James Allen Luz, José Couto Leal, Derly José de Carvalho e Raimundo Gonçalves de Figueiredo.

(39) Além dos assaltos para obter fundos, realizou dezenas de roubos de carros, utilizados nas atividades "revolucionárias" da organização. As organizações comunistas chamam os roubos de "expropriações", termo utilizado por Lenin.

grantes da AV/PC do B pensarem em iniciar a estrutura de uma organização própria, independente, arrebanhando os jovens estudantes que estavam contagiados pelo vírus da luta armada (40). Assim, foi criada uma Comissão Nacional de Consulta, integrada por Diniz Cabral Filho, Elio Cabral de Souza e Derly José de Carvalho, a fim de dar início ao trabalho de formação do que seria a Ala Vermelha (AV), que se concretizaria no ano seguinte.

15. O PCR tenta realizar trabalho no campo

Desde a sua criação, em maio de 1966, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), atendo-se ao preconizado pela sua linha política, que privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução, procurava afirmar-se no meio rural dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em fins de 1967, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") e Manoel Lisboa de Moura, a mando de Ricardo Zarattini Filho, foram ao Uruguai em busca de apoio financeiro de Brizola, para a instalação de uma área de guerrilha no Nordeste. Rescaldado pelos sucessivos fracassos, particularmente o de Caparaó, Brizola negou-lhes apoio.

No segundo semestre de 1968, dinheiro passou a não mais faltar ao PCR: Ricardo Zarattini Filho conseguiu-o em quantidade, através do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que o recebia do "Bom Burguês".

Em agosto, "Capivara" arrendou o sítio "Borboleta", no município de Palmares, em Pernambuco, que passou a ser o centro do trabalho de campo do partido, atuando com um grupo nas regiões de Barreiros, Sirinhaém, Rio Formoso, Água Preta e Joaquim Nabuco. Além do trabalho de recrutamento e divulgação do comunismo no meio rural, praticaram atos de sabotagem, como a queima de canaviais e de engenhos.

Influenciado por idéias militaristas, Ricardo Zarattini foi expulso da organização, em dezembro de 1968, e com esse ato a fonte financeira do PCR secou e seu incipiente trabalho no campo não evoluiria.

(40) Embora seus membros tivessem sido expulsos do PC do B, a AV ainda se considerava uma ala desse Partido.

16. O MR-8 estende suas atividades ao Paraná

Ainda no final de 1967, o MR-8 passou a dedicar-se ao levantamento político, social e econômico do território nacional, com o objetivo de selecionar uma ou mais regiões propícias à instalação de um foco guerrilheiro. Selecionada a área para o início do processo — o Sudoeste do Paraná —, em princípios de 1968, um grupo de militantes embrenhou-se nas matas do Parque Nacional do Iguaçu, para realizar o levantamento topográfico da região.

Em julho de 1968, a situação financeira do MR-8 tornou-se crítica. Baseado, por suas origens, no Estado do Rio de Janeiro, a organização mantinha ali uma "frente de publicações", além de grupos de contatos e de recrutamento. A abertura dos trabalhos no Paraná e o sustento dos militantes "profissionalizados" (41) fizeram com que diminuíssem os recursos financeiros, conseguidos, até então, apenas pela contribuição de militantes, simpatizantes e colaboradores.

Em agosto, o militante Mauro Fernando de Souza deu um desfalque de 60 milhões de cruzeiros (60 mil cruzeiros novos), no banco em que trabalhava, o Banco Mercantil de Niterói. Canalizado para o MR-8, esse dinheiro desafogou, temporariamente, os problemas da organização. No Paraná, foram montados alguns "aparelhos" em Curitiba e adquiridos dois sítios, um na região denominada de Boipicuá, na estrada para Assis Chateaubriand, a 25 Km do município de Cascavel, e outro, conhecido por Banhadão, nas proximidades de Matelândia, como "aparelho" rural alternativo. Compraram-se diversas viaturas e iniciou-se a montagem de uma infra-estrutura básica.

Entretanto, o dinheiro obtido não seria suficiente para manter as duas frentes de atuação, no Rio de Janeiro e no Paraná. Em dezembro, a direção do MR-8 decidiu criar, no Rio de Janeiro, um "Comando de Expropriações", a fim de conseguir fundos através de assaltos, roubos e furtos. O Comando Político foi deslocado para o Paraná, para melhor concentrar esforços no projetado foco guerrilheiro.

O MR-8 já lograra assentar 26 militantes no eixo Curitiba-Cascavel-Matelândia.

---

(41) Os comunistas chamam de "profissionalizados" os militantes que dedicam tempo integral à organização e são por ela sustentados.

17. A DI/GB atua no Movimento Estudantil

Dividida pela II Conferência, realizada em dezembro de 1967, em Petrópolis, a DI/GB optou pela atuação no Movimento Estudantil (ME), escudada pelo domínio que possuía na União Metropolitana de Estudantes e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com isso, a DI/GB esteve a cavaleiro das agitações de rua ocorridas na Guanabara, no ano de 1968, através de seus militantes Wladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins, Carlos Alberto Vieira Muniz e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, além dos irmãos Daniel e Samuel Aarão Reis.

A organização tinha a sua maior fonte de recrutamento no ME, através da direção dos Grupos de Estudo (GE) e dos Organismos Parapartidários (OPP). Os GE eram vistos como a porta de entrada para a DI/GB e atuavam, apenas, no ME. Seus integrantes estudavam o marxismo-leninismo, particularmente as concepções cubanas de revolução, e as conjunturas internacional e brasileira. Dos GE, seus melhores integrantes passavam para os OPP, onde tomavam conhecimento da existência da DI/GB e estudavam sua linha política. Embora possuíssem uma estrutura autônoma, os OPP obedeciam às decisões da organização e seus militantes usavam codinomes e recebiam orientações para atingir um determinado nível de prática política organizada, ingressando na DI/GB.

A prisão de Wladimir e Franklin no Congresso de Ibiúna, em outubro, mostrou à organização que o ME, por si só, não conseguiria realizar a pretendida revolução. Sob uma visão essencialmente militarista, a DI/GB encerraria o ano de 1968 preparando-se para iniciar as ações armadas, formando um primeiro grupo de ação (42).

18. A Dissidência da Dissidência

Durante o transcorrer da II Conferência da Dissidência da Guanabara (DI/GB), em Petrópolis, acirraram-se as divergências que já existiam nessa organização, formando-se três grupos.

Um deles, denominado de "grupo dos foquistas" e liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, defendia as posições de Gue-

(42) Esse grupo de ação da DI/GB era constituído por Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Stuart Edgard Angel Jones.

vara e Debray. Esse grupo, sentindo que se tornava impossível a sua permanência na DI/GB, desligou-se dessa organização e, ainda no final de 1967, criou a Dissidência da Dissidência (DDD).

Era um grupo reduzido, com cerca de duas dezenas de militantes, recrutados através de Grupos de Estudo que se organizavam entre os estudantes secundaristas e universitários (43).

Apesar de apoiar a luta armada, a DDD nunca executou nenhuma ação, limitando-se a intermináveis discussões sobre sua linha política, efetuadas num apartamento de Copacabana. Através de sua Seção Operária, chegou a distribuir panfletos em bairros operários e, através da Seção Estudantil, participou das agitações ocorridas na Guanabara, em 1968.

Desde cedo, a DDD buscou contatos com outras organizações. No início de 1968, estabeleceu relações com a Dissidência de São Paulo (DI/SP), do PCB, para lá deslocando o militante Cláudio Jorge Câmara. Em meados desse ano, chegou a manter infrutíferos contatos com o Núcleo Marxista-Leninista (NML), dissidência da AP na Guanabara, abandonados em face das divergências entre suas linhas políticas.

A partir do 2º semestre de 1968, através de Jorge Eduardo Saavedra Durão, a DDD iniciou contatos com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), este representado por Maria do Carmo Brito, a "Lia", o que propiciou, aos militantes da DDD, treinamentos de tiro e manuseio de explosivos.

Em março de 1969, após formular uma autocrítica, a DDD resolveria dissolver-se e ingressar no COLINA.

19. O surgimento do Partido Operário Comunista (POC)

Em setembro de 1967, após o IV Congresso, a POLOP viu-se reduzida, praticamente, à metade dos seus efetivos, em razão do afastamento dos dissidentes de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, que foram constituir novas organizações. Entretanto, a aproximação da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul (DL/PCB/RS) trouxe um certo alento à POLOP, tendo em vista as perspectivas de atuação junto ao Movimento Operário.

---

(43) Entre os principais militantes da DDD, além dos três já citados, encontravam-se Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Minc Baumfeld, Sérgio de Faria Pinho, Ana Cristina Zahar, Wilson Thimóteo Júnior e Flávia de [illegible] de Thimóteo.

No início de 1968, as duas organizações, em conjunto, realizaram um "Ativo Operário", onde foram estabelecidas as bases para a fusão e as diretrizes para as atividades nos sindicatos e nas fábricas. Em abril de 1968, em Santos, foi selada a união da POLOP com a DL/PCB/RS, através da realização do Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista (POC), considerado como o herdeiro e o continuador da ORM-PO, conhecida como POLOP. Como o conclave era o quinto da POLOP, ficou conhecido como o V Congresso do POC. Contando com o reforço de cerca de 50 militantes da DL, o POC iniciou suas atividades com, aproximadamente, 700 membros (44).

No documento "Resolução Política do Congresso de Fundação do POC", a organização afirmava a falência do reformismo e apontava o POC como uma nova liderança, herdeira de todas as tradições revolucionárias do movimento comunista brasileiro. Ao mesmo tempo, criticava as organizações que romperam com o PCB e optaram pela luta armada, por não terem conseguido estabelecer uma linha política definida. A resolução diagnosticava a necessidade de substituir a discussão meramente ideológica — um problema crônico na POLOP — pela aplicação dos princípios, na prática das lutas das classes trabalhadoras.

O POC elegia a luta armada para desenvolver a estratégia da organização, através da combinação da guerra de guerrilhas no campo com a insurreição urbana. Preconizava a instauração de uma "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER), constituída pelas forças combatentes da classe operária, em torno das lutas econômicas e na luta pelo desencadeamento de uma greve geral (45).

---

(44) O Comitê Nacional (CN) eleito nesse Congresso era constituído por Érico Czackes Sachs ("Ernesto Martins"), Eder Simão Sader("Raul Villa"), Ceici Kamayana ("Zé Paulo"), Fábio Oscar Marenco dos Santos ("Emílio"), Flávio Koutzii ("Laerte"), Marcos Faerman ("Gerson"), Otavino Alves da Silva ("Abílio"), Peri Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero") e um estudante de nome Jari. A suplência era formada por Nilmário de Miranda ("Augusto") e mais dois, conhecidos por "Armando" e "Azevedo".

(45) O Programa Socialista para o Brasil, adotado pelo partido, considerava a FER como o embrião para a sua criação, e seus integrantes tinham que concordar com o caráter socialista da revolução. A dificuldade dessa concordância levou o POC a planejar a constituição de uma "Frente Única Proletária" (FUP), que, ao contrário da FER, não excluiria aqueles que não defendessem o caráter socialista da revolução. Suas lutas táticas seriam centradas na luta pela autonomia sindical, tal como constou de uma circular interna, o "Informe às Células", do Secretariado Executivo Nacional (SEN), datado de maio de 1968.

Os estatutos do POC, emergentes do V Congresso, estabeleceram a revolução socialista para a conquista do objetivo estratégico do Partido. Depois do Congresso, o órgão máximo era o Comitê Nacional (CN), que elegeria, dentre os seus membros, um Secretariado Executivo Nacional (SEN) (46).

As intenções operárias do POC não se concretizaram, na prática, tendo uma participação muito limitada, quase inexistente, nas explosões operárias desse ano de 1968. Em junho, o CN divulgou o documento "Por uma prática partidária", contendo uma autocrítica da atuação do partido e novas orientações para suas atividades. O CN atribuía o fracasso do POC à não colocação, na prática, das concepções teóricas e pela situação de inferioridade advinda das alianças com outras organizações para a atuação no movimento operário. Esses problemas, ainda segundo o CN, somente seriam solucionados pelo recrutamento e pela formação de quadros na classe operária, bem como pela implementação de atividades revolucionárias que servissem de alternativa às diversas organizações e tendências de esquerda que apresentassem uma política "pequeno-burguesa".

Apesar desses esforços, o POC continuou com dificuldades de penetração no meio operário. A reduzida participação que viria a ter, a seguir, na 2ª greve de Contagem e na greve de Osasco, não foi capaz de lançar raízes na classe operária.

Apesar de sua definição pela estratégia da luta armada, o POC passou o ano de 1968 e parte do seguinte sem tomar a iniciativa do enfrentamento militar. Tal atitude, apesar de colocá-lo à margem da perseguição policial, provocaria as primeiras dissenções e o questionamento interno de sua linha política e atuação prática. Ainda em 1968, começaram as defecções no CN do POC.

20. O surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA)

Após o IV Congresso da POLOP, realizado em setembro de 1967, os dissidentes de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara iniciaram articulações no sentido de formarem outras organizações. Enquanto os dissidentes de São Paulo e alguns da Guanabara se reuniram para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (juntos

(46) Os organismos regionais seriam as Seções, dirigidas pelos Secretariados Regionais e integradas por 3 ou mais células. Núcleos seriam os organismos regionais que não tivessem atingido o "status" de Seção. A estrutura básica do POC seria a célula, dirigida por um coordenador e constituída de 3 a 5 militantes

com os remanescentes do MNR), os de Minas Gerais e a maioria dos da Guanabara entabulavam negociações para a criação de uma nova Organização Político-Militar (OPM).

Em abril de 1968, esses últimos realizaram uma Conferência, na qual aprovaram o documento "Concepção da Luta Revolucionária", onde ficou praticamente aprovada a linha política da futura OPM. O documento definiu a revolução brasileira como sendo de caráter socialista e o caminho a seguir o da luta armada, através do foco guerrilheiro, visto como "a única forma que poderá assumir, agora, a luta armada revolucionária do povo brasileiro". O processo para a tomada do poder iniciar-se-ia com a criação de um pequeno núcleo rural — o foco —, que, através do desencadeamento da luta armada no campo, cresceria e se multiplicaria com a conscientização das massas, até a constituição de um Exército Popular de Libertação. As cidades eram vistas como fontes para o apoio logístico e a guerrilha urbana nelas desencadeadas serviria para manter ocupadas as forças legais. Os atos de terrorismo e sabotagem deveriam obedecer a um rígido critério político, estabelecido pelo comando da OPM.

Em julho de 1968, esses dissidentes da POLOP realizaram um Congresso Nacional num sítio em Contagem, Minas Gerais, no qual foi criado o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com o seu Comando Nacional (CN) integrado por Ângelo Pezzuti da Silva e Carlos Alberto Soares de Freitas, de Minas Gerais, e Juarez Guimarães de Brito e Maria do Carmo Brito, da Guanabara.

Diretamente ligados ao CN, existiam o Setor Estratégico, com Carlos Alberto Soares de Freitas e Reinaldo José de Melo, e os Comandos Regionais (CR), subdivididos em Comandos Urbano e Militar. O Comando Urbano, constituído pelos Setores Operário e Estudantil, era o responsável pelo trabalho de massa nas fábricas, empresas, sindicatos, faculdades, etc. Esse trabalho era executado pelas células, através das atividades de recrutamento e de agitação e propaganda, editando o jornaleco "O Piquete". O Comando Militar era composto pelos Setores de Levantamento de Áreas, Inteligência, Expropriação, Terrorismo e Sabotagem e Logístico. O Setor de Levantamento de Áreas era o encarregado de estudar e selecionar as áreas favoráveis à implantação dos focos guerrilheiros. O de Inteligência falsificava documentos e planejava as ações armadas, através do levantamento de locais e hábitos de personalidades. O Setor de Expropriação era o respon

sável pela execução das ações armadas, como os assaltos e os seqüestros, que visavam a obter recursos financeiros e material bélico para a organização. O de Terrorismo e Sabotagem era o encarregado da preparação dos engenhos explosivos e da execução dos atos terroristas e de sabotagem. O Setor Logístico preocupava-se em dar o apoio à organização, como o estabelecimento de aparelhos e a distribuição de recursos materiais.

A partir de setembro de 1968, o Setor Estratégico deu início a uma série de viagens pelo interior do País, a fim de realizar os levantamentos das regiões mais favoráveis à instalação de guerrilhas. Após estudar mais de sete Estados, o COLINA decidir-se-ia, em junho do ano seguinte, por uma região de mais de 100 mil Km², englobando diversos municípios do Maranhão e de Goiás, tais como Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Embora o COLINA tivesse conseguido recrutar militantes em Porto Alegre, Goiânia e Brasília, nunca deixou de ser uma OPM tipicamente mineira, com um núcleo na Guanabara, onde havia recrutado um grupo de ex-militares que já tinha atacado duas sentinelas: a primeira, em 17 de março, no Museu do Exército, na Praça da República, a qual foi baleada por Antônio Pereira Mattos e teve o seu FAL roubado; e a segunda, em 23 de maio, na Base Aérea do Galeão, a qual ficou sem a sua pistola .45.

Dentre as ações do COLINA, em 1968, podem ser destacadas: em 28 de agosto, assalto ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, agência Pedro II, em Belo Horizonte; em 4 de outubro, assalto ao Banco do Brasil, na cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais; em 18 de outubro, dois atentados a bomba em Belo Horizonte, nas residências do Delegado Regional do Trabalho e do interventor dos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos; em 25 de outubro, no Rio de Janeiro, Fausto Machado Freire e Murilo Pinto da Silva assassinaram Wenceslau Ramalho Leite, com quatro tiros de pistola Luger 9mm, quando lhe roubavam o carro; e, em 29 de outubro, assalto ao Banco Ultramarino, agência de Copacabana, no Rio de Janeiro (47).

(47) Desses assaltos, onde foram roubados centenas de milhares de cruzeiros e morto um civil, participaram Ângelo Pezzuti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Afonso Celso Lana Leite, Antônio Pereira Mattos, João Lucas Alves, Murilo Pinto da Silva, Severino Viana Colou, Pedro Paulo Bretas, Irani Campos, Jorge Raimundo Nahas, Maurício Vieira de Paiva, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Fausto Machado Freire, Erwin Rezende Duarte, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, João Marques Aguiar e José Raimundo de Oliveira.

O ano seguinte seria crítico para o COLINA. Uma seqüência de prisões debilitaria a organização, forçando a sua fusão com a VPR e a formação da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

21. O surgimento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Nos três últimos meses de 1967, o grupo foquista que "rachou" com a POLOP, no IV Congresso, de setembro, estava articulando-se para a formação de uma nova organização, de cunho militarista.

Ao mesmo tempo, diversos sargentos remanescentes do núcleo de São Paulo do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, muitos com curso em Cuba, também procuravam organizar-se, de acordo com a mesma linha de orientação cubana. Pressurosos em atuar, esse grupo já havia assaltado, no penúltimo dia do ano, o Depósito Gato Preto, da Companhia Perus, em Cajamar, São Paulo, roubando 10 caixas de dinamite e 200 detonadores (48).

Em janeiro de 1968, iniciaram-se os encontros formais entre os dois grupos, quando deliberaram atuar em conjunto e traçar os planos para a fusão. Em março, concretizou-se o I Congresso, que fundou a Organização Político-Militar denominada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (49).

A VPR estruturou-se, inicialmente, em um Comando Nacional e Comandos Regionais, estes divididos nos setores Logístico, Urbano e Rural ou de Campo. O Setor Logístico era o encarregado de conseguir meios para a organização, através das ações armadas. O Setor Urbano fazia o trabalho de massa e subdividia-se nos Subsetores Operário, Estudantil e de Imprensa. O Setor Rural ou de Campo subdividia-se no Subsetor de Levantamento Geográfico, para selecionar as futuras áreas de guerrilhas sob o aspecto fisiográfico, no Subsetor de Levantamento Sócio-Econômico, para selecionar as regiões mais favoráveis à arregimentação de trabalhadores, e no Subsetor de Fixação, responsável pela implantação das áreas de guerrilha.

(48) Participaram desse assalto: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antonio Raimundo Lucena, José Araújo Nóbrega, José Ronaldo Tavares Lira e Silva e Otacílio Pereira da Silva.

(49) A primeira direção da VPR ficou constituída por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfouri Quartim de Morais, pelo grupo dissidente da POLOP, e Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José de Carvalho, pelo núcleo de remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário.

No seu início, a VPR não conseguiu definir integralmente a sua linha política, engolfada pelas contradições internas advindas de sua dupla origem: a militar e a política. Entretanto, o consenso sobre o foquismo cubano conduziu a organização às atividades puramente militaristas, praticando a ação pela ação, sem uma estratégia de conjunto.

No Movimento Estudantil, a VPR participou das agitações ocorridas em São Paulo, onde conseguiu recrutar diversos estudantes. No Movimento Operário, atuou nas greves dos metalúrgicos de Osasco, através de seus militantes José Ibrahim e José Campos Barreto.

Mas foi na área militar que a VPR mais se notabilizou, graças aos contatos dos ex-sargentos oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário. Possuía uma célula no 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, onde sobressaíam o Sargento Darcy Rodrigues e o Capitão Carlos Lamarca, e estava infiltrada na Companhia de Polícia do Exército, em São Paulo.

Foram dezenas as atividades armadas da VPR catalogadas nesse ano de 1968, desde roubos de carros e assaltos para conseguir dinheiro, armas e explosivos, até os atos terroristas a bomba e assassinatos, capitulados como "justiçamentos".

Os fatos, a seguir descritos, todos de 1968, em São Paulo, dão, apenas, uma pálida idéia da virulência da VPR, que, em nome da "revolução brasileira", roubou, assaltou e matou indiscriminadamente:

- em 7 de março, assalto ao banco Comércio e Indústria, da Rua Guaicurus, na Lapa, considerado como o primeiro assalto a banco da guerrilha urbana no Brasil;
- em 19 de março, atentado a bomba contra a biblioteca do Consulado norte-americano, na Rua Padre Manoel, onde um estudante perdeu a perna e mais dois ficaram feridos;
- em 5 de abril, atentado a bomba na sede do Departamento de Polícia Federal;
- em 20 de abril, atentado a bomba no jornal "O Estado de S. Paulo", com 3 feridos;
- em 31 de maio, assalto ao Banco Bradesco, em Rudge Ramos;

- em 22 de junho, assalto ao Hospital Geral de São Paulo, no Cambuci, de onde foram roubados 9 fuzis FAL; e

- em 26 de junho, atentado a bomba contra o Quartel General do II Exército, no Ibirapuera, que, além dos danos materiais, matou a sentinela, o Soldado Mário Kozel Filho, e feriu diversos outros (50).

- em 28 de junho, assalto à pedreira Fortaleza, na rodovia Raposo Tavares, de onde foram roubadas 19 caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores;

- em 1º de agosto, assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, do Itaim;

- em 20 de setembro, assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, no bairro Barro Branco, onde foi assassinada a sentinela, o Soldado Antonio Carlos Jeffery, por Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira;

- em 12 de outubro, assassinato do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América, Charles Rodney Chandler, que cursava a Escola de Sociologia e Política da Fundação Álvarez Penteado, a tiros de metralhadora, na porta de sua residência, no Sumaré, e na frente de sua esposa e um filho de 9 anos, por Marco Antonio Brás de Carvalho, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José Carvalho de Oliveira;

- em 15 de outubro, primeiro assalto ao Banco do Estado de São Paulo, da Rua Iguatemi;

- em 27 de outubro, atentado a bomba contra a loja Sears da Água Branca;

- em 7 de novembro, roubo de um carro na esquina das ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime Fonseca Rodrigues, com o assassinato de seu motorista, o senhor Estanislau Ignácio Correa, praticado por Yoshitane Fujimore ("Edgar"), Osvaldo Antonio dos Santos ("Portuga") e Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio"). A respeito deste assassinato, o jornal "O Estado de S. Paulo", de 9 de abril de 1980, publicou as declarações de um ex-militante

---

(50) Entre planejadores e executores, participaram da ação: Waldir Carlos Sarapu, Wilson Egídio Fava, Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Dulce de Souza Maia, Eduardo Leite, José Araújo de Nóbrega, Osvaldo Antonio dos Santos e Renata Ferraz Guerra de Andrade.

da VPR, nas quais afirma:

"São três tiros, um no braço esquerdo, outro no tórax e o terceiro na cabeça. Ele morreu instantaneamente, a metade do corpo para fora do carro... Maneira estúpida de morrer. Não havia risco para "Edgar" e "Portuga". O homem estava desarmado, carregava uma pasta de couro na qual não caberia sequer uma arma pequena. Poderia ter sido dominado pelos dois, jovens e fortes, e, além disso, protegidos pela cobertura de "Getúlio", estacionado a menos de 30 metros do local e também armado. Por que então atirou naquele homem? Por que matá-lo, se a única ajuda que poderia receber viria de uma frágil e assustada dona-de-casa, que assistia tudo paralisada na calçada? Eles poderiam simplesmente golpeá-lo na cabeça — uma simples e dolorida, sem dúvida, mas não mortal coronhada...";

- em 6 de dezembro, segundo assalto ao Banco do Estado de São Paulo, da Rua Iguatemi; e

- em 11 de dezembro, assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, de onde foram roubadas armas e munições e saiu ferido o senhor Bonifácio Ignori, com um tiro na perna, disparado por José Raimundo da Costa.

Milhões de cruzeiros roubados, vultosos danos materiais a propriedades públicas e privadas, ferimentos em dezenas de pessoas e quatro assassinatos foi o saldo trágico da atuação da VPR, nesse seu primeiro ano de atuação, em atividades "revolucionárias" (51).

Os órgãos policiais, ainda não preparados para enfrentar essa guerrilha urbana, desconheciam os autores dos crimes e muitos eram imputados a marginais. Foi somente no ano seguinte, com a prisão de alguns militantes, que se pôde concluir que esses crimes estavam sendo cometidos em nome da "revolução brasileira".

Em dezembro de 1968, explodiu a crise latente entre os "mi

(51) Essas ações foram praticadas pelos seguintes militantes: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antônio Raimundo Lucena, José Araújo de Nóbrega, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Otacílio Pereira da Silva, Cláudio de Souza Ribeiro, Osvaldo Antônio dos Santos, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Hamilton Fernando Cunha, Marcos Alberto Martini, Eduardo Leite, Wilson Egídio Fava, Samuel Iavelberg, Ladislas Dowbor, Reinaldo José de Melo, Darcy Rodrigues, Melcides Porcino da Costa, Antônio Roberto Espinosa, João Domingos da Silva, Adilson Ferreira da Silva, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Braz de Carvalho, Hermes Camargo Batista, Yoshitane Fujimori, Antônio Nogueira Filho, Chizuo Ozava, José Raimundo da Costa e Ismael Antônio de Souza.

litaristas", oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário, e os "políticos" ou "leninistas", oriundos da POLOP. Numa reunião, ora chamada de conferência ora de congresso, realizada no litoral paulista — conhecida como a "praianada" —, os "militaristas", apoiados pela adesão de Carlos Lamarca, assumiram a direção da VPR e expulsaram João Carlos Kfouri Quartim de Morais ("Manoel"), Wilson Egídio Fava ("Amarelo") e sua mulher Renata Ferraz Guerra de Andrade ("Cecília"), que, em seguida, fugiram para o exterior, sendo o primeiro acusado de ter levado dinheiro da organização.

22. O assassinato do Capitão Chandler

Em 1968, as ações de guerrilha urbana perdiam-se no anonimato de seus autores e, muitas vezes, eram, até, confundidas com as atividades de simples marginais. De acordo com os dirigentes de algumas organizações militaristas, já chegara o momento do público tomar conhecimento da luta armada revolucionária em curso, o que poderia ser feito através de uma ação que repercutisse no Brasil e no exterior.

Em setembro, Marco Antonio Braz de Carvalho, o "Marquito", homem de confiança de Marighela — que dirigia o Agrupamento Comunista de São Paulo —, e que fazia a ligação com a VPR, levou para Onofre Pinto, então coordenador-geral da VPR, a possibilidade de ser realizada essa ação, no "justiçamento" do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América, Charles Rodney Chandler, aluno bolsista da Escola de Sociologia e Política, da Fundação Álvares Penteado, e que morava em São Paulo com a esposa e dois filhos pequenos. Entretanto, segundo os "guerrilheiros", Chandler era um "agente da CIA" e "encontrava-se no Brasil com a missão de assessorar a ditadura militar na repressão".

No início de outubro, um "tribunal revolucionário", integrado por três dirigentes da VPR — Onofre Pinto, como presidente, e João Carlos Kfouri Quartim de Morais e Ladislas Dowbor, como membros —, condenou o Capitão Chandler à morte. Através de levantamentos realizados por Dulce de Souza Maia, apurou-se, sobre a vítima, seus horários habituais de entrada e saída de casa, costumes, roupas que costumava usar, aspectos de sua personalidade e dados sobre os familiares e sobre o local em que residia, numa casa da Rua Petrópolis, nº 375, no tranqüilo bairro do Sumaré, em São Paulo.

Escolhido o "grupo de execução", integrado por Pedro Lobo de Oliveira, Diógenes José Carvalho de Oliveira e Marco Antonio Braz de Carvalho, nada é mais convincente, para demonstrar a frieza do assassinato, do que se transcrever trechos do depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, um dos criminosos, publicado no livro "A Esquerda Armada no Brasil" (52):

"Como já relatei, o grupo executor ficou integrado por três companheiros: um deles levaria uma pistola-metralhadora INA, com três carregadores de trinta balas cada um; o outro, um revólver; e eu, que seria o motorista, uma granada e outro revólver. Além disso, no carro estaria também uma carabina M-2, a ser utilizada se fôssemos perseguidos pela força repressiva do regime. Consideramos desnecessária cobertura armada para aquela ação. Tratava-se de uma ação simples. Três combatentes revolucionários decididos são suficientes para realizar uma ação de justiçamento nessas condições. Considerando o nível em que se encontrava a repressão, naquela altura, entendemos que não era necessária a cobertura armada".

A data escolhida para o crime foi o 8 de outubro, que assinalava o primeiro aniversário da morte de Guevara. Entretanto, nesse dia, Chandler não saiu de casa e os três terroristas decidiram "suspender a ação". Quatro dias depois, em 12 de outubro de 1968, chegaram ao local às 7 horas. Às 8 horas e 15 minutos, Chandler dirigiu-se para a garagem e retirou o seu carro, em marcha a ré. Enquanto seu filho, de 9 anos, abria o portão, sua esposa aguardava na porta da casa, para dar-lhe o adeus. Não sabia que seria o último.

Os terroristas avançaram com o Volkswagen, roubado dias antes, e bloquearam o caminho do carro de Chandler. No relato de Pedro Lobo, "*nesse instante, um dos meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão, e disparou contra Chandler*". Era Diógenes José Carvalho de Oliveira, que descarregava, à queima roupa, os seis tiros de seu Taurus de calibre .38.

E prossegue Pedro Lobo, que dirigia o Volks:

"Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro aproximou-se com a metralhadora INA e desferiu uma rajada. A décima quinta bala não deflagrou e o mecanismo automático da me

(52) Caso, A: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa-Portugal, 1976, depoimento [illegible] Oliveira, a partir da pág. 159.

metralhadora deixou de funcionar. Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler já estava morto. Quando recebeu a rajada de metralhadora emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demo-nos conta de que estava morto".

Quem portava a metralhadora era Marco Antonio Braz de Carvalho.

A esposa e o filho de Chandler gritaram. Diógenes apontou o revólver para o menino que, apavorado, fugiu correndo para a casa da vizinha. Após Pedro Lobo ter lançado os panfletos, nos quais era dito que o assassinato fora cometido em nome da revolução brasileira, os três terroristas fugiram no Volks, em desabalada carreira.

É interessante observarmos o destino dos sete envolvidos no crime:

Marco Antonio Braz de Carvalho ("Marquito"), que deu a rajada de metralhadora, viria a falecer, em 26 de janeiro de 1969, após troca de tiros com a polícia.

Onofre Pinto ("Augusto"), o presidente do "tribunal revolucionário" que condenou Chandler à morte, ex-Sargento do Exército, foi preso em 2 de março de 1969 e banido para o México, em 5 de setembro, trocado pelo Embaixador dos Estados Unidos, que havia sido seqüestrado. Em outubro, foi a Cuba onde ficou quase dois anos, tendo feito cursos de guerrilha. Em junho de 1971, foi para o Chile, com cerca de 20 mil dólares. Em maio de 1973, foi expulso da VPR, tendo sido acusado de "conivência com a infiltração policial no nordeste", com referência às quedas dessa organização em dezembro de 1972. Temendo ser "justiçado" pela VPR, fugiu para a Argentina onde desapareceu, misteriosamente, em meados de 1974.

João Carlos Kfouri Quartim de Morais ("Manoel"), um dos membros do "tribunal revolucionário", foi expulso da VPR, em janeiro de 1969. Alguns meses depois, fugiu do Brasil, com dinheiro da organização, radicando-se em Paris, onde foi um dos fundadores da revista "Debate". Professor universitário e jornalista, regressou a São Paulo após a anistia, sendo um dos diretores da sucursal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1983, foi nomeado Secretário de Imprensa do Governo de Franco Montoro, em São Paulo.

Ladislas Dowbor ("Jamil"), também membro do "tribunal", foi

preso em 21 de abril de 1970 e banido em 15 de junho, para a Argélia, em troca do Embaixador alemão, outro seqüestrado. No exterior, casou-se com Maria de Fátima da Costa Freire, filha do educador comunista Paulo Freire. Após passar por vários países, dentre os quais Suíça, Itália, Polônia, Chile, Portugal, Turquia, Cuba e Guiné-Bissau, retornou ao Brasil, após a anistia, e aqui leciona Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas.

Dulce de Souza Maia ("Judit"), que realizou os levantamentos sobre Chandler, foi presa em 27 de janeiro de 1969 e banida para a Argélia, em 15 de junho. Tem curso em Cuba e percorreu diversos países, tais como, Chile, México, Itália e Guiné-Bissau, onde passou a trabalhar para o seu governo. Retornou à São Paulo em agosto de 1979, passando a desenvolver atividades em "movimentos pacifistas", tendo sido eleita, em 1980, presidenta do "Comitê de Solidariedade aos Povos do Cone Sul".

Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio"), o motorista da ação criminosa, foi preso em 23 de janeiro de 1969, quando pintava um caminhão com as cores do Exército para o assalto ao quartel do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna. Em 15 de julho de 1970, foi banido para a Argélia, em troca do Embaixador alemão. Em fins desse ano foi para Cuba onde fez curso de guerrilha. Após passar por vários países, dentre os quais Chile, Peru, Portugal e República Democrática Alemã, voltou a São Paulo, em novembro de 1980, indo trabalhar como gerente de um sítio em Pariquera-Açu, de propriedade da família de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de subversivos e um dos dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luiz"), que descarregou o seu revólver em Chandler, foi preso em 30 de janeiro de 1969, quando desenvolvia um trabalho de campo em Paranaíba, em Mato Grosso. Em 14 de março, foi banido para o México, trocado pelo Cônsul japonês (mais um dos diplomatas estrangeiros seqüestrados), indo, logo após, para Cuba. Em junho de 1971, radicou-se no Chile. Com a queda de Allende, em setembro de 1973, foi para o México e, daí, para a Itália, Bélgica e Portugal. Em 1976, passou a trabalhar para o governo da Guiné-Bissau, junto com Dulce de Souza Maia; sua amásia. Após a anistia, retornou ao Brasil, indo residir em Porto Alegre, onde vive com a advogada Marilinda Fernandes, tendo trabalhado como assessor do ve-

reador do Partido Democrático Trabalhista, Valneri Neves Antunes, antigo companheiro de militância na VPR, até outubro de 1986, quando este faleceu vítima de acidente de automóvel.

23. A definição ideológica da AP

Durante o debate ideológico da AP, ocorrido em 1967, retornou o grupo que fora fazer o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, liderado por Jair Ferreira de Sá, que assumiu a "Comissão Militar", então criada.

Ao mesmo tempo, José Renato Rabelo, que se encontrava em oposição ao Comando Nacional e dirigindo a Comissão Nacional Estudantil, passou a divulgar os pensamentos de Mao Tsetung junto aos estudantes.

Por essa época, já existia um foco de descontentamento no setor secundarista da Guanabara, que julgava a AP uma organização meramente estudantil e de pouca atividade em âmbito nacional. Esse grupo dissidente rompeu com a AP em março de 1968. Alguns militantes incorporaram-se ao PCBR, enquanto que a maioria resolveu constituir-se numa Organização Político-Militar, intitulada Núcleo Marxista-Leninista.

Após a volta do grupo da China Comunista, Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt retornou do exílio e reintegrou-se à AP. Ao tomar conhecimento da nova realidade da organização, Vinícius entrou em divergência com sua direção, sendo logo acompanhado por destacados militantes, como o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes e Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, entre outros.

A maioria da AP, reforçada pelo pessoal que chegara da China, passou a ser conhecida como "Corrente 1", enquanto que o grupo de Vinícius passou a ser a "Corrente 2" (53).

As divergências entre as duas correntes foram sistematizadas no documento "Seis Pontos da Luta Interna", elaborado por Jair Ferreira de Sá, membro do Comando Nacional. Posteriormente e tomando por base esse documento, a "Corrente 1" colocou para discussão o "Esquema dos Seis Pontos". Inspirado na revolução

(53) Vinícius enviou um documento para a direção da AP, o qual não foi aceito. Preparou, então, outro texto, que seria levado à consideração da organização somente na primeira Reunião Ampliada da Direção Nacional.

chinesa, o primeiro ponto caracterizava o pensamento de Mao como a terceira etapa da evolução do marxismo, depois de Marx e Lenin; o segundo ponto descrevia a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal; o terceiro, definia o caráter da revolução brasileira como sendo nacional e democrático; o quarto, fazia a opção pela Guerra Popular como o caminho da revolução; o quinto, referia-se à questão do partido, considerando que o PCB se havia "contaminado pelo revisionismo" e o PC do B era um novo partido (54); e, finalmente, o sexto ponto propunha a "integração dos militantes à produção" (55), com o objetivo de provocar a transformação ideológica da maioria dos componentes da AP, de origem pequeno-burguesa.

Ainda no "Esquema dos Seis Pontos", aparecia a definição da AP pelo marxismo-leninismo e pela ditadura do proletariado. Havia críticas abertas ao foquismo e ao terrorismo e, de acordo com a experiência chinesa, apresentava opinião contrária à insurreição urbana como o caminho da luta armada no Brasil.

A maioria da AP, constituída pela maior parte do Comando Nacional e da Comissão Nacional Estudantil e liderada pela Comissão Militar, colocou-se ao lado do "Esquema dos Seis Pontos".

A "Corrente 2", de Vinícius, opunha-se a esse documento. Não considerava o pensamento de Mao como a terceira etapa do marxismo e caracterizava a sociedade brasileira como capitalista, sem traços feudais, e a revolução como socialista. Alguns dos integrantes dessa corrente defendiam o foquismo, não aceitavam nem o PCB e nem o PC do B como o "partido do proletariado" e, ao invés da "reconstrução do partido", defendiam a sua "construção".

Em setembro de 1968, na cidade paulista de Avaré, a AP realizou, durante oito dias, a sua 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, com a presença de todo o Comando Nacional, de todas as Comissões Nacionais e de um representante de cada Comando Regional (56).

(54) Significava que não consideravam o PC do B o continuador do PC fundado em 1922, como esse partido queria fazer crer.

(55) A organização desejava que os militantes estudantes, profissionais liberais, etc. deixassem suas profissões e passassem a trabalhar e a viver como operários ou camponeses.

(56) Participaram da reunião 14 pessoas: Aldo Silva Arantes, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Renato Rabelo, Rogério D'Olne Lustosa, Ronald Cavalcanti de Freitas, Péricles Santos de Souza, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, José Gomes Novaes, Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes e Rosalvo Vital Gonzaga dos Santo[illegible]

Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt ("Rolando"), por não pertencer a nenhum organismo dirigente, não compareceu a essa reunião. Entretanto, a "Corrente 2" apresentou um texto elaborado por ele, intitulado "Duas Posições", considerado "ofensivo" pelos membros da "Corrente 1" (57).

Como resolução dessa sua primeira Reunião Ampliada, foi divulgado um documento, no qual a AP elegia a China como a vanguarda dessa revolução. Declarando-se em luta ideológica contra o Partido Comunista de Cuba, a AP retirou-se da OLAS e propôs o afastamento da UNE — um apêndice da AP — da OCLAE, acusada de "imobilismo e burocratismo". Finalmente, fez a proclamação pelo voto nulo, nas eleições municipais previstas para novembro.

Apesar de vitoriosa na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, a "Corrente 1" não conseguiria convencer inteiramente a organização da justeza de suas concepções sobre a "prática proletária". Não se sentindo capazes de "integrar-se na produção", muitos importantes quadros abandonaram a AP. Em contrapartida, tal política alcançou — e já vinha alcançando — sucesso, através da participação de jovens ex-universitários nas greves operárias e na agitação no campo.

Durante o ano de 1968, a AP atuou intensamente junto ao Movimento Estudantil, incentivando e, por vezes, dirigindo as agitações de rua, em contestação aberta contra o Governo (58).

No movimento camponês, a AP esteve presente em importantes acontecimentos. Cita-se, por exemplo, em julho de 1968, entre os diversos choques ocorridos entre policiais e camponeses, o que envolveu Manoel da Conceição Santos, o "Heitor", que orientava a agitação no Vale do Pindaré, no Maranhão, e levou um tiro na perna, vindo a perdê-la (mais tarde, ele implantaria uma prótese, ao realizar um curso político-militar na China).

Desde o final de 1967, a organização, tentando implantar seu trabalho no campo, mantinha, em Água Branca, Alagoas, uma escola para a formação de quadros camponeses, dirigida por Aldo

(57) Na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos da AP Vinícius Caldeira Brandt, Altino Dantas Júnior, Maria do Carmo, Sérgio Horácio, Alípio de Freitas, e, posteriormente, alguns militantes a eles ligados. A "Corrente 2" passou a ser denominada, pejorativamente, de "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), e veio a constituir, em 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

(58) No XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, em São Paulo, além do seu presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, foram presos dezenas de militantes da AP (ver item 5 deste capítulo).

Arantes e José Gomes Novaes. Em dezembro de 1968, após a edição do AI-5, a AP preparou e desencadeou demonstrações de hostilidade ao Governador de Alagoas em visita a Água Branca. Vários militantes foram presos, entre eles Aldo Arantes — que usava o nome falso de "José Roberto de Souza" —, sua esposa Maria Auxiliadora ("Dodora") e José Gomes Novaes com a mulher (59).

No Movimento Operário, a AP teve destacada atuação em 1968, centrada nas lutas "contra o arrocho salarial". Participou ativamente na greve dos metalúrgicos de Contagem, em abril, inclusive distribuindo o jornaleco "Companheiro", que incitava à greve e à rebeldia. A manifestação de 1º de maio, na Praça da Sé, em São Paulo, contou com o estímulo da AP, que distribuiu o primeiro número do "Jornal Libertação"(60). Em julho,a AP participou da Comissão de Greve dos metalúrgicos de Osasco e incentivou as violências havidas quando da manutenção de reféns dentro das fábricas.

O ano de 1968 caracterizou a definição ideológica da AP e sua intensa atuação nos movimentos de massa.

24. Núcleo Marxista-Leninista (NML), uma dissidência da AP

Em 1967, enquanto se desenvolvia, na AP, o "debate teórico-ideológico", surgia um descontentamento no seu setor secundarista do Estado da Guanabara. A efervescência no Movimento Estudantil, gerada pelas diversas dissidências das organizações comunistas, criou, nos militantes da AP, uma sensação de imobilismo e desassossego. Não queriam perder o "bonde da História"!

A morte de Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967, acirrou, na juventude secundarista da organização, a expectativa romanesca da constituição do foco guerrilheiro. Em contrapartida, a AP encontrava-se em fase de aproximação com o maoísmo, substituindo o foco pela guerra popular. O grupo "foquista", em sua maioria constituído por estudantes dos colégios André Maurois e Aplicação, rompeu com a AP em março de 1968 e procurou seu próprio caminho,assumindo a denominação de Núcleo Marxista-Leninista (NML).

(59) No ano seguinte, a AP planejaria e concretizaria a fuga desses dois dirigentes.

(60) Em maio de 1968, a AP lançou o "Jornal Libertação", em substituição ao "Revolução", que tivera sua circulação suspensa no ano anterior. Ao contrário deste, o "Jornal Libertação", além de ser voltado para a organização, propunha-se a atingir, também, as massas, particularmente , as operárias.

O NML constituiu-se em organização político-militar, definindo o caráter da revolução brasileira como socialista e o foco como o caminho revolucionário. Sua estrutura organizacional compunha-se de um Comando, um Grupo de Agitação e Propaganda, um Grupo Logístico, um Grupo de Ação de Vinculamento e Expansão e um Grupo de Ação Vinculada à Expropriação.

Faziam parte do Comando os militantes Jaime Walwitz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Túlio") e Alan Melo Marinho de Albuquerque ("Alex") (61).

O NML debatia-se com a falta de recursos e com a deficiência quantitativa de quadros. Visando a contornar esse problema, buscou contatos com a Dissidência da Guanabara e com o Partido Operário Comunista, procurando constituir uma "Frente Revolucionária".

Frustrada a "Frente Revolucionária", tentaria compor uma outra frente de organizações foquistas, com a Dissidência da Dissidência e com a "Cisão", nome pelo qual eram conhecidas as dissidências da POLOP de Minas Gerais e da Guanabara. Esta tentativa também não obteria êxito e levaria o NML, praticamente, à imobilização, transmitindo um grande desânimo aos seus militantes.

Envolta em séria crise de recursos financeiros e na apatia geral de seus quadros, a organização realizou dois coletivos, buscando alternativas, no afã de sobreviver. A idéia principal e vitoriosa levada aos coletivos era a de que o NML deveria integrar-se e reforçar uma organização foquista de maior porte.

A "Cisão", já constituída no COLINA, havia realizado um Pleno Nacional, onde a estratégia socialista era estabelecida como a posição oficial da organização. Este quesito fez com que o COLINA fosse eleito como sendo a organização que o NML reforçaria para formar uma Organização Político-Militar mais forte e atuante.

---

(61) O Grupo de Agitação e Propaganda, responsável pela confecção e pela distribuição de panfletos, tinha a coordenação de Alan Melo e atuava nas áreas fabril, bancária, estudantil e de favelas. O de Logística, responsável pelas finanças e pelo material da organização, era coordenado por Tossiro Komoda ("Lopes"). O de Ação de Vinculamento e Expansão, coordenado por Jaime Walwitz, fazia os contatos com outras organizações, visando à atuação em frente e à coordenação das atividades de massa. O de Ação Vinculada à Expropriação era chefiado, também, por Jaime Walwitz e tinha a finalidade de participar de assaltos, em frente com outras organizações subversivas.

Através de Maria do Carmo Brito ("Lia"), militante do COLINA, foram iniciados os entendimentos, com a fusão concretizando-se em março de 1969, após, apenas, dez meses de existência do NML.

25. O surgimento da Fração Bolchevique Trotskista (FBT)

A partir de 1967, iniciaram-se as divergências no PORT, centradas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, estendidas para São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Enquanto o PORT defendia os governos peruano e chinês, respectivamente citados como nacionalista e sem privilégios, o grupo divergente gaúcho afirmava que no Peru havia um governo de classe operária e que na China o governo era burocrático e dominado por uma classe privilegiada. Enquanto o PORT defendia o nacionalismo de Brizola, os divergentes diziam que a etapa do nacionalismo havia terminado com a fuga de Brizola para o Uruguai. No Movimento Operário, o PORT pretendia fortificar maciçamente os sindicatos existentes enquanto que o grupo gaúcho defendia a necessidade de serem criados sindicatos paralelos, em oposição aos dominados pelos "pelegos". No Movimento Estudantil, enquanto o PORT era de opinião que deveria ser estabelecida uma frente com a "burguesia nacionalista", integrada pelos sindicatos, "clero progressista", parlamentares, militares nacionalistas, intelectuais e profissionais, o grupo divergente afirmava que os estudantes, por si só, não fariam a revolução e que se deveriam colocar sob a direção da classe operária.

Inicialmente, o grupo de divergentes gaúchos articulou-se em uma tendência, atuando junto aos operários e estudantes, sob o nome de Tendência pela Aliança Operário-Estudantil, procurando, apenas, modificar a linha política do PORT. Acentuadas as divergências, o grupo resolveu constituir-se em fração, tomando uma posição independente, e, em março de 1968, numa casa em Capão da Canoa, criou a Fração Bolchevique Trotskista (FBT)(62).

Alguns meses depois, em agosto, no sítio de Itacolomi, em Gravataí, nas proximidades de Porto Alegre, a FBT realizou a sua I Conferência Nacional, que contou com a presença de represen-

(62) A FBT teve como fundadores: Vito Antonio Letizia, Deivis Hutz, Luiz Antonio dos Santos Aronovich e Luiz Castilhos — estes na direção; e ainda Vera Lúcia Stringuini, companheira de Vito, Sílvio Nogueira Pinto Júnior, Alexandre Schneiders da Silva, Wili Alberto Brancks dal Zot e sua companheira Jussara Schestasky, Érico Dorneles, Jorge Eduardo Pinto Hausen e sua companheira Magda Maria Zanoni.

tantes de São Paulo.

Já estruturada no Rio Grande do Sul, inclusive publicando seu jornal oficial "Voz Proletária", a FBT iniciava a formação de um núcleo, em São Paulo. Somente no ano seguinte, conseguiria criar bases no Nordeste.

26. O surgimento da Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º Maio)

No bojo das divergências ocorridas no PORT e paralelamente à formação, no Rio Grande do Sul, da FBT, surgiu em São Paulo, em maio de 1968, a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º Maio).

Liderada por Fábio Antonio Munhoz, ex-militante do PORT, a organização, definindo-se pelo trotskismo, adotou uma linha de massa, contrária à luta armada desencadeada por outras organizações comunistas da época. Entretanto, nunca passou de um grupúsculo, atuando, apenas, no Movimento Estudantil de São Paulo e junto aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Estabelecendo rígidas normas de segurança e de clandestinidade para seus militantes, conseguiu manter-se incólume, durante todos os anos em que outras organizações eram desbaratadas pelos órgãos policiais, até sua fusão, em maio de 1976, com a Organização Marxista Brasileira (OMB), dando origem à Organização Socialista Internacionalista (OSI), depois conhecida por Fração Quarta Internacional (FQI) e hoje denominada O Trabalho/Quarta Internacional.

27. O surgimento do Movimento de Ação Revolucionária (MAR)

Em 1968, o conjunto penitenciário da Rua Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro, abrigava, em sua população carcerária, vários ex-militares que haviam sido condenados por fomentarem a indisciplina e a insubordinação nos tumultuados dias que antecederam à Revolução de 1964.

Aproveitando-se da liberdade a que ficavam sujeitos os presos políticos na Penitenciária Lemos de Brito, o ex-marinheiro Marco Antonio Silva Lima, que estava cumprindo pena, iniciou articulações e criou, junto com outros detentos, um grupo que visava à luta contra o regime (63).

(63) Faziam parte do grupo: Avelino Bioni Capitani, Antonio Duarte dos Santos, José Adeildo Ramos e Pedro França Viegas, ex-marinheiros, e Antonio Prestes de Paula, ex-sargento da FAB.

Os conspiradores trabalhavam em setores chaves na penitenciária. Marco Antonio da Silva Lima e José Adeildo Ramos, por exemplo, trabalhavam na seção jurídica da Divisão Legal, em contato direto com funcionários, guardas, estagiários, advogados e visitantes — muitos deles subversivos ex-presidiários. Para aumentar o círculo de influência, esse grupo contatou e doutrinou presos comuns, oferecendo-lhes a possibilidade de uma fuga.

O movimento não se restringiu, somente, às articulações intramuros, estendendo-se ao setor externo, através das ligações com Flávio Tavares, jornalista da "Última Hora", que estava respondendo, em liberdade, ao processo sobre a frustrada "Guerrilha do Triângulo Mineiro", de inspiração brizolista. Ele e os ex-marinheiros José Duarte dos Santos e Edvaldo Celestino da Silva conjuravam e ligavam-se a outros grupos, no sentido de dar sustentação ao projeto sedicioso. Em novembro de 1968, Flávio Tavares conseguiu o apoio de quatro elementos de São Paulo para ativar a guerrilha urbana na Guanabara (64).

Através do ex-presidiário José Gonçalves Lima, os "revolucionários" da Lemos de Brito conseguiram a adesão de uma célula comunista que atuava na Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara. Essa célula, conhecida como "Grupo de Màllet" era chefiada pelo comunista José Ferreira Cardoso (65).

Enquanto isso, no interior da penitenciária, Marco Antonio utilizava a seção jurídica da Divisão Legal como uma verdadeira sede do movimento que, àquela altura, já tinha sido batizado com o pomposo nome de Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Nesse local, sucediam-se os encontros dos participantes do movimento, os quais tinham direito a cafezinhos e podiam usar, abertamente, o telefone...

O indulto concedido a Pedro França Viegas, em 18 de dezembro de 1968, e as facilidades concedidas ao estagiário de Direito Sérgio de Oliveira e Cruz intensificaram os contatos entre os grupos interno e externo, ocasionando as primeiras iniciativas para a concretização do plano de fuga, o que iria ocorrer

(64) Compunham o "Grupo de São Paulo" os ex-marinheiros Élio Ferreira Rego e Antonio Geraldo da Costa, o professor Wilson do Nascimento Barbosa e o estudante de Economia Leôncio Queiroz Maia.

(65) O "Grupo de Mallet" era assim denominado porque as reuniões ocorriam na rua Mallet, em Magalhães Bastos, na residência de José Ferreira Cardoso. Era integrado por José Leonardo Sobrinho, Sílvio de Souza Gomes, José Gonçalves de Lima, Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri.

em maio de 1969.

28. O surgimento do Movimento Popular de Libertação (MPL)

O Movimento Popular de Libertação (MPL) teve suas origens nas idéias revanchistas de elementos que haviam sido afastados da vida pública pela Revolução de 1964.

No início de 1966, na Argélia, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, dirigiu diversas reuniões, das quais participavam seus antigos correligionários (66). A idéia de Arraes era constituir uma frente "antiimperialista" no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição existentes, que pudesse formar elementos ligados aos movimentos operário e estudantil, atingindo a maior parte do território nacional.

Em abril de 1966, por ordem de Arraes, retornaram ao Brasil Marcos Correia Lins e Piragibe Castro Alves, trazendo cartas para diversos políticos da oposição, como o ex-governador de Goiás, Mauro Borges, e o deputado federal Márcio Moreira Alves. Mais tarde, outros "pombos-correio" viriam do exterior, como o Frei Francisco Pereira de Araújo ("Frei Chico"), a fim de arregimentar os descontentes.

No início de 1967, Arraes recebeu a notícia de que os políticos e as organizações consultadas haviam concordado com a frente. Durante esse ano, o ex-governador pernambucano movimentou-se, por diversas vezes, no eixo Argel-Paris, procurando contatar e congregar outros asilados brasileiros.

Em 12 de maio de 1968, em São Paulo, foi realizada a reunião de fundação do MPL, com a participação de Márcio Moreira Alves, Mauro Borges, Frei Francisco Pereira de Araújo, Marcos Correia Lins, Miguel Newton Arraes (primo do ex-governador), Dejaci Florêncio Magalhães, Piragibe Castro Alves, Raimundo Monteiro Alvares Afonso (irmão de Almino Afonso) e os operários metalúrgicos Vitelbino Ferreira de Souza e Joaquim Arnaldo de Albuquerque.

Sem ter um documento base para orientar suas atividades, o MPL, segundo o pensamento de Arraes, deveria desenvolvê-las em duas fases. A primeira, já em andamento desde 1966, visava à unificação de todas as oposições ao governo federal e ao regime.

(66) Entre outros, citam-se: os irmãos Sílvio e Marcos Correia Lins, o advogado Dejaci Florêncio Magalhães, o ex-ministro Almino Afonso, Roberto Las Casas, o ex-padre Rui Rodrigues da Silva e Piragibe Castro Alves.

A segunda fase seria o desencadeamento da luta armada, combinando a guerrilha urbana com a rural.

Logo após a fundação do MPL, parte do núcleo dirigente começou a contestar a idéia da luta armada, embora procurasse preservar a figura de Miguel Arraes, julgada importante pelo peso político e pelo prestígio que carreava para o movimento. No exterior, esse prestígio servia para angariar recursos, principalmente através de entidades ligadas ao clero, como o Conselho Mundial de Igrejas, o CIMADE (67), o Comitê Católico Francês e o Comitê Católico Canadense, que recebiam influência das esquerdas.

Após fazer uma avaliação, a parte mais influente do núcleo dirigente do MPL no Brasil, liderada por Marcos Correia Lins, não considerou o foquismo como uma alternativa política, prevendo que o governo brasileiro se recuperaria da surpresa e montaria um esquema para anular e destruir a aventura militarista. O tempo lhe daria razão.

Enquanto isso, na Argélia, Arraes acreditava que a política econômica do governo brasileiro provocaria uma crise, que poderia ser aproveitada para derrubá-lo, através da luta armada. Essas idéias de Arraes tinham forte aceitação no exterior. As ações terroristas, os assaltos e os justiçamentos eram fartamente noticiados pela imprensa européia e serviam de chamarizes para a obtenção de recursos junto aos organismos de fachada do Movimento Comunista Internacional (68).

Obedecendo às ordens de Arraes, o MPL buscou contatos com as organizações comunistas do Brasil, visando a cumprir o estabelecido para a primeira fase da entidade. Sônia Correia Lins, irmã de Marcos e Sílvio, passou a ser a intermediária desses contatos, sob a cobertura de um consultório odontológico, localizado em São Paulo. Foi assim que o MPL estabeleceu ligações com várias organizações, dentre as quais o PCB, com Luís Ignácio Maranhão Filho e Enildo Pessoa, e a AP, com Marcos Arruda. Eram, também, assíduos freqüentadores do consultório de Sônia os frades dominicanos ligados a Marighela.

---

(67) Órgão fundado por protestantes para amparar as vítimas da guerra na Argélia.

(68) Ver o trabalho da Frente Brasileira de Informação (FBI), no exterior, no Capítulo VIII e seguintes.

Prosseguindo as atividades de aliciamento, o advogado e jornalista Sebastião de Barros Abreu foi contatado por Dejaci Florêncio Magalhães, do MPL, através do jornalista D'Alembert Jorge Jaccoud, então chefe da sucursal de Brasília do "Jornal do Brasil". A intenção do MPL, na realidade, era a de fazer contato com José Porfírio, o mesmo da "guerrilha" de Trombas e Formoso, de quem Sebastião Abreu já fora advogado e ainda era amigo. Dejaci desejava entregar a José Porfírio um documento de Arraes e Almino Afonso, no qual eram expostas as linhas básicas do MPL. Arraes pretendia acelerar o processo revolucionário e via, na figura de Porfírio, o líder para desencadear uma guerrilha rural em extensa área a Este do rio Tocantins, nos estados de Goiás e do Maranhão. Esse documento foi explicado aos jornalistas Sebastião Abreu e D'Alembert Jaccoud pelo deputado federal Márcio Moreira Alves, em seu próprio apartamento.

O trabalho de arregimentação em Brasília prosseguiu através de Sebastião Abreu, que contatou Aurélio Wander Chaves Bastos, ex-vice-presidente da UNE e líder de um grupo de universitários, entregando-lhe um documento que recebera de Dejaci Magalhães. Através de Aurélio, foi contatado João Humberto Mafra, que controlava um grupo de estudantes secundaristas.

Naquela altura, Sebastião já contatara Jair Cossão, antigo companheiro da "Associação dos Servidores da NOVACAP", e realizava um trabalho de doutrinação, em reuniões realizadas na casa de Jair.

Ainda de acordo com as diretrizes do MPL, o ex-governador Mauro Borges ficaria com a responsabilidade do trabalho em Goiânia, enquanto que D'Alembert Jaccoud seria o encarregado de Brasília, estabelecendo contatos na área parlamentar.

A partir de meados de 1968, Arraes, visando à preparação da luta armada, montou e colocou em funcionamento um esquema de saída de militantes das diversas organizações comunistas, para a realização de curso de guerrilha em Cuba. O esquema consistia na confecção de passaportes e no fornecimento de passagens e dinheiro para uma viagem inicial a Paris, e daí para Praga, de onde os "candidatos a guerrilheiros" seguiam para Havana, com passaportes falsos. Em julho, com esse esquema, o MPL encaminhou a Cuba dois militantes do PCBR, de codinomes "Camilo" e "Carlos", dois militantes do COLINA — Edson Lourival Reis de Menezes e Os

valdo Soares —, dois estudantes de São Paulo — José Augusto Bauer e Newton Camargo Rosa —, que se abrigavam sob a sigla da Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB) (69), e dois militantes do próprio MPL, de codinomes "Antonio" e "Frederico". Num dos esquemas de retorno ao Brasil, passando por Santiago do Chile, o próprio Almino Afonso recebia e orientava os "guerrilheiros" já "formados".

Enquanto Arraes intensificava a preparação da luta armada, confortável e seguramente instalado no exterior, a facção liderada por Marcos Correia Lins, no Brasil, encontrava dificuldades em recrutar militantes para o movimento. A classe média intelectualizada, alvo principal do recrutamento, estava, direta ou indiretamente, envolvida com o foquismo, desde o início descartado pelo MPL como opção política. Como alternativa, a facção conseguiu um contato no meio operário com um antigo militante do PCB, Afonso Dellelis, o "Pedro", o que abriu a possibilidade de fazer o proselitismo e o aliciamento nessa área.

29. Atuação de padres estrangeiros na subversão

O clero latino-americano, de um modo geral, entendeu que as resoluções do Concílio Vaticano II estavam mais voltadas para a Igreja européia, que vivia num contexto histórico, político, econômico e social completamente diverso. De par com esse problema, havia muitas dúvidas geradas pela interpretação que teólogos e religiosos — influenciados por idéias marxistas — davam às resoluções conciliares. Em decorrência disso, foi realizada em Medelin, na Colômbia, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1968, a II Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM).

A atmosfera existente na assembléia era muito propícia para a discussão das necessidades de mudanças sociais no continente. Sacerdotes das igrejas peruana, boliviana, uruguaia e nicaragüense haviam lançado proclamações em favor da promoção da justiça social.

Aproveitando-se desse clima, prelados adeptos da "nova teologia" buscaram conduzir os debates de forma a justificar, in-

(69) A Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB) foi o nome dado a um grupo de cinco estudantes da UEE/SP, José Augusto Bauer, Newton Camargo Rosa, Giovani Jesus Gomes, Adalberto Garcês e Paulo Antonio Guerra, que não concordava com a orientação que a AP imprimia à UEE/SP.

clusive, o emprego da violência na consecução dessas mudanças. Essa tese chocava-se com as idéias do Papa, que, na própria Colômbia, por ocasião do Congresso Eucarístico realizado em Bogotá, nesse mesmo ano, proclamava que "a violência não é nem cristã nem evangélica", condenando a luta armada como meio para alcançar-se a justiça social.

Mas, os 16 documentos elaborados em Medelin sairiam carregados de influência marxista, em conseqüência do trabalho dos adeptos da "nova teologia". Não de forma aberta e clara, mas insidiosamente inoculada, através de uma série de termos ambíguos, que iriam permitir releituras e reinterpretações do Evangelho.

Antecipando-se às resoluções de Medelin, no Brasil, Joseph Comblin, do Instituto Teológico do Recife, difundia um documento que ocasionou indignação geral. Conhecido como "documento Comblin", era um estudo que nada tinha de teológico, sob cuja capa pretendeu apresentar-se. De clara conotação ideológica, era uma ode à violência, propondo expropriações, expulsões de cidadãos e o trabalho forçado para os próprios operários. Alguns bispos criticaram o documento, realçando que pregava "a instalação de um verdadeiro soviet eclesiástico". Também diversos setores da sociedade reagiram ao documento, pedindo a expulsão do padre do País. Nessa época, começava a esboçar-se uma reação de respeitáveis figuras do clero e dos meios intelectuais católicos à atuação de certos padres, incompatível com a humildade cristã, com sacerdotes e freiras exibindo-se de forma irreverente em celebrações litúrgicas, em concentrações e passeatas, pregando a violência como instrumento de consecução de justiça social.

Nesse ano, o Governo teria problemas com outros padres estrangeiros. Em 17 de julho foi preso quando atuava como ativista na paralisação da fábrica Braseixos, em São Paulo, o padre-operário Pierre Joseph Wauthier, que acabou sendo expulso do País. Em Recife, os padres norte-americanos Peter Grams e Dario Rupiper, pertencentes à Ordem dos Oblatas, foram detidos por violentas críticas às autoridades e às instituições nacionais, incitando a população à revolta e à desobediência civil. Gestões do Cônsul dos Estados Unidos permitiram que regressassem a seu país. Em Belo Horizonte, padres franceses tentaram reorganizar a Juventude Operária Católica (JOC) a nível nacional, com finalidade subversiva e sob orientação marxista. Os religiosos per-

tenciam à Ordem dos Assuncionistas, trabalhavam na Paróquia do Horto Florestal e davam aulas no Instituto Central de Filosofia e Teologia, daquela capital. Foram presos e tiveram a prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª Região Militar, em 2 de dezembro de 1968, os padres Michel Marie Le Ven, Francisco Xavier Berthou e Nerve Croguennec e o seminarista José Geraldo da Cruz. A CNBB apresentou nota de solidariedade aos religiosos, passando a falar em "Igreja perseguida".

De um dos documentos apreendidos, em poder do Padre Michel, extraiu-se o seguinte: *"Devemos tomar consciência de que uma ação revolucionária é uma ação que tem como objetivo final mudar toda esta maneira de organizar a sociedade. Para isto, ela implica numa luta política (tomada do poder para os operários) e numa luta ideológica (ter outra visão da sociedade), que devem ser feitas na base da clandestinidade e com riscos muito sérios para quem se dedica a ela. Se nos propusermos a esse tipo de ação é necessário termos muita segurança no que vamos fazer. Precisamos ter cuidado com nossas conversas"*... Seguiam-se várias regras de segurança.

Outro documento, apreendido nessa ocasião, reunia anotações que resumiam teses e resoluções de uma reunião do Conselho Nacional da Juventude Operária Católica, realizada em Recife, que diziam: *"O Capitalismo não pode continuar a ser um regime econômico do Brasil... o regime que convém ao Brasil é o regime socialista. Nós descobrimos que este problema não é somente do Brasil, mas de toda a América Latina, vítima do imperialismo americano"*.

Esses documentos falam por si sobre a atuação subversiva dessa parte do clero, que propugnava, desde essa época, pela implantação de uma sociedade socialista no País (ditadura do proletariado) através da ação revolucionária. Os objetivos e os métodos eram os mesmos pregados pelas organizações comunistas atuantes no País, as quais vimos descrevendo.

30. Expande-se pelo mundo a violência estudantil

No início da década de sessenta, tanto Moscou como Pequim estavam decididos a subverter a ordem no mundo ocidental através da juventude. Ambos os centros irradiadores do comunismo instruíram seus agentes para que se concentrassem nos jovens, que

eram a parte mais maleável e ingênua das populações.

O "Boletim do Partido", de janeiro de 1967, trazia as seguintes orientações de Moscou: "*É a juventude idealista que mais violentamente sente as injustiças, e isso é natural. Os jovens estão começando a experimentar novas emoções e ainda não aprenderam como controlá-las (...) As universidades são os campos de cultura ideais para espalhar as idéias revolucionárias (...)*".

O "Relatório de Ação", de fevereiro desse ano, de Pequim, seguia pelo mesmo caminho: "*A ostensiva divergência política e as marchas de protesto desde muito são atividades estudantis no mundo capitalista. Os jovens são entusiastas e ciosos de seus direitos. Anseiam por serem ouvidos e exprimem seus sentimentos em voz alta ... Se forem submetidos a um inteligente estímulo por chefes subversivos poderão chegar até a violência criminosa ...*".

A infiltração nas comunidades estudantis, que começara no início da década, resultou em distúrbios fora de qualquer previsão com as reivindicações que deflagraram as desordens. Os manifestantes estavam intencionalmente dispostos a provocar uma forte reação da polícia, e isso foi obtido, inclusive na Inglaterra, onde os estudantes raramente se expressam em tumultos violentos.

Nos Estados Unidos, o problema foi mais simples, pois viviam a guerra do Vietnã e os jovens que a ela se opunham manifestavam um sentimento sincero. Suas convicções, porém, foram usadas por astutos agitadores. O ressentimento contra a autoridade varreu as universidades norte-americanas, e em cada parte a intervenção da polícia era como "óleo jogado na fogueira" — em cada confronto, os choques causavam centenas de feridos. Durante o primeiro semestre de 1968, a agitação nos Estados Unidos resultou em mais de 200 demonstrações de vulto em uma centena de universidades. Pelo menos no Estado de Ohio, foi declarada a Lei Marcial e foram proibidos todos os comícios. Na Universidade de Kent, nesse Estado, em maio de 60, a Guarda Nacional matou quatro estudantes, sendo duas moças, e feriram mais nove, ao rebater a ação violenta desses. Essas mortes inflamaram os estudantes e, poucos dias depois, nada menos que quatrocentas universidades norte-americanas estavam ocupadas pelos estudantes.

Nesse período, os tumultos e desordens estudantis estavam

ocorrendo em todos os países do mundo ocidental (70).

Em junho de 1967, após os estudantes tentarem ocupar a Ópera de Colônia, na Alemanha Ocidental, seguiu-se uma longa e sangrenta batalha entre estudantes e a polícia, sendo morto um estudante. O governo de Bonn imediatamente proibiu toda e qualquer manifestação, e a polícia recebeu instruções para adotar os métodos necessários para que a ordem fosse cumprida. Em abril de 1968, demonstrações estudantis provocadas por subversivos sucederam-se em toda a Alemanha. A mais violenta delas foi em Berlim Ocidental, mas tumultos e violências ocorreram em vinte e sete cidades alemãs, simultâneamente, com mais de 500 feridos entre policiais e civis. O Ministro do Interior informava, tempos depois, que as investigações procedidas haviam permitido descobrir uma imensa rede de subversão de âmbito nacional, que havia sido a coordenadora das demonstrações. Em muitos casos, os ativistas haviam recebido instruções por escrito sobre a maneira de resistir à polícia e de fabricar armas para os tumultos.

As agitações estudantis em Paris, na primavera de 1968, foram as mais amplas provocadas pelos subversivos, porque conseguiram empolgar outros setores e quase levou o país ao colapso total. Em 20 de maio, a França estava completamente isolada do resto do mundo. Sua vida econômica estava paralisada, com mais de seis milhões de trabalhadores em greve, com todos os aeroportos e estradas de ferro paralisados. Os bancários aderiram à greve e os funcionários públicos não compareceram ao trabalho. No dia 21, a greve já atingia oito milhões de pessoas. O voto de censura, apresentado à Assembléia Nacional pelo Partido Comunista, por poucos votos deixou de derrubar o governo.

---

(70) Hutton, J. Bernard: "Os Subversivos", Bibliex e Editora Artenova S/A, RJ, 1975 - transcreve o texto de uma instrução da Divisão Especial de Subversão, de Moscou, de abril de 1968, para a Alemanha, da qual retiramos as partes a seguir transcritas: "Secreto - Memorizar e Destruir: É preciso agir imediatamente para criar situações de confusão que abalem os próprios alicerces do sistema capitalista. Os distúrbios devem ocorrer com tal escala que cheguem a amedrontar a população (...) As demonstrações devem ser instigadas em todas as ocasiões possíveis, pois são um sinal de descontentamento público (...) As notícias das demonstrações espalham-se pelo país inteiro e até mesmo no estrangeiro (...) é preciso aumentar a atividade revolucionária estudantil, e devem envidar-se todos os esforços para que essa chegue a tumultos em larga escala (...) Todos os ativistas devem lembrar-se que de forma alguma as suspeitas das demonstrações venham a recair sobre eles, ou que sejam de inspiração comunista (...)".

Os mesmos padrões de violência foram simultaneamente deflagrados em Amsterdã, Roma, Tóquio, Montevidéu, México, etc. Primeiro,os estudantes ocupavam pela força os edifícios das universidades e,depois,os subversivos entravam em ação, provocando demonstrações, tumultos, sabotagens, atos de vandalismo e de violência, resultando quase sempre em mortes, que provocavam reações em cadeia.

No México, após vários confrontos da polícia com os estudantes, um deles teve resultados trágicos e ficou conhecido como a "Noite do Luto". Nessa noite, pelos dados fornecidos pelo governo mexicano, morreram 28 pessoas e 200 ficaram feridas, mas, segundo dados transmitidos por correspondentes estrangeiros, os mortos devem ter sido 100 e os feridos mais de 500. Quando a Universidade Nacional foi retomada pelo Exército mexicano, os seus auditórios e salas de aula haviam sido rebatizados pelos estudantes com os nomes de Che Guevara, Lenin, Ho Chi Min, etc. (71).

31. Um mil novecentos e sessenta e oito

O ano de 1968 transcorria conturbado pelas manifestações estudantis,com os quebra-quebras, o enfrentamento com a polícia e o incêndio de carros e viaturas policiais e militares; pelo retorno das greves e pelo início de ações radicais também na área operário-sindical. Havia um clima acentuado e crescente de intranqüilidade,com atentados a bomba,roubos de carros, de bancos, de casas de armas, de explosivos e detonadores de pedreiras, além de ameaças e constangimentos impostos às autoridades.

O Movimento Estudantil estava infiltrado por organizações comunistas atuando revolucionariamente nessa área, em busca de quadros e de maneiras de conduzir a luta armada pela qual haviam optado. O Governo não conhecia pormenores dessas organizações e de suas formas de atuação, assim como ignorava, igualmente,o trabalho que desenvolviam na área operário-sindical, onde, por meio de comitês clandestinos, estavam criando um comando paralelo aos

---

(71) Para maiores detalhes sobre a paciente preparação e a execução dessa série de tumultos,desencadeados sob orientação de subversivos comunistas, ver os 10 primeiros capítulos do documentado livro de J. Bernard Hutton, antes citado.

sindicatos e conduzindo ações radicais, como as ocupações de fábricas ou a tomada do palanque das autoridades, ocorrida em São Paulo no 1º de maio, do qual o governador Abreu Sodré saíra corrido (72).

Essas ações eram atribuídas, via de regra, à reação espontânea dos operários contra o "arrocho salarial" ou à "baderna estudantil". A própria polícia assim o entendia, incluindo entre seus responsáveis os meliantes comuns. Para boa parte dos políticos e da imprensa, essas ações eram encaradas como típicas de uma "vanguarda da oposição política, impedida de realizar se através dos instrumentos constitucionais".

A Frente Ampla, da qual as esquerdas faziam parte, fomentava o impasse político, com o PCB colocando como sempre seus objetivos táticos mais à frente. No caso, propunha a imediata concessão da anistia e a realização de eleições diretas para a Presidência da República, o que, de resto, atendia aos interesses primordiais dos principais mentores da Frente. Segundo seu secretário-geral, mesmo agindo na clandestinidade, a Frente continuava a atuar, apostando seus componentes numa crise que, para eles, havia entrado num processo irreversível de evolução.

Valendo-se do clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição e aliando ao aspecto político a maturação da política econômica, esses segmentos da oposição, ainda que numa aliança aparentemente informal, buscaram mobilizar a massa em manifestações sociais, que eram apoiadas, na cúpula, por um grupo de deputados de esquerda, eleitos em 1966, infiltrados no MDB. Apesar desse clima de liberalização, reconhecido até por Maria Helena Moreira Alves, esses segmentos de oposição conseguiram impor uma idéia-força — a da existência de uma "ditadura militar" —, criando um condicionamento psíquico favorável à aceitação de suas teses pela população e concorrendo para o desgaste da imagem do País no exterior (73).

Assim, iam sendo desenvolvidas com êxito e relativa liberdade as ações preparatórias e iniciais da luta armada, favorecidas por essas condições objetivas. O Governo, não dispondo de informações precisas sobre essas novas organizações, tinha pouco

(72) Detalhes da atuação das organizações subversivas na área operário-sindical, particularmente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), são narrados por seu militante José Ibrahim em Caso, A: "A Esquerda Armada no Brasil", já citado nas páginas 49 e seguintes.
(73) Alves, M.H. Moreira: "O Estado e a Oposição (1964-1984)", Vozes, 1984, página 111.

crédito junto à opinião pública, quando realizava esclarecimentos com base na atuação comunista de forma genérica.

No entanto, os Estado-Maiores das forças militares, e portanto o Governo, sabiam, pelo que se passava em outros países e pelos dados que iam sendo colhidos, que a guerrilha urbana era uma experiência-teste do Movimento Comunista Internacional. Sabiam que seus objetivos eram: obter o apoio da população urbana para suas causas; obter fundos; desmoralizar as autoridades; e levantar a população contra o Governo. Igualmente, sabiam que sua técnica se operaria através de perturbações da ordem, consolidação das ações de violência, sabotagens e terrorismo.

Apesar desses conhecimentos, o Presidente esforçava-se para manter-se fiel à sua missão. Quando o problema estudantil caminhava para o impasse, dada a agressividade de ambos os lados, com serenidade escolheu a transigência e a negociação, mesmo correndo o risco de contrariar parte das forças de sustentação de seu governo, que julgariam essa atitude uma fraqueza, como também seria assim entendida por aqueles com quem transigia. Após liberar a manifestação que se realizou no Rio de Janeiro e ficou conhecida como a "passeata dos 100 mil", concordou em receber em seu gabinete, no início de julho, uma comissão de seis representantes desses manifestantes.

Recorde-se que, no dia da passeata dos 100 mil, o QG do II Exército tinha sofrido um atentado a bomba, com a morte de um soldado e ferimentos graves em outros cinco, e, quatro dias antes, uma organização militar havia sido atacada e dela haviam sido roubados quase uma dezena de armas individuais das mais modernas utilizadas pelo Exército.

No encontro com a comissão representativa dos manifestantes, o Presidente deixou explícito que libertaria as pessoas presas em decorrência de passeatas anteriores, prometendo ainda realizar gestões para o relaxamento da prisão dos indiciados em inquéritos. A nova passeata, prevista para o dia 4 de julho, estava condicionada à libertação dos presos, e seu objetivo declarado era pressionar nesse sentido. A pauta da reunião da comissão com o Presidente versaria, por isso, sobre a liberdade dos presos e o cancelamento da passeata.

Tendo o Presidente dado mostras de sensibilidade para o problema, os estudantes representados nessa comissão por Fran-

klin de Souza Martins, militante da Dissidência da Guanabara, e Marco Antonio Costa de Medeiros, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, passaram a fazer uma série de reivindicações políticas. Essa postura irreverente e inoportuna dos estudantes irritou inclusive o escritor Hélio Pelegrino, porta-voz da comissão, que expressou claramente o seu desagrado em nota distribuída à imprensa. O Presidente compreendeu que o atendimento da reivindicação fundamental, a liberdade dos presos, não desarmaria os espíritos. O objetivo daqueles estudantes era comparecer à reunião, reivindicar o que não seria possível ser atendido e receber a negativa para poder dar seguimento à mobilização das massas. No dia 4 de julho, foi realizada a manifestação que ficou conhecida como "passeata dos 50 mil".

O Governo recomendou, então, aos governadores que não permitissem novas passeatas. Ainda nesse mês, após reunião do Conselho de Segurança Nacional, em nota oficial, o Governo caracterizaria o estado subversivo em curso (74). Alertaria, ainda, sobre elementos infiltrados também nos "setores formadores da opinião pública", os quais sonegavam informações sobre a "atual situação de prosperidade do País". De fato, embora a economia já apresentasse, nessa altura do ano, claros indícios de reversão, com reflexos na política salarial — onde se tornara possível uma mudança, corrigindo, em parte, o achatamento dos salários, imposto desde 1964 —, e já fosse considerável o número de novos empregos gerados, o Governo não conseguia sensibilizar a opinião pública para sua obra administrativa (75). A verdade é que, embora o Governo começasse a colher os frutos de uma política econômica austera, não tinha um vigoroso programa de ação e nem tomava medidas inovadoras para solucionar os problemas fundamentais do País.

Setores do Governo pediam o Estado de Sítio, mas o Presidente negava-se a adotar medidas de exceção, da mesma forma que julgava inoportuna qualquer abertura política. Projeto visando à anistia de estudantes foi combatido pelo Executivo, por julgá-lo precipitado e ineficaz. O Marechal Costa e Silva, dirigindo-se às lideranças do Governo, em relação a esse projeto, disse que concordaria com a medida, se houvesse algum indício de que

(74) O CSN é constituído por uma grande maioria de autoridades civis. É formado pelo conjunto de todos os Ministros de Estado.
(75) Em 1968, haveria uma melhora salarial real da ordem de 10%, o que indicava que a médio prazo poderia ser eliminada a permanente crise de salário.

cessariam as agitações. E acrescentou saber que elas continuariam "porque obedecem a esquema internacional". Os parlamentares estavam cientes da situação e das preocupações do Governo com a luta armada unilateralmente declarada.

No final de agosto, ocorreu um episódio em Brasília que gerou nova crise. Estudantes com prisão preventiva decretada haviam-se homiziado no "campus" da Universidade. Intimados por edital não se apresentaram. Comunicado sobre o problema, o Reitor ignorou-o. Conhecida a disposição do encarregado do inquérito de fazer cumprir a lei, criou-se um clima de resistência no interior da Universidade, elevado pela presença de parlamentares e ativistas estudantis, que se valiam do incidente para fazer proselitismo. Entre estes últimos, estava Luís Travassos, militante da Ação Popular, presidente da extinta UNE, também com prisão preventiva decretada por sua atuação em outras cidades.

Em 29 de agosto, agentes do DOPS dirigiram-se à Universidade de Brasília, a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão. Conhecida a disposição de resistência, fizeram-se acompanhar por tropas da Polícia Militar, que ficaram à distância. Preso Honestino Guimarães, presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), houve reação por parte dos estudantes, que entraram em choque com a polícia. Várias de suas viaturas foram viradas e algumas incendiadas. Inferiorizada, a polícia civil reagiu como pôde. Em seu auxílio, acorreu a Polícia Militar, que, nas circunstâncias, atuou com violência. Dos choques, resultaram feridos dois policiais e dois estudantes. Instalações da Universidade de Brasília foram depredadas, parte pela polícia em sua natural perseguição aos estudantes e parte pelos estudantes para demonstrar o "vandalismo" da polícia. Um tiro perdido, porém, atingiu um estudante, que nem estava envolvido no conflito, elevando ainda mais o clima emocional que já era alto desde que se resolveu fazer a resistência às prisões (76).

O Governo não compactuava com os métodos utilizados para concretizar as prisões, de resto legais. Em busca da harmonia, expressou sua disposição de punir os que se excederam em suas atribuições. O Presidente da República recebeu o Reitor da Universidade, agora arrolado no inquérito, prestigiando-o e manten

(76) Para a exata compreensão sobre os tiros perdidos, que sempre ocorrem em manifestações e conflitos desse tipo, ver a criação de "mártires" e "mitos subversivos em ação" na obra de J. B. Hutton, já citada.

do-o no cargo. Era o que podia fazer na linha do equilíbrio.

Valendo-se desse episódio, o deputado Márcio Moreira Alves, ligado ao Movimento Popular de Libertação (MPL), em aparte na Câmara, chamava os policiais que atuaram na Universidade de "bandidos" e "gangsters". Não satisfeito, voltou a ocupar a tribuna, nos dias 2 e 3 de setembro, assacando injúrias contra as Forças Armadas e incitando a população a isolar os militares na sociedade e a boicotar as comemorações do Dia da Independência. A direção da Câmara não tomou nenhuma providência.

Outro deputado de esquerda, do mesmo grupo dos "imaturos" do MDB, Hermano Alves, publicou no "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, uma série de artigos considerados pelos militares como provocadores (77). Essas ações visavam, sobretudo, a enfraquecer as instituições, dentro do processo de desmoralização do Governo.

Em razão desses fatos, os três ministros militares representaram contra esses dois parlamentares. O Ministro da Justiça, com base no artigo 151 da Constituição Federal, solicitou a suspensão dos direitos políticos dos dois deputados. De acordo com esse preceito constitucional, a suspensão solicitada só ocorreria se declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República. De acordo com o parágrafo único do citado artigo, o processo dependeria de licença da respectiva Câmara, nos termos do artigo anterior.

A Câmara dos Deputados, ao invés de deixar que o Supremo Tribunal Federal julgasse o mérito da questão, preferiu desde logo considerar que essa medida afrontava o instituto da imunidade e o princípio da inviolabilidade do parlamentar no exercício do mandato. A oposição alardeava que os grupos que conseguiram essa investida contra o Congresso criariam fatos novos para esquentar a temperatura e poder dobrar certos setores da Câmara. Estes fatos, porém, não precisavam ser criados. Eles estavam em pleno desenvolvimento, com o desdobramento da luta armada e com

(77) Sabe-se, hoje, com certeza, que havia um grupo de políticos do MDB disposto a desafiar o Governo, tendo elaborado uma estratégia de ação parlamentar, valendo-se de seu direito à imunidade para fazer denúncias dos atos "repressivos" do Executivo. "A atitude provocadora adotada por este pequeno grupo de parlamentares, chamados 'autênticos', situada no contexto da época, em meio ao sentimento eufórico da ofensiva oposicionista, era a crença de que não só a luta armada seria a única alternativa como a população estava pronta a levantar-se contra o Estado de Segurança Nacional" - Moreira Alves, M.H.: "Estado e Oposição no Brasil" (1964/1970), Vozes, RJ, 1974, páginas 129 e 130.

as ações cada vez mais audaciosas das organizações subversivas. E havia parlamentares que militavam nessas organizações.

No entanto, as oposições, ao que parece, estavam mais interessadas em elevar a temperatura política. Ainda em setembro, reuniram-se, no Rio de Janeiro, representantes de Kubitschek, Goulart, Jânio e facções de esquerda para novos exames relativos à "Federação das Oposições". O objetivo era estender as ações da extinta Frente Ampla às "oposições informais", unificando-as com os movimentos estudantis e com as lideranças católicas de esquerda. Os líderes da esquerda estudantil, Wladimir Palmeira (Dissidência Comunista da Guanabara) e Luís Travassos (Ação Popular), admitiam essa unificação. Agora, essa união interessava à "revolução". Qualquer que fosse o objetivo de cada um desses parceiros, as atividades resultantes dessa união só poderiam aumentar o ambiente geral de desassossego e a sensação de insegurança que imperava no País (78).

A situação interna ia tornando-se crítica. Documentos apreendidos no Congresso da UNE, em Ibiúna, não deixavam dúvidas quanto à interferência de Cuba no processo subversivo brasileiro. Este fato era de conhecimento público, como o era o da determinação do mundo comunista de mudar o eixo de seu esforço para a América Latina, uma vez liquidada a guerra do Vietnã, conforme deliberado na última conferência dos partidos comunistas realizada em Bruxelas (79).

Não há dúvida de que se desenvolvia no País um processo de guerra revolucionária, isto é, a luta de facções da população empenhadas em tomar o poder, para implantar uma nova ordem social, com base na ideologia marxista-leninista a que essas facções estavam convertidas (80).

A essa altura, o número de organizações subversivas já ascendia a quase duas dezenas. Incentivadas — algumas, mesmo, financiadas e apoiadas — do exterior, essas organizações vinham realizando o recrutamento e o preparo de seus militantes, aos

---

(78) Trata-se da mesma Frente de Oposições, que Arraes e o MPL trabalharam para organizar.

(79) Para confirmação do conhecimento público dessas questões, ver Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Vol. II, pág. 382, 503 e 504, que é uma coletânea de artigos de sua coluna diária na imprensa.

(80) A guerra revolucionária era definida no § 3º, do art. 3º da Lei 6.620, 17/12/78, como "um conflito interno, geralmente inspirado por uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da Nação".

quais era propiciado treinamento em técnicas de guerrilha, particularmente no exterior, em especial em Cuba, na China e na URSS, nesta ordem de importância.

Boa parte dessas organizações havia iniciado em 1968 suas ações armadas — através de atos terroristas —, uma técnica de intimidação coercitiva de natureza psicológica. Mais de 50 atentados foram realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvos quartéis, jornais tidos como favoráveis ao Governo ou anticomunistas, meios de transportes coletivos, residências de autoridades e representações diplomáticas (no caso, norte-americanas), e resultaram na morte de diversas pessoas. Houve, também, dezenas de assaltos a bancos ou carros pagadores, para "expropriação" de fundos, vários assaltos a pedreiras, para roubo de dinamite e cordel detonante, e diversos assaltos a casas de armas e unidades militares, para roubo de armas e munições. (81)

Nesse contexto, as greves e os distúrbios estudantis jogavam seu papel nas atividades de agitação e propaganda. Apropriados pelas organizações subversivas, eram, como preconizavam as instruções de Moscou, vistas no item anterior deste capítulo, "um sinal de descontentamento público", com repercussão no País e no exterior, que vinha sendo devidamente explorado pela propaganda. Eram, também, uma forma de amedrontar a população, testar o seu amadurecimento e o grau de aceitação dos movimentos, selecionar líderes ativistas para o recrutamento, incentivar a desobediência civil e até mesmo testar a capacidade repressora da autoridade legal.

Como esse tipo de guerra interna tem seu processo, seus instrumentos e suas atividades codificadas, era possível ao Governo prever as fases de seu desdobramento.

Parece que havia na cúpula dirigente do País uma preocupação muito grande com a possibilidade de evolução da luta armada e o estabelecimento de zonas liberadas ou "zonas de operações" no interior do seu território, internacionalizando o conflito. Hoje, pode parecer fácil concluir pelo exagero dessa preocupação, mas, à época em que se verificou — temos insistido —, não havia informações precisas e portanto não se tinha uma visão global da extensão do processo revolucionário. Ademais, o processo em curso no Brasil sofria influências de uma nova linha

(81) No anexo 1 constam as ações subversivas desenvolvidas no ano de 1968.

revolucionária vinda de Cuba, assentada nas idéias de Guevara e Debray. Embora não se constituísse em uma nova teoria revolucionária, era interpretada por nossos pretensos revolucionários como capaz de acelerar o processo, queimando etapas. Esses fatos, então ainda não perfeitamente conhecidos, podem explicar o nível elevado daquelas preocupações. Além disso, quem poderá afirmar que não foram as preocupações e as medidas decorrentes, então tomadas com oportunidade, que impediram o surgimento de zonas liberadas ou "zonas operacionais" e, em conseqüência, o agravamento do conflito no País?

Tão importante quanto essa preocupação era a dos reflexos negativos para o Brasil, decorrentes das informações, sobre essa situação, que fluíssem para o exterior. A criação de uma imagem de instabilidade do Governo poderia provocar o estancamento do fluxo de recursos externos, indispensáveis à manutenção do processo de desenvolvimento acelerado que o País começava a experimentar. Assim, havia quem julgasse que a melhor maneira de evitar esses reflexos negativos era silenciar sobre o problema, ou deixar que ele transpirasse o mínimo possível. Havia outros que defendiam essa mesma alternativa como a melhor forma de evitar mais intranqüilidade para a população.

O Governo enfrentava problemas também na área militar. As denúncias do Brigadeiro Itamar Rocha, sobre a pretensa atuação de grupos radicais na Aeronáutica, e sua prisão domiciliar criavam inconformismo de parte dos oficiais. Os debates sobre a sucessão presidencial postos prematuramente pelo Coronel Mário Andreazza e pelo General Albuquerque Lima criavam inquietação nos quartéis. Havia entre os oficiais sentimentos contraditórios em relação ao Governo. De um lado, estavam os que se consideravam frustrados, não concordando com os sacrifícios que o Governo exigia da Instituição Militar, sem a contrapartida da eficiência para resolver os problemas nacionais — única justificativa para o desgaste que se lhe impunha. Tinham como certo que o apoio da Instituição ao Governo havia atingido o seu limite e que dela deveria ser retirado esse ônus político. De outro lado, existiam os que julgavam que o problema estava na limitação do uso da força para eliminar a subversão e estabelecer uma democracia capaz de defender-se das ameaças extremistas, para que o País pudesse desenvolver-se com tranqüilidade. Para esses, a

Instituição deveria engajar-se, cada vez mais, até que se implantasse uma verdadeira democracia no Brasil.

Mas, com relação ao caso envolvendo o Deputado Márcio Moreira Alves, somente no início de novembro, o STF encaminhou à Câmara o pedido de licença para processá-lo. O STF não julgou, a priori, a denúncia inepta, como poderia tê-lo feito, arquivando-a. Pedido idêntico, referente ao Deputado Hermano Alves, seria enviado dias depois.

O Governo considerava absurda a hipótese da recusa da licença pela Câmara. Julgava que, tendo a maioria na Casa e esta conhecendo a situação interna e sentindo o empenho do Governo, não lhe negaria o apoio. Considerava, ainda, que seria injustificável que parlamentares governistas viessem a impedir o julgamento, que só poderia ser realizado pelo STF.

Entre os militares das diferentes tendências, havia unanimidade quanto a essa questão. Era notória a incompreensão que, ante a situação interna, a Câmara tolerasse em seu meio a permanência de militantes do movimento subversivo em curso, com o decorrente desprestígio da autoridade.

O episódio, à luz dos preceitos constitucionais, era polêmico, mas essencialmente político. O plenário da Câmara considerava-o, antes de mais nada, como a oportunidade para afirmação do Poder Legislativo. Deliberou, no dia 12 de dezembro, recusando conceder licença para o prosseguimento do processo.

32. O Ato Institucional nº 5

No dia 13 de dezembro, era promulgado o Ato Institucional nº 5. O Ato mantinha a Constituição de 1967 e autorizava o Presidente da República a: decretar o recesso do Legislativo em todos os níveis; intervir nos estados e municípios; suspender direitos políticos; decretar o Estado de Sítio, nos casos previstos na Constituição; e decretar o confisco de bens de todos que tivessem enriquecido ilicitamente. Suspendia, ainda, a garantia do "habeas corpus" no caso de crimes políticos e excluía os atos nele baseados da apreciação judicial. Diferentemente dos Atos Institucionais anteriores, não estipularia prazo de vigência.

O episódio do deputado e militante do MPL era, em si, insignificante para justificar o AI-5. De seus considerandos, fica clara a preocupação com os atos subversivos e os fatos per-

turbadores da ordem. O mais significativo desses considerandos declara:

"assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária". (grifos do autor).

Embora o ato possa ter respondido, à semelhança da crise de outubro de 1965, à necessidade de restabelecer a unidade militar, que, de qualquer modo, dava sustentação ao Governo, sua razão fundamental foi a preocupação com a subversão. A falta de conhecimento do processo subversivo apenas agravava a situação, porque impedia uma visão correta do perigo e da maneira objetiva e segura de debelar essa insólita forma de luta.

O AI-5 pode ter solucionado o problema conjuntural da unidade militar. Sem dúvida, trouxe facilidades para o combate à subversão, mas, neste aspecto, respondia mais à perplexidade do Governo e das forças de segurança que não dispunham de informações precisas e desconheciam os procedimentos adequados e consolidados para empreender esse combate. Se houvesse esses elementos, ele talvez seria dispensável. Por isso mesmo, ele não foi uma solução muito boa para o Governo e para o País. Foi uma solução emergencial, que se fez duradoura. Ao ampliar o controle sobre o sistema político, ao invés de folgar o "nó" dado pela Revolução, apertava-o.

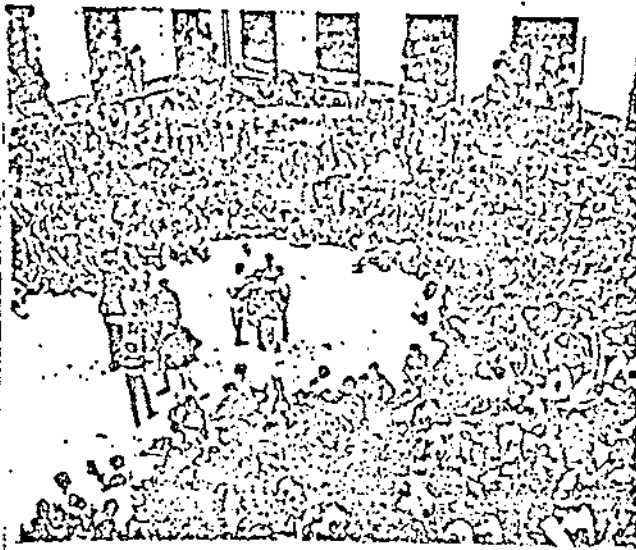
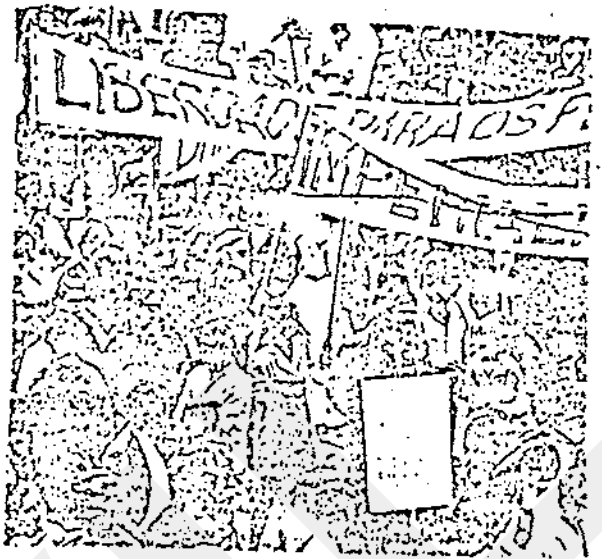
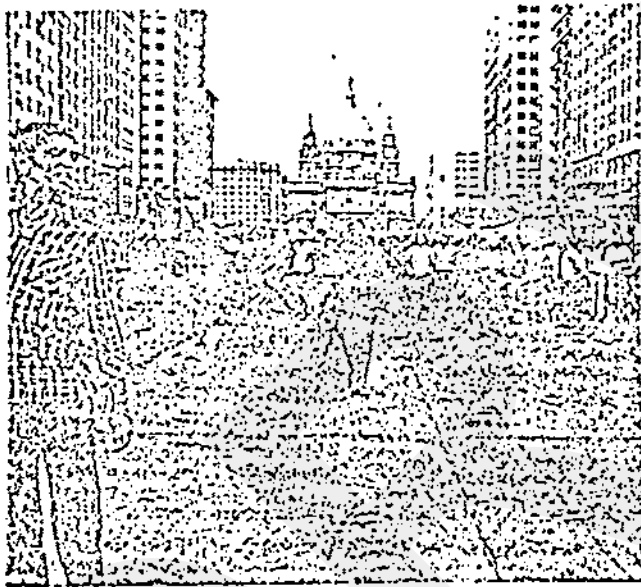
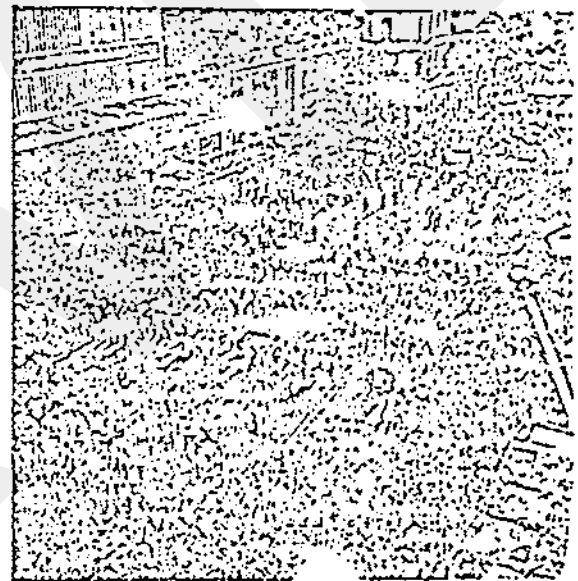
Pior, ainda, foram seus efeitos para as Forças Armadas. Diminuindo a cada crise o apoio civil à Revolução, cada vez mais sua sustentação dependia delas. Inviabilizavam-se, assim, as desejadas alternativas para as Forças Armadas desembaraçarem-se do poder, particularmente porque a guerra revolucionária estava agora em pleno desenvolvimento.

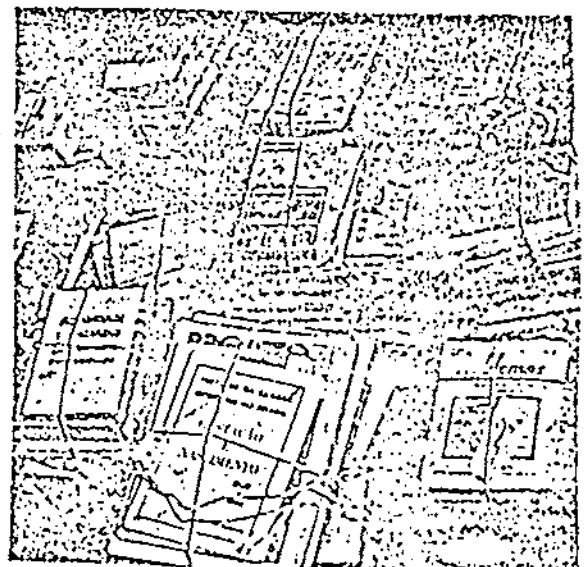
Houvesse na Constituição de 1967 dispositivos de defesa do regime democrático, adequados a cada circunstância, bem definidos e sem falsos pruridos, que pudessem ser acionados antes que a tênue divisória entre a guerra e a paz — existente nos dias que vivemos — fosse ultrapassada, toda a situação decorrente das medidas tomadas ao arrepio da lei, provavelmente, poderia ter sido evitada.

Pode-se alegar — e os puristas e inocentes úteis o farão com veemência — que essas medidas podem ser mal utilizadas ou que não correspondem aos princípios democráticos. No entanto, é por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios que as democracias têm perecido. Como diz Revel: *"a democracia inclina-se a ignorar ou mesmo negar as ameaças de que é objeto, tanto lhe repugna adotar medidas adequadas e de dar-lhes a réplica. E só desperta quando o perigo se torna mortal, iminente, evidente. Mas, então, ou falta-lhe tempo para poder conjurá-lo, ou o preço a pagar pela sobrevivência torna-se insuportável".*(82)

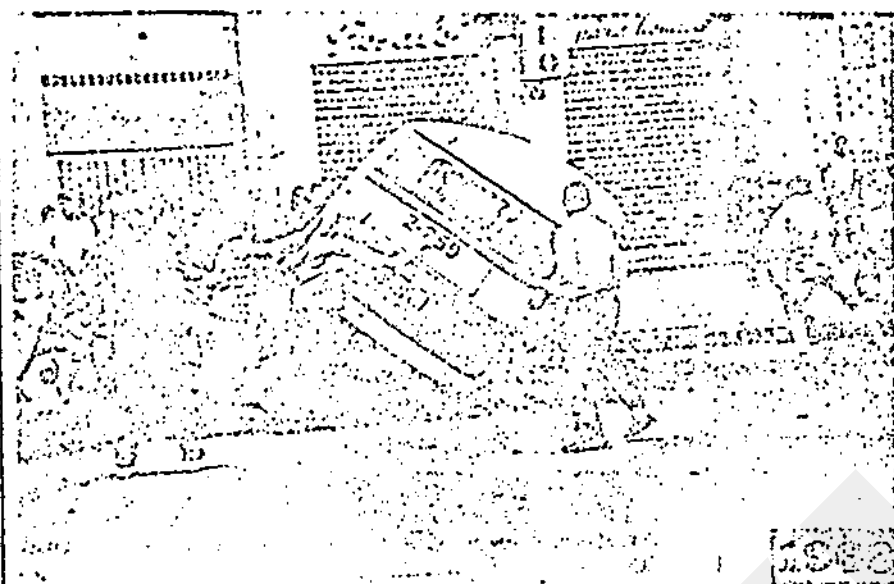
(82) Revel, Jean François: "Como terminam as democracias", Difusão Editorial S/A, RJ, 1984.

RESERVADO

- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 -

DAS ASSEMBLÉIAS EMANAVAM ORIENTAÇÕES

OS PREPARATIVOS DA CONCENTRAÇÃO

A COORDENAÇÃO DOS LÍDERES

A DISCIPLINA NOS DESLOCAMENTOS

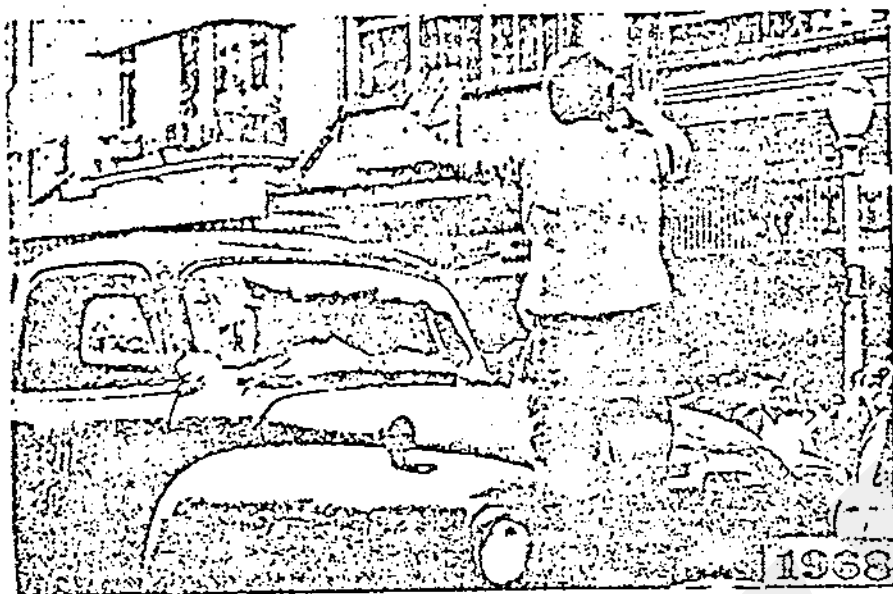
MATERIAL APREENDIDO EM DIRETÓRIO ACADÊMICO

A "INSPIRAÇÃO" DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS.

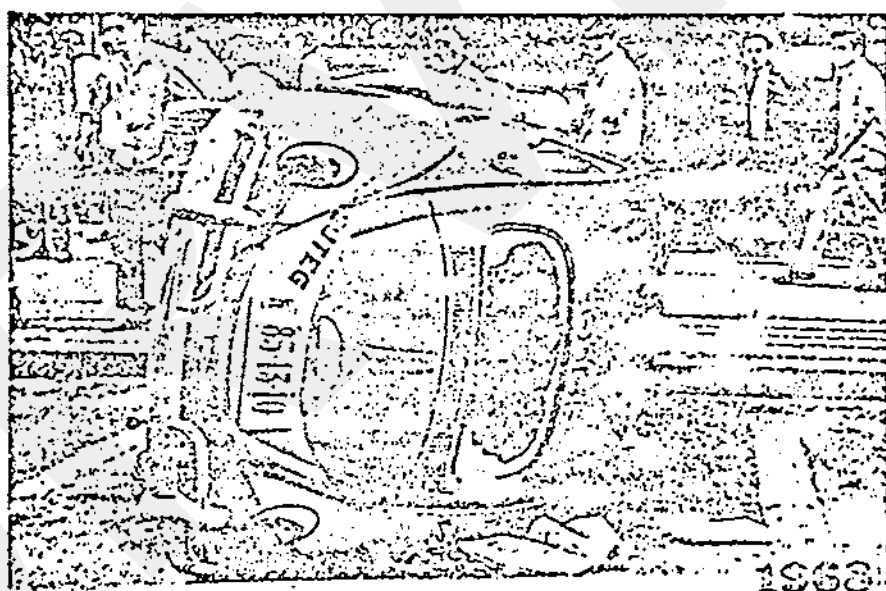
RESERVADO

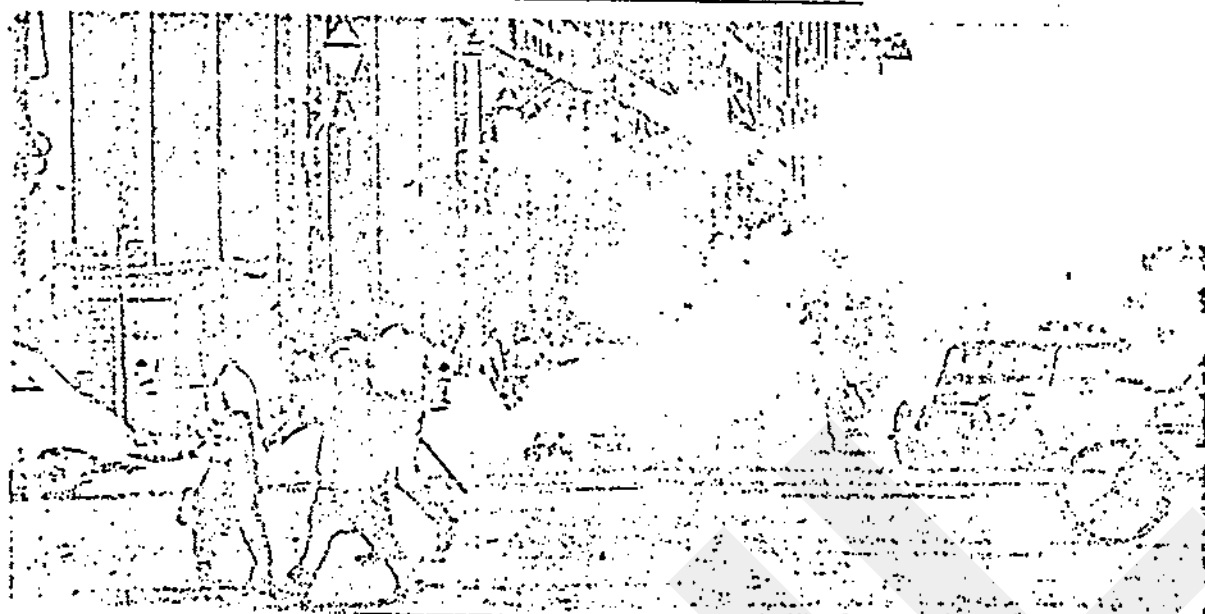
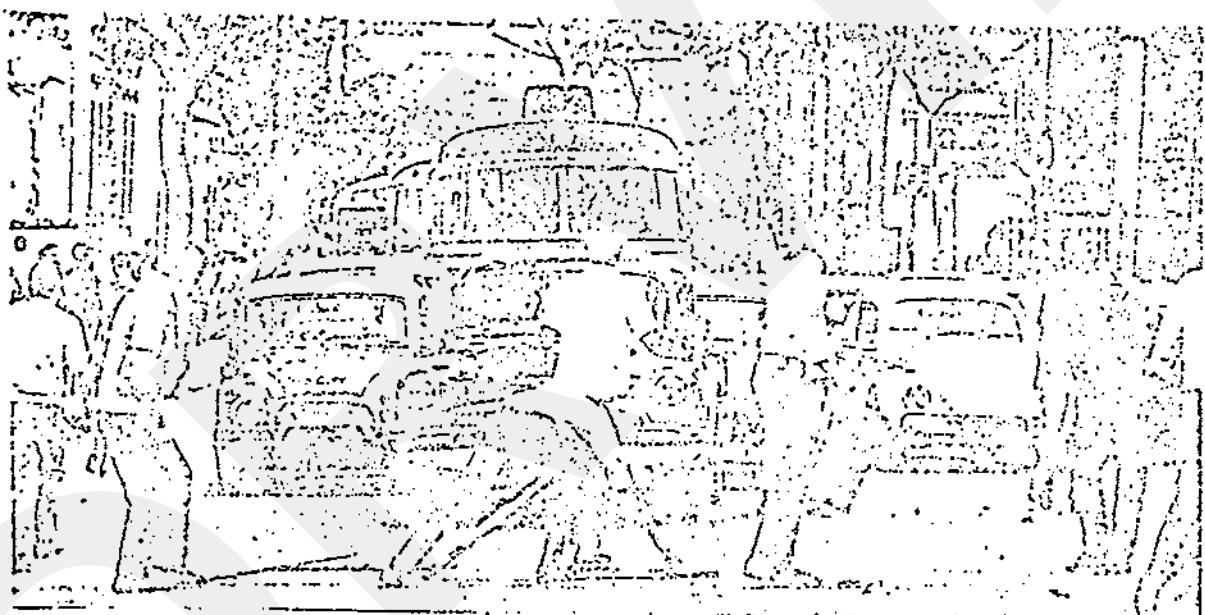
- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 -

DEPREDAÇÕES DURANTE AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS - 1968.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968.

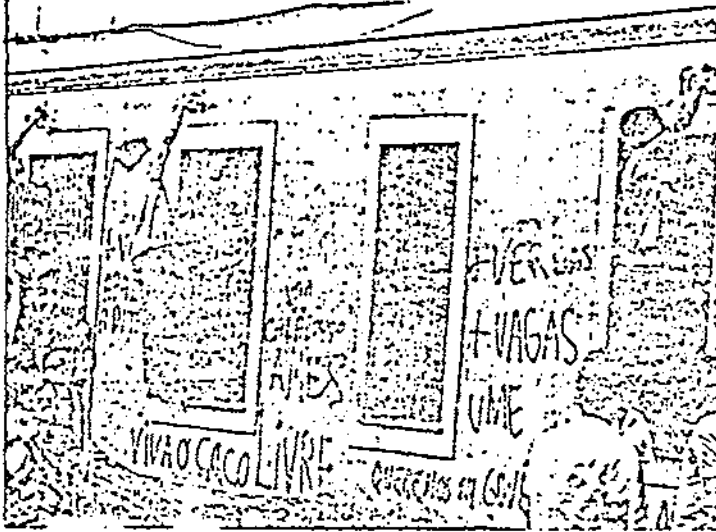
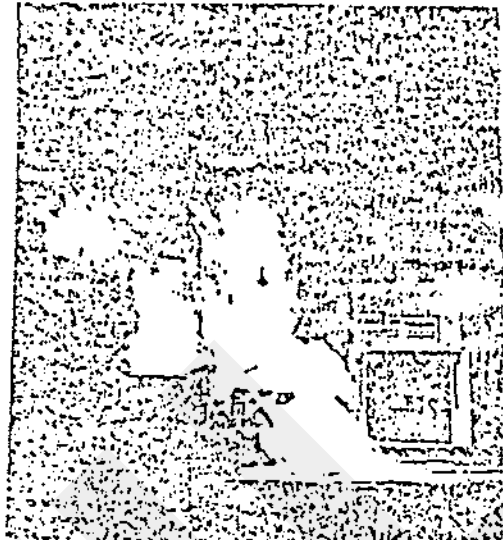
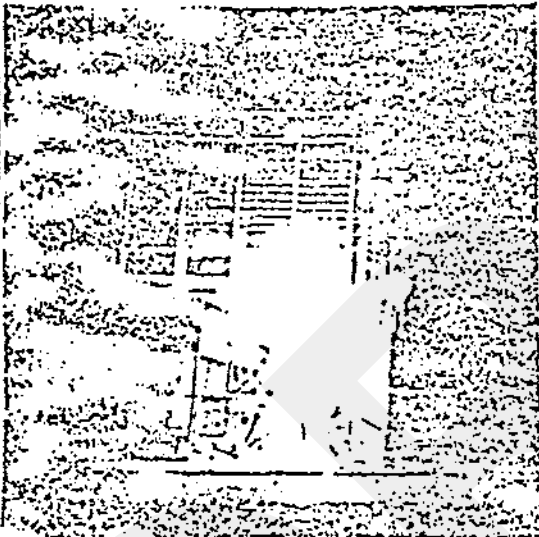
- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 -

O LÍDER TRANSMITE ORIENTAÇÃO AOS DEPREDADORES.

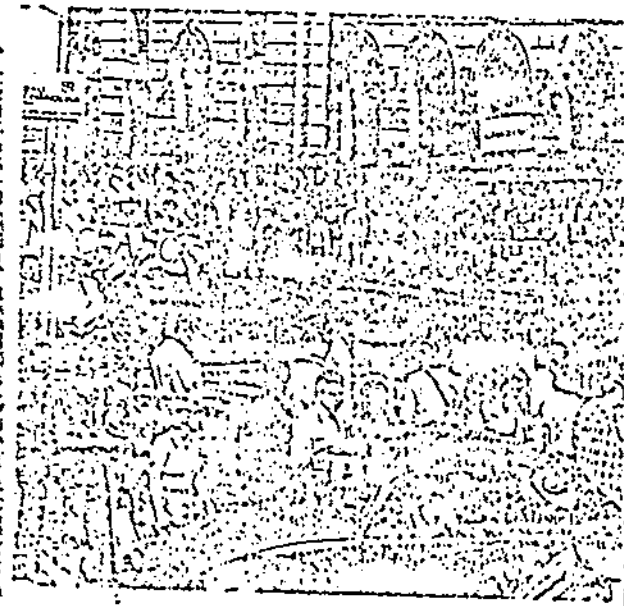
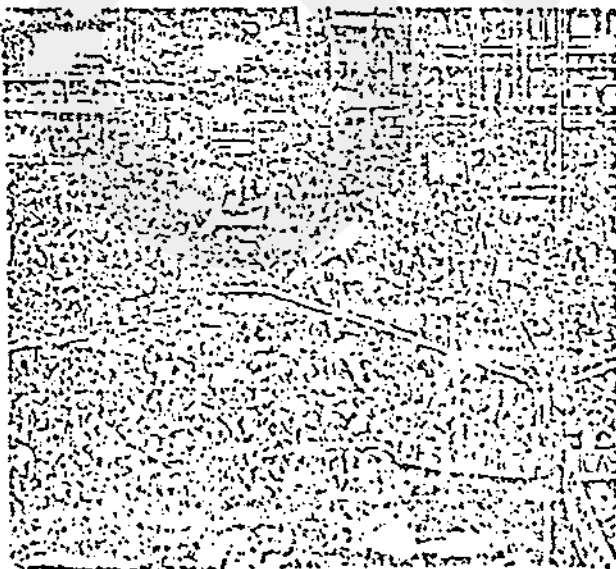
O RESULTADO DA VIOLÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.

A INTRANQÜILIDADE DA POPULAÇÃO REFLETE A ATUAÇÃO DOS AGITADORES.

- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 -

O TRÂNSITO PERTURBADO PELAS MANIFESTAÇÕES DE 1968 - RIO DE JANEIRO.

O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA BARRICADA

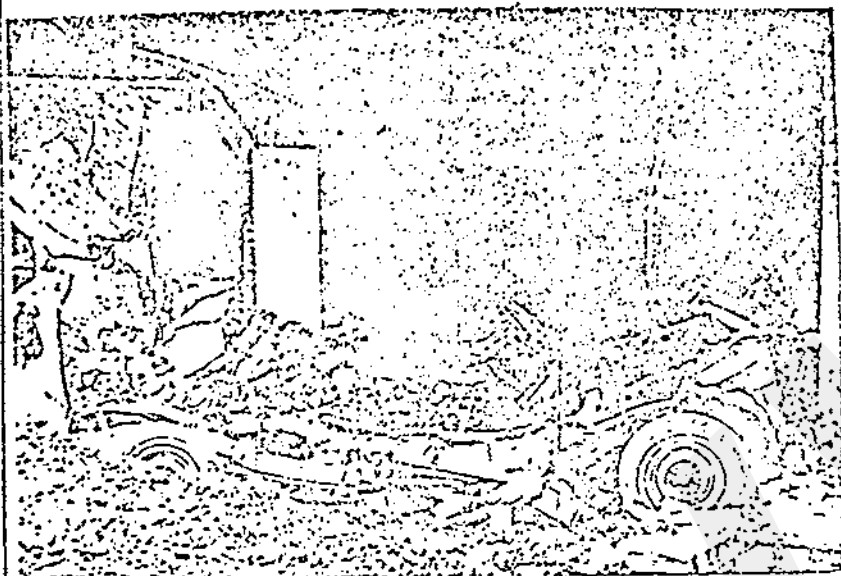
A BARRICADA CONCLUÍDA, O TRÂNSITO INTERROMPIDO. RIO DE JANEIRO - 1968.

RESERVADO

- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 -

REIVINDICANDO VERBAS

OUTRA FORMA DE REIVINDICAR

INCÊNDIO, UMA ARMA DO PROTESTO.

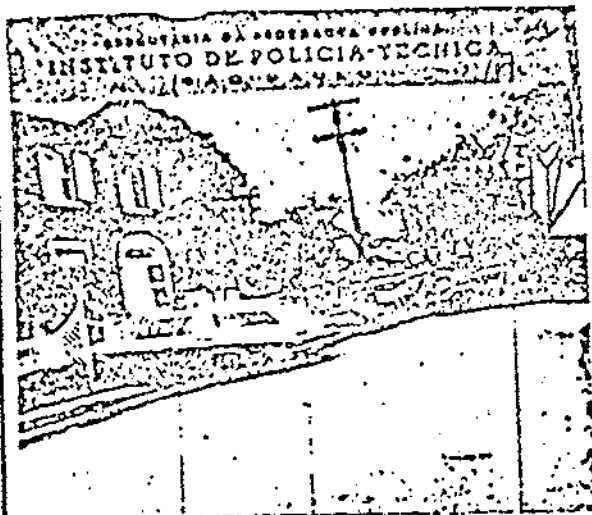
BARRICADAS, UM TRANSTORNO PARA O TRÂNSITO, NA LUTA CONTRA A POLÍCIA

O PROTESTO, EM SÃO PAULO, COORDENADO COM O DO RIO DE JANEIRO

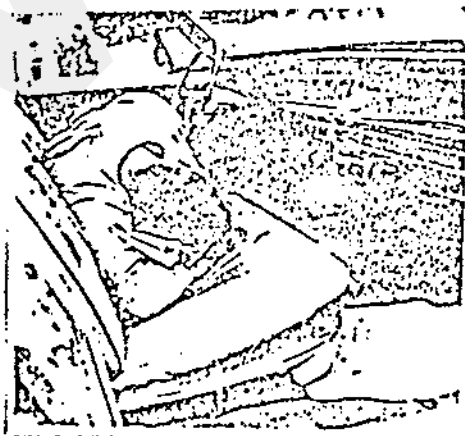
RESERVADO

- O ATENTADO AO QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO -

O ATENTADO AO QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO, EM SÃO PAULO.

SOLDADO MÁRIO KOZEL FILHO, ESTRAÇALHADO PELA EXPLOSÃO.

DETALHES DA VIOLÊNCIA TERRORISTA.

- O ASSASSINATO DO CAPITÃO CHARLES RODNEY CHANDLER -

O AUTOMÓVEL DO CAPITÃO CHANDLER NÃO CHEGOU A SAIR DA GARAGEM NA RUA PETRÓPOLIS.

CHANDLER METRALHADO NO INTERIOR DE SEU CARRO.

MORTO COM QUATORZE DISPAROS À QUEIMA-ROUPA.

CAPÍTULO VI

1969

"Nas primeiras ações, pegamos o inimigo de surpresa e ele acreditou que se tratavam de simples marginais. Ele perdeu um ano seguindo pistas falsas. Quando descobriu seu erro, era tarde demais. A guerra revolucionária havia começado.

CARLOS MARIGHELA (1)

1. Os reflexos do AI-5

Começávamos o ano de 1969 com as maiores dificuldades já vividas pela Revolução na área institucional. A Constituição de 1967, que se apresentava como das mais pragmáticas que tivemos, mostrara-se insuficiente para conciliar a Revolução e a legalidade (2). Embora houvesse uma preocupação notória de recompor o mais cedo possível as instituições, esta era a mais séria crise pós-1964 e não teria solução a curto prazo. O Congresso tivera suas atividades suspensas pela primeira vez, limitações foram impostas à imprensa e o AI-5 não tinha prazo de vigência.

As dificuldades maiores estavam situadas no campo político, mas era exatamente aí que não podia haver pressa. Desde que fora adotada a Constituição de 1967, os políticos só se preocuparam em dar por encerrado o processo revolucionário, deixando de encontrar ou mesmo bloqueando as medidas necessárias à promoção das reformas proclamadas pela Revolução pelas vias institucionais. Recorde-se que, ainda na primeira metade do mandato do Presidente Costa e Silva, o Governo ficou sem condições de vencer qualquer batalha importante no Congresso. Agora o Governo se voltaria com prioridade para essas reformas.

Poucos dias após a assinatura do Ato Institucional, referindo-se a ele, o Ministro da Fazenda declarava: "*ele nos permitirá tomar as medidas necessárias no sentido de reduzir o déficit do Tesouro e conter o processo inflacionário, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do País*". Ainda em dezembro de 1968, a Constituição fora modificada em diversos pontos relativos à autoridade federal em questões econômicas, de modo a per-

(1) Do documento: "O papel da ação na organização revolucionária", maio/69.
(2) Eugênio Gudin assim se refere a essa carta magna: "... uma Constituição que é a melhor que o Brasil já teve, como país independente, porque é, a meu ver, a única que não é utópica e que tem possibilidade de ser cumprida" - no artigo "O quinto aniversário da Revolução" - Pub. AERP.

mitir uma ação mais enérgica do Governo. Removidos os obstáculos, o combate à inflação foi retomado em ritmo acelerado. O Governo voltava-se prioritariamente para a ordenação financeira, a mudança das estruturas e o saneamento do organismo político-administrativo do País.

Não estavam, porém, fechadas as vias do processo democrático. A Revolução mantinha-se fiel à sua inspiração e aos seus compromissos. Apenas pretendia remover o entulho da "má política e da ameaça subversiva". A consciência da profundidade da crise era, no entanto, o sinal mais seguro de que caminhos estavam sendo procurados.

Um aspecto era particularmente importante em razão da guerra revolucionária que aflorava no País. As divergências que foram assinaladas no capítulo anterior, no campo militar, em relação ao apoio da Instituição ao Governo, não afetavam a realidade essencial da unidade, e os últimos acontecimentos eram um atestado disso. Os pronunciamentos dos chefes revolucionários puderam assim expressar claramente que a Revolução continuava, e o fazia perseguindo a manutenção da ordem econômica, política e social vigentes, reformulando-as onde se fizesse necessário para promover o seu desenvolvimento. Havia, porém, etapas intermediárias nesse processo, e elas estavam claramente definidas: o combate à inflação, no campo econômico, e o combate à subversão, no campo político.

Os políticos, entretanto, e, mais insistentemente do que eles, os cronistas políticos, pensavam e agiam apenas em função da reabertura do Congresso. Somente em maio, o Presidente da República incumbiu o Vice-Presidente de promover estudos e propor sugestões para as alterações constitucionais necessárias, a fim de atender os objetivos da Revolução, compatibilizando-a com o regime democrático. A idéia do Presidente era reformar o mínimo possível a carta de 1967, preservando sua essência.

Mas a guerra revolucionária em curso agravava-se, como conseqüência natural da evolução das organizações que havia anos vinham-se preparando para ela. Passaram-se seis meses e o Governo ficara apenas na chamada "limpeza de área", por meio de cassações. O AI-5 e os poderes de que o Governo se investiu não resolviam o problema por si. A situação estava a exigir medidas para a coordenação e unificação do combate à subversão, que só

àquela altura seriam tomadas.

Em julho, a reforma constitucional passou a ser estudada por uma comissão de juristas, da qual faziam parte, além de Pedro Aleixo, Gama e Silva, Carlos Medeiros, Miguel Reale e Themístocles Cavalcanti. Participava ainda dessa comissão, como representante do Executivo, o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão.

No final de agosto, era dada a público a notícia de que a reforma da Constituição estava pronta e que seria promulgada por meio de uma emenda constitucional, no dia 2, para entrar em vigor a 7 de setembro. No dia imediato à sua entrada em vigor, seria reconvocado o Congresso Nacional. Todavia, na madrugada de 29 de agosto, numa sexta-feira, o Marechal Costa e Silva adoeceu, tendo perdido a voz, primeiro sintoma de uma trombose cerebral.

2. O impedimento de Costa e Silva

Ainda no dia 29, o Presidente Costa e Silva foi transferido para o Rio de Janeiro, em busca de melhor atendimento médico, onde chegou caminhando. Em poucos dias, porém, teria o lado direito do corpo totalmente paralisado. A gravidade de sua moléstia não foi revelada de imediato, mas desde logo era evidente o seu impedimento, ainda que temporário.

Na noite de sábado, houve uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas. Nessa ocasião, não se tinha um prognóstico preciso sobre a provável evolução do estado de saúde do Presidente, não sendo até então afastada a possibilidade de sua recuperação. Na reunião, ficou decidido que não se entregaria o poder ao Vice-Presidente, que não tinha apoio militar e político suficiente para resguardar os interesses da Revolução e a segurança interna, seriamente afetada. Tal postura não significava que os membros do Alto Comando não concordavam com o plano político do Presidente, como se chegou a aventar. Pelo contrário, endossavam a abertura política por ele planejada, mas acreditavam que o Senhor Pedro Aleixo representaria no poder um método de pensar e agir totalmente diferente. Como o Vice-Presidente mostrara-se contrário ao AI-5, julgavam aqueles chefes militares que o momento não permitia correr-se o risco de vê-lo revogado, antes que cessassem ou fossem corrigidas as causas que o determinaram.

Como solução de emergência, ficou decidido que os poderes presidenciais seriam entregues, temporariamente, aos três ministros militares.

O Vice-Presidente Pedro Aleixo foi convocado para uma reunião, no Rio de Janeiro, no dia 31 de agosto, quando foi posto a par da real situação de saúde do Presidente e da decisão do Alto Comando das Forças Armadas. Se a apresentação dessa decisão, como fato consumado, não provocou maior reação por parte do Vice Presidente, ela não foi bem recebida por alguns chefes militares.

Nessa mesma noite de domingo, a notícia do impedimento temporário do Presidente foi dada por uma cadeia nacional de rádio e televisão, oportunidade em que foi lido o texto do Ato Institucional nº 12, que começava por reafirmar a vigência do AI-5 e explicava a decisão do Alto Comando das Forças Armadas. No seu artigo 4º, esse Ato esclarecia que, uma vez cessados os motivos do impedimento, o presidente reassumiria suas funções em toda a sua plenitude. Nessa ocasião, foi difundida, também, uma proclamação dos ministros militares à Nação.

Somando-se à tensão e às dificuldades já enfrentadas, no dia 4 de setembro era seqüestrado, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Charles Elbrick. Essa ação demonstrava aos incrédulos que o movimento subversivo estava solidamente implantado, dispunha de recursos e sentia-se com força suficiente para realizar ações cada vez mais audaciosas, enfrentando e negociando com o próprio Governo. É possível que, se os ministros militares não estivessem investidos dos poderes presidenciais, não se houvessem vencido a indignação e as resistências que, superadas, permitiram resguardar a integridade física do embaixador. Essa ação, de certa forma, dava respaldo à decisão do Alto Comando das Forças Armadas no episódio do impedimento temporário do Presidente. Por outro lado, o atendimento das exigências dos terroristas, que impunham a divulgação de um manifesto pelos jornais, rádios e televisões, e a libertação de quinze subversivos serviriam de estímulo para a realização de futuras ações semelhantes.

3. A eleição de um novo Presidente

Com o correr dos dias, acentuava-se a perspectiva da invalidez permanente do Presidente Costa e Silva. Os membros do Al-

to Comando das Forças Armadas começaram a examinar as alternativas para solucionar o impasse, que já apresentava reflexos na condução da política governamental.

Desta vez, os políticos e os cronistas políticos, que viviam reprovando a Revolução por não atender a um dos principais postulados de Maquiavel, segundo o qual "*todo mal deve ser feito de uma só vez*", não teriam do que reclamar. Ante a alternativa de se eleger um presidente apenas para cumprir o mandato interrompido ou para cumprir esse mandato restante e mais um mandato integral, decidiram-se por esta última opção. Além do fato de as eleições presidenciais representarem sempre momentos de instabilidade e tensão políticas — não sendo indicada pela situação a conveniência de promover-se duas eleições consecutivas —, havia ainda o precedente do governo Castelo Branco, que fora levado à prorrogação de seu mandato, por consenso, mas que quebrara, de qualquer modo, as regras estabelecidas. Embora não interessasse a muitos essa verdade, o fato é que o objetivo da Revolução era encontrar uma solução que permitisse sair da emergência e, mesmo em meio do arbítrio, preservar, tanto quanto possível, a estrutura democrática. Decidiram-se, também, os políticos, pela apresentação de uma candidatura militar, que obtivesse o maior consenso possível — de modo a preservar a unidade —, e pela participação do Congresso na eleição do indicado.

Os dirigentes da ARENA propuseram ao Governo que, uma vez escolhido o candidato, esse fosse incorporado ao partido, sob o argumento de que, uma vez tendo sido preservados os partidos, eram eles os instrumentos adequados à apresentação do candidato. Pleiteavam, ainda, um encontro preliminar entre este e os líderes arenistas.

Conduzida a seleção do candidato pelo Alto Comando das Forças Armadas, através de consulta aos oficiais generais das três Forças, no dia 6 de outubro, esse órgão colegiado reuniu-se para definir a escolha e no dia seguinte emitia uma nota oficial. Nessa nota, era analisada a situação interna, anunciando o resultado da escolha e informando que o escolhido, o General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, aquiescera em "aceitar a convocação, considerando-a como missão a ser cumprida".

4. A eleição do Presidente Médici e a nova Constituição

O discurso que o Gen. Médici proferiu, na ocasião do comunicado de sua escolha, como virtual Presidente da República, impressionou profundamente os meios políticos, conforme noticiou a imprensa à época. O tom franco com que expôs a origem de seu mandato e os problemas relativos à segurança, a mensagem de renovação que transmitiu e a determinação revelada no conjunto de seu discurso, talvez pelo inesperado de suas declarações, criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo. O Gen. Médici disse, com toda clareza, a que veio e como veio. Veio como delegado das Forças Armadas, das quais recebeu missão irrecusável. Veio com a enorme autoridade de quem fez tudo que estava a seu alcance para não ser cogitado. E veio para "completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica revolução da democracia e do desenvolvimento"

O Gen. Médici não se preocupou em mascarar a realidade. Já ao assumir o Comando do III Exército, dissera que *"o povo não reclama do que a Revolução fez, mas do que ela deixou de fazer"*. Médici voltou seu discurso para o futuro e fez uma apelo: *"em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro"*. Dentre os vários aspectos de seu pronunciamento, vale ressaltar aquele em que fixava, como objetivo final de seu governo, dotar o País de instituições livres e permanentes.

No dia 14 de outubro, foi editado o AI-16, que determinou a vacância da Presidência da República, convocou as eleições indiretas e marcou o pleito para o dia 25 e a posse do eleito para o dia 30. Ato Complementar suspendia o recesso do Congresso a partir do dia 22 de outubro.

No dia 16, a ARENA em convocação extraordinária, aclamou os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, declarando compreender inteiramente as razões de segurança com que se justificava a condução revolucionária. O MDB, em reunião informal, reconheceu a legitimidade do processo.

Precedendo à eleição, foi promulgada a nova Constituição. Aqueles que saudaram a Constituição de 1967 como excelente, por dispor de adequada declaração dos direitos e das garantias individuais, e a presença da representação popular que assegurava a renovação periódica dos governantes, por

meio de eleições, não tiveram por que se descontentarem. A nova Constituição conservava essa parte, ainda que restringisse, como era de se esperar, a proteção dos direitos políticos. A nova Constituição, porém, mantinha inserida nas suas disposições gerais e transitórias os Atos Institucionais e Complementares. Ao Presidente da República caberia decidir sobre a oportunidade e a forma de revogá-los, sendo a única autoridade competente para decretar sua cessação. O Presidente recém-empossado colocou como meta-síntese de seu governo fazê-lo até o término de seu mandato, o que significava o fim do processo revolucionário. Esse era seu objetivo claramente expresso. Esse era o objetivo a ser alcançado para que a Revolução fosse vitoriosa. Por outro lado, significava que, naquele momento, o processo revolucionário ainda estava em curso. Na compreensão dessa dicotomia residiria em boa parte a mais rápida ou mais demorada volta à plenitude democrática no País.

5. O Movimento Estudantil entra em descenso

A partir de 1969, deixou de existir o Movimento Estudantil, enquanto movimento de massa organizado, pelo ingresso de centenas de estudantes nas organizações comunistas. O acesso à luta armada empolgava os jovens, que vislumbravam, em plena idade da afirmação, a oportunidade de tornarem-se novos "guevaras". Segundo Alfredo Hélio Sirkis, era a época da "aventura cintilante da militância revolucionária" (3).

Mesmo aqueles que não haviam entrado para essas organizações procuravam organizar-se em grupos, como o Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara, que possuía, inclusive, um Setor Paramilitar, com um grupo de choque armado.

As atividades do Movimento Estudantil, basicamente, restringiram-se aos comícios relâmpagos, às pichações e às panfletagens, todas efetuadas com cobertura armada, vistas como uma forma de auxiliar as organizações comunistas no preparo da opinião pública e no recrutamento da classe operária.

A rigor, o único evento significativo, nesse ano, foi a denominada "Semana Rockfeller", desencadeada, em junho, contra a visita do Governador Nelson Rockfeller, enviado do Governo norte-americano para visitar diversos países da América do Sul.

(3) Sirkis, A.: "Os Carbonários", Global Editora, SP, 1984, pág. 117.

Os estudantes, dirigidos por militantes das organizações clandestinas — muitos sem o saber —, organizaram manifestações de repúdio em todo o País, das quais podem ser citadas a depredação da biblioteca Thomaz Jefferson, em Copacabana, a colocação de bombas no Instituto Brasil-Estados Unidos, em Fortaleza, no jornal "O Globo", no Rio de Janeiro, e na União Cultural Brasil - Estados Unidos, em São Paulo.

Após a tal "Semana Rockfeller", considerada, pelos estudantes, como uma vitória, a UNE, na clandestinidade e sem forças para competir com as organizações subversivas, só iria voltar à atividade com a realização de um novo Congresso, em Salvador, em 1979, época do ressurgimento do Movimento Estudantil a nível nacional.

6. O PCB desencadeia a "guerra de papel"

Estruturado, desde o ano anterior, para o trabalho de massa, o PCB, em 1969, procurou manter-se à distância da luta armada das organizações comunistas que integravam à esquerda revolucionária. Ao mesmo tempo, entretanto, buscava manter uma linguagem que lhe assegurasse a liderança junto à juventude e a outros segmentos da população.

A "Voz Operária", de abril de 1969, publicou o documento "A Tática do Partido nas Novas Condições", no qual estabelece 5 pontos para a atuação de seus militantes. No primeiro, traça considerações a respeito da "luta contra a política econômica" do Governo, visando a ganhar adeptos através das reivindicações salariais. No segundo, valoriza a posição da Igreja Católica, vista como um dos pólos de oposição ao Governo, em face da prisão de padres que colaboravam com algumas organizações que defendiam a luta revolucionária. No terceiro ponto, analisa a sua posição diante das Forças Armadas e determina que seus militantes não as combatam "em bloco", visando a atrair parte de seus membros. No quarto, o PCB, pelo menos em teoria, procura manter uma imagem radical, defendendo a preparação das "massas para responder com violência à violência da ditadura". Finalmente, no último ponto, preconiza uma "unidade de ação", buscando a aproximação com outras organizações comunistas.

No entanto, tudo não passava de mera retórica. Inserido no trabalho de massa, o PCB, na realidade, só conseguiu isolar-se

das demais organizações, sendo alcunhado de "reformista" e "conciliador". Nem o documento aprovado pelo Comitê Central, "A Orientação do Partido quanto ao Emprego das Formas de Luta nas Condições Atuais", que seguia, basicamente, a linha do VI Congresso, conseguiu modificar o desprezo com que era visto pelas organizações militaristas.

Enquanto estas ensangüentavam as ruas das grandes cidades, o PCB desencadeava a sua "guerra de papel".

7. A fuga da penitenciária e a desarticulação do MAR

Decidida a fuga da Penitenciária Lemos de Brito, o grupo externo do Movimento de Ação Revolucionária (MAR) resolveu realizar "expropriações" para financiá-la. Com os fugitivos, pretendia-se implantar um foco de guerrilha próximo a Angra dos Reis.

O primeiro assalto foi realizado dia 19 de março de 1969. O alvo foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Realengo, tendo sido roubados mais de trinta e sete mil cruzeiros novos (4). Os assaltantes deixaram dentro do banco panfletos com o título "Exército Libertador para libertar o país".

Enquanto a organização comemorava o sucesso de sua primeira ação armada, prosseguiam em ritmo acelerado as reuniões de planejamento da fuga da penitenciária. Pedro França Viegas fazia contatos na Divisão Legal com estagiários e funcionários da penitenciária, aliciando-os para participar e facilitar a fuga. O acadêmico de Direito Júlio Cesar Bueno Brandão concordou em ceder sua caminhonete Rural Willys para o transbordo dos presos após a fuga. Da mesma forma, o acadêmico Júlio César Senra Barros começou a colaborar com o movimento, cedendo, a partir de janeiro de 1969, seu apartamento na Ilha do Governador, para homiziar José Duarte dos Santos e para realizar reuniões de planejamento da fuga.

Ressentindo-se da falta de recursos e tendo em vista a proximidade da ação de fuga, o MAR realizou no dia 5 de maio o seu segundo assalto, roubando o Banco Nacional Brasileiro, agência Piedade (5). A organização conseguiu mais de dezenove mil cru-

(4) Participaram da "ação revolucionária": Flávio Tavares, José Duarte dos Santos, o ex-cabo da Marinha Edvaldo Celestino da Silva, Wilson do Nascimento Barbosa, Leôncio de Queiroz Maia, Antonio Geraldo da Costa e Élio Ferreira Rêgo.

(5) O bando assaltante era o mesmo da primeira ação, acrescido de Jarbas da Silva Marques, estudante de Economia de Brasília.

zeiros novos nessa ação.

Pedro França Viegas, em ligação com o "Grupo de Mallet", conseguiu encontrar uma área favorável ao homizio dos fugitivos e à implantação do foco guerrilheiro. Ficava na região da serra de Jacareí, com entrada pela estrada que liga Angra dos Reis ao estaleiro Verolme.

Flora Frisch, trabalhando num escritório de advocacia, amante de Avelino Bioni Capitani, estava integrada no esquema de fuga. Conseguiu, através de elementos simpatizantes, roupas para os fugitivos. A prima de Flora, Jeny Waitsman, amante de Antonio Duarte dos Santos, também participava dos preparativos de Fuga (6).

A guarda estadual Naterça Passos, já tinha sido aliciada por Marco Antonio da Silva Lima e seria a encarregada de passar as armas para os fugitivos.

O "Grupo de São Paulo" recebeu a incumbência de eliminar o soldado da PM que normalmente permanecia armado de metralhadora na calçada do presídio.

Finalmente chegou o dia da fuga, 26 de maio de 1968. Pela manhã, o estagiário Júlio César entregou à funcionária Naterça Passos, dentro de um pacote, 3 revólveres calibre .38, que seriam utilizados na tentativa de fuga pelos detentos. Pouco antes das 17h e 30, aproveitando-se do trânsito livre dentro do sistema penitenciário, já estavam reunidos na Divisão Legal os 9 componentes do MAR, prontos para iniciar a ação. Pontualmente às 17h 30, estacionou em frente à entrada de pedestres um Aero-Willys dirigido por Edvaldo Celestino da Silva. A um sinal de Marco Antonio, o grupo dirigiu-se para a portaria. Ao atingirem a passagem de pedestres, os detentos defrontaram-se com os guardas Ailton de Oliveira e Jorge Felix Barbosa, que, surpreendidos, esboçaram uma reação sacando suas armas. Em situação de inferioridade e colhidos pela surpresa, os guardas foram abatidos durante o intenso tiroteio que se seguiu. Ailton de Oliveira morreria cinco dias depois (7). A fuga causou mais uma vítima inocente: o funcionário da Light João Dias Pereira, que se encontrava na calçada da penitenciária, foi atingido por um disparo dos fugitivos, tendo ficado inutilizado.

---

(6) Marco Antonio da Silva Lima e Avelino Bioni Capitani eram ex-marinheiros, presos na penitenciária da rua Frei Caneca.
(7) Avelino Bioni Capitani foi citado como autor do tiro fatal.

Consumada a fuga, o grupo dirigiu-se para a região de Jacareí, onde chegou à noite. Os fugitivos saltaram das viaturas e embrenharam-se na mata, güiados por Luiz Mário Neri. Após marcharem durante três noites, atingiram um barraco onde encontraram José Sabino Gomes Barbosa. Instalados no barraco de José Sabino, que foi batizado como "Cabana do Jacu", os fugitivos articularam-se na região e iniciaram seus treinamentos de guerrilha. A idéia de deflagrar a Guerra Revolucionária, através de um "foco guerrilheiro", norteava o MAR, desde o início de sua articulação na penitenciária. Marco Antonio havia realizado o curso de guerrilhas em Cuba e tinha retornado ao País impregnado pelas diretrizes emanadas da I Conferência da OLAS. A idéia do "foco" era a grande novidade das esquerdas, inclusive dentro da penitenciária.

Estabelecido com sucesso o "embrião do foco guerrilheiro", em Conceição de Jacareí, o MAR prosseguiu realizando seus assaltos para poder sustentar sua estrutura clandestina.

No dia 10 de junho, o Grupo de Ação do MAR, como passou a ser conhecido o núcleo de assaltantes de bancos, realizou o assalto à agência Ramos da União de Bancos Brasileiros. A ação transcorreu sem problemas e rendeu mais de trinta e três mil cruzeiros novos.

Naquela altura, o apoio logístico aos guerrilheiros da "Cabana do Jacu" era prestado pelo "Grupo de Mallet". A vida desconfortável da "guerrilha", no entanto, causou, logo de início, três defecções. Antonio Prestes de Paula e Roberto Cietto não se adaptaram à vida cigana dos "guerrilheiros" e retornaram à cidade, integrando-se à "guerrilha urbana", ou seja, aos assaltos a banco. José André Borges perdeu-se na mata e resolveu retornar ao Rio de Janeiro, também se integrando ao grupo de assaltantes de banco. No dia 18 de junho de 1969, o MAR realizou o seu quarto assalto à agência Ramos do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, com um saldo positivo de mais de quarenta mil cruzeiros novos.

Após a ação do banco de Ramos, o grupo resolveu intensificar a ação armada. Élio Ferreira Rego conseguiu com uma parenta de Jorge Medeiros do Vale ("Bom Burguês") um lote de carabinas .30 M1. Flávio Tavares contatou o ex-coronel cassado Nicolau José de Seixas e conseguiu umas metralhadoras de mão que teriam

sido utilizadas na campanha da FEB.

Reforçado pelos elementos que haviam desistido da guerrilha rural, o Grupo de Ação assaltou, pela segunda vez, em 18 de julho de 1969, a agência Piedade do Banco Nacional Brasileiro.

Após esse assalto, o "Grupo de São Paulo" desligou-se do MAR e seguiu para o Uruguai. Leôncio Queiroz Maia, em companhia de outros, seguiria para a Itália. Wilson do Nascimento Barbosa seria preso no Uruguai, em setembro de 1969, em companhia do comunista uruguaio Milton Júlio Valenzuela (8).

Apesar dessas primeiras defecçõs, continuava o treinamento de guerrilhas em Conceição do Jacareí. Liderados por Marco Antonio e por Avelino Capitani, os "guerrilheiros" montavam e trocavam freqüentemente de acampamento, realizavam exercícios de tiro e marchas.

Confiantes com o sucesso até então alcançado por suas ações armadas, Flávio Tavares e José Duarte dos Santos, em contato com parentes do "Bom Burguês", iniciaram o planejamento de uma ação espetacular para libertá-lo da prisão em que se encontrava na Ilha das Flores. A ação não chegou a ser tentada, em virtude da desarticulação da organização, pelos órgãos de segurança, a partir de agosto.

Em 7 de agosto, o MAR realizaria o seu sexto e último assalto. O alvo escolhido foi a agência Vista Alegre do Banco Nacional de São Paulo, situada na Avenida Brás de Pina (9). Tudo correu normalmente até que, durante a fuga, o Volks dirigido por Flávio Tavares, em que iam José Duarte e José André, foi interceptado pela polícia e teve um pneu furado. Flávio Tavares separou-se dos dois outros assaltantes e conseguiu fugir. No tiroteio que se seguiu, José Duarte descarregou a sua metralhadora INA contra os policiais. Encurralados, os dois bandidos pegaram uma criança de quatro anos como refém e a ameaçaram de morte caso a polícia se aproximasse. Mais tarde, desgastados moral e psicologicamente, devolveram a criança e entregaram-se à polícia.

Flávio Tavares ainda conseguiu homizio na casa do advogado Jorge Antonio de Miranda Jordão, situada na rua General Gli-

(8) Wilson do Nascimento Barbosa foi devolvido pelas autoridades uruguaias e, mais tarde, em 10 de março de 1970, banido em troca do embaixador suiço.
(9) Participaram da ação Flávio Tavares, Edvaldo Celestino da Silva, José Duarte dos Santos, Antonio Prestes de Paula, Jarbas da Silva Marques, Roberto Cietto e José André Borges.

cério 114, onde recebeu, no dia 8 de agosto, uma sacola com oito mil cruzeiros novos — parte do produto do roubo —, enviada por Antonio Prestes de Paula (10). Tavares seria preso no dia seguinte, 9 de agosto de 1969, na rua Paissandu 162, outro aparelho que possuía naquela rua.

José Duarte, durante suas declarações na polícia, "entregou" o local de treinamento de guerrilhas em Conceição de Jacareí. A Marinha realizou o cerco da área com elementos da Força de Fuzileiros Navais e destruiu as instalações existentes. Durante o cerco, um dos grupamentos, ao se aproximar de uma cabana, foi recebido a tiros, envolvendo-se em violento tiroteio. Pedro França Viegas, ferido na perna durante o entrevero, foi preso na localidade de Lídice, próxima de Angra dos Reis, no dia 12 de agosto. Os demais conseguiram escapar.

Avelino Capitani e José Adeildo Ramos ficaram homiziados na Igreja de São Geraldo, em Olaria, acoitados pelo padre Antonio Lengoen Helmo e, posteriormente, na Igreja de Nossa Senhora das Cabeças, na Penha, sob os cuidados do padre Pasquali Viscon so. Ambos seriam colocados em contato com o PCBR, ao qual aderiram, por intermédio de Flora Frisch, amante de Capitani. Marco Antonio e Prestes de Paula também abandonariam o MAR, aderindo ao PCBR.

Antonio Duarte (irmão de José) conseguiria homiziar-se em Goiânia, com o auxílio de sua amante Jeny Waitsman, e iriam ambos para Cuba, no primeiro semestre de 1970, em companhia de Avelino Capitani. Marco Antonio morreria dia 13 de janeiro de 1970, num "aparelho" do PCBR na rua Inhangá 27/608, em Copacabana, ao reagir a bala à ordem de prisão. José Michel Godoy foi preso dia 2 de setembro de 1969, também em Lídice. Roberto Cietto foi preso no Rio de Janeiro, dia 4 de setembro de 1969, após sofrer um acidente automobilístico, tendo cometido suicídio na mesma data (11).

Do "Grupo Mallet" foram presos Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri. José Ferreira Cardoso, José Leonardo Sobrinho e Sílvio Souza Gomes pediram asilo político ao Uruguai e José Gonçalves de Lima continuou foragido. Havia intenção,

(10) Jorge Antonio de Miranda Jordão, para não se comprometer, viajou para São Paulo, deixando Flávio Tavares aos cuidados da empregada.

(11) Edvaldo Celestino da Silva, Jarbas da Silva Marques e Adail Ivan Lemos, juntamente com outras pessoas, envolvidas consciente ou desavisadamente com o MAR, foram detidas e indiciadas ou arroladas como testemunhas em Inquérito Policial Militar.

por parte do MAR, de radicalizar suas atividades. No "aparelho" de José Duarte dos Santos foram encontradas armas, granadas de fabricação caseira e 8.500 g de Trotil, explosivo de alto poder de destruição.

Desta forma, foi desestruturado o Movimento Armado Revolucionário, que nunca foi orientado por nenhum documento base. Sem fazer avaliações conjunturais, fazia uma opção espontaneísta pelo "foco guerrilheiro".

A estrutura da organização, não definida em estatutos, foi esmiuçada por Flávio Tavares, em declarações à polícia. Existia um Grupo de Direção, que coordenava e supervisionava os trabalhos. O Grupo de Estudos, provavelmente localizado em São Paulo, dedicava-se ao estudo das ações políticas e militares. O Grupo de Ação era encarregado dos assaltos, e, mais tarde, encarregar-se-ia do terrorismo. Um Grupo de Apoio, que seria responsável pelo suprimento do Grupo Rural, era encarregado do treinamento e da implantação do foco guerrilheiro. Finalmente, o Grupo Legal realizava as tarefas legais do movimento, como: aluguéis de "aparelhos", compra de roupas e suprimentos, etc.

8. O PCBR inicia as ações armadas

A prisão de Thomaz Miguel Pressburger, membro efetivo do Comite Central (CC), em 23 de fevereiro, no Distrito Federal, iniciou o desvelamento, para os órgãos policiais, da estrutura do PCBR. Alguns dias depois, em 3 de março, a prisão de um outro membro do CC, Miguel Batista dos Santos, trazia novos conhecimentos sobre a organização.

Enquanto isso, o PCBR iniciava a sua articulação partidária, a nível nacional. O Comitê Regional do Nordeste (CR/NE) foi o primeiro (12). Subordinados ao CR/NE, havia três Comitês Zonais (CZ): o do grande Recife, o de João Pessoa e o de campo, que atuava na Zona da Mata. Além desses, iniciava-se a estruturação de novos CZ, em Fortaleza, Natal, Maceió e Aracaju (13).

Para conduzir as ações armadas e de acordo com a orienta-

(12) A direção do CR/NE estava a cargo de Juliano Homem de Siqueira, Marcelo Mário de Melo, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Luciano de Almeida, membro do CC.

(13) No CZ/Grande Recife, seus principais militantes eram Frederico José Menezes de Oliveira, Airton Correa de Araújo, Paulo Pontes da Silva, Grivaldo Tenório, Cândido Pinto de Melo e Carlos Henrique Costa de Albuquerque, irmão de Bruno Maranhão.

ção do Comitê Central (CC), foi criado um Comando Político Militar (CPM) do Nordeste, integrado, dentre outros, por Luciano de Almeida, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Carlos Alberto Soares (14).

Nessa época, o CR/NE, que editava os jornais "Luta de Classe" e "Resistência Popular", era assistido por dois membros do CC, Nicolau Toléntino Abrantes dos Santos e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, este, especificamente, para o CPM.

Estruturado, o CR/NE iniciou suas ações armadas em meados de 1969, com uma série de assaltos em João Pessoa e Recife. Em agosto, cerca de uma dezena de militantes do PCBR foram presos em João Pessoa, dentre os quais Rômulo de Araújo Lima, suplente do CC. Mesmo assim, prosseguiu suas atividades armadas. Na madrugada de 7 de setembro, militantes lançaram uma bomba contra o palanque armado para o desfile militar, na Avenida Conde da Boa Vista, em Recife, e, em 24 de setembro, assaltaram a Companhia de Tecidos do Norte - Fábrica Tacaruna, em Olinda, roubando cerca de 8 milhões de cruzeiros, destinados ao pagamento de seus trabalhadores. Na ocasião, o funcionário Gedeão Caetano da Silva, de 56 anos, foi ferido com um tiro de rifle 44, o que lhe ocasionou uma lesão permanente na perna.

No dia 31 de outubro, a organização cometeu seu primeiro assassinato. Nilson José de Azevedo Lins, um jovem de 23 anos, era o gerente da firma "Cornélio de Souza e Silva", distribuidora dos produtos da Souza Cruz, em Olinda. Ao levar para o banco os 50 milhões de cruzeiros apurados no dia anterior, foi assaltado e morto por Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Carlos Alberto Soares e João Maurício de Andrade Baltar. As autoridades policiais, entretanto, apertavam o cerco aos terroristas do Nordeste, provocando a fuga de diversos deles para o exterior.

Por divergências políticas, militantes do PCBR, centrados no CPM do Nordeste, "racharam" com a organização e ingressaram na ALN (15). Apesar das fugas e do "racha", o CR/NE iria prosseguir, no ano seguinte, com suas atividades de violência e mor-

(14) Compunham ainda o CPM do Nordeste João Maurício de Andrade Baltar, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Samuel Firmino de Oliveira, Perly Cipriano, Maurício Anísio de Araújo e José Pedro da Silva.

(15) Desse grupo, faziam parte, dentre outros, Luciano de Almeida, membro do CC, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Perly Cipriano, Maurício Araújo, Grivaldo Tenório, Samuel Firmino de Oliveira, José Pedro da Silva e Maria Tereza de Lemos Vilaça.

tes.

No Paraná, o PCBR organizou-se a partir de uma reunião realizada em fevereiro de 1969, em Pontal do Sul (16).

A nível nacional, no entanto, a situação do PCBR era, em meados de 1969, contraditória em termos de atuação armada. Enquanto alguns CR propugnavam por uma intensa atividade militar, a exemplo do CR/NE, a direção procurava dar ao Partido uma orientação considerada "massista". Assim, o CC faz publicar, em agosto, um "Plano Nacional de Agitação e Propaganda", em que decidiu elaborar o seu órgão oficial, o "Vanguarda", e o documento "Raízes ideológicas de nossos desvios: militarismo e massismo". Contudo, em setembro, o ingresso no Partido de remanescentes do MAR modificou a balança com o peso da experiência militar de seus militantes e fez com que o PCBR descambasse, definitivamente, para a luta militarista.

Assim, em outubro de 1969, o CC detalhava a organização de sua estrutura armada, através do documento "Plano Tático do Comando Político Militar Nacional", no qual tecia considerações sobre a guerrilha rural, a guerrilha urbana, a "auto-defesa das massas", a propaganda armada, a logística e as atividades de "informação e contra-informação".

O PCBR publicou, ainda, um documento no qual traçou as diretrizes para a construção de uma "frente única do proletariado" com outras classes e camadas da população, denominando-a de "Frente Revolucionária Popular" (FREP).

Nessa época, foi ativado, de fato, como estrutura partidária, o CR do Sudeste, na área da Guanabara, editando o jornal "Avante" (17). Foi montada uma área de treinamento militar na Ilha dos Cabritos, no litoral fluminense próximo a Cabo Frio, e realizado um assalto a uma agência bancária na praia de Icaraí, de onde foram roubados cerca de 40 milhões de cruzeiros.

Em 17 de dezembro de 1969, o PCBR assaltou o Banco Sotto Maior da Praça do Carmo, no subúrbio carioca de Brás de Pina, de onde foram roubados cerca de 80 milhões de cruzeiros. Na fu-

(16) Estavam presentes em Pontal do Sul, dentre outros, José dos Reis Garcia, Rosa Maria Viana de Castro, Olien Lustosa de Morais, Romeu Bertol, Carlos Frederico Marcos de Souza Filho e Déa Silvia Pereira.

(17) O "Avante" era dirigido por René Louis Laurgery de Carvalho, Jarbas Amorim, Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides e Fernando Augusto da Fonseca, este também conduzindo o CMP regional, junto com Antonio Prestes de Paula e Bruno Dauster Magalhães e Silva.

ga, obstados por uma viatura policial, surgiu um violento tiroteio, no qual Avelino Bioni Capitani matou o Sargento da Polícia Militar da Guanabara Joel Nunes. Na ocasião, foi preso o terrorista Paulo Sérgio Granado Paranhos, cujas declarações possibilitaram a chegada, no dia seguinte, a um "aparelho" do PCBR, localizado na Rua Baronesa de Uruguaiana nº 70, no bairro de Lins de Vasconcelos. Ali, Prestes de Paula ao fugir pelos fundos da casa, disparou, à queima-roupa, um tiro de pistola .45 no Soldado do Exército, Elias dos Santos, que morreu momentos depois.

O PCBR encerrava com três mortes o ano de 1969. Sendo ainda pouco conhecido, essas ações chamaram sobre ele a atenção dos órgãos policiais. As declarações de Paulo Sérgio iriam contribuir para o levantamento do partido e dar início a seu desmantelamento na Guanabara.

9. O fim da Corrente

No início de 1969, a direção da Corrente, liderada por Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"), planejou uma série de ações sucessivas, a ser desencadeadas em fins de abril, visando a intranqüilizar a população e desmoralizar as autoridades. O plano constava da atuação de 5 grupos distintos que, durante 17 dias, realizariam atos terroristas, roubos de armas de delegacias, pichamentos, telefonemas ameaçadores às autoridades, tiros em carros de polícia, etc. Nos pichamentos seria utilizada a sigla COLINA, para dar maior divulgação às ações já realizadas anteriormente por aquela organização, visando a manter as autoridades desorientadas sobre a existência da Corrente (18).

No dia 20 de janeiro, a organização voltou à ação com o ataque e roubo de explosivos na Pedreira Sarzedo, no município de Ibirité (19). Na mesma data, foi realizada a tentativa de assalto à Pedreira Belo Horizonte, no bairro São Geraldo, em Belo Horizonte.

Em 5 de fevereiro, tentando refazer-se de um frustrado assalto a uma mercearia, Arnaldo Fortes Drummond chefiou o tam-

(18) Os grupos, previamente constituídos, seriam chefiados por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Marco Antonio Victória Barros, Marília Angélica do Amaral, Sérgio Bittencourt Siqueira e José Adão Pinto.
(19) Participaram da ação Antonio José de Oliveira, Marco Antonio Victória Barros, Rouberdário Diniz Valério, Délio de Oliveira Fantini e Sérgio Bittencourt Siqueira. Foram roubados 40kg de dinamite, 60 espoletas e 2 rolos de cordel detonante, além do revólver Taurus .38 do vigia.

bém frustrado assalto ao Banco de Minas Gerais, na localidade de Ibirité. Na ação em si não ocorreram problemas, a retirada, porém, foi desastrosa. Após o assalto, realizado por volta das 1430 horas, foi encetada a fuga(20). À saída do banco, os criminosos foram assinalados por Salvador Campos, que, em seu caminhão, passou a perseguir o Volks dos fugitivos em companhia de Desidérios Nagy Varga. Na localidade de Barreiro, na estrada Belo Horizonte-Ibirité, o caminhão abalroou o Volkswagen que não pôde prosseguir. Obrigados a abandonar o carro, os assaltantes reagiram, disparando suas armas. Naquela altura, elementos da Polícia Militar e da Polícia Civil já se tinham juntado aos dois perseguidores. Antonio José de Oliveira, ferido na perna e pressentindo que seria preso, disparou por duas vezes sua arma contra o próprio peito, caindo gravemente ferido. No prosseguimento do confronto, Délio Fantini foi preso, após violenta resistência, ficando também ferido. Na fuga, os três assaltantes restantes perderam a maleta com o produto do roubo, que foi recuperado pela polícia. Pouco depois, nas diligências para a localização dos fugitivos, foi ferido a bala o 1º Tenente da Polícia Militar Milton Tomás Firmo.

Durante seus depoimentos no Inquérito Policial Militar que foi instaurado, Délio Fantini, ameaçando o encarregado do inquérito e os policiais, declarou que, quando a revolução fosse vitoriosa, todos aqueles que a ela se antepunham seriam fuzilados.

Após as "quedas" de Antonio José e Délio, a direção da Corrente planejou uma ação contra o Hospital de Pronto Socorro para resgatá-los, juntamente com o militante do COLINA Maurício Vieira Paiva, que lá se encontrava internado. Em face das medidas de segurança adotadas pelas autoridades, a ação não foi realizada.

Em razão dos sucessivos fracassos em suas ações, a Corrente utilizou o Convento dos Dominicanos para fazer uma reunião e autocrítica (21). Nela, ficou decidida a reestruturação da organização. À semelhança da estrutura imposta por Marighela à ALN,

(20) Neste assalto, houve a participação de Délio de Oliveira Fantini, Antonio José de Oliveira, Nelson José de Almeida e Marco Antonio Victória Barros.

(21) Participaram da reunião Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes, José Alfredo, Marco Antonio Victória Barros, Rouberdário Diniz Valério, Nelson José de Almeida, Lúcio Dias Nogueira, Marília Angélica do Amaral, Conceição Imaculada de Oliveira, Márcio Araújo de Lacerda, José Adão Pinto e Arnaldo Fortes Drummond.

a Corrente instituiu setores de atividades (22).

Após a reunião de reestruturação, foi realizado no dia 31 de março o assalto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, situada na Avenida Alfredo Balena. No dia seguinte, visando a intensificar as atividades, foi tentado, sem sucesso, o assalto à Casa Tucano, situada na rua Tupinambás 1109, em Belo Horizonte. O alvo em questão era importante para aumentar a potência de fogo da organização, visto que se tratava de comércio de armas e munições. O grupo chegou à Casa Tucano às 7h. Hélcio, Zanconato e Lúcio Dias, ao entrarem na loja e darem a voz de assalto, foram surpreendidos pela reação do proprietário Gutierrez da Rocha Jardim. Ato contínuo, Lúcio Dias disparou sua arma, atingindo o ancião no peito. Após o disparo, o bando fugiu ameaçado pelos tiros dados por Sebastião Dantas Rocha, filho da vítima (23).

A trajetória de crimes e de terror da Corrente foi interrompida a partir de 10 de abril de 1969, como resultado da ação perseverante dos órgãos de segurança. A Corrente, até então confundida com o COLINA, foi completamente desbaratada com a prisão de 17 militantes, incluindo o seu principal líder, Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"). Os militantes que não foram presos foram identificados e caíram em completa clandestinidade, tendo a grande maioria sido abrigada pela ALN e deslocada para outros Estados.

10. Ação Libertadora Nacional - ALN

Em janeiro de 1969, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP) utilizaria, pela primeira vez, no documento "Sobre Problemas e Princípios Estratégicos", o nome Ação Libertadora Nacional (ALN), que seria a denominação daí por diante utilizada pela organização orientada por Marighela. Neste ano, a ALN emitiria uma série de outros documentos com os quais procuraria fixar sua estratégia, suas táticas, transmitir técnicas de guerri

---

(22) Gilney Amorim Viana ficou responsável pelo setor de expropriação, Hélcio Pereira Fortes, pelo setor de instrução, Márcio Araújo de Lacerda, pelo setor de armas, e Mário Roberto Galhardo Zanconato, pelo setor de propaganda.

(23) Márcio Araújo de Lacerda foi o motorista do Volks utilizado nessa tentativa de assalto.

lha e regular sua estrutura a nível nacional.

Nesse documento, divulgado em janeiro, repisaria o caráter tático e complementar da luta na cidade em relação ao caráter estratégico e principal da luta no campo. Com isso,a ALN procurava reforçar sua linha política, uma vez que se constatava uma tendência de tornar as ações nas cidades a própria razão de ser da organização. Os militantes da ALN estavam no dia a dia vivendo apenas o planejamento e a execução de assaltos, alheios ao problema da guerrilha rural, ressaltada como objetivo de caráter estratégico da organização.

Por volta de abril, a ALN apresentava uma evolução na sua organização, com a expedição do documento "Características da Nossa Atual Estrutura", onde,mais uma vez, a nível nacional,era privilegiado seu objetivo estratégico. Por esse documento, a organização teria um "Comandamento Estratégico",ao qual estariam afetos:os problemas "da guerrilha rural, o manejamento das áreas estratégicas secretas e o trabalho de campo; o controle do centro de aperfeiçoamento técnico de combate; a realização das operações de deslocamento; e o estabelecimento do apoio estratégico".

Esse "Comandamento" estaria ligado diretamente às "coordenações regionais", através de um "elo de ligação" que não ficara definido no documento. As "Coordenações Regionais" eram organismos criados nos grandes centros urbanos e responsáveis "pela guerrilha urbana, impulsionando a frente urbana de massas e organizando a frente urbana de sustentação".

Apesar dessa estrutura, o documento considerava que todos os grupos ou revolucionários isolados,que aceitassem, defendessem e cumprissem os princípios estratégicos, táticos e orgânicos da ALN,seriam considerados vinculados à organização, embora mantivessem total liberdade para executar atos revolucionários. As operações mais complexas que exigissem um efetivo maior seriam articuladas pela Coordenação,que conciliaria a atuação, em conjunto, de mais de um grupo.

Em maio, foi difundido o documento "O papel da Ação Revolucionária na Organização", no qual procurava valorizar a ação prática na evolução da organização, que de um pequeno grupo, através da ação, tornara-se um organismo de nível nacional. Neste documento, eram descritas as ações realizadas pela organização e

salientado que a guerrilha urbana e a guerra psicológica em curso eram o prenúncio da guerrilha rural. Criticava as organizações que buscavam evoluir na base do puro proselitismo e, ao fazer a apologia da sua evolução, sustentada pela ação, assim se expressava: "*sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo, os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza*". Neste documento, defendia-se das críticas e objeções que eram feitas à organização e admitia a formação de uma "frente única", desde que voltada para a ação.

Em agosto, a ALN difundiria dois documentos: "O minimanual do guerrilheiro urbano", que se tornou a bíblia dos terroristas, e "Sobre a Organização dos Revolucionários", onde, de forma monótona, repetia os conceitos e pontos de vista já expostos em documentos anteriores.

Em outubro, era dado ao conhecimento da organização o documento "Alocução sobre a guerrilha rural". Por esse documento, era considerada consolidada a guerrilha urbana, através do clima de intranqüilidade criado pelas ações de banditismo que ocorriam nas principais cidades brasileiras. Preconizava a união dos grupos armados que atuavam nas cidades, para terminar com a disputa de liderança, já assinalada em documentos anteriores.

A organização entendia que a primeira fase da guerra revolucionária estava prestes a completar-se, mas que seria necessário manter o ritmo e intensificar a guerra psicológica para reter o "inimigo" ocupado nas cidades. O trabalho de agitação no campo seria fundamental para a conflagração social, ambiente indispensável para a deflagração da guerrilha rural. Os revolucionários no campo deveriam continuar montando a infra-estrutura ao longo dos eixos guerrilheiros, criando pontos de apoio junto aos camponeses, "à moda Lampião", pois que reafirmava o caráter de mobilidade da guerrilha, que seria executada "sob a forma de marcha".

A violência dos camponeses era orientada no sentido de assassinar os "latifundiários e seus empregados", de destruir as plantações e matar o gado, a fim de "levar ao campo o mesmo terror de esquerda e a mesma inquietação que já dominam e apavoram, na área urbana, as classes dominantes, os militares e imperialistas".

Marighela reafirmava que 1969 seria o ano da guerrilha rural, mantendo uma posição baseada numa expectativa otimista e equivocada ou procurando manter elevado o moral da organização.

Ainda neste ano, a ALN difundiria dois outros documentos: "Operações e Técnicas Guerrilheiras" e "A Ação Revolucionária e a Frente Unificada", uma massante repetição de assuntos já tratados em documentos anteriores.

11. ALN - Ascensão terrorista em São Paulo

Em meados de 1969, a ALN/SP era coordenada por Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"), visto que Carlos Marighela viajava constantemente para coordenar o estabelecimento de áreas estratégicas pelo interior do País. À coordenação estavam ligados os setores de imprensa, de massas, de logística e de expropriação.

O setor de imprensa, assim como parte do setor de logística, estava sob a responsabilidade dos frades dominicanos e elementos a eles ligados. O coordenador do setor de imprensa era Frei Fernando de Brito, enquanto o coordenador do setor logístico era Paulo de Tarso Venceslau.

O setor de massas, sob a coordenação de Gilberto Luciano Beloque, estava subdividido em subsetor operário e subsetor estudantil. O subsetor operário era coordenado por José Alprim Filho, que, preso logo após assumir a coordenação, não chegou a desenvolver um trabalho profundo. O subsetor estudantil era coordenado por Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque, esposa de "Gilberto", e estava sendo estruturado para o trabalho de aliciamento de estudantes e de radicalização do movimento, principalmente na área universitária (24).

O setor de expropriações, também conhecido como Grupo Tático Armado (GTA), era chefiado por Virgílio Gomes da Silva, que

(24) Dentro do movimento estudantil de São Paulo, consoante com a orientação de formação de grupos taticamente independentes, Gilberto Beloque, que era estudante da Escola Politécnica da USP e professor secundário, orientou a formação de uma organização que atuasse de forma violenta dentro das áreas de jurisdição das universidades. O grupo autodenominou-se Frente Estudantil pela Luta Armada (FELA) e a ação mais importante que realizou foi a colocação de uma bomba nos elevadores da USP em outubro. Desta ação participaram, dentre outros, o professor de Pedagogia da USP José Cláudio Barrigueli, que chefiou a ação, o presidente do DCE/USP José Miguel Martins Veloso, que idealizou a sabotagem, e o estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP Abelardo Blanco Falgueiras. A FELA, com a prisão de seus integrantes e orientadores, no final de março de 1970, foi desarticulada, não mais atuando em São Paulo.

tinha a assessorá-lo Carlos Eduardo Pires Fleury. O GTA era composto por 2 Grupos de Ação (GA).

Nesse início de ano, a ALN sofreria importantes perdas em São Paulo. Em 26 de janeiro, morria em tiroteio com a polícia um dos principais assessores de Marighela e coordenador do GTA, Marco Antonio Bras de Carvalho, o "Marquito". Ainda em janeiro, foram presos Argonauta Pacheco da Silva, coordenador de cursos de explosivos, e João Leonardo da Silva Rocha, membro do mesmo GA. Em fevereiro, morria também em tiroteio com a polícia, no interior da gráfica Urupês, Hamilton Fernando Cunha. Nessa operação, Arno Preiss, que substituíra "Marquito" na coordenação do GTA, queimou-se, passando, então, as funções de coordenador do GTA para Virgílio Gomes da Silva (25).

A esses fatos viria somar-se um estremecimento nas relações da organização com a VPR, que eram muito intensas. O estremecimento deu-se em razão de a ALN, que armazenara parte do armamento roubado do 4º RI para a VPR, haver relutado em devolvê-lo quando solicitado pela organização. Como foi visto no capítulo anterior, "Marquito", que acabara de ser morto, participara, em frente com a VPR, do assassinato do Capitão Chandler. Esses acontecimentos provocaram um refluxo temporário nas ações da ALN em São Paulo. Para sobreviver durante esse período, a organização realizou ações de pequena monta, como assaltos a padarias e supermercados (26). Em meados de abril, houve uma tentativa de assalto ao Banco Itaú-América, da rua Lopes Chaves, na Barra Funda, porém o grupo foi posto em fuga por um soldado da Força Pública.

A partir dessa ação frustrada, a ALN realizou uma série de ações violentas, a iniciar-se com o assalto à agência de Suzano da União de Bancos Brasileiros, no dia 7 de maio. Durante a fuga, os terroristas foram surpreendidos, travando-se intenso tiroteio com a polícia, com o saldo de quatro vítimas. O investigador José de Carvalho, que tentara impedir a fuga foi atingido por vários impactos. Socorrido, veio a falecer na Santa Casa de Suzano. Os civis Antonio Maria Comenda Belchior e Ferdinando Eiamini, que passavam pelo local no momento do tiroteio, foram feridos. O terrorista Takao Amano, ferido na coxa, foi operado

(25) "Queimado" - subversivo que teve a sua identidade levantada pela polícia.

(26) Essas ações foram realizadas pelo grupo de Virgílio Gomes da Silva, composto por Manoel Cyrilo de Oliveira, Aton Fon Filho e Takao Amano.

por Boanerges Massa na casa do casal Carlos Henrique Knapp e Eliane Toscano Zamikhowski, todos militantes da rede de apoio da ALN em São Paulo (27).

Neste período, a ALN realizou, ainda, atentado a bomba contra a empresa "Allis-Chalmers", na Av. Água Branca, e assalto à joalheria Majô, na Alameda Jaú.

No dia 27 de maio, no afã de aumentar a potência de fogo de seu GTA e realizar uma ação de propaganda armada, buscando desmoralizar as forças de segurança, foi perpetrada uma ação contra o 15º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, na Avenida Cruzeiro do Sul. No Volkswagen dirigido por Celso Antunes Horta, iam Virgílio Gomes da Silva, Aton Fon Filho, Carlos Eduardo Pires Fleury e Maria Aparecida da Costa. O Karman-Ghia da cobertura era dirigido por Ana Maria de Cerqueira Cesar Corbisier, que, antecipando-se ao Volkswagen, estacionara na esquina próxima, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. A repentina parada do carro e o rápido desembarque de três elementos surpreenderam o soldado da Força Pública paulista Nau José Mantovani que se encontrava de guarda. Virgílio, Carlos Eduardo e Aton Fon não deram qualquer chance ao soldado de serviço, que caiu fuzilado pelos terroristas e teve sua metralhadora roubada. O soldado Nicácio Conceição Pupo, que acorreu ao local ao ouvir os disparos, foi gravemente ferido na cabeça, tendo ficado com o cérebro paralisado. Os assassinos, ante a reação da guarda, que respondeu atirando contra o carro, lograram empreender a fuga.

Em 4 de junho, no assalto ao Banco Tonzan, na Avenida Penha de França, a ALN deu prosseguimento ao rol de suas vítimas fatais. Durante a fuga, o soldado da FPESP Boaventura Rodrigues da Silva, que se encontrava de serviço nas proximidades do banco e tentou obstar a ação, foi morto a tiros e teve sua metralhadora roubada. O terrorista Francisco Gomes da Silva, que saiu ferido com um tiro nas costas, durante o assalto, foi atendido pela mesma equipe da rede de apoio da ALN na casa de Carlos Knapp. Devido à gravidade do ferimento, Francisco foi levado para o Hospital Boa Esperança, na estrada de Itapecerica da Serra, onde foi operado. A equipe médica de plantão, ao verificar que se tratava de ferimento a bala, resolveu denunciar o fato à polícia.

---

(27) Participaram desse assalto: Virgílio Gomes da Silva, Manoel Cyrilo de Oliveira, Aton Fon Filho, Takao Amano, Ney da Costa Falcão e João Batista Zeferino Sales Vani.

Boanerges, ao tomar conhecimento disso, auxiliado por Eliane e Paulo de Tarso Venceslau, roubou uma ambulância, rendeu os médicos e retirou o recém-operado, transportando-o para a casa de Carlos Knapp. Mais tarde, Francisco foi convalescer na casa de praia da militante da rede de apoio Sandra Brizola, em São Sebastião, litoral de São Paulo.

Nos meses subseqüentes, a ALN realizou uma série de assaltos a bancos, supermercados e empresas de transporte coletivo e de atentados a bomba, dos quais se destacam o atentado ao Palácio Episcopal, em 6 de agosto, e o metralhamento, em 24 de agosto, da vitrina da loja "Mappin", que expunha material alusivo à Semana do Exército (28).

No dia 19 de setembro, a ALN realizou mais uma ação de propaganda armada, desta feita contra a guarnição da radiopatrulha nº 21, que habitualmente permanecia estacionada no Conjunto Nacional, na Av. Paulista. A guarnição da RP era constituída de dois homens,e nas suas proximidades ficava um guarda-civil do policiamento ostensivo. Por volta das 22 horas, após saltarem do carro dirigido por Aton Fon Filho, Virgílio Gomes da Silva, o comandante da ação, Denison Luís de Oliveira e Manoel Cyrilo de Oliveira Neto dirigiram-se para a viatura como se fossem solicitar uma informação. Ao mesmo tempo, Takao Amano aproximava-se do guarda-civil. Takao, num gesto desnecessário de prepotência, rendeu o guarda e obrigou-o a colocar-se de joelhos à sua frente, humilhando-o ao exigir que lhe pedisse clemência. A trinca que se ocupava da radiopatrulha, ao imaginar ou pressentir uma tentativa de reação, disparou suas armas para o interior da viatura. O soldado da FPESP Pedro Fernandes da Silva, atingido por vários disparos, um deles na coluna, ficou aleijado. Denison e Virgílio recolheram uma metralhadora INA e dois revólveres .38,

(28) As ações da ALN,no referido período,foram: atentado a bomba nos elevadores da CBI, na Rua Formosa,em 16 Jun; assalto à empresa de ônibus "Viação Leste-Oeste",em 23 Jun;atentado a bomba contra uma subestação da Light,em Piquete,em 26 Jun; assalto simultâneo ao União de Bancos Brasileiros e à Caixa Econômica Federal,na Avenida Guapira,em Jaçanan, em 12 Jul; assalto à agência do Banco do Brasil, Santo André,em 8 Jul; primeiro assalto à agência Bradesco na Rua Major Diogo, em 15 Jul; assalto contra a União Cultural Brasil-Estados Unidos na Rua Oscar Porto, em 24 Jul; assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, no Bairro Pinheiros, no final de julho; assalto à agência do Banco Comércio e Indústria da Avenida São Gabriel, em 18 Ago; atentado a bomba contra a agencia da Light, em 24 Ago; assalto à empresa Instrumental Berse Ltda, na Rua Agostinho Gomes nº 1.662, em 29 Ago; assalto à agência do Banco Itaú-América na Rua Pamplona, em 09 Set; e segundo assalto à agencia do Bradesco, na Rua Major Diogo, em 22 Set.

enquanto Takao recolhia um revólver .38 do tripudiado guarda-civil.

Para complementar a "ação revolucionária", os dois primeiros espalharam gasolina e incendiaram a radiopatrulha. Esta seria uma das últimas ações da ALN em São Paulo, no ano de 1969.

12. Os dominicanos na subversão

A ALN ia estruturando-se para conduzir a guerra revolucionária com todo o apoio. Dispunha já de uma rede de atendimento médico e, como vimos no item anterior, de uma casa de recuperação no litoral, contando ainda com outra área de homizio em Ribeirão Preto.

Paulo de Tarso Venceslau, coordenador do setor logístico ou de apoio, conseguiu a mansão do industrial francês Jacques Emile Frederic Breyton, na Rua Souza Ramos nº 517, na Vila Mariana, para realizar reuniões do comando da organização. A mansão servia, também, como área de repouso dos combatentes mais importantes da ALN, onde Marighela, "Toledo" e outros terroristas se reuniam para comemorar as vitórias. As festas eram organizadas por Nair Benedicto, mulher do industrial, que levava estudantes para "fazer companhia" aos subversivos.

Ampliando suas atribuições, no início de 1969, Paulo de Tarso foi apresentado por Frei Osvaldo a Frei Ivo para ser o contato da ALN com os frades dominicanos do Convento das Perdizes. Os dominicanos continuavam a apoiar a ALN e desempenhavam importante papel na rede de sustentação.

Em janeiro, Frei Beto afastou-se de sua residência, por questões de segurança, quando da prisão de elementos da VPR que pintavam um caminhão com as cores do Exército, em Itapecerica da Serra. Em março, com a prisão de Isaías do Vale Almada, membro da VPR, Frei Beto foi "aberto", tendo sido procurado em sua residência pela polícia. Com o beneplácito do Provincial da Ordem, Frei Domingos Maia Leite, Frei Beto foi transferido para o Seminário Dominicano Christo Rei, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em julho, Frei Beto foi chamado a São Paulo por Marighela, que lhe determinou a montagem de um esquema para passagem de militantes clandestinos pela fronteira para o Uruguai. Frei Beto, em ligação com o padre Veríssimo, em Rivera, no Uruguai, montou

uma estrutura que contava com a participação de um funcionário corrupto da Aduana daquela cidade. Frei Beto recebia, por meio de ligação telefônica com Frei Fernando, em São Paulo, a notícia de que ia ser contatado. Usando senhas combinadas, encontrava com o elemento em frente ao Cine São João, em São Leopoldo, e o alojava na Igreja da Piedade, onde contava com a conivência dos padres Manoel Vasconcellos Valiente e Marcelo Pinto Carvalheira. Camilo Borre Garcia, ex-seminarista espanhol e colega de Frei Beto no Christo Rei, também colaborava com o esquema, recebendo correspondência para Frei Beto e ajudando a esconder os clandestinos. Camilo foi quem escondeu Joaquim Câmara Ferreira, quando este abandonou o País, após o seqüestro do embaixador norte-americano. De São Leopoldo a Santana do Livramento, Frei Beto utilizava o seminarista Francisco Castro para conduzir os fugitivos e apresentá-los ao Padre Veríssimo. Após regularizada a situação dos fugitivos, Veríssimo hospedava-os em Rivera e acompanhava-os a Montevidéu.

O dispositivo de Frei Beto ia ser ampliado para ser utilizada a cidade de Jaguarão como saída, entretanto o "contato" em Porto Alegre considerou o esquema "queimado" e sem condições de ser empregado.

Por este dispositivo, foram retirados do País: José Roberto Arantes Almeida, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Zamikhowski, Joaquim Câmara Ferreira, Ana Maria Soares Palmeira, Sebastião Mendes Filho e Arno Preiss. Joseph Berthold Calvert foi preso na fronteira, em 26 de outubro, não conseguindo atingir o Uruguai.

Frei Osvaldo colocou Frei Bernardo Catão, responsável pela Casa da Ordem de Conceição do Araguaia, em contato com o líder da ALN. A reunião ocorreu na Rua São Vicente de Paula nº 360, e Frei Catão colocou as dependências religiosas de Conceição do Araguaia à disposição, para homiziar elementos foragidos.

Aproximadamente no final de maio, Frei Osvaldo foi deslocado para o Rio de Janeiro para transmitir a experiência das ações armadas da ALN/SP e auxiliar a estruturação da organização. Após acompanhar a realização de assaltos, Frei Osvaldo viajou para a Europa, onde, sob o pretexto de realizar cursos, cumpria missões da ALN. Foi para a cidade de Fribourg, na Suiça, para realizar um curso de Teologia e adquirir conhecimentos sobre

a realidade do socialismo na URSS. Por orientação da ALN, Frei Osvaldo, aproveitando-se de sua permanência na Suiça, montou um esquema noticioso para divulgar as atividades da ALN na Europa. Para tal,contaria com a colaboração da revista "Front", publicada em Paris.

Ao assumir a coordenação dos dominicanos, no lugar de Frei Osvaldo, Frei Fernando fez contato com Marighela no bairro do Méier, no Rio de Janeiro,e recebeu a orientação de coordenar prioritariamente o esquema de saída para o Uruguai e a divulgação das notícias da organização na Europa.

Além das tarefas já desenvolvidas pelos dominicanos, Frei Giorgio Calegari (Frei "Jorge" ou "Roberto"), que tinha facilidades com a imprensa italiana, ficou com a incumbência de verter para o italiano os documentos da ALN e mandá-los para a Editora Frateneli, que os publicaria, divulgando as posições da organização. Frei "Jorge" também mantinha contato com Frei Osvaldo na Europa.

Frei João Antonio de Caldas Valença (Frei "Maurício") ficou com a responsabilidade do setor de imprensa, após a ida de Frei Beto para o Rio Grande do Sul. O setor não foi estruturado por falta de espaço e local adequados, permanecendo o esquema de utilizar o material gráfico do próprio convento. A documentação doutrinária da ALN era batida em matrizes e rodada pelos dominicanos dentro do Convento da Rua Caiubi. Em agosto, com a adesão de Frei Roberto Romano, que ficou com a incumbência de rodar o mimeógrafo, o setor de imprensa foi reforçado.

Frei Tito de Alencar Lima era o responsável por manter contato com os seminaristas e arregimentá-los para a ALN.

13. ALN - A guerra psicológica

Vimos que a ALN, além de conduzir a guerrilha urbana, preocupava-se em estabelecer uma estrutura de apoio, até certo ponto sofisticada. Por seus documentos, constatamos que, além da guerrilha urbana, considerada um instrumento complementar,a organização preocupava-se com a guerra psicológica e, naturalmente, com a guerrilha rural — seu objetivo estratégico —, para a qual se preparava.

Uma primeira ação de propaganda foi feita nos Estados Unidos, onde, em 4 de fevereiro de 1969, foi publicada no jornal

"Diário de las Américas", de Miami, uma mensagem de Marighela, afirmando, entre outras coisas: *"o País está entrando numa fase típica de ações de guerrilha, compreendendo emboscadas, roubos de armas, sabotagens, greves e manifestações populares"*. A mensagem tinha a finalidade de incentivar as atividades terroristas no Brasil, realizar a propaganda externa e ao mesmo tempo dar uma satisfação ao governo cubano, de onde provinham os dólares que auxiliavam o sustento da ALN e onde eram preparados os seus quadros.

Em maio, a ALN procurava enfraquecer as instituições e desmoralizá-las aos olhos da população. Valendo-se do roubo de armamento realizado pela célula de esquerda que existia no 4º RI, por intermédio de cartas e panfletos instigava militares das três forças singulares a seguirem aquele exemplo, entregando as armas e munições de suas unidades.

Em junho, buscando intensificar e ampliar o clima de desassossego e de insegurança reinantes, a organização remeteu cartas às agências bancárias, contendo ameaças de assalto.

Com o objetivo de ampliar os fatos, tirando deles o maior partido, buscou, também, sensibilizar os representantes das nações estrangeiras no Rio de Janeiro, através de manifestos enviados pelo correio. Um desses documentos, distribuído em junho, continha os seguintes trechos: *"Oficiais e Praças desertam do Exército e entregam aos revolucionários as armas e munições mais modernas; como fez Lamarca. São armas que a OTAN usa, como os FAL. O Sargento Prestes e seus companheiros são libertados da penitenciária pelos guerrilheiros urbanos. O espião ianque Charles Chandler é castigado pelos patriotas. A guerra revolucionária está em curso, chefiada no País por Carlos Marighela. Por favor, avise ao seu governo para que este não seja mal informado. Saudações. Ação Libertadora Nacional. 17/6/69"*.

No dia 25 de junho, com o objetivo de desmoralizar as Forças Armadas e disseminar o medo e a insegurança na população, foi colocada uma bomba na barraca do Exército instalada na Feira do Livro, na Praça Saens Peña, no Rio de Janeiro. Felizmente para a multidão de inocentes que visitava a Feira, houve falha no dispositivo e a bomba não funcionou.

Em 15 de agosto, um comando da ALN, de doze elementos, tomou de assalto os transmissores da Rádio Nacional, em Pirapori-

nha, no município de Diadema. Após espancarem o operador-chefe Libório Schuck e tomarem o revólver do guarda Raymundo Salustiano de Souza, os terroristas colocaram no ar uma fita gravada por Gilberto Luciano Beloque, contendo a mensagem "Ao Povo Brasileiro", de Carlos Marighela. Na mensagem, datada de junho de 1968, Marighela conclamava pelo prosseguimento e pela intensificação das ações de terrorismo na cidade, para que as tropas se mantivessem ocupadas e não pudessem intervir na área rural, onde, já em 1969, seria lançada a guerrilha rural.

Marighela tentava despistar o financiamento que recebia de Cuba, apresentando os assaltos a bancos como a única fonte de recursos da organização. Reiterava seus ataques ao imperialismo norte-americano e à "ditadura militar" e repetia os chavões da "luta prolongada" e da panacéia revolucionária representada pela "aliança armada de operários e camponeses".

Não tinham objetivo maior do que a propaganda os ataques realizados a sentinelas e a viaturas de radiopatrulha. Embora esses homens estivessem isoladamente ou em dupla, no cumprimento do dever, e fosse fácil uma ação de grupos sobre eles, a repercussão desses atos visava a criar o medo e a demonstrar o poder da organização subversiva e a ineficiência dos meios de repressão. Com a mesma finalidade, foi feito o metralhamento da loja Mappin, que expunha material alusivo à Semana do Exército.

Não apenas os militares mas também seus familiares foram alvos da propaganda da ALN. Ela ora procurava justificar as ações terroristas que realizava e ora fazia ameaças aos familiares dos que a combatiam, principalmente a seus filhos em idade escolar, trazendo a intranqüilidade e o medo para o seio das famílias.

Prosseguindo suas atividades de guerra psicológica, a ALN remeteu às autoridades de São Paulo, dias antes de 7 de setembro, um manifesto recomendando que fossem suspensas todas as solenidades da Semana da Pátria no Vale do Anhangabaú. No documento, a organização ameaçava realizar atos de terrorismo contra a população, responsabilizando as autoridades pelo que viesse a ocorrer. Além do aspecto psicológico, ações desse tipo desgastavam as forças de segurança, que tinham por obrigação zelar pela vida e tranqüilidade da população, empregando grandes efetivos para evitar uma ação terrorista desastrosa.

No final de outubro, o esquema noticioso na Europa (a que

nos referimos no item anterior) começava a funcionar. Marighela concedia uma entrevista à revista francesa "Front", através de Conrad Detrez, onde expunha o seu ideário e a sua convicção de que "o Brasil será um novo Vietnã", título da reportagem. Quando a matéria foi publicada, já havia ocorrido a morte de Marighela.

Comentando o óbito, a revista Front estranhava o ocorrido, afirmando que sentira muita segurança no líder comunista durante a entrevista. Quanto às possíveis causas do acontecimento, a revista levantava hipóteses, procurando preservar a estratégia da organização e atribuindo a ocorrência a uma falha de compartimentação na vida clandestina do movimento — um "erro técnico" —, a uma temeridade inconseqüente de Marighela que se expunha desnecessariamente, ou à "violência das torturas". Quanto às "torturas", a revista orientava uma campanha de denúncias e a previsão de medidas apropriadas no plano da organização...

14. ALN em Ribeirão Preto/SP e no Ceará

Em Ribeirão Preto, o grupo integrante da ALN, coordenado por Paulo Eduardo Pereira, era visto pela direção da organização em São Paulo como um organismo de apoio e de preparação e treinamento de guerrilheiros (29). Seguindo a orientação de Virgílio e "Toledo", o grupo realizou o levantamento de estabelecimentos comerciais, casas de crédito e casas de armas, em Ribeirão Preto e cidades vizinhas, com vistas a futuros assaltos. Realizou o mapeamento da região, locando áreas adequadas à implantação da guerrilha rural. Aliciou camponeses das cidades de Bebedouro e Pitangueiras e realizou treinamento de tiro com os mesmos, tendo também feito um treinamento de tiro e de guerrilha num sítio de Águas Virtuosas, entre Serrana e Ribeirão Preto.

Dois militantes do grupo, Guilherme dos Santos Carvalho e Ary Almeida Normanha, mantinham um "aparelho" em São Paulo onde recebiam instruções de Virgílio. Em 19 de abril, Guilherme foi preso na rodoviária de São Paulo com 10 kg de clorato de potássio que seria utilizado em atos terroristas em Ribeirão Preto. No dia seguinte, foram presos Ary, em São Paulo, e Paulo Eduardo, em Ribeirão Preto.

(29) Faziam parte do grupo, na época: José e Nanci Marieto, Carlos Russo Júnior, Antonio de Souza, Darrier Carlos Galhardo, Patrocínio Henrique dos Santos, José Adolfo Granville, Toshio Tanaka, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, José Eduardo de Sales Rosemiro e Walnier Leon Carrijo.

Liberados pela polícia, após 2 meses de prisão, Paulo Eduardo e Ary Almeida foram procurados por Virgílio para reiniciarem as atividades. Durante a reunião, Virgílio, demonstrando o comprometimento a que se sujeitava um militante da ALN, propôs o assassinato de Guilherme, por ter delatado os dois à polícia. O assunto ficou para ser resolvido posteriormente, pois a proposta preocupara e assustara Paulo Eduardo e Ary.

O grupo, em meados de outubro de 1969, planejou e tentou realizar um atentado contra as Lojas Americanas de Ribeirão Preto. Por defeito de fabricação, as bombas incendiárias não explodiram, tendo sido encontradas por um funcionário da loja no dia seguinte.

O grupo de Ribeirão Preto não conseguiu desenvolver nenhuma ação de vulto e, no início de novembro, com prisões em São Paulo, Ribeirão Preto e cidades vizinhas, foi desbaratado.

No Ceará, a ALN estruturou-se a partir da dissensão de militantes do PCB. José Sales de Oliveira, expulso do PCB, continuou mantendo contatos com os militantes do partido e foi formando um grupo que via na violência o caminho para a revolução no Brasil. Em 1968, com a radicalização no movimento estudantil, foi possível arregimentar mais adeptos para o grupo, inclusive militantes da AP que já haviam realizado expropriações armadas de mimeógrafos, além da fabricação e lançamento de coquetéis "Molotov" durante as manifestações estudantis.

A ALN designou Sílvio de Albuquerque Mota para orientar os trabalhos exercidos por José Sales (30).

A única ação do grupo em 1969 foi a frustrada tentativa de assalto, no dia 4 de dezembro, à agência São Sebastião do Banco Mercantil do Ceará. Ronaldo Dutra Machado, do Grupo de Ação da ALN da Guanabara, encontrava-se em Fortaleza para assessorar e participar da ação junto com a ALN/CE. José Sales de Oliveira e mais outro militante entraram no banco enquanto o resto do bando dominou o guarda que se encontrava na porta, retirando-lhe a

(30) No meio universitário de Fortaleza, foram aliciados os estudantes da UFCe Hélio Pereira Ximenez, Gilberto Thelmo Sidney Marques, Fabiani Cunha, Swami Cunha, Moema Correia São Tiago e Nilton Gurgel Barreto. Foram também recrutados o agente da Secretaria de Polícia Carlos Timoschenko Soares de Sales, funcionário da Petrobrás José Elven Siqueira, o funcionário do DNOS Gessé Jerônimo de Oliveira, a supervisora da Enciclopédia Delta-Larrousse Jane Vasconcelos Dantas, o funcionário do DNER José Bento da Silva, o fotógrafo João Batista de Lima e o agricultor João Xavier de Lacerda ("Cambito"), ex-vereador do PTB.

metralhadora. O guarda conseguiu escapar e entrou correndo no banco, generalizando-se um intenso tiroteio, frustrando o que seria o primeiro assalto da ALN no Ceará (31).

15. ALN no Planalto Central

Desde 1967, o Comitê Metropolitano do PCB de Brasília(CM/PCB/Bsb) preparava-se para a luta armada. Sob a supervisão do Comitê Central, seus membros realizaram em Paracatu/MG exercícios de guerrilha, com treinamentos de tiro, execução de marcha e confecção de bombas com explosivos. Sob a liderança dos advogados Thomas Miguel Pressburger e Raimundo Nonato dos Santos, o CM/PCB/Bsb, por ser partidário da luta armada, afastou-se do partido, após o VI Congresso, e aproximou-se do Grupo de Marighela, o AC/SP.

No segundo semestre de 1968, chegou a Brasília o militante do AC/SP Edmur Péricles de Camargo, que seria o responsável pelo levantamento de áreas para implantação da guerrilha rural nos Estados de Goiás e Minas Gerais, junto com o pessoal do antigo CM/PCB/Bsb.

No início de 1969, os levantamentos no campo já haviam sido realizados e Edmur aguardava uma definição da direção da ALN sobre o prosseguimento das atividades ligadas à guerrilha rural.

Na terça-feira de carnaval de 1969, foi realizado um assalto ao posto de identificação da Asa Norte, de onde foram roubadas mais de cem cédulas de identidade, uma máquina de escrever e carimbos (32). Foi a primeira ação da organização em Brasília, a qual, em seguida, provocaria as primeiras "quedas" da ALN na capital federal. Desencadeada uma operação, foram presos quatorze subversivos, a maioria oriunda do antigo CM/PCB/Bsb (33).

Sofrido este primeiro abalo, o grupo recompôs-se sob a liderança de José Carlos Vidal, Jorge Alberto Bittar e Jaime Hélio Dick. Foi estabelecido o contato com George Michel Sobrinho e com

(31) Participaram dessa tentativa: Fabiani Cunha, Francisco William de Montenegro Medeiros, Maurício Anísio de Araújo, Adolfo Sales de Carvalho, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Ronaldo Dutra Machado.

(32) Participaram do assalto: Luís Werneck, Jorge Alberto Bittar, José Carlos Vidal, Roberts Pericris Vitoriano Gomes e mais um elemento.

(33) Foram presos na operação desencadeada em Brasília, entre outros: Raimundo Nonato dos Santos, Clóvis Bezerra de Almeida, Amilcar Coelho Chaves, José Ribamar Lopes, João Guedes da Silva, Francisco Gonçalves Vieira, Luís Werneck de Castro Filho e Thomas Miguel Pressburger.

Flávio Tavares, por intermédio de Roberts Pericris Vitoriano Gomes.

Rearticulado, o grupo assaltou, no dia 7 de maio, o Cine Karin em Brasília (34) e, passado algum tempo, um posto de gasolina.

A integração do soldado do Exército Paulo Cesar Lopes da Silva Rodrigues no grupo rendeu dividendos preciosos para a ALN. Como integrante do grupo, foi orientado para agir em proveito do movimento subversivo. Dias antes de desligar-se do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB),Paulo Cesar retirou 2 metralhadoras INA da reserva de armamento da 3ª Companhia e as entregou a José Carlos Vidal. Anteriormente, passara uma relação contendo nome, endereço e telefone dos oficiais do BPEB e um croqui da unidade. Furtou, ainda, um documento sigiloso, que mais tarde foi encontrado no escritório do ex-coronel, comunista, cassado, Nicolau José de Seixas, o mesmo que havia cedido a Flávio Tavares as metralhadoras para as ações do MAR.

Em agosto de 1969, Jeová Assis Gomes, enviado de São Paulo por "Toledo", fez contato com José Carlos Vidal para estabelecer as diretrizes do trabalho no campo. Nas reuniões, realizadas em Taguatinga, ficou decidido o deslocamento de pessoal para a área de Goiânia e Anápolis. Vários elementos foram deslocados para Goiânia. A idéia inicial era formar uma rede de apoio para a futura guerrilha rural.

Jeová recebeu dinheiro de Marighela e arrendou a Fazenda Embira, no município de Goiânia, na rodovia Goiânia-Nerópolis. Fazia freqüentes contatos com José Carlos Vidal em Brasília e recebia recursos para manter o grupo em Goiânia. Na Fazenda Embira, o grupo realizava treinamentos de tiro e de guerrilhas. Jeová recebeu de José Carlos 2 metralhadoras INA e uma pistola e de São Paulo 2 FAL com munição, enviados por "Toledo" para o treinamento do grupo.

Em setembro e outubro,em função das investigações sobre o desaparecimento do estudante menor Carlos Gustavo do Nascimento, em Brasília, ficou configurada a trama subversiva que provocou o desmantelamento da ALN em Brasília e em Goiânia. Na ocasião, ficou constatado que na casa do diplomata Marco Antonio de Sal-

(34) A equipe assaltante era composta de Jaime Hélio Dick ("Joca"),Guilherme Modesto Gonzaga ("Gustavo"), Castão Estelita Lins de Salvo Coimbra ("Lucas"), George Michel Sobrinho e o soldado do Exército Paulo Cesar Lopes da Silva Rodrigues ("Caiu")

vo Coimbra — que estava servindo na embaixada do Brasil na Romênia —, funcionava um "aparelho" da ALN. Lá foram presos Marcos Estelita Lins de Salvo Coimbra, Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra, o menor Carlos Gustavo do Nascimento, Benedito José Cabral e Ricardo Moreira Pena. O grupo preso tinha em seu poder uma metralhadora INA e dez revólveres de diversos calibres, que eram utilizados nos treinamentos.

As "quedas" prosseguiram, inclusive com a prisão de José Carlos Vidal, e foi constatado que a grande maioria de estudantes presos era de secundaristas do Centro Integrado de Ensino Médio e do Colégio Elefante Branco.

No final de outubro, em conseqüência das prisões em Brasília, iniciou-se o desmantelamento da organização em Goiânia, com a prisão de diversos universitários egressos da UnB e de um repórter do Correio Braziliense, José Anibas de Moraes. Foi apreendido farto armamento, inclusive os dois FAL que haviam sido remetidos de São Paulo (35).

Culminando a operação dos órgãos de segurança, foi preso, a 12 de novembro, Jeová Assis Gomes, o coordenador da implantação da área estratégica em Goiás. O plano do grupo, de acordo com orientação recebida de Marighela em São Paulo, era desencadear ações de guerrilha no norte de Goiás, enquanto São Paulo era mantida como área prioritária para ações de guerrilha urbana.

16. ALN - Ações na Guanabara

No Rio de Janeiro, os adeptos de Marighela iniciaram a preparação para a guerrilha. Do início do ano até abril, limitaram se a treinamentos e distribuição de textos de Marighela (36).

Apesar da descentralização característica da ALN, João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira podiam ser considerados os coordenadores da ALN na Guanabara, em função da ligação que tinham com Marighela.

Em março, um grupo de estudantes, liderado por Carlos Edu

(35) Foram presos em Goiânia: Márcio José dos Santos, Jorge Alberto Bittar, Aldir Silva de Almeida Nunes, Artur Carvalho Neto, José Anibas de Moraes e Aristeu Romão dos Santos. À exceção dos dois últimos, que eram, respectivamente, jornalista e pedreiro, todos os demais eram estudantes universitários.

(36) Compunham esse grupo, entre outros: José Pereira da Silva, Domingos Fernandes, Luiz Afonso Miranda da Costa Rodrigues, Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto.

ardo Fayal de Lira, que estava em contato com a Ala Vermelha, resolveu por seu ingresso na ALN (37).

A primeira ação da ALN na Guanabara foi a tentativa de assalto ao Cine Ópera, na praia de Botafogo, em 27 de abril de 1969, sob o comando de Domingos Fernandes (38). Os subversivos entraram no saguão do Cine Ópera, e, de armas na mão, dirigiram-se à bilheteria. Foram obstados pelo guarda Antonio Guedes de Moraes, que sacou a arma, dando início ao tiroteiro. José Pereira da Silva e Domingos Fernandes descarregaram suas armas na direção do guarda Antonio, que, ao final, ficou prostrado no saguão, baleado. Surpreendidos, os terroristas debutantes retiraram-se sem conseguir perpetrar o roubo.

O fracasso da ação provocou uma reflexão autocrítica na ALN/GB. Não estavam preparados para ela. Tal constatação provocou a ida para o Rio de Janeiro de Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"), orientador dos dominicanos em São Paulo, para estruturar a organização.

Com o reforço do grupo de Fayal e o assessoramento de Frei Osvaldo, a ALN/GB reencetou suas atividades. No dia 12 de junho, era assaltada a agência Uruguai do Banco Boa Vista. O levantamento, a título de ensinamento, foi realizado pelo próprio Frei Osvaldo, assessorado por Valentim Ferreira. O assalto, comandado por Domingos Fernandes, teve sucesso, sendo arrecadados quatro mil cruzeiros novos.

A partir dessa ação, a ALN/GB realizou uma série de assaltos bem sucedidos: dia 8, a agência São Cristóvão do Banco de Crédito Territorial, na rua Bela nº 597; dia 12, a agência de automóveis Novocar, na rua Uruguai nº 234; e dia 29, a agência Saens Peña do Banco do Estado de Minas Gerais, situada na Rua Carlos de Vasconcelos (39). Essas ações, porém, ensejaram a atuação dos órgãos de segurança e, ainda em julho, foram presos Newton Leão Duarte e Jorge Wilson Fayal de Lira, quando iam apanhar

(37) O novo grupo que engrossava as hostes da ALN/GB era constituído por: Ronaldo Dutra Machado, Newton Leão Duarte, Flávio de Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Jorge Wilson Fayal de Lira, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins e Jorge Raimundo Júnior.

(38) Participaram dessa ação: José Pereira da Silva, Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz, Aldo Sá Brito Souza Neto, Luís Afonso Miranda da Costa Rodrigues e o Dr. Iberê Brandão Fonseca.

(39) Faziam parte do bando assaltante: Dulce Chaves Pandolfi que se amasiara a Ronaldo Dutra Machado, Carlos Roberto Nolasco Ferreira e Nelson Luís Lott de Morais Costa, neto do Marechal Lott.

um carro roubado, para a realização de uma ação.

As prisões geraram uma crise de segurança na Regional Guanabara da ALN. Até então, nenhum dos militantes tinha-se "queimado", todos tinham vida legal. O caminho era a clandestinidade. O grupo de Domingos Fernandes, através de Francisco Eduardo Sebrão, conseguiu um "aparelho" em São Cristóvão, na rua Mourão do Vale, que teria a finalidade de guardar militantes que estivessem sendo perseguidos, além de servir de depósito para as armas da organização.

A polícia chegou à residência de João Batista Xavier Pereira, mas este já a havia abandonado com a sua empregada Maria José Silvério, que se havia tornado sua amante. O material de sua casa seria encontrado, mais tarde, na garagem da residência de Maria Antonieta Campos da Paz, no Jardim Botânico.

Zilda de Paula Xavier Pereira foi presa na rua dos Araújos 76, casa 5. Após várias peripécias, acabou internada no Hospital Pinel, de onde fugiu, em meados do ano seguinte, para o exterior.

Em agosto, Ronaldo Dutra Machado recebeu de Marighela a incumbência de fazer contato com um grupo em Recife e "ganhá-lo" para a ALN. Ronaldo manteve contato com Francisco Vicente Ferreira, o líder do grupo, e convenceu-o a atuar dentro da orientação preconizada por Marighela. Ronaldo retornou ao Rio de Janeiro, mas ficou com a responsabilidade de orientar as atividades na área do Nordeste.

Nessa época, foram "passados" para São Paulo, Sebastião Mendes Filho e Joseph Berthold Calvert. Eram comuns essas transferências de área, seja para que fossem retirados do País, seja para atuar em outra área, sempre que o militante estivesse "queimado" ou com problemas de segurança. De São Paulo, foram atuar no Rio de Janeiro, em setembro, Aton Fon Filho e Maria Aparecida da Costa.

No dia 4 de setembro, a nação foi surpreendida com o primeiro seqüestro no País. Em "frente", a ALN participara do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos da América.

No dia 9 de setembro a ALN realizou mais uma ação audaciosa para "expropriação" de armas. Nesse dia, em dois Volkswagen, a organização atacou dois soldados da Polícia Militar do Estado

da Guanabara (PMEG), que, armados de metralhadoras, patrulhavam as dependências da TV Excelsior, na Rua Visconde de Pirajá. Foram rendidos os soldados PMEG Sérgio Rodrigues Teixeira e Hélio Guimarães Monteiro, sendo que o primeiro levou violenta coronhada na cabeça desferida por Ronaldo Dutra Machado. As metralhadoras foram incorporadas ao arsenal da ALN/GB.

Em outubro, quando de sua volta ao Nordeste, Ronaldo Machado retomou seu contato em Recife e encontrou o grupo de Francisco Ferreira, reforçado por elementos do PCBR conhecidos como "pessoal do racha" (40).

Em 19 de dezembro, o grupo, já então contando com a assistência permanente de Ronaldo, que se estabelecera em Recife junto com Dulce Chaves Pandolfi, assaltou a agência Cavaleiro, do Banco Financial, em Jaboatão.

A partir do dia 8 de dezembro, iniciaram-se as "quedas" de fim de ano da ALN/GB. Maria Aparecida da Costa foi presa, em companhia de Valentim Ferreira, quando foi reconhecida, por acaso, por um policial paulista em férias no Rio de Janeiro. Valentim, estudante de 18 anos, guardava em sua casa, na Rua das Palmeiras 77, casa 4, em Botafogo, um fuzil Mauser com munição, um mimeógrafo e vários estênceis prontos para rodar. Era o "aparelho" de imprensa da organização.

Em decorrência da prisão de Maria Aparecida, foram presos, em 19 de dezembro, Aton Fon Filho e Linda Tayah — militante do setor de apoio —, na rua Domingos Soares nº 21. No dia seguinte, no mesmo endereço, era preso Domingos Fernandes, que "abriu" o "aparelho" da Rua República do Peru 143/1106, onde foi presa sua esposa Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

Foram presos, também em dezembro, os irmãos Pedro Henrique e Alfredo Carlos de Miranda Pacheco, donos da Agência de Turismo Riviera, na Rua Erasmo Braga 227/419. Através da Agência, a ALN mandava para o exterior os militantes que iam fazer curso em Cuba. Os irmãos Miranda Pacheco facilitavam a saída para o exterior de elementos com nomes falsos.

A ALN no Rio de Janeiro praticou, ainda em 1969, uma série de assaltos para sobrevivência: à agência Catete do Banco Novo Mundo, em 27 Ago; à agência Bonsucesso do Banco de Crédito

(40) Ronaldo travou contato com Rholine Sonde Cavalcanti Silva, Luciano Almeida, Perly Cipriano e Maurício Anísio de Araújo.

Territorial, em 25 Set; à agência da Rua Bela do Banco da Bahia, em 15 Out; à firma Construtora Presidente, na Rua Mayrink Veiga 11 - 2º andar, em 29 Nov; à agência Castelo do Banco Bordalo Brenha, em 5 Dez; e à agência Méier do Banco da Bahia, em 16 Dez.

17. ALN - As "quedas" em São Paulo

Após as prisões e mortes ocorridas no início do ano, no mesmo dia em que assaltava a União de Bancos Brasileiros, em Suzano, no dia 7 de maio, a ALN sofreria mais três "quedas". Seriam presos, na esquina das ruas 1º de Janeiro e Mirassol, em São Paulo, os militantes Rolando Fratti, Alexandre Malavazzi e José Jofre de Farias.

A partir de agosto, a ação dos órgãos de segurança atingiria profundamente a organização. No dia 8, o grupo de ação de José Wilson Lessa Sabag assaltou o Curso Objetivo, na Rua Tomaz Gonzaga, de onde levou oito mil cruzeiros novos em dinheiro e doze mil em cheques. Resolveram depositar os cheques na conta que Antenor Meyer tinha, sob o nome falso de Luiz Rodolfo Goldman.

Temerosos em verificarem se os cheques haviam sido compensados, os terroristas resolveram fazer a compra de um gravador na loja Lutz Ferrando, na esquina da Rua São Luiz com Avenida Ipiranga, pagando com um cheque em nome de Luiz Rodolfo Goldman. A loja, ao tentar descontar o cheque, foi informada que a conta tinha sido alimentada com cheques roubados e que a polícia deveria ser avisada caso os compradores retornassem para apanhar a compra.

No dia seguinte, bisonhamente, dirigiram-se à loja, num Volkswagen, Antenor Meyer e mais José Wilson Lessa Sabag, Francisco José de Oliveira e Maria Augusta Thomaz. José Wilson e Francisco entraram na loja, enquanto Antenor ficava ao volante e a mulher saltava do carro e se postava na calçada. Fingindo que ia apanhar o gravador, um funcionário alertou três guardas civis que tinham sido colocados na vigilância. Ao dar voz de prisão aos terroristas, os guardas e aqueles que estavam dentro da loja viram-se envolvidos num intenso tiroteio iniciado pelos terroristas. O guarda civil João Szelacsok Neto ficou ferido com um tiro na coxa e o funcionário da Lutz Ferrando, José Getúlio

Borba, ferido na ocasião, veio a falecer mais tarde. Maria Augusta evadiu-se ao iniciar o conflito e os terroristas José Wilson, ferido no braço esquerdo, e Francisco conseguiram retornar ao carro que arrancou rapidamente na direção da Rua da Consolação.

O acaso obrigou o carro a ficar retido no primeiro semáforo. Teve início a perseguição. Francisco conseguiu sair do carro e abandonar o local. José Wilson e Antenor permaneceram na expectativa do sinal abrir e só abandonaram o veículo ao observarem que um dos guardas civis falava com o soldado da FPESP que se encontrava no local. Perseguidos, os dois terroristas correram para o edifício da Rua Epitácio Pessoa 162, onde, no apartamento 46, morava um apoio de Antenor, de nome Roberto Ricardo Cômodo.

Acolhidos no apartamento, os terroristas verificaram que o prédio estava cercado, ocasião em que Antenor propôs a José Wilson que se entregassem. Este, fanatizado pelas idéias de Marighela, recusou-se e afirmou que resistiria à prisão. Enquanto Roberto Cômodo descia para tentar despistar a polícia, Antenor subia as escadas, tentando, sem sucesso, homizio em outros apartamentos. Desesperado, ao atingir o 7º andar, resolveu escapar por um encanamento d'água existente na parte externa do edifício. Ao atingir o 4º andar, não aguentou o peso de seu corpo e estatelou-se na área interna, sendo preso com uma perna e a bacia fraturadas. José Wilson, adotando uma atitude suicida, matou a tiros o soldado da FPESP João Guilherme de Brito, quando o apartamento foi invadido, refugiando-se no banheiro. Instado a entregar-se, manteve-se irredutível e quando saiu, desalojado por bombas de gás, o fez de forma violenta, atirando em todas as direções, obrigando os policiais a revidarem, o que provocou a sua morte. Roberto Ricardo Cômodo foi preso sem resistir à prisão.

Carlos Eduardo Pires Fleury, que auxiliava Virgílio Gomes da Silva na coordenação do GTA, assumiu o controle do grupo de ação de José Wilson. A violência não podia parar. No dia seguinte, pela manhã, Ishiro Nagami, que se havia ligado ao grupo de José Wilson, ao conduzir uma poderosa bomba no Volkswagen azul, placa 44-52-77, para um atentado, foi surpreendido pela explosão prematura do petardo, morrendo estraçalhado junto a ou

tro terrorista. A explosão deu-se às 0545 horas, na Rua da Consolação, defronte ao nº 758, esquina da Rua Maria Antônia, e o desditoso acompanhante de Nagami, desintegrado na explosão, não foi identificado.

O final de setembro seria melancólico para a ALN em São Paulo. No dia 24, elementos do GTA foram surpreendidos na Alameda Campinas, quando iam apanhar dois carros roubados para praticar ações. Como era de se esperar, pela mística que envolvia os elementos pertencentes ao grupo, a resistência à prisão foi violenta. Após cerrado tiroteio, feridos, foram presos, Takao Amano, Luís Fogaça Balboni e Carlos Lichtsztejn. Na confusão, conseguiu evadir-se Manoel Cyrilo de Oliveira Neto. Luís Fogaça não resistiu aos ferimentos e morreu na mesma data no Hospital das Clínicas.

Em conseqüência desse encontro, graças ao trabalho intensivo dos órgãos de segurança, no espaço de uma semana, foi desbaratado o GTA da ALN e parte do setor de apoio. João Katsonobu Amano foi preso, na madrugada de 25 de setembro, na pensão onde morava com seu irmão Takao.

Francisco Gomes da Silva, preso na noite de 28 de setembro na pensão onde morava, indicou a residência de Antônio Carlos Fon, na Avenida Duque de Caxias 312, apartamento 23, onde estavam homiziados dois perigosos terroristas. De uma forma previsível, o coordenador do GTA, Virgílio Gomes da Silva, reagiu a bala, vindo a falecer em conseqüência dos ferimentos recebidos. Maria Aparecida dos Santos, a outra foragida, foi presa junto com o dono da casa.

Celso Antunes Horta foi preso no dia 29 de setembro ao "cobrir o ponto" que tinha marcado com Francisco Gomes da Silva.

No "Solar dos Brizolas", em São Sebastião, também por indicação de Francisco, foram presos, em 30 de setembro, Ilda Martins da Silva, esposa do falecido Virgílio, e Manoel Cyrilo de Oliveira Netto.

A onda de prisões continuou dia 30 de setembro. Carlos Eduardo Pires Fleury foi preso na casa de José Paulo Reis, na Praça Floriano Peixoto nº 12, apartamento 32, em Santo Amaro. O dono da casa, dentista e oficial R/2, foi preso na mesma ocasião e confessou que o "aparelho" era depósito da ALN. Ainda no dia

30, foram presos José Luiz Novaes Lima e Gontran Guanaes Netto, ambos do setor de apoio.

Márcio Beck Machado, militante do setor de apoio, foi detido, também no dia 30 de setembro, na rua Maria Antônia, em frente à Universidade Mackenzie. Quando era conduzido para a viatura policial, três elementos que faziam a sua cobertura intervieram, atirando e ferindo o agente do DPF/SP Cláudio Ernesto Canto. Aproveitando-se da confusão, Márcio evadiu-se junto com os demais militantes, enquanto Cláudio Ernesto Canto, apesar do pronto atendimento, veio a falecer mais tarde em conseqüência dos ferimentos.

No dia 1º de outubro, foi preso, em São Sebastião, o coordenador do setor de apoio Paulo de Tarso Venceslau, em vigilância montada pela força policial local no "Solar dos Brizolas". Na mesma data, era preso mais um militante do setor de apoio, Abel Bella.

Terminando as "quedas", foram presos, ainda em outubro, Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha e Denison Luiz de Oliveira, remanescentes do grupo de Takao Amano. Essa ação fulminante dos órgãos de segurança resultou na prisão de dezenove terroristas e no "estouro" de doze "aparelhos". O grupo de ação de Takao Amano foi todo preso. O grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury, acéfalo, também sofreu consideráveis perdas, que, somadas ao desaparecimento da indiscutível liderança de Virgílio Gomes da Silva, desestruturaram a ALN em São Paulo.

Essas "quedas" criaram uma crise de segurança na organização. Maria Aparecida da Costa e Aton Fon Filho fugiram para o Rio de Janeiro a fim de aguardar uma oportunidade de saírem do País. Coincidentemente, o deslocamento desses dois militantes serviu para reforçar a estrutura da ALN na Guanabara.

Vários terroristas remanescentes do GTA de São Paulo fugiram para o Uruguai. Esses elementos, após esbanjarem o dinheiro dos assaltos, hospedando-se em hotéis de luxo e fazendo turismo, dirigiram-se para Buenos Aires, onde, a 4 de novembro, seqüestraram o Boeing 707 da Varig, prefixo PP-VJX, que fazia o vôo Buenos Aires-Santiago. Com nomes falsos e chefiados por Aylton Adalberto Mortati, oito terroristas, entre eles Rui Carlos Vieira Berbet, Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José Reyes e Mar

cílio Cesar Ramos Krieger fizeram com que o avião se desviasse para Cuba. Os passageiros foram mantidos, durante todo o tempo, sob tensão, ameaçados com armas e dinamite. Os seqüestradores distribuiram panfletos e leram um manifesto atacando o governo brasileiro. Em Cuba, além de se protegerem contra a perseguição policial, os terroristas tiveram a oportunidade de freqüentar o curso de guerrilhas, proporcionado por Fidel Castro aos militantes da organização subversiva.

Por intermédio de Paulo de Tarso, coordenador do setor de apoio em São Paulo (que, como vimos, fora preso em 1º de outubro), foi desmantelado o restante deste setor, com várias prisões, desmascarando a velada atuação dos frades dominicanos.

No dia 2 de novembro, foram presos, no Rio de Janeiro, os Freis Fernando e Ivo. No dia 3, já em São Paulo, Frei Fernando "abriu" a rede de apoio da ALN. Foram presos em São Paulo: os Freis Tito e Jorge; Carlos Guilherme Penafiel, ex-repórter da "Folha da Tarde", responsável pelas fotos para documentos falsos; o casal Luis Roberto Clauzet e Rosemeire Nogueira Clauzet, ele ex-diretor da "Folha da Tarde"; João Antônio Caldas Valença, ex-Frei Maurício, responsável pelo setor de imprensa; Roberto de Barros Pereira, engenheiro do metrô que registrou um carro da organização em seu nome; Manoel Carlos Guimarães Morais, engenheiro que emprestou o carro para levar "Toledo" para o Uruguai, no final de setembro; e Genésio Homem de Oliveira, que emprestava a sua casa para reuniões de Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"). Todos os elementos presos, além das atividades específicas, prestavam-se a homiziar os fugitivos da organização.

Os dominicanos "abriram", também, o esquema de saída para o Uruguai, provocando a prisão de Frei Beto no Rio Grande do Sul.

Para culminar a série de delações, Frei Fernando, mesmo conhecendo o temperamento de Marighela, que não admitia ser preso vivo, "abriu" o esquema de contato e levou a polícia ao "ponto" da Alameda Casa Branca, onde morreu o líder comunista. Apesar de uma série de alegações, as esquerdas não perdoaram Frei Fernando de Brito e seus seguidores por essa fraqueza, que privou a "revolução brasileira" de seu líder mais respeitado.

18. Os dominicanos levam Marighela à morte

A persistência e o trabalho de inteligência desenvolvidos pelos Órgãos de Segurança, em São Paulo, levaram à conclusão da possibilidade de Paulo de Tarso Venceslau fornecer os dados que conduzissem ao alvo principal da operação: Carlos Marighela.

Preso desde o dia 1º de outubro, Paulo de Tarso negava-se a admitir a possibilidade de contatar o líder da organização. Enfim, pressionado insistentemente pela pergunta "Onde buscaria contato com a organização, caso fosse colocado em liberdade?", acabou confessando que a chave era o fone 62-2324, pertencente ao Convento dos Dominicanos, nas Perdizes. Em seguida, forneceu o nome de Frei "Ivo" como sendo a pessoa a quem procuraria.

Esse dado ia ao encontro das informações prestadas por Isaías do Vale Almada, militante da VPR, por ocasião de sua prisão, em março, quando denunciou a participação de Frei Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto), da Ordem Dominicana, como integrante de organização terrorista.

No prosseguimento das investigações, apurou-se que Frei Yves do Amaral Lesbaupin (Frei "Ivo") faria uma viagem ao Rio de Janeiro, no dia 2 de novembro, domingo, para fazer contatos para a organização. O encontro seria com o ex-monge beneditino Sinval Itacarambi Leão (Frei "Timóteo"), com quem já havia feito contato, em julho, para verificar a possibilidade de infiltração no meio religioso no Rio de Janeiro. Frei Ivo apresentaria Frei Timóteo a Frei Fernando de Brito, que havia assumido a coordenação dos dominicanos da ALN em São Paulo.

No Rio de Janeiro, após uma operação de vigilância, Frei Fernando e Frei Ivo foram presos no interior de um ônibus. Levados a prestar esclarecimentos num órgão policial, os religiosos admitiram que estavam no Rio de Janeiro para fazer contatos políticos. Mais tarde, o ex-monge Sinval Itacarambi Leão foi preso pela polícia carioca.

Levados para São Paulo, Frei Fernando e Frei Ivo "abriram" toda a estrutura de apoio da ALN que estava sob responsabilidade dos dominicanos, incluindo atividades de aliciamento, imprensa, fornecimento de documentos falsos, homizio de terroristas, etc. Em conseqüência das declarações dos dois religiosos, foram desencadeadas, dentro do maior sigilo, as prisões dos integrantes do setor de apoio em São Paulo, incluindo outros reli

giosos dominicanos.

Frei Fernando admitiu que era o responsável pela coordenação das atividades do setor de apoio da ALN em São Paulo e que mantinha contatos com Marighela, desde a saída de Frei Osvaldo de São Paulo, em junho. Marighela combinou que, quando desejasse fazer contato com os dominicanos, ele, ou um preposto, ligaria para a Livraria Duas Cidades, na Rua Bento Freitas nº 158, em São Paulo, de propriedade dos dominicanos, e, através de senhas pré-estabelecidas, marcaria o contato no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em horários e lugares pré-combinados.

A senha "Aqui é o Ernesto, ou aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica" significava que o contato seria na Alameda Casa Branca, na altura do nº 800, às 20 horas, em São Paulo (41). Já a senha "Aqui é o Ernesto, ou aqui é por parte do Ernesto. A tradução está pronta e você pode vir buscá-la" estabelecia que o contato seria na esquina da Rua Dias da Cruz com Rua Carolina Santos, no Méier, na cidade do Rio de Janeiro, às 20 horas.

Após colaborar nas prisões e confessar o esquema de contato com Marighela, Frei Fernando foi levado, no dia 4, para o seu local de trabalho, na Livraria Duas Cidades. Ao atender o telefone, às 16 horas e 30 minutos, escutou: "Aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica".

A partir daí, foi montado um dispositivo, e os freis Ivo e Fernando dirigiram-se para o local do encontro, no Volkswagen da organização que se encontrava no nome de Roberto Barros Pereira. Quinze minutos antes da hora combinada, o carro dos dominicanos estacionou em frente ao nº 806 da Alameda Casa Branca e desligou as luzes. Toda a área em redor estava sendo vigiada.

Cerca de 19 horas e 50 minutos, desceu a rua, a pé, um indivíduo mulato, indo parar próximo do carro onde se encontrava um delegado do DEOPS/SP com a investigadora Estela Borges Morato, representando um casal de namorados. O delegado, simulando estar se sentindo incomodado com a indiscrição do tal indivíduo, ligou o carro, arrancou até uns poucos metros adiante, parou e desligou as luzes. Em seguida, continuou encenando o namoro. O desconhecido permaneceu observando o carro do delegado cerca de

(41) Antes desse local, era utilizada a Rua Teodoro Sampaio, na altura do nº 40, mas foi mudado, pois Marighela o achava muito perigoso.

cinco minutos, após o que, desceu a rua, passou pelo carro, parou novamente e seguiu no sentido rua abaixo.

Às 20 horas, Carlos Marighela subiu a Alameda Casa Branca, no sentido contrário ao percorrido pelo seu segurança. Caminhava pela calçada oposta a que estava estacionado o carro dos religiosos. Quando atingiu a altura onde estava parado o carro, atravessou a rua em linha reta e, aproximando-se do veículo, cumprimentou os frades. Frei Fernando desceu do carro para permitir a entrada de Marighela no banco traseiro.

Neste exato momento, a equipe de policiais que estava próxima, acercou-se do carro e deu voz de prisão, ordenando que Marighela saísse com as mãos para o alto. Conforme o combinado, os dominicanos saltaram do carro. Marighela, ao invés de obedecer, abriu uma pasta de couro que trazia consigo e tentou empunhar um revólver Taurus calibre 32. Diante do gesto de resistência, os policiais atiraram. Quase que instantaneamente, estabeleceu-se violento tiroteio na Alameda Casa Branca. Os demais veículos do dispositivo cercaram o quarteirão, mas não conseguiram impedir a fuga de dois carros suspeitos.

Um terceiro carro, marca Buick, com um ocupante, rompeu o cerco policial e continuou a avançar, mesmo após tiros e gritos de advertência e de ter um dos pneus traseiros furado. Dando a nítida impressão de tratar-se da cobertura de Marighela, o veículo foi metralhado, tendo seu único ocupante falecido no local. Tratava-se de Friedrich Adolf Rohmann, residente à Rua Flórida nº 135, em Santo Amaro, dentista, sem antecedentes criminais ou policiais. Pelo que foi apurado, Friedrich sofria de neurose de guerra e deve ter sofrido um desequilíbrio emocional ao ouvir o tiroteio, tentando romper o cerco policial.

Carlos Marighela usava roupa esporte e tinha nos bolsos alguns rascunhos, miudezas, cerca de mil dólares e 2 cápsulas de cianureto. Usava identidade falsa, em nome de Mário Reis Barros, expedida pelo Instituto Pereira Faustino, do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao tiroteio que envolveu os policiais empenhados na operação, ficou razoavelmente esclarecido que os dois carros que conseguiram escapar faziam parte da segurança de Marighela e, na penumbra da rua e sem ter noção exata do que ocorria, seus ocupantes resolveram abrir a bala o caminho para a fuga.

No entrevero, o delegado do DEOPS/SP Rubens Cardoso de Mello Tucunduva foi ferido a bala, na coxa esquerda. A investigadora do DEOPS/SP Estela Borges Morato, atingida gravemente na cabeça, veio a falecer no dia 7 de novembro.

O terror perdia o seu maior inspirador. Os Freis Fernando e Ivo, depositários da confiança de Marighela, fraquejaram diante da realidade da prisão e do desmascaramento.

19. ALN - Remanescentes reestruturam-se em São Paulo

Durante a última reunião de autocrítica, realizada por convocação de Marighela e por ele dirigida, em setembro, foi ressaltada a importância de São Paulo, principal ponto de sustentação da organização. Isto porque as coordenações regionais da Guanabara e de Minas Gerais se encontravam desorganizadas, sendo que a segunda estava praticamente desarticulada com a "queda" de Marco Roberto Zanconato e da maioria dos militantes da Corrente. Marighela mal podia prever que, a partir do final desse mês, exatamente a Regional de São Paulo seria profundamente afetada, num processo que culminou com a sua própria morte e, em conseqüência, com a desestruturação de uma das mais bem montadas redes de apoio e dos Grupo de Ação (GA) do GTA de São Paulo.

Desarticulados os GA, Guiomar Silva Lopes, remanescente do grupo Fleury, assumiu sua direção. O grupo, que contava com cinco militantes, passou a usar a denominação de Comando "Virgílio Gomes" (42). A fim de auxiliar o soerguimento e a continuidade da ação do GTA, foram deslocados do Rio de Janeiro para São Paulo Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz ("Clemente") e Ana Burnsztyn. A seguir, Édio Aparecido de Lima e mais um militante juntar-se-iam a esse grupo.

De qualquer forma, a constituição açodada de grupos, com desprezo pelas normas de segurança, demonstrava a falta de quadros para substituir os elementos preparados para a ação militar.

Em função das "quedas", a ALN, necessitando assaltar para sobreviver, solicitou e obteve apoio das organizações partidárias da luta armada, em São Paulo, para a realização de uma ação. Apoiada pela VPR, pelo MRT e pela REDE, a ALN realizou em 29 de dezembro de 1969, um assalto simultâneo aos bancos Itaú-América

(42) Compunham o Comando "Virgílio Gomes": Carlos Chnaiderman, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Aurora Maria do Nascimento Furtado, José Idézio Brianezi e Reinaldo Morano Filho.

e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio (43).

Os remanescentes fizeram uma avaliação da situação e concluíram que a união em frente, em função das diversas maneiras de atuar das várias organizações, só poderia ser realizada esporadicamente e, portanto, seria necessário refazer o GTA, que era a fonte de recursos da organização. Passaram, pois, a trabalhar com essa finalidade.

20. FALN - A aproximação com a Igreja e o seu desmantelamento

Em 1968, foram estimulados e desenvolvidos pela organização Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) os trabalhos de recrutamento em diversos municípios da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Foi, também, iniciada a estocagem de artigos diversos visando às atividades futuras da organização.

Mário Bugliani estendia o recrutamento à zona rural e Áurea Moretti à zona urbana. Os contatos iniciais com membros do "clero progressista" eram feitos através de Mário Lorenzato, que, em seguida, os passava a Áurea Moretti. No ano de 1968, a FALN aproximou-se da Igreja Católica, obtendo o apoio moral, financeiro e material de diversos de seus integrantes, dentre eles alguns favoráveis à luta armada.

Em 1969, buscando preparar e dinamizar o desencadeamento da luta armada, a FALN instalou o "Campo de Treinamento dos Comandos do Exército Popular de Libertação Nacional". As atividades do campo eram reguladas pelo "Regimento Interno do Campo de Treinamento", cujos artigos caracterizavam o empirismo da organização e, também, o sofrível nível militar de seus integrantes.

O primeiro campo, instalado nas matas das proximidades da Fazenda Capão da Cruz, foi destruído pelo fogo. O segundo, nas matas da Fazenda Boa Vista, distrito de Guatapará, também em Ribeirão Preto, foi desmantelado pela polícia em outubro de 1969 (44). Neste campo, ainda em fase inicial de implantação, eram realizados exercícios de tiro e de técnicas de guerrilhas.

Em 1969, foi planejado por Mário Bugliani, com o assessoramento de Djalma Quirino de Carvalho e de César Marcelino da Sil

(43) Pela ALN, participaram: todo o Comando "Virgílio Gomes", Ana Burnsztyn e Antonio dos Tres Reis de Almeida.

(44) O responsável pelo campo era Mário Bugliani, que recebeu o título de "capitão". Sob sua responsabilidade, foram adestrados José Felipe, Geraldo Nascimento, Agostinho Muniz Batista, Paulo Antonio Paleiros Rocha, César Marcelino da Silva e Djalma Quirino de Carvalho.

va, o seqüestro de um membro da família Marchesi, usineiro abastado da região, o qual não se concretizou por falta de condições da organização e em razão dos acontecimentos de outubro desse ano.

Na noite de 12 para 13 de outubro, foi realizado um assalto à pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de onde foi roubada grande quantidade de dinamite e estopim (45).

A pronta reação dos órgãos de segurança, a partir desse roubo, desbaratou a FALN, impedindo que a organização efetivasse seus intentos criminosos. Ao ser desbaratada, a organização já se estendia pelos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Bebedouro, São Joaquim da Barra, Franca, São José dos Campos, Bauru e São Paulo. Foram presos cerca de 50 militantes e apreendido farto material destinado à luta armada, como uniformes de campanha, armas, munição e explosivos. Só em São Paulo, capital, foram "estourados" três "aparelhos" da organização.

Dentre os vários "aparelhos" da FALN, destacava-se o do "Lar Santana", considerado como o centro nervoso da organização. Deste "aparelho" só tinham conhecimento três elementos da cúpula terrorista: Wanderley Caixe, Mário Lorenzato e a madre Maurina Borges da Silveira. Nele, eram guardados os principais documentos da organização. Os planos de tarefas futuras, o diário do líder da organização, uma parte da munição e de ácidos para a confecção de explosivos, os esquemas de assaltos e diversos panfletos subversivos ficavam sob a guarda da Irmã Maurina.

Do material existente no "aparelho", pouca coisa restou. Madre Maurina, na condição de religiosa, conseguiu delongar com evasivas, por mais de uma semana, a confissão de sua implicação com a organização. Desta forma, obteve o tempo necessário para destruir a documentação que serviria de prova no inquérito instaurado.

As investigações procedidas, durante a ação policial, revelaram a participação de seis padres do "clero progressista" junto ao setor logístico da organização. Dentro da documentação apreendida, um relatório elaborado por Áurea Moretti, em setembro de 1969, estampava as contribuições financeiras feitas conscientemente pelos religiosos, bem como as suas idéias favoráveis

(45) Participaram da ação: Wanderley Caixe, Vicente Alessi Filho, Antonio Inocêncio Gomes, José Ivo Vannuchi, Nelson Agenor Toneto, Mário Lorenzato, João Carlos Nicolau e Silvio Regó Rangel.

à luta armada (46).

Madre Maurina, que, à sombra da caridade prestada através do Lar Santana, escondia munição e explosivos nas dependências da entidade, foi banida do Brasil, trocada pela vida do cônsul japonês Nobuo Okuchi.

Na realidade, a extinta FALN comportou-se muito mais como um grupo do que como uma organização. Não possuía uma linha política definida nem uma estrutura que a tornasse operacional, carecendo, ainda, de elementos capacitados a dirigi-la militar e politicamente.

Nascida sob a inspiração das idéias de Marighela, a FALN, caso vingasse, tornar-se-ia mais um grupo revolucionário com autonomia tática, mas tutelado estrategicamente pela orientação emanada pelo líder da ALN.

21. Marx, Mao, Marighela e Guevara - M3-G

Edmur Péricles de Camargo era um homem de confiança de Marighela. Após se exilar no Uruguai, em 1964, retornou e voltou a militar no PCB, sendo setorizado no Comitê Estadual de São Paulo (CE/SP), ficando responsável pela impressão dos órgãos comunistas "Tema" e "Combate".

Com o afastamento de Marighela do PCB e a criação do Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), Edmur o acompanhou, desligando-se, também, do partido. Em agosto de 1968, Edmur foi enviado a Brasília para fazer um levantamento da região e verificar a possibilidade de instalação de uma área de treinamento de guerrilhas nos arredores das cidades de Formosa, Posse, São Romão, Pirapora e São Domingos.

Realizado o levantamento, Edmur recebeu ordem de aguardar em Brasília novas instruções da organização. Ali permaneceu por dois meses, até que foi orientado para se encontrar com Marighela em Formosa, no Estado de Goiás. No encontro, Edmur concluiu pela inviabilidade do projeto de implantação de uma área estratégica, tendo em vista as condições fisiográficas desfavoráveis e a falta de motivação dos habitantes locais. Na mesma ocasião, Edmur apresentou um plano de ocupação da cidade de Unaí, em Minas Gerais, que Marighela ficou de apreciar junto com a Coorde-

(46) Eram citados, nominalmente, no relatório de Áurea, os padres: Angélico Sândalo Bernardino, Enzo Campos Gusso, João Rípoli, Plínio Toldo, Luís Eugênio Peres e Joaquim Correa Leandro.

nação Nacional.

Na verdade, o projeto foi descartado desde o início pela sua inviabilidade prática. Edmur queria dar um passo maior do que as pernas — não possuía meios suficientes para realizar a ação (47). Desgastado, por considerar-se o comandante da área de Goiás, Edmur dirigiu-se a São Paulo para pedir explicações a Marighela.

Em São Paulo, no primeiro encontro com Marighela, não foi possível tocar no assunto, considerado de caráter secreto, pela presença de dois estudantes na reunião. Edmur ficou aguardando um novo encontro com o chefe da ALN durante dois meses, mantendo contatos semanais com "Toledo". Contrariado com o que considerava pouco caso de Marighela, Edmur entregou a "Toledo" uma carta pedindo desligamento da ALN (48).

No início de maio, Edmur viajou para Porto Alegre, onde, com os contatos que possuía, esperava continuar seu trabalho revolucionário. No Rio Grande do Sul, Edmur tentou integrar-se nas organizações que ali atuavam, mas foi delicadamente recusado, pois era considerado "queimado" em todo o País, o que colocava em risco as estruturas existentes no Sul. Tal fato fez com que Edmur partisse para a estruturação de um grupo próprio.

Através de um antigo militante do PCB, Miguel Marques, Edmur contatou Jorge Fischer Nunes. Miguel concordou com a formação de um grupo tático independente, que tomou o nome M2-G (sigla que homenageava Marx, Mao e Guevara). O grupo propunha-se a atuar em frente com outras organizações do Rio Grande do Sul, caso fosse necessário. Miguel Marques ficou como elemento de ligação entre o M2-G e as outras organizações.

Através de Miguel Marques, Índio Brum Vargas aproximou-se de Edmur levando consigo alguns seguidores. O M2-G foi engrossado no contato feito com as outras organizações. Da VAR-Palmares, aproximaram-se de Edmur, Ataíde Teixeira, Paulo Roberto Telles

(47) Em fevereiro de 1969, o militante José Gomes da Silva ("Ricardo") fez contato com Edmur em Brasília e informou que o plano de ocupação de Unaí tinha sido rejeitado.

(48) Na carta, Edmur acusava Marighela de "centralismo autocrático" por contrariar um dos princípios da ALN de liberdade tática de atuação dos grupos. Influenciado pelo resultado do levantamento da área de Goiás, Edmur expôs a opinião de que a guerrilha rural era insubsistente sem a guerrilha urbana, que não deveria ter o caráter secundário e diversionista preconizado por Marighela. Finalizando sua carta, Edmur não concordava com o emprego indiscriminado da violência, que "queimava" o militante, fazendo-o viver totalmente dependente da organização.

Frank e Gustavo Buarque Schiller; da VPR, o ex-tenente do Exército Dario Viana dos Reis; e do PTB, Bertolino Garcia da Silva. Também do POC o M2-G teve a colaboração, com a participação de alguns militantes.

O M2-G resolveu partir direto para a ação, e, no dia 13 de junho, Edmur, assessorado por Jorge Fischer, assaltou a Caixa Econômica Federal, da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre. O dinheiro arrecadado destinou-se à montagem da infra-estrutura do grupo, através de Índio Vargas e Miguel Marques, que se encarregaram de alugar "aparelhos". Em 23 de julho, foi assaltada a agência Petrópolis do Sulbanco, em Porto Alegre.

No início de outubro, o líder do M2-G viajou para São Paulo para saber a solução dada pela Coordenação Nacional da ALN a seu pedido de desligamento. Naquela ocasião, a ALN vivia uma crise de segurança, com as "quedas" de setembro/outubro, e Edmur não conseguiu contato com Marighela. Enquanto tentava a aproximação, tomou conhecimento, pelo rádio, da morte de Marighela. Nada mais restava a fazer em São Paulo. Abalado com a morte de seu antigo líder, Edmur, ao retornar a Porto Alegre, prestou-lhe homenagem, modificando o nome de seu grupo para M3-G (ou seja, Marx, Mao, Marighela e Guevara).

A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3-G assaltou mais três estabelecimentos de créditos no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a agência Tristeza, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre; e, finalmente, a agência Viamão, do Banco do Brasil, em 2 de março, em Viamão (49).

O fim do M3-G foi apressado pela tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, Curtis Cutter, em 4 de abril de 1970, realizado pela VPR. A intensificação da atividade policial atingiu em cheio a organização de Edmur, que foi preso, em abril de 1970, junto com os treze integrantes de seu grupo.

Ao ser preso, Edmur já tinha planejado, dentro de seus desvarios, uma "grande ação", com a ocupação da cidade de Caxias do Sul e a distribuição de gêneros alimentícios para toda a popula

(49) Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles de Camargo tomou parte em todas as ações.

Frank e Gustavo Buarque Schiller; da VPR, o ex-tenente do Exército Dario Viana dos Reis; e do PTB, Bertolino Garcia da Silva. Também do POC o M2-G teve a colaboração, com a participação de alguns militantes.

O M2-G resolveu partir direto para a ação, e, no dia 13 de junho, Edmur, assessorado por Jorge Fischer, assaltou a Caixa Econômica Federal, da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre. O dinheiro arrecadado destinou-se à montagem da infra-estrutura do grupo, através de Índio Vargas e Miguel Marques, que se encarregaram de alugar "aparelhos". Em 23 de julho, foi assaltada a agência Petrópolis do Sulbanco, em Porto Alegre.

No início de outubro, o líder do M2-G viajou para São Paulo para saber a solução dada pela Coordenação Nacional da ALN a seu pedido de desligamento. Naquela ocasião, a ALN vivia uma crise de segurança, com as "quedas" de setembro/outubro, e Edmur não conseguiu contato com Marighela. Enquanto tentava a aproximação, tomou conhecimento, pelo rádio, da morte de Marighela. Nada mais restava a fazer em São Paulo. Abalado com a morte de seu antigo líder, Edmur, ao retornar a Porto Alegre, prestou-lhe homenagem, modificando o nome de seu grupo para M3-G (ou seja, Marx, Mao, Marighela e Guevara).

A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3-G assaltou mais três estabelecimentos de créditos no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a agência Tristeza, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre; e, finalmente, a agência Viamão, do Banco do Brasil, em 2 de março, em Viamão (49).

O fim do M3-G foi apressado pela tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, Curtis Cutter, em 4 de abril de 1970, realizado pela VPR. A intensificação da atividade policial atingiu em cheio a organização de Edmur, que foi preso, em abril de 1970, junto com os treze integrantes de seu grupo.

Ao ser preso, Edmur já tinha planejado, dentro de seus desvarios, uma "grande ação", com a ocupação da cidade de Caxias do Sul e a distribuição de gêneros alimentícios para toda a popula

---

(49) Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles de Camargo tomou parte em todas as ações.

ção. Planejava, também, a montagem de uma estrutura militar na cidade de Unaí, em Minas Gerais, a mesma cujo planejamento de ocupação causara seu afastamento da ALN.

Dessa forma, teve fim o M3-G, nascido da vaidade contrariada de um megalômano que não aceitou a interferência da direção da ALN nos seus planejamentos irreais.

22. O PC do B e a Guerra Popular

Com o objetivo de desenvolver a luta armada no campo, o PC do B iniciou, em 1966, os primeiros reconhecimentos para definir a área de implantação de um foco guerrilheiro. Nesse ano, Osvaldo Orlando Costa — militante do partido, com treinamento de guerrilha na República Popular da China, e oficial da reserva do Exército, formado no CPOR do Rio de Janeiro — foi deslocado para a região sul do Pará, norte de Goiás, que mais tarde se constituiria na principal área de campo do partido. Nesse ano, ainda, Wladimir Ventura Torres Pomar, juntamente com Nelson Lima Piauhi Dourado e um elemento de codinome "Augusto", passaram a residir em um sítio adquirido em Colinas, no Estado de Goiás, município situado ao longo da rodovia Belém-Brasília e a 100 km ao sul de Araguaína. A missão principal recebida pelo grupo era o reconhecimento da área, num raio de aproximadamente 30km. Os componentes do grupo deveriam trabalhar como agricultores, garantindo a própria subsistência, e travar contato fazendo amizade com os vizinhos. O grupo deveria, no futuro, servir de apoio à guerrilha. As informações levantadas deviam ser passadas a João Amazonas de Souza Pedroso ou a Ângelo Arroyo.

Em 1967, João Carlos Haas Sobrinho foi deslocado para Porto Franco, no Maranhão, onde abriu uma clínica médica, que com o tempo evoluiu para um hospital.

Após os reconhecimentos realizados, a Comissão Militar (CM), ligada diretamente à Comissão Executiva (CEx) e integrada por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, havia escolhido a região do baixo Araguaia, no sudeste do Pará, como área prioritária para a instalação do núcleo guerrilheiro. Até o final do ano, desembarcariam nessa área mais cinco militantes do Partido (50). No início de 1968, uniu-se a eles André Grabois.

(50) Deslocaram-se para o sul do Pará, em 1967: Maurício Grabois, Elza de Lima Monerat, Libero Giancarlo Contiglia, Daniel Ribeiro Callado e Paulo Mendes Rodrigues.

Esses primeiros militantes estabeleceram-se comercialmente na área, adquirindo uma farmácia e pequenos armazéns, onde vendiam os artigos que interessavam aos habitantes locais e deles compravam o que produziam. Utilizavam-se de um barco que permitia a compra e venda ao longo dos rios.

O estabelecimento desse comércio em diversos lugarejos permitia aos subversivos exercer um efetivo sistema de informações, com o controle e a identificação dos estranhos que chegassem na área, possibilitando, também, o sustento dos militantes que lá se encontravam e a compra de "direitos de posse", em glebas que se localizavam no interior da selva.

Em janeiro de 1969, numa casa em São Paulo, o PC do B realizou uma reunião de sua Comissão Executiva (CEx) (51). Ainda nesse mês, o Comitê Central (CC) publicou o documento "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil", no qual reafirma que a primeira etapa da revolução será "nacional e democrática", englobando "amplas massas da população", as quais, dirigidas pelo "partido do proletariado", desencadearão a luta armada no campo, através da "guerra de guerrilhas", visando à criação de um "Exército Popular". Às cidades, estarão reservados os movimentos de massa, a fim de obrigar "a reação a conservar nas cidades ponderáveis forças militares". A luta armada deverá ser prolongada, com o "curso de uma guerra de vários anos", apoiada nos recursos existentes no próprio País (52). O documento afirma que "no curso da Guerra Popular, elementos isolados e até mesmo unidades das Forças Armadas tendem à desagregação e não terão grande combatividade. Sua tradição militar é quase nula. Empenharam-se pouquíssimas vezes em renhidos combates. A Guerra Popular derrotará as Forças Armadas".

Em 1969, deslocaram-se para a região do baixo Araguaia mais cinco militantes (53). Os elementos deslocados para a área eram de absoluta confiança da direção partidária e a missão dos mes-

(51) Integravam a CEx: João Amazonas, Lincoln Cordeiro Oest, Pedro Pomar, Carlos Nicolau Danielli, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, além dos suplentes Dynéas Fernandes de Aguiar, Luiz Guilhardini e Manoel Jover Telles.

(52) Colocando como seu principal inimigo os "imperialistas norte-americanos" e as Forças Armadas, o documento comete um grosseiro erro de interpretação da realidade, ou um erro intencional, ao afirmar que "ultimamente, os serviços secretos das Forças Armadas, em colaboração com a CIA, têm fomentado atos de terrorismo e assaltos a bancos".

(53) Nessa época foram deslocados os militantes: Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Criméia Alice Schmidt Almeida, Gilberto Olímpio Maria, João Bispo Ferreira Borges e José Huberto Bronca.

mos era preparar o caminho para receberem um maior e mais contínuo fluxo de militantes.

Em dezembro de 1969, o CC do PC do B reuniu-se, novamente, em seu "aparelho" na capital paulista, quando aprovou o documento "Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo", através do qual foi lançado um "movimento de revolucionarização ideológica no Partido", a fim de desencadear a Guerra Popular no campo. Por esse documento, os diversos Comitês do PC do B deveriam tomar as medidas que assegurassem "o envio de elementos para o campo, estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas".

Em conseqüência, criaram-se seções militares nos comitês regionais e municipais, encarregadas de selecionar os futuros "guerrilheiros". O PC do B preparava-se para a luta.

João Amazonas, com sua pena, faria dezenas de jovens pegarem em armas e embrenharem-se nas matas do Araguaia.

23. A consolidação da Ala Vermelha

Nos primeiros dias de fevereiro de 1969, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (AV/PC do B) promoveu uma reunião num sítio próximo a São José dos Campos, no Estado de São Paulo, com a presença de 17 militantes (54). Nessa reunião, foram tratadas as questões da direção e da linha da AV/PC do B. Concluiu-se que ela não era, até então, uma organização, mas sim um amontoado de partes que não se entendiam e nem se coordenavam, pela falta de uma linha política clara e objetiva. Resolveu-se criar uma Direção Nacional Provisória (DNP), composta por 11 membros, que teria a missão de elaborar uma linha política (55). Era "provisória", temporária, porque teria que ser ratificada ou retificada por um futuro congresso da organização, que só a partir dessa

(54) Estiveram presentes: Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Paulo Cavalcanti Brasil, João Francisco de Pinedo Kasper, Paulo de Tarso Giannini, Fernando Sanna Pinto, Felipe José Lindoso, Paulo Ribeiro Martins, Olyr Batista Correa, Renato Carvalho Tapajós, Jaime de Almeida, José Moreira Chumbinho, Devanir José de Carvalho, Edgard de Almeida Martins, James Allen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo.

(55) A primeira DNP da AV ficou constituída pelos 11 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

reunião passou a chamar-se, oficialmente, de Ala Vermelha (AV).

Foi eleita, também, entre os membros da DNP, uma Comissão Executiva Nacional (CEN), composta por 5 membros e que teria uma função permanente (56).

Foi, ainda, nessa reunião, que se iniciaram as divergências da CEN com os membros do Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR), os quais, por estarem ligados ao trabalho mais secreto e clandestino da AV, queriam uma série de privilégios.

Estruturada e com o nome definitivo, a AV reiniciou a sua série de ações armadas, em São Paulo: em 15 de março, seqüestro do soldado da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP) Valdeir Gomes, a fim de que elementos da organização escapassem de uma vistoria de carros, em Osasco; em 17 de março, assalto ao Banco F. Barreto, em Osasco, com o roubo de mais de 8 milhões de cruzeiros; em 7 de abril, assalto ao Banco Francês-Italiano, na Avenida Utinga, em Santo André, de onde foram levados mais de 17 milhões de cruzeiros; em 14 de abril, assalto à kombi do Banco Francês-Italiano, na Alameda Barão de Campinas, com o roubo de 20 milhões de cruzeiros — nesta ação foram assassinados o motorista Francisco Bento da Silva e o guarda bancário Luiz Ferreira da Silva (57); em 1º de maio, tomada da Rádio Independência, de São Bernardo do Campo, para a transmissão de uma fita gravada por Derly José de Carvalho, a propósito do Dia do Trabalho; em 5 de maio, assalto ao Banco de Crédito Nacional, na Rua Pacaembu, na Vila Paulicéia, em São Bernardo, com o roubo de cerca de 250 milhões de cruzeiros; e em 14 de maio, ato de sabotagem contra a empresa de ônibus Jurema, no Jardim Santo Amaro, com o lançamento de "coquetéis Molotov" e o disparo de rajadas de metralhadora.

Em meados de maio de 1969, a DNP realizou uma reunião, em Santos, na qual a quase totalidade dos membros do GENR foi expulsa da AV, por seu extremo caráter militarista e por não acatar as ordens da CEN. O grupo expulso, liderado pelos irmãos Devanir e Derly José de Carvalho (este, membro da CEN), posterior

(56) A primeira CEN da AV ficou constituída pelos 5 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

(57) Participaram da ação: Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho, James Allen Luz, Aderval Alves Coqueiro, Lúcio da Costa Fonseca, Gilberto Giovanetti, Ney Jansen Ferreira Júnior, Genésio Borges de Melo e Antônio Medeiros Neto.

mente, veio a fundir-se com o "Grupo do Gaúcho", dando origem ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Cerca de dez militantes, liderados por James Alen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo, descontentes com esses dois grupos, viriam, em outubro de 1969, a ingressar na VAR-Palmares (VAR-P).

Apesar das expulsões, a AV prosseguiu nas ações armadas e executou, em julho e agosto, três assaltos: na Casa Odeon, onde foram roubados seis mimeógrafos; na firma Kelmaq, de onde levaram grande quantidade de material gráfico; e no Banco de Minas Gerais, em Guarulhos, arrecadando quase 4 milhões de cruzeiros.

Ao retornarem de um treinamento de tiro, em Embu-Guaçu, no dia 5 de agosto, foram presos cinco de seus militantes. As investigações procedidas levaram à descoberta de três "aparelhos" da AV, com a apreensão de grande quantidade de armamento e munição, nos dois últimos dias de agosto, quando foram presos outros oito militantes da organização (58).

Essas prisões levaram alguns militantes a afastarem-se da AV, dentre os quais João Francisco Pinedo Kasper, membro da CEN. Levaram, também, a AV a reformular a sua linha política, na tentativa de afastar-se do foquismo militarista, que, segundo a visão de boa parte dos dirigentes, estava conduzindo a organização ao isolamento e à destruição. Assim, a CEN designou uma Comissão Auxiliar a fim de refazer a linha política da organização (59). Em setembro, a Comissão reuniu-se e elaborou o documento denominado "Os 16 Pontos".

Ainda nesse mês, mais um membro da CEN, Paulo Cavalcanti Brasil, considerado o "teórico" da organização e que havia participado da comissão para a elaboração do documento "Os 16 Pontos", resolveu desligar-se, alegando "divergências políticas insuperáveis". Dos cinco membros da CEN, eleita em fevereiro, só restavam dois.

Nos últimos dias de outubro e começo de novembro, a AV promoveu uma nova reunião, na qual foram aprovados os "Estatutos Provisó

(58) Os cinco presos inicialmente foram: Sérgio Francisco dos Santos, Luiz Toledo Barros, Vicente Sílvio Noschese, Leopoldo Felice Noschese e Trofimena Mafalda Felice Noschese. No final de agosto, também foram presos: Nelson Brissac Peixoto, Carlos Yochikazo Takaoka, Mizael Pereira dos Santos, Alípio Raimundo Viana Freire, Renato Carvalho Tapajós, Laís Furtado Tapajós, Vicente Eduardo Gomes Roig e Margarida Maria do Amaral Lopes.

(59) A Comissão era composta por: Élio Cabral de Souza, Paulo Cavalcanti Brasil, Edgard de Almeida Martins e Paulo de Tarso Giannini.

rios" e o documento "Os 16 Pontos" — que era uma autocrítica da AV —, divergindo do seu documento básico anterior, e atacando, violentamente, o foquismo (60).

Com "Os 16 Pontos", a AV não abandonava a estratégia da luta armada, mas a colocava numa visão mais ampla, a ser desencadeada após um trabalho de preparação junto às massas, como aparece no 12º "ponto":

"O trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias visa à educação, à preparação e à organização das massas para a luta política e para a luta armada (...)"

Por esse documento, a AV caracterizou-se como a primeira organização subversiva a realizar a autocrítica do seu militarismo inconseqüente e a repudiar o seu anterior foquismo. Com o decorrer dos anos, outras organizações alcançariam a mesma visão.

A AV encerrou o ano de 1969 com um ato simultâneo de sabotagem, ao lançar, em 16 de dezembro (Dia do Reservista), duas bombas contra as placas do Serviço Militar, uma nas proximidades do túnel Nove de Julho e a outra na Ponte Pequena, em São Paulo.

Apesar de dotada de uma nova linha política, a AV não abdicava das ações de sabotagem, propaganda armada e "expropriação". O início do ano seguinte, entretanto, traria uma desagradável surpresa para a organização.

24. O surgimento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Expulso da Ala Vermelha, em meados do ano, o GENR transformou-se no Grupo de Expropriação e Operação (GEO). Liderado por Devanir José de Carvalho, reiniciou as ações armadas, assaltando a perua do Banco da América do Sul, nas proximidades da Avenida 23 de Maio, na capital paulista, da qual roubaram cerca de 50 milhões de cruzeiros (61).

---

(60) Em dezembro de 1967, a AV divulgara o "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista".

(61) O GEO era composto por quase duas dezenas de militantes, destacando-se os cinco irmãos "José de Carvalho": Devanir, Derly, Daniel, Jairo e Joel, conhecidos como os "irmãos Metralha". Além desses, compunham o grupo: Aderval Alves Coqueiro, Genésio Borges de Mello, Sérgio Massaro, José Anselmo da Silva, James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, José Couto Leal, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Ney Jansen Ferreira Júnior e Lúcio da Costa Fonseca, além de dois militantes com os codinomes de "Joaquim" e "Cláudio".

Tudo indicava que o grupo de Devanir, pela extremada violência, alcançaria projeção entre as organizações comunistas que adotavam a luta armada. Entretanto, em conseqüência de investigações procedidas pela polícia, em 26 de maio, em Santo Amaro, foram presos oito de seus militantes (62). Em seus aparelhos, a grande quantidade de armamento e munição, além de 91 "bananas" de dinamite, atestavam os propósitos desse grupo.

Debilitado pelas quedas, Devanir e o seu GEO iniciaram, no início de julho, conversações com o "Grupo do Gaúcho", liderado por Plínio Petersen Pereira ("Gaúcho"), que também havia saído da AV, no ano anterior. A intenção era a de fundir os dois grupos e estruturar uma nova organização.

Ao mesmo tempo, James Alen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo faziam contatos com a recém-surgida VAR-Palmares (VAR-P), através de militantes que haviam pertencido à Dissidência de São Paulo (DI/SP) e à VPR.

Assim, em 23 de julho, executaram, em "frente", o assalto ao Bradesco da Rua Turiassu, no bairro de Perdizes, de onde foram arrecadados quase 7 milhões de cruzeiros (63). Essa ação terminaria de forma trágica: Raimundo Gonçalves de Figueiredo baleou o soldado da FPESP Aparecido dos Santos Oliveira, que, já caído, recebeu o impacto de mais quatro tiros, desfechados por Domingos Quintino dos Santos. Foi o primeiro assassinato do grupo de Devanir.

Duas semanas depois, em 8 de agosto, o GEO e o "Grupo do Gaúcho", em "frente" com a REDE, assaltaram a agência da Light da Rua Siqueira Bueno, no bairro Belém, levando cerca de 15 milhões de cruzeiros.

Avultava, entretanto, o impasse entre os militantes dos dois grupos: integração à VAR-P ou formação de uma nova organização? Assim, durante dois dias, em meados de setembro, reuni-

(62) Eram eles: Aderval, Genésio, Sérgio, José Anselmo e quatro dos "irmãos Metralha" - Derly, Daniel, Jairo e Joel.

(63) Pelo GEO, participaram: Devanir, James, Raimundo, Ney e José Couto. Pelo Grupo do Gaúcho: Plínio, Domingos Quintino dos Santos e Chaouky Abbara. Pela VAR-P: Chael Charles Schreier, Roberto das Chagas e Silva e Carmen Monteiro dos Santos Jacomini, que se apavorou e fugiu. Também participou Eduardo Leite ("Bacuri"), que, logo depois, não aceitaria a VAR-P e iria formar a REDE.

ram-se numa casa em Campos do Jordão. Como observadores, foram convidados Eduardo Leite, pela REDE, Régis Stephan de Castro Andrade, pelo POC, "Altair", pela VAR-P, e Joelson Crispin, pela VPR. Ao final da reunião, apenas sete militantes decidiram formar uma nova organização. Os demais optaram por ingressar na VAR-P (64).

Em fins de setembro, esses sete militantes e mais Jorge Kurban Abrahão reuniram-se em São Paulo e criaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) (65).

Como linha política, o MRT nada apresentou de novo, e era, mesmo, bastante incipiente, procurando a violência pela violência. Seu único documento, a "Carta de Princípios", era o mesmo confeccionado por Plínio Petersen Pereira no ano anterior, mera cópia dos 25 pontos de Mao Tsetung e do PC da China.

Mas não eram essas as preocupações dos seus militantes: os objetivos e a estratégia diluindo-se a reboque da tática das ações armadas. Para ser militante do MRT, diziam, não era preciso ter boa formação política. Bastava saber apertar o gatilho e seguir o lema da organização: "Se dez vidas tivesse, dez vidas daria".

Nos seguintes 30 dias, o MRT executaria três assaltos em "frente" com a REDE.

Em 5 de outubro de 1969, a tentativa de assalto ao supermercado Peg-Pag, em Santo Amaro, acabaria em nova tragédia. Na aproximação de uma viatura da polícia, Devanir José de Carvalho baleou o soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima, que recebeu, logo após, uma rajada de metralhadora disparada por Mocide Bucheroni, militante da REDE.

Ainda em outubro, Devanir, Plínio e Waldemar, com outros militantes da REDE, assaltaram uma perua da Heliogás, na Lapa. No início de novembro, os mesmos três militantes assaltaram o carro pagador do INPS, também na Lapa, quando Devanir, "Bacuri" e Denize Peres Crispim, estes dois da REDE, mataram um funcionário do INPS e feriram outro.

---

(64) Optaram por uma nova organização: Devanir, Plínio, Waldemar, Armênio, Nelson Ferreira, João de Morais e Antonio André.

(65) Para o comando do MRT, foram eleitos: Devanir, Waldemar e Armênio. Plínio Petersen Pereira, o "Gaúcho", ficou como uma espécie de "assessor do comando", inclusive formalmente fora do Diretório Nacional (DN), constituído pelos outros sete militantes.

Logo após esse assalto, o MRT realizou uma reunião num aparelho em São João Clímaco, na qual compareceu todo o DN, com exceção de Jorge Kurban Abrahão. Foi aprovada, então, a aquisição de oito chácaras em Itapecerica da Serra, com cerca de 120 mil m², para o homizio de militantes e a guarda de material, além de servir para área de treinamento de sobrevivência no mato, que seria ministrado por Plínio, possuidor de curso em Cuba.

Em fins de novembro, realizou-se uma reunião entre militantes do MRT, da ALN, da REDE, da VPR e do POC, para a formação de uma "frente" político-militar. Em 26 de dezembro de 1969, houve a primeira ação armada dessa "frente", com o assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, quando roubaram cerca de 68 milhões de cruzeiros.

No ano seguinte, o MRT prosseguiria nas ações armadas.

25. O PCR atua no campo

A expulsão de Ricardo Zarattini, em dezembro de 1968, abalou o Partido Comunista Revolucionário (PCR), em conseqüência da saída de seus inúmeros seguidores e pelo fim da entrada de dinheiro roubado pelo "Bom Burguês".

Mesmo assim, de acordo com a sua linha política, estruturou-se para atuar no campo, através do Conselho de Luta Camponesa, e, em Recife, com o Conselho de Luta Estudantil e o Conselho de Luta Operária.

Seu órgão oficial, "A Luta", saía regularmente, além dos jornalecos "A Luta Estudantil" e "A Luta Operária", para os setores específicos. Chegou, inclusive, a montar uma área de treinamento de guerrilha, na região de Ribeirão, em Pernambuco, dirigida por Manoel Aleixo da Silva.

Entretanto, em 22 de novembro de 1969, a prisão de seu líder máximo, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara"), no sítio Borboleta, em Palmares, juntamente com os militantes Nuremberg Borja de Brito e Severino Fernando da Silva, iria desarticular a atuação do PCR no campo.

26. O fim do primeiro MR-8

No início de 1969, o MR-8 possuía um "Comando de Expro-

priações", que, após roubar 5 carros, realizou os seguintes assaltos: ao depósito do Projeto Rondon, na Universidade do Estado da Guanabara, de onde levaram grande quantidade de material para ser usado no campo; ao Banco Lar Brasileiro, agência Ipanema, em 6 Jan; e ao Banco Aliança S.A., agência Abolição, também na Guanabara, em 16 Mar (66).

Em abril de 1969, apesar de já ter vários planos de assaltos a bancos, o MR-8 não mais precisou realizar esses roubos. Os cerca de 400 mil cruzeiros novos recebidos de Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", proporcionaram-lhe uma cômoda situação financeira. Com esse dinheiro, pretendia deslocar-se do Paraná e adquirir uma fazenda para treinamento de guerrilha em Santa Catarina, nas proximidades da Serra do Pires, entre as cidades de Mafra, Lages, Curitibanos e Rio do Sul.

Entretanto, uma série de prisões de militantes, desbaratou o MR-8. Em 15 Fev, já havia sido preso Umberto Trigueiros Lima. Em 4 Abr, foi a vez de Aluízio Ferreira Palmar, em Cascavel, no Paraná, após um acidente de trânsito. Ainda no Paraná, em 28 de abril, na cidade de Laranjeiras do Sul, foram presos Antonio Rogério Garcia Silveira, Ivens Marchetti de Monte Lima, Sebastião Medeiros Filho e Marcos Antonio Farias de Medeiros.

A partir do início de maio, diversos "aparelhos" do MR-8 foram vasculhados na Guanabara e em Niterói, sendo presos doze militantes (67). Ao mesmo tempo, outros "aparelhos" foram descobertos em Curitiba, onde houve a prisão de mais seis militantes da organização (68).

Após essas quedas, os remanescentes entraram em pânico e refugiaram-se em outras organizações. Mauro Fernando de Souza, o mesmo que deu o desfalque no Banco Mercantil de Niterói, ingressou no COLINA, sendo preso em 13 de agosto de 1969, em Petrópo-

---

(66) O "Comando de Expropriações" era integrado por: Reinaldo Silveira Pimenta, João Manoel Fernandes, Ivens Marchetti de Monte Lima, Tiago Andrade de Almeida, Sebastião Medeiros Filho, Umberto Trigueiros Lima, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Ronaldo Fernando Martins Pinheiro, Luiz Carlos de Souza Santos, Marcos Antonio Farias de Medeiros, Gerardo Galisa Rodrigues, Joseph Berthold Calvert e Zenaide Machado.

(67) Foram presos: Luiz Carlos de Souza Santos, Gerardo Galisa Rodrigues, Tiago Andrade de Almeida, Antonio Calegari, Hélio Gomes de Medeiros, Ziléia Reznik, Martha Mota Lima Alvarez, Milton Gaia Leite, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Rui Cardoso de Abreu Xavier, Ubirajara José dos Reis Loureiro e Paulo Amarante Barcellos.

(68) No Paraná, foram presos: César Cabral, Iná de Souza Medeiros, João Manoel Fernandes, Nilse Fernandes, Maria Cândida de Sousa Gouveia e Maria da Glória Oliveira Leite.

lis; Zenaide Machado ingressou na VPR; Joseph Berthold Calvert entrou para a ALN, sendo preso em 26 de outubro de 1969, na fronteira com o Uruguai; Ronaldo Fernando Martins Pinheiro nunca foi preso, apesar de ter sido condenado a 6 anos de reclusão. Menos sorte teve Reinaldo Silveira Pimenta, que, ao ser preso, em 27 de junho, se atirou do apartamento 510 da Rua Bolívar, 124, em Copacabana, um dos "aparelhos" do MR-8.

Na realidade, o MR-8, ex-DI/NIT, ex-MORELN, nunca passou de um pequeno grupo de pouco mais de 30 militantes. Com uma linha política pouco desenvolvida e sem uma liderança definida, viveu às custas do dinheiro arrecadado num desfalque e em dois assaltos a bancos. Quando pretendia desenvolver-se com os fundos conseguidos com o "Bom Burguês", as prisões de seus militantes acabaram com a organização. Por ocasião das "quedas", a imprensa noticiou com abundância de detalhes suas atividades, e a sua sigla, MR-8, ficou bastante conhecida. Alguns meses depois, em setembro de 1969, a DI/GB assumiria o nome MR-8, por ocasião do seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos da América.

27. A DI/GB inicia as ações armadas e assume a sigla MR-8

Decidindo iniciar as ações armadas, a Dissidência da Guanabara (DI/GB) enviou, em janeiro de 1969, João Lopes Salgado para o interior da Bahia, a fim de comprar armas. Ao mesmo tempo, iniciou treinamentos de tiro numa fazenda próxima a Jequié, através de Cláudio Torres da Silva. Quatro meses depois, esses treinamentos intensificar-se-iam na praia do Peró, em Cabo Frio, e numa praia próxima a Búzios.

Após roubar diversos carros, a DI/GB realizou três assaltos no Rio de Janeiro, que tiveram repercussão: em 15 de fevereiro, ao Hospital Central da Aeronáutica, onde Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Cláudio Torres da Silva roubaram a metralhadora INA da sentinela; em 23 de fevereiro, ao Bar Castelinho, na Avenida Vieira Souto, onde esses quatro militantes e mais Stuart Edgard Angel Jones levaram cerca de 10 mil cruzeiros novos; e, em 24 de março, ao Banco de Crédito Territorial, no bairro de Bonsucesso, onde esses mesmos cinco militantes roubaram cerca de 38 mil cruzeiros novos. Neste último assalto, Stuart estava muito nervoso, chegando a dis-

parar a sua arma, o que lhe valeu a saída do grupo de ação.

Em abril de 1969, a DI/GB realizou a sua III Conferência (69). Nela, importantes decisões foram tomadas pela organização a fim de melhor estruturar-se para a luta armada. Profissionalizou diversos quadros, montou "aparelhos", elegeu uma Direção Geral (DG) — integrada por Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins e José Roberto Spiegner — e criou três frentes de atuação: a Frente Operária (FO), a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente de Trabalho Armado (FTA).

A FO, assistida por Daniel Aarão Reis Filho e dirigida por Stuart Edgard Angel Jones, tinha o objetivo de realizar o trabalho de agitação e propaganda no meio operário. Integrada por diversos militantes, a FO realizaria, no 2º semestre de 1969, panfletagens nas seguintes empresas: Remington e Eternit, em Guadalupe; Cortume Carioca, na Penha; Metropolitana, no Jardim América; estaleiros Caneco e Ishikawajima, no Caju; e Ciferal, em Ramos (70).

A FCM, assistida por José Roberto Spiegner e dirigida por Carlos Alberto Vieira Muniz, atuava na "pequena-burguesia" e, particularmente, no meio universitário e secundarista (71). A sua principal atividade foi a organização dos estudantes nas manifestações de protesto ocorridas durante a denominada "Semana de Rockfeller", em junho.

A FTA, assistida por Franklin de Souza Martins e dirigida por João Lopes Salgado, era a responsável pelas ações armadas — roubos e assaltos, a fim de conseguir fundos para a DI/GB (72).

A DI/GB resolveu iniciar um trabalho de campo no interior da Bahia e criou um Setor de Imprensa, na FCM, chefiado por Fernando Gabeira e sua amante Helena Bocayuva Khair, que publicava

---

(69) Estiveram presentes: Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins, José Roberto Spiehner,-Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

(70) Entre os militantes da Frente Operária estavam: Lúcia Maria Murat Vasconcelos, Mário de Souza Prata, Marcos Dantas Loureiro, Marcos Aarão Reis e Solange Lourenço Gomes.

(71) Faziam parte da Frente de Camadas Médias importantes militantes, como Carlos Augusto da Silva Zílio e Carlos Bernardo Wainer.

(72) Além desses dois militantes, a Frente de Trabalho Armado foi constituído por Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Vera Sílvia Araújo Magalhães, amante de José Roberto Spiegner. Posteriormente, ingressaram José Sebastião Rios de Moura e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

os jornalecos "Luta Operária", destinado à FO, e "Resistência", para a FCM.

Após a conferência, os integrantes da FTA iniciaram uma série de roubos de carros e assaltos na Guanabara: em 9 Mai, assalto à usina da Light, no Leblon, onde agrediram e roubaram a metralhadora INA do soldado da PM que estava de guarda; em 4 Jul, assalto à Rural Willys do Banco Mercantil de Niterói, que transportava o dinheiro dos supermercados "Disco", na Rua Farme de Amoedo, em Ipanema, da qual levaram cerca de 60 mil cruzeiros novos; em 4 Ago, assalto à Kombi do Banco Português do Brasil, na Rua Djalma Ulrich, em Copacabana, da qual levaram cerca de 55 mil cruzeiros novos; em 14 Ago, assalto à residência do Deputado Federal Edgard de Almeida, na Avenida Atlântica, em Copacabana, de onde roubaram quase 50 mil dólares em dinheiro e jóias estimadas no valor de 600 mil cruzeiros novos; e, ainda em agosto, assalto à Kombi dos supermercados "Mar e Terra", na Rua Hadock Lobo, na Tijuca.

O seqüestro do embaixador norte-americano, realizado em 4 de setembro de 1969, em "frente" com a ALN, foi um marco na história da DI/GB. Visto, essencialmente, como uma ação de propaganda política, o seqüestro serviu para libertar 15 presos, dentre os quais o seu militante Wladimir Palmeira, detido desde o Congresso de Ibiúna. Serviu, também, para a DI/GB assumir a sigla "MR-8", a fim de ganhar maior repercussão junto ao público (73), e mostrar aos órgãos policiais que o MR-8 não havia sido extinto (74). Nascia, assim, o "segundo" Movimento Revolucionário 8 de Outubro, ex-DI/GB.

À satisfação pelo sucesso do seqüestro e pela libertação de Wladimir Palmeira (75) sucedeu-se o pânico pela prisão, em 9 de setembro, de dois de seus militantes, que haviam participado dessa ação, Cláudio Torres da Silva, membro da FTA, que, durante a prisão, baleou o Sargento da Marinha Jorimar José Igrejas,

---

(73) A DI/GB não estava satisfeita com o seu próprio nome, que trazia reminiscências do PCB e a situava localizada, apenas, na Guanabara. Já fizera, inclusive, panfletagens usando o nome de Frente Estudantil Revolucionária (FER).

(74) Os jornais haviam fartamente noticiado que o "primeiro" MR-8 (ex-DI/NIT, ex-MORELN) estava extinto, em face da prisão de seus militantes, em abril de 1969.

(75) Wladimir Gracindo Soares Palmeira ("Marcos") foi banido em 5 de setembro de 1969, para o México.

e Antonio de Freitas Silva, caseiro do "aparelho" para onde foi levado o embaixador, na Rua Barão de Petrópolis. Alguns aparelhos foram desativados. Helena Bocayuva Khair, que havia alugado o "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis, fugiu para a França, sendo acompanhada, no final do ano, por Luiz Eduardo Prado de Oliveira. Franklin de Souza Martins, membro da DG e líder da FTA, fugiu do Brasil no esquema da ALN, indo fazer curso em Cuba.

Na onda das fugas, em 8 de outubro, data do aniversário da morte de Guevara, aconteceu o primeiro seqüestro de avião no Brasil. Quatro militantes do MR-8, Elmar Soares de Oliveira, Cláudio Augusto de Alencar Cunha, Ronaldo Fonseca Rocha e Edgar José Fonseca Fialho, seqüestraram o Caravelle PP-PDX, da Cruzeiro do Sul, quando voava de Belém para Manaus, levando-o para Cuba.

A fim de aumentar a sua segurança e dotar seus militantes de documentos falsos, o novo MR-8 assaltou, em 18 de novembro, o posto de identificação do Instituto Félix Pacheco, no bairro de Madureira, levando centenas de espelhos de carteira de identidade e de formulários de atestado de bons antecedentes.

Em dezembro de 1969, realizou uma miniconferência que aprovou uma "Resolução" dando maior ênfase ao trabalho operário. Desestruturada com a saída de Franklin, a DG foi completada por Cid de Queiroz Benjamin, que assumiu o Grupo de Fogo (GF), criado no lugar da FTA (76).

Preparava-se o novo MR-8 para prosseguir nas ações armadas, sem saber que, a partir de fevereiro do ano seguinte, uma série de prisões desestruturariam a organização e silenciariam, por algum tempo, a sigla que desejava manter.

28. O seqüestro do Embaixador Charles Burke Elbrick

Assaltos a bancos, ataques a sentinelas, roubos de armas e explosivos, assassinatos apresentados sob o eufemismo de "justiçamentos" — a violência estarrecia, porém perdera o ineditismo. A repetição sistemática das ações tirava-lhes o impacto do fato novo gerador de curiosidade. Era necessário imaginar algo

(76) Nessa época, João Lopes Salgado desenvolvia um trabalho de campo no interior da Bahia. O GF era constituído por Carlos Bernardo Wainer, César de Queiroz Benjamin, Alexandre Lyra de Oliveira, Sérgio Landulfo Furtado, Zaqueu José Bento e Solange Lourenço Gomes.

que mexesse com a opinião pública.

Com esse pensamento, a direção da DI/GB imaginou, em meados de 1969, o seqüestro de um representante diplomático. A ação teria a finalidade de libertar terroristas presos e de chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional para a audácia e a determinação do movimento revolucionário no Brasil.

O alvo mais significativo seria o embaixador dos Estados Unidos, o representante e defensor dos "interesses imperialistas norte-americanos em nosso País".

O pensamento inicial da DI/GB era libertar o seu militante e líder estudantil, Wladimir Palmeira, além dos dirigentes do movimento José Dirceu de Oliveira e Silva e Luís Gonzaga Travassos da Rosa. A idéia partiu de Franklin de Souza Martins, que havia estado preso junto com os demais líderes até o final de 1968.

A direção da DI/GB, liderada por Franklin de Souza Martins, após os planejamentos preliminares, concluiu que a falta de experiência de seus quadros seria um impedimento à consecução de suas intenções. Seria necessário o apoio de uma equipe mais experiente. A ALN já havia conseguido notoriedade através da intensificação de suas atividades, principalmente em São Paulo, e pela constante divulgação de textos de Marighela, incentivando qualquer tipo de "violência revolucionária". Marighela afigurava-se como o apoio mais competente a ser tentado.

Em julho de 1969, Cláudio Torres da Silva, membro da Frente de Trabalho Armado (FTA), foi fazer contato com Joaquim Câmara Ferreira. "Toledo", dentro da autonomia revolucionária permitida pelos princípios da ALN, tomou conhecimento e aprovou o planejamento da DI/GB. Sem o conhecimento de Marighela, foi prometido o apoio da ALN à empreitada da DI/GB.

Durante os preparativos, foi alvo de especial atenção a escolha da data da ação. Havia duas opções: a semana de 7 de setembro ou 8 de outubro. O 8 de outubro, significativo pela lembrança da "queda" de Guevara na Bolívia, foi preterido pela Semana de 7 de Setembro, em função da urgência em libertar os presos políticos e da intenção de desmoralizar as autoridades e esvaziar as comemorações da Semana da Pátria.

No final de agosto, Cid de Queiróz Benjamin, membro da

FTA, tornou a fazer contato com "Toledo", em São Paulo, pormenorizando detalhes da operação. Da reunião participou Virgílio Gomes da Silva, coordenador do GTA da ALN, que seria o comandante da operação. Virgílio selecionou os militantes Manoel Cyrilo de Oliveira Neto e Paulo de Tarso Venceslau para participarem diretamente da ação. "Toledo", representando a direção da ALN, deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro para coordenar as ações e orientar a ligação com as autoridades.

Os levantamentos, reconhecimentos e providências logísticas da operação, todas sob a responsabilidade da DI/GB, já haviam sido tomadas.

Fernando Paulo Nagle Gabeira, jornalista do Jornal do Brasil e responsável pelo setor de imprensa da DI/GB, através de sua amante Helena Bocayuva Khair, havia alugado, em 5 de agosto, a casa nº 1026 da Rua Barão de Petrópolis, no Rio Comprido. O "aparelho", além de servir ao setor de imprensa, seria utilizado para guardar o embaixador após o seqüestro.

Cláudio Torres, Cid Benjamin e Franklin levantaram o itinerário do carro do embaixador, que, invariavelmente e sem qualquer segurança, transitava de sua residência oficial — na rua São Clemente, em Botafogo — para a embaixada, na Av. Presidente Wilson. O itinerário, sempre o mesmo, iniciava-se na Rua São Clemente, passando pela descongestionada e tranqüila Rua Marques para atingir a Rua Voluntários da Pátria. A Rua Marques ; pelas suas características, foi escolhida como o local para a abordagem do carro do embaixador.

Vera Sílvia Araújo Magalhães ("Marta"), militante da FTA da DI/GB, foi a encarregada de levantar a personalidade e os horários de saída do embaixador. Aproveitando-se de sua aparência física atraente, e à semelhança de ações anteriores, apresentou-se na casa do embaixador à procura de emprego como doméstica. Atendida pelo encarregado da segurança, Antônio Jamir, "Marta" envolveu-o emocionalmente, conseguindo os dados necessários à complementação do planejamento.

Acertados os detalhes, foi marcada a data de 4 de setembro para a ação. Paulo de Tarso Venceslau, no dia 2 de setembro, conduziu para o Rio de Janeiro os terroristas Virgílio Gomes da Silva e Manoel Cyrilo. Ao chegarem, foram recebidos por Cid e Cláu

dio que os conduziram, "fechados", para um "aparelho" no bairro do Flamengo, próximo ao Hotel dos Ingleses.

Virgílio, cioso de suas prerrogativas de comandante, iniciou junto com os outros militantes da ALN os reconhecimentos dos locais e itinerários, ainda no dia 2 de setembro, complementando-os no dia seguinte.

No dia 3 de setembro, completado o planejamento, Paulo de Tarso, por telefone, comunicou-se com "Toledo", em São Paulo, informando: "Negócio fechado. Mande a mercadoria". A senha, enviada para a residência do industrial Jacques Breyton — da rede de apoio da ALN —, significava que a ação estava preparada e seria desencadeada e que "Toledo" poderia deslocar-se para o Rio de Janeiro. No mesmo dia, "Toledo" viajou de avião para o Rio de Janeiro e alojou-se no "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis.

Em 3 de setembro, já estava pronto o documento, redigido por Fernando Gabeira, que seria deixado no carro do embaixador após o seqüestro. O manifesto inseria o seqüestro dentro do contexto das demais ações terroristas que ocorriam na ocasião, classificando-o como um "ato revolucionário". Fazia propaganda "antiimperialista" (...) Fazia a exigência da libertação de quinze presos políticos — a serem anunciados oportunamente —, que seriam conduzidos para a Argélia, Chile ou México, onde lhes pudesse ser concedido asilo político. A outra exigência era "a publicação e leitura desta mensagem completa nos principais jornais e estações de rádio e televisão de todo o país". Finalizando o manifesto, era feito o ultimato, concedendo quarenta e oito horas para o Governo aceitar as condições impostas e mais vinte e quatro horas para que os presos fossem transportados para o exterior, em segurança. O não atendimento das exigências representaria o assassinato ou, mais apropriadamente, o "justiçamento" do embaixador. Assinavam o manifesto a Ação Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), nome adotado pela DI/GB a partir de então.

A manhã do dia 4 de setembro foi tensa para os executantes diretos do seqüestro. Com a antecedência necessária, foi tomado o dispositivo para a ação.

Na esquina das ruas São Clemente e Marques, ficou estacio

nado o Volkswagen bege com João Lopes Salgado e Vera Sílvia ("Marta"). O motorista era José Sebastião Rios de Moura ("Baixinho"), que se postou à pé na esquina, para anunciar a aproximação do carro do embaixador.

Num Volkswagen azul, com chapa de São Paulo, foram transportados Franklin, Cid e Virgílio. Virgílio saltou na Rua Marques e, de acordo com o planejamento, seria um dos elementos a entrar no carro do embaixador após a abordagem. O volks azul, estacionado na Rua Marques, deveria realizar uma manobra — aparentando movimento normal de trânsito — que obrigasse o carro do diplomata a parar.

Cláudio Torres, Paulo de Tarso e Manoel Cyrilo chegaram ao local num volks vermelho com chapa do Espírito Santo. Os três abordariam a pé, junto com Virgílio, o carro do embaixador. O volks vermelho estacionou na Rua Marques, no lado oposto ao volks azul, para estreitar a rua e impedir a manobra do veículo diplomático.

Na Rua Caio de Melo Franco, no Jardim Botânico, já havia sido estacionada por Sérgio Rubens de Araújo Torres, membro da FTA da DI/GB, a Kombi Volkswagen verde que serviria para o transbordo do embaixador.

Tudo pronto. O tempo passava, a tensão aumentava. O Cadillac do embaixador não aparecia.

Cerca das 1100 horas o esquema foi desfeito. Apurara-se que o embaixador, contrariando a rotina, havia saído de casa bem mais cedo. Restava a alternativa do retorno do mesmo para a embaixada, após o almoço em sua residência.

Às 1300 horas Virgílio determinou que o dispositivo fosse retomado. Apenas o volks vermelho não foi utilizado. Havia vários carros estacionados estreitando a rua. O volks foi abandonado na Rua Capistrano de Abreu.

Pronto o dispositivo, surgiu na Rua Marques um carro semelhante ao do embaixador americano. Os olhares convergiram para "Baixinho", que se encontrava na esquina. O sinal convencionado não foi dado; era o carro do embaixador português.

Finalmente, às 1445 horas, "Baixinho" fez o sinal combinado. Surgiu na esquina da Rua Marques o imponente Cadillac negro, chapa CD-3, dirigido por Custódio Abel da Silva. Em marcha

moderada, deslocava-se pela rua aproximando-se do local da ação. No banco traseiro, Charles Burk Elbrick. Cerca de vinte metros à frente, um volks azul deixava o acostamento lentamente e fazia uma manobra em U. Custódio freiou para aguardar que a rua ficasse desimpedida.

Repentinamente, a calma da tarde foi interrompida. Quase que simultâneamente, as quatro portas do Cadillac foram abertas e quatro elementos armados lançaram-se para o interior do carro. Virgílio e Manoel Cyrilo encarregaram-se do embaixador. Elbrick, aturdido e sem entender o que estava ocorrendo, foi forçado a abaixar-se no assoalho do carro com as mãos na nuca, enquanto Virgílio anunciava: "Somos revolucionários brasileiros". Pela porta do motorista, entrou Cláudio Torres, que, empurrando Custódio e tomando-lhe o boné, colocou-se ao volante. Pela porta dianteira direita, entrou Paulo de Tarso, ameaçando Custódio com sua arma.

O Cadillac ao arrançar foi seguido pelo Volks azul que fazia a cobertura na retaguarda. Ao retornar à Rua São Clemente, seguindo para a região de transbordo, o carro diplomático passou a contar com uma cobertura à frente proporcionada pelo volks bege dirigido por Sebastião Rios.

Após rodar alguns minutos, o Cadillac atingiu a região de transbordo. Elbrick recebeu a ordem para fechar os olhos e sair do carro. Imaginando que seria morto, tentou segurar a mão de Virgílio que empunhava um revólver. Recebeu violenta coronhada na cabeça desferida por Manoel Cyrilo. Sangrando abundantemente e atordoado pela pancada, foi colocado no chão da kombi e coberto com uma manta.

Os terroristas tinham, entretanto, cometido um erro grosseiro. O motorista Custódio, previsto para dar o alarme à polícia e divulgar o ocorrido, tinha sido levado ao local de transbordo e visto a kombi verde que levaria o embaixador. Esta foi uma das valiosas pistas que levaram os órgãos de segurança a descobrir o "aparelho" da Barão de Petrópolis, já no dia seguinte, 5 de setembro.

Conduzido ao "aparelho", Elbrick, ensangüentado e ferido, permaneceu ainda cerca de quatro horas no interior da kombi, dentro da garagem do "aparelho", aguardando o escurecer para ser le

vado para o interior da casa.

No local, já se encontravam "Toledo", Gabeira e Antonio de Freitas Silva ("Baiano"). "Baiano" havia sido contratado por elementos da DI/GB, como serviçal, para, futuramente, prestar serviço como mimeografista na preparação de documentação subversiva.

Após o seqüestro, o efetivo do "aparelho" foi engrossado pelas presenças de Virgílio, Manoel Cyrilo, João Lopes e Franklin. No interior da casa foi montado um esquema de segurança. Os terroristas que tinham contato com o embaixador o faziam encapuçados para não serem reconhecidos.

A equipe de sete terroristas mantinha-se tensa, aguardando o desdobramento da ação. Os panfletos deixados no interior do carro diplomático exigiam a sua divulgação através dos meios de comunicação, como uma das condições para a salvaguarda de Elbrick.

Finalmente, durante a noite, os terroristas captaram a transmissão de rádio que divulgava o manifesto. Era sinal de que o Governo resolvera negociar, preservando a vida do diplomata americano. Naquela mesma noite, foi iniciada a seleção de nomes para a lista dos quinze criminosos políticos a serem libertados.

A idéia inicial do MR-8 de libertar 03 (três) líderes estudantis, ampliada posteriormente por "Toledo" para quinze, exigia uma pesquisa para a qual o bando seqüestrador não estava preparado. Tiveram dificuldades em selecionar nomes de outras organizações, pois desconheciam a importância dos diversos presos no contexto da subversão. Ignoravam, inclusive, o nome de Mário Roberto Galhardo Zanconato, da Corrente/MG, colocado na relação com o apelido de "Xuxu" (sic).

Finalmente, completaram a lista. Dela faziam parte: Argonauta Pacheco da Silva, Flávio Aristides de Freitas Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti de Monte Lima, João Leonardo da Silva Rocha, José Dirceu de Oliveira e Silva, José Ibraim, Luis Gonzaga Travassos da Rosa, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Mário Roberto Galhardo Zanconato, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas Sá Rego, Ricardo Zarattini, Rolando Fratti e Wladimir Gracindo Soares Palmeira.

Na manhã do dia 5, sexta-feira, Fernando Gabeira e Cláudio Torres colocaram na urna de donativos da igreja do Largo do Machado uma mensagem, informando que divulgariam a lista de 15 nomes e um bilhete manuscrito de Elbrick para a esposa. Uma cópia da mensagem foi deixada, como alternativa, na urna de donativos da Igreja N.Sª de Copacabana,na Praça Serzedelo Correia.

Elbrick, acovardado e orientado por seus seqüestradores, suplicava em seu bilhete que as autoridades não tentassem localizá-lo, informando que "a gente que me prendeu está determinada". Cláudio Torres, orientado por Gabeira, ligou para o Jornal do Brasil e para a Última Hora comunicando onde se encontravam as duas cópias da mensagem e solicitou a sua publicação.

No início da tarde do dia 5 de setembro, a relação com os quinze nomes foi colocada pela dupla Gabeira-Cláudio Torres na caixa de sugestões do mercado "Disco", do Leblon. Foi utilizado o expediente de ligar para a Rádio Jornal do Brasil, informando o local onde se encontrava a mensagem e pedindo a sua divulgação.

Naquela altura, os órgãos de segurança, graças ao amadorismo dos seqüestradores, já tinham localizado o "aparelho" e o mantinham sob vigilância. Após seguirem Gabeira e Cláudio Torres nas andanças para a colocação das mensagens, os órgãos de segurança resolveram demonstrar aos seqüestradores que já os tinham sob vigilância e que qualquer dano causado ao embaixador seria imediatamente reprimido. Dois agentes bateram à porta do "aparelho" e, sem se preocuparem em disfarçar suas intenções, fizeram perguntas sobre os moradores da casa e outros detalhes típicos de uma investigação. Gabeira, esforçando-se em aparentar naturalidade, respondeu, de forma pouco convincente, as perguntas dos policiais. Enquanto isso,dentro do "aparelho", os seqüestradores, assustados, preparavam-se para fazer frente a uma ação que não haviam previsto. Virgílio correu para o quarto de Elbrick e, colocando-o sentado no chão, permaneceu com o revólver apontado para a cabeça do apavorado embaixador.

Para alívio dos "revolucionários", os policiais retiraram-se. A vigilância foi intensificada e, a partir daquele momento até altas horas da madrugada, o tempo foi consumido em discussões para decidir qual a atitude a tomar. Chegaram à conclusão que deveriam permanecer no "aparelho" e prosseguir com o

planejamento inicial. Enquanto mantivessem Elbrick vivo teriam chance de escapar.

O dia de sábado foi de expectativa. O Governo brasileiro, em respeito à vida humana de um representante estrangeiro, já havia aceitado as condições dos terroristas. O México, um dos países propostos, tinha concordado em receber os presos políticos. Quatorze presos políticos foram reunidos no Rio de Janeiro. Gregório Bezerra seria recolhido em Recife, quando da passagem do avião. Às 17.30 horas, um avião Hércules da FAB decolou da Base Aérea do Galeão levando rumo ao México os primeiros terroristas banidos do território nacional.

Na manhã do dia 7 de setembro, domingo, foi colocada por Cláudio Torres, no monumento em frente à empresa Manchete, na Praia do Russel, a terceira e última mensagem. Os seqüestradores anunciavam o conhecimento da chegada dos 15 subversivos no México e aguardavam apenas uma autenticação, previamente combinada, para libertar o embaixador.

Com o "aparelho" cercado, a vida do seqüestrado valia, então, a vida dos seqüestradores. Os terroristas resolveram escolher o momento da saída do jogo Fluminense x Bangu, no Maracanã, para libertar o embaixador. Tirariam proveito do início da noite e da confusão do trânsito, no final do jogo, para escapar do cerco policial. Elbrick foi colocado vendado num volks dirigido por Cláudio Torres, tendo Virgílio Gomes a guardá-lo. Em outro volks, fazendo a cobertura, deslocaram-se Cid Benjamin e Manoel Cyrilo.

Helena Bocayuva Khair já tinha auxiliado Gabeira a retirar do "aparelho" os dirigentes Franklin, Lopes Salgado e Câmara Ferreira. Antonio de Freitas Silva também já tinha abandonado o local, auxiliado por Helena, tendo sido guardado num "aparelho" no bairro de São Cristóvão.

Por volta das 18.30 hs, os terroristas trancaram o "aparelho" e iniciaram o deslocamento, acompanhados por uma viatura policial. Os órgãos de segurança tinham ordem de não intervir, para não colocar em risco a vida de Elbrick. No congestionado trânsito do término do jogo do Maracanã, os terroristas conseguiram distanciar-se e foram perdidos pela viatura policial.

Elbrick foi abandonado numa rua próxima do Largo da Segun

da-Feira, na Tijuca, com ordens de permanecer quinze minutos no local antes de procurar auxílio. O intimidado embaixador cumpriu à risca as ordens dos terroristas, tendo, transcorrido o prazo, tomado um táxi e retornado à sua residência.

Terminava assim, resguardada a integridade do embaixador, o episódio que serviria de modelo para o seqüestro de mais três diplomatas.

29. Os prenúncios da cisão do POC

Criado em abril de 1968, o Partido Operário Comunista (POC), no início de 1969, estava estruturado em São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Minas Gerais e Bahia.

A Secretaria Regional de São Paulo (SR/SP) realizou, no princípio do ano, uma Conferência Regional, onde foram discutidos aspectos do trabalho de massa no movimento estudantil e no movimento operário, bem como problemas de segurança interna e de disciplina.

A conferência representou uma tentativa de dinamizar o trabalho da organização, em São Paulo, que, assim como nas demais áreas de atuação do POC, se encontrava parado, com sérias dificuldades de mobilização, principalmente no meio operário.

Buscando colocar na prática as resoluções dessa conferência, a SR/SP tentou implantar um trabalho operário na região do ABC, que, contudo, não apresentou resultados satisfatórios. A tentativa de penetrar no meio operário transformava-se em obsessão para o POC. Entretanto, a origem pequeno-burguesa da organização provocava sérias restrições ao seu trabalho.

Assim, um ano após sua criação, o POC pouco tinha progredido. Existiam sérios problemas políticos, econômicos e de segurança que geravam divergências. Os militantes oriundos da DL/PCB/RS e alguns elementos de São Paulo criticavam a direção nacional formada por antigos militantes da POLOP. A principal crítica, motivada pela crise econômica, levou o grupo divergente a propor a realização de "expropriações", como meio de atender a manutenção da organização.

Em Curitiba, antigos militantes da POLOP tentavam implantar um trabalho revolucionário, realizando, para isto, incursões na área estudantil. O contato com a direção nacional do POC foi

conseguido no mês de junho. Em setembro, o núcleo do POC de Curitiba e seus prosélitos reunir-se-iam em Caiobá/PR e realizariam o "Ativo de Fundação do POC na Região".

Ainda em junho, visando a dirimir as contradições internas, o POC realizou na praia de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, uma Reunião Ampliada Nacional (RAN), com a presença dos nove membros do Comitê Nacional (CN) e representantes das Secretarias Regionais de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais (77).

No decurso da reunião, ao ser realizado um balanço das atividades da organização, as divergências acirraram-se, numa antevisão de um futuro rompimento. O fulcro dos desentendimentos era a realização, ou não, das ações armadas. A maioria dos presentes, motivada, talvez, pela escalada armada da subversão em 1969, apoiava a realização de "expropriações".

As controvérsias na RAN provocaram modificações no Comitê Nacional. Érico Czackzes Sachs, contrário às ações armadas, afastou-se do CN e ligou-se à SR/GB (78). Otavino Alves da Silva foi substituído por Ângela Maria Mendes de Almeida (79).

Como reflexo da posição majoritária na RAN, favorável às ações de "expropriação", Flávio Koutzi, um dos dirigentes regionais do POC no Rio Grande do Sul, participou do assalto ao Sulbanco, no dia 23 de julho, realizado em "frente" com o M3-G (80). A SR/RS recebeu 8 mil cruzeiros novos na partilha do produto do assalto, na primeira manifestação armada do POC em toda a sua história.

Em setembro de 1969, autorizado pela direção nacional, Régis Stephan de Castro Andrade compareceu como observador a uma reunião, em Campos do Jordão, de elementos dissidentes da Ala

(77) Pelo CN, compareceram: Ceici Kameyama, Éder Simão Sader, Érico Czackzes Sachs, Fábio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Nilmário de Miranda, Otavino Alves da Silva, Peri Thadeu de Oliveira Falcon e mais um, conhecido por "Armando". As Secretarias Regionais estavam representadas por: Clayton Rogério Duarte Netz (RS), Marcos Wilson (MG), Régis Stephan de Castro Andrade (SP), Teresa Daisi Furtado (PR) e "Azevedo" (BA).

(78) Érico Sachs, substituído no CN pelo suplente "Azevedo", seria preso no Rio de Janeiro em setembro de 1969, no DOPS, de onde se evadiria no dia 20 de setembro, pedindo asilo político na Embaixada do México.

(79) Após a realização da RAN, a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foi constituída por Fábio Oscar Marenco dos Santos, Ceici Kameyama, Éder Simão Sader e Ângela Maria de Almeida.

(80) Da ação, realizada sem conhecimento da direção nacional, participou, também, o militante do POC Antonio Pinheiro Sales.

Vermelha do PC do B. Durante o conclave, Régis Stephan combinou novos contatos para discutir a formação de uma frente de atuação das organizações. Num primeiro encontro, firmou-se um acordo de atuação em frente do POC, do MRT, da REDE e da VPR. A associação das organizações recebeu a denominação de Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e assumiria, a partir de então, a autoria das ações decididas pela aliança, mesmo sem a participação de representantes de todas as organizações.

O Comitê Nacional (CN) do POC aprovou o acordo, e os contatos foram passados por Régis Stephan para Fábio Oscar Marenco dos Santos, que havia recebido orientação da direção nacional para estruturar um "Setor Especial", com o objetivo de participar das ações da FMR.

Houve, no final de novembro, uma segunda reunião, quando se formalizou a constituição da FMR (81).

Em 13 de outubro, dentro da "onda militarista" que tomou conta do POC, foi realizado um assalto à residência de Manoel Marques Gregório, presidente do clube Portuguesa de Desportos, em São Paulo.

No final de 1969, o POC entrou num processo de luta interna, de âmbito nacional. Duas correntes distintas pretendiam impor seus pontos de vista. A corrente majoritária, conhecida como "Voluntarista", propugnava pela colaboração com outros grupos de esquerda, de linha violenta, para tentar impor sua linha política. A facção minoritária, conhecida com "Tendência Proletária", era partidária de um trabalho pacífico de proselitismo e doutrinação da massa operária, para transformá-la em uma classe política independente, apta à conquista do poder e à transformação da estrutura social.

Antevendo o rompimento, o principal organizador da "Tendência Proletária", Éder Simão Sader, passou a realizar reuniões preparatórias para a estruturação de uma nova organização: A Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO).

(81) Como representantes de suas organizações e "signatários" do acordo, estiveram presentes: Devanir José de Carvalho e Plínio Petersen Pereira, do MRT; Joelson Crispim e Ladislas Dowbor, da VPR; Eduardo Leite, da REDE; e Régis Stephan de Castro Andrade e Fábio Oscar Marenco dos Santos, do POC.

30. O COLINA funde-se com a VPR

O ano de 1969 parecia promissor para o COLINA. Seus dois assaltos a bancos, realizados em Belo Horizonte, no ano anterior, haviam-lhe fornecido o numerário suficiente para a aquisição de armas e para a instalação de diversos "aparelhos". Suas demais ações armadas — roubo de carros e lançamento de bombas —, dirigidas por Ângelo Pezzuti da Silva, foram coroadas de êxito,e a sigla "COLINA" já era respeitada pelas demais organizações subversivas. Na Guanabara, do mesmo modo, Juarez Guimarães de Brito conduzia as ações. Nos dois Estados, diversos assaltos a bancos já estavam planejados, bem como atentados a quartéis e a delegacias de polícia.

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) do COLINA difundiu, internamente, o documento "Informe Nacional", no qual faz um balanço de suas atividades e se vangloria de que a organização *"já realiza ações básicas para a montagem do foco e demais tarefas da luta revolucionária, tais como ação de desapropriação, aquisição de material bélico, químico, de saúde, intendência, engenharia, comunicação, etc., contatos e treinamentos no exterior, definição de áreas táticas e estratégicas"*. Realçou,também, que a sabotagem e o terrorismo "têm sido utilizados" pela organização; a primeira, visando, "fundamentalmente, a minar a economia e/ou atingir instalações das forças repressivas", e o segundo, para "justiçamento ou amedrontamento".

Na tarde de 14 de janeiro de 1969, o COLINA assaltou, simultaneamente, os bancos da Lavoura e Mercantil de Minas Gerais, em Sabará, onde roubaram cerca de 70 milhões de cruzeiros (82).

Apesar do assalto ter alcançado êxito, ele representou o início do desmantelamento do COLINA. Nessa mesma noite, Ângelo Pezzuti da Silva, seu principal dirigente, foi preso. Suas declarações possibilitaram a prisão de diversos militantes, dentre os quais José Raimundo de Oliveira, do Setor de Terrorismo e Sabotagem, e Pedro Paulo Bretas e Antonio Pereira Mattos, do Setor de Expropriação.

Esses depoimentos levaram a polícia a desbaratar três "a-

---

(82) Participaram do roubo: Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Antonio Pereira Mattos, Erwin Rezende Duarte, João Marques Aguiar, José Raimundo de Oliveira, Júlio Antonio Bittencourt de Almeida, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Maria José de Carvalho Nahas, Pedro Paulo Bretas e Reinaldo José de Melo.

parelhos" do COLINA, em Belo Horizonte, na madrugada de 29 de janeiro de 1969. À 01.00 h, 11 policiais dirigiram-se para o "aparelho" da Rua Itaí, nº 113, no bairro Santa Ifigênia, "entregue" por Ângelo Pezzuti, onde não encontraram ninguém, apenas documentos da organização. Às 02.30 h, foram para o "aparelho" delatado por Pedro Paulo Bretas, na Rua XXXIV, nº 31, no bairro Santa Ignez, onde encontraram explosivos, armas e munições. Às 04.00 h, reforçados por 3 guardas-civis de uma radiopatrulha, os policiais chegaram no terceiro "aparelho", na Rua Itacarambu, nº 120, bairro São Geraldo, também "entregue" por Pedro Paulo Bretas. No local, quando disseram ser da polícia, foram recebidos por rajadas de metralhadora, disparadas por Murilo Pinto da Silva, irmão de Ângelo Pezzuti, as quais mataram o policial Cecildes Moreira de Faria e o guarda-civil José Antunes Ferreira e feriram, gravemente, o investigador José Reis de Oliveira. No local, foram encontrados armas, munições, fardas da PM, documentos do COLINA e dinheiro dos assaltos, sendo presos sete militantes da organização (83).

Essas prisões, posteriormente seguidas de outras, levaram o pânico aos militantes do COLINA em Minas Gerais, inviabilizando o prosseguimento de suas atividades nesse Estado. Como o trabalho na Guanabara prosseguia incólume, foram transferidos para esse Estado, onde chegou a ser criado um "Setor dos Deslocados", englobando os militantes mineiros, ainda desestruturados.

Com as "quedas", sentiu o COLINA a necessidade de intensificar o processo de fusão com a VPR, iniciado no ano anterior, e acelerar os trabalhos de incorporação de outros grupos.

Já havia, desde meados de 1968, no Rio Grande do Sul, um grupo, ainda sem nome, que atuava no meio operário, publicando os jornalecos "União Operária" e "O Rebelde". Embora não tivesse programa e nem estatuto, defendia as posições foquistas e articulava-se em torno do advogado Carlos Franklin Paixão Araújo, com cerca de 30 militantes (84).

---

(83) Os sete eram: Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Maurício Vieira de Paiva (ferido com 2 tiros), Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antonio Bittencourt de Almeida, Jorge Raimundo Nahas e sua esposa, Maria José de Carvalho Nahas.

(84) Entre eles estavam: Raul Ellwanger, Antonio da Cunha Lousada, Antonio Luiz de Carvalho, João Ruaro Filho, Athanásio Orth, Maria Celeste Martins, Paulo de Tarso, Delci Fensterseifer, Francisco Martinel Torres, Vânia Amoretti Abrantes e o casal Raul David do Valle Júnior e Ida Furstein do Valle, que seriam, posteriormente, deslocados para Brasília.

Em novembro de 1968, Carlos Alberto Soares de Freitas já havia feito uma reunião com o grupo numa chácara próxima ao bairro Ipanema, em Porto Alegre, e, em fins de janeiro de 1969, Maria do Carmo Brito convidou esse grupo gaúcho para uma reunião em março, na qual ele se integraria ao COLINA. Ao mesmo tempo, o COLINA fazia contatos com outros grupos, da Bahia, de Goiás e do próprio Rio Grande do Sul. No início de março, foi realizada a reunião prevista na Rua Miguel Lemos, no bairro de Copacabana, à qual compareceram representantes desses grupos (85). Nas discussões políticas, ficou claro que, para o COLINA, o caráter da revolução era socialista, mas com uma etapa de libertação nacional. Decidiram fazer uma nova reunião, dentro de 60 dias, para efetivar a fusão e deslocar dois militantes do COLINA, Liszt Benjamin Vieira e Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, para intensificar os trabalhos no Rio Grande do Sul.

Ainda no mês de março, o COLINA recebeu a incorporação de dois novos grupos, centrados na Guanabara: o Núcleo Marxista-Leninista (NML) (86) e a Dissidência da Dissidência (DDD) (87), engrossando seus efetivos e tornando mais forte e importante a organização.

Em 31 de março de 1969, o COLINA executou o assalto ao Banco Andrade Arnaud, na Rua Visconde da Gávea, nº 92, na Guanabara, onde foram roubados cerca de 45 milhões de cruzeiros e foi assassinado o comerciante Manoel da Silva Dutra.

Em fins de abril, o COLINA realizou um pleno numa casa em Petrópolis, com duração de cerca de 10 dias, ao qual compareceram os mesmos representantes dessa organização que estiveram na reunião do início de março, com exceção de Inês Etienne Romeu, e

(85) Participaram da reunião: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Inês Etienne Romeu, Helvécio Luiz Amorim Ratton e Dilma Vana Rousseff Linhares, pelo COLINA; Carlos Franklin Paixão Araújo e Antonio Luiz de Carvalho, pelo Rio Grande do Sul; Rafton Nascimento Leão, por um grupo de Goiás; Raul David do Valle Júnior e Ida Furstein do Valle, por Brasília; e um elemento de codinomes "Fábio" e "Patrício", representando um grupo da Bahia.

(86) O NML era liderado por: Jaime Walwitz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Túlio") e Alan Marinho de Albuquerque ("Alex").

(87) A DDD era liderada por: Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, além de Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Minc Baumfeld e Wilson Thimóteo Júnior e sua esposa Flávia de Camargo Cavalcanti de Thimóteo.

procederam à integração dos grupos do Rio Grande do Sul, de Goiás, da Bahia e de Brasília. Foi aprovado um novo Programa, que, apesar de ainda ser foquista, sustentava a necessidade de realizar um maior trabalho operário e definia o caráter da revolução como sendo socialista, eliminando-se a etapa de libertação nacional. Foi aprovado, também, um projeto de Estatuto e eleito o novo CN do ex-COLINA (88).

Na tarde de 15 de maio, militantes do ex-COLINA assaltaram o Banco Mercantil de Niterói, agência do mercado São Sebastião, na Avenida Brasil, roubando cerca de 12 milhões de cruzeiros.

Alguns dias depois, houve a primeira reunião do novo CN, em Copacabana, onde foi fixada a estrutura orgânica e foram setorizados os membros da direção, além de traçados os planos para a fusão com a VPR.

Em 28 de maio, após intensa perseguição e tiroteio, foram presos os militantes Fausto Machado Freire e Marco Antonio de Azevedo Meyer, logo após terem roubado um Aero-Willys, na Rua Barão da Torre, em Ipanema.

A última ação do ex-COLINA, enquanto organização, foi o assalto à agência Urca do União de Bancos Brasileiros, na Guanabara, em 16 de junho, de onde foram roubados cerca de 27 milhões de cruzeiros.

A partir desse mês, foi feita a fusão da organização com a VPR, dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-P).

31. VPR: as "quedas" do primeiro trimestre e a fusão com o COLINA

Expurgada daqueles que condenavam o militarismo inconseqüente, a VPR iniciou o ano de 1969 com dois assaltos em São Paulo: ao Banco Itaú-América, na Rua Jumana, onde levaram cerca de 35 milhões de cruzeiros; e ao Banco Aliança do Rio de Janeiro, da Rua Vergueiro, onde foram roubados 20 milhões de cruzeiros.

Mas foi o assalto ao 4º RI que desestruturou a VPR, em conseqüência das prisões ocorridas em 23 de janeiro, em Itapeceri-

(88) A partir desse pleno, a organização passou a assinar seus documentos como "ex-COLINA". O novo CN era integrado por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho, Carlos Franklin Paixão Araújo, Dilma Vana Rousseff Linhares e Carlos Avelino Fonseca Brasil.

ca da Serra. Os depoimentos, particularmente os de Pedro Lobo de Oliveira e Oswaldo Antonio dos Santos, proporcionaram, alguns dias depois, as prisões de Dulce de Souza Maia, José Ibrahim, Roque Aparecido da Silva e João Leonardo da Silva Rocha.

Em 30 de janeiro, foram presos Otacílio Pereira da Silva e os irmãos Nelson e Pedro Chaves dos Santos, na Fazenda Ariranha, em Paranaíba, no Mato Grosso, local em que a VPR fazia treinamento de guerrilhas.

Após as expulsões de dezembro de 1968 e as prisões de janeiro de 1969, dos seis elementos que compunham o Comando Nacional (CN) da VPR restavam três: Waldir Carlos Sarapu, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira.

Em 11 de fevereiro, em tiroteio na gráfica Urupês, morria Hamilton Fernando Cunha ("Escoteiro"), militante da ALN, e era ferido José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, da VPR, numa ação em que também foi baleado um policial.

Em 26 de fevereiro, no mesmo dia em que a VPR assaltava o Banco da América, da Rua do Orfanato, levando 102 milhões de cruzeiros, a polícia chegou a um sítio, em Cotia, que servia como "aparelho" da organização, denunciado por Otacílio Pereira da Silva. Seus ocupantes, o casal de militantes Jovelina de Jesus Pereira e Joaquim Gonçalves dos Santos, reagiram à prisão, sendo Joaquim morto na ocasião.

Dois dias depois, a prisão e as declarações de Aristenes Nogueira de Almeida, propiciaram que a polícia prendesse, em 2 de março, na Praça da Árvore, em Vila Mariana, dois membros do CN, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira, além de Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Isaías do Vale Almada — marido da cantora Marília Medaglia —, Armando Augusto Vargas Dias, militante do Rio Grande do Sul, e o advogado Antonio Expedito Carvalho Pereira.

As prisões de cerca de 30 militantes, entre os quais os três "militaristas" do CN, e a descoberta de mais de uma dezena de "aparelhos" foi um preço muito caro para o relativo sucesso tático que a VPR alcançou com o assalto ao 4º RI.

Desestruturada, a VPR organizou um congresso, em abril de

1969, numa casa em Mongaguá, cidade do litoral paulista (89). Nele, o grupo de Celso Lungaretti oficializou a sua incorporação à VPR, e, em face das "quedas" de janeiro, fevereiro e março, o Setor Logístico foi reformulado, criando-se três Grupos Táticos Armados (GTA), que seriam, doravante, os responsáveis pela execução das ações armadas. Ficou decidido não mais haver a fusão com a ALN, cujas relações estavam estremecidas desde o roubo das armas do 4º RI, e intensificar a aproximação com o COLINA, para uma próxima fusão.

A partir desse congresso, a VPR reiniciou suas ações armadas, com um assalto a um banco na Rua Duilio, na Lapa. Em 9 de maio, realizou o assalto simultâneo aos Bancos Federal, Itaú, Sul Americano e Mercantil de São Paulo, este na Rua Piratininga, na Mooca, cujo gerente, Norberto Draconetti, foi esfaqueado. Nesta ação, o guarda-civil Orlando Pinto da Silva foi morto, com dois tiros — um na nuca e o outro na testa —, por Carlos Lamarca, que se encontrava escondido atrás de uma banca de jornais. Na retirada do grupo, Lamarca disparou uma rajada de metralhadora para o ar, como a marcar seu primeiro assalto a banco e sua primeira morte.

Em 8 de junho, ainda na capital paulista, a VPR assaltou o Hospital Santa Lúcia, na Alameda Ribeirão Preto, levando grande quantidade de equipamento médico. No dia 13, foi a vez da agência da Avenida Jabaquara do União de Bancos Brasileiros, com o roubo de 39 milhões de cruzeiros.

Reconhecido por populares, foi preso no interior de um cinema, em 28 de junho, o ex-soldado do 4º RI, Carlos Roberto Zanirato. Na manhã do dia seguinte, saindo em diligências para apontar militantes e "aparelhos" da VPR, Zanirato suicidou-se, atirando-se embaixo das rodas de um ônibus, na Avenida Celso Garcia. De qualquer modo, suas primeiras declarações possibilitaram à polícia chegar a dois "aparelhos", onde foram encontrados documentos e armas da organização: um, na Rua Itaqueri, na Moóca, onde foi preso, em 29 de junho, Gilson Theodoro de Oli

---

(89) Compareceram a esse congresso: Carlos Lamarca, Antonio Roberto Espinosa, Chizuo Ozava, Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho e Cláudio de Souza Ribeiro — estes cinco eleitos para o CN —, e mais Waldir Carlos Sarapu, Darcy Rodrigues, Eduardo Leite, José Raimundo da Costa, José Campos Barreto, Roberto das Chagas e Silva, Ana Matilde Tenório da Mota, Celso Lungaretti, José Cláudio Telles Cubas e sua mãe, Maria Joana Telles Cubas.

veira, e o outro, na Rua Bonsucesso, no bairro Belém, em 2 de julho, onde residiam José Araújo de Nóbrega e o casal Tereza Angelo e Gerson Theodoro de Oliveira, irmão de Gilson.

Nessa época, encerrava-se a primeira fase da VPR. Com a fusão com o COLINA, surgia a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P).

32. A VAR-Palmares e a "grande ação"

Os primeiros meses de 1969 foram marcados pelas prisões de dezenas de militantes da VPR e do COLINA, inclusive diversos de seus dirigentes. Debilitadas, ambas buscaram, na fusão, um modo de rearticularem-se, formando uma única organização, mais poderosa e de âmbito quase nacional.

No início de junho, membros da VPR e do COLINA, numa casa do litoral paulista, próxima a Peruíbe, realizaram uma primeira reunião. Ao final do encontro, foi emitido um "Informe Conjunto", que comentava sobre "a perfeita identidade política das duas organizações", o que deveria conduzí-las à fusão, só ainda não concretizada oficialmente em face da ausência de alguns membros do CN do COLINA. Foi marcada uma nova reunião para o final do mês, que ultimaria a fusão, e um congresso para referendá-la.

Nesse período, entretanto, as ações armadas não pararam. Na noite de 22 de junho, militantes das duas organizações assaltaram uma Companhia do 10º Batalhão da FPESP, em São Caetano do Sul, roubando 94 fuzis, 18 metralhadoras INA, 30 revólveres Taurus calibre .38, 360 granadas e cerca de 5 mil cartuchos de calibres diversos. Aumentava o arsenal já conseguido com os assaltos à casa de armas Diana e ao 4º RI.

No início de julho, numa outra casa do litoral paulista, em Mongaguá, realizou-se a denominada Conferência de Fusão, com o comparecimento de todos os integrantes dos dois CN. No "Informe sobre a Fusão", datado de 7 de julho de 1969, já aparecia o nome da nova organização, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), que iria, também, ganhar a adesão de militantes da Dissidência do PCB de São Paulo (DI/SP) (90).

Estruturalmente, foram criados dois grandes setores: O Se

(90) Foi eleito o seguinte CN (três oriundos de cada organização): Carlos Lamarca, Antonio Roberto Espinosa e Cláudio de Souza Ribeiro, da VPR; e Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Franklin Paixão Araújo, do ex-COLINA.

tor de Luta Principal (SLP), para tratar do treinamento e da formação da "coluna guerrilheira"; e o Setor de Lutas Complementares (SLC), encarregado das lutas urbanas e da coordenação das regionais de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Bahia. Na determinação da área estratégica para a implantação da guerrilha rural, foi vencedora a proposta do COLINA, sendo escolhida uma área com mais de 100 mil km², nos Estados do Maranhão, Goiás e Piauí, abrangendo as cidades de Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Apesar da fusão ter sido concretizada, as discussões da conferência não foram traqüilas, transcorrendo num clima tenso e, por vezes, tumultuado. Os "massistas", oriundos do COLINA, mais bem preparados politicamente, criticavam os "militaristas" da VPR, pelo "imediatismo revolucionário" que defendiam. Ao mesmo tempo, entrando com 55 milhões de cruzeiros e um grande arsenal de armas, munições e explosivos, os oriundos da VPR sentiam-se moralmente fortalecidos, em face do nenhum dinheiro e das duas metralhadoras Thompson e quatro pistolas trazidas pelo COLINA. Entretanto, tudo foi esquecido quando Juarez Guimarães de Brito apresentou o seu trunfo, o planejamento da "grande ação", que poderia dar à VAR-P a sua independência financeira.

Gustavo Buarque Schiller, o "Bicho", era um secundarista da Guanabara que havia participado das agitações estudantis de 1968 e, através de militantes do NML, era ligado ao COLINA. De família rica, morava em Santa Tereza, próximo à casa de sua tia, Anna Benchimol Capriglione, conhecida como sendo a "amante do Adhemar", ex-Governador de São Paulo. Ao saber que no casarão de sua tia, na Rua Bernardino dos Santos, havia um cofre com milhões de dólares, levou esse dado à organização.

No início de maio de 1969, o "Bicho" recebeu de Juarez Guimarães de Brito a incumbência de realizar levantamentos mais acurados, para um futuro assalto. Descobriu, então, que não havia só um, mas dois cofres, o segundo num escritório em Copacabana. Descobriu, também, que deveria haver, nos cofres, de 2 a 4 milhões de dólares, além de documentos que poderiam incriminar por corrupção, o ex-Governador.

Juarez vislumbrou a "grande ação". Num assalto simultâneo, arrecadaria recursos financeiros nunca antes conseguidos por uma

organização e, com os documentos, poderia desmoralizar um dos articuladores da Revolução de 1964. Necessitando de mais dinheiro para o roubo dos cofres, Juarez decidiu executar o que denominou de "ação retificadora", assaltando, em 11 de julho, a agência Muda, do Banco Aliança. O assalto não proporcionou o resultado esperado: além de só terem apurado 17 milhões de cruzeiros, foram perseguidos pela polícia, quando Darcy Rodrigues assassinou o motorista de táxi Cidelino Palmeira do Nascimento (91).

Feitos os levantamentos para o roubo dos cofres, concluiu se que o assalto ao cofre de Copacabana necessitava de um tempo maior de planejamento, o que a "revolução" não poderia conceder. Decidiu-se, então, pelo roubo de Santa Tereza.

Na tarde de 18 de julho de 1969, 13 militantes da VAR-P, disfarçados de policiais e comandados por Juarez Guimarães de Brito, invadiram o casarão de Anna Benchimol Capriglione, à cata de "documentos subversivos" (92). Após confinarem os presentes numa dependência do térreo da casa, um grupo subiu ao 2º andar e levou, através de cordas lançadas pela janela, o cofre de 200 kg, colocado numa Rural Willys. Em menos de 30 minutos, consumava-se o maior assalto da subversão no Brasil. Levado para um "aparelho" localizado próximo ao largo da Taquara, em Jacarepaguá, o cofre foi aberto com maçarico, com o cuidado de enchê-lo de água, através da fechadura, para evitar que o dinheiro se queimasse. Aberto, os militantes puderam ver, maravilhados, "milhares de cédulas verdes boiando". Penduraram as notas em fios de "nylon" estendidos por toda a casa e secaram-nas com ventiladores. Ao final, os dois milhões, oitocentos mil e sessenta e quatro dólares atestavam o sucesso da "grande ação".

Entretanto, entre os documentos encontrados, só havia cartas e papéis pessoais e nada que pudesse incriminar o ex-Governador, além das inevitáveis especulações sobre as origens da fabulosa quantidade de dólares. O destino dado ao dinheiro nunca

(91) Os assaltantes foram: Chael Charles Schreier, Adilson Ferreira da Silva, Fernando Borges de Paula Ferreira, Flávio Roberto de Souza, Darcy Rodrigues, Reinaldo José de Melo e Sônia Eliane Lafoz.

(92) Erradamente, Emiliano José e Oldack Miranda, autores do livro "Lamarca - o Capitão da Guerrilha", Global Editora, São Paulo, 1980, afirmam, na página 59, que Carlos Lamarca comandou a "ação de Santa Tereza". Participaram do roubo: Wellington Moreira Diniz, José Araújo de Nóbrega, Jesus Paredes Sotto, João Marques de Aguiar, João Domingos da Silva, Flávio Roberto de Souza, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Sônia Eliane Lafoz, Reinaldo José de Melo, Paulo Cesar de Azevedo Ribeiro Tânia Manganelli e mais um terrorista da VAR-P.

foi devidamente esclarecido, perdido nos obscuros meandros da cobiça humana sobrepondo-se à ideologia.

Juarez e Wellington Moreira Diniz deixaram todo o dinheiro num "aparelho" da Rua Oricá, 768, em Braz de Pina, guardado por Luiz Carlos Rezende Rodrigues e Edson Lourival Reis Menezes. Após alguns dias, Juarez foi buscar o dinheiro e determinou que essas duas "testemunhas" viajassem para a Argélia. Edson foi, em 12 de agosto, a fim de comprar armas e Luiz Carlos, para fazer um curso de guerrilha (93).

Cerca de 300 mil dólares foram colocados em circulação, sabendo-se que muitos militantes receberam 800 dólares para emergência e os dirigentes passaram a viver sem dificuldades financeiras. Inês Etienne Romeu recebeu 300 mil dólares. Cerca de 1,2 milhões foram distribuídos pelas regionais, para aquisição de armas, "aparelhos" e carros, além da implementação das possíveis áreas de treinamento de guerrilhas. No final de setembro, Maria do Carmo Brito entregou ao Embaixador da Argélia no Brasil, Hafif Keramane, a quantia de 1 milhão de dólares. As ligações do Embaixador Keramane com o COLINA, através de Juarez e Maria do Carmo Brito, iniciaram-se em 1968, tendo o diplomata argelino auxiliado essa organização na aquisição de armas e na preparação de viagens de militantes para fazer curso na Argélia, como a de Chizuo Ozava ("Mário Japa"), em novembro de 1969.

Quanto a Gustavo Buarque Schiller, o "Bicho", seu destino foi mais claro — se não, trágico — do que o dos dólares que denunciou. Logo após o assalto, passou para a clandestinidade, no Rio Grande do Sul, onde usou os codinomes de "Luiz" e "Flávio". Preso em 30 de março de 1970, foi banido para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço. Depois de passar longos anos de dificuldades financeiras na França, retornou ao Brasil em 18 de novembro de 1979. Movido por "conflitos existenciais", suicidou-se, em 22 de setembro de 1985, atirando-se de um edifício de Copacabana.

Com os dólares, com as armas e com os militantes preparados, a VAR-P nascia grande e prometia tornar-se a maior das organizações subversivas brasileiras. Os conflitos ideológicos entre seus integrantes, originados de uma fusão que nunca desceu

(93) No início de 1970, já no Brasil, Luiz Carlos Rezende Rodrigues pediu para Jorge Frederico Stein levar, do Rio Grande do Sul para a Guanabara, em duas viagens, a quantia de 220 milhões de cruzeiros.

da cúpula dirigente às bases, acabariam por dividi-la e enfraquecê-la.

33. VAR-P: O "Congresso do Racha"

Após a Conferência de Fusão entre a VPR e o COLINA, os meses de julho e agosto de 1969 foram dedicados à preparação do I Congresso Nacional da VAR-P, posteriormente conhecido como o "Congresso do Racha", com a redação das teses para o Congresso e a realização das Conferências Regionais para a discussão dessas teses para a eleição dos delegados.

Entrementes, na noite de 29 de julho, a VAR-P perdia dois expressivos militantes, oriundos da DI/SP, num tiroteio com policiais num posto de gasolina da Barra Funda, bairro da capital paulista: Fernando Borges de Paula Ferreira — amante de Sonia Eliane Lafoz —, que morreu no local, e João Domingos da Silva, que faleceu, posteriormente, em face dos ferimentos. Nesse tiroteio, ficaram gravemente feridos três policiais, Francisco Rocha, José Roberto M. Salgado e Adriano Ramos, além do funcionário público Osmar Antonio da Silva.

Quanto às teses para o Congresso, pelo lado dos oriundos da VPR, dois documentos marcavam uma posição nitidamente foquista, desprezando o trabalho junto às massas e privilegiando, de um modo total e absoluto, a coluna guerrilheira: "A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução", conhecido como as "teses do Jamil" e escritos por Ladislas Dowbor; e o documento "Área Estratégica-Coluna Móvel Guerrilheira", preparado por Carlos Lamarca e Juarez Guimarães de Brito, expressando as idéias do "teórico" Chizuo Ozava.

Ao mesmo tempo, uma comissão de militantes cuja origem era o COLINA, escrevia os documentos "Teses sobre a Tática" e "Política de Organização", expressando uma posição contra o foquismo e o militarismo, defendendo uma linha socialista (94). Ainda dentro dessa mesma posição, passaram a circular os documentos "Estratégia", "Guerra Revolucionária", "Situação Internacional, América Latina e Realidade Nacional" e "Contribuição à Elaboração de uma Linha de Massa", este preparado pela regional do Rio Grande do Sul. Em resposta às teses de Ladislas Dowbor, Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto escrevia "A Subversão de nossa Estraté

(94) Constituíram a comissão: Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Carlos Alberto Soares de Freitas.

gia pelo Camarada Jamil".

Na Conferência Especial dos Deslocados, foi aprovado o documento "Revolução no Foquismo", redigido por "Helio Moreira", pseudônimo utilizado por Apolo Heringer Lisboa, no qual criticava a coluna guerrilheira e defendia a deflagração de "pequenas guerrilhas irregulares", em estreita vinculação com o movimento de massa, cujos efetivos nelas empenhados seriam os embriões de um futuro exército.

Em meados de agosto de 1969, começaram a chegar os primeiros delegados ao congresso, realizado numa casa em Teresópolis. Compareceram os seis integrantes do CN da VAR-P e nove delegados eleitos pelas conferências regionais. José Raimundo da Costa e Celso Lungaretti apresentaram-se como representantes de São Paulo, sem terem sido eleitos por uma conferência, que não foi realizada sob a alegação de problemas de segurança. Não foram aceitos, e, durante seis dias, o congresso aguardou para que a conferência da regional paulista elegesse, regularmente, dois novos delegados. Completando-se os 16 militantes com direito a voto, a Conferência dos Deslocados elegeu um delegado especial, Apolo Heringer Lisboa. Foram também convidados, com direito, apenas, a vôz, outros seis militantes. Na equipe de segurança e manutenção, havia 11 militantes.

O grande ausente do congresso foi Ladislas Dowbor, ("Jamil"), cujo documento suscitou as maiores polêmicas, além de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do comando da ex-VPR.

Durante cerca de 20 dias, 33 militantes transformaram aquilo que seria o I Congresso Nacional da VAR-P num festival de bebedeiras e tóxicos, recheado por acirradas discussões políticas, que, por pouco, não degringolaram em agressões físicas e tiros (95). Os debates foram prejudicados pelo deficiente encaminhamento da ordem do dia e pelo baixo nível político da média dos participantes.

Já no início do congresso, apareceram divergências, ao realizarem o balanço da fusão e o funcionamento da estrutura do CN da VAR-P. Os delegados criticaram a Conferência da Fusão, estabelecida pela decisão da cúpula sem que tivessem sido ouvidas as bases, e não chegaram a um acordo sobre a estrutura da organiza

(95) Cláudio de Souza Ribeiro bebeu o tempo todo; Raul Moura Ellwanger dormiu com Ana Matilde Tenório da Mota, esposa do ausente Fernando Carlos Mesquita; e Darcy Rodrigues tentou violentar uma das mulheres presentes.

ção, pois as divergências de pensamento político eram profundas.

Nas discussões sobre estratégia e tática, formaram-se três posições: a primeira, a da maioria, defendia a linha estabelecida pelos documentos confeccionados pelo ex-COLINA, a da revolução socialista, com a luta armada sendo realizada simultâneamente, com a coluna guerrilheira no campo e a classe operária e segmentos populares nas cidades; a segunda, a da minoria, defendia uma linha nitidamente foquista, estabelecida nas "teses do Jamil", onde o aspecto militar era mais importante que o político e a coluna guerrilheira no campo era o único aspecto essencial; e a terceira, representada, apenas, pelo voto isolado de Apolo Heringer Lisboa, que negava a coluna guerrilheira e acusava as duas outras propostas de foquistas.

A "maioria" procurava respostas lógicas, alicerçadas no maior conhecimento político dos militantes cuja origem era o COLINA. A minoria, dos foquistas, respostas rápidas e ideológicas, conseqüência do militarismo extremado da ex-VPR. No dia 5 de setembro, durante o congresso, um exemplo típico do estado de espírito que reinava nesse conclave foi a entrada intempestiva de um dirigente da ex-VPR, numa sessão plenária, gritando, em altos brados, a respeito do seqüestro do embaixador americano, realizado no dia anterior pela ALN e pelo MR-8: "Enquanto nós discutimos, eles estão fazendo a revolução!"

Nas discussões noturnas sobre a tática, cristalizaram-se as divergências e apareceu o denominado "grupo dos 7" ou "racha dos 7". Logo depois, apresentando as divergências como irreconciliáveis, o "grupo dos 7" retirou-se do plenário, lendo um documento datado de 26 de setembro, no qual explicitava a sua decisão: "Fica suspensa a ultimação da fusão VPR-COLINA" e "Fica restaurada a vida orgânica da VPR" (96).

Concretizara-se o "racha". A VAR-P e o "grupo dos 7" reuniram seus representantes e chegaram a um acordo sobre a divisão do patrimônio, segundo o qual o "racha" ficaria com 10% do dinheiro e 60% das armas.

Após a saída dos 7, houve mais uma sessão entre os que fi

(96) O "grupo dos 7" era integrado por: Carlos Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Chizuo Ozava, Darcy Rodrigues, José Raimundo da Costa, Celso Lungaretti e José Araújo de Nóbrega. Também foi chamado Antonio Rodrigues Espinosa, do ex-CN/VPR, que, em inflamadas discussões, foi pressionado a aderir ao "racha dos 7". Espinosa respondeu que eles estavam livres para sair e que ele continuaria com a VAR-P.

caram, quando reafirmaram a disposição de permanecer na VAR-P, e elegeram um CN provisório (97). Decidiram desmobilizar o congresso durante 10 dias (por problemas de segurança, advindos da saída dos 7) e iniciar a sua segunda fase, após relatar o ocorrido às bases.

Entretanto, alguns dias depois, apareceu uma nova divisão na VAR-P, conhecida como o "racha dos 4" e consubstanciada pelo documento "Cerrar Fileiras por uma Linha Revolucionária"(98). Os quatro, imediatamente, receberam a adesão de mais um participante do Congresso, Liszt Benjamin Vieira, que afirmou, também num documento, "nada se nega à Coluna". O "grupo dos 4" unia seus dólares às armas do "grupo dos 7".

Nos primeiros dias de outubro, após contraditar o novo "racha" com o documento "Pela Unidade de Princípios, Contra o Oportunismo", a VAR-P designou uma comissão para dialogar com os dissidentes, no bar do Hotel das Paineiras, na Floresta da Tijuca. O já então "grupo dos 12" exigiu o nome "VAR-Palmares", dizendo que eles é que davam "peso internacional ao nome". A VAR-P não aceitou, retrucando que já tinham divulgado o ocorrido às bases. Em seguida, o grupo denunciou o acordo sobre o patrimônio, que havia sido efetuado no congresso, afirmando que o material deveria ser distribuído proporcionalmente pela quantidade de militantes das organizações que haviam participado das ações armadas e que o obtiveram. Com isso, a VPR seria regiamente aquinhoada em armas e dinheiro. Não obtendo o concorde da VAR-P e após inflamadas discussões, decidiu-se que cada um ficaria com o que já possuía. De qualquer modo, o "grupo do racha" ficou com a maior parte do dinheiro e das armas. Com a VAR-P ficaram cerca de 800 mil dólares. "Uma vitória de Pirro para a maioria da VAR" (99).

Nos meses seguintes, grande seria a corrida das duas organizações para o aliciamento das bases. Em setembro, por ocasião do "racha", a VAR-P possuía cerca de 300 militantes. No final de 1969, mais ou menos 100 militantes haviam permanecido na VAR-P, 100 estavam presos e outros 100 já estavam com a VPR, ressurgida

(97) O CN provisório era composto por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão Araújo e Antonio Roberto Espinosa.
(98) Compunham o grupo dos quatro e assinaram o documento: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho e Wellington Moreira Diniz.
(99) José, E. e Miranda, O.: "Lamarca - O Capitão da Guerrilha", Global Editora, São Paulo, 1980, página 63.

após o "racha".

A VAR-P havia perdido a oportunidade de tornar-se a maior organização subversiva brasileira.

34. A VAR-P encerra o seu I Congresso Nacional.

Interrompido o "Congresso do Racha" em Teresópolis e já tendo acontecido o "racha dos 4", a VAR-P continuou a 2ª fase do congresso, realizado no início de outubro de 1969, no Rio de Janeiro, num apartamento próximo à Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon, com o comparecimento de todos os militantes da 1ª fase que não aderiram ao "racha", com o acréscimo de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do ex-CN/VPR.

Além de estabelecer o caráter socialista da revolução brasileira, o congresso da VAR-P determinou que a tática principal seria a coluna guerrilheira, enquanto que as guerrilhas irregulares no campo e na cidade deveriam ser encaradas como formas secundárias de luta. Estabeleceu, também, a criação de organizações clandestinas de massa no campo e na cidade, a fim de levar a luta armada às massas e formar um futuro exército, a partir da coluna.

Foi eleito um novo CN, e, por problemas de segurança, resolveram encerrar o congresso, nomeando comissões para a redação das resoluções (100).

Ainda em outubro de 1969, a VAR-P realizou a primeira reunião de seu CN, no Rio de Janeiro. Foi nessa reunião que foram redigidas as resoluções do I Congresso da VAR-P, consubstanciadas nos seguintes documentos: "Programa", "Estatuto", "Estratégia", "Tática", "Tática para o Trabalho no Campo", "Tática para o MO", "Situação Nacional e Análise de Classe" e "Balanço Crítico da VAR-Palmares". No final de todos os documentos, aparecia o lema que celebrizou a VAR-P: "Ousar Lutar — Ousar Vencer" (101).

Nessa época, mais de uma dezena de militantes que haviam sido expulsos da Ala Vermelha ingressaram na VAR-P (102). A VAR-P

(100) O novo CN era composto por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Carlos Franklin Paixão Araújo, Mariano Joaquim da Silva e Antonio Roberto Espinosa.
(101) A VPR também usava esse lema.
(102) Ingressaram na VAR-P nessa ocasião: James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Lúcio da Costa Fonseca, Chaouky Abbara, Domingos Quintino dos Santos, e os irmãos Dimas e Denis Antonio Casemiro, este, logo depois, entrando em divergências com seu irmão e ingressando na VPR.

procurava, assim, aumentar seus quadros e articulava-se nos Estados de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Paraná e Ceará.

Em 15 de novembro, através do documento "Carta Aberta à Direção", um grupo, liderado por Apolo Heringer Lisboa, desligou-se da VAR-P e foi constituir a Dissidência da VAR-Palmares (DVP).

Na noite de 21 de novembro, a polícia chegou num dos "aparelhos" da organização, localizado na Rua Aquidabã, nº 1530, apto 101, no Méier, na Guanabara. Após a voz de prisão, seus ocupantes resistiram a tiros e petardos de dinamite, sendo presos Antonio Roberto Espinosa, do CN, Chael Charles Schreier e Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Fanatizados, Chael chegou a ingerir veneno — apesar dos agentes terem procurado impedir a ação —, vindo a falecer no dia seguinte. Maria Auxiliadora, dois dias depois, tentou enforcar-se (103). Espinosa, ao contrário, apontou diversos "aparelhos" e elementos da VAR-P e, inclusive, da VPR, onde havia militado. Com a sua "queda", iniciava-se o desvelamento da estrutura da VAR-P.

Após a prisão de Espinosa, Cláudio Jorge Câmara foi cooptado para o CN e designado para dar assistência ao Setor de Operações na Guanabara, que se encontrava em processo de organização e montagem e seria, posteriormente, incorporado ao Comando Regional (CR).

Na segunda quinzena de dezembro, realizou-se, na cidade de Guarapari/ES, uma reunião do CN. Essa reunião, que durou quase dez dias, foi, praticamente, dedicada à elaboração de documentos sobre política de organização, os quais passariam a orientar os militantes sobre os critérios de recrutamento, métodos de direção, finanças, normas de segurança e estrutura orgânica. Foram, ainda, discutidas e formuladas resoluções sobre a situação geral da VAR-P, que constaram do documento "Balanço Político e Orgânico da VAR-P". Decidiu-se pela redução dos deslocamentos de militantes, em face dos problemas de segurança, e pela designação dos membros do CN para darem assistência aos diversos organismos subordinados.

Foi criado, na ocasião, o equivalente a uma Comissão Exe-

(103) Maria Auxiliadora Lara Barcellos viria a cometer suicídio, em 1976, na República Federal da Alemanha.

cutiva, composta por duas subcomissões: a Executiva de Luta Secundária, integrada por Jorge Eduardo Saavedra Durão, responsável pela assistência aos CR de MG, BA e GO e à denominada "Imprensa Nacional", por Carlos Franklin Paixão de Araújo, assistente dos CR de SP e RS, e por Cláudio Jorge Câmara, que ficou responsável pelos Setores de Operações e de Comunicações no CR da Guanabara; e a Executiva de Luta Principal, integrada por Carlos Alberto Soares de Freitas, que tinha a missão de assistir e estruturar os setores logísticos, de treinamento e de área, que seriam os responsáveis pela implantação e treinamento da Coluna Guerrilheira. Fazia, também, parte dessa Executiva Mariano Joaquim da Silva, que ficou incumbido de realizar contatos de campo em Goiás, onde faria levantamentos de área.

A Executiva de Luta Principal, na prática, pouco fez, principalmente por concluir que seria impossível iniciar-se qualquer atividade de treinamento militar, pela inexistência de elementos especializados para instruir os seus militantes. Para sanar essa deficiência, o CN da VAR-Palmares designara James Allen Luz para planejar o seqüestro de um avião para Cuba, que visava, entre outros objetivos, obter tal treinamento naquele país.

35. O ressurgimento da VPR

Após o "Congresso do Racha" e a reunião com uma comissão da VAR-P, no bar do Hotel das Paineiras, o "grupo do racha" designou uma Comissão Reestruturadora Nacional, integrada por Carlos Lamarca, Juarez Guimarães de Brito e Cláudio de Souza Ribeiro, a fim de reorganizar a VPR.

Entretanto, o mês de outubro de 1969 foi trágico para a VPR. No dia 14, a prisão de Reinaldo José de Melo, que havia participado da "grande ação", possibilitou a identificação de diversos militantes da VAR e dos que haviam aderido ao "racha". No dia 16, foi preso Carlos Minc Baumfeld, que também participara do roubo do cofre, e que denunciou o "aparelho" da VPR, na Rua Toroqui, nº 59, em Vila Kosmos, na Guanabara, onde residia com sua amante Sônia Eliane Lafoz e Eremias Delizoikov, que, resistindo a tiros à voz de prisão, morreu no local. Alguns dias depois, a VPR distribuiu um panfleto clamando por vingança aos seus mor-

tos, particularmente o Eremias, e ameaçando os militares do Exército: "... podem esperar, nós vamos enchê-los de chumbo quente".

No início de novembro de 1969, foi realizado um Congresso Nacional, na Barra da Tijuca, no Rio (104), e o "grupo do racha" adotou, oficialmente, o antigo nome de VPR e elegeu um novo CN (105).

A estrutura foi reformulada, criando-se dois comandos subordinados ao CN: o Comando Rural ou de Campo e o Comando Urbano, que possuía, em cada regional, um Setor de Inteligência e uma Unidade de Combate (UC).

Desde agosto de 1969, a regional de São Paulo da antiga VPR possuía um sítio em Jacupiranga, próximo ao km 254 da BR 116, onde fazia treinamentos de tiro e marchas tipo guerrilha. Lamarca, nomeado comandante-em-chefe da VPR, não havia participado do congresso, pois se encontrava dirigindo esses treinamentos. Entretanto, a proximidade dessa área a uma rodovia e a regiões urbanas fez com que a VPR a desmobilizasse e ativasse a área de Registro, no Vale da Ribeira. Além desta, a VPR iniciou a preparação de mais duas áreas de treinamento, visando à implantação de uma futura coluna móvel guerrilheira: em Goiás, para onde foi enviado o militante Manoel Dias do Nascimento; e na região Norte do Rio Grande do Sul, entre Três Passos e Tenente Portella, dirigida por Roberto Antonio de Fortini, que chegou a criar, em dezembro de 1969, uma empresa de "fachada", a "Sociedade Pesqueira Alto Uruguai Ltda".

No final de novembro de 1969, a VPR sofreu uma defecção importante em seus quadros dirigentes, com a saída de Cláudio de Souza Ribeiro, por motivos amorosos, que se vinham traduzindo em conflitos emocionais e intermináveis bebedeiras (106).

(104) Entre outros, estiveram presentes: Juarez e Maria do Carmo Brito, Cláudio de Souza Ribeiro, Darcy Rodrigues, Herbert Eustáquio de Carvalho, Liszt Benjamin Vieira, Inês Etienne Romeu, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Ladislas Dowbor, Sônia Eliane Lafoz, Iara Iavelberg (amante de Lamarca) e Oswaldo Soares.

(105) O CN era composto por: Carlos Lamarca, Maria do Carmo e Ladislas. Juarez não quis integrar o CN, preferindo ficar em sua assessoria, juntamente com Herbert.

(106) Ex-marinheiro e possuidor de curso em Cuba, em 1966, quando ainda no MNR, Cláudio de Souza Ribeiro sempre foi considerado como "linha de frente" da VPR, integrando diversos de seus comandos nacionais e, inclusive, tendo participado do "racha dos 7". Apaixonando-se por Cleide Dall'Olio, saiu da VPR e foi morar com sua amásia em Recife. Entretanto, a história de amor não iria chegar a um final feliz. Em 22 de julho de 1971, por ciúmes, Cláudio assassinou Cleide e entregou-se à polícia, tendo tentado o suicídio em agosto. Seis anos depois, em julho de 1977, Cláudio fugiu da penitenciária de Itamaracá.

Em dezembro, a UC da VPR na Guanabara realizou dois assaltos para roubo de armas: a um quartel do Exército, em Triagem, quando foram obtidas duas metralhadoras, e a um quartel da Aeronáutica, na Avenida Brasil, quando três fuzis foram levados. Nos últimos dias do ano, em "frente" com a ALN, o MRT e a REDE, a VPR assaltou os bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo.

O ano de 1969 encerrou-se com um mau presságio para a VPR. A prisão, em 29 de dezembro, em Nanuque, Minas Gerais, do ex-Cabo do Exército José Mariane Ferreira Alves, que havia participado do roubo de armas do 4º RI, levou a polícia a descobrir as ligações de Lamarca com dois oficiais da ativa do Exército, o Capitão Altair Luchesi Campos e o Tenente Rui Amorim de Lima. Apesar do Cabo Mariane ter optado em ficar na VAR-P, sua militância anterior na VPR possibilitou o desvendamento da infiltração desta organização no Exército.

36. Resistência Democrática (REDE)

Antes da fusão da VPR com o COLINA, Eduardo Leite ("Bacuri") já se encontrava em divergências com a sua organização, a VPR. Após o Congresso de Mongaguá/SP, em abril de 1969, "Bacuri" constatou que as tarefas estabelecidas no conclave não estavam sendo levadas à prática e que a coordenação da VPR não conseguia implantar a linha política lá definida.

No dia 9 de agosto, foi distribuído nas ruas de São Paulo um panfleto da "Resistência Nacional Democrática Popular", organização, até então, inédita para os órgãos de segurança. O panfleto conclamava o povo à luta contra os "generais entreguistas", incentivando a organização de "grupos de ação, de no máximo 6 (seis) pessoas", que teriam como tarefas: a distribuição de panfletos, a participação em greves, a sabotagem de empresas estrangeiras e o ataque às instalações da repressão. Os grupos de ação teriam um comandante que faria ligações com outros grupos e, na evolução dos acontecimentos e na intensificação das ações, seria escolhida uma coordenação para a ação conjunta de mais de um grupo. Esta coordenação integraria o organismo à REDE, ou seja à Resistência Democrática, como passou a ser conhecida a nova entidade subversiva. O panfleto da REDE era fechado com as

palavras de ordem "Liberdade", "Igualdade", "Solidariedade" e pelo "slogan" "Liberdade ou Morte".

Na verdade, "Bacuri" associou-se a outro descontente, Gilberto Faria Lima, e iniciou a estruturação da organização, restrita, de início, aos dois. Compraram um mimeógrafo e a panfletagem de 9 de agosto representou o esforço solitário da dupla. Com o tempo, o grupo cresceu quantitativamente pelo aliciamento de pessoas propensas a participarem de atividades políticas, de cunho subversivo, e pela adesão de dissidentes de outras organizações clandestinas.

A REDE não possuía uma linha política que servisse de orientação e guia para os militantes que a integravam. Num esboço de programa, apreendido nas "quedas" de maio de 1970, a organização pretendia adotar uma estrutura baseada em grupos de combate, constituídos de no máximo seis elementos, sendo um deles o comandante. A união de seis grupos constituiria uma companhia, sendo retirado dos seis comandantes de grupo um comandante de companhia. O escalão imediatamente superior seria o batalhão, constituído de seis companhias, cujo comandante seria eleito com a participação do comando da REDE. A organização deveria reger-se pelo centralismo democrático, com os grupos discutindo, estudando e participando das decisões do comando.

A REDE, assim como outras organizações surgidas na mesma ocasião, não passava de um grupo de assaltantes sem qualquer perspectiva e sem objetivos nítidos. Segundo Eduardo Leite ("Bacuri"), sua maior liderança, a REDE pretendia derrubar o Governo através da luta armada, entretanto a ação marginal que desenvolvia nunca foi além de assaltos para a manutenção de seus militantes clandestinos.

A REDE, através seus quadros mais politizados, tentou elevar o nível ideológico de seus militantes. Com esse objetivo, Denize Peres Crispim, amásia de "Bacuri", ministrou cursos de politização em Bom Jesus de Pirapora. Durante os cursos, eram realizados, também, treinamentos de tiro. Além dos assaltos que a caracterizaram, a organização realizou algumas panfletagens no centro da cidade de São Paulo (107).

---

(107) Os panfletos, sem muita imaginação, repetiam os chavões de sempre utilizados pelas esquerdas. O encarregado de redigir a documentação da organização era Fernando Kolleritz, ex-militante da VPR que havia participado das Ligas Camponesas até 1964.

A falta de efetivo suficiente levou a REDE a efetuar suas ações em frente com outras organizações, destacando-se a afinidade que tinha com o MRT, com a VPR e com a ALN.

Em setembro, alguns de seus elementos incendiaram vários caminhões pintados com as cores do Exército que estavam estacionados no pátio da Fábrica Ford, em Vila Prudente/SP (108).

No assalto realizado, em outubro, a dois funcionários da Light, em São Bernardo do Campo, o terrorista Walter Olivieri, motorista do automóvel usado na ação, foi ferido superficialmente com um tiro nas costas, vítima da imperícia de Ismael Andrade dos Santos ao descarregar suas armas.

No dia 5 de outubro, foi realizada uma tentativa de assalto ao Supermercado Peg-Pag da Avenida Américo Brasiliense, em Santo Amaro, pela "frente" constituída pela REDE e pelo MRT. Devanir José de Carvalho, líder do MRT, havia comprado, dias antes, um caminhão Ford 48, onde pretendia transportar o cofre do supermercado. O caminhão, transportando areia e pneus velhos, tinha sido preparado para receber o impacto do cofre que seria atirado de uma janela do andar superior.

De madrugada, quando a equipe de assaltantes se dirigia para a área, o Volkswagen dirigido por Devanir José de Carvalho e guarnecido por Mocide Bucheroni e Ismael Andrade dos Santos, ambos da REDE, foi interceptado por uma viatura da radiopatrulha que fazia o policiamento rotineiro. Devanir estacionou o veículo, sacou seu revólver .38 e aguardou. Quando o soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima, mais conhecido como "Rosani", aproximou-se da porta do motorista para pedir documentos, recebeu um tiro no peito. Mocide Bucheroni, complementando o "serviço", saiu do carro e disparou uma rajada de metralhadora contra a vítima agonizante e outra contra a viatura da radiopatrulha. Da ação, que aumentou o rol das vítimas fatais do terror, participaram também pela REDE Eduardo Leite "Bacuri" e Walter Olivieri (109).

Em novembro, a REDE e o MRT prosseguiram sua caminhada espalhando a morte e o terror. Na investida contra a agência do INPS na Lapa, três de seus membros adentraram o escritório e, para realizar a "expropriação", mataram um guarda de segurança e

(108) Participaram da ação: Gilberto Faria Lima, Ismael Andrade dos Santos e Walter Olivieri, chefiados por "Bacuri".

(109) No final de outubro, "Bacuri" expulsou da organização o militante Ismael Andrade dos Santos. Ismael recebeu a missão de alugar um "aparelho" para a organização e gastou o dinheiro em benefício próprio.

feriram outro (110). Na fuga empreendida, Devanir, que dirigia o Volkswagen, atropelou um pedestre e, ao fazer uma curva, em alta velocidade, bateu na traseira de um caminhão de entrega da Coca-Cola que estava estacionado. Impedido de prosseguir, o famigerado trio retirou sob a ameaça das armas o motorista de um carro que vinha atrás e, apossando-se do veículo, completou a retirada.

Ainda em 1969, a REDE assaltou em frente com o MRT a agência da Light da rua Siqueira Bueno nº 37, em Belém, dia 8 de setembro, e o veículo perua da Heliogás, em novembro. Com o auxílio da ALN, da VPR e do MRT, a REDE participou do assalto simultâneo contra os bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, no dia 29 de dezembro (111).

A falta de quadros experientes levou a REDE a optar pela constituição de "frentes" na realização de suas ações. Tal fato, aliado à inexistência de uma linha política definida, provocaria, com a "queda" de maio de 1970, a absorção de seus remanescentes pela ALN.

37. A "Corrente Dois" da AP funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores

Vinícius Caldeira Brant, tendo obtido a aliança de Maria do Carmo Ibiapina de Menezes — com quem passara um período na França —, do marido dela, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes, de Altino Rodrigues Dantas Júnior — que regressara de uma visita a Cuba —, de Alípio Cristiano de Freitas e outros, apresentara suas idéias no documento "Duas Posições", durante a 1ª RADN da AP (112). Expulso dessa organização, o grupo que ficara conhecido como "Corrente 2" iniciou estudos e contatos para a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

As divergências essenciais entre as posições do PRT e da

(110) Os três eram: Denize Peres Crispim, Eduardo Leite ("Bacuri") e Devanir José de Carvalho ("Henrique").

(111) Além dos militantes já citados, a REDE contou na ação da Av.Brig.Luiz Antonio com a participação de Elias Marijas Júnior e José Bezerra do Nascimento, que haviam sido aliciados para a organização no mês de dezembro.

(112) A ida de Vinícius Caldeira Brant, como representante da AP, ao 1º Congresso da OLAS, em julho/agosto de 1967, e sua permanência na França, num exílio voluntário, contribuíram para que formasse uma idéia sobre a revolução brasileira, diferente daquela trazida da China por alguns dirigentes da organização.

AP configuravam-se, a nível estratégico, na caracterização da revolução brasileira. Enquanto o PRT a estabelecia como socialista e realizada numa única etapa, a AP a definia como democrática-burguesa numa primeira etapa. Segundo o PRT, as tarefas democráticas e nacionais seriam realizadas durante a revolução socialista, sem caracterizar uma etapa. A Guerra Popular, escolhida pela AP como o caminho revolucionário, era contestada pelo PRT que fazia opção pela Guerra Revolucionária das massas para a implantação da "Ditadura do Proletariado".

Finalizando as críticas à AP, o PRT, que não aceitava o pensamento de Mao Tse Tung como a 3ª fase do marxismo, afirmava que "a ligação com as massas", dentro de uma visão leninista, significava ligar-se através do programa, dirigindo-as como sua vanguarda e incutindo nelas a ideologia proletária. A AP desejava, segundo o PRT, que o militante de origem pequeno-burguesa se "purificasse", integrando-se na produção como operário ou camponês.

O ano de 1969 foi consumido em estudos, pelos líderes do PRT, para a confecção dos documentos que serviriam de base para a formalização do partido.

Entre 17 e 27 de setembro de 1969, em Formoso/GO, às margens da estrada Belém-Brasília, foi realizado o I Congresso do PRT, onde foi aprovado o "Projeto de Programa". Além da confirmação de sua estratégia, foco da dissensão com a AP, o projeto estabelecia uma estrutura organizacional semelhante à daquela organização. Durante o congresso, o PRT elegeu um Comitê Central (CC), de 13 membros, e uma Direção Nacional Provisória (DNP) (113). A DNP deveria convocar uma reunião do CC para escolher uma Direção Executiva de quatro membros (114).

No aspecto organização, o PRT constituía-se de comitês-

---

(113) A DNP era composta por Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinícius Nogueira Caldeira Brant e Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes.

(114) O CC constituído no I Congresso, o único realizado pelo PRT, era composto de Alípio Cristiano de Freitas, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinícius Caldeira Brant, Alberto Henrique Becker, Augusto Nascimento, Manoel de Souza Castro, Ferreira, João Francisco e Pedro de Souza.

central, regionais e de zona —, secretarias e regiões (115).

Os comitês zonais deveriam ser compostos por 3 bases em funcionamento — a cinco elementos cada — e duas sendo estruturadas.

Cada comitê deveria ter um secretariado de quatro membros, que ocupariam ás Secretarias de Guerra Revolucionária, de Organização, de Massas — Agitação e Propaganda, e a de Finanças.

A Secretaria de Guerra Revolucionária seria a responsável pela guerrilha, pela inteligência e pela propaganda armada. A secretaria planejava a aplicação de dois tipos de guerra revolucionária (GR), a rural e a urbana. Na execução da GR do tipo urbana, havia os setores de terrorismo e sabotagem e de expropriações logísticas. A Secretaria de Organização tratava do recompletamento de quadros e do zoneamento das regiões. A de Finanças respondia pelo suporte financeiro da organização, compreendendo as finanças políticas, correspondentes às arrecadações do partido, e as finanças militares, resultantes das "expropriações". A de Massas - Agitação e Propaganda era a responsável pela imprensa e pela realização de panfletagens e pichações.

Na realidade, o CC do PRT não orientava efetivamente o partido, pois não havia militantes suficientes para estruturar e mobiliar todas as regiões da organização. As regiões 2, 3, 6 e 7, citadas em (115), foram as únicas que conseguiram estruturar o comitê regional, embora não tenham constituído comitês zonais por absoluta falta de militantes.

A organização era efetivamente dirigida pela DNP, que não

---

(115) Na Região 2 (SP, PR e Triângulo Mineiro), o trabalho de direção estava, acumulativamente com o trabalho de direção nacional, sendo exercído por Vinícius Caldeira Brant, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes e Altino Rodrigues Dantas. Tinham a auxiliá-lo, o membro do CC, Alberto Henrique Becker.
Na Região 3 (GB, MG e RJ), o trabalho era coordenado por Alípio Cristiano de Freitas, auxiliado por sua mulher Wanda Corsetti Marinho.
Antônio de Paulo e Augusto Nascimento eram camponeses do Vale do Pindaré, no Maranhão, e responsáveis pelo trabalho na R7 (MA e PI).
"Luciano" ou "Gordo" e Ferreira eram de Recife, e coordenavam os trabalhos na R6 (AL, PE, PB, RN e CE). Para Recife, dirigiu-se João Francisco, membro do CC, após abandonar a militância no PRT em Nova Iguaçu/RJ.
Na R8 (GO, DF e Leste do MT), o trabalho incipiente estava sob a responsabilidade de Manoel de Souza Castro, camponês do Norte de Goiás, irmão de José Porfírio, que mantinha contatos em Uruaçu, Porangatu e Santa Tereza.

conseguiu reunir o CC para eleger a Direção Executiva. A carência de quadros e a falta de recursos aproximariam o PRT de outras organizações visando à atuação em "frente".

38. A FBT estrutura-se em nível nacional

Dotada de uma direção nacional, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) estruturou o seu Comitê Regional (CR) do Rio Grande do Sul e, em julho de 1969, organizou o CR de São Paulo (116).

Nessa época, a FBT possuía o seu jornal oficial "Voz Proletária" e atuava com células nos setores bancário, estudantil e operário, realizando, basicamente, trabalho de massa, com distribuição de panfletos nas portas de fábricas.

Em agosto e setembro, iniciaram-se os contatos entre Vera Lúcia Stringuini, mulher de Vito Antonio Letizia, com José Arlindo Soares e Inocêncio Rodrigues Uchôa, de Pernambuco, e Lourival Almeida de Aguiar, do Ceará, que representavam grupos dissidentes do PORT nesses dois Estados. Em outubro de 1969, realizou-se, na localidade de Massapê, no Ceará, a I Conferência Regional do Nordeste, quando se configurou a entrada desses grupos na FBT. Em conseqüência, foram criados os CR do Ceará e de Pernambuco.

A FBT ampliava suas atividades: dos trabalhos estudantil e operário, realizados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, estendia-se para tentar o trabalho camponês no Nordeste.

39. MPL: Luta Armada x Conscientização das Massas

Durante o ano de 1969, prosseguia no Movimento Popular de Libertação (MPL) a velada luta entre a idéia de Arraes, de apoiar a luta armada, e a visão do núcleo dirigente, no Brasil, que advogava um trabalho de conscientização para que a queda do regime se desse pela pressão das massas.

Da reunião de fundação, em maio de 1968, resultou uma comissão provisória de sete membros que representaria as diversas

---

(116) O CR/RS era integrado por Vito Antonio Letizia, Alexandre Schneiders da Silva, Vera Lúcia Stringuini, Sílvio Nogueira Pinto Júnior e Wili Alberto Branks dal Zot.
O CR/SP tinha na sua direção: Luiz Carlos Schmidt, Antonio Carlos de Campos e Antonio Gonçalves Pedro Gomes.

tendências enfeixadas no MPL. Na verdade, a organização pretendia ser uma frente de oposição ao governo revolucionário e não uma entidade com estrutura e diretrizes próprias (117). A aceitação do MPL implicava na união das oposições e na atuação coordenada das organizações subversivas. Na realidade, tal fato não ocorreu. Todos estavam cobiçando, apenas, os possíveis benefícios que o prestígio de Arraes pudesse conseguir no exterior para as suas organizações. A união ficou unicamente na intenção, inviabilizada, desde o princípio, pela dificuldade de comunicação entre a própria comissão provisória e pela clandestinidade a que se submeteu a oposição.

A edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, causou uma dispersão no núcleo do MPL, e o afastamento de alguns de seus membros acelerou o esvaziamento da organização. No início de 1969, foi realizada uma reunião, de âmbito nacional, na fazenda do pai do ex-deputado Márcio Moreira Alves, no Estado do Rio de Janeiro, quando se procurou fazer uma avaliação do significado do AI-5 (118). Este ato revolucionário serviu para acirrar as divergências dentro do MPL. Os adeptos da luta armada reafirmaram seus propósitos, citando, inclusive, a chegada de um elemento de Cuba, possuidor do curso de guerrilhas, que iria responsabilizar-se por um "Grupo Especial" que se dedicaria a obter recursos através da realização de ações armadas.

Arraes, naquela altura, afirmava não se ter surpreendido com a decretação do ato revolucionário, que era a conseqüência da crise econômica que ele já havia previsto. Pretendendo manter o fluxo de recursos que recebia do estrangeiro, ordenou, de Argel, que o MPL reativasse seus contatos com as organizações foquistas. Arraes já tinha recebido, na capital argelina, porta-vozes de líderes subversivos, reclamando do isolamento a que estavam sujeitos por parte do MPL no Brasil.

Marcos Correia Lins passou a liderar, no Brasil, a corrente de oposição ao apoio à luta armada e, independentemente da orientação de Arraes, iniciou a estruturação de uma organização

---

(117) O nome frente só não foi oficializado porque houve reação de algumas organizações, principalmente da Ação Popular, em aceitar a denominação.

(118) Desta reunião participaram, dentre outros, Márcio Moreira Alves, Mauro Borges, Dejaci Magalhães, Vitelbino Ferreira de Souza, Marcos Correia Lins, Francisco Pereira de Araújo, Afonso Delelis e Aurélio Wander Chaves Bastos.

que teria atuação paralela às já existentes. Em carta endereçada a Miguel Arraes, afirmava que Marighela se recusava a falar com ele. Arraes insistiu com Marcos sobre a necessidade de aproximação com as diferentes forças. O MPL — a "frente das oposições" — não deveria discriminar qualquer organização e sim buscar a união de todas (119) .

Em São Paulo, o consultório dentário de Sônia Correia Lins, na Avenida São Luiz 258, sala 510, tornou-se ponto de encontro de subversivos. Lá eram marcados encontros, guardado material impresso, etc. O consultório tinha-se transformado num "aparelho". A movimentação tornou-se tão acintosa que a irmã de Marcos, sentindo-se ameaçada, viajou para a Europa, em julho de 1969.

Na França, Sônia retomou contato com seu outro irmão, Sílvio Correia Lins, que para lá se deslocara quando teve sua prisão preventiva decretada no Brasil (120) . Iniciaram conversações sobre a situação da organização e sobre a necessidade de definição de uma linha política, a fim de encerrar as divergências entre o irmão, Marcos Correia Lins, e Miguel Arraes (121) .

Em setembro de 1969, Miguel Arraes dirigiu-se a Paris onde se iniciaram as discussões visando a definir a linha política do movimento, sua estrutura, sua política de quadros, a estratégia e as táticas (122) . Durante os encontros, o ex-governador propôs que o movimento em formação se fundisse com a ALN e que os elementos originários do MPL passassem a constituir a infra-estrutura de apoio da organização de Carlos Marighela. Houve reação à proposta, e as discussões prolongaram-se até a Páscoa de 1970.

---

(119) Marcos redargüiu, prevendo para breve o extermínio das organizações foquistas. Arraes não concordou com esse ponto de vista, porquanto apreciava o movimento político no Brasil com a visão distorcida pela distância do exílio.

(120) Sílvio era procurado por atividades subversivas no Estado de Pernambuco, na época em que era Secretário de Viação e Obras Públicas do Governo Arraes. Sílvio trabalhava como engenheiro da Renault e transitava freqüentemente no eixo Paris-Argel em contato com Arraes.

(121) Em Paris, mantinham residência os militantes do MPL Roberto Las Casas, ex-professor da UnB, e Rui Rodrigues da Silva, ex-secretário de Educação do Estado de Goiás, no Governo Mauro Borges. Refletindo o relacionamento Arraes-Marighela, encontravam-se em ligação com os militantes do MPL, em Paris, os militantes da ALN Frei Osvaldo Augusto de Resende Júnior e Aloísio Nunes.

(122) Da discussão participaram Miguel Arraes, Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva, Sílvio Correia Lins, Padre Almery Bezerra, Everardo Norões — sobrinho de Arraes —, Violeta Arraes Gervessau — irmã de Arraes — e Sônia Correia Lins.

Um dos pontos abordados nas reuniões foi a necessidade do movimento passar a contar com um suporte financeiro autônomo, que mantivesse um fluxo de recursos constante, independente do auxílio internacional.

Por volta de setembro/outubro, foi criada, em sociedade, por Miguel Arraes e os irmãos Sílvio e Marcos Correia Lins, a firma de importação e exportação Intrade S.A, com sede em Argel. A firma teria a finalidade de atuar no comércio internacional e canalizar recursos para o MPL. Sílvio Correia Lins ficou como um dos diretores da Intrade, com a obrigação de fazer prestação de contas periódica com Arraes.

Antes da definição dos destinos do MPL, já ocorrera um fato que desagradou os que se opunham à fusão com a ALN. Em outubro de 1969, Arraes, sem consultar os demais companheiros do MPL, tomou a iniciativa de criar em Paris a Frente Brasileira de Informações (FBI). Acompanharam o ex-governador de Pernambuco nessa iniciativa o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o Padre Almery Bezerra e Everardo Norões.

Em novembro de 1969, após a morte de Marighela e com o aumento do número de subversivos que fugiam do Brasil e se dirigiam à Europa, Sônia Correia Lins e Rui Rodrigues da Silva montaram um esquema de recepção e encaminhamento daqueles que se dirigiam à França. Os meios para montagem desse esquema foram conseguidos com uma organização protestante, o CIMADE, que possuía um hospital em Paris e um centro de recepção fora da capital francesa.

Ao "Comitê de Entrada" — como ficou conhecida a entidade criada por Sônia e Rui — juntaram-se alguns dos que chegavam de fora e tinham nesta atividade os meios de sobrevivência custeados pelo CIMADE. O comitê, que serviu para promover a organização MPL junto às demais organizações subversivas, tinha a finalidade de dar apoio financeiro e auxílio de ambientação aos subversivos brasileiros.

No final de 1969, o MPL ainda não tinha um fundo ideológico definido, caracterizando-se, aos olhos daqueles que se opunham a Arraes, como um movimento de massas de cunho socialista. A única definição era a de que não apoiava a luta armada.

A aproximação de Arraes e Marighela e a opção deste pela

luta armada criariam um obstáculo intransponível à conciliação e provocariam o rompimento.

40. Do MNR surge o Grupo Independência ou Morte

A "queda" da "Guerrilha de Caparaó" desarticulou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). As lideranças que não foram presas retiraram-se para o exterior.

No início de 1968, Amadeu Thiago de Melo retornou clandestinamente ao Brasil, vindo de Cuba. Auxiliado por Ana Araújo Arruda Albuquerque, refez contatos com elementos do MNR que não tinham sido atingidos. O trabalho foi reativado nos subúrbios do Rio de Janeiro, através do militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

Durante as atividades de rearticulação do MNR, Thiago de Melo manteve dois contatos com o MPL de Miguel Arraes. O primeiro, em 1968, foi feito com o então deputado federal Márcio Moreira Alves. No segundo, em 1969, o interlocutor de Arraes foi Marcos Correia Lins. Apesar da interferência de Dagoberto Rodrigues, que do Uruguai incentivava o trabalho com o MPL, Thiago de Melo não conseguiu acordo com o grupo de Arraes.

No início de outubro de 1969, em conseqüência de prisões ocorridas no Grupo de Roberto Pinto de Luna Pedrosa, num subúrbio do Rio de Janeiro, Thiago de Melo, novamente, retirou-se para o exterior.

Em razão da redução de sua pena pelo Superior Tribunal Militar, no dia 8 de outubro de 1969, foi colocado em liberdade Amadeu de Almeida Rocha, um dos participantes da "Guerrilha de Caparaó", que se deslocou para o Rio de Janeiro (123).

Ali, reuniram-se na casa de Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira, Amadeu, Filisbina Assunção Santos, Ana Arruda, Maria José Lourenço, além da dona da casa, para fazerem um balanço do que sobrara do MNR (124).

(123) Amadeu deslocou-se de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, procurando contato com a liderança do desarticulado MNR. Ao saber da fuga de Thiago de Melo, resolveu então contatar Ana Arruda Albuquerque. Ana, que, por desentendimentos com Thiago de Melo, se tinha afastado da organização, sugeriu um encontro com Maria José da Silva Lourenço.

(124) No inventário realizado, foram acrescidos ao grupo, como militantes em condições de prosseguir no movimento, Roberto Pinto de Luna Pedrosa, Dalva Umbelina e Silva — ligada a Luna Pedrosa —, Mário de Lucena Montenegro e Galeno Freitas, jornalista do Correio da Manhã.

O grupo resolveu contribuir financeiramente para o soerguimento do movimento e lançar um jornal, que seria o veículo de aliciamento de novos adeptos para a organização a ser criada. O jornal precederia a estruturação da nova entidade. Maria José Lourenço informou que haviam sobrado algumas armas curtas do MNR, que seriam herdadas pelo grupo em formação.

O jornal recebeu a denominação de "Independência ou Morte", e sua direção foi atribuída ao trio: Amadeu, Ana Arruda e Maria José Lourenço. Roberto Pinto de Luna Pedrosa encarregou-se de conseguir material para a tiragem da publicação e responsabilizou-se por sua impressão (125).

Todo o trabalho do grupo desenvolveu-se em torno do jornal. Hermes Machado desenhou o símbolo do "Independência ou Morte", constituído de um triângulo verde da Inconfidência Mineira e uma estrela vermelha de cinco pontas da Inconfidência Baiana. O grupo considerava esses movimentos os mais significativos da História do Brasil. Em dezembro, foi impresso e distribuído o primeiro número do jornal — tiragem de cem exemplares —, rodado por Roberto Pedrosa, na Federação Nacional dos Trabalhadores de Transporte Ferroviário, local onde trabalhava.

Assim, teve início uma organização, surgida dos espólios do MNR, que por gravitar em torno de um jornal, passou a ser conhecida como "Grupo Independência ou Morte" (GIM).

41. Um mil novecentos e sessenta e nove

O ano de 1969 foi um ano politicamente conturbado. Como decorrência do AI-5, editado no final do ano anterior, começava com o Congresso Nacional em recesso e a imprensa sujeita às restrições da censura. Ao longo dos meses, outros fatos o tornariam um dos anos mais difíceis que o País já atravessara. A evolução do movimento subversivo, com o crescimento de sua virulência e audácia, impedira a ascensão natural do Vice-Presidente da República, quando uma trombose cerebral obstou a continuidade do mandato do Presidente Costa e Silva, às vésperas deste promulgar a Emenda Constitucional e convocar o Congresso, recolo-

(125) Naquela ocasião, o grupo foi reforçado pela adesão de Hermes Machado Neto, que havia sido posto em liberdade, em Minas Gerais, após cumprir pena, por participação na fracassada guerrilha de Brizola. Hermes foi acolhido por Maria José Lourenço, na casa de quem passou a residir.

cando o País na trilha do estado de direito, em consonância com os objetivos maiores da Revolução de Março de 1964.

Nesse ano, boa parte das quase duas dezenas de organizações subversivas, atuantes no Brasil, havia expandido sua estrutura a nível nacional. Os assaltos a bancos, as ações de "expropriação" de armas e de propaganda tomaram vulto, embora as principais organizações houvessem definido o caráter complementar da guerrilha urbana e fixado a guerrilha rural como o objetivo estratégico. As organizações que haviam alcançado um maior porte selecionavam e algumas começavam a preparar áreas que denominavam de "estratégicas", para implementá-las, e as demais estabeleciam no campo, pelo menos, áreas de treinamento militar. Essas organizações buscavam conjugar a guerra psicológica a essas atividades. Quase todas as organizações preocupavam-se com a propaganda, particularmente a armada, levada a efeito contra sentinelas e radiopatrulhas, com o objetivo de desmoralizar o aparelho de manutenção da ordem. De acordo com os ensinamentos de Debray, a propaganda tinha como objetivo essencial convencer a população de que a "revolução é uma realidade já em marcha e que o inimigo não é invulnerável". A ALN já estruturara e fazia funcionar, com o auxílio do MCI e dos padres dominicanos, um sistema de propaganda no exterior.

Praticamente, todas as organizações subversivas tinham no mínimo um "jornaleco" circulando. Embora de uma maneira geral não dessem a ênfase que os movimentos revolucionários marxista-leninistas costumam dar ao trabalho de massa, a quase totalidade das organizações tinha em suas regionais setores para tratar especificamente dos segmentos estudantil e operário.

As organizações mais importantes haviam conseguido estabelecer uma infra-estrutura de apoio, e a ALN havia estruturado, até com certa sofisticação, o setor de apoio médico-cirúrgico, o setor de imprensa e inclusive áreas de repouso e homizio.

Nesse ano, as organizações subversivas, além das ações que se iam tornando rotina, mas que resultaram na morte de mais de vinte pessoas, entre elementos dos órgãos de segurança e civis involuntariamente envolvidos, realizaram ações de grande repercussão: o primeiro seqüestro de uma autoridade estrangeira, cuja segurança é uma responsabilidade do governo brasileiro; a formação de uma célula subversiva dentro da penitenciária Lemos de

Brito e a fuga de todos os seus componentes; e, o primeiro seqüestro de uma aeronave, desviada para Cuba. Essas ações, além da propaganda política das organizações que a realizavam e da demonstração da audácia e de força da "revolução", serviu para libertar quinze subversivos presos, abrindo uma válvula de escape à impunidade terrorista. Apenas a autoridade e a determinação dos ministros militares puderam vencer a indignação e as resistências a essa negociação, que permitiu resguardar a integridade física do embaixador dos EUA.

Ficaria, também, perfeitamente caracterizada a atuação subversiva de padres dito "progressistas", não só dando apoio, mas em alguns casos integrando organizações subversivas cujos propósitos e métodos conheciam bem. Valendo-se de suas condições, colocaram o instrumental de comunicação social da Igreja à disposição dos terroristas, montaram esquemas de homizio e fuga com base em instalações de suas ordens e paróquias, aliciaram seminaristas para a subversão e um deles chegou a participar de ações armadas na qualidade de instrutor. E, como terroristas comuns, mal preparados ideologicamente, delataram e traíram.

Em 1969, as medidas tomadas no sentido de coordenar a ação dos órgãos de segurança, centralizando as informações e as operações anti-subversivas, mostrariam o acerto da decisão. A centralização das informações, antes dispersas por vários organismos, permitiu que fossem processadas metodicamente e com oportunidade, e os resultados não se fizeram esperar. Algumas organizações subversivas, como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) — o primeiro —, a Corrente, o Movimento Armado Revolucionário (MAR) e a Marx-Mao-Marighela e Guevara (M3-G), foram praticamente desmanteladas. Outras sofreram perdas que abalaram suas estruturas, como ocorreu com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi desestruturada em São Paulo, onde era a mais bem organizada e perdeu seu líder maior. Essa ação fulminante permite compreender por que as organizações subversivas, apoiadas pelo clero dito "progressista" e demais organizações auxiliares do MCI, moveriam uma campanha psicológica, sistemática e sem tréguas contra os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Sua eficiência, certamente, não as interessava.

Coincidentemente, várias organizações subversivas começaram a externar o ressentimento da falta de apoio popular e, algumas delas, a colocar em dúvida a validade da linha política adotada, partindo para um processo de sua revisão. Tiveram início as críticas ao foquismo militarista, tido agora como inconseqüente. As divergências começaram a tomar vulto, com dissidências e "rachas" constantes que confundiam as análises dos órgãos de segurança. A defesa de posições "massistas", pelos antigos militantes do COLINA, mais politizados, impediu que se concretizasse, nas bases, a fusão com a VPR, engendrada na cúpula das duas organizações. Isto frustrou a formação daquela que seria a mais poderosa organização subversiva no País, pela quantidade e qualidade de seus quadros, pela pletora de armas e pelos recursos financeiros de que disporia. Por outro lado, os dados colhidos pelos órgãos de informações permitiam identificar organizações que eram verdadeiros grupos de marginais, sem qualquer formação ou objetivos políticos, e que praticavam a violência pela violência.

Apesar disso tudo, algumas dessas organizações demonstrariam capacidade de se reestruturar e de conduzir a guerra revolucionária, por mais alguns anos, inclusive com o incremento de ações audaciosas e violentas. O PC do B, exemplo das poucas que não aderiram ao foquismo como teoria, tomaria medidas que assegurariam o envio de militantes de suas regionais para a área estratégica no campo, em preparação desde 1967, com o intuito de implementar a sua "guerra prolongada".

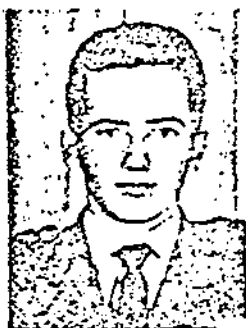
Hoje, analisando-se os fatos, pode-se concluir que três deles, ocorridos nesse ano, determinaram que 1969 fosse caracterizado como o ano do ápice da aventura subversivo-terrorista, como tal. Os três fatos foram: a eficiência que os órgãos de segurança ganharam com sua ação coordenada; o início do questionamento do foquismo militarista como a linha revolucionária mais adequada; e a morte de Marighela.

A despeito de todos os percalços do campo político, o País desenvolvia-se. A inflação caíra para 22% ao ano e o produto interno bruto crescia a taxa superior a 9%. Começara-se a colher os frutos da modernização da estrutura administrativa do Brasil. Em decorrência da criação da Embratel e do Ministério das Comunicações e dos investimentos nesse setor, era inaugurado nesse ano

a estação terrena de comunicações por satélite de Itaboraí, que iria revolucionar um dos setores mais deficientes do País, embora dos mais importantes para o desenvolvimento e à integração nacional. Os investimentos na infra-estrutura econômica não eram negligenciados e estavam sendo feitos continuamente, orientados para a expansão do fornecimento de energia, do sistema de transporte, da infra-estrutura urbana e das indústrias pesadas, especialmente do aço e de mineração. Abria-se a economia para o comércio exterior. O País começava a produzir excedentes, além do café.

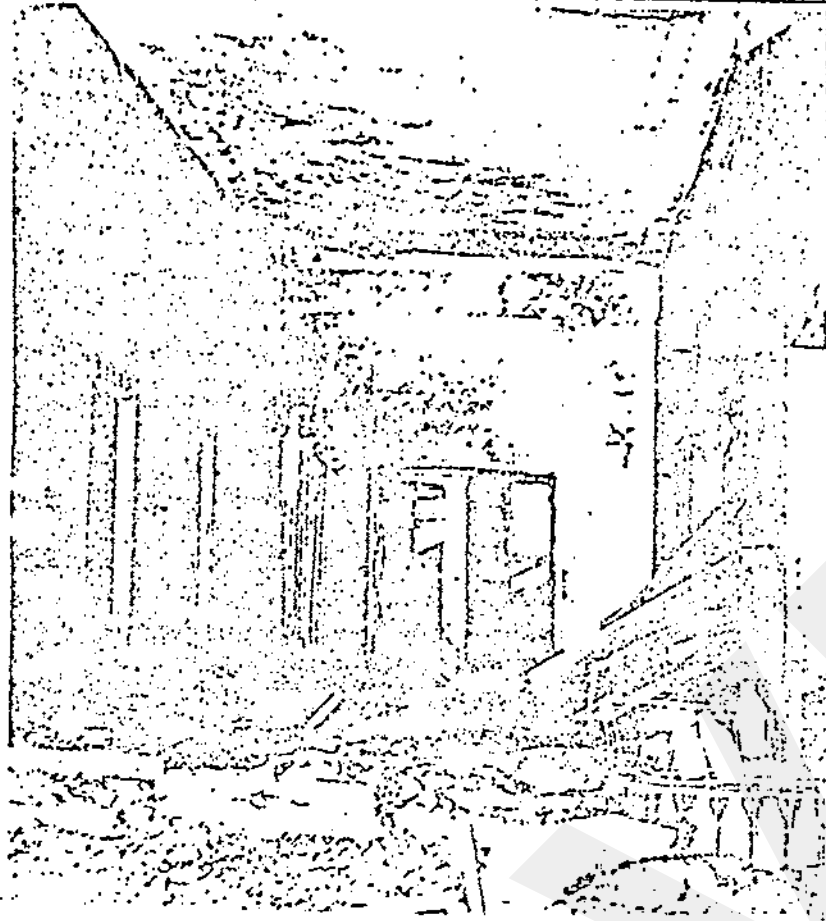
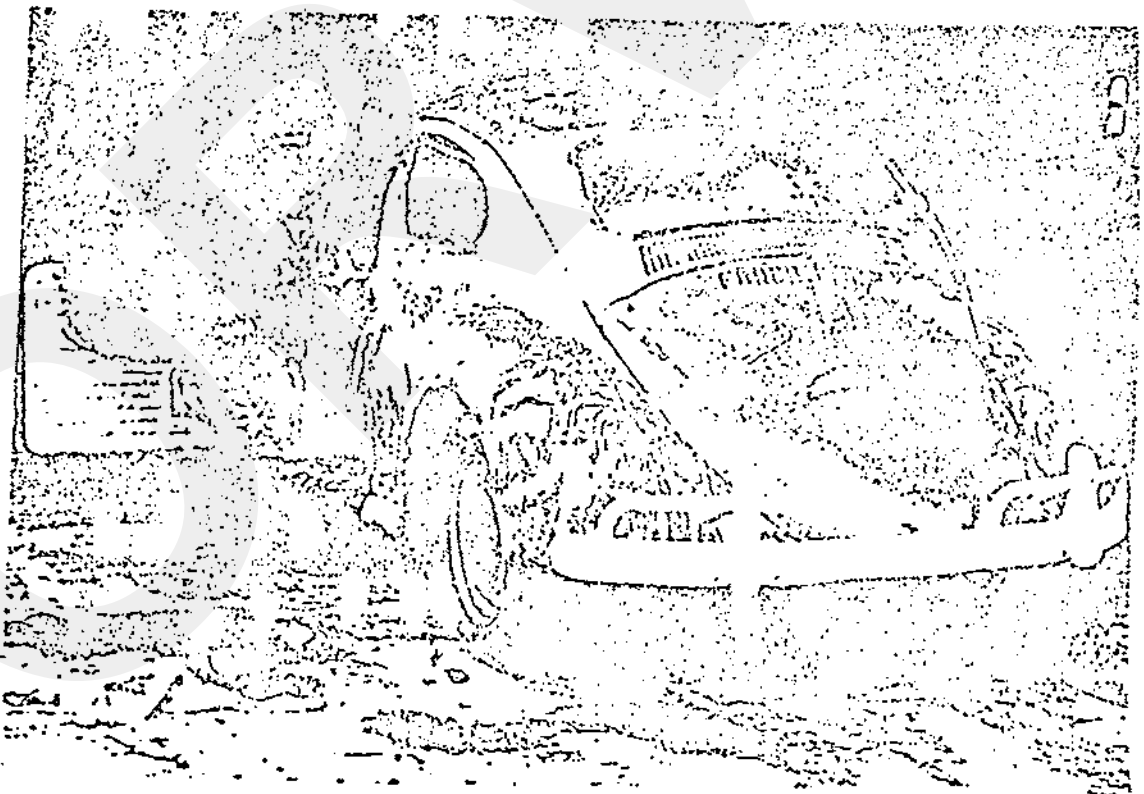
De qualquer forma, mesmo politicamente, o ano terminou melhor do que havia começado: o Congresso fora reconvocado, a ARENA aclamara os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, a nova Constituição fora promulgada, e o novo Presidente, eleito pelo Congresso, ou por ele homologado, abrira novas esperanças, pois seu tom franco, sua mensagem de renovação e a clareza com que encarava a realidade vivida pelo País criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1969 -

SD PMSP NAUL JOSÉ MANTOVANI - ASSASSINADO POR MILITANTES DA ALN, EM 23 DE MAIO, QUANDO SE ENCONTRAVA DE SENTINELA NA ENTRADA DO 15º BPM, EM SÃO PAULO.

SD PMSP BOABENTURA RODRIGUES DA SILVA - ASSASSINADO POR MILITANTES DA ALN, EM 4 DE JUNHO, QUANDO DO ASSALTO AO BANCO TONZAN NA AVENIDA PENHA DE FRANÇA, EM SÃO PAULO.

SD PMSP JOÃO GUILHERME DE BRITO - ASSASSINADO POR MILITANTES DA ALN, EM 3 DE SETEMBRO, NA AÇÃO CONTRA A LOJA LUIZ FERRANDO, NO EDIFÍCIO ITÁLIA, EM SÃO PAULO.

SD PMSP ABELARDO ROSA DE LIMA - ASSASSINADO, EM 5 DE OUTUBRO, POR MILITANTES DA REDE E DO MRT NA TENTATIVA DE ASSALTO AO SUPERMERCADO PEG PAG, EM SÃO PAULO.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1969 -

ATENTADO A BOMBA NO EDIFÍCIO CBI, EM 16 DE JUNHO, REALIZADO PELA ALN.

RÁDIO-PATRULHA Nº 21 INCENDIADA PELA ALN, EM 19 DE SETEMBRO. NO ATENTADO FICOU PARALÍTICO, COM UM TIRO NA COLUNA, O SD PMSP PEDRO FERNANDES DA SILVA.

CAPÍTULO VII

O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

1. A intranqüilidade crescente

Havia em 1968 um clima acentuado e crescente de intranqüilidade, com as ações preparatórias e iniciais da luta armada sendo realizadas com desenvoltura, o que conduziu o Governo a editar o Ato Institucional nº 5. A preocupação com essa situação alcançava o Exército, que acompanhava essas ações com interesse mas era incapaz de identificar seu autores.

Dentre essas ações, o Exército preocupava-se, particularmente, com os assaltos a pedreiras e casas de armas e tinha um interesse especial no esclarecimento dos atos terroristas que lhe haviam atingido diretamente, como o roubo de armamento do Hospital Geral de São Paulo e o atentado ao Quartel General do II Exército — o último deles, realizado 4 dias após o roubo do Hospital, com a morte do soldado Kozel Filho. Chamava-lhe a atenção, ainda, o assassinato do Capitão Chandler, do Exército dos Estados Unidos, à porta de sua residência. Neste último, os terroristas, após perpetrá-lo, haviam lançado panfletos na área. Embora a organização comunista não se houvesse identificado, podia-se inferir tratar-se de uma ação revolucionária, praticada por organização impregnada pelas teses cubanas de luta armada.

As investigações dessas atividades estavam algumas a cargo do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), outras com o de Ordem Política e Social (DOPS), além daquelas que eram acompanhadas pela Polícia Militar ou investigadas por delegacias isoladas. As Secretarias Estaduais de Segurança Pública não dispunham de um órgão que centralizasse ou coordenasse essas investigações. Nestas circunstâncias, o simples texto do AI-5 era inócuo.

2. O acaso

Num sítio, em Itapecerica da Serra, município da Grande São Paulo, viviam, com suas respectivas famílias, duas irmãs que chamaremos, simplesmente, de irmã da frente e irmã de trás. O filho desta última brincava normalmente em todo o sítio, embora

sua mãe não se desse bem com o cunhado.

Um dia, no entanto, em janeiro de 1969, alguns homens que foram trabalhar no sítio começaram a implicar com o garoto, impedindo-o de circular livremente na parte anterior do sítio. Para escorraçá-lo, um deles chegou a dar-lhe um safanão. Sua mãe então dirigiu-se à delegacia de polícia local e denunciou que no setor onde seu cunhado morava um caminhão estava sendo pintado com as cores do Exército.

Policiais do destacamento de Itapecerica, indo até o sítio, prenderam, às 13 horas do dia 23, quatro dos elementos, tendo um deles logrado fugir. O Delegado local comunicou o fato ao DOPS de São Paulo. No entanto, seus agentes que compareceram ao local julgaram que o inquérito deveria ser policial-militar, correndo pelo Exército. Ligaram-se com o Comandante da 2ª Companhia de Polícia do Exército e recolheram os presos àquela organização militar.

Inquiridos na Cia. PE, o ex-sargento cassado da Força Pública de São Paulo, Pedro Lobo de Oliveira, o desertor do Exército, ex-soldado pára-quedista Hermes Camargo Batista, Osvaldo Antônio dos Santos e Ismael Antonio de Souza não se negaram a prestar depoimentos. Ao fazê-lo, apresentaram uma estória-cobertura aceitável: a razão da pintura do caminhão era a realização de um grande contrabando.

Apesar da estória-cobertura verossímil, o major Comandante da Cia. PE, que deveria mandar recolher ao quartel o caminhão pintado com as cores privativas do Exército, julgou que o episódio poderia estar vinculado à subversão. Decidiu, então, além de mandar buscar o caminhão roubado realizar uma "varredura" na área, à procura de outros dados que pudessem esclarecer o caso (1). No entanto, como sua companhia estivesse com recrutas, recém-incorporados, pediu ao Comandante do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, seu vizinho de quartel, que lhe cedesse uns 5 ou 6 homens para guarnecer seus "choques" (2). Tendo o Comandante do Esquadrão sido autorizado a ceder-lhe os homens, combinaram o início da operação para as 5 horas do dia seguinte, 24 de janeiro.

---

(1) Varredura - operação de vasculhamento de área, tipo "pente fino".
(2) Choque - carro aberto, de fácil embarque e desembarque, utilizado pela Polícia.

3. Moleque sabido

Antes das 5 horas do dia seguinte, adentrou a Cia. PE um Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Não era isso exatamente que o Comandante da Cia. PE pedira. No entanto, como o companheiro do Esquadrão devia ter passado boa parte da noite reunindo aquele pessoal e preparando o seu material para aquela "operação anti-subversiva", não teve coragem de fazer o pelotão retornar ou de mantê-lo inativo no quartel. Decidiu levá-lo também na "operação".

Às 5 horas, um capitão da Cia. PE, que iria comandar a operação, deslocou-se com os choques e o Pelotão de Reconhecimento Mecanizado para Itapecerica. Se o objetivo da operação fosse atrair o público, teria alcançado pleno êxito. Os carros de reconhecimento M-8, do Pelotão de Reconhecimento Mecanizado, constituíram-se numa festa para a criançada.

Foi com um desses garotos que rodeavam os M-8 e que não tinha mais do que 10 anos, que o capitão, procurando saber como os elementos chegavam até o sítio, entabulou a seguinte conversa:

"- *E como o pessoal chega até o sítio?*

- *Eles vêm de carro até aquelas árvores lá em baixo, onde deixam o carro e sobem a pé.*

- *E qual o carro de que se utilizam?*

- *É um fusca cinza, quase novo, mas que tem os dois pneus de trás completamente "carecas".*

- *Oi moleque sabido, só faltava você ter anotado a chapa desse carro para ser um verdadeiro policial.*

- *E anotei.*

- *Puxa! Então vá até sua casa e traga essa anotação para mim, porque é muito importante.*

- *Não. Anotei aqui...* (disse o menino, enquanto apontava o indicador da mão direita para a própria fronte e declinava a placa do veículo)... *30-81-45*".

Retornando ao quartel, na tarde desse mesmo dia, com o caminhão Chevrolet "Brasil" pintado de verde, o capitão estava no gabinete do Comandante da Companhia relatando-lhe o ocorrido, quando este, por volta das 18 horas e 30 minutos, recebeu um telefonema da então Guarda-Civil, informando-o de que um carro com as armas do Exército fora abandonado em Santo Amaro, bairro

da zona sul de São Paulo. Incontinenti, o capitão foi enviado para aquele local.

Chegando à rua que lhe fora indicada, qual não foi o espanto do capitão ao deparar-se com o "fusca" cinza, indicado pelo moleque sabido, com a placa que ainda retinha na cabeça. Por mera curiosidade foi examinar seus pneus traseiros. De fato, estavam na penúltima, se não na última lona. No seu interior, haviam sido abandonados uma pistola Walter 7.65, três revólveres .38 e duas carabinas .22.

Procurando saber em que circunstâncias o carro fora abandonado, o capitão foi informado que não o fora voluntariamente. Deslocando-se pela Av. Santo Amaro, ao encontrar uma barreira de trânsito, de rotina, seus ocupantes deram-lhe meia-volta e o puseram em desabalada correria em sentido contrário. Ante a atitude suspeita, o carro passou a ser perseguido pela Guarda-Civil. Na fuga, seu motorista realizou uma manobra inadequada, entrando em uma rua cuja única saída era a própria avenida de onde viera. Percebendo o equívoco, seus ocupantes abandonaram o carro às pressas, deixando no seu interior, possivelmente, parte das armas que transportavam.

No local, o capitão já encontrou dois inspetores do DOPS, que pretendiam, por terem chegado primeiro ao local, conduzir o veículo para aquele departamento. Estabelecida, porém, a ligação entre seus ocupantes e o roubo e a pintura do caminhão de Itapecerica da Serra, cujo inquérito corria na Cia. PE, o capitão convenceu-os a recolher o carro para aquela Companhia, onde eles poderiam realizar as perícias que desejassem. Acompanhado do carro e dos inspetores, o oficial retornou ao quartel.

4. A revelação surpreendente

Já passava das 22 horas daquela 6ª feira, quando o capitão terminou de relatar ao Comandante da Companhia as circunstâncias do abandono do veículo e a vinculação de seus ocupantes com o roubo do caminhão que estivera sendo pintado em Itapecerica. De posse desses novos dados, o major voltou a inquirir os quatro presos que retinha na Companhia, nada obtendo deles que pudesse esclarecer a situação.

Retornando ao pátio do quartel, aguardavam-no, ao lado do "fusca", os inspetores do DOPS. Dirigindo-se a eles, o major

disse-lhes em tom jocoso: *"O que vocês estão esperando? Se vão trabalhar conosco tratem de tirar esse paletó e gravata, arregaçar as mangas da camisa e passar uma vistoria completa nesse carro".*

Dessa vistoria, resultou encontrarem sob a capa do banco, do lado do motorista, um caderno de endereços, um papel com algumas anotações e um recibo da revendedora "Yourcar", referente à venda de uma kombi verde em nome de Carlos Lamarca. Esse nome não dizia nada aos inspetores e ao capitão. O major, porém, que fora ajudante-de-ordens do Comandante da 2ª Divisão de Infantaria e costumava acompanhá-lo com freqüência a Osasco e Quitaúna, lembrou-se vagamente desse nome. Consultando o Almanaque do Exército, lá estava: Carlos Lamarca - Capitão de Infantaria.

Apesar de já passar da meia-noite, o major ligou para a casa do Coronel Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria. Este tomou conhecimento dos fatos, revelou-lhe que o capitão pertencia ao 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna, e, dizendo-lhe que o caso era muito importante, determinou-lhe que estivesse no QG da Divisão da Infantaria, segunda-feira pela manhã.

Chateado por ver transferido para segunda-feira o problema que julgara tão importante, o major que tinha seu pai doente em Niterói, e que não fora visitá-lo pelas circunstâncias em que se viu envolvido, deslocou-se para lá na manhã de sábado, bem cedo, antes que tivessem início as comemorações de mais um aniversário da cidade de São Paulo. O capitão dormira e permanecia no quartel.

As autoridades presentes às comemorações do aniversário da cidade tomaram conhecimento no palanque, de forma discreta e sigilosa, que na véspera haviam sido roubadas do 4º Regimento de Infantaria dezenas de fuzis automáticos leves - FAL e alguns cunhetes de munição. A notícia chegara ao QG do II Exército e 2ª Divisão de Infantaria por volta das 9 horas.

Na Cia. PE, ao tomar conhecimento do fato, o capitão deu ordem para que ninguém mais saísse do quartel. Informou ao II Exército e desencadeou o seu plano de chamada. Tendo reunido os graduados encontrados em São Paulo, passou o restante do final de semana realizando exercícios de tiro. A tropa da Companhia, formada de recrutas, não havia ainda realizado nenhum tiro real.

Quando o telefone tocou na casa do major, em Niterói, este acabara de chegar. Ciente do fato, agora só retornaria no domingo, após descansar da viagem. Não havia mais pressa. O fato que buscara intuitiva e desesperadamente evitar, ocorrera na tarde de 24 de janeiro, quando suas tropas ainda se deslocavam de Itapecerica para São Paulo. O que nem o capitão nem o major podiam suspeitar é que o Coronel Comandante do 4º Regimento de Infantaria, o Coronel Chefe do Estado-Maior da Divisão de Infantaria e o General ex-Comandante da Divisão de Infantaria sabiam, pelo menos desde outubro de 1968, que existia uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, da qual, entre outros, fazia parte o Capitão Lamarca.

5. A célula subversiva do 4º RI

Declarado aspirante-a-oficial de Infantaria em dezembro de 1960, Carlos Lamarca foi o 46º classificado numa turma de 57 aspirantes, tendo sido designado para servir no 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, São Paulo (3).

Nesse Regimento, Lamarca sempre procurou firmar sua liderança entre os graduados. Um desses graduados com quem mais se ligava era o Sargento Darcy Rodrigues, que chegou na Unidade em 1962, procedente da Escola de Sargentos das Armas. Darcy assim se refere a esses contatos mantidos com Lamarca: "*desde aquela época, a nossa relação foi fundamentalmente política (...) as nossas discussões giravam em torno da luta armada, embora, ainda, naquela época, com posições espontaneístas*" (4).

Esse contato, porém, não teve longa duração, nem abarcou a fase de maior efervescência política do período do Governo Goulart. Vislumbrando a possibilidade de integrar a Força brasileira, na Faixa de Gaza, Lamarca conseguiu sua transferência para o 2º Regimento de Infantaria e veio a participar, durante 13 meses, da Força de Emergência da ONU, no Oriente Médio. Retornando ao Brasil, foi transferido, em outubro de 1963, para a então 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, no Rio

(3) Fazendo a apologia de Lamarca, o ex-terrorista e Deputado Estadual pelo PT/RJ, Liszt Benjamin Vieira, ao pronunciar um discurso na Assembléia Legislativa, em 25 de agosto de 1983, por ocasião do Dia do Soldado, falseou a verdade, quando disse sobre o mesmo: "cursou a Escola Militar, onde foi o primeiro aluno".

(4) Depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues em Caso A. - "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, pág. 99.

Grande do Sul.

Em 26 de novembro de 1964, foi preso em Porto Alegre, quando embarcava para Montevidéu, o ex-capitão da Força Aérea Brasileira, Alfredo Ribeiro Daudt, implicado na "Operação Pintassilgo". Dada a sua periculosidade e audácia, Daudt foi transferido do DOPS para o quartel da 6ª Cia. PE, considerado um local mais seguro. Na madrugada de 13 de dezembro, sete dias após sua transferência para aquela organização militar, o ex-capitão da FAB logrou evadir-se. Era um caso inédito naquela Companhia.

Por "coincidência", o Fiscal (Oficial) de Dia à 6ª Cia. PE, de 12 para 13 de dezembro de 1964, era o 1º Tenente Lamarca. Segundo o depoimento do 3º Sargento Nilton Aguidas, entre 8 e 10 de dezembro de 1964, por volta das 20 horas, apesar de Daudt estar preso incomunicável, Lamarca permitiu que seu advogado subisse até o local onde o mesmo se encontrava preso. A palestra entre o advogado e o preso, a portas fechadas, somente foi assistida pelo Tenente Lamarca (5).

Embora o Inquérito Policial Militar nada tivesse apurado contra Lamarca, ele pediu, no meio de 1965, transferência para São Paulo, por interesse próprio (6).

De retorno a São Paulo, Lamarca retomou o contato com o Sargento Darcy Rodrigues. Nesse intervalo de tempo, o Sargento Darcy havia sido punido, em 1963, por ter, em companhia de outros companheiros, participado de um ato de desagravo do sargento-deputado Antonio Garcia Filho contra o jornal "O Estado de S. Paulo" e também por ter participado da campanha, à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do II Exército, do ex-sargento esquerdista Onofre Pinto. Em 1964, estivera preso recolhido ao navio-prisão Raul Soares. Darcy continuava mantendo contatos com Onofre Pinto que agora pertencia ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Em fins de 1967, início de 1968, remanescentes do MNR uniram-se a dissidentes paulistas da POLOP e constituíram uma nova organização subversiva que iria autodenominar-se Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

(5) Segundo depoimento do ex-Sargento Darcy Rodrigues, na obra citada no item anterior, pág. 100, ao referir-se à ida de Lamarca para Porto Alegre, diz: "ali solicitou inscrição no PCB, mas seu pedido nunca chegou a formalizar-se".

(6) O militar que solicita transferência por interesse próprio arca, inclusive, com todas as despesas decorrentes, desonerando a Fazenda Nacional.

Nessa altura, Lamarca já estava em contato com Marighela e com outra organização subversiva, possivelmente o PC do B. Estando propenso a unir-se a Marighela e necessitando de apoio no quartel, Lamarca procurou o Sargento Darcy, propondo-lhe também integrar essa organização. Em agosto, Lamarca voltou a procurá-lo, ocasião em que o sargento lhe revelou que pretendia ingressar na VPR, organização a que pertencia o ex-sargento Onofre. Lamarca, de imediato, interessou-se por essa organização, onde não teria que disputar a liderança com os ex-deputados Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira.

Após o contato de Lamarca com Onofre Pinto, o capitão e Darcy ingressaram na organização subversiva e começaram a trabalhar em busca da ampliação da célula no Regimento. Desde logo passaram a fornecer à organização fichas de instrução versando sobre exercícios de tiro, destruições, manuseio de explosivos, etc., além de munição. Esta era obtida através do sargento encarregado do Paiol, sendo a alteração correspondente nos mapas de consumo feita por Darcy, que trabalhava na Fiscalização Administrativa da Unidade.

De todas as tentativas futuras para ampliar a célula na unidade, no entanto, só obtiveram sucesso com o Cabo Mariane e o Soldado Zaniratto. Nem mesmo o sargento encarregado do paiol concordou em entrar para o grupo. Este graduado era um indivíduo com problemas sociais e financeiros. Desquitado, sustentando uma segunda família e com uma filha doente, vivia solicitando empréstimos aos companheiros. Aos poucos, Lamarca foi-lhe emprestando cada vez mais dinheiro, de modo a tê-lo preso em suas mãos. Inicialmente, o fornecimento de munição, em pequena quantidade, era feito para Darcy. Quando o sargento quis parar e questionar sobre a utilização da munição, foi-lhe informado o fim a que se destinava e o contato deste foi passado para Lamarca. Em três meses, conseguiram, desta forma, desviar cerca de 2000 tiros para FAL, 50 tiros para metralhadora INA e 30 tiros para pistola.

Mariane havia confidenciado a Darcy que, em Foz do Iguaçu, obtivera uma certidão de nascimento falsa, na qual alterara o local de nascimento e aumentara sua idade em dois anos, pois, tendo saído de casa com 16 anos, tinha dificuldade em obter emprego. Valendo-se desse "segredo" comum, Darcy passou a expor-lhe suas idéias revolucionárias. No momento desejado, Darcy confi-

denciou-lhe que o Capitão Lamarca compartilhava das mesmas idéias e convidou-lhe a integrar o grupo, o que foi aceito. Ja a cooptação de Zaniratto foi mais simples e direta. Darcy havia recebido do Sargento Pittoli, que na ocasião servia na 2ª Companhia de Polícia do Exército, a informação de que Zaniratto era simpatizante das idéias de esquerda. Darcy passou a observar seu comportamento e, em face de sua reação a um ou dois estímulos, convidou-o diretamente a participar do grupo. Com essa célula formada e não conseguindo ampliá-la, em novembro, Lamarca idealizou o assalto ao 4º Regimento de Infantaria e começou a prepará-lo.

6. O assalto ao 4º RI

O assalto estava planejado para ser conduzido em duas etapas: uma no sábado, dia 25 de janeiro, e a outra, no dia imediato.

Na primeira etapa, seria retirado apenas o armamento de dois pelotões da companhia de Lamarca. O armamento restante seria deixado para armar o pessoal de serviço no dia seguinte, sem suspeitas. Essa etapa seria realizada apenas por Lamarca, que, como Comandante da Companhia, tinha meios e modos de concretizá-la.

A segunda etapa contaria com a prévia escala de Darcy como Comandante da Guarda do quartel e do Cabo Mariane como Sargento de Dia ao Rancho. Na madrugada do dia 26, com o uso de uma cópia da chave do Depósito de Armamento, o Soldado Zaniratto seria introduzido no seu interior e, até as 15,30, hora marcada para o início da operação, prepararia o armamento em fardos, de modo a facilitar e abreviar o seu transporte. Mariane, do Rancho, que era localizado em frente ao Depósito, vigiaria essa dependência e, dotado de um "hand-talkie", poderia, se necessário, comunicar-se com a segurança, postada fora do quartel.

Pouco antes da hora marcada, um grupo da organização chegaria num Volkswagen, e seus integrantes, fazendo-se passar por amigos de um soldado e contando com a autorização de Darcy, adentrariam ao quartel e estacionariam em local pré-fixado para dar cobertura ao carregamento das armas e ficar, também, em condições de, se necessário, destruir os meios de comunicações da Unidade. Nessa hora, pretextando uma inspeção, Darcy ordenaria a retirada da munição de todos os postos da guarda e reuniria o

pessoal que não estivesse na hora nos postos, para transmitir-lhes pretensas instruções de serviço.

Na hora marcada, Lamarca com sua kombi e dois companheiros da organização precederiam o caminhão pintado nas cores e com os indicativos do Exército, o qual entraria no quartel conduzido por dois elementos da organização, ex-militares, fardados.

Nas imediações do quartel, postar-se-iam, em diferentes locais, uma caminhoneta Ford F-100 e dois Volkswagens com o pessoal dos grupos armados de segurança. Um deles, destinado a apoiar o pessoal no quartel, e os outros dois, visando a anular quaisquer reações que partissem, respectivamente, do 2º Grupo de Canhão Antiaéreo 90, vizinho ao 4º RI, ou da Vila Militar de oficiais e sargentos do Regimento.

A reunião final para checar o plano estava marcada para a noite de 24 de janeiro. No entanto, na hora do almoço desse dia, os quatro componentes da célula do 4º RI foram convocados para uma reunião urgente, com o coordenador da operação, Diógenes José Carvalho de Oliveira, vulgo "Luís". Nessa reunião, foi-lhes comunicado a apreensão do caminhão e a prisão dos quatro subversivos em Itapecerica da Serra. Lamarca decidiu, então, realizar, nesse mesmo dia, a parte do plano que lhe cabia desenvolver sozinho e o fez entre 18 e 18,30 horas desse dia, levando sessenta e três fuzis automáticos leves e seus respectivos acessórios, três metralhadoras INA e uma pistola .45. Darcy já não regressou mais ao quartel, rumando dali mesmo para a casa de Onofre Pinto, onde havia quatro dias a sua família e a de Lamarca estavam homiziadas e preparadas para viajar para o exterior. Não só não voltou ao quartel como tentou desestimular Lamarca a fazê-lo (7).

Nesse mesmo dia, às 18 horas, Dulce de Souza, a "Judith", dando seguimento ao planejamento original, pegava na casa de Onofre as esposas e filhos de Lamarca e de Darcy para conduzi-los ao aeroporto de Congonhas, a fim de que viajassem para o Rio de Janeiro. Dali, ainda naquela noite, seguiriam para Roma e de lá, via Praga, chegariam a Cuba. Essa era a primeira parte do paga-

(7) Darcy no seu depoimento em "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, pág. 106, mente, buscando engrandecer-se aos olhos dos subversivos, quando diz: "E decidimos regressar imediatamente ao quartel de Quitaúna e executar rapidamente a primeira parte do plano, ou seja, a parte da ação prevista para o dia 25". Diga-se de passagem, que nem ele nem os outros dois tiveram qualquer participação nessa etapa do roubo.

mento exigido à organização para a participação de ambos no roubo do 4º RI.

7. Inexperiência?

Numa noite, em fins de setembro de 1968, inesperadamente, Lamarca acompanhado de sua mulher, fez uma visita de cortesia a um sargento do Regimento. O sargento estranhou a visita por não encontrar motivo que a justificasse. A conversa, porém, iniciou-se normalmente, exceto pela situação do sargento que se viu constrangido em sua própria casa. Lamarca, desde logo, procurou deixar sua mulher com a esposa do sargento de modo que ambos ficassem sozinhos.

Em certo momento, após tecer elogios ao comportamento profissional e familiar de seu interlocutor, Lamarca disse-lhe de chofre ser adepto do comunismo. Alarmado, o sargento procurou desconversar, alegando seu pouco interesse e conhecimento sobre política. O capitão então passou a tentar convencê-lo das qualidades dessa ideologia. Possivelmente para impressionar o sargento, disse-lhe estar ligado a um grupo do qual faziam parte o General Zerbini, com o qual já tivera contato, e outros generais colocados em postos-chave (8).

Ao despedir-se, já tarde da noite, o sargento prometeu retribuir aquela visita em futuro próximo. Após a retirada do casal visitante, sua esposa comentou que não havia gostado do rumo que a conversa com a esposa do capitão tomara, ao enveredar-se para problemas políticos.

Após aquela noite, o sargento passou alguns dias angustiado. Chegou a pensar que, por alguma razão com a qual não conseguia atinar, estivesse sendo testado.

Dias depois, foi procurado no quartel pelo sargento Darcy, que lhe disse precisar acertar algumas contas com ele, porque o "Carlinhos" era um pouco precipitado. O sargento a princípio não entendeu, até que com o transcorrer da conversa percebeu que o "Carlinhos" a que Darcy se referia era o Capitão Lamarca. A partir dessa constatação ficou mais apavorado.

---

(8) O General Euryale Jesus Zerbini havia sido reformado, pela Revolução, em abril de 1964.

Nos dias subseqüentes, Darcy insistiu com ele para que aderisse ao grupo, dizendo-lhe que o movimento em que estavam era de âmbito nacional e que eles não desejavam vê-lo embarcando "em canoa furada". Incentivara-o, procurando tranqüilizá-lo quanto à família, informando-o que a organização lhe proveria toda a segurança.

Sem ter mais dúvidas quanto à ideologia que Lamarca e Darcy professavam, mas cheio de dúvidas sobre o que fazer, o sargento decidiu falar com o capitão tesoureiro, seu chefe imediato. Ante a sua indecisão, o capitão apresentou-lhe duas alternativas: procurar de imediato o oficial de informações da Unidade ou prosseguir naqueles contatos até obter dados mais concretos. Tendo optado pela última alternativa, o sargento logo percebeu que não tinha condições de prosseguir naquela empreitada, mesmo porque não recebeu o apoio de sua esposa para a linha de ação escolhida.

Já na segunda quinzena de outubro, o sargento decidiu levar o problema ao oficial de informações da Unidade. Tomada essa decisão, participou a seu chefe imediato, e este solicitou ao major chefe da 2ª Seção que o acompanhasse até ao gabinete do Comandante da Unidade, porque tinha uma importante revelação a fazer-lhes. No gabinete, acompanhado daquele oficial, o capitão tesoureiro narrou ao Comandante o que vinha ocorrendo. Nessa ocasião, ficou combinado um contato do oficial de informações com o sargento, fora do quartel para que este lhe transmitisse esses dados de forma mais completa e sem despertar a atenção.

Poucos dias depois, o Comandante do 4º RI procurou o Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria, acompanhado de seu oficial de informações, e determinou que este expusesse a tentativa de aliciamento do sargento por parte de Lamarca, sua ligação com o Sargento Darcy e a possível vinculação do grupo com o General Zerbini. O problema foi de pronto levado ao Comandante da 2ª Divisão de Infantaria. Desta reunião resultou a decisão de manter-se o máximo sigilo sobre o assunto e de se acompanhar as atividades desses três elementos do Regimento, na busca de provas ou fatos novos, inclusive a identificação de outros militares que pudessem ou viessem a integrar a célula subversiva da Unidade. Na ocasião, o Comandante do 4º RI alertou sobre a in

capacidade do Regimento em acompanhar as atividades do General Zerbini e outros possíveis implicados de fora do Regimento.

Passaram-se três meses e a Unidade não obteve nenhum dado novo. Lamarca esteve em evidência como sempre desejou, mas como indicado para ministrar aulas de tiro a funcionárias de um banco, ironicamente, para que pretensamente pudessem enfrentar, com sucesso, os terroristas, nos assaltos a banco.

No dia 21 de janeiro de 1969, um cabo do 4º RI procurou o chefe da seção de informações no refeitório de oficiais, dizendo-lhe que necessitava encontrar-se com ele fora do quartel, para transmitir-lhe informações importantes. Como o major se demorasse em definir o local do encontro, o cabo, apavorado, solicitou autorização e retirou-se. Assim mesmo, o cabo foi visto por Darcy, saindo do refeitório de oficiais, e foi por ele interpelado. O cabo, porém, deu-lhe uma desculpa aceitável.

Esse cabo, havia seis meses, tinha estabelecido amizade com um indivíduo, em um bar em Quitaúna, sobre o qual, posteriormente, veio a saber tratar-se de um ex-militar da Marinha, que tinha vínculos com o Sargento Darcy. Mais tarde, foi convidado a participar do grupo de discussões políticas do qual faziam parte militares do 4º RI e aceitou, informando, depois, que o fizera para saber quais as pretensões de seus componentes. Na véspera do fato antes narrado, tomara conhecimento de que, no dia 22, haveria uma reunião para definir as missões dos que participariam de um golpe de mão no Regimento. Nesse dia, apesar de convocado, não compareceu à reunião. À noite, foi à casa do major chefe da seção de informações, relatando-lhe esses fatos e informando-o que, apesar de não saber a data exata da ação planejada, sabia que ela deveria ocorrer entre 2 e 30 dias.

Seja por imprecisão nas informações do cabo, seja por dedução, o fato é que para o Comando do Regimento ficou assentado que, se houvesse essa ação, ela seria realizada na época do carnaval, ocasião em que a guarda do quartel já estaria sendo tirada por soldados recrutas. Se se chegou a essa conclusão por dedução, a prática mostrou que apesar de conter alguns aspectos lógicos ela não se confirmou, comprovando sim o ensinamento de que nem sempre as ações do inimigo obedecem à lógica. O fato é que, se antes podia-se admitir certa cautela em apurar os fatos, em razão de haver apenas a denúncia do sargento contra o oficial,

após as informações do cabo, havia dois graduados capazes de testemunhar sobre um problema da maior gravidade, que punha em risco, no mínimo, a vida de integrantes do Regimento.

O Comandante do Regimento, ao tomar conhecimento desse fato novo, no dia 23 de janeiro, reuniu em seu gabinete o subcomandante, os comandantes dos dois batalhões e o fiscal administrativo. Nessa reunião, deu ciência dos fatos, como se oriundos de uma informação da 2ª Divisão de Infantaria, determinando a substituição do sargento encarregado da munição, a imediata troca dos cadeados do depósito de armamento e, quanto ao Capitão Lamarca e ao Sargento Darcy, apenas a intensificação da vigilância.

No dia 24, o Comandante do 4º RI fora a Caçapava e, ao regressar a São Paulo, por volta das 16 horas, esteve na 2ª Divisão de Infantaria, relatando os novos dados ao Chefe do Estado-Maior e ao novo Comandante daquela Grande Unidade. Cerca das 17 horas regressou a Quitaúna, mas, retido por forte chuva que caía na região, só chegou àquela localidade por volta das 18,30 horas. A esta hora estava perpetrado o roubo na Unidade, o qual só foi detectado no dia seguinte, na hora da formatura da unidade para as comemorações do aniversário da cidade de São Paulo.

8. O fio da meada

As atividades subversivas em São Paulo começaram a ser desvendadas com as investigações em torno do grupo preso em Itapecerica da Serra e o roubo no 4º RI.

No mesmo dia 25 de janeiro, foi detido o ex-proprietário do Volkswagen abandonado no bairro de Santo Amaro, o qual revelou que o dono do carro era o 3º Sargento José Araújo da Nóbrega, do Estabelecimento Regional de Subsistência/2, que estava aguardando reforma. As buscas em torno de José Araújo, vulgo "Zé", mostraram que estava foragido (9). Nesse dia, foi detido, também, o dono do sítio de Itapecerica e o seu cunhado, que era vinculado ao PCB desde 1943.

Com base nos depoimentos dos presos e nas anotações regis

(9) Soube-se depois que "Zé" pertencia à mesma organização subversiva — a VPR — e que participara do roubo de armas no Hospital Geral de São Paulo bem como do atentado ao QG do II Exército.

tradas no caderno de notas encontrado no citado Volkswagen, foram feitas várias diligências. Numa dessas buscas, a realizada no "aparelho" de Renata Ferraz Guerra de Andrade, que se havia evadido, foram encontrados vários polígrafos de instrução militar, nos quais aparecia o nome do Sargento Pittoli, da Companhia PE. Isto permitiu detectar mais uma infiltração no Exército.

Pittoli era amigo do Sargento Darcy desde a infância, na cidade de Bauru, e, tendo convivido com ele no 4º RI, comungava com suas idéias político-ideológicas. A pedido de Darcy, entregou os polígrafos de instrução a Onofre Pinto, com quem passou a manter contato. Quando da prisão dos elementos da VPR, em Itapecerica, Onofre marcou um encontro com Pittoli, ao qual compareceram também Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luís") e José Raimundo da Costa ("Gilberto"). O objetivo da reunião era obter informações sobre as condições de segurança na Cia PE e sobre os presos e estudar a viabilidade de resgatá-los. Após estudarem todas as possibilidades, ficou combinado que a ação seria realizada nas primeiras horas da madrugada, aproveitando o dia que Pittoli estivesse de serviço. Os membros da VPR roubariam uma perua Chevrolet tipo C-14 e se apresentariam como agentes do DOPS, tendo sua entrada facilitada por Pittoli. Para confirmar a realização da ação, foi combinado que "Judith" daria um telefonema para Pittoli, a fim de saber da possibilidade da concretização da ação, sendo estabelecida uma senha. No entanto, o fato de a Companhia ter entrado de prontidão, tão logo foi anunciado o roubo no 4º RI, levou Pittoli a temer pela operação e dar resposta negativa para a ação, que, em seguida, se frustrou de vez com sua prisão (10).

Ainda no dia 26, foi presa Dulce de Souza Maia ("Judith Meirelles"). "Judith" era do setor de inteligência da organização e participara ou preparara muitas ações, inclusive as que resultaram no assassinato do Cap Chandler e na morte do Sd Kozel, e seus depoimentos foram muito importantes.

---

(10) Posteriormente, foi apurado que Pittoli havia sabotado as viaturas de pronto emprego da Cia PE, na noite do atentado ao QG do II Exército, deixando-as com as chaves ligadas de modo a descarregar-lhes as baterias.

Na segunda-feira pela manhã, um soldado da Cia PE, que fora punido e estivera recolhido ao xadrez no final de semana, procurou o seu Comandante. Contou-lhe que, no dia do atentado ao QG do II Exército, em junho do ano anterior, estava de sentinela naquele quartel quando um efeminado, ou fazendo-se passar por tal, havia-se aproximado do seu posto a pretexto de pedir fogo e que esse indivíduo era um dos presos que estavam recolhidos ao xadrez da Companhia. O terrorista reconhecido era Hermes Camargo, que atuava com o codinome de "Xavier". Este fato estabelecia a conexão entre vários atos terroristas e possibilitou a intensificação dos interrogatórios com base em conhecimentos mais objetivos.

Pedro Lobo, um dos presos, assim descreve essa evolução da situação: "*A repressão só conseguiu saber quem havia participado do justiçamento de Chandler a partir do momento em que foram presos quatro companheiros nossos. Um deles, traidor da revolução, passou a cooperar com a polícia. O traidor falou sobre a ação e forneceu detalhes à polícia a respeito de sua execução. Esse tipo não participara da ação contra Chandler, mas tinha conhecimento indireto de alguns detalhes e sobretudo sabia quais os companheiros que haviam participado dela. Eles foram presos a 23 de janeiro de 1969, mais de três meses, portanto, após a ação. Sem essa delação, a polícia não teria descoberto jamais os autores da ação, porque a verdade é que não dispunha de nenhuma pista.*"

Parece-nos interessante prosseguir um pouco mais na narrativa de Pedro Lobo, na qual se pode notar que ele, que sempre se descreve como figura central dos episódios, oculta, no caso, que ele próprio era um dos quatro presos. Assim, ele prossegue falando como se fora de personagens distantes: "*O tipo só esteve preso. Eis outro detalhe importante. Foi detido com os outros três companheiros. Estes foram torturados até quase à morte. Mas ele não foi torturado. Cooperou com a polícia desde o primeiro momento da sua captura, não sei se por medo ou covardia, porque na verdade não levou sequer uma bofetada. Não foi maltratado pela polícia* (11).

Hermes Camargo, que é acusado por Pedro Lobo, pode ter co

(11) Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira em "A esquerda armada no Brasil", obra citada, pág. 169 e 170.

laborado mais que os outros, porque não tinha convicções político-ideológicas arraigadas. A verdade, no entanto, é que, ante as evidências, todos eles cooperaram, e Pedro Lobo, por ser um dirigente da organização e conhecê-la melhor, foi, sem dúvida, o que contribuiu com as melhores informações, tendo entregado dirigentes nacionais da organização, entre os quais Onofre Pinto, seu padrinho de casamento.

É compreensível que Pedro Lobo tenha ocultado ser ele um dos colaboradores. É natural que elementos como Pedro Lobo, fanfarrão e cabotino, que sempre se descreve como "herói", tivesse a necessidade imperiosa de dizer que suas delações foram feitas sob tortura, além do que, subsidiariamente, tal acusação sempre era vista como mais uma contribuição à "causa".

O livro citado, que descreve as ações armadas no Brasil, entre 1967 e 1971, premiado pela Casa da Cultura Cubana, traz meias-verdades e acusações sem qualquer preocupação com a verdade. A respeito, na página 320, assim descreve a primeira tentativa de luta armada no sul do País: *"O grupo rebelde estava encabeçado pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, que, depois de preso, conseguiu fugir. Anos mais tarde, foi entregue pelo regime militar argentino à ditadura brasileira, cujos corpos repressivos o torturaram até a morte, em 1971".* Ora, Jefferson Cardin, como dissemos antes, prestou declarações na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1982 e, salvo tenha morrido após a elaboração deste capítulo, continua "vivo, gordo e são de lombo", como dizem os gaúchos (12).

Boa parte das denúncias de tortura no Brasil foi feita com essas motivações: atender a vaidades ou, como propaganda adversa, buscando denegrir, aos olhos da população brasileira e do mundo, os órgãos de segurança do País, visando à sua desmoralização e intimidação. Isto é, como instrumento de guerra psicológica.

9. Intensifica-se o trabalho na Cia PE

Descoberto o fio da meada, as prisões, apreensões e buscas intensificaram-se. Em pouco tempo, a linha política, os obje

(12) Em 10 e 11 de agosto de 1986, Jefferson Cardin deu entrevistas respectivamente ao Jornal de Brasília e ao Correio Braziliense, quando foi a Brasília para tratar de sua pensão como anistiado.

tivos e toda a estrutura da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era a organização subversiva mais atuante no momento, em São Paulo, ficaram conhecidos. Tinham sido levantados os setores e subsetores, as coordenações e boa parte das bases da organização. Sabia-se de suas necessidades para atender à folha de pagamento de seus militantes, profissionais da subversão, que era superior a NCr$ 35.000,00 — recursos que eram obtidos, quase que exclusivamente, através de assaltos.

Nos primeiros dias de março, pouco mais de um mês depois do início dessas atividades, tinham sido identificados 54 membros da organização subversiva e mais 22 eram conhecidos por seus codinomes e/ou funções que exerciam, sendo que 23 deles estavam presos. Em pouco tempo, tinham sido tirados de circulação importantes dirigentes, como Diógenes José de Carvalho, Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e José Ibrahin, sendo que a maioria dos demais presos pertencia ao Setor Logístico, que era o encarregado de conseguir meios para a organização através de ações armadas.

Também foram esclarecidas importantes ações terroristas realizadas pela VPR, sendo identificados seus autores nas seguintes: roubo da pedreira Gato Preto, em Cajamar; atentado ao consulado norte-americano em São Paulo; roubo de armas no Hospital Geral de São Paulo; atentado ao QG do II Exército; atentado à loja "Sears"; assassinato do Capitão Chandler; roubo da pedreira Fortaleza; roubo da Casa de Armas Diana; e roubo de cinco estabelecimentos bancários — o Comercial (março de 68), o Brasileiro de Descontos (março de 68), o Mercantil (agosto de 68), o Estado de São Paulo (outubro e dezembro de 68) e o Aliança do Rio de Janeiro (janeiro de 69), num total de NCz 404.000,00.

Uma semana após o roubo do 4º RI, haviam sido recuperados, numa batida no aparelho de Yoshitane Fugimore, vulgo "Edgard Japonês", 18 "FAL", 4 submetralhadoras INA, 2 submetralhadoras "URKO", uma pistola .45 "ITHACA" e grande quantidade de munição. Sabia-se que a VPR, sem dispor de locais seguros para armazenar o restante do armamento roubado, o havia deixado sob a guarda da "Ala Marighela".

Detectou-se a existência de um centro de treinamento de guerrilha na Fazenda Ariranha, no município de Paranaíba, no Es

tado de Mato Grosso, onde foi apreendida boa quantidade de armamento diverso e foram feitas as prisões de Nelson Chaves dos Santos, seu irmão Pedro e Otacílio Pereira da Silva.

Foi descoberta uma auto-elétrica adquirida pela VPR, onde eram feitos reparos e pinturas nos veículos roubados e em uso pela organização, e destinada, também, a gerar recursos. Encoberto por essa auto-elétrica, trabalhava um torneiro-mecânico , encarregado de fabricar acionadores para granada, fazendo cerca de 30 por semana, e de preparar canos para bombas e silenciadores para armas.

Eram conhecidas as ligações da organização com os dominicanos, através dos contatos feitos entre o Frei Carlos Alberto Libânio Christo , o "Frei Beto", e Dulce de Souza. Havia sido detectado que a organização se reestruturava deslocando pessoal do Setor Urbano para o Logístico, de modo a dar curso às suas ações armadas.

Começaram a ser feitas prisões, também, de membros de outras organizações subversivas, como o Agrupamento Comunista de São Paulo, conhecido como "Ala Marighela", e a Ação Popular.

Tais atividades estavam comprometendo seriamente a Cia PE no cumprimento de sua missão, que, absolutamente, não era essa. A instrução havia sido relegada a um segundo plano e a administração da subunidade estava prejudicada. Até o tesoureiro da Companhia passava parte do dia e da noite cuidando de subversivos; no tempo que sobrava é que ia fazer seus mapas e balancetes. As atividades anti-subversivas deviam ser desenvolvidas sem solução de continuidade, porque os atos de terror não respeitavam expedientes. A Cia PE não estava estruturada para essa missão.Não tinha pessoal especializado e nem suficiente para esse regime de trabalho. Não dispunha de veículos, de armamentos e nem de meios de comunicações adequados a essas atividades que lhe eram estranhas.

Constatara-se, também, que, fruto do grande número de prisões, as organizações subversivas haviam aperfeiçoado suas medidas de segurança e seus militantes haviam-se tornado mais violentos, respondendo com fogo a qualquer tentativa de prisão. Isto implicava num risco crescente para o pessoal não habituado a essas ações. Influía no ânimo dos próprios policiais, acostuma-

dos que estavam com meliantes comuns, que dificilmente os enfrentavam a bala, o que redundava, em alguns casos, em retardo proposital no cumprimento de missões ou numa atuação mais agressiva.

O mais importante, no entanto, é que de início houve uma colaboração espontânea muito grande, refletindo o anseio de se obter sucesso numa área que havia mais de um ano desafiava a polícia, O aumento do trabalho sistemático e até mesmo o êxito inicial começaram a tornar-se fatores negativos. Era humanamente impossível que deixassem de aparecer os ciúmes e os zelos e que inevitavelmente, surgisse a questão — a quem pertence o êxito?

Ademais, o Major Comandante da Cia PE não tinha canais oficiais para ligar-se com a Secretaria de Segurança, o DOPS, a Guarda Civil e a Polícia Militar. As solicitações eram feitas na base da amizade e atendidas pelo desejo de cooperar. Quando este último começou a arrefecer, os pedidos nem sempre eram atendidos com a presteza necessária, quando o eram. O combate à subversão ia perdendo sua eficiência — pecava fundamentalmente pela falta de coordenação e de controle das ações anti-subversivas.

10. Modificações no esquema de segurança

"No dia primeiro de maio chegávamos a São Paulo. Um avião especial levaria o General Canavarro e todo o seu estafe. Quando atingimos o Campo de Congonhas, grande massa popular se comprimia para nos oferecer boas-vindas. À frente o ilustre Governador Roberto Abreu Sodré com parte de seu secretariado.

As manifestações de afeto que recebíamos à chegada refletiam o quanto esperavam de nós. São Paulo centro econômico mais importante do Brasil e da América Latina, enfrentava violenta onda de terrorismo, onde meia-dúzia de assaltos a bancos ocorriam a cada dia com o fim de obter recursos para o lançamento da contra-revolução; operações de seqüestros; invasões de quartéis com roubo de armas; enfim, atos que deixavam a população amedrontada e tensa (...)

De maio a meados de junho procuramos sentir o ambiente e tomamos as medidas iniciais (...)" (13).

(13) Ayrosa da Silva, E.: "Memórias de um soldado", Bibliex, RJ., 1985, pág. 116.

Essas são as palavras com que o General Ayrosa, que acompanhou o General Canavarro como Chefe do Estado-Maior do II Exército, descreve em seu livro de memórias a situação em São Paulo, no início de 1969, causa de uma série de medidas que iriam ser tomadas a curto prazo.

Perguntamos ao General Ayrosa a que atribuía essa recepção, de certa forma inusitada, a um Comandante de Exército, e ele nos respondeu:

— "A expectativa era de que nós iríamos buscar meios e formas de restabelecer a ordem".

Indagamos se o Governador revelara a incapacidade do Governo Estadual de manter a ordem, e ele explicou:

— "Ele não tinha essa capacidade, por uma razão muito simples: o problema era muito amplo, a situação insólita e nós mesmos, que antes de irmos para São Paulo nos preocupávamos com o problema e o havíamos estudado, tateamos um bom tempo em busca da melhor solução".

Buscamos conhecer de que natureza eram essas dificuldades, se decorriam de deficiências pessoais, de falta ou inadequação do material, de comunicações adequadas ou de que ordem eram, a que o General Ayrosa respondeu enfaticamente:

— "Acima de tudo, a deficiência decorria da falta de unidade de comando, da falta de unidade de coordenação. Embora a Polícia de São Paulo tivesse um efetivo muito grande, fosse bem equipada e inclusive a Polícia Militar fosse comandada por um oficial do Exército, tendo, portanto, um relacionamento com o Exército razoavelmente bom — não havendo, pois, esse problema de divórcio entre a Polícia e o Exército — não havia, também, uma ação coordenada, não havia um objetivo definido. Faltava alguém que superintendesse, que orientasse, que coordenasse as ações. Quando fomos para São Paulo, aquilo que depois viria a ser a Operação Bandeirante já havia sido esboçada. Prevíamos a necessidade da atuação do conjunto, englobando todos os órgãos de segurança federais e estaduais da área".

Essa preocupação com a coordenação e o controle das atividades anti-subversivas era geral. Entre 6 e 8 de fevereiro de 1969 havia sido realizado o I Seminário de Segurança Interna; em

Brasília, sob os auspícios do Exército. Reunindo os Secretários de Segurança, os Comandantes das Polícias Militares e Delegados do Departamento de Polícia Federal, o aspecto que mereceu maior ênfase nesse conclave foi, justamente, a necessidade de integração operacional dos organismos policiais.

De maio a junho de 1969, foi montado um esquema experimental, na 2ª Seção do II Exército, que respondesse a essa necessidade de integração dos diferentes órgãos e de tal modo que cada um se encarregasse daquilo que estava mais ajustado à sua missão normal. Esse esquema foi debatido no Centro de Informações do Exército, que também tinha idéias a respeito e uma visão mais geral do problema.

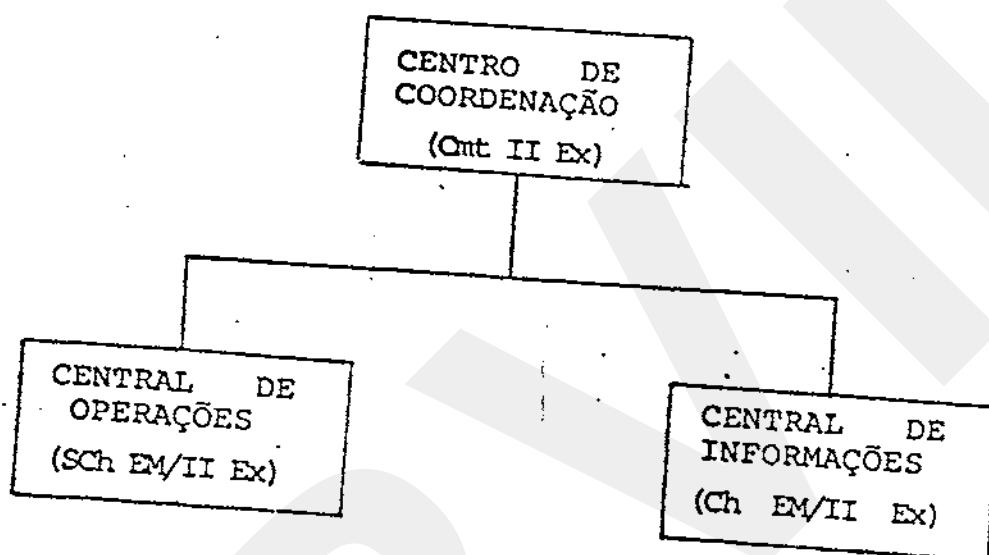
O General Canavarro, entretanto, não podia fazer essa coordenação de imediato. Ele queria ir obtendo essa integração aos poucos, mas ante as dificuldades para torná-la efetiva e em face da manutenção das ações subversivas em altos níveis, foi convocada, em junho, uma reunião de todos os elementos envolvidos com a segurança na área. Dessa reunião nasceria a Operação Bandeirante.

11. É criada a "Operação Bandeirante" - OBAN

Na reunião convocada pelo Comando do II Exército, foi apresentada a proposta de um Centro de Coordenação, que englobava a ação de todos os órgãos de segurança da área, sem limitar a iniciativa de qualquer um deles, mas coordenando todas as atividades de combate à subversão. Esse trabalho coordenado seria feito com base, exclusivamente, na compreensão de sua necessidade, por parte de todos os órgãos envolvidos no problema. Não havia, ainda, nenhuma medida legal que indicasse essa colaboração. Ela teria que ser espontânea. O resultado da reunião, no dizer do General Ayrosa, "*foi surpreendente, porque todos, unanimente, acharam que a proposta atendia a um anseio geral. O único que poderia mesmo fazer alguma restrição seria o Secretário de Segurança Pública de São Paulo. No entanto, o Dr. Hely Lopes Meirelles deu apoio incondicional à proposição. Na verdade, o apoio à idéia não foi apenas dos órgãos de segurança, o apoio em São Paulo foi total*".

Esse Centro de Coordenação foi batizado de "Operação Bandeirante".

O que era, então, na prática, a "Operação Bandeirante"? Era
esse Centro de Coordenação, organizado pelo II Exército, consti
tuído, inicialmente, de uma Central de Informações e de uma Cen
tral de Operações, que tinha como objetivo — conforme sua pró
pria estrutura indicava —, produzir informações sobre as ações
dos grupos subversivos de forma centralizada, assim como orien
tar, centralizadamente, as ações anti-subversivas.

ORGANOGRAMA DA OPERAÇÃO BANDEIRANTE

O que visava a OBAN? Seu objetivo era, de um lado, evitar
superposições e, de outro lado, lacunas, definindo responsabili-
dades e com isso tornando mais efetivo o combate à subversão.

Faziam parte desse Centro de Coordenação, os Comandantes do
II Exército e de suas Grandes Unidades subordinadas (2ª Re-
gião Militar e 2ª Divisão de Infantaria), os Comandantes do 6º
Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea, a Secretaria de Segurança Pú
blica, os Chefes dos Departamentos de Polícia Federal e do Ser-
viço Nacional de Informações — estes dois últimos órgãos com
uma estrutura ainda incipiente na área.

O Centro de Coordenação não limitava a iniciativa dos ór-
gãos que o integravam e nem se imiscuía no cumprimento de suas
missões normais. No entanto, as operações de informações e as
operações anti-subversivas, isto é, repressivas, eram por ele
coordenadas. Tomemos como exemplo a Força Pública — ela, além de
participar com elementos para as Centrais de Informações e de
Operações, continuava com sua missão normal de policiamento os-

tensivo. Julgado conveniente que esse policiamento se fizesse com maior ênfase numa determinada área, a bancária por exemplo, esse policiamento era indicado pelo Centro de Coordenação.

Todos os informes e informações colhidos deveriam ser transmitidos diretamente e no mais curto prazo para a Central de Informações, que iria processá-los. O Chefe da Central de Informações era o General Chefe do Estado-Maior do II Exército e participavam dela todos os órgãos já citados, sendo que da Secretaria de Segurança Pública participavam o Diretor do DOPS, o representante da Guarda Civil e o Chefe da Seção de Informações da, então, Força Pública do Estado. Na Central de Informações, os informes eram imediatamente examinados quanto à sua credibilidade e pertinência, analisados seus dados significativos, integrados com fatos pré-existentes, examinada sua coerência, enfim, eram metodicamente tratados. Havia uma preocupação muito grande em cruzar os informes, particularmente quando se tratasse de "estouro de aparelho", pois, sendo verdadeira a informação e não havendo a determinação e a iniciativa de fogo necessárias, por certo haveria baixa entre os homens da operação. Em contrapartida, se a informação fosse falsa, os OI poderiam fazer vítimas inocentes. As pessoas envolvidas em subversão, presas ou detidas, deveriam ser encaminhadas às equipes de interrogatório preliminar, de modo a alimentar a Central de Informações e, ao mesmo tempo, possibilitar o controle dessas prisões e detenções. Após sua identificação inicial, os militares eram encaminhados às suas respectivas corporações e os civis ao DOPS.

No DOPS, que mantinha os presos civis sob sua custódia, esses eram qualificados e identificados imediatamente. O DOPS é que procedia aos inquéritos, bem como lavrava os autos de prisão em flagrante. Deste modo, cada órgão exercia as atividades para as quais haviam sido constituídos e estavam mais bem preparados. Em comum, os órgãos apenas integravam as equipes mistas das Centrais de Informações e Operações.

O Chefe da Central de Operações era o Subchefe do Estado-Maior do II Exército e dela faziam parte os oficiais de Operações das Organizações Militares componentes do Centro de Coordenação, inclusive o Oficial de Operações da Força Pública do Es-

tado de São Paulo. Essa Central fora criada com base no conhecimento da doutrina revolucionária marxista-leninista e em casos históricos. Segundo esses conhecimentos e experiências,as ações terroristas nas cidades, ou a guerrilha urbana, são secundárias e complementares no contexto da revolução. Destinam-se a obter fundos, a exercer pressão psicológica sobre as autoridades e a população e a fixar efetivos dos órgãos de segurança nas cidades, desviando-os da ação principal. Esta, deve realizar-se no campo, onde toma vulto e exige operações militares de envergadura para neutralizá-la.

O Centro de Coordenação deveria reunir-se mensalmente e seus representantes nas Centrais reuniam-se, como rotina, semanalmente ou extraordinariamente quando necessário. A Central de Informações elaborava um Sumário Diário de Informações que dava, às autoridades e aos órgãos participantes da "Operação Bandeirante", uma visão geral da situação em toda a área, no que tange às atividades subversivas.

O próprio documento constitutivo do Centro de Coordenação esclarecia não haver previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. O fundamental, porém, era essa coordenação. Por isso a "Operação Bandeirante" multiplicou os êxitos alcançados pela Cia PE.

O entrosamento entre os órgãos que a compunham fez-se com relativa rapidez. Desde o início de suas atividades, sucedeu-se uma série de prisões que só iria arrefecer um ano depois. De setembro a dezembro foram presos inúmeros líderes da ALN, até então praticamente intocada. Com a prisão das bases e da cúpula da VAR-Palmares, em dezembro de 1969 e janeiro de 1970, essa organização subversiva foi desestruturada em São Paulo. A FALN que atuava em Ribeirão Preto foi completamente desarticulada. De maio a agosto de 1969, as inúmeras prisões de militantes da Ala Vermelha do PC do B levaram essa organização a reformular sua linha política e dar prioridade para o trabalho de massa.

Essencialmente em razão desse sucesso, a "Operação Bandeirante" sofreria toda a carga das organizações subversivas e seus acólitos de esquerda, na primeira oportunidade que surgisse. Naturalmente, para as esquerdas interessava que os órgãos de segurança, sustentados pela Nação, continuassem desarticulados, dobrando meios e ineficientes.

12. Dificuldades e desencontros

O documento que propunha a criação da "Operação Bandeirante" e que foi apresentado, às forças e aos órgãos que a compuseram, na reunião realizada em 24 de junho de 1969, prescrevia quanto à situação:

"a. A área de São Paulo e municípios vizinhos — constituindo a denominada "GRANDE SÃO PAULO" — vem sendo alvo da ação de vários grupos organizados sob as mais diversas denominações — VPR, OPM, COLINA, FLN, ALA MARIGHELA, etc. —, por estudantes habilmente manipulados e pelos adversários da Revolução de 31 de Março de 1964, todos sob a liderança consciente ou consentida de elementos do PCB, do PC do B e outras facções comunistas, já agora identificadas no propósito comum de derrubada do Governo e das instituições.

Inspirados nas ações dos subversivos, com outras finalidades, mas igualmente agitando, provocando danos e contribuindo para uma ação de desmoralização das autoridades, alguns marginais atuam, realizando roubos, saques e atentados a pessoas.

- Ações estimadas: desencadeamento da guerrilha urbana; recrudescimento de assaltos a bancos, carros-transporte de valores, organizações industriais e comerciais para obtenção de fundos; assaltos a quartéis, casas de armas e depósitos de explosivos para obtenção de material bélico, equipamentos, explosivos e a desmoralização das forças policiais e organizações militares; terrorismo, particularmente o seletivo, contra autoridades civis, militares, líderes democratas, industriais e outras pessoas influentes; panfletagem, agitação e propaganda contrária ao Governo e às instituições; exploração de atos dos governos federal, estadual ou municipais, suscetíveis de utilização negativa e adequada aos seus propósitos; tentativas de libertação de presos em quartéis ou prisões civis; tentativas de associação dos Movimentos Estudantil, Sindical, Rural e Religioso.

b. Unidades, serviços e meios do II Exército, 4ª Zona Aérea, 6º Distrito Naval, Secretaria de Segurança Pública (Força Pública do Estado de São Paulo - Polícia Civil - Guarda Civil), Divisão de Polícia Federal em São Paulo, Serviço Nacional de Informações - Agência em São Paulo, continuarão atuando em toda a área.

c. Não há previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas.

d. Meios: Centro de Coordenação, constituído de uma Central de Informações e uma Central de Operações".

Seguem-se a constituição do Centro de Coordenação e a das Centrais de Informações e Operações, já vistas no item anterior.

No item 4. Assuntos Administrativos, havia as seguintes prescrições:

"Logística

(1) Todas as organizações participantes deverão ficar em condições de alimentar os elementos empregados nas operações.

(2) As viaturas serão reabastecidas na origem.

Poderão, quando necessário, serem reabastecidas na organização mais próxima ou em estabelecimento civil, mediante controle da Central de Informações.

(3) Todos os elementos participantes devem ser armados e municiados em suas organizações de origem.

(4) Quando necessário, o elemento será evacuado para o Hospital mais próximo.

(5) Ligações e Comunicações

Todos os meios disponíveis devem ser utilizados e ligados com a Central de Informações."

Da análise desse documento, constata-se que, embora se soubesse da existência de várias organizações subversivas, não se conhecia suas origens, estrutura, a própria orientação ideológica e a linha revolucionária, bem como suas ligações ou desvinculação dos autodenominados partidos comunistas conhecidos. Eram chamadas então de "grupos organizados" (...) "todos sob a liderança consciente ou consentida de elementos do PCB, do PC do B e de outras facções comunistas". Ainda a essa altura, junho de 1969, ações terroristas eram confundidas com atividades de marginais.

Observe-se que à "Operação Bandeirante" foi dada uma organização tipo Estado-Maior Combinado, o que de certa forma era válido pela participação de elementos de outras forças singulares e de segurança, demonstrando o desejo de manter um razoável equilíbrio na participação desses elementos. No entanto, essa organização não previa Centrais de Pessoal, Logística e de Assuntos Civis (14). A ausência delas e a existência da Central de

(14) Numa estrutura típica de um estado-maior, existe um chefe de estado-maior e, qualquer que seja a missão do comando militar, as atividades do órgão, normalmente, abrangem, no mínimo, cinco campos: pessoal, informações, operações, logística (hoje apoio administrativo) e assuntos civis.

Operações — embora nas ações estimadas não se fizesse referência a operações de vulto e não fossem previstas atividades de instrução, específicas dessa área — revelam que, na ocasião,ou não se sabia como combater essa ação insólita, ou não se podia determinar que rumos essas ações poderiam tomar, ou ainda,ambas as hipóteses. Realmente, não se tinha experiência e nem conhecimento das técnicas de combate a empregar na guerrilha urbana. Havia um conhecimento razoável quanto às técnicas contra guerrilha rural, mas, paradoxalmente, aí é que seriam cometidos os maiores equívocos. Quanto à guerrilha urbana,o conhecimento era muito pequeno e restringia-se, praticamente, a técnicas de controle: de distúrbios, de calamidade pública, da população e dos recursos, as quais, à exceção da primeira, nunca chegaram a ser empregadas. A técnica de combate à guerrilha urbana foi adquirida na luta diária e desenvolvida na prática do dia a dia,de acordo com as observações, estudos e necessidades de aprimoramento das ações, tendo em vista, precipuamente, o modo de atuar dos terroristas-subversivos. Isto iria distinguir aqueles que a apreenderam da grande maioria que a desconhecia.

Na prática, as atividades que passaram a ser desenvolvidas pela "Operação Bandeirante" eram as mesmas que a Companhia de Polícia do Exército realizava, agora com equipes mistas, formadas por pessoal cuja missão específica era o combate à subversão, com uma equilibrada distribuição de missões e de trabalho, com canais de ligação estabelecidos que permitiam a fácil solicitação de providências por parte de cada Força ou órgão. Essas atividades eram típicas de informações, que têm também funções operacionais pertinentes à produção de informações e contra-informação.

O documento da OBAN esclarecia também que não havia previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. Ora, havia uma nova missão,e a falta de meios adequados a ela criaria uma série de dificuldades. A primeira delas foi a inexistência de local, de instalações físicas, para o funcionamento da "Operação Bandeirante". Inicialmente, essa organização passou a funcionar no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado,mas criava problemas, particularmente quanto ao controle e à segurança dessa subunidade. Este aspecto foi solucionado com a cessão, pela Secretaria de Segurança Pública, da parte externa de uma Dele

gacia de Polícia, no bairro Paraíso, relativamente próxima ao QG do II Exército.

Outras dificuldades surgiram, relacionadas ao Apoio Administrativo, em particular à Logística. A "Operação Bandeirante" não dispunha de viaturas, de combustível, de armamento e munição, de meios de comunicação e de rancho. Passou a funcionar com viaturas das organizações participantes, as quais eram abastecidas na origem. Eram viaturas nem sempre adequadas e descaracterizadas, que foram, posteriormente, reforçadas pelos veículos apreendidos dos subversivos, quando não eram roubados mas adqüiridos pelas suas próprias organizações (15).

Os componentes das diversas equipes eram armados e municiados também nas organizações de origem, que deveriam ainda alimentá-los. O armamento nem sempre era compatível com esse novo tipo de atividade — como andar pela rua, sem ser notado, com um imenso revólver .45? Os meios de comunicações também eram os disponíveis em cada organização, não sendo, particularmente os das Forças Armadas, os mais apropriados para operar nas grandes cidades. Como todo esse material não era de dotação da OBAN, mas carga das Unidades, que continuavam responsáveis por ele, normalmente não eram cedidos ou repostos de bom grado. Sendo as atividades da "Operação Bandeirante" continuadas, nas 24 horas do dia, pode-se imaginar as dificuldades decorrentes para a alimentação do pessoal, constituído em diversas equipes mistas e tendo cada um que se alimentar em sua organização.

Ora, para toda a missão de combate há uma mobilização, um esforço para se suprir as deficiências. Estas podem ser admitidas nos tempos de normalidade, mas precisam ser equacionadas e atenuadas para que a missão possa ser cumprida numa situação de guerra. Essa era uma situação de combate, mas que se apresentava diferente. Parece-nos importante a compreensão dessa situação "sui generis" vivida, porque ela teria também reflexos no recrutamento do pessoal e no próprio desdobramento das ações. Quando há uma guerra declarada, na qual se envolve toda a instituição, o soldado profissional, sem sentir prazer e até mesmo vencendo ditames da própria consciência, sente uma compulsão interior de dela participar, sem qualquer subterfúgio, por dever,

---

(15) Mais tarde, homens de negócio de São Paulo cotizar-se-iam e dariam apoio material à Operação Bandeirante, permitindo que fosse suprida parte de suas deficiências.

por ser esta a hora da grandeza de servir, a hora sublime e esperada de se dar à Pátria, que é compartilhada por seus familiares. No entanto, vivíamos uma guerra diferente, anônima, unilateralmente declarada pelo inimigo, não reconhecida oficialmente e que análises equivocadas levaram quase a ocultá-la, na qual não se empenharia mais de 1% (um por cento) dos efetivos das forças nela engajadas! Não apresentava, assim, o mesmo estímulo, mas exigia muito do homem, mais do que no combate regular, porque o enfrentamento era diário, com um inimigo do qual não se tinha informações precisas, que agia inopinadamente, de surpresa, com violência e tendo a iniciativa das ações. Além disso, numa situação de guerra normal, os riscos são apenas do militar, não alcançando sua família, que, pelo contrário, permanece em segurança, agasalhada pelo conforto moral de seu gesto e o apoio dos amigos e familiares. Neste caso, não! Além da situação constrangedora de se obrigar a ocultar as atividades do marido, por questões de segurança, de apresentar desculpas por suas ausências sistemáticas, por seus horários incomuns, por suas atitudes inusitadas, a mulher ainda vive sob pressão psicológica constante, produzida por impropérios dirigidos por carta ou telefone, anúncios falsos e ameaças verdadeiras de seqüestro dos filhos. Muitas foram as mulheres que não suportaram essa angústia permanente, e não foram poucos os lares desfeitos por incompreensões ou falta de estrutura psicológica para suportar tal situação continuada. Por tudo isso, não era fácil o recrutamento para esse tipo de missão.

Principalmente a falta de recursos e a expectativa de que essa era uma situação transitória fizeram com que esses problemas nunca fossem totalmente equacionados, de molde a permitir a "Operação Bandeirante" funcionar com a eficiência que seria de desejar e que a importância da sua missão exigia.

Também criou dificuldades à "Operação Bandeirante" a disparidade de formação de seus integrantes, em todos os aspectos, agravada pela falta de tempo e experiência para se estabelecer um critério de seleção do pessoal. Apesar de ter sido feito um esforço no sentido de selecionar o que havia de melhor, isto só foi alcançado à medida que crescia o êxito e, conseqüentemente, o prestígio da "Operação Bandeirante". Tal fato tornaria comum, no início, a necessidade de dispensa e a aplicação de sanções a seus integrantes, pelas razões as mais diversas, desde a falta

contumaz ao serviço até a desonestidade, passando pela afoiteza exagerada até o medo.

Outro aspecto que criaria sérias dificuldades de coordenação e controle eram as prisões que fugiam aos trâmites normais, isto é, feitas em nome da "Operação Bandeirante", mas não obedecendo ao seu planejamento e à sua coordenação e nem atendendo às normas por ela estabelecidas. Quando isso ocorria, o órgão que atuava de forma irregular buscava ocultar o fato ou retardar o seu conhecimento, e, em conseqüência, as informações obtidas. Esse tipo de dificuldade, ao contrário da anteriormente apontada, foi-se agravando, à proporção que aumentava o sucesso do combate ao terrorismo e à subversão. Era o sensacionalismo envolvendo os trabalhos, era a busca da promoção pessoal, ou do órgão infrator das normas, em detrimento da impessoalidade e do espírito de equipe que se buscava imprimir às ações da "Operação Bandeirante".

Esses são alguns aspectos negativos, decorrentes da improvisação, que precisam ser conhecidos, mas que tiveram caráter de excepcionalidade, não podendo ser generalizados. Seguramente, não atingem a organização e muito menos a grande maioria de seus integrantes, que sempre se portou com correção, desprendimento, abnegação e, por que não dizê-lo, com heroísmo.

13. Os Centros de Operações de Defesa Interna - CODI

O problema de segurança não é novo, não é especificamente nosso, sendo comum e da própria essência de todo governo. Em nosso País, por exemplo, em 1951, existia um planejamento do Governo, cuja denominação retrata, de forma clara, seu objetivo: "*Plano de Ação Interna para enfrentar uma perturbação da ordem pelos comunistas*". Decorria do fato de ser esta a hipótese mais viável de perturbação da ordem, à época. Esse plano, elaborado por uma Comissão Mista constituída no Conselho de Segurança Nacional, destinava-se a coordenar a ação das Forças Armadas entre si e com as autoridades civis. Previa duas hipóteses: a eclosão da perturbação da ordem, sem o concurso de movimentos armados, e tendo o caráter armado. A previsão de emprego das Forças Armadas era feita considerando que fosse insuficiente a ação

das forças policiais, e o emprego efetivar-se-ia por solicitação da autoridade civil, ou a juízo do comando militar competente. Em tal plano, a ação militar era apenas uma entre inúmeras outras componentes previstas pelo Governo. Evidentemente, só seria desencadeada se houvesse a perturbação da ordem ali prevista. Ao Governo interessava, antes de mais nada, evitar a perturbação da ordem, e para isso tomaria medidas preventivas, na sua maioria, na esfera dos ministérios e órgãos civis.

Em 1961, o planejamento das Forças Armadas e sua conduta no âmbito da Segurança Interna estavam calcados nas Diretrizes Governamentais de maio desse ano, que previam ações preventivas e ações repressivas. A preocupação das Forças Armadas era basicamente com a defesa de seus aquartelamentos e bases e a possibilidade de sabotagens, atentados às autoridades e outras ações, particularmente visando aos serviços essenciais. Também nessa época, havia uma coordenação das ações previstas para as Forças Singulares, as Secretarias de Segurança Pública e Ministérios civis, em especial os da Justiça e do Trabalho.

Em 1968, a situação alterou-se, pois se abrira um ciclo insólito de atuação das organizações subversivas. Em julho, o Governo proibira a realização de passeatas. A Diretriz de Segurança do Governo alertava aos comandantes militares de área de que, mediante entendimento prévio com os órgãos de segurança dos Estados, deveriam apoiá-los. Esse apoio poderia chegar ao emprego de tropa federal, para o resguardo da ordem pública e da decisão governamental. Essas ações estavam fundamentadas, essencialmente, nos textos e procedimentos legais. No essencial, não diferia do planejamento feito em 1951.

Esses são alguns aspectos da segurança, tomados ao longo do tempo e em diferentes governos, que demonstram que as Forças Armadas e demais órgãos de segurança cumprem determinações dentro de sua destinação constitucional, que são emanadas pelas autoridades constituídas dos governos civis.

O ápice do sistema político, como nos ensina Francis J. Sorauf, "*é marcado por duas características — a sua universalidade e a qualidade final de sua força*". Primeiro, somente ele se estende a todas as pessoas na sociedade; outras entidades, como as associações religiosas e associações profissionais, como a

CNBB, a CUT, a OAB, etc., alcançam apenas uma fração do todo. Toda a vez que qualquer dessas entidades quiser impor suas normas a toda a sociedade haverá choque. O sistema político possui, em segundo lugar, *"uma qualidade conclusiva, e, em última análise, um monopólio da força e da coação na sociedade. Monopoliza a força armada organizada e as sanções de prisão e de morte"*. Não pode aceitar que outras forças se organizem para se oporem a esse monopólio. Assim, sempre que essa característica for violada, haverá choque. Esses são princípios universais da atividade política e de governo (16).

Em julho de 1969, o Governo, considerando o processo subversivo, bem caracterizado em suas ações e amplitude, e suas ligações com acontecimentos internacionais semelhantes, julgou ser imperativo neutralizá-lo, para garantir a paz interna e preservar sua política de desenvolvimento, e baixou novas diretrizes. Esse documento, denominado Diretrizes para a Política de Segurança Interna, atribuía um papel preponderante aos comandantes militares de área, quanto ao planejamento e à execução das medidas anti-subversivas, e considerava indispensável a integração de todos os organismos responsáveis por essa área. Em decorrência dessas Diretrizes, foram baixados pela Presidência da República documentos particulares aos diversos ministérios, sendo que aos ministérios militares era atribuída a missão de concretizar aquelas idéias mediante estudos específicos.

Fruto desses estudos, que tiveram como base a experiência da "Operação Bandeirante", recém-constituída, foi determinado o estabelecimento, nos Exércitos e nos Comandos Militares, de um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Instruções complementares definiam o modo de estabelecê-los — ligações, contatos e coordenação na área. Regulavam seu papel de assessoramento ao comandante de área, na coordenação do planejamento e execução das medidas de defesa interna. Delineavam sua constituição e determinavam as atribuições de seus responsáveis. De acordo com essas instruções, a organização deveria atender à estrutura administrativa e militar existente. Como a subversão não estava igualmente ativa em todo o território nacional, tal organização deveria ser flexível, atendendo a essa particularidade e às peculiaridades das áreas geográficas onde fossem implantadas.

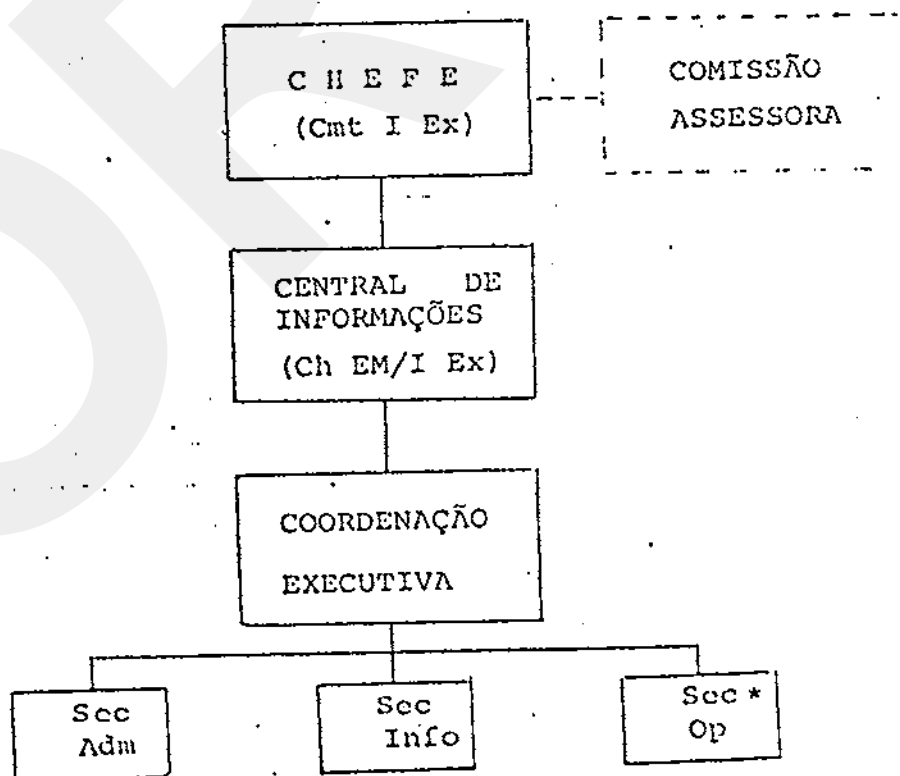
---

(16) Sorauf J.F. - "Iniciação ao Estudo da Ciência Política" - Zahar Editores, RJ - 1967.

Em resumo, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) nada mais era do que o Centro de Coordenação já existente no II Exército e batizado de "Operação Bandeirante", com idênticas atribuições. Tanto assim é que, embora recente, mas em razão da mística que já criara, o CODI do II Exército manteve o nome de "Operação Bandeirante".

Em função dessas diretrizes e instruções, o então I Exército, com sede no Rio de Janeiro, onde a subversão também estava bastante ativa, iniciou, em outubro de 1969, estudos visando à criação de seu CODI. Contando na equipe de trabalho criada para esse fim com oficiais que haviam feito um estágio na "Operação Bandeirante", apresentou como resultado de seu trabalho uma estrutura contendo apenas a parte da OBAN que efetivamente estava atuando, isto é, sua Central de Informações.

A Central de Operações, por estar sem função na OBAN, não foi prevista no CODI do então I Exército, sendo, no entanto, prevista uma evolução que já ocorrera no II Exército — a introdução de uma Coordenação Executiva, subordinada à Central de Informações (CI), para coordenar as atividades de informações dos diversos órgãos envolvidos e que, por essa razão, funcionaria fora do QG do Exército.

CODI - I Ex

* Trata-se da Sec de Operações de Informações. Não confundir com a Sec Op do EM dos Comandos, que trata de operações militares.

Sem segredos, no dia 17 de janeiro de 1970, diversos jornais do Rio de Janeiro anunciaram a instalação do CODI do I Exército, na véspera. Por várias razões, entre as quais a falta de instalações físicas, o CODI do I Exército somente foi instalado nessa época, quando recrudesceram as ações terroristas e se acumularam as atividades do Batalhão de Polícia do Exército, que havia prendido vários militantes da VAR-Palmares, apreendendo farta documentação da organização. Havia sido preso, também, um militante do PCBR, em assalto à agência Brás de Pina do Banco Sotto Maior, o que poderia propiciar outras prisões de elementos dessa organização. Em abril, foi incluída na estrutura do CODI uma Comissão Assessora, diretamente subordinada ao Comandante do I Exército, exercendo função e tendo constituição semelhante ao Centro de Coordenação da OBAN. As dificuldades e os desencontros no CODI do I Exército, assim como seus êxitos, seriam em tudo semelhantes aos da OBAN.

14. Evolução na estrutura dos CODI/DOI

Em março de 1970, a Presidência da República baixou nova Diretriz. A novidade que apresentava era a criação de um Conselho de Alto Nível para assessorar o Presidente da República, que determinaria diretamente as ações a realizar (17). Essa nova diretriz mantinha, basicamente, as missões atribuídas às Forças Armadas. No entanto, fazia uma importante recomendação, visando a não engajar as Forças Armadas naquelas missões tipicamente policiais: o Governo Federal e os Governos Estaduais deveriam adotar medidas que visassem, respectivamente, ao fortalecimento do Departamento de Polícia Federal e dos órgãos de Segurança Pública.

Como decorrência dessa nova diretriz, seriam feitos pequenos ajustes, na "Operação Bandeirante" e no CODI do I Exército, que implicavam mais na homogeneização da designação dos diversos órgãos do que nas suas missões e dinâmica de funcionamento.

Assim, foram criados nas áreas, a exemplo do que ocorria no mais alto nível, um Conselho de Defesa Interna, que substituía na "Operação Bandeirante" o Centro de Coordenação e no CODI do I Exército, a Comissão Assessora. A novidade é que os governa

(17) Esse Conselho era formado pelos Ministros Militares, o Chefe do SNI, o Secretário-Geral do CSN e o Ministro da Justiça, estes em caráter permanente, e os demais Ministros como membros eventuais.

dores estaduais passavam a integrar esses conselhos. O Chefe do Estado-Maior seria o Chefe do CODI, e a Coordenação Executiva da Central de Informações, encarregada das informações e das operações de informações, continuava com as mesmas atribuições, agora sob a denominação de Destacamento de Operações de Informações (DOI).

O engajamento das Forças Armadas no combate à subversão foi importante por suprir a falta de um organismo que assegurasse o planejamento integrado e a pronta e eficiente execução nas áreas e a nível nacional. Fez-se imperioso porque o Departamento de Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública, com raras exceções, não tinham estrutura adequada e nem preparo para cumprir essas missões.

15. A batalha perdida

Em junho desse ano, o Estado-Maior do Exército (EME), que já o tinha programado, realizou um simpósio visando, através da troca de experiências e informações, a aperfeiçoar a organização e o funcionamento do CODI, instalado até então apenas nos I e II Exércitos.

Nesse simpósio, além da estrutura e mecânica de funcionamento, foram debatidas as vulnerabilidades dos CODI. Entre estas, destacavam-se: as deficiências e a inadequabilidade do material posto à disposição dos CODI; a insuficiência quantitativa e qualitativa do pessoal, particularmente a falta de pessoal especializado em informações; o despreparo das polícias militares e civis, em pessoal, material e adestramento; a dificuldade de obter-se a cooperação e a integração dos Ministérios civis nesse combate; a falta de mentalidade na salvaguarda das informações, inclusive do público interno; e medidas atinentes aos meios de divulgação e à falta de motivação do público, inclusive o interno.

A maioria dessas deficiências não seria solucionada a curto prazo, seja pela dificuldade que órgãos da dimensão do Ministério do Exército têm para responder com presteza à modificação de sua rotina administrativa, seja pela demora natural que algumas demandavam, como por exemplo, a formação de pessoal. Outras deficiências apontadas deixariam de ser solucionadas pela sua própria complexidade, como foi o caso da falta de motivação do pú

blico e a questão correlata da comunicação social. Essas últimas questões seriam, porém, as que trariam as mais sérias conseqüências e iriam emergir, na prática, paradoxalmente, como decorrência do êxito obtido pelos CODI no combate à subversão.

Sabe-se, hoje, que a oportuna e eficiente atuação dos CODI foi um dos fatores que concorreram, de forma decisiva, para que os comunistas não conduzissem o Brasil para uma guerra civil prolongada e sangrenta. Essa atuação impediu que a guerra revolucionária evoluísse, mantendo-se na fase embrionária dos assaltos, atentados, seqüestros e demais atos terroristas. Como não evoluíra, não exigira, até então, a condução de operações militares de vulto. Não atingindo as ações a fase operativa, foram praticamente alijadas do processo repressivo as 1ª, 3ª e 4ª Seções dos Estados-Maiores. Isto, por si só, restringia a participação do público interno. O pessoal do Exército, envolvido nas atividades de informações, em todo o território nacional, mesmo nos momentos de maior intensidade das atividades subversivas, não ultrapassou a 1% (um por cento) do efetivo da Força (18).

Por outro lado, esse êxito fazia crescer a importância das 2ªs Seções — afinal, elas, no âmbito do Exército, estavam vencendo sozinhas a batalha contra a subversão no campo militar e seus componentes eram os homens que corriam, diariamente, risco de vida, com muitos deles tendo morrido em ação. Num Exército que vive um longo período de paz, a única e justa recompensa desses elementos era o reconhecimento, nem sempre presente, de seus companheiros e o prestígio por participar de uma guerra. No entanto, em boa parte decorrente dessa situação de prestígio, as 2ª Seções levavam a compartimentação ao extremo, o que conduziu de vez o público interno a alhear-se do problema. Como interessar-se por algo que não lhe era dado conhecer? Esse excesso de compartimentação não levou apenas o público interno ao alheamento, mas chegou, por vezes, a criar animosidade e até ressentimento nos próprios QG, entre o pessoal de informações e grande maioria que, circunstancialmente, não estava exercendo àquela atividade.

Se esse problema interferia de tal forma no público interno, inevitavelmente iria interferir na comunicação com o público externo. Foram os representantes da OBAN que levaram ao simpósio os aspectos contraditórios dessa questão, que entretanto

(18) Computando-se entre esse pessoal: motoristas, telefonistas, rádio-operadores, arquivistas, datilógrafos, encarregados do material, encarregados da manutenção do material bélico, de comunicações e de moto, pessoal de suprimento, de saúde, guarda, segurança etc.

deixou de ser analisada com a profundidade merecida. Anunciaram, ali, o acréscimo, na estrutura da OBAN, de uma Central de Difusão, sob a direção do Chefe da 5ª Seção, compostas, também, por representantes das demais forças singulares e por integrantes da própria Operação. Ao mesmo tempo, expuseram a preocupação quanto à divulgação de atos terroristas e da repressão, propugnando que essas notícias não fossem veiculadas, para não valorizar as ações terroristas, não denunciar as intenções dos órgãos de segurança e não manter os subversivos informados e em evidência junto à opinião pública.

Esta colocação iria restringir as atividades da 5ª Seção, que, na maioria dos casos, se ateve à mostra de material apreendido em poder dos terroristas e à apresentação de entrevistas na televisão com indivíduos que haviam abandonado expontaneamente a militância subversiva. No mais, a difusão de notícias era feita através de notas oficiais, que, normalmente, pecavam pela oportunidade e tinham sua credibilidade reduzida pela censura imposta à imprensa. Sequer os jornalistas credenciados nos QG eram utilizados na sua veiculação ou como auxiliares em sua redação. A Central de Difusão nunca chegou a funcionar, ficando quase tão inativa quanto a Central de Operações.

Outros fatores naturalmente pesavam nesta questão, como, por exemplo, o fato de a população ter-se mostrado sempre contrária à ação subversivo-terrorista, negando-lhe qualquer apoio, não preocupando quanto a esse aspecto e fazendo com que se negligenciasse a necessidade de mantê-la informada.

Na verdade, olvidou-se que a população tinha o direito de ser informada sobre o processo subversivo, por mais intranqüila que ficasse, até porque tinha o dever de viver aquela situação. Empolgados com a vitória militar, os que combatiam a subversão esqueceram-se, também, que o esclarecimento da opinião pública era a única forma de mantê-la na posição favorável em que se colocara.

O fato é que, embora apreensiva com os atentados, seqüestros, assaltos e demais ações terroristas, a população nunca pôde avaliar os riscos reais que correu e nem as dificuldades e sacrifícios que eram feitos na condução desse combate — que, em última instância, visava a dar-lhe tranqüilidade —, porque não lhe foi dado conhecer essa realidade.

Em razão disso, no exato instante em que se começava a ganhar a batalha contra a subversão no campo militar, iniciava-se

a perder uma batalha importantíssima — a da comunicação social. É verdade que, naquele momento, não se tinha consciência, ainda, da primeira e sequer se dava conta de que a segunda estava sendo travada.

As relações da Revolução com os meios de comunicação de massa estavam no seu mais baixo nível, em razão do AI-5. A preocupação dos órgãos de segurança, exclusivamente com o combate à subversão no campo militar, iria apenas agravar esse relacionamento, ao dificultar o trabalho dos profissionais do setor, cuja colaboração era indispensável para que os fatos fossem apresentados de forma a ser obtida a compreensão da opinião pública e a manutenção da cooperação da população na defesa dos interesses do País.

A ação dos órgãos de segurança atingiram diferentes grupos sociais, como o clero, o magistério, etc. Aquela mesma preocupação impediu que se desse a atenção devida a seus líderes. Não esclarecidos convenientemente, até por instinto, passariam a solidarizar-se com seus pares, quando poderiam ser os elementos capazes de mostrar o real envolvimento de membros do grupo com a subversão e obter a compreensão da classe em relação ao trabalho dos órgãos de segurança.

Essas desatenções, aliadas à censura dos meios de comunicação, provocariam a falta de conhecimento e de convicção que predisporiam a população a aceitar como verdade os fatos que lhe fossem oferecidos de forma racional ou emocional. Quando esses dados vieram do exterior, na forma de uma maciça campanha psicológica, orientada pelas esquerdas, não sendo adequadamente refutados, tiveram uma aceitação maior do que era de se esperar. Repetidos à exaustão, com continuidade, em variadas formas e ocasiões e por diferentes meios, e colocados com oportunidade, graças às repercussões negativas do AI-5 no exterior, eles atingiram primeiro o Governo, que era apresentado como mais uma "brutal ditadura militar latino-americana". Depois, alcançaram os órgãos de segurança e informações, que vinham sendo os algozes dos subversivos, atingindo-os de forma sistemática e permanente, denegrindo-lhes a imagem de forma irreversível e fazendo com que fossem esquecidos rapidamente os sacrifícios de seus componentes e os inestimáveis serviços prestados à Nação.

De tal ordem seria essa campanha, ao longo dos anos, identificando esses órgãos como algo a ser temido ou odiado, que as

mensagens das esquerdas passaram a ser aceitas até por boa parte do público interno, que passou a ver os que lutavam contra a subversão como os responsáveis pelo desgaste da própria Instituição perante a opinião pública. Isto ocorreu até que a campanha se voltasse, diretamente, para as próprias Forças Armadas, mostrando, então, que o verdadeiro propósito sempre fora esse — afastar as Forças Armadas da segurança interna —, por julgarem os comunistas que são elas o maior obstáculo à sua caminhada rumo ao poder.

SUMÁRIO

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

2º VOLUME

Cu/be ... 708

- 3ª PARTE

A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

- CAPÍTULO VIII

1970

- CAPÍTULO X

1972

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

2º VOLUME

CAPÍTULO VIII

1970

1. Renasce o otimismo nacional

Embora o Presidente Médici ao ascender à Presidência fosse um desconhecido para a maioria da população, seus pronunciamentos à Nação, exortando o esquecimento do passado e a união em torno da "tarefa de transformar este País numa grande Nação", fizeram com que fosse recebido, desde logo, com simpatia. Sua franqueza, a sincera enunciação dos problemas e objetivos, ainda que discutíveis, e sua preocupação com a justiça social infundiram esperanças no povo, com o qual tinha facilidade de identificação.

A essas qualidades pessoais iria aduzir o êxito de sua administração, com a continuidade das medidas saneadoras da economia e o adequado aproveitamento de condições conjunturais, como por exemplo, a explosão do comércio mundial a partir de 1968. O Governo deu forte estímulo à exportação, com uma taxa de câmbio flexível e uma série de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, cuidou de modernizar os serviços portuários para tornar possível o aproveitamento dessas condições favoráveis do mercado internacional. Nesse ano, as exportações do País deram um pulo, ultrapassando a marca dos 3 bilhões de dólares. Sem dúvida, o Governo estava colhendo os frutos de anos de sacrifícios, mas saber colhê-los e aproveitar as oportunidades surgidas vieram tornar-se em mais um fator do êxito que o Brasil alçaria no seu desenvolvimento.

Tão ou mais importante do que o volume dos recursos obtidos com as exportações, seria a melhoria qualitativa da indústria e sua preocupação com preços competitivos, a nível internacional, que esses estímulos provocariam. Haveria, também, uma crescente demanda para os produtos nacionais e, naturalmente, uma melhoria no balanço de pagamento do País.

Nesse ano, foi criado o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, destinado ao financiamento da modernização do parque industrial tradicional. Mas a meta prioritária do Governo era o abastecimento e a produção agrícola. O apoio dado a esse setor acabou por constituir-se em mais um importante fator

responsável pelo crescimento do País. Os preços mínimos, o crédito, os incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes etc, faziam parte de uma política que enfatizava o desenvolvimento do setor primário, em apoio à expansão das exportações e que visava, também, a assegurar um crescimento setorial equilibrado, criando, ao mesmo tempo, condições autônomas para a redução da inflação. As condições climáticas eram favoráveis nesse ano e as safras prenunciavam-se como boas. Seriam colhidas, pela primeira vez, mais de 1.800 mil toneladas de trigo. Em 1970, também, seriam ampliadas as centrais de abastecimento existentes e entregues à população as CEASA de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

No período de 1968/70, o setor primário brasileiro cresceu à taxa de 7% ao ano, ritmo sem precedentes no período pós-guerra. Foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A colonização era uma preocupação do Governo, pois este era, e ainda é, o maior latifundiário do mundo livre. As terras devolutas pertencentes aos Poderes Públicos federal, estadual e municipal são estimadas em 50% do território nacional, o que equivale ao dobro da área somada de todos os países da Europa Ocidental. Pensava o Governo, sempre carente de recursos para atender a todos os setores, que seria por aí que poderia modificar a estrutura agrária brasileira.

Mas o crescimento exigia investimentos, e grandes somas estavam sendo aplicadas em energia, comunicações e transportes. Nesta última área, estava sendo construída a estrada de Picos (PI) a Vitória (PA), passando pelos vales úmidos do Maranhão, região de terras das mais férteis do País. E, em razão do abalo sofrido pelo Presidente, que presenciou as dramáticas conseqüências da seca desse ano no Nordeste, decidia-se construir a Transamazônica — mais tarde praticamente abandonada —, numa idéia de estadista, como disse Jarbas Passarinho, pensando na necessidade de articular "a terra sem o homem com o homem sem a terra", na expressão consagrada de Oliveira Viana.

O programa siderúrgico começava a dar frutos em escala apreciável. Incentivos eram dados à construção naval, e implementava-se no País a indústria aeronáutica e petroquímica.

Não descuidando da área social, o Governo investia em habitação, um setor que crescia a cada ano, após a criação do BNH.

Um esforço fizera-se para diagnosticar e resolver a questão universitária, e nesse ano ia-se obter uma ampliação substancial de vagas no ensino superior. De 138.000 vagas em 1964, passara-se a 425.000 em 1970, criando-se em 6 anos mais do que o dobro das vagas criadas em todo o período do País independente. Através de um projeto de lei submetido ao Congresso, foi criado o Programa de Integração Social, que, ao menos em intenção, integrava o assalariado nos frutos da riqueza nacional, dando-lhe um acréscimo anual de salário.

Com o crescimento do PIB de 9,5%, completava o Brasil seu terceiro ano consecutivo de crescimento a taxas das mais altas do mundo, e não havia fatores que indicassem a mudança desse ritmo a curto prazo. O crescimento da riqueza nacional estava sendo dirigido para ampliar-se no País uma sociedade aberta, isto é, livre. Nessas condições, não se podia encarar o futuro com receio. Renascia o otimismo nacional.

2. A imagem do País no exterior

Desde o final do ano anterior, tivera início uma campanha internacional deturpando a imagem do País. Nesse ano, ela ganhava dimensões preocupantes (1).

Primeiro foram as denúncias sobre o genocídio de índios. Por iniciativa da Chancelaria brasileira, repórteres dos principais jornais do mundo vieram ao Brasil e aqui lhes foram oferecidas todas as facilidades para percorrer o interior do País. As acusações caíram por terra, mas não se podia passar uma esponja na mente daquelas pessoas que haviam lido as notícias sensacionalistas. A imagem continuava a mesma, embora se perdesse o tema. E o tema é o de menos, cria-se outro...

Nesse ano, o Ministro da Justiça reativara o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, e em sua primeira reunião haviam sido postas duas questões: a do genocídio de índios e o novo tema que estava sendo explorado externamente — o esquadrão da morte. Na segunda sessão do Conselho, o Conselheiro Danton Jobim, relator da matéria sobre o genocídio de índios, concluiu que se tratava de "mera exploração sensacionalista de um tema inexistente". Mas não se procurou identificar a fonte desses boatos. Quanto ao se

(1) Joseph Goebells afirmava que "Uma mentira repetida mil vezes acaba por transformar-se em verdade".

gundo tema, as notícias tinham procedência, mas a atitude do próprio Presidente em relação ao assunto bem como as providências do Ministro da Justiça mostravam que os responsáveis seriam identificados e punidos, como o foram.

As autoridades brasileiras que viajavam ao exterior estavam impressionadas com a eficiência da campanha. Desconheciam ou não acreditavam na capacidade da "desinformatzya" — segundo "O Estado de S.Paulo" —,"também conhecida, neste século de engenhos destrutivos, como 'Bomba D', uma das mais terríveis e eficientes armas" de que se vale o MCI, desde o famoso discurso de Kruchev no XX Congresso do PCUS (2). Constatara-se que a campanha não havia afetado os meios governamentais e empresariais, que, pelo contrário, expressavam confiança no País, reconhecendo os êxitos do Governo brasileiro na administração e no encaminhamento dos problemas econômicos e nos esforços para conduzir o Brasil à plenitude democrática. Esses dados foram transmitidos à imprensa pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, Amaral Freire, que declarou, ainda, que "na opinião geral predomina a imagem denegrida, fruto de uma campanha sistemática contra o Brasil, cujo Governo é apresentado como terrível ditadura militar".

Mas, os temas já se estavam tornando insubsistentes. Eis que se retoma ao tema eleito desde 1964: a tortura. Dado o seu apelo emocional, muito mais forte que a morte de índios ou de bandidos, foi o tema escolhido. Variavam-se a forma, a oportunidade e os meios utilizados, mas o tema passou a ser sempre o mesmo. Em pouco tempo, estava criado o condicionamento psíquico desejado na população.

Tal era o nível dessa orquestração que a representação de 19 senadores e deputados, que compareceu à Conferência da União Interparlamentar, propôs-se a utilizar aquele forum internacional para, no dizer do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, "substituir a imagem deformada por uma imagem real do País e, sem deixar de apresentar as dificuldades ainda existentes no campo político, testemunhar o real esforço do Presidente para restaurar definitivamente a vida democrática no País". Entre esses parlamentares, quatro eram do partido

(2) Ver em "O Estado de S.Paulo", edição de 15 Nov 86, o editorial "Aids e desinformatzya: qual a pior?"

de oposição, o MDB, inclusive o Deputado Tales Ramalho. Esse deputado oposicionista contestou, em Haia, as denúncias que julgava inspiradas por políticos brasileiros no exílio. De volta ao Brasil, tal foi a pressão do patrulhamento ideológico por ele sofrida que o deputado se viu na contingência de dar explicações públicas sobre a sua conduta.

3. As eleições de novembro

Apesar das dificuldades apostas para a volta à normalidade democrática, com seqüestros de autoridades estrangeiras, pirataria aérea, campanha caluniosa no exterior etc, o Governo ia cumprindo eventos que representavam um avanço nesse sentido. As eleições de 15 de novembro eram um marco nessa direção. Nessas eleições, a vitória do partido do Governo foi insofismável. A vitória para o Senado foi esmagadora, e na Câmara foi obtida uma folgada maioria absoluta. Naturalmente, para esses resultados concorreu o apoio dos governos estaduais, todos sob o domínio do partido do Governo, à exceção do da Guanabara. No entanto, influíram de forma ainda mais marcante, o desempenho do Governo federal e o prestígio do Presidente Médici, que o havia tornado um cidadão festejado, seja nas tardes do Maracanã, seja nas festas do Círio de Nazaré.

Esses resultados fizeram com que surgissem na imprensa insinuações de uma possível "mexicanização" das instituições políticas do País e rumores de autodissolução do partido oposicionista. Eram avaliações, no mínimo, precipitadas, dado que a votação obtida pelos candidatos do MDB nos grandes centros, tendo em conta as circunstâncias, não fora de nenhum modo desestimulante.

Mas esse não foi o único passo no sentido da busca dessa normalidade. Os meios políticos não mais foram afetados pela legislação revolucionária, e até o empenho do Governo em transferir os ministérios e seus órgãos para Brasília, de modo a torná-la, efetivamente, o centro de decisão nacional, onde a atividade política é mais intensa, contribuía nesse sentido. Nesse ano, o Itamarati transferiu-se totalmente para a capital, provocando que, no máximo em dois anos, o mesmo ocorresse com as representações diplomáticas. Também os Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, cujos titulares já tinham seus ga

binetes em Brasília, estavam organizando suas transferências. Essas providências foram possíveis porque os governos revolucionários não se haviam descuidado do problema, dando continuidade ao plano de obras da capital. O empenho do Presidente nesse sentido, todavia, ficaria bem caracterizado pela previsão orçamentária de Cr$ 100 milhões para 1971, mais do que o dobro da prevista para o ano em curso.

O Governo, no entanto, enfrentava uma guerra revolucionária, nas condições que temos descrito, e os passos para o desenvolvimento político iam sendo dados com muita cautela, exatamente para que o processo pudesse ter caráter irreversível. Afinal, havia os exemplos frustrantes dos dois governos anteriores, que acabaram em lamentáveis retrocessos. Mas, apesar disso, a pressão era constante, particularmente da imprensa, no sentido de que o Governo revogasse o AI-5. Valendo-se da oportunidade da passagem de seu primeiro ano de Governo, o Presidente Médici abordou mais uma vez o problema com clareza meridiana. A meta síntese de sua administração, que mal se iniciara, era, ao final do mandato, recolocar o País na órbita democrática. Porém, os dados de que dispunha na oportunidade não aconselhavam trilhar esse caminho, ainda mais num futuro imediato.

4. Frente Brasileira de Informações

Desde 1966, Miguel Arraes vinha trabalhando a idéia de construir uma frente antiimperialista no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição e que pudesse agasalhar também segmentos dos movimentos operário e estudantil. Desde essa época, alguns líderes de esquerda baseavam suas estratégias na crença de que a política econômica do Governo provocaria uma crise que poderia ser aproveitada para derrubá-lo. Brizola e Arraes estavam entre os que assim pensavam.

O trabalho de arregimentação realizado por Arraes durante dois anos, resultou, em 1968, na criação do Movimento Popular de Libertação (MPL), cuja estratégia previa, numa primeira fase, a unificação de todas as esquerdas. Nesse ano, o MPL estabeleceu ligações com o PCB, AP, ALN e com os padres dominicanos de São Paulo. Através das facilidades oferecidas para que as organizações subversivas enviassem seus militantes a Cuba, o movimento

estabeleceu vínculos com várias delas, entre as quais o PCBR e o COLINA.

Com o início das ações terroristas no Brasil nesse ano, a luta aqui travada ganhou espaço na imprensa internacional. O desenvolvimento do MPL encontrava dificuldades na diversidade de tendências que buscava reunir, principalmente na reação em torno da luta armada, colocada como o objetivo da segunda fase da organização. O AI-5 veio agravar essas divergências, provocando uma dispersão no seu núcleo formador no Brasil. Arraes, numa avaliação distorcida da realidade nacional, talvez pela distância, ou querendo construir a conjuntura que lhe parecia mais favorável, atribuía o ato institucional a dificuldades do Governo na área econômica.

Em 1969, o incremento das ações de terrorismo, particularmente os seqüestros do embaixador norte-americano e de aeronaves, fez crescer no exterior as notícias sobre a situação interna do Brasil. Nesse ano, começou-se a perceber o aparecimento de notícias tendenciosas, com o nítido propósito de formar uma falsa imagem do País, particularmente em Paris e em Bruxelas. A prisão de padres "progressistas", comprovadamente integrantes de organizações subversivas, e as medidas tomadas em relação a padres estrangeiros, comprovadamente envolvidos na subversão, geraram notícias e às vezes protestos em jornais e publicações religiosas. O AI-5, para quem não conhecia a situação interna, sem dúvida dava respaldo à distorsão das notícias, principalmente em razão das restrições impostas à imprensa do País.

Cientes dos ensinamentos de Lenin da necessidade de aprender a suplementar, com o máximo de rapidez, uma forma de luta com outra, e conscientes da força da opinião pública nas democracias, as esquerdas deram início a uma virada de tática.

Nesse ano, o MPL encontrava-se quase num impasse. Sentindo a necessidade de definir a linha política, a estrutura, a estratégia e as táticas do movimento, Arraes reuniu-se em setembro, em Paris, com alguns de seus dirigentes. As propostas radicais de Arraes não permitiram o entendimento desejado. Antes porém, que os destinos do MPL ficassem definidos, Arraes, em outubro de 1969, tomou a iniciativa, juntamente com o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o padre Almery Bezerra e Everardo Norões, de criar, em Paris, a Frente Brasileira de Informações (FBI).

A FBI pretendia sensibilizar a opinião pública mundial e conseguir o seu apoio para a luta das organizações subversivas no Brasil, através da difusão de notícias tendenciosas que apresentassem o governo brasileiro como um contumaz violador dos direitos humanos.

A Frente, pela sua versão em francês "Front Brésilien d'Information", passou a ser conhecida na Europa como "Front". Inicialmente, a orientação do Front ficou centralizada com Arraes, a partir de um escritório central em Argel, com endereço postal de Plateau Sauliers - BP (Caixa Postal) nº 5 (3).

O jornal "El Siglo", porta-voz do Partido Comunista Chileno, em editorial, na edição de 15 de novembro de 1969, anunciou a criação da FBI em Paris, com correspondentes no Brasil e em outros países latino-americanos. A agência noticiosa serviria como meio de divulgação de elementos subversivos e das organizações revolucionárias brasileiras. As notícias, segundo "El Siglo", seriam recolhidas e avaliadas por uma equipe com representação de todas as correntes ideológicas.

O Chile, pela facilidade de comunicação com o Brasil e por concentrar um efetivo maior de asilados brasileiros, teve, em novembro de 1969, a primazia do lançamento dos boletins da FBI em sua versão espanhola "Frente Brasileño de Informaciones", com endereço postal Casilla Postal 3594 - Santiago/Chile.

No Uruguai, realizados os contatos, Paulo Romeu Schilling Schirmer — ligado a Leonel Brizola — e Carlos Figueiredo de Sá — ex-juiz da Justiça do Trabalho, cassado pelo AI-5 e militante da ALN — assumiram a coordenação da rede de divulgação, auxiliados pelos asilados brasileiros que lá se encontravam. O jornal uruguaio "De Frente", na edição de 8 de janeiro de 1970, dava início à campanha da FBI, publicando uma matéria sob o título "Torturas no Brasil".

A criação da FBI ocorrera sem grande publicidade. Havia a necessidade da realização de uma solenidade de impacto que ajudasse à promoção da entidade. No dia 15 de janeiro de 1970, ocorreu no grande Salão de Mutualité, em Paris, a "Reunião de Solidariedade com o Povo Brasileiro", prestigiada por personalida-

(3) Desde fins de 1969, o movimento dos Tupamaros, do Uruguai, e o MR-8 e a VPR já possuíam um esquema de intercâmbio e de difusão de informações, através da agência noticiosa cubana Prensa Latina.

des da esquerda mundial e transformada no marco do nascimento da FBI ou "Front".

Tendo ao fundo um grande mural com a fotografia do finado Carlos Marighela, George Casalis — professor da Faculdade de Teologia Protestante de Paris — presidiu a cerimônia,com a participação de uma mesa diretora composta pelo advogado Jean Jacques de Félice, Blanquart, Miguel Arraes, Jean Paul Sartre, Michel de Certau — padre jesuíta, redator da revista "Notre Combat", professor do Centro Experimental Universitário de Vincennes —, Pierre Jalée — presidente do Comitê de Defesa da revista "Tricontinental" e autor de diversas obras sobre a economia do Terceiro Mundo —, Jan Talpe — físico belga, ex-professor da USP, expulso do Brasil por envolvimento com a ALN —, Luigi Maccario — secretário-geral da Federação Italiana de Metalúrgicos — e M. Ghisenti. Essas presenças, por si só, davam aos espíritos menos desatentos, a nítida orientação ideológica da solenidade.

Durante a reunião, proferiram-se palestras em consonância com o objetivo do evento. O Padre Michel de Certau utilizou o tema "Os militares no poder: o poder contra o povo"; Pierre Jalée, "O imperialismo lhe destrói"; Jean Jacques de Félice, "A lógica da tortura"; Jan Talpe, "O único meio de defesa: a luta armada"; Miguel Arraes, "O povo brasileiro na luta por sua libertação";e Jean Paul Sartre, "Sob o fogo cruzado dos burgueses".

Usaram da palavra, transmitindo o apoio das entidades que representavam, Luigi Maccario e o enviado do Comitê Nacional da União Nacional dos Estudantes Franceses, Pierre Vallade.

A reunião no Mutualité, além de celebrar o surgimento da FBI, representou a expansão da entidade internacional de esquerda "Europa-América Latina" (ELA), com a criação de mais uma seção nacional, o "Comitê Francês Europa-América Latina". A ELA já possuía a seção italiana em funcionamento e outras em formação, como a suíça,a belga, a inglesa e a escandinava. Tinha o objetivo de promover o intercâmbio e a comunhão de interesses entre os povos europeus e latino-americanos, auxiliando a luta das organizações comunistas na América Latina. A ELA ampliaria as campanhas de informação e difamação desenvolvidas pela FBI, o que também seria feito por outros organismos semelhantes existentes em vários países.

Os organizadores do encontro propuseram, ao final da reunião, uma "Campanha Contra a Repressão Política na América Latina" — típica das organizações de frente comunistas —, visando a: "*apoiar as forças de libertação que lutam no Brasil e em toda a América Latina; fazer com que todos os franceses tomem conhecimento e comunguem com os interesses dos povos latino-americanos; e informar, suscitar reuniões públicas e estudar de maneira profunda as relações da Europa e da América Latina, descobrindo meios de ação e de pressão.*" A programação da campanha foi traçada em Paris, tendo como principais articuladores Miguel Arraes, Almino Afonso, Jean Paul Sartre e Waldech Rochet, secretário-geral do Partido Comunista Francês.

A revista "Notre Combat", mensário do Movimento Cristão, editada em Paris, publicou como suplemento de seu número 37/38, de fevereiro de 1970, o livreto "La lutte de peuple bresilien", de autoria da FBI. O suplemento narrava a reunião de 15 de janeiro no Salão de Mutualité e, na sua contra-capa, apresentava os objetivos e o modo de atuação da FBI da seguinte forma:

- A Frente Brasileira de Informações propõe-se a assegurar a defesa do povo brasileiro em luta e a difundir as informações e os documentos capazes de permitir um conhecimento exato da situação no Brasil, rompendo assim, a barragem da censura imposta pela ditadura.

- A Frente Brasileira de Informações denunciará, por todos os meios à sua disposição, o domínio imperialista sobre o Brasil, as medidas tomadas pela ditadura contra o povo e as ações específicas de repressão. Para este fim, ela se esforçará em fazer chegar à imprensa e às organizações internacionais, bem como aos brasileiros, tanto do interior quanto do exterior, todas as informações necessárias.

- A Frente Brasileira de Informações abrirá escritórios, em todos os países, com a finalidade de promover a circulação de informações de qualidade e estabelecer ligações com todos aqueles que, no exterior, estejam ou não organizados em comitês de assistência, dando seu apoio à luta de nosso povo ou sua ajuda às vítimas da ditadura." (Os grifos são nossos).

Em um livreto editado pela FBI, apresentaram mensagem de solidariedade e apoio as seguintes organizações: Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Comitê de Iniciativa Belga

de Solidariedade com a América Latina (CIBSAL), Movimento Separatista Basco (ETA), Fundação Bertrand Russel, Liga Comunista (Seção Francesa da IV Internacional) e Comitê Palestino. A diversidade do apoio dava uma mostra do alcance da atuação da FBI. A partir daí, ela passaria a ser apoiada por número cada vez maior de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional.

A variedade de órgãos de difusão dava crédito aos dados difundidos, já que o leitor ignorava que todas as notícias, apresentadas com pequenas nuances, eram originárias de uma mesma fonte.

A FBI passou a integrar organismos que lhe proporcionavam uma maior amplitude de ação. Idealizados por Almino Afonso, "Comitês de Solidariedade aos Presos Políticos" foram criados no Chile, Bélgica e França. O Partido Socialista do Chile e o Partido Comunista Francês, este na pessoa de Waldech Rochet, apoiaram a medida, que, em seguida, se estenderia a outros países(4).

A proliferação dos comitês foi medida decisiva para que se efetivassem as intenções da FBI. Conforme o país em que se instalaram, receberam denominações diversas: "Comitê Americano para Informações sobre o Brasil" (nos Estados Unidos), "Comitê Chileno de Solidariedade aos Torturados Brasileiros" (no Chile), "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil" (no Chile, Uruguai, Argentina, México, Estados Unidos, Canadá, França, Itália e Suíça), "Comitê de Denúncia contra as Torturas" (no Uruguai e Bolívia) e "Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros" (na França).

O "Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros", criado durante o encontro de 15 de janeiro, tinha sede na redação da revista católica de esquerda "Croissance des Jeunes Nations", cujo diretor era o Padre José Broucker, tradutor das obras de D. Hélder Câmara.

Os comitês, integrados por militantes de diversas organizações, tinham a tarefa de organizar e coordenar a divulgação, no exterior, de tudo que fosse contra o Governo brasileiro. Inicialmente, a estruturação dos comitês ficava sob a orientação de Arraes, na Europa, de Almino Afonso, no Chile, e de Paulo Romeu

(4) Os comitês de solidariedade são típicas organizações de frente comunistas. Jamais se viu no Brasil, por exemplo, qualquer movimento articulado de solidariedade ao povo do Afganistão, mas proliferam os de solidariedade ao povo do Chi[illegible]

Schilling Schirmer, no Uruguai.

A FBI também passou a empregar os terroristas autoexilados ou banidos, sustentando-os no exterior. De onde provinham tantos recursos, não foi possível se determinar ao certo. O fato é que esse trabalho exigia milhares de dólares que brotavam como que por encanto.

A Frente esboçou um arremedo de estrutura orgânica, em que a coordenação internacional ficaria a cargo de um "Comitê de Direção", instalado em Argel, com as seções existentes nos diversos países orientadas por um "responsável local". O "responsável local", designado pela coordenação internacional, coordenaria as equipes da FBI constituídas por "participantes" e auxiliadas, eventualmente, por "colaboradores".

Em janeiro de 1970, foi preso o casal Arthur Jáder Cunha Neves e Ângela Maria Cunha Neves, ex-militantes da AP e militantes do PCBR. O casal, integrado nas atividades da FBI, preparava e entregava o material para difusão a Maria Tereza Porciúncula de Moraes, funcionária do Ministério de Relações Exteriores, e a Maria Regina Senna Figueiredo. As duas, intermediárias, enviavam a matéria, pela mala diplomática, a Miguel Darcy de Oliveira, diplomata destacado na Embaixada do Brasil na Suíça, que a distribuía aos encarregados de providenciar a publicação.

Em maio, a Seção Uruguaia da FBI realizou uma ação psicológica, através do envio de mensagens, versando sobre "Torturas no Brasil", a vários elementos aqui residentes. Segundo a própria mensagem, postada no correio no Rio Grande do Sul, os destinatários eram escolhidos aleatoriamente através de catálogos telefônicos.

Na França, os asilados Renato Bayma Archer da Silva, ex-deputado, e o jornalista Hermano Alves integraram-se à FBI, através de contatos mantidos com Márcio Moreira Alves. Com a chegada na Argélia dos quarenta banidos, trocados pelo embaixador alemão, seqüestrado no Brasil em junho de 1970, a FBI passou a ser dirigida por um colegiado composto por Miguel Arraes, Apolônio de Carvalho, do PCBR, Ladislas Dowbor, da VPR, Jean Marc Friedrich Wan Der Weid, da AP, e José Maria Crispim, do PCB. A constituição desse colegiado, formado por facções comunistas empenhadas na luta armada no Brasil, dá uma boa idéia da "isenção" das

notícias difundidas no exterior e da força que a guerra psicopolítica ganhava.

Durante 1970, os boletins intitulados Frente Brasileira de Informações foram publicados no Chile e no eixo Paris-Argel, nos idiomas espanhol e francês, respectivamente, focalizando invariavelmente os temas: a perseguição de religiosos e operários católicos, o extermínio de índios (genocídio), o conflito de gerações e classes, a exploração de flagelados, a ditadura militarista e a perda da liberdade, a tortura a presos políticos, a divulgação de nomes de supostos torturadores e a violência policial e os esquadrões da morte.

Dentre as entidades internacionais que se associaram ao Front, a Amnesty International (5) destacou-se por uma intensa campanha difamatória desencadeada contra o Brasil pelos seus diversos comitês espalhados por vários países. Em parte, a virulência da Amnesty era justificada pelo fato de seus comitês terem sob contrato vários terroristas brasileiros banidos e foragidos.

Em meados de 1970, a Amnesty International publicou e difundiu o documento "Mission d'Enquete au Brasil". O texto, segundo a publicação, representava o resultado de uma pesquisa que teria sido realizada por dois advogados da Corte de Apelação de Paris, Louis E. Pettiti e Jean Louis Weil, sobre a situação dos presos políticos no Brasil. Após acusar a legislação revolucionária de discricionária, o relatório admitia a existência de tortura contra os presos políticos no Brasil. Descrevia, pormenorizadamente, todos os tipos de tortura possíveis e imagináveis, e alegava que seriam elas impostas aos prisioneiros no Brasil. A partir dessa publicação, qualquer subversivo que tivesse a oportunidade de ser entrevistado, podia "escolher o tipo de suplício" — que desejava fazer crer — a que tivesse sido submetido. Ninguém se perguntou quem eram Louis E. Pettiti e Jean Louis Weil, quais suas ideologias, quais seus objetivos... O homem é assim, daí o êxito da psicopolítica.

Em outubro, o jornalista italiano Aldo Santini esteve no

(5) A Amnesty International é uma organização privada, cujo objetivo declarado é ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas, que não tenham cometido atos de violência. Foi fundada em 28 de maio de 1961, em Londres, pelo advogado britânico Peter Benenson. Funciona com "status" de entidade na Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e EUA.

Uruguai fazendo uma reportagem com os Tupamaros. Através de Aldo, Carlos Figueiredo de Sá conseguiu um contato na Embaixada da Itália, que se encarregou de enviar, pela mala diplomática, material destinado a Arraes na Europa. O esquema foi utilizado até março de 1971, quando da expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai.

No Uruguai a campanha de difamação era veiculada pelo jornal "El Popular", órgão oficial do Partido Comunista Uruguaio e pelo vespertino "YA", que, nas suas edições de 10 e 11 de dezembro de 1970, publicou uma suposta reportagem com terroristas brasileiros, a propósito do seqüestro do embaixador suíço no Brasil. As reportagens foram cedidas por Carlos Figueiredo de Sá, em nome da ALN.

Em Lima, no Peru, o ex-deputado paulista David Lehrer era o contato da FBI. Lehrer, como correspondente da agência cubana de notícias Prensa Latina, fazia freqüentes viagens a Montevidéu, para apanhar matéria para divulgação.

No final de 1970, o reflexo da ação da FBI fazia-se sentir na Europa, particularmente na França. A freqüência quase diária da publicação de notícias difamantes nos jornais franceses criara uma imagem negativa do Brasil em toda Europa e também na América.

5. O fim do CC do PCBR

As declarações de Paulo Sérgio Granado Paranhos, preso em dezembro do ano anterior, permitiram que a polícia atingisse profundamente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Logo no início de janeiro, foi preso Salatiel Teixeira Rollins, membro do secretariado. No dia 13, chegou-se ao "aparelho" da Rua Inhangá nº 27, em Copacabana, onde foi morto Marco Antonio da Silva Lima, que iniciou um tiroteio, tendo ferido os sargentos Rubens e Almada. Na ocasião, foi baleada no abdômen a militante Ângela Camargo Seixas, quando também procurava disparar sua arma (6).

Alguns dias depois, foram presos mais três integrantes do CC, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Augusto Henrique Ma-

(6) Ângela Camargo Seixas vive no exterior com Philip Agee, notório desertor da CIA, tendo-o auxiliado na elaboração do livro "Por Dentro da CIA".

ria d'Aurelle Ollivier e Jacob Gorender. Em seguida, em 28 de fevereiro, houve a prisão de Apolônio Pinto de Carvalho e seu filho, René Louis Laugery de Carvalho, ambos membros da CEx. Ao mesmo tempo, iniciava-se a busca ao 1º dirigente do partido, Mário Alves de Souza Vieira, nunca encontrado pelos órgãos de segurança (7).

Mas, essas quedas não se restringiram só à cúpula do partido, atingindo, também, dezenas de quadros intermediários e militantes de base, na Guanabara, no Paraná e no Nordeste, particularmente, em Pernambuco (8).

Nesses meses, durante as prisões, o PCBR realizou duas ações armadas: na primeira, em 13 de fevereiro, assaltando o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Icaraí, Niterói, onde foram roubados cerca de Cr$ 50.000,00; e na segunda, em 16 de março, assaltando o carro de transporte do "Bank of London", em Fortaleza, quando foram roubados cerca de Cr$ 90.000,00.

Houve, nessa época, o deslocamento de diversos militantes da Guanabara para a Bahia, por medida de segurança. Ali, em 25 de maio, assaltaram o Banco da Bahia (9). A chegada inesperada da polícia frustrou o assalto, com os sacos de dinheiro sendo abandonados na calçada. Na fuga, os militantes iniciaram cerrado tiroteio, ferindo o escrivão Tibúrcio Souza Barbosa, que perdeu as funções do braço direito, e o guarda Zacarias Bispo da Silva Filho.

Em junho, o PCBR resolveu seqüestrar o cônsul norte-americano, em Recife, a fim de trocá-lo pelos elementos presos. Para isso, entretanto, era preciso um Volks branco, à semelhança do pertencente a Nancy Mangabeira Unger, membro do CR/NE, que julgavam já conhecido dos órgãos de segurança. Depois de duas noites de procura, encontraram, às 22.00 horas do dia 26, um Volks estacionado em Jaboatão, na Grande Recife, nas proximidades do

(7) Em fevereiro de 1970, o jornal francês "Le Monde" publicou a notícia de sua morte. Posteriormente, alguns militantes do PCBR denunciaram terem "ouvido" Mário Alves em prisões brasileiras.

(8) Foram presos, nessa ocasião, entre outros: Bruno Dauster Magalhães e Silva, Olien Lustosa de Morais, Nésio Jacques Pereira, Romeu Bertol, Airton Correa de Araújo e Juliano Homem de Siqueira.

(9) Participaram do assalto na Bahia: Bruno Maranhão, Fernando Augusto da Fonseca, Antonio Prestes de Paula, Getúlio de Oliveira Cabral, José Adeildo Ramos, Valdir Salles Sabóia, Paulo Pontes da Silva, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e, no seu batismo de fogo, Theodomiro Romeiro dos Santos.

Hospital da Aeronáutica. Quatro militantes do PCBR desceram do carro dirigido por Nancy Mangabeira Unger: Carlos Alberto Soares, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Gersino Saraiva Maia e Luiz "Jacaré" (este nunca perfeitamente identificado). Ao tentarem render o motorista, este, identificando-se como Tenente da Aeronáutica, tentou reagir. Carlos Alberto Soares não teve dúvidas e, disparando à queima-roupa, atingiu-o por duas vezes, na cabeça e no pescoço. A vítima, o Tenente Matheus Levino dos Santos, chegou com vida ao hospital, sendo operado dois dias depois. Entretanto, após 9 meses de impressionante sofrimento, veio a falecer em 24 de março de 1971, deixando viúva e duas filhas menores (10). O imprevisto levou o PCBR a desistir do seqüestro.

A frustrada tentativa redundou numa nova leva de prisões em Recife. Em 16 de julho, chegou-se ao "aparelho" da Rua Jandaia nº 37, em Afogados, quando foram presos Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, 1º dirigente do CR/NE, sua amante Vera Maria Rocha Pereira e Nancy Mangabeira Unger, responsável pelo Grupo Armado de Propaganda (GAP) do CR/NE. Os três reagiram a tiros, saindo ferida Nancy, com um tiro no abdômen e outro na mão direita. As declarações prestadas, particularmente as de Nancy Mangabeira, proporcionaram a "queda" de três outros "aparelhos" e a identificação de diversos outros militantes. Nancy, em seus depoimentos, tomou uma "eficiente" decisão: enquanto, para os órgãos de segurança, entregava seus companheiros, na justiça e para o seu próprio partido, acusava Francisco de Assis e Vera Maria de "traição" (11).

(10) Em relatório médico datado de 4 de março de 1971, aparece: "Visto hoje, após 8 meses, apresenta um dos quadros mais tristes a que pode chegar um ente humano. Vive, hoje, depositado em colchão adequado de borracha, cheio d'água; mesmo assim, não foi possível evitar as escaras de decúbito que, a despeito também de todos os cuidados da enfermagem, conta hoje com 27 escaras disseminadas praticamente em todo o corpo, algumas delas já chegando na exposição do osso. Não é capaz de manter conversação. Por vezes, quando estimulado, passa a responder nossas perguntas por meio de monossílabos. Tem emitido, com freqüência, gritos que podemos dizer horripilantes, que são ouvidos em toda a enfermaria onde se encontra e em outras dependências do Hospital".

(11) Nancy Mangabeira Unger, banida em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, era filha de pai americano e sua mãe, brasileira, era filha de Otávio Mangabeira. Por ironia, o próprio consulado americano, sem saber do planejamento do seqüestro do cônsul, correu em sua defesa, alegando a dupla nacionalidade de Nancy, brasileira e norte-americana.

Nessa época, o PCBR, depois de sucessivas reuniões, decidiu, através dos "Documentos de Julho", partir para uma linha de cunho essencialmente militarista, fazendo críticas ao "imobilismo do CC". Resolveu, também, incrementar as ações armadas em "frente" com o MR-8, a ALN, a VPR e o MRT, e a continuar enviando seus militantes para fazer cursos de guerrilha em Cuba, à semelhança dos que já haviam seguido viagem, como Antonio Duarte dos Santos e sua amante Jeny Waitsman, além de Avelino Bioni Capitani.

Em 11 de setembro, membros da organização assaltaram o Banco do Brasil, em Maranguape, no Ceará, de onde roubaram cerca de Cr$ 200.000,00. Na noite de 27 de outubro, três militantes do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral, Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva, "cobriam um ponto" nas proximidades do Posto São Jorge, situado na Avenida Vasco da Gama, em Salvador, quando, de um Jeep Willys, desceram quatro agentes que lhes deram voz de prisão. De imediato, Getúlio saiu correndo, sendo perseguido por um dos agentes, trocando tiros. Os outros dois foram presos, sendo colocados no banco traseiro do Jeep, o pulso direito de Theodomiro algemado no pulso esquerdo de Paulo Pontes. Os três agentes subiram no veículo e conduziram-no, por uns 30 metros, em direção aos tiros, para auxiliar na captura do Getúlio. Nesse intervalo, Theodomiro retirou um revólver Taurus, calibre .38, da pasta que portava, e, com a mão esquerda, atirou, pelas costas, no agente que saía do Jeep. Morria ali, traiçoeiramente assassinado, o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, deixando viúva e dois filhos menores. Ato contínuo, Theodomiro deu mais dois disparos, ferindo o agente da Polícia Federal, Amilton Nonato Borges, sendo dominado pelo outro policial (12).

Tal assassinato desencadeou nova leva de prisões em Recife e Salvador, além das de Elinor Mendes de Brito e Alberto Vinícius Melo do Nascimento, em 29 de novembro, em Pato Branco, no

(12) Pelo crime, Theodomiro foi condenado à morte, pena essa comutada para prisão perpétua e, posteriormente, para 8 anos. Em 17 de agosto de 1979, fugiu da penitenciária da Bahia, conseguindo asilo na Nunciatura Apostólica e obtendo salvo-conduto para o exterior. Depois de passar alguns anos em Paris, Theodomiro regressou ao Brasil em setembro de 1985. Recebido como herói, declarou que iria filiar-se ao PT e que não se arrependia do ato que havia praticado.

Paraná. Assustado, o único militante que sobrara da antiga CEx, Bruno Maranhão, fugiu para a França, no final do ano, junto com sua esposa Suzana.

6. O fim das lideranças carismáticas na ALN

O início de 1970 encontrou a ALN sob o impacto da morte de Carlos Marighela. A organização, órfã do carisma de seu chefe, atuava, sem coordenação nacional, por iniciativa das diversas regionais.

Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo" ou "Velho", ausente do País desde o seqüestro do embaixador norte-americano, impunha-se como o substituto natural de Marighela. Sua reconhecida experiência e a total concordância com o pensamento do líder morto habilitavam-no à chefia nacional da ALN.

"Toledo" encontrava-se na Europa, fazendo contatos e buscando apoio para a luta revolucionária, quando tomou conhecimento da morte de Marighela. Sentindo o momento crítico que vivia a organização, Câmara Ferreira resolveu retornar ao Brasil, via Cuba. Além de se afirmar como herdeiro de Marighela junto às autoridades cubanas, fez contato com militantes do II Exército da ALN (13), que haviam concluído o curso de guerrilhas, concitando-os a retornarem ao Brasil e a retomarem a luta clandestina.

Antes de viajar para o Brasil, onde chegaria no final de janeiro de 1970, "Toledo" concedeu entrevista à Rádio Havana, reafirmando os princípios revolucionários de Marighela. A entrevista, publicada no "Diário de las Américas", editado em Miami, pode ser considerada como uma orientação aos militantes da ALN no Brasil.

Durante a entrevista, "Toledo" confirmou que a revolução brasileira não tinha prazo fixo e que as ações de guerrilha urbana, através dos assaltos a bancos e da propaganda armada, deveriam prosseguir num ritmo crescente. No campo, os revolucionários eram concitados a "matar o gado e distribuir a carne entre a população". A morte de Marighela, lamentada como um profundo golpe, deveria ser vingada com a eliminação dos responsáveis, a qual seria estendida aos "torturadores, exploradores e norte-

(13) Assim ficou conhecido o grupo de militantes da ALN que terminou o curso de guerrilhas no final de 1969 e que aguardava oportunidade de retornar ao Brasil.

americanos". Finalizando, relembrava-se que a união das forças revolucionárias, uma idéia constante do pensamento político de Marighela, deveria ser conseguida através de "ações concretas e não nas mesas de discussão". Citando o seqüestro do embaixador norte-americano, realizado pela ALN em "frente" com o MR-8, como um primeiro passo para a unificação das forças revolucionárias, "Toledo" vaticinava a união das organizações revolucionárias brasileiras partidárias da "derrubada da ditadura pela via armada".

Em março, "Toledo" estabeleceu para a ALN as tarefas de consolidar a organização, retomar a iniciativa nas cidades e tomar a iniciativa no campo. Em documento divulgado nesse mês, "Toledo" suspendia a ida de militantes para Cuba, afirmando a necessidade da presença de revolucionários no Brasil e a existência de um grande número de militantes com curso de guerrilhas(14). As "quedas" e as freqüentes crises de segurança sugeriam prioridade na ida do comando da organização para o campo, com a criação de uma coordenação tática no eixo Rio/São Paulo.

No Uruguai, a ALN, através de Carlos Figueiredo de Sá, tentava refazer o esquema de entrada e saída de militantes, através da fronteira, o qual havia caído com a prisão de Frei Beto. Prejudicando parcialmente os planos da organização, no dia 13 de abril de 1970, era preso Luís Carlos Rocha Gaspes, mandado por Carlos Sá, com gráficos contendo roteiros e localidades da fronteira, integrados nos esquemas de trânsito dos subversivos (15).

Dentro das atividades da ALN no exterior, Carlos Figueiredo de Sá participou, em maio, como delegado da ALN, de uma reunião em La Paz com outras organizações terroristas do continente, visando à integração de suas atuações dentro de um quadro revolucionário sul-americano.

Em documento datado de 1970, "Toledo" assinalava a morte de Marighela como a principal causa do adiamento do lançamento da guerrilha rural, afirmando que a organização prosseguia na fase da sua preparação.

(14) Vários militantes do II Exército da ALN já estavam atuando no Brasil e existia um novo grupo de membros da ALN em Cuba, conhecido como III Exército ALN, aguardando o início de um novo curso de guerrilhas.

(15) O trânsito de subversivos pelas fronteiras foi planejado em conjunto com Apolônio de Carvalho, do PCBR, e com o ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira. O objetivo principal era o envio de militantes para realizarem curso em Cuba e era de interesse geral das organizações adeptas da luta armada.

No "Relatório Sobre a Coordenação da Região Centro-Norte", ficava definida, a partir de 1969, a vinculação dos trabalhos de Minas Gerais e do Nordeste à Guanabara, na "Coordenação Centro-Norte". O texto do relatório, em parte uma autocrítica, denunciava uma vacilação na aplicação da estratégia que colocava o campo — a área estratégica — como principal e diagnosticava a falta de trabalho de massas. Quanto ao relacionamento da ALN com as outras organizações, estabeleceu-se uma política de restrição à execução de ações em "frente" por questões de segurança. As ações em "frente" seriam admitidas em situações excepcionais, na concretização de grandes feitos, como os seqüestros.

Da avaliação dessa documentação e de suas atividades, depreendia-se que o comando da organização, incluindo o controle do pessoal no exterior, estava sob a liderança de "Toledo". Entretanto, havia uma rebeldia desse pessoal quanto à direção no Brasil, decorrente da falta de um órgão de direção localizado em Cuba (16).

"Toledo" nos seus escritos fazia ainda uma análise da "situação atual da organização". A falta de quadros legais era apontada como uma das causas da fraqueza das estruturas revolucionárias nos grandes centros e inibidora da passagem à ofensiva. Criticava a falta de coordenação entre as ações do GTA e da Frente de Massas. E preconizava:

" - mudar a qualidade de atuação, de modo a quebrar o isolamento político através de ações políticas desenvolvidas pelos setores sociais; e

- iniciar ou consolidar — caso existente — o trabalho na área estratégica".

Durante esse período de criação e consolidação de suas estruturas no Brasil e no exterior, a ALN sofreu um grande golpe. No dia 23 de outubro, poucos dias depois de conceder uma entrevista à revista "Pensamento Crítico", era preso e morria de enfarte Joaquim Câmara Ferreira.

A prisão de "Toledo" foi o resultado de um paciente trabalho dos órgãos de segurança, que detectaram a presença e a atuação de Maria de Lourdes Rego Melo ("Baixinha"), sua companheira

(16) Na tentativa de solucionar esse problema, foram definidas as voltas dos militantes João Leonardo da Silva Rocha e Ricardo Zarattini ao Brasil, visando à preparação e ao estabelecimento de uma liderança que pudesse atuar em Cuba.

de "aparelho". Através da vigilância de Maria de Lourdes, chegou-se a um militante da Rede de Apoio, Maurício Segall ("Mathias") e a Viriato Xavier de Melo Filho ("Torres"), finalizando pela prisão de "Toledo", na esquina da Avenida Lavandisca com Alameda Javaperis, na capital paulista. Impedido de sacar a arma, "Toledo" reagiu violentamente, chutando e mordendo seus captores, vindo a sofrer um infarto do miocárdio que o matou aos 57 anos de idade.

Com o desaparecimento de Joaquim Câmara Ferreira terminava o período de atuação monolítica da ALN, resultado da orientação centralizadora emanada da personalidade forte de seus líderes nacionais. O ciclo, iniciado com Carlos Marighela, começara a sofrer abalos durante o comando de "Toledo", através das contestações à linha política e à forma de atuação, formuladas por militantes que se encontravam em Cuba.

Mais cedo do que se pudesse imaginar, a ALN cindir-se-ia pela falta de uma liderança carismática que a pudesse conduzir nos difíceis momentos do confronto armado.

Após a "queda" de "Toledo", dois anos e meio após a publicação do primeiro número, a ALN conseguiu divulgar uma edição mal cuidada do nº 2 do jornal "O Guerrilheiro". A apresentação e o editorial, assinados por Joaquim Câmara Ferreira, estimulavam a realização de ações e a criação de grupos revolucionários. Na mesma edição, sob o título "Carta ao Militante", o jornal anunciava a morte de "Toledo" e concitava a organização a superar o golpe e a levar a proposta de Marighela e de Câmara Ferreira às últimas conseqüências. Este artigo, assinado pela "Coordenação Nacional", era datado de 24 de outubro. A publicação terminava, concitando o voto nulo nas eleições de 15 de novembro.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Debilitada com as derrotas de 1969, a Coordenação Regional de São Paulo da ALN (CR/SP) resolveu aderir à Frente de Mobilização Revolucionária (FMR), constituída pela VPR, REDE, POC e MRT. Em janeiro de 1970, Flávio Augusto Neves Leão de Sales integrou-se a uma comissão de levantamento da FMR junto a representantes das outras organizações.

A partir da segunda quinzena de janeiro, foi duramente golpeado o até então intocado Setor de Massas da CR/SP. Miguel Na-

kamura e José Alprin Filho, este importante dirigente do subsetor operário, foram presos no dia 29 de janeiro. No desenrolar da operação, Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque, coordenadora do subsetor estudantil,e sua cunhada, também militante, Leslie Denise Beloque, foram presas no dia 2 de fevereiro. Vários estudantes, militantes desse subsetor, seriam presos nos dias subseqüentes.

O Grupo Tático Armado (GTA), coordenado por Guiomar Silva Lopes, reconstituiu-se com os remanescentes do grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury e com elementos que agiam na Guanabara. Aos poucos, elementos da Frente de Massas (FM) iam sendo cooptados para comporem o GTA (17). Esse GTA, assim fortalecido, assaltaria a agência do União de Bancos Brasileiros, na Avenida Jabacuara, em 2 de março, e a agência do Bradesco, no Jaguaré, em 20 de março.

As atenções dos órgãos de segurança continuavam voltadas para o Setor das Massas. Nelson Luiz Lott de Morais Costa, preso na Guanabara, "abriu" um ponto que teria com "Alencar" em São Paulo. Com essa colaboração que Nelson Lott proporcionou, em 20 de março, foi preso Gilberto Luciano Beloque ("Alencar"), o coordenador do Setor, dando seqüência à sua desarticulação.

A prisão de "Alencar" irradiou-se, atingindo a Rede de Sustentação (ou de Apoio), em fase de reestruturação após as quedas de 1969, e o próprio GTA. No dia seguinte,eram presas a coordenadora do GTA,Guiomar Silva Lopes,e,junto com ela,Sônia Hipólito, da Rede de Sustentação. Grande número de militantes do Setor de Massas e da Rede de Apoio foi preso na mesma oportunidade.

Por ocasião de sua prisão, Guiomar Silva Lopes tentou o suicídio, ingerindo substância desconhecida. Atendida no Pronto Socorro Santa Lúcia, foi transferida, por falta de vagas, para o Hospital das Clínicas, onde ficou sob observação. Após algumas horas no hospital, Guiomar, movida pelo fanatismo incutido nos integrantes do GTA, tentou, novamente, o suicídio, lançando-se da janela do 4º andar. Por sorte, ou azar, teve a queda amor

(17) Lembramos que a FM tinha também seu poder de fogo e realizava ações. Via de regra, um elemento do GTA dava cobertura às ações da FM. Exemplificando, citamos o assalto a um soldado da FPESP, nas proximidades do Ibirapuera, para "expropriação" de sua arma, realizado no início de 1970, por Hiroaki Torigoe,Venâncio Dias Costa Filho e José Carlos Gianini, todos da FM, supervisionados por Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"),do GTA.

tecida por um toldo, sobrevivendo com a bacia fraturada. Foi transferida para o Hospital Geral de São Paulo — estabelecimento militar —, onde, sob intensa vigilância, pode restabelecer-se para responder na justiça por seus crimes.

No prosseguimento das operações, os órgãos de segurança dirigiram-se, no dia 2 de abril, à Rua Zumá de Sá Fernandes, em Presidente Altino, onde residia o militante Dorival Ferreira, da Rede de Apoio. Na tentativa de fuga, Dorival iniciou um tiroteio, ferindo gravemente o soldado da FPESP José Ruiz Gimenez. Insistindo em sua resistência, Dorival foi morto a tiros pelos policiais. No "aparelho", foram encontrados inúmeros materiais destinados à confecção das mais sofisticadas bombas, além de armamento e material explosivo. Dorival era o responsável pela fabricação das bombas da CR/SP e já estava estruturado no GTA, tendo participado de vários assaltos (18).

José Edézio Brianezzi ("Mariano"), um dos comandantes de grupo do GTA, morreu em 13 de abril, num enfrentamento com a polícia. Brianezzi, junto com Antonio dos Três Reis de Oliveira, pretendia montar, ainda em 1970, um "aparelho" rural da ALN ao Norte do Estado do Paraná. Ambos eram nascidos em Apucarana e pretendiam utilizar contatos e conhecimentos da área para este empreendimento. Três Reis de Oliveira, também estruturado no GTA, e fanatizado pela mística de "não cair vivo", morreu em 17 de maio, quando mantinha contatos da "frente" com a militante da VPR Alceri Maria Gomes da Silva — também morta —, no "aparelho" da Rua Caranguataí, no bairro do Tatuapé. Terminava, assim, o projeto de utilizar o Paraná para a instalação de um "aparelho" rural.

As "quedas" de março/abril imobilizaram o GTA por algum tempo. As ações passaram a ser feitas pelo grupo de fogo da Frente de Massas, que assaltou a agência do Banco do Brasil da Avenida Jabaquara, em 29 de maio, e que, ainda nesse mês, assaltou o supermercado "Peg-Pag" da Avenida Higienópolis.

Ainda em maio, durante uma reunião da Frente de Mobilização Revolucionária, com as presenças de "Toledo", Lamarca e Devanir José de Carvalho, foi decidido colocar em execução o pla-

(18) Com a "queda" de Guiomar, José Edézio Brianezzi assumiu a coordenação de um dos grupos do GTA e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz passou a coordenar o GTA como um todo, enquanto o outro grupo era liderado por José Milton Barbosa.

nejamento do seqüestro do embaixador alemão, realizado pela VPR desde o início do ano (19).

Após o assalto ao carro pagador do Banco de Minas Gerais, narrado no item seguinte deste capítulo, "caiu" a militante do GTA Ana Burnsztyn e vários elementos da Frente de Massa, inclusive Rafael de Falco Neto, responsável pela tentativa de reestruturar o setor de imprensa da CR/SP.

Ana Burnsztyn foi presa, no dia 14 de julho, por investigadores particulares do Mappin, quando tentava roubar uma sacola daquela loja. No momento de sua prisão, Ana sacou um revólver .38 que portava na bolsa e efetuou dois disparos, atingindo o segurança Isídoro Zambaldi, que veio a falecer, posteriormente, vítima dos ferimentos.

No dia 15 de agosto de 1970, foi preso o militante do GTA — oriundo da Frente de Massas (FM) — Reinaldo Morano Filho. Reinaldo foi preso num "ponto" com a militante Basia Waitman, que chegava de uma viagem ao Uruguai. Reinaldo esteve envolvido na tentativa de ressurgimento do setor de imprensa da CR/SP, juntamente com Rafael de Falco Neto e Monir Tahan Sab.

Nesse período, o grupo de fogo da FM realizou os seguintes assaltos: ao supermercado "Peg-Pag", no bairro Indianópolis; a um Posto Telefônico, no bairro da Liberdade; à Drogasil, da Avenida Jabaquara; e ao supermercado "Ao Barateiro", da Rua Coronel Diogo. O GTA só voltaria a operar depois de reforçado por militantes do II Exército da ALN, dentre eles Yuri Xavier Pereira e Márcio Leite Toledo.

Em 15 de setembro, a FMR realizava um assalto ao carro transportador de valores da Brink's, na Rua Estados Unidos. Nessa ação, que teve a participação de militantes da VPR e do MRT e rendeu 480 mil cruzeiros, foram feridos dois guardas de segurança.

Na segunda quinzena de setembro, ocorreu nova reunião da FMR, ampliada com um representante do MR-8, para tratar do seqüestro de três diplomatas. As ações ocorreriam consecutivamente em São Paulo, na Guanabara e no Nordeste e serviriam para libertar duzentos presos políticos. A resolução, tomada por Devanir José de Carvalho, do MRT, "Toledo", da ALN, Lamarca, da VPR,

(19) Ver no item 29, deste capítulo, a descrição desse seqüestro.

e Carlos Alberto Vieira Muniz, não foi colocada em prática. Ocorreram discussões envolvendo o número de militantes de cada organização a ser libertado, exigindo a VPR um número idêntico ao da ALN, tendo em vista "não existir organização maior ou menor na frente".

Enquanto internamente a ALN se via às voltas com as discussões na FMR, externamente, sob a orientação do Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"), foi montada uma estrutura ligada à FBI para divulgação de notícias desabonadoras ao Governo brasileiro e, ao mesmo tempo, destinada a obter recursos no exterior. Com ligações na Argélia, através de Miguel Arraes, o esquema passava por Roma, onde atuavam Frei Osvaldo e os militantes Carlos Henrique Knapp e Eliane Toscano Zamikhowski, e chegava a Paris, onde se encontrava Aloísio Nunes Ferreira Filho. Na Itália, Frei Osvaldo mantinha contatos com o Partido Comunista Italiano visando a conseguir recursos financeiros para a atuação da ALN.

Após o trauma da morte de "Toledo" e das "quedas" subseqüentes, incluindo um "aparelho" que servia de local de impressão, a ALN prosseguiu seus contatos na FMR, discutindo a questão dos seqüestros. O planejamento inicial das três ações consecutivas, que já apresentava dificuldades, não foi adiante, em decorrência da morte de "Toledo" e de "quedas" do PCBR no nordeste. Após as eleições de 15 de novembro, foi realizada nova reunião da "frente", onde Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") representou a organização. Tratava-se da realização de um seqüestro urgente por solicitação da VPR. O MR-8 opinou que a ação só deveria ser realizada em excepcionais condições de segurança. Vencida pela maioria, a VPR comprometeu-se a não atuar até uma próxima reunião da Frente, que se daria dentro de dois meses. Quebrando seu compromisso, a VPR realizaria isoladamente o seqüestro do embaixador suiço, no dia 7 de dezembro. Tal atitude iria arrefacer o relacionamento das organizações dentro da FMR.

8. O justiçamento de Ary Rocha Miranda

Havia pouco tempo, tinham sido incorporados ao GTA os militantes Ary Rocha Miranda e Wilson Conceição Pinto, egressos da Frente de Massas. Após os primeiros assaltos, os dois manifesta

ram a intenção de afastarem-se por inaptidão àquele tipo de atividade. Foram ameaçados de morte por Monir Tahau Sab, caso resolvessem abandonar a organização.

No dia 11 de julho de 1970, durante o assalto ao carro-pagador do Banco Nacional de Minas Gerais, na chegada à agência do banco, na Av. N. Sª da Lapa, esquina com Afonso Sardinha, Eduardo Leite ("Bacuri") — que se havia agregado à ALN, após o desbaratamento da REDE, em maio de 1970 — feriu "acidentalmente" Wilson Conceição Pinto e Ary Rocha Miranda.

Wilson Conceição Pinto encontrava-se, dentro do esquema do assalto, a cerca de 30 metros do banco, no seu posto de observação, na Av. N. Sª da Lapa esquina com Afonso Sardinha, quando ouviu um tiroteio na porta do banco — "Bacuri" acabava de ferir mortalmente Ary Rocha Miranda. Momentos depois, era a vez de Wilson ser atingido por "Bacuri" com um tiro transfixante no braço esquerdo. Ao ligar o surpreendente acontecimento às ameaças de Monir, Wilson evadiu-se do local, evitando embarcar num dos carros da ação.

Ao procurar socorro no Hospital São Camilo, em São Paulo, Wilson entregou-se às autoridades. Em declarações aos órgãos de segurança, afirmou que: "*Há muito tempo eu já havia demonstrado a intenção de abandonar a militância e entregar-me às autoridades. Durante minha militância na ALN, senti que muitos elementos têm disposição para entregar-se à polícia, só não o fazendo por medo de represálias da organização e, também, temerosos com a tortura policial que a organização propaga existir, acrescendo detalhes horríveis*". Prosseguiu: "*A ALN não dá o devido valor aos operários que consegue recrutar, alegando falta de nível político. Mesmo dentro da organização, é notória a existência do espírito de classe*".

Quanto a Ary Rocha Miranda, gravemente ferido, foi transportado de carro, por Hiroaki Torigoe, "Bacuri" e um militante chamado por "Francisco", para o aparelho de "Bacuri". Por falta de socorros, Ary faleceu por volta das 22.30 horas daquele mesmo dia. Como "estória de cobertura" para o "acidente", foi apresentada a versão de que "Bacuri" confundira os dois com policiais. A farsa teve prosseguimento com a ida do militante do GTA Reinaldo Morano Filho, ex-acadêmico de Medicina, ao "aparelho", para prestar socorros a Ary, quando este já estava morto.

No dia seguinte, Flávio Augusto Neves Leão de Sales saiu para procurar local para enterrar o morto. Escolhido o local, por volta das 15 horas, Flávio Augusto, Aurora Maria do Nascimento Furtado e "Bacuri" colocaram o cadáver na mala do carro e realizaram a inumação num terreno em Embu-Guaçu. A família de Ary Rocha Miranda não teve o conforto de ser avisada de sua morte, nem do local do enterro. Mais conveniente seria atribuir o "desaparecimento" de Ary aos órgãos de segurança, como foi feito. Só se tomou conhecimento da trama macabra através das prisões posteriores de Denize Crispim, a companheira de "Bacuri", e Reinaldo Morano Filho.

É importante que se ressalte o processo de recrutamento utilizado pela ALN em relação a Reinaldo Morano Filho. Reinaldo havia sido preso no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Enquanto aguardava julgamento, desenvolvia suas atividades normais na Faculdade de Medicina da USP, onde estudava. No início de novembro de 1969, foi procurado na faculdade por uma mulher, até então desconhecida, que lhe afirmou ter informações seguras que o processo redundaria na condenação de todos a dois anos de prisão. Em seguida, Trajano Pontes Filho, seu companheiro de apartamento, transmitiu-lhe notícias, nunca confirmadas, de que elementos declarando-se policiais teriam estado a sua procura. Tais fatos provocaram a fuga de Reinaldo para Salvador, ainda em novembro, e seu ingresso na clandestinidade. No seu retorno clandestino a São Paulo, fez contato com a mesma mulher na Faculdade de Medicina, acertando seu ingresso na ALN e sendo designado para atuar no desfalcado GTA.

9. Atividades da CR/GB da ALN

As prisões de militantes da ALN na Guanabara, no final de 1969, elevaram Carlos Eduardo Fayal de Lira e Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins à Coordenação Regional da Guanabara (CR/GB).

O GTA da CR/GB estava estruturado com dois grupos, coordenados por Paulo Henrique Rocha Lins e Mário de Souza Prata. Nos dias 9 de janeiro e 17 de fevereiro, o GTA "expropriou" a agência Lido do Banco do Estado de Minas Gerais e a agência Avenida Brasil do Banco Nacional Brasileiro S.A., respectivamente, conseguindo cerca de 50 mil cruzeiros nas ações.

Pretendendo aumentar a potência de fogo do grupo, foi realizado, por volta das 14 horas do dia 25 de janeiro, um assalto à Fábrica do Andaraí, do Exército. O alvo eram as metralhadoras das sentinelas que se mantinham nas ruas. Divididos em dois grupos, os assaltantes esperavam um sinal de Carlos Eduardo Fayal de Lira para iniciar a ação, atacando simultaneamente os dois soldados. Dado o sinal, o grupo chefiado por Paulo Henrique Rocha Lins acovardou-se e não atacou a sentinela. O segundo grupo, chefiado por Fayal de Lira, agrediu a coronhadas o soldado George de Souza, ferindo-o na cabeça e retirando-lhe a metralhadora. Durante a fuga, no interior do Volkswagen usado na ação, Mário de Souza Prata, ao tentar desengatilhar a arma, provocou um disparo, atingindo mortalmente Luiz Afonso Miranda Costa Rodrigues, que se encontrava no banco dianteiro. Por volta das 16 horas, o carro foi encontrado na Rua Teodoro da Silva, com o cadáver de Luiz Afonso no banco dianteiro.

No dia 11 de março de 1970, os militantes do GTA Mário de Souza Prata, Rômulo Noronha de Albuquerque e Jorge Raimundo Júnior deslocavam-se num Corcel azul, roubado, dirigido pelo último, quando foram interceptados nas Laranjeiras, por uma patrulha da PM. Suspeitando do motorista, pela pouca idade que aparentava, e verificando que Jorge Raimundo não portava habilitação, os policiais ordenaram-lhe que entrasse no veículo policial, junto com Rômulo Noronha de Albuquerque, enquanto Mário de Souza Prata, acompanhado de um dos soldados, iria dirigindo o Corcel até a delegacia mais próxima. Aproveitando-se do descuido da polícia, que não revistara os detidos, Mário, ao manobrar o veículo para colocá-lo à frente da viatura policial, sacou de uma arma e atirou, matando, com um tiro na testa, o soldado PMEG Newton de Oliveira Nascimento que o escoltava no carro roubado. O soldado Newton deixou viúva, D.Luci, e órfãs duas filhas menores, de quatro e dois anos.

Dois dias depois, tinha prosseguimento o festival de violência patrocinado pela ALN. No dia 13 de março, foi abordado, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para uma verificação de rotina, um Volkswagen vermelho conduzindo Carlos Eduardo Fayal de Lira, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins e Ronaldo Dutra Machado. Agindo com rapidez, os subversivos saltaram do carro, ocasião em que Fayal de Lira, sacando sua arma, atirou contra a barreira, ferindo gravemente o Sargento do Exército Francisco Aniceto Antunes

de Carvalho. Na confusão reinante, Ronaldo e Paulo Henrique fugiram a pé do local. Fayal de Lira, encurralado, assaltou um carro que passava e retirou, à força, do volante a Sra Juanita de Souza, que se fazia acompanhar de seu filho, o menor de 9 anos, Paulo Alves de Souza. Não percebendo a presença da criança no veículo, os agentes de segurança acabaram ferindo-a na axila, ao prosseguirem na perseguição armada. Preocupado apenas com a sua segurança, Fayal, também atingido no tiroteio, rompeu o cerco policial e abandonou a viatura com o menino ferido na Rua Siqueira Campos, completando a fuga a pé.

Fayal, sentindo-se perdido, procurou o amparo dos pais, que o internaram numa casa de saúde e o entregaram às autoridades no dia 16 de março. O subversivo seria banido em junho de 1970, trocado pelo embaixador alemão seqüestrado na Guanabara.

A "queda" de Fayal de Lira ocasionou várias prisões e a desarticulação da CR/GB, que prosseguiu com a ida de Ronaldo Dutra Machado para Recife, em companhia de Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins. Ronaldo seria preso, em Recife, em 28 de março e Paulo Henrique, em Natal, no dia 13 de abril. Em seguida, foram presos, na Guanabara, os militantes do GTA Nelson Luiz Lott de Morais Costa e Epitácio Remígio de Araújo (20).

No dia 1º de julho, ocorreu um fato insólito desligado de qualquer interferência da Coordenação Regional. Jessie Jane, militante da Frente de Massas da CR/SP, ligou-se a Colombo Vieira de Souza Júnior e aos irmãos Eiraldo e Fernando Palha Freire e juntos resolveram seqüestrar um avião e exigir a troca dos passageiros por quarenta presos políticos, que seriam transportados para Cuba.

O seqüestro foi frustrado pela pronta e eficiente ação de tropas especiais da Força Aérea Brasileira, que, após furarem a tiros os pneus do Caravelle prefixo PP-PDX da Cruzeiro do Sul, encobriram a aeronave com espuma e a invadiram, resgatando os passageiros reféns. Durante a ação, o seqüestrador Eiraldo Palha Freire tentou o suicídio com um tiro no pescoço, vindo a falecer dias depois.

---

(20) Com a desarticulação da Coordenação Regional, foi constituída uma direção provisória, com a participação de Aldo Sá Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes e Antonio Sérgio de Matos.

A motivação dos quatro seqüestradores era a libertação de parentes subversivos presos, além do reconhecimento da autoria de um feito espetacular. Washington Alves da Silva, militante da ALN preso em São Paulo e pai de Jesse Jane, encabeçava a lista dos presos a serem trocados. No rol dos subversivos, constavam ainda os nomes de Inã de Souza Medeiros e Marcos Antonio Faria de Medeiros, respectivamente, irmã e cunhado do seqüestrador Colombo Vieira de Souza Júnior.

Em meados de 1970, Mário de Souza Prata, sua mulher, Marilena Villas-Boas Pinto, e José Carlos Avelino da Silva abandonaram a ALN e incorporaram-se ao MR-8.

No dia 15 de julho, Zilda de Paula Xavier Pereira, ex-coordenadora da CR/GB, conseguiu fugir do Hospital Pinel em Botafogo, onde fora internada ao simular doença mental, após sua prisão em 1969 (21).

A partir de julho — reforçado inclusive por dois "cubanos" (22) —, o GTA fez dois assaltos: ao posto policial da Favela Azul, quando foram roubados armamento, inclusive metralhadora INA, e fardamento; e a uma agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, no Leblon (23).

O GTA da CR/GB faria mais uma vítima fatal, em 19 de agosto, durante a tentativa de assalto à agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos. O vigilante Vagner Lúcio Vitorino da Silva foi baleado por Sônia Maria Ferreira Lima. Caído e sangrando na porta do banco, o vigilante teve seu coldre e sua arma roubados. Constatada a morte de Vagner, os assaltantes entraram no banco e procuraram o gerente, que, utilizando um estratagema, não se identificou, informando que o gerente estava ausente. Isto fez com que os terroristas abandonassem o local sem consumar o assalto (24).

---

(21) Zilda, auxiliada em sua manobra pelo Dr. Iberê Brandão Fonseca e Rosita Teixeira de Mendonça, foi para Cuba.

(22) Assim eram chamados os militantes possuidores de curso de guerrilhas em Cuba.

(23) O GTA passou a contar com a participação de Reinaldo Guarany Simões, Sônia Maria Ferreira Lima, Viriato Xavier de Melo Filho e Benjamin de Oliveira Torres Neto, os últimos recém-chegados do curso em Cuba. No início de agosto, mais dois "cubanos" incorporaram-se ao GTA da CR/GB: Isis Dias de Oliveira e Gilson Ribeiro da Silva.

(24) Participaram dessa ação: Isis Dias de Oliveira, Sônia Maria Ferreira Lima, Aldo de Sá Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes, Benjamin Torres de Oliveira Neto, Reinaldo Guarany Simões, Otoni Guimarães Fernandes Júnior e mais os militantes do PCBR Getúlio de Oliveira Cabral e Francisco Roberval Mendes.

Dias após essa ação, Otoni Guimarães Fernandes Júnior, que dela participara, seria preso, constituindo-se em mais um desfalque para o GTA.

Refletindo os entendimentos da FMR em São Paulo, a CR/GB iniciou a realização de ações em "frente" a partir de julho. Contrariando orientação dada em março, que limitava a grandes feitos a constituição de frentes, a ALN optou por esta linha de ação quando as "quedas" que afetaram o GTA chegaram a inviabilizar a sua atuação armada. A organização participou dos assaltos à churrascaria Rincão Gaúcho e à Kombi de transporte de valores da firma Moinho Inglês, em São Cristóvão, ambos realizados com a cooperação do MR-8.

10. Atividades da ALN no Nordeste e em Minas Gerais

Em Fortaleza, a frustração da tentativa de assalto ao Banco Mercantil do Ceará, em 4 de dezembro de 1969, foi compensada pela realização de algumas ações armadas, pelo grupo liderado por José Sales de Oliveira (25). Uma delas, em 10 de março, foi contra a fábrica da Coca-Cola, em Fortaleza, em assalto que rendeu cerca de 8 mil cruzeiros.

As ações armadas realizadas no Ceará adequaram-se às condições sócio-econômicas da área, não se registrando "expropriações" vultosas de estabelecimentos de crédito, como ocorriam nos grandes centros. O assalto a um trocador de uma empresa de ônibus, os roubos de mimeógrafos e máquinas de escrever nos Instituto de Química e Matemática da UFC e um assalto a um casal de idosos, nas proximidades do quartel do 23º BC, em julho, são arroladas como façanhas realizadas pelo grupo de José Sales de Oliveira.

Em meados de 1970, foram deslocados para o Ceará Antonio Espiridião Neto, Waldemar Rodrigues de Menezes e Antonio Carlos Bicalho Lana, militantes recém-chegados de Cuba, diplomados nas escolas de terrorismo de Havana. A organização tinha idéia de iniciar um trabalho de campo na Região do Cariri.

No início de agosto, o advogado Tarcísio Leitão de Carvalho, considerado o ideólogo da ALN no Ceará, ministrou uma pa-

(25) Como Sílvio Albuquerque Mota, orientador do grupo, foi para Cuba participar do Curso de Guerrilhas, José Sales de Oliveira passou à coordenar as atividades da ALN no Ceará.

lestra sobre guerra psicológica aos militantes da ALN. Durante a palestra, realizando uma avaliação crítica, Tarcísio assinalou o distanciamento da organização das massas e sugeriu a criação de um jornal que divulgasse as idéias da ALN.

A ALN/CE manteve contatos com o PCBR, organização mais bem estruturada na área do Nordeste, surgindo o acordo de realizarem ações em conjunto. Os assaltos ao carro-pagador do Banco London, em 16 de março, e ao Banco do Brasil, em Maranguape, em 11 de agosto, foram ações realizadas "em frente" pelas duas organizações.

Se as ações armadas, pela freqüência e pelos recursos auferidos, contrastavam com a atividade subversiva nos grandes centros, o mesmo não se podia dizer de sua violência. Em 29 de agosto, o seqüestro e o assassinato do comerciante José Armando Rodrigues, proprietário da firma Ibiapaba Comercial Ltda, em São Benedito/CE, revoltaram a opinião pública. Após assaltarem a loja, os terroristas da ALN levaram José Armando, sob a ameaça de revólveres, amarraram-no com cordas para prevenir resistências, torturaram-no — barbaramente espancado, conforme laudo cadavérico —, assassinaram-no a tiros e lançaram seu corpo num precipício, na Serra de Ibiapaba (26).

Os assaltantes recolheram 32 mil cruzeiros da loja do comerciante, sem qualquer reação. Por que o mataram? A resposta à pergunta envolve-se no absurdo, quando se sabe que dois de seus assassinos eram os ex-seminaristas Antonio Espiridião Neto e Waldemar Rodrigues de Menezes — este, o autor dos disparos. Cabe uma reflexão sobre o assunto: onde teriam assimilado tanto ódio e violência? No ensino cristão dos seminários ou na curta estada em Cuba? O fanatismo ideológico teria transformado o modesto comerciante de São Benedito em burguês monopolista, associado ao imperialismo norte-americano?

Após atirarem o corpo no penhasco, os terroristas reencetaram a fuga rumo a Fortaleza. À noite, nas cercanias de São Luiz do Curu, o grupo foi cercado, ocorrendo as prisões de Waldemar de Menezes e de Francisco William de Montenegro Medeiros.

(26) O grupo assassino, chefiado por José Sales de Oliveira, constituiu-se por Carlos Timoschenko Soares de Sales, Antonio Espiridião Neto, Francisco William de Montenegro Medeiros, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Waldemar Rodrigues de Menezes.

Nos dias seguintes, foram realizadas outras prisões, e, com o deslocamento dos principais terroristas para fora da área, desarticulou-se a atuação armada da ALN no Ceará (27).

Em Pernambuco, da mesma forma que no Ceará, a ALN ligou-se ao PCBR. No dia 28 de março, além de Ronaldo Dutra Machado, foi preso em Recife Perly Cipriano. Em decorrência das investigações, foram desarticulados três "aparelhos" do PCBR e da ALN, com várias prisões.

Num dos "aparelhos", situado na Rua Pimenteira, em Casa Amarela, houve reação, resultando no ferimento do investigador Joaquim Francisco de Melo. No enfrentamento, também saiu ferido o subversivo Maurício Anísio de Araújo. As prisões prosseguiram com a apreensão de grande quantidade de armamento, munição e explosivos, além de material de impressão. Com essas prisões, apurou-se que fora da autoria do grupo da ALN os assaltos à Farmácia de Pronto Socorro Jayme da Fonte e a um posto de gasolina na Avenida Rosa e Silva.

Ao final da operação policial, no dia 31 de março, haviam sido presos doze elementos do grupo da ALN, em Recife.

Nesta época, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins, seguindo orientação da Coordenação Centro-Norte, foi deslocado para o Nordeste, com o objetivo de estruturar a organização no Rio Grande do Norte. Após seguir com Ronaldo Dutra Machado para Recife, os dois terroristas ficaram homiziados no Colégio Marista, acoitados pelo irmão Aloísio. Paulo Henrique fez contato com Avelino Batista Neto e, pouco tempo depois, dirigiram-se para o Rio Grande do Norte, onde iniciariam, com orientação de Avelino, que era da área, o trabalho de estruturação da organização no Estado.

A conduta suspeita de Paulo Henrique fez com que a polícia o detivesse — e através dele também foi preso Avelino —, no dia 13 de abril. Após uma tentativa frustrada de suicídio, Paulo Henrique relatou todo o seu envolvimento com a ALN na Guanabara e no Nordeste.

---

(27) José Sales de Oliveira e Antonio Espiridião deslocaram-se para Pernambuco, enquanto Antonio Carlos Bicalho Lana, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Carlos Timoschenko Soares de Sales dirigiram-se para São Paulo, visando ao prosseguimento de suas atividades criminosas em melhores condições de seg

Enquanto isso, em Belo Horizonte, o trabalho de aliciamento que à ALN iniciara, após a desestruturação da Corrente, dava seus primeiros resultados. Havia um grupo formado, inclusive com treinamento de tiro. Julgando-se preparado, o grupo, após realizar algumas panfletagens, fez seu primeiro assalto, em 6 de junho, contra o supermercado Merci, do Bairro de Lourdes. Um mês depois, outra ação, desta vez contra o supermercado Camponesa, não obteve êxito.

No início de agosto, a ALN, em Minas, era reforçada com a chegada do militante Marcos Nonato da Fonseca, "queimado" por sua ativa participação no GTA da CR/GB.

No final de setembro, seria mais uma vez reforçada com a chegada à capital mineira de Aldo Sá Brito, recebendo, então, a incumbência de planejar e preparar o seqüestro do cônsul da Inglaterra, em Belo Horizonte. Essa ação estava prevista pela Coordenação Nacional, num esquema global destinado à libertação de terroristas presos.

11. A tentativa de implantação da "Área Estratégica" da ALN

No início de 1968, Carlos Augusto da Silva Sampaio, líder estudantil em Belém, foi contatado e convencido a ligar-se com Carlos Marighela. Aproveitando-se das férias do início daquele ano, Carlos Augusto deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde fez contato e estabeleceu um esquema de comunicação com Marighela, através da militante Maria Cerqueira — moradora na Av N.Sª de Copacabana, em cima do Mercadinho Azul — e do casal João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira, coordenadores, naquela ocasião, da ALN na Guanabara.

Em setembro de 1968, Carlos Augusto foi procurado, em Belém, por João Batista, com a orientação para o início da estruturação da ALN no Estado do Pará (28).

Em junho de 1969, Carlos Augusto, juntamente com João Alberto Capiberibe, em nova viagem ao Rio de Janeiro, recebeu a missão de iniciar o trabalho de implantação de uma área rural, na região do Rio Araguaia, até a cidade de Imperatriz no Mara-

(28) Com o início do trabalho de aliciamento, o grupo constituiu-se com a adesão de João Alberto Rodrigues Capiberibe, João Moacir Santiago Mendonça, Pedro Alcântara Carneiro e Flávio Augusto Neves Leão de Sales.

nhão. No Rio de Janeiro, Carlos Augusto encontrou-se com os frades dominicanos Ivo e Fernando e com Nestor Mota, elementos que haviam vasculhado a região escolhida, em reconhecimentos realizados em 1968. Na volta a Belém, fizeram-se acompanhar de Nestor Mota, que se dirigiu a Conceição do Araguaia para fazer contato com João Carlos Ramalho, que trabalhava no Movimento de Educação de Base (MEB). Após acertos, e dentro do esquema de iniciar o trabalho de doutrinação no campo, João Moacir Santiago Mendonça passou a morar com João Ramalho em Conceição do Araguaia.

Em 17 de agosto de 1969, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, que havia sido recriminado pela organização por ser viciado em maconha, realizou, por iniciativa própria, um assalto à firma Gelar em Belém, auxiliado por marginais comuns(29). A intensificação da atividade policial em Belém, provocou, por questões de segurança, a viagem apressada de Carlos Augusto e João Moacir Santiago Mendonça ao Rio de Janeiro, onde se homiziaram no apartamento de Maria Cerqueira. Flávio Augusto, também ameaçado, deslocou-se para São Paulo, onde integrou-se ao GTA, passando a participar ativamente de ações armadas, movido, quase sempre, pela euforia da maconha.

Ao retornarem a Belém, Carlos Augusto e João Moacir informaram-se de que Capiberibe já tinha conseguido um local apropriado na área do Tocantins. Após o retorno de Carlos Augusto do Rio de Janeiro, um grupo da ALN em Belém tentou um assalto a um carro de um oficial da Marinha. Este fato levou as autoridades a desenvolverem um trabalho específico, visando a detectar e identificar o grupo, que iniciava uma atuação sistemática e organizada em Belém.

Com a morte de Marighela, em novembro de 1969, o grupo perdeu a ligação com a Coordenação Nacional da ALN, que se encontrava em São Paulo. Somente em abril de 1970, Carlos Augusto — já formado em advocacia — retomou a ligação com a Coordenação Nacional, sendo colocado em contato com "Toledo" em São Paulo. "Toledo" informou que seria enviado para Belém, afim de ser colocado na área rural escolhida, um militante que regressara de Cuba.

Em junho de 1970, José Silva Tavares, antigo militante da

(29) Flávio Augusto provocaria, em 25 de agosto, a morte de sua madrinha e irmã de criação, Sulamita Campos Leite, estraçalhada por uma bomba de alto teor explosivo, enterrada no quintal da residência dos Sales, na Travessa Curuzu, nº 2235, em Belém.

Corrente, chegou de Cuba e recebeu orientação de "Toledo" para dirigir-se a Belém, com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos de implantação da área estratégica. "Toledo" insistiu para que as atividades fossem alicerçadas no trabalho de doutrinação da massa rural.

Em julho, foi providenciada a compra de uma área próxima a Imperatriz, no Maranhão, que seria a base para o desenvolvimento do trabalho estratégico. Em setembro de 1970, José Tavares foi deslocado para Belém. O planejamento constava da ida antecipada de Capiberibe para a área de Imperatriz, onde receberia Tavares.

Enquanto a ALN tramava a articulação de sua área estratégica, as forças de segurança, centradas na 8ª Região Militar, coroando diligências que vinham realizando desde abril, desmantelaram inúmeros "aparelhos" da organização. No dia 7 de setembro, quando aguardavam o ônibus para se deslocar para Imperatriz, foram presos Capiberibe, sua esposa, Janete Del Castilho Capiberibe, e sua cunhada, Eliane Lúcia Del Castilho Goes. No mesmo dia, "caiu" Carlos Augusto. José Tavares foi preso na manhã do dia 8 de setembro, no interior do ônibus que o conduzia a Imperatriz. No desenrolar da operação, foram presos, na base da área estratégica — onde já existia uma construção rústica para acolher os militantes —, o estudante do 3º ano de Medicina, Pedro Alcântara Carneiro, e Wanderley Gomes Camorim. Na área já se iniciara o trabalho de massa, através do atendimento à população local, realizado por Pedro Alcântara. Com eles foi apreendido um mosquetão 7mm com a respectiva munição.

Durante a ação policial que se abateu sobre a ALN no Pará, foi detectada a existência de um grupo na Faculdade de Ciências Econômicas de Belém, com a participação de Roberto Ribeiro Correia, responsável pela publicação do panfleto "Luta Revolucionária". O grupo tinha ligação direta com Capiberibe e distribuía a "Luta Revolucionária" na área universitária e nos pontos mais carentes da cidade de Belém.

Desta forma, teve fim a tentativa organizada da ALN de implantar uma "área estratégica" na convulsionada área do NW do Maranhão/N de Goiás, conhecida como "Bico do Papagaio". Também frustrada foi a sua intenção de estender-se ao Rio Grande do Nor

te. A organização sofreria, nesse ano, uma série de reveses no NE e nas duas principais CR, de São Paulo e Guanabara, mas seus GTA estavam sendo reforçados pelos "cubanos" do "II Exército da ALN". A ALN, todavia, ao contrário do que preconizava "Toledo", cada vez afastava-se mais das massas e tornava-se mais violenta e sanguinária.

12. O PC do B prepara-se, no campo e na cidade

Em 1970, a atividade principal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) consistiu na preparação da Guerra Popular no Sudeste do Pará, região até então mantida na clandestinidade. Nesse ano, pouco mais de uma dezena de militantes seriam deslocados para lá, tendo como objetivo imediato tomar conhecimento da região, adaptar-se à nova vida e realizar um progressivo trabalho de massa, com cunho essencialmente social e sem conotações políticas aparentes, de modo a ganhar a confiança da rarefeita população local.

Na cidade, a fim de agrupar jovens que, embora sem nível ideológico para tornarem-se militantes, tivessem um maior grau de politização que a massa, o PC do B criou no início de 1970, na Guanabara, um organismo parapartidário denominado de União da Juventude Patriótica (UJP). Para organizá-la, foi designado o Comitê Universitário do Comitê Regional Leste (GB), através de Lincoln Bicalho Roque e de José Roberto Brom de Luna. No manifesto-programa de março, a UJP afirmava que seu objetivo era congregar "os jovens da Guanabara", entre "operários, estudantes, professores, favelados, comerciários, bancários, jornalistas e artistas". Criava, assim, o PC do B, uma fértil fonte para o recrutamento de seus futuros "guerrilheiros".

Nesse ano, três documentos aprovados pelo CC marcaram a linha política do partido. O primeiro, publicado em abril e escrito por João Amazonas e Maurício Grabois, sob o título de "Atualidade do Pensamento de Lenin", caracterizou o início público das controvérsias com o PC da China. O PC do B não aceitava a concepção chinesa de que o pensamento de Mao seria uma "nova etapa do marxismo". O segundo, de julho, com o título de "Mais Audácia na Luta contra a Ditadura", procurava aprofundar o "movimento de revolucionarização", iniciado no ano anterior. Finalmente, em dezembro de 1970, o documento "Desenvolver Ações Mais

Vigorosas" procurava aumentar o "espírito de oposição das massas" e "acelerar a preparação da luta armada".

13. A AV amplia a sua estrutura

A Ala Vermelha (AV) entrou no ano de 1970 com uma nova linha política estabelecida pelo documento "Os 16 Pontos", aprovado no ano anterior, no qual repudiava o foquismo e assumia o trabalho de massa.

Dispunha de uma Direção Nacional Provisória (DNP), composta por 7 membros efetivos, dos quais três eram do Bureau Político (BP), e 2 suplentes. A AV estava estruturada em sete Comitês Regionais (CR) (30).

Cada CR, além de uma Rede de Apoio, possuía dois setores: o Setor de Trabalho Operário e o Setor de Trabalho de Massa, subdividido nos subsetores universitário, secundarista e da pequena burguesia. Tudo indicava que, por ser a primeira organização a reformular a sua linha política e a aderir ao trabalho de massa, conseguiria crescer e alcançar maior projeção na esquerda revolucionária brasileira.

Entretanto, em 20 de janeiro de 1970, a prisão de Diniz Cabral Filho, fundador e dirigente nº 1 da AV, arrefeceu o ânimo e o funcionamento da organização. As "quedas" decorrentes, no CR de Minas Gerais, levaram o pânico a seus militantes, que debandaram em busca de segurança em outros Estados. Essas "quedas", acrescidas de divergências políticas, proporcionaram o surgimento, em Minas, de um grupo dissidente liderado por Fernando Santa Pinto, membro da DNP, e que ficou conhecido como o "Grupo Mineiro".

Em maio, numa casa alugada no litoral paulista, reuniu-se a DNP para tratar da questão do "Grupo Mineiro", do problema de finanças e da recomposição do BP. (31).

---

(30) Os CR estavam organizados nos Estados de SP, GB, RS, MG e ES e no DF. Entretanto, era em São Paulo que a AV estava melhor estruturada e onde, inclusive, se localizava a sua DNP. No RS, possuía militantes em Porto Alegre e em Santa Maria e, em MG, atuava em Belo Horizonte e no Triângulo Mineiro. Havia, ainda, o início da organização de um CR no Nordeste, com militantes em PE (Recife e Zona da Mata) e no CE (Fortaleza e Jucás).

(31) A direção da AV resolveu afastar Fernando S. Pinto da DNP. Não acatando a decisão, Fernando e seu grupo foram expulsos. Na recomposição do BP, procedida uma nova eleição, esse organismo ficou constituído por Edgard de Almeida Martins, Olyr Batista Correa e Paulo de Tarso Giannini.

No mês seguinte, uma nova reunião da DNP aprovou que o I Congresso da AV seria realizado dentro de 18 meses e publicou o documento "Diretivas para o Trabalho Operário". Decidiu, também, que a organização passaria a editar dois jornais, o "Unidade Operária" e o "Luta Proletária".

A partir de agosto, sem dispor de uma infra-estrutura que lhe garantisse a sobrevivência, a AV criou um Curso de Madureza, no ABC paulista. Com isso, além de conseguir recursos financeiros, a organização poderia recrutar novos militantes. Ao mesmo tempo, a fim de conseguir recursos imediatos, a AV assaltou, em setembro, um Volks do Banco Francês-Italiano, em São Bernardo do Campo, que transportava o dinheiro do pagamento dos funcionários da Chrysler, roubando Cr$ 78.000,00. Apesar de ter mudado a sua linha política, a AV não se esquecia da facilidade em conseguir dinheiro através de assaltos.

Em outubro, novas "quedas" afetaram a estrutura da organização. No Rio Grande do Sul, a prisão de 11 militantes, dentre os quais vários do CR, possibilitou a identificação de outros e a desarticulação da AV nesse Estado. Na Guanabara, parte do CR também foi presa.

Para fazer a propaganda do voto nulo, através da transmissão de uma fita gravada, militantes da AV tomaram a Rádio Clube de Santo André, na véspera das eleições de 15 de novembro. Ao final da ação, o Gálaxie roubado no dia anterior foi abandonado com um dispositivo de explosão, que não funcionou.

Para discutir o desenvolvimento de sua linha política, particularmente em relação ao movimento operário, a DNP promoveu, na primeira quinzena de dezembro de 1970, aquela que seria a sua última reunião, antes das grandes "quedas". O ano seguinte seria desastroso para a AV.

14. O MRT reduz-se a um grupelho 1970

As ações armadas do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ao longo de 1970, seriam, todas, realizadas na "frente" político-militar criada em novembro de 1969.

Em 11 de março, o MRT, através de Devanir José de Carvalho e Plínio Petersen Pereira, participou, com a VPR e a REDE, do se

qüestro do cônsul japonês (32). É dessa época o início dos contatos do MRT com o denominado "Grupo Mineiro", dissidência da AV em Minas Gerais, cujos militantes haviam-se deslocado para São Paulo, a fim de pedir auxílio a Devanir. Esse grupo, que alguns meses depois se transformaria no Movimento Revolucionário Marxista (MRM), também participaria de ações armadas realizadas pela "frente".

Depois do assalto ao Banco Itaú-América, na Vila Leopoldina, em 25 de março, no qual participaram Devanir, Antonio André Camargo Guerra e José Rodrigues Ângelo, pelo MRT, esses mesmos militantes e mais Plínio e Waldemar Andreu assaltaram, em 2 de maio, numa ação de "frente", a Companhia de Cigarros Souza Cruz no Cambuci, no qual "Bacuri", da REDE, assassinou o guarda de segurança João Batista de Souza.

Logo depois desse assalto, o Diretório Nacional (DN) do MRT realizou uma reunião para tratar da saída de Armênio de Souza Rangel, que não se considerava mais em condições de permanecer no comando. Essa reunião marcou o início das divergências entre Devanir e Plínio e transcorreu num clima de violência. Enquanto Devanir chamava Plínio de oportunista, mais preocupado em realizar-se financeiramente, este, que tinha a maioria na reunião, acusava Devanir e Antonio André de realizarem as ações somente pela violência. Dos sete membros do DN, cinco acompanharam Plínio e desligaram-se do MRT.

O MRT reduzia-se a um grupelho de militantes, girando em torno de Devanir: Antonio André, José Rodrigues e Domingos Quintins, além de dois simpatizantes, que também sairiam logo depois. Fortalecer-se-ia, entretanto, com a chegada de Joaquim Alencar de Seixas, antigo militante expulso do PCB do Rio Grande do Sul, com sua família, constituída pela esposa, Fanny Akselrud de Seixas e quatro filhos. Desses filhos, Ivan, com apenas 16 anos, passaria à condição de militante, participando de assaltos junto com o pai.

Em 29 de maio, Devanir e Antonio André, pelo MRT, assaltaram o Banco do Brasil, agência da Avenida Jabaquara, de onde roubaram cerca de 180 mil cruzeiros novos.

Entretanto, com a saída do grupo do "Gaúcho", o MRT preci

(32) Esse seqüestro está descrito no item 22 deste capítulo.

sava reestruturar-se. Realizou, então, uma reunião, na qual foi eleito um novo comando, integrado por Devanir, Antonio André e Joaquim. Foi, também, aprovada uma "Carta de Princípios", baseada na antiga, de Plínio Petersen, e ficou decidida a publicação do órgão oficial do MRT, o "Voz Guerrilheira".

No mês de setembro, dois novos militantes ingressaram no MRT: Dimas Antonio Casemiro, vindo da VAR-P, e Gilberto Faria Lima, da ALN. No dia 15, seis militantes do MRT, em "frente" com outros da ALN e da VPR, assaltaram um carro-forte da Brink's, fato já relatado no item 7 deste capítulo. Logo após esse assalto, Devanir e Joaquim participaram de uma reunião da "frente", onde ficou decidido o seqüestro de três diplomatas para a libertação de 200 presos, cujos resultados também já foram narrados no mesmo item 7 deste capítulo.

É dessa época a publicação de dois panfletos do MRT. Num deles, dirigido ao público em geral, concitava a população a participar da luta armada, que "culminará com a vitória da Revolução Socialista no Brasil e no mundo". No outro, dirigido às vítimas dos roubos de carros, procurava justificar essas ações, afirmando que o "seu carro foi requisitado por necessidade da Revolução".

Alguns dias depois das eleições, Devanir e Joaquim participaram de uma nova reunião da "frente", na qual a VPR defendia a execução imediata dos seqüestros enquanto que o MR-8 queria esperar uma melhor oportunidade.

Em 14 de dezembro, o MRT participou, com a ALN, a VPR e o MRM, de um assalto frustrado a um carro-forte da Brink's, na Rua Paraíso, próximo da Praça Oswaldo Cruz. Apesar de metralhado e de ter um guarda de segurança ferido, o veículo de transporte de valores arrancou em alta velocidade e conseguiu escapar do bloqueio.

A última ação armada do MRT, em 1970, foi um puro ato de vingança contra um estacionamento de veículos na Água Funda, em razão de o carro da organização ter sido apreendido nesse local. No final de dezembro, seus militantes, com outros da ALN, atacaram o estacionamento com rajadas de metralhadora e "coquetéis Molotov", ateando fogo numa pequena casa ali existente e roubando um Volks e diversas placas de automóveis.

Para o MRT, o ano terminava bem, apesar do "racha" do grupo do "Gaúcho". O ano seguinte, segundo seus militantes, seria marcado por ações mais espetaculares, dentre as quais o "justiçamento" do Delegado Sérgio Fleury, que era o seu grande inimigo e que lhes combatia implacavelmente. Para isso, já estavam realizando os levantamentos em sua residência e nos locais que costumava freqüentar. Não esperavam, seus militantes, contudo, que os primeiros meses de 1971 determinariam o fim da organização.

15. O surgimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM)

1970

No início de 1970, alguns militantes da Ala Vermelha (AV), em Minas Gerais, entraram em divergências políticas com a organização e foram pedir auxílio ao MRT, contatando seu líder Devanir José de Carvalho.

Em maio, essa dissidência foi formalmente expulsa da AV e seus integrantes, deslocando-se para São Paulo, passaram a ser conhecidos como o "Grupo Mineiro". Em julho, o grupo criou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). (33).

Sem possuir uma linha política definida e uma estrutura concreta, seus militantes procuraram integrar-se ao operariado, realizando cursos no SENAI, com a finalidade de capacitarem-se profissionalmente e realizarem trabalho de massa nas fábricas.

Nesse ano, entretanto, quatro militantes fundadores do MRM participaram de quatro ações armadas, todas na capital paulista, em "frente" com o MRT, a REDE, a VPR e a ALN (34).

Com esses assaltos, o MRM conseguia o dinheiro necessário para a sua sobrevivência. Só no ano seguinte, definir-se-ia como uma verdadeira organização, estabelecendo uma estrutura e adotando uma linha política.

---

(33) Foram os seguintes os criadores do MRM: Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida e Joana Darc Jansen Ferreira.

(34) Foram realizados os seguintes assaltos: ao Banco Itaú-América, em Vila Leopoldina; à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, no qual morreu um guarda de segurança; à garagem da CMTC, na Avenida Imperatriz Leopoldina; e a um carro-forte da Brink's, na rua Paraíso (este frustrado).

16. PCR: na prisão, "Capivara" vira "cachorro".

Com a prisão de Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara"), seu primeiro dirigente, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) resolveu reestruturar sua direção (35). Nesse ano, o partido restringiu-se às atividades de pichações e panfletagens nas áreas urbanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, além de prosseguir no aliciamento de camponeses na região de Ribeirão, em Pernambuco.

Enquanto isso, os depoimentos prestados por "Capivara", num estreito regime de colaboração, iam aumentando o conhecimento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre o PCR. Em dezembro de 1969, os policiais ficaram satisfeitos quando o nome de "Capivara" foi incluído na lista dos que seriam trocados pela vida do embaixador suíço, seqüestrado na Guanabara. A oportunidade de enviar um "cachorro" ao Chile era ímpar, e a polícia chegou a combinar um código para as comunicações sigilosas que seriam estabelecidas (36). Na última hora, entretanto, a troca de "Capivara" por Vera Maria Rocha Pereira, militante do PCBR, frustrou a operação.

A fim de incrementar a tiragem de suas publicações, o PCR realizou, em 28 de dezembro de 1970, em Natal, um assalto a um departamento do Governo do Rio Grande do Norte, roubando mimeógrafos e máquinas de escrever. Apesar do PCR ser contra os assaltos destinados a arrecadar dinheiro (motivo da expulsão de Zarattini), achava natural realizar aqueles que lhe possibilitasse obter bens materiais, como armamento, automóveis, material gráfico, etc, para suas atividades, que, diga-se de passagem, cada vez ficavam mais restritas.

17. O MR-8 intensifica as ações armadas

Após a miniconferência de dezembro do ano anterior, o MR-8

(35) A direção passou a ser integrada por Manoel Lisboa de Moura e sua amante Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa, Emmanuel Bezerra dos Santos e sua amante Luíza Maria Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros.

(36) Na gíria policial, "cachorro" é o militante que passa a colaborar e a trabalhar para um órgão de segurança.

entrou em 1970 com uma nova Direção Geral (37). Editava os jornais "Avante" e "Resistência" e estava fortemente organizado na Guanabara e iniciando sua estruturação na Bahia, vista como o trampolim para o Nordeste. Possuía, também, dirigido por João Lopes Salgado, um trabalho de campo na Bahia, na região de Cangula, em Alagoinhas, e uma "área de recuo" no Rio de Janeiro, na região de Cachoeiras de Macacu, para homizio e recebimento de militantes do exterior. Em janeiro e fevereiro, havia adquirido cerca de 50 revólveres Taurus, calibre .38, além de quase cinco mil cartuchos.

Em 31 de janeiro, foi preso, em São Paulo, Fernando Paulo Nagle Gabeira, que havia participado do seqüestro do embaixador americano. Seus depoimentos foram decisivos para a identificação de diversos militantes, e, através deles, iniciaram-se as investigações para suas localizações. (38).

No início de fevereiro, houve uma reestruturação do MR-8, com a criação de uma Unidade Externa (UEx), no lugar da Frente Operária.

Para a Bahia, foram deslocados Carlos Alberto Vieira Muniz e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, enquanto que o trabalho de campo recebeu o reforço de um grupo de Avelino Bioni Capitani , que se havia incorporado ao MR-8, no Chile.

Na noite de 16 de fevereiro, a polícia encontrou o "aparelho" da Rua Montevidéu, nº 391, na Penha/GB, onde a direção do MR-8 fazia uma reunião. Avisados, os militantes reagiram a tiros, sendo baleado o policial Daniel Balbino de Menezes (39).

---

(37) A nova DG era constituída por Daniel Aarão Reis, José Roberto Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, que comandava o Grupo de Fogo (GF), Stuart Edgard Angel Jones, que dirigia a Frente Operária, e Carlos Alberto Vieira Muniz, que permanecia na direção da Frente de Camadas Médias.

(38) Fernando Gabeira, nessa época, estava atuando no subsetor operário da ALN/SP. Foi banido para a Argélia, em 15 de junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão. Posteriormente, fez curso em Cuba com o codinome de "Ignácio", tendo retornado ao Brasil em 01 de setembro de 1979.

(39) Na ocasião, fugiram Daniel Aarão Reis, José Roberto Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, Vera Sílvia Araújo Magalhães, Carlos Augusto da Silva Zílio e mais um militante não identificado.

Após diligências processadas noite a dentro, em busca de um táxi que havia levado um dos terroristas feridos, chegou-se ao apartamento da Rua Taylor, onde foi preso José Ruivo de Pereira e Souza. Pela janela dos fundos do apartamento, José Roberto Spiegner escapou espetacularmente, sendo encontrado, pouco depois, embaixo da cama, em uma casa da Rua Joaquim Silva. O policial subiu rapidamente na cama e o tiro disparado por José Roberto não conseguiu atravessar o colchão. Após tiroteio travado com o outro agente que chegara à porta do quarto, ali morria José Roberto Spiegner, com um tiro na cabeça.

Não acabaram aí as desventuras do MR-8 nesse início de ano. Em 6 de março, 7 militantes faziam panfletagem na Avenida Suburbana, próximo a Inhaúma. Ao serem abordados por uma RP, abandonaram os dois Volks e refugiaram-se numa pedreira localizada na Estrada Velha da Pavuna. Cercados e após intenso tiroteio, foram presos Daniel Aarão Reis Filho, membro da DG, Vera Sílvia Araújo Magalhães, ferida de raspão na cabeça, Carlos Augusto da Silva Zílio, ferido no pulmão e no maxilar, Pedro Alves Filho, baleado no braço, e Jorge Alves de Almeida Venâncio, além do casal Paulo César Farah e Regina Maria Toscano Farah (40).

As declarações dos militantes presos, particularmente as de José Ruivo, Daniel, Vera Sílvia e Jorge Alves, proporcionaram as "quedas" de diversos "aparelhos" e militantes.

Em 24 de março, o Grupo de Fogo (GF) assaltou a Kombi do Banco Irmãos Guimarães, na Rua Almirante Gavião, roubando um revólver e o próprio veículo, onde foram encontrados, apenas, malotes com cheques e papéis contábeis.

Na tarde de 15 de abril, parte do GF assaltou a agência Ramos do União de Bancos Brasileiros, na Rua Cardoso de Moraes, 542, de onde foram levados cerca de 15 mil cruzeiros novos. Com a prisão, alguns dias depois, de Sonia Regina Yessin Ramos, que havia participado desse assalto, pôde-se levantar dados que levaram à prisão, entre 22 e 26 de abril, dos três membros da DG, Cid de Queiroz Benjamin, Samuel Aarão Reis e Carlos Bernardo Vainer, além de diversos outros militantes de menor expressão, en-

(40) Daniel e Vera Sílvia seriam banidos em 15 de junho para a Argélia, enquanto que Pedro Alves o seria em 13 de janeiro de 1971, para o Chile.

tre eles Cláudio Cardoso Campos (41). Nesses quatro primeiros meses de 1970, o MR-8 perdia cinco membros da DG, além de quadros do GF e de outras frentes (42).

Em junho, João Lopes Salgado e Alexandre Lyra de Oliveira, disfarçados de funcionários da Light, entraram na residência do industrial José Carlos Leal, no Leblon, acobertados por outros militantes do GF. Em face da reação da vítima, fugiram, depois de Salgado ter baleado o industrial.

Em julho, descontentes com os procedimentos adotados no seqüestro do embaixador alemão, cinco militantes que haviam participado dessa ação deixaram a VPR e integraram-se ao MR-8. Ao mesmo tempo, por outras razões, mais três militantes da VPR também entraram no MR-8. Com o reforço desses oito militantes, o GF do MR-8 realizou, nesse mês, quatro assaltos: a uma garagem na Rua Cirne Lima, de onde levaram três Volks e algumas placas; à Casa da Banha, na Tijuca; à residência do Sr Adam Valock, em Copacabana, de onde roubaram o cofre com 5 mil cruzeiros novos, 3.500 dólares e uma coleção de moedas estrangeiras (43); e à distribuidora da Kibon, em Copacabana, quando foram roubados quase 15 mil cruzeiros novos e Sérgio Landulfo Furtado baleou um guarda.

Na tarde de 13 de setembro, sob o comando de João Lopes Salgado, onze militantes do MR-8 assaltaram a churrascaria Rincão Gaúcho, na Tijuca, em "frente" com a CR/GB da ALN, de onde roubaram cerca de 30 mil cruzeiros novos. Irritados com os dizeres "Ninguém segura o Brasil", colado num painel de vidro, explodiram-no com uma bomba, e deixaram outra no local, posteriormente desativada pela polícia.

Nesse mês, o MR-8 recebeu o reforço de três militantes que saíram da ALN (44) e transformou o GF em Grupo Político-Militar

(41) Alguns anos mais tarde, com o pseudônimo de "Daniel Terra", Cláudio Cardoso Campos escreveria diversos trabalhos sobre a linha política do MR-8. Considerado como o seu maior teórico, Cláudio é, hoje, o 1º dirigente da organização.

(42) Nessa época foi constituída nova DG, com Carlos Alberto Vieira Muniz, designado comandante-em-chefe, Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado e Sérgio Rubens de Araújo Torres, que havia participado do seqüestro do embaixador americano.

(43) Ao ser assaltado, o Sr Adam iniciou um discurso, dizendo que também era comunista. César de Queiroz Benjamin, o "Menininho", não querendo perder tempo, desfechou-lhe uma coronhada com o revólver.

(44) Eram eles: José Carlos Avelino da Silva, Mário de Souza Prata e sua companheira, Marilena Villas-Bôas Pinto.

(GPM), criando dois, sob os comandos de João Lopes Salgado e Sérgio Landulfo Furtado. Os GPM, além de realizar os assaltos e "justiçamentos", tinham a missão de fazer a propaganda armada, através da distribuição de gêneros alimentícios nas favelas e do seqüestro de gerentes de supermercados.

Em outubro, os militantes do GPM realizaram dois assaltos: no dia 4, ao posto de gasolina Shell, no Flamengo, roubando cerca de 8.500 cruzeiros novos; e no dia 30, ao depósito da Coca-Cola, na Gávea, de onde roubaram cerca de 13 mil cruzeiros novos.

Em novembro, após o assalto a uma loja de Loteria Esportiva, no Flamengo, de onde foram roubados 3 mil cruzeiros novos, os dois GPM foram unificados, sob o comando de Roberto Chagas da Silva.

No dia 13, César de Queiroz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto" na Rua Visconde de Itamarati, junto à Igreja Divino Salvador, no Encantado, com Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma rádiopatrulha. Ferindo dois policiais, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

Às 11.30 horas de 20 de novembro de 1970, sob o comando de Mário Prata, o MR-8 assaltou o Banco Nacional de Minas Gerais, agência Ramos (45). Enquanto se processava o assalto, chegou um carro-forte do banco e seus integrantes, imediatamente, entraram em intenso tiroteio com os terroristas, saindo feridos dois guardas e um transeunte, além de Stuart Edgard Angel Jones, baleado no joelho. Os militantes, levando mais de 55 mil cruzeiros novos e um revólver Taurus calibre .38, fugiram em três carros, depois de picharem o muro em frente ao banco, com a frase "Comando Joaquim Câmara Ferreira (46). Na Avenida Brasil, na altura de Bonsucesso, quando faziam o transbordo de Stuart, os militantes foram atacados por um guarda que os havia seguido. Alexandre Lyra de Oliveira foi baleado no ombro e nas costas, en-

---

(45) No banco, entraram Mario Prata, Sérgio Landulfo Furtado, Alexandre Lyra de Oliveira, José Carlos Avelino da Silva e Dirceu Grecco Monteiro. Na cobertura, junto à porta, ficaram Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira. Na rua, como cobertura externa, estavam Stuart Edgard Angel Jones, César de Queiroz Benjamin, Nelson Rodrigues Filho, Marilena Villas-Boas Pinto e José Maurício Gradel.

(46) Homenagem do MR-8 a "Toledo", da ALN, falecido em 23 de outubro de 1970.

quanto que o guarda caía, atingido por um tiro de espingarda desfechado pelo "Menininho".

Em 27 de novembro, Mario Prata, "Menininho", Marilena, Roberto das Chagas, Manoel Henrique, Gradel e José Carlos Avelino assaltaram os dois policiais-militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, ponto turístico em Botafogo, levando-lhes dois revólveres e suas fardas. Na ocasião, feriram a coronhadas o Tenente do Exército, Flávio Amarante Ribeiro, que passeava no local com a família.

Para encerrar o ano de 1970, em 29 de dezembro, o MR-8 assaltou a Kombi de transporte de valores do Moinho Inglês,em São Cristóvão, o que lhe proporcionou cerca de 33 mil cruzeiros novos.

Quase duas dezenas de carros roubados e 14 assaltos foi o saldo da organização nesse ano. Em compensação, teve dezenas de quadros presos e um deles morto, membro da DG. No ano seguinte, a linha militarista do MR-8 continuaria a prevalecer, com a realização de dezenas de ações armadas.

18. A cisão e a crise do POC

Em janeiro de 1970, a SR/SP do Partido Operário Comunista (POC) realizou em um sítio, perto de São Roque, uma Conferência Regional. Foram discutidos a realização das ações armadas,o trabalho operário e o trabalho estudantil. Houve divergências sobre a prioridade a ser estabelecida entre a execução de "expropriações" e a efetivação de tarefas no meio operário. Acentuaram-se as divergências surgidas por ocasião da Reunião Ampliada Nacional (RAN) de julho de 1969.

Os militantes ligados à "Tendência Proletária" defendiam a realização do trabalho operário nos sindicatos legais e não aceitavam a realização das ações armadas. Os "voluntaristas" faziam uma aberta opção pelo trabalho armado e sugeriam a criação de "Uniões Operárias", clandestinas, para a atuação no movimento operário.

A Conferência Regional serviu para aflorar e aguçar as divergências entre as duas correntes do POC, coexistentes, de forma tácita, desde a Reunião Ampliada Nacional. Na reunião,foi re

eleita à direção da SR/SP, composta por militantes "voluntaristas" (47).

O rompimento, inevitável, efetivar-se-ia em fevereiro, durante uma reunião realizada na residência de Éder Simão Sáder. Ao final do encontro, Éder e seus liderados retiraram-se do POC, reafirmando a intenção de criar uma organização voltada exclusivamente para o trabalho operário. Após o "racha", a direção do POC foi reformulada (48).

Terminada a reunião, as duas correntes mandaram emissários às diversas SR, tentando "ganhá-las" para suas posições. Ao final da disputa, o POC ficou com a maioria nas SR de São Paulo e do Rio Grande do Sul e um pequeno núcleo na Guanabara. Minas Gerais, Guanabara, Bahia e Paraná acompanharam a "Tendência Proletária" na fundação da Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-PO).

Enquanto ocorriam as reuniões entre as duas correntes, os "voluntaristas" aprofundavam o relacionamento do POC dentro da Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e estruturavam o Setor Especial.

No dia 25 de março, o Setor Especial partiu para a prática. Tendo Fábio Marenco como motorista, um bando entrou na agência do Banco Itaú-América da Rua Guaipá. Na cobertura, um Volkswagen com Eduardo Leite e Fernando Kolleritz, da REDE, e outro, com Devanir José de Carvalho e Antonio André Camargo Guerra, do MRT.

Durante o assalto, aproximou-se do banco um carro de transporte de valores da Brink's. Fábio Marenco ficou assustado e fugiu com o Volkswagen. Devanir, com a experiência de muitas ações anteriores, rendeu um dos guardas do carro-forte, facilitando a fuga da "gang", a pé.

No final de maio, a direção nacional do POC resolveu suspender a realização de ações dentro da FMR. A decisão do Comitê Nacional descontentou os militantes do Setor Especial Anto_

(47) Compunham a direção da SR/SP: Régis Stephan de Castro Andrade, Helena Sumiko Hirata, Laurindo Martins Junqueira Filho, Luís Eduardo da Rocha Merlino e Gilberto Mathias ("Túlio").

(48) A direção passou a ser constituída por: Emir Simão Sáder, Fábio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Ângela Maria Mendes de Almeida e Régis Stephan de Castro Andrade.

nio Pinheiro Sales e Paulo Walter Radtke, que passaram a fazer contatos independentes com a VPR. Em conseqüência desta rebeldia, e por haverem tentado apropriar-se das armas da organização, os dois foram expulsos do POC no final de maio. Antônio e Paulo dirigiram-se para o Rio Grande do Sul, onde, reunindo antigos contatos, fundaram o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) (49).

Em julho, a direção nacional tomou a deliberação de suspender definitivamente a realização de ações armadas, em "frente", ou isoladamente.

Mais tarde, realizou-se uma reunião do POC com a VAR-Palmares, quando foi criado o "Comitê Revolucionário Permanente" (CRP), composto pelas três OS. O CRP tinha o objetivo de discutir as linhas das três organizações, as quais se aproximavam, visando a uma futura fusão. Para o POC, configuraria a concretização da Frente de Esquerda Revolucionária (FER), aspiração antiga contida no Programa Socialista para o Brasil (PSB).

O CRP chegou a reunir-se três vezes, mas, com a prisão de Régis Stephan, em agosto, o comitê deixou de contar com a participação do POC. O sucesso do CRP ficou comprometido não só pela prisão de Régis, mas também por divergências internas dentro das próprias organizações.

A prisão de Régis Stephan desarticulou o POC. Muitos militantes, dentre eles dirigentes, abandonaram a organização, alguns indo para o exterior (50). O Comitê Nacional, reduzido com as prisões e desistências, buscou a rearticulação da organização através da realização de uma Conferência Nacional.

A Conferência Nacional foi antecedida por Conferências Regionais em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Duas tendências persistiam no partido e eram representadas, uma, por Fábio Oscar Ma

---

(49) Apesar de não estar mais integrado à frente, o POC e a FMR prosseguiram auxiliando-se mutuamente. Devanir de Carvalho entregou a Maurício Frajman um lote de espelhos para confecção de carteiras de identidade, carteiras de motorista e títulos de eleitor. Em contrapartida, o POC "guardou" os militantes Gilberto Faria Lima e Valneri Neves Antunes que haviam saído da área de treinamento em Registro/SP.

(50) A perseguição policial no Rio Grande do Sul obrigara os dirigentes da SR a homiziarem-se e a fugirem. Flávio Koutzi e sua amante Maria Regina Jacob Pilla e Marco Aurélio de Almeida Garcia abandonaram suas obrigações na secretaria e buscaram refúgio no exterior.

renco dos Santos e a outra, pela dupla Luís Eduardo da Rocha Merlino e Ângela Maria Mendes de Almeida. Fábio criticava os métodos de discussão empregados pela tendência oposta. Defendia a tese de que a esquerda perdera sua oportunidade histórica e seria preciso começar do nada para construir-se uma organização realmente capaz de influir na política nacional. A outra tendência reconhecia que as teses continham desvios e erros, mas que seria a partir delas, tomadas criticamente como base, que se poderia avançar.

Apesar das divergências, as duas tendências defendiam essencialmente o mesmo plano de ação, insistindo ambas na necessidade do atendimento de um mesmo conjunto de tarefas, abrangendo a formação teórica dos militantes, o preparo de uma infra-estrutura orgânica eficiente e a manutenção e ampliação dos poucos núcleos de trabalho operário existentes.

Em novembro, em São Paulo, foi realizada a Conferência Nacional do POC. Saiu vitoriosa a tese de direcionar o POC para o trabalho de doutrinação, reaproximando-o da OCML-PO. A conferência reconstituiu o Comitê Nacional, desfigurado pelas deserções e fugas para o exterior (51), e o Comitê Nacional escolheu uma Secretaria Executiva Nacional (SEN).

A reconstituição do CN e o remanejamento de quadros não escondiam a crise enfrentada pelo POC. Flávio Koutzi, membro da direção, foi para o exterior antes da Conferência Nacional. Depois dela, Ângela Maria Mendes de Almeida, Gilberto Matias, Helena Sumiko Hirata e Emir Simão Sáder, todos militantes a nível direção, deixaram o País. Além dos dirigentes, cerca de dez militantes abandonaram a organização. Em seguida, no início de 1971, a dirigente regional Ruth Santana Brandtner morreu num acidente automobilístico na Argentina, quando retornava do Chile.

A Conferência Nacional apenas estagnou a crise latente no POC, que se manifestaria mais agudamente no 2º trimestre de 1971.

---

(51) A direção nacional ficou composta por: Fábio Oscar Marenco dos Santos, Wladimir Neto Ungaretti, Alberto Augusto Júnior — responsável pelo Setor de Formação de Quadros —, Ana Mércia Marques Silva — responsável pelo Setor Interno —, Ricardo Prata Soares — responsável pelo Setor de Imprensa —, Hélio Bento Miranda Cunha e Laurindo Martins Junqueira Filho.

19. O surgimento da OCML-PO

Após o rompimento com o POC, a Tendência Proletária, liderada por Éder Simão Sáder, realizou um Ativo Nacional, em abril de 1970. Da reunião participaram representantes da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, da Guanabara e de São Paulo.

No Ativo, ficou resolvido que a nova organização, denominada Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária (OCML-PO), passaria a editar o jornal "Política Operária(PO)— de responsabilidade do Comitê Nacional (CN) — e a "Tribuna de Debates" (TD) — publicação de circulação interna para que os militantes e colaboradores pudessem expor suas opiniões. Além destas publicações, o CN da OCML-PO propôs-se a publicar o Boletim Interno (BI), destinado a militantes e a simpatizantes, onde seriam veiculadas orientações de interesse imediato da organização.

Durante o Ativo, foi escolhido um Comitê Nacional Provisório e foram distribuídas funções e responsabilidades (52).

A Secretaria Executiva Nacional (SEN) do POC foi substituída pelo Bureau Político (BP) na OCML-PO. A princípio, o BP ficou constituído pelos quatro membros efetivos do CN.

A OCML-PO, abominando o militarismo, dava ênfase ao trabalho junto ao operariado, procurando manter-se fiel ao Programa Socialista para o Brasil (PSB), aprovado no IV Congresso da ORM PO, em setembro de 1967.

A curto prazo, a organização tinha como objetivo a penetração na classe operária, a fim de, a médio prazo, realizar a doutrinação marxista-leninista e a conscientização do operariado para as lutas econômicas e políticas. A longo prazo, a OCML-PO previa a revolução socialista realizada pelos trabalhadores da cidade e do campo.

Em abril de 1970, a OCML-PO divulgou a sua "Declaração Política", considerada o primeiro documento doutrinário da organização. O texto diagnosticava a debilidade da esquerda, pela falta de ligação com o operariado e pela supremacia de concepções burguesas dentro do movimento. Na outra ponta, a debilidade da classe operária era assinalada pela falta de uma organização independente e de consciencia política. A declaração preconizava

(52) Éder Simão Sader, Lídia Acerboni, José Luiz Homem da Costa e Pedro Ivo Furtado foram escolhidos como mebros efetivos do Comitê Nacional.

a criação do Partido Revolucionário e não descartava as atividades armadas, consideradas indispensáveis, desde que orientadas para o trabalho de organização de classe. Esta organização deveria ser orientada para as áreas mais importantes e selecionadas, chamadas "pólos proletários".

"O ponto mais débil no movimento operário é a ausência de organismos de luta dos trabalhadores da cidade e do campo", afirmava o texto da OCML-PO. Para corrigir este desvio, era orientada a constituição de "comitês de empresas" nos setores mais avançados da classe operária. Pelo exemplo, a classe operária incentivaria a mobilização do povo e estimularia a luta camponesa. O combate à estrutura sindical vigente, "vinculada ao Ministério do Trabalho", seria conduzida através de oposições sindicais, atuantes nas bases das empresas, com o objetivo de "minar os alicerces dos sindicatos oficiais".

Finalizando, a OCML-PO admitia, na construção do partido da classe operária, a constituição de frentes e alianças com outras organizações, desde que subordinadas ao compromisso de mobilização da classe.

Os problemas de segurança para a OCML-PO começariam cedo. No dia 27 de abril de 1970, foram presos em Salvador vários estudantes secundaristas. Todos menores, estavam atuando no Movimento de Organização e Luta (MOL), uma organização de frente do movimento secundarista da Bahia, promovido pelo POC e que seria encampado pela OCML-PO.

O organismo estudantil clandestino tinha uma coordenação geral que orientava os Comandos de Ação (CA) — grupo de quatro a cinco estudantes — através de assessores. O MOL, à semelhança do Movimento Universidade Crítica (MUC) — organização de frente para o movimento universitário, também criada pelo POC e que seria orientada mais tarde pela FB-PO —, tinha a finalidade de aliciar e doutrinar estudantes para atuação nas organizações subversivas. O MOL tinha como orientadores os militantes do OCML-PO Aderbal Caetano de Burgos e Jaime de Almeida Cunha.

No dia 1º de maio, pouco tempo depois do Ativo, foi "estourado" um "aparelho" em Santo Amaro, Recife (53). Os contatos da OCML-PO foram todos perdidos no Estado de Pernambuco.

(53) Foram presos: Pery Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero"), sua irmã, Yara Ceci de Oliveira Falcon ("Tina"), Paulo Rodrigues do Nascimento ("Maia") e Stáfane Brito Lins

o trabalho não pôde ser retomado, e a aspiração da organização de expandir-se para o Nordeste ficou definitivamente prejudicada.

O trabalho na Guanabara conseguiu desenvolver-se no movimento estudantil. Em meados de 1970, a SR/GB realizou um Ativo Regional, no qual foi escolhido um novo secretariado (54).

A SR/GB tinha três setores: interno (SI), estudantil (SE) e operário (SO) (55). Publicava, através do SI, o jornaleco "Proletário". Quanto ao seu SE, aos poucos foi-se afastando da organização e constituindo um grupo com tendência e disciplina próprias, assumindo, a partir de novembro de 1970, a denominação de Fração.

Em São Paulo, a direção nacional da OCML-PO confundia-se com a SR/SP. O Setor Interno (SI) da direção nacional era responsável pela tiragem mensal do jornal "Política Operária (PO). O Setor de Organização Nacional (SON), em fase de estruturação, teria a responsabilidade de distribuição do material impresso às SR, de recolhimento das contribuições financeiras dos Estados e da confecção de documentação "fria". Em âmbito regional, a SR/SP dava "assistência" ao Setor Estudantil (SE) e ao Setor Operário (SO). (56)

No Paraná, foi realizado um Ativo Regional, em Caiobá. A SR/PR orientava as atividades de um Setor Central de Organização Interna (SCOI) e um Setor Político. Com as investigações sobre o afogamento de Francisco Dias Vermelho, em um sítio próximo a Curitiba, no início de agosto de 1970, tiveram início as prisões que dasarticularam o trabalho da OCML-PO no Estado do Paraná. As atividades no movimento estudantil de Curitiba e na Célula do Norte — com sede em Apucarana —, onde se desenvolvia um trabalho camponês, foram suspensas, e a OCML-PO perdia

(54) O Secretariado era composto por: Aderbal Caetano de Burgos, Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira, João Antonio Arnoud Herédia e "Orlando".

(55) O SI, "assistido" por Aderbal Caetano de Burgos, controlava o arquivamento e a distribuição de material escrito, o recolhimento e a contabilidade das contribuições, bem como o cadastramento de colaboradores e simpatizantes.
O SO, sob a responsabilidade de "Orlando", não conseguiu fazer recrutamento no meio operário, retratando a incapacidade crônica da organização de conseguir um relacionamento mais íntimo com o proletariado.
O Setor Estudantil (SE), sob a liderança de Nilton Bahalis dos Santos, ao crescer, sentiu-se desprestigiado pela pouca importância atribuída ao Movimento Estudantil (ME) nas diretrizes da organização.

(56) O SO, "assistido" por Luiz Carlos de Almeida, desenvolvia o trabalho operário através de duas células na Região do ABC. Existia, ainda, um trabalho operário na Grande São Paulo, orientado por Lídia Acerboni. O setor chegou a publicar alguns números do jornal "Avante Operário".
O SE, praticamente, não existia, pois a partir da cisão com o POC, a OCML-PO ficou sem militantes estudantis.

mais um ponto de apoio em sua articulação nacional.

O trabalho na Bahia não chegou a ter expressão. Limitou-se a um esforço de aliciamento no movimento estudantil, visando a um trabalho no setor operário. Em setembro, iniciaram a publicação de um jornal clandestino, "A Faísca", que era distribuído nos ônibus dos bairros operários e na Petrobrás.

Desta forma, o ano de 1970 representou um esforço da OCML PO em montar a sua estrutura, voltada preferencialmente para a organização da classe operária. Entretanto, os "comitês de empresa", preconizados por sua "Declaração Política", não surgiram, evidenciando que a organização herdara de suas antecessoras, a ORM-PO e o POC, a dificuldade de penetração no proletariado.

20. MCR: uma fugaz rebeldia no POC

O inconformismo com a suspensão das ações armadas no POC provocou uma manifestação de rebeldia em dois militantes do Setor Especial do partido, Antonio Pinheiro Sales e Paulo Walter Radtke. Ignorando as reflexões autocríticas da organização, a dupla de insatisfeitos tentou apoderar-se das armas do Setor Especial.

Em julho de 1970, reunindo um pequeno grupo de jovens comunistas, Pinheiro Sales e Paulo Radtke fundaram, no Rio Grande do Sul, o Movimento Comunista Revolucionário (MCR). O MCR resumiu-se à reunião de oito militantes e alguns simpatizantes, que não chegaram a definir uma estrutura de organização (57).

Através dos contatos com a VPR em São Paulo, a dupla estabeleceu ligação com essa organização no Rio Grande do Sul, e, de julho a dezembro de 1970, realizaram uma série de assaltos em "frente". Em 26 de julho, participaram de um frustrado assalto à agência do Banco do Brasil de Gramado. No dia 13 de agosto, empreenderam ações contra a Companhia de Fumos Santa Cruz e contra a Fábrica de Cigarros Flórida, ambas em Porto Alegre. No dia 24 de agosto, a frente VPR-MCR aumentou o poder de fogo de seus grupos com a ação contra a Oficina Precisão (caça e pesca), quando foram roubadas grandes quantidades de armas e munições. Os

(57) Aderiram à dupla Paulo Radtke e Antonio Pinheiro Sales os seguintes elementos: Brilo Kan-Iti Suzuki, Cezar Cresqui, Hélio Zamir Sanchotene Trindade, José Angeli Sobrinho, Ulisses Arpini, Ivan Braecher Ferreira; Juarez Santos Alves e Mailde Cresqui.

escritórios dos Moinhos Riograndenses, em 8 de setembro, e a Distribuidora e Representações Modelos Ltda, no dia 27 de novembro, foram outros alvos da típica ação marginal dessa "frente".

Finalmente, no dia 10 de dezembro de 1970, os assaltos à Agência do Banco Itaú-América S.A. e à Farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, foram a última "manifestação política" do MCR. Entre os dias 11 e 15 de dezembro, foram "estourados" cinco "aparelhos" em Porto Alegre, sendo três da VPR e dois do MCR, e apreendida grande quantidade de armamento e munição.

O grupo foi extinto com a prisão de Antonio Pinheiro Sales, Paulo Walter Radtke, Brilo Kan-Iti Suzuki, Juarez Santos Alves, Cezar Cresqui e Mailde Cresqui. Hélio Zamir Sanchotene Trindade, ao tomar conhecimento da onda de prisões, suicidou-se em Porto Alegre.

Na sua curta existência de cinco meses, o MCR demonstrou a desorientação e o despreparo daqueles que se lançavam na aventura armada da revolução brasileira.

21. VPR: meses de planejamento e sigilo

A VPR iniciou o ano de 1970 com uma linha política estabelecida no seu último congresso, de novembro do ano anterior, logo após o "racha".

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) expediu o "Informe nº 3", no qual analisava a situação do País, da esquerda e da organização, e estabelecia um plano de trabalho para esse ano. Ao mesmo tempo, publicou parte dos documentos aprovados no congresso, dos quais se destaca o capítulo referente à "Propaganda Armada".

Depois de considerar o novo Presidente eleito — General Emílio Garrastazu Médici — como "um militar totalmente inexpressivo" e o novo governo como o "politicamente mais fraco desde 1964", a VPR apontava o seu inimigo: a burguesia.

Privilegiando a luta armada como a única forma de tomada do poder, a VPR estabelecia duas tarefas fundamentais para esse ano: a propaganda armada e a guerrilha rural.

Para a organização, a agitação e a propaganda não deveriam, como até agora acontecia, simplesmente inocular nas massas a ne

cessidade de fazer a revolução, mas mostrar-lhes um quadro revolucionário pronto, para que nele ingressassem, inicialmente, a reboque da vanguarda.

Dentre as ações de propaganda armada, a VPR as caracterizava como sendo de três tipos: as "de repercussão nacional, de grande vulto"; as "de repercussão local"; e as "de repercussão interna, dentro da vanguarda, como troca de prisioneiros, justiçamento de torturadores, etc.". Nestas últimas ações, a VPR enquadrava os justiçamentos dos "dedos-duro" e dos "traidores", condenados por um "tribunal revolucionário", que poderiam ou não ser divulgados pela organização (58).

Sobre a guerrilha rural, a segunda tarefa fundamental desse ano, a VPR afirmava que ela seria desencadeada através de três fases:

- na primeira, a preparação dos quadros em áreas de treinamento (59).

- na segunda, a implantação de área táticas (AT), onde seriam desencadeadas guerrilhas irregulares; e

- na terceira, a Coluna Móvel Guerrilheira, de fundo estratégico, e que seria o embrião de um Exército Popular.

Em carta "Aos Comandantes de Unidades de Combate", datada de 7 de janeiro, Carlos Lamarca afirmava que "a palavra de ordem é aguçar a luta, em todos os níveis, em todos os lugares".

Para realizar todo esse ambicioso plano, a VPR precisava ter uma organização dinâmica que lhe permitisse, com mais facilidade, acionar suas bases, sem os entraves de uma estrutura complexa, com excessivos comandos intermediários.

Seu CN era composto por três militantes: Carlos Lamarca, nomeado comandante-em-chefe, Ladislas Dowbor ("Jamil") e Maria do Carmo Brito. Ligados diretamente ao CN, havia as Unidades de Combate (UC), nos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul. Apesar de falarem, comumente, em Comando Urbano e Comandos Regionais, eles não existiam como organismos estruturados — o comando de UC confundia-se com o comando regional.

(58) As discussões sobre a propaganda armada durariam todo esse ano e seriam intensificadas em dezembro, a partir do seqüestro do embaixador suíço.

(59) A VPR já havia feito um treinamento, de outubro a dezembro de 1969, e, naquele momento, janeiro de 1970, iniciava a implantação de uma nova área de treinamento, na região de Registro.

Na Guanabara, havia duas UC. Uma, denominada de "João Lucas Alves" — UC/JLA —, era comandada por José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, ex-Sargento do Exército, e possuía duas bases (60). Essa UC, como as demais, possuía uma vida própria, com um Setor de Imprensa, um de Documentação, um de Inteligência, e uma Base Médica, onde se destacava Almir Dutton Ferreira (61). A outra UC estava em gestação e fora denominada "Severino Viana Colou". Era comandada por Herbert Eustáquio de Carvalho, um ex-estudante de Medicina, homossexual, vindo do COLINA de Minas Gerais (62). Essa UC era encarregada de executar pequenas ações. Integrada, fundamentalmente, por militantes oriundos do Comando Secundarista (COSEC), possuía duas bases (63).

Em São Paulo, havia apenas a UC coordenada por José Raimundo da Costa, que possuía cerca de 20 militantes, e que, em seguida, passaria para a coordenação de Ladislas Dowbor. No Rio Grande do Sul, havia a UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), dirigida por Félix Silveira Rosa Neto (64).

Além da área urbana, a VPR passava, nesse início de ano, a dar maior atenção ao trabalho de campo dirigido pelo próprio Lamarca. Estava iniciando os trabalhos na área de treinamento do Vale do Ribeira, na região de Registro, em São Paulo, e implantava uma futura área tática (AT), na região de Três Passos, no Norte do Rio Grande do Sul. Fracassara a tentativa de criar uma

(60) A primeira base era coordenada por Darcy Rodrigues, ex-Sargento do Exército, e integrada por Gerson Theodoro de Oliveira, sua companheira Tereza Ângelo, Maurício Guilherme da Silveira e Flávio Roberto de Souza; e a segunda, coordenada por José Maurício Gradel e integrada por Sônia Eliane Lafoz, Jesus Paredes Soto, Adair Gonçalves Reis e Christóvão da Silva Ribeiro.

(61) Os responsáveis eram os seguintes militantes: Documentação - Melcides Porcino da Costa e sua companheira Ieda dos Reis Chaves; Inteligência - Celso Lungaretti, Maria Barreto Leite Valdez, Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley e Base Médica Almir Dutton Ferreira.

(62) Ao dirigir-se para a área de treinamento da guerrilha em Registro, Herbert foi substituído por Juarez Guimarães de Brito.

(63) A primeira, coordenada por Alex Polari de Alverga, era integrada por sua companheira Lúcia Velloso Maurício, Paulo Cesar de Amorim Chagas e Vera Lúcia Thimóteo; a segunda, coordenada por Alfredo Hélio Sirkis, constituía-se de Júlio Cesar Covello Neto e Marco Antonio Esteves da Rocha. Como homem de confiança de Juarez e encarregado de contatos com outras organizações, havia Wellington Moreira Diniz.

(64) Integrada pela companheira de Felix Silveira Rosa Neto, Eliana Lorentz Chaves, Fernando Damatta Pimentel, Irgeu João Menegon, Luiz Carlos Dametto, José Clayton da Silva Vanini e Isko Germer, ex-Tenente da PM gaúcha, essa UC havia sido reforçada, em dezembro de 1969, com a entrada de mais de uma dezena de militantes oriundos do POC.

AT em Goiás, para onde havia sido enviado Manoel Dias do Nascimento. A mando da organização, Antonio Nogueira da Silva Filho comprara uma fazenda no interior goiano, mas "desbundou" (ou seja, desistiu da subversão) e pediu para sair. Julgado por um Tribunal Revolucionário, por pouco não foi justiçado, sendo expulso pela contagem de 2 x 1, com o voto isolado a favor do fuzilamento (65).

Em termos de "frente" com outras organizações, a VPR participava com a ALN, a REDE, o POC e o MRT. A VPR fazia, também, contatos com o grupo denominado de Frente de Libertação Nacional (FLN), liderado pelo ex-Major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, chamado, pelos militantes da VPR, de "Comandante arco-íris", pela indefinição de sua ideologia. Juntas, VPR e FLN realizaram o planejamento de diversas ações, dentre os quais o do seqüestro do embaixador alemão, na Guanabara.

Nesse início de 1970, os órgãos de segurança empenhavam-se em descobrir as infiltrações da VPR no Exército, através das declarações do ex-Cabo José Mariane Ferreira Alves. Preso, o Capitão Altair Luchesi Campos negou peremptoriamente as suas ligações com a VPR e com Lamarca. Acareado com o Cabo (66), em prantos, o Capitão Luchesi confessou suas ligações com a organização.

No exterior, a VPR iniciava a montagem de uma estrutura em Cuba, onde se encontrava Onofre Pinto, banido em setembro do ano anterior. Inclusive, já havia conseguido recrutar diversos marinheiros do ex-MNR que possuíam curso de guerrilha lá realizado. Ao longo dos meses seguintes, esses militantes integrar-se-iam à VPR no Brasil (67).

Nos dois primeiros meses do ano, a VPR decidiu diminuir o ritmo de suas ações, a fim de não arriscar alguma prisão que pudesse pôr em risco a área de treinamento. O sigilo era prioritá

(65) O Tribunal, constituído por Celso Lungaretti, Ladislas Dowbor e Carlos Alberto Soares de Freitas, expulsou-o em 24 de setembro de 1969. Com medo, Antonio Nogueira da Silva Filho, ainda em 1969, fugiu para Milão, na Itália.

(66) Ao ser acareado com o Cabo, este lhe disse: "Vamos ser homens, Capitão! Eu caí, estou falando a verdade e, se faço neste momento esta declaração, não é por vingança. Não tenho raiva de nenhum oficial que tenha me dado punição quando soldado. O senhor realmente esteve no aparelho do Lamarca".

(67) Os ex-integrantes do MNR recrutados foram: José Maria Ferreira de Araújo, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Edson Neves Quaresma e José Anselmo dos Santos, além de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, bancário, ex-vice-presidente da CGT e ex-presidente da OLAS.

rio. Sua única ação armada, nesse período, foi o assalto ao Centro de Transmissores de Manguinhos, perto da Avenida Brasil, na Guanabara, realizado em 30 de janeiro. Quatro militantes fardados de militares da Aeronáutica subjugaram a guarda da FAB e levaram três fuzis e algumas fardas.

Apesar de limitar suas ações, o mês de fevereiro não foi bom para a VPR, em São Paulo. Na tarde do dia 20, por acaso, quando quatro policiais-militares faziam diligências para apurar um furto de carro, foi localizado um "aparelho" da VPR no Jardim das Cerejeiras, em Atibaia. Assim que chegaram na casa, os PM foram recebidos a tiros de FAL, disparados por Antonio Raimundo de Lucena, que mataram o 3º Sgt Antonio Aparecido Ponce Nogueira e feriram o 2º Sgt Edgar Correia da Silva. Antonio Raimundo morreu no tiroteio que se seguiu, enquanto que sua esposa, Damaris de Oliveira Lucena, foi presa. No "aparelho", além de documentos e material cirúrgico, foi encontrado um verdadeiro arsenal: 11 FAL, 24 fuzis, 4 metralhadoras, 2 carabinas calibre .22, 2 espingardas calibre 12, 1 Winchester calibre .22, explosivos e milhares de cartuchos de calibres diversos. No dia seguinte, durante os interrogatórios, Damaris declarou que a VPR estava fazendo "treinamento militar em florestas perto de Registro". Não se sabe muito bem o porquê, mas os órgãos de segurança passaram a acreditar que a área era em Registro do Araguaia, em Mato Grosso. Perdia-se, naqueles dias, a primeira oportunidade de descobrir a área de treinamento.

Logo depois, apareceu a segunda oportunidade, também por acaso. Na manhã de 27 de fevereiro, um acidente de carro na Estrada das Lágrimas, em São João Clímaco, colocava na mão da polícia Chizuo Ozava ("Mário Japa"), que sabia onde era a área de treinamento. Perguntado sobre o assunto, "Mário Japa" disse que estava localizada em Goiás. Mais uma vez, os órgãos de segurança foram desviados em suas buscas, naturalmente em decorrência do erro inicial.

Entretanto, a simples prisão de "Mário Japa" preocupou a VPR e, particularmente, Lamarca, internado nas matas de Jacupiranga. Era preciso, urgentemente, fazer um seqüestro para libertá-lo, ação concretizada em 11 de março, através do cônsul japonês em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a fim de desviar de São Paulo a atenção dos órgãos de segurança, a UC/MRS iniciava as ações armadas. No dia 2 de março, assaltou um Volks do Banco Brasul, que transportava dinheiro da Companhia Ultragás, levando 65.000 mil cruzeiros.

A relativa inação da VPR, nesses dois primeiros meses do ano, seus planejamentos, sua preparação e, particularmente, o sigilo com que procurava cercar suas ações permitiam prenunciar grandes atividades da organização nos meses a seguir.

22. O seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi

A VPR havia iniciado o treinamento de militantes para a guerrilha rural. A área de Registro/SP estava em pleno funcionamento e sua existência e localização eram consideradas assunto do mais alto sigilo.

No dia 27 de fevereiro, Chizuo Ozava ("Mário Japa"), militante da VPR, sofreu um acidente automobilístico em São Paulo. Ao ser socorrido, foram encontrados farta documentação e armamento dentro de seu carro, o que provocou a sua prisão.

Lamarca e o Comando da VPR, ao tomarem conhecimento do fato, ficaram apreensivos. "Mário Japa" já tinha estado na área, em Registro, e poderia, ao ser interrogado, "abrir" a preparação guerrilheira da organização. Era necessário libertá-lo rapidamente para preservar o sigilo das operações no Vale do Ribeira.

A forma mais expedita seria o seqüestro de uma autoridade ou de um representante diplomático. O exemplo da ação contra o embaixador norte-americano, em setembro de 1969, no Rio de Janeiro, pesou decisivamente na opção pelo seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi.

Atendendo à orientação de Ladislas Dowbor, os militantes Liszt Benjamin Vieira, Mário de Freitas Gonçalves, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes Silva e Joelson Crispim realizaram o levantamento para a ação. Do MRT, participou do levantamento, além de Devanir José de Carvalho e Petersen Pereira, o militante José Rodrigues Ângelo Júnior.

Através de Ladislas Dowbor e Liszt Benjamin Vieira, foram

Sequestro do consul da Japão

contatados Devanir José de Carvalho e Eduardo Leite ("Bacuri"), os coordenadores do MRT e da REDE, respectivamente. A VPR necessitava de auxílio para executar a ação. Seus quadros mais experientes estavam empenhados no Vale da Ribeira ou fazendo levantamentos nas áreas de Goiás e do Norte do Rio Grande do Sul, visando à implantação das "áreas estratégicas". Além dos desfalques, a organização perdera grande parte de seu arsenal no "estouro do aparelho" de Antonio Raimundo Lucena, em Atibaia/SP, no dia 20 de fevereiro.

No dia 11 de março, após terminar seus trabalhos no consulado, Nobuo Okuchi dirigia-se para a residência oficial na Rua Piauí, 874. Cerca das 18,20 horas, quando o Oldsmobile dirigido por Hideaki Doi trafegava pela Rua Alagoas, passando pela Praça Buenos Aires, um Volkswagen azul, aparentando realizar uma manobra descuidada, interpôs-se no caminho do veículo consular na esquina da Rua Bahia. Hideaki freou o carro e chegou a reclamar da barbeiragem. Okuchi, no banco traseiro do Oldsmobile, também não se preocupou quando viu um rapaz alto apanhar uma metralhadora junto ao volante do Volkswagen e se dirigir para seu carro. Julgava ser uma verificação policial de rotina.

O planejamento tinha funcionado a contento. Liszt Benjamin Vieira, parado na Praça Buenos Aires, tinha assinalado para Ladislas Dowbor, na esquina das ruas Bahia e Alagoas, a aproximação do carro do cônsul. Ladislas fez o sinal convencionado para Devanir José de Carvalho que arrancou com o Volks azul, colocando-se no caminho do Oldsmobile. Marco Antonio Lima Dourado, militante da VPR, era o rapaz alto que apanhara a metralhadora no carro de Devanir e, para surpresa de Okuchi, ameaçava o motorista Hideaki.

Plínio Petersen Pereira, que se encontrava junto a Ladislas, auxiliou Liszt a retirar o cônsul de dentro do carro, sob a ameaça de armas, e a conduzí-lo para um Volkswagen vermelho que estava estacionado na Rua Alagoas, do outro lado da esquina. Os militantes da VPR Oswaldo Soares e Mário de Freitas Gonçalves, ao longo da Rua Bahia, faziam a segurança e interrompiam o trânsito nas proximidades da esquina.

Okuchi, colocado no banco traseiro, teve os olhos vendados com esparadrapo e foi forçado a colocar a cabeça sobre os joelhos de Liszt, que se postara a seu lado. O motorista do car

ro era "Bacuri", que partiu em velocidade, após Ladislas ocupar o outro banco da frente. O Volks azul seguiu à retaguarda, na segurança, até a Avenida Dr. Arnaldo, com os outros participantes do seqüestro.

"Bacuri" conduziu o carro para a Avenida Ceci, nº 1216, em Indianópolis, "aparelho" que ocupava com Denize Peres Crispim, onde Okuchi ficou "guardado" até o dia 15. Os contatos com o cônsul eram feitos por Ladislas e Liszt, que se comunicavam em inglês. Okuchi, que tinha pouco tempo de Brasil, não entendia corretamente o português.

No "aparelho", permaneceram vigiando o cônsul, até a sua liberação, "Bacuri", Ladislas e Liszt. Denize, além de cuidar das compras e da alimentação, foi a única pessoa que saiu do local para levar os comunicados dos seqüestradores e as mensagens do cônsul. Iniciou fazendo contato com José Raimundo da Costa, que tinha a tarefa de difundir o acontecimento através de notificações às estações de rádio e aos jornais. Tendo a imprensa estampado, no dia seguinte, uma foto de José Raimundo, como um dos prováveis seqüestradores, ele foi substituído na missão por Fernando Kolleritz.

Os comunicados, escritos por Ladislas, exigiam a libertação de cinco presos políticos e a obtenção de asilo político no México, ou outro país que a isto se dispusesse. As exigências dos seqüestradores iam da paralisação das atividades de busca à propaganda de "suspensão das violências contra os presos políticos". Os terroristas ameaçavam dinamitar o esconderijo do cônsul, com todos que lá estivessem, caso houvesse alguma tentativa de resgate. Todos os comunicados eram assinados pelo "Comando Lucena" da VPR, em alusão ao terrorista morto em Atibaia.

No comunicado nº 4, os terroristas divulgaram a lista dos cinco presos a serem libertados. Damaris de Oliveira Lucena, esposa do falecido Antonio Raimundo de Lucena, homenageado com a denominação do Comando, e seus três filhos encabeçavam a lista. Chizuo Ozava, o principal objetivo da ação, era referido como "um nissei de nome de guerra Mário". A seguir, o rol apresentava o nome de "Toledo", como um elemento simpatizante que teria sido preso junto com Chizuo. Os terroristas estavam mal informados, Chizuo foi preso só, durante o desastre que sofreu. Otávio Ângelo ("Tião"), da ALN, e a Madre Maurina, da FALN de Ribeirão

Preto, completavam a lista.

Os terroristas, na realidade, tiveram dificuldades em elaborar a lista. Nem o nome verdadeiro de Chizuo eles sabiam. Ao ser contestada a existência de "Toledo", o comunicado nº 5 o substituía por Diógenes José Carvalho de Oliveira, da VPR, que teria condições de identificar o "nissei Mário".

Libertados os presos políticos e transportados em segurança para o México, teve início a operação de libertação de Nobuo Okuchi. No comunicado nº 6, os terroristas exigiam a suspensão do policiamento e advertiam sobre as conseqüências trágicas para o cônsul caso fosse tentado algo contra eles.

No domingo, 15 de março, às 16 horas, "Bacuri" retirou Liszt do "aparelho", deixando-o na Vila Mariana. Por volta das 18 horas, Okuchi foi vendado e levado por Ladislas para o banco traseiro do Volks vermelho. "Bacuri" e Denize, após revistarem a casa e queimarem documentos, trancaram a porta. O endereço estava sendo abandonado por questões de segurança.

Após rodarem algum tempo, para se certificarem de que não estavam sendo seguidos, deixaram o Cônsul Okuchi na Rua Arujá, atrás da Cervejaria Brahma. Ladislas saltou com o cônsul, enquanto "Bacuri" dava uma circulada pelas redondezas com o carro, para verificar se havia vestígio de polícia. Caso não voltasse, Ladislas assassinaria o cônsul japonês.

Para sorte de Nobuo Okuchi, o Volks vermelho retornou e recolheu Ladislas, afastando-se do local. De táxi, o diplomata retornou à sua casa, cansado, mas com sua integridade física preservada.

Respeitando os compromissos assumidos e resgatado o diplomata nipônico, teve prosseguimento a luta diuturna contra o terror. Confirmando sua comprovada eficiência, os órgãos de segurança, no período de abril/maio, já tinham prendido, ou eliminado em combate, os seguintes terroristas envolvidos no seqüestro: Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Oswaldo Soares, Fernando Kolleritz, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes da Silva e Joelson Crispim (os dois últimos foram mortos).

Mas a VPR também era eficiente. Logo após o banimento de "Mário Japa", Almir Dutton Ferreira enviou um de seus contatos, Maria Adelaide Valadão Vicente, aeromoça da BRANIFF, ao México,

a fim de saber o que Chizuo havia falado. Num "ponto", ao qual também compareceu Diógenes José Carvalho de Oliveira, Maria Adelaide entregou 8.000 cruzeiros a Chizuo e ficou sabendo que a "repressão pensava que a área era em Goiás". Transmitida a notícia, a VPR ficaria tranqüila por mais um mês.

23. VPR: A tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre

No início de 1970, a VPR atuava no Rio Grande do Sul através da Unidade de Combate "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), um organismo numeroso, com mais de duas dezenas de militantes, reforçado pelos elementos oriundos do POC. Havia, também, estabelecido aliança com o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), um grupelho comunista dirigido por Almir Olímpio de Melo, mais conhecido como "Paulo Melo". Procurando auxiliar o MR-26, Félix Silveira Rosa Neto, comandante da UC/MRS, entregou, em janeiro, 30 mil cruzeiros a "Paulo Melo", que fugiu com o dinheiro.

À essa época, a UC/MRS já havia sido aquinhoada, pelo Comando Nacional (CN), com o "privilégio" de preparar a futura área tática (AT) da VPR, na região de Três Passos, no Norte gaúcho, para onde havia destacado quase uma dezena de seus quadros. Precisava, entretanto, além de redimir-se do fracasso com suas ligações com o MR-26, realizar uma ação que marcasse a sua presença no cenário da esquerda brasileira e que caracterizasse a sua eficiência aos olhos do CN. Para isso, idealizou e conseguiu a autorização para o seqüestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter.

Em fevereiro, os militantes da UC/MRS, reforçados por Gregório Mendonça, do MR-26, iniciaram os levantamentos sobre o cônsul, que passou a ser continuamente vigiado. Observaram que, durante os dias da semana, ele se deslocava sempre acompanhado por um carro de segurança, com dois agentes. O melhor seria seqüestrá-lo num fim de semana.

A quebra do silêncio da VPR, com o seqüestro do cônsul japonês, deu liberdade à UC/MRS para realizar a ação. Em meados de março, Carlos Roberto Serrasol Borges alugou uma casa na Avenida Alegrete, no bairro Petrópolis, onde ele mesmo, com o auxílio de outros companheiros, guardaria o cônsul durante as negociações.

Confiantes no sucesso da ação, solicitaram ao CN que elaborasse um comunicado a ser entregue às autoridades, logo após a ação. Juarez Guimarães de Brito incumbiu o responsável pelo Setor de Inteligência, Celso Lungaretti, de redigir o "Comunicado Número Um", que bem demonstra a falsidade das alegadas justificativas para o seqüestro:

"O Cônsul norte-americano em Porto Alegre (Curtis Cutter) foi seqüestrado às ... horas do dia ... de Março pelo comando 'Carlos Marighela' da Vanguarda Popular Revolucionária.

Esse indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a 'CIA', Agência Central de Inteligência, órgão de espionagem internacional dos Estados Unidos, e revelou vários dados sobre a atuação da 'CIA' no território nacional e sobre as relações dessa Agência com os órgãos de repressão da ditadura militar. Ficamos sabendo, entre outras coisas, que a 'CIA' trabalha em estreita ligação com o CENIMAR, fornecendo inclusive orientação a esse último órgão, sobre os métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros. A CIA e o CENIMAR sofrem a concorrência do SNI, sendo que essa rivalidade é tão acentuada que em certa data um agente da 'CIA' foi assassinado na Guanabara por elementos do SNI. Esse informe foi cuidadosamente abafado pela ditadura, mas o depoimento do Agente Cutter, nosso atual prisioneiro, permitiu que o trouxéssemos a público.

Após prestar o seu depoimento, o Agente Cutter foi julgado por um tribunal de justiça revolucionária e condenado à morte por suas atividades como membro de um dos mais nefandos órgãos do imperialismo norte-americano no mundo inteiro".

Condenado à morte pelo tribunal revolucionário, a VPR condescendia em entregá-lo vivo, desde que as autoridades libertassem "50 companheiros presos" e fossem "enviados, em avião civil, para a Argélia". No final do comunicado, vinha a ameaça:

"A não aceitação ou quebra das condições significa a imediata execução da sentença de morte contra o Agente Cutter".

"A vida do Cônsul espião está nas mãos da ditadura".

O seqüestro foi marcado para o dia 21 de março, um sábado. Na tarde desse dia, estando tudo pronto, já com o carro para a ação roubado, o seqüestro fracassou pela primeira vez, em virtude de erro no planejamento. Nova tentativa foi marcada para duas semanas depois.

No dia 4 de abril (também um sábado), o "Comando Carlos Marighela" foi assim constituído: no carro da ação, um Volks azul, estavam o comandante da operação, Félix Silveira Rosa Neto, com pistola calibre .45, o motorista Irgeu João Menegon, com revólver .38, Fernando Damatta Pimentel, com revólver .38, e Gregório Mendonça, do MR-26, com metralhadora INA .45; e no carro da cobertura, iam o motorista, Reinholdo Amadeo Klement, com revólver .38, Antonio Carlos Araújo Chagas, também com revólver .38, e Luiz Carlos Dametto, com metralhadora INA .45. Além das armas, algumas granadas completavam o arsenal formado para o seqüestro.

Na manhã desse dia, o cônsul saiu sozinho de sua residência, com sua caminhonete Plymouth azul-marinho. Pelo excesso de tráfego nos caminhos percorridos, nada foi tentado. À tarde, novamente o cônsul saiu, em direção à Vila Hípica. Em Vila Assunção, tentaram encostar no seu carro, mas, por mais uma vez, o tráfego impediu a ação. Às 16 horas, o americano encontrava-se numa rua sem saída, no bairro Tristeza. Montaram o esquema de bloqueio da rua, que fracassou por imperícia de Irgeu: em vez de fechar, seu carro emparelhou com o do cônsul. Este, pensando que os rapazes queriam fazer um "pega", arrancou a sua potente Plymouth, deixando para trás os surpresos terroristas.

Combinaram, então, nova tentativa para essa mesma noite, marcando um ponto de encontro, ao qual Luiz Carlos Dametto não compareceu. Apesar do desfalque, resolveram agir assim mesmo. Os freqüentes fracassos irritavam e açodavam os militantes do "Comando Carlos Marighela".

Às 20 horas, o cônsul, acompanhado de sua esposa, saiu para visitar uns amigos, estacionando na Avenida Independência, nas proximidades do Teatro Leopoldina. Às 22.30horas, saiu o casal, acompanhado de um amigo. Tomando o carro, foram seguidos até a Rua Vasco da Gama, quando, logo após a Rua Ramiro Barcellos, foram ultrapassados e fechados pelo Volks dirigido por Irgeu, ocorrendo uma batida. Os três militantes desse carro, Félix, Fernando e Gregório desceram, cercando a caminhonete do cônsul. Este, à vista das armas, não titubeou: arrancou violentamente, abalroando o Volks e atropelando Fernando. Félix, por trás, atirou com sua pistola .45, acertando a omoplata da vítima, que, mesmo ferida, conseguiu escapar.

O Volks, batido, foi abandonado na Rua Dona Laura. O outro carro foi guardado para futuras ações. De madrugada, reunidos no "aparelho" em que o cônsul deveria ser guardado, analisaram as causas do fracasso. Até hoje, não se sabe o que fizeram, naquele momento, com o "Comunicado Número Um"...

24. VPR: a crise de abril

Ao contrário do que se esperava, além do seqüestro do cônsul japonês, a VPR pouco fez em abril. Aliás, esse mês configurou-se como de verdadeira crise na organização, com a prisão de cerca de 50 militantes nos três Estados, Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara, atingindo desde a cúpula até as bases. Sua única ação armada, nesse fatídico mês, foi a do dia 12, na Guanabara, quando assaltou uma garagem junto à estação de Todos os Santos, roubando dois carros. No resto, foi uma sucessão de "quedas".

No Rio Grande do Sul, logo no início de abril, foi desmantelada a futura área tática (AT) de Três Passos, com a prisão de quase uma dezena de militantes que integravam a "Sociedade Pesqueira Alto Uruguai Ltda", órgão de "fachada" da VPR. Em túneis escavados nas barrancas do Rio Uruguai, nas proximidades da barra do Turvo, foi encontrada grande quantidade de armas, munições e material de acampamento. Roberto Antonio de Fortini, que havia recebido 65.000 cruzeiros para a preparação da AT, conseguiu fugir com alguns outros militantes que só seriam presos nos meses seguintes.

Em Porto Alegre, em 11 de abril, a prisão de Eliana Lorentz Chaves possibilitou as "quedas", nos dois dias seguintes, do comandante da UC/MRS, Félix Silveira Rosa Neto e outros quatro militantes. As declarações dos militantes presos, particularmente as de João Carlos Bona Garcia, possibilitaram o desvendamento da tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano e dos demais militantes que integravam a UC gaúcha, além da localização de 5 "aparelhos" da organização, em Porto Alegre.

Mas foi na Guanabara que se iniciaram as prisões que possibilitariam à polícia atingir o CN/VPR. Tudo começou no dia 8 de abril, com a prisão de Joaquim Pires Cerveira, da FLN, e com a localização de seu "aparelho", na Rua Bento Lisboa, no Catete.

Ocupando esse "aparelho", os órgãos de segurança prenderam, no dia 11, Wellington Moreira Diniz, lugar-tenente de Juarez Guimarães de Brito, um dos Cmt UC na Guanabara. Wellington, em suas declarações, forneceu dados sobre a operação plástica que Carlos Lamarca havia feito no ano anterior e sobre as fotos tiradas para a nova identidade. Os agentes saíram em busca do fotógrafo.

Enquanto isso, o CN/VPR fazia uma reunião com os seus Cmt UC, numa casa em Peruíbe, cidade do litoral sul paulista, a qual compareceram Carlos Lamarca, vindo da área de treinamento, Ladislas Dowbor, membro do CN e Cmt UC em São Paulo, e Maria do Carmo Brito, membro do CN, além dos dois Cmt UC da Guanabara. O Cmt UC do Rio Grande do Sul, também previsto para a reunião, não foi encontrado (68).

Foi decidida a desmobilização da área de Jacupiranga, por término de treinamento, e a ativação da AT de Três Passos (69). Discutida a necessidade da descentralização do Comando, para a condução das operações de guerrilhas irregulares na nova AT, Lamarca recusou a proposta de aumentar o CN de 3 para 4 membros, mas aceitou a formação de um Estado-Maior do Sul, para auxiliá-lo na condução das operações (70).

Terminada a reunião, cada participante voltou para seus lugares de ação. Maria Barreto seguiu para Porto Alegre, levando ordens escritas para Félix, que, obviamente, não foi encontrado (71).

Na Guanabara, as investigações procedidas em busca do fotógrafo levaram à prisão, no dia 15, do Dr. Afrânio Marceliano Freitas de Azevedo, médico do Hospital Gaffrée Guinle, que havia realizado a operação plástica em Lamarca. O Dr. Afrânio, por sua vez, indicou os médicos que haviam solicitado a operação: Almir Dutton Ferreira, da Base Médica, preso nesse mesmo dia; e a Dra. Germana Figueiredo, também da Base Médica da VPR, detida no

(68) Félix Silveira Rosa Neto já havia sido preso em 12 de abril. Ainda na casa, estavam presentes Iara Iavelberg, amante de Lamarca, Maria Barreto Leite Valdez, que iria cumprir missão no Sul, e Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", retirada da área de treinamento no início de março.

(69) A VPR ainda não sabia que a AT já havia sido desmantelada.

(70) Sobre o assunto da descentralização do Comando, Lamarca escreveria o documento "Não Só Um Exemplo".

(71) Presa alguns dias depois, Maria Barreto Leite Valdez disse que, não encontrando Félix, rasgou essas ordens, que estavam em um envelope fechado.

dia seguinte. Mais três militantes foram presos no mesmo dia 16, Celso Lungaretti, Edmundo de Menezes Paredes Júnior e Vanísio Bernardino de Melo Ferreira.

Em São Paulo, ainda nesse dia 16, foi preso Roberto Macarini, do Setor de Inteligência da UC. Conduzido no dia seguinte para um "ponto", desvencilhou-se dos agentes e atirou-se do Viaduto do Chá.

Mas as grandes "quedas" ainda estavam por vir.

Wellington Moreira Diniz falou sobre o "ponto" que teria com Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, no dia 18 de abril, no Jardim Botânico. Conduzido num jipe da própria VPR, Wellington ficou aguardando sozinho no carro, enquanto os agentes cercavam o local. Juarez e Maria do Carmo, vindos da reunião do CN em Peruíbe, chegaram num Volks e deram algumas voltas, percebendo que era uma armadilha. Maria do Carmo foi a uma feira próxima e comprou alguns maços de couve, colocando-os numa sacola. Por baixo, um revólver. Foi ao jipe, entregou a sacola a Wellington, alertando-o sobre a arma. Voltou rápido ao Volks, avisou Juarez e tentaram escapar em alta velocidade. A tudo isso assistiram os agentes. Observando a tentativa de fuga, fecharam o Volks, no momento em que Juarez colocava a arma na janela para disparar. No tiroteio, o Cmt UC "Severino Viana Colou" foi ferido com um tiro no punho e outro no abdômen.

O casal tinha um pacto de morte, jurando que nunca seriam presos vivos. Maria do Carmo, entretanto, estava paralisada pelo medo. Juarez, ferido, arrebatou-lhe a pistola calibre 7,65 mm e dá um tiro em sua própria cabeça, vindo a falecer, algumas horas depois, no Hospital Souza Aguiar. Maria do Carmo Brito, membro do CN, talvez pelo choque da morte do marido, não se mostrou à altura da posição que ocupava na VPR e não fez jus à fama que tinha. Em poucas horas, entregou dezenas de militantes, sendo presos, nesse mesmo dia, na Guanabara, o Cmt UC José Ronaldo Tavares de Lira e Silva e mais quatro outros membros da VPR. Denunciou o "aparelho" onde havia sido realizada a reunião do CN, em Peruíbe, cortando a alternativa de homizio de Lamarca, caso a área de treinamento fosse descoberta. Entregou o "ponto" que teria com Ladislas Dowbor, em São Paulo, onde esse membro do CN foi preso, junto com Liszt Benjamin Vieira, também integrante da

UC. Apontou como sendo em Jacupiranga a área de treinamento de guerrilha da VPR, confirmando as declarações de Celso Lungaretti. E, finalmente, esclareceu o destino dado aos dólares roubados do denominado "cofre do Adhemar" e as ligações da VPR com o governo da Argélia, através do seu Embaixador Hafif Keramane. Para Maria do Carmo, cerca de um milhão de dólares ainda estavam com o Embaixador. Colaborando com a polícia, montou uma operação-armadilha para Keramane, escrevendo-lhe, de próprio punho e em francês, um bilhete marcando uma entrevista, na qual a conversa seria gravada. Seu banimento para a Argélia, em 15 de junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão, impediu que a operação fosse concretizada (72).

Na sequência das "quedas", em 26 de abril, foram presas, no "aparelho" de Peruíbe, Maria Barreto Leite Valdez e sua filha Luíza Helena Barreto Leite Valdez. No dia seguinte, em São Paulo, foi detido Wanio José de Mattos, ex-Capitão da PM/SP e integrante do Setor de Inteligência.

No final de abril, era crítica a situação da VPR. Havia perdido dois membros do CN, Ladislas e Maria do Carmo, além dos comandantes das suas quatro UC. Dezenas de outros quadros haviam sido presos, enquanto outros buscavam refúgio no exterior. A futura área tática estava desmantelada, e Lamarca, o comandante-em-chefe, estava perdido nas matas de Jacupiranga. A VPR estava desmantelando-se e dependia do seu retorno para reestruturar-se.

25. VPR: as áreas de treinamento do Vale do Ribeira

De acordo com a sua linha política, a VPR pretendia criar o seu Exército Popular a partir de uma Coluna Móvel Guerrilheira, inicialmente instalada numa área estratégica. Antes disso, porém, precisava criar guerrilhas irregulares em áreas táticas.

---

(72) A partir daí, Maria do Carmo Brito sempre foi considerada como um bom "partido". Indo para o Chile, casou-se em outubro de 1971 com Ângelo Pezzuti da Silva, seu antigo companheiro do COLINA. Após a queda de Allende, o casal esteve em vários países da Europa e da África, havendo quem diga que Keramane teria devolvido 800 mil dólares para Maria do Carmo. Em setembro de 1975, num acidente de carro nunca bem explicado, em Paris, ela perdeu o seu 2º marido. Retornou ao Brasil em setembro de 1979. Depois de casar-se com Chizuo Ozava, o "Mário Japa", entrou para o PDT de Brizola, sendo nomeada, em 1983, assessora da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A área estratégica, nos tempos da VAR-Palmares, escolhida na confluência dos Estados do Maranhão, Piauí e Goiás, ficara em segundo plano, condicionada, nas palavras de Carlos Lamarca, "às discussões com a ALN". Fracassara a idéia de criar uma área tática em Goiás, mas, à essa época, ainda estava em pleno andamento a preparação da de Três Passos, no Norte do Rio Grande do Sul. Falava-se, também, numa segunda área tática, na região de Foz do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná.

Mas, para realizar tudo isso, a VPR precisava possuir quadros preparados, que ativassem, com eficiência, as áreas táticas. Resolveu-se criar uma área de treinamento político-militar, onde os militantes pudessem adquirir as técnicas de guerrilha rural. Carlos Lamarca era o homem indicado para desenvolver essas tarefas.

Desde meados de 1969, a VPR, ainda embutida na VAR-Palmares, há havia iniciado negociações para adquirir um sítio onde pudesse realizar esse treinamento. Manoel de Lima, ex-prefeito de Jacupiranga, município localizado a 30 Km ao sul de Registro, na região do litoral sul paulista, era amante da cunhada de Onofre Pinto. Manoel possuía, em sociedade com Flozino Pinheiro de Souza, o Sítio Palmital, na altura do Km 254 da BR-116, rodovia que liga São Paulo a Curitiba. Com 40 alqueires de terras, 30 Km ao sul de Jacupiranga, o sítio acabou sendo vendido à VPR. Celso Lungaretti adquiriu-o por 3.500 cruzeiros, registrando-o em seu nome falso, "Lauro Pessoa" (73).

Em 15 de novembro, Lamarca foi levado por Joaquim dos Santos e José Raimundo da Costa para o Sítio Palmital, onde já os aguardavam Celso Lungaretti, Yoshitane Fujimore, Massafumi Yoshinaga e José Lavecchia. A partir do dia seguinte, quando Joaquim e José Raimundo retornaram para São Paulo, os 5 militantes permaneceram no sítio, realizando treinamento de tiro, marchas e reconhecimento das áreas adjacentes. Observaram, entretanto, que a área não era a ideal: além de ser pequena, a excessiva proximidade da rodovia e a constante presença de caçadores aumentavam a sua vulnerabilidade, inviabilizando-a como área de treinamento para mais "guerrilheiros".

No início de dezembro, o mesmo Manoel de Lima disse-lhes que possuía outro sítio, de 80 alqueires, um pouco mais ao norte, situado a 4 Km da BR-116. Reconhecido o local, Joaquim dos

(73) Para um melhor entendimento, consultar o croquis no final deste capítulo.

Santos comprou-o por 40.000 cruzeiros. A primeira área foi desmobilizada e seu material transferido para a nova,denominada de área 2. Em São Paulo, Manoel Dias do Nascimento passou a adquirir gêneros, que Joaquim dos Santos levava para a área. A mãe de Manoel, Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", ocupou, em 18 de dezembro, um dos três barracos existentes na entrada do sítio, junto com quatro crianças — três netos e um filho adotivo. Além de fornecer a "fachada", a "Tia" poderia costurar as roupas especiais dos futuros "guerrilheiros", cuidar do rádio transmissor-receptor e servir como base de entrada, fornecendo alimentação e pousada iniciais, para os militantes que iriam chegar. José Lavecchia ocupou o outro barraco. Joaquim dos Santos levou para a área 4 FAL, 6 fuzis, 2 espingardas calibre 12 - automáticas, 1 espingarda 12 - simples, 3 Winchester 44,3 Winchester 22, 2 carabinas 22 - semi-automáticas, 17 revólveres .38, 1 pistola .45 e 1 revólver .32, além de milhares de cartuchos de diversos calibres.

Antes do Natal de 1969, a área 2 estava pronta. Extremamente montanhosa e coberta de densas matas, serviria perfeitamente para o treinamento. As poucas casas existentes na região permitiriam o sigilo necessário. No início de janeiro de 1970 , já se encontravam na área, além da "Tia" e Lavecchia, Lamarca , sua amante Iara Iavelberg e Fujimore.

De acordo com o planejado, cada Estado — Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara — deveria enviar 6 militantes, num total de 18 "alunos", sem contar com Lamarca e Lavecchia, este previsto para fornecer a "fachada" legal, com a "Tia".

Na noite de 7 de janeiro, levados por Joaquim,chegaram os dois primeiros "alunos", José Araújo de Nóbrega e Ariston Oliveira Lucena. Depois de dormirem na Capelinha, designação dada ao local das 3 casas, os seis militantes (Lamarca, Iara, Fujimore, Lavecchia e os dois recém-chegados)seguiram para um barracão,localizado a 400 metros das 3 casas, o qual seria a "base logística" da área, onde passaram o dia preparando o material — mochilas, armas, munições, gêneros alimentícios, medicamentos, roupas, etc.

No dia seguinte, 9 de janeiro, seguiram para um primeiro campo de treinamento, distante poucos quilômetros do barracão ,

onde foram iniciadas as aulas e as discussões políticas, durante quase 2 semanas. Lamarca já estava contrariado pela demora da chegada dos demais militantes e pela discussão que tivera com Nóbrega, sobre a presença de Iara na área.

Durante esse período, passaram a considerar o local acanhado para receber mais alunos e, deslocando-se uns 2 Km, no rumo norte, pelas margens do Rio Capelinha, encontraram uma área que lhes pareceu a ideal, na qual montaram a Base "Carlos Roberto Zanirato" (74).

Na noite de 22 de janeiro, chegaram mais dois militantes — os gaúchos Edmauro Göpfert e Antenor Machado dos Santos. A partir do dia seguinte, durante uma semana, o grupo iniciou a montagem de mais uma base, a "Eremias Delizoikov", localizada a uns 300 metros a sudeste da "Zanirato". As instruções continuavam em ritmo lento, aguardando novos "alunos".

No dia 30, chegaram Delci Fensterseifer e Diógenes Sobrosa de Souza e, em 2 de fevereiro, vindos do Rio Grande do Sul, Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes. Alguns dias depois, da Guanabara, chegaram Darcy Rodrigues, Roberto Menkes e sua companheira Carmen Monteiro dos Santos Jacomini. Em meados de fevereiro, chegou Herbert Eustáquio de Carvalho, também da Guanabara. No fim do mês, juntou-se ao grupo Mário Bejar Revollo, um boliviano militante da DVP. No mês de março, a "Tia", por problemas de saúde, foi deslocada para o "aparelho" de Peruíbe. Lavecchia incorporou-se, definitivamente, aos treinamentos e, nessa ocasião, chegou o último "aluno", Gilberto Faria Lima, militante da REDE.

Nesse mês de março, considerou-se completa a área de treinamento, com Lamarca comandando o núcleo "Carlos Marighela", composto por duas bases: a "Carlos Roberto Zanirato", com Darcy Rodrigues no comando e tendo a integrá-la, Gilberto, Lavecchia, Revollo, Valneri, Delci, Antenor, Herbert e Iara; e a "Eremias Delizoikov", comandada por Yoshitane Fujimore e integrada por Diógenes, Ariston, Nóbrega, Edmauro, Roberto Menkes, Carmen e Ubiratan. Um total de 18 militantes, dentre os quais 2 mulheres.

Como já vimos, por duas vezes, no mês de fevereiro — no

---

(74) Nessa base foram colocados: 2 FAL com 1.000 tiros, 8 revólveres, 2 Winchester 44 com 300 tiros, 2 carabinas .22 com 1.000 tiros, 2 espingardas 12 com 2.000 tiros, facões de mato Collins, faroletes, bússolas, rádio HT, redes de nylon com mosquiteiros, material de cozinha, gêneros alimentícios, cantis, mochilas, facas-punhal, canivetes, material para limpeza de armas, etc.

dia 20, com a prisão de Damaris de Oliveira Lucena, e no dia 27, com a de Chizuo Ozava —, os órgãos de segurança estiveram próximos de descobrir a área.

No dia 1º de março, a notícia da prisão de Chizuo Ozava ("Mário Japa") fez com que Lamarca exigisse um seqüestro urgente para que fosse libertado o companheiro. No dia 11, o seqüestro do consul japonês foi realizado, com sucesso (item 22).

Até o início de abril, Lamarca dirigiu reuniões de crítica e autocrítica, chegando, inclusive, a pensar na formação de um Tribunal Revolucionário para julgar Nóbrega, que estava pensando em sair da organização. Após aulas teóricas e práticas de armamento e tiro, marchas, topografia, explosivos, minas e armadilhas, emboscadas, instrução tática individual e teoria política, o treinamento foi dado por encerrado, sendo aprovados, para futura participação na Coluna Móvel Guerrilheira: Lamarca, Darcy, Fujimore, Valneri, Herbert, Ubiratan, Edmauro, Delci, Diógenes, Lavecchia e Roberto Menkes. Dos 18 militantes, 7 haviam sido "reprovados".

No dia 11 de abril, Iara foi retirada da área, por motivo de doença, indo para o "aparelho" de Peruíbe, logo depois seguida por Lamarca, para a reunião do Comando Nacional (CN). Foi no período dessa reunião que se iniciou a série de prisões que levaria à descoberta da área de treinamento.

No dia 16 de abril, Celso Lungaretti, preso na Guanabara, denunciou a existência da área 1 e disse que a área 2 era próxima.

No dia 17 de abril, o Centro de Informações do Exército (CIE) informava ao II Exército sobre a existência da área 1 e sobre a provável localização da área 2. Às 23.00 horas, uma equipe do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE) deslocou-se para Jacupiranga, a fim de prender Manoel de Lima e Flozino Pinheiro de Souza.

Na manhã de 18, um sábado, Flozino foi preso, enquanto um de seus filhos corria para avisar Manoel que ele também estava sendo procurado. Manoel descobriu Lamarca e Joaquim almoçando num restaurante, na entrada de Jacupiranga, e avisou-os da prisão de Flozino.

Nesse mesmo momento, suicidava-se Juarez Guimarães de Bri

to, na Guanabara, e era presa sua esposa Maria do Carmo Brito, que, na tarde desse sábado, falava sobre as duas áreas de treinamento. As declarações de Lungaretti estavam, assim, confirmadas pelas de Maria do Carmo, membro do CN. O CIE passou os dados para o II Ex, em caráter de urgência.

Nessa mesma noite, Lamarca chegou na área e informou que ela seria desmobilizada, em virtude da prisão de Flozino. Determinou, também, que Darcy e Edmauro se deslocassem para um Posto de Observação (PO), denominado "topo-bicha", que dominava a região da Capelinha (três casas), entrada natural da área.

Na manhã de 19 de abril, havia, na área 2, 17 militantes (75). Lamarca decidiu evacuá-los em três turmas: a primeira turma, composta por 8 militantes, sairia no dia seguinte; a segunda, com Lavecchia, Diógenes, Ariston e Gilberto, no dia 21; e a terceira, com Lamarca, Darcy, Fujimore, Nóbrega e Edmauro, no dia 24. Para isso, Fujimore e Diógenes abririam uma trilha até a torre de microondas, na Serra do Aleixo, de onde poderiam atingir, com facilidade, a BR-116. Enquanto isso, os que iriam permanecer desativariam as bases e esconderiam o material. Decidiu, também, abandonar a base "Zanirato" e ocupar a "Eremias", mais favorável ao ocultamento e à defesa.

26. "Operação Registro"

Localizada a área de treinamento, na manhã de 19 de abril, domingo, no QG/II Ex tomavam-se as providências necessárias para o seu desbaratamento e a possível prisão dos terroristas. Na hora do almoço, as decisões estavam tomadas. A "Operação Registro", como fora denominada, começaria com o vasculhamento da área.

A 1ª fase, de vasculhamento, seria executada, basicamente, por militares do 2º BPE, deslocados para a região nesse mesmo dia, para vigiar as proximidades da área 1 e observar a saída de suspeitos para a BR-116, e por elementos de informações do CIE, da 2ª Seção/II Ex e do 2º BPE, a serem deslocados na manhã do dia seguinte, para localizar e destruir a área 2. Para isso, contariam com o apoio de 4 helicópteros e a cobertura de 5 aviões T6, da 1ª Força Aérea Tática (1ª FAT). Participaria, ainda,

(75) Iara fora para Peruíbe e, depois da reunião do CN, seguiu para S. Paulo com Tercina ("a Tia") e Maria Barreto Leite Valdez.

dessa fase uma bateria do Comando da Artilharia de Costa e Antiaérea (CACAAé),com seus homens dispostos entre Iguape e Cananéia, para vigiar os acessos que, particularmente do interior da área 1, demandavam o litoral.

A 2ª fase, de limpeza, seria executada por elementos do 1º Batalhão do 4º Regimento de Infantaria (1º/4º RI), do 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) e do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM).

No cumprimento da 1ª fase, às 17.00 h, saiu uma equipe do 2º BPE, transportada por helicóptero, pousando ao anoitecer próximo à fazenda Boramy; às 19.00 h, partiu outra equipe,de C-14, que se reuniu à primeira, antes da meia-noite; e às 23.00 h,seguiu a terceira equipe, também de caminhonete, que não chegou ao destino, pois teve um acidente no caminho, no qual morreu um soldado e os demais ficaram feridos.

No PO da "topo-bicha", Darcy e Edmauro avistaram um helicóptero e transmitiram a Lamarca que, às 17.30 h, a aeronave sobrevoava a área 1.

Planejamentos feitos, de lado a lado, tudo indicava um encontro decisivo, para a manhã do dia seguinte: a chegada dos elementos de informações coincidindo com a saída dos 8 militantes que seriam evacuados na 1ª turma.

As fortes chuvas que caíram em S.Paulo, no dia 20, entretanto, ajudaram os "guerrilheiros" da VPR, só permitindo que os 4 helicópteros, transportando 25 homens, decolassem de Cumbica ao meio-dia. Nesse ínterim, saíam pela trilha da torre de microondas e daí à BR-116, os 8 militantes (76).

Um dos helicópteros pousou em Jacupiranga e os outros 3, em Registro. Perguntando aos moradores da região de Jacupiranga, um Sargento descobriu o sítio do "Maneco". Estava localizada a área 2.

Às 15.30 h, os 4 helicópteros desceram a 2 Km das "3 casas". Na "topo-bicha", Darcy informou a chegada dos helicópteros e,à noite,na base "Eremias",esclareceu que havia no local homens no valor de 1 pelotão.

(76) Saíram 2 a 2, em intervalos de 10 minutos: Herbert e Revollo, Roberto Menkes e Carmen, Ubiratan e Antenor, e Delci e Valneri. Enquanto os 8 fugiam, Manoel de Lima era capturado no "aparelho" de Peruíbe, já ocupado pela polícia.

Voltando ao PO, às 05.30 h,de 21 de abril,Darcy e Lavecchia (que substituíra Edmauro),conforme o combinado com Lamarca, tentaram comunicar-se através do rádio, nada conseguindo.

Ainda na manhã desse mesmo dia, a 1ª/1º/4º RI, que chegara durante a noite, passou a ser empregada a partir das "3 casas", com a missão de limpar a área e de atingir o ponto mais elevado do primeiro compartimento (a "topo-bicha"), aí estabelecendo uma base para a saída de novas patrulhas.

À tarde, um avião C-115, com uma equipe da Brigada Aeroterrestre (Bda Aet), integrada por 11 oficiais, 17 subtenentes e sargentos e 6 cabos,pousou em Registro.

Não conseguindo ligação com o PO, Lamarca, na hora do almoço, enviou Diógenes para observar o que havia ocorrido. Ao retornar, cerca de 3 horas depois, Diógenes afirmou que ouviu vozes dando ordens na região do PO e os "gritos de Darcy e Lavecchia sendo torturados". Os 7 militantes deslocaram-se para o depósito de suprimentos, uns 2 Km ao norte, onde deveriam se encontrar com Darcy e Lavecchia, caso não estivessem presos (77).

No dia 22 de abril, o General Cmt do CACAAé foi designado comandante da "Operação Registro". Seu Posto de Comando (PC)foi instalado em Pariqüera-Açu, sendo, poucos dias depois, deslocado para Jacupiranga.

A 1º/1º/4º RI, com cães de guerra da PM/SP, foi empregada em ações de vasculhamento na região de Capelinha. Sediados em Registro, 7 helicópteros de reconhecimento e 4 aviões T6, da 1ª FAT, forneciam apoio aéreo às operações. À tarde, a equipe pára quedista iniciou os patrulhamentos, com sua base sendo colocada a NW da área, a fim de barrar as saídas para Barra do Turvo e Braço. Sem saber, havia sido colocada em rota de colisão com o "grupo dos 7", que seguia rumo NW, em direção a Braço. Nessa tarde, foi descoberta a base "Zanirato". À noite, homens de uma bateria do 6º GACosM ocuparam a estrada que saía da torre para a BR-116. Ainda nessa noite, a PM/PR passou a ser empregada para bloquear as saídas para o Sul.

(77) Nesse ponto, houve um erro de coordenação: enquanto que para Darcy e Lavecchia o encontro seria na região da torre, para Lamarca e seus companheiros ele seria no depósito.

Em 23 de abril, Lamarca já havia decidido sair da área pelo norte, atingindo a estrada que liga Braço a Eldorado. Nesse dia, prosseguiram as patrulhas de vasculhamento da área, por tropas da 1ª/1º/4º RI e da equipe pára-quedistas, que se deslocaram para o 2º compartimento.

No dia 24 de abril, uma sexta-feira, o "grupo dos 7" continuava marchando sempre no rumo norte. Nesse dia, helicópteros de combate e aviões T6 bombardearam e metralharam áreas suspeitas. À tarde, 2 patrulhas pára-quedistas foram lançadas para percorrer os ribeirões Capoeira e Calixto, afluentes do Rio Capelinha. O encontro com os militantes da VPR parecia ser iminente.

Na manhã de sábado, 25 de abril, enquanto o "grupo dos 7" prosseguia para o norte pelo ribeirão Calixto, descobriu-se um erro da patrulha designada para esse ribeirão. Ela seguira em direção contrária à prevista, tomando o contra-azimute! Corrigido o erro, retornou à sua missão, mas, ao descer o Rio Capelinha, não identificou a confluência do ribeirão Calixto, indo parar na base das "3 casas". Perdia-se mais uma vez, a oportunidade de encontro. Nesse dia, foi descoberta a base "Eremias".

No domingo, 26 de abril, Darcy e Lavecchia tomaram o rumo leste, chegando nas proximidades das "3 casas". Decidiram escapar em direção à BR-116 e, à noite, pediram comida na casa de um morador da região. Observaram, entretanto, que, nem bem saíram, o camponês foi avisar os soldados.

Preso

Na manhã de segunda-feira, 27 de abril, Darcy e Lavecchia, ao pedirem carona a um caminhão, na altura do Km 246 da BR-116, foram presos pela equipe de abastecimento dos helicópteros, que estava estacionada junto a uma instalação do DNER. Em vez de serem levados ao PC avançado, distante 5 Km, o Capitão Ajudante-de-Ordens do General conduziu-os até Jacupiranga, a 30 Km, para serem apresentados ao Cmt da Operação. Perdia-se um tempo precioso para a busca de informes. No retorno, indicaram o local onde haviam escondido seu material, onde foram apreendidos 2 FAL, com 130 tiros, 2 revólveres .38, com 120 tiros e 2 mochilas.

O "grupo dos 7", nesse dia e nos que se seguiram, prosseguia no mesmo esquema de deslocamento, sempre no rumo norte.

No dia 1º de maio, a BR-116 foi totalmente interditada, com o tráfego sendo desviado para a estrada da Ribeira, antiga rodovia São Paulo-Curitiba.

No domingo, 3 de maio, foi feito um vasculhamento geral da área, com o lançamento de 18 patrulhas que nada encontraram. Muitos já acreditavam que os "guerrilheiros" já haviam conseguido sair.

No dia 5 de maio, terça-feira, o Comando da Operação determinou a desmobilização parcial da área, mantendo, apenas, um dispositivo de vigilância, com uma companhia do 6º RI em Capelinha e tropas em Barra do Turvo e Braço. O apoio aéreo ficou reduzido a 3 helicópteros.

Na quinta-feira, 7 de maio, em reunião no QG/II Ex, decidiu-se desmobilizar ainda mais a área, apesar da opinião contrária do CIE, que insistia em afirmar que os militantes ainda não haviam saído. Um pelotão do 2º BC, que estava em Braço, recebeu ordens de abandonar aquela região.

A despeito da desativação, o CIE havia montado um dispositivo de vigilância e informações (78). Dois oficiais seguiram para São Paulo, a fim de conseguir reforços, nada conseguindo em face da ordem de desmobilização do dispositivo.

Às 10.30 h de 8 de maio, o "grupo dos 7" — Lamarca, Fujimore, Gilberto, Diógenes, Nóbrega, Ariston e Edmauro — atingiu a localidade de Barra do Areado, a 10 quilômetros a SW de Braço. Viram que haviam cometido um erro de cálculo: em vez de rumarem sempre para o norte, desviaram-se para NW.

Dirigindo-se para uma venda e dizendo que eram caçadores perdidos, alugaram, por 80 cruzeiros, uma "pick-up" Ford F-350 do proprietário da venda, a fim de levá-los até Eldorado. Tomaram banho no rio, trocaram de roupa e almoçaram.

Enquanto isso, o proprietário, já instruído, enviou dois moradores a cavalo para avisar a tropa do Exército que estava em Braço. Não encontrando ninguém (o pelotão havia sido retirado no dia anterior), seguiram para Eldorado, onde alertaram que os 7

(78) Compunham o dispositivo os seguintes elementos: do CIE e da 2ª Seção do II Ex, no PC em Jacupiranga; do DOPS/Santos (2 delegados, 2 escrivães e 5 investigadores), reforçados por praças da PM/SP; da 2ª Seção/II Ex, com 3 agentes, no Km 230 da BR-116; do 2º BPE, com 1 Capitão e 3 Sargentos, na Casa Amarela; e da PM/SP, para reforçar o policiamento em Barra do Turvo, Braço, Pariqüera-Açu, Iguape e Cananéia.

militantes viriam na carroceria da F-350. Por telefone, foi avisada a polícia de Registro. O Sargento comandante do Destacamento da PM, que policiava Eldorado, determinou que seus seis soldados, armados de revólveres .38, estabelecessem uma barreira e seguiu para Jacupiranga, a fim de avisar o Exército. Às 18.30 h, o PC de Jacupiranga decidiu enviar um pelotão do 6º RI para Eldorado.

Às 17.30 h, entretanto, já haviam saído os 7 militantes, de Barra do Areado, deixando suas mochilas na venda e levando somente as armas: cada um com revólver .38 e as armas "pesadas", 2 FAL, 1 metralhadora INA, 2 espingardas calibre 12 e 2 fuzis. Depois de uma pequena parada em Braço, chegaram a Eldorado por volta das 19.00 h. Na barreira, os soldados da PM pediram-lhes os documentos e não acreditaram na história de caçadores. Nóbrega foi o primeiro a atirar, acertando um soldado. Com o tiroteio, alguns soldados foram feridos, enquanto outros fugiram para um lado e os 7 correram para o outro, parando 50 metros adiante. Observando que ninguém ficara próximo da F-350, Ariston e Diógenes foram buscá-la e, após embarcarem, os 7 seguiram em direção a Sete Barras, com Edmauro, levemente ferido na cabeça.

Enquanto isso, às 19.30 h, o PC de Jacupiranga tomava ciência do ocorrido em Eldorado. Só então o pelotão do 6º RI seguiu para Eldorado, agora em perseguição aos militantes. Nesse ínterim, cerca de 20 homens da PM/SP, chefiados pelo Tenente Alberto Mendes Júnior, haviam seguido de Registro para Sete Barras. Aí chegando, o Tenente Mendes soube que nada havia ocorrido nessa cidade, como, erradamente, fora avisado. Por telefone, soube, então, que o entrevero havia sido em Eldorado, para onde seguiu, já reforçado por uma Rural-Willys vermelha. No cruzamento com o Rio Etá, que transbordara pelas chuvas, a Rural atolou, prosseguindo os policiais militares com uma C-14 e um caminhão Chevrolet, com o toldo abaixado.

Cerca de 1 Km depois, houve o encontro, já narrado na introdução deste livro, quando alguns homens do Ten Mendes ficaram feridos. Após render-se, o Ten Mendes deixou o restante de seus homens sob as armas dos terroristas e levou os feridos até Sete Barras. Isto feito, retornou sozinho, em busca de contato com o grupo, preocupado que estava com o restante dos policiais militares. Encontrou os terroristas pouco além do Rio Etá, de posse de um caminhão civil por eles capturado. Consta-

tou logo que os soldados haviam sido abandonados e deixados para trás. Informado que ficaria como refém, foi obrigado a seguir com o "grupo dos 7" em direção a Sete Barras. Ao tentarem atravessar o atoleiro do Rio Etá, não conseguiram transpô-lo com o caminhão. Prosseguiram, então, a pé, em duas filas indianas dispostas nas margens da estrada.

Era quase meia-noite, quando o grupo ouviu vozes e barulho de veículos, cerca de 15 metros à frente, na entrada de Sete Barras. Nesse momento, Edmauro, que havia ficado mais à retaguarda por estar ferido, começou a gritar que estava perdido. Os soldados da barreira, assim alertados, deram ordem de "alto", o que fez com que o grupo se embrenhasse no mato, levando consigo o tenente.

Pouco depois, passou um veículo civil no sentido Eldorado-Sete Barras e, ultrapassando o local da estrada onde haviam estado antes os terroristas, chocou-se com a barreira, travando-se intenso tiroteio. Era o pelotão do 6º RI, que vinha de Eldorado, em viatura civil — as militares haviam sofrido sucessivas panes —, e provocara o tiroteio entre as próprias forças amigas, o que causou 4 feridos. A sorte, decisivamente, ajudava os militantes da VPR.

27. "Operação Sete Barras"

Confirmada a presença dos terroristas ainda na área, no dia 9 de maio, teve início uma nova operação, denominada "Sete Barras". Para essa operação, o dispositivo foi reajustado, estabelecendo-se o cerco com: uma bateria do 2º RO 105, em São Miguel Arcanjo, ao norte; elementos do 6º GACosM e da PM/SP, a W do Rio Etá; um pelotão do 6º RI, em Eldorado; elementos do 5º GCan 90 AAe, do 6º RI e da Polícia Civil, em Sete Barras; uma companhia do 6º RI, a L do Rio Etá; e uma companhia do Batalhão "Brucutu", da PM/SP, em Juquiá. Para o apoio aéreo, havia 2 helicópteros da 1ª FAT.

Após o entrevero, o "grupo dos 7" havia-se reduzido a 5, sem contar o Tenente Mendes, conduzido como refém. Nóbrega, perdido, ficou ao sul de Sete Barras; Edmauro, também perdido, permaneceu próximo de Eldorado. Lamarca e seus companheiros deslocaram-se no rumo norte, em direção a São Miguel Arcanjo.

O dia 10 de maio, domingo, foi marcado pelo assassinato do Tenente Mendes, praticado a coronhadas, desfechadas por Yoshitane Fujimore e Diógenes Sobrosa de Souza (79). Após enterrá-lo, o já então "grupo dos 5" andou algumas centenas de metros, chegando a uma plantação de abacaxis e bananas, numa fazenda 20 km ao norte de Sete Bárras. Essa fazenda estava ocupada por tropas do Exército. Mas, mesmo assim, os 5 ficaram no local durante 10 dias, escondidos embaixo de uma pedra, que formava uma espécie de gruta.

Na manhã desse domingo, Edmauro foi pedir guarida numa casa próxima do local em que passara a noite. Denunciado, foi preso, logo depois, quando dormia numa pequena casa de madeira que servia de paiol.

Nóbrega, por sua vez, não conseguiu sair da área, pelo forte cerco, chegando a ser visto próximo de um riacho. Até terça-feira, dia 12, permaneceu escondido. Nessa manhã, dirigiu-se a um lavrador pedindo comida. Às 14 horas, quando a aguardava, foi preso por um sargento e um soldado, levados pelo lavrador.

No início da noite de 18 de maio, segunda-feira, Lamarca e Fujimore saíram do esconderijo e foram comprar gêneros numa venda próxima à Estrada do Areiado. Apesar da denúncia feita pelo proprietário da venda, o Comandante da Operação não acreditou no informe e as medidas para o cerco aproximado só foram tomadas muito tarde.

Depois de 10 dias escondidos, percebendo que haviam sido denunciados, os 5 militantes reiniciaram, em 19 de maio, o deslocamento para o norte em direção a São Miguel Arcanjo.

Quatro dias após, em 23, às 11 horas, Fujimore dirigiu-se a um nissei proprietário do Sítio Alvorada, próximo do entroncamento da Estrada Sete Barras-São Miguel Arcanjo com a Estrada da Formosa. Falando em japonês, disse que estava com outros companheiros lutando contra o Exército e que pagariam bem pela comida, marcando um encontro às 10 horas do dia seguinte. O proprietário foi à venda em busca da tropa do 2º RO 105, quando en

(79) O assassinato do Tenente Mendes foi descrito na Introdução deste livro — "A violência em três atos". É o segundo ato.

controu diversos oficiais praticando tiro de revólver (80).

No dia seguinte, 24 de maio, um domingo, os 5 militantes chegaram bem cedo ao local previsto para o recebimento da comida. Às 11 horas, uma hora depois da hora marcada, viram chegar um "japonês" (seria o mesmo do dia anterior?), seguido por mais um homem. Lamarca disse "bom dia" ao "japonês". Nesse momento, observou que, um pouco mais atrás, vinha um outro elemento, fardado. Gritou que era a "repressão" e os 5 fugiram para um lado enquanto a "repressão" fugia para o outro. Mais uma vez, houvera o contato e novamente fora rompido. O "grupo dos 5", após esse encontro, reiniciou o seu deslocamento para o norte, acampando, no dia 29 de maio, a cerca de 1 Km de tropas do Exército.

Na manhã do dia seguinte, após tomar banho num rio, barbear-se e cortar o cabelo, Gilberto Faria Lima conseguiu sair da área sozinho. A idéia do grupo, agora reduzido a 4, era conseguir auxílio de transporte, junto aos militantes da VPR, em São Paulo.

Na tarde de 31 de maio, aproximou-se uma viatura do 2º RO 105, rebocando uma cisterna, que ia buscar água. Na direção, um sargento nissei, com pistola .45, e mais 4 soldados — 2 na boléia e 2 na carroceria —, todos desarmados. Ariston fez sinal para a viatura, que parou. Ato contínuo, tomaram-na de assalto e vestiram as fardas dos militares, deixando os soldados só de cuecas, embaixo de um toldo na carroceria. Encontraram, no porta-luvas, a relação das senhas. Ainda com o sargento nissei ao volante, encontraram, mais à frente, uma barreira, onde foi interpelá-los um sargento. Dizendo que precisava do suprimento com urgência, o nissei passou com facilidade, sem mesmo ter que usar a senha.

Já com Fujimore ao volante, fardado de sargento, o grupo chegou em São Miguel Arcanjo, onde abasteceu. Daí, passaram por Itapetininga e Tatuí, ganhando a Rodovia Castelo Branco. Já em São Paulo, na Marginal do Tietê, perto de Vila Maria, voltaram a colocar as roupas civis, deixando os militares, sem roupas, amarrados na carroceria.

Acabava, nessa noite de 31 de maio, a "Operação Sete Barras".

(80) Posteriormente, Diógenes e Ariston, presos, declararam que esses tiros os espantaram para longe do local.

Diógenes Sousa de ... Sousa
Preso no RS em 1970 (12/12/70) em 1971 (novembro 1971)
Condenado à morte em 1971 — Fins de 79 com a anistia foi libertado

Em 8 de setembro, o cadáver do Tenente Mendes era desenterrado do local apontado por Ariston, preso em 19 de agosto. Alguns dias depois, Lamarca divulgava um manifesto intitulado "Do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira", onde descreve a sua versão dos acontecimentos, procurando justificar o assassinato do Tenente.

Não há dúvida que a fuga bem sucedida serviu para que tentassem criar o mito Lamarca. Por outro lado, José Araújo de Nóbrega, também ex-militar, preso na área em 12 de maio, fazia declarações importantes sobre a infiltração da VPR no Exército. De próprio punho, sob o título de "Visão Crítica Pessoal", Nóbrega escrevia:

"O Capitão Lamarca não possui um QI satisfatório, à altura de ser um líder revolucionário. É um elemento de caráter volúvel, não tem posição definida, suas decisões são tomadas seguindo suas tendências emocionais. Suas qualidades militares são limitadas, tem limites de aproveitamento prático do conhecimento técnico que possui. É pouco engenhoso. O valor político que possui para ser um líder de esquerda lhe foi dado pela imprensa (interessada ou não). As suas façanhas são limitadas e são raras, todavia é elemento audacioso".

De fato, Lamarca era audacioso, e sua audácia advinha, pelo menos em boa parte, da compulsão que tinha para "aparecer", para se fazer notado. Colocado em 46º lugar numa turma de 57 aspirantes, não era, sem dúvida, uma inteligência brilhante e, embora gostasse de tiro, não chegou a ser um atirador de escol, era apenas um bom atirador.

De qualquer forma, eficiente ou embusteiro, a VPR dele estava precisando para a sua reestruturação.

28. VPR: os rescaldos de maio e a reestruturação de junho

Fruto das sucessivas "quedas" do mês de abril, o CN da VPR estava esfacelado.

Na Guanabara, desaparecia a UC "Severino Viana Colou". A outra UC, a "João Lucas Alves", passou a ser comandada por Sônia Eliane Lafoz, tendo ganho o reforço de três militantes oriundos da VAR-Palmares. Em São Paulo, no lugar de Ladislas, assumiu o comando da UC, Oswaldo Soares. No Rio Grande do Sul, a VPR iniciava a sua reestruturação, após a fiasco da tentativa de seqües

tro do cônsul norte-americano e das conseqüentes prisões. Ao todo, eram cerca de 60 militantes nos três Estados e um trabalho iniciando-se no Nordeste.

Não pararam, entretanto, as "quedas", em conseqüência das prisões. Em maio, resistindo a tiros à voz de prisão, foi morto Joelson Crispim, que havia participado do seqüestro do cônsul do Japão.

No dia 17, em São Paulo, foi preso o recém-designado comandante da UC, Oswaldo Soares, que entregou seu "aparelho", como já foi narrado, onde morreram sua companheira Alcery Maria Gomes da Silva e Antonio dos Três Reis de Oliveira, militante da ALN.

Também foram presos, em maio, Encarnación Lopes Peres, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Jovelina Tonello do Nascimento e seu marido Manoel Dias do Nascimento, que colaborou com a polícia na identificação de dezenas de militantes (81).

Na Guanabara, no dia 14, foram presos Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley, do Setor de Inteligência, e, no dia 20, Eudaldo Gomes da Silva.

No Rio Grande do Sul, ainda no dia 14, foi preso Roberto Antonio de Fortini, que havia dirigido a implantação da área tática de Três Passos.

Nesse mês de maio, a VPR somente executou duas ações armadas: no dia 23, quando roubou 4.500 cruzeiros da casa de câmbio "Adam Exchange", em Copacabana; e no dia 26, em São Paulo, quando, em "frente" com a ALN, o MRT e a REDE, obteve 180 mil cruzeiros do Banco do Brasil, na Avenida Jabaquara.

O mês de junho marcou a reestruturação da VPR, engrossada com o retorno do restante dos militantes que haviam participado do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Carlos Lamarca reassumiu as suas funções de comandante-em-chefe e participou de uma reunião da "frente" integrada pela ALN, pelo MRT e pela REDE. Apesar de não ter sido aprovada a constituição de um Comando Urbano, composto por um dirigente de cada organização, foi reconhecida a necessidade de concentrar esforços e de serem realiza

---

(81) Banido em janeiro de 1971, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz fez, na Suécia, um filme sobre Maria Auxiliadora Lara Barcelos, militante que se suicidara em 1976. Retornando ao Brasil, passou a trabalhar na EMBRAFILME, em 1984.

dos planejamentos conjuntos. O CN foi completado com Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etiene Romeu.

No Rio Grande do Sul, reestruturava-se a UC "Manoel Raimundo Soares (UC/MRS), que passou a ser comandada por Reinholdo Amadeo Klement, que também acumulava o Setor de Inteligência, junto com sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. A UC era constituída por duas bases: a primeira, denominada de "João Lucas Alves", era coordenada por Diógenes Sobrosa de Souza; e a segunda, por Antonio Carlos Araújo Chagas.

Na manhã de 10 de junho, a UC/MRS assaltou a agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, onde foram roubados 2.218 cruzeiros. Na ocasião, a PM tentou impedir o assalto, resultando tiroteio que não acarretou nenhum ferido.

Em São Paulo, Yoshitane Fujimore assumiu a UC, que recebeu a denominação de "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL), e a dividiu em duas bases: a primeira, coordenada por Valneri Neves Antunes; e a segunda, por José Maria Ferreira de Araújo.

Fato marcante desse mês de junho foi a apresentação à polícia de Massafumi Yoshinaga, arrependido de sua atuação passada. Compareceu à televisão e deu várias entrevistas, procurando mostrar à juventude o erro de caminhar-se pela trilha do terrorismo (82).

Na Guanabara, os militantes da VPR reuniram-se numa única UC, a "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), em homenagem ao líder morto em 18 de abril. Comandada por Sônia Eliane Lafoz, possuía três bases: a primeira, coordenada por Gerson Theodoro de Oliveira; a segunda, por Roberto das Chagas e Silva; e a terceira por Zenaide Machado.

Enquanto isso, Alex Polari de Alverga prestava assistência ao denominado "grupo dos proletas", constituído por cerca de dez marginais levados pelos salva-vidas Walter Ribeiro Novaes e Alípio Barbosa. Com eles, a VPR pretendia formar uma base para realizar assaltos na já conturbada área da Baixada Fluminense.

Mas, indubitavelmente, a ação mais importante da VPR, nesse mês de junho, foi o seqüestro do embaixador alemão, através da UC/JGB.

(82) Em 6 de junho de 1976, Massafumi Yoshinaga apareceu enforcado em sua residência, em Vila Odete, na capital paulista.

29. VPR e ALN: o seqüestro do embaixador alemão

Desde o início de 1970, coerente com a sua intenção de realizar atividades de propaganda armada, a VPR da Guanabara vinha realizando levantamentos para o seqüestro de alguns diplomatas, como os embaixadores dos Estados Unidos, do Japão, da Suécia e da Alemanha, este último em "frente" com a FLN, de Joaquim Pires Cerveira.

A prisão, em 18 de abril de 1970, de Maria do Carmo Brito, membro do CN, e a localização de seu "aparelho", na Gávea, proporcionaram aos órgãos de segurança a descoberta de um minucioso planejamento para o seqüestro do embaixador alemão. Nele apareciam as primeiras letras dos codinomes dos principais participantes da ação: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Roberto das Chagas e Silva, Alex Polari de Alverga e Joaquim Pires Cerveira. Desses seis, três estavam presos, um morto e somente dois soltos (83).

Em maio, as prisões estavam abarrotadas de militantes da VPR. Para ela, era urgente desencadear uma operação de seqüestro que libertasse os principais quadros e que, ao mesmo tempo, tivesse repercussão internacional. A UC/JGB retomou os planejamentos já realizados. O que visava ao embaixador norte-americano, dirigido por Alfredo Hélio Sirkis, mostrava uma segurança forte e atenta, motivada pelo seqüestro anterior do Embaixador Elbrick, em setembro de 1969, e a tentativa de seqüestro do cônsul em Porto Alegre, em abril de 1970. O referente ao embaixador da Suécia revelara que o veículo do diplomata fazia constantes mudanças de itinerário, tornando muito difícil a sua execução.

Decidindo-se pelo seqüestro do embaixador do Japão, no dia e no momento previstos, a ação foi sustada pela presença inesperada e ocasional, de um camburão da polícia.

Resolveu-se, então, seqüestrar o embaixador alemão, de 61 anos, Ehrenfried Von Holleben. O planejamento inicial mostrara que a ação poderia ser executada, com grandes chances de sucesso (84). Apesar dos planos já serem do conhecimento da polícia, a segurança do embaixador era pequena, constituída por um

(83) Eram o "Maciel" e o "Bartô", posteriormente identificados como sendo, respectivamente, Roberto das Chagas e Silva e Alex Polari de Alverga.

(84) O planejamento foi dirigido por Alex Polari de Alverga, com a ajuda de Lúcia Velloso Maurício, Vera Lúcia Thimóteo e Júlio Cesar Covello Neto.

carro com dois agentes. Além disso, os terroristas raciocinaram que os órgãos de segurança não estariam acreditando que fosse realizada a ação, com o planejamento já conhecido. A VPR pensou corretamente.

Atualizaram o planejamento e roubaram quatro carros. Desde maio, possuíam uma casa de dois quartos para guardar o embaixador, na Rua Juvêncio de Menezes, nº 535, em Cordovil, alugada para o "casal" Gerson Theodoro de Oliveira e Tereza Ângelo. Em São Paulo, nos primeiros dias de junho, uma reunião entre Carlos Lamarca, "Toledo" (da ALN) e Devanir José de Carvalho (do MRT) havia estabelecido a lista dos 40 prisioneiros que seriam trocados pelo embaixador. Como reforço, receberam 30 mil cruzeiros, uma metralhadora INA, uma pistola .45 e dois militantes da ALN, José Milton Barbosa e "Bacuri", este para comandar a ação.

No dia 11 de junho de 1970, durante o jogo Inglaterra x Tchecoslováquia, pela Copa do Mundo, quando o trânsito era diminuto, Holleben saiu da Embaixada, localizada na Rua Presidente Carlos de Campos, em Laranjeiras, em direção à sua residência, na Rua Cândido Mendes, em Santa Tereza. Sentado no banco de trás de sua Mercedes preta, o embaixador tinha, como motorista, o funcionário Marinho Huttl e o agente da Polícia Federal Irlando de Souza Regis, sentado no banco da frente e portando um revólver .38. Seguindo a Mercedes, como segurança, ia uma Variant, com os agentes da Polícia Federal Luiz Antonio Sampaio, motorista, e José Banharo da Silva, com uma metralhadora INA.

Tendo ocupado o dispositivo da ação desde as 19 horas, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o seqüestro às 19.55 horas, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento da Rua Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho.

Ao aproximar-se o carro diplomático, Jesus Paredes Soto deu um sinal a José Maurício Gradel, que avançou uma "pick-up" Willys abalroando a Mercedes. Incontinenti, o "casal" que namorava na "Escadinha do Fialho", Sônia Eliane Lafoz e José Milton Barbosa, este com metralhadora, disparou suas armas contra a Variant da segurança, ferindo Luiz Antonio no abdômen e na coxa esquerda e Banharo, na cabeça. Ao mesmo tempo, "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revólver .38 em Irlando de Souza Régis, matando-o com um tiro na cabeça.

Herbert Eustáquio de Carvalho, empunhando uma pistola .45,

arrancou o diplomata da Mercedes e embarcou-o no Opala, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende. Deixando no local a "pick-up" do abalroamento, três carros fugiram em alta velocidade, em fila indiana: na frente, um Volks grená dirigido por Roberto das Chagas e Silva e transportando Sônia Eliane Lafoz e Alex Polari de Alverga; no meio, um Opala, com Jose Roberto, "Bacuri", Herbert e o embaixador; e atrás, cerrando a fila, um Volks vermelho dirigido por Gradel, levando José Milton e Jesus Paredes Soto.

Executado por 9 terroristas, o seqüestro não durou 4 minutos e deixou um morto e dois feridos graves. Espalhados pelo chão, alguns panfletos assinados pela VPR e pela ALN: um "Esclarecimento" e um manifesto "Ao Povo Brasileiro".

Subindo pela Cândido Mendes, Herbert colocou algodão embebido em éter no nariz de Holleben. No outro lado de Santa Tereza, na altura do nº 200 da Rua Professor Olinto de Oliveira, foi feito o transbordo para uma Kombi verde-clara, onde estavam aguardando Gerson Theodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira e Alfredo Hélio Sirkis, para servir de intérprete. Saiu a Kombi dirigida por Maurício: na frente, Gerson e "Bacuri", e, atrás, Sirkis e o embaixador, colocado dentro de uma pequena caixa de madeira. Os dois Volks e o Opala foram, logo depois, abandonados por seus ocupantes.

Cerca das 21 horas, depois de dar uma raspada num ônibus, chegaram ao "aparelho" de Cordovil, onde aguardavam Manoel Henrique Ferreira e Tereza Ângelo. O caixote foi desembarcado e Holleben colocado num dos quartos. Nessa madrugada, "Bacuri" datilografava o "Comunicado nº 1", no qual fazia diversas exigências às autoridades, dentre as quais a libertação de 40 presos e a divulgação, pela Rádio Nacional, de "comunicados entre as regionais da organização". Ao mesmo tempo, Maurício deixava a Kombi num determinado local, para ser apanhada posteriormente, a fim de levar de volta o embaixador.

Durante os cinco dias que durou o seqüestro, mensagens foram trocadas entre os governos brasileiro e alemão. Seis comunicados do "Comando Juarez Guimarães de Brito" foram enviados às autoridades: Tereza os levava a Alex (sempre em três vias), que, depois de colocá-los em três locais, avisava às rádios e aos jornais para apanhá-los. Diversos "comunicados internos" foram tro

cados entre o comando da operação e a VPR em São Paulo, através da Rádio Nacional. Em código, eles transmitiam dados e instruções.

Nesses cinco dias, foram tranqüilas as relações entre Holleben e os cinco terroristas, sempre escondidos por capuzes. A comunicação era feita por Sirkis, que, em inglês, fazia o seu proselitismo, dizendo, entre outras coisas, que estavam tentando libertar seus companheiros, torturados nas prisões.

Na segunda-feira, dia 15, "Bacuri" seguiu para São Paulo, deixando Gerson no comando da operação. Nessa mesma noite, os 40 banidos, dentre os quais 20 da VPR, chegavam na Argélia, em avião da VARIG. Só faltava, agora, soltar o embaixador. O problema foi que, ao buscar a Kombi, Maurício não mais a encontrara. Deixada num local de estacionamento proibido, ela fora rebocada pelo DETRAN.

Durante todo o dia seguinte, 16 de junho, os militantes buscaram uma saída para o problema, chegando, inclusive, a aventar a hipótese de levá-lo de ônibus.

Às 22 horas, chegou a solução, na forma de um carro trazido por José Roberto Gonçalves de Rezende e Roberto das Chagas e Silva. Numa primeira leva, Sirkis e Manoel foram deixados no Méier. Na segunda, saíram Gerson, Tereza e o embaixador, largado às 23 horas, na Tijuca, próximo da Rua Barão de Mesquita.

Reconhecido por um popular, foi levado até a Embaixada, portando, no bolso do casaco, um documento relatando torturas, que, prazerosamente, se dispôs a divulgar na Europa. Nos seus depoimentos, posteriormente prestados, o Embaixador Holleben nada falou sobre esse documento e nem sobre suas conversas em inglês com Sirkis, o que poderia tê-lo identificado.

A VPR, paradoxalmente, ganhara mais um aliado (85).

(85) Trocados pelo embaixador alemão, foram banidos 40 militantes para a Argélia, em 15 de junho de 1970. Desses, 20 eram da VPR: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Göpfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araujo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antonio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira. Os outros 20 pertenciam a outras organizações comunistas: Aderval Alves Coqueiro, Angelo Pezzuti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamim, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antonio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

30. VPR: um 2º semestre violento

Reestruturada e com o moral alto, pelo sucesso alcançado com o seqüestro do embaixador alemão, a VPR ingressou no 2º semestre de 1970 disposta a incrementar suas ações violentas.

Na noite de 26 de julho, um domingo, quatro militantes da VPR do Rio Grande do Sul e mais dois do MR-26 tentaram seqüestrar o gerente e o subgerente do Banco do Brasil, em Gramado, a fim de levá-los a abrir o banco. Apesar de subjugarem o subgerente, o grupo que foi à casa do gerente surpreendeu-se com os gritos histéricos de sua esposa, o que os colocou em fuga.

Dois dias depois, em São Paulo, num assalto realizado em "frente" com o MRT e o MRM, militantes da VPR roubaram mais de 40 mil cruzeiros de uma garagem da CMTC, localizada na Avenida Imperatriz Leopoldina (86).

Em 19 de agosto, era preso em São Paulo Ariston Oliveira Lucena, um dos assassinos do Tenente Mendes. Vinte dias depois, Lucena indicava o local onde a vítima havia sido enterrada.

Ainda em São Paulo, Lamarca participava de mais uma reunião da "frente", agora somente com a ALN e o MRT, quando se tratou das ações conjuntas para os dois meses seguintes, que culminariam com as que seriam realizadas em 4 de novembro, data do primeiro aniversário da morte de Marighela.

Na Guanabara, três ações foram realizadas pela UC/JGB, no mês de agosto: no dia 6, o assalto a um posto de fiscalização do Ministério do Trabalho, em Caxias, com o roubo de carteiras de trabalho; uma semana depois, o assalto a um terminal de ônibus em Nova Iguaçu, levando uma caixa de metal onde só havia bilhetes de ônibus; e o assalto a uma garagem em Piedade, onde foram roubados um Volks e três pares de placas.

No Rio Grande do Sul, a UC/MRS desejosa de redimir-se dos fracassos anteriores, em "frente" com o MCR, realizou, em 13 de agosto, assaltos simultâneos à Companhia de Fumos Santa Cruz e à Fábrica de Cigarros Flórida, de onde foram roubados cerca de 16 mil cruzeiros. Em 29 desse mês, essa "frente" assaltou a casa de armas de "caça e pesca", Oficina Precisão, na Rua Benjamim Constant, levando 9 revólveres calibre .32, 3 espingardas, 1 carabina e mais de 10 mil cartuchos.

(86) Pela VPR, participaram Yoshitane Fujimore, Ariston Oliveira Lucena e Gregório Mendonça.

No mês seguinte, setembro, mais dois assaltos foram bem sucedidos: no dia 4, ao posto de gasolina Antão Farias, de onde foram levados 2 Volks; e, no dia 8, à Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses, que rendeu 6 mil cruzeiros.

Apesar de, nesse mês, terem sido presos três militantes que haviam participado da preparação da área tática de Três Passos, a UC/MRS estava exultante com as ações armadas que vinham sendo executadas. Tanto é que, no momento mesmo em que o CN colocava em discussão a possibilidade de serem criados "comandos de sabotagem", a VPR gaúcha dispensava os debates e organizava o citado comando (87). Açodado, Isko Germer, coordenador do "comando de sabotagem" da UC/MRS, em documento datado de 28 de setembro, propunha o seqüestro de "ex-governadores, militares e diplomatas", além de operações de sabotagem com "bombas, minas, granadas e material incendiário" em portos e navios.

Em São Paulo, ainda em setembro, a UC "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) recebeu um reforço na figura de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, vindo de Cuba trazendo 2 mil dólares. Duas ações armadas foram realizadas pela VPR, na capital paulista, nesse mês: no dia 15, em "frente" com militantes da ALN e do MRT, assaltaram um carro-forte da Brink's (já narrado nas ações do MRT); e, no dia 28, assaltaram e incendiaram a RP nº 53, na Rua Alcindo Guanabara, próximo da Avenida Lins de Vasconcelos, roubando os 2 revólveres e a metralhadora INA dos dois policiais-militares.

Mas, nem só de sucesso viveu a VPR/SP, em setembro de 1970. No dia 22, foram presos Mário de Freitas Gonçalves e sua companheira Noêmia Iba. Na tarde do dia seguinte, ao ser levado para "cobrir um ponto" nos terminais de ônibus do Anhangabaú, Mário conseguiu fugir espetacularmente, enquanto seu companheiro reagia violentamente à prisão, morrendo em conseqüência dos ferimentos recebidos. Identificado pelos documentos que portava como sendo "Edson Cabral Sardinha", só mais tarde se conseguiu levantar que o morto era o misterioso "Ariböia" — José Maria Ferreira de Araújo, ex-marinheiro com curso de guerrilha em Cuba e companheiro da paraguaia Soledad Barrett Viedma. Em seu lugar, como coordenador de uma das bases, assumiu Edson Neves Quaresma.

(87) O "comando de sabotagem" era integrado por: Isko Germer, Marco Antonio Lima Dourado, Cezar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobisesck Maslak.

Na segunda quinzena de setembro, numa reunião da "frente", decidiu-se realizar a "Campanha pelo Voto Nulo" para as eleições de 15 de novembro.

Na Guanabara, no dia 6 de setembro, um comando da VPR rendeu o gerente do União de Bancos Brasileiros, que chegava em sua residência, em Nilópolis, e obrigou-o a abrir a agência, em São João do Meriti, roubando cerca de 100 mil cruzeiros. Os militantes previstos para a cobertura da ação — Sônia Eliane Lafoz, comandante da UC/JGB, Roberto das Chagas e Silva, comandante de uma base, e José Maurício Gradel — não compareceram. Os três acabaram saindo da VPR e ingressando no MR-8 (88).

Rearticulou-se, então, a UC/JGB. Como comandante, no lugar de Sônia, ascendeu Gerson Theodoro de Oliveira, e as bases foram reduzidas a duas: uma, coordenada por Alex Polari de Alverga, e a outra, por Adair Gonçalves Reis.

Nos últimos dias de setembro, em "frente" com o PCBR, a UC/JGB fracassou no assalto a um carro-pagador do Bamerindus, em Nova Iguaçu.

No início de outubro, deu-se a transferência do CN de São Paulo para a Guanabara. Seguiram para o Rio de Janeiro Lamarca, Iara, Inês Etienne e José Raimundo da Costa, com escolta fornecida pelo MRT. Depois de quase 4 meses escondidos em "aparelho" do MRT, Lamarca e Iara eram entregues a domicílio à VPR. Lamarca não se esqueceria do favor que essa pequena organização lhe havia prestado. O "casal" foi descansar, durante dois meses, em Rio D'Ouro, pequeno lugarejo situado entre Piabetá e Santo Aleixo.

Em meados de outubro, numa reunião da "frente", decidiu-se executar três seqüestros consecutivos, como demonstração de força, no dia do aniversário da morte de Marighela, 4 de novembro. A idéia, como já vimos anteriormente, era libertar 200 presos.

Em São Paulo, duas prisões importantes aconteceram no dia 2 de outubro: as de Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes, que haviam participado da área de treinamento do Vale do Ribeira. Seus depoimentos esclareceram detalhes ainda obscuros do que

(88) Por defenderem a montagem de uma melhor infra-estrutura para a organização, antes de prosseguir nas ações, esses militantes, não atendidos, deixaram a VPR, transferindo-se para o MR-8. Foram acompanhados pelos militantes Roberto Menkes, Carmem Monteiro dos Santos Jacomini, Jesus Paredes Soto, Manoel Henrique Ferreira e Caio Salomé Souza de Oliveira.

haviam feito em Registro e possibilitaram à OBAN iniciar as investigações sobre a UC/ARL.

A única ação armada da VPR, nesse mês, foi a do dia 12, quando foram roubados três carros de uma garagem, em Todos os Santos, na Guanabara.

No dia 23, Lamarca divulgou o documento "Nota Complementar Sobre Guerrilha", onde eram estabelecidas as diferenças entre guerrilha tática e guerrilha irregular (89).

Entre os dias 1º e 9 de novembro, atendendo às recomendações da "frente", a VPR decretou uma absoluta parada nas atividades. As ações previstas para serem desencadeadas alguns dias antes de 15 de novembro, pela "Campanha do Voto Nulo", não poderiam ser prejudicadas por possíveis "quedas".

A partir do dia 10, iniciou-se a panfletagem armada em diversos bairros de São Paulo, com militantes da ALN, do MR-8, do MRT, do PCBR e da VPR. Vários foram os choques entre a polícia e os terroristas, destacando-se: o do dia 10, em Vila Prudente, quando foram baleados os Soldados da PM, Garibaldo de Queiroz e José Aleixo Nunes, e o motorista de táxi José Marques do Nascimento; e o do dia 13, na Avenida das Nações Unidas, em Santo Amaro, quando foram feridos nas costas o Sargento da PM Wilson Nora dos Santos e o Cabo Artur Né Saraiva.

Dois dias depois das eleições, uma nova reunião da "frente" determinou a posição de "recuo" e suspendeu os três seqüestros programados, apesar da opinião contrária da VPR (90).

No dia 19, Lamarca escreveu o documento "Partido ou Proletariado?", retomando o tema "avanço ou recuo", "vanguarda ou massa", que havia, na Guanabara, provocado o "racha" dos 8 militantes que foram para o MR-8. Definindo-se pelo "proletariado", Lamarca procurava demonstrar que o recuo, para a organização, não era uma posição revolucionária, sendo incompatível mesmo com os "princípios leninistas". Analisava, também, o quadro geral das esquerdas, concluindo que as organizações estavam desmembradas,

---

(89) Para Lamarca, na guerrilha tática deveriam atuar grupos de militantes, com regularidade e constância nas ações. Já a guerrilha irregular deveria ser desenvolvida pelos camponeses da região, treinados pelos militantes, sem regularidade, e, somente, com pequenas ações. No Vale do Ribeira, tinha havido treinamento. Na região de Três Passos, haveria guerrilha tática e, no Nordeste, José Raimundo da Costa preparava a irregular.

(90) Essa reunião está descrita no item 31 deste capítulo.

isoladas politicamente e passando por uma séria crise de segurança, causada, basicamente, pelo "aperfeiçoamento militar da repressão". Finalmente, estabelecia os quatro objetivos a serem atingidos pela VPR: o "desmascaramento da ofensiva política da classe dominante", a "ruptura do isolamento político" — a ser conseguida pela propaganda armada —, a "preparação da guerrilha rural" e a "organização de comandos de sabotagem".

Diversos foram os documentos que circularam sobre esses comandos. O de Adair Gonçalves Reis defendia a execução de "pequenas ações de sabotagem ou ações de terror contra edifícios públicos, representações diplomáticas, residências de empresários norte-americanos, generais, clubes de luxo freqüentados pela burguesia (Iate, Clube Militar), etc.". Já o de Gerson Theodoro de Oliveira preconizava a realização de sabotagem nos "locais vitais para a normalidade da vida na cidade (usinas elétricas, gasômetros, vias de comunicação — pontes, viadutos —, torres de comunicação — telégrafo, telefone, etc.)".

Ouvidas as bases da Guanabara, foi criado um Comando de Sabotagem, subordinado à UC/JGB, no qual atuava Ubajara Silveira Roriz, um estranho militante oriundo da DVP e que proporia a retirada dos "suportes da ponte Rio-Niterói", a provocação de "incêndios insuspeitos nos lençóis petrolíferos", a danificação do material das usinas de eletricidade, dando "marteladas nos pontos fracos das turbinas" e a soltura de "milhares de ratos em cidades siderúrgicas (como Volta Redonda)", a fim de "criar epidemias e paralisar a produção" (91).

Nos dias 3 e 6 de novembro, no Rio Grande do Sul, foram presos mais dois militantes que haviam participado do treinamento no Vale do Ribeira, respectivamente, Delci Fensterseifer e Antenor Machado dos Santos. As declarações de Delci possibilitaram à polícia chegar à placa que Yoshitane Fujimore estava usando em seu carro, um Volks grenã. Às 11.30 horas de 5 de dezembro, um sábado, Fujimore foi reconhecido em Vila Mariana e perseguido ao longo de várias ruas de São Paulo, até ser alcançado na Praça Santa Rita de Cássia, no Jabaquara. Saindo do Volks disparando uma metralhadora e um revólver, Fujimore e seu acompanhante, mais tarde identificado como sendo Edson Neves Quaresma, morreram no local, em conseqüência do tiroteio estabelecido.

---

(91) O Comando de Sabotagem era integrado por: Maurício Guilherme da Silveira, como coordenador, Walter Ribeiro Novaes, José Carlos de Oliveira Mendes e Ubajara Silveira Roriz.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a UC "Manoel Raimundo Soares" prosseguia nas ações armadas, incentivada pelo êxito das efetuadas em agosto e setembro. Na noite de 27 de novembro, junto com dois militantes do MCR, assaltaram a Casa Modelo, distribuidora dos produtos Lacta, localizada na Rua Dr. Eduardo Chartier. Procurando dar a entender que era um assalto de marginais, usaram disfarces e, além de 3.550 cruzeiros, levaram dois relógios, um rádio e chocolates.

No dia 7 de dezembro, Isko Germer, Luiz Carlos Dametto e Marco Antonio Lima Dourado executaram aquela que seria a primeira e única ação do "comando de sabotagem", ateando fogo na sede campestre do Círculo Militar — ainda em construção, em Vila Assunção, em Porto Alegre.

A última ação armada da UC/MRS foi executada na tarde de 10 de dezembro, com os assaltos simultâneos ao Banco Itaú-América, à farmácia e à tesouraria localizadas no interior do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de onde roubaram um total de quase 73 mil cruzeiros. O "Comando Yoshitane Fujimore", que praticou a ação, foi constituído por 9 militantes da VPR e 4 do MCR, e chegou a disparar contra um carro que o perseguiu.

Logo depois, entre os dias 11 e 13 de dezembro, foram localizados 5 aparelhos (3 da VPR e 2 do MCR) e presos 5 militantes do MCR e 9 da VPR (92), causando, na prática, o desmantelamento dessas duas organizações no Rio Grande do Sul. As declarações dos elementos presos, particularmente as de Carlos Alberto Tejera de Rê, possibilitariam a identificação e a prisão dos remanescentes, no ano seguinte.

Nessa época, estava, em pleno andamento, o seqüestro do embaixador suíço, na Guanabara.

31. VPR: o seqüestro do Embaixador da Suíça

Em meados de outubro de 1970, a "frente" composta por cinco organizações subversivas, ALN, VPR, PCBR, MR-8 e MRT, estava em plena euforia, fruto da perspectiva das ações que iram executar em conjunto, na semana do primeiro aniversário da morte de Marighela, em 4 de novembro. Dentre essas ações, a VPR planeja-

(92) Os militantes da VPR, presos, foram: Luiz Carlos Dametto, Carlos Alberto Tejera de Rê, Diógenes Sobrosa de Souza, Jorge Sobrosa de Souza, Edemar Meimes, Carlos Roberto Serrasol Borges, Airton Antonio Castagna, José Clayton [illegible] Flávio Gil Reis.

va ativamente o seqüestro que iria executar na Guanabara, o do Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, um dos três a serem seqüestrados.

A morte, em 23 de outubro, de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", líder máximo da ALN, e a sucessão de prisões que atingiram o PCBR, em Recife e em Salvador, arrefeceram o ânimo da "frente", agora embalada, apenas, pelas ações de propaganda armada que pretendia realizar alguns dias antes das eleições de 15 de novembro.

A VPR, entretanto, debruçava-se inteiramente nos preparativos para o seqüestro. No dia 1º de novembro, Carlos Lamarca enviou o documento "Recorrência da VPR à Frente", no qual questionava a quantidade de presos da VPR e da ALN que deveriam ser soltos pelos três seqüestros. Num total de 200 presos, dentre os quais 25 do PCBR, 15 do MR-8, 7 do MRT e 43 de outras organizações, a VPR não concordava com os 40 que a ela haviam sido propostos, em comparação com os 70 da ALN. Numa linguagem agressiva, talvez pela ausência de "Toledo", Lamarca propunha a inversão dos números, 70 para a VPR e 40 para a ALN. "De qualquer modo", afirmava Lamarca,"a VPR tem como questão fechada que o número de militantes da VPR e da ALN deve ser o mesmo".

Alguns dias depois, a ALN, o MR-8 e o MRT enviaram o documento "Ao Comando da VPR", no qual decidiam "reabrir as discussões em torno do número de presos a ser pedido no seqüestro", fazendo, entretanto, severas críticas ao procedimento da VPR, que questionava os números estabelecidos numa reunião conjunta, à qual ela mesma havia comparecido. Sem que Lamarca percebesse, já estava embutida, no documento, a posição de "recuo" — em vez de "seqüestros", a palavra vinha no singular.

O fracasso das ações de propaganda armada na "Campanha pelo Voto Nulo", ocasionando choques trágicos com a polícia e pouco rendimento, precipitou o "recuo" da "frente".

Numa reunião realizada alguns dias depois das eleições, no "aparelho" de Joaquim Alencar de Seixas, do MRT, à qual compareceram Herbert Eustáquio de Carvalho e Yoshitane Fujimore, pela VPR, o MR-8, representado por Carlos Alberto Vieira Muniz, apresentou a proposta de suspensão, por tempo indeterminado, dos três seqüestros, até que fossem preparadas melhores condições de segurança, com "aparelhos", dinheiro, armas, documentação, es-

quema médico, etc. Para o MR-8, havia que se montar, antes, uma infra-estrutura eficiente que assegurasse o sucesso das ações. Era a posição de "recuo" que a VPR já havia discutido poucos meses antes e deliberado contra.

A maioria optou pelo "recuo", e a VPR comprometeu-se a não realizar o seqüestro até a reunião da "frente", prevista para ser realizada em dois meses. Lamarca, na Guanabara, consultou as bases. Favoráveis à ação, a VPR decidiu executá-la usando a sua autonomia e à revelia da "frente".

Bem que o MR-8 tentou atrasar o seqüestro, lançando a idéia de executar uma ação que iria render 20 metralhadoras. Como precisavam de fardas da PM e para provar que essa ação já estava em andamento, o MR-8 assaltou os dois policiais-militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, em Botafogo, em 27 de novembro. Chegou mesmo a pensar em não devolver uma metralhadora que a VPR lhe havia emprestado, necessária para o seqüestro. Depois de acirradas discussões, concluiu que seria "oportunismo demais" e devolveu a arma.

Nada mais faltava à VPR. Os levantamentos já estavam prontos, realizados pela Unidade de Combate "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), comandada por Gerson Theodoro de Oliveira.

O esquema médico já havia sido montado por Inês Etienne Romeu, que combinara com o Dr. Edson Medeiros, ex-vereador cassado em 1964, para aguardar um telefonema até às 13 horas do dia aprazado. Se houvesse feridos, eles seriam recebidos por Walter Ribeiro Novaes, que estaria aguardando com um Volks estacionado na Rua Costa Bastos, em Santa Teresa. Daí, seriam levados para um sítio da Estrada do Guerenguê, na Taquara, alugado por Sinfrônio Mesaneto, onde seriam recebidos pelo caseiro Honório Amorim Bezerra, ex-militante da Ala Vermelha e da VAR-Palmares.

Os carros para a ação já haviam sido conseguidos. No dia 22 de novembro, às 6 horas, assaltaram a garagem e o parqueamento localizados na Rua de Bonsucesso, nº 500, de onde levaram três Volks — dois azuis e um branco —, além de dois pares de placas e um revólver INA calibre .38. Às 5.30 horas de 30 de novembro, assaltaram, pela segunda vez, a garagem "Todos os Santos", localizada na Avenida Amaro Cavalcanti, no Encantado, de onde levaram um Aero-Willys cinza-claro e dois Volks, um branco e o outro azul-turquesa.

Como desinformação, Paulo Brandi de Barros Cachapuz daria, logo após o seqüestro, diversos telefonemas para rádios e delegacias, procurando dar falsas pistas à polícia sobre o paradeiro dos terroristas.

O "aparelho" escolhido para a guarda do embaixador seria, do mesmo modo que o do alemão, a residência do "casal" Gerson e Tereza, que haviam alugado, desde julho, uma casa de três quartos da Rua Tacaratu, uma ladeira que começava em Rocha Miranda, onde havia um quartel da PM, e terminava em Honório Gurgel.

O esquema para o envio das mensagens às autoridades também já estava pronto, com "pontos" anteriormente marcados entre os três "legais" do "aparelho", Gerson, Tereza e Herbert — este apresentado à vizinhança como irmão de Tereza —, e Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, que os deixariam em cinco diferentes locais, avisando, logo depois, aos órgãos de comunicação social.

Os levantamentos sobre os hábitos do embaixador haviam mostrado que ele saía diariamente, por volta das 8,45 horas, de sua residência na Rua Campo Belo, em Laranjeiras, e dirigia-se no seu Buick azul de chapa diplomática para os escritórios da embaixada, na Rua Cândido Mendes, na Glória. Não havia carro de segurança, com o embaixador desprezando as sugestões da Polícia Federal nesse sentido. Para ele, o seqüestro do alemão mostrara que esse carro não impediria a ação de elementos determinados a isso. Do mesmo modo, desprezara as recomendações de constantes mudanças de itinerário: de sua residência, na Campo Belo, passava pelas ruas Pereira da Silva, das Laranjeiras, Ipiranga e Conde de Baependi, chegando à Praça José de Alencar, ao Catete e daí, atingindo a Glória. Para ele, o seqüestro de um embaixador suíço era improvável, já que o envolvimento do pequenino e neutro país não traria dividendos políticos aos seqüestradores. Passava, portanto, diariamente, entre 8.50 e 9 horas, na Rua Conde de Baependi, uma rua estreita, de mão única, que liga Laranjeiras ao Flamengo. Com ele, no Buick azul, seguiam o motorista, desarmado, e um agente da Polícia Federal, com uma pistola 7,65 mm.

Depois de dois adiamentos, Carlos Lamarca marcou a ação para o dia 3 de dezembro. Tudo pronto, com os militantes em seus postos, o Comandante da Operação não apareceu: Sirkis havia-se esquecido de entregar-lhe a chave do Volks que o levaria, e a Gerson, ao local determinado.

Sequestro do Giovanni Bucher Suíço

Entre 8.50 e 8.55 horas do dia 7 de dezembro de 1970, uma segunda-feira, consumou-se o seqüestro. O Embaixador Giovanni Enrico Bucher, de 57 anos, saiu de sua residência na hora prevista, com o motorista Hercílio Geraldo e o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo.

Um pouco antes de entrar na Rua Conde de Baependi, Adair Gonçalves Reis, que estava como "olheiro", deu um sinal para Gerson Theodoro de Oliveira e saiu, a pé, da área. Gerson, por sua vez, sinalizou a Alex Polari de Alverga, que ligou o motor de seu Aero-Willys cinza claro, estacionado na calçada da esquerda, perpendicularmente à rua, na altura do nº 63. Segundos depois, avançou em direção à contramão, chegando a tocar com o pára-choque do seu carro com o do Buick azul. Ao mesmo tempo, Inês Etienne Romeu, num Volks azul estacionado junto à calçada da direita, deu marcha a ré, impedindo a fuga do Buick por esse lado. Enquanto isso, um Volks branco, dirigido por Maurício Guilherme da Silveira, simulava uma pane na esquina da Rua Senador Correia, impedindo o acesso de outros veículos à Conde de Baependi, e Herbert Eustáquio de Carvalho dava segurança à operação. Lamarca (de cavanhaque, terno e gravata) e Gerson, com metralhadora, aproximaram-se pela direita do Buick. Lamarca bateu no vidro da janela do agente de segurança e abriu a porta, desfechando-lhe dois tiros com um revólver "Smith & Wesson" calibre .38, cano longo, a uma distância de um metro: o primeiro tiro atingiu o teto do carro e o segundo as costas do agente, que, por instinto de defesa, se virara (93).

Alex retirou o motorista, Hercílio Geraldo, obrigando-o a deitar-se de bruços na calçada. Aproveitando um descuido, Hercílio fugiu, saindo correndo por entre as obras de um prédio em construção. O apavorado embaixador, retirado do carro, foi levado por Inês a um Volks azul-turquesa, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende.

Alex, Herbert e Inês fugiram no Volks branco de Maurício, que saiu na contramão, sendo, posteriormente, abandonado numa transversal da Rua Riachuelo. Lamarca e Gerson, com o embaixador, fugiram no Volks de José Roberto. A ação durou pouco mais de 30 segundos. Na fuga, Bucher pôde vislumbrar dois soldados da

(93) O Agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo, com a medula totalmente seccionada pelo projetil, viria a falecer às 2 horas do dia 10 de dezembro de 1970, no Hospital Miguel Couto.

PM que corriam para o local dos tiros, vindos da Praça José de Alencar, onde atendiam a um acidente de trânsito, a 100 metros do local do seqüestro. Abandonados na Conde de Baependi, ficaram o Aero-Willys e o Volks usados para fechar o Buick. Dentro deste, inclusive sobre o corpo ensangüentado do agente, panfletos do "Comando Juarez Guimarães de Brito", da VPR, tentavam justificar a "Operação Joaquim Câmara Ferreira" e afirmavam, paradoxalmente: *"Deste instante em diante, a vida do Sr. Embaixador está sob inteira responsabilidade do Governo"*.

Cerca de 15 minutos depois, após ultrapassar o Túnel Santa Bárbara, José Roberto deixou Lamarca, Gerson e Bucher na Rua Miguel de Paiva, onde embarcaram no Volks branco de Sirkis. Subiram um pouco por Santa Tereza, desceram ao Rio Comprido e passaram, sucessivamente, pela Tijuca, pelo Engenho Novo e por Cascadura, onde trocaram as placas. Seguindo por Madureira, atingiram o "aparelho" da Rua Paracatu, em Rocha Miranda, às 9.45 horas, onde já os esperava Tereza Ângelo.

Nesse período, os órgãos policiais desencadeavam operações de bloqueio em diversas saídas da Guanabara. Entretanto, os telefonemas dados por Paulo Brandi de Barros Cachapuz conduziam o grosso das forças para as matas da Floresta da Tijuca e desviavam sua atenção dos subúrbios da Leopoldina.

Alguns momentos depois da chegada ao "aparelho", Bucher pediu que seus seqüestradores queimassem um documento que fora encontrado em sua pasta — uma análise da situação brasileira —, no que foi atendido (94).

Durante os 40 dias que duraram as negociações, cinco militantes cuidaram do embaixador: Lamarca, Herbert, Gerson, Tereza e Sirkis. Foi bem tratado, chegando a receber duas bermudas, duas camisas, chinelos, cigarros, remédios e, até, um ventilador para enfrentar o forte calor do verão carioca. Constantemente, jogava "biriba" em parceria com seus seqüestradores e tomava banho de sol, no pequeno quintal dos fundos. Chegou a ser fotografado e respondeu, num gravador, a uma dezena de perguntas que lhe haviam sido enviadas pela revista alemã "Stern". Inicialmente de capuzes, uma semana depois os cinco militantes ficaram com os rostos descobertos. (95).

(94) Em suas declarações, depois de solto, o Embaixador, obviamente, esqueceu-se desse detalhe.

(95) Bucher disse que seus seqüestradores ficaram de capuzes o tempo todo. Naquela época, com as fotos existentes nos arquivos dos órgãos de segurança, os 5 militantes poderiam ter sido identificados.

Algumas horas depois do seqüestro, a VPR enviou o "Comunicado nº 1", um "Manifesto do Povo Brasileiro", uma "Carta Aberta à Embaixada Suíça" e uma carta de Bucher, de próprio punho. Entre as diversas exigências, três destacavam-se:

- a divulgação do "Manifesto do Povo Brasileiro", por dois dias consecutivos, na primeira página dos jornais e, em todas as rádios e TV do País, às 6, 12, 18 e 20.30 horas;

- a cessão de passagens gratuitas nos trens suburbanos da Central e da Leopoldina, durante dois dias; e

- a liberação de 70 presos para o Chile, a Argélia ou o México.

Ao meio-dia de 9 de dezembro, uma nota oficial do Ministro da Justiça afirmava que "o Governo Brasileiro, no empenho de preservar a vida e a liberdade do Embaixador da Suíça", estava aguardando uma carta de próprio punho do Embaixador e a "relação nominal dos terroristas presos". Nessa mesma tarde, a VPR expediu o "Comunicado nº 2", dizendo que só divulgaria a lista dos 70 presos após cumpridas as exigências. Quatro dias depois, novamente a VPR cobrou essas exigências, através do "Comunicado nº 3", e, no dia 16, com o "Comunicado nº 4".

Por esses dias, instaurara-se uma verdadeira confusão nos órgãos de segurança, abarrotados por falsas denúncias anônimas, falsas exigências e falsos comunicados. Peritos grafotécnicos eram chamados para verificar a autenticidade dos comunicados. Apesar dos verdadeiros terem sido encaminhados com a assinatura do embaixador, alguns outros já apareciam com essa assinatura e só a perícia pôde mostrar a falsificação.

No dia 17, o Governo deu a garantia da libertação dos presos e, no dia seguinte, a VPR enviou o "Comunicado nº 5", com a lista dos 70. Na segunda-feira, 21 de novembro, o Governo respondeu que aceitava libertar 51 da lista. Não concordava, entretanto, com os outros 19, pelos seguintes motivos: 6 eram autores de seqüestros, 4 estavam condenados à prisão perpétua ou a penas elevadas, 3 haviam cometido homicídios, 1 não estava identificado, 1 não queria ir e 4 já estavam em liberdade.

A partir desse momento, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" entrou numa série de discussões para ver se matavam ou não o embaixador. No dia seguinte, Lamarca enviou um "Comunicado Especial", não aceitando a preterição dos 13 e concordando com a substituição dos 6 seguintes. Redigido em forma de ultimato, o

final do comunicado trazia a sombria advertência de que estavam "firmes no propósito de executar a sentença de morte". Ao mesmo tempo, Lamarca determinou que os militantes das duas bases enviassem, por escrito, a respectiva posição.

No documento de Adair Gonçalves Reis, datado de 24 de dezembro, aparece:

"Propomos a marcação imediata da data e horário para o justiçamento, com comunicado à ditadura. Prazo mínimo de 48 horas e máximo de 72 horas, tomando as 18 horas da tarde como horário básico".

Em 26 de dezembro, Zenaide Machado afirmava:

"A saída é pagar o preço alto e carregar um defunto que irá muito nos incomodar".

Nessa mesma data, Ivan Mota Dias declarava:

"Demorando a resposta da ditadura ao comunicado especial, damos um 'ultimatum' que se não for aceito nos levará a 'fechar' o cara. Havendo resposta negativa ao comunicado especial, pode-se pensar em negociar com o Feller (96). Eu penso que 6 ou 8 milhões de dólares seriam possíveis de serem obtidos, e parte desse tutu poderia ser entregue ao Jamil (97) na Europa, através dos contatos suíços em Genebra (os caras daquela Liga de Direitos Humanos). O pessoal de lá teria tutu para voltar e para comprar equipamentos interessantes para lutar aqui, inclusive armas".

Ubajara Silveira Roriz, o mesmo que aventara a idéia de soltar milhares de ratos nas cidades siderúrgicas, defendia "fazer a ditadura levar o cadáver do embaixador atravessado na garganta, nas suas andanças pelo mundo".

Nas respostas, somente Alfredo Hélio Sirkis e José Roberto Gonçalves de Rezende não viram dividendos políticos na morte do embaixador. Dentre os 5 militantes confinados no "aparelho" da Rua Tacaratu, inicialmente, Sirkis ficou isolado, numa posição absolutamente minoritária. Com as respostas e o passar dos dias, Lamarca mudou a sua posição. Mesmo assim, eram cerca de 15 votos contra 3, a favor da execução. Lamarca, como comandante-em-chefe da VPR, exerceu o seu poder de veto, sustou a execução e enviou uma lista substituindo os 13.

Sem o saber, Bucher nunca estivera tão perto da morte co-

(96) Max Feller, Embaixador substituto.
(97) "Jamil" era o codinome de Ladislas Dowbor.

mo naqueles dias em torno do Natal do ano de 1970.

No dia 28, o Governo informou que, da nova lista, muitos também não poderiam ser libertados, pelos mesmos motivos anteriores; outros, inclusive, não desejavam sair do País. No dia 30, a VPR enviou nova lista.

Já aliviados pela decisão de negociar, os seqüestradores resolveram fazer uma festa na passagem do ano, com o comparecimento dos vizinhos; no quarto dos fundos, escondidos, só ficaram Sirkis e o embaixador.

No dia 4 de janeiro, o Governo informou a preterição de mais 9 presos, no dia seguinte substituídos por nova lista enviada pela VPR. No dia 6, nova preterição de mais 4 e, um dia depois, nova lista substituindo esses 4.

No dia 11, uma nota do Ministro da Justiça condicionava o embarque dos 70 presos (já reunidos na Guanabara) a um comunicado da VPR comprometendo-se a libertar o embaixador, comprometimento esse enviado no dia seguinte.

Às 24 horas de 13 de janeiro de 1971, os 70 presos escoltados por 3 agentes da Polícia Federal decolaram do Galeão, num Boeing da VARIG, aterrando, às 4.15 horas no aeroporto de Pudahuel, em Santiago do Chile, sendo fotografados ao lado do avião com os braços erguidos e os punhos cerrados. Era a saudação dos "vitoriosos" comunistas às dezenas de militantes que os aguardavam nas varandas do aeroporto, com faixas e cantos dos hinos nacionais do Brasil e do Chile, entremeados pelo hino da Internacional Comunista, por sambas brasileiros e pelo coro de "assassinos filhos da puta", dirigido ao avião.

Um dos agentes da Polícia Federal desceu do avião para colher a assinatura das autoridades chilenas pelo recebimento dos banidos. Ao dizer que tinha uma correspondência para o Adido Militar brasileiro, o Comissário Hugo Toro, afirmando que "aqui quem manda sou eu", arrebatou-lhe o documento diplomático, rasgou o envelope e saiu a fim de lê-lo. Depois de ficar duas horas guardado por agentes chilenos armados, o agente da Polícia Federal foi liberado. Às 6.45 horas, o avião decolou e, 4 horas depois, aterrissava no Galeão.

Para a liberação do embaixador, do mesmo modo que a do alemão, a VPR estava com problemas de carro: o Volks previsto ha-

via sofrido um acidente, quando Walter Ribeiro Novaes entrara na traseira de um caminhão, na Avenida Brasil.

No dia 15, Lamarca abandonou o aparelho, indo encontrar-se com Iara Iavelberg, vinda de São Paulo.

Ao alvorecer de 16 de janeiro de 1971, Sirkis e Gerson, no Volks acidentado, levaram o embaixador até próximo ao penhasco da Igreja da Penha, onde o deixaram às 5.05 horas. O diplomata suíço apanhou um táxi e, seguindo rigidamente as instruções de seus seqüestradores, dirigiu-se para a casa de um dos conselheiros da Embaixada, próxima ao Largo do Machado. Logo depois, foi para a sua residência, num carro diplomático, nela entrando sem ser percebido pelas dezenas de jornalistas e policiais que aguardavam, havia dias, a sua chegada de táxi. Ainda nessa manhã, Bucher, acompanhado de sua governanta, foi fotografado, sorridente e queimado pelo sol. Depois de 40 dias, o Sr. Embaixador voltava para o seu mundo (98).

(98) Dos 70 banidos para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, 24 eram militantes da VPR: Antonio Expedito Carvalho Pereira, Antonio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Piola, Christóvão da Silva Ribeiro, Delci Fensterseifer, Encarnación Lopes Peres, Geny Cecília Piola, Ismael Antonio de Souza, João Carlos Bona Garcia, Jovelina Tonello do Nascimento, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Pedro Chaves dos Santos, Roberto Antonio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Ubiratan de Souza, Valneri Neves Antunes, Wânio José de Matos e Wellington Moreira Diniz. Os outros 46 pertenciam a outras organizações subversivas: Afonso Celso Lana Leite, Afonso Junqueira de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Carlos Bernardo Vainer, Carmela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Derly José de Carvalho, Edmur Péricles Camargo, Elinor Mendes Brito, Francisco Roberval Mendes, Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Irani Campos, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Marc Friedrich Charles Van der Weid, João Batista Rita, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Júlio Antonio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchôa Regueira, Mará Curtiss de Alvarenga, Marco Antonio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unger, Paulo Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Viegas, Pedro Paulo Bretas, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis Laugery de Carvalho, Samuel Aarão Reis, Sônia Regina Yessin Ramos, Takao Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan Vatutin Herzcher Borges, Vera Maria Rocha Pereira, Washington Alves da Silva e Wilson Nascimento Barbosa.

32. VAR-P enfrenta sucessão de crises

No primeiro dia do ano, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P), a título de comemorar o aniversário da revolução cubana, seqüestrou, em pleno vôo, um avião Caravelle da companhia Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Montevidéu-Porto Alegre-Rio de Janeiro, desviando-o para Cuba. O seqüestro foi planejado por James Alen Luz, que o executou juntamente com Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolda Sommer, Nestor Guimarães Herédia e Marília Guimarães Freire, esposa do terrorista Fausto Machado Freire. Os objetivos reais do seqüestro eram realizar a propaganda política da organização, conseguir treinamento militar para esses militantes, em Cuba, e retirar do País Marília Freire, militante da ALN. Não obtendo o treinamento militar que desejava, a VAR-P ainda perdeu os militantes Isolda Sommer e Athos Magno, que, desgostosos com a falta de coordenação da organização, a abandonaram.

Enquanto isso, cumprindo as decisões da reunião realizada no final do ano anterior, em Guarapari/ES, os integrantes da CN deslocaram-se para as áreas onde lhes cabia assistir aos CR, para discutir as resoluções aprovadas nessa reunião.

Na primeira quinzena de janeiro, ocorreram inúmeras prisões de militantes da VAR-P em Minas Gerais. Dos militantes remanescentes, uma parte passou a integrar um grupo dissidente autodenominado "Grupo de Política Revolucionária" (GPR), que no mês seguinte se desligaria da VAR-P, e o restante, que permanecia na organização, deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro, provocando a desarticulação do CR/MG.

Em São Paulo, nesse início de ano, igualmente ocorreram várias prisões, com a apreensão de quase todo o armamento da organização distribuído a esse Comando Regional, e vários militantes do Setor de Operações, em fase de formação, abandonaram a organização (99).

No início de fevereiro, a VAR-P promoveu uma reunião, na Guanabara, dos dirigentes do CN, que integravam a Executiva de Luta Secundarista, para discutir as quedas ocorridas nos CR/SP e CR/MG. Por questões de segurança e ao efetuarem um balanço ge

(99) Nesse período foram presos, entre outros, Amilcar Bayard e Dilma Vana Rousseff Linhares, esta integrante do CR, e abandonaram a VAR-P: Sonia Cardoso, Everardo Nóbrega Queiroz e Leda R. Amaral Queiroz.

ral da organização, essa reunião foi transferida para Araruama, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro e transformada em reunião do Comando Nacional. Durante esse evento, foram decididas a extinção do CR/MG, a regionalização dos integrantes do CN e o atrelamento do CR/GO à Executiva de Trabalho Principal. Foi elaborado, ainda, um documento, no qual eram definidos o militante, o parapartidário, o simpatizante e o aliado, e estabelecidas as linhas gerais para a tática operária (100).

Em março, Jorge Eduardo Saavedra Durão viajou para o Chile e Uruguai, com a finalidade de contatar exilados, encaminhar um investimento financeiro da organização, ao final não realizado, comprar armas, providenciar o envio de material político para o Brasil e acertar a remessa de notícias brasileiras para a FBI. Ainda em março, no dia 2, em "frente" com o M3-G, o CR/RS assaltou a agência do Banco do Brasil, em Viamão, roubando Cr$ 7.400,00.

De volta do exterior, Jorge Eduardo reuniu-se com o grupo encarregado da imprensa nacional e foi elaborado o primeiro número do jornal interno "Palmares", cuja impressão teve que ser feita na imprensa do CR/RS, em face das prisões ocorridas no grupo da imprensa nacional, que praticamente o desestruturou (101).

Tendo em vista a deserção de vários elementos do Setor de Operações do CR/SP, Carlos Franklin Paixão de Araújo solicitou a transferência da Guanabara para São Paulo de Adilson Ferreira da Silva, dando-lhe a incumbência de reestruturar o setor. Com a transferência de elementos de outros CR iniciou a organização dos setores estudantil, operário e de inteligência. Em março, o Setor de Operações realizou um assalto à empresa "ABC Transporte Coletivo", que rendeu Cr$ 6.000,00 à organização. Em abril, um novo assalto, agora ao supermercado do SESI, no Cambuci, rendeu pouco mais de Cr$ 5.000,00.

---

(100) Ao final, fez-se a divisão de responsabilidades, designando-se Jorge Eduardo Saavedra Durão para o CR/RS, também responsável pela Imprensa Nacional, Carlos Franklin Paixão de Araújo para o CR/SP, Cláudio Jorge Câmara para o CR/GB — devendo, ainda, assistir os elementos de MG e BA e o Setor de Comunicações —, Mariano Joaquim da Silva para o Nordeste, onde deveria abrir uma frente de trabalho, enquanto Fernando Luiz Nogueira de Souza, recém-cooptado para o CN, receberia os contatos em Goiás e, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas, integraria a Executiva de Luta Principal.

(101) Foram presos do setor de imprensa nacional: Antonio de Pádua Prado Jr, sua esposa Iara Glória Areias Prado e Rui Goethe da Costa Falcão.

Enquanto o CR/RS e CR/SP iam-se organizando na Guanabara, boa parte dos militantes da VAR-P, identificando-se com as posições militaristas e vanguardistas da VPR, passou para essa organização, inexistindo, praticamente, o CR/GB. Na Bahia e no Nordeste o trabalho principal não se desenvolvia.

Em fins de abril e começo de maio, a VAR-P realizou na cidade de São José dos Pinhais/PR uma nova reunião de seu CN (102). Durante essa reunião, foi elaborada uma série de documentos e aprovado o início de uma campanha denunciando a "tortura de presos políticos" e o "desmascaramento da farsa eleitoral" de 15 novembro (103). Feito um balanço dos meios e das atividades da organização, constatou-se que, dos 800.000 dólares que dispunha em outubro do ano anterior, restavam apenas 350.000, decidindo-se distribuí-los entre os CR e o trabalho principal. Não houve acordo quanto à proposta de suprimir os trabalhos na Bahia e no Nordeste, de modo a fortalecer os CR do Centro-Sul. O assunto ficou para ser cuidado num Congresso Extraordinário, convocado para fins de agosto e início de setembro, quando, além de se decidir esse assunto, deveria ser eleito um novo CN.

A organização, porém, não conseguia deslanchar. No CR/RS o trabalho resumia-se ao Setor Operário, que foi desestruturado com a ocorrência de inúmeras prisões nos meses de maio e junho, inclusive a de Jorge Eduardo Saavedra, do CN. Em São Paulo, houve novos "desbundamentos" no Setor de Operações, e os Setores de Imprensa, Operário e Estudantil tinham reduzida capacidade de atuação. Também era ineficiente o Setor de Inteligência, que tinha como um de seus responsáveis Elizabeth Mendes de Oliveira — "Bete Mendes". Este setor nunca chegou a estruturar-se efetivamente, cumprindo apenas tarefas referentes à documentação. Além da falta de experiência e preparo político de seus integrantes, Bete Mendes e Roberto Bielawski levavam constantemente, para o Setor, os seus problemas pessoais. Na Guanabara, com a prisão de Cláudio Jorge Câmara, do CN e assistente do CR/GB,

(102) O CN estava constituído por Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão de Araújo, Cláudio Jorge Câmara, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Mariano Joaquim da Silva e seu mais novo integrante, Fernando Luiz Nogueira de Souza.

(103) Durante essa reunião, foram elaborados os seguintes documentos: "Tática para o Trabalho de Campo", "Programa Tático de Lutas", "Propaganda Armada", "Luta Ideológica", "Diretrizes para o Movimento Estudantil", "Agitação e Propaganda", "Carta da VAR ao POC e PRT", propondo a formação de uma "frente", e "Informe sobre o GPR" e "Homenagem a um Revolucionário Morto" - Juarez Guimarães de Brito.

este foi, praticamente, desarticulado.

Em razão da prisão dos dois membros do CN, em julho, decidiu-se adiar o congresso extraordinário marcado para o final de agosto. Porém, nos meses de agosto e setembro, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, eram presos dois outros membros do CN, Carlos Franklin Paixão e Fernando Luiz Nogueira. Este último, por ocasião de sua prisão, tentou o suicídio, tendo sido conduzido ao Hospital Souza Aguiar, onde foi posto fora de perigo. Após essas prisões, os dois membros remanescentes do CN, incapazes de resolver a crise que se abatera sobre a organização, voltaram a convocar um Congresso Nacional, então marcado para o primeiro trimestre de 1971, em Recife.

Durante esse período, o CR/SP, através de seu Setor de Operações, ainda realizou alguns assaltos. Assim, em julho, assaltou o supermercado Pão de Açúcar, da Rua Conselheiro Furtado, sendo roubada a quantia de Cr$ 20.000,00. No mês de setembro, realizou dois assaltos, em "frente" com o PRT, ambos ao supermercado Pão de Açúcar, o primeiro na filial da Rua Afonso Brás e o segundo na filial da Rua Baturité.

No mês de setembro, voltaram a ocorrer várias prisões no CR/SP, entre os quais Elizabeth Mendes de Oliveira e Maria Celeste Martins, esta última do CR.

Praticamente desarticulada e acéfala no restante do País, a VAR-P continuava a existir pelas atividades do CR/SP, que ainda realizou algumas ações armadas no último trimestre do ano. Em outubro, assaltou o supermercado Peg Pag, da Avenida Paes de Barros e a empresa Paulista, de ônibus, localizada na Rua Pascoal Ranieri Mazzilli. No mês de novembro, fez nova carga sobre o supermercado Pão de Açúcar — primeiro assaltando novamente a filial da Rua Baturité e depois, a da Rua Barão de Jundiaí, este último em "frente" com o PRT.

Durante todo esse ano, debatendo-se em sucessivas crises provocadas pelas constantes prisões e deserções, a VAR-P não conseguiu estruturar, com eficiência, os seus diversos organismos, nos diferentes níveis, e tudo indicava que a organização duraria enquanto restassem os dólares provenientes da divisão ocorrida após o "racha" de setembro/outubro de 1969.

33. O surgimento da Dissidência da VAR-Palmares (DVP)

Em setembro de 1969, durante o "Congresso do Racha" da VAR Palmares (VAR-P), Apolo Heringer Lisboa havia permanecido como voto isolado, contrário às posições defendidas pela VAR-P e pela VPR, por ele consideradas como foquistas. Através de seus documentos "Contribuição a uma Autocrítica da Organização" e "Revolução no Foquismo", assinados com o pseudônimo de "Hélio Moreira", Apolo negava à coluna guerrilheira o seu papel primordial e defendia a formação de guerrilhas irregulares em vinculação com a massa.

Em 15 de novembro, o documento "Carta Aberta à Direção" formalizava o afastamento do grupo liderado por Apolo, constituído por sua esposa Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa, o boliviano Mário Bejar Revollo e sua companheira Sílvia Lajes de Oliveira. Estava criada a Dissidência da VAR-Palmares (DVP) que, logo depois, receberia a adesão de elementos oriundos do setor operário da VAR-P.

Nessa época, estava em gestação uma outra dissidência na VAR-P, constituída por elementos do setor estudantil que haviam sido do antigo Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara. Formando o autodenominado Grupo de Política Revolucionária (GPR) (104), iniciaram uma aproximação política com a DVP e romperam formalmente com á VAR-P, em fevereiro de 197[illegible] mento "Carta Aberta".

As prisões de numerosos militantes da VAR-P em Minas Gerais, ocorridas em janeiro, haviam provocado uma debandada de seus integrantes. Os que se dirigiram à Guanabara, mais de uma dezena, integraram-se uns ao GPR e outros à DVP.

Na primeira quinzena de março de 1970, o GPR incorporou-se à DVP, sendo constituída a primeira Direção da Organização (DO), com Apolo e Carmen pela DVP e Cláudio Antonio Gonçalves pelo GPR. Estruturada, basicamente, na Guanabara, no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense e Volta Redonda) e em Minas Gerais, a DVP possuía quatro setores subordinados diretamente à DO: o Setor Operário, que tinha a responsabilidade do trabalho de massa e do recrutamento junto à classe operária; o Setor de Imprensa, para elaborar e distribuir os documentos da organização; o Setor

(104) Os principais líderes do GPR eram: Cláudio Antonio Gonçalves Egler, João César Belizário de Souza, Leonardo Valentini, Cleto José Praia Fiúza, Laert Seixas Wilmann Pereira e Gustavo José Meyer.

da Pequena Burguesia, para as discussões políticas e ideológicas, além de angariar fundos provenientes de contribuições; e o Setor Estudantil, constituído com base nos militantes oriundos do GPR.

Ainda ligado à DO, foi criado um Grupo de Operações (GO), para as ações armadas, cujos componentes realizaram treinamentos de tiro, com revólveres .32 e .38, em Coroa Grande, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Pensando nas guerrilhas irregulares, Mário Bejar Revollo integrou-se à área de treinamento da VPR, em Registro.

Em 29 de março, a DVP iniciou suas ações armadas de forma violenta. Sílvia Lajes de Oliveira, Tomas David Weiss, Leonardo Valentini e Eurico Natal tentaram roubar um automóvel no bairro de Ipanema, na Guanabara. Ao passarem pela Avenida Vieira Souto, foram abordados por uma viatura policial, cujos integrantes desconfiaram das intenções do grupo. Sílvia iniciou o tiroteio, sendo feridos o agente Hélcio Gomes de Moraes, com um tiro no pescoço, e um vigia noturno, Antonio dos Anjos Ferreira, baleado na perna. Leonardo Valentini, ferido no ombro, foi atendido pela médica Graciela Meienberg Fadul ("Júlia"), mãe do militante Antonio Carlos Meienberg Fadul.

Temeroso das investigações que seriam desencadeadas, Eurico Natal entregou a Geraldo Ferreira Damasceno as armas que guardava em sua residência — uma carabina .44 e cinco revólveres .38 com munição —, acondicionadas numa mala. Três semanas depois, tranqüilizado quanto à segurança, pediu a devolução das armas, só recebendo, depois de muita insistência, a mala cheia de tijolos. Geraldo, precisando de dinheiro, havia vendido as armas.

Levado o caso à DO, instalou-se, em maio, um Tribunal Revolucionário, integrado por Apolo, sua esposa Carmen, Eurico, João Leite e Sílvia, no "aparelho" dos dois primeiros militantes, em Sepetiba, o qual decidiu, por unanimidade, o "justiçamento" de Geraldo Ferreira Damasceno. Apesar de avisado por Jonas Soares, Geraldo confiava que a DVP, no máximo, o expulsaria.

Às 23 horas de 29 de maio de 1970, com a cobertura de Jonas Soares e Paulo Roberto Machado da Silva, Apolo Heringer Lisboa e João Leite Caldas encontraram Geraldo em frente ao nº 55

da Rua Leblon, em Duque de Caxias, só que acompanhado de um seu amigo, de nome Elias dos Santos. Previsto para ser morto a faca das, a presença de Elias modificou o planejamento da dupla assassina. Ali mesmo, Geraldo foi abatido com seis tiros desfechados por Apolo, e Elias morreu para não haver testemunhas, com um tiro disparado por João Leite.

Pouco mais de duas semanas depois, na noite de 16 de junho, Apolo, João Leite e Paulo Roberto tentaram roubar um Volks de um casal de namorados, estacionado na Rua Otranto, em Vigário Geral. Recebidos a tiros pelo proprietário do carro, Apolo e Paulo Roberto fugiram, deixando João Leite Caldas agonizante na calçada.

Os dois fracassados assaltos e o "justiçamento" provocaram a saída de diversos militantes da DVP, no segundo semestre de 1970, além da extinção do GO e da criação de uma coordenação operária a fim de fortalecer os trabalhos nesse setor.

Por discordarem da suspensão das ações armadas, Mário Bejar Revollo, Sílvia Lajes de Oliveira e Tomas David Weiss foram expulsos da organização, em novembro.

Inviabilizada como organização militarista, a DVP procuraria novos caminhos, no trabalho de massa junto à classe operária.

34. A desarticulação da REDE

No início da 1970, a REDE perdeu importantes militantes do seu grupo de ação (105). Pela total falta de efetivo, ela passou a realizar, apenas, ações em "frente" com outras organizações. No dia 11 de março, a REDE participou com a VPR e o MRT do seqüestro do cônsul japonês. Em 2 de maio, o assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, em São Paulo, foi realizado em "frente" com o MRT e o MRM. Nesta ação, houve mais uma oportunidade para "Bacuri" exercitar o seu instinto assassino: o guarda particular João Batista de Souza foi morto a tiros por ele, sem ao menos ser instado a render-se.

Em maio, ocorreram as "quedas" que esfacelaram a REDE e

(105) Walter Olivieri abandonou a organização; Gilberto Faria Lima, no início de janeiro, tinha-se deslocado para a área de treinamento de guerrilhas da VPR, em Registro/SP; e os militantes Elias Mejias Júnior e José Bezerra do Nascimento, por questões de segurança, foram desligados das ações armadas.

provocaram o seu desaparecimento como organização. Praticamente, só restaram o casal "Bacuri" e Denize Peres Crispim e o militante Almir Marun Cury, que, por afinidade e por falta de opção, se ligaram à ALN.

Desta forma, desaparecia a REDE, que se notabilizou, no seu curto período de existência, pela violência — aspecto característico transmitido pela personalidade de seu celerado líder, Eduardo Leite ("Bacuri").

35. As contradições afloram dentro da Ação Popular

No início de 1970, novas alterações ocorreram na articulação nacional da AP. A saída da organização do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que "ganhou" a maioria dos militantes de sua regional para o PRT, provocou o desmantelamento da Região 10 (Goiás-DF), com sua posterior extinção pela Direção Nacional (106).

Os impactos no trabalho camponês, representados pelas "quedas", em meados de 1969, no Vale do Pindaré/MA e na Zona da Mata/PE, foram recompensados pelo trabalho de implantação das Regiões 9 e 10 (Especiais). A R-9 Especial foi estabelecida na região de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina na Bahia, através da direção de Ronald Cavalcanti de Freitas. A R-10 Especial fixava-se na região do Vale do Cariri, no Sul do Ceará, orientada por José Luís Moreira Guedes e Rui Soares Frazão. As duas regiões, consideradas assunto do mais alto sigilo na organização, ligaram-se e eram diretamente orientadas pela Comissão Executiva Provisória (CEP).

No início de 1970, tomava corpo na AP a idéia de deslocar dirigentes nacionais da organização para o interior do País. Sob o nome código de "Projeto Ho-Chi-Min", previu-se a cidade de Feira de Santana, na Bahia, para a instalação da Direção Nacional. O objetivo do deslocamento era evitar a militância em São Paulo e nos grandes centros, onde a ação policial se tornara intensa.

Preocupada com a segurança da organização, a CEP divulgou, em abril de 1970, a circular "Mobilizar todo o partido para levar adiante a campanha contra a repressão", divulgando normas e procedimentos para evitar e denunciar a atividade policial, que se tornara preocupantemente eficiente, a partir da integração das

(106) O trabalho remanescente, existente em Goiânia, Brasília e Anápolis, ficou a cargo de um Comitê Seccional, subordinado à Região 5 (Minas Gerais).

Forças Armadas no combate à subversão.

Ao retornar da China — via Chile —, Jair Ferreira de Sá, secretário-geral da organização, acompanhado de Paulo Gustavo de Barros Carvalho, participou, em Santiago, de uma conferência dos partidos e organizações marxistas-leninistas sul-americanos (107).

Após a conferência, quando do regresso ao Brasil, Paulo Gustavo foi preso, no dia 13 de setembro, em Rivera, no Uruguai. Detido com farta documentação trazida do Chile e da China, depois de entregue às autoridades brasileiras, "abriu" todo o esquema da AP, possibilitando um amplo conhecimento sobre a organização.

Por motivo de segurança, a III RADN (Reunião Ampliada da Direção Nacional), prevista para o final de setembro, foi adiada.

Durante a longa ausência de Jair Ferreira de Sá, agravaram-se as questões políticas na organização. Em julho de 1970, na décima reunião da CEP, foram acrescentadas ao projeto de estatuto modificações nas teses da "revolução brasileira", ficando estabelecida a "revolução ininterrupta por etapas" e a "construção do partido novo". Dentro da CEP, Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, em minoria, questionavam a análise da sociedade brasileira, o caráter da revolução e o caminho da luta armada. A questão do partido já não conseguia encobrir a gama de contradições latentes dentro da AP.

36. A extinção do PRT

No ano de 1970, o PRT tentou colocar em prática seus propósitos revolucionários, que se limitaram a uma série de assaltos visando à sobrevivência de seus militantes profissionalizados. A rotina repetia-se. As organizações subversivas, nascidas de decisões imaturas de meia dúzia de comunistas, não apresentavam um planejamento de infra-estrutura de sustentação e, mesmo assim, resolviam fazer a "revolução". Fácil era justificar os assaltos como "expropriações", tentando encobrir a incompetência de sensibilizar e conseguir o apoio da massa, supostamente a beneficiária de sua ação.

Em fevereiro, iniciou-se a "ação revolucionária" do PRT. Altino Dantas chefiou um assalto a um hotel de encontros amoro-

(107) Paulo Gustavo freqüentava o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, China, onde Jair esteve em busca de apoio e reconhecimento para a AP.

sos, na Lapa, no Rio de Janeiro. Em março, "expropriaram" o supermercado Pão de Açúcar da Av. São Gabriel, em São Paulo.

Inspirado nos sucessos de Altino, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, português naturalizado, principal líder do PRT na Guanabara, resolveu "fazer finanças" e planejou o assalto à agência da Caixa Econômica Federal em Anchieta. Feitos os reconhecimentos e o planejamento, no dia 10 de abril de 1970, o "padre" Alípio e o Grupo de Ação (GA) da Guanabara partiram para a empreitada "revolucionária". Bisonhos e mal preparados, o chefe e o grupo bateram em desordenada retirada quando o gerente reagiu ao assalto, ameaçando chamar a polícia.

Em maio, o "liberalismo" e o despreparo dos militantes do PRT na Guanabara causaram a "queda" do "padre" Alípio e de grande parte dos militantes da Regional da Guanabara (108).

As "quedas" da Guanabara enfraqueceram, ainda mais, o já combalido PRT. A crise financeira e a falta de quadros ameaçavam a existência do partido. A organização vislumbrou na atuação conjunta com outras entidades clandestinas o alento para a sua sobrevivência. Em meados de 1970, Altino Dantas, em nome do PRT, fez contatos com o POC, que não desistia da intenção de formar a Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Altino contatou também a VAR-P, a ALN e o MR-8. Todas esses relações indicavam que o PRT seria incentivado a prosseguir no caminho escolhido dos assaltos e da violência.

Os dirigentes Altino Dantas e Maria do Carmo Ibiapina Menezes, em julho, participaram de uma reunião, com a VAR-P e o POC, com o objetivo de estudar a viabilização de uma frente de atuação. A reunião redundou num estreitamento do relacionamento do PRT com essas organizações. Os entendimentos com o POC foram praticamente suspensos com a prisão de Régis Stephan, em setembro de 1970, não se formalizando a criação da FER. A organização com a qual o PRT mais se relacionou foi a VAR-P, realizando em conjunto várias "ações de expropriação" em São Paulo.

Em agosto, Vinícius Caldeira Brandt foi preso em São Paulo. Com ele "caíam" seus contatos, enfraquecendo a Regional 2 (SP). Em outubro, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes e seu marido Sérgio Horácio Bezerra de Menezes foram presos no Rio de Ja-

(108) Naquela época, o comitê regional, além do "padre" Alípio, era composto por Wanda Corsetti Marinho — amante do "padre" — e por João Francisco. Wanda foi presa e João Francisco abandonou o PRT.

neiro, juntamente com o outro membro da Regional da Guanabara , Alberto Henrique Becker. Poucos foram os militantes de importância que restaram nessa Regional.

Enquanto isto, Altino, o único remanescente da DNP, continuava "expropriando" em São Paulo, unido ao setor de operações da VAR. A cadeia do Supermercado Pão de Açúcar foi a maior vítima do GA do PRT, reforçado por "Zequinha" da VAR-P. Por duas vezes em setembro, e duas vezes em outubro, o "Pão de Açúcar" foi vítima de "expropriações".

O assalto à fábrica de parafusos Mapri, em São Paulo, no dia 10 de março de 1971, seria o canto do cisne do PRT. Com a prisão de Altino Rodrigues Dantas Júnior, em 13 de maio de 1971, no Rio de Janeiro, a hidra do PRT perdia a sua última cabeça e desaparecia como organização.

Desde a sua expulsão da AP, em setembro de 1968, a "Corrente 2", ou "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), que dera origem ao PRT, demonstrou que seria mais uma tendência fugaz na constelação de organizações subversivas, surgidas com a atomização das esquerdas no período 68/69. A clandestinidade obrigou o PRT a cair na sanha da violência e dos assaltos para garantir a sua sobrevivência. A incapacidade de sensibilizar a população para a sua despropositada luta gerou o isolamento que o sufocaria e o destruiria.

37. O PORT e as "quedas" de maio e de julho

Em 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) possuía, apenas, quatro Comitês Regionais: em São Paulo, na Guanabara, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Sua maior força residia em São Paulo, onde possuía células nas faculdades de Física e de Letras, na USP, e entre os metalúrgicos e os têxteis. E foi em São Paulo que o PORT sofreria suas primeiras "quedas". Elas se iniciaram durante as manifestações do 1º de Maio, realizadas no bairro Belém, na capital, quando foram presos cerca de 20 militantes, dentre os quais Olavo Hanssen, ex-estudante de engenharia da USP, que estava trabalhando numa indústria química de Santo André e atuava infiltrado no Sindicato dos Metalúrgicos. Alegando, desde o primeiro dia de sua prisão, estar passando mal de saúde, Olavo foi transferido para o Hospital do Exército onde se suicidou, em 9 de maio, ingerindo gran-

de quantidade de um remédio tóxico, o que provocou um grande protesto da linha posadista mundial, dizendo que ele havia sido "assassinado sob torturas".

Em 13 de julho de 1970, na Guanabara, foi preso Primo Alfredo Brandimiller, que, em suas declarações, entregou toda a estrutura e a direção do PORT, inclusive aquela que viria a ser sua esposa, Miriam Gomes Burger, presa, logo depois, com outros militantes do PORT nesse Estado.

A partir daí, mais cinco militantes foram presos em São Paulo. Na leva de prisões, foi detido, em 20 de julho, o líder internacional trotskista Hugo Miguel Bressano ("Nahuel Moreno"). Desconhecendo sua real importância, a polícia liberou-o em 11 de agosto, enviando-o para a Argentina.

Essas "quedas", além de outras, de militantes de menor nível, levaram o pânico ao PORT. A organização, desarticulada, levaria um ano para estruturar-se novamente.

38. O desmantelamento da FBT

Nos três dias de carnaval de fevereiro de 1970, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) realizou a sua II Conferência Nacional, numa granja em Cachoeira do Caracol, entre os municípios de Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul. Com a presença de cerca de 30 militantes, representando o Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Ceará, foi eleito um Comitê Central (CC) composto de 11 membros efetivos (109).

Durante a Conferência, foi feita uma análise da situação nacional e estabelecida a linha política da FBT, centrada em agitações nos meios sindical, estudantil e camponês. Críticas foram tecidas a "Posadas" e aos grupos guerrilheiros. Ficou acertado que a III Conferência Nacional seria realizada em maio desse ano, em Porto Alegre, sendo posteriormente adiada para julho e transformada em um pleno reduzido, tendo em vista a má situação financeira da organização.

Em 24 de abril, quando realizavam uma reunião no "aparelho" da Rua do Sossego, em Recife, foram presos 11 militantes.

---

(109) Compunham o CC: Vito Antonio Letizia, Vera Lúcia Stringuini e Antonio Carlos de Campos, estes três compondo o Bureau Político (BP), e mais Sílvio Nogueira Pinto Júnior, Sérgio Joveleviths, Érico Dorneles, Luiz Antonio dos Santos Aranovich, Luiz Castilhos, José Arlindo Soares, Bartolomeu José Gomes e Sérgio José Cavalcante Buarque.

Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros 7 integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram 9 membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram, também, presos mais 4 de seus militantes.

As sucessivas prisões, em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do CC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hütz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros, ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.

39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o GA seria o organismo embrionário constituído por três militantes (110).

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou, em Juiz de Fora, com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerado a ponta-de-lança da organização para uma futura expansão para o Estado de Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, Capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha ligação com o clero "progressista". Em uma de suas freqüentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Prigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina do clero "progressista", "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos para publicação no jornal da organização e passou a receber e distribuir o IM. A pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documen

(110) Três GA formariam uma equipe de ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

to, defendendo a ala "progressista" da Igreja, o qual foi difundido no meio eclesiástico.

Através de Ana Araújo Arruda Albuquerque, foi retomado o contato com o escritor Antonio Calado, que passou a ligar-se ao grupo e a receber o jornal. Na área militar, Amadeu Rocha foi procurar o ex-major, cassado, Fernando Ryff Correia Lima, seu antigo conhecido do ISEB, que se integrou na organização como leitor do jornal "IM".

No final do ano, Maria José da Silva Lourenço retirou-se para o Chile com seu amante Jorge Pinheiro dos Santos. Perdendo a participação de Maria José Lourenço, o trabalho do grupo do jornal ficou limitado às atividades de Amadeu Rocha e Ana Arruda. A sofrível qualidade do jornal caiu ainda mais, gerando críticas por parte dos militantes mais exigentes.

O "Grupo Independência ou Morte" lutava para arregimentar adeptos, mas se limitou, em 1970, a captar leitores para seu jornal.

40. O MPL aproxima-se do clero "progressista"

No início de 1970, o Movimento Popular de Libertação (MPL) não tinha um fundo ideológico definido. No Brasil, o movimento caracterizava-se como um trabalho de massa de cunho socialista. Para a direção que se encontrava em território brasileiro, a intenção de transformar o MPL em "frente antiimperialista" não mais existia. A organização procurava adotar uma linha de atuação própria, no universo das esquerdas brasileiras, pautando sua atividade na conscientização, através da educação (111).

Em janeiro, Miguel Arraes reconheceu a difícil situação em que se encontrava o movimento. A maioria dos elementos que haviam participado da reunião de fundação abandonara a organização. O núcleo que coordenava os trabalhos do MPL no Brasil estava reduzido a Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis, todos contrários à pretensão de Miguel Arraes de conduzir o movimento para uma aliança com a ALN.

Em março, Sônia Correia Lins foi a Argel e acusou Arraes

(111) A frente de Educação contava com o concurso de Beatriz Bebiano Costa, Maria Letícia Ligneul Cotrin e Maria Aída Bezerra. Beatriz Bebiano ministrava cursos sobre Educação e Maria Letícia, atuando no Movimento de Educação de Base (MEB), fazia o trabalho do MPL, através de cursos ministrados em Teresina, Manaus, Fortaleza e Aracaju.

Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros 7 integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram 9 membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram, também, presos mais 4 de seus militantes.

As sucessivas prisões, em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do CC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hutz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros, ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.

39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o GA seria o organismo embrionário constituído por três militantes (110).

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou, em Juiz de Fora, com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerado a ponta-de-lança da organização para uma futura expansão para o Estado de Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, Capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha ligação com o clero "progressista". Em uma de suas freqüentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Prigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina do clero "progressista", "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos para publicação no jornal da organização e passou a receber e distribuir o IM. A pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documen

(110) Três GA formariam uma equipe de ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

de não se submeter às decisões da direção do movimento, representada pelos três remanescentes do núcleo original. Arraes não aceitou a admoestação e acusou a direção de estar provocando um rompimento, respaldada pelos recursos advindos das atividades comerciais de Sílvio Correia Lins na firma Intrade, e de estar isolando as organizações militaristas no Brasil. Ocorreu o rompimento.

Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva e os irmãos Sílvio e Sônia Correia Lins definiram-se contra a fusão com a ALN e romperam com Arraes. Pretendiam prosseguir na estruturação de uma organização de massa com ideologia de esquerda sem adotar a política imediatista do foquismo. Arraes, o Padre Almery Bezerra e Everardo Norões persistiam na postura de apoio à ALN (112).

Em abril, a Frente Brasileira de Informações (FBI), orientada por Miguel Arraes, tentou assumir a direção do "Comitê de Entrada", que representava um importante papel no auxílio aos subversivos brasileiros na França. Dentro do "Comitê de Entrada", atuavam elementos ligados às diversas organizações, auxiliando a direção da entidade na identificação e no encaminhamento dos subversivos que chegavam a Paris. Severo de Albuquerque, militante da AP, e Luiz Prado de Oliveira, do MR-8, desempenhavam no Comitê o assessoramento relativo às suas organizações. Arraes pretendia capitalizar para si e para a sua facção, o prestígio adquirido pela entidade junto à esquerda brasileira. A disputa pela hegemonia no organismo desgastou as duas partes junto ao CIMADE, que, ao final de 1970, retirou o apoio financeiro do Comitê, provocando o encerramento de suas atividades.

O rompimento com Arraes representou para o MPL a perda de importante apoio político e financeiro. Iniciou-se, então, um período de reconstrução do MPL, com a formação de grupos de debate e a busca de contatos, principalmente nas áreas de Educação e operária.

Em 1970, o MPL já tinha chegado a algumas conclusões. Abjurava o foquismo e fazia do trabalho de conscientização, realizado na área da Educação, junto à Igreja e no meio operário — os três setores básicos de atuação da organização —, sua ativi

(112) Após o rompimento com os irmãos Correia Lins, houve a dissolução da sociedade da firma Intrade. Depois de um primeiro ajuste de contas, Arraes entendeu ter direito a uma parcela maior de capital, como ressarcimento. Insistiu com Sílvio na devolução do restante do dinheiro, nada conseguindo de positivo.

dade principal. O movimento tinha o objetivo de implantar um regime socialista no Brasil, a longo prazo. O contato com os estudantes foi evitado. A radicalização do movimento estudantil poderia colocar em risco a organização. A primeira fase, após a cisão, centrou-se em contatos com o clero, com os intelectuais e com os trabalhadores urbanos e rurais.

Em Salvador, existia um grupo ligado à esquerda católica, que se reunia para debater problemas conjunturais e propor alternativas socialistas para o Brasil. Istvan Jancso, professor universitário, ligado a D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento em Salvador, dedicava-se, em companhia deste, ao diletantismo socialista, em encontros com a presença do Padre Alfredo Hervé, da Igreja do Pilar, e do jornalista Walter Santiago, do Jornal da Bahia. Outros grupos socialistas proliferavam pelo Nordeste. Em Fortaleza, o Padre Daniel Constant Jouffe, do Instituto de Ciências Religiosas, orientava um grupo semelhante ao de Salvador, congregando católicos apologistas do socialismo. Em Recife, o trabalho era orientado por João Francisco de Souza, elemento ligado a D. Hélder Câmara. Istvan Jancso mantinha contatos, através da "Igreja Progressista", com os outros grupos em Recife, Fortaleza e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, os contatos eram feitos através do Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota") e de José Domingos Cardoso, antigo militante da JOC.

A partir de determinada época, a discussão entre os grupos foi sistematizada pela publicação do jornal "O Círculo". Os orientadores de "O Círculo" eram Istvan Jancso e o Padre Daniel. Os trabalhos gráficos ficaram sob a responsabilidade do Padre Alfredo Hervé, naturalmente com recursos da Igreja.

No final do 1º trimestre de 1970, o Padre Alfredo Hervé apresentou Istvan Jancso a Marcos Correia Lins, na cidade do Rio de Janeiro. Após conversações, com a participação do Padre Alfredo Hervé e de Piragibe Castro Alves, ficou decidida a adesão do grupo de "O Círculo" ao MPL. De início, apenas Istvan Jancso e o Padre Hervé passaram a participar, cabendo aos dois a tarefa de aliciar outros elementos do Grupo de "O Círculo" para o movimento. Istvan recebeu a incumbência de montar o Setor de Estudos e Informações, que funcionaria em conjunto com o Setor de Educação, com a finalidade de estabelecer uma linha política e

elaborar um documento básico para o movimento.

No Rio de Janeiro, José Cardoso e, em Fortaleza, o Padre Jouffe concordaram também em participar do MPL.

Apoiado no Grupo "O Círculo" da igreja dita "progressista", o MPL articulava-se no Nordeste e ampliava sua penetração na área operária e, em parte, na Igreja da cidade do Rio de Janeiro.

41. Um mil novecentos e setenta

Este foi um ano politicamente tranqüilo. Vivia-se sob a vigência do AI-5, e os políticos, sabidamente, tinham pouca interferência nas decisões governamentais. Todavia, dentro dos princípios enunciados pelo Presidente da República, que tinha a dupla missão de preservar a Revolução e promover a volta do País à plenitude democrática, aos políticos cabia ampliar, com suas atitudes e comportamento, o raio de sua autonomia e, no exercício de suas atribuições, desenvolver sua própria área de liberdade. Só assim a dupla função do Presidente poderia obter êxito. O novo governo criara condições para o desarmamento dos espíritos, proposto e iniciado pelo Presidente da República, mas as circunstâncias conduziam a cuidados de ambas as partes, fazendo com que a evolução do processo político fosse tímida e lenta. O Presidente desejava que o comportamento e as atitudes dos políticos fossem altivas, mas não abria mão dos instrumentos que a Revolução outorgara-lhe para conduzir o processo, embora não os utilizasse. Os políticos queriam ampliar sua área de liberdade, mas, simplesmente, esperavam pela revogação do AI-5. Ocorre que as decisões do Governo não são assentadas apenas em intenções, e vivíamos numa realidade que não indicava a conveniência da revogação imediata daquelas medidas acautelatórias.

No Exterior, o País sofria os efeitos de uma guerra psicológica — e é preciso que se tenha sempre em mente — conduzida por subversivos fugidos ou banidos do Brasil, frustrados com sua impotência e que contavam com o apoio de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional. Ela se desenvolvia através de uma campanha sistemática, cuja principal arma, a propaganda, visava a gerar emoções e com elas influenciar opiniões, naturalmente, em apoio aos objetivos de seus promotores ou orientadores. Gastava-se nesse trabalho milhões de dólares, que brotavam como que por encanto, para manter uma estrutura in

ternacional que, de quebra, dava emprego a dezenas de subversivos que deixavam o País.

Como diz o editorial, já citado neste capítulo, do jornal "O Estado de S. Paulo", "a custa de sistemática repetição da aleivosia, mesmo conceituados jornais e revistas caem nas redes da trama". Internamente, isto ocorria no País, verificando-se opiniões que, sem estarem inseridas nessa campanha externa, mostravam-se por elas influenciadas. Neste ano, inclusive, um experimentado cronista político passava a defender a inexistência da guerra revolucionária entre nós. Seu argumento, simplista, era de que aqui não havia nenhum "Vietnam". Ora, a guerra, revolucionária ou não, é fenômeno evolutivo, que tem suas fases de progressão, seus passos e suas gradações, e, felizmente, graças às providências do Governo e à atuação dos órgãos de segurança, o povo brasileiro não chegou a conhecer esse infortúnio nas suas fases mais avançadas, como no Vietnam, no Camboja, no Iemen, etc.

Internamente, as ações das organizações subversivas mostravam, exatamente, a evolução do processo revolucionário. Enfrentava o País, talvez, o ano de maior intensidade dessa luta. Embora fossem evidentes os progressos dos órgãos de segurança, correspondendo a cada prisão a novas prisões, "estouros de aparelhos" e enfrentamentos com os subversivos, o terrorismo estava longe de ser neutralizado. Uma organização subversiva, a REDE, havia sido desmantelada pela ação desses órgãos. Outras duas organizações, o PRT e a FBT, desapareciam, porém mais por suas próprias ineficiências do que pela ação dos órgãos de segurança. Eram organizações que nasceram como fruto de personalismos e que nunca foram capazes de se estruturarem ou sequer de definirem uma linha política coerente. No entanto, da mesma forma que essas organizações desapareciam, outras surgiam como conseqüência das constantes dissidências, como aconteceu ao longo desse ano com o aparecimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM), oriundo de um "racha" na Ala Vermelha, e da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO) e do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), frutos de sucessivos "rachas" no Partido Operário Comunista (POC).

Embora as prisões afetassem certos setores ou regionais de algumas organizações, elas continuavam a atuar com intensidade, sendo que algumas recebiam, inclusive, reforços do exterior,

como foi o caso da ALN, que nesse ano acolheu seus militantes do chamado "II Exército de cubanos". Evidenciava-se, claramente, um incremento na radicalização e na violência, que, naturalmente, não seria unilateral! A resistência à prisão a todo o custo causou várias mortes, de ambos os lados. Houve assassinatos frios, como nos casos do Tenente Levino ou do Sargento Walter, quando o assassino, algemado, não tinha sequer qualquer chance de fuga. Igualmente revela-se essa violência na morte covarde do vigilante do Banco Nacional de Minas Gerais, Vagner Vitório, roubado quando ainda agonizava à porta do seu emprego, ou na do investigador da loja Mappin, assassinado por Ana Bursztyn por motivo de somenos importância; ou, ainda, o assassinato cruel e sem qualquer sentido do modesto comerciante José Armando, de São Benedito, no interior do Ceará. A violência atingia também os próprios militantes, como atestam os justiçamentos de Ary Rocha Miranda e Geraldo Ferreira Damasceno e os suicídios e as inúmeras tentativas de suicídio, frutos de normas de segurança orientadas por um incompreensível fanatismo.

Além do incremento das ações armadas nas cidades, que cresceram no segundo semestre desse ano, vários trabalhos estavam sendo realizados no campo: na região de Imperatriz e no Vale do Pindaré, no Maranhão; no Vale do Cariri, no Sul do Ceará; na região do Araguaia, no sudeste do Pará e norte de Goiás; na zona da Mata, em Pernambuco; na área de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina, na Bahia, etc.. Dessas ações, a que preocupou mais as autoridades militares foi a que talvez tivesse menor importância, pois, embora localizada numa área vital para o País, tratava-se apenas de uma área de treinamento militar, já findo quando descoberta — a área do vale do Rio Ribeira do Iguape, no litoral sul de São Paulo. Aí, como ocorreria em outras oportunidades, no afã de eliminar no nascedouro um possível foco guerrilheiro, os chefes militares agiram açodadamente, olvidando-se de um ensinamento comezinho e milenar — a necessidade de informações precisas para a decisão racional. No entanto, a rapidez das decisões que levaram ao emprego de várias unidades, inclusive das forças auxiliares, e ao apoio de outras forças singulares, num final de semana, vencendo a inércia comum numa estrutura hierarquizada e da dimensão das nossas Forças Armadas, foi um aspecto altamente positivo desse episódio. O desencadeamento imediato das operações demonstrou que havia uma preocupa-

ção geral entre os chefes militares de impedir, a todo custo, que prosperasse no País qualquer tentativa de se criar aqui um novo "Vietnam". Se algum reparo pode-se colocar nessa parte inicial das operações, seria exatamente, por contraditório que pareça, o de ter-se mobilizado e deslocado forças de certo vulto, sem que se tivesse informações adequadas sobre a área e, principalmente, sobre as forças em presença, o que poderia tê-las levado a indesejáveis reveses ou, no mínimo, fazê-las cair no vazio, afetando seu moral.

Paradoxalmente, no caso do vale do Ribeira, se houvesse sido desencadeada, preliminarmente, como seria de boa técnica, uma operação de informações, é provável que nenhum "guerrilheiro" tivesse sido preso. O treinamento a que os terroristas se propuseram havia terminado em meados de abril e sua retirada da área foi retardada unicamente em razão da participação de Lamarca na reunião do CN/VPR, em Peruíbe, realizada nesse período, sendo pois iminente sua retirada da área, chegassem ou não as tropas. Em contrapartida, a realização da operação de informações não daria margem a que a organização comunista a que pertencia esse líder subversivo tentasse, como fez, fazer dele, um ex-militar comum — abaixo da média —, um mito. É essa margem de incerteza sobre o que é mais vantajoso em determinada circunstancia, ou o que é mais correto executar em certa ocasião, que transforma o combate num jogo e a guerra no domínio do acaso, do imprevisto, fazendo com que o tempo e o espaço sejam elementos sempre presentes e importantes nas decisões. São esses fatores subjetivos que conduziram Clausewitz a dizer ser, na guerra, "*mais do que em qualquer outro domínio, necessária uma inteligência sutil e penetrante para discernir e apreciar a verdade de cada momento*". A fuga ou a retirada antecipada dos guerrilheiros era, nas circunstâncias, de somenos importância. O emprego da força nessas condições, porém, poderia afetar-lhe o moral, fator que se torna relevante nesse tipo de operações.

Além desses aspectos, neste caso, desde a tentativa inicial de prisão dos supostos proprietários da área até a perda da viatura militar com a qual os subversivos restantes fugiram da região, sucedeu-se uma série de erros elementares, envolvendo fundamentos do combate, de tal modo que esse episódio se tornou um repositório de ensinamentos a serem estudados e apreendi

dos. O erro mais significativo foi, sem dúvida, o do encontro com os "guerrilheiros" no sítio Alvorada, onde o erro destes foi tão grosseiro que, se houvesse sido preparada uma emboscada, a Operação poderia ter tido ali o seu término, com êxito quase total.

Em 1970, o Governo enfrentaria, ainda, situações delicadas, decorrentes do que as organizações subversivas denominaram de "grandes ações", representadas pelos seqüestros de diplomatas e de aeronaves, em busca da repercussão internacional. Nada menos de três seqüestros seriam realizados nesse ano: o do cônsul do Japão em São Paulo e dos embaixadores da República Federal da Alemanha e da Suíça. O governo brasileiro nesses episódios fixou uma conduta independente das pseudo-reações internas e internacionais. Negociou com os terroristas, que com sua ação envolveram ou ameaçaram pessoas alheias aos problemas internos, mesmo os que se mostravam simpáticos com os seqüestradores, mas cuja segurança era uma responsabilidade sua. O Governo estava ciente de que esta era uma ação a que estavam sujeitos os países do mundo livre, independentemente do tipo de seu governo — do plenamente democrático ao autoritário — mas não os países totalitários. De fato, até hoje, não ocorreu e nem ocorrerá seqüestro em nenhum país comunista ou ação que envolveu ou envolverá seus representantes diplomáticos, por ser evidente a conivência e a identidade ideológica desses países com a ação terrorista. Do mesmo modo que não ouviremos falar de Comitês de Solidariedade aos povos dos "afganistãos", das "etiópias", dos "cambojas", das "tchecoslováquias" e dos "tibetes" do mundo.

Mesmo depois do seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu e da negativa do governo uruguaio em negociar com os terroristas, o governo brasileiro não mudou sua conduta. Negou-se, é verdade, a cumprir exigências descabidas ou propagandísticas dos terroristas, como viagens gratuitas em trens suburbanos, por julgar que a impunidade de assassinos e assaltantes já era um preço suficientemente alto a pagar. E os terroristas, que blefavam, recuavam. Embora houvessem setores que se mostrassem céticos quanto aos resultados até então alcançados com essa política, pois tal atitude sequer resultou numa melhoria da imagem do governo brasileiro no exterior, este continuou irredutível. Para ele, esse posicionamento, sobretudo, honrava os compromissos do País com a comunidade internacional e ajustava-se aos sentimen-

tos humanitários da população brasileira. Esse respeito aos direitos humanos, sem aspas, sem dúvida, tinha que tornar mais claro e nítido o caminho que o governo brasileiro trilhava, mesmo que não o admitissem.

Além desses três, vários seqüestros foram planejados, e alguns, embora frustrados, foram tentados. Destes, a tentativa de que foi vítima Curtis Cutter, cônsul norte-americano em Porto Alegre, narrado no ítem 23 deste capítulo, dá uma amostra cabal da moral comunista que orientava a guerra psicológica de que o País era alvo. Para os comunistas, sob o pretexto de que "os fins justificam os meios", as barreiras éticas inexistem. "*A moralidade comunista*" — como acentuou Lenin — "*é subordinada aos interesses da luta proletária de classes*". Sob essa moral, pode-se enganar, exagerar e, como no caso em pauta, mentir. Nessas condições, a propaganda torna-se uma arma perigosa e poderosíssima.

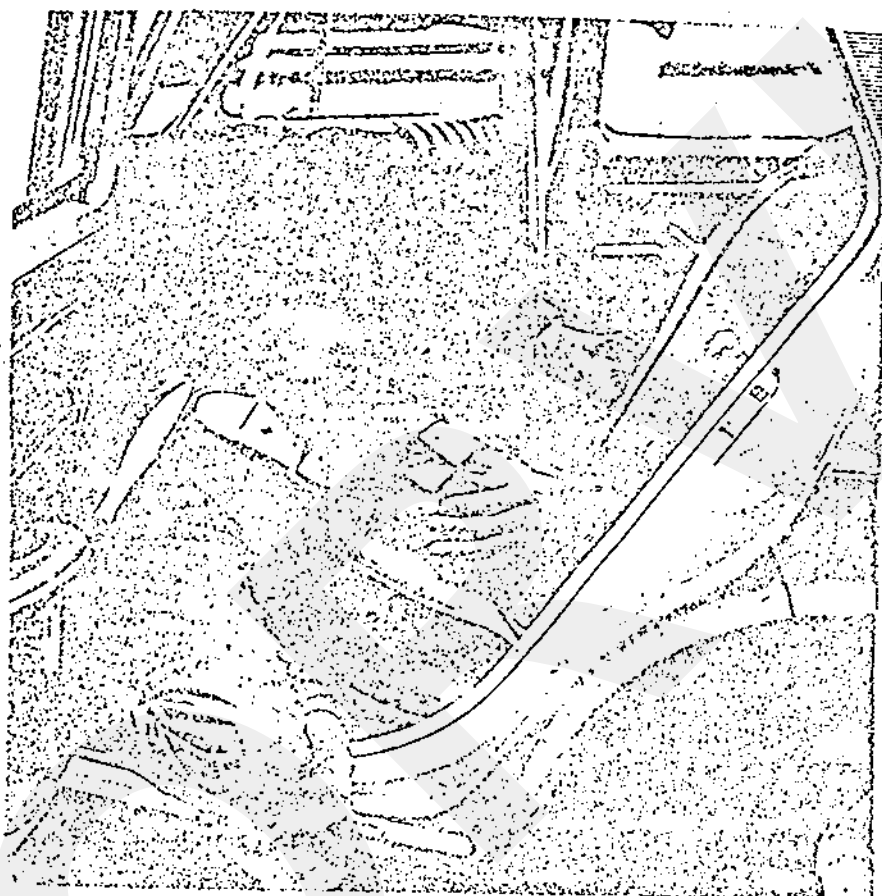
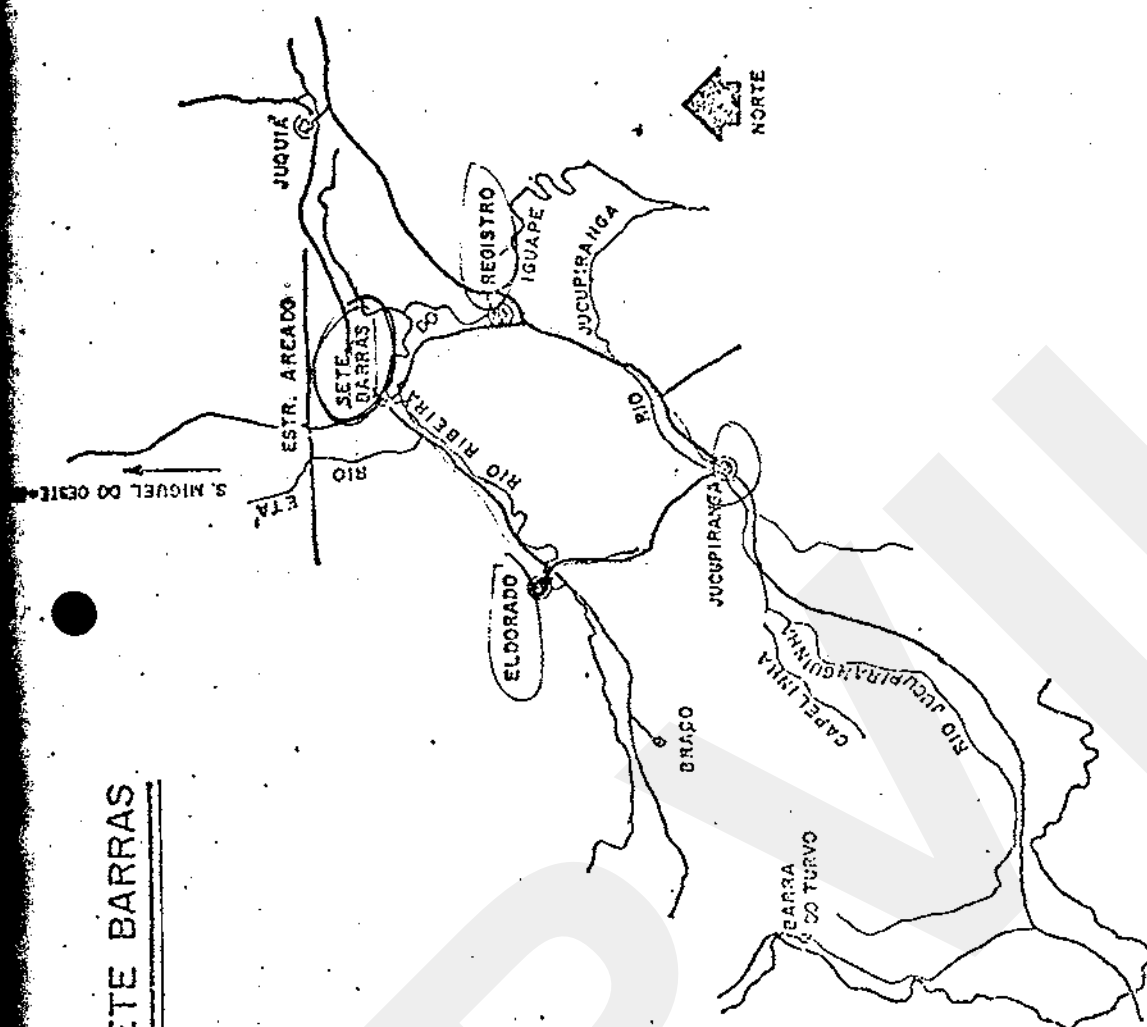
Talvez tanto quanto a própria incapacidade que se ia delineando de alcançar seus objetivos, atormentassem as esquerdas as realizações do Governo. A Revolução ia mudando a imagem de ineficiência do País: "*até um homem como o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, proscrito pelo regime político, dá seu testemunho de que se firma de nosso País uma 'nova imagem' a qual permite a empresários europeus ver no Brasil a grande nação do final deste século*", diz o jornalista Carlos Castello Branco, em uma crônica política, no início de outubro desse ano. É esse mesmo insuspeito cronista que diz: "*O Governo Médici vai consolidando uma imagem de eficiência que se começou a construir no país a partir de março de 1964. Eficiência no diagnóstico dos males financeiros e econômicos e eficiência na execução de soluções objetivas e realistas para as questões mais importantes relacionadas com o desenvolvimento material*" (113). Para isso, o Governo perseguia suas metas com determinação em todos os campos, o que lhe proporcionava um alto índice de popularidade. Seria o mesmo jornalista, antes citado, que diria no final desse ano: "*não há dúvida de que, nas atuais circunstâncias, o Presidente Médi-*

(113) Recorde-se que o Presidente Médici não hesitou, neste ano, em afastar o Ministro da Indústria e do Comércio, que não se entrosara com os demais setores da alta administração do País. Essa determinação não se verificava apenas na área administrativa. No campo político o Presidente repelira com um expressivo "vocês estão doidos" a alguns deputados que lhe propuseram o adiamento das eleições sob o pretexto de se concluir algumas composições internas no partido do Governo.

ci, se se submetesse a um referendo popular, teria seu mandato legitimado". E era ainda a imprensa da época que registrava o clima de otimismo que existia na época:"*A visão pragmatista que está na base da política de desenvolvimento é hoje notoriamente triunfante nesta terceira etapa do processo revolucionário. 1970 nos devolveu, salvo correções, ao clima de 1960 e é sob esse impacto que iniciamos a 'década da grandeza'. A liderança do General Médici se exerce nitidamente nesse sentido e ela marcou com decisão o episódio eleitoral de que emergimos, tanto mais quanto a outra vertente estava suas fontes estancadas. Hoje, como há dez anos, voltamos a acreditar que o Brasil queimará etapas na sua luta contra a pobreza*" (114).

(114) Dissemos insuspeito, ao nos referirmos ao jornalista Castello Branco, porque combateu com veemência o regime autoritário, ainda que, às vezes, com argumentos bastante discutíveis. Mas, exatamente por essa sua posição, as citações da imprensa nesse ano referem-se praticamente a seus artigos e estão contidos no Vol. III de "Os Militares no Poder", pág. 646, 687, 692/693, 722 e 736.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1970 -

3º SGT PMSP ANTONIO APARECIDO POSSO NOGUEIRA - ASSASSINADO, EM 20 DE FEVEREIRO, PELO TERRORISTA DA VPR, ANTÔNIO RAIMUNDO DE LUCENA, QUANDO INVESTIGAVA UMA DENÚNCIA SOBRE CARRO ROUBADO.

SD PMSP GARIBALDI QUEIROZ - ASSASSINADO, EM 10 DE NOVEMBRO, POR TERRORISTAS DA VPR, EM VILA PRUDENTE/SP, DURANTE A REALIZAÇÃO DE UMA PANFLETAGEM.

ANEXO "B"

CROQUIS DA REGIÃO DE SETE BARRAS

Já havia quebrado uns cinco deles quando um grupo liderado por um sujeito com cara de japonês veio contra mim e entramos numa luta corporal". Preso, Luís elogiou as realizações do governo brasileiro e passou a ser chamado pela imprensa chilena de "minigorila brasileño" (1).

Ainda nesse ano, o ex-deputado Márcio Moreira Alves tentou distribuir, durante as sessões da 59ª Conferência Interparlamentar realizada na Europa, um panfleto altamente ofensivo ao País, ação que não logrou êxito em decorrência de gestões promovidas pela delegação brasileira. O mesmo verificou-se com um deputado comunista da Venezuela que ali acorreu, "em solidariedade ao povo brasileiro", com uma carta de acusações ao Brasil (2).

Internamente, as notícias sobre as atividades terroristas vinham sendo veiculadas pela imprensa, mas, normalmente, restringiam-se a seus atos em si, muitas vezes sem relacioná-las às diferentes organizações subversivas, sem dar uma idéia mais ampla dessas atividades e sem que transparecesse que elas se tornavam, a cada dia, mais violentas e radicais. Reconhecia-se serem essas atividades "desvinculadas das aspirações políticas que se afirmavam na vida nacional", sendo inclusive a causa principal da perturbação do processo político. A falta dessa visão de conjunto, importante para que a população pudesse "viver" o problema, já se disse, era em grande parte culpa dos órgãos de segurança e, por via indireta, do Governo, a quem cabia essa responsabilidade. O fato é que as notícias de prisões, do desbaratamento de aparelhos, etc., que se tornavam uma constante, sem que se informasse o público sobre as novas organizações que surgiam, sobre a vinda para o País de terroristas com curso de guerrilha no exterior, sobre as tentativas de implantação de focos de guerrilha rural, etc., davam a impressão de que subversão estava praticamente contida. Isso gerava incompreensões pela não correspondente evolução do processo político. Desse modo, qualquer fato de maior repercussão, como ocorreria nesse ano com a morte de Lamarca, e a não correspondente "abertura política", levavam essa incompreensão a experimentados cronistas e políticos.

---

(1) O sujeito "com cara de japonês" que atacara Luís era o terrorista Takao Amano, um dos trocados pela libertação do embaixador da Suiça. Luís preferiu ficar preso, não concordando com o embaixador brasileiro que pretendia indenizar os subversivos pela meia dúzia de painéis destruídos. ("Jornal do Brasil", 19/06/71). A essa altura, 1971, a imprensa livre já desapareceria no Chile. ("Jornal do Brasil", 26/05/71).
(2) Ver "Jornal do Brasil" de 21/09/71.

2. O processo político

A compreensão do processo subversivo em curso no País poderia ter sido, paradoxalmente, o elemento catalisador que vinha faltando para afrouxar o nó dado pela Revolução — a que já nos referimos algumas vezes —, trazendo de volta a seu seio, no "bonde histórico" do desenvolvimento que o Brasil experimentava, aquelas pessoas que dela se afastaram, não por problemas ideológicos. Por falta de comunicação e dessa visão política, perdia-se essa oportunidade ímpar. Essa não era a ocasião de reunir homens num partido político de apoio aos governos revolucionários, mas a oportunidade de consolidar um instrumento político que reunisse as idéias interpretativas do ideário da Revolução, como contribuição importante para o fortalecimento das instituições democráticas. Ao contrário — embora se entenda os problemas que toldaram essa visão na época —, deixou-se engrossar o aglomerado de pessoas que sempre se aglutinavam em apoio ao Governo e cuja única força polarizadora era o "governismo" e que, naturalmente, desagregar-se-ia com a mudança de Governo, ou à medida que ele perdesse sua força como tal.

A área política já era considerada saneada. O Presidente Médici não se valia dos poderes que o Governo estava dotado para punir qualquer parlamentar. Havia um esforço dos partidos para que o Congresso recuperasse suas funções e reafirmasse sua utilidade. Não tendo, porém, se modernizado, o Congresso debatia-se com dificuldades para examinar os inúmeros projetos que o Governo remetia para seu exame. Esse ano, além de mais de meia centena de projetos, o Executivo encaminharia ao Congresso a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e o Plano Nacional de Desenvolvimento, juntamente com o Orçamento Plurianual e a proposta orçamentária.

No Congresso, porém, a discussão mais importante girav[a] em torno da volta do recesso de julho que a Constituição de [...] eliminara. O retorno do recesso, justificavam os parlamentares, exigindo reforma da Constituição, seria o primeiro passo na direção da redemocratização do País. Neste contexto e diante d[a] reafirmação do Presidente de que era cedo para reformulações d[o] processo, não se geravam fatos políticos.

Como salientaria Tancredo Neves, nesse ano, dois foram [...]

fatos políticos: a exitosa viagem do Presidente Médici aos Estados Unidos da América e o pronunciamento do Gen Souto Malan, chefe do Estado-Maior do Exército, no final do ano, propugnando pelo desengajamento controlado das Forças Armadas do processo político. Em março, os novos governadores tomaram posse. Nem mesmo a renúncia do Governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, com pouco mais de seis meses de governo, por corrupção, teve a repercussão que seria usual. Do episódio a imprensa tiraria duas conclusões principais: a firme determinação do Presidente Médici de não compactuar com a corrupção, sobretudo de pessoas nas quais havia depositado confiança e que a escolha indireta não era garantia de probidade dos governantes.

3. O País vai bem mas o povo vai mal

O Brasil entrava no seu quarto ano consecutivo de crescimento acelerado, atingindo em 1971 uma expansão do PIB de 11,3%, sendo, por isso, natural que as áreas econômicas e sociais gerassem mais fatos do que a área política. A continuidade desse ritmo exigia novos projetos e principalmente investimentos. O Governo preocupava-se em aplicá-los de tal sorte que, a par da manutenção do crescimento, pudesse corrigir ou atenuar as disparidades regionais que refletiam flagrantes desigualdades de rendas das áreas mais pobres em relação as mais evoluídas do País.

Nesse ano, o Governo lançaria dois programas regionais com esse objetivo. Em julho, foi anunciado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e no Nordeste (PROTERRA). Esse programa previa a aplicação de Cr$ 4 bilhões até 1976, transferindo 20% dos incentivos fiscais do total até então destinado à industrialização da área (3). Seu objetivo era facilitar o acesso do homem à terra e o fomento da agroindústria nessas regiões. Tratava-se, sem dúvida, da reorientação de uma política que havia depositado unicamente na industrialização a esperança da redenção do Nordeste.

No final do ano, foi lançado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com o objetivo de integrar ao processo de de-

(3) Eram destinados à industrialização do NE 50% do produto do Imposto de Renda, representando esse montante uma ajuda, sem paralelo na história do País, de umas a outras regiões.

senvolvimento que se verificava no País, os Estados de Mato Grosso e Goiás e o DF. O programa previa, entre outras coisas, o asfaltamento da Belém-Brasília e a construção de rodovia asfaltada entre Brasília e Cuiabá, com prolongamento até Cáceres (MT). O programa, cujos recursos estavam especificados no projeto, previa a construção de uma rede de silos e armazéns, a implantação de usinas de beneficiamento, frigoríficos e obras de saneamento.

Nesse ano foi apresentado ao Congresso o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que definia de forma global a estratégia do Governo para o período de 1972 a 1974. O plano visava a garantir a transformação do País numa sociedade desenvolvida e tinha o ambicioso propósito de elevar o Brasil à posição de 8ª economia do mundo e ultrapassar, em 1974, a barreira dos 500 dólares de renda per capita.

Como é da dinâmica dos governos, o início de novas obras alternavam-se com a inauguração de outras. Nesse ano tinha sido iniciada a expansão das siderúrgicas, dentro de um programa que previa a auto-suficiência na produção de aço, com 20 milhões de toneladas em 1980. Era inaugurada a usina hidrelétrica de Xavante, de 400 mil KWA, no rio Paranapanema, onde estava prevista, para o ano seguinte, a conclusão da usina de Capivari. Nesse ano, estavam sendo aplicados 50 milhões de dólares na construção da usina da Ilha Solteira, do complexo de Urubupungá. Inaugurava-se o Aeroporto de Brasília e dava-se continuidade às obras do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Nesta cidade e em São Paulo, tocavam-se, em ritmo lento, as obras de seus respectivos metrôs. Enquanto a Ishikawagima dava início à construção do maior dique do continente, que lhe permitiria construir navios de até 400 mil Ton, o Xavante, caça a jato da Embraer, fazia seus vôos teste.

Nesse ano, também, portanto há apenas 16 anos, eram instaladas as primeiras cabines de telefones públicos na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, as ligações telefônicas interestaduais ou mesmo intermunicipais levavam horas para se efetivarem, quando não havia interrupções nas linhas e essas ligações se concretizavam. Só no final desse ano, os terminais telefônicos dessa cidade seriam integrados ao sistema de discagem direta à distância (DDD), atestando essas medidas a verdadeira revolução

por que passavam as comunicações no País. As comunicações estendiam-se também à Amazônia, onde estava prevista a implantação de 194 emissoras de rádio.

Mas a preocupação maior do Governo continuava a ser com a Educação: 100 milhões de dólares estavam sendo aplicados no desenvolvimento de projetos de modernização do ensino; e 25 milhões de dólares eram aplicados para ativar o ensino agrícola. Essas cifras confirmavam que o Brasil era realmente um dos países que mais destinavam recursos à Educação no mundo. O Brasil era dos poucos países que gastavam mais em Educação do que em Segurança. Após um ano de debates, o Governo enviava ao Congresso a Reforma do Ensino Primário e Médio. O MOBRAL, que em setembro completaria um ano, com 1.350.000 alunos freqüentando suas aulas, em 3.200 municípios, receberia, em abril, pouco mais de seis meses após o início de suas atividades, a visita de uma equipe de técnicos da UNESCO, para conhecer os métodos utilizados pelo País que, nos últimos meses, mais alfabetizara adultos. Aniversariava, também, pela primeira vez, logo após o MOBRAL, o Projeto Minerva, que reunia em torno das estações de rádio 180 mil brasileiros freqüentadores dos cursos primário e ginasial. No afã de ampliar a alfabetização, o MEC realizava convênio até com o MEB, apesar de seus métodos esquerdizantes. Referindo-se a esse esforço e às verbas empregadas nesse setor, o Jornal do Brasil assim se expressou em seu editorial de 19 de junho: "Estas somas significativas, a que se acrescentam outras contempladas nos orçamentos dos Estados e no Orçamento da União, definem a filosofia do desenvolvimento brasileiro".

Apesar dos projetos de assistência indireta, através do PIS, da Educação e da construção de moradias, com o BNH reformulando sua política com medidas de caráter social, e apesar da criação, nesse ano, da Central de Medicamentos, o Governo tinha consciência das dificuldades em superar as disparidades regionais e a desigualdade de distribuição de renda, o que levou o Presidente Médici a proferir a frase que se tornaria célebre: "*O País vai bem mas o povo vai mal*".

4. Amplia-se a rede de "desinformatzya"

As notícias deturpadas sobre o Brasil no exterior continuaram a ser veiculadas de forma crescente. Tinha-se a nítida im

pressão que seus mentores já percebiam a falência da perspectiva de alcançar o poder pela luta armada e que sofriam, mais do que com os reveses impostos aos grupos terroristas, com os êxitos que o governo brasileiro ia alcançando nos campos econômico e social. O objetivo estratégico era colocar barreiras que estancassem o fluxo de recursos do exterior, imprescindíveis para a manutenção desse êxito.

Em janeiro desse ano surgiu a versão italiana da FBI, a "Fronte Brasiliano D'Informazione". A publicação italiana apresentava a maioria dos artigos, escritos por estrangeiros, criticando aspectos políticos e econômicos do governo brasileiro. As denúncias sobre "assassinatos" e "torturas" de presos políticos eram freqüentes, porém menos intensas que nos boletins chileno e francês. A "Frente" possuía ramificações nas cidades de Roma, Turim e Carrara.

Na Itália, dentre os vários órgãos ligados à FBI, destacava-se, na publicação de material difamente contra o Brasil, o "Centro de Informazioni América Latina" (CEIAL), órgão auxiliar da Conferência dos Bispos da Itália. O CEIAL publicava textos tendenciosos de clérigos ligados à "Igreja progressista" no Brasil, como D. Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, D. Antonio Fragoso e D. Pedro Casaldáliga (4). O trânsito e as comunicações de religiosos brasileiros na Itália ficavam facilitados pela existência de freiras e padres "progressistas" na Secretaria de Estado do Vaticano.

No Uruguai as atividades subversivas de Carlos Figueiredo de Sá provocaram sua prisão, em fevereiro desse ano, e a intimação para que deixasse o país. Dirigiu-se para o Chile, onde prosseguiu com suas atividades ligadas à FBI e à ALN.

A expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai provocou uma modificação no esquema da FBI. O militante do PCBR César Pereira Gomes passou a ser o representante ostensivo da frente, enquanto Paulo Schilling permanecia nas sombras como o seu

(4) Recorde-se que D. Hélder Câmara e D. Antonio Fragoso foram signatários do manifesto dos bispos do chamado "terceiro mundo", no qual aconselhavam, mesmo, a subversão e a luta de classes. Em 1970, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, depois de debater pela televisão com o bispo D. José Maria Pires, aceitou o convite para programa semelhante com D. Hélder Câmara, que, no entanto, desistiu do debate, preferindo, ao invés de apresentar suas posições de forma clara e franca pela televisão brasileira, levar suas objecões ao "L'Express", de Paris.

principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladislas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund, sob a supervisão de Élio Rego.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "Frente Brasileña de Informaciones", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correio" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava, versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem, após chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "Ahora". Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "Marcha".

No Chile, as revistas "Ercilla", "Mensaje", "Punto Final" e "Causa Marxista-Leninista" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.

Em outubro de 1971, foi lançada, em Santiago do Chile, uma

nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", editada graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica.

Ampliava-se a rede e os veículos da "desinformatzya" contra o Brasil.

5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

Em 13 de janeiro, seis novos quadros foram engrossar o rol dos exilados, banidos que foram para o Chile, em troca da vida do embaixador suíço (5).

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se, então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antonio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão, no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho) (6).

(5) Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antonio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

(6) Dentro do espírito da "moral revolucionária", o grupo nordestino do PCBR, por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvone de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual fora amante de Rosane Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladislas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund, sob a supervisão de Élio Rego.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "Frente Brasileña de Informaciones", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correio" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava, versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem, após chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "Ahora". Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "Marcha".

No Chile, as revistas "Ercilla", "Mensaje", "Punto Final" e "Causa Marxista-Leninista" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.

Em outubro de 1971, foi lançada, em Santiago do Chile, uma

nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", editada graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica.

Ampliava-se a rede e os veículos da "desinformatzya" contra o Brasil.

5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

Em 13 de janeiro, seis novos quadros foram engrossar o rol dos exilados, banidos que foram para o Chile, em troca da vida do embaixador suíço (5).

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se, então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antonio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão, no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho) (6).

(5) Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antonio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

(6) Dentro do espírito da "moral revolucionária", o grupo nordestino do
PCBR, por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestini
dade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era
amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvone
de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o
qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de
Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual fora amante de Rosa
ne Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

O grupo nordestino não se agüentou por muito tempo. Em 30 de janeiro, a polícia encontrou um aparelho do PCBR na Praia de Maria Farinha, em Paulista, Pernambuco, no qual, além de ser apreendida grande quantidade de armamento, munição e explosivos, foram presos Odijas Carvalho de Souza e Lylia Silva Guedes. Seis dias depois, no mesmo local, foi preso Mário Miranda de Albuquerque. Odijas, preso já doente, foi levado para o Hospital da PM, vindo a falecer, em 8 de fevereiro, de embolia pulmonar.

Nesses dias, foram descobertos mais dois "aparelhos" do PCBR: um, na Praia de Candeias, em Jaboatão, em Pernambuco, e o outro, na Praia de Pirangi, em Natal, onde foram presos outros quatro militantes (7). Em 9 de março, mais um "aparelho" era descoberto em Natal, na Lagoa do Bonfim, com a prisão de Marcelo Mário de Melo, do CR/NE. Estava difícil, em qualquer lugar, a atuação do PCBR, com seus militantes sendo delatados pelos companheiros presos, numa reação em cadeia.

Suas ações armadas, nesse ano, ficaram restritas à atuação em "frente" com outras organizações subversivas, na Guanabara. Em dezembro de 1971, uma reunião definia uma nova direção nacional para o partido (8). Essa direção não duraria mais do que um ano.

6. MOLIPO: uma dissidência da ALN

As condições de realização dos cursos em Cuba propiciavam o surgimento de descontentamentos entre os militantes da ALN. A longa espera, aguardando a chegada de outros elementos, num país carente em recursos, que optara pela socialização da miséria, gerava o desencanto com o "paraíso comunista". A distância e a falta de informações do Brasil aguçava o mal-estar dos brasileiros, submetidos, muitas vezes, a uma disciplina rígida e coercitiva por parte dos cubanos. A proibição de contatos com a massa do povo cubano e a limitação do trânsito a determinadas áreas de Havana emolduravam o ambiente de clausura vivido pelos candi-

(7) Os quatro militantes presos eram: Carlos Alberto Soares, assassino do Tenente Levino, Rosa Maria Barros Soares, Cláudio Roberto Marques Gurgel e Maria Yvone de Souza Loureiro. Nos dias seguintes, seriam presos na Guanabara, Osmundo Bezerra Duarte e José Gersino Saraiva Maia, que também havia participado da ação contra o Tenente Levino.

(8) A nova direção nacional do PCBR era integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides.

datos a guerrilheiro.

Após a morte de Marighela, em razão da falta de ação do comando da ALN sobre o pessoal que se encontrava na ilha, foi escolhido, com a participação das autoridades cubanas, Washington Adalberto Mastrocinque Martins para ser o representante do "II Exército da ALN" junto a "Toledo". O problema estava momentaneamente equacionado.

Os problemas repetir-se-iam durante o curso do grupo que ficou conhecido como "III Exército da ALN" (9). Os descontentamentos transformaram-se em divergências políticas com o questionamento das diversas "quedas" e mortes de militantes ocorridas durante o ano de 1970.

Em julho de 1970, a insatisfação dos militantes do III Exército da ALN aumentou com relação à direção da organização no Brasil. Acusava-se a Coordenação Nacional (CN) de não dar apoio ao Setor de Massas e de retardar a implantação da guerrilha rural.

Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior, mandado por "Toledo", deslocou-se de Roma para uma reunião com os descontentes em Cuba. Durante o encontro, foi escolhida uma direção política do grupo, composta por João Leonardo da Silva Rocha e Lauriberto José Reyes, que seria o canal de contato com a direção no Brasil. As divergências foram, temporariamente, contornadas.

Apesar das medidas adotadas, as críticas continuaram até que, em outubro de 1970, ocorreu uma reunião dos militantes da ALN em Cuba, quando foram discutidos os acontecimentos que envolviam a organização e os erros que ela estaria cometendo. O documento resultante da reunião assinalava os princípios que não tinham sido observados pela organização e a divergência de métodos que existia entre o grupo e a ALN. Veiculava, ainda, duras críticas a elementos que se encontravam na Europa como importantes dirigentes, que nunca se haviam destacado em trabalhos ou em ações armadas.

---

(9) Grupo de militantes da ALN que realizou o curso em Cuba no período entre maio e dezembro de 1970.

Após a morte de "Toledo", o "Grupo da Ilha" (10) intensificou as discussões em torno das divergências políticas, contestando a Coordenação Nacional instituída após o desaparecimento de "Toledo".

Enquanto o "Grupo da Ilha" desgarrava-se da ALN, a Frente de Massas (FM) da Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) também entrava em rota de colisão com a direção nacional da organização. As críticas da Frente aproximavam-se das do "Grupo da Ilha" no que se referia à pouca importância atribuída ao trabalho de massas em relação às atividades do GTA.

No início de 1971, a coordenadora do Setor Estudantil do CR/SP, Sílvia Peroba Carneiro Pontes, orientava a formação de "Comandinhos", estruturas enquadrantes de elementos em fase de aliciamento (11). Tal fato quase antecipou o "racha", pois a direção da ALN não concordava com aquela forma de recrutamento. Na ocasião, os desentendimentos não tiveram prosseguimento, graças à atitude mediadora de José Milton Barbosa.

A crise entre a direção nacional e a FM foi reacesa com o "justiçamento" do membro da Coordenação Nacional, Márcio Leite Toledo, em 23 de março de 1971. O fato provocou uma revolta generalizada abrangendo até elementos do GTA, normalmente em total sintonia com a direção nacional. A crise foi amainada e a separação adiada pela concessão da CN de cooptar um dos coordenadores da Frente de Massas, Monir Tahan Sab, para a direção nacional.

As dissensões entre a FM e a CN e o GTA iniciaram-se, realmente, por questões de vaidade e disputa do poder. A FM cresceu e ganhou certa autonomia, adquirindo condições de realizar ações.

(10) "Grupo da Ilha" — também conhecido como "Grupo dos 28", por ser esse o número de militantes que divergiam da ALN. Era constituído por: Rui Carlos Vieira Berbet, João Leonardo da Silva Rocha, Lauriberto José Reyes, Márcio Beck Machado, Arno Preiss, João Zeferino da Silva, Luiz Raimundo Bandeira Coutinho, Itobi Alves Corrêa Júnior, Aylton Adalberto Mortati, Maria Augusta Thomás, Ana Maria Ribas Palmeira, Antônio Benethzzo, Ana Maria Corbisier Mateus, Vinícius Medeiros Caldevilla, Flávio Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Mário Roberto Galhardo Zanconato, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu de Oliveira e Silva, João Carlos Cavalcanti Reis, Boanerges de Souza Massa, Natanael de Moura Giraldi, Francisco José de Oliveira, Jeová Assis Gomes, Carlos Eduardo Pires Fleury, Sérgio Capozzi, Jaime Vanini e Silvio de Albuquerque Mota.

(11) O "comandinho" foi um passo concreto para o desenvolvimento do trabalho de massas. Os elementos não seriam retirados das escolas e das fábricas para receber uma formação militar, permaneceriam em seus locais de atividade recebendo formação política, através de leituras orientadas e discussões.

As ações da Frente tinham de ter a participação de um elemento do GTA que seria o "matraqueiro", responsável pela cobertura (12). Com o desenvolver das querelas, os "matraqueiros" começaram a faltar aos "pontos de ação", alegando, posteriormente, imprevistos como enguiço do carro e problemas no trânsito, dentre outros (13).

Em maio de 1971, Yuri Xavier Pereira foi a Cuba buscar um último entendimento com o "Grupo dos 28" e acertar a volta dos militantes ao Brasil. Após uma reunião com a cúpula do grupo dissidente, representada por Carlos Eduardo Pires Fleury, Jeová Assis Gomes e Antonio Benetazzo, Yuri reconheceu a impossibilidade de reconciliação, ficando estabelecido que o grupo voltaria ao Brasil por conta própria.

Com a chegada dos primeiros elementos ao Brasil, ainda em maio de 1971, foram reabertas as discussões que pareciam encerradas com a viagem de Yuri a Cuba. Enquanto crescia a afinidade entre o "Grupo da Ilha" e a FM, a CN e o GTA de São Paulo permaneciam unidos, defendendo a posição militarista.

Monir Tahan Sab seria, em seguida, afastado do CN sob a alegação de levar para debate posições pessoais e não as defendidas pela FM. Ao ser afastado do CN, Monir afastou-se, também, da FM, constituindo um grupo independente (14). Este grupo mantinha contatos tanto com a ALN quanto com a Dissidência da ALN (DI/ALN), denominação assumida pelo "Grupo da Ilha", dos quais recebia apoio e com os quais participava de ações para sobreviver.

Os primeiros elementos que chegaram de Cuba tinham a tarefa de estabelecer uma infra-estrutura para receber o restante do pessoal. A idéia inicial era a divisão do grupo em dois para a atuação nas cidades e no meio rural. Na guerrilha urbana, seria dada mais ênfase às ações de propaganda armada: comícios em fábricas, atentados terroristas, assaltos a quartéis e a viaturas militares, dentre outras. A guerrilha rural seria desenvolvida em áreas correspondentes ao nordeste de Minas Gerais e ao centro-oeste e norte de Goiás.

---

(12) Elemento que conduzia a metralhadora ("matraca") e realizava a segurança da ação.

(13) Os encontros realizados antes das ações armadas para combinar detalhes da operação eram chamados de "pontos de ação".

(14) O grupo era integrado por: Paulo Miguel Novaes, pelo casal Tânia Rodrigues Mendes e Gabriel Prado Mendes e por Ana Maria Rodrigues.

No dia 16 de julho de 1971, a DI/ALN iniciou suas atividades assaltando o posto de gasolina Capricho, em Santo André. Durante a fuga, assaltaram ainda a viatura radiopatrulha nº 13, levando todo o seu armamento.

Com o afastamento de Monir Tahan Sab da CN e da própria organização, Hiroaki Torigoe e Sílvia Peroba Carneiro Pontes assumiram as discussões em nome da FM. No início de agosto, as divergências chegaram a um ponto extremo, com a destituição dos dois da Coordenação da FM. Foram acusados de participação na divulgação de um documento que reconhecia a derrota política da ALN e previa, para breve, a sua derrota estratégica.

No dia seguinte, conforme previsto, Francisco Carlos de Andrade, militante da Frente de Massas, participou de uma reunião em seu "aparelho", com as presenças dos militantes da Frente Sílvia Peroba, Arthur Machado Scavoni, Pedro da Rocha Filho e José Carlos Gianini. Ao encontro deveriam estar presentes um representante da ALN e outro da DI/ALN para esclarecer as posições das duas facções, visando à tomada de posição da FM da CR/SP.

Dois fatos precipitaram a definição da FM: a destituição de Sílvia Peroba, no dia anterior, e a ausência do delegado da ALN. A DI/ALN, representada por Maria Augusta Thomás, acabava de "ganhar" a FM da CR/SP para as suas hostes.

Em documento datado de agosto de 1971, a DI/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

Estabelecida a fusão de grande parte da FM à DI/ALN, a nova organização adotou uma estrutura constituída de um Comando Nacional (CN), um Setor Estudantil, um Setor de Classe Média, um Setor Operário e um Setor Camponês (15).

Como novidade, o Setor de Classe Média representava uma preocupação da organização em conseguir, fora do Movimento Estudantil, novos adeptos para a luta revolucionária. Dava prioridade à atuação na categoria dos bancários e dos professores primários. Na atividade urbana, a idéia de intensificar a ligação

(15) O CN foi constituído por Hiroaki Torigoe, Francisco José de Oliveira e Aylton Adalberto Mortari. O Setor Operário, mobiliado com militantes da FM, passou a receber a orientação de Hiroaki Torigoe, enquanto o Setor de Clase Média e o Setor Estudantil eram coordenados, respectivamente, por Márcio Beck Machado e Sílvia Peroba. O Setor Camponês, dirigido por Jeová Assis Gomes e Carlos Eduardo Pires Fleury, tentava estabelecer um ponto de apoio para as atividades rurais.

com as massas foi incrementada com a criação dos "comandinhos".

As ações armadas, dentro do pensamento da organização, visavam à propaganda, não se destinando à simples obtenção de recursos para o sustento da clandestinidade. No entanto, a DI/ALN iniciou uma série de ações de caráter até mais violento do que as da própria ALN, e tornou-se responsável, nesse ano, por mais de vinte episódios de violência em São Paulo.

Para as ações, em face da carência de pessoal, foram empregados todos os elementos disponíveis, sem considerar o seu setor de atuação. Em 28 de agosto, um grupo da DI/ALN, assaltou uma radiopatrulha no município de São Caetano do Sul, tendo sido roubados um revólver e uma metralhadora INA. Durante o assalto, o guarda da PMSP, Norival Ciciliano, foi ferido gravemente com um tiro no abdômen, desferido por Maria Augusta Thomás. No dia 31, foi realizado um atentado a bomba no Consulado da Bolívia, causando ferimentos graves em dez pessoas (16).

Após estabelecido o "racha" com a ALN, a organização iniciou o processo de escolha de sua denominação. Após debates e avaliações de propostas, foi adotada a denominação de Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Na seqüência de suas atividades terroristas, o MOLIPO resolveu realizar propaganda armada, por ocasião de um aumento de tarifas dos transportes coletivos. No dia 31 de outubro de 1971, em Brasilândia, um bando chefiado por Ailton Adalberto Mortati incendiou um ônibus da Companhia de Transportes Urbanos S/A (TUSA). Enquanto o coletivo era incendiado, chamado por populares, aproximou-se do local o cabo da PMSP Nelson Martinez Ponce. Ao avistar o policial, Ailton, que fazia a cobertura da ação, não se preocupou em rendê-lo ou imobilizá-lo, simplesmente matou-o com uma rajada de metralhadora.

Desde a sua constituição, o MOLIPO realizou uma série de assaltos, roubos de carros, de viaturas policiais e armamentos e atentados a bombas, demonstrando que a crítica que faziam ao militarismo da ALN não correspondia à sua atuação, permanecendo no cam

(16) Foram feridos no atentado: Samuel Pereira Borba, escrivão do DEOPS; Nelson Laurindo e Eurico Conrado Radeck, investigadores do DEOPS; José Tadeu da Silva e Antonio Carlos Schiamerelli, investigadores da RONE; Sebastião Moreira de Azevedo, motorista da RONE; Benedito Gonçalves Arruda, sargento da PMSP; Geraldo dos Santos Reis, ascensorista; Ronaldo Reza, auxiliar de escritório e João Batista Dominici Cabral, menor de idade.

po das idéias e não se efetivando na prática (17).

Enquanto isso, o Setor Camponês do MOLIPO seguia um planejamento realizado ainda em Cuba. O grupo pretendia internar-se no campo, conseguindo, numa primeira etapa, legalizar sua situação, familiarizando-se com a área e seus habitantes. Numa segunda etapa, em ligação com elementos da cidade e deles recebendo apoio, iniciaria assaltos a localidades pequenas, distantes uns 400 a 500 km da base de guerrilha. Tais ações visariam a angariar fundos, fazer adeptos e desmoralizar as forças de segurança, atraindo-as para áreas afastadas de suas bases.

A área inicialmente selecionada situava-se ao longo do Rio São Francisco entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa (18). Foram realizados reconhecimentos em Ibotirama, por se tratar de um importante entroncamento rodoviário. Naquela época, foram tentados contatos com o MR-8 para unificar as ações das duas organizações no interior baiano, visto que as áreas de atuação eram

---

(17) Ações armadas do MOLIPO em 1971:

- Agosto: assalto à agência do Ministério do Trabalho.
- Setembro: assalto ao Restaurante Bierhale, em Moema; atentado fracassado com bombas incendiárias no Mappin; e assalto a um posto de identificação em Santo André.
- Outubro: assalto e incêndio contra uma radiopatrulha, em Santo André; explosão de um veículo, na Rua João Moura; pichações na Cidade Universitária e na PUC; assalto à loja de perucas Dejan, em Vila Mariana; assalto à Indústria de Máquinas AMF; atentado a bomba contra o escritório da Esso da Rua Pedro Américo; atentado a bomba e hasteamento da bandeira Marighela no prédio do jornal "Gazeta"; e atentado a bomba contra a loja Sears de Água Branca em São Paulo.
- Novembro: "expropriação" de um automóvel Volkswagen no bairro das Perdizes; e assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, no interior das FMU.
- Dezembro: discurso gravado e divulgado na Cidade Universitária através do alto-falante de uma Kombi expropriada; distribuição de Cartões de Natal com textos subversivos na favela da Vila Palmares, nas vésperas do Natal; e assalto à uma loja de roupas na Rua Xavantes, no Brás, seguida de distribuição do produto do roubo no bairro da Sapopemba. e panfletagem

(18) O primeiro a chegar na área foi Boanerges de Souza Massa, por volta de maio, instalando-se em Bom Jesus da Lapa. Em seguida, Carlos Eduardo Fleury, em junho, fez contato com Boanerges, estabelecendo planos para mobiliar a área. Em julho, o trabalho no campo reforçava-se com a chegada de Jeová Assis Gomes e Rui Carlos Vieira Berbet, ambos procedentes de Cuba.

próximas.

Esta primeira tentativa do MOLIPO fracassou pela falta de dinheiro e pelo cerco à Lamarca, desenvolvido pelos órgãos de segurança exatamente nessa região. Carlos Eduardo Pires Fleury, inclusive, teve que abandonar roupas e munição em uma pensão em Ibotirama, pela proximidade das forças de segurança empenhadas na captura de Lamarca. Deixando a Bahia, o pessoal da organização dirigiu-se para Goiás, onde Jeová Assis Gomes iniciava um trabalho na região de Araguaína (19).

No entanto, a partir de novembro, iniciou-se a desarticulação do MOLIPO, com importantes "quedas" ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais se refletiram no campo.

Em São Paulo, os órgãos de segurança chegaram ao endereço da Rua Cervantes nº 7, em Vila Prudente. No dia 5 de novembro, ao tentarem entrar no "aparelho", após se identificarem como policiais, os agentes foram recebidos a bala. Ao final do tiroteio que se seguiu, jazia morto o terrorista José Roberto Arantes de Almeida. Ao ser vasculhado o local, foram encontrados documentos e pertences dos terroristas Aylton Adalberto Mortari e Maria Augusta Thomás, que lá também residiam. No mesmo dia, Francisco José de Oliveira, outro dos dirigentes nacionais da organização, ao ser surpreendido na Rua Turiassu, repetiria, numa trágica e fatal monotonia, a reação à prisão, enfrentando a polícia com uma arma na mão e encontrando a morte.

A derrocada prosseguiria no dia seguinte, 6 de novembro, com a prisão de Flávio de Carvalho Molina. Flávio "caiu" vivo porque foi possível aos agentes confundirem-se com a multidão e agarrá-lo, firmemente, antes que pudesse usar as duas pistolas que portava, juntamente com uma granada de mão. Das poucas coisas que Flávio admitiu ao ser interrogado, foi ter realizado curso em Cuba, onde foi doutrinado pelo instrutor cubano Olaf "a andar armado e resistir à prisão, matando, sempre que possível, seus captores, a fim de não ser preso vivo, e correr o risco de falar". Explicava-se, de certa forma, a suicida disposição dos elementos que vinham de Cuba. Forjou, também, a estória de um "ponto" que teria às 13 horas do dia seguinte, na Rua Marqueti. Ao ser colocado no local, empreendeu a tentativa de fuga, obstada, em última instância, a tiros, que lhe causaram a morte.

(19) Participavam do trabalho em Araguaína: Sérgio Capozzi, sua mulher Jane Vanini e Otávio Ângelo. Rui Berbet e Boanerges instalaram-se em Balsas, no Maranhão, próximo a Araguaína.

No Rio de Janeiro, os órgãos de segurança chegariam a Carlos Eduardo Pires Fleury, em dezembro. Fleury tentaria abrir caminho a bala e tombaria morto.

Orientada pela documentação apreendida nos "aparelhos" estourados, teve início uma operação de informações visando a atingir o Setor Camponês do MOLIPO. No dia 21 de dezembro, foi preso em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso, Boanerges de Souza Massa. Boanerges entregou o "ponto" que teria com Rui Carlos Vieira Berbet, provocando sua prisão, dia 31 de dezembro, em Natividade/GO. Rui foi preso com documentação falsa em nome de "João Silvino Lopes". Debilitado pela malária, imaginou poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilância e suicidou-se.

O ano de 1971, terminava de forma pouco promissora para o MOLIPO, com as "quedas" de importantes lideranças e a detecção do Setor Campo.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Em São Paulo, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, membros da Coordenação Nacional Provisória, acumulavam as funções da Coordenação Regional (CR), compondo-a junto com a militante Lídia Guerlenda, que substituíra Márcio Leite Toledo, em "crise ideológica". Enquanto a CN aguardava o desfecho da luta interna provocada pelo pessoal do "III Exército", cursando em Cuba, a CR/SP enfrentava problema idêntico, representado pelo conflito entre o Grupo Tático Armado (GTA) e a Frente de Massas (FM).

No início de 1971, a CR/SP acionou o GTA numa série de ações em "frente" com outras organizações, inclusive o assassinato do industrial Boilesen, realizado com o MRT, em 15 de abril. A VPR, com o relacionamento estremecido na "frente" pela realização, sem consulta, do seqüestro do embaixador suiço, participou apenas do assalto ao carro transportador do Banco Andrade Arnaud, na Rua Lavapés, no bairro Cambuci, em 22 de janeiro. As demais ações foram realizadas em colaboração com o MRT e com o incipiente MRM, até abril, quando as duas organizações foram des-

manteladas (20).

No início de 1971, a FM da CR/SP começou a participar de ações armadas, quebrando a exclusividade do GTA como instrumento de violência e intimidação. O esquema consistia da presença de um elemento do GTA, como cobertura, e da ação dos militantes da FM integrados em grupos de fogo. A FM limitara-se, até então, a ceder militantes para o GTA, quando solicitada. A realização de ações por parte dela fez crescer a rivalidade entre os dois organismos.

Nesse ano, a ALN renovou os esforços para restabelecer o setor de imprensa, prejudicado desde a "queda" dos dominicanos, em outubro de 1969. Em 1970, o esquema gráfico da ALN estava para ser montado por Rafael de Falco Neto. Os contatos estavam adiantados e Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante de Jornalismo da PUC, aceitou tornar-se responsável pela gráfica, desde que não fosse clandestina. O aspecto legal da gráfica serviria de "cobertura" para a edição clandestina da imprensa da ALN e amenizaria os custos, através de serviços prestados a terceiros. A prisão de Rafael, em meados de 1970, adiou o projeto. Jorge Fidelino foi recontatado, no final de 1970, por Monir Tahan Sab, e reiniciaram-se os planejamentos para a montagem do "aparelho de imprensa".

Em março de 1971, com dinheiro fornecido por Monir, Fidelino instalou a gráfica na Rua Domingos de Moraes. Auxiliado por Ladislau Crispim de Oliveira, imprimiu cinco números do jornal "Venceremos" e o nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", órgão central da ALN, datado de setembro de 1971. Fidelino escrevia artigos para as duas publicações, tornando-se o redator-chefe da imprensa da ALN. O esquema gráfico da ALN em São Paulo realizava, tam

(20) Ações realizadas em "frente" pela ALN com o MRT (algumas, também com o MRM), em São Paulo, em 1971: em 18 de janeiro, roubo de carros e placas no estacionamento da Avenida Água Branca nº 337, com lançamento de "coquetel Molotov" e ferimento em um motorista; em 31 de janeiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar", na Rua Maestro Elias Lobo; em 4 de fevereiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar", na Rua São Gabriel; em 6 de fevereiro, assalto ao supermercado Fioreto, na Rua Silva Bueno; em 10 de fevereiro, assalto à firma "Mangels do Brasil", no Ipiranga; em 10 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, localizado no interior da Indústria Villares, em Rudge Ramos, e a tentativa de demolição de uma ponte sobre o rio Tietê, no bairro do Jaguaré (a demolição fracassou por falha do dispositivo de acionamento da carga explosiva); e, em 29 de março, assalto às joalherias "Divina" e "Milton Bottura e Miranda", nas ruas Amália Noronha e Oscar Freire, respectivamente, no bairro Sumaré.

bém, a falsificação de documentos, tudo sob a orientação de Jorge Fidelino. Além do dinheiro empregado na montagem desse esquema, a ALN realizou 7 (sete) assaltos a escolas, firmas, cartórios, posto de identificação e delegacia do trabalho, para roubo de impressoras "Off Set", máquinas de escrever, máquinas e material de plastificação, mimeógrafos, estênceis, certidões de nascimento e casamento e carteiras profissionais.

Nesse ano, as atividades revolucionárias em São Paulo cresceram muito, principalmente se comparadas ao descenso do ano anterior. O GTA, sob a coordenação geral de "Clemente" — Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz —, possuía diversos grupos de fogo, orientados por José Milton Barbosa, Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Sérgio de Matos e Manoel José Mendes de Abreu. A intensa movimentação do GTA foi acrescida a da FM, preocupada em mostrar sua eficiência em ações armadas.

Em 10 de maio, a ALN realizou um assalto à Frota de Táxis Bandeirante, nas proximidades do museu do Ipiranga, liderado por Flávio Augusto Neves Leão e Antonio Eduardo da Fonseca, o qual resultou na morte do vigia da firma.

Além das ações narradas no texto e de incontáveis roubos de carros, placas, etc, a ALN realizou, nesse ano, 25 (vinte e cinco) panfletagens e 15 (quinze) assaltos a bancos, supermercados e empresas, para roubo de dinheiro. Realizou, ainda, algumas ações insólitas, como o assalto ao caminhão frigorífico da Swift, em 17 de maio, seguido da distribuição de frios aos favelados da Av. Palmares, em Santo André.

Com objetivo específico, realizou uma série de ações que visavam a alvos militares, para aumentar sua potência de fogo e desmoralizar as Forças Armadas e a força policial. Durante uma partida de futebol de um pelotão do Exército, no Parque da Aclimação, no dia 19 de julho, o soldado de guarda ao caminhão foi rendido e teve sua metralhadora roubada. No dia 17 de agosto, o soldado do Exército João Guedes Nogueira, realizando trabalho de estafeta, foi rendido na Rua Aspicuelta, em Pinheiros, e teve sua pistola .45 roubada. A escalada teve seqüência no dia 13 de setembro, com o assalto a uma viatura do Exército estacionada na Avenida Gualter, em Pinheiros, ficando o motorista privado de sua pistola .45. Além dessas ações, o GTA havia assaltado e in-

cendiado cinco viaturas policiais, roubando o armamento de suas guarnições.

Com o intuito de dar um paradeiro a essas ações de desmoralização e desassossego, foi montada uma operação, colocando-se viaturas do Exército, simulando pane, guarnecidas apenas com um motorista, nas áreas de maior atuação terrorista em São Paulo.

Às 15.00 horas do dia 23 de setembro, a viatura estacionada desde cedo na Rua João Moura, bairro do Sumarezinho, foi abordada por um Volkswagen que estacionou à sua frente com cinco elementos fortemente armados. Três homens e uma mulher saltaram do veículo e, enquanto a mulher, identificada como Ana Maria Nacinovic Correia, imobilizava o soldado, os três terroristas dirigiam-se para a viatura a fim de se apoderarem da metralhadora deixada sobre o banco. Naquele momento, uma equipe de segurança surgiu e deu voz de prisão aos terroristas, recebendo, como imediata resposta, uma saraivada de balas. Durante o entrevero, morreram os terroristas Antonio Sérgio de Matos, Manoel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antonio da Fonseca. Ana Maria, correndo, conseguiu evadir-se por uma rua lateral.

Uma camionete "Variant", que fazia a cobertura da equipe de ação da ALN, a cerca de cem metros, abandonou a área ao iniciar o tiroteio, tendo, antes, seus ocupantes trocado tiros com os agentes de segurança.

No dia 6 de outubro, Monir Tahan Sab e Yutaka Nishikawa foram feridos numa tentativa de assalto a um carro estacionado nas proximidades da Avenida Cursino, no Jardim da Saúde. Tratava-se de um Volkswagen da PMSP. Os assaltantes chegaram a ferir, durante o tiroteio, o capitão da PM Francisco Antonio Coutinho e Silva e o soldado da PM Erasmo Correia Bueno, mas foram alvejados, Monir na garganta e Yutaka na barriga. Resgatados por Venâncio Dias da Costa Filho e Paulo Miguel Novaes, que permaneceram no carro da cobertura, os feridos foram levados para o "aparelho" do primeiro.

A gravidade do estado de saúde de Monir obrigou, no dia seguinte, o seqüestro do médico Dr. Anísio Costa Toledo. Verificada a impossibilidade de restabelecimento sem uma cirurgia num hospital, a direção da organização resolveu entregar Monir à sua família. No dia 13 de outubro, o irmão de Monir internou-o no

Hospital São Camilo e ligou-se às autoridades, informando o ocorrido.

A ALN não se preocupou com Monir — ele havia se afastado da organização e criado um grupo independente. Venâncio, pelos cuidados dispensados a Monir, seria expulso da organização por Yuri Xavier Pereira, aderindo, em seguida, ao MOLIPO.

Esses dois fatos fizeram com que cessassem as ações terroristas contra as viaturas militares.

Uma outra série de ações foi planejada para comemorar o que ficou conhecido como a "quinzena Marighela-Toledo". Para marcar a ocasião, a CR/SP executou a intensificação das ações terroristas de propaganda armada (21).

Dentro de um esquema normal de treinamento da organização, no dia 4 de dezembro, após atirarem com suas armas, um grupo de terroristas resolveu testar suas granadas. Lídia Guerlenda acionou a primeira granada que não funcionou. Acionou o segundo petardo e este explodiu em sua mão direita, destruindo-a quase totalmente. O grupo retornou a São Paulo, onde Lídia foi tratada por Linda Tayah.

No dia seguinte, quando se deslocavam de carro para tratar do problema da mão de Lídia, o trio José Milton Barbosa, Linda Tayah e Gelson Reicher foi surpreendido por uma "operação arrastão", na Avenida Sumaré. Abandonaram o carro, mas, avistados pelos policiais, foram perseguidos. Após tentarem entrar em várias residências, os terroristas buscavam fugir pulando cercas e atravessando quintais. Utilizando este expediente, atingiram a Rua Veríssimo onde surpreenderam o soldado da PMSP Waldomiro Trombettas, rendendo-o.

Waldomiro foi obrigado a parar um Galaxie que passava pelo local conduzindo um casal. Linda Tayah entrou rapidamente no carro, enquanto o casal, ao sair do carro, lançou-se, por precaução, ao solo. Aproveitando-se da surpresa dos terroristas com

(21) Ocorreram durante a "quinzena Marighela-Toledo": em 26 de outubro, assalto à agência da Light, na Rua Silva Bueno, no Ipiranga; em 27 de outubro, atentado a bomba, seguido de incêndio, e panfletagem na indústria Supergel, no Jaguaré; em 29 de outubro, assalto e panfletagem na indústria Vulcan, no bairro de Socorro; no início de novembro, o incêndio de um ônibus no bairro operário de Vila Ema e de duas peruas de transporte e distribuição do jornal "Folhas"; no início de novembro, panfletagem no Centro de São Paulo, e; em 03 de novembro, incêndio do carro do cônsul americano, atentado à bomba e pichação nas casas do diretor-presidente da Sears e do diretor da Companhia Chicago Bridge.

a precavida iniciativa do casal, Waldomiro atracou-se com José Milton Barbosa, conseguindo tirar-lhe a metralhadora. Nesse instante Linda atirou, ferindo Waldomiro na mão. Alertados pelo tiro, os demais soldados acorreram ao local, tendo início um tiroteio, ao final do qual José Milton estava morto e Linda Tayah ferida com um tiro na cabeça.

Quando os policiais se aproximaram para socorrer Linda, Gelson Reicher atirou nos policiais, ferindo o soldado PMSP Alcides Rodrigues Souza. Perseguido, Gelson conseguiu evadir-se do local.

No dia 8 de dezembro, Gelson e seus companheiros conseguiriam seqüestrar o médico Dr. Euclydes Fontegno Marques para atender Lídia Guerlenda, que, mais tarde, receberia uma mão ortopédica.

Após recuperada do ferimento, Linda Tayah, respondendo a uma pergunta das autoridades policiais, declarou que um militante do GTA, quando instado a se identificar pela polícia, "manda bala e tenta fugir", o que não poderia acontecer era "cair vivo", como ocorreu com ela, desacordada com um tiro na cabeça.

O ano de 1971, apesar da intensa atividade, terminava com o CR/SP e o GTA desfalcados pela atividade dos órgãos de segurança. Muitos militantes, que começavam a questionar o tipo de atuação da ALN, foram desestimulados a dissentir, pelo exemplo do que ocorreu com Márcio Leite Toledo. Só lhes restava um caminho: a permanência na militância até a "queda", por morte ou prisão.

8. As atividades da CR/GB da ALN

A ALN na Guanabara havia-se desestruturado após o frustrado assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos, em agosto de 1970 (22).

Debilitada pelas "quedas" e transferências ocorridas no 2º semestre de 1970, prosseguiu com a sua política de realização de ações em "frente" com outras organizações.

(22) Otoni Guimarães Fernandes Júnior, Reinaldo Guarani Simões e Eduardo Leite foram presos em agosto de 1970. Por estarem "queimados" na Guanabara, Antonio Sérgio de Matos e Sônia Maria Ferreira Lima transferiram-se para São Paulo, enquanto Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto deslocaram-se para Minas Gerais. Benjamin de Oliveira Torres Neto rompeu seu contato com a organização.

No dia 25 de janeiro, a organização dava sua colaboração ao assalto realizado no 10º Setor de Guardas de Controle de Trânsito, na Rua Pereira Landim, em Ramos. O "Comando José Roberto Spiegner", responsável pelo roubo de uma metralhadora INA, representava uma frente constituída pelo MR-8, MRT, VPR, ALN e PCBR.

Em abril, o GTA, em fase de formação, realizou um assalto à Garagem Pina, em Vila Isabel, roubando quatro automóveis e dez pares de placas. A ação foi considerada um adestramento, em razão do GTA atuar, pela primeira vez, de forma isolada, sem a colaboração de outras organizações (23).

A exemplo de São Paulo, a Guanabara desenvolvia esforços para estabelecer sua imprensa própria. No dia 22 de julho, foi realizada uma ação contra a empresa RUF, na Rua Debret, com o roubo de uma copiadora eletrônica de matrizes, um mimeógrafo e várias máquinas de escrever. Uma semana depois, no dia 29 de julho, os recursos financeiros para o empreendimento foram conseguidos através do assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Providência, que rendeu cento e cinqüenta e sete mil cruzeiros.

Dias antes da ação, chegara à Guanabara, vinda de São Paulo, a militante Sônia Hipólito, para montar o Setor de Documentação da CR/GB. Sônia e Antonio Carlos Nogueira Cabral alugaram um "aparelho" onde instalaram o esquema de fornecimento de documentação. O material necessário foi conseguido através dos assaltos ao Cartório do Registro Civil, José Alves Linhares, na Rua Joaquim Méier, com o roubo de duas mil certidões, carimbos e máquinas, no dia 9 de agosto, e aos 5º e 18º Postos Eleitorais, na Rua Miguel de Lemos, com o roubo de mil e quinhentos títulos eleitorais, em 17 de agosto.

Em agosto, a CR/GB conseguia publicar e difundir o primeiro número de seu jornal "Ação". Dentro da mesma orientação do "Venceremos" e de "O Guerrilheiro", "Ação" fazia propaganda das atividades criminosas da organização, endeusando os militantes da ALN pela sua coragem e ousadia.

As ações da CR/GB passaram a ser orientadas para a propa-

---

(23) Em meados de maio, as fileiras da CR/GB seriam engrossadas por Antonio Carlos Nogueira Cabral e Luis José da Cunha ("queimados" em São Paulo) e por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Aurora Maria do Nascimento Furtado, que foram integrados ao GTA. Em contrapartida, Gilson Ribeiro da Silva, voluntariamente, perdeu a ligação com a organização, deixando a militância.

ganda armada e para a intimidação. O GTA, com a experiência ad-
quirida nas ações bem sucedidas, decidiu eleger viaturas polici
ais como fonte de suprimentos de armamento e munição (24). Com
o fito de desmoralizar as forças policiais, as viaturas eram in
cendiadas. Assim, ocorreram os assaltos às radiopatrulhas:na Ave
nida Prado Júnior, em 31 de julho; na Praça Avaí, em 19 de no-
vembro;e na Rua Dias da Cruz, em 31 de outubro. Na Praça Avaí ,
os subversivos simularam um acidente de trânsito, a poucos me-
tros do local da viatura , e quando os patrulheiros foram veri-
ficar o ocorrido, foram rendidos e algemados a um poste. Em se-
guida, a viatura foi incendiada e o local panfletado.

Animados com o resultado do assalto ao Hospital da Ordem
Terceira, a CR/GB planejou o assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras
em Botafogo (25). Definido o dia 2 de setembro com a data da
ação, José Milton Barbosa, Antonio Sérgio de Matos e Hélber Jo-
sé Gomes Goulart foram de São Paulo para o Rio de Janeiro para
reforçar o GTA.

No dia do pagamento, o GTA, comandado por Flávio Augusto
Neves Leão de Sales e contando com a participação de Hélcio Pe-
reira Fortes, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Sônia Hipólito,
Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Pau
lo Cesar Botelho Massa, além do reforço paulista, entrou em ação
à chegada do carro pagador na casa de saúde. Surpreendida,a guar
da de segurança do nosocômio reagiu ao assalto. Ao final de um
intenso tiroteio, o rol das vítimas fatais da subversão estava
acrescido dos guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silva-
no Amâncio dos Santos e Dermerval Ferreira dos Santos, enquanto
o médico Dr. Marilton Luiz dos Santos Morais e o enfermeiro Al-
mir Rodrigues de Morais saíam feridos. Os assaltantes, além de

---

(24) O GTA da CR/GB era dirigido por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e
articulava-se em dois grupos. O primeiro grupo,chefiado pelo próprio
Flávio, era constituído por Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis
Dias de Oliveira e Carlos Alberto Maciel Cardoso. O segundo grupo,che
fiado por Antonio Carlos Nogueira Cabral, era formado por Sonia Hipó-
lito, Paulo Cesar Botelho Massa e Merival de Araújo.

(25) O levantamento, assim como o do assalto anterior, foi realizado por in
termédio de Carlos Alberto Maciel Cardoso. Carlos Alberto,ex-marinhei
ro, cassado em 1964, aliciara para a organização sua amásia Hermelin-
da de Jesus Melo e Silva, funcionária do Hospital da Ordem Terceira .
Hermelinda de Jesus realizou o levantamento da data do pagamento dos
funcionários. Quanto à Casa de Saúde Dr. Eiras, o levantamento do dia
do pagamento foi feito por Maria da Conceição Nascimento, servente do
estabelecimento e namorada do irmão de Carlos Alberto, o fuzileiro na
val Paulo Sérgio Fonseca Cardoso.

oitenta mil cruzeiros, levaram as armas dos guardas abatidos.

O jornal Ação nº 2, de setembro/outubro, fazendo apologia da chacina da Casa Dr. Eiras, assim justificava os assassinatos: "A imprensa da ditadura procurou explorar politicamente a morte dos guardas, apresentando-os como vítimas inocentes. No entanto, é preciso ficar bem claro que, consciente ou inconscientemente, naquele momento agiram como defensores dos exploradores e de seu governo, atacando os guerrilheiros. Por isso não foram poupados e nem o serão aqueles que tomarem a mesma atitude".

Carlos Alberto Maciel Cardoso e sua companheira Hermelinda de Jesus Melo e Silva foram presos dia 9 de outubro pela Polícia Federal, por suspeita de participação no assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência. Admitiram algumas coisas, procurando ganhar a confiança de seus inquisidores. Vislumbrando a possibilidade de ser solto, Carlos Alberto propôs entregar os militantes da organização. Solto no dia 10, Carlos Alberto entregou um "ponto frio", com um dirigente de CR/GB, conseguindo fugir do controle dos policiais. Retornando ao seio da organização, narrou a sua astúcia para conseguir a liberdade. Não convenceu. Foi julgado por um "tribunal revolucionário", composto da direção da CR/GB, naquela altura constituída por Hélcio Pereira Fortes, Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antonio Carlos Nogueira Cabral, e condenado à morte.

No dia 13 de novembro, os juízes, transvestidos de carrascos, tiveram um encontro com Carlos Alberto e informaram-no do seu destino. Apavorado, Carlos Alberto saiu correndo, sendo perseguido por Flávio Augusto e Antonio Carlos, disparando suas armas. Ferido, ainda tentou abrigo no interior de uma casa da Rua Bernardo, no Encantado, onde seus algozes terminaram o serviço. Hélcio Pereira Fortes recolheu os companheiros, de carro, após concluída a missão de justiçamento.

Os dirigentes da CR/GB não se preocuparam com Carlos Alberto, apesar dos "relevantes serviços" prestados em levantamentos que proporcionaram ações de vulto para a organização. Os argumentos de traição não se confirmaram, pois a organização nada sofreu com a prisão de Carlos Alberto. Apenas as suspeitas de três elementos, constituídos em "tribunal revolucionário", foram suficientes para determinar a sua morte...

Apesar de realizar ações isoladas, a CR/GB procurou man-

ter um estreito relacionamento com as demais organizações liga-
das à luta armada, objetivando a unidade da esquerda revolucio-
nária. Assim sendo, foi realizada uma série de ações em "fren
te" (26), sendo que a do dia 28 de outubro, o assalto à agência
do Banco Itaú-América, na Rua Conde de Bonfim, resultou numa vi
tima. A ação, realizada em "frente" com o PCBR, a VAR-P, e o MR-
8, constou, inclusive, da interdição da Rua Conde de Bonfim no
trecho defronte da agência. Uma viatura policial que passava pe
lo local tentou intervir, mas foi obstada por rajadas de metra
lhadora, saindo ferido o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Finalizando o ano, a quadrilha da ALN na Guanabara, refor
çada por Yuri Xavier Pereira e José Milton Barbosa, realizou no
dia 8 de novembro um assalto à Cooperativa Central dos Produto-
res de Leite (CCPL). O plano frustrou-se, em parte, pelos cin-
qüenta mil cruzeiros arrecadados, quando se esperavam mais de du
zentos mil.

O ano de 1971 representou o crescimento e a reestrutura-
ção da CR/GB, compensando-se as "quedas" ocorridas em 1970. A
coordenação estava operando, sem crises de segurança — a única
pressentida terminou num "justiçamento" —, e a imprensa regional,
representada pelo jornal "Ação" (27), significou um salto de qua
lidade da atuação da regional.

9. A falta de liderança na ALN

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira — "Toledo" —, a
organização tentou recompor-se através de uma Coordenação Nacio
nal Provisória (CNP), reunindo alguns coordenadores regionais da
ALN (28).

Em janeiro, a CNP expediu o documento "Balanço dos Três

---

(26) Ações realizadas pela ALN em "frente" com o PCBR e a VAR-P, na Guana-
bara: em 19 de agosto, assalto ao apartamento do comerciante Jaime Pa
zuello, na Rua Paula Freitas; em 23 de agosto, depredação de dois pos
tos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por
estamparem cartazes de subversivos procurados; em 16 de setembro, as-
salto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Pon
te de Quintino, com o roubo de vinte mil cruzeiros; em 30 de outubro,
assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, com o roubo de qua
renta mil cruzeiros e jóias (do qual participou, também, o MR-8).

(27) A CR/GB publicou, em novembro, o nº 3 de "Ação".

(28) Yuri Xavier Pereira, Márcio Leite Toledo e Carlos Eugênio Sarmento Co
elho da Paz ("Clemente") representavam São Paulo, Arnaldo Cardoso Ro-
cha, Minas Gerais, e Hélcio Pereira Fortes a Guanabara.

Anos", no qual, através de uma autocrítica, esforçava-se para aproximar-se das posições do "Grupo dos 28" e da FM da CR/SP. Através de Carlos Figueiredo de Sá, que se deslocou de Montevidéu para Santiago, recontatou os militantes que haviam sido banidos em troca do embaixador suíço. Ainda nesse mês, surgiram problemas no NE. A subordinação dos trabalhos daquela área a uma coordenação no Sul era criticada. O grupo que lá atuava foi transformado, à revelia da organização, na Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN). O problema, no entanto, foi contornado com a liberdade de atuação tática da FLNN, que se mantinha estratégicamente ligada à ALN. A CNP tudo fazia no sentido de manter a unidade da organização.

O amadurecimento das divergências sobre o "desvio esquerdista" da organização, iniciadas com as contestações do "III Exército da ALN", em Cuba, refletiu no desencanto de Márcio Leite Toledo, que foi destituído da CNP e integrado a um grupo de fogo do GTA.

As posições de Márcio Toledo, contestando a orientação da Coordenação Nacional, teriam conseqüências trágicas. Ao tentar se desligar da organização, seria "justiçado", no dia 23 de março, por um comando do qual faziam parte Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz — "Clemente" —, este o autor dos disparos fatais (29).

O assassinato de Márcio Toledo gerou uma onda de protestos dentro da organização. A CNP, desgastada, foi modificada com a substituição de Yuri e "Clemente".

Numa tentativa de apaziguar o descontentamento reinante, particularmente na FM, a CNP cooptou para a direção nacional da organização Monir Tahan Sab, um dos coordenadores da Frente de Massas.

A tentativa de contornar o problema surgido com os militantes do "III Exército da ALN", em Cuba, frustrou-se com a viagem de Yuri a Havana, em maio, ocasionando o surgimento do MOLIPO, em meados de 1971, perdendo, ainda, a ALN a maior parte da Frente de Massas da CR/SP.

Sentindo a impossibilidade de manter a unidade da organização, a CNP inclinou-se de vez para o militarismo. Em junho, em pleno fogo da luta interna, a CN divulgou um histórico da orga-

(29) O episódio foi narrado na introdução deste livro. É o "Terceiro Ato".

nização fazendo um retrospecto de sua atuação. Após conhecer o declínio das atividades armadas, em 1970, em decorrência dos golpes sofridos, a CN admitiu que as atividades da organização se limitaram à sobrevivência e à reorganização. Para reverter esta situação, preconizava-se a intensificação da guerrilha urbana, onde os militantes teriam "a própria luta como escola de preparação de combatentes". Preocupava-se em criar uma infra-estrutura intimamente ligada aos grupos de ação, com o aumento da potência de fogo, através da compra, expropriação ou fabricação de armamento e com a utilização de explosivos — bombas, granadas e "coquetéis Molotov". Reassumindo sua posição militarista, a CN apregoava que as Frentes de Massas deveriam realizar ações de caráter armado, mobilizando uma potência de fogo própria. A CN transmitia, ainda, orientação a seus militantes no exterior para que não recrutassem, pois esta atividade teria de ser realizada no Brasil, em pleno clima do enfrentamento armado e para que todo o trabalho ficasse subordinado ao comando da organização no Brasil.

Com o "racha" do "III Exército da ALN" e da Frente de Massas da CR/SP, não se justificava mais o afastamento de Yuri e "Clemente" da Coordenação Nacional. Ambos foram reintegrados à direção nacional, ficando Yuri como responsável pela CR/SP e pelas ligações da organização com o exterior.

Enquanto os elementos que voltavam ao Brasil aglutinavam-se em torno do MOLIPO, os que permaneceram no exterior, sob a liderança de Rolando Fratti, Argonauta Pacheco da Silva e Ricardo Zarattini — que ainda em Cuba se afastara do "Grupo dos 28" — propunham reformulações na linha política da organização. Esta facção intitulou-se Tendência Leninista da ALN (TL/ALN) e, sem se afastar da organização, ganharia praticamente todo o esquema da organização no exterior. A TL/ALN divulgou, em agosto de 1971, o documento intitulado "Uma Autocrítica Necessária", onde expôs seus pontos de vista.

Com a data de 25 de agosto, a CN difundiu o documento "A ALN e a Unidade da Esquerda Revolucionária" onde consignava como problema mais premente da revolução brasileira a questão da unidade revolucionária. A declaração, publicada no nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", de setembro de 1971, assinalava que apesar da unanimidade do repúdio ao reformismo e da adoção da guer-

ra revolucionária, num "salto de qualidade", por diversos grupos, não ocorrera a unidade e sim a atomização da esquerda revolucionária. A união, segundo o informe, estava entravada pelo oportunismo e pela aspiração de hegemonia de certas organizações que chegavam a realizar ações acima de suas forças,para se imporem como liderança.

A ALN preconizava a troca de experiência, no plano político e militar, entre as organizações da esquerda revolucionária, para a identificação de pontos de afinidade, objetivando, posteriormente, a formulação de um plano político comum. De início , a "frente" seria formada a nível de organizações que adotassem a violência revolucionária, com o objetivo de perpetrar ações conjuntas e combinadas. Posteriormente, seria estendida a todas as forças progressistas, populares e democráticas.

O excesso de ações armadas e a falta de trabalho de massa, questionamentos que conduziram ao "racha", tornaram a aflorar na organização. Em São Paulo, onde "Clemente" conduzia o GTA de forma açodada, realizando ações indiscriminadamente e expondo os militantes e a própria organização a riscos desnecessários, ocorreram novas críticas ao "desvio militarista" da ALN.

Pretendendo atenuar as críticas e evitar novas dissensões, a Coordenação Nacional resolveu deslocar "Clemente" para o Setor Rural, afastando-o da violência do asfalto. No final de outubro, foi deslocado para o Nordeste.

Somente em outubro foi difundido no Brasil o citado documento da TL/ALN. Em resposta a esse documento,a CN difundiu, em novembro, uma declaração satirizando seus autores afirmando que "intelectuais de esquerda podem chegar a cronistas, pesquisadores, vulgarizadores e repetidores de 'teorias' da moda, mas dificilmente a revolucionários". Nas respostas irônicas ao texto da TL a CN fez analogias entre as propostas apresentadas e as resoluções do VI Congresso do PCB, tachando de irreais e direitistas as intenções da TL.

Acossada e preocupada com o crescimento da TL/ALN e motivada pela mecânica de desinformação e de dificuldade de comunicação com o exterior, assinalada como causa geradora das divergências com o "Grupo da Ilha", a direção da organização expediu, em dezembro de 1971, a "Mensagem aos Militantes no Exterior", onde fez um balanço de suas atividades e pediu uma defini-

ção em termos de uma militância efetiva na organização ou o seu abandono.

Ainda este ano, a ALN receberia o apoio da maioria dos militantes que se encontravam no Chile, os quais produziram um documento intitulado "Análise de Conjuntura da Revolução Brasileira" remetido à CNP/ALN. No texto, os banidos reafirmavam a validade dos princípios doutrinários de Marighela, apresentando a ação como "essência ideológica do princípio da iniciativa". O documento, de cunho militarista, não falava de trabalho de massa e estabelecia a "defesa ativa" como tática adequada à organização, dentro de um quadro de "defensiva estratégica", determinado pelas derrotas sofridas pela organização, desde o final de 1969.

A CNP antes do término do ano produziria ainda o documento "Orientações com Companheiros no Exterior", onde fez uma avaliação crítica das diversas turmas que fizeram curso em Cuba — o "Centro de Treinamento". Os quatro "Exércitos da ALN" (30) foram criticados, ressalvando-se exceções representadas por revolucionários de atuação destacada no retorno ao Brasil. As deficiências foram atribuídas a falhas no recrutamento dos militantes enviados a Cuba, considerados despreparados política e ideologicamente. No mais, o documento era uma repetição de recomendações anteriores relativas ao acatamento das ordens emanadas do comando no Brasil.

A presteza com que se procurou constituir uma Coordenação Nacional para a organização não foi suficiente para manter a unidade da ALN. Constituída de militantes sem experiência política e sem uma liderança efetiva, propiciou com sua conduta pendular o surgimento de dissidências e rachas que não foi capaz de contornar e que enfraqueceram a organização.

10. A Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)

Após o assassinato do comerciante de São Benedito e as conseqüentes "quedas", a atividade terrorista no Ceará manteve-se suspensa, com o deslocamento dos "quadros" mais procurados

---

(30) O "IV Exército da ALN", representado por reduzido número de militantes que fizeram curso em Cuba, entre fins de 1970 e julho de 1971, era constituído por Caio Venâncio Martins, Domingos Fernandes, Luis Eurico Tejara Lisboa, Marília Angélica do Amaral, Ronaldo Dutra Machado, Suzana Keniger e Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

para outros Estados.

Antonio Esperidião Neto e José Sales de Oliveira, estabelecendo-se em Pernambuco, iniciaram os contatos visando a reestruturar o trabalho da ALN na região Nordeste. A fim de equacionar o problema, mantiveram ligação com José Calixtrato Cardoso Filho, que já tivera relações com a VAR-P e exercia a liderança sobre um grupo espalhado na região de divisa dos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Da avaliação efetuada pelo trio, conclui-se que a organização no Nordeste já se mantivera muito tempo isolada da Coordenação Nacional que se situava em São Paulo. Tal fato tinha gerado desânimo e provocado a deserção de muitos elementos que abandonaram a militância ou se transferiram para outras organizações. A subordinação dos trabalhos no Nordeste a uma coordenação no Sul também foi alvo de críticas, sob a alegação de que o Nordeste apresentava uma realidade própria, diversa da do Sul do País. A criação de uma coordenação no próprio Nordeste parecia a solução lógica para o isolamento da área.

No dia 8 de janeiro, o trio ficou reduzido com a prisão do ex-seminarista Antonio Esperidião, em Recife.

Movidos pelo apelo regional e visando à integração de outros grupos atuantes no Nordeste, José Sales e José Calixtrato instituíram a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN).

Em fevereiro, a dupla dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com a Coordenação Nacional da ALN. No final de fevereiro, Gilberto Telmo Sidney Marques, que para lá se deslocara após a chacina de São Benedito, recebeu da CN, a incumbência de verificar a situação da organização em Recife e de iniciar um levantamento de área estratégica no Nordeste. Enquanto isto, Yuri Xavier Pereira mantinha conversações com José Calixtrato Cardoso Filho para estabelecer o relacionamento ALN-FLNN.

No retorno de Gilberto Telmo do Nordeste, em meados de março, já estava decidido que a FLNN manteria a sua autonomia tática, mas sua atuação estaria voltada para os objetivos estratégicos da ALN. Naquela ocasião, Arnaldo Cardoso Rocha foi designado para coordenar o trabalho rural no Nordeste, integrado à FLNN. Arnaldo tinha a intenção de, numa primeira fase, intensificar as atividades nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco aproveitan

do-se da estrutura já implantada por José Calixtrato na região do Cariri. Numa segunda fase, a FLNN deveria estender suas atividades para a região do Bico do Papagaio, no norte de Goiás, e oeste do Maranhão.

Nesse ano, a FLNN realizaria apenas duas ações: no dia 27 de agosto, uma ação tática rural ao assaltar a Coletoria Pública em Bodocó, no sertão pernambucano (31) e, no dia 20 de novembro, assaltando a Companhia de Transportes Urbanos (CTU) de Recife.

Após o assalto, o bando dirigiu-se para Campina Grande, na Paraíba, onde se dispersou. Por volta de outubro de 1971, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membro da CN/ALN, foi deslocado para o Nordeste, passando a atuar junto a Arnaldo Cardoso Rocha.

11. A Morte de Aldo Sá Brito e a Campanha de Difamação

A chegada de Aldo Sá Brito de Souza Neto, da Guanabara, criou ânimo novo no grupo da ALN em Belo Horizonte. A facção estava em fase de criar uma infra-estrutura para intensificar sua atuação na capital mineira. Necessitava, portanto, de recursos financeiros para seu empreendimento.

No dia 6 de janeiro de 1971, o grupo assaltou a agência do Banco Nacional de Minas Gerais na Rua Tupinambás. Ao final da tarde, quatro elementos desembarcaram de Volks na porta do banco, permanecendo um ao volante. Três penetraram no banco, enquanto Milton Campos de Souza permanecia na porta. O guarda, no interior da agência, foi facilmente dominado e o assalto seguiu a técnica conhecida, com a prisão de clientes e funcionários no banheiro. O gerente foi, então, forçado a entregar aos assaltantes oitenta e nove mil cruzeiros, em dinheiro, e cinqüenta e quatro mil cruzeiros, em cheques.

As coisas teriam corrido favoravelmente aos assaltantes, não fosse a demora na realização do assalto e a presença, próximo à agência, de um agente do Serviço Secreto da PMMG, que, investigando um outro problema, teve sua atenção voltada para o indivíduo parado à porta do banco.

Em determinado momento, Milton impediu a entrada de um cli

(31) Participaram da ação: Arnaldo Cardoso Rocha, José Sales de Oliveira, Francisco Peixoto de Carvalho ("Galego") e José Calixtrato Cardoso Filho.

ente no banco, ameaçando-o, nervosamente, com o revólver que sacara. A cena foi presenciada pelo agente PM e por populares, que, curiosos, começaram a se aglomerar na porta do banco. Despreparado para a situação e assustado com o rumo que as coisas iam tomando, Milton guardou a arma e afastou-se, calmamente, caminhando pela rua, quando foi seguido e preso pelo agente da PM.

Os três assaltantes que se encontravam no interior do banco, ao saírem, defrontaram-se com uma pequena multidão à porta. Um deles atirou para o chão a fim de abrir passagem, denunciando a todos que se tratava de um assalto. O tumulto que se seguiu, com gritos e correrias, chamou a atenção de uma viatura do Juizado de Menores que passava pelo local.

O Volks dos assaltantes saiu em desabalada carreira, sendo acompanhado pela viatura policial com a sirene ligada. Perturbados pela perseguição, os terroristas não obedeceram o plano de fuga e entraram na rua onde se localizava a Delegacia Contra Roubos e Furtos. Alertados, os agentes da delegacia incorporaram-se à caçada aos subversivos.

No bairro da Floresta, na altura da Praça Negrão de Lima, os assaltantes resolveram abandonar o carro, deixando-o atravessado na rua. Na troca de tiros que se seguiu, Newton Moraes, um dos assaltantes, atingiu mortalmente o menor de quatorze anos, Marcelo Coimbra Tavares, que passava pelo local, e se refugiou, junto com Aldo Sá Brito, no interior de um prédio. Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antonio da Fonseca, que completavam o grupo, roubaram um Aero-Willys e conseguiram deixar o local.

Newton Moraes seria preso no interior do prédio sem oferecer resistência, enquanto Aldo, ao tentar escapulir por uma janela do 3º andar, sofreria uma queda, vindo a falecer na manhã do dia seguinte, apesar de socorrido na Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (FEAMUR).

As prisões de Milton Campos de Souza e Newton Moraes causaram a desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais, com a identificação e a prisão de vários militantes (32). O coordenador da ALN em Minas, Arnaldo Cardoso Rocha, abandonou o Estado, deslocando-se para São Paulo. O mesmo destino tomaram outros mi

(32) Foram presos Luiz Fernando Gonçalves dos Reis, Hervê de Melo e o cabo PMMG Cecílio Emigdio Saturnino, entre outros.

litantes (33).

A morte de Aldo Sá Brito foi rotulada como mais um assassinato da "ditadura militar". Na realidade, os órgãos de segurança, ao invés da morte de Aldo, anunciaram a sua prisão. Imaginava-se que Aldo houvesse participado do seqüestro do embaixador suíço, assunto ainda em discussão por parte do Governo no que se referia aos presos a serem libertados. O anúncio da prisão visava a intranqüilizar os seqüestradores, dentre os quais se imaginava estar incluído Aldo. Posteriormente, ao ser anunciada a morte do terrorista, ela foi explorada, no País e no exterior, como tendo sido sob tortura. Como o retardamento do anúncio havia cumprido sua finalidade e existia registro médico da entrada de "Santana", nome utilizado por Aldo na sua documentação fria, às 19.00 h do dia 6 de janeiro, na FEAMUR, contendo inclusive a orientação médica da tentativa de salvar a sua vida, os órgãos de segurança não se preocuparam em esclarecer o episódio.

No caso, cometiam-se dois erros. O primeiro, ao não se esclarecer a população. Não se tratava de imputação ou não de responsabilidade. A falta de esclarecimento dava credibilidade à maldosa exploração do fato. O segundo erro é que esses estratagemas utilizados com a intenção de beneficiar as operações correntes, invariavelmente, causavam muito mais malefícios aos órgãos de segurança do que vantagens, quando essas vantagens efetivamente existiam.

No rastro desse fato e valendo-se da credibilidade auferida com ele, buscou-se generalizar os casos de tortura como se eles fossem a regra na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Buscavam envolver também os militares encarregados de ouvir Newton Moraes. Em carta datada de 2 de agosto de 1971 ao Juiz Auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, Newton declara não "se responsabilizar por abaixo-assinado que será por fim enviado a esta auditoria", no qual eram descritas torturas que teria sofrido num quartel do Exército. As acusações constavam de uma carta denúncia remetida pelos presos políticos da Penitenciária de Linhares aos órgãos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais. Newton afirmava em sua carta: "fui tratado com todo o respeito devido à pessoa humana", quando se re-

(33) Entre eles, Walderez Oliveira Nunes e os assaltantes Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antonio da Fonseca.

feria a uma entrevista mantida com um oficial do Exército, nas dependências do Quartel General da 4ª Região Militar.

As acusações falsas estavam inseridas na campanha de difamação patrocinada pela subversão, com o objetivo de desestabilizar o governo revolucionário.

12. O surgimento da Tendência Leninista da ALN

Enquanto o retorno dos militantes do III Exército da ALN significava a cristalização das divergências com a Coordenação Nacional e o surgimento do MOLIPO, elementos da organização, que permaneciam no exterior, pretenderam assumir a direção da ALN, imprimindo-lhe uma nova orientação.

Em Cuba, Ricardo Zarattini Filho, afastando-se do "Grupo da Ilha", ligou-se a Rolando Fratti e Argonauta Pacheco da Silva, formando uma coordenação da ALN no exterior. O trio pretendia reformular a linha política da organização, redirecionando-a, numa "postura leninista", para uma maior ligação com as massas.

Antes de se ligar com a coordenação no Brasil, foi feito contato com José Maria Crispim que se encontrava na Itália, representando a ALN na coordenação da FBI. Crispim viajou para Cuba, onde concordou com a nova posição advogada para a organização, fazendo com que todo esquema da ALN no exterior se inclinasse para a nova tendência que surgia.

Rolando Fratti e Ricardo Zaratine deslocaram-se para o Chile, onde a reflexão e a posição autocrítica, assumidas pela maioria dos exilados, criavam um ambiente favorável para a proposta de mudanças e a difusão de novas idéias.

Finalmente, elaborado por Rolando Fratti, foi enviado à CN no Brasil o já referido documento "Uma Autocrítica Necessária", expondo os pontos de vista e as propostas do grupo, que assumia, a partir de então, a denominação "Tendência Leninista da ALN" (TL/ALN). No documento, datado de agosto de 1971, a TL/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

O desvio da ALN, olvidando a "revolução como obra das massas", foi atribuído a dois fatores: o afluxo para a organização

de "elementos da pequena burguesia, notadamente estudantes, imbuídos do espírito radical", e a influência das teses de Regis Debray sobre estes elementos. O primeiro fator conduziu a ALN a um excesso de ações urbanas, de caráter armado, completamente desvinculadas das massas, enquanto o segundo negava o trabalho junto às massas e a necessidade de um partido que seria substituído pela "Coluna Móvel Estratégica".

Condenando a concepção revolucionária que a esquerda radical vinha adotando, os dissidentes criticavam a própria "doutrina Marighela" quando afirmavam que "a expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de formação de quadros" e que "a necessidade de auto-afirmação de muitos se ajustava ao critério seletivo, ocorrendo a incorporação de muitos radicais, em detrimento do justo critério leninista de seleção nas forças fundamentais: operariado e campesinato". A TL prosseguia suas críticas, afirmando ter sido criado dentro da ALN um verdadeiro "culto ao guerrilheiro urbano" e que o conceito de "liberdade tática" fazia com que os militantes se sobrepusessem às ordens de suas próprias coordenações.

Para corrigir o "desvio esquerdista" e sanar as imperfeições levantadas na linha política da ALN, os dissidentes propuseram para debate cinco pontos:

1º - o estabelecimento de um programa amplo, reunindo as forças básicas a todas as camadas e classes sociais, dentro de uma estratégia nacional-libertadora e democrática;

2º - o estabelecimento de uma frente única, num novo tipo de aliança, englobando não só organizações e partidos mas, inclusive, outras forças interessadas na revolução, tendo como base a "aliança operário-camponesa";

3º - a necessidade de um "partido marxista revolucionário" para a condução do processo revolucionário, visto que a sua falta impedia de levar avante a "expressão mais elevada da luta de classes, a luta armada". Neste ponto, o documento propunha a realização de um congresso, para decidir a estrutura e a linha política do partido, e o estabelecimento de uma escola de quadros políticos e militares na organização;

4º - a formação do "Exército Revolucionário do Povo" (ERP), apontado como necessário para quebrar a coluna vertebral do sistema

do Governo, as Forças Armadas. Os dissidentes não aceitavam, a priori, as fórmulas preestabelecidas do "foco" ou da "coluna móvel", bem como os esquemas do "cerco da cidade pelo campo" ou da "insurreição generalizada nos grandes centros urbanos" como dogmas para a criação de seu exército. Deixando indefinido o processo de formação do ERP, a TL/ALN propôs a transformação dos GTA em "destacamentos de propaganda armada" (DPA), como principal instrumento do trabalho político nas cidades e no campo. Os DPA, ao contrário dos GTA, não teriam autonomia tática e agiriam dirigidos por uma chefia político-militar, tendo ainda como diferença fundamental que nem todos os membros do destacamento necessitariam ser quadros marxistas, bastando, para tanto, estarem de acordo com o programa nacional-libertador e democrático da ALN;

5º - o estabelecimento de uma política exterior que proporcionasse um maior relacionamento com o sistema socialista mundial. Ignorando o conflito sino-soviético, a TL/ALN preconizava a ligação não só com Cuba, mas também com os outros países que apregoavam a luta armada. Recomendavam, ainda, o estabelecimento de relações com organizações progressistas do mundo capitalista desenvolvido, e, como principal e prioritário, o relacionamento mais profundo com as organizações revolucionárias da América Latina, principalmente com aquelas dos países vizinhos ao Brasil, por considerar o movimento no Brasil como "integrante de um processo de revolução continental".

Os cinco pontos propostos para debate sintetizavam os problemas levantados pelos dissidentes para a condução do movimento armado.

A TL/ALN pretendia, em verdade, a realização de um congresso, onde a força política acumulada, representaria a conquista de importantes posições na Coordenação Nacional da ALN, transformada em partido marxista revolucionário.

O documento foi respondido em tom de zombaria pela CN da ALN, que comparou as propostas da TL às resoluções "direitistas" do VI Congresso do PCB, como já vimos no item 9.

A TL/ALN constituía uma facção dentro da própria ALN, sem idéias fracionistas. Combatia o "vanguardismo militarista" dentro da ALN, que, "preocupando-se exclusivamente com a formação

do combatente e não do militante", estaria conduzindo a organização à destruição. Assumindo esta postura, a TL/ALN não reconheceria a sua expulsão, decretada, em março de 1972, pela Coordenação Nacional no Brasil.

13. O assassinato de Henning Albert Boilesen

O industrial Henning Albert Boilesen começou a morrer em janeiro de 1971. Nessa época, Antonio André Camargo Guerra, do comando do MRT, "cobriu um ponto" em Cascadura, na Guanabara, com Herbert Eustáquio de Carvalho, da VPR, para tratar das próximas ações da "Frente". Na ocasião, Herbert, a mando de Carlos Lamarca, entregou-lhe um bilhete com três nomes: "Henning Boilesen", "Peri Igel" e "Sebastião Camargo (Camargo Correia)". Segundo Herbert, Lamarca pedia ao MRT que os levantassem a fim de futuros seqüestros ou "justiçamentos".

Boilesen, um dinamarquês de 55 anos, havia sido lutador de box e jogador de futebol em Copenhague, em sua juventude. Formado em Administração de Empresas, veio para o Brasil em 1942, como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959. Ingressando na Ultragás, pela sua grande capacidade de trabalho, foi galgando postos, sucessivamente, até tornar-se o presidente do Grupo Ultra, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liqüefeito do petróleo.

Preocupado com os aspectos sociais do trabalho, auxiliava diversas entidades e havia criado o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para a formação de mão de obra especializada. Entrosado com o meio empresarial, possuía os títulos de "Cidadão Paulistano" e de "Homem de Relações Públicas em 1964", além de quase uma dezena de medalhas e condecorações, outorgadas por diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Museu de História do Rio de Janeiro.

Casado, com 3 filhos e 4 netos, Boilesen disputava "peladas" de futebol nos fins de semana e era fanático torcedor do Palmeiras. Apaixonado pelas artes plásticas, patrocinava exposições e privava da amizade de inúmeros artistas que expunham na vizinha cidade de Embu. Mas, para a VPR, ele era um "espião da CIA" e patrocinador da OBAN. No bilhete passado por Herbert pa-

ra Antonio André, Boilesen estava em primeiro lugar e assinalado com um sinistro "X".

A partir da 2ª quinzena de janeiro de 1971, iniciaram-se os levantamentos do industrial paulista, dos quais participaram Devanir José de Carvalho, Dimas Antonio Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Dan de Carvalho, pelo MRT, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), pela ALN, e Gregório Mendonça e Laerte Dorneles Méliga, pela VPR.

Nos levantamentos procedidos, descobriu-se que Boilesen residia no Morumbi e que diariamente, às 09.00 h, antes de ir para o trabalho, passava para ver seus filhos, na Rua Estados Unidos 1.030. Só não conseguiram descobrir a sua suposta ligação com a OBAN.

A prisão de Laerte e Gregório, respectivamente, em 2 e 4 de fevereiro, fez com que suspendessem a ação, temporariamente, pois ambos haviam participado dos levantamentos. Passados alguns dias, entretanto, observaram que o industrial não mudara seus hábitos e continuava a não possuir segurança pessoal. Concluíram que a ação não havia sido delatada por seus companheiros.

Numa reunião do comando do MRT, realizada em 17 de fevereiro, Boilesen foi julgado e condenado à morte. Na pauta resumida dessa reunião, apreendida dois meses depois, aparece um lacônico "Justiçamento-CIA". Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia, na própria letra de Devanir: "Tarefa prioritária: Sobre a pena de morte — apresentar proposta à frente". O MRT, para executar a ação, precisava propô-la à "Frente", constituída pela VPR, pela ALN, pelo MR-8 e pelo PCBR, além do próprio MRT. Boilesen ganhou mais alguns dias de vida.

A morte de Devanir José de Carvalho, líder do MRT, baleado ao resistir à prisão, em 5 de abril, precipitou a ação. Dimas e Gilberto, o "Zorro", entraram em contato com "Clemente" e José Milton Barbosa, da ALN, e pediram auxílio para a execução de Boilesen, como vingança pela morte do Devanir.

Entre os dias 9 e 13 de abril, o "Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho", criado especificamente para a ação, realizou novos levantamentos sobre Boilesen. Dimas escreveu o panfleto que seria jogado sobre a vítima, procurando "justifi-

car" o assassinato.

Na manhã de 14 de abril, o "Comando Revolucionário" formou o seu dispositivo. No carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antonio Sérgio de Matos, como motorista, Yuri Xavier Pereira, com Fuzil Mauser 7mm, e José Milton Barbosa, com metralhadora INA. No carro de cobertura, outro Volks, três militantes do MRT: Dimas Antonio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas, com Winchester 44, e "Zorro", com metralhadora INA. Haviam decidido que a ação seria executada em frente à casa dos filhos de Boilesen, na Rua Estados Unidos, a fim de causar maior impacto na opinião pública. Estacionaram os dois carros na Alameda Casa Branca e Yuri e José Milton esperaram na esquina para observar a saída da vítima. Subiriam nos carros e fechariam o carro do industrial antes que ele desse a partida. Entretanto, nesse dia Boilesen foi à Guanabara para tratar de negócios. Ganhou, com isso, mais 24 horas de vida.

No dia seguinte, 15 de abril de 1971, novamente o Comando Revolucionário tomou posição. Dessa vez, Boilesen compareceu e, às 09.10 h, saiu da casa de seus filhos. O planejamento, no entanto, não fora bem feito. Ao entrarem na Estados Unidos, os terroristas observaram surpresos, que o Ford Galaxie do industrial já virava à direita, tomando a Rua Peixoto Gomide. Após alguns segundos de hesitação, decidiram executar a ação assim mesmo e saíram em perseguição ao carro do industrial. Para evitar uma feira livre, Boilesen entrou na Rua Professor Azevedo Amaral e pegou a Rua Barão de Capanema. Na esquina da Alameda Casa Branca, parou para entrar à esquerda. Nesse momento, os dois carros dos terroristas emparelharam com o dele. Pela esquerda, Yuri, colocando o fuzil para fora da janela, disparou um tiro que foi raspar a cabeça de Boilesen. Este saiu do Galaxie e tentou correr em direção contrária aos carros. Foi inútil. José Milton descarregou sua metralhadora nas costas do industrial e Yuri desfechou-lhe mais três tiros de fuzil. Cambaleando, Boilesen arrastou-se por mais alguns metros e foi cair na sarjeta, junto de um Volkswagen. Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro, que arrancou-lhe a maior parte da face esquerda. Joaquim e "Zorro" jogaram os panfletos por cima do cadáver. Os terroristas, subindo em seus carros, arrancaram em alta velocidade, fugindo pela Alameda Casa Branca na direção à Avenida Paulista. Mais tarde

no relatório escrito por Yuri e apreendido pela polícia, aparecem as frases: "Durante a fuga trocávamos olhares de contentamento e satisfação ..."Mais uma vitória da Revolução Brasileira".

O assassinato durara menos de dois minutos. Os disparos haviam chamado a atenção de dezenas de populares que estavam na feira livre. Vários carros e casas foram atingidos por projetéis. Caídas, uma senhora, atingida no ombro, e uma vendedora de maçãs, ferida na perna, aumentavam o pânico das pessoas, que correram em direção à Rua Peixoto Gomide. Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com 19 tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "Ao Povo Brasileiro", traziam a ameaça:

"Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA.

OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE".

14. O fim do MRT

Desde o seu início, o ano de 1971 trouxe maus prenúncios para o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Em 14 de janeiro, cinco militantes do MRT, em "frente" com outros militantes da ALN, da VPR e da OPCOR, sigla do novo nome do MRM, realizaram um frustrado assalto ao carro pagador do Banco Itaú-América, na Avenida Dr. Arnaldo, no Sumaré/SP. Apesar de Devanir José de Carvalho ter procurado bloqueá-lo com um caminhão e de terem sido feitos vários disparos, o carro pagador conseguiu evadir-se.

A prisão de diversos dirigentes da Ala Vermelha (AV), na segunda quinzena de janeiro, permitiu que os órgãos policiais passassem a saber quem eram os autores das dezenas de assaltos ocorridos no ano anterior, dentre os quais Devanir e outros militantes do MRT.

Ao mesmo tempo, a "Frente", da qual o MRT fazia parte, analisando as causas do fracasso do assalto de 14 de janeiro, concluiu que seus militantes não estavam preparados para ações de grande porte e resolveram realizar "pequenas" ações de "expropriação".

Assim, em 22 de janeiro, o MRT, a ALN, a VPR e a OPCOR as-

saltaram a Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci, da qual levaram cheques, uma carabina e dois revólveres. Em 30 de janeiro, essas mesmas organizações realizaram o 1º assalto ao Supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro, do qual levaram NCr$ 4.500,00 e 6 garrafas de "whisky" (34). Cerca de uma semana depois, realizaram um 2º assalto a esse supermercado, quando levaram o equivalente a NCr$ 12.000,00.

A partir de 28 de janeiro, a prisão de Waldemar Andreu, que havia saído do MRT no ano anterior, precipitou as detenções de uma série de militantes desse grupo, na 1ª quinzena de fevereiro.

Mesmo assim, o MRT realizou três assaltos em fevereiro de 1971: o primeiro, no dia 10, na metalúrgica Mangells, na Moóca, onde, em "frente" com a ALN e a OPCOR, roubou NCr$ 270.000,00, além de duas carabinas e um revólver; o segundo, no dia 12, no supermercado "FIORETO", no Ipiranga, onde, junto com a ALN, levou NCr$ 8.000,00; e, o terceiro, no dia 19, a uma firma de máquinas tipográficas, na Rua Vergueiro, onde roubou uma "off-set" e outras máquinas acessórias.

A partir desse assalto, três reuniões marcaram as atividades da organização. Na primeira reunião, de 17 de fevereiro, o MRT "julgou" e condenou o industrial Henning Boilesen à morte. Na segunda, realizada um mês depois, reestruturou o seu comando, integrado por Devanir, Antonio André e Dimas, este colocado no lugar de Joaquim Alencar de Seixas. Na terceira, em 22 de março, criou duas bases para as ações armadas: a "Base Eduardo Leite" e a "Base Yoshitane Fujimore" (35). Na pauta dessa reunião, com a própria letra de Devanir, aparecia, como "tarefa prioritária", a sombria proposta para o justiçamento de Boilesen: "Sobre a pena de morte — apresentar proposta à frente".

Nessa época, o MRT estava financeiramente bem, pois, além do apurado nos assaltos, Devanir passou a contar com 4 mil dólares trazidos pela ALN, mais do que suficiente para a sobrevivência de seus militantes e simpatizantes, que não chegavam a du

(34) Neste assalto, Ivan Akselrud Seixas, filho de Joaquim Alencar, com apenas 16 anos, exercitou a sua "aptidão" para as ações armadas.

(35) A 1ª base integrada por Devanir, Antonio André, Joaquim Alencar e Domingos Quintino dos Santos, e a 2ª constituída por Dimas, Gilberto, José Rodrigues e Ivan.

as dezenas (36).

A partir do dia 22 de março, iniciaram-se as "quedas" dos militantes da OPCOR, que, em face das antigas ligações e da atuação na "Frente", aumentaram o conhecimento da polícia sobre o MRT.

Em 29 de março, o MRT, junto com a ALN, realizou um assalto simultâneo à joalheria Milton, na Rua Amália Noronha, e à joalheria Rolex, na Rua Oscar Freire, em Pinheiros. Por alguns dias, os militantes do MRT fizeram farta distribuição de relógios a seus amigos e familiares.

Em 30 de março, o MRT, a ALN e o MR-8 idealizaram uma ação que, segundo eles, ganharia repercussão internacional e "comemoraria" a data dos 7 anos da Revolução de Março: a explosão, por dinamite, da ponte sobre o Rio Tietê, no bairro do Jaguaré. Frustrada, a ação só serviu para irritar os ânimos dos componentes da "Frente".

Abril foi o mês crítico para o MRT. No dia 03, foram presos Antonio André Camargo Guerra e Domingos Quintino dos Santos, cujo "aparelho", na Rua Cruzeiro, na Barra Funda, foi ocupado pela polícia. Na manhã do dia 5, ao chegar nesse "aparelho", Devanir recebeu voz de prisão. Reagiu a tiros, morrendo baleado logo depois.

Dimas Antonio Casemiro e Gilberto Faria Lima assumiram o comando do MRT e entraram em contato com a ALN, pedindo ajuda para o que qualificaram de vingança pela morte do Devanir, através do "justiçamento" de Boilesen (37).

No dia 14, foram presos dois "simpatizantes". Isso não alterou os planos com relação a Boilesen. Na manhã de 15 de abril, a ALN e o MRT assassinaram-no, no que seria a última ação armada desta organização (38).

---

(36) O MRT só considerava como militantes aqueles que participavam das ações armadas. Os nove "simpatizantes" da época eram: Pedrina José de Carvalho, esposa de Devanir; Fanny Akselrud de Seixas, esposa de Joaquim, e suas filhas, Iara Akselrud de Seixas e Ieda Akselrud de Seixas; Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas; José Xisto de Oliveira, José Dan de Carvalho, Gildevil Oliveira de Melo e Antonio Telles de Menezes.
(37) Lembrar que Boilesen já havia sido julgado e condenado pelo MRT, em 17 de fevereiro. Faltava, apenas, o aprovo da "Frente".
(38) O assassinato de Boilesen está descrito no item 3 deste capítulo.

Nesse mesmo dia, às 19.00 h, foi preso José Rodrigues Ângelo Júnior, no seu "aparelho" da Avenida Dr. Arnaldo, nº 1532.

Na manhã do dia 16, Joaquim Alencar de Seixas e seu filho Ivan foram presos. Logo em seu primeiro depoimento, Joaquim falou sobre o "ponto" que teria, nesse mesmo dia, com Gilberto Faria Lima, na altura do nº 5.000 da Estrada do Cursino. Indo ao local, a polícia recebeu tiros, partidos de elementos que estavam num carro sem placa. Joaquim, ao tentar fugir aproveitando a confusão, morreu no local, sob fogo cruzado. Nesse mesmo dia, após a prisão de Florival Cáceres, chegou-se ao "aparelho" de Devanir, na Rua Diogo Barbosa Rego. No local, foi encontrada uma grande quantidade de documentos, dentre os quais anotações sobre as reuniões do comando do MRT, atestando que Boilesen já havia sido condenado à morte antes da "queda" de Devanir, além de dezenas de nomes de empresários que seriam levantados para futuros seqüestros ou "justiçamentos".

No dia seguinte, 17, no "aparelho" de Dimas, na Rua Elisa Silveira, na Saúde, foram presas Pedrina José de Carvalho, viúva de Devanir, e Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas, e encontrado um verdadeiro arsenal e produtos de assaltos. Horas depois, Dimas Antonio Casemiro e Gilberto Faria Lima chegaram ao local, reagindo a tiros à voz de prisão. Enquanto Gilberto conseguia fugir, embrenhando-se num matagal, Dimas morria baleado.

Como rescaldos, foram presos, ainda em abril, três simpatizantes da organização.

Dos elementos que participaram de ações armadas, três nunca foram presos: Plínio Petersen Pereira, Armênio de Souza Rangel e João de Morais. Da última fase do MRT, só um conseguiu escapar à prisão, Gilberto Faria Lima, que continuaria na ALN até que, assolado por problemas psicológicos, fugiu para o exterior, nunca mais sendo visto.

Acabava-se o MRT que, de setembro de 1969 a março de 1971, assaltou dezenas de empresas, roubando, em frente com outras organizações, cerca de NC$ 1.185.000,00.

A história do MRT confunde-se com a história de "Henrique"-Devanir José de Carvalho. Só ele, ao longo de sua trajetória de crimes, no PC do B, na AV e no MRT, cometeu mais de 30 assal-

tos, um seqüestro e, direta ou indiretamente, 6 assassinatos, além de causar dezenas de feridos. Na realidade, restrito à capital paulista, o MRT nunca passou de um bando armado, com pouco mais de uma dezena de militantes, orbitando em torno de "Henrique".

15. A divisão da CEx/PC do B

Já no início de 1971, a CEx do PC do B estava dividida em duas partes: a primeira, composta por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroio, conduzia, na região do Araguaia, o trabalho de campo para a implantação de um núcleo guerrilheiro; os três membros restantes permaneciam em São Paulo e na Guanabara, em condições de deslocar-se para a área de campo, quando necessário. Além desses, alguns membros do CC, como José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, também haviam sido deslocados para o Araguaia, que já contava com cerca de 70 militantes. Nem José Toledo de Oliveira escapou de ser deslocado para a área: assim que saiu da prisão, foi guindado ao CC e encetou viagem.

Na área de campo os subversivos realizavam um trabalho político que consistia de leitura e discussão dos documentos do partido, além da obrigatoriedade de se ouvir diariamente as transmissões das rádios de Tirana e de Pequim. A partir desse ano,deu-se prioridade à atividade militar,constituída de treinamento físico, instruções de tiro, sobrevivência na selva, etc. O trabalho de massa continuava sendo feito na base de ações que visavam à conquista da amizade da população local, que continuava alheia às atividades políticas dos que denominavam, genericamente, de "paulistas". Nesse ano,o partido decidiu adotar uma estrutura militar para o movimento, constituído à base de "destacamentos", em número de três, o A, B e o C.

No aspecto político-ideológico,o PC do B prosseguia em seus ataques à política chinesa. No documento "Soluções Ilusórias" , posicionou-se frontalmente contra o apoio que a China emprestava aos militares nacionalistas peruanos. Ao mesmo tempo, atacava o governo brasileiro na questão do mar das 200 milhas, afirmando que essa atitude não passava de "demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo".

Em meados de 1971, iniciou-se a aproximação entre o PC do

B e a APML do B, que, poucos anos depois, iria redundar num considerável reforço para o partido.

No final desse ano, os 600 membros alcançados pela UJP atestavam que era fácil conduzir o idealismo da juventude para posições mais radicalizadas.

16. A desarticulação da AV

A partir de meados de janeiro de 1971, o "estouro" de oito "aparelhos" em São Paulo e a prisão de mais de duas dezenas de militantes da AV—dentre os quais quatro membros do DNP, Elio Cabral de Souza, Edgard de Almeida Martins, Paulo de Tarso Giannini e Felipe José Lindoso—desmantelaram a organização. Nos meses seguintes, novas prisões de quase meia centena de militantes, em diversas regionais, acabariam por desarticular a AV.

Os elementos que mais cooperaram com a polícia foram os seus próprios dirigentes, que pareciam, inclusive, querer acabar com a organização.

Pela absoluta falta de uma direção nacional, em meados de 1971, na Guanabara, cerca de cinco militantes da AV, liderados por Luiz Carlos Lopes, resolveram constituir-se em dissidência e criaram o "Grupo Tacape", de reduzida influência político-ideológica (39).

Após as quedas, a AV passaria por três anos de isolamento e de estagnação política, dirigida por uma Direção Geral Provisória (DGP) e com alguns esparsos militantes em São Paulo e na Guanabara.

17. O MRM transforma-se na OPCOR, que é desarticulada

No primeiro dia de 1971, reunido em São Vicente/SP, o Movimento Revolucionário Marxista mudou o seu nome para Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR) e elegeu um Comitê Nacional (CN) (40).

---

(39) O "Grupo Tacape" seria extinto em janeiro de 1974, com a prisão de seus poucos militantes.

(40) Integrado por Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida, Joana Darc Jansen Ferreira e Paulo Roberto de Magalhães, com os dois primeiros compondo o Secretariado.

Nas "Resoluções Políticas" aprovadas nessa reunião, destacam-se os documentos "Normas Estatutárias", "Manifesto Programa" e "Acerca da Tática para a Revolução Brasileira", que estabeleciam a estrutura e a linha política da nova OPCOR.

Influenciada pelas suas origens na Ala Vermelha (AV) do PC do B, a OPCOR adotou uma linha nitidamente maoísta. Admitia um estágio intermediário dirigido por um "Governo Popular Revolucionário", alçado ao poder pela luta armada, através da Guerra Popular e do cerco das cidades pelo campo, este eleito como área de atuação principal.

Na prática, entretanto, a OPCOR limitou-se a assumir uma posição militarista, unindo-se a outras organizações na realização de assaltos na cidade de São Paulo. A OPCOR era uma organização que só tinha "cabeça", os seis integrantes do CN. Nesse início de 1971, estava começando a recrutar oito novos militantes, em Belo Horizonte e Vitória.

Em "frente" com o MRT, a VPR e a ALN, a OPCOR participou de quatro ações armadas em 1971: em 14 de janeiro, assalto frustrado a um carro-forte do Banco Itaú-América; em 22 de janeiro, assalto à Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci; em 30 de janeiro, assalto ao supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro; e em 10 de fevereiro, assalto à metalúrgica Mangells, na Moóca.

Quatro dias de março marcaram o fim do MRM/OPCOR. Entre os dias 22 e 25, foram presos os seis integrantes do CN e quatro simpatizantes (41).

Nos "aparelhos" dos militantes, foram apreendidos, além de armas e munições, documentos que mostravam os planejamentos já efetuados para a sabotagem das redes elétricas e de oleodutos de São Paulo e para os seqüestros de dois norte-americanos, considerados como agentes da CIA, três diretores da Chrysler e os cônsules da Itália, de Mônaco e de Portugal.

Na prisão, além de entregar os seus companheiros, falaram sobre as ligações com outras organizações, o que facilitou as "quedas" de militantes do MRT e da VPR.

Apenas como exemplo, destaca-se o final das declarações de

(41) Os simpatizantes eram João Amorim Coutinho e sua esposa Laura Maria da Silva Coutinho, Francisco Feitosa Norberto e Ney Jansen Ferreira Júnior, marido de Joana Darc e que havia saído da AV.

próprio punho de João Amorim Coutinho, feitas em 27 de março:

"Aí está toda a minha vida, desde que me importei com coisas de política. Estou pronto à responder pelos meus erros, para, quando sair daqui, esquecer disso tudo e refazer minha vida, estudar, trabalhar, ter meus filhos com minha esposa. Essa é a mais pura verdade, juro pela memória do meu pai, por minha mãe, por minha esposa, por meu filho que está para vir, enfim, pelo que há de mais sagrado em minha vida".

De nada adiantou o juramento. João Amorim Coutinho, hoje, está separado da esposa e é militante do PC do B, tendo sido eleito, em 1985, presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo.

18. PCR: um "justiçamento" e um assassinato

Na prisão em Recife, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") continuava a colaborar com as autoridades. No dia 21 de agosto, enviou um bilhete informando detalhes sobre três camponeses que haviam sido soltos recentemente e que estavam sendo recrutados pelo PCBR. Na noite do dia seguinte, "Capivara" era assassinado por dois presidiários, que lhe deram um refrigerante envenenado e, após, desfecharam-lhe violentas pancadas no tórax, com canos de ferro. Os mandantes do crime nunca foram descobertos. O mais provável é que "Capivara" tenha sido identificado como informante da polícia e "justiçado" por uma organização comunista.

Alguns dias depois, em 2 de setembro de 1971, José Mariano de Barros, a mando do PCR, tomou um táxi na Madalena, em Recife. Ao chegar perto do Hospital das Clínicas, quando fingia que ia pagar a corrida, aproximaram-se Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva. Na tentativa de assalto, ao reagir, o motorista Gentil Procópio de Melo foi alvejado por dois tiros disparados por José Emilson, vindo a falecer momentos após. Essa seria, a rigor, a única ação do PCR nesse ano e sua primeira vítima fatal.

19. A desarticulação do POC e o surgimento do POC-Combate

O POC vivia uma fase de retorno ao trabalho de conscienti

zação da classe operária. Pretendia-se enterrar a lembrança militarista e reassumir a posição da ORM-PO, estabelecida no IV Congresso, pelo Programa Socialista para o Brasil (PSB). Adotando esta postura, o POC aproximava-se da OCML-PO, deixando de existir as divergências que provocaram a cisão.

Em janeiro de 1971, Fábio Oscar Marenco dos Santos, membro do Comitê Nacional do POC, encontrou-se com o dirigente da OCML-PO Nilton Bahalis dos Santos e discutiram a possibilidade de realizar a médio prazo, a reunificação das duas organizações. Naquela ocasião, Bahalis já representava uma tendência dentro da SR/GB da OCML-PO, que, em pouco tempo, "racharia" com a organização.

No início de maio de 1971, Fábio Marenco e Wladimir Neto Ungaretti encontraram-se com o dirigente da OCML-PO, Ceici Kameyana, numa nova tentativa de entendimentos com aquela organização. Ceici passou farta documentação da OCML-PO, para que fosse avaliada visando a um futuro entendimento.

Abalada desde sua incursão militarista no 1º semestre de 1970, a unidade do POC já não existia, persistindo no seu interior três tendências. A "Tendência de Osasco", formada pelos militantes e simpatizantes da Célula Operária daquele município, aglutinava-se em torno de Laurindo Martins Junqueira Filho. A facção era partidária da organização dos operários em seus bairros e em "Uniões Operárias". A "Tendência do ABC", liderada por Alberto Augusto Júnior, compunha-se dos militantes operários das células daquela região e tinha o pensamento idêntico ao da "Tendência de Osasco", à exceção de julgarem a classe operária já pronta para a insurreição. A "Tendência do Sul", liderada por Fábio Marenco, adotada pela maioria dos militantes da SR/RS. Os partidários dessa Tendência pretendiam atuar dentro das fábricas, organizando os operários em "comitês" por seção, que seriam conduzidos em suas lutas reivindicatórias, por uma "Coordenação Operária".

No início de maio de 1971, era insustentável a posição da direção nacional do POC, totalmente inoperante frente às facções em luta interna. Foi realizada uma reunião da direção nacional. Como conseqüência dessa reunião, o Comitê Nacional (CN) e a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foram dissolvidos. Con

sideravam seus militantes necessário iniciar um período de discussões que deveria culminar na eleição de uma nova direção. Foi marcada uma Conferência Nacional para o mês de outubro, que não chegou a ser realizada.

Em junho, militantes da organização começaram a ser presos em São Paulo.

No dia 28 de julho, o casal Fábio Marenco e Ângela Rocha Santos, que retornara do Chile cinco dias antes, foi preso em Porto Alegre, na avalanche de prisões que quase extinguiu o POC (42).

Em agosto e setembro de 1971, continuaram as "quedas" no Rio Grande do Sul, que agora, num efeito reverso, se estenderam a São Paulo. No Rio Grande do Sul foram presos cerca de trinta militantes, "caindo" todos os componentes da SR/RS. Em São Paulo as prisões ocorreram em massa, causando total desarticulação do POC. Os principais dirigentes a nível nacional, inclusive os líderes das três tendências conflitantes no partido, foram presos. O POC estava desarticulado.

Os remanescentes do partido tinham a convicção da impossibilidade de sua sobrevivência dentro da orientação estabelecida pelas diretrizes da organização. A procura de um novo caminho levá-los-ia ao trotsquismo.

No Chile, Flávio Koutzi e Marco Aurélio de Almeida Garcia lideravam um grupo de novos adeptos do trotskismo que haviam aderido à tendência majoritária do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Este grupo, que iniciou no Chile, em 1971, a publicação da revista Combate, passou a ser conhecido como Tendência Combate.

Em dezembro de 1971, a Tendência Combate divulgou uma Declaração Política, em espanhol, elegendo a IV Internacional como o organismo que poderia dar conseqüência à revolução mundial.

A primeira tentativa de unificação dos remanescentes do POC à Tendência Combate frustrou-se por divergências doutrinárias.

---

(42) No início de julho, Fábio Marenco, Ângela Maria e Leopoldo Nosek foram ao Chile, onde participaram de uma reunião com os militantes do POC Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Flávio Koutzi, Marco Aurélio Almeida Garcia e os militantes da OCML-PO Éder e Emir Simão Sader, em busca de uma solução para a crise da organização.

Os remanescentes do POC continuavam praticamente inativos e, somente no início de 1974, durante o X Congresso Mundial da IV Internacional, seriam superadas as diferenças ideológicas que possibilitariam a fusão dos remanescentes do POC com a Tendência Combate, surgindo então o POC-Combate, organização simpatizante da IV Internacional.

20. A OCML-PO fica acéfala

No início de março de 1971, a Fração — dissidência estudantil da SR/GB — desvinculava-se definitivamente da OCML-PO. A dissensão assumiu a denominação de Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Paralelamente à defecção da Fração — que representou um duro golpe para a SR/GB —, a deserção de quatro militantes gerou um clima de desalento à estrutura da OCML-PO na Guanabara (43). Alegando que no Brasil não havia mais condições de luta, esses militantes autoexilaram-se no Chile. Além de João Arnoud Herédia, membro da SR/GB, a OCML-PO perdia no Rio de Janeiro importantes quadros de nível direção.

Embora com suas atividades muito restritas, a OCML-PO foi duramente atingida, em setembro de 1971, na onda de prisões que assolou o POC. Toda a Coordenação Nacional da organização foi presa, provocando uma interrupção de contatos com as Secretarias Regionais. Ceici Kameyana, Marcos Wilson, Jurandir Dias Garçoni, Manoel Mota Fonseca, Maria Lúcia Paula Pereira e Antonio Edson Urban foram presos. A OCML-PO ficava sem sua imprensa nacional, o instrumento de coesão orgânica e ideológica, representado pela veiculação das diretrizes emanadas do Comitê Nacional.

As relações de distribuição de Boletim Interno e de Tribuna de Debates, encontradas no "aparelho" de imprensa, possibilitaram o levantamento do efetivo nacional da organização, cerca de cem militantes. Apesar desse número, a OCML-PO ficaria inativa. Estava acéfala.

A OCML-PO tentava ainda avaliar suas perdas, quando, em

(43) Esses militantes constituíam o quarteto conhecido como JEUD — iniciais dos codinomes "Júlio" - João Antonio Arnoud Herédia, "Emília" - mulher de Jaime Rodrigues, "Urbano" - Jaime Rodrigues e "Dora" - Maria Lúcia Wendel Cerqueira Leite, mulher de "Júlio".

abril de 1972, os órgãos de segurança desmantelaram a organização na Bahia realizando vinte prisões.

Buscando a sobrevivência, a OCML-PO transferiu para São Paulo os quadros dirigentes da SR/GB. Em 1973, a organização mantinha atividades apenas nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Vivendo o ânimo da reconstrução, a OCML-PO sentiu necessidade de reavaliar sua atuação pretérita, visando a apurar as razões de sua ineficiência operacional e da falta de disposição para a luta dos seus mais distinguidos dirigentes. Com este propósito, a Coordenação Orgânica, antigo Comitê Nacional, resolveu fazer contato com os ex-militantes foragidos no Chile, que haviam constituído o "Grupo de Apoio à Política Operária" (GAPO).

Em meados de 1973, enviou Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira ao Chile para contatar o GAPO, entidade não vinculada organicamente à OCML-PO. (44)

No balanço autocrítico realizado pelos membros do GAPO, ficou evidente que, apesar do interesse em discutir os problemas políticos da organização, nenhum deles apresentou disposição de retornar ao Brasil naquela ocasião.

No retorno ao Brasil em junho de 1973, Carlos Tibúrcio foi preso em Foz do Iguaçu, impedindo que a Coordenação Orgânica tomasse conhecimento do resultado de sua missão.

Através dos anos, a OCML-PO atravessaria várias crises. Sua posição centrista, eqüidistante do reformismo e do trotskismo, tornava-a vulnerável ao ataque dos extremos. Vivendo esta instabilidade, sofreria mais uma defecção com a perda de um grupo de estudantes de São Paulo, que se afastou da organização, no final de 1976, constituído na Fração Operária Comunista (FOC).

21. FB-PO: A rebeldia dos estudantes da OCML-PO na Guanabara

Os estudantes da SR/GB da OCML-PO, constituídos numa tendência, afastaram-se da organização, no início de maio de 1971, criando a Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

A cisão foi justificada pela omissão da organização em

(44) Carlos reuniu-se, entre outros, com Éder Simão Sader, João Antonio Arnaud Herédia, Jaime Rodrigues e sua esposa, Maria Lúcia Wendel Cerqueira, e Luiz Carlos de Almeida.

atribuir importância tática ao movimento estudantil.

Nilton Bahalis dos Santos assumiu a liderança do movimento e iniciou o trabalho de articulação da recém-criada organização. A FB-PO, centrada no Rio de Janeiro, conseguiu estender-se fracamente para São Paulo,onde estabeleceu duas células, uma no meio estudantil e outra no meio operário.

A exemplo da OCML-PO, a FB-PO adotou o Programa Socialista para o Brasil (PSB) como seu documento básico,acrescentando, com ênfase, o papel dos estudantes na conscientização da massa operária para a "revolução socialista" no Brasil. Como seguidora do PSB, a FB-PO não descartava o emprego da luta armada, que seria desencadeada numa segunda fase do movimento.

A FB-PO não definiu uma estrutura organizacional tradicional. Estabeleceu um Setor de Organização (SO),que seria a direção da organização, limitada à atuação de Nilton Bahalis. Ligados ao SO estavam os Setores Estudantil (SE), Interno, Operário e São Paulo.

O SE atuava junto com o Movimento Universidade Crítica(MUC), organização de frente do movimento universitário, criada pelo POC e encampada pelas OCML-PO e FB-PO.

A FB-PO editava o jornal "Pavio", com um suplemento estudantil. A reunião de quatro a cinco pessoas para discutir os artigos publicados, sob a orientação de um estudante mais conscientizado, estabelecia um Grupo Pavio (GPA), constituído com o objetivo de contestar o regime, através de críticas a problemas extra-universidade.

O Organismo de Prática Orientada (OPO) era outra forma de mobilização e conscientização utilizada pela FB-PO. Oriundo do MUC, o OPO decorria naturalmente da evolução de um GPA.

O Organismo Para-Partidário (OPP) era um estágio obrigatório, anterior à militância. Na realidade, o OPO confundia-se com o OPP e, na prática,constituiu-se no organismo de formação de militantes da FB-PO.

A coordenação do SE era responsabilidade de Angelina Teixeira Peralva (45) e o Setor Operário (SO) era coordenado por

(45) Da célula estudantil participavam Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Ricardo Henriqué Salles, Fábio de Silas Sá Earp e Vera Maria Joppert Carneiro de Mendonça.

André Luiz Pappi (46). O trabalho da FB-PO no meio operário foi incipiente. Não há qualquer notícia da efetivação do recrutamento de um trabalhador. Os militantes no Setor eram todos estudantes o que dificultava a aproximação e o relacionamento com a classe operária.

O Setor Interno (SI) funcionava sob a orientação de Marlene Seica Shiroma (47).

Em São Paulo, Luiz Felipe Falcão, Jorge Eduardo de Souza Hué e Estrela Dalva Bohadana Bursztyn revezavam-se, procurando atender ao incipiente trabalho no Movimento Estudantil (ME) e no Movimento Operário (MO). A célula de São Paulo editava o jornal "Tocha", destinado ao ME e o panfleto "Denúncia" para o MO.

A FB-PO não escaparia à atuação dos órgãos de segurança que nesse ano mostravam-se muito ativos e eficientes. Em janeiro de 1972, menos de um ano de sua fundação, a organização foi totalmente desarticulada, com prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O líder da organização, Nilton Bahalis dos Santos, escapou à prisão. Desconfiando da "queda" de seu contato, Nilton mandou sua amante, Angelina Teixeira Peralva, "cobrir um ponto" em seu lugar, livrando-se da prisão.

Enquanto aguardava julgamento em liberdade, Angelina Teixeira Peralva evadiu-se para o Chile, onde se encontrou com Nilton. No exílio, aproveitando-se da liberdade proporcionada aos comunistas pelo governo de Unidade Popular de Salvador Allende, Nilton reuniu militantes da FB-PO e, associados a militantes de outras organizações, lançaram a revista "Campanha", cujo primeiro número foi publicado no dia 28 de setembro de 1972.

A FB-PO passou a ser conhecida no Chile como Grupo Campanha, e utilizava a publicação como órgão de mobilização das esquerdas no exílio andino, difamando o governo brasileiro. Com a queda de Allende, o Grupo Campanha deslocou-se para a França com uma breve passagem pelos Estados Unidos.

No início de 1976, remanescentes da FB-PO fundaram no Brasil o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), encer-

---

(46) Compunham a célula do SO as militantes Maria do Carmo Navarro da Silva e Regina Maria Alves de Carvalho.

(47) Contando com a colaboração de Sérgio de Castro Lopes, Valeska Peres Pinto e a militante "Ma[illegible]"

rando o ciclo FB-PO/Grupo Campanha.

22. VPR: as discussões sobre Propaganda Armada

No início de 1971, a VPR possuía dezenas de militantes no exterior, banidos ou foragidos, particularmente em Cuba, no Chile e na Argélia. Em Cuba, a VPR chegou a possuir bases de militantes, coordenadas por Onofre Pinto e Chizuo Ozava, e muitos militantes realizaram cursos de treinamento de guerrilha, com instruções de tiro, explosivos e de campo. No Chile, a chegada de 24 militantes da VPR banidos em 13 de janeiro acarretou a necessidade de uma estrutura que os integrasse. Assim, em 1º de fevereiro, Carlos Lamarca enviou a carta "Aos Companheiros da VPR no Chile", na qual nomeava Ubiratan de Souza como coordenador das bases e determinava que fosse criada "uma Comissão de Apuração de Responsabilidades para analisar o procedimento da cadeia", à semelhança da já existente em Cuba.

Quanto à "frente", constituída com a ALN, o MR-8, o PCBR e o MRT, as relações sofreram um esfriamento, fruto das divergências ocorridas por ocasião do seqüestro do embaixador suíço. Mesmo assim, elas continuariam existindo nesse início de ano, com assaltos conjuntos e reuniões bilaterais. Em 4 de fevereiro, Lamarca enviou à "frente" o documento "Vanguarda ou Povo?", praticamente uma reedição do "Partido ou Proletariado?", de novembro de 1970, reafirmando a posição da VPR em favor do "avanço" e contra o "recuo".

O Comando Nacional (CN) era o mesmo nomeado na reestruturação de junho do ano anterior — o triunvirato sendo constituído por Lamarca, Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etienne Romeu. Em fevereiro, o ex-estudante de Medicina, Herbert, autoclinicando-se, concluiu que estava com leucemia e pediu seu desligamento do CN, sendo substituído por José Raimundo da Costa, que retornou do Nordeste especialmente para assumir suas funções.

No Rio Grande do Sul, a situação da UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS) era crítica, em face das prisões ocorridas em dezembro. Apesar disso, seus remanescentes, liderados pelo Cmt da UC, Reinholdo Amadeo Klement procuravam reestruturar-se e "criar novas táticas para dar continuidade à luta".

No entanto, um golpe decisivo veio pôr um fim às ativida-

des da VPR no Rio Grande do Sul. Em Capão da Canoa, no dia 22 de janeiro, foi preso Isko Germer e, no dia seguinte, Reinholdo e sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. "Desbundado", o Cmt UC/MRS, em longo depoimento de próprio punho, com o título de "Uma Posição", escreveria ainda em janeiro:

"Outro fato que é importante destacar, para que se compreenda esta minha posição, é a podridão em que a esquerda vive. É impressionante as mesquinharias, os desvios de dinheiro, a falta de consenso e a incapacidade dos elementos que a formam.

Conheci, também, o mito que se chamava repressão. Para mim, que ouvia falar em homens desnaturados, a prova que tive em contrário foi no convívio no meio deles. Em geral, são homens que lutam com dificuldades, têm família, responsabilidades, etc."

No final do mês e no início de fevereiro, novas "quedas" atingiram a UC/MRS desestruturando a VPR gaúcha (48).

Em São Paulo, em janeiro de 1971, só restavam quatro militantes na UC "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) (49). Apesar disso, a UC continuava atuante.

Em 22 de janeiro, seu comandante Gregório Mendonça, junto com militantes da ALN e do MRT, assaltou um carro de transporte de valores do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci. Em 2 de fevereiro, indo a Porto Alegre pegar munição com Reinholdo, foi preso Laerte Dorneles Méliga que entregou o "ponto" que teria com Gregório Mendonça, dois dias depois em São Paulo, quando este também foi preso. A UC/ARL ficou reduzida a dois militantes.

Subsistia a VPR nesse início de ano, portanto, apenas na Guanabara, com as atividades desenvolvidas pelos 14 militantes que compunham a UC Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB) (50). Além

---

(48) Foram presos em Porto Alegre Marco Antonio Lima Dourado, sua companheira Rose Marie Porto Alegre Pereira, Antonio Constâncio de Souza, Cezar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobisesck Maslak.

(49) Gregório Mendonça, que substituiu Yoshitane Fujimore no comando, Laerte Dorneles Méliga, Aluízio Palhano Pedreira Ferreira e José Anselmo dos Santos.

(50) Compunham a UC/JGB: Gerson Theodoro de Oliveira, Cmt da UC, Alex Polari de Alverga, Zenaide Machado, Ivan Mota Dias, Maurício Guilherme da Silveira, Alfredo Hélio Sirkis, Adair Gonçalves Reis, José Roberto Gonçalves de Rezende, Tereza Ângelo, Walter Ribeiro Novaes, Lúcia Veloso Maurício, Ubajara Silveira Roriz, José Carlos de Oliveira Mendes e Carlos Alberto do Carmo, um militante que veio da VAR-P em meados do ano anterior.

da UC/JGB, a VPR possuía, na Guanabara, um grupo de aliados que cooperava nos esquemas médico e de imprensa.

O assunto que galvanizou a UC/JGB, nesse período, foi o intenso debate sobre Propaganda Armada (PA), iniciado ainda no "aparelho" da Rua Paracatu, durante as negociações do seqüestro do embaixador suíço.

No dia 28 de dezembro de 1970, Alfredo Hélio Sirkis encaminhou o documento "O Caminho da Propaganda Armada", no qual considerava superada a atividade de seqüestro e defendia a PA como "responsabilidade histórica" da VPR, a ser executada através de "ações localizadas de confisco e distribuição de gêneros alimentícios". No dizer de Sirkis, "devemos deixar de ser para a massa 'os caras que assaltaram o banco' para ser 'os caras que tomaram o caminhão do leite e distribuíram o leite prá gente'" , ações essas "complementadas (no ato) com panfletagem, comício, pichações, etc."

No dia seguinte, o documento "Seqüestro x Propaganda Armada?", redigido por Alex Polari de Alverga, apesar de preconizar a PA, defendia, ainda, o seqüestro como um instrumento válido e eficaz.

Em 3 de janeiro de 1971, Lamarca, com o seu "Vincular para Romper", analisou os dois documentos anteriores, criticando o de Alex e apoiando o de Sirkis, e procurava sistematizar o problema, defendendo a execução da Propaganda Armada Vinculada (PAV), a fim de romper o isolamento da organização.

Depois de Herbert, com o documento "Alguns Problemas da PA", seguir a idéia do seu chefe, defendendo a PAV e posicionando-se contra as ações gerais, Sirkis escreveu, em 9 de janeiro, o "PA Vinculada e Trabalho Político no Seio da Massa", no qual, pela primeira vez nessa organização militarista, surge a idéia de um trabalho político, não necessariamente armado.

Foi nesse contexto que a UC/JGB executou duas ações de PAV, denominadas de "saque e reparto" ou, ainda, de "Robin Hood".

Precisando de carros para suas ações de PAV, cinco militantes da VPR, com mais três do PCBR, assaltaram, na madrugada de 6 de janeiro, a garagem "Gratidão", na Tijuca, roubando 4 Volks, dois dos quais ficaram com o PCBR.

No dia 11 de janeiro, assaltaram a Empresa de Transporte

Aliança, perto da estação de Ramos, roubando um caminhão carregado de gêneros (leite em pó, chá, remédios, etc), logo depois repartidos entre os moradores da favela de Brás de Pina.

No dia 26 de janeiro, dez dias depois da liberação do embaixador suíço, todos os 14 militantes da UC/JGB assaltaram e renderam os funcionários do depósito dos "Armazéns Mundial", no Jacaré. Em 40 minutos, roubaram 3 mil cruzeiros do cofre e carregaram dois caminhões com gêneros alimentícios, repartidos, logo depois, entre os assustados e ávidos moradores da favela do Rato Molhado, perto do cemitério de Inhaúma.

No dia 14 de fevereiro, com o documento "Um Futuro Nebuloso para a Guerrilha Urbana", Adair Gonçalves Reis preconizava "transformar o atual estágio da vanguarda em armas, para o povo em armas". A VPR conscientizava-se da força da massa.

Encerrando as discussões sobre PA, Lamarca escreveu, em 18 de fevereiro, o "É Hora de Negar as Ilusões", determinando a execução de ações de PAV para romper o isolamento político.

Mas, não foram só as discussões sobre PA que caracterizaram a VPR, nesse início de 1971. Dez dias depois de escrever uma "Carta Aberta a Toda a Org", Zenaide Machado escreveu, em 25 de janeiro, em parceria com Adair Gonçalves Reis, um documento no qual analisava os fenômenos existentes na esquerda, isto é, o voluntarismo, o espontaneísmo, o individualismo, o personalismo e a auto-afirmação. Ressaltava que:

"Toda a esquerda sofre na carne a presença destes fenômenos que têm atravancado o seu desenvolvimento. Se não vencermos o desafio que esta realidade nos impõe, se não tivermos a combatividade necessária para fazermos uma profunda autocrítica e revolução interna não passaremos do que somos hoje: um tumor dentro da realidade política brasileira".

O ponto alto das discussões, entretanto, pelo caricato de que se revestiu, foi a polêmica entre Lamarca e o estranho militante de codinome "Otávio", Ubajara Silveira Roriz. Lamarca não havia recebido nenhum dos documentos produzidos por Ubajara, com os comandantes da UC e das bases achando que era melhor preservar o comandante-em-chefe da leitura das diatribes de

Ubajara. O último documento, entretanto, foi recebido por Lamarca em 14 de janeiro, o qual, dois dias depois, envia-lhe o "Resposta Sintética ao Companheiro Otávio", afirmando que seu balanço foi superficial e incompleto, caindo num "desvio ideológico". Ao final, uma advertência: "Nós devemos é ser mais sérios em nossas análises".

Em 23 de janeiro, Ubajara respondia com o documento que mexeu com toda a organização, o "Quem é Carlos Lamarca?", no qual levanta dúvidas sobre a lealdade revolucionária do "ex-capitão do Exército" e afirma estranhar o mito que se havia criado em torno do seu nome.

Quase uma dezena de documentos sobre a polêmica Lamarca x "Otávio" circularam entre os militantes da VPR nesses dois primeiros meses de 1971, demonstrando a fragilidade do comando, particularmente, tendo em vista que tudo acabou em nada.

Em 4 de fevereiro, Gerson, Adair, Maurício, Zenaide, Tereza, Alex, Ivan e Walter realizaram um frustrado assalto à residência, no Leblon, do Sr Fernando de Abreu Teixeira, proprietário do Guanabara Palace Hotel. Com os dados fornecidos por Walter, que trabalhava na casa como técnico em piscinas, os cinco primeiros militantes tentaram render a vítima, que, ao reagir, foi ferida com um tiro no rosto desfechado por Adair, enquanto que sua esposa levava um soco no rosto dado por Gerson. Na atropelada fuga, Adair disparou um tiro em sua própria perna, sendo conduzido para ser medicado no "aparelho" de Walter, onde estavam homiziados Lamarca e Iara, obrigando, por segurança, a remoção do casal para outro "aparelho".

Nesse mês de fevereiro, duas defecções importantes sofreria a UC/JGB: José Roberto Gonçalves de Rezende e Alfredo Hélio Sirkis pediram desligamento, permanecendo, apenas, em contato com alguns militantes até preparar-se as suas fugas para o Chile.

O mês seguinte, entretanto, marcaria o início do desmantelamento da VPR.

23. VPR: o desligamento de Carlos Lamarca

O mês de março foi caracterizado pelas ásperas discussões travadas entre Carlos Lamarca e Inês Etienne Romeu, que provocaram o desligamento desses dois membros do CN da VPR. No entanto,

não cessaram os assaltos. No dia 11, assaltaram e levaram Cr$ 210,00 e centenas de fichas telefônicas da agência da CTB localizada no Leblon; e no dia 13, roubaram Cr$ 8.600,00 dos escritórios do Conhaque de Alcatrão São João da Barra e Bebidas Praianinha, em Ramos.

Em 9 de março, Lamarca, através do documento "À Org", propôs que a UC/JGB realizasse estudos sobre a prática da organização visando a uma autocrítica e à reformulação de sua linha política. Para isso, dividiu os 12 militantes que restavam da UC em 4 grupos de estudo, neles incluindo os 3 do CN, além de Herbert e Iara.

Nesse mesmo dia, considerando que essa divisão foi uma intervenção na UC, Inês criticou a decisão de Lamarca através do documento "Contra o Cupulismo", respondido por Lamarca, logo no dia seguinte, com o "Pelo Leninismo", no qual tecia graves acusações a Inês, pelos seus "conceitos burgueses de moral e de disciplina" e por sua "posição negativista".

Considerando-se pessoalmente ofendida, Inês enviou, em 13 de março, um "Comunicado", no qual decidia desligar-se do CN e considerava-se "impedida de exercer qualquer atividade na Org". Ao mesmo tempo, encaminhava que a apuração das acusações a ela imputadas deveria "ser feita pelo Congresso Nacional", único órgão a que se submeteria.

No dia 21, Lamarca produziu dois documentos, "Ao Cmt A" e "Posição sobre o Comunicado do Cmt A" (51), nos quais reiterava suas críticas a Inês e convocava uma reunião do CN.

Entretanto, sentindo esfacelar-se a organização que ajudara a fortalecer, logo no dia seguinte, Lamarca, através do documento "Ao Comando da VPR", apresentou o seu "pedido de desligamento em caráter irrevogável", fundamentado por:

"1) divergir da linha política da VPR, conforme coloquei em diversos documentos internos;

2) ter constatado os desvios ideológicos da VPR e a deformação que acarreta em muitos dos seus quadros;

3) não ter conseguido levar a luta interna que iniciei há um ano com a devida serenidade;

---

(51) "A" era "Alda", codinome então utilizado por Inês Etienne Romeu.

4) não conseguir romper com o culto ao sectarismo existente na VPR;

5) discordar do método de direção (apesar de ser Cmt-em-Chefe); a Org impede a liberação de potencial, não forma quadros, aliena militantes, deforma dirigentes, elimina a criatividade, impede a prática leninista — tudo como já coloquei em documentos internos".

Depois de escrever, a 27 de março, o documento "Congresso: salvação política e não de honra", Lamarca ingressou no MR-8.

Mas não foram as saídas dos dois membros do CN as únicas "perdas" da VPR em março. No dia 22, num encontro fortuito com a polícia em Cascadura, morriam, após cerrado tiroteio, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira. A UC/JGB perdia mais dois militantes, dentre os quais seu próprio comandante.

O CN e a UC/JGB passavam por uma séria crise de direção : Alex Polari de Alverga foi nomeado comandante da UC e as duas bases passaram a ser coordenadas por Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, com esses três militantes compondo com José Raimundo da Costa, o único que restara do antigo CN, um novo Comando Nacional Provisório (CNP). Ao todo, com os dois remanescentes de São Paulo, 12 militantes compunham a outrora poderosa VPR.

No dia 11 de abril, o CNP emitiu o documento "Sobre o Problema do Desligamento do Companheiro Cláudio", no qual atacava Lamarca pelo seu "personalismo", "oportunismo" e por ser possuidor de um "idealismo ingênuo" e afirmava que essa atitude havia sido de "fuga à responsabilidade", "a partir de um profundo emocionalismo", denotando uma "fraqueza ideológica" (52). A propósito dos numerosos documentos escritos por Lamarca, o CNP não esqueceu-se de criticá-los, afirmando que eram "somente algumas frases feitas (e ainda por cima mal feitas)" e não passavam de "mero exercício de caligrafia" (53). Ao final, o CNP concluía que não aceitava o seu desligamento enquanto não ficassem claras as divergências e que ele não poderia "assumir militância em outra organização até a decisão final da questão".

Mero exercício de retórica. Lamarca já estava no MR-8.

(52) "Cláudio" era um dos codinomes de Lamarca, que utilizava, entre outros, também, os codinomes de "Cid" e "César".
(53) A caligrafia de Lamarca era perfeita, redondinha, tipicamente feminina.

24. A desmobilização da VPR no Brasil

Em maio de 1971, a VPR já vivia seus estertores. No dia 5, enquanto Alfredo Hélio Sirkis fugia para o Chile, Inês Etienne Romeu era presa na Guanabara, fornecendo o estopim para uma nova sucessão de prisões, dentre as quais a de José Roberto Gonçalves de Rezende, no dia 7, e a de Alex Polari de Alverga, no dia 12, este atropelando, durante a sua tentativa de fuga, o operário João Bernardo de Vasconcelos Filho, só sendo preso após disparar os seis tiros de seu revólver contra os policiais que o perseguiam.

Na 1ª quinzena de junho, apavorado com as "quedas", José Anselmo dos Santos, o conhecido Cabo Anselmo, apresentou-se ao Delegado Fleury, em São Paulo, e passou a trabalhar para a polícia. No entanto, já era pouco o que ainda restava da VPR.

Nesse mês, desvencilhando-se de sua leucemia paranóica, Herbert Eustáquio de Carvalho retornou à militância, só que com outras idéias. No dia 9, encaminhou ao CNP o documento "E haverá perspectivas?", no qual reconhecia estar a VPR entre os "escombros da derrota", em conseqüência "do experimentalismo, do amadorismo, do aventureirismo, das teses imperfeitas e de uma teoria remendada". Ao fazer uma análise das organizações que escolheram o caminho da luta armada, afirmou:

"A esquerda revolucionária compunha-se quase que totalmente da parcela mais jovem e inexperiente da esquerda. Sua composição, basicamente de jovens estudantes e militares, levou-a a uma ousadia revivificante, ao mesmo tempo que a quixotadas grotescas".

Após mostrar que "os grupos armados seguiram um caminho enquanto o povo seguiu outro", concluiu que a "VPR já não existe mais", escrevendo:

"Tentar remontar a VPR a partir de suas forças exauridas é trabalho inútil, como esvaziar o mar com um dedal".

Estabeleceu os possíveis rumos que a organização deveria tomar, dentre os quais:

" — Desmobilização total, no único intuito de conservar o que sobrou da derrota, em termos de material humano, para aproveitá-lo numa nova fase"; " — Preparar lentamente e minuciosamente uma nova luta, que se lembre só dos erros desta mas não os

cometa de novo", — Definição da existência única de um comando no exterior e inexistência da O. formalmente no Brasil".

Herbert propunha desmobilizar a VPR e encerrava com a frase:

"Fracassamos e devemos pagar com a humilhação de uma desmobilização total".

O documento caiu como uma bomba entre os minguados militantes da Guanabara. Entretanto, não foi bem recebido pelo único que ainda conservava o espírito militarista da antiga VPR, José Raimundo da Costa. Em 20 de junho, plagiando Marighela, escreveu o "Ficar para Lutar ou Quem samba fica, quem não samba vai embora", no qual tacha Herbert de "indivíduo politicamente vacilante, inseguro e confuso", dotado do "comportamento típico, e já muito nosso conhecido, do pequeno-burguês que se radicalizou e tentou engajar-se nas fileiras da Revolução". E prosseguiu, José Raimundo, no seu áspero ataque a Herbert:

"Quando o pequeno-burguês tenta assumir a postura do revolucionário e não o consegue, começa a viver um conflito individual que se expressa na tentativa de conciliar o inconciliável ... Sua participação, no atual momento, ou será nula ou será na direção da fuga e, em qualquer caso, não deixará de ser um peso morto ou um entrave".

Após dizer que "desmobilização é apresentação sofisticada da deserção!", José Raimundo concluiu colocando no final do documento, não mais o "Ousar lutar, Ousar vencer", mas, apenas, um lacônico "Ficar para lutar".

Um mês e meio depois, em 5 de agosto, José Raimundo da Costa morria na Guanabara, após tiroteio com a polícia em Pilares.

Zenaide Machado cooptou Herbert para o CNP, que, no dia 7 de agosto de 1971, emitiu três comunicados:

- no "Comunicado nº 2 - Medidas Imediatas", admitia o "final da derrota", desmobilizava a VPR e convocava o II Congresso Nacional;

- no "Comunicado nº 3 - Aos Companheiros do Exterior", fazia uma análise da situação crítica da VPR no Brasil e participava as decisões de desmobilizá-la e da convocação do Congresso, além de solicitar Cr$ 35.000,00 para a fuga dos remanescentes.

Ainda nesse mês de agosto, novas "quedas" dariam razão ao

CNP. Depois de Ubajara Silveira Roriz e José Carlos de Oliveira Mendes fugirem para o Chile, foram presos no dia 21, Lúcia Velloso Maurício e Carlos Alberto do Carmo, além da própria Zenaide, com 9.400 dólares destinados para a fuga.

Da VPR no Brasil, haviam sobrado Herbert, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, refugiados num "aparelho" do Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma dissidência da DVP, além do ex-Cabo Anselmo.

25. Aprovados os estatutos da APML do B

As contradições aguçavam-se dentro da AP, delineando as duas tendências em conflito. A minoria, reforçada com o retorno de Jair Ferreira de Sá, assinalava no Brasil a existência de imperialismos de várias origens — norte-americano, japonês e alemão —, que se anulariam entre si, deixando à burguesia nacional o domínio do Estado, onde não existiria o latifúndio pré-capitalista como afirmava a maioria. Desta visão, emergia a caracterização da revolução como "nacional em marcha para o socialismo", que se transformaria, mais adiante, em "revolução socialista".

No início de 1971, por suspeitas infundadas, a AP, alegando razões de segurança, "justiçaria" o militante Antonio Lourenço na R-8 (Maranhão, Piauí). (54)

Adiada algumas vezes, na busca de um denominador comum que conciliasse os interesses das correntes em choque, realizou-se, finalmente, no período entre 14 e 21 de abril de 1971, em São Paulo, a III RADN. Presentes a Direção Nacional e os representantes dos diversos Comandos Regionais, foram propostos e aprovados os "Estatutos de Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil". A AP assumia essa denominação e definia-se pelos "princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo".

Reafirmando o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, a APML do B defendia o princípio do "Internacionalismo Proletário". Definindo o Brasil como um país "dominado pelo imperialismo norte-americano", onde se combinavam relações capitalistas com relações semifeudais e feudais, a organização preconizava, como Programa Mínimo, a "Revolução nacional, democrática e popu

(54) Vide o ítem seguinte deste capítulo.

lar antiimperialista e agrária", cujos alvos seriam: "os imperialistas, principalmente os norte-americanos; os grandes capitalistas ligados aos imperialistas; e os latifundiários".

O caminho estratégico da APML do B ficava definido como o da luta armada, através da Guerra Popular. A essência da tática era a preparação da Guerra Popular, através da radicalização das ações de massa no campo e na cidade, da criação de um certo número de áreas estratégicas no campo e na cidade e da criação e do desenvolvimento de unidades de guerrilha, milícias e grupos de autodefesa, embriões do "Exército Popular".

Durante as tarefas de construção da "Frente Única Antiimperialista" — constituída por operários, camponeses e setores da pequena-burguesia — e do "Exército Popular", construir-se-ia o "Partido da Classe Operária".

Definida como tarefa principal, buscava-se a construção de "um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta", levando-se em consideração a existência no Brasil de um partido marxista-leninista, o PC do B, e outras organizações marxistas-leninistas. A APML do B conclamava o PC do B e as demais organizações para o debate visando à constituição do "partido do tipo inteiramente novo". Isto significava que o PC do B, mesmo considerado proletário, não seria do tipo inteiramente novo. Prevalecia, inicialmente, o ponto de vista da facção minoritária.

Adotando o "centralismo democrático", como o princípio fundamental da organização, a APML do B transformava a estrutura organizativa do "comando", herdada da influência foquista, em "Comitê".

Durante a III RADN, elegeu-se um Comitê Central Provisório (CCP). (55).

Como parte das transformações organizativas criou-se o Bureau Político (BP), organismo dirigente da APML do B entre duas

(55) Do CCP faziam parte: Jair Ferreira de Sá, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo da Silva Arantes, José Renato Rabelo, Paulo Stuart Wright, Ronald Cavalcanti Freitas, José Gomes Novaes, Rui Soares Frazão, Rogério D'Olne Lustosa, Manoel da Conceição Santos, José Luis Moreira Guedes e Péricles Santos de Souza. Para complementar o CC, numa futura reunião, foram indicados os militantes: Maria José Jaime, Antonio Neto Barbosa, João Batista Franco Drumond e José Fidélis Augusto Sarno.

reuniões do Comitê Central (CC). O BP estabeleceu um Secretaria do Permanente (SP), com Jair Ferreira de Sá, Duarte do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, o qual era o órgão executivo das decisões emanadas do BP e do CC. Jair Ferreira de Sá foi eleito o secretário-geral da APML do B.

O BP instituiu e controlava os departamentos. O Departamento Nacional de Agitação e Propaganda (DNAP) ficou sob a orientação de Duarte Pacheco Pereira, que entre outros encargos, publicava o "Jornal Libertação". O Departamento Nacional de Organização (DNO ficou sob a direção de Aldo da Silva Arantes (56).

O comunicado da III RADN divulgou a existência de três correntes na organização, girando em torno da questão do partido. A primeira corrente, defendida por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, lutava pela construção de um partido inteiramente novo e passou a considerar um grave erro, que se pretendesse tomar o PC do B como base para esta construção. O segundo grupo, liderado por Duarte do Lago Pacheco Pereira, pretendia construir um partido inteiramente novo, mas achava que tinha de ser em torno de um partido marxista-leninista e que o PC do B seria este partido. A terceira facção, orientada por Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, não aceitava a proposta de um partido inteiramente novo, elegendo o PC do B como base para a unificação das forças proletárias.

Após a III RADN, a organização sofreu um duro golpe no seu trabalho na R-? (Bahia, Sergipe). Em maio, foi desmantelada a direção regional e atingidas as seccionais de Feira de Santana e de Salvador e o trabalho camponês na zona cacaueira da Bahia com quatorze prisões, sendo seis de dirigentes.

Na reunião extraordinária do BP, ocorrida em julho de 1971, a maioria optou pela unificação em torno do PC do B, enquanto a minoria acusava esta posição de liquidacionista. Resolveu-se pela convocação de uma reunião extraordinária do CC para decidir o assunto.

---

(56) Como novidade, os Estatutos da APML do B instituíram os organismos temporários, também chamados de "frações", para coordenar o trabalho nas organizações de massa. Assim, em nível nacional, foram criadas as Frações Nacionais da UNE e da UBES, com os militantes Honestino Monteiro Guimarães, [illegible]do Macedo de Lacerda, Humberto de Albuquerque Câmara Neto e Mirtes [illegible]emeraro de Alcântara Nogueira ("Benê") - os três primeiros na UNE e a última na UBES.

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões, de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2, particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro, dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, respectivamente, aderiram à idéia de seus líderes.

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "Documento dos Três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento "Abaixo a Linha Dogmática e Direitista", opondo-se à posição majoritária e revelando que tinha feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégia e na tática. Os integrantes da minoria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra Popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santos.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, onde o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A proposta da AP", tecendo duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes se degladiavam buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (Minas Gerais) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R3 (São Paulo) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.

Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.

justiçado ?

26. A AP condena e executa Antonio Lourenço

Fevereiro de 1971, cerca de oito horas da noite.

A tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a "Fernando", nome de guerra do militante da AP, Antonio Lourenço.

Antonio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara "Fernando" à morte. A desdita de "Fernando" foi ter sido preso e retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP nos Estados do Maranhão e Piauí foi o responsável pela condenação de Antonio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto pelos militantes Rogério Dolne Lustosa que usava, também, o nome frio de José Severino Nascimento e mais seis militantes (57).

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antonio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como "Chico Brabo". Um outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antonio Pereira Campos, Antonio Moralino, "Osmar" e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o "casal de amantes" optasse por outro caminho.

Antonio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo "surpreendidos" pelo primeiro grupo que lá se co

(57) Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros e Luis Morais dos Santos.

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões, de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2, particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro, dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, respectivamente, aderiram à idéia de seus líderes.

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "Documento dos Três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento "Abaixo a Linha Dogmática e Direitista", opondo-se à posição majoritária e revelando que tinha feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégia e na tática. Os integrantes da minoria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra Popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santos.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, onde o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A proposta da AP", tecendo duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes se degladiavam buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (Minas Gerais) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R3 (São Paulo) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.

Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.

justiçado ?

26. A AP condena e executa Antonio Lourenço

Fevereiro de 1971, cerca de oito horas da noite.

A tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a "Fernando", nome de guerra do militante da AP, Antonio Lourenço.

Antonio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara "Fernando" à morte. A desdita de "Fernando" foi ter sido preso e retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP nos Estados do Maranhão e Piauí foi o responsável pela condenação de Antonio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto pelos militantes Rogério Dolne Lustosa que usava, também, o nome frio de José Severino Nascimento e mais seis militantes (57).

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antonio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como "Chico Brabo". Um outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antonio Pereira Campos, Antonio Moralino, "Osmar" e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o "casal de amantes" optasse por outro caminho.

Antonio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo "surpreendidos" pelo primeiro grupo que lá se co

(57) Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros e Luis Morais dos Santos.

locara. Antônio Lisboa Brito deu um tiro de rifle 44 na barriga de Antonio, que, aturdido e sem entender sua sina, levou um segundo tiro, de revólver 38, de Joaquim Matias Neto, caindo ao solo. Ato contínuo, todos os participantes do grupo caíram sobre o condenado, estrangulando-o e trucidando-o a porretadas até a morte.

Restava dar sumiço ao corpo. O cortejo macabro levou os despojos de "Fernando" para a "roça" de Antonio Lisboa, onde foram colocados numa cova, cobertos com palha e incendiados. Após cobrirem a sepultura, resolveram disfarçar o improvisado jazigo plantando feijão sobre ele.

A terra, adubada com os restos de Antonio Lourenço, continuou, indiferente aos desígnios vingativos da AP, a produzir feijão.

A pena de morte, vinculada à Lei de Segurança Nacional, constrangia a sociedade e era alvo constante da orquestração comunista, entretanto, utilizada sob o eufemismo de "justiçamento", era aplicada, sem o menor embaraço, a qualquer suspeita não comprovada que pudesse colocar em risco a "causa revolucionária". Assustadora é a coerência comunista.

Justiçado "Fernando", a AP estava salvaguardada. Além do grupo de facínoras constituído pelo CR-8 e pelo Comitê Seccional de Santa Inês, a Comissão Executiva Provisória (CEP) da AP também teve responsabilidade direta no assassinato, aprovando a decisão do CR-8.

Longe iam os tempos do humanismo de Mounier.

27. A "política nacionalista" e a aproximação do PORT à URSS

O ano de 1971 foi gasto, pelo PORT, para reestruturar-se após as "quedas" do ano anterior. Para isso, foram freqüentes as viagens de seus dirigentes para Porto Alegre, Guanabara e Brasília e, mesmo para Buenos Aires, a fim de obter orientação do Secretariado Latino-Americano (SLA), seção da IV Internacional posadista.

Nessa época, "Posadas" divulgava uma imensa produção literária, intervindo em todos os campos, desde a revolução política e a crise do capitalismo, até o futebol, o golfe, o cinema, a

música popular, os museus, os discos voadores, a Química, a Física, a Medicina, a alimentação e como curar enfermidades. Era a plena vigência da "posadolatria", na qual esse líder era chamado, pelos seus seguidores, de "o centro". Para eles, "Posadas domina o marxismo e quem domina o marxismo domina todo o conhecimento humano".

No Brasil, o PORT defendia uma política nacionalista e a união, numa "frente", do clero progressista, de setores do MDB e dos militares "nacionalistas". As Forças Armadas, segundo o PORT, não deveriam ser vistas como inimigas, mas como forças importantes que poderiam ser canalizadas para a luta contra o "imperialismo capitalista". Nelas, crescia o papel dos militares "nacionalistas", em oposição aos da "linha dura", e que poderiam, caso assumissem o poder, desenvolver uma "política nacionalista", estatizando as empresas "imperialistas". Dentre esses militares, dirigentes do PORT citavam os generais Albuquerque Lima, Rodrigo Otávio e Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás.

A nível internacional, o PORT buscava uma aproximação com a URSS, apesar de continuar criticando a sua "burocracia". Nesse sentido, dois militantes do seu Bureau Político, Heriberto Back e Primo Alfredo Brandimiller, empreenderam, em novembro de 1971, uma viagem de 15 dias à URSS e à Ucrânia, financiada pela Konsomol, entidade que congregava a juventude comunista soviética.

Em Moscou, Heriberto e Primo fizeram uma reunião com quatro dirigentes do Instituto da América Latina, que englobava cerca de 400 especialistas dessa área e que desenvolvia estudos sobre o proletariado, o papel do campesinato e das classes dominantes, a experiência da revolução cubana e o apoio aos partidos comunistas de linha soviética. Nessa reunião, em que participaram o diretor do Instituto, Kobal, o vice-diretor geral, Chulgovsky, o diretor da Seção Político-Social e o secretário-geral das Relações Exteriores dos "sábios científicos" da URSS, os dois trotskistas fizeram exposições sobre a situação da conjuntura brasileira e de alguns países sul-americanos, e perceberam, pela exposição e pelas perguntas dos soviéticos, que seu maior interesse era sobre o papel dos exércitos na América Latina (58).

(58) Segundo os dois trotskistas brasileiros, aqueles especialistas em outras áreas do mundo eram chamados, na URSS, de "sábios científicos".

Ainda em Moscou, além de contatarem com dirigentes da Konsomol, Heriberto e Primo encontraram-se com Luiz Carlos Prestes e Gregório Bezerra, que lá estavam residindo. No retorno ao Brasil, passaram por Paris, onde fizeram um relatório para "Posadas".

O PORT, ganhando prestígio internacional, estava no caminho da reestruturação.

28. A VAR-P e sua crise permanente

Como primeira atividade do ano da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), teve início em Recife, em 23 de janeiro, seu II Congresso, organizado por Carlos Alberto Soares de Freitas e Mariano Joaquim da Silva, os únicos remanescentes da direção nacional, após os abalos sofridos pela organização no ano anterior. Participaram do Congresso, além dos militantes da organização representando São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Nordeste e a área estratégica, Bruno Costa Albuquerque Maranhão, pelo PCBR e Adilson Teixeira da Silva e David Gonzaga Júnior, representando o Setor de Operações de São Paulo, que havia "rachado" com a VAR-P (59).

Havia a esperança de que o Congresso permitisse dirimir as divergências e que a organização pudesse estabilizar-se. No entanto, além do problema com o Setor de Operações de São Paulo, existiam três correntes que conviviam com dificuldades no âmbito da organização. A primeira dessas correntes, composta dos militantes do nordeste, defendia posição nitidamente militarista, sendo a favor da "violência revolucionária", preconizando que o Setor de Operações deveria sair da própria massa e não da vanguarda. Um segundo grupo, encabeçado por Carlos Alberto Soares de Freitas, admitia o trabalho político, com a organização da parcela avançada da massa operária estruturada em "organizações independentes de massa" mas, diferentemente da corrente nordestina — que defendia que só deveriam integrar essas organizações aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista — jul

(59) Estiveram presentes no II Congresso: Heitor Farias da Silva, representando São Paulo; Raimundo Gonçalves Figueiredo, Lígia Moura Salgado de Nóbrega e "Miguel", o Nordeste; Marco Antonio Batista de Carvalho, a área estratégica; Sérgio Emanuel Dias Campos e Carlos Henrique Viana Pereira, a Guanabara; Antonio da Cunha Losada, o Rio Grande do Sul; e Ana Matilde Tenório da Mata.

gava que poderiam integrá-los todos aqueles que se dispusessem a lutar pelos interesses da classe operária. A terceira corrente, a dos militantes da Guanabara, adotava uma posição considerada "direitista", negava a necessidade da "violência revolucionária", defendendo exclusivamente o trabalho de massa.

No primeiro dia do Congresso, os debates giravam em torno do programa e da tática da organização, sem que emergissem áreas de atrito. No segundo dia, os representantes do Setor de Operações de São Paulo, preocupados com a segurança, exigiram que o encontro tivesse a duração máxima de dez dias. Contrariados em suas pretensões, decidiram abandonar o conclave, contra todas as normas de segurança usuais nessas ocasiões. Apesar desse imprevisto, os trabalhos prosseguiram com a aprovação da constituição das "Uniões Operárias" (UO), integradas apenas por aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista (60).

Quando o Congresso ia chegando próximo ao seu décimo dia, Bruno Maranhão, o representante do PCBR, suspeitando que a reunião tivesse sido assinalada pela polícia, evadiu-se apavorado do local. O insólito acontecimento, somado ao afastamento dos representantes do Setór Operário de São Paulo, provocou a suspensão do evento por medida de segurança. O Congresso teria prosseguimento, numa segunda fase, dentro de um mês, em local a ser determinado.

No balanço feito durante o Congresso, constatou-se que a única área efetivamente ativa da organização era a nordeste, onde se desenvolvia um trabalho no campo, com a implantação em Pernambuco de "Uniões Camponesas". O trabalho em Goiás continuava descontatado do CN, e no Rio Grande do Sul totalmente desbaratado, desde as prisões de membros do CN no ano anterior. Da área estratégica pouco se falou por questões de segurança, entretanto, o trabalho incipiente continuava sob o controle de Carlos Alberto Soares de Freitas. A VAR-P admitia como causa da situação crítica vivida pela organização a falta de estrutura ideológica de seus militantes, cujas origens pequeno-burguesas geravam o liberalismo provocador das "quedas".

James Alen Luz, que regressara ao Brasil em dezembro de 1970, vindo de Cuba, foi cooptado para constituir um Comando Na

---

(60) A "União Operária" seria uma organização independente do proletariado, que procuraria influir nas massas, através da agitação e da propaganda, incutindo-lhes a perspectiva de resolver de forma violenta suas contradições específicas.

cional Provisório (CNP) junto com Carlos Alberto e Mariano. Na segunda fase do Congresso, seria eleito um novo Comando Nacional e decidida a setorização de seus membros. Permaneceram em pauta para debate e aprovação as questões sobre tática estudantil, política de organização e estatutos, critérios de recrutamento e militância, planejamento a curto e médio prazos com o encerramento de algumas frentes de trabalho e a concentração de atividade em alguns comandos regionais, a política de "frente" e a validade ou não das ações armadas.

Após o retorno de Recife, quando a organização se preparava para realizar a segunda parte do congresso, ocorreu a prisão no Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro, de Sérgio Emanuel Dias Campos, membro do CR/GB. Na mesma ocasião, Carlos Alberto Soares de Freitas, que se encontrava no Rio de Janeiro, perdeu contato com a organização (61). Estes fatos e os que se seguem iam provocando o adiamento da 2ª parte do congresso.

A organização passaria por uma crise de segurança, com a "queda" e desativação do CR/NE no final de abril e início de maio. Ao reagir à prisão, morreu, em 27 de abril, trocando tiros com a polícia em seu "aparelho", o membro do CR/NE, Raimundo Gonçalves de Figueiredo. Na mesma ocasião, foram presos Arlindo Felipe da Silva, também membro do CR/NE, e mais dois integrantes do comando regional. Com essas prisões "caíram" outros quatro "aparelhos", ocorrendo a prisão de mais nove militantes, tendo sido apreendida farta documentação, além de armas, munição e explosivos. Os remanescentes do regional Nordeste deslocaram-se para outras áreas.

Essa crise de segurança aguçou as dissensões internas e provocou uma dispersão na VAR-P. Em junho, Carlos Henrique Viana Pereira, membro do CR/GB, desligou-se da organização, arrastando consigo um grupo de militantes desse Comando Regional. Ao mesmo tempo, alguns componentes da VAR-P em São Paulo afastaram-se da organização, abandonando a militância ou ligando-se à VPR, enquanto outros abandonaram o País (62).

---

(61) Embora não tenha sido preso pelos órgãos de segurança, Carlos Alberto Soares de Freitas foi alvo de uma campanha promovida por seus parentes e pela esquerda visando à sua libertação.

(62) Sabe-se que, pelo menos, Carlos Henrique Viana Pereira e sua futura esposa Heliane Gaspar Bibas, abandonaram o País, refugiando-se no Chile.

James Alen Luz, sentindo-se isolado no CN, havia cooptado Marco Antonio Batista de Carvalho, com quem passara a partilhar as tarefas da direção nacional.

Crendo no congresso como panacéia para a permanente crise que envolvia a organização, James Alen Luz ordenou que Geraldo Leite alugasse um sítio em Teresópolis para concluir o II Congresso, a ser realizado em julho.

Ao encontro deixou de comparecer quase metade dos delegados previstos (63). Os presentes, considerando o conjunto não representativo por falta de quadros importantes, resolveram encerrar o Congresso, após realizar um balanço autocrítico e eleger um novo CN, não assumindo alterações na linha política vigente na organização. O plenário elegeu James Alen Luz, Ana Matilde Tenório de Mota e Marco Antonio Batista de Carvalho para o CN. Encerrado o II Congresso, teve início, com os mesmos participantes e no mesmo local, o I Ativo Seminacional. O ativo não teria autoridade para modificar a linha política da organização, embora comportasse a sua discussão. Decidiu-se, então, incentivar a realização de ativos nas regiões não representadas em Teresópolis para concluir-se pela validade ou não da linha política adotada.

Durante o ativo foram discutidos os critérios de militância, as medidas de segurança, sendo realizada uma análise da conjuntura política nacional. As divergências, até então mantidas em nível aceitável, exacerbaram-se com a discussão do reinício das ações armadas.

A posição favorável às ações armadas saiu vencedora, apoiada no argumento de que a fase difícil de isolamento social vivida pela organização, exigia a realização de ações para a sobrevivência orgânica. Além disso, a "Propaganda Armada Geral" (PAG), desde que cercada por determinadas circunstâncias de caráter político, foi admitida como processo válido na luta revolucionária.

Como conseqüência do consenso militarista, decidiu-se pe-

---

(63) Estiveram presentes à 2ª parte do II Congresso: James Alen Luz, Marco Antonio Batista de Carvalho, Ana Matilde Tenório da Mota, Irene Madeira de Carvalho, José Carlos da Costa, Geraldo Leite, Rosalina Santa Cruz Leite, Heitor Farias da Silva, Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antonio Maress Prieto de Oliveira, Adão Vila Verde, e como convidado do PCBR, Luiz Alberto de Sá e Benevides.

la reativação de um Setor de Operações que se subordinaria diretamente ao CN, sem vinculação com a estrutura política regional da área onde atuasse. Superando o sectarismo político da organização, o ativo definiu-se pela concretização de uma política de "frente" com as outras organizações da esquerda revolucionária. Na verdade, a VAR-P adotando uma política antifoquista, aderiu à luta armada, em função da fragilidade do trabalho de massa.

O ativo marcava, ainda, o início de nova desagregação do CN. Marco Antonio de Carvalho, eleito havia alguns dias, pediu seu afastamento da direção nacional, sem se afastar da organização, declarando viver um período de avaliação autocrítica. Ana Matilde, também eleita para compor com Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz Leite o novo CR/GB, entrava em choque com James Alen Luz que passaria a atuar na Guanabara, como chefe do Setor de Operações da VAR-P.

O CR/GB, revivido após o afastamento de Carlos Henrique Viana Pereira, desenvolvia um trabalho operário através do "Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz" (GRUJOC). O GRUJOC, formado por estudantes do artigo 99, distribuía em portas de fábricas o jornal "União Operária", que era confeccionado no setor de imprensa do CR/GB (64).

O trabalho na área estratégica, desenvolvido em torno da cidade de Imperatriz, no Maranhão, foi desarticulado em agosto, quando as forças de segurança desencadearam a "Operação Mesopotâmia". A área do "Bico do Papagaio", situada ao norte de Goiás e a oeste do Maranhão, sempre foi um pólo de atração para as esquerdas que viam nos agudos problemas sociais e fundiários da região um solo fértil para o seu proselitismo. Confundiam-se na área os trabalhos da VAR-P e do PRT, que foram interrompidos pela prisão de trinta e dois envolvidos, entre militantes e simpatizantes de ambas organizações (65).

Dando conseqüência à decisão do ativo de Petrópolis, a VAR-P iniciou em agosto suas ações armadas em "frente" com ou-

(64) Eram responsáveis pela GRUJOC os irmãos Januário José e Antonio Marcos Pinto de Oliveira que com Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Irene Madeira de Carvalho e Maria Emília Silva compunham o Setor de Imprensa do CR/GB.

(65) Na ocasião, foram presos Eliezer Vaz Coelho, Pedro Gomes dos Santos e Catarino Leal Juair da Silva, estabelecidos em pequenas propriedades ocupadas pela VAR-P em torno de Imperatriz, que faziam o trabalho de aliciamento e doutrinação de elementos locais, objetivando montar uma rede de apoio e, posteriormente, desencadear a guerrilha rural.

tras organizações (66). Destas ações, destacam-se o assalto ao carro de transporte de valores da Transport S/A, realizado na Estrada da Portela, em Madureira, no dia 22 de novembro. A ação, perpetrada em "frente" com o MR-8, contou com a participação de James Alen, Carlos Alberto Sales e José Carlos da Costa e resultou na morte de José Amaral Vieira, chefe de segurança do carro, e no ferimento, à bala, do motorista, Sérgio da Silva Taranto, e dos guardas de segurança Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. James Alen representaria a VAR-P, no dia 28 de outubro, no assalto ao Banco Itaú América, na Avenida Conde de Bonfim, em "frente" com a VPR, ALN e o PCBR, que redundaria no ferimento do detetive Walter Cláudio Ramos de Mattos.

As ações armadas provocaram divergências no CN. No final de setembro, Ana Matilde Tenório da Mota, contrariada com as ações do Setor de Operações na Guanabara, solicitou, em carta, seu desligamento do CN e da CR/GB. Concordando com o pedido, James Alen permaneceu novamente isolado no CN, gerindo os destinos da VAR-P (67).

A crise gerada pelo desligamento de Ana Matilde estendeu-se até ao CR/GB. Em novembro, o casal Geraldo Leite — Rosalina Santa Cruz Leite — ambos membros do CR —, por comungarem com as idéias de Ana Matilde a respeito das ações armadas, enviaram uma carta pedindo desligamento da organização. Ao tomar conhecimento da carta, o CN optou pela expulsão dos signatários.

Sob a orientação de Marco Antonio Batista de Carvalho que retornara ao CN da VAR-P, os militantes do acéfalo CR da Guanabara, limitados ao trabalho de imprensa e ao GRUJOC, iniciaram as discussões visando a reestruturar o trabalho no Rio de Janeiro. Por consenso, foi escolhida Irene Madeira de Carvalho, esposa de Marco Antonio, para compor o CR/GB. A partir desta oca-

(66) Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1971: em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de Cr$20.000,00, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, 151, sala 210, com o roubo de Cr$40.000,00 e jóias, em "frente" com a ALN, PCBR e MR-8.

(67) No informe do Comando Nacional, de 28 de outubro, James Alen, além de deflagrar o processo de luta interna, incentivando a discussão das posições da organização em ativos, explicava o processo de modificação do CN com os afastamentos ocorridos e as cooptações de José Carlos Costa e, surpreendentemente, de Marco Antonio Batista de Carvalho, que, após relutar um pouco, acabou aceitando retornar ao CN.

são, o Setor de Imprensa passou a publicar o jornal mensal "Quilombo", como porta-voz da direção nacional da organização.

No final do ano, foi preso Januário Pinto de Oliveira, um dos coordenadores do GRUJOC e desestruturado esse grupo. Ainda nesse ano, mais uma vez, Marco Antonio Batista de Carvalho abandonava o CN.

A VAR-P, adotando uma política antifoquista, fora obrigada a aderir à luta armada, por necessidade de sobrevivência, mas essa decisão não era aceita pacificamente na OS. Agora via desaparecer o GRUJOC, única tentativa que mantinha de trabalho de massa. As variações de seu CN refletiam bem a irregularidade que vinha marcando essa organização, desde sua tentativa frustrada de fusão com a VPR.

29. A DVP transforma-se em Liga Operária (LO)

No início de 1971, alguns militantes, alcunhados de "hippies", começaram a questionar o imobilismo da DVP e a duvidar do acerto em dar-se prioridade ao trabalho junto à classe operária.

A partir do dia 7 de maio, a DVP realizou um pleno. Na 1ª fase, foi eleita uma nova Direção da Organização (DO), composta por Apolo Heringer Lisboa, sua esposa Carmen Helena do Vale e José Aníbal Perez de Pontes. Aprovou-se, também, a mudança do nome de DVP para Liga Operária (LO), o seu Estatuto e um novo jornal, o "Unidade".

Na 2ª fase do pleno, Apolo e Dalton Godinho Pires apresentaram a nova LO aos dois representantes do grupo dos "hippies", João César Belisário de Souza e Ernesto Prado Lopes, que não aceitaram as decisões e foram expulsos, juntamente com Leonardo Valentini e Cláudio Antonio Gonçalves Egler (68). Esses militantes arrebanharam cerca de meia dúzia de companheiros e foram formar o Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma minúscula organização que seria conhecida, no ano seguinte, apenas por suas ligações com os remanescentes da VPR.

Em julho, a LO publicou o primeiro número do seu jornal "Unidade", já com o nº 10, para despistar e para dar uma aparente imagem de antiguidade.

---

(68) Mais tarde, após uma autocrítica, Ernesto Prado Lopes foi readmitido na LO.

No 2º semestre de 1971 e durante todo o ano seguinte, a par de algumas prisões isoladas, a LO procuraria desenvolver sua atuação junto ao operariado, formando células em Belo Horizonte, em Volta Redonda (na Companhia Siderúrgica Nacional), em Duque de Caxias e na Guanabara (69).

A organização, todavia, não prosperou até sua debacle, que viria no início de 1973.

30. O GIM continua estruturando-se

No início de 1971, em razão das críticas feitas ao jornal "Independência ou Morte" (IM), a organização resolveu reformular seu órgão de divulgação. Foi constituído um grupo de ação (GA) com a participação de Cid Alzamora Silveira, Fernando Ryff Correia Lima e Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira para tentar elevar o nível da publicação. A partir daí, iniciou-se a segunda fase do jornal.

Ana Arruda, dispensada do GA do jornal, foi deslocada para um GA de informações, recém-criado, com os encargos de levantar notícias censuradas na imprensa, para publicação no "IM". Atuava em sua companhia, no GA de informações, Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos, antiga militante do MNR.

Dentro da filosofia herdada do MNR, o Grupo Independência ou Morte (GIM) procurava conseguir o apoio das classes média e superior. O jornal "IM" tinha este objetivo. Formado por intelectuais, o GIM julgava que a revolução do proletariado só teria sucesso com o apoio da classe média e, em conseqüência, das Forças Armadas. Para sensibilizar as Forças Armadas era fundamental dar enfoque de nacionalismo às posições da organização. Acreditava-se que o proletariado e o campesinato seriam levados à revolução pela classe média.

Amadeu de Almeida Rocha pretendia utilizar a experiência de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira no setor armado da organização. Amarantho, "escaldado" pela tentativa de Caparaó, esquivava-se. A outra alternativa seria Hermes Machado Neto, assim como Amarantho, possuidor de curso em Cuba, com o inconveniente de estar ligado aos trabalhos de impressão do jornal "IM". Além de

(69) Foram presos no 2º semestre de 1971: Gustavo José Meyer, Sílvia Lajes de Oliveira e Cláudio Antonio Gonçalves Egler, este liberado alguns dias depois. Foi preso, em junho de 1972, Laert Seixas Wilmann Pereira.

liderança, faltavam militantes capacitados e dispostos a se arriscarem em ações armadas. O projeto foi sendo adiado.

Em julho de 1971, Amadeu Rocha foi apresentado a Adail Ivan de Lemos, ex-integrante do MAR. Adail, como estudante de Medicina e estagiário no Hospital Pedro Ernesto, conseguiu a internação e a cirurgia de Amadeu naquele nosocômio. Durante sua convalescença Amadeu contatou e aliciou, com a interveniência de Adail, vários médicos residentes e, ao sair do hospital, constituiu um GA médico com os novos prosélitos do GIM. A assistência médica gratuita estava também nos planos da organização que pretendia utilizá-la no trabalho político. Jorge Manuel de Oliveira e Silva foi escolhido para ser o coordenador do GA médico.

Por volta de outubro, a organização coerente com a filosofia de conseguir o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas, conseguiu contato com Juan José Hernandez Arregui, da cúpula do peronismo, para assimilar a experiência do justicialismo nas Forças Armadas argentinas. A reunião entusiasmou os presentes. Em seguida, foi arregimentado para a organização o coronel da reserva do Exército José Agostinho Marques Porto. Marques Porto sugeriu, inclusive, um assalto a uma casa de armas na Avenida Rio Branco — considerado de fácil execução — para reforçar o carente poder de fogo do GIM, mas a organização continuava sem condições de estruturar seu setor militar para realizar ações armadas.

No final de 1971, a direção da organização concluiu que o jornal "IM" era insuficiente para aprofundar os temas abordados e elevar o nível ideológico de seus militantes. Havia necessidade de uma publicação mais didática que pudesse sensibilizar o público selecionado e intelectualizado que a organização buscava. Em dezembro, foi constituído um GA de uma revista que pretendia se transformar num sólido instrumento de preparação ideológica da organização. A revista, por sugestão de Lara Lemos, recebeu a denominação de Prisma, correspondendo às iniciais do lema: Pensamento Revolucionário do Ideal Social MArxista.

Também no final de 1971, foi constituído um GA de impressão do jornal "IM", substituindo o antigo esquema. César José de Campos — aliciado pelo irmão Cláudio José de Campos Filho — ficou como coordenador do GA, auxiliado por Rogério Medeiros. O jornal passou a ser rodado no Curso Progresso, de propriedade do pai dos irmãos Campos.

O ano de 1971 caracterizou-se pela preocupação em melhorar o nível da propaganda do GIM, através da reestruturação de seu jornal e da preparação da revista Prisma, visando a transformá-lo em organização expressiva no seio das esquerdas.

31. MR-8: um ano de sucessos e de desventuras

No início de 1971, vivia-se os dias do desenlace do sequestro do embaixador suíço, cujas negociações já se arrastavam por mais de um mês, e quando a polícia aumentava o cerco aos terroristas.

Em 13 de janeiro, 7 militantes do MR-8, ao lado de 63 de outras organizações, foram banidos para o Chile (70). Com isso, aumentava o contingente de quadros do MR-8 no exterior, particularmente no Chile, onde já se encontravam Daniel Aarão Reis, Franklin de Souza Martins, Wladimir Palmeira e Vera Sílvia Araújo Magalhães. Cada vez mais, crescia a importância qualitativa desses militantes, obrigando a organização a abrir uma Seção do Exterior.

Ainda no início de janeiro, 4 militantes do Grupo Político-Militar (GPM) saíram do MR-8. Nos meses seguintes, todos iriam também para o Chile. O fato curioso é que cada um deles recebeu para a fuga Cr$ 8.000,00 da organização.

Neste ano, o MR-8 passou a dar maior importância ao CR da Bahia, já estruturado e atuante em Salvador e Feira de Santana, sob o nome-código de "Marajó". Editava o jornal "Venceremos" e eram constantes as viagens de Carlos Alberto Vieira Muniz a Salvador, onde prestava assistência a Solange Lourenço Gomes, coordenadora do MR-8 na Bahia e Sergipe (71). Ali o MR-8 contava, também, com a estreita colaboração do Padre Paulo, da Paróquia do Peru, em N.S. de Guadalupe, um dos representantes da "Organização Sem Nome", integrada por padres e religiosos que editavam o jornal "O Círculo" e possuíam um Curso de Alfabetização de Adultos, utilizado, pelo MR-8, para proselitismo e recrutamento.

Independente do CR/BA, João Lopes Salgado dirigia o traba

---

(70) Foram banidos, do MR-8: Carlos Bernardo Vainer, Samuel Aarão Reis, Regina Yessin Ramos, Lúcio Flávio Uchoa Regueira, Antonio Rogério Garcia Silveira, Paulo Roberto Alves e seu irmão Pedro Alves Filho.

(71) Faziam parte do CR/BA: Denilson Ferreira Vasconcelos, então amante de Solange, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Eliana Gomes de Oliveira, Diogo Assunção de Santana, Milton Mendes Filho, Renato José Amorim da Silveira e sua esposa Margarita B. da Silveira, Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha.

lho de campo na Bahia, em duas áreas: na região de Cangula, em Alagoinhas, e na região do médio São Francisco, entre os municípios de Brotas de Macaúbas e Ibotirama.

Nesse início de ano, fruto das intensas atividades de roubo praticadas no ano anterior, não faltava dinheiro ao MR-8. Assim, foram destinados Cr$ 27.000,00 à Bahia, sendo Cr$ 10.000,00 à CR e Cr$ 17.000,00 enviados para apoio ao trabalho de campo. Em 6 de março, Solange Lourenço Gomes apresentou-se voluntariamente aos órgãos de segurança e falou sobre seus assaltos na Guanabara e as atividades do MR-8 em Salvador. Diversos "aparelhos" foram vasculhados e dezenas de militantes presos, a partir de 12 de março, dentre os quais Eliana Gomes de Oliveira e Denilson Ferreira Vasconcelos, que prestou declarações entregando, praticamente, toda a estrutura da Bahia.

Na Guanabara, onde o Comitê Regional (CR) era bem organizado, as atividades continuavam intensas. Com seus dois GPM reestruturados executaria mais de 30 ações armadas, entre roubos de carros e assaltos a supermercados, bancos e outras empresas.

No dia 26 de janeiro, oito militantes comandados por Mário Prata, dentre eles o inglês Thimothy William Waskin Ross, assaltaram o posto do 10º Setor de Trânsito, em Ramos, levando uma metralhadora INA, dois carregadores completos, um remuniciador e uma sacola com 50 cartuchos, além de várias fardas da guarda civil. Ao deixarem o local, estavam pichadas as paredes do posto com "Viva a Luta Armada — Comando José Roberto Spiegner". No primeiro dia de fevereiro, assaltaram o supermercado Ideal, de Vista Alegre, de onde roubaram cerca de 40 mil cruzeiros novos.

No dia 5, César de Queiróz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto", junto à Igreja Divino Salvador, no Encantado, com dois militantes da VPR, Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo um policial, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

No dia 18 de fevereiro, aconteceu a primeira "queda" do ano para o MR-8, com a prisão de Alexandre Lyra de Oliveira, quando "cobria um ponto" com Edmilson Borges de Souza, do PCBR. Alexandre falou tanto em seus interrogatórios que seria acusado, mais tarde, de ter "passado para a repressão" e "falsamente fugido"

em novembro de 1975 (72). 1971

No dia 13 de março, um sábado, 13 militantes sob o comando de Mário Prata, dentre os quais Stuart Angel e a "matraqueira" (73) Carmen Jacomini, assaltaram a Casa da Banha da Tijuca, roubando quase 70.000 cruzeiros novos. Já bem treinados, imobilizaram cerca de 100 pessoas que faziam compras, usando metralhadoras e bombas "Molotov". Chegaram,até, ao requinte de usar dois terroristas disfarçados de guarda-civil para manobrar o trânsito e facilitar a fuga.

Nesse mês,ocorreria um fato importante para o MR-8. Carlos Lamarca rompeu com a VPR e, alguns dias depois,ingressou no MR-8 junto com sua amante, Iara Iavelberg. À primeira vista, parecia que o MR-8 se fortalecia com a adesão de Lamarca, aumentando o seu prestígio junto às esquerdas. Na realidade, a organização recebia um "elefante branco" e a responsabilidade de mantê-lo na absoluta clandestinidade.

No mês de abril, na Guanabara, o MR-8 praticou três assaltos: no dia 2, ao posto e garagem PINA, em Vila Isabel, de onde foram roubados 4 carros, 8 placas e um revólver; no dia 3, ao supermercado PEG-PAG, em Botafogo, com o roubo de cerca de trinta e três mil cruzeiros;e, no dia 18, ao supermercado Merci,em Ipanema, de onde foram levados vinte mil cruzeiros novos. Dentro de sua política de generosa distribuição de dinheiro,Stuart Angel entregou 5 mil cruzeiros novos ao cineasta Gustavo Dahl, que constantemente, cedia sua residência para reuniões de dirigentes da organização. Dahl fazia parte do grupo de elementos da denominada "pequena burguesia",particularmente formada de artistas e pseudo-intelectuais,que mantinham ligação com a direção do MR-8 (74). 1971

Em decorrência das prisões de Maria Luiza Garcia Rosa e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, a polícia prendeu José Carlos Avelino da Silva, no início desse mês, o que levou, também, ao desbaratamento de diversos "aparelhos". Em 8 de abril, Maria

---

(72) Entrevista com César Queiroz Benjamin, o "Menininho", publicada no "Cadernos de Campanha", nº 9, de 1979.

(73) "Matraqueiro" era o nome dado, pelas organizações comunistas, ao militante que, nos assaltos, portava a metralhadora ("matraca").

(74) Gustavo Dahl era amante de Maria Clara Mariana Bittencourt, nora de Carlos Lacerda,a qual havia acolhido e cuidado de Stuart, quando este fora ferido durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais,em fins de novembro de 1970.

Cristina de Oliveira Ferreira, esposa de Alexandre de Oliveira apresentou-se às autoridades. Apesar de seu marido ter sido preso quase dois meses antes, sua decisão só foi tomada após ter perdido, também, seu amante José Carlos Avelino. Nesse mês, ainda foram presos, no dia 17, Antonio Ivo de Carvalho e Maria Ângela Carvalho de Oliveira.

Também em abril, César Queiroz Benjamin, o "Menininho", assumiu o CR/BA, esfacelado com as sucessivas quedas de quadros e militantes. Unificou o trabalho realizado em Alagoinhas ao CR, estabeleceu rígidas normas de segurança e determinou que fossem feitos diversos levantamentos para futuros assaltos.

Na madrugada de 6 de maio, 11 militantes do MR-8, sob o comando de Nelson Rodrigues Filho, assaltaram a garagem NUNES , em São Cristóvão, roubando 3 Volks e 4 placas.

No dia seguinte, foram presos mais dois membros do GPM, Zaqueu Bento e Manoel Henrique Ferreira. Os militantes presos entregaram dois "aparelhos", e Manoel, inclusive, entregou o "ponto" que teria com José Roberto Gonçalves de Rezende, da VPR, quando este foi preso na Livraria Entre-Livros, em Copacabana. Nas declarações de próprio punho de Manoel, ricas e contundentes, aparece a declaração: *"A briga hoje deixou de ser pela revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência"*.

Em 10 de maio, foi presa mais uma integrante do GPM, Vera Lúcia de Mello Aché. Em fins desse mês, alguns jornais noticiaram a prisão e a morte de Stuart Edgard Angel Jones, nunca comprovadas. Uma coisa é certa: ele nunca deu entrada no DOI/I Ex.

Em 11 de junho, o assalto ao pagamento dos funcionários do canteiro de obras da Norberto Odebrecht, que construía a Universidade do Estado da Guanabara, no Maracanã, rendia, ao MR-8, cerca de 7 mil cruzeiros novos. Durante o assalto, Sérgio Landulfo Furtado, o comandante da ação, atirou e feriu um operário. Na saída, Dirceu Grecco Monteiro atirou num carro pagador que passava. No tiroteio que se seguiu, Norma Sá Pereira, que também disparara, foi baleada na mão.

Nesse mês e em julho mais três assaltos foram realizados, rendendo mais de NCr$ 100.000,00 e material de impressão para a organização. Esses assaltos foram : em 30 de junho, à residência do industrial David Adler, na Avenida Atlântica, roubando

cerca de NCr$ 61.000,00 em jóias; em 21 de julho, ao escritório da Organização Ruff, da Rua Debret, com o roubo de 5 mimeógrafos, 4 máquinas de escrever e 2 gravadores eletrônicos de estêncil e, em 24 de julho, um sábado, ao supermercado Mar e Terra, no Rio Comprido, roubando cerca de NCr$ 45.000,00.

Os meses de 1971 agosto e setembro, porém, foram trágicos para o MR-8, quando teve vários militantes de importância presos, inclusive o "Menininho", e foi atingido pela morte de Lamarca, sem que esse tivesse participado de nenhuma ação com a organização. No entanto, precisava sobreviver e dar continuidade a seus assaltos de que eram vítimas, particularmente, os supermercados da Guanabara (75).

Em 28 de outubro, em "frente" com o PCBR, a ALN e a VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira e Paulo Roberto Jabour assaltaram o Banco Itaú-América, na Tijuca, arrecadando mais de cem mil cruzeiros novos. Nessa ação, foi baleado, no pescoço, o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Na manhã de 22 de novembro de 1971, em "frente" com a VAR Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Roberto Jabour, Thimothy William Watkin Ross e Paulo Costa Ribeiro Bastos assaltaram um carro-forte da firma TRANSPORT, na Estrada do Portela, em Madureira. A rajadas de metralhadora, morreu o guarda José do Amaral Vilela e foram feridos os guardas Sérgio da Silva Taranto, Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. Esse último assalto do ano rendeu duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros novos, além de armas e munição.

MR-8

No dia seguinte, Sérgio Landulfo Furtado, por estar em atitude suspeita e portar um revólver calibre 38 e um carregador de

(75) Foram as seguintes as ações armadas realizadas na Guanabara: em 14 de agosto, realizaram um 2º assalto ao supermercado Peg-Pag, em Botafogo, roubando cerca de 35 mil cruzeiros novos; em 28 de agosto, 13 militantes, disfarçados com perucas, bigodes, cavanhaques e boinas, levaram quase 45 mil cruzeiros novos e um revólver do supermercado Disco, em Copacabana; nesse mesmo bairro, roubaram, em 4 de setembro, 7 mil cruzeiros novos do supermercado Merci, ainda em setembro, roubaram 15 mil cruzeiros do Edifício De Paoli, na Av. Rio Branco e ações de uma corretora de valores, na Rua do Ouvidor; em 16 de outubro, assaltaram o supermercado Mar e Terra, no Flamengo, de onde levaram 70 mil cruzeiros novos, e, em novembro, roubaram 8 mil cruzeiros novos do supermercado Peg-Pag, em Botafogo.

metralhadora, foi abordado pelo detetive Ney de Gaspar Gonçalves. Sérgio baleou o policial e, ao fugir, deixou cair diversos objetos, dentre os quais sua própria fotografia, como atestado de sua ação.

A morte de Lamarca, parece que ao mesmo tempo que acirrava os ânimos dos militantes, incitando-os a mais ações, fazia com que os quadros do MR-8 repensassem sobre a justeza da guerra que travavam, vista, apenas, como uma luta "pela sobrevivência". Por outro lado, perceberam que, com a eficiência demonstrada pelos órgãos de segurança, essa sobrevivência não seria muito longa.

Carlos Alberto Vieira Muniz fugiu para o Chile, acompanhado, uns antes, outros depois, por diversos quadros, dentre os quais o casal Roberto Menkes e Carmen Monteiro Jacomini. Se o MR-8 do Brasil perdia quadros importantes, a Seção do Exterior, centrada no Chile, ganhava uma visão crítica do militarismo, que lançaria a organização, no ano seguinte, num novo processo.

32. A morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho (Zazá)

No início de abril, a Brigada Pára-quedista recebeu uma denúncia de que um casal de subversivos ocupara uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande/RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do então I Exército, sem aprofundá-lo, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma "campana" naquela casa, a fim de confirmar ou não sua utilização como "aparelho".

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada, chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de vigilância sobre a citada residência. Por volta das 23 horas desse dia, chegou, num táxi, um casal, estacionando-o nas proximidades do prédio vigiado. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez, que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando a preservar a "senhora" de possíveis riscos.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde por três anos, exatamente o período em que a guerra revolucioná

ria se desenvolvera, estivera afastado desses problemas, em função da própria vida escolar bastante intensa. Estagiário na Brigada Pára-quedista, a quem também não estava afeta a missão de combate à subversão, não se havia habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava a cada dia mais violenta à medida que constatava a sua inconseqüência.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, de sua "barriga", formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de subversivos. Estes vieram a ser identificados como sendo os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Bôas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas. No "aparelho" do casal foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, de supermercados, de diplomatas estrangeiros e de generais do Exército.

Destino perverso esse que compensou com uma reação de ódio e violência o gesto de bondade tão característica do "Zazá", como era carinhosamente chamado Martinez por seus amigos. Martinez deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a mais velha, à epoca, com 11 anos de idade. Sua esposa, com uma pequena pensão, criou com sacrifícios aquelas crianças, que, pelo ambiente familiar de que desfrutavam, eram, naturalmente, dóceis e afáveis. Com o apoio de familiares e amigos, suplantou a dor, os traumas decorrentes da morte violenta e inesperada e as dificuldades resultantes da ausência do chefe de família.

A família de Martinez não pedia, nem vê razão em homenagens. Apenas quer guardar a lembrança do esposo dedicado e pai carinhoso que ele foi. Profissional competente, dedicado e leal, atleta exemplar, amigo afável e educado, "Zazá", com seu gênio expansivo e alegre, será sempre lembrado com muito cari-

nho pelos amigos que com ele conviveram (76).

33. A prisão de "Menininho" e a morte de Lamarca

Nos meses de abril, maio e junho, Lamarca e Iara passaram escondidos de "aparelho" em "aparelho", dentre os quais o de José Gomes Teixeira. A prisão deste, em 11 de junho, precipitou a decisão de enviá-los para o sertão da Bahia, junto ao trabalho de campo na região do médio São Francisco. Para o transporte, conseguiu-se um Volks e uma Kombi, cujos motoristas e proprietários eram, respectivamente, Rui Berford Dias e Waldir Piock da Silva. No início da noite de 25 de junho, os quatro encontraram-se, junto ao BOB'S da Avenida Brasil, com José Carlos de Souza, que viera especialmente para buscá-los. No Volks, seguiram Lamarca, Iara e José Carlos. Um pouco mais à frente, para verificar as barreiras policiais, seguiram Waldir e Rui.

No dia seguinte, ao chegarem em Vitória da Conquista, Rui retornou com seu Volks e os outros quatro seguiram com a Kombi até Jequié. Depois de pernoitarem, Iara e Waldir seguiram de ônibus para Salvador, enquanto Lamarca e José Carlos dirigiram-se para Itaberaba e Ibotirama. Ao chegarem na ponte da BR-242 sobre o Rio Paramirim, encontraram-se, no fim da tarde de 27, com José Campos Barreto, o "Zequinha". Depois de dormirem numa pensão, no início da estrada que demanda a Brotas de Macaúbas, chegaram nessa cidade na tarde de 28. No dia seguinte, Lamarca e Zequinha chegaram a Buriti Cristalino, enquanto José Carlos seguia com a Kombi para Salvador, para encontrar-se com Iara e Waldir.

Na tarde de 6 de agosto, encontraram-se, no Centro de Salvador, "Menininho" e José Carlos de Souza. Como assunto principal, discutiram e estabeleceram que Iara seguiria para Feira de Santana, onde havia melhores condições de segurança, e ele, José Carlos, incorporar-se-ia ao trabalho de campo, em Brotas. Há algum tempo na vigilância, policiais deram voz de prisão aos dois militantes. "Menininho" atracou-se com os agentes, chegou a atirar e conseguiu fugir pela segunda vez ao cerco, dirigindo-se para a Guanabara. Menos feliz, José Carlos foi preso e começou a denunciar diversos companheiros.

(76) Numa homenagem muito especial aos "heróis", hoje Marilena dá seu nome ao DCE da Universidade Santa Úrsula e Mario Prata ao DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde o dia 17 de agosto, Iara Iavelberg residia no apartamento 201, do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, com Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha, além da irmã desta, Lúcia Bernardeth Cunha.

No dia 20 de agosto de 1971, através de declarações de José Carlos, a polícia cercou o Edifício Santa Terezinha e exigiu a rendição dos ocupantes do apartamento 201. Após terem sido presos Lúcia, Jaileno e Nilda, Iara foi encontrada no apartamento nº 202, onde se escondera no início do cerco. Não vendo possibilidade de fuga e assolada por bombas de gás lacrimogênio, a amante de Lamarca suicidou-se com um tiro no coração.

Às 19 horas de 21 de agosto, logo depois de passar um telegrama para Iara (sem saber que ela já estava morta), "Menininho", num Volks com Ney Roitman, Alberto Jak Schprejer e sua amante Teresa Cristina de Moura Peixoto, é detido no Rio de Janeiro, por uma operação "Pára-Pedro", na Avenida Vieira Souto, na altura do Jardim de Alá. Ao serem solicitados os documentos, "Menininho" saiu rapidamente do carro, fugindo correndo entre os transeuntes. Pela terceira vez, conseguiu escapar de um cerco policial. No veículo, o diário de Lamarca e cartas para Iara forneceram, aos órgãos de segurança, a certeza de onde deveriam procurar. Apesar de saber da prisão de José Carlos havia mais de dez dias (seu último assentamento era de 16 de agosto), Lamarca permanecia na região. Teve início, então, uma operação de informação, visando à sua prisão.

Com as declarações de José Carlos de Souza, mais dois dirigentes do CR/BA, Diogo Assunção de Santana e Milton Mendes Filho, foram presos em 27 de agosto.

No dia seguinte, os órgãos de segurança chegaram em Buriti Cristalino, dando voz de prisão aos ocupantes da casa dos irmãos Campos Barreto, que reagiram com intenso tiroteio. Ao final, Olderico foi preso, ferido no rosto e na mão direita, enquanto Otoniel foi morto, quando tentava a fuga. Dentro da casa, estava o cadáver de Luiz Antonio Santa Bárbara, que se matara com um tiro na cabeça. Era o terceiro suicídio de militantes do MR-8, possivelmente para não denunciarem Lamarca, que, acampado a poucos quilômetros do lugarejo de Buriti Cristalino, provavelmente ouvira os tiros e fugira, internando-se, com José Campos Barreto ("Zequinha"), mata a dentro.

Sem saber do acontecido e sentindo-se "queimado" na Guanabara, César de Queiroz Benjamin retornou a Salvador, sendo preso em 30 de agosto, num "ponto", no Rio Vermelho, delatado por Jaileno. Após longa série de assaltos e ter escapado de três choques com a polícia, "Menininho" mostrou-se extremamente dócil nos interrogatórios. Suas extensas declarações, todas de próprio punho, desvendaram a linha política e as ações do MR-8. Muitos militantes foram, então, identificados. Chegou, inclusive, a fazer uma análise dos métodos de interrogatório aplicado, declarando-se surpreso com o bom tratamento recebido e com o nível de seus interlocutores.

Na manhã de 6 de setembro recebia-se o primeiro informe da permanência de Lamarca e "Zequinha" na região de Brotas de Macaúbas, confirmado no final da tarde e no dia 7. Haviam obtido alimentação na área, tentado obter informes e amedrontado os moradores. Nos dias 10 e 11 houve informes da presença de ambos em Ibotirama. Os órgãos de segurança, que a partir de 4 de setembro já haviam retirado boa parte de seus agentes da região, retornaram à área.

Apesar de o MR-8 estar trabalhando nessa área de campo por mais de um ano, os órgãos de segurança eram procurados pelos moradores, que levavam informes sobre os subversivos. Os informes começaram a indicar a presença dos dois terroristas na região de Cana Brava.

No dia 17, uma equipe que chegou à localidade de Pintada foi informada de que dois homens descansavam à sombra de uma árvore, nos arredores do lugarejo. Ao se acercarem dos mesmos, dois elementos da equipe, que se haviam lançado através da caatinga, provocaram ruído de mato quebrado. Isto alertou os terroristas, e um deles exclamou: *"Capitão, os homens estão aí!"*. À voz de prisão, iniciou-se intenso tiroteio, findo o qual os dois terroristas estavam mortos.

34. Um mil novecentos e setenta e um

Neste ano, inúmeras foram as prisões de subversivos efetuadas no Brasil. Essas "quedas" determinaram o desaparecimento temporário do Partido Operário Comunista (POC), deixaram acéfala a Organização Comunista Marxista Leninista — Política Operária (OCML-PO) e desestruturaram a Organização Partidária Classe Ope

rária Revolucionária (OPCOR), ex-MNR. Igual ou superior ao número de terroristas presos, foi o de banidos ou fugidos que buscaram refúgio no exterior, em particular no Chile, onde o governo da Unidade Popular de Salvador Allende dava-lhes cordial guarida. Essas fugas, combinadas com as prisões, enfraqueceram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e levaram ao desaparecimento, no Brasil, da Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Também fora desarticulado nesse ano o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que nunca passara de um bando, voltado exclusivamente para as ações armadas, cuja história confunde-se com a de seu líder Devanir José de Carvalho. Somente Devanir, ao longo de sua trajetória de crimes, cometeu mais de três dezenas de assaltos com vários feridos, participou de um seqüestro e, ao que se sabe, direta ou indiretamente, de pelo menos seis assassinatos.

Esses fatos eram um importante indício de que se iniciara, nesse ano, a debacle da subversão no País. De outro lado, no entanto, observadas as atividades desenvolvidas pelas organizações subversivas, constatava-se que as ações armadas não haviam arrefecido. Era ainda muito elevado o número de assaltos e atentados. As ações cresciam em audácia, tendo havido um incremento daquelas que visavam a desmoralizar os órgãos de segurança, com assaltos a praças e viaturas do Exército e das forças policiais, com roubo de armas e incêndio de viaturas. Tampouco havia diminuído a violência, pelo contrário, essa crescia. Segundo Linda Tayah, que fora presa quando desacordada com um tiro na cabeça, um militante quando instado a se identificar "*manda bala e tenta fugir*". É natural que tal virulência provocasse reações idênticas, porque, para quem estava envolvido com o problema, tratava-se de matar ou morrer. Nos relatos feitos nesse capítulo e nos precedentes, viu-se que, toda a vez que um agente da lei agiu dentro dos padrões normais de urbanidade, saiu ferido, quando não foi morto. Nesse tipo de combate, quem não tivesse a iniciativa do fogo não saía ileso.

Neste ano, além dos assassinatos do industrial Henning Albert Boilesen, do motorista de táxi Gentil Procópio de Melo e do vigia da garagem da Frota de Táxis Bandeirantes, foram mortos em tiroteios com subversivos o Major José Júlio Toja Martinez, o guarda da firma Transport José do Amaral Vilela e os guardas

de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Demerval Ferreira dos Santos. Também os militantes das organizações subversivas eram vítimas dessa intransigente violência. A título de "justiçamento", haviam sido assassinados Amaro Luiz de Carvalho, Antonio Lourenço, Márcio Leite Toledo e Carlos Alberto Maciel Cardoso.

Mas se havia dúvidas sobre a proximidade ou não do fim da luta armada, havia indícios dessa perspectiva, mais fortes do que as prisões e fugas e até mesmo do que a desestruturação de diversas organizações subversivas. Um deles era a ausência de lideranças efetivas em praticamente todas as organizações ainda atuantes. Como conseqüência desse fato e do momento, sem dúvida crítico, que viviam essas organizações, começaram a aflorar em seus seios discussões e debates em torno da validade dessa luta,que, a cada dia, se mostrava mais inconseqüente e sem objetividade, e que um terrorista aludiu como *"quixotadas grotescas"*.

Com o título pomposo de autocrítica,vinham à tona as mais acerbas críticas à esquerda, tida como "incapaz" e "podre", com acusações que iam de "mesquinharias" a "desvio de dinheiro" e críticas às chefias "personalistas" e "individualistas", assim como ao "espontaneísmo" das organizações. Começaram a ver, inclusive, a socialização da miséria em Cuba, desencantando-se com o "paraíso comunista".

Ora, estes fatos evidenciaram um outro indício: o moral dos militantes subversivos estava seriamente afetado.

Como decorrência dessa situação, desmobilizava-se no Brasil a outrora tida como poderosa Vanguarda Popular Revolucionária, enfraquecia-se a ALN e suas dissidências,e tinha um fim melancólico a Ala Vermelha, com seus próprios dirigentes "entregando-se" uns aos outros, como se desejassem dessa forma pôr fim à organização.

Assim como os militantes da AV, à exceção dos membros do CTA/ALN e outros militantes com uma formação ideológica mais sólida, a "abertura" de todo o conhecimento passou a ser uma conduta comum aos presos. Embora organizassem tribunais de averiguação de conduta dos militantes quando presos, essas organizações não desejavam e não admitiam que a eficiência dos órgãos de segurança decorria em boa parte da falta de convicção e de fir-

meza ideológica dos militantes subversivos. A saída, sem dúvida inteligente, foi incrementar ao máximo a denúncia de tortura nos órgãos de segurança, apresentada como causa dos "desbundamentos" e das denúncias.

Os órgãos de segurança, possivelmente não acreditando na eficiência da guerra psicológica—como muitos não crêem até hoje—ou atendendo apenas a fatores imediatistas, cometiam equívocos que lhes facilitavam sobremodo essa tarefa. Para os comunistas, porém, essa ação não seria apenas momentânea, mas teria continuidade ao longo do tempo e viria a atingir não apenas esses órgãos mas até o próprio Presidente da República.

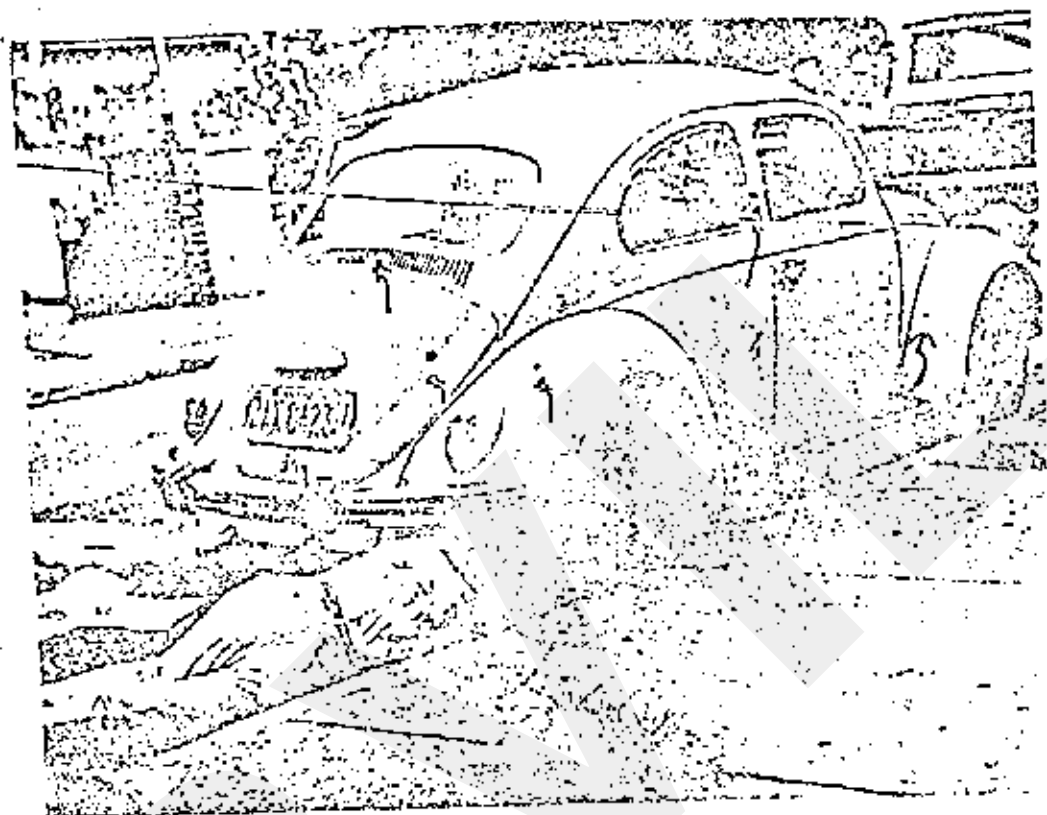
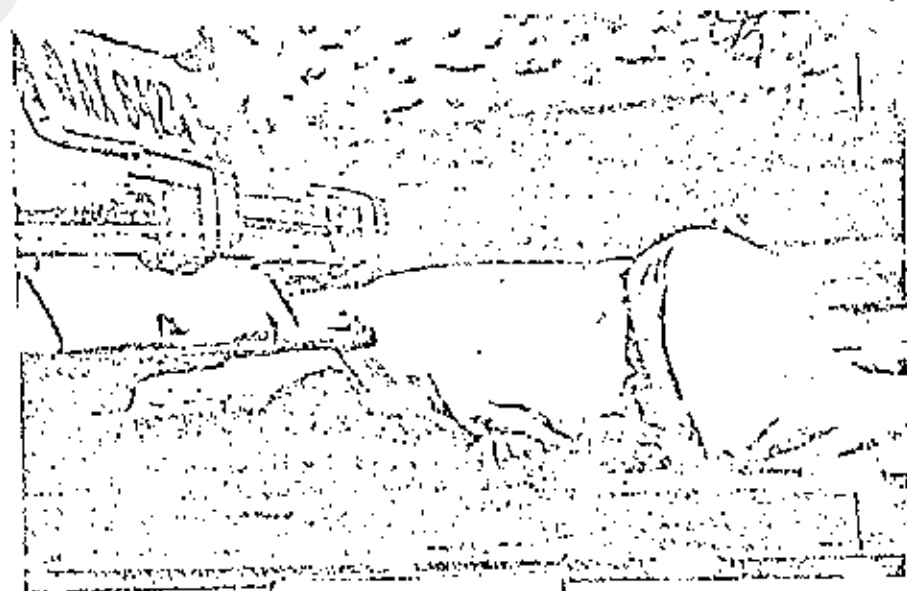
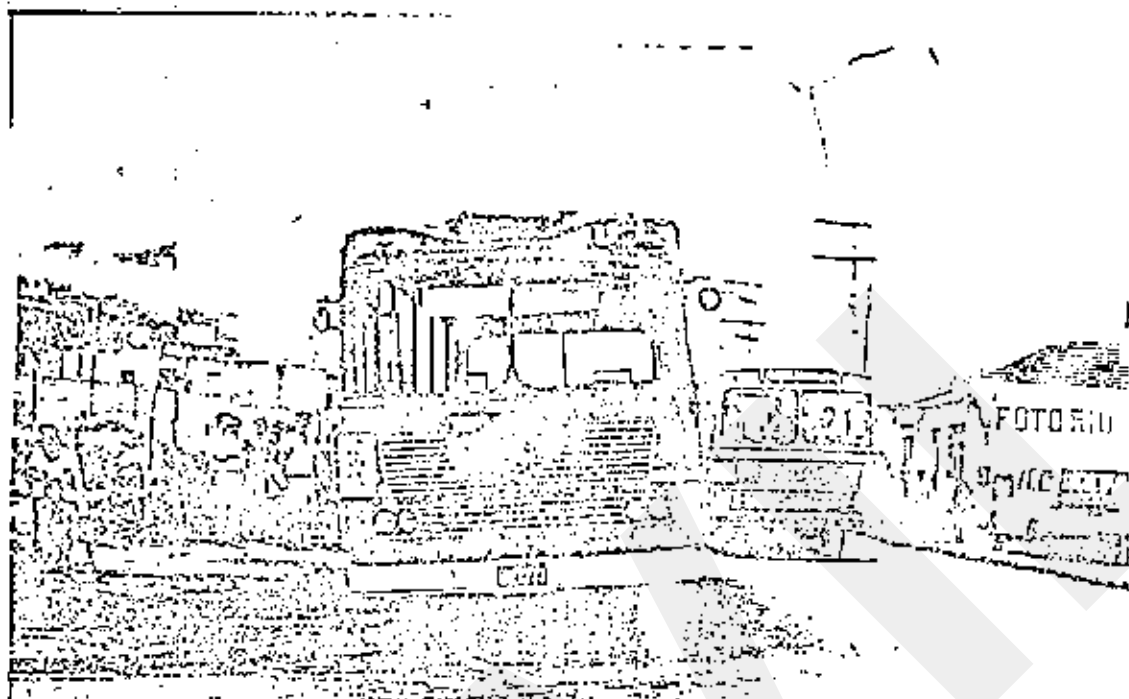
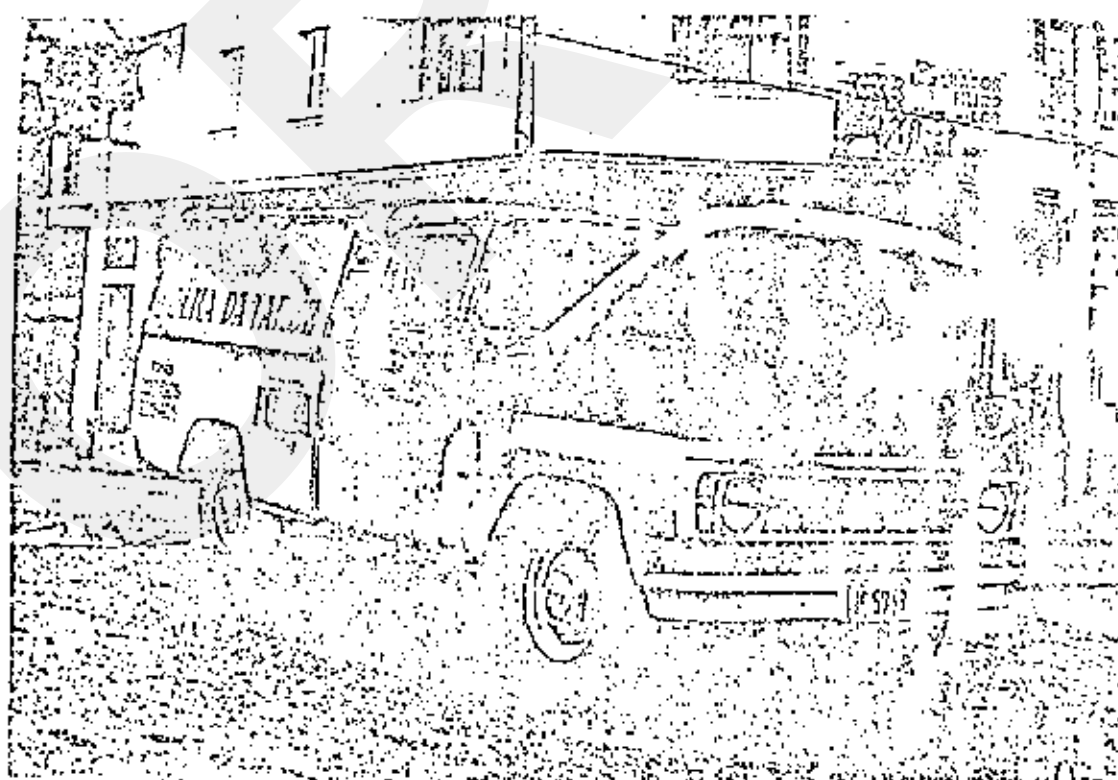
A verdade é que, não fora a descoberta da área de campo do PC do B, que reunia na zona rural o maior contingente já implantado no campo por uma organização subversiva e sobre a qual não dispunham os órgãos de segurança de dados suficientes para avaliar sua extensão e profundidade, poder-se-ia prognosticar para breve o fim da luta armada no País. Pelo menos já não se vislumbrava que as demais organizações pudessem aspirar a tomada do poder. Um líder terrorista, ao referir-se à situação de então, disse: *"A briga hoje deixou de ser pela Revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência"*.

A sobrevivência, porém, nas circunstâncias, não parecia ser muito longa. Aumentava, dia a dia, o número daqueles que preferiam lutar pela sobrevivência no Chile, na França, na Itália, no Uruguai ou na Argélia. Como conseqüência, crescia a rede de "desinformatzya" e incrementava-se a propaganda da guerra psicológica. Agora as esquerdas tinham um objetivo estratégico — o de colocar barreiras que estancassem o indispensável fluxo de recursos externos para o País. Para as esquerdas, a essa altura, muito mais desastrosa e duradoura que a derrota no campo militar era a vitória que o governo brasileiro ia alcançando com o ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e social. Mais do que os órgãos de segurança, seu alvo seria agora o Governo e mesmo a pessoa do Presidente da República.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -

MAJ DO EXÉRCITO JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO - ASSASSINADO POR TERRORISTAS DO MR - 8, EM 4 DE ABRIL, NO RIO DE JANEIRO.

CB PMSP NELSON MARTINEZ PONCE - ASSASSINADO EM 1º DE NOVEMBRO, POR TERRORISTAS DO MOLIPO QUE INCENDIAVAM UM ÔNIBUS DA VIAÇÃO TUSA, NA PRAÇA JOÃO KAISER, VILA BRASILÂNDIA - SÃO PAULO.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -

INDUSTRIAL HENNING ALBERT BOILESEN - ASSASSINADO POR TERRORISTAS DO MRT E DA ALN, EM 15 DE ABRIL, NA ESQUINA DA RUA BARÃO DE CAPANEMA COM ALAMEDA CASA BRANCA, EM SÃO PAULO.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -

ÔNIBUS DA VIAÇÃO EMPRESA VILA EMA, INCENDIADO POR MILITANTES DA ALN, NO DIA 25 DE OUTUBRO, NA ESTRADA DA VILA EMA, SÃO PAULO.

VIATURA DE DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS DO GRUPO FOLHAS, INCENDIADA POR MILITANTES DA ALN, NO DIA 26 DE OUTUBRO, NA RUA BENEDITO CALIXTO, EM PINHEIROS, SÃO PAULO.

CAPÍTULO X

1972

1. A defasagem do campo político

Embora o ano político tenha sido tranqüilo, o processo político não evoluiu, em 1972, como era esperado, uma vez que se aproximava o momento da eleição do Presidente da República. O governo conseguiu desestimular a discussão, até mesmo em torno dos parâmetros que regeriam a sucessão. No entanto, as eleições para governador, que só iriam ser realizadas em 1974, tiveram seu processo alterado por uma emenda que tornou essas eleições indiretas. Com isso, não faltaram insinuações sobre um pretenso continuísmo, ligando o retardo da definição do processo eleitoral à eleição do Presidente da Câmara de Deputados que, tempos antes, havia feito a sugestão da reeleição do Presidente Médici.

Nesse ano, ocorreram outras alterações constitucionais. Por intermédio delas voltava a existir o recesso parlamentar do meio do ano e os parlamentares já podiam assumir secretarias de Estado. As casas do Congresso, após quatro anos, viam a escolha de seus dirigentes ser respeitada pelo Executivo, numa prática democrática elementar, mas que, nas circunstâncias, representava uma evolução. Os políticos iam ampliando seus próprios espaços e retomando a liberdade.

Em julho, ao inaugurar o prédio do Ministério da Justiça, o Presidente da República voltou a afirmar que o Governo não abdicaria das prerrogativas ou poderes que lhe haviam sido atribuídos. O pronunciamento, aparentemente extemporâneo, causou constrangimentos. É possível que o Presidente estivesse refletindo suas apreensões com a situação interna, particularmente, com relação ao foco guerrileiro, no Pará, então recém descoberto. Ocorre que essas apreensões não eram as da nação, que não dispunha desses dados, nem de outros relacionados com a atuação subversiva, a não ser notícias superficiais divulgadas pela imprensa.

Essa situação gerou, pelo menos, dois importantes pronunciamentos, um de Etelvino Lins e outro de Aliomar Baleeiro, que revelavam a impaciência que a lentidão da evolução do processo político ia provocando. O êxito obtido no desenvolvimento econômico e social, ao invés de atenuar a insatisfação, parecia aguçá-la, ao ressaltar a defasagem do processo político. Este esta-

va a reclamar, não tanto aberturas, mas o encontro de soluções concretas que se constituíssem em marcos assinalados na evolução nacional, sob pena de, no futuro, permitir a volta à instabilidade e à demagogia. A saída nesse sentido, todavia, não era vislumbrada. As eleições municipais de 15 de novembro, encontraram uma ARENA melhor estruturada que, valendo-se da sublegenda e do apoio dos governadores e levando ao debate municipal as realizações do Governo na esfera federal, conseguira ampliar o controle sobre as prefeituras municipais. Esse êxito enganoso, funcionava como um biombo, a tapar a necessidade de se buscar a evolução, também, no campo político.

2. A continuidade do desenvolvimento econômico e social

Se o futuro político não era fácil de ser antevisto, o mesmo não ocorria com os campos econômico e social, pois, neste ano, começava a ser posto em execução o Plano Nacional de Desenvolvimento que definia, exatamente, a estratégia do Governo para preparar o País, a fim de que se tornasse uma nação desenvolvida até o final do século. Sua execução deveria permitir um crescimento racional e harmonioso e visava, sobretudo, a realizar a integração nacional, incorporando vastas áreas de populações marginalizadas ao processo de crescimento, criar novos pólos e descentralizar o desenvolvimento, de modo a atenuar as disparidades regionais, tidas como a principal causa das distorções na distribuição da riqueza nacional.

Para alcançar esses objetivos, ao lado de uma estratégia global, o plano se apoiaria em quatro instrumentos operacionais, alguns dos quais já em andamento. O Programa de Integração Nacional, de que a ponte Propriá-Colégio, sobre o Rio São Francisco, inaugurada nesse ano, era um marco significativo pela sua importância como elo de ligação entre o Nordeste e o Centro-Sul. O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-indústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) que teria início em 1972, nas áreas prioritárias da Reforma Agrária nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, com uma dotação de Cr$ 100 milhões. O Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste, com a construção de rodóvias, silos e armazéns no Mato Grosso e Sul de Goiás. O Programa Especial para o vale do São Francisco (PROVALE), com serviços de dragagem, balizamento e proteção das margens do Rio, assim como a implantação e pavimentação de mais de 3.000 km de

rodovias, integrando os Estados ribeirinhos ao Plano Nacional de Viação.

Ligado ao futuro, via-se, também, nesse ano, o acordo entre o Brasil e a Argentina, sobre o aproveitamento das águas contíguas, ser aprovado na ONU. Esse acordo era o resultado de entendimentos que vinham sendo desenvolvidos entre os dois países. Desde há alguns anos, o Brasil iniciou estudos e discussões relativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Com esse mesmo objetivo, uma vez definida a área ideal desse aproveitamento, o Brasil firmava com o Paraguai, em 1965, a Ata de Iguaçu. Em 1970, os dois países constituíram uma comissão mista, que assinou contrato de consultoria internacional, cujos resultados foram apresentados neste ano. Iniciaram-se, então, os testes de solo e as discussões entre os dois países em torno das terras a serem alagadas com a construção da futura barragem. Itaipu em complemento a usinas em construção: Jupiá e Ilha Solteira (Rio Paraná), Marimbondo (Rio Grande), Capivara (Rio Paranapanema), Salto Osório (Rio Iguaçu), São Simão (Rio Parnaíba) e outras menores, aliadas a empreendimentos projetados, como Água Vermelha (Rio Grande), garantiriam a energia necessária ao Centro Sul até a virada do século. Da mesma forma a Usina de Paulo Afonso III, em construção, e a projetada barragem de Sobradinho dariam tranqüilidade ao Nordeste por alguns anos.

O projeto RADAN, através de levantamentos aerofotogramétricos, realizados pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, trazia à luz as potencialidades da área Norte, até então tida como desprovida de recursos minerais, ao revelar a existência de grandes jazidas de cassiterita, em Rondônia, e os depósitos de ferro, manganês, ouro e outros minerais de Carajás.

Considerando a expansão das fronteiras agrícolas e a dinamização do setor de pesquisa e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, foi criada nesse ano a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Do mesmo modo, para responder às preocupações com a subnutrição, mal crônico que ainda atingia grande parte da população brasileira e que se devia não somente à insuficiência global de rações, como também à composição das quotas alimentares, o Governo criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

Recursos da ordem de Cr$ 3 bilhões passaram a ser aplica-

dos em ferrovias, portos e silagem, nos chamados corredores de exportação, privilegiando os portos de Vitória, Tubarão, Santos, Paranaguá e Rio Grande e era criada, neste ano, a INFRAERO, para implantar, administrar e explorar a infra-estrutura aeroportuária do País.

Na área das comunicações, onde se realizavam os primeiros testes de TV a cores, foi criada a TELEBRÁS que, assumindo o controle acionário da EMBRATEL, passou a gerir o Fundo Nacional de Telecomunicações. A TELEBRÁS, através de empresas representativas em todos os Estados e no Distrito Federal, iria incorporar as mais de 800 companhias telefônicas existentes, boa parte das quais operando com material obsoleto, carente de pessoal especializado e de estrutura administrativa, sem condições de, por si só, acompanhar a expansão desse sistema, dos mais reclamados pelo progresso nacional.

Neste ano, o País veria seus esforços na área de educação de adultos coroado de êxito. O MOBRAL atingiria os mais altos níveis de alfabetização de sua clientela, comparativamente com 64 países vinculados à UNESCO e seria recomendado aos demais países. O Brasil, em 1972, além da verba orçamentária de Cr$ 1,9 bilhões, empregou no MOBRAL mais Cr$ 43,2 milhões provenientes do Imposto de Renda e Cr$ 86 milhões canalizados da Loteria Esportiva. Aliás, o Brasil continuava a ser um dos países que mais aplicava verbas na educação. Neste ano dispendeu Cr$ 8,7 bilhões para garantir a matrícula de cerca de 20 milhões de alunos nos cursos primário e médio e mais de 650 mil no nível universitário. Ainda na área social, além de manter os programas de construção de habitação e ampliar os financiamentos em saneamento básico, milhares de trabalhadores rurais passaram a contar com um pecúlio funeral e uma módica aposentadoria, benefício com os quais foram aquinhoados, no ano anterior, quando da constituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

3. O prosseguimento da guerra psicológica

O êxito do governo brasileiro em combater os grupos terroristas, a incapacidade desses de se articularem, os sucessos crescentes do governo no sentido de romper definitivamente as barreiras do subdesenvolvimento, impunham às esquerdas uma derrota que, aos não iniciados, poderia afigurar-se como definitiva. No en

tanto, estas não se davam por vencidas. A melhor estratégia de que dispunham, no momento, era negar esses êxitos e utilizariam, tanto quanto possível, o instrumento mais eficaz para implementá-la, a propaganda.

Em janeiro desse ano realizou-se em Paris uma reunião de consulta dos representantes do "Front" na França, Holanda, Suíça e Bélgica, para discutir suas possibilidades. Durante essa reunião, foi considerada a necessidade de aprofundar-se o debate sobre o papel da Frente Brasileira de Informações (FBI) como instrumento de unificação das esquerdas. Márcio Moreira Alves foi encarregado de restabelecer as atividades da Frente na Inglaterra, enquanto se definia a expansão da distribuição dos boletins da FBI a todos aqueles que pudessem colaborar com a campanha de difamação do Brasil.

No período entre 15 de março e 9 de abril, a FBI realizou na Igreja São Clemente, em Nova York, uma extensa promoção contra o Brasil, englobando conferências, debates, filmes e representações. O evento contou com a participação do teatrólogo Augusto Boal, do cineasta Glauber Rocha e de Márcio Moreira Alves, dentre outros.

Em maio de 1972, Miguel Arraes viajou sigilosamente de Argel para Santiago do Chile, onde manteve contatos com o presidente chileno Salvador Allende. A viagem de Arraes teve a finalidade de orientar a organização de uma Seção Latino-Americana do Tribunal Bertrand Russel e de articular a FBI na Argentina, Peru e México, países importantes no contexto latino-americano.

O crescimento da campanha da FBI no Chile, através do aumento da tiragem dos boletins e sua venda ostensiva em bancas de jornais e livrarias, provocou a reação do embaixador brasileiro naquele país. Em julho, o chanceler chileno Clodomiro Almeyda foi interpelado no sentido de que o governo chileno pusesse cobro àquele estado de coisas. O protesto foi formalmente aceito, com a promessa de que os responsáveis seriam expulsos do país, caso prosseguissem com a campanha.

Como resultado da pressão diplomática, as autoridades chilenas adotaram uma ação de fachada para satisfazer as autoridades brasileiras. O Partido Socialista Chileno pediu que a FBI passasse a circular o boletim clandestinamente.

Em conseqüência do aparente cerceamento da circulação os-

tensiva dos boletins da FBI no Chile — que continuaram a ser publicados normalmente —, a Frente patrocinou e apoiou a publicação de outros órgãos legais. Assim, a revista "América Latina" e o tablóide "Brasil Hoy" passaram a formar ao lado dos divulgadores da campanha contra o Brasil.

No dia 7 de julho, o comitê alemão da Amnesty International patrocinou, em Hamburgo, uma conferência de Márcio Moreira Alves, ocasião em que foi feita a propaganda de um de seus livros, contendo injúrias contra o Brasil.

Por volta de setembro, a FBI perderia um de seus apoios no Chile, com a fuga de seu dirigente Carlos Figueiredo de Sá para a França. A Coordenação Nacional da ALN pressionava-o para receber o total da importância em dólares enviada pelos Tupamaros, resultado do resgate do cônsul brasileiro Aloísio Dias Comide, seqüestrado no Uruguai. Carlos de Sá encaminhara apenas nove mil dólares para a ALN, não prestando contas do restante, que seria o grosso da importância.

Em outubro, Maria Iracema dos Santos, Ulrich Hoffman Roger, Amarílio de Oliveira Vasconcelos e Armando Ziller, em nome da FBI, entraram em contato com a comunista norte-americana Ângela Davis, arregimentando-a para participar da campanha difamatória ao governo brasileiro no exterior.

Em novembro, dentro do esquema de "frente", a FBI apoiou o lançamento do panfleto "Campanha", orientado pela FB—PO no Chile, que se incorporou aos esforços de denegrir o Brasil, naquele país. Com o mesmo propósito, a APML do B estruturou bases no exterior, em estreita ligação com a FBI. A Base Europa (BEur), coordenada por Jean Marc Friedrich Van Der Weid, a BANor (Base América), orientada por Marcos Pena Sattamini de Arruda, e a BSant (Base Santiago/Chile), com a efetiva participação de Herbert José de Souza e José Serra, tornaram-se importantes pontos de apoio no trabalho de influenciar a opinião pública mundial, dando a impressão de tratar-se de diferentes fontes independentes.

Em novembro, ainda, José Ferreira Cardoso, presidente da Associação Chilena Brasileira de Solidariedade (ACBS), retornou da Europa, trazendo um cheque de vinte e cinco mil dólares, destinados à manutenção das atividades da ACBS e da FBI. A origem

desses dólares não ficou determinada, embora se pudesse deduzir qual teria sido (1). O refugiado brasileiro no Chile, Antonio de Bezerra Baltar, funcionário da CEPAL, nas diversas viagens que efetuava ao exterior, também trazia dólares da República Federal da Alemanha para a FBI. Da Itália os recursos eram canalisados pelo Partido Comunista Italiano e pela entidade denominada "Pax-Romana", vinculada ao clero progressista. O apoio financeiro à FBI fluía sem problemas, na razão direta do sucesso do governo brasileiro na gestão do País.

4. O fim da segunda direção nacional do PCBR

No início desse ano, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) era dirigido por uma Comissão Nacional Provisória (CNP), integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz de Andrade Sá e Benevides.

Atuava com duas regionais, o Comitê Regional Sul (CR/S), com base na Guanabara, e o Comitê Regional Nordeste (CR/NE), com centro em Recife e atuando nos municípios de Ribeirão, Água Preta, Amaragi e Palmares, em Pernambuco, além de Jequié, Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia.

Para atuar no campo, o PCBR criou os denominados "Comandos de Engenho", que procuravam insuflar os camponeses contra os latifundiários, a polícia e o Exército. Segundo seus documentos, "o Engenho deve ser a escola onde o trabalhador do campo vai aprender a lutar" através das greves e da defesa armada, afirmando que todos os camponeses deveriam possuir e saber usar "espingarda, revólver, foice, facão e bombas".

No setor de imprensa, dois jornais defendiam, clandestinamente, a linha do PCBR: "O Revolucionário", na Guanabara, e "Vanguarda", no nordeste.

As ações armadas, nesse ano, restringiram-se à Guanabara, com o PCBR atuando em "frente" com a ALN, a VPR, a VAR-Palmares e o MR-8. Destas ações destacam-se o assassinato do marinheiro inglês David A. Cuthberg, em 5 de fevereiro, e o assalto ao Banco Novo Mundo, na Penha, em 27 de setembro, quando José Silton

(1) ACBS - Associação Chilena Brasileira de Solidariedade - entidade criada no Chile para amparar financeiramente os asilados brasileiros. Embora englobasse várias organizações subversivas, a "caixinha", nome utilizado para designar a entidade, recebia orientação prioritária do PCB.

Ribeiro matou o contador Sílvio Nunes Alves (2).

Apesar da intensa atividade terrorista, as desventuras chegaram ao PCBR com o acidente de carro ocorrido em 8 de março, nas proximidades de Caruru, em Pernambuco, que matou Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides, membro do CNP, e sua esposa Miriam Lopes Verbena, responsável pelas finanças e pelo setor de profissionais liberais do partido. As investigações procedidas levaram a dezenas de prisões na Guanabara e em Recife, nos meses de março e abril (3).

Alçado ao CNP, pela morte de Luiz Alberto, Antonio Prestes de Paula ficou encarregado de contatar e de levar dinheiro para os banidos, no Chile, que pretendiam retornar ao Brasil. Para isso, viajou para Santiago em setembro, seguido dois meses depois por José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Entretanto, enquanto Prestes de Paula programava a sua volta para o início do ano seguinte, José Rodrigues retornaria em meados de dezembro, não escapando às grandes "quedas" que atingiram a cúpula do PCBR.

A prisão, em Recife, em 12 de dezembro, de Edmilson Vitorino de Lima, membro do CZ Campo do CR/NE, acarretou, nos dias seguintes, as prisões de cinco militantes da organização (4). José Adeildo Ramos, preso nessa ocasião, entregou o "ponto" que teria com Fernando Augusto da Fonseca. Este, preso em 24 de dezembro, indicou dois aparelhos do partido na Guanabara, um em Bento Ribeiro e o outro, no Grajaú. No dia 27, no "entrevero" desses aparelhos, depois de intenso tiroteio, morriam, além do próprio Fernando, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Ro-

---

(2) São as seguintes as demais ações praticadas pelo PCBR, na Guanabara; em 10, 24 e 31 de janeiro, respectivamente: assalto ao DETRAN, em Campinho; assalto ao curso FISK, em Copacabana; assalto à delegacia do Ministério do Trabalho, em Ramos; em 25 de fevereiro: assalto simultâneo ao Banco de Crédito Territorial e ao Banco da Bahia, em São Cristóvão; em 24 de abril: assalto ao Banco de Crédito Territorial, em São Cristóvão; em 9 de junho: assalto ao Banco Nacional Brasileiro, em Bonsucesso; em 11 de agosto: assalto ao União de Bancos, no Jacaré; em 19 de outubro: assalto ao Banco Itaú-América, em Botafogo.

(3) Destacando-se as de Ramayana Vaz Vargens, Maria Dalva Leite de Castro, Amélia Maria Mayal Guilayn, João Alves Gondim Neto, Vitorino Alves Moitinho, Romildo Maranhão do Valle, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, Helena Mota Quintela, Maria Quintela de Almeida, Roberto Batuíra Furtado da Cruz e Geraldo Ferreira Santos, além de Maria do Socorro Diógenes, que cooperou bastante com os órgãos policiais.

(4) Anatália Melo Alves, esposa de Luiz Alves Neto, presos nessa oportunidade, enforcar-se-ia no banheiro da SSP/PE, em 22 de janeiro de 1973.

drigues de Souza, Valdir Salles Sabóia, José Silton Ribeiro e "Luciana Ribeiro da Silva" (5), amante de Valdir. Mais uma vez, o PCBR ficava sem a sua direção nacional.

5. A desativação do Molipo

No início de janeiro, foi localizado um veículo roubado, estacionado no bairro de Santa Cecília, em São Paulo. Conhecedores da técnica subversiva de estacionar um carro em determinado local para uso posterior em ações, os órgãos de segurança montaram uma "paquera" no local.

Dia 5 de janeiro, chegou ao carro um elemento de origem japonesa, que tentou colocá-lo em movimento. Ao receber ordem de prisão, fez uso da arma atingindo um dos agentes e um transeunte. O marginal, ferido no tiroteio que se seguiu, veio a falecer no Pronto Socorro para onde fora conduzido. Portando uma identidade com o nome de Massahiro Nakamura, verificou-se tratar-se de documentação falsa, o que determinou intensa e prolongada busca nos arquivos datiloscópicos, constatando-se, posteriormente, tratar-se de Hiroaki Torigoe, um dos elementos do Comando Nacional do Movimento de Libertação Nacional (Molipo).

Enquanto a direção do Molipo esfacelava-se com a continuidade das "quedas" em São Paulo, as operações prosseguiam para neutralizar também o trabalho no Campo. Boanerges de Souza Massa continuou entregando tudo. "Abriu" um "ponto" que teria com Jeová Assis Gomes em Guaraí, no Estado de Goiás, no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com o auxílio de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou matando Jeová.

Ainda através de Boanerges, tomou-se conhecimento da existência de uma pequena fazenda que o Molipo havia adquirido na região de Araguaína. A localização foi demorada e apenas no dia 18 de janeiro foi "estourado" esse aparelho rural na região do

(5) Só alguns anos mais tarde, "Luciana" veio a ser identificada como Lourdes Maria Wanderley Pontes ("Gordinha", "Zélia", "Cláudia"), esposa de Paulo Pontes da Silva, que se encontrava preso.

Rio Lajes, entre Araguaína e Vanderlândia (6). O tempo necessário à localização do "aparelho rural" permitiu que seus ocupantes abandonassem o local. Na operação foram neutralizados dois pontos de apoio: um sítio localizado ao sul de Vanderlândia, em Goiás, a 5 km da rodovia Belém-Brasília, também adquirido pelos terroristas, e um núcleo de sitiantes de Santa Maria da Vitória, que estava sendo aliciado pelo Molipo.

A direção nacional do Molipo, desfeita com as mortes de Francisco José de Oliveira e Hiroaki Torigoe, foi recomposta por Lauriberto José Reyes, que assumiu também a responsabilidade do Setor Operário, e por Maria Augusta Thomás.

No dia 18 de janeiro, mais uma vítima fatal atestava o desprezo dos militantes formados em Cuba pela vida humana. João Carlos Cavalcanti Reis, Lauriberto José Reyes e Márcio Beck Machado foram assinalados num Volkswagen, no bairro do Ipiranga, e perseguidos por uma camionete dos órgãos de segurança. Houve troca de tiros e o vidro do carro dos terroristas foi estilhaçado. Numa evasiva, os subversivos entraram na Rua Colônia da Glória, no Cambuci, onde resolveram roubar um carro para substituir o que estava com o vidro quebrado. O primeiro veículo que encontraram, tinha ao volante o 1º Sargento da PMSP Thomas Paulino de Almeida que foi retirado do veículo e sumariamente assassinado com uma rajada de metralhadora. João Carlos saiu ferido na perna, durante a perseguição realizada pela viatura policial.

No final de janeiro, o Setor Estudantil também seria atingido por prisões que provocaram a total desarticulação do setor.

A cidade de Paraíso do Norte, em Goiás, estava incluída dentro do esquema de trabalho de campo do Molipo. Na cidade, com o nome falso de "Patrick McBundy Comick", chegara o terrorista Arno Preiss.

No dia ~~15 de janeiro~~ 28 fev, Arno tentou entrar com sua "documentação fria" no baile carnavalesco do clube social da cidade. Sua documentação levantou suspeita nos policiais, que o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima-roupa

(6) Pelos habitantes das redondezas, através de reconhecimento fotográfico, foram identificados como moradores do local Sérgio Capozzi, sua mulher, Jane Vanini e Otávio Ângelo. Otávio Ângelo ("Tião"), membro do I Exército da ALN, estava em Cuba por ocasião das divergências do III Exército com a CN/ALN e aderiu ao Molipo.

contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira e ferindo gravemente o outro miliciano que o conduzia, Gentil Ferreira Mano.

Protegido pela escuridão, Arno homiziou-se num matagal, sendo, entretanto, localizado por populares que, indignados, auxiliavam a polícia. Arno travou, ainda, intenso tiroteio com seus perseguidores, antes de tombar sem vida. Com dificuldade, a polícia impediu a violação do corpo.

No dia 27 de fevereiro Lauriberto José Reyes em companhia de Alexandre José Ibsen Voerões travou tiroteio com a polícia, na Rua Serra de Botucatu, no bairro Tatuapé. Armado de metralhadora, Lauriberto feriu um policial e matou um transeunte, Napoleão Felipe Biscaldi, de 61 anos, funcionário público municipal aposentado, residente no número 849 daquela rua. Ao final do entrevero os dois subversivos também estavam mortos.

Acossado pela perseguição policial, o trabalho de massas, através dos "comandinhos", estava suspenso, enquanto os remanescentes da organização realizavam ações para sobreviver.

Os órgãos de segurança não davam trégua ao Molipo e acabaram por assinalar um "aparelho" onde residia o torneiro mecânico Rubens Carlos Costa, o armeiro da organização. A vigilância sobre o endereço permitiu, no dia 27 de outubro, a prisão de Antonio Benetazzo. Rubens acabara de preparar um revólver para Benetazzo adaptar um silencioso. Benetazzo, após desinformar as autoridades durante os interrogatórios, "abriu" um "ponto", as 15 horas, no dia 30 de outubro, na Rua João Boemer, no bairro do Brás. Levado ao local, o terrorista tentou a fuga, ou suicídio, ao atravessar em desabalada carreira a rua, à frente de um caminhão Scania Vabis. Colhido pelo veículo, Benetazzo faleceu no local, em frente a um ponto de ônibus, onde um grande número de populares testemunhou a ocorrência.

No "aparelho" de Benetazzo foi encontrado um uniforme completo de oficial do Exército, além de instruções para fabricação e uso do silencioso. A intenção dos remanescentes da organização seria a de cometer atentados contra autoridades, utilizando-se de armas silenciosas, sendo o uniforme militar um artifício para facilitar o acesso às vítimas. O jornal do Molipo, "Imprensa Popular", era impresso no "aparelho" de Benetazzo, onde

existia um mimeógrafo, apreendido juntamente com vários números do citado panfleto.

No dia 2 de novembro, ao anoitecer, a vigilância do "aparelho" de Benetazzo, na Vila Carrão, permitiu a verificação de dois elementos que entravam no endereço. A presença de mulheres e crianças impediu a imediata ação policial. Ao deixarem o local, por volta das 20 horas, os dois terroristas, pressentindo a presença policial, dispararam suas armas, uma delas uma metralhadora. No tiroteio caiu mortalmente ferido João Carlos Cavalcanti Reis, enquanto Natanael de Moura Giraldi, ferido na virilha mas armado com a metralhadora, rendia e tomava como refém o motorista de um Volkswagen, evadindo-se do local. Natanael conseguiria deixar o Brasil, exilando-se na Europa.

Desta forma, com prisões e mortes foi-se diluindo a atuação do Molipo, centrada e limitada ao Estado de São Paulo. Em fins de 1972 a organização praticamente já não existia. Em outubro de 1974, com a organização totalmente desarticulada e inoperante, foram presos Venâncio Dias Costa Filho, do Setor Operário, e elementos por ele aliciados. O inquérito então instaurado foi a última manifestação conhecida do Molipo.

Estava extinta uma organização que, nascida das críticas ao militarismo e ao desprezo da ALN pelo trabalho de massa, não conseguiu efetivar sua proposta de aprofundar o relacionamento com as classes operária e camponesa. Perseguida por uma intensa atividade policial, a maioria de seus integrantes, pertencentes ao "III Exército da ALN", encontrou a morte no enfrentamento com os órgãos de segurança, motivada pela doutrinação e pela lavagem cerebral recebidas em Cuba, que lhe incutira a mística de "não cair vivo".

6. A desarticulação da FLNN

Às voltas com a preocupação de implantar o trabalho rural, a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN), com um grupo limitado de militantes, procurava contatos com outras organizações para a realização de ações de sobrevivência.

No dia 7 de janeiro, na Praça Coração de Jesus, em Fortaleza, houve um contato entre a FLNN e o PCBR. José Calixtrato, que chegara de carro com mais três elementos, afastou-se conversan-

do com o militante do PCBR, João Alves Gondim Neto, enquanto José Adeildo Ramos, do PCBR, permanecia no carro em contato com Aloízio Valério da Silva e José Luiz da Costa.

Naquele momento, o agente federal João Lucena Leal, passando pelo local, reconheceu Calixtrato, e tomando a iniciativa, resolveu surpreender os subversivos. Pedindo auxílio a um guarda de trânsito, João Lucena aproximou-se do veículo e retirando as chaves da ignição, solicitou a documentação do carro e a identificação de seus ocupantes. Saltando do carro, o motorista, ao simular apanhar a identidade na sua "capanga", sacou um revólver e, atirando em João Lucena, provocou uma grande confusão. Os subversivos, armados, intimaram um motorista de táxi a parar e embarcaram no veículo que os conduziu até Parangaba, onde se homiziaram num "aparelho" da organização.

No interior do veículo abandonado, foram encontrados vários documentos que identificavam os seus ocupantes e proporcionavam dados para o prosseguimento das investigações. As operações tiveram seqüência no dia 11 de janeiro com a prisão, em Crato, de José Sales de Oliveira e mais três subversivos da "frente" (7).

A FLNN perdia, momentaneamente, a ligação com o trabalho rural na Região do Cariri, centrado na cidade do Crato e dirigido por José de Oliveira.

Apesar da perda de um de seus líderes e dos indícios de que os órgãos de segurança concentravam suas investigações na organização, a FLNN necessitava sobreviver e, no dia 16 de janeiro, assaltou, por volta das 23.30 horas, os escritórios da empresa de ônibus Montese. O dinheiro apurado foi rateado entre os assaltantes para custear despesas. No dia 20 de janeiro, voltou a assaltar, sendo vítima, desta vez, o corretor Amadeu Dantas Robalinho da Gama.

No dia seguinte, 21 de janeiro, prosseguiram as prisões que levariam a FLNN à desarticulação. Leonardo Mário Aguiar Barreto e João Mendes de Araújo, utilizando-se de um carro roubado,

---

(7) José Sales foi preso num hotel da cidade, quando planejava os seqüestros do gerente, subgerente e tesoureiro da agência do Banco do Brasil, para posterior assalto. Junto com José Sales foram presos o rádio-operador da VARIG, Patrício Medeiros, Geraldo Alves Formiga e José Arruda Lopes, elementos de ligação da FLNN com a área rural.

pararam num bar próximo à Casa de Detenção de Recife. Através do carro, a polícia assinalou e surpreendeu os dois terroristas. Leonardo entregou-se, enquanto João Mendes abria caminho à bala, evadindo-se do local, ferido com um tiro na coxa.

Durante os interrogatórios Leonardo "abriu" a articulação da FLNN em Campina Grande, na Paraíba. Dia 23 de janeiro, era "estourado um aparelho" naquela cidade da Serra da Borborema com as prisões de Maria Lenita Agra Cardoso, Maria do Carmo Agra Cardoso, Isanuse de Queiroz Castro e Firmino Azevedo (8).

Dia 24 de janeiro, com as indicações de Isanuse, a polícia "estourou o aparelho" de Olinda, quando, após cerca de quinze minutos de tiroteio, foi morto João Mendes de Araújo, sendo preso, ferido, José Calixtrato, juntamente com Marluce Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva. O corpo de João Mendes que havia desaparecido no mar, reapareceu no dia seguinte nas praias de Olinda.

As "quedas" prosseguiram, em Recife, com a prisão, no dia 26, de Aluízio Valério da Silva e no dia 28, de José Walter de Araújo. Nos dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro a operação prosseguiu no interior pernambucano com as prisões, respectivamente, de Francisco Peixoto de Carvalho e Ivanildo Sampaio Xavier.

Atingido o braço armado da FLNN, restava a base logística que se mantinha nas sombras. Com base nas informações prestadas por Gilberto Telmo Sidney Marques, preso em São Paulo, foi levantada a rede de apoio da ALN no Ceará, sendo efetuadas, na primeira quinzena de abril, inúmeras prisões naquele Estado (9) — inclusive de alguns militantes do PCBR. Essa ação estendeu-se a Brasília, no mês de março, onde foram presos mais três militantes da organização (10).

Com essas operações, completava-se a derrocada da FLNN. Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz

(8) As duas primeiras eram irmãs de José Calixtrato, sendo que Lenita guardava o dinheiro proveniente dos assaltos da organização. Firmino era o responsável pela guarda do armamento do bando, que era recolhido após cada grande ação. Isanuse, companheira de Calixtrato, indicou à polícia a localização do "aparelho" de seu amásio em Olinda.

(9) Foram presos no Ceará: Tarcísio Leitão Carvalho, Elísio Arimatéia Ribeiro, João Xavier de Lacerda, Francisco das Chagas Monteiro, Helena Moreira Serra Azul, Maria do Carmo Serra Azul, Edna dos Santos Veras, Antonio Aldenor Holanda, José Moreira de Andrade, Fernando José Bastos Macambira, Luiz Ricarte Veras e João Alves Gondim Neto.

(10) Foram presos em Brasília, após se deslocarem de Fortaleza: Jaime Andrade de Freitas Júnior, Ariolando Tavares Araruna e Cândida M. Magalhães.

ainda retornariam à área na esperança de reativar o trabalho rural, entretanto as dificuldades de retomar os contatos e a conjuntura desfavorável, representada pelas "quedas" ocorridas na direção nacional da ALN, obrigaram-nos a abandonar a região para que pudessem reforçar o trabalho no Centro-Sul.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Apesar das perdas de quadros experientes do GTA e de um membro da CR/SP, o clima da Aliança Libertadora Nacional (ALN) no início de 1972, era triunfalista. O número 4 de "O Guerrilheiro", órgão da direção nacional, de janeiro, publicou um balanço otimista da organização, catalogando setenta e cinco ações realizadas com sucesso na capital paulista.

Antônio Carlos Bicalho Lana substituiu José Milton Barbosa na CR/SP e os grupos de fogo do GTA tinham sido recompostos com o remanejamento de militantes (11).

Dentro desse ambiente de euforia foram realizados, no dia 10 de janeiro, os assaltos ao Colégio Fernão Dias na Rua Pedroso de Morais, no bairo de Pinheiros, e à Agência de Empregos na Rua Maestro Elias Lobo — este com distribuição do jornal "Venceremos". As ações renderam Cr$ 20.500,00 e Cr$ 90.000,00, respectivamente.

Dia 18 de janeiro foi preso o integrante do GTA, Gilberto Telmo Sidney Marques. Gilberto "abriu" seu aparelho, onde foi presa Eliane Potiguara Macedo, sua companheira e, tambem integrante do GTA.

Utilizando-se da técnica do "caminho de rato" (12), os órgãos de segurança, no dia 20 de janeiro, surpreenderam Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher, coordenadores de grupo de fogo do GTA, na Avenida República do Líbano, no interior de um Volkswagen. Ao serem abordados para identificação, os dois ter-

(11) No início de 1972 os grupos de fogo (GF) estavam constituídos da seguinte forma: GF coordenado por Alex de Paula Xavier Pereira, constituído por Marcos Nonato da Fonseca, Gilberto Telmo Sidney Marques, Eliane Potiguara Macedo; GF coordenado por Gelson Reicher, constituído por Ana Maria Nacinovic Correia, Helber José Gomes Goulart, Yara Xavier Pereira, Francisco Emanuel Penteado; GF coordenado por Antonio Carlos Bicalho Lana, constituído por Noema Correia São Tiago, Francisco Seiko Okama, José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.

(12) Vigilância motorizada nos itinerários dos "pontos" habitualmente utilizados pelos subversivos.

roristas reagiram e atiraram ferindo mortalmente o Cabo da PMSP Silas Bispo Feche. Silas faleceu no caminho do Hospital das Clínicas, deixando viúva, em estado de gestação, dona Ieda Alves Feche. Durante o tiroteio, foi ferido, ainda, gravemente o Sargento da PMSP Oswaldo Ribeiro Leão. Sem qualquer idéia de rendição, os terroristas continuaram atirando até tombarem mortos, crivados de balas.

No dia 22 de janeiro, Antônio Carlos Bicalho Lana recolheu, de carro, o casal José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão (13). Bicalho Lana e José Pereira da Silva iriam "cobrir um ponto", do que não participaria Lúcia, deixada na Rua Lins de Vasconcelos. Por volta das 14.30 horas, policiais do DEIC reconheceram num ponto de ônibus o marginal João Ferreira da Silva, o "Tião". Ao aproximarem-se do bandido, uma mulher loura que estava a seu lado, sacou um revólver da bolsa, disparou seguidas vezes contra os policiais e afastou-se do local correndo. Dois policiais caíram baleados, enquanto os demais saíam em perseguição à loura. Entrincheirando-se atrás de um balcão de bar, Lúcia, aperfeiçoada em Cuba, manteve prolongado tiroteio com a polícia ferindo um agente, antes de tombar sem vida.

Um transeunte, Adalberto Nadur, recolheu a bolsa de Lúcia, caída durante a tentativa de fuga, e entregou-a à polícia. A bolsa seria extraviada, provocando dificuldades e retardo na identificação da misteriosa loira que, com sua surpreendente reação, propiciaria a fuga de "Tião", alvo da investida policial.

Em quatro dias o GTA perdia cinco militantes. A surpresa imobilizaria momentaneamente a ALN em São Paulo, cuja coordenação buscava razões para as ocorrências. Admitia-se um "salto qualitativo" na atuação da repressão, aliado a um acentuado descuido com as normas de segurança, como causa das "quedas". A morte de Lúcia abalou profundamente seu marido, José Pereira da Silva, que entrou num processo de "crise ideológica".

Em 26 de janeiro, a crise de segurança teria desdobramento com a prisão de Hélcio Pereira Fortes, membro da Coordenação Nacional (CN), na estação rodoviária de São Paulo. Hélcio conseguira romper um cerco policial na Guanabara e iria manter contato com o restante da CN na capital paulista. Hélcio "abriu" um

(13) José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, casados, fizeram parte do "III Exército da ALN" em Cuba e não aderiram ao Molipo, permanecendo na ALN.

"ponto" que teria na Avenida Bandeirantes, entre a Rua Prudente de Moraes e a Alameda Jurupês. Às 11 horas de sábado, dia 28 de janeiro, com o local cercado, apareceu um Volkswagen beje, que arrancou rapidamente na direção da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, após recolher Hélcio, que fora postado na calçada. Bloqueado o caminho, o motorista abandonou, em fuga, o carro, atirando contra os agentes. Hélcio, na tentativa de acompanhar a escapada do terrorista, ficou entre fogos cruzados, sendo mortalmente ferido.

No caminho para o Hospital da Clínicas, Hélcio, ainda, esclareceu que tinha "coberto" um "ponto de polícia" (14) e que seu companheiro — não declinou o nome —, contrariando as normas de segurança existentes, tentara resgatá-lo. Hélcio faleceu antes de dar entrada no Pronto Socorro.

A organização sofreria novo impacto na sua estrutura em 3 de fevereiro, com a "queda" do "aparelho de imprensa". Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo e Ladislau Crispim Oliveira foram presos na sala nº 62, do nº 2132 da Rua Domingos de Moraes, quando imprimiam mais um número do jornal "Venceremos". O último trabalho da gráfica tinha sido a edição do nº 4 do jornal "O guerrilheiro" (15).

Jorge Fidelino "abriu" um ponto que teria com Yuri Xavier Pereira, no dia seguinte. Ao aproximarem-se do local do encontro, os agentes reconheceram Yuri e Antonio Bicalho Lana no interior de um carro. Ao perceberem que estavam sendo observados, os terroristas reagiram a tiros, ferindo o Soldado PMSP Jordão Chamelet, na perna, e dois civis que se encontravam nas proximidades — um deles com gravidade —, todos recolhidos ao Hospital das Clínicas. Yuri e Bicalho Lana abandonaram o carro que ocupavam e assaltaram um Opala no qual empreenderam a fuga. Abandonando o Opala nas proximidades do aeroporto, a dupla assaltou um Volks, cujo proprietário notou que Yuri estava ferido.

Rearticulado com os remanescentes dos vários grupos de fogo, o GTA voltaria à carga no dia 6 de março, assaltando a firma F. Monteiro S/A., Comércio, Indústria e Importação, na Avenida Euzébio Cardoso, em Pinheiros. Após obrigarem o gerente, Val

(14) Local de encontro "confessado" pelo terrorista, onde a sua presença, observada de longe, significa que está preso.

(15) A CN conseguiria, ainda, em 1972, publicar a edição mimeografada do nº 5 de "O Guerrilheiro", referente aos meses de maio e junho.

ter César Galetti, a abrir o cofre e entregar a importância de Cr$ 40.000,00, entre cheques e dinheiro, os subversivos do "Comando Hélcio Fortes" fizeram discursos e picharam a loja durante cinco minutos. Ao sair, os terroristas desfecharam rajadas de metralhadoras nas paredes e no interior do estabelecimento, ferindo gravemente o gerente no baixo-ventre, e os funcionários Maurílio Ramalho, subgerente, e Rosalino Fernandes, despachante, com tiros de raspão, respectivamente, nas costas e na cabeça.

O GTA realizaria ainda algumas ações para garantir o sustento da combalida CR, com a participação de elementos das coordenações nacional e regional, e, num esforço de manutenção da guerra psicológica e da intimidação, executaria atentados contra residências de estrangeiros, identificados como "defensores dos interesses do imperialismo norte-americano e de seus aliados" (16).

No dia 29 de março, a violência atingia a residência de Michel H. Drainton, assessor da presidência da firma Isopor, na Rua Gen. Almério de Moura, no Morumbi. Liderados por Yuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correia, cinco homens e uma mulher picharam as paredes internas da casa, saquearam-na e quando iam incendiá-la, tiveram suas atenções voltadas para uma Kombi que se aproximava. A Kombi, confundida com a polícia, provocou a suspensão do plano incendiário do grupo. Seus desprevenidos ocupantes foram repelidos a tiros, saindo ferido, de raspão, na cabeça, Carlos Moreira de Souza (17).

No dia 14 de abril, José Pereira da Silva, finalizando um silencioso e introvertido processo de autocrítica, resolveu abandonar a organização. Não denunciando suas intenções — o que poderia provocar um "justiçamento" — José Pereira deixou um bilhete para sua companheira de "aparelho" Yara Xavier Pereira, irmã de Yuri, explicando que iria tentar um contato que poderia trazer benefícios financeiros para a organização. Desta forma, José Pereira deixou São Paulo deslocando-se para o Rio de Janei

---

(16) Ações financeiras realizadas pela ALN em São Paulo, em 1972: assalto à Fábrica de Alimentos Cacique, na Rua Carlos Welbi nº 757, Vila Leopoldina-Lapa, com o roubo de Cr$ 36.500,00, em 10 de abril; assalto à cooperativa da fábrica Rhodia Têxtiis, no ABC, com o roubo de Cr$ 13.500,00, em maio; assalto à farmácia Drogasil, na Rua Silva Bueno, em maio.

(17) No dia 29 de abril, foi atacada a residência de Mr. Craig Myers, diretor do grupo Johnson Y Higgins, corretora de seguros, com o incêndio dos dois carros que se encontravam na garagem e pichação das paredes.

ro, onde aguardou algum tempo, antes de se entregar às autoridades, no dia 8 de maio.

Enquanto a CR e a CN em São Paulo se debatiam, procurando solucionar seus problemas de segurança, a organização vivia um processo de fracionismo, representado pela Tendência Leninista (TL), encastelada em Santiago do Chile. Carlos Figueiredo de Sá havia se inclinado para a TL e conseguira, através de contatos com os Tupamaros no Uruguai, apoderar-se de vultosa importância em dólares, proveniente do resgate do cônsul brasileiro seqüestrado, Aloísio Dias Gomide. O dinheiro destinava-se a ALN, e como a TL considerava-se ALN, apesar de expulsa em março, Carlos de Sá entregou apenas nove mil dólares aos militantes no Chile fiéis à CN/ALN.

Carlos de Sá, que ficara com a maior parte dos dólares, andou sendo caçado pelos militantes da ALN e, por sugestão de Joaquim Pires Cerveira, viajou para a Europa, em setembro. Carlos de Sá fez contatos com a FBI e com os dólares pode incrementar as atividades dos militantes da ALN no exterior, que haviam aderido à TL.

No campo interno, Arnaldo Cardoso Rocha e Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membros da CN e coordenadores do trabalho rural no Nordeste, haviam discutido a situação crítica da região com Yuri e Luís José da Cunha e resolvido retornar à área, visando a reagrupar os frangalhos da FLNN. Arnaldo faria, ainda, uma tentativa de iniciar um trabalho na Bahia, sem sucesso.

A CN, em meados de 1972, reconheceu que a organização carecia de documentação que sintetizasse os ensinamentos e as experiências vividas após a morte de Marighela. Reconhecia ainda que esta carência havia provocado prejuízos à organização, por incompreensões de sua linha política e de sua forma de atuação, gerando correntes de pensamentos que se afastavam do ideário de Marighela. Assim sendo, em junho, foi difundido para discussão um documento sobre política de organização, que consolidava os preceitos do funcionamento orgânico e político da ALN. Ao longo de todo o texto, repetição de conceitos já conhecidos, houve uma preocupação constante e, até mesmo, insistente, em apontar as atividades das forças de segurança, seu adestramento e eficiência operativa como fatores impeditivos para o crescimento da or

ganização, e motivo para que todos os quadros atuassem no sentido de criar os instrumentos necessários à construção da organização, de conformidade com a conjuntura da época.

Fazendo jús à preocupação da ALN, os órgãos de segurança prosseguiam seu paciente trabalho, tendo localizado Yuri Xavier Pereira quando se deslocava num Volks pela cidade de São Paulo. Através do intrincado trânsito da Capital paulista, perdeu-se o contato, restando o conhecimento da placa de seu carro para a retomada da operação.

Dia 12 de junho, Yuri comandava o assalto à firma D.F. Vasconcelos, na Avenida Indianópolis, que rendeu Cr$ 130.000,00. O bando de assaltantes, auto-intitulado "Comando Gastone Lúcia Beltrão", compunha-se de Antônio Carlos Bicalho Lana, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic Correia e Francisco Seiko Okama.

Dia 14 de junho, foi localizado o Volks de Yuri, estacionado nas proximidades do restaurante Varela, no bairro da Mooca. Verificações realizadas no local, permitiram constatar a presença de Yuri, Ana Maria, Marcos Nonato e Bicalho Lana que almoçavam na mesma mesa. A freqüência ao estabelecimento no horário do almoço desaconselhou uma ação imediata. Montou-se uma "espera" nas proximidades do Volks.

À saída do restaurante, quando o quarteto se acercou do carro, ocorreu o previsto. À voz de prisão, todos sacaram as armas dando início a um tiroteio que se tornaria decisivo para a desarticulação da ALN. Bicalho Lana com uma rajada de metralhadora quebrou as duas pernas de um cabo da PMSP. Com um tiro na coluna, quedou ferido um sargento da PM, enquanto um investigador do DOPS também era atingido. Amparado pela potência de fogo de sua metralhadora, Bicalho Lana conseguiria afastar-se do local, seqüestrar um carro e fugir. Marcos Nonato foi o primeiro a tombar morto, enquanto Yuri, armado com uma Luger 9mm e Ana Maria com um revólver .38 permaneciam engajados, mesmo feridos. Yuri tombou apertando o gatilho de sua pistola para não mais se levantar. Ana Maria, instada a render-se, permanecia atirando. Finalmente, o desfecho previsível, Ana Maria, caiu morta ao lado de Yuri.

Ao balanço trágico da ocorrência — três terroristas mor-

tos e três policiais feridos —, acrescentou-se o ferimento a bala na menina Irene Dias, de oito anos de idade, moradora na Rua Cuiabá 172, e em Rodolfo Aschrman, residente na Avenida Paes de Barros 2520, apartamento 871. As duas vítimas inocentes encontravam-se na calçada oposta aos terroristas, sendo por eles atingidas na tentativa desesperada de romper o cerco policial.

No "aparelho" de Yuri foram recolhidos materiais de impressão, de falsificação de documentos, além de explosivos e outros apetrechos para fabricação de bombas. Dentre a documentação apreendida, destacava-se um detalhado levantamento de oficiais que serviam no QG do II Exército, alvos de futuros atentados. Publicações italianas, como "Bolletino Informativo della Resistenza Brasiliana" e "Fronte Brasiliano d'Informazione", atestavam a participação da ALN no esquema de difamação do Brasil no exterior.

No dia 18 de agosto, no Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, foram presos José Júlio de Araújo e sua companheira Walderes Nunes Fonseca. Levantando suspeitas do policiamento, o casal foi agarrado antes que José Júlio tivesse oportunidade de sacar sua arma.

José Júlio, durante os interrogatórios, admitiu ter um contato para as 17 horas daquele dia, na esquina da Rua Fradique Coutinho com Teodoro Sampaio. A "alternativa" seria no mesmo local às 17.30 horas (18).

O "ponto furou" (19), e quando dirigia-se para a "alternativa", José Júlio, num gesto de audácia e aproveitando-se da negligência de um policial, apoderou-se de uma arma e empreendeu desabalada carreira na direção da Rua Teodoro Sampaio. Na expectativa de seqüestrar um carro para a fuga, José Júlio travou tiroteio com os policiais, vindo a falecer no confronto. Perdia a ALN mais um importante e fanático quadro, oriundo das escolas terroristas cubanas.

A morte de Yuri, mitificado como o grande nome da CN, foi o marco inquestionável do início do fim da ALN. Junto com ele desapareciam importantes quadros do GTA, imobilizando este organismo, em São Paulo durante o restante do ano de 1972. Como con

---

(18) "Alternativa" ou "ponto de alternativa" é o encontro marcado entre militantes, para o caso de, por algum imprevisto, um deles faltar ao ponto marcado.

(19) Diz-se quando o encontro não se realiza.

seqüência da "batalha do restaurante Varela" retornaram a São Paulo, Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), por volta de setembro, seguido da ida do segundo para o exterior. A incipiente tentativa de implantação de trabalho no campo, ficando acéfala, perder-se-ia por falta de orientação. Luís José da Cunha deslocar-se-ia, também, para a capital paulista, visando à tentativa de reagrupar e reorganizar a CR/SP e a própria CN/ALN.

8. O declínio da ALN na Guanabara

No dia 3 de janeiro, um "Comando" denominado "José Milton Barbosa" — terrorista morto em São Paulo no dia 5 de dezembro —, assaltou o posto policial da favela Nova Holanda em Bonsucesso. Após roubarem o armamento e o fardamento da guarnição do posto, os terroristas afixaram na porta um cartaz estampando o rosto de José Milton. Na saída, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, quase sempre ator de desnecessárias cenas de violência, feriu gravemente com um tiro no peito, o Cabo da PMEG, Manuel Alves Sá Filho. Além do estímulo representado por sua ideologia de violência, Flávio Augusto agia, quase sempre, sob efeito da maconha, vício adquirido nos tempos da adolescência, em Belém (20).

No dia 17 de janeiro, o GTA agiria visando ao sustento da estrutura clandestina da CR/GB. O alvo da "ação financeira" foi a agência Miguel Lemos do Banco Bradesco, em Copacabana. A equipe de assaltantes era a mesma da operação anterior, acrescida de Luiz José da Cunha, membro da CN atuando na área da Guanabara.

A partir dessa ação, a CR/GB retomou as ligações com as organizações adeptas da luta armada na cidade do Rio de Janeiro, reiniciando a atuação em "frente". Dentro desse esquema, a organização participou do roubo de um fuzil da sentinela do depósito de Intendência da Marinha, em São Cristóvão, no dia 21 de janeiro.

Com a prisão, na estação rodoviária de São Paulo, e posterior morte de Hélcio Pereira Fortes no dia 28 desse mês, desfalcava-se ao mesmo tempo a CN e a CR/GB. A CR/GB ficava restrita aos militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antonio Car

(20) O "Comando José Milton Barbosa" era composto por: Hélcio Pereira Fortes, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Isis Dias de Oliveira, Aurora Maria do Nascimento Furtado e Sônia Hipólito.

los Nogueira Cabral.

Dia 31 de janeiro, aliados à VAR-P e ao PCBR, militantes do GTA participaram de um assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, no bairro de Olaria.

No dia 19 de fevereiro, a direção da ALN na Guanabara envolveu-se em mais uma cena de violência. Realizando ronda rotineira na Estrada Vicente de Carvalho, a polícia reconheceu Flávio Sales e Antonio Carlos Nogueira Cabral em companhia de mais um elemento, no interior de um Volkswagen. Ao manobrar a viatura para a perseguição, os policiais foram pressentidos e tornaram-se alvos de rajadas de metralhadora. Parcialmente impedida de responder ao tiroteio, por causa dos transeuntes, a polícia não evitou a fuga dos terroristas. Da agressão subversiva resultou ferimento à bala nos transeuntes Marinho Floriano Sanchez, Romeu Silva e Altamiro Pinzo. A senhora Íris Amaral, também ferida, faleceu no caminho do hospital.

Dia 5 de fevereiro, chegava ao porto do Rio de Janeiro uma força-tarefa da Real Marinha Inglesa. Liberado da faina do navio, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, acompanhado de um amigo, tomou um táxi para conhecer Copacabana. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um veículo emparelhou com o táxi e David foi atingido por uma rajada de metralhadora disparada por Flávio Augusto Neves Leão Sales. Em seguida, a militante da VAR-P, Lígia Maria Salgado da Nóbrega lançou pela janela do veículo ocupado pelos subversivos, panfletos que falavam em vingança contra os ingleses por terem massacrado os irlandeses do norte. O "Comando da Frente" (21), distribuído em dois carros, acabou com o sonho de David em conhecer Copacabana, "justificando plenamente" seu ato pela solidariedade à luta do IRA contra os ingleses.

Prosseguindo, a "frente" revolucionária realizaria um assalto simultâneo às agências do Banco de Crédito Territorial e do Banco da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, no dia 25 de fevereiro. O total arrecadado, Cr$ 108.000,00, foi distribuído entre a ALN, a VAR-P e o PCBR cujos militantes participaram da ação.

(21) Participaram da ação pela ALN: Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Antonio Carlos Nogueira Cabral e Aurora Maria do Nascimento Furtado; pela VAR-P: Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Hélio da Silva e Carlos Alberto Salles; pelo PCBR: Getúlio de Oliveira Cabral.

No dia 16 de março, Flávio Sales cometeu uma falta gravíssima que valeu a sua destituição da CR/GB. Dirigia-se para uma reunião da "frente", quando foi interpelado pela PMEG numa "Operação Pára-Pedro" (22), na Rua Carvalho de Souza. Ao volante de um Opala, Flávio declarou ser oficial da Marinha e não estar portando documentos por se encontrar em missão reservada. Sugeriu ao tenente da PM que comandava a batida policial, que se deslocasse para a Avenida Meriti, onde seu chefe poderia confirmar suas declarações. O tenente aceitou a proposta e, acompanhado de onze policiais, dirigiu-se para a Avenida Meriti, onde numa mesa de um bar, ao lado de uma padaria, encontrou quatro elementos sentados. Flávio adiantando-se, declarou que os policiais desejavam ver seus documentos. Recuperando-se da surpresa, os quatro subversivos (23) ergueram-se e, sacando suas armas, iniciaram a debandada em meio a cerrado tiroteio. Seqüestraram uma Rural-Willys e evadiram-se, levando Flávio, ferido com um tiro de raspão no pescoço. Mais adiante trocariam a Rural, por um Volkswagen. "Flávio" foi levado para um aparelho da VAR-P, no bairro de Quintino, onde permaneceu em tratamento.

Em comunicado às organizações da "frente", a CN/ALN desculpava-se pela "vacilação do companheiro Rogério" (24) e informava a sua decisão de afastá-lo de qualquer contato referente ao preparo e à realização de ações armadas em conjunto. À CR/GB, a CN/ALN informou o afastamento de "Rogério" dos contatos com outras organizações da "frente" e sua destituição da Coordenação Regional. A CR/GB ficava limitada a Antonio Carlos Nogueira Cabral.

A atividade da "frente" foi paralisada, a partir de 29 de março, com a prisão de dois militantes da VAR-P, em operação de controle de trânsito. Os terroristas, dentre outros "aparelhos", "abriram" o endereço de Quintino onde Flávio estava homiziado, em tratamento. Na reação armada, morreram três militantes da VAR-P, conseguindo escapar um elemento do Comando Nacional e mais Flávio.

A desmobilização da CR/GB passaria, em 9 de abril, pela neu

---

(22) Operação de fiscalização no trânsito visando à apreensão de viaturas roubadas ou em situação irregular. Em São Paulo, utilizava-se o nome "Operação Arrastão".

(23) Encontravam-se na mesa do bar: James Allen Luz, Carlos Alberto Salles e Hélio da Silva, da VAR-P e Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR.

(24) Rogério era um dos codinomes de Flávio Sales.

tralização do seu esquema médico. Foi presa a médica Antonieta Hampshire Campos da Paz e Maria de Cerqueira e Silva. Mais tarde, em 15 de maio, apresentar-se-ia às autoridades, o médico Dr. Iberê Brandão e Fonseca, que prestava, também, apoio aos terroristas da ALN.

Prosseguindo as operações com dados colhidos de informantes e da "derrubada" da VAR-P, o DOPS localizou um "aparelho" da ALN na Rua Zizí, no bairro Lins de Vasconcelos. Feita a diligência, foi constatada que a residência estava vazia e verificou-se que se tratava de local de impressão e falsificação de documentos. Foi montada uma "espera" na tarde de 10 de abril.

Na madrugada do dia 11, três elementos receberam voz de prisão quando tentavam entrar na casa. A ALN não proporcionava alternativas à polícia. A imediata reação à bala originou o entrevero, resultando na fuga de dois terroristas e na morte do terceiro. O morto, identificado como Antonio Carlos Nogueira Cabral, deixava acéfala a CR/GB. Sônia Hipólito, sua companheira de "aparelho", membro do GTA e encarregada do Setor de Documentação conseguiu escapar e deixaria o Estado, homiziando-se, mais tarde, no exterior.

As atividades da ALN no Rio de Janeiro limitaram-se às tarefas de reorganização, enquanto se avaliava as consequências das "quedas" da VAR-P e da própria CR. Como demonstração de alento, a CR/GB conseguiu editar o nº 5 do jornal "Ação", referente aos meses de março e abril (25).

Em junho, o impacto das "quedas" em São Paulo, entre elas a morte de Yuri Xavier Pereira, far-se-ia sentir na CR/GB. Luís José da Cunha deslocou-se para São Paulo na tentativa de estabilizar a organização, evitando a desarticulação que já se afigurava certa. Seu deslocamento reabilitou Flávio Sales, que reassumiu a CR/GB, apesar de ter "vacilado perante o inimigo".

No dia 14 de agosto, a necessidade de sobreviver retirou a CR da imobilidade. O GTA, reativado por Flávio, assaltou a agência do União de Bancos, situada na Rua Lino Teixeira nº 152, Jacaré, levando Cr$ 93.000,00. Estava garantida, por algum tempo, a manutenção da estrutura clandestina.

(25) A redatora-chefe da "Ação" era a terrorista Aurora Maria do Nascimento Furtado. Ainda em 1972, a CR/GB publicaria o "Ação" nº 6, de maio, junho e julho, o nº 7, de agosto e o nº 8 de setembro.

A tentativa de reorganizar e reativar as ações em São Paulo motivou a vinda de Hélbert José Gomes Goulart ao Rio de Janeiro. Na manhã de 9 de novembro, Hélbert fazia contato com Aurora Maria do Nascimento Furtado na ponte de Parada de Lucas, quando foram abordados por uma viatura do 2º Setor de Vigilância Norte. Instados a mostrar seus documentos de identidade, os terroristas esboçaram o atendimento à solicitação, ocasião em que Aurora, abrindo a bolsa, sacou um revólver e disparou à queima-roupa, ferindo mortalmente o detetive Mário Domingos Panzariello, com dois tiros no peito. Correndo entre os carros que transitavam pela Avenida Brasil, Aurora continuou atirando contra policiais e populares que a perseguiam. Só foi dominada após travar luta corporal com um policial, tendo ambos rolado uma ribanceira nas proximidades da ponte. Enquanto desenvolvia-se o tumulto, Hélbert fugia noutra direção, tendo largado no local uma maleta em cujo interior existia uma metralhadora.

Durante os interrogatórios, Aurora admitiu que se deslocaria na madrugada seguinte, junto com outros elementos do GTA, para reforçar uma ação que a organização pretendia realizar em São Paulo.

Na madrugada do dia 10, Aurora levou os agentes ao Meier, tendo, numa esquina da Rua Magalhães Couto, pedido para prosseguir a pé até o local de encontro para não levantar suspeita. A partir de determinado local, Aurora, talvez imitando o gesto de "Rogério" no dia 16 de março, saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Do carro partiram tiros na direção dos policiais, que responderam da mesma forma. O carro partiu em velocidade, enquanto Aurora agonizava no chão. Preocupados em prestar socorros a Aurora, os agentes não conseguiram alcançar os fugitivos. Aurora não resistiu aos ferimentos e faleceu no local.

Aurora Maria do Nascimento Furtado era uma militante experiente, formada em grande número de ações armadas no Rio de Janeiro e São Paulo. Sua perda foi significativa para a organização que se encontrava em dificuldades. Não tinha condições de recompletar suas perdas com militantes experientes e fanatizados, tipo Aurora.

9. Fracassa a tentativa de fusão entre o PCR e a TL/ALN

Os dois crimes ocorridos no ano anterior açularam os órgãos de segurança, no sentido de identificar e deter os militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). As investigações procedidas levaram, em 21 de março, à prisão do dirigente Rinaldo Claudino de Barros, em São Paulo. Seus depoimentos, repletos de nomes, permitiram que se aumentasse o cerco aos militantes do partido.

Em meados desse ano, do Chile, Ricardo Zarattini Filho fez uma proposta de fusão de sua nova organização, a Tendência Leninista da ALN com o PCR. Para isso, enviou ao Brasil seu representante, Dario Camberolo Canale, a fim de manter negociações com Manoel Lisboa de Moura, que contatou, também, com Selma Bandeira Mendes. Entretanto, Manoel Lisboa não esquecia as sérias divergências ocorridas com Zarattini, em 1968, que acarretaram a sua expulsão do PCR. Apesar de, ainda no segundo semestre de 1972, o PCR ter enviado ao Chile Juarez José Gomes, a fusão não se concretizou.

10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B

A luta interna prosseguia na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). As posições da minoria, apresentadas na reunião extraordinária do CC, de novembro de 1971, foram rebatidas pelo documento "Contribuição ao Estudo Científico da Sociedade Brasileira", divulgado pela maioria.

Ficavam perfeitamente definidas as duas linhas divergentes. A maioria fazendo opção pela "revolução nacional e democrática-popular" e pela incorporação ao PC do B. A minoria posicionando-se pela "revolução socialista" e pela construção de um partido "inteiramente novo".

Apesar da escolha do PC do B como o partido da classe operária no Brasil, a maioria da APML do B sofria restrições por parte desse partido no tocante a pontos-de-vista constantes do programa aprovado na III RADN. O Programa Básico afirmava a existência de uma nova época histórica, que corresponderia a uma nova e terceira etapa do marxismo, o maoísmo. Nos contatos com o PC do B e ao tomar conhecimento do documento "Atualidades das idéias de Lenin", a maioria modificou seu pensamento sobre a época histórica e sobre a nova fase do marxismo, retificando o Pro

grama Básico da APML do B.

A organização considerava a necessidade de realizar o Congresso para definir a incorporação ao PC do B.

Antes do Congresso veio a público a tentativa de implantação de guerrilhas pelo PC do B na região do Araguaia. Tal fato elevou o prestígio do partido junto à APML do B, fazendo crescer a posição da maioria.

Por volta de maio, João Batista Franco Drumond, membro do CR-6 (Bahia, Sergipe), enviou uma carta ao Birô Político informando o seu desligamento e de seus seguidores da APML do B e a incorporação do grupo ao PC do B. Jair Ferreira de Sá criticou violentamente a atitude de Franco Drumond, considerando-a uma forma da maioria precipitar a incorporação, antecipando-a ao Congresso. Ao mesmo tempo, ocorria a prisão de Manoel da Conceição Santos no Maranhão, que, por ser adepto da posição minoritária, não foi alvo de preocupações por parte da organização.

O rompimento, que já ocorrera de fato, foi formalizado, no final de setembro, com o afastamento dos representantes da minoria, Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright da DN da APML do B, seguindo-se da expulsão de ambos da organização.

Com a expulsão dos dirigentes da corrente "trotsquisante", o Congresso previsto perdera o seu significado. Estavam afastados todos os obstáculos que se antepunham à incorporação ao PC do B.

11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará

No início desse ano, o PC do B acelerara a preparação da luta armada no sudeste do Pará. Em fevereiro João Amazonas de Souza Pedroso e Elza de Lima Monnerat saíram da área a fim de participar de uma reunião do Comitê Central (CC), que aprovou o documento "50 Anos de Luta". Depois de traçar um histórico do partido desde 1922, o documento reafirmava as concepções da Guerra Popular, dizendo que "*o campo é problema-chave da revolução*". Dizia também o documento que "*o fragor das primeiras refregas ecoará pelo país inteiro convocando todos os patriotas e* <u>*democratas*</u> *para ocupar o posto que lhes compete na grande jornada pela* <u>*independência*</u>*, o progresso e a* <u>*liberdade*</u>". (grifos do autor)

Nesse mesmo mês, foi preso pelo DPF, em Fortaleza, o militante do PC do B, Pedro Albuquerque Neto. Durante os interroga-

tórios Pedro declarou ter-se evadido, em junho de 1971, de um campo de treinamento de guerrilha rural, localizado no interior do município de Conceição do Araguaia, em uma área denominada Cigana.

Em seus depoimentos, Pedro esclareceu ter sido recrutado para a área de guerrilha em Fortaleza, no segundo semestre de 1970, por um elemento conhecido pelo nome de "André", integrante, naquela época, do CR/PC do B/CE.

Em janeiro de 1971, recebeu a orientação de deslocar-se para o Rio de Janeiro juntamente com sua esposa, Tereza Cristina de Albuquerque, onde deveria cobrir um "ponto". No local do encontro manteve contato com Ozeas Duarte de Oliveira, seu colega de faculdade em Fortaleza, juntamente com uma pessoa de nome Lauro, o qual lhe entregou um pequeno embrulho que deveria ser levado para São Paulo. Na capital paulista cobriram vários "pontos" e, de olhos vendados, foram conduzidos a um "aparelho" onde o casal permaneceu cerca de uma semana. Ali ficaram sabendo que iriam cumprir uma tarefa de contacto com gente do campo. Ao término desse período receberam Cr$ 200,00 e as passagens de ônibus de São Paulo a Anápolis e a orientação de hospedarem-se no hotel em frente à rodoviária dessa cidade goiana. De Anápolis foram para Araguaína e de lá, numa camioneta de aluguel, sempre escoltados por "Paulo" e "Domingos", até Xambioá, atravessando no mesmo dia o rio Araguaia para o lado do Pará, hospedando-se no "aparelho" de "Dina" (26). No dia seguinte foram levados para a localidade de Caiano onde foram apresentados a "Gilberto", "Daniel", "Ari" e sua esposa. Ali "Gilberto" teria comentado "*daqui sairão vitoriosos ou deixarão seus ossos*". Foi nesse momento que Pedro Albuquerque e sua esposa, travaram conhecimento do que ali estavam para preparar a guerrilha. De Caiano foram levados por "Victor" para a localidade de Caximbeiro e dali para a localidade de Cigana, onde passaram a conviver com o acompanhante (27).

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área manifestaram interesse em dela se afas

(26) "Paulo", "Domingos" e "Dina" eram os codinomes, respectivamente, de Paulo Mendes Rodrigues, Rower Morais Cavalcante e Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.

(27) "Daniel", "Ari" e "Victor" eram os codinomes, respectivamente, de Daniel Ribeiro Callado, Arildo Valadão e José Toledo de Oliveira,

tar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte.

Não se adaptando às atividades na selva e fortalecidos por uma decisão do Partido que impunha à sua mulher a realização de um aborto, o casal passou a engendrar um plano de fuga, que ocorreu em junho de 1971, quando apropriou-se da quantia de Cr$ 30 mil pertencente à organização (28).

Os dados obtidos nos relatos de Pedro Albuquerque só foram repassados ao Exército em 17 de março, chegando ao conhecimento da 8ª Região Militar, o Grande Comando responsável pela área, em 21 desse mês. Tendo em vista os informes anteriores de estabelecimento de "áreas estratégicas" de outras organizações na mesma área, conhecida como Bico do Papagaio, que não passavam de proselitismo nos arredores das cidades, realizado por meia dúzia de militantes, e a inexistência de outros dados, a 8ª RM realizou na área, de 27 a 31 desse mês, uma limitada operação de informações, com uma equipe mista formada por 3 elementos do Exército, 2 da Marinha e 2 da Aeronáutica. Essa equipe, no entanto, levantou indícios que corroboravam as declarações de Pedro Albuquerque.

Diante dos novos dados colhidos, a 8ª RM realizou no período de 3 a 11 de abril, uma nova operação de informações, empregando ainda uma equipe mista de composição semelhante à primeira mas, já agora, com efetivo de 14 homens que, dado o tempo limitado de operação e as dificuldades da área, simplesmente confirmaram os indícios levantados inicialmente sem, no entanto, ter tido condições de definir a extensão e a profundidade dos

(28) Pedro Albuquerque Neto e sua mulher não foram — ao contrário do que se poderia supor — "justiçados". Pedro é hoje integrante do Movimento Pró-Mudança Frei Tito de Alencar Lima, em Fortaleza. Uma explicação para isso está no fato de que boa parte do partido acreditava que a "abertura" da área teria sido feita por uma militante conhecida pelo nome de "Regina", que se afastara da área por questões de saúde. Também, porque tendo o partido forçado o encaminhamento de militantes para a área, uma delas que não desejava seguir, apresentou-se ao DOPS/SP e passou a colaborar com as autoridades legais. É possível que outros casos semelhantes tenham ocorrido, embora não se tenha notícia de que tenham chegado ao ponto de apresentarem-se às autoridades.

trabalhos desenvolvidos na área, nem os efetivos que lá atuavam, apesar de ter tido todo o apoio da população local.

12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará (29)

Após as primeiras operações de informações com reduzidíssimo efetivo, se consideradas as dificuldades da área e o desconhecimento da sua própria extensão, apenas ficaram confirmados os indícios sobre o que Pedro Albuquerque declarara. A idéia era prosseguir nas operações de informações até que se tivesse dados concretos sobre os efetivos em presença, atividades que estavam sendo desenvolvidas, dimensão da área, etc. Essas operações contariam, agora, com o apoio do escalão superior, assim como do Comando Militar do Planalto (CMP), cuja área de responsabilidade ia até o norte de Goiás, região que poderia também estar sendo afetada pela ação subversiva.

A 8ª RM estava com a tropa incorporada há menos de 3 meses, encontrando-se na fase de instrução básica, portanto sem condições de emprego em operações de combate. No entanto, seu Comandante decidiu realizar uma operação desse tipo, embora de pequenas proporções. Iniciou por empregar um pelotão do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS) sobre Pontos de Apoio (PA) que haviam sido levantados durante as operações de informações anteriores. Manteve outros dois pelotões, um do 2º BIS e outro da 5ª Companhia de Guarda, cada um com o efetivo de 20 homens, em condições de apoiar aquela ação.

No dia 12 de abril, o pelotão do 2º BIS investiu sobre os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" tendo apreendido nesses locais roupas, calçados, remédios, literatura marxista, o Manual do Curso Militar, um quadro de trabalho e algumas armas em mau estado. Esses dados concretos permitiram chegar-se a algumas conclusões e ofereciam valiosos indícios para outras. Comprovavam a existência na área de atividades subversivas visando à implantação de uma área de guerrilha. Davam uma primeira idéia do material e do armamento que possuíam. O abandono desse material e a ausência dos subversivos podia indicar que dispunham de uma rede de informantes mas, também, que não estavam suficientemente preparados.

(29) Os dados sobre essas operações foram obtidos em grande parte através de entrevistas com elementos que participaram das operações e do "Relatório sobre a luta no Araguaia" de Ângelo Arroyo. Para melhor compreensão, consultar o croquis no final deste capítulo.

No dia 13 de abril, foi preso Francisco Amaro Lins, elemento de contato do subversivo Paulo Mendes Rodrigues, que confirmou as atividades de treinamento de guerrilha. Nesse mesmo dia, os elementos de informações que atuavam no sul, também chegaram a um PA, aprendendo material de orientação, medicamentos e alimentos.

No dia seguinte foi preso num ônibus, detido por uma barreira policial, Eduardo José Monteiro Teixeira, quando se deslocava de Tocantinópolis para Marabá — um dos itinerários utilizados desde São Paulo e Anápolis para entrada na área — com o objetivo de integrar-se ao grupo de treinamento na região. Nesse mesmo dia 14, foi preso na Transamazônica, nas proximidades de Marabá, Danilo Carneiro ("Nilo"), que em sentido inverso, buscava abandonar a área, uma vez que fora liberado pelo Birô Político do Movimento. João Amazonas e Elza Monnerat não mais tentaram entrar na área.

Em decorrência de novos dados colhidos com os elementos presos e, particularmente, com habitantes locais, foram levantados outros PA. Com o reforço dos pelotões que se encontravam inicialmente em reserva, em Belém, realizaram-se incursões a esses PA, sendo apreendidos farto material subversivo e estoques de material e suprimentos.

O PC do B determinara que fosse acelerado o recrutamento para o Araguaia, onde avultava o procedido pela União da Juventude Patriótica (UJP), que já havia enviado cerca de 20 militantes para o campo. Nesse trabalho, destacava-se José Roberto Brum de Luna que, ainda em abril, entregara a Carlos Nicolau Danielli, num "ponto" em São Paulo, Dagoberto Alves da Costa ("Gabriel") e Adriano Fonseca Filho ("Queixada", "Chico"). José Roberto, um dos líderes da UJP, era muito eficiente para encaminhar os jovens para a guerrilha. Ele mesmo, entretanto, alegando "incompatibilidade com a selva", recusou-se a ir.

No dia 15, foi presa num hotel de Marabá, Rioco Kayano, que ali havia sido deixada por Elza Monnerat, uma das responsáveis pela condução de militantes para a área, desde Anápolis.

No dia 18, foi preso "Geraldo", codinome do subversivo José Genuíno Neto. "Geraldo" revelou a estrutura do PC do B na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos, bem co-

mo a constituição do seu, que era o destacamento "B". Sem que se soubesse previamente essa localização, constatou-se que nos primeiros dez dias de atuação, haviam sido investidos e destruídos nove PA e atingidos os três destacamentos. Foram destruídos os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" no destacamento "A"; os de "Gameleira", "Castanhal do Zé Ferreira" e "Gameleirinha" no destacamento "B"; e "Pau Preto", "Sobra de Terra", "Caiano" e "Abóbora", no destacamento "C". Foram apreendidos farta literatura marxista, material bélico, munição, bússolas, medicamentos, componentes de equipamentos de rádio, oficina de manutenção e fabricação de armamento, uniformes, bombas de fabricação caseira, etc.

Devido a esse êxito inicial, progressivamente, os efetivos militares foram sendo ampliados, inclusive com o emprego de 26 elementos do Destacamento de Forças Especiais da Brigada Paraquedista. Computados os elementos responsáveis pelo transporte aéreo, elementos da Polícia Militar do Pará, elementos de informações das Forças Singulares, o efetivo total das forças de segurança na área ultrapassava 200 homens, no início de maio.

O aumento de efetivo permitiu que as principais cidades e lugarejos da área fossem sendo ocupados. Esse efetivo era muito reduzido para uma atuação eficaz numa área que ia se delineando como um triângulo que tinha como base a Transamazônica, desde Marabá até Araguatins, e como vértice Araguanã. Se considerados como limites Norte, Este e Sudoeste o Rio Araguaia e Oeste a linha do Rio Vermelho, a área alcança cerca de 900km², coberta por densa vegetação e praticamente desprovida de vias de transporte e de qualquer núcleo urbano de importância.

No final de abril, início de maio, ao mesmo tempo em que ampliavam seus efetivos no Sudeste do Pará, os órgãos de segurança prendiam dezenas de militantes no Comitê Regional Leste (CRL), na Guanabara, sendo desarticulados os comitês universitário, secundarista, da Leopoldina e da Light, bem como a própria UJP.

No Sudeste do Pará, a exceção de um primeiro choque ocorrido no dia 8 de maio, quando elementos de uma equipe que atuava na região de Grota Seca no vale da Gameleira, tendo ido banhar-se, sem tomar as necessárias medidas de segurança, foram surpreendidos pelos subversivos, os encontros e choques eram escassos. A tropa reduzida, não entrava na mata, mantendo-se nas cerca-

nias dos povoados, e ocupando fazendas e castanhais, movimentando-se pelos caminhos e estradas. Os subversivos haviam se recolhido a regiões de homizio e raramente apareceram antes do final de maio, início de junho.

A equipe surpreendida no Vale do Gameleira pertencia à 8ª RM que, como responsável pela área, julgara-se no dever de substituir os elementos de outros Comandos que atuavam na região. Comandada por um tenente, essa equipe era composta ainda por dois sargentos e um cabo. Substituíra na noite de 7 para 8 de maio, uma experiente equipe de Informações, que ali estava com a missão de aprisionar o grupo subversivo liderado por "Amauri" (Paulo Roberto Pereira Marques). No dia 8 de maio, restabelecendo-se da surpresa do ataque sofrido, a equipe reuniu-se para avaliar suas perdas, constatando-se, além de ferimentos no tenente e num dos sargentos, a perda de contato com o cabo. Julgando que o cabo Cruz Rosa houvesse apenas se desgarrado e em razão dos ferimentos dos dois militares, a equipe retirou-se para Santa Cruz e dali, pela impossibilidade de atendimento médico na localidade, para a base situada em Xambioá. Nessa cidade tomou-se conhecimento, por informação de um morador da área conhecido como "Pedro", que o Cabo Cruz Rosa teria sido morto e que "Osvaldão" (Osvaldo Orlando Costa) dissera aos habitantes da região, que permaneceria mantendo guarda ao corpo do Cabo até que ele apodrecesse e que o Exército não teria coragem para resgatá-lo. Foi formada uma patrulha com a missão de localizar e, de acordo com a informação antes referida, resgatar o corpo do Cabo, caso fosse confirmada sua morte. A patrulha efetivamente encontrou o Cabo Rosa morto e recolheu seu corpo. Os subversivos haviam levado sua metralhadora, mas não foram encontrados na área. No dia 29 desse mês, durante um choque com os guerrilheiros, foi ferido um sargento pára-quedista.

A partir da segunda quinzena de maio, com a quebra de sigilo da operação de informações pelo emprego de tropas pela 8ª RM, decidiu-se pelo emprego de outras frações, tendo a 3ª Brigada de Infantaria (3ª Bda Inf) enviado 3 PELOTARES para a região de Xambioá e 2 para a região de Araguatins. Com a chegada desses pelotões na área, as forças legais, praticamente, dobraram o efetivo existente no início de maio.

Em junho, começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região de Caiano. Dele, resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias ("Jorge"). No dia seguinte, em novo choque, na região de Caximbeiro, foi preso Dower Morais Cavalcante ("Domingos"), pertencente, como "Jorge", ao destacamento "C", ocasião em que um soldado foi ferido no pé, ficando aleijado.

No dia 8, foi presa, nas proximidades do PA de Pau Preto, a subversiva Luzia Reis Ribeiro, conhecida pelos codinomes de "Lúcia" e "Baianinha". No dia seguinte, apresentava-se às tropas do Exército, em Xambioá, Dagoberto Alves Costa ("Miguel"). Ambos pertenciam ao destacamento "C". No dia 16, esse destacamento sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva ("Maria") em choque com as forças legais. No dia 26, foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva ("Carlito"). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir. Em seguida, um grupo de subversivos assassinou "exemplarmente" João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército. Arroyo diz que *"A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona"*. Nesse mês ainda, por se encontrar grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida abandonou a área.

A partir de julho, com a diminuição dos encontros e prisões, os efetivos na área foram sendo progressivamente diminuídos. Nesse mês, no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho ("Aparício"). No dia 17, foi descoberto e destruído mais um PA na região de Abóbora. No dia 26, foi presa Regina da Silva Carvalho ("Lena"), que se entregou na região de Pau Preto I. "Lena" também havia pertencido ao destacamento "C", o mais afetado nesta primeira etapa.

Dada a extensão e as características da área e proporcionalmente a ela, os reduzidos efetivos empregados, foram obtidos dados preciosos, mas a área não fora limpa. A situação, apesar de mais de uma dezena de "baixas" nos quadros subversivos, permanecia inalterada. Apesar disso a operação foi praticamente sus

pensa, reduzindo-se os efetivos aos valores alcançados no final de abril, em uma simples ação de manutenção da presença na área, feita por tropas que se revezavam, situação que perdurou até a primeira quinzena de setembro.

13. Novas ações contra o foco guerrilheiro

Tendo se configurado que a área afetada pela ação de subversivos do PC do B abrangia zona de mais de um Grande Comando, o Estado-Maior do Exército atribuiu ao Comando Militar do Planalto (CMP) a responsabilidade pelas operações a serem desenvolvidas no Sudeste do Pará e Norte de Goiás.

O CMP que tinha previsto em suas Diretrizes de Instrução uma manobra como complemento da instrução do grupamento A/72, decidiu, em coordenação com o Comando Militar da Amazônia (CMA), realizá-la nessa região. Sugeriu então ao Estado-Maior do Exército, (EME) que fosse ampliada a participação nessa manobra, com a inclusão de unidades do então IV Exército e CMA, elementos da Brigada Para-quedista, de apoio aéreo e naval. Havendo a concordância do escalão superior, a manobra seria conduzida no âmbito da 3ª Bda Inf, a Grande Unidade operacional do CMP.

A manobra estava prevista para se desenvolver no período entre 18 de setembro e 6 de outubro. Decidida sua ampliação, dela participaram, além das tropas da 3ª Bda Inf, um batalhão do CMA e um do IV Exército; uma companhia pára-quedista; um grupamento de fuzileiros navais; elementos de apoio aéreo e elementos de informações das forças singulares, totalizando um efetivo em torno de 3.000 homens.

O deslocamento da Brigada e de suas peças de manobra teve início na primeira quinzena de setembro, tendo em vista a distância média a percorrer da ordem de 1.500km para seus batalhões localizados em Goiás e no Triângulo mineiro. O deslocamento dos batalhões do CMA e IV Exército, sediados respectivamente em Belém e Teresina, seria pouco inferior a 1.000km.

Embora se tratasse de uma manobra, ela seria realizada dentro de uma situação real e sob os efeitos de suas condicionantes. A área afetada, apesar de sua extensão, está totalmente contida nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e uma pequena parte do município de Marabá. A ação dos governos municipais não se fazia sentir. A localidade de Santa Cruz,

pital de Xambioá, que não o possuía. Entre outras coisas, com as máquinas do INCRA a Brigada orientou a construção de uma estrada ligando São Geraldo a Marabá e quase uma dezena de pequenas estradas vicinais, a melhoria de outras tantas estradas carroçáveis, assim como a construção de diversos pontilhões.

Concomitantemente com a ocupação da área e durante o restante do mês de setembro, foram desencadeadas operações psicológicas. Foram distribuídos folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos que, a partir de julho, haviam dado início a seu proselitismo político. Visando especificamente aos subversivos, foram espalhados panfletos com o objetivo de minar o moral do grupo, nos quais era incentivado o espírito de rendição. Para reforçar esse apelo, outros panfletos foram confeccionados, dos quais constavam fotografias dos subversivos presos, que denotavam o tratamento humano que estavam recebendo, acompanhadas de declarações de próprio punho e por eles assinadas. Esses últimos panfletos eram dirigidos especificamente a determinados subversivos cujas concepções ideológicas eram sabidamente frágeis. A carta assinada por "Geraldo" (José Genoíno Neto), por exemplo, era dirigida a "Glênio" (Glênio Fernandes de Sá) e afirmava que estava sendo bem tratado pelo Exército e exortava-o a entregar-se. Também faziam apelos semelhantes "Lena" e "Lúcia", presas durante as primeiras operações na área.

No dia 15 de setembro, ainda durante a ocupação da área, os terroristas emboscaram elementos de informações na região de João Goiano (destacamento "B"). Houve troca de tiros, sendo levantada a hipótese, não confirmada, de ferimentos em um ou dois subversivos. Durante e após a ocupação da área, os subversivos realizaram ações de fustigamento e emboscadas sobre as forças legais, sem vítimas. No dia 25, em João Cuca (destacamento "C"), os terroristas atingiram com tiros de espingarda calibre 20 um tenente do 6º BC. Nesse mesmo dia, na região de Pavão (destacamento "A"), uma sentinela recebeu tiros de revólver .38. Sem ser atingida, respondeu prontamente ao ataque.

No dia 26, na fazenda Pernambuco (destacamento A), e em uma base do 2º BIS, houve fustigamento das tropas legais. Um terrorista chegou a penetrar na base, apoderando-se de uma estação de rádio portátil e de um FAL. Em decorrência de disparos de uma sentinela, abandonou o material e fugiu.

No dia 27, os terroristas investiram contra uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, situada na localidade de Pavão. O Comandante do grupo de combate que estabelecera a base, 2º Sargento Mário Abrahim da Silva, ao tentar chegar ao local da incursão foi atingido por um disparo desferido por um terrorista. Contam seus companheiros que o Sargento Mário, mesmo ferido e após haver descarregado sua arma, deu suas ordens ao grupo: *"Deitem-se todos, aferrem-se ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança"*. Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: *"A boina verde é sua companheiro! Comande nossos homens para que a nossa Pátria permaneça sempre livre e democrata"* (30). Depois chamou o Soldado Frota e perguntou-lhe: *"Como estão os nossos soldados?"*. Após saber que todos iam bem, tornou a dizer-lhe: *"Mantenha a segurança. Diga a todos que eu não compreendo porque irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando aqui, o que querem esses brasileiros além da Transamazônica, além do que o Presidente vem fazendo por todos nós, trazendo para esta região o que existe de bom para o Sul. Deus os perdoem"*. A seguir lembrou sua família, esposa, filhos e mãe, e faleceu. A sua calma ante o perigo, o seu cuidado com os subordinados e as suas recomendações, constituiram-se na sua última instrução — uma lição de patriotismo. Sua atitude serena e lúcida diante da morte, embora não compreendesse a motivação da mão que o matava, é digna dos heróis. Nesse dia, o terrorista Miguel Pereira dos Santos ("Cazuza"), do destacamento "C", foi morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso.

No dia 28, um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Tratava-se de Helenira Resende de Souza Nazareth ("Fátima"), do destacamento "A".

No dia 29, um grupo de 4 ou 5 terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC. Os terroristas montaram uma emboscada numa ca-

(30) A boina verde compõe o uniforme do combatente de selva e é o seu símbolo.

poeira. Percebida a ação, em razão de ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contra-emboscada, na qual morreram três terroristas, Antonio Carlos Monteiro Teixeira ("Antônio"); José Toledo de Oliveira ("Victor") e José Francisco Chaves ("Zé Francisco"), além de possível ferimento em um ou dois terroristas.

Ainda nesse dia, em outra área, um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira ("Flávio") e Manoel José Nurchis ("Gil") do destacamento "B" e João Carlos Haas Sobrinho ("Juca"), da Comissão Militar, tendo, possivelmente, ferido outros terroristas que se embrenharam na mata.

Após esse dia não se tem dados sobre outras ações desenvolvidas pelos subversivos, que passaram a realizar deslocamentos através da selva, evitando utilizar trilhas e picadas, além de recolherem-se em áreas de refúgio, normalmente em grotas próximas a fontes de água, de difícil obtenção nessa época do ano. Coincidentemente , ou não, as atividades desenvolvidas pelos subversivos, ocorreram com maior incidência e intensidade durante o período de aclimatação das forças legais, a partir do qual passaram a evitar contato com a tropa, fugindo de qualquer tipo de confronto ou ação militar. No entanto, ainda houve outros combates de encontro.

A essa altura, as forças legais já haviam conquistado o apoio da população, preocupando visivelmente os subversivos, particularmente, a utilização pelo Exército de guias locais, que passaram a ser intimidados e ameaçados de represália pelos terroristas. Para a mudança de postura da população, constituída em grande parte de posseiros, homens de origem humilde, pacífica, que queriam apenas se estabelecer e trabalhar e ansiavam ocupar áreas devolutas e receber o título de posse da terra, muito contribuiu a prisão pela Polícia Federal, por interferência do Comando da Brigada, de vários grileiros, elementos normalmente a serviço de terceiros ou mais raramente de "motu" próprio, que expulsam os posseiros de suas terras, invariavelmente fazendo uso da violência. Nessa ocasião foram presos, entre outros: José No

leto, proprietário de extensos castanhais, Antonio e Eleutério Alcaz Martim, sócios da Indústria de Madeiras Pará-Impar e seus capangas.

A manobra foi encerrada no dia 2 de outubro, quatro dias antes do previsto. Trouxe ensinamentos preciosos de ordem operacional, logística e de informações, que contribuíram de forma altamente positiva para a corporificação da doutrina militar brasileira. Permitiu que fossem salientadas deficiências de alguns meios materiais, assim como ratificar a excepcional qualidade e rendimento do armamento utilizado. Mostrou falhas humanas, principalmente decorrentes da formação do pessoal com permanência temporária no Exército, evidenciando, por outro lado, a excelente capacidade de adaptação do soldado às rigorosas condições do combate na selva. No entanto, apesar de mais uma vez desarticular o destacamento "C" e permitir a apreensão de importantes documentos, deixou claro que não é possível realizar tal tipo de ação com prazo pré-fixado. Esse erro fundamental trouxe sérios prejuízos operacionais, financeiros e psicológicos, além dos possíveis reflexos que teve na própria evolução do processo político nacional e conseqüente desgaste para as Forças Armadas.

Após o término da manobra, permaneceram na área uma Companhia do 36º BI em Xambioá, com pelotões articulados em Caiano e Abóbora e um pelotão da 8ª RM no Norte. A partir de 15 de novembro, esses efetivos foram ainda reduzidos, mantendo-se apenas destacamentos nas localidades periféricas de Marabá, Xambioá e Araguatins, além de elementos de informações e barreiras na periferia da área, mantidas pela PM/PA. Isto permitiu que os subversivos voltassem a se movimentar com liberdade, realizassem a reaproximação com os moradores da área, adquirissem e estocassem alimentos e reestruturassem suas forças, em condições de, com a experiência adquirida, ampliar suas ações.

No entanto, o PC do B continuava a sofrer perdas. Em dezembro, dois membros do CC morreram em choques com a polícia. No dia 20, na Guanabara, Lincoln Cordeiro Oest e no dia 30, em São Paulo, Carlos Nicolau Danielli, ao tentar a fuga auxiliado por seus camaradas. No dia 22, Glênio Fernandes de Sá, do destacamento "B", apresentou-se à tropa estacionada em Xambioá. Glênio transmitiu importantes informações sobre o Movimento de Liberta

ção do Povo (MOLIPO) — organização estruturada na área e que seria o embrião do "Exército Popular" — (31), sobre a forma de recrutamento e os itinerários utilizados para a entrada na área, sobre as atividades desenvolvidas pelos militantes do PC do B na área, fornecendo até dados sobre as parcerias conjugais. Finalmente em 28 de dezembro, foi presa em Vila Clementina/SP, a militante Criméia Alice Schmidt de Almeida que, grávida, abandonara a área de campo em junho último.

14. VPR: as "travessuras" de Herbert e de Anselmo

Em 1972, a VPR já não existia no Brasil, desmobilizada que fora pelo Comando Nacional Provisório (CNP), em agosto do ano anterior. Seus únicos três remanescentes, Herbert Eustáquio de Carvalho, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, haviam sido passados por Zenaide Machado, antes de sua prisão em 31 de agosto de 1971, ao militante do MPR, Leonardo Valentini, e haviam ficado escondidos, até o final desse ano, em seu apartamento da Rua Noronha Torrezão, em Niterói.

Entretanto, as divergências políticas entre Herbert e o "casal" Adair e Tereza eram muito grandes. Enquanto estes eram contra a desmobilização, Herbert havia sido seu maior defensor e propugnava por um congresso a ser realizado no exterior. Adair e Tereza desligaram-se de Herbert e foram passados para a ALN. Herbert, por sua vez, enviara Leonardo a Santiago do Chile para contatar com Onofre Pinto, Maria do Carmo Brito e Ângelo Pezzuti da Silva e pedir dinheiro e documentos falsos para sair do País, que foram trazidos por uma moça chilena, em março de 1971 (32).

Mas, para Herbert, já não havia grandes interesses em sair. Nessa época, morava em Niterói, na residência do "casal" de militantes do MPR, Cláudio Alves Mesquita Filho e Maria Elisalva Oliveira. Depois de ter passado alguns anos reprimindo o seu homossexualismo, quando Maria Elisalva saía, Herbert dava vazão aos seus instintos divertindo-se com Cláudio. Embolsou os 1.000 dólares e foi ficando.

Em abril, Ubajara Silveira Roriz retornou do Chile, com a

(31) O MOLIPO possuía como documentos básicos um Programa de reivindicações mínimas, o Regulamento da Justiça Militar Revolucionária (JMR) e o Regulamento Militar, embora estes últimos não fizessem referência ao movimento.

(32) Além dos documentos falsos para a viagem, Onofre Pinto enviou 1.000 dólares para Herbert.

responsabilidade de recontatar com os três remanescentes da VPR. Só encontrou-se com Herbert e, juntos, em junho de 1972, incorporaram os quatro únicos militantes do MPR, Leonardo Valentini, Cláudio Alves, Maria Elisalva e João César Belisário de Souza, à VPR, sob a denominação de "Frente Gerson Theodoro de Oliveira". Com isso, idealizavam conseguir mais dólares do exterior, fornecendo a imagem de que estariam procurando reestruturar a VPR na Guanabara.

A nova "frente" planejou editar três publicações: um jornal quinzenal, denominado "Jornal Livre" (só saíram três números), uma revista "La Marca" (nunca saiu) e uma tribuna de debates, a "De União" (só saiu um número). A fuga de João César para o Chile, em outubro, desfalcou ainda mais a diminuta "frente". No entanto, já possuía um militante no local onde os dólares poderiam ser conseguidos.

Enquanto isso, José Anselmo dos Santos ("Jonatan"), o ex-Cabo Anselmo, seguindo as recomendações do Delegado Fleury, buscava contatos com os remanescentes da VPR no Brasil. Não encontrando ninguém, dirigiu-se para o Chile, em dezembro, quando soube por Onofre Pinto que a ALN e a VPR estavam desconfiando que ele havia passado para a "repressão". Só tranqüilizou-se quando Onofre disse que já havia esclarecido tudo e que, inclusive ele iria receber a incumbência de dirigir a instalação de um núcleo armado em Pernambuco, com militantes saídos de Cuba e do Chile. Anselmo retornou ao Brasil com esse encargo.

15. O desmantelamento do PORT

Reestruturado após as "quedas" de 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) ficara mais forte em São Paulo, onde estava localizado o denominado "aparelho técnico"que, sob a direção de Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e Ayberê de Sá, imprimia o jornal "Frente Operária" e outras publicações do Partido. Trabalhava para ampliar suas atividades no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e junto aos camponeses do Nordeste. Seu Birô Político estava constituído por Heriberto Back, Martinho Leal de Campos, Almério Melquíades de Araújo, Barnabé Medeiros Filho e Ayberê de Sá. Rui Osvaldo era o encarregado das ligações do Partido com o Secretariado Latino-Americano (SLA) sediado em Buenos Aires.

No início de abril, Heriberto reuniu-se com militantes do Distrito Federal, numa casa do Gama, cidade satélite de Brasília, quando relatou sua viagem à URSS, no ano anterior, e informou a decisão do Partido de deslocar Iran Jácome Rodrigues para São Paulo, onde assumiria um cargo no CC (33). Nessa reunião foi ainda estabelecida a direção regional do Partido. A exposição de Heriberto nessa ocasião foi gravada por Iraê Sassi e essa fita caiu em mãos da polícia, alguns dias depois.

Logo após a organização do PORT no Distrito Federal, reiniciar-se-íam as "quedas" de militantes do Partido, em São Paulo. Em 12 de abril, foram presos Iran Jácome e Barnabé Medeiros. A prisão, no dia seguinte, da esposa deste último, Isolda Gouveia Medeiros, precipitou uma série de detenções de militantes de base, que se estendeu aos elementos da direção, alcançando, em uma semana, quase duas dezenas de militantes da organização e todos os membros de seu Birô Político (34). Caía ainda Rui Oswaldo, que, ao resistir a tiros à voz de prisão, foi morto no dia 14 de abril.

As declarações dos elementos presos, particularmente as de Heriberto, Martinho, Epaminondas Jácome e Celso Agra, forneceram dados que possibilitaram a identificação e posterior detenção de diversos militantes em outros Estados. Essas prisões, que incluiam todos os militantes do Birô Político, desmantelaram o PORT que só reapareceria alguns anos depois, com novas lideranças.

16. Remanescentes trotskistas em busca de uma definição

Nesse início de ano vários militantes trotskistas estavam em busca de uma definição. No Brasil, remanescentes da FBT e militantes da Organização Comunista 1º de Maio (OC 1º de Maio) iniciaram contatos para uma possível fusão e posterior filiação ao

---

(33) Participaram dessa reunião além de Heriberto: Iran Jácome Rodrigues, João Batista Arruda, Iraê Sassi, Aloísio Bezerra de Oliveira e Jaime Gonçalves de Almeida.

(34) Foram presos nessa ocasião: Martinho Leal de Campos e sua esposa Maria do Socorro Cunha Campos, Almério Melquíades de Araújo e sua esposa Karin Bakke de Araújo, Ayberê Ferreira de Sá, Heriberto Back, Cláudio Antonio de Vasconcellos Cavalcanti, Antonio Cláudio Gomes de Souza e sua companheira Guaracira Gouvêa, irmã de Isolda, Epaminondas Jácome Rodrigues, irmão de Ivan, Celso Agne, Fábio di Giorgi e sua companheira Ana Lúcia Berça Hernandez, José Américo de Paula, Maria Sunie Watanosa e Décio Ferroni.

Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI) (35). Ao mesmo tempo, remanescentes da FBT que viviam em Paris, resolveram criar o denominado "Grupo de Outubro", que em abril editou o primeiro número de seu jornal, que recebeu o mesmo nome escolhido para o grupo. Esses elementos também entraram em contato com os remanescentes da FBT, no Brasil, prevendo uma futura fusão.

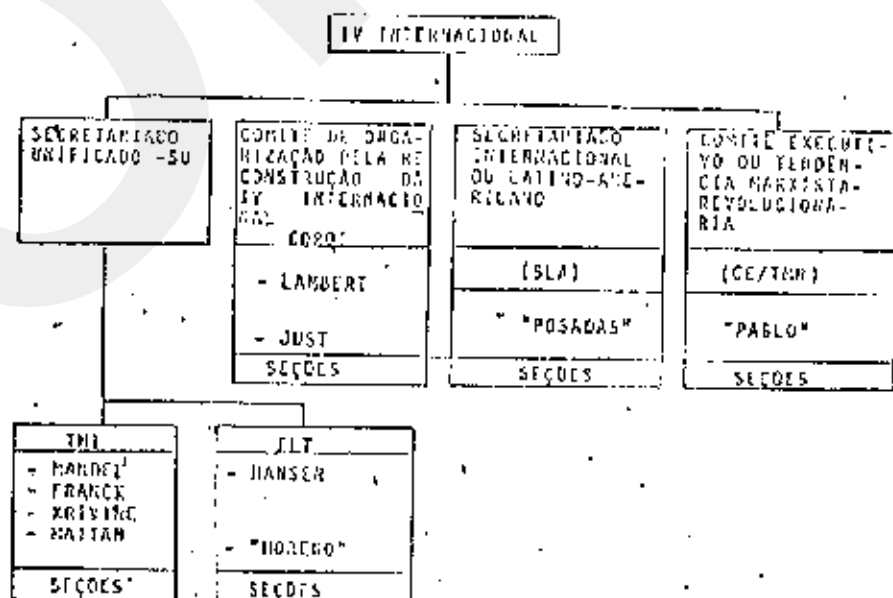
Em julho, em São Paulo, foi criada uma outra entidade trotskista, a Organização de Mobilização Operária (OMO), que visava à articulação dos "setores avançados da classe operária, e que passou a publicar o jornal "O Movimento Operário".

No final desse ano, foram retomadas as gestões para a fusão desses pequenos grupos trotskistas, agora acrescido da OMO. Essa fusão só se concretizaria em 1975, com a formação da Organização Marxista Brasileira (OMB), que no ano seguinte transformar-se-ia na Organização Socialista Internacionalista (OSI).

17. VAR-P: os prenúncios do fim

Interrompido o trabalho de massa realizado pelo GRUJOC, no final do ano anterior, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P) prosseguiu realizando ações de sobrevivência, atuando sempre em "frente" com as organizações da esquerda revo

---

(35) A IV Internacional, à essa época, estava fracionada em quatro correntes, de acordo com o organograma a seguir:

(*) Principais ideólogos.

lucionária na Guanabara (36).

No dia 10 de janeiro, o início das atividades criminosas da VAR-P, no ano de 1972, marcava a estréia de Irene Madeira de Carvalho, responsável pelo CR/GB, em ações armadas. O alvo da ação, realizada com panfletagem em "frente" com o PCBR, foi o posto do DETRAN, em Jacarepaguá, na Rua Comendador, nº 2, de onde foram subtraídos oitenta e seis pares de placas.

O orgulho do todo-poderoso James Alen Luz ver-se-ía arranhado com a fuga de seu irmão de criação Adão Vila Verde, o "Itamar", integrante do Setor de Operações. "Itamar", que vivia com o irmão e a militante Lígia Maria Salgado da Nóbrega num "aparelho", em Quintino, desapareceu levando Cr$ 20.000,00 — parte do produto do assalto simultâneo a dois bancos na Rua Bela — e um aparelho de rádio. Um ligeiro "desvio pequeno-burguês" que provocou a ira de James Alen e a promessa de "justiçamento" de "Itamar", assim que fosse encontrado.

No dia 5 de fevereiro, sob o eufemismo de "justiçamento", foi assassinado um marinheiro inglês de dezenove anos, David A. Cuthberg, por uma rajada de metralhadora, no interior de um táxi, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. David, liberado de seu navio, saíra para conhecer o Rio de Janeiro com um amigo quando foi surpreendido pelo comando assassino, composto por militantes da VAR-P, ALN e PCBR, que justificou a repulsiva ação como um protesto contra o "massacre dos ingleses aos irlandeses do norte". Carlos Alberto Sales, Hélio da Silva e Lígia Maria Salgado da Nóbrega — esta a lançadora dos panfletos no local —, foram os representantes da VAR-P nesta ação que bem retrata a di-

(36) Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1972: em 24 de janeiro, assalto ao curso Fisk, na Rua Itacurussá, na Tijuca, com o roubo de uma máquina de escrever e dois mimeógrafos, em "frente" com o PCBR e a VPR; em 31 de janeiro, assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, 1230, em Olaria, com o roubo de 600 carteiras de trabalho em branco e das armas dos policiais de serviço, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 21 de fevereiro, assalto simultâneo às agências dos bancos de Crédito Territorial e da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, com o roubo de 108 mil cruzeiros, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 24 de abril, assalto ao Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela, 348, com o roubo de 45 mil cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 9 de junho, assalto ao Banco Nacional Brasileiro, na Rua Guilherme Maxwell, esquina com Av. Brasil, com o roubo de 18.500 cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 1º de outubro, assalto ao Banco Itaú-América, na Rua Marques de Abrantes, 118-C, em Botafogo, com o roubo de 90.800 cruzeiros, em "frente" com o PCBR.

mensão moral dos terroristas, insensíveis em sacrificar um jovem inocente em troca de publicidade para uma causa perdida.

No dia 16 de março, James Alen Luz, Carlos Alberto Sales e Hélio da silva encontravam-se sentados à mesa de um bar na Avenida Meriti, em companhia de Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR, aguardando a chegada de Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, para combinarem mais uma ação em "frente". Flávio, surpreendido numa operação policial de controle de trânsito, e sob o pretexto de uma "estória de cobertura", levou a polícia ao local da reunião, numa tentativa de escapar. O encontro com os policiais, marcado por um intenso tiroteio, propiciou a fuga de Flávio, que, ferido, foi levado para o "aparelho" de James Alen, em Quintino, onde recebeu os primeiros socorros e passou algum tempo restabelecendo-se.

A eficiência de operações de controle de trânsito ficaria mais uma vez comprovada com a prisão de Hélio da Silva e Carlos Alberto Sales, quando se deslocavam num táxi, de propriedade da organização, no bairro do Méier, no dia 29 de março.

Carlos Alberto e Hélio "abriram" dois aparelhos da organização. No primeiro, já abandonado por Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo e Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram apreendidos o arquivo da VAR-P, máquinas de impressão, armamento e munição. O segundo "aparelho", abordado ainda na noite do dia 29 de março, e situado na Avenida Suburbana nº 8695, apresentou reação armada e no tiroteio morreram Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Leite Lobo Figueiredo. Tratava-se do "aparelho" de James Alen e Lígia Maria, que estava sendo "limpo" com o auxílio de Maria Regina e de Antônio Marcos, após constatadas as prisões de Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva.

As ocorrências do dia 29 de março assinalaram uma grande derrota para a VAR-P, com a desestruturação do Setor de Operações — desfalcado pelas prisões de Carlos Alberto e Hélio da Silva e pela morte de Lígia Maria — e a paralização da imprensa com a morte de seus responsáveis, Antônio Marcos e Maria Regina.

No dia seguinte, foi "estourado" um terceiro "aparelho", "aberto" pela dupla presa, na Rua Silva Vale nº 55, no subúrbio

de Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma oficina mecânica da organização, utilizada como "fachada" para guardar material e homiziar o dirigente nacional, José Carlos da Costa. Novamente, os órgãos de segurança encontraram resistência armada que resultou na morte de Hilton Ferreira e na prisão de Cid de Jesus Torres.

As informações de Hélio da Silva causaram, também, "queda" no MR-8, com a prisão do dirigente Nelson Rodrigues Filho, elemento de ligação com as organizações da "frente".

As "mortes de março" causaram indiretamente problemas para a combalida estrutura da organização. Em maio, intimidada, Maria Emília Silva, ativa militante do Setor de Imprensa na Guanabara, desligou-se da organização e abandonou o País, alegando problemas de saúde.

O agravamento da situação da organização impunha uma tentativa para a reversão do quadro. Como já parecia ser norma na VAR-P, em ocasiões de crise, foi convocado pelo CN um novo congresso, o terceiro. Em julho, realizava-se na Ilha do Mosqueiro, em frente a Belém, no Pará, o III Congresso da VAR-P.

O reduzido plenário espelhava a fase difícil vivida pela organização. Presentes: James Alen Luz, José Carlos da Costa, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, um casal de Belém e como convidado o dirigente do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral. As discussões giraram em torno das táticas, com o objetivo de, numa visão autocrítica, corrigir o desvio militarista. Decidiu-se dar ênfase ao trabalho de massas, procurando maior penetração no setor operário. Os delegados presentes elegeram um novo CN constituído por James Alen Luz, José Carlos da Costa e Irene Madeira de Carvalho.

Na tentativa de reestruturar a organização, os membros do CN atribuíram-se missões específicas. James Alen permaneceria na Guanabara tentando reestruturar a organização e fazendo contato com as organizações da "frente", procurando incentivar as ações político-armadas, ao invés das rotineiras ações de sobrevivência. Irene iria para o Rio Grande do Sul a fim de, em ligação com Antônio da Cunha Losada e Sônia Venâncio Cruz, restabelecer contatos com militantes da organização naquele estado, visando a posterior deslocamento para as áreas do Rio e São Paulo, consideradas prioritárias. José Carlos deslocar-se-ia para São Paulo, por

já ser conhecido da área, onde havia trabalhado como operário, com a intenção de retomar antigos contatos.

Abandonando Belém após o congresso, o CN reuniu-se em São Paulo e decidiu pela reestruturação do CR/RS, indicando Antônio da Cunha Losada e sua amante Sônia Venâncio Cruz para as tarefas de direção. A reestruturação do trabalho em São Paulo, considerada prioritária, ficou adiada para março, quando a organização acreditava ter resolvido o problema da falta de recursos.

Os trabalhos no Rio Grande do Sul, prejudicados pelo baixo nível político dos contatos de Losada, foram ainda mais dificultados quando Carlos Avelino Fonseca Brasil, desiludido com os rumos tomados pela organização, distribuiu uma carta em Porto Alegre, acusando Losada de "oportunista" e James Alen de "bandoleiro".

As dificuldades de arregimentação de novos militantes e a falta de recursos da VAR-P levaram James Alen ao Chile, em setembro. Em seus contatos, James foi procurado pelos integrantes das duas facções do MR-8 — que tinha "rachado" — para que fossem reconhecidas pela VAR-P. Demonstrando uma posição firme e ocultando a real situação de sua despedaçada organização, James Alen recusou o reconhecimento da VAR-P às duas correntes do MR-8, afirmando que só as reconheceria caso retornassem ao Brasil para prosseguir a luta revolucionária.

Apesar da empáfia demonstrada no Chile, James Alen retornou sozinho e com os bolsos vazios.

As difíceis condições de militância nos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, fizeram com que a VAR-P voltasse sua atenção para Porto Alegre, onde, julgando menos forte a estrutura dos órgãos de segurança, procuraria recursos financeiros e humanos para desenvolver o trabalho político nas áreas prioritárias, Rio de Janeiro e São Paulo.

Após um sucesso inicial, a organização seria vítima da subestimação dos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.

10. Surge uma nova RAN

No início desse ano o Grupo Independência ou Morte (GIM), embora de forma atabalhoada, crescia. Novos adeptos eram aliciados para os Grupos de Ação (GA) de impressão do jornal, de in-

formações e médico (37), embora houvessem também algumas deserções (38).

Sanadas as dificuldades de elaboração do jornal, permaneciam as de sua impressão. Estudos foram feitos para a instalação de uma gráfica, mas o grupo não dispunha de recursos para implementá-la. A impressão do jornal muitas vezes expunha seus militantes ao ser realizada em seus locais de trabalho (39).

As atividades dos aliciados para o grupo indicavam que esse trabalho era feito sem objetividade e possivelmente sem uma definição adequada dos propósitos da organização. Por exemplo, em março Sandra Lazzarini aliciou para a organização Nicolau Zarvos Neto e Maria Alice Viveiros de Castro ("Lilice"). Ao que se sabe, a atuação de Nicolau limitava-se a discussões sobre o jornal "Independência ou Morte" e a revista "Prisma". Ambos cumpriram também a tarefa de remeter, pelo correio, exemplares das publicações da organização a jornais argentinos e uruguaios. No final do ano, ambos estavam previstos para integrarem o GA de propaganda, recém criado.

Em abril, Hermes Machado foi finalmente encarregado de coordenar um GA cuja atribuição seria realizar ações armadas para auxiliar no sustento da organização, até então sobrevivendo da contribuição individual de seus militantes e simpatizantes. Esse GA foi inicialmente constituído por Hermes, João Carlos Reis Horta e José Sérgio Vaz. O major do Exército, cassado, Fernando Ryff Correia Lima ("Major") aguardava a constituição de outros GA para assumir o comando da Equipe de Ação (EA) e, posteriormente, do Setor Armado. Cedeu vários manuais de campanha do Exército para o GA de ações armadas, visando a dar-lhe uma base teórica para a sua atuação. O Major, inclusive, criticou o manual de explosivos da organização, confeccionado, em 1970, por Hermes, dizendo que seria mais simples comprar os manuais no bal-

---

(37) O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino foi aliciado pelo seu colega do Curso Psico-Prê, Júlio F. Rosas Filho, para o GA de impressão do jornal "Independência ou Morte". No Hospital Pedro Ernesto, Gerson Noronha Filho, sobrinho do Governador Chagas Freitas, sua namorada Evelyn Eiseirnstein e Sandra Lazzarini, além de outros estudantes e médicos residentes, passaram a engrossar as fileiras do GIM.

(38) O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino durou pouco no GIM por sentir-se agastado por estar desempenhando função julgada subalterna. Por razões idênticas também se afastou do GA de impressão Cesar José Campos.

(39) Muitas vezes o jornal "Independência ou Morte" foi rodado no SESI, onde trabalhava o militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

cão do Estabelecimento General Cordeiro de Farias, no saguão do Ministério do Exército, onde eram vendidos sem qualquer exigên-cia quanto a seu adquirente e destino, o que passou a ser feito pela organização. O GA de ações armadas apenas iniciava a sua preparação, realizando exercícios de tiro na localidade de Açaí, próximo a Muriqui/RJ, e Amadeu Rocha substituiu João Carlos por Jefferson Santos do Nascimento. Amadeu pretendia continuar uti-lizando João Carlos na atividade de aliciamento.

No afã de melhorar o nível ideológico dos militantes da organização, o Prof. Júlio Ferreira Rosas Filho iniciou, em maio, um curso de marxismo. As aulas eram ministradas na Rua Itacuru-çá, na residência de César José Campos, aos sábados e domingos (40). Confirmando a forma indefinida de aliciamento da organiza-ção, quando os presentes tomaram conhecimento que as aulas eram realizadas por uma organização subversiva, abandonaram o curso, permanecendo apenas os encontros do dono da casa e sua esposa com o professor. De forma semelhante a organização tentou esten-der seu proselitismo à área artística (41). Se Júlio Rosas não obtinha êxito com seu curso fá-lo-ía no aliciamento de professo-res. Assim foi que trouxe para o grupo um novo militante, o Prof. Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, que passaria a atuar na Revista "Prisma" e no aliciamento de novos membros na área edu-cacional (42).

Neste ano o GIM tentou também a aproximação com outras or-ganizações subversivas, visando ao seu reconhecimento e na tenta-tiva de aliciar novos militantes, particularmente para os seus GA de ações armadas. Foram feitos contatos com o PCBR, com a ALN e com a VPR sem que nada de positivo fosse conseguido.

No meio do ano foram feitas modificações no GA médico. Cláu-dio José de Campos Filho foi cooptado para formar o esboço de um comando regional e Adail Ivan de Lemos substituiu Jorge Manuel de Oliveira e Silva na coordenação do GA. Este, após seu casa-mento, estava abandonando a organização quando foi convocado pa

(40) Participavam do curso, além de César, sua esposa Flávia Sellero Cam-pos, José Seigro Correa Mendes ("Pedro") e sua esposa Ivone Maria Bar-ros Correa e um dentista amigo de César.

(41) O então casal de atores Paulo José e Dina Sfat foi contatado por Ana Araújo de Arruda Albuquerque, mas não aceitou tornar-se militante. O compositor Capinam, procurado por Cláudio Campos, chegou a ser apre-sentado a Amadeu Rocha, mas, alegando falta de tempo, escusou-se de militar no GIM.

(42) Francisco Alvarenga traria para o GIM o Prof. Manoel Maurício de Albu-querque.

ra servir na Marinha.

Em setembro, o grupo que assumia o nome do jornal "Independência ou Morte" resolveu transformar-se numa organização, adotando a denominação de Resistência Armada Nacional (RAN). O dia 7 de setembro foi escolhido como o mais apropriado para a divulgação do "Manifesto ao Povo Brasileiro", que anunciava a constituição da RAN por "revolucionários representantes de diversas regiões do País, reunidos na cidade de São Paulo". O manifesto era um engodo propagandístico, pois o antigo GIM, transformado em RAN, estava circunscrito ao Estado da Guanabara, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em setembro, Amadeu Rocha resolveu ir a Montevidéu conversar com Dagoberto Rodrigues para reafirmar a fundação da organização — já informada por carta — e convidá-lo para integrar o comando da RAN no exterior.

Dagoberto Rodrigues aceitou o convite e disse que ia convidar Neiva Moreira para colaborar com a organização. Os contatos no Uruguai foram ampliados e antigos participantes de Caparaó aderiram à RAN, dentre eles Araken Vaz Galvão e Walter Teschi. Nas conversações com Dagoberto, Amadeu ponderou que um comando nacional só teria sentido, caso a organização se estruturasse em outros dois Estados, além da Guanabara. Dagoberto concordou com a idéia e sugeriu para o comando nacional da RAN, quando constituído, o escritor Antônio Calado, que deveria ser procurado em seu nome. Amadeu sugeriu Avellino Gonçalves Kock Torres como o terceiro nome do comando nacional, que foi aceito por Dagoberto.

Na volta ao Rio de Janeiro, Amadeu Rocha contatou Antônio Calado que concordou em participar do comando nacional da RAN.

Dagoberto Rodrigues, mais tarde em carta escrita a Amadeu, informou que Neiva Moreira aceitaria a responsabilidade de participar do comando da RAN no exterior.

Em setembro de 1972, Júlio Rosas aliciou para a organização o Prof. Carlos Henrique de Escobar Fagundes acompanhado de sua mulher, à época, Maria da Glória Ribeiro da Silva, que passaram a participar da reestruturação da revista "Prisma". Carlos Escobar sugeriu também o nome de sua ex-mulher, a teatróloga Ruth Escobar, que, contatada em São Paulo, passou a receber o

jornal "Independência ou Morte" e ficou aguardando oportunidade de conversar com Amadeu Rocha.

Carlos Escobar aliciou, ainda, o casal César Augusto Chaves Fernandes e Maria da Conceição Chaves Fernandes, ele escritor e ela jornalista do jornal "Opinião". O casal também foi setorizado num GA da revista "Prisma". Carlos Escobar e Maria da Glória ficaram ligados à Filisbina Assunção Santos num dos GA da revista. No outro GA, coordenados por Ana Maria Ferreira Rosas, permaneceram César Augusto e Maria da Conceição.

A visão da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas teve desdobramento com o aliciamento do Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos. Jarbas comprometeu-se a fazer o levantamento dos oficiais nacionalistas que pudessem ser aliciados para a organização.

Amadeu Rocha, com a perspectiva de expansão da organização para São Paulo através de Ruth Escobar, contatou Avelino Gonçalves Kock Torres para informar-lhe da intenção de elevá-lo ao comando nacional da organização e da necessidade de estruturar um GA em Juiz de Fora. Avelino, inicialmente, demonstrou preocupação com o que pudesse acontecer à sua família, no entanto, vencida sua relutância, ao retornar a Juiz de Fora, tentou estruturar o GA da RAN com José Paulo Neto, funcionário da prefeitura municipal daquela cidade, indicado por João Carlos Reis Horta. A tentativa, entretanto, não logrou êxito, esbarrando em desentendimentos ocorridos entre Avelino e José Paulo.

Em outubro, Júlio Rosas, insistente, iniciava um curso de marxismo para outro grupo de militantes da RAN (43).

Em dezembro, Sandra Lazzarini "ganhou" para a RAN José Flávio Ramalho Ortigão. No final de dezembro, Ramalho Ortigão foi apresentado a Amadeu Rocha que solicitou para a organização umas armas que estariam guardadas no sítio da família, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Solicitou ainda a utilização do sítio para realizar reuniões e guardar material da organização. Ramalho Ortigão argumentou que não poderia ceder as armas, porque elas estavam na residência da família no Jardim Botânico, mas cederia o

---

(43) O curso foi realizado no apartamento de Filisbina Assunção Santos e, além dela, participaram Niacyra Maria Wagner, Ana Lúcia Azeredo Carneiro e uma nora de Filisbina integrante do conjunto musical "Quarteto em Cy". As aulas ocorriam duas vezes por semana, às segundas e terças-feiras, e prolongaram-se até o Natal.

sítio. Com o assentimento de Ramalho Ortigão, foram guardados no sítio documentos da organização, remédios e material de impressão. Ramalho Ortigão, por possuir um carro, passou a servir de motorista para a "impoluta figura" do comandante da RAN, Amadeu de Almeida Rocha.

Ruth Escobar, que continuava mantendo contatos com seu ex marido Carlos Escobar, foi, finalmente, apresentada a Amadeu Rocha, em dezembro, no Rio de Janeiro. Ruth reafirmou seu propósito de participar da organização e, como estava de viagem marcada para Portugal no início de 1973, ficou de refazer contato com a organização quando retornasse da Europa. Na ocasião Ruth foi orientada para fazer contato com o Dr. Leonardo Barbosa de Medeiros, recentemente transferido para São Paulo, para estruturar um GA naquela capital. Além da possibilidade de trabalho com Leonardo, Ruth imaginava estruturar um GA na área teatral.

Finalmente, em dezembro, ocorreu a reestruturação da revista "Prisma" (44).

Com a perspectiva de estender-se aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a RAN pretendia estruturar um Comando Nacional, cujos membros já estavam escolhidos, e realizar o seu primeiro Congresso onde definiria sua linha política e sua estratégia.

19. MR-8: o fim do militarismo, o "racha" e o Pleno

A destruição do Comitê Regional (CR) da Bahia e do "trabalho de campo" fez com que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) voltasse seus olhos para São Paulo, para onde foi deslocado João Lopes Salgado a fim de iniciar a estruturação do futuro CR.

Foi criada uma Frente Interna (FI), a fim de executar trabalhos especiais, como documentação falsa, gráficas, inteligência e finanças legais, dirigida por Sérgio Rubens. Para substituir a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente Operária (FO), foi criada uma Frente de Massas (FM), voltada, particularmente, para a atuação junto ao operariado. A grande modificação, entretanto, foi a extinção dos GPM, substituídos por uma Frente de Trabalho Armado (FTA). Para o MR-8, que iniciava a sua autocrítica, as ações armadas deveriam ser poucas e realizadas sempre

(44) Júlio Ferreira Rosas Filho foi deslocado do GA do jornal "Independência ou Morte" para coordenar a equipe de ação (EA) da revista "Prisma". Com o ingresso do Prof. Manuel Maurício de Albuquerque e do médico psiquiátra Antonio Celso Pires Osório Pereira, ficaram estruturados três GA que formaram a Equipe de Ação da revista "Prisma".

em "frente" com outras organizações.

Na realidade, a estrutura brasileira do MR-8 estava esfacelada, contando com cerca de 15 militantes para realizar suas atividades. Em contrapartida crescia a Seção do Exterior que, do Chile, buscava outras linhas para a organização.

Em 30 de março, aconteceu a primeira importante "queda" do ano, no MR-8, com a prisão de Nélson Rodrigues Filho, quando "cobria um ponto" com Hélio da Silva, da VAR-Palmares.

Em abril e junho, Paulo Roberto Jabour participou dos dois únicos assaltos do MR-8 nesse ano, respectivamente, ao Banco de Crédito Territorial da Rua Bela, em São Cristóvão, e ao Banco Nacional Brasileiro, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Guilherme Maxwell, ambas em "frente" com o PCBR e com a VAR. Foi a última ação armada do MR-8. Seus militantes, acuados e amedrontados, buscavam, apenas, a sobrevivência.

Em junho, foram presos Eduardo Lessa e Ana Maria. Em 3 de julho, Paulo Roberto Jabour foi preso na Guanabara. No fim do mês, os jornais noticiavam os desaparecimentos de Sérgio Landulfo Furtado e Paulo Costa Ribeiro Bastos, dos quais não se teve mais notícias.

A Direção Geral (DG) decidiu fugir (45). João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Luiz Silva Ferreira deslocam-se para o Chile acompanhados por outros quadros. Os remanescentes do MR-8, no Brasil, dispersaram-se e a história da organização passou a ser escrita desde Santiago.

No Chile, o MR-8 ganhou alguns militantes de outras organizações, como Nélson Chaves dos Santos e José Ibrahim, vindos da VPR, e Neusa Maria Barbosa Sader, do POC. Amadeu Thiago de Mello, ex-militante do MNR, ministrava cursos aos quadros do MR-8. As divergências, entretanto, eram evidentes e centravam-se, a grosso modo, na divisão entre "militaristas" e "massistas", estes preocupados em dar uma nova dimensão à linha política do MR-8, voltada para o trabalho de massa. Segundo suas teses, o ano de 1972 marcava um período de transição, caracterizado por um impasse: ou a organização mudava a sua linha política ou desapareceria como conseqüência de sua prática militarista, basea

(45) Com a saída de Carlos Alberto Vieira Muniz, a Direção Geral do MR-8 havia passado a ser integrada por João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres, Sérgio Landulfo Furtado e João Luiz Silva Ferreira.

da em "métodos artesanais de trabalho", no "voluntarismo e espontaneísmo político" e na "fragilidade ideológica de seus militantes". Ainda para os "massistas", impunha-se um "recuo do esquerdismo", visando "o fortalecimento e a preparação da organização para maior eficácia de sua interferência na luta de classes".

Em novembro, em Santiago do Chile, na tentativa de dar solução ao "racha" iminente, o MR-8 convocou uma Assembléia Geral com o comparecimento de seus principais militantes (46). Na votação final, oficializou-se o "racha", com a saída do grupo "militarista" representado por Wladimir Palmeira e Maria Augusta C. Ribeiro, e integrado, dentre outros, por Daniel Aarão Reis, Samuel Aarão Reis, Athos Magno Costa e Silva, Amadeu Thiago de Melo, Sônia Regina Yessin Ramos e José Ibrahim (47). Cid de Queiroz Benjamin não aceitou as idéias de nenhum dos grupos, desligou-se das duas facções.

Durante três dias do início de dezembro, os "massistas" realizaram as reuniões preparatórias do Pleno, nas quais discutiram as conjunturas internacional e nacional, a estratégia e a tática, e fizeram um balanço do trabalho das esquerdas no Brasil com diversos militantes convidados de outras organizações (48).

Alguns dias depois, ainda em dezembro, o MR-8 realizou o seu Pleno, com o comparecimento de Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira e Nelson Chaves dos Santos, estes seis eleitos para a nova DG, além de Norma Sá Pereira Torres e Maria da Glória.

No artigo 1º dos "Estatutos Provisórios" aprovados no Pleno, o MR-8 definia o caráter e os objetivos da organização: "So

(46) Compareceram a AG: Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira, Nelson Chaves dos Santos, Norma Sá Pereira Torres, Maria da Glória Araújo Ferreira, Neusa Maria Barbosa Sader, Dirceu Greco Monteiro, Elizabeth Rabelo Correia Lima, Wladimir Gracindo Soares Palmeira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e Cid de Queiroz Benjamin.

(47) Esse grupo continuaria usando a sigla MR-8, diferenciando-se por usar o termo "Construção Partidária" (CP). No ano seguinte, apesar de ter chegado a algumas resoluções políticas, o grupo se dissolveria.

(48) Participaram da reunião de dezembro do MR-8: Ângela Maria Mendes de Almeida, do POC, Herbert José de Souza, da AP, Eder Simão Sader, da OCML-PO, Nilton Balílis dos Santos, da FB-PO, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, do Ponto de Partida nº 1 (PP1), Cláudio Leopoldo Salm, do grupo "Temas e Debates", e Ronaldo Fonseca Rocha, de um grupo sem nome.

mos uma organização política marxista-leninista cuja finalidade é contribuir para a criação do partido revolucionário do proletariado no Brasil, que assuma a vanguarda da luta da classe operária e da massa explorada, pela derrubada do poder burguês, pela supressão da propriedade privada dos meios de produção e pela construção da sociedade socialista como transição para a abolição da sociedade de classe e o ingresso numa sociedade comunista".

O MR-8 definiu-se pela denominada linha massista, vista como uma absoluta necessidade histórica, a fim de, paulatinamente, preparar a luta armada a ser desencadeada pela própria população. Apesar da autocrítica feita ao militarismo, o MR-8 afirmava, nas "Résoluções Políticas do Pleno", que para a "destruição do poder burguês e o aniquilamento das Forças Armadas reacionárias" seria imperiosa a luta armada: *"O proletariado e as demais classes revolucionárias terão de desenvolver uma guerra revolucionária contra as classes dominantes, assumindo a luta militar para a tomada do poder. Para tal, a revolução terá de formar o seu exército, assentado principalmente no proletariado urbano e no campesinato, num processo de longa duração".*

Retemperado pela autocrítica e rejuvenecido pela nova linha política, o MR-8 do Pleno, como passou a ser comumente chamado, voltaria, no ano seguinte, às suas atividades no Brasil.

20. O MPL reestrutura-se no Brasil

As atividades do Movimento Popular de Libertação (MPL) em 1971 haviam sido muito restritas. No primeiro trimestre, o MPL ampliara a sua abrangência com o aliciamento de João Francisco de Souza, ligado ao Grupo de "O Círculo" em Recife, realizado por Istvan Jancso e Maria Aída Bezerra (49). Em meados do ano, ocorreu em Recife a prisão do Padre Geraldo de Oliveira Lima, que era ligado ao Grupo "O Círculo". Istvan Jancso, sentindo-se ameaçado, viajou com a família para a França, em agosto. Istvan aproveitou como pretexto para a viagem a realização de um curso de História do Brasil no Centro Nacional de Recherce Scientifique, em Paris. Na França, Istvan aproveitou o restante do ano para,

(49) Em janeiro de 1971, o Dr. Sebastião Barros de Abreu, coordenador do grupo ligado a Miguel Arraes em Brasília, foi preso, encerrando a tentativa de implantação do trabalho nas áreas rurais de Goiás. Esse grupo já não tinha ligações com o núcleo dirigente do MPL no Brasil, recebendo orientação direta de Arraes.

em contato com os militantes do MPL no exterior, aprofundar as discussões sobre a linha política da organização. Mais tarde, juntaram-se ao grupo o Padre Alfredo Hervê e o Frei Tito de Alencar Lima. Frei Tito, aproveitando-se do fato de responder, em liberdade, ao processo de sua implicação com a ALN, fugira para Paris.

Em fevereiro de 1972, Miguel Arraes difundiu o comunicado "Aos companheiros e às organizações brasileiras", onde expôs os motivos do fracasso de sua participação no MPL. Arraes fez severas críticas a Sílvio Correia Lins, acusando-o de manipular os recursos da organização sem aceitar fiscalização. Atribuindo a responsabilidade do afastamento do MPL das organizações subversivas no Brasil a Sílvio e seus seguidores, o ex-governador de Pernambuco declarou-se definitivamente afastado do movimento.

Na França, o grupo de militantes do MPL ainda procurava a definição de uma linha política. As idéias pré-existentes ao rompimento com Miguel Arraes necessitavam ganhar um contorno nítido. Existia o pensamento de que a linha principal de ação seria a conscientização, isto é, o trabalho a desenvolver não seria do tipo recrutamento de quadros, nem do tipo "ação de massas", mas algo mais amplo visando à modificação na forma de pensar. A transformação dar-se-ia, a longo prazo, através de um movimento de educação base, e criaria condições para a modificação do regime e para a implantação do socialismo no Brasil. Apesar da definição de intenções, Roberto Las Casas, considerado o intelectual do grupo, não conseguia formalizar um documento consubstanciando a estratégia e as táticas do movimento. O exílio não permitia uma correta avaliação do clima político no Brasil.

Ainda no primeiro trimestre desse ano, o grupo de exilados foi engrossado com a chegada de José Domingos Cardoso. José Domingos assumiu um cargo na sede da Juventude Operária Católica (JOC), em Bruxelas. Na França, constituí-se em Setor Operário do MPL com a participação de Roberto Las Casas, Padre Hervé e José Domingos. O grupo atuava junto às grandes centrais sindicais socialistas buscando o apoio político e o reconhecimento, perdidos desde o rompimento com Miguel Arraes. Do esforço desses militantes, surgiu o apoio e o reconhecimento do MPL pela Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, uma central socialista.

No segundo semestre, Piragibe Castro Alves viajou para fa

zer contato com as lideranças do movimento que se encontrava em Paris. Foi proposto o retorno de Istvan Jancso, para iniciar o trabalho de reestruturação do movimento a partir da reativação do Setor de Estudos e Informações (SEI).

Em novembro, Istvan retornou da França e dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com antigos companheiros buscando subsídios para a atuação do SEI. No Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAPE) foram contatados Fernando Henrique Cardoso, José Artur Gianotti e outros elementos, na busca de inspiração.

Após os contatos em São Paulo, Istvan dirigiu-se ao Rio de Janeiro onde foi trabalhar na CEPLADE (50). O SEI pretendia definir uma linha teórica para o movimento e uma linha prática de atuação para os militantes. Istvan pretendia apoiar a estruturação do SEI em entidades educacionais que pudessem mascarar a atuação do setor e proporcionar subsídios para a elaboração de um programa. Dentro dessa idéia, foi fundado a NOVA — empresa de pesquisa, assessoramento e avaliação em educação — por Istvan Jancso, Maria Leatícia Ligneul Cotrin, Maria Aída Bezerra e mais dois elementos. Istvan imaginava utilizar outras entidades comprometidas com o MPL, nos diversos Estados, como a Associação Difusora de Técnicas e Pesquisas Pedagógicas (ADITEPP) no Paraná, a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE) em São Paulo e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em Salvador para montar esquema equivalente ao do NOVA (51). A idéia era situar militantes do MPL nos pontos de responsabilidade na área de pesquisa das citadas entidades, visando a transformá-las em instrumento de ação do movimento.

Em dezembro de 1972, Sônia Correia Lins e Maria do Pilar Costa Santos retornaram ao Brasil e foram reintegradas na organização, em São Paulo. Através de Afonso Delelis, foram apresentadas a Antonio Aparecido Flores de Oliveira, Elias Stein, Vitor Gianotti, Alcides Salles Filho e Waldemar Rossi, que atuavam no Setor Operário na capital Paulista.

(50) Em setembro de 1971, Maria Leatícia Ligneul Cotrin, do Setor de Educação do MPL, foi demitida do MEE, acusada de subversão. Para poder prosseguir seu trabalho, Maria Leatícia associou-se a outros colegas de esquerda e fundou o Centro de Planejamento e Desenvolvimento da Educação (CEPLADE).

(51) A FASE foi criada por iniciativa do Padre canadense Leising e seguia a mesma orientação do MEB, tendo como área de atuação os centros urbanos.

No final de 1972, notava-se uma diferença na atuação do MPL. Procurava-se não mais arregimentar adeptos na classe média e sim na classe menos favorecida. O movimento procurava firmar suas bases em três níveis diferentes, no meio operário usando o sindicalismo, na classe menos favorecida através da pastoral católica e no meio dos trabalhadores do campo.

O retorno dos exilados do MPL deu novo alento ao movimento. Procurava-se ultrapassar a fase de reuniões e discussões políticas e partir para as atividades essencialmente práticas.

21. Um mil novecentos e setenta e dois

O ano do sesquicentenário da independência foi auspicioso para o Brasil. No seu quinto ano consecutivo de desenvolvimento acelerado — única forma de garantir 1,5 milhão de novos empregos à força de trabalho que ingressava anualmente no mercado — o País teve um crescimento de 11,7% no seu PIB, uma inflação em torno de 15% e um deficit público igual a 0,14% do PIB, o menor das duas últimas décadas.

Apesar desse surto extraordinário de progresso, ainda estava longe de eliminar os desequilíbrios setoriais e regionais e de solucionar o complexo e controvertido problema da distribuição da riqueza. O censo de 1970, cujos resultados estavam sendo apurados, mostrava que nessa década toda a população havia melhorado seu nível de vida, mas as distorções ainda eram flagrantes. Os proveitos indiretos sobre a forma de educação, saúde, oferta de emprego e habitação não contam muito porque seus beneficiários calculam sua participação na economia apenas pelo lado dos salários, e estes, em lenta recuperação, não haviam ressarcido as grandes perdas verificadas no período de 1962/1969. O Governo, tendo sido o primeiro a ferir o problema, sabia que nessa área não se faz milagres, não se resolve o estágio de pobreza em que ainda vivia grande parte da população com slogans ou políticas populistas. Não cedia à demagogia. Seguia impondo ao País um desenvolvimento de forma ordenada, segundo um planejamento baseado em princípios racionais.

O desenvolvimento acelerado, porém, não é, por si só, instrumento de redistribuição social. Os benefícios indiretos são a única forma que tem o governo de antecipar as vantagens que o progresso oferece a longo prazo. E o governo tomava medidas nes

se sentido. Uma lei regulamentara nesse ano, a profissão de empregado doméstico, vinculando essa categoria profissional — até então não reconhecida —, ao sistema previdenciário brasileiro, a exemplo do que fora feito, no ano anterior, com relação aos trabalhadores rurais. Da mesma forma, isso ocorria com a permanente ampliação das oportunidades de educação, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o fornecimento de remédio gratuito a 70% dos segurados do INPS, com o aumento real de 3 a 4% do salário mínimo, etc. Embora não solucionassem o problema da distribuição da riqueza, essas medidas eram formas de levar os frutos do desenvolvimento a esses contingentes marginalizados e passos importantes para se alcançar a justiça no campo social.

Nesse ano o País viu o Congresso Interamericano de Direito Trabalhista e Previdência Social reconhecer as vantagens do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e recomendar seu estudo pelos países interessados em aperfeiçoar fórmulas de justiça social. Era a consagração internacional de um instrumento que revolucionara as relações de trabalho no País, mas que sofrera enorme carga das esquerdas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com 4 milhões de alunos e 200 mil professores, recebera idêntica consagração internacional. Era provável que nos próximos anos viesse a ser reconhecido, também, o esforço que se fazia para elevar a renda do assalariado através do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador, que buscava elevá-lo da condição de mão de obra não qualificada à mão de obra especializada.

Auspiciosa também era a constatação de que o terrorismo urbano estava decisivamente no seu ramo descendente. A FLNN e o MOLIPO estavam desestruturados. A VPR praticamente já não existia no País e o MR-8 seguia no mesmo caminho, do qual não estava longe a VAR-P. Embora surgisse nesse ano uma nova organização, a Resistência Armada Nacionalista (RAN), cujos líderes eram já conhecidos por seus fracassos anteriores, podia-se afirmar que a "guerrilha urbana" estava com seus dias contados. Sua derrota militar completa era uma questão de tempo. As organizações subversivas tinham consciência de que já não podiam continuar a luta armada. A fuga da direção geral do MR-8 para o Chile era um dos muitos indícios dessa verdade. Nesse ano o MR-8 ao fazer no ex-

terior sua autocrítica, dera início a um processo a que se submeteriam uma a uma as demais organizações subversivas, chegando todas elas a conclusões semelhantes. Não era possível continuar nessa prática militarista, baseada em métodos artesanais de trabalho, no voluntarismo e "espontaneismo" político e na fragilidade ideológica de seus militantes. Esse reconhecimento era o prelúdio do fim da terceira tentativa de tomada do poder. O fato de proclamarem a necessidade do recuo do esquerdismo, visando ao fortalecimento e à preparação das organizações para maior eficácia de sua interferência na luta de classes, eram, por outro lado, os primeiros passos de uma nova tentativa que viria com o tempo, por outros métodos, com outras táticas.

No entanto, as organizações subversivas que continuavam a atuar no País, possivelmente em desespero de causa, mostravam-se cada vez mais virulentas, praticando atos de violência que extrapolavam a possível necessidade de utilizá-la, como seria o caso do combate às forças de segurança ou pela sobrevivência. Assim, nesse ano, registramos assassinatos desnecessários e injustificáveis como o do contador do Banco Novo Mundo, Sílvio Nunes Alves, por militantes do PCBR, após o roubo do banco, sem reação, no momento do abandono do local; o assassinato do gerente da firma F. Monteiro S/A, Valter Cesar Galetti, por militantes da ALN/SP, após terem pichado a loja e feito discursos por cinco minutos, ferindo, ainda, o subgerente Maurilio Ramalho e o despachante Rosalino Fernandes; o "justiçamento" do marinheiro inglês David A. Cuthberg, por militantes de uma "frente" de organizações subversivas, como forma de expressão da solidariedade ao IRA (irlandês); o "justiçamento exemplar" do posseiro João Pereira, pelo PC do B, na região do Araguaia; o assassinato do 1º Sargento PMSP Thomás Paulino de Almeida, que teve seu carro roubado e foi morto no volante do mesmo, por militantes do Molipo, simplesmente por ser um policial, embora não envolvido na ação anti-subversiva. Mortos em condições semelhantes foram o investigador Mário Domingos Panzariello, por militantes da ALN/GB; o Soldado PMGO Luzimar Machado de Oliveira, por militantes do Molipo e o Cabo PMSP Silas Bispo Feche, por militantes da ALN/SP. Vale lembrar nesses episódios a atitude violenta de Gastone Lúcia, que feriu gravemente três policiais pela simples suspeita de que se dirigiam a ela. Dessa forma bruta de agir, sem ne-

PCBR

ALN

PCdoB

Molipo

ALN/GB

nhuma preocupação com a população, resultaram a morte de pessoas completamente alheias ao problema, como a do funcionário público aposentado, o sexagenário Napoleão Felipe Biscaldi, por militantes do Molipo; da senhora Íris do Amaral, por militantse da ALN/GB, além de inúmeros outros feridos, como os transeuntes Marino Floriano Sanchez, Romeu Silva, Altamiro Firezo, a menina de oito anos, Irene Dias, e o senhor Rodolfo Archmman. Nota-se que houve uma incidência do uso desregrado da violência por parte dos militantes do Molipo e da ALN, as duas organizações que tinham o maior número de militantes com curso em Cuba e que estavam em processo de desarticulação no País.

Numa área, porém, as organizações subversivas continuavam a crescer — a da "desinformatzya". À medida que se desfaziam as organizações no País, os trânsfugas ampliavam os instrumentos que serviam de veículo à propaganda contra o País no exterior. Agora eram a FB-PO e a APML do B que haviam incorporado seus quadros no trabalho de difundir as meias-verdades sobre o Brasil. No entanto, mesmo nesse aspecto, embora com repercussão apenas interna, ocorreram dois fatos importantes:

- Em novembro, o Jornal do Brasil, publicou uma carta de uma jovem gaúcha, Judite Fasolini Zanatta. Tendo concluído o primeiro ano de Letras, em 1964, Judite resolveu ingressar numa ordem religiosa. Deixou o curso e iniciou o noviciado de dois anos. Em fevereiro de 1967, era secretária do bispo auxiliar de Pelotas. Sentindo desejo de estudar, Judite pediu e obteve uma modesta bolsa de estudos da Adveniat, para o curso de Catequese no Instituto Lumem Vitae, filiado à Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Em agosto de 1970, chegavam à Bélgica Judite e mais vinte e três padres e freiras brasileiros. Era a única leiga — havia desistido do hábito de freira — embora continuasse interessada na catequese.

No segundo ano do curso, em 1971, para cumprir uma exigência acadêmica de apresentação de tese, Judite foi a seu orientador e informou que pretendia montar sua tese em torno da "teologia da libertação". O padre Jacques von Nieuvenhove, seu orientador, disse-lhe que teologia por teologia a tese ficaria num plano muito abstrato. Sugeriu-lhe, então, que partisse de uma "reali-

dade concreta". Que "pusesse em evidência a situação política, econômica, social e cultural do Brasil". Judite diz que ficou perplexa. Não tinha formação nem conhecimento para aquele tipo de trabalho.

O padre disse-lhe que era preciso pesquisar. Judite alegou que preferia "se restringir a assuntos estritamente religiosos, ligados à fé e à religião, em virtude de ter tido uma vida estudantil e religiosa completamente desligada daqueles aspectos". Precisando da tese para ser aprovada e ante a firmeza do padre orientador, foi pesquisar. Diz, no entanto que, ante a situação criada, ficou completamente transtornada.

Feita a tese, o padre a devolveu alegando, segundo relata Judite em sua carta, *"que deveria falar sobre a existência da tortura como mecanismo de repressão política"*. E entregou-lhe, como subsídios, livros e artigos de Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e outros, exemplares da revista "Croissance des Jeunes Nations", a que já nos referimos no capítulo anterior, publicação mantida por uma organização esquerdista internacional (52).

Após chegar ao Brasil, em 20 de setembro, escreve Judite referindo-se a sua tese *"vim a me certificar tratar-se de matéria inclusa numa campanha contra o Brasil no exterior"*. E prossegue: *"Premida pela necessidade de terminar com aproveitamento o curso e confiando que a orientação do padre Jacques fosse correta, fiz a tese nos moldes indicados por ele, sem aquilatar o crime que estava cometendo contra a minha Pátria. Servi de instrumento dessa campanha inconscientemente, vendo agora que fui aproveitada, na minha boa fé, pelo orientador da tese"*.

O episódio, mais do que colocar a nu os "fundamentos" da campanha contra o Brasil no exterior, mostrava que o clero dito "progressista", ao valer-se do instrumental marxista para análise da "realidade concreta", incorpora também a ética e a moral comunistas segundo as quais "os fins justificam os meios". Por eles pode-se mistificar, simular, aumentar, mentir. E é o que fazem quase sempre, valendo-se da repetição automática das ladainhas, onde fazem repetir suas pregações subversivas, sem a inquietação interior da atitude interrogativa.

---

(52) Os bispos citados eram dois dos oito bispos brasileiros signatários da "Mensagem dos 17 bispos do Terceiro Mundo", referido no item 19, do Cap. IV deste trabalho, quando foi feita a opção pelo socialismo.

A denúncia de Judite fez com que, uma semana depois, um militante do PCB, Adaulto Alves dos Santos ("Carlos" ou "Arlindo"), viesse ao mesmo Jornal do Brasil, denunciar, segundo suas palavras "com nomes, fatos e locais, toda a trama comunista em relação ao Brasil, bem como todas as maquinações do Movimento Comunista Internacional". Adaulto, conforme narrou ao repórter, 20 anos depois descobriu que o PCB "*é um antro de intrigas e vaidades, com gente de boa e má fé, teóricos e aproveitadores, sobretudo aproveitadores*". Jornalista profissional, trabalhou em jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas o jornalismo era apenas sua "frente legal", pois nos últimos 20 anos fora um profissional do Partido e há 12 anos atuava na área internacional, fazendo contatos com os Partidos Comunistas estrangeiros e com agentes da KGB.

Adaulto revelou, efetivamente, a organização das Seções de Relações Exteriores, de Agitação e Propaganda, de Educação, de Organizações e de Negócios do PCB. Revelou os aparelhos do Partido no exterior e o apoio dado pelos soviéticos na formação de quadros, através da Escola de Quadros Profissionais de Moscou e da Universidade Patrice Lumumba. Explicou o mecanismo de troca de informações e de recebimento de verbas (dólares) e material de propaganda. Denunciou o trabalho militar, denominação dada principalmente ao esforço de infiltração nas Forças Armadas, dirigido por Dinarco Reis e a tática do Partido em relação à Igreja Católica. Com relação a esse último aspecto declarou: "*o objetivo em relação a ela é utilizá-la em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas os chamados 'progressistas' (como vinha sendo feito anteriormente), aproveitando ao máximo os canais de penetração tradicionais, para com a fachada cristã, difundir, sorrateiramente, o comunismo. Por exemplo: não interessa aos soviéticos se D. Hélder Câmara é comunista ou não. O que importa é que ele serve aos propósitos do comunismo*".

Finalmente "Carlos" revelou os encarregados de dirigir os esforços do Partido na campanha que se move contra o País no exterior: "*Zuleika D'Alambert e seu marido, Armênio Guedes que estão no Chile, em Santiago, fazendo proselitismo junto aos jovens brasileiros que lá se encontram*".

Os aspectos antes ressaltados estavam a indicar que o Presidente Médici, a 15 meses do término de seu mandato, poderia alcançar os objetivos a que se propusera ao ser indicado candi-

dato à Presidência da República. No entanto, era preciso ter em mente que naquela ocasião ele se colocara como delegado e como depositário da confiança das Forças Armadas, das quais teria recebido missão irrecusável. Naquela época, a segurança interna era o problema sobre o qual se concentrava todo o sistema de governo. As ameaças correta ou incorretamente identificadas haviam produzido o Ató Institucional nº 14 e a reformulação do Decreto-Lei da Segurança Nacional. Por isso a descoberta, nesse ano, do foco guerrilheiro no sudeste do Pará, toldava essa expectativa.

No sudeste do Pará haviam sido realizadas duas operações, embora equivocadas. A primeira por ter, como já ocorrera no vale do Ribeira do Iguape, feito o lançamento precipitado de tropa em missão de combate, quando deveria ter sido montada, antecedendo-a, uma operação de informações. Embora não fosse esse o objetivo buscado, essa operação transformou-se num reconhecimento e, como tal, o seu êxito foi satisfatório. Além dos mortos e feridos de ambos os lados, foram feitas dez prisões de subversivos, das quais quatro resultantes de deserções, o que, por si só, já se constituía em dado importante. As informações prestadas pelo subversivo "Geraldo" (53) foram valiosas, dando uma noção importante sobre o armamento, o nível de instrução e de suprimento dos terroristas. Mas a tropa não adentrando a selva, não pôde confirmar essas informações, que continuaram genéricas e pouco confiáveis. O equívoco se completaria com a suspensão da operação sem que seus objetivos tivessem sido alcançados.

Deu-se, então, uma trégua aos subversivos e cometeu-se um segundo equívoco, maior que o da primeira operação, ao pensar-se que era possível reduzir o foco guerrilheiro, com recrutas e o que é fundamental, com prazo pré-fixado. Um prazo extremamente curto, inferior aos vinte dias inicialmente previstos, dos quais seis foram consumidos com a adaptação do homem ao meio e quatro foram suprimidos pela determinação de concluir as ações com essa antecedência. Foram, na realidade, dez dias de operações e os resultados, menos satisfatórios do que a operação anterior. Não foram feitas prisões, não se adentrou na selva, não se evoluiu quanto ao conhecimento dos elementos que ocupavam a área, embora, como manobra, tivesse oferecido excepcionais ensinamentos. Através de uma bem montada operação cívico-social,

(53) "Geraldo" era o codinome utilizado pelo terrorista José Genoino Neto.

permitiu não apenas ganhar a simpatia da população como constatar que os subversivos não tinham adeptos na área. A população local desconhecia suas intenções e estava completamente alheia a seu posicionamento político-ideológico.

Essas operações, embora reduzissem o efetivo dos subversivos — que não apresentavam condições de repô-lo, já que na cidade também sofreriam perdas —, não traziam tranqüilidade ao Governo. Não se pensava, na época, que a dificuldade de reduzir o foco guerrilheiro decorria muito mais desses equívocos do que da capacidade da força adversária. Assim, esse foco tornou-se a mais séria de todas as ameaças. Primeiro, porque se estabelecera no campo, objetivo que nenhuma das outras organizações subversivas alcançara. Ali, se se valesse da faculdade que têm os guerrilheiros de se deslocarem livremente — desobrigados que estão, inicialmente, de manter o terreno — nos longos espaços disponíveis, o seu combate tornar-se-ia bem mais difícil e dispendioso. Segundo, porque enfrentando condições objetivas e subjetivas desfavoráveis, tudo levava a crer que deveriam ter o apoio do exterior, o que ampliaria significativamente sua eficiência. Sem esse apoio, em tais condições, essa empreitada não passaria de uma grande aventura e não se tinha, até então, elementos para considerá-los meros aventureiros. Terceiro, porque havia o receio de que pudessem estabelecer uma zona liberada, onde procurassem caracterizar a formação de um verdadeiro Estado e, como tal, buscar o reconhecimento dessa condição jurídica, o apoio externo, enfim, a internacionalização do conflito.

Receios, equívocos, incapacidade de avaliar adequadamente a situação, geraram conseqüências sérias e outros equívocos que acabaram por se constituir, no mínimo, em fator inibidor da institucionalização do País, no momento talvez mais adequado. Levaram a uma férrea censura da imprensa, que, naquele momento, não era compreendida nem pelos seus profissionais e muito menos pela população, que passou a descrer que o objetivo último da Revolução — o seu compromisso democrático — não houvesse mudado, permitindo que outros segmentos da sociedade se colocassem contra ela. Finalmente, permitiu que, ante seu silêncio, os subversivos contassem sua versão, propositalmente deturpada, dos fatos, mas como versão única, fosse tida como verdadeira. Naturalmente, hoje, afastados dos fatos e tendo a certeza de que, na ver

dade, aquele foco guerrilheiro não passava de uma grande aventura, é bem mais fácil enxergar-se a situação por outro ângulo.

RESERVADO

ANEXO C

CROQUIS DA REGIÃO DO BICO DE PAPAGAIO

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1972 -

1º SGT PMSP THOMAZ PAULINO DE ALMEIDA - TEVE SEU CARRO ROUBADO POR MILITANTES DO MOLIPO, NO DIA 18 DE JANEIRO, NA RUA COLÔNIA DA GLÓRIA, CAMBUCI, SÃO PAULO. AO SER IDENTIFICADO COMO MILITAR, PELA FARDA, FOI FRIAMENTE ASSASSINADO A TIROS.

CB PMSP SILAS BISPO FECHE - ASSASSINADO, EM 20 DE JANEIRO, POR MILITANTES DA ALN, QUANDO IDENTIFICAVA OS OCUPANTES SUSPEITOS DE UM VOLKS, NA RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, IBIRAPUERA, SÃO PAULO.

CAPÍTULO XI

1973

1. A reinstitucionalização gradativa

O ano, no dizer dos comentaristas políticos, não se iniciara bem. O Presidente Médici em sua mensagem de passagem de ano nada abordara sobre decisões políticas importantes que deveriam ocorrer, não se pronunciando sobre o futuro, neste que era praticamente seu último ano de governo.

O País seguia porém com tranqüilidade e mudara sua face. Já não seria,depois de uma década da Revolução de 1964, um "paraíso tropical" ou um "gigante adormecido". Passava por um surto de progresso econômico que na história moderna só encontra paralelo na performance japonesa de tempos atrás. Através desse desenvolvimento continuado, chegara à situação de 9º país ocidental de maior renda bruta nacional, no exato momento em que se tornara a 7ª nação em número de habitantes.

Mas, como "nem só de pão vive o homem", era natural que houvessem contestações e críticas. A ampliação da autoridade estatal no meio econômico, como fundamento para o desenvolvimento, era um fato, assinalado pela imprensa, chegando alguns a taxarem o governo de estabelecer o "socialismo democrático" ou a "democracia estatizante". Apesar dessa constatação, em reunião do Clube de Repórteres Políticos, o professor de direito constitucional Afonso Arinos congratulava-se com os resultados da política econômico-financeira do governo. Começava a se tornar mais candente a crítica acerca da distribuição da renda. Reclamava-se da falta de liberdade política. Mas todas essas críticas que se ouviam e liam, não faziam parte dessa liberdade? Não era, evidentemente, ainda, o estágio de liberdade com que a Revolução comprometera-se desde suas origens e por isso essa "cobrança" era uma atitude compreensível. Ademais que, como temos destacado, a culpa pela não compreensão dessa lenta evolução era do próprio governo que limitou as informações à população, por razões que temos também exposto ao longo desse trabalho, de modo que cada um possa julgar a sua validade. A propósito, vale reproduzir o pensamento, nessa oportunidade, do deputado e também professor de direito constitucional, Célio Borja.

Dizia Célio Borja, em síntese, em declarações ao Jornal do Brasil, após recordar os compromissos democráticos da revolução: "*Concordo que em 68 e 69 haviam razões que justificavam a armadura do sistema para defesa das instituições diante da ofensiva terrorista. Àquela altura, o país se achava diante de uma ofensiva que não conhecia limites em nossa história. Era portanto evidente, a razão que justificava todo o aparelho institucional. Considero agora a necessidade de uma reinstitucionalização gradativa*". Embora a proposição em termos globais pareça correta — o grande déficit da Revolução ainda era o da institucionalização —, é importante salientar o momento em que o deputado governista situava como justificativa da "armadura do sistema". Na verdade, para quem vem como nós acompanhando o desdobramento da luta armada nesse período, seria correto afirmar que teriam sido os anos de 68 e 69 os mais críticos em termos de ameaça às instituições ou teriam sido os anos de 69 e 70, ou 70 e 71 ou mesmo 72 e 73? A análise do deputado, porém, era feita com base nas informações de que dispunha e que, possivelmente, eram bem mais amplas do que as do público em geral e elas conduziam a essa conclusão. De outro lado, isto explica porque os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa. Seus conhecimentos sobre essa ameaça eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da "armadura".

O importante é que, com as exceções necessárias até para confirmar a regra, havia concordância quanto à questão de fundo — a necessidade de uma institucionalização gradativa. O problema era a harmonização do momento adequado.

Mas o processo político não estava estagnado, embora andasse lentamente. Nesse ano foi suspensa a intervenção federal em 28 municípios, o Código do Processo Civil, com a contribuição do Congresso, onde foram acolhidas cerca de 500 emendas, devia refletir as tendências e opiniões da sociedade brasileira. O Presidente Médici anunciara que a questão sucessória seria aberta no 2º semestre, quando remeteria ao Congresso a lei complementar para regular a composição do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo chefe do governo. O Presidente adiantara, desde logo, que não haveria modificações nas regras do jogo. Não haveria reeleição e nem prorrogação de mandato. Referia-se, naturalmente, às sucessões anteriores dentro do processo revolucioná-

rio, nas quais emergências factuais impuseram modificações nas previsões legais. Inclusive manteve-se firme quanto às propostas que pretendiam modificar o prazo de desincompatibilização que se encerrava a 15 de julho.

No dia 19 de julho, o Presidente Médici indicou, para a ARENA, o Gen Ernesto Geisel como candidato à Presidência da República. O MDB lançou também seus candidatos e decidiu utilizá-los para conduzir uma peregrinação pelo país, com comícios e atos públicos em defesa de seu programa e por "aberturas políticas". Embora o Jornal do Brasil reprovasse essa atitude do MDB, que para seu editorialista havia optado "pelo modelo de atuação das ligas de propaganda em vez de funcionar como Partido político", essa atividade não foi obstada. Não foram oferecidas todavia, as facilidades de acesso aos meios de comunicação que se pleiteava, por se julgar não cabíveis em se tratando de uma eleição indireta.

Se no Brasil não havia uma percepção clara dessa evolução, no exterior, os "asilados" políticos pareciam vê-la melhor e tomavam decisões comuns, buscando uma unidade de ação. Uma possível abertura política era vislumbrada e movimentava os "exilados", principalmente em Paris, onde se concentravam. A presença de João Goulart na capital francesa alvoroçava-os. Era desejo deles que Goulart voltasse ao Brasil, como um teste ou uma provocação, não se sabe, já que dois ex-presidentes, igualmente cassados, viviam normalmente no País.

Ex-terroristas e subversivos rearticulavam-se no exterior, na expectativa de que pudessem surgir oportunidades de retorno e de nova atuação política no País que proclamavam "*agora deverá ser pacífica*".

A queda do presidente Allende no Chile, onde existiam cerca de 1.300 brasileiros em situação irregular, provocou uma revoada que teve a bela capital francesa eleita como área de pouso da maioria. A esquerda européia, incentivada por esse aumento de "mão de obra" disponível, foi buscar no episódio do Chile a inspiração para sustentar a propaganda contra o Brasil no exterior, o qual foi alvo em Bruxelas — onde o País realizava uma feira internacional, a Brasil Export 73 — de uma manifestação de hostilidade planejada com larga antecedência e custeada por milhares de dólares e marcos. Buscando uma repercussão espetacular, além do costumeiro e batido tema da tortura, passou a ten-

tar transmitir a imagem do país como "neo-imperialista, que não se recusaria a servir de trampolim à influência de forças hostis à 'libertação' do continente". Os temas da mensagem dão bem idéia de suas origens e orientação e indicação segura da fonte dos dólares e marcos.

No Brasil, uma bomba-relógio colocada na Agência de Turismo LAN-CHILE e que provocou ferimentos em 6 policiais e 6 transeuntes, foi a manifestação do estertor do terrorismo nesse período de que nos ocupamos.

O Gen Geisel, como candidato que tinha a maioria do colégio eleitoral que o iria eleger, entrevistava-se com todos os Ministros para conhecimento detalhado dos problemas e projetos em andamento em cada setor. O Governo por sua vez não diminuiu o ritmo de sua administração e nem restringiu seus projetos àqueles de curto prazo. O Brasil continuava a projetar seu desenvolvimento para o futuro.

O Gen Geisel,em seu primeiro pronunciamento como candidato,alertara que "as modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva e correspondam incontestavelmente à nossa realidade e à vontade política da Nação, interessada, sobretudo, que não se quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo".

Enfatizou "não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe compre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros". Finalizando seu discurso, disse da necessidade de "compatibilização do compromisso de continuidade revolucionária com as aspirações políticas e por um diálogo que conduza à normalidade institucional".

Reafirmava-se o propósito da Revolução de 1964 — caminhava-se para a institucionalização gradativa como desejo nacional e por decisão dos dirigentes revolucionários.

2. O ápice do desenvolvimento nacional

O Brasil alcançou em 1973 a maior taxa de crescimento de toda a sua história, com um incremento de 14% no seu PIB, apesar

das condições climáticas terem provocado um mau ano agrícola. A agricultura cresceu apenas 3,5%, mas o aumento da produção industrial foi de 15,8%. O governo realizara seu planejamento e implementava medidas visando a manter a inflação em torno de 12%.

Começava-se a ver aflorar os resultados de uma obra saneadora, planejada com eficiência e executada com determinação por toda a nação. Neste ano ficou pronta a primeira rodovia do Prodoeste, a BR-452, ligando Itumbiara a Rio Verde e foi inaugurado o trecho Rio-Bahia da BR-101. A Belém-Brasília fora retificada em vários trechos o que permitiu a diminuição de sua extensão em 160 Km e tinha agora seus 2.100 Km totalmente asfaltados. O País que em 1966 tinha uma rede de estradas federais de 37 mil Km, possuía em 1973, exatamente esta quilometragem em estradas asfaltadas, de uma rede que fora duplicada em 7 anos, alcançando 73 mil Km. A construção de estradas, que evoluíra a um ritmo de 12% ao ano no período de 1964/67, crescera, no período de 1968/73, em média 25% ao ano. Nos mesmos períodos, o asfaltamento de rodovias aumentara a médias anuais de 6% e 33%, respectivamente.

O esforço nos transportes se fez também na navegação e em ferrovias. Nestas últimas, concentraram-se os recursos naquelas que passaram a integrar os corredores de exportação. Estimava-se que, dentro de 2 anos, as ferrovias brasileiras estariam em condições de transportar o volume de carga agrícola através desses corredores. A produção em escala na agricultura, que recebeu do Governo Médici incentivos sem precedentes, foi acompanhada de um plano de modernização, reequipamento e expansão da rede ferroviária. A integração porto-ferrovia delineava, em parte, a reabilitação de nossas estradas de ferro que se complementava com o equipamento dos portos. Inaugurou-se em Santos um terminal de carregamento de cereais dos mais modernos do mundo. Dois e meio bilhões de cruzeiros foram aplicados também na recuperação dos transportes ferroviários suburbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por ocasião da visita do Presidente Médici a Portugal, inaugurou-se um cabo submarino com 160 canais, oferecendo ligações mais claras e confiáveis do Brasil com diversos países europeus. De 4.000 terminais de telex existentes, o País passou a contar com 15.000. Na área das comunicações, os últimos passos necessários para o estabelecimento de um sistema completo foram da-

dos ao integrar-se Fernando de Noronha aos sistemas nacionais de telex e telefonia. A Companhia Telefônica Brasileira voltava-se para a melhoria de seus quadros, com a formação de cientistas de alto nível, a fim de desenvolver pesquisas, ao invés de simplesmente importar suas matrizes. A necessidade de rapidez nas ligações internacionais estava contemplada num planejamento que previa, para 1975, a conclusão de um sistema de discagem direta internacional - DDI, ligando-nos com todo o mundo.

A confiabilidade e rapidez das comunicações do Brasil com o mundo era um fator importante para responder à expansão e dinâmica de nosso comércio exterior. O Brasil não tinha ainda um superavit na sua balança comercial, embora nossas exportações já houvessem ultrapassado os 6 bilhões de dólares anuais. Essas exportações tornavam-se um dos pilares de nosso desenvolvimento continuado, pois permitiam que importássemos os equipamentos e matérias primas indispensáveis que respondiam por 97% de nossa pauta de importação. Além dessa importante função de nossas exportações, cada dólar exportado significava aumento da escala de produção, geração de mais empregos, melhoria da qualidade dos produtos e uma inevitável diminuição nos custos da produção e comercialização externa e interna.

Mas o processo de desenvolvimento é complexo e dinâmico e os planejadores têm que estar atentos a suas variações. As indústrias automobilística, de eletrodomésticos e de construção civil, em constante expansão, estavam em vias de ter que diminuir o seu ritmo por falta de matéria prima. A produção brasileira de aço, que no segundo trimestre deste ano cresceu 12%, não atendia à demanda, aumentando a necessidade de importação do produto. Isto levou o Governo brasileiro a reformular seu planejamento, que tinha por meta alcançar a produção de 20 milhões de toneladas de aço em 1980, antecipando a obtenção do índice fixado para 1978. Para tornar viável essa nova meta, o Brasil teria que investir 26 bilhões de dólares na construção de 3 novas unidades: a usina de Tubarão, a laminação de Tubarão e a usina de Carajás ou Itaqui, cuja viabilidade econômica começava a ser estudada. O valor desses empreendimentos mostra porque as nações subdesenvolvidas nem sempre conseguem romper as barreiras que as separam das nações desenvolvidas. E, para rompê-las é preciso coragem e poupança (capital) interna ou externa. Além disso, o tempo de maturação do projeto de construção de uma usina siderúrgi

ca, ou mesmo da unidade de uma usina, varia de 3 a 5 anos. Essa antecedência de planejamento é sempre um risco, dada as modificações que nesse espaço de tempo pode sofrer a conjuntura internacional. Com vistas a atender a essa nova dimensão da siderurgia brasileira, o Governo criou a SIDERBRAS, empresa "holding" que reunia a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e a USIMINAS, a fim de realizar a política brasileira nesse setor.

Apesar de termos assistido ao primeiro vôo do avião Bandeirante, e a Embraer ter-se lançado no projeto de um novo avião, o Xavante, atestando a evolução de nossa tecnologia, o Brasil ainda pagava caro pela importação de "know-how" estrangeiro. Neste ano os gastos foram de 1 bilhão de dólares, pesando na balança de pagamento no valor de 350 milhões de dólares. Tendo em vista este alto custo pago pela tecnologia estrangeira, o Governo decidiu, a partir desse ano, aplicar 1% do PNB na criação de tecnologia própria e nos anos de 73/74 despender 3,6 bilhões de cruzeiros no Plano Básico de Desenvolvimento Tecnológico.

A instalação da fábrica de automóveis FIAT em Minas Gerais, atendeu a mais um objetivo do crescimento nacional que buscava uma descentralização do parque manufatureiro nacional. Minas Gerais, com o incremento da indústria cimenteira e agora com a implantação da indústria automobilística, ia se tornando um novo polo de desenvolvimento.

No plano internacional alguns fatos iriam mostrar que, à medida que o Brasil se expandia, começava a chocar-se com outros interesses, bem como que a conjuntura internacional que nos fora sumamente favorável até então, poderia mudar seus rumos. Os países produtores de petróleo anunciavam ao mundo, como decorrência de acordos que haviam firmado em Genebra no final de 1972, que a era da energia barata acabara. Nessa época o preço de um barril de petróleo era de US$ 2,59 (Cr$ 15,54). O Brasil então tomou as medidas que podia adotar na contingência; passou a estocar carvão mineral e óleo que lhe permitissem produção de energia até 1980.

Por outro lado, a Argentina fazia tudo que estava a seu alcance para retardar o progresso energético brasileiro. No dia 1º de abril, o Brasil deu início à operação de enchimento da barragem de Ilha Solteira, buscando, com o aceleramento do projeto,

ter até o final do ano, 4 dos 20 geradores dessa usina em funcionamento. A Argentina protestou evocando a Convenção de Estocolmo. Ocorre que Ilha Solteira fica a montante de Jupiá e a formação de seu lago não afetava a situação existente a jusante dessa usina. Qualquer irregularidade na operação, traria prejuízos inicialmente a Jupiá, o que não era do interesse do Brasil. Ademais a operação de enchimento do lago de Ilha Solteira seguia o mesmo cronograma previsto para o enchimento do lago de Jupiá, que havia sido considerado exemplar pela Argentina.

O Presidente Médici determinou que cessassem as discussões em torno da usina de Itaipú e que se desse início a suas obras. Foi formada uma empresa mista dos dois países interessados, com um capital de 100 milhões de dólares e uma comissão do Congresso Nacional foi encarregada de opinar sobre a aquisição, pelo Brasil, dos serviços de eletricidade do Paraguai.

Ainda em abril, em Brasília, com a presença do Presidente Stroesner, os chanceleres dos dois países assinavam o acordo de Itaipú, negociado agora em termos definitivos.

Ato contínuo a Argentina informou ao Brasil que pretendia construir a hidrelétrica de Corpus e por isso desejava que o Brasil e o Paraguai reduzissem a cota projetada para a barragem de Itaipú, o que resultaria numa perda de 25% de seu potencial. Ocorre que o projeto de Corpus estava num estágio tão incipiente que poderia ser protelado indefinidamente. O Brasil deu à Argentina as explicações julgadas necessárias e prosseguiu nos seus projetos. Neste ano ainda, o Brasil faria o desvio do Rio Iguaçú para dar início à construção da barragem da hidrelétrica de Salto Osório que, em 1975, deveria gerar 1.050 mil Kw.

Outros problemas menores, nas fronteiras vivas e econômicas do País, começariam a surgir, fruto de um trabalho desenvolvido pela esquerda internacional.

Apesar dos indícios de mudanças substanciais na conjuntura, apesar das dificuldades crescentes a enfrentar, em decorrência de nossa expansão e dos choques de interesses, o Brasil era um País com "fôlego" para prosseguir sua caminhada e estava muito melhor preparado para enfrentar possíveis crises internacionais. Ainda mais, gozava de confiança da comunidade internacional. Neste ano, julgando que suas reservas internacionais esta-

vam muito elevadas, pela primeira vez na sua história o País passava a reter 40% dos ingressos de capitais estrangeiros, para frear a rapidez de ingresso de divisas, que já alcançavam 6,3 bilhões de dólares, equivalentes ao valor de nossas importações e exportações, na época.

3. O desenvolvimento social

O desenvolvimento brasileiro contemplava cada vez mais o campo social, o qual ia sofrendo os influxos das alterações que se operavam nas estruturas. Em algumas áreas, porém, isso não ocorreu sem resistências, exigindo uma atuação enérgica e determinada do Governo. Isto verificou-se, naquele ano, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, com a implantação dos projetos de reforma agrária do Proterra. Nessa região, além de desapropriar terras de 24 latifundiários que não aderiram ao projeto, o Governo teve que anular escrituras de doação de terras a seus parentes, a fim de conter esses abusivos desvios. Em contrapartida, nessa mesma região, desapropriou terras, com indenização prévia e a justo valor, de sete usinas que aderiram ao projeto e onde foram assentadas 1000 famílias e negociava outras operações idênticas que permitiriam igual número de assentamentos.

O trabalhador rural foi sempre alvo das maiores atenções do Governo. Complementando os benefícios já concedidos ao homem do campo, equiparou as pensões, julgadas insuficientes, às aposentadorias, providência que veio acompanhada de medidas que visavam a evitar a dispensa sistemática no campo, em decorrência da aposentadoria. Neste mesmo ano, as aposentadorias de trabalhadores rurais ultrapassaram a casa de um milhão. Além do nítido caráter social das providências, elas funcionaram como fator inibidor do êxodo rural, fenômeno agregado ao próprio desenvolvimento e que será tanto mais rápido quanto maior for a diferença da assistência oferecida ao trabalhador urbano e ao rural.

A educação foi outra área através da qual foram levados a números crescentes da população os benefícios indiretos do crescimento econômico. O MOBRAL alcançava o último município, estando instalado nos 3.953 municípios brasileiros e sua meta de alfabetização era superior a 1 milhão de pessoas. Como suplemento de sua atividade básica, o MOBRAL passou a participar do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, de longo alcance so-

cial. Além de ampliar a rede de ensino gratuito, o Governo vinha buscando criar condições de real acesso à educação. Para isto, o MEC distribuiu 8 milhões de livros, através do Programa do Livro Didático que os vendia a baixos preços obtidos por meio de coedições de alta tiragem.

A exemplo do que ocorreu com os trabalhadores rurais no ano anterior, neste foram estendidos aos empregados domésticos os benefícios da previdência social. Com isso, o número de assistidos pela previdência ultrapassava a casa dos 10 milhões. Também o Setor Financeiro da Habitação, além de financiar unidades habitacionais em números crescentes, levava benefícios à população na área do saneamento básico, sendo à época, atendidos com redes adutoras de abastecimento de água 2.640 municípios e tendo crescido em 100%, nos últimos 10 anos, a rede de esgotos sanitários. A partir deste ano e até 1980, havia previsão da aplicação de Cr$ 5 bilhões nessa área, beneficiando, se concretizada, 65 milhões de pessoas.

A marcha satisfatória da economia, sem dúvida, vinha permitindo ao Governo liberar recursos para projetos que atendessem seus objetivos sociais.

4. A FBI continuava em expansão

À medida em que os terroristas fugiam do País, a Frente Brasileira de Informações (FBI) expandia-se. As organizações subversivas que imergiam no Brasil, afloravam no exterior e integravam-se no que se havia tornado a mais importante forma de luta das esquerdas — a propaganda adversa.

Em março, apareceu no Chile mais uma publicação, a "Jornadas de la Lucha Popular". Assumido pelo Comitê do PCB no exterior, o tablóide incluiu-se no esquema da FBI, assacando infâmias contra o Brasil.

No dia 24 de maio, no Chile, um evento solene. Realizou-se um jantar no restaurante Savain em solidariedade às atividades da ACBS e da FBI. Na ocasião, foram rendidas homenagens a Francisco Whitaker Ferreira, escolhido como novo coordenador do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

O ano de 1973 foi marcado por duas importantes campanhas desenvolvidas pela FBI.

Em junho, foi iniciado na Bélgica um movimento para suspender a realização da "Brazil Export 73". O "Comitê Belgo-Europa-América Latina" e o, também belga, "Movimento Cristão para a Paz" desenvolveram intensa campanha tentando evitar a realização da feira. O pasquim "Jornadas de la Lucha Popular" no seu nº 3, de agosto, distribuído no Chile, também se incorporou à campanha. O objetivo era por demais evidente. A realização da exposição poderia representar o desmascaramento das infâmias divulgadas na Europa e, ao contrário, promover o País.

A segunda campanha desenvolvida pela FBI referia-se ao julgamento do Governo Brasileiro pelo Tribunal Bertrand Russel. Intensa atividade foi desenvolvida no sentido de recolher informações e testemunhos que pudessem ser apresentados durante o julgamento, previsto para outubro. Um dos principais membros do tribunal, o senador italiano Lélio Basso, esteve no Chile convidando terroristas a testemunharem perante o tribunal. O militante da ALN Fernando Soares, asilado na Itália, esteve no Uruguai, desenvolvendo as mesmas atividades do Senador Basso no Chile.

É preciso não perder de vista que a maioria dos componentes dos diversos órgãos que compunham a rede de apoio à FBI e a própria FBI eram subversivos, comunistas fugidos do Brasil.

A revolução chilena de setembro representou o desalento para os asilados brasileiros e a queda de um importante bastião no esquema do movimento comunista. Toda atividade desenvolvida pela FBI no Chile foi suspensa, a partir da revoada dos comunistas à procura de um novo refúgio. O julgamento do Brasil pelo Tribunal Bertrand Russel foi adiado. O último boletim da FBI editado no Chile, o nº 43/44, de Jul/Ago, anunciava a formação do júri do tribunal para o julgamento da "ditadura brasileira", em outubro.

Em novembro, o Comitê Francês da Amnesty International, em ligação com o Front, organizou e promoveu um congresso sobre tortura, repetindo as acusações de sempre contra o Brasil. Como novidade, a reação do professor Denis Bucan, romeno naturalizado francês que, ao comentar uma notícia do jornal Le Figaro sobre o evento, destacou que a Amnesty International nada fazia contra a tortura nos países comunistas.

No final do ano, iniciou-se a publicação do "Brasilianische Informations-Front", versão alemã do boletim da FBI. Ressalvando-se o idioma diferente, o boletim seguia o mesmo esquema do chileno, do francês e do italiano: as notícias eram as mesmas, assim como a fonte e a estrutura encarregada de fazê-las circular.

5. Os "justiçamentos" e o desmantelamento do PCBR

Após as "quedas" de dezembro de 1972, que atingiram a cúpula dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), três militantes assumiram o Comissariado Nacional Provisório (CNP) que passou a ser conhecido como o "3º CC": Ramires Maranhão do Valle, Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima.

Estruturado somente na Guanabara, o PCBR possuía esparsos militantes distribuídos na Frente de Massas, que englobava o Setor Operário e o Setor Estudantil [illegible]
da pelo Setor Logístico, [illegible]
cia e na Base Médica. Na realidade, para as ações armadas, só existiam os militantes do triunvirato dirigente, reforçados por Vitorino Alves Moitinho, que já havia saído da prisão.

Em 25 de fevereiro de 1973, o PCBR participou do traiçoeiro assassinato do Delegado Octávio Gonçalves de [illegible]
do pelas costas, em Copacabana. Em "frente" com a ALN e com a VAR-PALMARES, participaram do crime Ramires e Ranúsia, esta, responsável pelo esquema médico.

Em março, Ramires e Vitorino dirigiram-se para Porto Alegre, onde, em "frente" com a VAR-PALMARES, assaltaram, no dia 14, o Banco Francês Brasileiro, roubando cerca de Cr$41.000,00. Ainda em "frente" com a ALN e com a VAR-PALMARES, o PCBR assaltou, em 4 de junho, o "BOB'S" de Ipanema, de onde roubaram cerca de Cr$ 31.000,00.

Em julho, os quatro militantes iniciaram o planejamento do assassinato de Salatiel Teixeira Rollins, ex-membro do CC e da CEx e que havia saído da prisão um ano antes. Segundo os quatro remanescentes, ele era um traidor e deveria ser "justiçado". Depois de roubarem um Volks em Maria da Graça, os militantes, na

manhã do dia 22, entraram num bar da Rua Dias Ferreira, no Leblon, onde Salatiel era o gerente. A vítima nem chegou a perceber o que estava acontecendo. Absorvido no trabalho de lavar o local, recebeu o impacto de três tiros disparados por Ramires e Vitorino. Enquanto Ranúsia esperava no Volks da fuga, Almir pichava as paredes do bar com a sigla assassina "PCBR" e lançava, sobre o cadáver, panfletos assinados pelo "Comando Mário Alves".

Em 29 de agosto, os quatro assaltaram uma clínica médica na Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, da qual roubaram cerca de Cr$ 4.000,00.

Nessa época, além de enfrentar as dificuldades causadas pelo restrito número de militantes, o CNP do PCBR travava, à distância, intensas discussões com os militantes foragidos e banidos que, no Chile, haviam eleito um novo CC, em oposição à direção do "interior".

Na primeira quinzena de outubro, a denúncia de um informante possibilitou a localização de Almir que passou a ser constantemente vigiado. Na manhã de 27 de outubro, Ranúsia foi presa pela polícia. Já no seu primeiro depoimento, afirmou que, além de vários assaltos, o PCBR estava planejando o "justiçamento" de Ramayana Vaz Vargens, acusado de traição na prisão e que havia sido liberado quatro meses antes. Disse, também, que teria um "ponto" nessa noite, na Praça Combate, em Jacarepaguá, com Ramires e Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, a fim de serem acertados os novos assaltos em regime de "frente". Na chegada ao "ponto", Ranúsia e os policiais foram recebidos a tiros. No final da refrega, os quatro mortos, Ramires, Ranúsia, Almir e Vitorino, atestavam o desmantelamento total do PCBR.

Só muitos anos mais tarde, com a volta de dirigentes do exterior, como Apolônio de Carvalho, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Antônio Prestes de Paula, pôde, o PCBR, reestruturar-se novamente, atuando infiltrado no PT. E, mais uma vez, prosseguir nos assaltos a bancos, prenunciando, talvez, uma futura luta armada.

6. A desestruturação do PCR

Em 1973, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) era comandado por uma Direção Geral (DG), constituída por Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva no Conselho de Lu-

ta Operária (CLO), Valmir Costa no Conselho de Luta Estudantil (CLE) e Manoel Aleixo da Silva no Conselho de Luta Camponesa (CLC). Selma Bandeira Mendes era responsável pelas finanças e Bartolomeu Mendes Cunha encarregado do Setor de Imprensa. Existiam direções regionais (DR) em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A DR de Pernambuco era integrada pelos mesmos elementos da DG.

Em 20 de março, a organização realizou sua primeira ação do ano. Manoel Lisboa e José Emilson, usando fardas da Força Aérea, e mais três elementos assaltaram o Parque da Aeronáutica, em Recife, roubando dois mosquetões e uma carabina .30.

As primeiras prisões de militantes do PCR ocorreram em maio, em João Pessoa, logo estendidas para Maceió, em fins de julho. Mesmo assim, em 4 de agosto, a organização assaltou a Padaria Rosarinho, na Avenida Norte, em Recife, roubando cerca de 5 mil cruzeiros. Desesperado, o PCR esquecia-se de suas convicções anteriores e buscava, no assalto, conseguir dinheiro para a sua ameaçada sobrevivência. Foi, no entanto, o canto de cisne de suas ações armadas.

Em agosto e setembro, ocorreram as prisões de dezenas de militantes do PCR, nos quatro Estados. Em Recife, foram descobertos quatro "aparelhos". No localizado na Avenida Central, em Tejipió, foi encontrada grande quantidade de armamento, de munição e de explosivos.

Seu principal dirigente, Manoel Lisboa de Moura, o "Galego", preso em 16 de agosto, disse que Emmanuel Bezerra dos Santos, havia ido a Buenos Aires, no começo do mês, a fim de contatar e pedir apoio ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) argentino e à Vanguarda Comunista e que, ao retornar, teriam um "ponto" no Largo da Moema, em São Paulo. No dia previsto para o encontro, às 0830 horas, deixado sozinho no meio da praça, cercada pelos agentes, "Galego" encontrou-se com Emmanuel. Nesse momento, ao receber voz de prisão, Emmanuel reagiu a tiros, ocasionando um violento tiroteio que causou a morte dos dois militantes.

Com a perda desses dois dirigentes, com a morte do encarregado do trabalho de campo, Manoel Aleixo da Silva, o "Ventania", ao reagir à prisão, em 29 de agosto, no município pernam-

bucano de Ribeirão e com a prisão de cerca de meia centena de militantes, o PCR ficou praticamente desestruturado. Dos elementos da direção, só não foram presos Valmir Costa, Selma Bandeira Mendes e Luíza Maria Nóbrega.

O PCR só voltaria ao cenário da esquerda brasileira anos mais tarde, com a fusão do que restou da organização ao MR-8.

7. ALN: a violência até no estertor

O longo silêncio da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi quebrado em São Paulo, no dia 16 de janeiro, com o assalto à empresa de transportes Util S/A, como decorrência da necessidade de sobrevivência. A essa altura, o limitado efetivo da ALN fazia com que seus militantes exercessem múltiplas funções e que se confundisse a Coordenação Nacional com a Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) e com o próprio Grupo Tático Armado (GTA).

Antônio Carlos Bicalho Lana e Arnaldo Cardoso Rocha, seu companheiro de direção nacional, alternavam-se no planejamento e no comando das ações armadas que sustentavam o que restava da organização subversiva em São Paulo. Ao GTA foram incorporados elementos pertencentes ao Setor Estudantil, entre os quais Ronaldo Mouth Queiroz e Francisco Emanuel Penteado.

Havia um esforço da organização no sentido de recompor o Setor Estudantil, na tentativa de mobiliar seus debilitados quadros. Conseguira refazer seus contatos no movimento estudantil, praticamente inexistentes desde o "racha" do MOLIPO. Ronaldo Mouth Queiroz ligara-se a Alexandre Vanucchi Leme para a reconstituição de grupos de discussão política, primeiro passo para o aliciamento e recrutamento de novos militantes.

Apesar de abalada na sua estrutura, a ALN conseguia manter o seu Setor de Imprensa funcionando. Divulgou, em São Paulo, uma edição mimeografada do nº 9 de "O Guerrilheiro", enquanto no Rio de Janeiro era distribuído o nº 9 de "Ação", referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1972 (1). As publicações, refletindo o estertor da organização, não mais enalteciam seus feitos "guerrilheiros". Limitavam-se a orientar o planeja-

(1) O atraso na difusão do nº 9 de "Ação" devia-se à morte da editora-chefe do jornal, Aurora Maria do Nascimento Furtado, em novembro de 1972. Ainda em janeiro foi difundido o nº 10 desse jornal, que continuaria a ser divulgado até o nº 12, de julho de 1973. Ao que se sabe o nº 10 de "O Guerrilheiro", de abril desse ano, seria o último número desse jornal.

Manoel Henrique de Oliveira - Português

mento das ações a serem realizadas, apenas, onde e quando se pudesse assegurar uma superioridade tática.

Assim como ocorrera com o MR-8 no exterior, o nº 12 de "Ação", vaticinava, numa postura autocrítica, que o prosseguimento da atividade armada, indiscriminadamente, representaria a destruição da organização. Mas, ao contrário daquela organização, esclarecia que as ações — corretas de início — esvaziavam-se de conteúdo político e a insistência na sua prática constituía um erro tático, proporcionando o ressurgimento do "reformismo pacifista" — alusão à nova postura propugnada por diversas organizações subversivas e, particularmente, à Tendência Leninista que, aos poucos, ganhava adeptos dentre os quadros e militantes da ALN, também no Brasil.

Mas a organização, mesmo nos seus estertores e apesar da autocrítica, manter-se-ía guiada pela violência irracional que estava incorporada em seus militantes.

Atribuindo a morte de Yuri Xavier Pereira e seus companheiros à delação de um dos proprietários do Restaurante Varela, no bairro da Móoca, onde o terrorista e seu bando foram localizados, decidiu-se pelo seu assassinato, com o pomposo título de "justiçamento". O comando "Aurora Maria do Nascimento Furtado", constituído por Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado, Francisco Seiko Okama e Ronaldo Mouth Queiroz foi encarregado da missão e assassinou, no dia 21 de fevereiro, o comerciante Manoel Henrique de Oliveira. Às 0700 hs dessa manhã, quando Manoel descia de seu Volkswagen, acompanhado de um sobrinho menor, para abrir o restaurante do qual era um dos quatro sócios proprietários, foi metralhado, sem que pudesse esboçar um gesto de defesa, não tendo seu sobrinho sido atingido pelas rajadas de metralhadora por mero acaso. Manoel, 39 anos, de nacionalidade portuguesa, viera para o Brasil há pouco mais de um ano, "para tentar a vida na terra da promissão". Com sua morte, antes que pudesse enriquecer, deixou sua mulher, com 2 crianças pequenas, totalmente desamparada, numa terra estranha. O conhecimento da ação não ficou restrito aos assassinos; o corpo de Manoel foi coberto por panfletos da organização impressos no Centro de Orientação Estudantil da USP, por interveniência do militante da ALN, Paulo Frateschi.

Havia algum tempo que os órgãos de segurança conheciam a

intenção da ALN em assassinar seus componentes, como forma de intimidação e retaliação pelas freqüentes "perdas" ocorridas no "estouro de aparelhos" e nos confrontos armados. A organização reconhecia que a agonia das organizações "militaristas" devia-se, em boa parte, à atividade eficiente dos profissionais que participavam da luta antiterrorista.

O doutor Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", delegado do DOPS paulista, destacava-se, desde os tempos de estudante na Universidade Mackenzie, como um convicto opositor das teses marxistas-leninistas. Na luta contra a subversão comunista, "Otavinho" havia demonstrado sua inabalável profissão de fé no regime de liberdade. Além disso, pela sua educação e afabilidade, "Otavinho" era muito estimado nos órgãos de segurança, constituindo-se, por tudo isso, num alvo compensador para o terror.

Passando o fim de semana no Rio de Janeiro, "Otavinho" retornava da praia com um amigo, no dia 25 de fevereiro. Parou na esquina da Av. Copacabana com a Rua República do Peru para fazer uma ligação telefônica para sua noiva. Estava sendo vigiado havia muito tempo por um comando composto por Flávio Augusto Neves de Sales e Merival de Araújo da ALN, Ramires Maranhão do Valle do PCBR e James Alen Luz da VAR-P. Enquanto completava a ligação no "orelhão", "Otavinho" foi abatido pelas costas por um tiro de espingarda de caça calibre 12, disparado à queima-roupa por um dos dois elementos que haviam saltado, sorrateiramente, de um Aero-Willys verde. O disparo fatal, que deixou suas marcas no prédio da esquina e na banca de jornais próxima ao orelhão, feriu, também, o amigo de Octávio Gonçalves que foi internado no Hospital Miguel Couto. O "justiçamento" foi completado por dois tiros de pistola 9mm desferidos na cabeça do corpo já estendido na calçada, enquanto de dentro do veículo eram lançados panfletos, ante os olhares assustados de populares. Com a morte de "Otavinho", talvez a ALN tenha desejado demonstrar que, apesar de debilitada, a "guerra" prosseguiria.

No dia 2 de março, em São Paulo, ao abordar um local suspeito de tráfico de tóxico, a polícia foi recebida a bala e os meliantes lograram fugir. Um deles, nissei, na fuga deixou cair uma maleta contendo documentos da ALN, sendo o fato comunicado aos órgãos de segurança. No dia 15 desse mesmo mês, com o auxílio dos policiais envolvidos nesse incidente, foi dada uma nova

"batida" no local, tendo sido ali identificado o mesmo elemento que deixara cair a maleta com documentos durante a fuga anterior, acompanhado de outros dois. À ordem de prisão, reagiram, travando-se cerrado tiroteio. Ao dispararem suas armas, os terroristas feriram a transeunte Aparecida Guarnieri Rodrigues e um policial. Ao cabo da refrega os três elementos estavam mortos, tendo sido identificados como Francisco Seiko Okama, Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanuel Penteado.

8. Uma ajuda involuntária à guerra psicológica

Independentemente do episódio ocorrido na véspera quando morreram em São Paulo, em tiroteio com a polícia, três terroristas da ALN, fruto de um paciente trabalho de investigação no meio universitário da USP, foi preso, no dia 16 de março, o subversivo Alexandre Vanucchi Leme. Alexandre "abriu" os elementos que estava recrutando para a ALN, o que permitiu a imediata prisão de alguns deles.

Alexandre admitiu um "ponto" com Ronaldo Mouth Queiroz no dia seguinte, às 1100 hs, no cruzamento da rua Bresser com a Av Celso Garcia, no Brás, lugar de tráfego intenso. Levado ao local, Alexandre foi deixado na esquina, permanecendo os agentes à distância, aguardando que o encontro se concretizasse. Aparentando tranqüilidade, Alexandre dirigiu-se à padaria da esquina, tomou uma cerveja e retornou ao seu ponto, olhando insistentemente para os lados. Em determinado momento, vislumbrando a chance de escapar, Alexandre tentou atravessar a rua em desabalada carreira, imediatamente após a abertura do semáforo. Não conseguiu. Foi colhido pelo caminhão Mercedes Benz, placa NT 1903, dirigido por João Coscov, vindo a falecer com lesões traumáticas crânio-encefálicas, atestadas como "causa mortis" pela necrópsia realizada no IML.

No inquérito instaurado pelo DOPS foram ouvidas várias testemunhas, entre as quais, naturalmente, o motorista do caminhão e todos confirmaram a ocorrência. Houve, no entanto, um retardo no anúncio de sua morte — a imprensa noticiou-a no dia 20 de março — e isso deveu-se à necessidade de aprofundamento das investigações com base nos depoimentos de Alexandre dos dias 16 e 17. A operação resultante permitiu a prisão de mais estudantes comprometidos com a ALN, num total de dezoito.

Com dados fornecidos por Alexandre Vanucchi Leme, foi rea
lizada uma operação de vigilância na Vila Buarque, com a finali
dade de deter Ronaldo Mouth Queiroz, elemento importante no es
quema de aliciamento de estudantes. Na manhã do dia 6 de abril,
foi observado na esquina da Av. Angélica com a Rua Sergipe, um
elemento com todas as características de Ronaldo. Ao ser dada voz
de prisão ao suspeito, este sacou um revólver .38 e reagiu a ti
ros, vindo a falecer no tiroteio que se seguiu. A polícia, dili
genciando nas imediações da ocorrência, localizou o "aparelho"
de Ronaldo, onde farta documentação demonstrava a preocupação
de aliciar estudantes da USP e a realização de levantamentos de
terroristas já mortos e de agentes de órgãos de segurança. A
morte de Ronaldo punha fim a uma operação que teve início com a
prisão de Alexandre e que desbaratou o Setor Estudantil da ALN
em São Paulo.

O "ponto" que Alexandre "abrira" com Ronaldo possivelmen-
te era um "ponto de polícia". O fato é que dessa ou de outra for
ma, já no dia 17, circulavam na USP rumores de sua prisão. Quan
do foi noticiada sua morte, os órgãos de segurança foram surp
endidos por uma intensa atividade de propaganda, a qual difu
dia a versão de que Alexandre tinha morrido em conseqüência
torturas sofridas nos órgãos de segurança. A campanha, apoiad
pelo clero dito "progressista" — sob a liderança de D. Evaris
Arns —, gerou um compreensível clima de revolta no meio estu
dantil. Era o próprio "fermento na massa" na sua verdadeira ex
pressão. O fato abriu uma campanha psicológica sistemática que,
daí por diante, seria desencadeada, sempre que ocorresse a mor
te de um terrorista que não fosse resultado de um flagrante en-
trevero.

No momento da morte de Alexandre, estavam descobertos "os
direitos humanos". Sim, porque sobre a morte brutal de Manoel
Henrique de Oliveira, que fora assassinado à porta de seu traba
lho um mês antes e o assassinato cruel de Otávio Gonçalves Mo
reira Júnior, quatro dias depois, nada fora dito. Ou a vida e o
trabalho não se inserem entre os direitos humanos? Ou seria por
que Manoel, um dos quatro proprietários de um restaurante na Mo
oca, não era um "oprimido" e sim um representante do "capitalis
mo selvagem"? Estes fatos, por acaso não foram escritos com san-
gue? Ou será que a imagem de Deus estampada na pessoa humana não
é sempre a mesma?

Vários terroristas declararam mais tarde ter assistido ou tomado conhecimento da "morte" de Alexandre, o "menino Alexandre", como preferem referir-se,nos seus depoimentos,uma psicóloga e uma pedagoga. Um dos depoentes diz que ouvira seus gritos e gemidos na cela solitária e que já estava em tal cela 15 dias antes do interrogando chegar ao pavilhão;(...). Ora, Alexandre foi preso dia 16, como é público e notório e mesmo que não tivesse morrido ao tentar a fuga no dia 17, sua morte foi noticiada a 20, tudo do mês de março. Como poderia estar na solitária há mais de 15 dias? O restante de seu depoimento é semelhante aos demais, apenas diferindo,também,quando acrescenta que no dia da morte o carcereiro informou-lhe "que aquele moço da solitária havia tentado o suicídio cortando os pulsos e que veio a saber que o nome desse rapaz da solitária era Alexandre Vanucchi". Erro dessa natureza é compreensível. Afinal, o trabalho de denúncia sistemática de tortura nos tribunais estava no seu início e alguns terroristas julgavam que quanto mais grave a denúncia melhor, esquecendo-se de que mesmo a mentira precisa de um mínimo de coerência e não havia ainda uma coordenação eficiente. Os poucos erros desse tipo não seriam mais cometidos. A versão seria única, normalmente coerente e com nuances sem importância para dar-lhe maior autenticidade.

Indagamos ao diretor do DOPS à época sobre a morte de Alexandre e ele nos disse: "Se o Alexandre Vanucchi tivesse permanecido vivo não teríamos acabado apenas com o Setor Estudantil da ALN, em São Paulo, teríamos, naqueles dias, acabado com a própria ALN e talvez outras organizações que com ela atuavam em 'frente'. Por paradoxal que possa parecer, os maiores interessados em preservar a vida de Alexandre,naquele momento, eram os órgãos de segurança. Além do mais, se fosse objetivo dos órgãos de segurança simular a morte de Alexandre no trânsito, quem conhece São Paulo sabe que seria um absurdo tentar fazê-lo, às 11 horas da manhã, no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia. O retardamento do anúncio de sua morte foi o recurso que nos restou para acabar pelo menos com o Setor Estudantil da ALN. Não esperávamos que sua morte por acidente, comprovada em inquérito, fosse alvo de uma campanha psicológica que pelas suas técnicas, naturalmente, ignorou o inquérito e as circunstâncias citadas."

9. O fim da ALN

No dia 13 de abril, a Ação Libertadora Nacional (ALN) perdia no Rio de Janeiro o terrorista do GTA, Merival de Araújo, morto ao tentar escapar durante a "cobertura de um ponto". A prisão de Merival fora possível pelas declarações de seu "apoio", o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga, militante da RAN, preso naquela ocasião.

No dia 28 de junho, quando preparava provas na secretaria do Curso MCB que funcionava em anexo ao Colégio Veiga de Almeida, na Rua São Francisco Xavier, na Tijuca, o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga foi assassinado com quatro tiros de pistola .45 desferidos pelo terrorista do GTA, Thomás Antônio da Silva Meirelles Neto. O assassino, acompanhado por mais dois elementos, após perguntar à vítima se era o professor Jacques, disparou quatro vezes, em resposta ao gesto amistoso do mestre que lhe estendia a mão. Um dos acompanhantes de Thomás pichou uma das paredes do colégio com a sigla ALN.

Consumava-se, assim, mais um "justiçamento" da ALN que, pressentindo o seu fim, agia de forma a cercá-lo da mesma aura de violência que caracterizou o seu surgimento e a sua existência como organização subversiva.

Em julho, em São Paulo, a ALN perdeu em enfrentamentos armados mais um elemento de sua Coordenação Nacional e mais um experiente quadro do GTA. No dia 13, o dirigente Luiz José da Cunha, identificado na Avenida Santo Amaro, empreendeu fuga ferindo duas moças na tentativa de seqüestrar um carro, antes de morrer no combate com a polícia. No dia 16, desfalcava a organização o militante Hélber José Gomes Goulart, morto no bairro do Ipiranga ao tentar romper um cerco policial. A ALN mantinha a mística de que os quadros dirigentes e os membros do GTA não deveriam "cair vivos".

Com Hélber foi encontrado um documento da organização que considerava como causas das derrotas da esquerda em geral: a *centralização e o controle das informações através dos CODI; o incremento da formação técnica dos agentes da lei, bem como o aperfeiçoamento dos métodos de investigação; a campanha publicitária do governo; o controle exercido sobre os sindicatos, dificultando os movimentos de massa; os "projetos impacto"; a bai*

de uma unidade política de esquerda, bem como a inexperiência de guerra; as derrotas impostas aos movimentos armados e às suas redes de apoio; o grande número de militantes no exterior. O texto admitia o sucesso do govêrno revolucionário junto à classe média quando veiculava textualmente: "*...E na verdade não podemos dizer que não obteve êxitos*".

Em 1º de outubro, o que sobrara da CR/GB, chefiada por Flávio Augusto Neves Leão de Sales, em "frente" com o PCBR e a VAR-P, fez explodir uma bomba nos escritórios da agência de passagens da empresa aérea LAN-Chile, na Avenida Rio Branco, ferindo seis policiais e seis populares. A bomba, entregue com um bilhete, representou um protesto pela derrubada do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, ocorrida no dia 11 de setembro.

A bomba, colocada na agência da LAN-Chile, foi considerada a última manifestação de violência praticada pelas organizações subversivas e baliza o fim da tentativa armada comunista para a tomada do poder no Brasil.

Em face das "quedas" ocorridas nas fileiras da ALN, sua estrutura que já era deficiente, tornou-se crítica. Em São Paulo, restava um grupo do Setor de Massas, controlado por Betty Chachamovitz, do qual faziam parte Edmir Elias Albino, Gregório Gomes Silvestre e Rivaldo Leão. Estes elementos, militando na organização desde o final de 1972, ligavam-se diretamente ao último membro da antiga CN ainda atuante, Antônio Carlos Bicalho Lana. O grupo atuava no meio sindical da cidade de Santos, particularmente no meio portuário, imprimindo e distribuindo um jornal.

A desarticulação da organização exigia a neutralização do remanescente da direção nacional, Antônio Carlos Bicalho Lana, que continuava atuando em São Paulo. Prosseguindo as investigações, os órgãos de segurança localizaram em 30 de novembro, na Avenida Pinedo, em Santo Amaro, um casal suspeito. Ao serem abordados, os dois sacaram suas armas e tentaram fugir, atirando nos agentes. Cercados, continuaram atirando até tombarem mortalmente feridos. Confirmando as suspeitas, foram identificados como Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes de Moraes. Desta forma, a ALN tornava-se acéfala com o desaparecimento do úl-

timo membro da Coordenação Nacional.

Com a morte de Bicalho, Betty Chachamovitz deslocou-se para o Rio de Janeiro, passando a viver com Flávio Augusto Neves Leão de Sales. Sem a assistência de Betty, o grupo, que atuava no setor portuário de Santos, seria assinalado e preso em abril/maio de 1974, encerrando suas atividades.

A ALN, no Brasil, estava praticamente extinta. Com a inquestionável derrota militar da organização, as teses da Tendência Leninista da ALN, formuladas no exterior por Rolando Fratti, ganhavam adeptos, afirmando-se como a linha política mais correta dentro da conjuntura. O debate entre a TL e a ALN, veiculado pelo jornal "Unidade e Luta", no Chile, foi nitidamente favorável à Tendência.

Após a derrubada de Allende no Chile, a TL, acompanhando a revoada das organizações subversivas brasileiras que lá atuavam, manteve um núcleo na Argentina com Ricardo Zarattini Filho, enquanto o restante se radicava na Europa.

Nessa altura, Cuba já havia reconhecido, um dos mentores da TL, José Maria Crispim, como liderança da ALN. Crispim foi para a Argentina, para onde, no final do ano, dirigiram-se Flávio Neves Leão de Sales e Rafael de Falco Neto, visando a impor seus pontos de vista e manter a ALN dentro da orientação original imposta por Marighela. Nada conseguiram e acabaram aceitando a vitória do novo pensamento que se impunha na organização (2).

A Ação Libertadora Nacional deixava de existir como organização atuante no Brasil.

10. Operação "Sucuri"

Se conhecermos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, perderemos em todas as batalhas.

Em 1973, teriam continuidade as quedas verificadas no PC do B desde o final do ano anterior, atingindo elementos da cúpula do partido, entre os quais três do Comitê Central (CC). Em 15 de fevereiro, foi preso Luiz Vergatti e nos dias 4 de janeiro e 13 de março, foram mortos em choques com a polícia, respectivamente, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. O cerco ao PC do B, na cidade, estava estabelecido. Era preciso cuidar do foco guerrilheiro que se desenvolvia nas matas do Araguaia e que se havia tornado preocupação máxima do Partido e das forças de segurança.

No início desse ano sentiu-se a necessidade de se obter dados mais concretos acerca da área onde se implantara o foco guerrilheiro e das atividades que ali eram desenvolvidas, antes de realizar qualquer ação para reduzi-lo. A saída das tropas da área, desde outubro do ano anterior, restituíra liberdade de ação aos subversivos. Tendo tido suas baixas localizadas particularmente a W da Serra das Andorinhas, sem dúvida realizara remanejamentos em seus efetivos. Embora não houvessem dados que indicassem a retomada do fluxo de subversivos para a área, o longo período de permanência na região, realizando um trabalho de conquista da população, e o proselitismo que passaram a desenvolver, desde julho do ano anterior, eram de molde a indicar que pudessem ter conseguido ampliar seus quadros com moradores locais. Sem dúvida haviam reposto seus suprimentos, estabelecido novos depósitos, organizado novas bases e, possivelmente, — se é que pretendiam expandir aquele foco, não se tratando de simples área de treinamento —, teriam conseguido melhorar a qualidade e ampliar o número de suas armas.

Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto à população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc, foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de "Sucuri". Concluídos os preparativos, a operação teve início somente na primeira quinzena de maio, com a "implantação" de agentes na região, de maneira semelhante à que os terroristas haviam feito durante seis anos, mas de forma bem mais rápida. Em cerca de 20 dias foram implantados 32 (trinta e dois) agentes que iriam fazer funcionar uma eficiente rede de coleta de informações, numa área superior a 10.000 Km². As dificuldades dessa extensa

área, coberta por uma exuberante floresta amazônica e dotada de rica rede fluvial, somar-se-íam as deficiências de escassas vias de acesso, que se resumiam à Belém-Brasília e à Transamazônica. No interior da área haviam a PA-70 (Marabá-Conceição do Araguaia), a OP-25 (São Domingos-São Geraldo) intransitável e a OP-3 (Brejo Grande-Santa Cruz) inconclusa.

A fase mais difícil das operações foi exatamente a do estabelecimento da rede de agentes — a aquisição de terra pelos "posseiros", a compra de "bodegas" e o estabelecimento dos negócios (3). Um dos agentes chegou a ser aprisionado logo ao adentrar a área. Depois de solto seria afastado por medida de segurança, mas faria muita falta. Era um "gateiro" (informante-móvel) e não pôde ser substituído. O Sd Francisco Xavier de Paula, que havia se instalado numa posse de terra, no município de Xambioá, desapareceu. É provável que tenha sido identificado pelos terroristas e por eles tenha sido morto. No início de junho estava montada a rede e começaram a fluir as primeiras informações. A maioria desses dados iniciais dizia respeito aos aspectos políticos-econômicos-psicossociais da área. Retratavam de maneira objetiva as precárias condições em que o poder político se exercitava na região, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apática e irresponsável. Os órgãos estaduais e federais, inoperantes quando não corrompidos, eram postos por seus chefes locais a serviço dos grandes proprietários. O pequeno proprietário, em precaríssimo estado físico-sanitário, era explorado pelos madeireiros, donos de castanhais e grileiros.

Esse quadro favorecia a obtenção inconsciente de apoio político de posseiros e pequenos proprietários, homens humildes, pacíficos e desassistidos, àqueles que, como os subversivos, estendiam-lhes as mãos. A situação era tão revoltante que uma equipe de agentes desviou-se do "trabalho de cobertura", inicialmente previsto, e passou a trabalhar em apoio a um escritório do INCRA na área. Como tal, procedeu a levantamentos sócio-econômicos e fundiários na região que, conjugados com contatos feitos em Brasília, permitiram que se realizasse a titulação parcelada de uma

(3) Bodega é um termo empregado na área para definir um pequeno comércio onde se adquire querozene, farinha, linha, agulha, anzol etc. Caracteriza-se exatamente pela variedade dos produtos.

série de posseiros. Os agentes empenhados nessa tarefa tiraram grande proveito dessa atividade no campo das informações, seja pelo relacionamento com a população e a colaboração que desta passaram a receber, seja por ter essa atividade se constituído em "estória de cobertura" melhor do que a originalmente engendrada. Nesse período inicial os agentes remeteram também informações que permitiram atualizar caminhos e trilhas, nomes de castanhais e igarapés e localizar bodegas e vilarejos.

Os agentes viveram cinco meses na região. Os informes fluíam das "roças", "bodegas" e "pessoal do INCRA" para os informantes, que eram os agentes móveis encarregados de transmití-los aos subcoordenadores, um ao Norte e outro ao Sul. Muitas vezes um informante tinha que percorrer 40 quilômetros para passar os informes. Os agentes dispunham, para a defesa pessoal, de armas de caça, facões e revólveres semelhantes ao de uso corrente na área. Somente os "roceiros" levavam armas de caça calibre .20. As roupas eram também as de uso na área, previamente usadas e lavadas várias vezes. Apenas uma estação de rádio foi levada para a região.

Os agentes por várias vezes tiveram contato com os terroristas e um deles, para não despertar suspeitas, viu-se obrigado a vender-lhes munição. Esse convívio na região permitiu aos agentes delinear a área onde os subversivos circulavam; determinar o tipo de armamento de que dispunham; identificar os elementos que lhes prestavam apoio; conhecer toda a área de operações, identificar, na população, os neutros e os que poderiam contrapor-se aos terroristas, desde que apoiados. Apesar de não ter sido possível localizar as bases da guerrilha, já que as medidas de segurança não permitiam a circulação nessas áreas sem criar sérias suspeitas, foi possível determinar seu dispositivo e, a grosso modo, sua composição. Ao final da operação foi possível estimar também a quantidade de suprimentos que havia sido estocada e o tempo que os subversivos poderiam sobreviver, se cortadas suas fontes de abastecimento.

Durante esse período os subversivos realizaram diversas ações: executaram dois moradores locais, um conhecido por Pedro Limoeiro e outro por Osmar, tendo "expropriado" deles suas armas, roupas e remédios; atacaram a fazenda de Nemer Kouri, acusado de auxiliar as forças legais, tendo também na ocasião roubado, a tí

tulo de "expropriação",dinheiro, armas, roupas, alimentos e remédios; e assaltaram um posto policial (PM/PA) na Transamazônica,de onde também "expropriaram" seis fuzis antigos, um revólver, munição e roupas. A cada uma dessas ações os comandantes dos destacamentos responsáveis emitiram "um comunicado militar", exaltando o "ato revolucionário".

Nesse mesmo período, fugiu da área um elemento,não identificado pelas forças legais,que atendia pelo codinome de "Paulo", considerado pelos subversivos como traidor. Anteriormente,em 16 de agosto, por desejar deixar a área ,foi "justiçado" o subversivo Rosalindo Cruz "Mundico", dado pelos subversivos como morto em acidente com arma de fogo.

As informações necessárias ao início das operações já haviam sido colhidas. Estava perfeitamente configurada a intenção do grupo terrorista de permanecer na região, a fim de tentar alcançar seus objetivos políticos, com a implantação de uma área liberada, embora nos oito meses que permaneceram com quase total liberdade, pouco houvessem evoluído. Recrutaram entre os moradores locais um número irrisório de colaboradores, não haviam conseguido melhorar a qualidade nem ampliar a quantidade de seu armamento e não haviam reforçado seus efetivos, sequer para repor as baixas que alcançavam entre mortos, presos e desertores, um terço do efetivo inicial.

11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B

Era pensamento dos subversivos incrustados no SE do Pará que,se o "inimigo" não atacasse antes de outubro,ele não mais o faria nesse ano, em razão da chegada das chuvas. Também julgavam que as forças de segurança, como das vezes anteriores, evitariam entrar na selva, "porque não tinham capacidade para isso", pelo que se haviam preparado para realizar emboscadas e ações de fustigamentos nas trilhas e caminhos. Julgavam ainda que, como das vezes anteriores, essas forças deveriam entrar na área pelo Norte e pelo Sul.

As forças legais iniciaram as ações em 7 de outubro e surpreenderam as forças subversivas, ainda que a época de início das

operações não estivesse subordinada a esse propósito. Essas forças atuaram descentralizadamente, guiadas pelos elementos que há cinco meses viviam na área e de cuja presença os subversivos sequer suspeitavam. Isto constituiu-se em mais uma surpresa para os terroristas, que ficaram cerca de um mês sem ter noção dos efetivos que os combatiam. Essas forças tinham um efetivo de cerca de 250 homens, mas os terroristas o estimavam cinco vezes superior, confundidos por sua dispersão.

A primeira ação realizada foi a de isolamento dos elementos que prestavam apoio material ao terroristas e deveria ser desencadeada simultaneamente em toda a área, pois se pensava que, após longa permanência na região, os subversivos tivessem montado uma eficiente rede de informações. As forças de segurança estavam equivocadas. Concluiu-se, depois, que sequer essa rede conseguiram estruturar com os moradores locais. Cada equipe que adentrou a área recebia de seu guia uma ficha dos moradores, indicando seu grau de comprometimento e tipo de apoio que prestavam, embora, inicialmente, pelas razões antes explicitadas, todos tivessem sido isolados. Esses elementos, depois de desestimulados a cooperar com os subversivos, eram concitados a colaborar com as forças legais que passaram a apoiar suas famílias. Sob a custódia da PM/PA, recebiam alimentação, certidões de casamento e nascimento e, por fim, a muitos foi entregue o esperado título de terra. Não tinham qualquer formação política e cooperavam com os "paulistas" — denominação dada aos terroristas —, que lhes davam assistência médica, orientação sobre práticas agrícolas e educação e lhes tratavam com correção. da mesma forma, passaram a colaborar com as forças legais à medida que lhes foi ganha a confiança. Muitos deles tornaram-se valiosos guias.

Logo no início das operações, a rede de apoio, cuidadosamente trabalhada durante meses, estava na sua quase totalidade neutralizada, graças aos levantamentos realizados com antecedência. Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Haviam morrido no enfrentamento com as "forças da repressão": Jovino Ferreira de Souza ("Nunes"), André Grabois ("José Carlos), João Gualberto Calatronio ("Zebão") — pertencentes ao Dst A — e Antonio Alfredo Campos (ele

mento de apoio da área). Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza ("Sônia").

Habitantes locais, surpreendidos pelas ações junto às forças subversivas, abandonaram os "paulistas" logo nos primeiros dias. Outros o fariam dias depois. Após esses primeiros combates os terroristas desapareceram da área. Tinham seguramente se retirado para as áreas de homizio. Durante o restante do mês de outubro, todo o mês de novembro e boa parte de dezembro não houve mais encontros nessa região.

As tropas, agora empregadas, eram especializadas neste tipo de combate e boa parte delas com larga vivência na selva. Palmilhavam a selva mas não encontravam ninguém. Estabeleceram as bases de operações na mata, patrulharam castanhais, grotas, áreas de homizio, recebiam informações de helicópteros que vigiavam a região, estavam acompanhados de bons "pizeiros" e, possivelmente dadas as dimensões da área, não encontravam viva alma (4). É provável que muitas vezes tivessem passado bem próximo de acampamentos, mas em razão do limitado campo de visão na mata, não se apercebessem de sua existência.

Em fins de novembro, uma patrulha picotou um grupo de terroristas junto a uma grota, na área do Dst B. Travou-se um tiroteio, quando dois subversivos lograram fugir. É possível que nessa ocasião tenha morrido o terrorista Arildo Valadão ("Ari"). Os "paulistas", no entanto, imputam a morte de "Ari" a um morador local conhecido por Jonas, integrante desse grupo e que, após esse episódio, teria desertado.

Nos primeiros dias de dezembro, ainda na área do Dst B, uma patrulha que vinha da região de Palestina defrontou-se com um grupo de 7 a 8 subversivos, acampados próximos a uma grota, num lugar já utilizado para esse fim anteriormente. A patrulha atacou o grupo que, ao invés de reagir, fugiu apavorado, abandonando mochilas, bornais, panelas e um revólver. Teriam sido feridos ou mortos nessa oportunidade, pelo menos dois terroristas. O rela

(4) "Pizeiro" é como é chamado na área o rastreador, o homem que tem habilidade de seguir rastros.

tório sobre a luta no Araguaia, de "J", codinome de Ângelo Arroyo, assinala nesse episódio apenas a morte de Adriano Fonseca Filho ("Chico"). No entanto fala que "Jaime" e "Ferreira", nessa ocasião "*ficaram desligados do grupo* (5). *Simão não foi à referência procurá-los. Não se sabe o que ocorreu com eles. Durante cinco dias os demais companheiros, em número de cinco, caminharam pela mata sem ter o que comer e sequer um isqueiro para acender o fogo. Ao se encontrarem com o resto da força, apresentavam o corpo inchado de picadas de tatuquira e estavam famintos*". (6). Com o que acontecera a "Ari", "Jaime" e "Ferreira" parece que não houve mais preocupação, bastou o registro.

No final de dezembro foram localizados rastros que indicavam a movimentação de uma coluna na área do Dst A. Esses rastros foram seguidos e dada a possibilidade dos terroristas estarem, efetivamente, reunidos em grande número, informações foram passadas por meio de helicópteros de modo que outras equipes fossem orientadas para aquela região.

No dia 25, pela manhã, a patrulha que estava na área travou cerrado tiroteio com os subversivos. Intensificaram-se os reconhecimentos na região e entre os dias 30 de dezembro e 2 de janeiro, houve vários combates de encontro, com trocas de tiro (7).

Os subversivos, desde que começaram essas últimas operações em outubro de 1973, pareciam ter como objetivo — marcar presença na área, ou sobreviver. Nesses três meses, em nenhuma ocasião chegaram a tomar a iniciativa das ações. Seus efetivos na área, ao término do ano, haviam se reduzido a um terço do existente em abril de 1972. As operações prolongar-se-íam até meados de 1974 mas as forças restantes na área não tinham

---

(5) "Jaime" será possivelmente Jaime Petit da Silva e "Ferreira" ou "Zé Ferreira", Antonio Guilherme Ribeira Ribas.
(6) "Simão" é o codinome de Cilon Cunha Brun.
(7) No combate do dia 2 de fevereiro, foi ferido um soldado da patrulha com um tiro na coxa esquerda.

condições de atuar coordenadamente em força, principalmente porque perderam o contato com a direção política do movimento, que também vinha sendo desarticulada nas cidades. O grosso das tropas foi retirado, sendo mantidos na área elementos de informações e um destacamento que passou a guarnecer as instalações de um quartel recém construído em Marabá.

12. A incorporação da APML do B ao PC do B

Após a expulsão de Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright, estreitaram-se os contatos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) com os dirigentes do PC do B. Resolveu-se que o processo de incorporação da APML do B ao PC do B seria gradual, coexistindo, inicialmente, as atividades orgânicas das duas entidades.

A 17 de maio, o Birô Político do CC da APML do B divulgou sua última circular, intitulada "Incorporemo-nos ao PC do B", onde indicava o procedimento a ser observado pelas duas organizações subversivas no decurso da incorporação.

Em julho, uma reunião do CC do PC do B aprovou o documento "Acerca da Luta Antiimperialista", no qual o Partido posicionava-se contra o PC da China e contra a "Teoria dos 3 Mundos", discordando de Mao Tsetung acerca da existência de uma 3ª posição, ocupada por países não alinhados com os EUA e com a URSS e que seriam capazes de dirigir os seus próprios movimentos de "libertação nacional". No segundo semestre desse ano, intensificaram-se as reuniões entre João Amazonas de Souza Pedrozo, Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo Silva Arantes, visando à incorporação da APML do B ao PC do B. Haroldo e Aldo, porta-vozes dessa decisão, já estavam cogitados para integrarem o CC e a Comissão Executiva do PC do B.

Durante o ano de 1973, alguns dirigentes da APML do B passaram a auxiliar em tarefas do CC/PC do B e da própria Comissão Executiva do CC/PC do B. A união das duas organizações iniciava-se pela cúpula.

Apenas no final de 1974, durante uma reunião do CC/PC do B, ocorreria formalmente a incorporação. Os dirigentes da APML do B, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo Silva Arantes, Péricles Santos de Souza, José Renato Rabelo, João Batista Franco

Drumond e Ronald Cavalcanti Freitas foram cooptados para membros do CC/PC do B, sendo Aldo Arantes e Haroldo Lima eleitos membros da CEx/CC/PC do B.

Conforme combinado, as duas organizações mantiveram independentes os seus trabalhos a níveis intermediário e de bases, adotando o PC do B a denominação de "Estrutura 1" e a APML do B a de "Estrutura 2".

13. A extinção da VPR

No início de 1973, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) vindos de Cuba, onde haviam feito cursos de guerrilha, iniciavam os trabalhos para reestruturar a VPR no Brasil, a partir de um núcleo armado em Pernambuco (8).

O ex-cabo Anselmo, então amasiado com a paraguaia Soledad, componente do núcleo, indicou o "aparelho" onde eles se reuniam em Paulista, município do Grande Recife. Na noite de 8 de janeiro, a polícia deu uma "batida" no local e houve violenta reação dos terroristas. Após cerrado tiroteio, os seis militantes tinham sido mortos pelos órgãos policiais.

No final desse mês Herbert Eustáquio de Carvalho, líder da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira", enviou Maria Elisalva Oliveira ao Chile, onde conseguiu 7 mil dólares com João César Belisário de Souza.

Entretanto, a Coordenação Provisória da VPR existente no Chile não estava vendo com bons olhos as atividades de Herbert. Em fevereiro, expulsou da organização Maria do Carmo Brito por não ter correspondido às "funções que exercia na época de sua prisão", e Herbert por diversos motivos, dentre os quais "por demonstração de medo físico", "por excessivos gastos pessoais e desvios de dinheiro" e "por passar a exercer atividades duvidosas junto a um grupo da pequena-burguesia (MPR) — admitindo-os como membros da VPR, sob o título de Frente Gerson Theodoro de Oliveira".

(8) O núcleo era formado por: Eudaldo Gomes da Silva que havia sido banido para a Argélia em junho de 1970, sua então companheira Pauline Reichstul ("Silvana"), uma tcheca ex-amásia de Ladislas Dowbor, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, ex-marinheiro Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e a parag[illegible] Viedma ("Sol").

A tempestade, no entanto, não se desencadeou só no Chile. Fruto das "quedas" de diversos militantes da DVP, na Guanabara e em Minas Gerais, foram presos, entre os dias 3 e 7 de março, Maria Elisalva, Leonardo Valentini e Ubajara Silveira Roriz, acabando a "sonhada" reestruturação da VPR através da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira".

O Brasil havia ficado muito pequeno para Herbert. Apesar de sua "amizade íntima" com Cláudio Alves Mesquita Filho ter-lhe dado tranqüilidade emocional, a polícia brasileira fechava o cerco e ele conhecia bem a determinação de seus ex-companheiros da VPR. Com os 7 mil dólares, Herbert e Cláudio fugiram para Paris, alguns meses depois, passando a viver maritalmente e indo trabalhar numa sauna "gay". Herbert, ex-comando nacional da VPR, resolvera "assumir" (9).

Em meados de abril de 1973, com os dados fornecidos por Pedro Lobo de Oliveira, formou-se, em Santiago do Chile, um Tribunal Revolucionário integrado por militantes da ALN, do PCBR, do MR-8 e da VPR, esta representada por Oswaldo Soares e Flávio Roberto de Souza, que chegou às seguintes decisões: expulsar Onofre Pinto "por conivência com a infiltração policial no Nordeste" (10); expulsar Christóvão da Silva Ribeiro e Wânio José de Mattos (11); "justiçar" o ex-Cabo Anselmo (12) e o delegado Fleury (13).

A atitude de vingança, entretanto, não conseguiu sedimentar os militantes da VPR numa única vontade de reestruturação. A "queda" do Presidente Allende, do Chile, em 11 de setembro, dispersou seus militantes e extinguiu a VPR.

14. O fim da VAR-P

Embora voltada para o Rio Grande do Sul — onde no seu julgamento, os órgãos de segurança ainda não haviam alcançado a eficiência revelada em São Paulo e no Rio de Janeiro —, a Vanguar-

(9) Em janeiro de 1985, já no Brasil, o "casal" Herbert Eustáquio de Carvalho e Cláudio Alves Mesquita Filho foi nomeado assessor do Deputado Estadual pelo PT do Rio de Janeiro, Liszt Benjamim Vieira, ex-companheiro da VPR, banido para a Argélia em junho de 1970.

(10) Onofre Pinto desapareceu misteriosamente em julho de 1974, na Argentina.

(11) Wânio José de Mattos morreu no Chile, em 1973, com "peritonite".

(12) Até hoje, o ex-Cabo Anselmo vive escondido.

(13) O Dr Sérgio Fernando Paranhos Fleury, incansável lutador contra o terrorismo no Brasil, morreu em 1º de maio de 1979, num acidente ocorrido em Ilha Bela, no litoral norte paulista.

da Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P) mantinha seus contatos com a "frente" no Rio de Janeiro. No início desse ano, a VPR autodissolveu-se, alegando falta de condições orgânicas e abandonou a coalisão subversiva. Os contatos permaneceram, então, com a ALN e o PCBR, por conta de James Alen Luz e José Carlos da Costa.

No dia 25 de fevereiro, a "frente" perpetrou o assassinato do delegado do DOPS/SP, Dr Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", relatado no ítem referente à ALN, deste Capítulo.

Dentro do planejamento da organização, Porto Alegre torna-se o alvo de suas investidas armadas, no afã de obter recursos para implantar uma infra-estrutura de apoio ao trabalho de massas. No dia 14 de março, reunidos militantes da VAR-P e do PCBR, vindos do Rio de Janeiro, foi assaltada a agência Passo da Areia do Banco Francês Brasileiro, no Bairro Floresta. Durante o assalto, que rendeu quarenta e três mil e duzentos cruzeiros, foram feridos a bala o encarregado da limpeza, Haroldo Rocha Silveira e o guarda bancário, Telmo Farias Raymundo, pelo assaltante José Carlos da Costa. O bando era constituído por dois militantes do PCBR e James Alen Luz, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada e "Janilson" pela VAR-P.

Após a ação, José Carlos Costa e os dois militantes do PCBR, Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moutinho, retornaram ao Rio de Janeiro.

Em março, James Alen passou para Irene Madeira de Carvalho "pontos" com a ALN e o PCBR, para que fosse combinada uma outra ação em Porto Alegre. O "ponto", coberto apenas pelo PCBR, permitiu o planejamento da ação que não se realizou por falha na ação do roubo do veículo, perpetrado por militantes daquela organização.

No dia 25 de março, a fatalidade colocaria fim na vida criminosa de James Alen Luz. Ao retornar embriagado de um churrasco, na zona balneária de Porto Alegre, na Variant do militante Aldir Rodrigues da Silva, James Alen veio a falecer quando o veículo se chocou contra uma árvore, na estrada do Lami. Antônio da Cunha Losada e o motorista, Aldir, ainda levaram o corpo para uma clínica, onde foi constatada a morte do líder da VAR-P, o tristemente famoso "Ciro".

A identificação de James Alen foi dificultada pelo expe-

diente de Aldir e Losada em retirar-lhe os documentos, antes de deixá-lo na clínica. Inicialmente, foi confundido com Aldir, em razão do recibo encontrado no veículo acidentado. A vinda da esposa de Aldir de São Paulo esclareceu a dúvida, levando a polícia, induzida pela documentação da VAR-P encontrada na Variant e pelos boatos da presença de "Ciro" em Porto Alegre, a concluir pela identificação de James Alen, após o confronto de fichas datiloscópicas.

A existência nominal da VAR-P, sustentada pelas andanças e participações em assaltos de James Alen, viu-se irremediavelmente condenada pelo desaparecimento de seu líder. Abalada, Irene Madeira de Carvalho retornou ao Rio de Janeiro, permanecendo em contato com José Carlos da Costa. Os levantamentos para os "justiçamentos" de Reinhold Amadeu Klement e Artur Paulo de Souza, orientados por James Alen em Porto Alegre, sob a alegação de abandono da organização, colaboração com as autoridades e concessão de entrevistas a órgãos de difusão foram suspensos e a empreitada abandonada.

Em setembro, no Rio de Janeiro, Irene Madeira "cobriu ponto" com Flávio Augusto Neves Leão de Sales da ALN e Ramires Maranhão do Vale do PCBR e concordou, juntamente com Ramires, com a proposta de Flávio de que as três organizações assumissem a autoria de um atentado a bomba que seria realizado contra os escritórios da LAN-CHILE por militantes da ALN. A ação, realizada em 1º de outubro, foi relatada no ítem deste capítulo referente à ALN.

A agonia da organização prosseguiria, em meados do outubro, no Rio Grande do Sul, com a "queda" do pretenso CR/RS e seu incipiente trabalho operário. As prisões de Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, Aldir Rodrigues da Silva e mais seis militantes significaram o fim do trabalho organizado da VAR-P.

O golpe de misericórdia ocorreria, no dia 22 de novembro, em Porto Alegre, com a prisão de Irene Madeira de Carvalho, quando a última expressão da direção nacional procurava verificar pessoalmente a extensão dos danos provocados pelos órgãos de segurança.

O final do ano trouxe consigo o fim da VAR-P, nascida do

LAN CHILE

COLINA com prenúncios de grandeza, mas que se esvaziara paulatinamente corroída por dissidências e "rachas", acompanhando a melancólica sina das demais organizações da esquerda revolucionária.

15. A extinção da LO e do MPR

A Liga Operária (LO) passara todo o ano de 1972 realizando trabalho de massa e procurando aumentar seus efetivos que não chegaram, entretanto, a ultrapassar meia centena de militantes. Seu jornal "Unidade" era mais conhecido que a própria LO que passou a ser, também, chamada de "Grupo Unidade".

A prisão de Eurico Natal, em 3 de janeiro de 1973, desencadeou uma sucessão de mais de 30 detenções nos três primeiros meses do ano, acarretando a extinção da LO e do Movimento Popular Revolucionário (MPR) (14)

Os três membros da Direção da Organização (DO), Apolo Heringer Lisboa, Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa e José Anibal Perez de Pontes fugiram para o Chile, em março, acompanhados de Lúcia Marly de Oliveira, companheira de José Aníbal, e do casal Ernesto Prado Lopes e Oceania Paula Pinheiro Dias.

Somente em 1977, ouvir-se-ía falar novamente em "Grupo Unidade", com Apolo, Carmen e José Aníbal editando, em Paris, a revista "Conjuntura Brasileira".

16. RAN, mais um fim melancólico

Em janeiro de 1973, Júlio Ferreira Rosas Filho reencontrou, de férias no Rio de Janeiro, o Capitão-Tenente José Miguel Camolez, da Base Naval de Aratu, em Salvador/BA. Camolez já ti-

---

(14) Da LO foram presos: Amado Manoel de Souza Forteia, Antônio Carlos Meienberg Fadul, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Clete José Praia Fiúza, Cristina Maria Pape, Dalton Godinho Pires, Eduardo José Ribeiro da Fonseca Filho, Edward Braga, Eurico Natal, Fábio Geraldo Flores, Fernando Maurício Caldeira Brandt Saldanha, Graciela Meienberg Fadel, Jandira Andrade Gitirana Praia Fiúza, Janete Oliveira de Carvalho, Joel Ângelo da Costa, Jonas Soares, José Diogo da Silva, José Muniz Cardoso, José Santiago, Juvenício José Neves da Silva, Lygia Carvalho Pape, Manoel Assumpção de Castro, Manoel Leite, Margarida Maria Godinho Pires, Paulo Ferreira Campos e Regina Lúcia dos Reis Abrante. Do MPR foram presos: Leonardo Valentini, Maria Elisalva Oliveira, Marília dos Santos Cruz e Paulo Roberto Machado da Silva.

nha sido citado pelo Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos co mo elemento de esquerda, suscetível de ser arregimentado para a Resistência Armada Nacional (RAN).

Dentro do propósito da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas, Júlio Rosas providenciou um encontro do CT Camolez com Amadeu de Almeida Rocha. Na conversa ficou acertado o ingresso de Camolez na RAN, com o compromisso deste de tentar criar um grupo de ação (GA) em Salvador. Camolez levantou também a possibilidade de fazer um trabalho de massa junto aos operários da Base Naval de Aratu. Amadeu pediu — num procedimento já padronizado — para que Camolez comprasse uma pistola Walter PPK na Marinha e cedesse para a organização. Pediu, ainda, que fosse levantado o nome do oficial que comandou a operação que resultara na morte de Carlos Lamarca no interior da Bahia. Amadeu procurava, com uma fanfarronice característica, impressionar Camolez com a perspectiva da RAN poder ajustar contas com aquele oficial.

O GA de propaganda estava, no início de 1973, em fase de implantação. Filisbina Assunção Santos, como coordenadora, contava com a colaboração de Ana Maria Ferreira Rosas, de Nicolau Zarvos Neto e de Maria Alice Viveiros de Castro. A equipe de ação (EA) da revista Prisma, coordenada por Júlio Ferreira Rosas Filho, estava completa com três GA (15) e, a partir de fevereiro, passou a ser rodada no sítio de Ramalho Ortigão.

Hermes Machado Neto recebeu ordens de iniciar as ações armadas, em preparação desde meados do ano anterior. Entre os levantamentos já feitos existia um da residência do Dr. Chrisógono Silva Borges, um dos donos da "Clínica da Gávea". Antes porém de realizar esse assalto, Amadeu Rocha resolveu reforçar o poder de fogo do GA, ordenando um assalto a um posto da Guarda Noturna na Rua Uruguai.

No dia 22 de fevereiro, foi assaltada a 16ª Inspetoria da Guarda Noturna, na Rua Uruguai. O comando da ação, para efeito de treinamento, foi atribuído a José Sérgio Vaz. O motorista do GA passou a ser Ramalho Ortigão que recebeu o apelido de "Fitti

---

(15) O 1º GA, coordenado pelo próprio Júlio, contava com a participação de Marília Salles Falci Medeiros e Manoel Maurício de Albuquerque. O 2º GA, coordenado por Francisco Jácques Moreira de Alvarenga, compunha-se de César Augusto Chaves Fernandes e de Maria da Conceição Chaves Fernandes. Carlos Henrique de Escobar Fagundes coordenava no 3º GA a atuação de Maria da Glória Ribeiro da Silva e de Antônio Celso Pires Osório Pereira.

paldi". Durante a incursão Jefferson Santos do Nascimento disparou acidentalmente a sua arma, provocando uma fuga precipitada. Assim mesmo foram roubados dezenove revólveres. Durante a retirada, uma cena cômica: os assaltantes, de carro, foram perseguidos algum tempo por um guarda-noturno de bicicleta. Naquela ocasião, Jefferson disparou novamente sua arma, tentando afugentar o perseguidor.

O assalto da Guarda Noturna foi motivo de euforia na organização. Como crianças travessas, os "revolucionários" Amadeu Rocha e Júlio Rosas ligavam para todos os conhecidos mandando que comprassem os jornais e identificassem o assalto como sendo de autoria da RAN. Amadeu chegou a preparar correspondência para os jornais, onde a organização assumia a responsabilidade da ação.

Já tendo roubado um carro no início de fevereiro, no dia 27 desse mês foi realizada aquela que seria a segunda e última ação da RAN. Hermes Machado, Jefferson Santos e José Sérgio Vaz reuniram-se no Largo do Machado e dirigiram-se a pé para o prédio nº 128 da Rua Senador Vergueiro. Sandra Lazzarini, que já auxiliara na complementação do levantamento do apartamento do Dr Chrisógomo, serviu de distração ao porteiro enquanto Hermes Machado — o comandante da ação — e seus dois comparsas entravam no prédio. Inicialmente, entraram no apartamento Hermes e José, rendendo, amarrando e amordaçando a esposa e o filho do médico e mais a empregada da casa. O médico não estava em casa. Pouco tempo depois, adentrava o apartamento o Dr. Chrisógomo acompanhado por Jefferson. Do cofre foram roubados trinta mil cruzeiros, oitocentos dólares e várias ações ao portador da Companhia Vale do Rio Doce. Após amarrarem e amordaçarem também o médico, o bando se retirou, abandonando o prédio.

Após o assalto à residência do Dr Chrisógomo, José Sérgio Vaz foi preso por ter dado um desfalque na editora onde trabalhava. A organização, preocupada com a segurança, contratou um advogado para tirá-lo da prisão. Em reunião realizada no sítio de Ramalho Ortigão, ficou decidido que os membros do GA armado deixariam de se encontrar enquanto perdurasse a situação.

No início de março, as perspectivas da RAN eram animadoras. Em São Paulo, a disposição de participação de Ruth Escobar prometia uma atuação intensa no meio teatral e a perspecti-

va de trabalho, junto com Leonardo Barbosa de Medeiros, permitia prever uma breve estruturação do GA na capital paulista. Em Recife, seria tentada a implantação de um trabalho de massa através do ex-padre Narciso Sminovski e de sua mulher Maria Francisca Simões Lemos. O GA de Juiz de Fora estava para ser estruturado, apesar dos desentendimentos de Avelino Kock Torres e José Paulo Neto. Em Salvador, também, havia otimismo com a possibilidade de atuação do Capitão-Tenente José Miguel Camolez, em termos de estruturação do GA e aliciamento na área militar.

O crescimento da organização previsto para 1973, impulsionado pelas recém-iniciadas ações armadas, proporcionaria condições para a estruturação de diversos militantes (16). A partir dos assaltos, a RAN começou a pensar grande. Pretendia comprar uma gráfica que ficaria sob a responsabilidade de Mário de Lucena Montenegro em atividade no setor de imprensa, o qual era coordenado por Roberto Pinto de Luna Pedrosa. A organização esperava estruturar-se, em breve, em mais dois estados para formalizar a instituição do Comando Nacional.

Em março, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira foi preso pelos órgãos de segurança, para esclarecer sua participação em curso de guerrilhas em Cuba. O fato gerou uma crise de segurança na RAN. Hermes Machado e Sérgio Vaz abandonaram o "aparelho" de Sepetiba, onde haviam se homiziado após o último assalto — local freqüentado por Amarantho — e se homiziaram em residências de militantes legais.

Quando a emergência estava praticamente superada, houve as prisões de Sandra Lazzarini, Adail Ivan de Lemos e José Flávio Ramalho Ortigão. A partir dessas prisões, o despreparo dos intelectuais para a eventualidade da prisão provocou o completo desmantelamento da organização. Amadeu Rocha, abandonando sua residência, entregou grande parte do dinheiro roubado à guarda de Júlio Rosas Filho. O pai de Júlio gastou grande parte do dinheiro para pagar contas pessoais do filho.

Não afeitos à clandestinidade, os militantes da RAN foram sendo presos um a um, até que, no dia 5 de abril, foi a vez de Amadeu de Almeida Rocha. Sua prisão causou constrangimento à sua

(16) Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que se encontrava afastado da organização, tinha previsão de ser setorizado num GA de ações armadas. Adail Ivan de Lemos seria agregado à estrutura de comando regional na Guanabara quando se liberasse dos problemas judiciais por participação de assaltos no Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

esposa, Alice Amália Moniz Almeida Rocha, que ficou conhecendo sua noiva, Vera Lúcia Coutinho Faria, na prisão.

Da arrogância e da autoconfiança de Amadeu, discípulo aplicado da escola de Leonel Brizola, o tutor de Caparaó, nada restou. Desprovido de coragem física e moral, Amadeu acovardou-se de forma humilhante, tornando-se motivo do "desbundamento" de vários militantes da RAN, que pretendiam manter o "papel digno do revolucionário na prisão".

O que restava da RAN, até o dia 5 de abril de 1973, foi destruído pela delação de Amadeu. Mais tarde, já cumprindo pena, o "grande líder" da RAN denunciaria as "torturas" que teria sofrido, procurando justificar a tibieza de seu comportamento na prisão.

Menos sorte teve o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Antes de sua prisão, recebera de Júlio Rosas um pacote, contendo algumas armas do lote roubado da Guarda Noturna do Rio de Janeiro, com a orientação de desfazer-se dele. Jacques passou as armas para Merival de Araújo — terrorista da ALN — de quem era um elemento de "apoio". Durante os seus depoimentos na polícia, Jacques "abriu" um contato que teria com Merival, que, de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão. No dia 28 de junho, Francisco Jacques Moreira de Alvarenga seria assassinado pela ALN em pleno Colégio Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, onde lecionava.

A RAN, assim como o seu predecessor o MNR, não tinha uma linha política definida e considerava o trabalho de massas como acessório.

Pretendeu estabelecer relações com organizações argentinas da luta armada. Dava muita importância ao trabalho junto às Forças Armadas. Segundo as lideranças da organização, a revolução peruana do General Alvarado representava uma alternativa válida para a revolução brasileira.

A luta armada era vista como a única forma de alterar o regime no país. Entretanto, a RAN não tinha definido como utilizar o argumento das armas. Antes que pudesse tentá-lo pela segunda vez, tinha um fim tão melancólico quanto o da fracassada "guerrilha de Caparaó".

17. A divisão da Direção Geral do MR-8

Após a autocrítica e a reformulação de sua linha política, o novo MR-8, o MR-8 do Pleno, passou a desenvolver suas novas atividades, com a sua Direção Geral (DG) dividida em duas seções: a do Exterior, com Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Nelson Chaves dos Santos e João Luiz Silva Ferreira, e a do Interior, no Brasil, com Franklin de Souza Martins e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Em Fevereiro de 1973, Franklin retornou ao Brasil, instalando-se em São Paulo e estruturando um Comitê Regional (CR) dirigido por José Roberto Monteiro e Albino Wakahara, passando a imprimir o jornal "Manifesto".

Logo depois, regressaram Sérgio Rubens de Araújo Torres e sua esposa, Norma Sá Pereira Torres, passando a reestruturar e a coordenar o CR da Guanabara.

Na realidade, o MR-8 do Interior era dirigido pela DG no Chile, que chegou, inclusive, a realizar o "I Ativo no Exterior", em agosto.

A queda de Allende, em 11 de setembro de 1973, dificultou os planos iniciais da organização, com os quatro membros da DG tomando diferentes caminhos, até nova integração em Paris, em 1974. O esquema de contato passou a ser por cartas enviadas para o endereço de Augusto Boal, em Buenos Aires.

18. O crescimento e a desarticulação do MPL

Com o regresso de Sônia Correia Lins da Europa, no final de 1972, iniciaram-se os estudos para modificar a estrutura do Movimento Popular de Libertação (MPL). A organização, como um todo, possuía uma coordenação e três setores: Educação, Operário e Igreja. A existência de militantes, atuando em mais de um setor, na mesma área, criou a necessidade de um organismo que harmonizasse as atividades paralelas.

No início de 1973, foi aprovada a criação das Regionais, entidades coordenadoras nos grandes centros urbanos que seriam orientadas por uma Coordenação Nacional, instituída na mesma ocasião.

A antiga coordenação transformou-se em Coordenação Nacio-

nal, onde Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis passaram a contar com a colaboração de Waldemar Rossi , líder metalúrgico de São Paulo. Institui-se provisoriamente a Regional São Paulo (17) e, para superar a carência de recursos, a direção do MPL, em ligação com Sílvio Correia Lins, resolveu abrir uma sucursal da Intrade na cidade do Rio de Janeiro (18) .

Em março de 1973, foi realizada a 1ª Reunião da Coordenação Nacional num colégio católico no bairro da Casa Verde, São Paulo. Durante o encontro ficou decidida a ampliação da Coordenação Nacional e a criação da Regional do Paraná.

Foram incluídos na CN Istvan Jancso, o Padre Carlos Minayo Gomes, Antônio Aparecido Flores de Oliveira e Sônia Correia Lins. A Regional do Paraná estabeleceu-se com os militantes Cristina Schoroeter Simião, Paulo José Portes Simião, Padre Ângelo Avelino Perin e Padre Felipe Leddet.

No Rio de Janeiro, o aliciamento foi orientado pelo Padre Minayo, coordenador da Pastoral Operária do Vicariato da Leopoldina e assistente da Ação Católica Operária (ACO). Alguns operários metalúrgicos, integrantes da Comissão Operária (CO), constituíram o grupo "Reflexão sobre o Trabalho na Classe". As reuniões da CO ocorriam no Vicariato da Leopoldina, onde passaram a ser ministradas palestras por Istvan Jancso e por Piragibe Castro Alves, visando à manutenção da coesão do grupo e à conscientização dos ouvintes para a necessidade de mudanças na estrutura existente. A partir de determinada época, além dos membros do Grupo Reflexão, passaram a assistir às palestras outros membros da Pastoral Operária.

A atuação do grupo no Sindicato dos Metalúrgicos, orientada por Afonso Delelis, voltou-se para a constituição da Oposição Sindical que teve papel de destaque nas eleições sindicais.

Waldemar Rossi encontrou-se com Joaquim Arnaldo de Albuquerque para discutir assuntos ligados a interesses comuns da atividade sindical no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com uma reu

---

(17) A Regional/SP estava constituída pelos militantes Maria do Pilar Costa Santos, Vitor Gianotti, Leo Pedro Birke, Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Waldemar Rossi, Antônio Sales Filho e Elias Stein, este militante profissionalizado pela organização.

(18) Os escritórios da Intrade Ltda, localizados na Avenida Rio Branco nº 57, tinham a finalidade de atuar no comércio internacional e servir de cobertura para angariar recursos para o movimento. Eram associados do empreendimento Roberto Farias Mendes, Marcos Correia Lins, Otávio Augusto Machado, Hélio [illegible] S/A.

nião posterior em São Paulo, ficou praticamente acertado o ingresso dos metalúrgicos cariocas no MPL.

Ao final de 1973, Padre Minayo terminou o trabalho de aliciamento, transformando os membros do Grupo Reflexão em militantes do MPL.

Na formação da Regional da Guanabara, Beatriz Bebiano não concordou em participar da estruturação da Regional, optando pela vinculação do Setor de Educação diretamente à Coordenação Nacional. À Regional da Guanabara ficaram ligados, apenas, os Setores Igreja e Operário (19).

Em São Paulo foi realizada uma reunião para definir uma nova coordenação regional. Foram escolhidos Elias Stein, Vitor Gianotti e Waldemar Rossi que atuavam nos Setores Igreja e Operário e Maria do Pilar Costa Santos e Leo Pedro Birke que coordenavam as ligações no Setor Educação. Maria do Pilar realizaria também os contatos na área de campo em São Paulo.

Por volta de agosto de 1973, ocorreu no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, no Rio de Janeiro, a 2ª Reunião da Coordenação Nacional, quando foi incluído um representante do Paraná no órgão máximo do movimento.

Com o retorno do Padre Alfredo Hervê para a França, Istvan Janeso, em uma de suas freqüentes viagens à capital baiana, aliciou, no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Padre Andrés e os irmãos José Crisóstomo e Deodato, com os quais passou a coordenar o movimento, atuando prioritariamente no Setor Educação.

No Paraná, Paulo José Fortes Simião ministrava cursos nos Centros Sociais ligados às Paróquias, dentro do Plano Pastoral Rural do Paraná. Estavam ligados ao movimento os Padres Josef Emiel Van Caekelberg, de Francisco Beltrão/PR, e Manoel Jequels, de Altônia/PR.

Em setembro de 1973, no bairro de Casa Verde, São Paulo, o mesmo local da 1ª reunião, foi realizada a 3ª Reunião da Coordenação Nacional do MPL.

Durante o encontro ocorreram algumas definições. O trabalho de bairros deveria ser retomado, aproveitando-se das Socie-

(19) A Regional Guanabara ficou constituída pelo Padre Minayo Gomes, como coordenador, e pelos militantes Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Altamiro Silva, Manoel Andrade Canosa e José Maria Galdeano.

dades de Amigos de Bairros já existentes. O trabalho do Setor Igreja deveria prosseguir através das pastorais, sob a coordenação do Padre Minayo Gomes. Os trabalhos no campo e nos bairros não tinham um coordenador designado, ficando aberto a todos os membros da Coordenação Nacional. No Setor Operário, as Regionais deveriam incentivar a atuação das Oposições Sindicais nas fábricas e nos sindicatos.

O controle financeiro do MPL ficaria a cargo dos irmãos Marcos e Sônia Correia Lins. Os recursos seriam obtidos através de financiamentos a projetos, concedidos por entidades assistenciais internacionais como a International American Fundation (FINA) americana, o Comité Catholique francês e Developpement et Paix canadense, dentre outras.

Dentro desse esquema financeiro, Istvan Jancso desviou parte de um financiamento, concedido ao NOVA, para o MPL e Cristina adotou o mesmo procedimento quanto a um empréstimo recebido pela ADITEPP. Os recursos da organização destinavam-se à manutenção de militantes profissionalizados e ao financiamento de despesas de viagens a serviço do MPL.

No dia 12 de janeiro de 1974, o MPL realizou a quarta e última Reunião da Coordenação Nacional, no Instituto Pio XII em Taboão da Serra/SP.

Durante a reunião, a Coordenação Nacional — desfalcada do Padre Carlos Minayo Gomes que viajara em férias para a Espanha — discutiu dois documentos que não chegaram a ser aprovados. Piragibe Castro Alves apresentou um documento sobre a conjuntura econômica e Waldemar Rossi expôs um texto sobre a estrutura sindical. A Coordenação concluiu pelo prosseguimento das discussões numa próxima reunião, prevista para o mês de fevereiro.

Em Taboão da Serra, um dos encarregados das finanças, Marcos Correia Lins apresentou um quadro sombrio sobre a situação da organização. Um déficit de oitenta mil cruzeiros, acumulado em sua maior parte com ajuda de custo a militantes, ameaçava inviabilizar o MPL. As soluções levantadas, aumento do auxílio recebido do exterior ou montagem de empresas rentáveis, administradas exclusivamente por militantes do MPL, ficaram de ser aprofundadas na próxima reunião da Coordenação Nacional. A intensificação das atividades do MPL tinha seu preço.

Os questionamentos e problemas do MPL terminaram com o desmantelamento da organização, iniciado no final de janeiro de 1974.

No Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba foi presa a maioria dos militantes do MPL. Apenas Marcos Correia Lins e o Padre Carlos Minayo Gomes conseguiram escapar à ação policial.

Desarticulava-se assim o movimento que pretendeu, sem êxito, unir as esquerdas e a oposição ao regime de 1964 numa "Frente Antiimperialista". Evoluindo para uma organização voltada para o trabalho de massas, através da conscientização pela educação de base, o MPL promoveu a união de intelectuais marxistas, clérigos "progressistas" e operários ligados ao setor da metalurgia. Carecendo de estatutos e de um documento-base contendo estratégia e táticas, o movimento tornou-se uma entidade abstrata, atuante pela infiltração em entidades legais ou consentidas, existentes na área de educação e nos meios eclesiásticos e operários.

Em 1978, a justiça absolveria os militantes do MPL, em conseqüência das dificuldades encontradas em materializar a existência da organização.

19. Um mil novecentos e setenta e três

O ano de 1973 marcou, praticamente, o fim da terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Foram desmantelados, no seu transcorrer, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Liga Operária (LO), o Movimento Popular Revolucionário (MPR), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), a Resistência Armada Nacional (RAN) e o Movimento Popular de Libertação (MPL) e desarticulado o foco guerrilheiro do PC do B, no SE do Pará.

Não diminuíra porém a violência. Além do elevado número de mortos em combate, seriam "justiçados" Manoel Henrique de Oliveira, Otávio Gonçalves Moreira Júnior, Pedro Limoeiro e Osmar, moradores do SE do Pará, Rosalino Cruz do PC do B e Salatiel Teixeira Rollins do PCBR, além de mais de uma dezena de pessoas feridas no atentado à agência da LAN-CHILE. Sobre essa violên-

cia, sobre esses assassinatos, alguns brutais como do Dr "Otavinho", alguns de inocentes, alheios ao problema como de Manoel de Oliveira, não se ouviu uma única manifestação dos comitês e associações de Defesa dos Direitos Humanos que começavam a proliferar no País. Para essas entidades apenas as esquerdas tinham direitos humanos a serem preservados. Para elas a imagem de Deus estampada na pessoa humana, seguramente, não era única.

Apesar de todos os esforços e gastos dispendidos pelas esquerdas e, particularmente, pelo Movimento Cristão para a Paz, a feira realizada pelo Brasil, na Bélgica — Brasil Export 73 — superou todas as expectativas, tendo sido um êxito completo. O Brasil confirmava para os países da Europa que era uma alternativa válida, de suprimento permanente, além de matérias primas, de produtos manufaturados. Esse sucesso que abria novos mercados para os produtos nacionais, ampliando as possibilidades do País de dar seguimento a seu progresso, pela via da livre iniciativa, era sentido pelas esquerdas, tanto quanto sua derrota na luta armada no País. Durante as semanas que antecederam essa feira, a FBI e seus acólitos tentaram passar uma imagem do Brasil de mera "ditadura militar" com pretensões imperialistas.

Mais uma vez tiveram êxito. Nos desencontros que iriam surgir entre o Brasil e Argentina, com relação ao aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná, provocados mais por problemas de política interna de nosso vizinho do sul, o posicionamento do Brasil foi tido, pela coligação de Partidos que venceu as eleições argentinas, como uma "demonstração de imperialismo". A mesma colocação seria posta quando o Brasil, buscando uma estreita cooperação com a Bolívia, financiou alguns projetos naquela nação irmã.

Mas, o País sabia que, à medida que se desenvolvesse, expandindo suas fronteiras econômicas, iria contrariar interesses e encontrar obstáculos cada vez maiores a serem contornados por nosso corpo diplomático, felizmente altamente capacitado.

Vivíamos o décimo ano do processo revolucionário e o sétimo de crescimento acelerado, tendo nesse último período quase dobrado o nosso Produto Interno Bruto. De 1967 a 1973 o PIB aumentou 85%, com crescimento anual médio de 11%. Para se ter um elemento de comparação, no período entre 1955 e 1961, quando tivemos outro surto de crescimento, a média anual foi de 7,4%.

RESERVADO

No dia 31 de março desse ano, o Jornal do Brasil, no seu editorial "1964", assim se expressava: "Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se.

Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já o destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades.

Os louvores e as emulações que acompanham, como se fossem moldura, a imagem do País que se projeta, constituem o julgamento de mudança para melhor, e por isso mesmo irreversível, embora sujeita a reajustes eventuais no seu mecanismo de prospecção e aperfeiçoamento. O que ficou para trás está banido pelo consenso geral da nação que se moderniza a fim de antecipar seu destino...

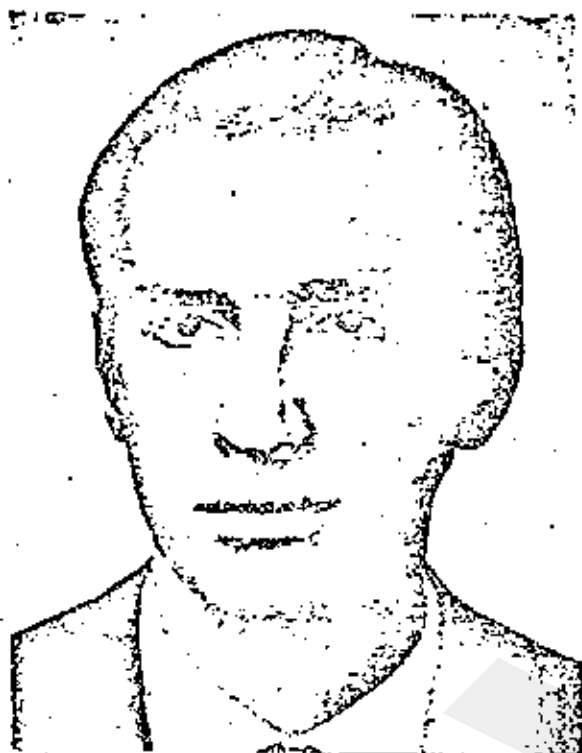
O País que foi reformulado em 1964 na maneira de pensar e agir ingressa hoje no ano 10 de sua nova etapa, e em muitos aspectos mostra uma face transfigurada. A obra de renovação aponta em quase todos os setores os frutos de um trabalho ingente planejado e executado pela nação inteira — governo e povo unidos no mesmo sentimento e na mesma inspiração. O crescimento econômico; a afirmação internacional; a ocupação crescente de largos espaços vazios de nosso território; a preocupação mais recente com o conteúdo social do desenvolvimento; tudo isso traduz a definição pragmática de um destino que desabrocha ..."

Ao fim de 10 anos de processo revolucionário, o País experimentara o período de crescimento mais duradouro e a níveis mais elevados de sua história. Eliminara também as atividades da subversão armada. Estavam pois criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da Revolução. O País organizara-se e progredira sob o signo da eficiência, mas não rearticulara seu sistema político, não lançara as bases de uma estrutura permanente capaz de integrar o homem brasileiro no processo de busca do seu bem estar.

Era preciso, agora, restabelecer-se as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político. Era preciso que se encontrasse a estabilidade política através do estado de direito, "capaz de preservar a ordem jurídica e a paz social, por meio de instrumento permanente", que reduzisse o arbítrio, preservasse as garantias individuais e armasse o Estado para a defesa da sociedade democrática.

Era o que propunha o novo Governo, a par com a continuidade do desenvolvimento econômico e social.

RESERVADO

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1973 -

DR. OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR — ASSASSINADO PELAS COSTAS, EM COPACABANA, POR TERRORISTAS DA ALN, VAR-P E PCBR.

MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA - ASSASSINADO, EM 21 DE FEVEREIRO, POR MILITANTES DA ALN, NA ESQUINA DA RUA MOOCA COM RUA ANTUNES MACIEL, EM SÃO PAULO, SOB A EQUIVOCADA ALEGAÇÃO DE TER COLABORADO COM A POLÍCIA.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1973 -

PROFESSOR FRANCISCO JACQUES DE ALVARENGA - ASSASSINADO NO INTERIOR DO COLÉGIO VEIGA DE ALMEIDA, NO RIO DE JANEIRO, EM 28 DE JUNHO, POR MILITANTES DA ALN.

PAREDE DO COLÉGIO VEIGA DE ALMEIDA, PICHADA POR OCASIÃO DO ASSASSINATO DO PROFESSOR FRANCISCO JACQUES DE ALVARENGA.

CAPÍTULO XII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA TERCEIRA TENTATIVA

1. O desfecho

> *"A guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e do risco, nem tampouco é obra d'um entusiasmo desenfreado; é um meio sério para alcançar um fim sério".*
>
> CLAUSEWITZ

Em 1974, as organizações subversivas marxistas-leninistas, que desde 1967/68 haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram — a luta armada — estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria.

Nessa luta, como vimos ao longo deste trabalho, estiveram envolvidos grupos e facções minoritários da população que, convertidos à ideologia marxista-leninista, decidiram-se pelo caminho da violência para tentar impor sua vontade à maioria da nação. Seus objetivos eram aparentemente comuns — tomar o poder e implantar uma nova ordem que, baseada na ideologia que os inspirou, seria a "ditadura do proletariado".

Ao escolher a luta armada, isto é, submeter a vontade da nação pela força física, pela ação violenta, essas organizações comunistas decidiram-se igualmente por arcar com as conseqüências de sua atitude. A escolha de tal forma de luta, desafiando a autoridade constituída, agredindo as instituições de forma violenta,com o apoio do exterior — que lhe fornecia ideologia, doutrina revolucionária, insidiosa propaganda, recursos financeiros, treinamento de guerrilheiros, enfim, subsídios de toda ordem — a fim de operar modificações nas estruturas do país, implicou na ação legítima e oposta do Estado agredido. *"As almas filantrópicas"*, como diz Clausewitz, *"podem julgar que existe uma maneira diferente de contrapor-se a essa ação violenta, sem uso da violência". "É um erro"*, diz o filósofo da guerra, *pensar assim, por mais que a brutalidade nos repugne"*. Tal método ainda não foi inventado. Nesse embate as organizações subversivas, como vimos nos capítulos anteriores, foram completamente derrotadas. A luta armada fracassara e com ela a mais duradoura, a mais sangrenta, mas nem por isso a mais perigosa tentativa de tomada do po-

der pelos comunistas. A ação das forças de segurança fora determinante nessa derrota. Mas quais seriam as outras causas desse insucesso?

As próprias organizações subversivas, em suas autocríticas, reconheceram a eficiência dos órgãos de segurança e concluíram que foi um equívoco subestimarem sua capacidade; nessas autocríticas, é ponto pacífico e unânime, também, que foi um erro fundamental lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. Essa causa foi tão ou mais importante para o insucesso dessa tentativa de tomada do poder quanto a anterior.

Existem, naturalmente, outras importantes causas determinantes dessa derrota. Nos propomos, nestas conclusões, a analisar essas causas e outros aspectos que influíram na derrota, porque nelas reside a resposta a muitas indagações feitas no início deste trabalho. Por outro lado, o exame destas questões, proporcionará um melhor conhecimento da natureza do processo subversivo, das organizações envolvidas e dos homens que nelas militaram ou as dirigiram.

2. A atomização das esquerdas brasileiras

Havia alguns anos que o bloco comunista deixara de ser monolítico. Vimos que mesmo antes de 1964 já existiam no país, além do PCB, do PORT, do PC do B, da POLOP e da AP, a esquerda independente, isto é, aquela não estruturada em uma organização ou partido (1).

Em 1964, a precipitação dos comunistas ou, como diz o dito popular "a sede com que foram ao pote", determinou o fracasso daquela segunda tentativa de tomada do poder. A técnica pretensamente posta em prática naquela ocasião, que o Instituto para Estudo de Conflitos, de Londres, denomina de "conquista progressiva da nação", é demorada, arrastando-se, às vezes, por décadas, como ocorreu em Portugal, onde o processo levou 40 anos. O Comitê Central do PCB, em suas "Teses", publicadas no seu periódico clandestino "Voz Operária", buscando eximir o Partido de culpa por aquela derrota, considerou que a Revolução de 31 de

(1) A esquerda independente é uma figura difusa, constituída por líderes de esquerda ou que, de acordo com a conjuntura e suas conveniências, se fazem passar por tal, agindo como franco-atiradores e atirando de acordo com seus interesses sem se comprometerem com um organismo estruturado.

março havia sido deflagrada em decorrência da ameaça de utilização da força e da violência e que essa violência fora colocada pela própria esquerda, no afã de atingir seus objetivos.

A esquerda independente, a quem possivelmente o PCB tenha dirigido suas críticas, como é usual nessas horas, desaparece e seus porta-vozes "fazem-se de mortos" (2). Mas a esquerda organizada ou a que passaria a ser conhecida como "nova esquerda", tomou as dores e culpou a própria linha revolucionária do PCB e a forma com que o Partido conduziu a escalada comunista, por esse fracasso. Esse insucesso, tido como fracasso da "via pacífica", robusteceu na "nova esquerda" a convicção de que a tomada do poder só seria viável pela luta armada, passando imediatamente a preparar-se para ela. O fato ampliou o fosso entre essas organizações — que passaram a autodeterminar-se de "esquerda revolucionária" — e o PCB, por elas considerado reformista e de quem queriam distinguir-se.

O processo dessa tentativa provocou também o acirramento da luta interna no PCB. Essa luta foi travada em torno do balanço "dos erros e causas da derrota de 1964", valorizando a luta armada. Além dessas circunstâncias, a luta armada já vinha sendo impulsionada na América Latina pela China e por Cuba. Essas discordâncias, inicialmente em torno da linha revolucionária e da tática adotada, geraram, primeiro no PCB e depois no seio das demais organizações subversivas, dissidências que evoluíram para novas organizações. Posteriormente, além da linha revolucionária, aspectos menores e de somenos importância passaram a se constituir em motivo suficiente para se criar, no interior das organizações subversivas, tendências e frações que evoluíam normalmente até o "racha", fazendo surgir uma nova organização.

O divisionismo tornou-se a característica fundamental da esquerda revolucionária brasileira. O Brasil foi seguramente o país onde o maior número de organizações subversivas existiu e atuou, simultaneamente, com o mesmo objetivo — o de derrubar o governo e o regime.

Por que isto teria acontecido?

Melhor do que nós, a esquerda terá sua resposta a esta indagação. Sem nos aprofundarmos nelas, mas visando a conhecer melhor

(2) É possível que o PCB quisesse se referir mais a Brizola, ou mesmo a Arraes, ou a ambos e outros, do que ao PORT, POLOP, PC do B ou AP, todos, à época, de expressão muito reduzida.

a esses que dizem ter a solução para todos os problemas nacionais, apontamos duas deficiências que saltam aos olhos, como causas desse fenômeno. A falta de lideranças autênticas, capazes de congregar essas facções e a falta ou deficiência no preparo político-ideológico de quadros e dirigentes. Difícil é determinar qual dessas causas, que se nos afiguram como interagentes, será a fundamental.

Se um grupo dentro de uma organização tinha um ponto de vista diferente, não apresentava argumentos doutrinários capazes de fundamentá-lo, exatamente por não terem seus pretensos líderes conhecimentos político-ideológicos suficientes para fazê-lo. Era mais fácil para eles criar outra organização do que argumentar. Por outro lado, a facção contrária não tinha argumentos suficientes, com base na doutrina, para convencê-los e mantê-los na organização. Esta indisciplina intelectual revela falta de conhecimento doutrinário e, em decorrência, de convicção ideológica. Isto gerava uma instabilidade muito grande nas organizações, onde verificavam-se situações anômalas criadas por aqueles fatos. Recordemos apenas um dentre as dezenas de casos narrados neste trabalho. A Dissidência Comunista da Guanabara (DI/GB) sofreu, em 1967, um processo de luta interna, tripartindo-se. O grupo majoritário, de posições mais moderadas, iria, meses depois, radicalizar-se e adotar o foco militarista. Já o chamado grupo dos "foquistas" que então defendia idéias militaristas, meses após formaria a Dissidência da Dissidência (DDD), com base numa visão crítica do militarismo. A simples denominação desta última organização expressa, como nos teoremas, o que queríamos demonstrar.

O foquismo, sem dúvida, contribuiu para que essa tendência divisionista fosse levada ao extremo.

Cuba, pretendendo ter introduzido "um avanço decisivo à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo", buscava exportar seu processo revolucionário baseado no "foco militarista". A inovação do "foco militarista" residia, principalmente, na não necessária subordinação da guerrilha a um Partido Comunista. A revolução deveria ser dirigida por uma vanguarda marxista-leninista que estivesse decidida a iniciá-la por um foco militar — a guerrilha — que seria o motor da guerra total. Entendiam os cubanos e de resto também os chineses que para derrubar o poder do Estado Capitalista ou, como diz Debray,

para "arrebentar o seu esqueleto — o exército — é preciso outro e supõe treinamento, disciplina e armas", e isso era o prioritário. No foquismo, o comando militar não se sujeita ao político, a guerrilha não é simples braço armado do Partido. Dizem seus teóricos que não há subordinação de nenhuma dessas instâncias, "desde que fique claro que a guerrilha é a ala diretora e motriz". Deixam pois, imanente, a prevalência do militar e dão prioridade à organização militar e à luta armada, podendo a organização e a formação política até inexistirem nas fases iniciais. Outro aspecto que o foquismo pretendeu inovar, foi em fazer crer que a ação armada é que impulsionaria a conscientização das massas.

O foquismo, dispensando a complexa e demorada organização do partido revolucionário, facilitaria, sobremodo, a criação de novas organizações. As pretensas lideranças não sendo formadas no interior de um partido, onde normalmente vão galgando posições nos embates políticos, nem sempre eram autênticas. Um indivíduo mais arrojado, mas nem sempre mais capaz e nem mesmo mais corajoso, podia facilmente arvorar-se em líder. Esses pretensos líderes, diante de obstáculos a sua ascensão, preferiam desbordá-los, através de um "racha", do que enfrentá-los.

Interessante é que a unificação das esquerdas, ou, a unidade na ação, fazia parte do discurso de todas as organizações subversivas da época, mas nunca se verificou na prática, a não ser em situações circunstanciais, como nas formações de "frente" para assaltos e seqüestros. Um exemplo marcante disso foi a fusão da VPR com o COLINA para formar a VAR-Palmares que seria a organização mais potente já constituída no país — pela quantidade e qualidade de seus militantes, pelo número de armas que dispunha e pelos recursos financeiros que estariam disponíveis para a organização — mas que, pela imaturidade política ou pelo egocentrismo de seus pretensos líderes, não resistiu a mais do que algumas semanas e desmembrou-se.

A característica predominante, pois, da esquerda revolucionária, foi o divisionismo. A atomização resultante, significando uma divisão de forças, enfraqueceu-as, numa atitude incompreensível para quem pretendia, pelo menos teoricamente, destruir as Forças Armadas do país. Este fato, sobretudo, tira toda a seriedade e possível sinceridade de propósitos que se pu-

desse atribuir a esses pretensos líderes e suas organizações. Afinal estavam assassinando, roubando, atentando contra a vida e a propriedade em nome desses propósitos. Mais importante do que isso, por esses mesmos propósitos, estavam jogando nessa verdadeira aventura com a vida de jovens inexperientes, muitos dos quais iludidos idealistas.

Se não foram capazes de se unirem para alcançar o objetivo comum que procuravam — a tomada do poder — pode-se imaginar o caos e a carnificina que proporcionariam, se um dia chegassem a ele.

Não há dúvida de que a atomização das esquerdas foi um importante fator dessa derrota. O enfraquecimento dessas organizações evitou que o País fosse lançado numa guerra civil, ou, pelo menos, contribuiu para que fosse extremamente reduzido, em relação ao que poderia ter sido, o número de mortos e feridos a lamentar de ambos os lados.

3. Origens da guerra revolucionária e suas táticas

No verão de 1920 a revolução bolchevista estava consolidada e os comunistas senhores da Rússia. A Rússia contra atacara e invadira a Polônia. Os propagandistas soviéticos espalharam a idéia de que os exércitos soviéticos ateariam o fermento da revolução desde a Polônia até a Mancha. Os operários e camponeses poloneses, porém, não fizeram o que a doutrina marxista-leninista lhes indicara. Não se sublevaram em apoio aos exércitos vermelhos e estes foram derrotados e rechaçados para a Rússia (3).

O fracasso da invasão da Polônia e dos levantes revolucionários, que deveriam eclodir em todas as partes da Europa, foi acompanhado por desastres na própria Rússia. No inverno de 1920/1921 os efeitos da guerra e do ineficiente sistema econômico comunista quase levaram a Rússia a um colapso total. E como se isso não bastasse, os marinheiros de Kronstadt, a principal vitrine da revolução, revoltaram-se em março de 1921 contra o que denominavam de usurpação comunista.

Essa combinação, de derrota externa e desastre interno, forçou os líderes soviéticos a abandonarem suas pretenções de uma ordem comunista mundial imediata e a se concentrarem em salvar

(3) O.F.C. Fuller, "A Military History of the Western World, New York Funk Kwagnalls Co., 1956, pág. 339/61; B.H. Lidell Hart, "The Soviet Army, Londres, Werdenfeld and Nicolson, 1956, pág. 45/51.

a revolução antes de expandi-la. A política externa soviética teve de ser orientada para uma tarefa imediata e muito necessária: a preservação do novo Estado Soviético até que ele se tornasse bastante forte — o santuário do comunismo internacional. Lenin, pragmático e realista na estimativa da situação do poder mundial, anunciou ao partido, em 1921, que não era possível derrotar os capitalistas com um único golpe. Aceitavam o fato de que o "triunfo final do comunismo" teria de ser retardado por diversas décadas. Lenin preparou a base teórica para uma "detente" com as nações capitalistas, prevendo alguma espécie de "modus vivendi" com os estados não comunistas. Estava mudada a estratégia para a revolução mundial. Desse ano em diante foi dada ênfase às formas não tradicionais de guerra, sobretudo à propaganda e à guerra política e ao desenvolvimento da arma organizacional (os agentes treinados do Partido, as organizações auxiliares e de frente) (4).

No III Congresso do Comintern, em junho/julho, ainda em 1921, a nova estratégia foi anunciada por Karl Radek, ele próprio um dos primeiros protótipos do revolucionário profissional da nova era da política mundial. Radek frisou que "*a tarefa revolucionária poderia tomar muitas outras formas além da guerra direta*". Os comunistas, disse ele, "*deviam compreender que a operação de escolas do partido, o trabalho das organizações clandestinas, a preparação de manifestações, a agitação e a propaganda revolucionária — tudo isso — eram formas de luta*". Era uma nova tática que surgia.

Somadas essas idéias às contidas na filosofia escatológica soviética da guerra e com base em experiências práticas em técnicas revolucionárias, onde a ação popular foi fator decisivo, teóricos marxistas desenvolveram uma doutrina para a guerra não tradicional — a guerra revolucionária — estruturada na base das táticas da subversão e da luta armada (5). Sem criar praticamente nada, esta concepção, simplesmente, estruturou e metodizou

---

(4) Atkinson O. James, "A Política da Luta", Bibliex e Editora e Edições GRD, Rio de Janeiro, 1968, pág. 40/41.

(5) A filosofia escatológica da guerra, desenvolvida com base nos ensinamentos de Marx, difere em aspectos fundamentais da filosofia clausewitziana. O principal deles é que, no paradigma de Lenin, os atores nas relações internacionais já não são os Estados monolíticos e sim as classes sociais surgindo daí a idéia do inimigo interno - o inimigo de classe, levado pelos comunistas para o interior dos países.

fatos, ações e técnicas já conhecidas, dando ênfase ao preparo do organismo revolucionário e à conquista prévia do apoio popular. Consiste essencialmente em criar um clima favorável que é utilizado por um grupo político na condução da "massa" para a derrubada do governo e da sociedade existentes.

A organização do partido revolucionário dispensa maiores comentários para o entendimento do processo, mas, de qualquer forma, será objeto de apreciação específica no item 9. deste capítulo. O preparo de líderes e militantes para a ação armada, a montagem e o adestramento de uma organização militar, são feitos simultaneamente com a obtenção de material bélico necessário à ação a ser empreendida.

A conquista da população e a criação de um clima favorável à revolução merecem uma melhor compreensão.

A conquista da população consiste, sobretudo, no emprego planejado da propaganda, através da impregnação ideológica e de outras ações, normalmente, de cunho psicológico que atuando de forma lenta, progressiva e insidiosa, busca introduzir a descrença nos governantes e nas instituições. Contesta a moralidade e a eficiência do governo, cria ou amplia a descrença na equânime distribuição da justiça, insufla a quebra da hierarquia, lança enfim a dúvida sobre os agentes do governo e a população quanto às razões que os obriguem a permanecer fiéis ao regime em vigor. Busca, igualmente, criar um clima de desassossego e uma sensação de insegurança, atuando particularmente sobre as instituições sociais tradicionais (família, escola, igreja, forças armadas, etc.). Vale-se ainda do aliciamento, da infiltração e do estabelecimento de hierarquias paralelas, sempre tendo em vista fazer a população perder a fé nos governantes e nas instituições. Quando a população deseja mudar a situação existente, está espiritualmente conquistada.

A criação do clima revolucionário é obtido através da continuação dessas ações e conseguido, no momento propício, através da exploração de contradições, do agravamento de insatisfações e ansiedades, da deturpação e da desmoralização das instituições e dos valores morais e espirituais da nacionalidade. É complementado por pressões, demonstrações de força e atividades de terrorismo, sabotagens, desordens, greves, tumultos e distúrbios.

4. O leque das linhas revolucionárias

Com o aparecimento das armas nucleares durante a II Guerra Mundial, agravando os riscos de uma agressão direta ou de confrontos militares e tendo já a URSS expandido seu império sobre vários países do leste europeu, voltou a crescer a importância da guerra irregular e indireta, a guerra por procuração. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Kruschev propõe a tese da coexistência pacífica (6). Era a "detente" teorizada por Lenin em 1921, aplicada com nova denominação. Não significava absolutamente, como no passado, o abandono do objetivo da revolução comunista mundial. Já não se tratava de uma nova tática, mas uma simples inversão de prioridades. A subversão passava a ter prevalência sobre a luta armada. Por esse processo buscavam a conquista do poder, sem o recurso da violência generalizada e sem seus riscos imediatos. A luta armada não estava, porém, descartada, era uma alternativa para ser usada, se necessário e normalmente, nas fases finais do processo.

Esta nova forma de atuação adotada pelo PCUS e seus seguidores, dentre os quais o PCB, tendo por base a coexistência pacífica, que reforçava os efeitos da propaganda em torno da paz e da guerra política, passou a ser conhecida como linha ortodoxa (7). Essa linha preconizava a "via pacífica" para a tomada do poder, um termo ilusório mas com conotação altamente favorável.

Esse congresso do PCUS, como vimos no Cap. I da 2ª parte, fez aflorar o conflito sino-soviético, quebrando o monolitismo do MCI, com a China passando a disputar sua liderança. A China defendia a irredutibilidade da luta armada e passou a "exportar" o modelo vitorioso da sua revolução. Essa defesa da luta armada, sob a liderança do Partido Comunista, com base na doutrina maoísta do cerco das cidades pelo campo, ficou conhecida como linha chinesa ou maoísta. Preconizava uma guerra prolongada, aliando a ação armada com um trabalho de massa precedente e sempre presente no processo.

Além da linha cubana, conhecida também como "foquismo", ou "foco militarista", cujas características gerais já foram expos-

---

(6) Ver item 3., Cap. I, 2ª Parte deste livro para dados sobre o XX Congresso do PCUS.

(7) A URSS a partir do término da II Guerra Mundial lançou uma miríade de organizações de frente, a maioria girando em torno da defesa da paz.

tas no item 2. precedente, completava o leque de opções derivadas da doutrina revolucionária marxista-leninista a linha trotskista.

Para os trotskistas a revolução baseia-se na formação de comandos paralelos ou no "poder duplo" (comissões de fábrica, milícias operárias, etc.), cuja proliferação permitirá constituir uma Central Única dos Trabalhadores. Esta Central, através da insurreição instantânea e geral do campo e da cidade, será o instrumento de tomada do poder. O trabalho de agitação deve, desde logo, aspirar e desencadear greves e distúrbios e, no campo, constituir sindicatos camponeses, proceder a invasões de terras e organizar insurreições localizadas. Os trabalhadores devem, passo a passo, assumir o controle dos meios de produção. A revolução partirá das lutas econômicas existentes ou latentes que se agravarão até converter-se em insurreição de massas (8).

As organizações que adotaram a linha chinesa ou o foco militarista se autodenominavam de esquerda revolucionária ou nova esquerda (9).

5. A preferência pelo foquismo

Das linhas revolucionárias disponíveis no início da década de sessenta, a ortodoxa foi descartada por motivos mais do que óbvios. A linha trotskista foi adotada pelas organizações vinculadas a uma das facções originárias da IV Internacional, recaindo, porém, sobre o foquismo a preferência da grande maioria.

Arrolamos a seguir as causas que ao longo deste trabalho nos pareceram tenham contribuído, umas mais, outras menos, de acordo com a organização subversiva, para determinar aquela preferência:

- influência da revolução cubana. Por ter sido a primeira

---

(8) Debray, R.: "A Revolução na Revolução", obra já citada, pag. 19.

(9) No final do século passado e início do século atual houve uma cisão na II Internacional, devido à maneira como deveria ser implantado o socialismo. As organizações marxistas se autodeterminaram e passaram a ser conhecidas como Esquerda Revolucionária porque preconizavam a passagem para o socialismo através de uma revolução. Com isso distinguiam-se dos social-democratas que pregavam e admitiam que se poderia atingir um regime socialista por meios pacíficos, observadas as regras da democracia. Hoje essa expressão é usada pelas organizações subversivas que surgiram na década de 60, e mais precisamente a partir de 1964, como dissidências das organizações comunistas então existentes: PCB, PC do B, POLOP, AP e PORT, para se distinguirem, principalmente do PCB, considerado reformista.

revolução comunista vitoriosa no continente americano, ela foi promovida e exaltada ao máximo;

- influência da OLAS. Essa organização, além de incentivar a luta armada no subcontinente latino-americano, prometia apoio material, financeiro, de propaganda, etc.;

- a intensa propaganda da linha foquista, apresentada como um "avanço decisivo à experiência revolucionária", dando-lhe uma conotação de infalibilidade;

- o imediatismo. O foquismo despreza o longo e paciente trabalho de conquista do apoio das massas e dispensa, igualmente, o paciente e meticuloso trabalho de organização do partido revolucionário, relegando a um segundo plano a preparação político-ideológica do militante;

- o personalismo. O fato do foquismo permitir que o líder de um pequeno grupo pudesse pretender dirigir a revolução, sem enfrentar as disputas políticas para galgar posições no interior de um partido, atendia ao personalismo tão comum ao homem latino-americano;

- halo de romantismo que envolvia os "barbudinhos" de Sierra Maestra, influenciando a intelectualidade pequeno-burguesa e a juventude do movimento estudantil.

6. A "luta" se resume ao terrorismo

Tanto a linha maoista — com seu propalado "cerco das cidades pelo campo" — quanto a linha foquista — cujos ideólogos só se referem à guerrilha, considerando-a como guerrilha rural — dão prioridade absoluta à luta armada no campo.

O PC do B, a mais importante facção maoísta, para justificar a importância do campo, aduzia aos aspectos doutrinários da luta revolucionária importada outros fatores específicos do País, tais como: "as regiões montanhosas e grande parte de seu território coberto por densas florestas"; "a concentração dos contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo nas grandes cidades", etc.

Já o foco, nasce por doutrina no campo. "Os focos guerrilheiros, ao começo da sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas, de população muito dispersa". Debray, assim des-

creve o que chama de "etapa do assentamento primário"(10): "*Durante a primeira etapa... o grupo inicial conhece um período de nomadismo absoluto, no começo; depois de um período mais longo de fortalecimento ou ambientação dos combatentes, organização dos mensageiros, de linhas de abastecimento, de armazenamento, de depósitos de armas, para chegar a fase final de instalação verdadeira ou constituição mínima de uma zona de operações*".

A implantação do "foco" porém, não chegou a ser tentada seriamente por seus adeptos.

Os grupos foquistas perderam-se em ações que visavam à obtenção de recursos, acarretando a hipertrofia dos seus setores urbano e logístico. Apenas a Dissidência Fluminense do PCB, o primeiro MR-8, chegou a trabalhar no sentido de implantar um foco guerrilheiro no Paraná. As demais organizações foquistas não deram sequer os primeiros passos da etapa de assentamento do foco guerrilheiro. Nenhuma chegou a estabelecer-se em uma área e organizar cadeia de mensageiros ou linha de abastecimento. Nenhuma teve continuidade e as tentativas feitas tinham como objetivo mais o treinamento do que a instalação do foco. Foi isso exatamente o que ocorreu num dos casos mais conhecidos, o do Vale do Ribeira do Iguape.

Por paradoxal que pareça, a única organização que chegou a estabelecer um "foco guerrilheiro" ou deu os primeiros passos nesse sentido, foi o PC do B, que o condenava visceralmente. Mas este é um caso específico e será examinado no item seguinte.

O fato é que as organizações foquistas exaltavam, teoricamente, a necessidade de estabelecerem-se as áreas estratégicas, mas, sob os mais variados pretextos, iam permanecendo nas cidades.

O "foco", como recomenda essa linha, deve ter início numa área de difícil acesso, se possível montanhosa e coberta de selva. Ora, o combate na montanha, ou na selva, exige técnicas e treinamentos especiais. A simples vida na selva é sacrificada e depende de adaptação. O deslocamento abrindo picada, carregando pesados fardos, com visibilidade reduzida, normalmente, a menos

(10) Debray divide o desenvolvimento da guerra de guerrilha na América Latina em três etapas: a de assentamento primário; a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva do inimigo; e a ofensiva revolucionária político-militar de uma só vez.

de 10m, dificultando sobremodo a orientação e não permitindo, às vezes, que se ande mais de 100m em uma hora, exige um esforço extraordinário. Sem falar na temperatura e umidade elevadas, nos espinhos, insetos e animais, na caça e na água nem sempre disponíveis, tornam a sobrevivência nela um risco, muitas vezes maior que o próprio inimigo.

Aliando-se a essas dificuldades, o fato de que a maioria dos militantes das organizações subversivas era constituída de estudantes e intelectuais "pequeno-burgueses", despreparados e não dispostos a enfrentar tais dificuldades, pode-se inferir que essa conjugação de fatores tenha se tornado uma das causas e possivelmente das mais importantes, para que essas organizações permanecessem nas cidades e insistissem no terrorismo urbano. Na cidade, com um carro "expropriado" pode-se andar a mais de 100km/h e com uma nota no bolso, fruto de um assalto, está garantida a sobrevivência.

Vimos em capítulo anterior, militantes do MAR, num dos casos de treinamento de guerrilha rural, abandonarem as agruras do campo, trocando-o pelos assaltos a bancos e atentados na cidade, indiferentes à orientação da organização. E não havia "inimigo" na área. Vimos também, casos de militantes do PC do B que não se adaptaram à vida na selva, ou que se negaram a engajar-se na guerrilha rural e que tiveram de empreender a fuga da região, para não serem mortos pelos próprios companheiros.

Além desses aspectos, tendo em vista os segmentos sociais onde essas organizações recrutavam seus militantes e a sua faixa etária, pode-se aduzir outros já citados. Na selva, as ações são realizadas no anonimato, enquanto que na cidade, a notícia de um assalto, ou de um seqüestro, ganha manchetes nos jornais, permitindo que seus autores engrandeçam-se aos olhos de seu grupo e tornem-se verdadeiros "heróis". Na selva, muitas vezes, quando uma morte se verifica longe das bases, situada a dias de penosa marcha, sequer a evacuação do cadáver do companheiro é possível, pois as dificuldades são tantas que seria uma odisséia inenarrável. Mesmo que as condições físicas tornassem esta ação de solidariedade humana possível, as condições climáticas e mesológicas não permitiriam tal evacuação. É sabido que na selva amazônica o processo de decomposição biológica inicia-se imediatamente após a morte e a putrefação é questão de horas.

Guevara: "*É fundamental que nunca pode surgir por si só uma guerrilha suburbana... portanto a função dessa guerrilha, não será levar a cabo ações independentes mas sim de acordo com planos estratégicos pré-concebidos*". Debray é, porém, mais radical na condenação do terrorismo independente e assim definia essas "ações anárquicas": "*É claro que o terrorismo na cidade não pode desempenhar nenhum papel decisivo e que traz consigo alguns perigos de ordem política. Mas, se está subordinado à luta fundamental, a do campo, tem do ponto de vista militar, um valor estratégico: imobiliza milhares de soldados inimigos, paralisa a maior parte do aparato repressivo em tarefas estéreis de proteção...*".

Concluindo, as ações desenvolvidas no Brasil, de seqüestro, de assalto, de assassinato e de "justiçamento", não cumpriram um objetivo específico sequer de uma guerrilha urbana.

A juventude brasileira e os intelectuais pequeno-burgueses foram iludidos ou iludiram-se, pois, sua luta, foi "sem sentido", sem objetividade alguma, meros atos de terror, de banditismo urbano.

7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B?

O PC do B foi, na década de sessenta, a única organização subversiva comunista que fez uma tentativa de realizar um movimento revolucionário no campo. Essa tentativa, porém, fracassou, não saindo de suas origens. Por que?

O PC do B, como vimos, condenava o foquismo, principalmente por seu "voluntarismo", isto é, por "não levar em conta a situação objetiva, as forças de classe em presença e o processo político em curso", no que estava absolutamente certo. Aliás, a crítica é uma capacidade que se há de louvar nos comunistas.

O foco militarista não representava nenhuma inovação estratégica ou tática, nem nenhum "avanço decisivo na experiência revolucionária" como pregava sua propaganda. A rigor, não podia sequer ser considerada uma linha revolucionária distinta. Era sim, uma sistematização, rebuscada por um escritor militante de uma revolução vitoriosa. Uma revolução que deu certo graças às condições especialíssimas em que se consumou. Cuba vivia sob uma prolongada, férrea, inépta e corrupta ditadura, sem perspectivas de aberturas ou melhorias. Seu povo estava cansado e desejo

so de mudanças, fossem elas quais fossem. Isto é, a população cubana estava autopreparada espiritualmente, não precisando ter seu apoio ao movimento revolucionário conquistado. As forças de segurança estavam enfraquecidas e desmoralizadas pelo tipo de governo a que eram obrigadas a dar sustentação. Existia uma liderança efetiva e capaz que conseguiu mascarar o caráter marxista-leninista da revolução, apresentando-a como "nacional" e "antiditatorial", para um povo que não sabia o significado dessas palavras no jargão comunista e que conseguiu angariar, para o movimento, a simpatia do mundo. Só nessas condições excepcionais, uma organização tão incipiente e débil poderia conduzir um movimento revolucionário à vitória.

Pode-se alinhar várias causas para o fracasso da tentativa do PC do B, mas quase todas elas estarão invariavelmente ligadas ao fato dela ter sido, de propósito ou não, uma tentativa foquista na essência.

Em razão dessa inspiração, começou por menosprezar o apoio da população — um dos fundamentos da guerra popular prolongada a que se propunha — a título de manutenção do sigilo, dando maior ênfase ao trabalho militar do que ao trabalho político. Ali estavam como bodegueiros, posseiros, comerciantes, farmacêuticos e como tal, poderiam ter permanecido na região, mais do que o fizeram, não fosse a "abertura" da área de treinamento por um casal de militantes que fugiu da região.

Por ocultarem dos habitantes locais a condição de comunistas, como os homens de "Sierra Maestra", mas também a de revolucionários, o apoio que receberam desses habitantes foi o mesmo dispensado aos estudantes do Projeto Rondon. A população retribuiu os auxílios que lhe foram efetivamente prestados e o comportamento exemplar que tiveram para com ela, exceto em alguns casos, também exemplares, de "justiçamento" de habitantes locais julgados pelo Tribunal Revolucionário. Em conseqüência desses fatos não obteve, como preconiza a "guerra popular prolongada", o apoio das massas. As massas camponesas não se sensibilizaram com "as lutas mais altas" e nem foram capazes de "fornecer a massa principal de combatentes da guerra popular", como preconizavam suas resoluções políticas. Isto não decorreu apenas da falta de trabalho político prévio, mas também da própria área selecionada, de população muito rarefeita, onde um casebre distava do ou

tro cerca de 6 a 8 horas de caminhada. Como resultado prático, depois de seis anos de permanência na área, não conseguiu o Partido cooptar uma dúzia de adeptos entre a população local, e assim mesmo, a maioria desertou quando as forças de segurança retornaram.

Negligenciaram as condições objetivas, alheiando-se da conjuntura nacional. Quando se decidiram pelo estabelecimento do foco, em 1966, o País caminhava a passos firmes para a redemocratização. Durante a fase de assentamento do foco, foram surpreendidos pela abertura da Transamazônica, que, do trecho em que cruza o Rio Araguaia até Marabá, cortou transversalmente a principal área selecionada para a guerrilha. A construção dessa rodovia, o asfaltamento da Belém-Brasília e a presença, embora ineficiente, do INCRA, caracterizava o momento em que a população sofrida e esquecida dessa área começava a tomar conhecimento da existência do governo brasileiro. Quando a guerrilha teve início, com os primeiros embates com as forças de segurança em 1972, o Brasil vivia a euforia de um desenvolvimento continuado, sem precedentes no mundo contemporâneo, à exceção do ocorrido anteriormente no Japão.

Complementando a irrealidade da proposição, estava a pretensão de formar um Exército Popular, quando não dispunham de pessoal suficiente, de armamento adequado sequer para as dezenas de comunistas ali instalados — a menos que esperassem recebê-lo do exterior —, de equipamento necessário e não se mostraram capazes de ampliar os efetivos iniciais e nem de repor as baixas, à medida em que elas foram ocorrendo, apesar das tréguas involuntárias verificadas. Na verdade, não foram capazes de estabelecer uma rede de apoio ou criar uma cadeia de informações, após seis anos de permanência na área. Para coroar esse irrealismo, subestimaram a capacidade operacional das Forças Armadas, as quais classificavam como carentes de experiência e condições de combate.

Era o mesmo Partido Comunista de 1935 que fazia de seus sonhos a "realidade", de "sua realidade" a luta fraticida, sacrificando a vida de pessoas, cujas mentes estavam cristalizadas pela ideologia. É preciso não esquecer que seu objetivo era construir um Exército Popular, capaz de destruir a tudo e a todos que se lhe opusessem na caminhada para a tomada do poder.

Hoje "choram" seus mortos como se fossem inocentes surpreen

do (13).

Vimos no item 1. do Cap. I, da 1ª Parte, que as organizações alinhadas com a então III Internacional planejam, antes desse, um objetivo intermediário, por considerarem que a mudança do regime vigente não pode ser conseguida apenas pelo Partido e o proletariado. A maioria da população não deseja a mudança do regime, mas, normalmente, boa parte dela está insatisfeita ou pode se tornar descontente com o governo. É preciso pois, utilizar essa massa insatisfeita para derrubá-lo. Uma vez vitoriosa essa fase, instala-se um governo progressista, uma "democracia popular". Já no poder, altera-se a correlação de forças e o Partido poderá, dirigindo o proletariado, passar à segunda etapa, a da revolução socialista que conduzirá à ditadura do proletariado. Por essa razão são conhecidas também como etapistas.

Da concepção estratégica de todas essas organizações subversivas, consta o caráter da revolução. O caráter da revolução deve responder basicamente: qual o tipo de revolução que, na conjuntura, possibilitará a tomada do poder? Teoricamente, o caráter da revolução é definido a partir de uma análise da conjuntura, sob a visão marxista, quando são levantadas as contradições da sociedade. Naturalmente, na ótica dessas organizações, essas contradições só podem ser solucionadas pelas transformações que a revolução realizaria e as classes nela engajadas seriam as que a promoveriam e beneficiar-se-íam dela. Como resultado dessa análise determinam, também, o "estágio" de desenvolvimento da sociedade, com predominância de seu aspecto econômico. A definição desse estágio permitirá, basicamente, caracterizar os principais inimigos que a revolução deverá enfrentar e as tarefas que caberão às classes nela envolvidas.

Ao caracterizar o estágio do desenvolvimento brasileiro, as organizações subversivas o tem classificado como "semi-feudal", "semi-colonial", "agrário", "agro-industrial" ou "industrial-agrário". Essa diversificada classificação e até mesmo a inversão de termos, tem sido um dos motivos de divergência entre elas.

Dessa divergente classificação, surgem, naturalmente, diferentes caracteres da revolução, que são normalmente expressos por dois ou mais vocábulos, como já vimos no caso cubano, cujo cará-

(13) Uma organização subversiva, na sua versão tupiniquim, rebatiza-a de "democracia proletária". Sem dúvida, uma expressão com conotação bem mais positiva que a literal ditadura do proletariado, tão mal batizada por Marx, na expressão fria de suas concepções totalitárias.

ter da revolução era "nacional e antiditatorial". O caráter de-
fine o principal ou principais inimigos da revolução e as tare-
fas a serem cumpridas para derrotá-los. Assim, se o principal
inimigo considerado é o "imperialismo", a principal tarefa da
revolução será a "libertação econômica e política da dependên-
cia imperialista" e a revolução será "nacional". Se o principal
inimigo é o "latifúndio ou o capitalismo", a tarefa básica da re
volução será, respectivamente, "a transformação das estruturas
com a eliminação do monopólio da terra ou do modo de produção
capitalista" e, naturalmente, a "eliminação dos latifundiários
ou dos capitalistas como classe" e, em ambos os casos, a revolu
ção será "democrática".

Nesse raciocínio reside a explicação, simplista natural-
mente, dos dois significados que têm a palavra "democracia" pa-
ra os comunistas e que os mortais comuns não conseguem alcan-
çar. A "democracia" da revolução comunista significa a elimina-
ção do latifúndio e/ou do modo de produção capitalista e dos la
tifundiários e capitalistas como classe. Enquanto não chegam ao
poder, democracia significa, porém, a mais ampla e irrestrita li
berdade. Liberdade, sobretudo, para organizarem-se com a garan-
tia da lei, para tramar e investir contra essa mesma democracia.
Uma vez no poder, seriam as liberdades de expressão, de opinião
e de participação, as primeiras a serem "caçadas" em nome da re
volução. Consolidada a revolução, seria caçada, também, a liber
dade de oportunidade, monopolizada pela "nomenclatura".

As organizações trotskistas, como vimos no item 1, do Cap.
I, da 2ª Parte, não visualizam a necessidade da etapa interme-
diária. Para elas, desde o início a revolução será socialista e
uma vez derrubado o governo, o socialismo estará implantado.

O método é racional e coerente. Fica claro do seu desdo-
bramento que a análise da conjuntura, como é usual, serve para
identificar as contradições da sociedade e mesmo flagrantes in-
justiças, as quais permitem levantar "bandeiras" e "slogans" que
estejam adequados à realidade presente. Fica claro também que
essas bandeiras e slogans serão utilizados para agitar, iludir
e conduzir a massa de manobra que levará o partido ao governo.
Uma vez ali, essa massa será alijada, tendo servido apenas, na
verdadeira acepção da expressão, como "massa de manobra" do par
tido.

Não tendo as organizações subversivas que atuaram no Brasil desembocado na revolução, aqui teoricamente esquematizada, suas estratégias não podem ser objeto de análise crítica. No entanto, a discussão teórica de seus elementos constitutivos somada às discordâncias em torno de suas conclusões, constitui-se em mais um dos fatores concorrentes para a atomização das esquerdas. Por outro lado, essa análise serve também como um alerta sobre o que significam, no jargão comunista, as palavras "liberdade", "nacional" e "democrática".

9. O organismo revolucionário

Um dos aspectos enfatizados nos movimentos revolucionários marxistas-leninistas é o preparo do organismo necessário à sua condução. Esse organismo se concretiza através de uma série de atividades: o recrutamento e preparação dos dirigentes; a formação de quadros, em cursos e escolas especiais; a criação de núcleos (células) de revolucionários profissionais (dirigentes, ativistas, agentes especiais, etc.); a disseminação desses núcleos e estruturação do partido revolucionário em todos os níveis da organização político-administrativa do país. Esse organismo é, correntemente, o Partido Comunista e aquelas tarefas são inerentes à sua própria estruturação que é demorada e cuidadosamente estabelecida.

Com o advento do "foquismo", o Partido Comunista deixou de ser um instrumento necessário à condução da revolução. Esse instrumento seria a vanguarda composta por aqueles "que realmente desejam fazer a revolução". Debray no seu "Revolução na Revolução" desfila uma série de desvantagens de, na condução da revolução, ser a guerrilha o mero "braço armado" de um partido, mostrando que a luta armada exige um novo modo de organização e um novo estilo de direção. Para o foquismo o preparo físico é fundamental. "Uma perfeita educação marxista não é, necessariamente condição imperativa". Para o foquismo "a guerrilha é o partido em gestação".

No Partido Comunista a estrutura política prepondera sobre qualquer outra coisa. Na vanguarda guerrilheira há prevalência do militar, ou, no mínimo, as instâncias militar e política se igualam e são, preferencialmente unificadas, daí denominar-se tal estrutura de Organização Político Militar (OPM).

De qualquer forma, seja qual for o modo de organização e o

estilo de direção, tanto o partido como a OPM necessitam recrutar adeptos e preparar seus quadros e dirigentes, sendo estes os aspectos que influirão no sucesso ou insucesso da ação e, por isso, serão objeto de nossa análise.

10. O recrutamento

O recrutamento é um processo de atração, sedução, enfim, de convencimento de pessoas a aceitarem a doutrina marxista-leninista. A fase inicial desse trabalho é a de aliciamento que consiste na conquista de adeptos — futuros militantes ou simpatizantes — para a causa revolucionária. É realizado através de contatos pessoais, formação de grupos de estudo, reuniões informais, reuniões de base, etc. e é favorecido pela infiltração dos agentes nos mais diversos órgãos e instituições. Na fase do aliciamento, normalmente, o alvo desconhece a existência da organização subversiva e durante seu transcurso são inoculados no indivíduo os primeiros conhecimentos ideológicos, por meio da visão marxista da realidade. Na fase final, o alvo toma conhecimento da organização e é levado à prática de algum ilícito que a beneficie, que a identifique e o vincule a ela.

Algumas organizações subversivas tinham organismos de fachada, especialmente voltados para essa tarefa. Dos vários exemplos citados nos capítulos anteriores, recordemos a estrutura da Dissidência da Guanabara (DI/GB), depois MR-8, que atuava especificamente no meio estudantil, para as tarefas de aliciamento e recrutamento. O alvo, o estudante, era aliciado pelos Grupos de Estudo (GE) —"a porta de entrada da organização". Nos GE eram ministrados os estudos doutrinários iniciais e dada uma visão ideológica das conjunturas internacional e brasileira. Após essa fase, os estudantes passavam a integrar os Organismos Para-partidários (OPP), ocasião em que realizavam as primeiras ações em benefício da organização, de cuja existência só então tomavam conhecimento. Com essas ações adquiriam experiência, se comprometiam e se vinculavam à organização. O passo seguinte era a estruturação na organização subversiva (14).

Havia também formas bem mais diretas de aliciamento. A título de exemplo transcrevemos o extrato do depoimento de uma jo

(14) Estruturado é o militante que integra algum órgão (organização de base, comitê, etc.) da organização subversiva.

vem universitária presa em Brasília, em 1972, que mostra também a colaboração dos professores, desde então: *"Fui criada numa família sem problemas. Nada me faltava: tinha o carinho e o afeto de meus parentes e um razoável padrão de vida (classe média) onde via satisfeitas todas as minhas necessidades materiais. Nossa família podia ser classificada como uma família de padrão tradicional: o respeito e a obediência aos mais velhos, educação religiosa cristã com missas dominicais quase obrigatórias, aversão aos modismos (cabelos, roupas extravagantes, etc.), hábitos e horários rígidos, etc. Entrei para a Faculdade muito cedo, dezessete para dezoito anos. Fiquei aturdida com o ambiente que encontrei. Não entendia a linguajar de meus companheiros e relutava em aceitar certos hábitos correntes como fumar coletivamente (eu nem fumava), permitir certas licenciosidades, sair junto com rapazes, usar certos trajes, etc. Era tachada por meus colegas de "quadrada", "retrógrada" e outros epítetos. Estes evitavam minha companhia e passei a viver numa espécie de "gelo". Foi então que um companheiro (não é preciso dizer que era subversivo) condoeu-se de minha situação e começou a me procurar. Exultei com isso. Ele então foi me ensinando. Isto é, doutrinando, a seu modo, para uma nova realidade que eu desconhecia. Paralelamente a isso os professores faziam sua contribuição: 95% dos livros recomendados eram de autores marxistas. Como perdi uma prova e estava na iminência de ser reprovada numa dada matéria, o professor exigiu de mim uma monografia baseada num livro de autor comunista com o que me seria dado o grau necessário, o que de fato ocorreu. Eu não tive escolha. Eu não tive alternativa".*

De outro lado, haviam formas de aliciamento bem mais sutis. Depoimentos prestados por subversivos revelam que o sexo era usado nos meios terroristas como elemento de atração e comprometimento de jovens inexperientes. Um dos casos mais chocantes pelo seu resultado, foi o de Solange Lourenço Gomes, conhecida pelos codinomes de "Rute", "Conceição", "Clara", "Aurora" e "Maria José Linhares" (15).

Solange conta que quando iniciou o namoro com Carlos Augusto da Silva Zílio, em <u>1966</u> (16), não sabia que ele era mar-

---

(15) A maioria dos fatos aqui narrados já se tornaram públicos, uma vez que Solange, quando se entregou, em julho de 1971 (ver Cap item) deu entrevistas, entre outros, para os jornais "O Globo" e "Diário de Notícias", revelando-os na ocasião.

(16) Grifamos a data para aquelas pessoas que insistem em afirmar que a subversão no País só teve início após o AI-5.

diciados em inquérito, foram pronunciados, mas a quase totalidade foi "jogada" na clandestinidade e 98% deles passaram a integrar ou já integravam organizações subversivas e engajaram-se na luta armada. Naturalmente, o jovem inexperiente era a presa mais fácil dessa verdadeira cilada. Cilada que, nesse caso, como vimos, foi preparada por orientação de Cuba, em conluio com organizações subversivas nacionais. O recrutamento simplista do tipo desse de Ibiúna representou um alto percentual no total de recrutados. Apenas esse episódio foi responsável por cerca de 15% de todos os recrutados, nesse período de luta armada.

Não foi pois por acaso ou outra razão, que mais de 80% dos quadros das organizações subversivas eram constituídos de estudantes, dos quais cerca de 20% eram secundaristas. Dos restantes, boa parte era de militantes profissionais, intelectuais e profissionais liberais, sendo inexpressivo o número de trabalhadores da cidade e quase nulo os do campo que integraram as organizações de esquerda revolucionária.

Uma jovem militante da ALN encarregada do setor, descreve de forma mais detalhada o que chamou "as etapas do processo de politização" empregadas na organização. Parece-nos que vale a pena, a título de alerta, descrevê-las na síntese:

"1. conhecimento dos elementos mais permeáveis a novas informações, estabelecendo-se contato com eles;

2. discussão inicial em torno de um fato político que ocorra, no âmbito internacional ou nacional;

3. ligação desse fato político com a estrutura sócio-econômica brasileira;

4. discussão da necessidade de uma mudança estrutural-revolução;

5. colocação de meios para se realizar essa mudança - propostas específicas da organização;

6. integração do elemento em algum nível de trabalho prático, progressivamente;

7. engajamento progressivo e irreversível do elemento na organização.

Ao se procurar estabelecer contato com os elementos mais abertos para o início do processo de politização, usa-se inicialmente de situações sociais, shows, conversas em bares, atividades que versem sobre temas favoráveis à manifestação de crítica e a problemas ou ao sistema como um todo. A partir de então os indivíduos que mais se manifestam são identificados e procurados posteriormente para conversas individuais (...)

Após o contato inicial, que é feito sob vários pretextos, inicia-se a discussão, abordando algum fato político que tenha ocorrido recentemente e que forneça conteúdo para ser criticado. Por exemplo, atos institucionais (...). Posteriormente discute-se outros problemas num nível mais amplo, inserindo-o numa estrutura sócio-econômica de tipo capitalista ou no quadro das relações sócio-econômicas imperialistas. Aqui são fornecidos textos que partem desse problema específico e o relacionamento com a situação brasileira, no seu aspecto estrutural. O objetivo é fazer com que a pessoa conclua

a ineficiência do sistema capitalista (...).

A filosofia que baseia a análise desses textos é a marxista,que vai sendo incorporada de um modo sutil pelo elemento (...).

Estando a par do método de análise marxista-leninista e já informada da impossibilidade de resolução dos problemas de nossa realidade, dentro desse sistema, são introduzidas as questões referentes aos meios de mudança dessa mesma estrutura sócio-econômica. Iniciam-se as discussões sobre a violência no processo revolucionário, o papel do terrorismo frente às instituições vigentes e outras questões relativas à política da organização, especificamente (...).

O elemento responsável pelo desenvolvimento desse processo de politização deve encaminhar a pessoa, já politizada, para desempenhar algum trabalho, direta ou indiretamente, ligada à organização (...).

Paralelamente ao trabalho de vinculação teórica, o elemento vai sofrendo um processo de vinculação prática, progressivamente.

Inicialmente é considerado apoio da organização, fornecendo dinheiro à organização, mantendo pessoas ou material da organização em sua casa e outras atividades.

Após esse passo, realiza pequenas tarefas para a organização: levantamentos, panfletagens, etc... O fato do novo elemento participar praticamente de uma fase, pelo menos, das ações da organização, vai tornando essa prática um fato conhecido a ele, tirando-lhe o medo e o receio inicial de participar de ações.

Depois desses primeiros trabalhos, o indivíduo vai recebendo obrigações mais importantes para a organização, até que passa a participar diretamente numa ação armada, não tendo nenhuma alternativa a partir de então, pois, em questão de pouco tempo será reconhecido e obrigado a passar para a clandestinidade. Tem que pertencer aos quadros da organização, depender dela (...).

A vida na clandestinidade transcorre de um modo ditatorial para o elemento, pois, enquanto indivíduo, ele perdeu todas as possibilidades de vida civil regular, o que poderia torná-lo independente em relação à organização. Ele está à mercê da organização em todos os aspectos: econômico, pessoal e quanto ao nível de atuação política. Passa a ser extremamente conhecido pelos integrantes da organização, reduzindo, a cada dia, a sua margem de vida. A prática de ações armadas torna-se corriqueira, sua visão da vida vai mudando a cada passo dessa vinculação até que o elemento atira, mata, perdendo o significado real desses fatos".

11. A preparação dos quadros

A formação de quadros e dirigentes deu-se quase que exclusivamente no exterior. Cerca de 150 militantes foram formados em Cuba. Por volta de 120 foram formados na China e um número bem mais reduzido foi formado na URSS. Dos formados na Rússia a totalidade era do PCB, dos formados na China, cerca de 65% pertenciam ao PC do B, sendo que, em torno de 15% deles deixaram o partido para integrarem a Ala Vermelha. Dos 35% restantes, pertenciam à AP 25%, ao PCB 5%,e em menores percentuais foram contemplados o PCR e o PRT. Os formados em Cuba estavam diluídos em maior número de organizações, sendo que a ALN foi a que mais se

benificiou desses recursos (17).

Não se dispõe de dados que permitam uma avaliação judicio sa desses cursos. Sabe-se, no entanto, que em Cuba existiam dois cursos básicos; um de guerrilha rural e outro de guerrilha urbana e haviam cursos complementares de especialização, tais como: de fotografia, explosivos, enfermagem, preparação de documentação falsa, etc. Todos eram cursos de pequena duração, cujo nível e organização eram objeto de críticas dos subversivos que os freqüentavam.

Na verdade, eram poucas as organizações que tinham um número razoável de elementos com esses cursos de especialização. Mesmo considerando que os efetivos das organizações subversivas não eram elevados, esses percentuais eram pequenos. Se esses elementos tivessem sido utilizados para a formação de quadros, num prazo razoável, poderia ter resultado em quadros melhor preparados. No entanto não se tem notícia dessa utilização. Os casos de treinamento assinalados ao longo deste livro são raros. Eram, de qualquer modo, cursos de formação militar. Se compararmos esses cursos com a formação dada ao soldado nas Forças Armadas, onde os instrutores são profissionais altamente treinados e especializados, contando com meios necessários e dedicação em tempo integral durante nove meses, pode-se concluir que era fraco o preparo militar, mesmo dos militantes com curso no exterior. Aliando-se as formas de recrutamento utilizadas à inexistência de cursos ou estágios de formação política, pode-se concluir que também era baixo o nível de preparo ideológico da massa de militantes. Esse despreparo levou-os a cometer graves e bisonhos erros de segurança, quer na prática diária da militância, quer através do seu comportamento perante o "inimigo".

12. As deserções e as técnicas de terror

Cedo as organizações subversivas perceberam a vulnerabilidade que representava a falta de preparo político-ideológico de seus militantes. Nos interrogatórios era comum esses militantes despreparados e sem convicção "entregarem" tudo o que sabiam quando caiam em contradições ou quando eram postos ante evidên-

---

(17) Dada a compartimentação posta em prática pelas organizações subversivas, estes dados não são absolutos mas apenas uma aproximação. Assim, de 108 subversivos relacionados com curso na China, foram considerados 120 os possuidores desses cursos, dada a razoável margem de erros que essa relação poderia apresentar.

cias. Mais de 90% das prisões decorriam da indicação de subversivos anteriormente presos. Assim, quando um terrorista era preso, perdia toda a confiança da organização e se por qualquer motivo, era liberado ou permanecia pouco tempo detido, era considerado um "cachorro" e à primeira vacilação ou erro, normalmente "justiçado", como vimos em vários casos narrados, quase todos, diga-se de passagem, injustamente. Houve diversos casos de elementos seriamente implicados na subversão que passaram pelos órgãos de segurança e que não foram identificados como subversivos.

Como decorrência dessa mesma causa, o despreparo político ideológico, mais de uma centena de militantes desertaram das organizações subversivas e um número superior a cinco dezenas repudiou, publicamente, a subversão e o terrorismo.

Incapacitadas de corrigir essa deficiência fundamental, as organizações subversivas valeram-se do expediente que lhes pareceu mais expedito, cujas técnicas dominavam e não tinham pejo em delas utilizaram-se, o terror.

Essas técnicas começavam no âmbito das próprias organizações com as ameaças e a concretização de assassinatos, ditos "justiçamentos" a que os militantes sabiam estar sujeitos.

Outra técnica, de múltiplos efeitos, era fazer crer aos militantes que uma vez presos, seriam torturados física e psicologicamente até a morte. Ao mesmo tempo em que criavam e propagavam essa imagem dos órgãos de segurança, induziam os militantes a resistir à prisão a todo o custo. Essa técnica era "multinacional". Os que tinham essa doutrinação mais internalizada eram os possuidores de curso em Cuba. Segundo essa técnica, resistir à prisão a todo custo era, na pior das hipóteses, apenas "abreviar a hora da morte sem o risco de trair a luta do povo". Finalmente conscientizavam os militantes de que se não pudessem chegar a isso "no ato de reagir à prisão", havia que "tentar o suicídio de todas as formas possíveis". Estas instruções induzindo ao suicídio eram comuns às organizações subversivas e cada uma buscava transmiti-las da forma mais patética possível. A ALN, por exemplo, no seu documento intitulado "Sobre a questão do comportamento" assim sintetizava esse apelo: *"o suicídio é uma mera antecipação de uma morte certa... E morrer é passividade, mas matar-se é ato"*. De forma constrangedora, constatamos que a dou-

trinação surtiu efeito. Inúmeros casos de tentativa de suicídio nas prisões, a maioria neutralizada pelas medidas de segurança adotadas nas carceragens, e a invariável disposição de resistir à prisão até a morte são testemunhas inequívocas da eficiência do processo de fanatização utilizado pelos terroristas.

O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apresentado como "morte por tortura nos órgãos de segurança. Uma coisa é certa, permitir que esses suicídios fossem perpetrados na prisão era a "burrice" máxima. Mas esses descuidos ocorreram apesar das medidas rigorosas para evitá-los. Convenhamos, porém, que se os componentes dos órgãos de segurança eram tão cruéis e desalmados, como dizia a propaganda adversa, haviam mil maneiras menos comprometedoras de dar "sumiço" em alguém. O "suicidar" alguém sob sua guarda na prisão está além da "burrice" admitida. O resto... o resto é "desinformatzya".

Mas a guerra psicológica é um instrumento extremamente eficaz e exatamente por isso, ninguém indaga da racionalidade do que está sendo impingido. Com essa técnica, reforçavam nos militantes o pavor de caírem presos, aumentavam o moral da organização quando o militante resistia à prisão, ao mesmo tempo que passavam essa imagem distorcida dos órgãos de segurança ao grande público. Se conseguiam uma missa, com toda pompa, em memória do suicida, o que não era difícil dado o empenho dos prelados "progressistas" na "desinformatzya", estava selada a culpa do órgão de segurança aos olhos da população (18).

Apesar dessas técnicas e dos riscos, o número de deserções e de repúdio público ao terrorismo e à subversão foi relativamente elevado. A grande maioria que assim agiu, parece ter sido sincera, sendo poucos os casos que apresentavam indícios de que essa atitude visava a possíveis atenuações de penas ou outras vantagens pessoais.

A característica comum desses militantes era a falta de

---

(18) A liturgia não nega o direito dos sacramentos ao suicida, recomenda, porém, que o ato seja discreto e reservado. A "pompa e o aparato", nesses casos, deveria significar que não houvera "suicídio". A missa, na verdade, transformava-se em mero ato político.

preparo político-ideológico mas, para confirmar a regra, houve inclusive a exceção. Hans Rudolf Jakob Manz, com treinamento na URSS, Cuba e Tchecoslováquia, homem maduro e com sólida formação marxista-leninista, repudiou a subversão. As causas principais parecem ter sido a infantilidade dos métodos e a falta de objetividade das organizações subversivas brasileiras. Pelo menos essas foram as causas mais comuns entre aqueles que esconjuraram o terror. Além dessas, apareceram como causas: a tentativa das organizações subversivas de dar justificativa ideológica a puros atos de banditismo; a desilusão com os métodos de luta e a argumentação para mantê-los; e a incapacidade das esquerdas em apresentar soluções construtivas, quando o governo que desejavam derrubar havia encontrado, pacificamente, meios e formas de vencer as barreiras do subdesenvolvimento. Pode-se citar, entre os que por essas razões ficaram desiludidos com os métodos, processos e fins das esquerdas: André Yoshinaga Massafumi, "Massa" ou "Jorge", 21 anos quando foi preso, estudante, pertencente à VPR/SP; Rômulo Augusto Romero Fontes, "Enio", "Taka", "David" ou "Craveiro", 21 anos quando preso, comerciário, da VPR/SP, militante desde os 13 anos, participou das Ligas Camponesas e o único conhecimento político que possuía era a doutrina marxista-leninista; Reinholdo Amadeo Klement, "Amâncio", "Batista" ou "Chico", 20 anos quando preso, estudante secundarista, pertenceu à AP e à VPR/RS; Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, "Severino", 20 anos quando se apresentou voluntariamente, estudante, da VAR-Palmares/GO; José Barros de Oliveira, "Arnaldo", "Fernando" ou "Marcos", 39 anos quando se apresentou espontaneamente, antigo militante do PCB, pertencia à VPR/SP, mecânico ferramenteiro; José Raimundo de Oliveira, "Evandro", 35 anos quando preso, sargento da Polícia Militar de Minas Gerais e estudante, comunista, pertencia ao COLINA, abjurou a violência e recusou-se a ser banido em troca da liberdade do embaixador da Suíça. Refutou em reportagem filmada e na imprensa as mentiras publicadas na Europa de autoria de Ângelo Pezzuti.

Entre esses desertores havia também indivíduos violentos e agressivos por natureza como Gilson Teodoro de Oliveira, da VPR/SP, tido como fanático. Gilson abjurou o terrorismo num programa de TV, após ter tentado o suicídio por enforcamento, na prisão. Houve também casos de indivíduos que mostravam uma fraqueza a toda prova. Foi o caso de Newton Moraes, da ALN/MG, co-

nhecido como "Brandão" ou "Gordo". Assaltante a mão armada, "Brandão" participou de uma série de assaltos a bancos e roubo de automóveis. Ao ser preso ficou desesperado e escreveu uma carta a seus pais, na qual renegava o terrorismo e o comunismo. Possivelmente pressionado por colegas de prisão, tumultuou seu julgamento ao negar seus depoimentos anteriores, insinuando inclusive que houvera sido forçado a tomar aquela atitude perante seus pais. Após o julgamento, arrependido, voltou a procurar as autoridades reafirmando seu repúdio ao terror. "Brandão" não fez acusação de ter sido torturado durante os interrogatórios, embora naquela altura essa fosse uma recomendação comum a todos os subversivos.

Erwin Rezende Duarte, "Tião", estudante, do COLINA/MG, tinha 22 anos quando foi preso juntamente com Ângelo Pezzuti, com quem atuou na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, no preparo e difusão de documentos relatando torturas inexistentes. Em agosto de 1971, quando era das mais ativas a atuação da "Frente Brasileira de Informações (FBI), prestou declarações à imprensa, desmentindo e desmascarando Ângelo Pezzuti e seus documentos, além de renunciar e renegar o seu passado subversivo. Mais sincero talvez do que o depoimento de Erwin, foi o de Rouberdário Diniz Valério, "Dario", "Pedro", 31 anos quando foi preso, estudante, condenado a 2 anos e 11 meses de prisão. Rouberdário desiludiu-se com o terrorismo e abjurou o comunismo, fruto de leituras e do comportamento de seus companheiros de prisão. Revoltou-se com as mentiras e refutou as publicações de Ângelo Pezzuti. As estórias de Pezzuti, porém, circularam pela Europa e América, nas asas da FBI.

Havia casos em que a rejeição decorria de problemas pessoais. Foi o que ocorreu com Milton Campos de Souza, "Francisco", "Marcos", da ALN/MG, 23 anos quando preso, estudante, que tinha remorsos por ter matado um garoto de 14 anos, Marcelo Costa Tavares, por ocasião de um assalto a banco, em Belo Horizonte. Problemas de família e afetividade e mesmo traumas familiares também foram causas de deserção, como foi o caso de Maria Júlia de Oliveira, 19 anos quando presa, estudante, pertencente à AP/SP, ou de Jackson Luiz Pires Machado, "Geraldo", 21 anos quando preso, estudante. "Geraldo" entrou para a VAR-Palmares/GO, quando seu pai foi preso por peculato. Foi um ativo militante, traçou planos de organização para a VAR-P, assaltou bancos, planejou a formação de colu-

nas guerrilheiras e chegou a ser um militante de nível na organização. Repudiou a subversão e o comunismo em um programa de TV, logo após sua mãe ter morrido em acidente automobilístico ao vir visitá-lo na prisão pela primeira vez.

Entre os arrependidos encontravam-se também indivíduos que, não sendo comunistas e nem tendo simpatia por essa ideologia, haviam ingressado em organizações subversivas por imaturidade ou atraídos pelo espírito de aventura. Seguramente enquadram-se nesse caso Gustavo Guimarães Barbosa e Douglas de Carvalho Menechia. Razões semelhantes podem ser imputadas àqueles que renunciaram ao terror e à subversão por não haverem suportado as angústias da clandestinidade, como Celso Lungaretti, primeiro terrorista a renegar publicamente suas atividades e o marxismo-leninismo.

13. Conclusão

A avaliação desta terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, leva-nos a indagações muito parecidas com as formuladas após a primeira tentativa, também levada a efeito pelo caminho da violência. Conduz-nos igualmente ao pensamento de Lênin ao referir-se ao esquerdismo — doença infantil do comunismo — de que ela foi "não só uma estupidez, mas também um crime".

Mais uma vez vimos a tão decantada análise marxista da realidade, instrumental tão a gosto do clero dito "progressista", mostrar-se um meio inútil, como qualquer outra metodologia, quando manipulada por mentes bloqueadas pela ideologia e seus dogmas, porque essas confundem a realidade com seus desejos, chegando sempre a conclusões pré-determinadas.

Poderíamos, nesta conclusão, ressaltar a deformação de valores a que foram levados nossos jovens, principalmente aqueles preparados em Cuba, a irresponsabilidade de líderes personalistas e egocêntricos, o envolvimento insidioso do melhor da nossa juventude, a estudantil, ou o aspecto que mais nos impressionou nesse processo — mais mesmo que a violência física, ou a indução do suicídio como ato heróico —, a agressão psicológica, com base na mistificação, no exagero e na mentira que sofreu a nação brasileira, envolvendo uma de suas mais importantes institui-

ções, suas Forças Armadas.

É preciso, porém, atentar que, ao contrário do que pretendem induzir, os fatos não contêm em si a verdade. Os meios de comunicação nos dão exemplos diários de fatos que, conforme as fronteiras ou os interesses de pessoas ou grupos, dão margem a interpretações diferentes e até opostas. As ideologias, sobretudo, alteram a realidade dos fatos.

Jean Brunhes dizia que é por "um estranho abuso de palavras que se fala da veracidade de um fato. Um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade; verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos". Esse juízo depende não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e condições em que se deram, e pode ser mutável, à medida que tenhamos maiores informações sobre eles. Uma das experiências mais significativas a esse respeito deu-se com o francês Benjamin Constant, que por muitos anos coletou cerca de 10.000 fatos, sobre os quais assentou alentada obra crítica das idéias religiosas. Sofrendo a ação de novas influências, evoluiu no seu pensamento e modificou completamente a obra, alterando-lhe o espírito, não obstante servir-se dos mesmos fatos. Ele costumava dizer a respeito dessa experiência: "Eles deram meia volta à voz de comando e atacam agora em sentido oposto".

Nosso propósito nesta 3ª parte deste livro era dar meia volta nos fatos, não para atacar, mas para apresentá-los sob outro ângulo, de forma que não ficasse deles, apenas, uma visão unilateral. Não tínhamos a pretensão de trazer à luz a verdade final e irrefutável em todos os seus aspectos, a qual só existe nas mentes cristalizadas pelas ideologias. Nosso propósito era dar ao leitor a possibilidade de ver o outro lado dos fatos, de comparar suas interpretações, de refletir sobre eles com espírito crítico e encontrar sua própria verdade, que, sem dúvida, estará mais próxima da realidade, na medida em que puder despir-se de seus preconceitos, descondicionar-se e fazer uma análise com isenção.

4ª PARTE

A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

A ESTRATÉGIA GERAL

"As palavras, como parte de um esforço cuidadosamente organizado, são hoje uma forma de luta suplementar e algumas vezes suplanta as antigas formas de conflito".

Atkinson (1)

1. A estratégia geral

Vencidas na forma de luta que escolheram — a luta armada — as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia — a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa.

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares;etc),a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução. Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais;e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa,da qual divergiam desde os últimos anos da década de cinqüenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma

(1) Atkinson James D: "A Política de Luta" já citado.

"nova sociedade", também socialista.

Todos atuavam, agora, no trabalho de massa.

Sabedores que, com a politização que a democracia introduziu no mundo ocidental, os "donos da opinião pública determinam os acontecimentos muito mais que os donos das fábricas ou os chefes militares", valer-se-íam largamente da propaganda para alcançar seus objetivos (2).

2. A política de distensão

O fato de terem adotado uma estratégia comum não significa que haviam sido eliminadas as divergências entre as organizações de esquerda. Tampouco poderia ser tomado como tal o fato de que tivessem objetivos táticos coincidentes. Isto decorria tão somente da existência de uma necessidade comum a todas elas — a possibilidade de poderem voltar a atuar no País com alguma segurança. Isto lhes foi proporcionado pela chamada "política de distensão".

Tendo o Brasil livrado-se da agressão armada comunista, seu novo governo propunha-se a reinstitucionalizar gradativamente o País, pois esse era o desejo da sociedade brasileira que legitimamente pressionava nesse sentido. Essa era também uma meta da Revolução de 1964.

O novo governo iniciou a implantação de um programa de medidas liberalizantes, progressivamente posto em prática, para o retorno à democracia que ficou conhecido como "política de distensão". Alguns chamavam essa fase simplesmente de redemocratização, outros, cientes dos poucos progressos que a Revolução fizera no campo político — premida pela luta armada — a denominavam de aperfeiçoamento democrático, como a indicar a necessidade de avanços marcantes nessa área e não a simples liberalização. Essa nuance serve para destacar que não havia um consenso de como conduzir essa fase, que haviam divergências não apenas quanto ao como, mas também o que, o quando, o porque, etc.

Tais medidas começaram com a suspensão da censura à im-

(2) A propaganda é aqui entendida como arma que é da Guerra Psicológica. Constitui-se na difusão de dados e fatos visando a influenciar opiniões, gerar emoções, provocar atitudes ou dirigir o comportamento de indivíduos e grupos, a fim de beneficiar quem a promove.

prensa e culminaram, nessa fase, com a revogação do artigo 182 da Constituição de 1969.

Com a revogação do citado artigo da Constituição, foi eliminada a figura do Ato Institucional nº 5 e todos os atos complementares nele apensos. Isto restaurava o habeas-corpus para os crimes políticos e o direito de não ser preso sem mandado. Restabelecia, também, as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade aos componentes do Poder Judiciário. Eliminava determinadas prerrogativas do Executivo, o que tornava mais equilibrados os Poderes. O Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembléias estaduais e a cassação de mandatos eleitorais. Incorporava, em contrapartida, à Constituição uma série de medidas denominadas "salvaguardas de emergência".

3. O equilíbrio estratégico

O Movimento Comunista Brasileiro — aqui entendido como o conjunto das atividades realizadas pelas organizações comunistas e por organismos por elas criados, infiltrados ou dominados, conduzidas segundo a ideologia marxista-leninista, que tem por finalidade implantar o comunismo no Brasil — passou a coexistir a partir de 1964 com a etapa que denominaram de confrontação, dividida em linhas gerais em três grandes períodos: o primeiro de 1964 a 1973, a defensiva estratégica; o segundo de 1974 a 1978, o equilíbrio estratégico; e o último ou atual, a partir de 1979, a contra-ofensiva.

O período de 1974 a 1979, caracterizar-se-ia como de equilíbrio, porque haveria o gradativo "desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal", níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem.

Nessa fase, as organizações subversivas levantariam bandeiras que variariam em ênfase e na forma de expressão, mas, quase todas, diriam respeito à possibilidade de se prepararem para a tomada do poder, com segurança, com a garantia do direito, valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal — a democracia, sem aspas e adjetivos — oferece: a possibilidade de seus inimigos prepararem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei.

Foram fixadas então as "bandeiras" com as quais iniciariam o seu trabalho de massa:

- anistia geral aos presos e condenados políticos;
- revogação do AI-5 e toda a legislação de exceção;
- liberdades democráticas (ou políticas);
- respeito aos direitos humanos;
- livre organização de todos os partidos políticos, inclusivo os comunistas;
- punição de todos os responsáveis pelos crimes no período da ditadura;
- extinção de todos os órgãos de opressão.

Algumas OS incluiram, desde logo, entre suas bandeiras, a convocação de uma Assembléia Constituinte (3).

4. A campanha psicológica

Em apoio à consecução das metas do período de equilíbrio estratégico, seria desencadeada uma verdadeira operação psicológica, com base principalmente em ações políticas e psicossociais. Através dessas atividades as organizações subversivas difundiriam suas "bandeiras" e buscariam criar em grupos nacionais e internacionais, emoções, atitudes e comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos.

Seria dada continuidade à campanha psicológica que se desenvolvia no exterior com a Frente Brasileira de Informações (FBI) e que agora adentraria ao território nacional.

A revoada de subversivos do Chile, com a queda do governo de Salvador Allende, e do Brasil, com a derrota militar da esquerda revolucionária, havia possibilitado a expansão da Frente Brasileira de Informações (FBI) que continuava operando. No entanto, a partir de 1974, as atividades da FBI iriam começar a sofrer um declínio, como decorrência da vitória dos órgãos de segurança sobre as organizações terroristas. As denúncias divulgadas no exterior, na sua maior parte, referiam-se à ação policial contra os terroristas, sua violência e pretensa tortura que infligiam aos prisioneiros. Esse tema ia perdendo sentido.

---

(3) Essas bandeiras constam das Resoluções Políticas do VI Congresso do PCB, atualizadas sucessivamente nas reuniões do CC de novembro de 1972, dezembro de 1975 e março de 1977.

No início de 1974, a Amnesty International que empregara vários subversivos brasileiros em suas sucursais e que se propunha a ajudar prisioneiros condenados por motivo de suas convicções políticas, "que não tinham cometido atos de violência", publicou e difundiu o documento "Deaths in Custody in Brazil",contendo nomes de terroristas e subversivos mortos, buscando polemizar as ocorrências. O novo tema a ser trabalhado não só iria ocupar a FBI na sua difusão, como se somaria ao da tortura e seria utilizado por mais de uma década.

Em 1º de abril de 1974, na sessão do Tribunal Bertrand Russel, foram apresentados inúmeros testemunhos de subversivos brasileiros que haviam sido patrocinados pelo Comitê Italiano da Amnesty International, mediante compensação financeira. Dentre os aquinhoados estavam os depoentes Miguel Arraes,Fernando Paulo Nagle Gabeira, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Moro, Denise Crispim, Wellington Moreira Diniz, Carlos Figueiredo de Sá, Maria do Socorro Soares Vigevani, Jean Marc Friedrich Van Der Weid, Frei Tito de Alencar Lima, Ângelo Pezutti, Sônia Regina Yessin Ramos, Onofre Pinto, Gregório Bezerra e Thiago de Melo. Como o leitor poderá notar, um corpo de jurados altamente qualificado e principalmente "isento".

Se no ano anterior, a queda do governo chileno representara a perda de um importante bastião no esquema do movimento comunista, este ano, a Revolução dos Cravos, em 25 de abril, em Portugal, abria um novo espaço, particularmente, para os subversivos brasileiros que se encontravam no exterior. Em Portugal, o Partido Comunista passou a controlar a revolução militar e o próprio Movimento das Forças Armadas e oferecia aos "companheiros de viagem" as mesmas facilidades que lhes dera Allende no Chile. Em torno de setembro/outubro de 1974, encontravam-se residindo em Lisboa Márcio Moreira Alves, Almino Afonso, Carlos Figueiredo de Sá e outras figuras de destaque da FBI. Por volta de novembro de 1974, Miguel Arraes mudou-se, também, para Lisboa, unindo-se ao restante da coordenação internacional da frente. A essa época, também já chegara a Portugal José Maria Crispim que ali fundara o Movimento de Ação Socialista (MAS), congregando o que restara da ALN, do MR-8 e do PCBR. Nessa época, o MAS recebia auxílio financeiro da Junta de Coordenação Revolu

cionária, sem, entretanto, integrá-la (4).

Em janeiro de 1975, após analisar um extenso informe do professor brasileiro da Universidade de Vincennes, Francisco Andrade — ligado à ALN — o Tribunal Bertrand Russel condenou o Brasil. Durante a sessão, além do Brasil, foram julgados o Chile, o Uruguai e a Bolívia, acusados de violarem os direitos fundamentais do homem. Os quatro países foram condenados e considerados culpados de "crimes contra a humanidade".

Aproveitando-se das comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, foi lançado em São Paulo, sob a liderança da militante do PCB Therezinha Godoy Zerbine, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA ou MFPA), que visava criar uma corrente de opinião interna e internacional para pressionar o Governo brasileiro a conceder anistia a todos os presos políticos. Constituído por diversas militantes de organizações subversivas, algumas inclusive com condenações, mães e esposas de subversivos, o MFA iria se irradiar para outras capitais, inserindo-se na campanha psicológica que vindo do exterior adentrava o País. Nos lugares onde esse movimento foi dominado por militantes do PC do B intitular-se-ia Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Paralelamente, em 30 de maio de 1975, era criado em Portugal o Comitê Pró Anistia Geral no Brasil, também conhecido como Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil (CPAGB).

As medidas liberalizantes que vinham sendo tomadas no Brasil constituíam-se em mais um fator de esvaziamento da FBI.

Em 8 de fevereiro de 1976, Carlos Figueiredo de Sá reuniu-se em Lisboa com asilados brasileiros numa espécie de "assembléia geral". Durante o encontro, foi aprovado um texto que passou a vigorar como os estatutos do "Comitê Pró Anistia Geral no Brasil (CPAGB), organismo oficial da campanha pela anistia dos presos políticos. O CPAGB autodenominava-se "apartidário, aberto à participação de todos aqueles que possam se dedicar à solidariedade com a luta do povo brasileiro". Na verdade o CPAGB era

(4) Fundada em fevereiro de 1974 na Argentina, a JCR reunia as organizações mais radicais do subcontinente sulamericano, liderada pelo ERP, numa demonstração de que a suspensão da luta armada era conjuntural. A ALN integrava seu "Comando Unificado" que era constituído ainda pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina, o Movimento de Libertação Nacional (MLN) da Bolívia e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile.

uma frente de propaganda contra o governo brasileiro e que tomaria o lugar da FBI, sendo a anistia ampla, geral e irrestrita uma de suas principais bandeiras. A CPAGB contava com o apoio do Partido Socialista Português (PSP), Partido Comunista Português (PCP), entidades ligadas aos Direitos Humanos e organizações de frente do MCI. Seu órgão de divulgação denominava-se "Amnestia".

Além de portugueses ligados ao PSP e ao PCP, faziam parte de sua direção vários subversivos brasileiros (5). Esses comitês, como a FBI, foram criados em diversos países da Europa, Argélia e EUA.

Mostrando que efetivamente tratava-se de uma frente de propaganda, o CPAGB divulgou, logo após sua criação, com ampla publicidade na imprensa, a situação dos presos políticos do presídio da Ilha Grande.

Em abril de 1976, confirmando suas atividades, como frente de propaganda, o CPAGB lançou uma publicação intitulada "Dos Presos Políticos Brasileiros". Tratava-se de uma condensação do livro "Allegation of torture in Brazil" publicado em 1972 pela Amnesty International, possivelmente realizada por Márcio Moreira Alves, um dos principais responsáveis por sua publicação.

Em 14 de fevereiro de 1978 era lançado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Cumprindo, internamente, função semelhante à da FBI, as organizações pró-anistia realizavam debates, passeatas, manifestações e comícios, procurando pressionar o Congresso por uma lei que concedesse anistia a todos os presos políticos e a todos os cidadãos banidos em nome de qualquer dos três principais atos institucionais.

Continuariam a valer-se da propaganda para transmitir à nação brasileira suas "bandeiras" e também uma "verdade" própria, unilateral e distorcida sobre os fatos relacionados com o processo revolucionário-terrorista desencadeado no País e principalmente, em relação ao combate a essa subversão que, pelo nível de seu desenvolvimento, acabou por envolver as Forças Armadas. Adentrando no País no bojo da campanha pela anistia, deixavam subjacente em suas mensagens a "candura" dos terroristas, apresentados como "angelicais defensores" da sociedade democrá-

(5) Faziam parte da direção do CPAGB: Almir Dutton Ferreira; Domingos Fernandes; José Maria Crispim; Márcio Moreira Alves; Cândido da Costa Aragão; Carlos Figueiredo de Sá; Fernando Leite Pereira; Zillah Dutton Ferreira; Altair Luchesi Campos e Moema Fernandes.

tica. Valendo-se do invencível tropismo das massas para a menti
ra, de que nos fala Djacir Menezes, particularmente se apresen-
tada sob forma mística, não lhes faltou sequer esse efeito, ob-
tido por meio dos teólogos da "libertação" que chegaram a compa
rar os terroristas ao Cristo que "passou pela terra fazendo o
bem, foi perseguido, torturado e morto". Naturalmente, nunca dis
seram, nesse verdadeiro protótipo da técnica de meia-verdade,
por razões óbvias, que Cristo não assaltou, não sequestrou, nem
assassinou ninguém. Na idéia força da "resistência democrática"
punham, de forma subliminar, a tese constante das esquerdas de
que o recurso à violência, à luta armada, havia lhes sido impos
to como única alternativa deixada pelas forças da "ditadura mi-
litar".

Essa "verdade" foi transmitida através de idéias-força, de
alta conotação emotiva e propositadamente genéricas, como: "di
reitos humanos"; "tortura, torturados e torturadores"; "liberda
des democráticas"; "estado de direito"; "ditadura militar"; "ór
gão de repressão", etc, que, por seu largo espectro, sugerem di
ferentes idéias a diferentes pessoas e explorando interesses e
crenças da população, mostraram-se eficientes e atingiram múlti
plos objetivos. Além de difundir suas bandeiras, permitiu-lhes
ou têm lhes permitido denegrir e enxovalhar seus algozes, — os
órgãos de segurança — buscando, nessa fase, combalir o ânimo
de seus integrantes, destruir sua moral e acuá-los em campanhas
bem orientadas. Permitiu-lhes colocar os grupos neutros contra
esse alvo. E, permitiu-lhes, finalmente, justificar seus fracas
sos pretéritos aos olhos dos futuros recrutados, isto é, trans-
formar a derrota militar em vitória política.

Nessa fase, ainda, seu aliado o clero "progressista", va-
lendo-se da dialética dos direitos humanos e utilizando-se do
instrumental da Igreja — que formalmente já atua politicamente
através da CNBB — que desce ao nível das "organizações de ba-
se", por meio de ampla rede de comissões, subcomissões e ativi-
dades de grupos, realizava seu próprio projeto de coordenação po
lítica — seu trabalho de massa — organizando grupos de pres-
são, com táticas próprias.

O objetivo desse trabalho, além de outros que veremos em
capítulo seguinte, era a "rápida mobilização de movimentos de
massa em torno de certas questões". Nessa ocasião aflorou, por

exemplo, o "Movimento Contra o Custo de Vida", orientado pelo clero "progressista", aparentemente sem conotação política, mas objetivamente estruturado como forma de treinamento e organização de massa. Esse movimento começou a ser organizado em 1973 e só veio à tona em 1978, como se fôsse "uma ação espontânea de iniciativa da própria massa".

5. A fronteira incerta

Existia, como é fácil perceber, uma coincidência muito grande entre os objetivos buscados pelo Governo, os quais seriam os da sociedade brasileira e a maioria dos objetivos das organizações subversivas. Haviam pressões justas e legais no sentido de se promover a redemocratização e as organizações subversivas jogavam uma partida fácil, pois exploravam o direito de discordar, inerente à própria democracia.

Essa coincidência fazia com que se entrasse na área que Jean François Revel chamou de — a fronteira incerta —, "a transição fácil entre o oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas instituições e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios."

Vivíamos exatamente nessa fronteira incerta, quando em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, referidas no Cap XI da 3ª Parte deste trabalho, intensificaram-se as operações sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro, atingindo seu ápice em 1975, com o desmantelamento, no primeiro semestre de 1976, da CE/MG. Em São Paulo, na Guanabara, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Sergipe e na Bahia, haviam sido presos membros do Comitê Central, da Comissão Executiva e dos Comitês Estaduais dos Estados citados. Apesar da atividade subversiva dos comunistas presos, houve uma grande campanha em torno do episódio. A Amnesty International lançou um apelo urgente ao mundo (6). A Arquidiocese de São Paulo transformou-se no centro da campanha. Criou um Instrumento de ajuda humanitária às famílias de pessoas presas e desaparecidas. Com o estímulo do Cardeal Arns, a Arquidiocese criou a Comissão Ar-

(6) Ver The Amnesty International Report 1975-1976 - "Brasil" Pg 90-92

quidiocesana de Justiça e Paz, integrada por juristas do Estado. A comissão foi encarregada da defesa dos "perseguidos" e de mover ações civis contra as autoridades "em casos comprovados de tortura" (7). O principal objetivo do Cardeal Arns era estimular a população a resistir à "repressão violenta" de uma forma pacífica, mas firme ... (8) (As aspas no corpo da citação são do autor).

As normas de terror, utilizadas principalmente pela ALN para amedrontar seus militantes e ao mesmo tempo denegrir a imagem dos órgãos de segurança, tinham continuidade agora no corpo da guerra psicopolítica e eram difundidas visando a população em geral.

Neste contexto ocorre o lamentável, em todos os sentidos, suicídio do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do DOI/CODI/II Ex.

No mês de outubro de 1975 o DOI/II Ex estava desenvolvendo investigações visando a desmantelar células do PCB no setor de comunicação social. Rodolfo Konder apontou o jornalista Herzog como militante do Partido. Vladimir Herzog trabalhava na Rádio e TV Cultura de São Paulo, no período noturno, sendo Diretor-Responsável de Tele-jornalismo. No dia 24, Herzog foi convidado a prestar depoimentos no DOI/II Ex. O comandante do II Exército havia recomendado que se evitasse atrapalhar a vida profissional dos envolvidos, pelo menos até que suas implicações assim o exigissem. Não fora a proibição de ouvir pessoas após as 1800 horas, Herzog poderia ter prestado esclarecimentos e ser liberado no próprio dia 24. Sua situação era secundária.

No dia 25, as 0800 horas, Vladimir Herzog, acompanhado do jornalista Paulo Pereira Nunes, compareceu ao DOI, tendo Nunes sido informado que poderia procurar por Herzog por volta das 1600 horas, quando o jornalista já deveria estar liberado. Herzog inicialmente negou sua militância, mas confrontado com o próprio Rodolfo Konder e Jorge Jatahy Duque Estrada, acabou confessando os atos nos quais esteve envolvido, nenhum de maior importância. No entanto, revelou o nome de todos os militantes do PCB

---

(7) Nesta época, ao invés dos generais do povo da 2ª tentativa de tomada do poder, apareciam os "cardeais do povo". Ver entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns, em História Imediata, nº 4 – Dom Paulo Evaristo Arns: o Cardeal do Povo.

(8) Ver Alves: Maria Helena Moreira – em "Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)" – Editora Vozes – Petrópolis – 1984 – Pg 203 e seguinte.

com os quais mantinha contato.

Após o almoço, devendo Herzog aguardar que seus depoimentos fossem datilografados, foi recolhido a uma cela especial no piso superior da dependência, tendo havido o cuidado — estabelecido nas normas de segurança — de substituir suas roupas, calçado, etc por um macacão de brim. Foi solicitado ao jornalista que nesse período fizesse uma declaração de próprio punho.

Por volta das 1600 horas, estando prontos os depoimentos, ao ser buscado o jornalista para assiná-los, foi constatado que o mesmo havia se enforcado, como ficou plenamente comprovado posteriormente nos laudos de necrópsia e complementar, tendo antes do ato extremo rasgado a declaração que redigira.

Entregue à família, ao contrário de versões propositalmente deturpadas, nada lhe foi recomendado e muito menos determinado. O corpo de Herzog foi lavado e preparado pelo rabino de sua confissão religiosa que não constatou qualquer sevícia ou sinal de violência em seu corpo. A ação declaratória movida por sua família visou à indenização, por ter o ato sido cometido quando o nominado estava sob custódia e em dependência sob responsabilidade do II Exército (9).

No dia seguinte ao da morte de Herzog, o Cardeal Arns pediu oficialmente o apoio dos bispos presentes à Conferência Regional dos Bispos em Itaici, São Paulo. A Conferência divulgou uma declaração formal, analisando a repressão em São Paulo e denunciando a morte do jornalista (10). Os bispos declaravam "sua total 'solidariedade com o sofrimento das vítimas', denunciavam a negativa de habeas-corpus como grave violação dos direitos humanos e convocavam os cristãos a demonstrar sua solidariedade com as 'vítimas' e famílias dos 'perseguidos', reunindo-se em todas as catedrais e igrejas de São Paulo para os serviços religiosos em memória dos desaparecidos, dos que ainda sofrem em prisões e dos que morreram vitimados pela violência".

---

(9) Ação Declaratória: Aquela em que mediante simples declaração, sem força executória, o juiz proclama a existência ou inexistência de uma relação jurídica, ou a falsidade ou autenticidade de um documento.

(10) Nessa época o AI-5 estava em pleno vigor e não havia ainda sido restabelecida a concessão do "habeas-corpus" nos casos de crimes políticos.

Apesar da "generalização brilhante", uma das técnicas mais usuais da guerra psicológica, o documento não foi refutado. A morte de Herzog constituiu-se no evento mais importante da campanha em desenvolvimento.

Os casos de suicídio e tentativas foram elevados, particularmente desses últimos, tendo sido grande parte abortadas graças às normas de segurança com que se buscava evitar a consumação do ato extremo contra a vida nas prisões. Se fôssemos relacionar todos os casos catalogados, além dos já apontados aleatoriamente neste trabalho, precisaríamos abrir um novo capítulo . Citaremos porém, dois casos, ambos ocorridos após 1975, o que mostra que as instruções que diziam "morrer é passividade, mas matar-se é ato" continuavam em vigor.

José Leite de Assis Fonseca, em 1970 passou a integrar o "Corpo de Apoio Revolucionário à Luta do Povo Brasileiro" em Paris. Constituído por ex-militantes de várias organizações terroristas brasileiras, tinha por finalidade retirar do Brasil elementos das esquerdas que estivessem desarticuladas e preparar quadros para posterior retorno ao País. O grupo era formado basicamente por ex-militantes da ALN e do PC do B e alguns da VAR-P e MR-8. Leite esteve na França de 1968 a 1971.

Preso em julho de 1975, em Brasília, como militante do PCB, Leite em determinado dia, com um forte impulso bateu sua cabeça violentamente contra a parede da cela. Após atendido e indagado sobre o motivo desse ato de auto-flagelação, disse que, quando de sua estada em Paris, tomara conhecimento do caso de um "estudante" francês que, tendo sido preso durante as manifestações estudantis em 1968, suicidara-se na prisão, transformando-se em "herói" do movimento. Segundo Leite, esse estudante para se matar, havia enfiado a cabeça na grade da cela e jogando o corpo para cima quebrara o pescoço. Por isso, tinha passado por sua cabeça também cometer suicídio e transformar-se em herói. É de imaginar o cuidado que foi necessário para evitar que Leite se transformasse, efetivamente, num "herói nacional".

O outro caso deu-se com uma militante do PC do B, presa em 1976, que por motivo de segurança, identificaremos apenas pelo nome de "Maria" (11). Esta foi encontrada pelo carcereiro, enco

(11) "Maria" e seu amásio revelaram dados que permitiram a realização de uma importante operação e sua identificação poderia colocar em risco a integridade física de ambos. Seu nome consta dos originais deste trabalho.

lhida a um canto de sua cela com o rosto todo arroxeado. Enquanto aguardava o médico, chamado com urgência, o carcereiro com auxílio de outros companheiros, adentrou sua cela e na tentativa de reanimá-la com massagens e respiração artificial, desabotoou a gola de seu macacão, descobrindo então o artifício utilizado na tentativa de suicídio. "Maria" retirara a borda costurada do lençol e enrolara-a apertadamente em torno do pescoço, em sucessivas voltas e estava prestes a morrer sufocada. A determinação suicida não fora assinalada, a princípio, por ter a prisioneira abotoado e levantado a gola de sua vestimenta. Livrada do laço e ainda com a respiração entrecortada, "Maria" proferiu as suas primeiras palavras:

— Me deixa morrer, seu filho da p...!!!

Além de tudo, ainda tinha-se que "pagear" esses energúmenos.

Entre nós, nesse período, a fronteira tornara-se mais incerta, na medida em que as próprias instituições seriam objeto de pretensos aperfeiçoamentos e a esse pretexto muitas leis em vigor deixavam de ser observadas. As entidades da chamada oposição organizada estavam infiltradas e vivíamos sob uma campanha psicológica que ia obtendo êxito crescente, graças à adequabilidade das técnicas utilizadas, principalmente a exploração psicológica de fatos apresentados como verdades irrefutáveis e ao uso de personalidades, como parlamentares, jornalistas e principalmente, clérigos, para dar prestígio e autenticidade às mensagens veiculadas.

Recorremos mais uma vez a J. François Revel, com o objetivo de salientar que não estamos imaginando coisas e que o problema não é especificamente nosso, mas um sub-produto da guerra psicológica, para a qual o Ocidente, como nos diz Suzanne Labin, continua nesse setor "cego, surdo e mudo" (12).

Diz Revel: "*Acaba-se por chegar, a esta situação invertida que vivemos todo dia nesta sociedade que chamamos, por convenção, o Ocidente, situação em que aqueles que querem destruir a democracia parecem lutar por reivindicações legítimas, enquanto os que querem defendê-la são apresentados como artífices de uma repressão reacionária. A identificação dos adversários, in-*

(12) Suzanne Labin é autora de "Em cima da hora" - Ob já citada.

ternos e externos, da democracia com forças progressistas, legi-
timas e, o que é pior, com fôrças de "paz" tende a desconside-
rar e a paralisar a ação dos homens que tão somente querem pre-
servar suas instituições (13).

6. A contra-ofensiva

A passagem do período de equilíbrio estratégico para a
contra-ofensiva estratégica foi deflagrada pelas organizações
subversivas em 1979, como conseqüência da adoção, pelo Governo
do General João Baptista Figueiredo, do processo de aprimoramen
to democrático que ficou conhecido como "abertura política", atra
vés do qual restabeleceram-se as franquias democráticas. O primei-
ro passo desse período foi a anistia política, resultado de in-
tensas negociações com a oposição (14). Houve também mudanças na
Lei de Inelegibilidade, possibilitando a candidatura dos anistia-
dos. No bojo da abertura foi feita, ainda, uma reforma eleito-
ral que extinguiu os partidos existentes e possibilitou a cria-
ção de um maior número de novos partidos políticos.

A Lei de Anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos ex
terroristas, subversivos e banidos que estavam no exterior, cons
tituindo-se em um reforço de peso para o período de contra-ofen
siva.

Utilizando-se das organizações de massa como instrumen-
to de ação, ocupando posições de liderança no seio dos mais va-
riados segmentos da sociedade, dirigindo e orientando simpati-
zantes ou inocentes colocados à testa dos diferentes movimen-
tos, conseguiram direcioná-los na busca do objetivo proposto, de
mobilização das massas, conscientizando-as da necessidade de par
ticiparem dos movimentos populares para pressionar o Governo, a
fim de obter o atendimento de suas reivindicações.

As eleições realizadas em novembro de 1982, dando segui-
mento ao processo de abertura política, contribuíram considera-
velmente para o desenvolvimento do período de contra-ofensiva

---

(13) Acrescentaríamos apenas que não se identificam apenas com as forças de paz mas a todos os temas candentes englobados nos direitos humanos.

(14) A lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados de "crimes de sangue". Os integrantes das Forças Armadas expurgados por motivos políticos não poderiam reassumir suas funções, mas passariam a receber vencimentos integrais. Esses aspectos da lei não agradaram às esquerdas, mas, principalmente não lhes agradou o perdão incondicional que a lei concedeu aos integrantes dos órgãos de segurança.

das OS, não só pela livre pregação política — através da participação de políticos contestadores, ex-asilados, ex-cassados, simpatizantes e mesmo militantes estruturados de organizações subversivas que se filiaram e concorreram nas legendas dos partidos legais de oposição — mas, principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental.

A eleição de governadores apoiados, velada ou ostensivamente, pelas esquerdas, em importantes Estados da Federação, fez com que se abrigassem no seio de seus governos, quando não eles próprios, políticos cassados ou militantes das OS — como foi o caso, por exemplo, do Governador do Rio de Janeiro.

Essa nova situação proporcionou às OS melhores condições para articular o trabalho junto às massas e as pressões de cúpula, em obediência às suas resoluções.

A partir dessa livre pregação doutrinária, as OS passaram a ousar mais e suas táticas, de uma maneira quase generalizada, passaram a objetivar "o desencadeamento de mobilizações amplas, a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, a criação de posições políticas vantajosas para desencadear mobilizações amplas".

Através das organizações de massas, conseguiram desencadear essas mobilizações, valendo-se do que denominaram de "semi-legalidade política", isto é, movimentos ilegais, por contrariarem dispositivos de lei, mas que seriam legítimos, por trazerem em seu bojo reivindicações objetivas e pretensamente justas. Eram os primeiros testes, as primeiras tentativas de confronto, valendo-se da "fronteira incerta".

Assim procedendo, o MCB conseguiu êxitos no envolvimento das massas populares. Algumas vitórias parciais foram obtidas, através do aliciamento dos trabalhadores, com a deflagração de greves de nítido cunho político e de contestação às decisões do Governo, particularmente, no Campo Econômico.

Mobilizações dessa natureza aconteceram por ocasião da greve política de julho de 83 e da fixação da política salarial no mês de outubro do mesmo ano, quando o Governo se viu forçado a modificar os parâmetros de sua política no prazo de 7 dias, vigorando o Dec Lei nº 2064 durante o espaço de tempo, talvez inédito, de uma semana. Naquela oportunidade, o Governo foi obriga

do a decretar, pela primeira vez, as Medidas de Emergência, o que ocorreu durante a tramitação do Dec Lei 2065. Esse Decreto foi posto por terra, na prática, com menos de seis meses de vigência, quando dos acordos salariais dos metalúrgicos. Para o MCB, mais importante do que os reajustes obtidos pelos operários foi a quebra do ordenamento jurídico, com a "derrubada" da Política Salarial do Governo, buscando a sua desmoralização.

A amplitude política do movimento de contestação — embora confiada a uma minoria, representada pelos militantes das OS e pelas "direções políticas" por eles conquistadas no movimento educacional, no movimento operário-sindical e nos movimentos populares — foi alcançada pela incorporação de extensos contingentes da população premidos pela difícil conjuntura sócio-econômica.

Três fatores concorreram, de forma decisiva, para o êxito desse trabalho de massa: a total liberdade concedida; a crise econômico-financeira que o País atravessava, a qual reduziu o bem-estar da população, gerando a impopularidade do Governo e o desejo de mudar; e o trabalho que há longo prazo vinha sendo realizado, paralelamente, pelo clero dito "progressista".

Nada do que foi feito até então, dentro desta estratégia do MCB, compara-se ao trabalho desenvolvido pelas organizações subversivas no bojo da campanha pelas eleições diretas, realizada em 1984, seja em termos de divulgação, por todos os meios de comunicação social, de seus slogans e palavras-de-ordem, seja por sua pregação ideológica às grandes massas. Não se nega a validade do movimento, apenas ressalta-se a forma com que o "adversário que viola as instituições" aproveita-se da fronteira de incerteza para desenvolver o seu trabalho de massa, o seu proselitismo.

Além de realizarem o "trabalho de massa", mobilizando previamente militantes e simpatizantes para os comícios, contaram, para a continuidade desse trabalho, com o aproveitamento da campanha publicitária, transportes gratuitos, shows, som, iluminação e outras facilidades postas à disposição dos participantes pela máquina administrativa dos Estados, das Prefeituras e de outros organismos.

Jamais poderiam contar, em outras circunstâncias, com uma

infra-estrutura tão fabulosa que chegou até a caríssima sofisticação de proporcionar a transmissão direta de "flashes" pela TV, nos seus horários mais nobres, para fazer seus proselitismos.

As OS ganharam com isso importantes posições e na preparação para a legalização dos partidos proscritos, cujas bandeiras e siglas forem difundidas em todo o território nacional no trabalho de arregimentação e mobilização de amplas massas populares, incutindo-lhes confiança em sua força e avançando seu nível que diziam ser de "conscientização, organização e luta" e de onde, esperavam, surgiriam as forças políticas e materiais para alcançar a fase final da contra-ofensiva.

O entusiasmo foi tanto que, em 1º Abr 84, a Convergência Socialista (CS), uma organização subversiva trotskista, assim se expressava no ítem 1 de sua Resolução Política:

> *"O elemento fundamental a ser destacado na conjuntura é que a ditadura militar pode ser derrubada a curto prazo. É preciso sacudir a vanguarda de todo o país. A ditadura pode cair, pode ser vitoriosa a revolução democrática aqui e agora, como se deu na Bolívia e Argentina. Ou seja, existem as condições objetivas para tanto:*
>
> *- com a ascenção das massas nunca vista na história do país;*
> *- a divisão da burguesia;*
> *- uma crise econômica e política também sem precedentes.*
>
> *Dentro da etapa pré-revolucionária, estamos vivendo, desde o início do ano, uma sub-etapa revolucionária mais avançada, que pode levar, como parte da revolução democrática, à abertura da etapa revolucionária e à derrubada da ditadura".* (Os grifos são do autor).

Ficava suficientemente claro que as organizações subversivas não almejavam apenas o término do "regime autoritário" — , a essa altura nem tanto autoritário — uma aspiração generalizada da nação. Buscavam, no bojo desse movimento legítimo, incentivar uma crise político-institucional, para através dela derrubar a "ditadura militar" e tomar o poder de forma revolucionária. Esse foi um momento crítico da transição para a democracia e não fossem os adiantados entendimentos entre o Governo e as oposições, em particular seu candidato à Presidência da República e a determinação do Presidente Figueiredo e poderia ter ocorrido mais um retrocesso político.

Durante o transcorrer desse período de contra-ofensiva os

tratégica, não cessou a guerra psicológica, pelo contrário, com a volta dos elementos do exterior ela foi incrementada, ganhando sofisticação (15).

Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição legal e leal às instituições. Era preciso desacreditar a Revolução de 64, negar seus êxitos, proclamando a "farsa do milagre econômico". Era preciso que a consecução dos objetivos da "abertura" fossem a ela creditados, para que pudesse manter na massa a confiança em sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem de um governo acuado que nada concedia, mas que pressionado a tudo cedia.

Imanente em todo esse trabalho, estava o objetivo de atingir seus algozes — agora as próprias Forças Armadas — que não só recentemente, como em 1964 e 1935, haviam sido o obstáculo mais sério a suas tentativas de tomada do poder, com o fito de afastá-las ou neutralizá-las como empecilhos à sua caminhada.

Não refutado com oportunidade, o êxito inicial dessas idéias deu margem a novas campanhas, com as quais as esquerdas foram atingindo seus objetivos, recrudescidas após a anistia, quando os ex-terroristas retornaram do exterior e incorporaram-se a esse trabalho, infiltrando-se em todos os segmentos sociais e atuando particularmente através das Comissões de Justiça e Paz e das associações, comitês, sociedades, etc, de Defesa dos Direitos Humanos que proliferam pelo País. Estes últimos passaram a atuar como verdadeiras organizações de "frente", de difícil refutação pelo próprio assunto que mascara seus reais objetivos. São, porém, na sua maioria, organismos dominados pela esquerda. Essa afirmação é comprovada pelo documento liberado à imprensa, por ocasião do término do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda/PE, em janeiro de 1986 — quando foi criado o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos —

(15) No final da década de 70, foi criada no Brasil uma entidade clandestina, de sofisticada estrutura, dotada de modernos computadores e que daria emprego a dezenas de ex-terroristas e subversivos que retornavam ao País após a anistia, com o apoio de milhares de dólares, subvencionada pela ala progressista do clero. Essa entidade iria se ocupar e difundir as torturas, delatadas sempre por ex-terroristas, relatar mortos e desaparecidos e historiar: "a origem do regime militar"; o "estado autoritário e seu aparelho repressivo" e difundir, de modo muito especial, a história das organizações subversivas brasileiras "duramente perseguidas pelo regime militar", com grande repercussão.

contendo deliberações finais do encontro. Nessas deliberações propugnam pela criação de uma sociedade sem classes, isto é, uma sociedade comunista. Esse objetivo é repetido na Carta Aberta à População, difundida por ocasião da passagem do 38º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1986, assinada não só pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos mas também pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e pela Comissão Pastoral da Terra - Centro Sul, entre outros. Esse documento, além de vincular outras bandeiras do MCB, assim se expressa em um de seus trechos:

"... *estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa, igualitária, enfim, uma sociedade sem classes.*" (Grifo do autor).

Com tal posição ideológica — utópica como realização, mas perturbadora da vida nacional por suas atividades político-ideológicas —, compreende-se porque as organizações de Defesa dos Direitos Humanos, como as organizações subversivas, procuram denegrir a imagem das Forças Armadas. Seus objetivos são comuns.

A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das campanhas, o seu entrosamento no tempo e no espaço político nacional e a conjugação de esforços das organizações subversivas, de fachadas e infiltradas, permitiram que essas inverdades, repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive para boa parte dos componentes das próprias Forças Armadas, seus familiares e, em especial, os elementos mais jovens que não viveram aquela situação e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos.

CAPÍTULO II

O PROJETO DO CLERO DITO PROGRESSISTA

1. A infiltração marxista

Existem inúmeros trabalhos que se ocupam do processo de marxistização da Teologia. Um dos mais interessantes, mas nem por isso completo, é o do sacerdote polonês Miguel Poradowski (1). Ele apresenta o que denomina etapas da marxistização, iniciando pela corrente "saducéia" que é constituída pelos cristãos que crêem em Deus, amam-nO e O servem, mas não crêem na vida após a morte. Há muito da influência saducéia na "teologia da morte de Deus". Seus seguidores estão muito próximos dos marxistas, com eles se entendem facilmente e com eles colaboram. Introduzida essa corrente na Igreja, tanto na Teologia como na Pastoral e na Liturgia, constitui uma excelente preparação para as etapas posteriores. Procura-se com ela acostumar os cristãos a concentrarem toda a sua vida, exclusivamente, sobre o temporal, aproximando-os dos marxistas (2).

A etapa seguinte da evolução do processo está ligada à imagem do "Reino de Deus na terra". Partindo dessa imagem, o teólogo protestante Karl Barth constituiu uma ponte mais sólida entre os cristãos e os marxistas, desenvolvendo a tese de que ambos têm a mesma finalidade: "a construção de uma nova sociedade do futuro". Os cristãos concebem essa sociedade como o "Reino de Deus na terra", os marxistas, como o "socialismo" ou o "comunismo". A posição de Barth é em muitos pontos idêntica à de Marx, como por exemplo, a referente ao "desaparecimento" da instituição do Estado precedendo a sociedade ideal do futuro, o que é característica fundamental da sociedade comunista.

O problema do "Reino de Deus na terra" foi objeto de vários enfoques. Um deles que lhe deu novo e forte impulso, ocorreu imediatamente após o Concílio Vaticano II, com "A Teologia da Esperança", obra de Jürgen Moltmann, outro teólogo protestante. A esperança de um porvir melhor, dirigido a um fim concreto,

(1) Os trabalhos de Poradowski foram publicados no Brasil no nº 39 da Revista "Hora Presente". Nessa mesma revista são também encontradas duas entrevistas, nos seus nº 17 e 18, respectivamente, do Cardeal D. Agnelo Rossi (Evangelização e Secularismo) e do Cardeal D. Joseph Höffner (O Evangelho do paraíso terrestre) que focalizam outros aspectos deste mesmo tema.

(2) No item 15, do Cap 1 da 3ª Parte deste trabalho, sob o título "Influências marxistas na Igreja", já abordamos alguns aspectos desta mesma questão.

temporal e terreno é um catalizador das energias humanas esteja vinculada ou não à religião. Este é no fundo o mesmo problema de que se ocupara Barth, sob um ponto de vista mais atraente, considerando a esperança como o motor da vida, como elemento dinâmico. A esperança como confiança, quase certeza, de que o homem pode, aqui, na terra, construir uma sociedade ideal do futuro, que será uma realização tanto do conceito cristão do "Reino de Deus na terra", quanto do conceito marxista de uma sociedade comunista. Como quase ninguém se pergunta e a grande maioria desconhece, se o "Reino de Deus na terra" está mais próximo no Quênia, na Tanzânia socialista, na Costa do Marfim, na pobreza socialista da vizinha Guiné, na Tailândia, em Cingapura ou na Coréia do Sul do que no Camboja, na Coréia do Norte ou na Nicarágua, para não falar no Japão e noutros países desenvolvidos, fica imanente que esse "Reino" só poderá ser construído pelo socialismo.

Fica claro que a marxistização da corrente teológica católica se deu através da protestantização, o que vale dizer que a protestante está igualmente marxistizada.

Outra "teologia" que aproxima os cristãos do marxismo é a do "cristianismo horizontal". Antropocêntrica, essa teologia elimina a cruz como símbolo. Para a Teologia católica a cruz é seu símbolo: seu tronco, isto é, a direção vertical, simboliza o amor do homem a Deus e de Deus ao homem, enquanto seus braços, isto é, a direção horizontal, indicam as conseqüências desse amor: sua projeção até o próximo. Para essa "nova teologia" o braço vertical não existe, pois está concentrada totalmente sobre o homem, sobre o horizontal. O essencial no cristianismo é o amor a Deus, mas sua conseqüência se expressa no amor ao próximo — amar a Deus no próximo. Para o "cristianismo horizontal", na prática, Deus não existe e Jesus é apresentado como um homem que sacrificou sua vida pelos demais, por motivos puramente humanos, como expressão da solidariedade humana. Daí porque o comparam a "Che" Guevara e outros. "Muitas congregações religiosas que assimilaram esse pensamento, concentram-se no trabalho exclusivamente laico e temporal, por sacrificado que seja. Transformando-se em associações laicas de beneficiência muito freqüentemente estão comprometidas em atividades subversivas, colaborando ativamente com os movimentos marxistas revolucionários" (3).

(3) Paradowski - Ob citada pg 14

Suas homilias, e isso é comum entre nós, versam quase exclusivamente sobre temas sócio-econômicos. As funções litúrgicas são por eles transformadas em cerimônias laicas, com sentido meramente sociológico. O "cristianismo horizontal", diz Poradowski, "manifesta-se nas orações e cânticos litúrgicos compostos para a circunstância. As igrejas são transformadas em 'casas do povo'. Até a Santa Missa fica reduzida a uma assembléia do povo, freqüentemente com a participação ativa até de pessoas atéias..."

Poradowski mostra ainda as influências de outros pensamentos como os da "Fé sem religião", do "cristianismo sem mitologia", do "cristianismo ateu", etc, que foram empurrando os cristãos para o marxismo. Não é porém nosso propósito nos aprofundarmos nesses problemas. Nosso objetivo era demonstrar a existência, se se pode dizer, de cristãos-marxistas, por respeito à Igreja — que somos tanto nós cristãos leigos como os padres e pastores — procurando separar o joio do trigo.

2. As linhas do clero

Como decorrência dessas influências continuadas do marxismo e sua atuação no seio da Igreja, que vai da exploração de ambições pessoais até a infiltração em seminários e universidades religiosas, no final da década de sessenta os estudiosos do assunto consideravam que o clero comportava três linhas bem definidas, quanto às idéias que esposa e às atividades que desenvolve: conservadores tradicionalistas, reformistas e progressistas.

Quanto ao pensamento e ação dos tradicionalistas parece desnecessário qualquer esclarecimento, pois a designação fala por si.

Os Reformistas têm como principal característica a adaptação da Igreja às condições modernas, sob a orientação das encíclicas e em obediência à autoridade eclesiástica. Agem na linha das tradicionais missões da Igreja, visando à construção de uma civilização cristã orgânica, alicerçada num sistema religioso autônomo e nos recursos próprios. Julgam que a Igreja deve considerar a cidade — teatro no qual o Reino de Deus se realiza —, os problemas e as inquietações que ela suscita para os cristãos. Mas consideram que a Igreja pode e deve ter uma orientação apenas ética com relação aos assuntos políticos e não uma orienta-

ção partidária. Eticamente a Igreja deve apontar as injustiças e as iniqüidades, não justificando a inércia da sociedade diante de situações de miséria que são incompatíveis com a dignidade humana.

Consideram impossível conciliar marxismo e cristianismo.

Outra característica marcante deste grupo é acreditar que os instrumentos para conscientizar as massas são a Fé e a Esperança e jamais o Ódio e o Desespero.

Consideram os problemas sociais de máxima importância e procuram a cooperação laical para solucioná-los. Dentro da opção pelos pobres feita pela Igreja, não exclusiva e nem excludente, procuram posição de conciliação entre as classes, que leve a sociedade ao progresso, como é tradição de sua doutrina social, com fundamentos nas encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragésimo Anno".

Os Progressistas à essa época, quando a "teologia" da libertação ainda estava em gestação, já eram considerados, de forma genérica, como "integrados de várias maneiras ao socialismo". Embora sem definir que tipo de socialismo, dizia-se que essa integração era radical, tanto assim é que Pierre Valain, ao apresentar as tipologias sociais do episcopado brasileiro, caracterizou-o como extremista.

Consideram a justiça social impossível na conjuntura moderna, assentada, segundo afirmam, na iniqüidade de um sistema econômico falso e de uma estrutura social anti-cristã. Aconselham mesmo em trecho da "Mensagem de 17 bispos do Terceiro Mundo", dos quais 7 signatários são brasileiros, a subversão e a luta de classes.

Ao referir-se a esse grupo, Valain diz: "sua trajetória, em que pese buscar polos diferentes dos comunistas (sic), tem pontos que se entrelaçam, sendo pois aliados que percorrem caminhos comuns, cada vez mais difíceis de serem distinguidos". São atraídos para os poderes temporais que almejam obter. Intrometem-se na vida econômica e política das nações, inclusive com participação político-partidária. Acusam as autoridades democráticas de incapazes e procuram desprestigiá-las.

D. Antônio Batista Fragoso, Bispo Diocesano de Crateús, um dos signatários do manifesto antes referido, afirmava à época

que "Cuba deve ser o exemplo para a América Latina" e convidou Crateús a "transformar sua Diocese numa pequenina ilha de Cuba".

Essa tipologia é aceita, pelo menos pelos progressistas. O ex-padre Hugo Assmann, "um dos mais radicais protagonistas da teologia da libertação", ao referir-se às divergências no seio da Igreja, afirma que "o verdadeiro abismo, a verdadeira discrepância de fundo, não é o existente entre cristãos rudemente tradicionalistas de um lado e os cristãos reformistas pós-conciliares de outro, mas o que existe entre estes e os cristãos revolucionariamente comprometidos.

3. A teologia da libertação

Essa teologia surgiu em meados dos anos sessenta, prosperou e se fez sentir nos documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellín/Colômbia, em 1968, que traduziu seu radicalismo intelectual.

Proclama e insiste no seu caráter especificamente latino-americano, embora sustente-se claramente em teólogos europeus, protestantes e católicos.

Seu postulado fundamental é que constituímos (a América-Latina) "um mundo dominado, oprimido e explorado pelo capitalismo ocidental". Baseia-se na famigerada doutrina da dependência. Segundo esse corolário marxista, "a riqueza de uns é baseada, sustentada e explorada pela pobreza dos outros". Parte suas análises da disjuntiva - países subdesenvolvidos e países imperialistas. Transporta essa disjuntiva do plano internacional para a relação entre as classes de uma mesma nação, onde identifica os "exploradores" como a personificação do capitalismo, sinônimo de "riqueza à custa da miséria".

Sintetiza, como se pode perceber, toda a influência marxista sofrida pela teologia. Seu discurso, antropocêntrico, deixou de ser teológico, é sócio-politico-ideológico. Sua semântica é marxista e sua principal característica talvez "seja seu conteúdo utópico, algumas vezes admitido francamente" (4).

O padre peruano Gustavo Gutierrez, o mais importante teó-

(4) Respondendo, a 29 de junho de 1980, à pergunta de um estudante "sobre qual a libertação que defende a Igreja Brasileira", D. Paulo Evaristo Arns preconizou "uma utopia prática". Citação retirada de Penna J. O de Meira - "O Evangelho segundo Marx" - Editora Convívio - S. Paulo, 1982 pg 51.

logo da libertação, confessa-se marxista. Acredita que o "Reino" realiza-se aqui na terra, numa sociedade "justa", o que quer dizer, "numa sociedade socialista, sem classes e sem propriedade" (5).

O Brasileiro Hugo Assmann, ex-padre, é o mais conhecido e radical teólogo da libertação patrício. Assmann ataca o "reformismo" e a "terceira via", alegando que ela desvia a atenção do que é essencial, a Revolução. Considera os reformistas da Igreja "ingênuos ou reacionários". Ao criticar o padre Vekemans, SJ, que defendeu a idéia de que o subdesenvolvimento pode ser superado por medidas reformistas, diz "o que se deve é fazer ciência nova, subversiva, rebelde, guerrilheira e politizada" e não procurar "saídas terceiristas, tais como capitalismo de Estado, multiplicação dos polos de dependência, etc".

O marxismo desses senhores, diz o embaixador Meira Penna, "não é apenas num sentido platonicamente ideológico"... "porém no sentido muito definido da 'práxis' de violência, de luta de classes, de revolução social totalitária e da subversão do que denominam eles, de um modo geral, as 'estruturas' (6)".

"Os teólogos da libertação, ou pelo menos alguns deles, como Gutierrez e Assmann, sustentam a necessidade do empenho em uma 'práxis' radical que incida sobre o nível estrutural, sócio-econômico, para transformá-lo. Não se trata assim de um programa reformista - que eles violentamente condenam - mas de uma 'práxis' que se propõe deliberadamente a modificar o sistema vigente, se necessário por métodos que violem a legalidade" (7).

"O tipo de socialismo que, do princípio ao fim, pregam em suas obras não é a chamada social-democracia, que vigora em muitos países da Europa Ocidental, mas o socialismo comunista, triunfante nos da Europa Oriental. A condenação irrestrita da propriedade privada, manifestada em seus livros, não deixa dúvidas quanto a isso e tampouco a constante citação de Marx e seus discípulos" (8).

Para Assmann e isso é importante, "não se trata somente de ser marxista, mas de ser marxista em nome da fé". Isto é, valer-se de seu valor simbólico - a nível público e social, o pe-

(5) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 37.
(6) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 16.
(7) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 32.
(8) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 12.

so sociológico e místico do sacerdote ainda é determinante - e de todo o instrumental da Igreja."

4. O projeto "progressista"

Introdução

A Igreja Católica possui uma proposta de organização social que a induz a participar nos conflitos sociais e procurar influir na organização político-social dos países onde atua. Em decorrência de divergências internas, consubstanciadas de forma simplista nas linhas do clero, esse projeto não se apresenta com um discurso único.

De um lado, estão os que, dentro da opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja, procuram uma posição de conciliação entre as classes que leve a sociedade ao progresso, como é da tradição de sua doutrina social, com fundamento nas Encíclicas Rerum Novarum (RN) e Quadragésimo Anno (QA).

De outro lado, estão os "progressistas", intimamente ligados à Teologia da Libertação, que crêem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm um projeto político próprio.

Não é nosso propósito, nem teria sentido nesse trabalho, aprofundarmo-nos nesse problema. Vamos no entanto delinear esse projeto, diríamos político-ideológico, com o qual o clero progressista procura afetar decisivamente a ordem política, econômica e social brasileira, apenas no sentido de podermos compreender sua "práxis", sua vinculação ou cooperação, com as organizações comunistas atuantes no País (9).

O projeto na década de 50

O projeto "progressista" fora tentado nos anos 50 através da apropriação da Ação Católica, quando esta recebeu a influência do modelo franco-belga e das idéias do personalismo de Mounier, estas contrárias a uma sociedade fundada na ordem capitalista. À essa época, os "progressistas" controlavam setores importantes de ação como por exemplo o Movimento Educacional de Ba-

(9) Para o desenvolvimento desse item valemo-nos, particularmente, da tese de mestrado da Socióloga Virginia Costa Duarte, intitulada "Radicais Cristãos: Atuação Política e Presença Ideológica". No entanto, as idéias aqui veiculadas, não expressam absolutamente o pensamento dessa estudiosa do assunto, cujo alentado trabalho não é susceptível de redução a uma visão simplista, aqui imposta pela síntese.

se (MEB), que se tornara o centro de preparação de líderes a serem canalizados para as organizações paralelas. Vimos nesse trabalho que os desvios doutrinários que norteavam a Ação Católica, levaram-na, após afastada da hierarquia, a se transformar, primeiro, na Ação Popular (AP), uma das primeiras organizações a optar pela luta armada, evoluindo depois para a Ação Popular Marxista Leninista (APML). O MEB, após a Revolução de 64, com o controle exercido pela hierarquia sobre as instituições, esvaziando-as ideologicamente, seria negligenciado por essas correntes.

A evolução do projeto nos anos 60

Uma nova tentativa seria feita, ainda na década de 60 (10). Valendo-se dos debates estabelecidos na década de 50, em torno das perspectivas de desenvolvimento nacional, os "progressistas" fixaram o eixo de suas preocupações na disjuntiva "países" subdesenvolvidos" e "países imperialistas", uma colocação marxista (11). "Colocando tal dicotomia", diz Virginia Duarte, "como uma contradição inerente à estrutura capitalista afirma: superar o desenvolvimento não pode constituir um ideal histórico cristão, opção isolada da que nos leva a liquidar o capitalismo, pois isso ocorrendo seria desprendermos de um sistema na qualidade de mais fraco para nele novamente ingressarmos já em situação de superioridade". Para eles a solução seria um modelo autônomo de desenvolvimento. Mas, como "não é só na ordem internacional que o capitalismo implica o sinônimo 'riqueza à custa da miséria' — isto ocorre no seio das nações com sua estrutura de classe, onde se pode identificar os 'exploradores' —, correlacio

(10) Com base nas idéias desenvolvidas pelos padres H. Vaz e Cardonnel.

(11) Parece-nos interessante levar ao leitor observações do embaixador Meira Penna, transcritas de seu livro já citado, que vem a propósito desse corolário marxista: "Se levarmos a sério essa teoria, seríamos forçados a concluir que se a Suíça, a Suécia ou a Noruega, por exemplo, países que possuem as mais altas rendas per capita do planeta, são ricos, é porque oprimiram e condenaram à pobreza as nações latino-americanas. A Suíça e os países escandinavos nunca possuíram colônias. Construíram sua riqueza numa técnica avançada, pelo seu próprio esforço, sua admirável operosidade, sua dedicação às virtudes "econômicas" de poupança e trabalho. Não há base em qualquer teoria econômica objetiva e racional para a tese de que a riqueza desses países se explique pela pobreza dos demais. A Bélgica e a Holanda registraram o milagre de seu enriquecimento, no período de pós-guerra, precisamente depois de haverem perdido suas colônias — o Congo e a Indonésia. Portugal é o país mais pobre da Europa, muito embora seja aquele que, por mais tempo, manteve os relativamente mais extensos territórios coloniais do planeta. E os países mais pobres da África são justamente os dois que nunca foram colonizados, a Libéria e a Etiópia".

nam a 'nação dependente' com o 'processo histórico da ascensão dos 'subalternos'".

Aos "oprimidos", enquanto "classe",passava a caber a mudança histórica que no esquema de Mounier era tarefa de todos os homens (e passando-se na consciência do indivíduo pensante). Se a nação,para alcançar sua dignidade deveria evitar a órbita de influência imperialista, caberia aos "subalternos" recusar as relações com os "opressores". Para isso era preciso criar uma nova ordem distinta das formas de organização capitalista. Em conseqüência,a trajetória popular não só realizava-se em paralelo àquele sistema, como deveria negá-lo na prática, se necessário, pela força. A teoria marxista estava aqui posta, em verdadeira grandeza, com uma nova roupagem.

O projeto "progressista" nos anos 70

Na reunião da CELAM, em Medellin, com a preocupação do episcopado de salvaguardar a unidade da Igreja, os "progressistas" legitimam-se como parte integrante do quadro eclesiástico, assegurando, assim, a utilização dos recursos institucionais da Igreja.

Na década de 70, vão fundamentar seu projeto na Teologia da Libertação, um discurso político próprio — que se expressaria através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Populares — e na educação popular.

Para a "educação popular", no lugar da Ação Católica e do MEB serão criadas entidades, algumas sem vínculos formais com a Igreja, mas quase todas recebendo subvenções de instituições católicas do exterior, para desenvolver projetos de "educação popular" e desenvolver ou supervisionar trabalhos de base (organismos do movimento popular). Seu objetivo será educar para a transformação social. Todas essas entidades terão afinidade ideológica com o MEB e as propostas dos teólogos da libertação. Sustentarão a teologia da libertação, a temática progressista e através de publicações e práticas,ganharão espaço nas Universidades e influenciarão os movimentos populares (ver nos Cap X e XI da 3ª Parte as entidades criadas por militantes do Movimento Popular de Libertação-MPL).Desta forma as idéias dos anos 60 têm continuidade nos anos 70, a despeito do desaparecimento da Ação Popular e do MEB.

Para os teológos da libertação, a religião tem papel importante no processo de conscientização popular, pelo universo simbólico que carrega.

O projeto terá então dois movimentos para a conquista do Estado. O primeiro movimento se dará nas CEBs que são o lugar da "educação de fé" que, por compreender uma discussão política, leva o cristão à praça pública, à luta política. Supostamente a discussão, aí, deve ser capaz de conceber uma nova forma de organização social. Esse movimento é de conscientização e mobilização popular. O segundo movimento é o das organizações sócio-políticas, os partidos políticos, sindicatos e organizações populares. Nesse segundo movimento, as CEBs lançam seus componentes.

O projeto da Igreja Católica

Em Medellin, amparado pela "Gaudium et Spes" (12), o episcopado opta por converter os homens através de uma linguagem de amor, pretendendo iniciar a transformação da ordem vigente constituindo-se em grupo, em comunidade solidária. As CEBs se constituiriam num movimento de educação de fé. A fé engendraria a salvação pela possibilidade de realizar a colaboração de classes e, a partir daí, reorganizar o todo social segundo ditames cristãos. Essa construção "comunitária", realizada com ou sem o aval do poder público, encontra no organismo eclesiástico seu organizador e supervisor, porque é aí, e em seu nome, que se condensam as diversas comunidades e as distintas classes sociais, num só Povo de Deus. O que une os distintos grupos é o amor e a obediência ao Todo Poderoso e à Igreja. Tal devoção, capaz de cimentar as bases do acordo entre as classes sociais, preveria, em futuro próximo, a realização de uma ordem social mais justa, a partir da fundação do Estado segundo os princípios cristãos expostos na "Rerum Novarum" e na "Quadragésimo Anno".

---

(12) A encíclica "Quadragésimo Anno", ao abrir um tópico para as relações operário - dono do capital, lançou as bases do projeto de organização social da Igreja. Ser cristão nessa nova perspectiva passou a ser recusar compactuar-se com a ordem social vigente e mobilizar-se para reformá-la. A fé possui uma dimensão social. Ter fé será viver em comunidade e atuar por meio dela. Essa concepção de fé modifica a percepção de salvação, que não se refere mais apenas à conduta individual e religiosa, mas também à participação ativa do leigo no mundo temporal. Essa concepção da fé devolve à religião católica o caráter profético dos primeiros tempos, instaurando as possibilidades para que a Igreja Católica se coloque frontalmente contra o Poder Público secular.

Os desvios ideológicos

Os teólogos da libertação alegam que as CEBs sejam entendidas como momento de conscientização e mobilização popular, mas não como veiculadoras de um conteúdo pragmático que promove um tipo específico de ação, como certa forma de ser e fazer política". Isto não corresponde à verdade se entendido o significado que a fé e a salvação adquirem no universo da Teologia da Libertação.

Na teologia da libertação, a fé orienta-se apenas para um dos momentos da vivência em comunidade, aquele referente à solidariedade entre os "oprimidos". Dentro dessa perspectiva capenga, os membros das comunidades de base passam a ser os salvadores de toda ordem social e, através dela, salvação para cada homem.

Essa concepção afeta todo o projeto da Igreja Católica. A "revolução pessoal" de Mounier não é mais exigência a ser alcançada por todos os homens, mas uma necessidade que recai exclusivamente sobre os "subalternos". Dessa forma, não é o ser divino, enquanto entidade acima de todos os homens e personificado no estado de hegemonia cristã, que estará encarregado de conduzir as classes à mudança pessoal, mas sim os subalternos que forçarão os demais a se renderem à sua hegemonia. É a ditadura do proletariado, ou como preferem os "progressistas", a "ditadura dos subalternos".

Virginia Duarte diz a respeito: "Alguns críticos desse plano de ação enfatizam com freqüência que dificilmente o processo seria realizado sem descambar em ditadura, única capaz de impor a vontade da maioria popular sobre a minoria de ex-opressores".

O trabalho de um desses militantes, citado por Virginia Duarte e contido na "Teologia da Pastoral Operária" de Domingos Barbé, mostra, sem subterfúgios e metáforas, a verdade nua e crua.

"A classe trabalhadora é a força motriz do capitalismo industrial e também é a principal força capaz de paralisar a estrutura capitalista, pois, como já dissemos, ela tem os meios de produção nas mãos para fazê-los funcionar. Também é ela que [pode] acabar com a existência de classes sociais diferentes e reconstruir uma sociedade comunitária [illegible] Necessariamente a classe operária, 'a classe revolucionária'!

ria de mãos dadas com os lavradores".

"Haverá duas fases nesse processo. Uma fase de mudanças do poder: a classe trabalhadora precisa organizar-se pela base, enquanto classe, e com isso fortalecer-se politicamente, para substituir a burguesia na função da direção da nova sociedade que estará aparecendo. Nessa fase, deve-se tomar cuidado para que, ao se organizar, não se crie novamente uma estrutura de opressão. Não basta tomar o poder, é preciso, sobretudo, repartí-lo. Entretanto, as resistências à nova organização da sociedade que quer aparecer são enormes. Muitos querem ameaçar, por dentro e por fora, essa nova ordem que quer nascer. Por isso existirá uma fase em que o governo dos trabalhadores concentrará em suas mãos o poder. Este poder deve fazer tudo para não utilizar as armas do antigo opressor e para não se contaminar. Seria tornar vão um combate terrível e frustrar uma grande empresa. A meta pela qual se deve lutar é justamente o desaparecimento progressivo do Estado. Este será o objeto da segunda fase da luta do proletariado". (grifos do autor)

Diz Virginia Duarte: "Por outro lado, na versão 'radical', a Igreja Católica, enquanto expressão da vontade divina, assumiria uma postura de aliada dos subalternos, expressão parcial, portanto, do todo que ela agora reivindica como o povo de Deus" (13).

"Erigindo as CEBs e pastorais populares como portadoras da luz, os teólogos da libertação optam por um procedimento que faz tramitar o divino entre as comunidades e Deus, estabelecendo aí, a peça-chave de sua investida sobre as organizações sócio-políticas, por um lado, e sobre a Igreja Católica, por outro".

5. A "práxis progressista"

Introdução

Os "progressistas", impulsionados pela teologia da libertação, crêem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm uma visão da sociedade futura contrária à ordem capitalista. Deixando de lado a

(13) A autora chama "radical" a ala que se assemelha ao que designamos de progressista e chama de progressista a ala que se assemelha ao que designamos "reformadores" pós.conciliares.

idéia da revolução, que no "existencialismo cristão" travava-se na consciência do indivíduo pensante, levam-na para a prática, crendo que devam estar na vanguarda da batalha para a extinção do sistema vigente, o que pode ocorrer "na marra". Para isso, como os personalistas, abre alianças com forças "não cristãs" (por exemplo os comunistas).

Esta colocação é suficiente para que se possa afirmar que, numa primeira fase, seu objetivo é comum aos das organizações comunistas atuantes no país - a derrocada do sistema capitalista, incapaz, no seu entendimento, de promover a justiça, eliminar as iniqüidades e prover a igualdade.

Na prática o projeto "progressista" busca articular os movimentos populares com o movimento operário-sindical (que na verdade é incluído por ele numa mesma chave, a dos "subalternos"), numa única estrutura de massa paralela, com a qual pretende conquistar o Estado.

É preciso que fique claro nesse trabalho que não se discorda aqui da idéia da Igreja de que a educação popular é necessária "para transformar os componentes das classes menos favorecidas" em agentes da conquista de seus legítimos direitos e prepará-los para observar as normas de conduta impostas pela moral cristã". Nem se discute a validade de organizá-los para que possam pressionar o Estado "a reconhecer os direitos básicos dos 'subalternos' e autonomia de suas organizações e, finalmente, a adequar-se às atribuições que a 'Rerum Novarum' e a 'Quadragèsimo Anno' lhes reservam". O que se aponta são os desvios que a ideologia marxista provoca nesses propósitos cristãos, com o apoio do clero progressista, visando à consecução de seu objetivo de tomada de poder.

ANAMPOS

Dentro de sua concepção de que o movimento sindical é também integrante do movimento popular, os progressistas buscaram articulá-lo. A articulação passou a ser uma palavra chave capaz de conduzir a um único movimento de massa paralelo ao "atrelado" ao Estado.

Assim passou a ser trabalhada a idéia de criar-se a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS). Constituir-se-ia numa articulação ou corrente de sindicalistas

e lideranças do movimento popular, comprometidos com as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida. Seu objetivo básico e fundamental era unir as forças do "Movimento Sindical" e dos "Movimentos Populares" da cidade e do campo, pois entende que as lutas especificas de cada movimento se somam, se entrelaçam e têm a mesma finalidade: "*a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade*".

No setor sindical reuniria os sindicalistas que desejassem construir um movimento sindical pela base, autônomo e "que expressesse os reais interesses da classe trabalhadora". No setor de movimentos populares, reuniria todos aqueles movimentos, entidades e associações que lutam "por melhores condições de vida dos trabalhadores das periferias das cidades e do campo".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a estruturação da ANAMPOS ela "*é o esforço, a luta, a presença de muitos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, dentro dos sindicatos, federações e confederações, fazendo com que, apesar de atrelados ao Estado, começem a conquistar espaços de autonomia e garantam boa parcela de liberdade para encaminhar, coordenar e garantir a campanha de libertação da classe trabalhadora*" (Os grifos são do autor).

Oposições Sindicais

Simultaneamente com o trabalho de criação de organizações do movimento popular, assistir-se-ía ao surgimento, no movimento operário, das chamadas "oposições sindicais". Esse momento coincide com aquele em que o PCB, por ter sido derrotado em 1964, deixara de atuar com intensidade nesse setor, onde tinha hegemonia. É o momento também em que as organizações revolucionárias e militaristas, que haviam rompido com o "reformismo" do PCB, buscavam ganhar a classe operária para suas organizações.

Em agosto de 1979, Manoel da Conceição Santos, ex-militante da APML, em entrevista à revista "Cadernos do Terceiro Mundo", assim se referiu ao problema: "*a Oposição Sindical surgiu, no Brasil, antes de 1968, como fruto do trabalho dos militantes operários que provinham de diferentes experiências políticas dentro da esquerda ou do trabalho feito pela Igreja Brasileira nas comunidades de base, pastorais operárias, principalmente em São Paulo... Na verdade, a Oposição Sindical vivia em uma espécie*

de semi-clandestinidade até 1968".

José Ibrahim conta no livro "A esquerda armada no Brasil", já citado neste trabalho, como o PCB, após a Revolução de 1964, "abandonou o sindicato" e como se deu o trabalho de organização da oposição sindical na COBRASMA, indústria metalúrgica sediada em Osasco/SP, inicialmente em 1965, como um comitê sindical de fábrica clandestino. Esse comitê, paralelo ao sindicato "pelego", estabelecia a "dualidade do poder sindical em Osasco". Diz ele em certo trecho de sua narrativa: *"A existência de oposições sindicais de esquerda estendia-se a todo o Brasil. O rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a causa determinante da formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta".* Nessa época, José Ibrahim já militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e integrava uma célula operária clandestina. O trabalho da oposição sindical culminou com as comemorações do 1º de maio, em S.Paulo, em 1968, quando as oposições sindicais "ocuparam a tribuna revolucionariamente", episódio a que nos referimos suscintamente no Cap V item 6, quando o Governador do Estado e demais autoridades tiveram que se refugiar na Catedral da Sé.

A Oposição Sindical concretiza-se com as realizações do Congresso da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, em março de 1979, e do "Encontro das Oposições Sindicais Brasileiras" em Bruxelas, em março/abril de 1979. (o grifo é do autor).

Para a coordenação de suas atividades, a Oposição Sindical criou os "Encontros" organizados a níveis municipal, estadual e nacional. Nascia, o "Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), organizando todas as forças não comprometidas com o Governo e com os patrões", possibilitando à Oposição Sindical uma melhor estrutura para contrapor-se à Unidade Sindical, dominada pelo PCB. O 1º ENTOES, a nível nacional, foi realizado no Centro de Formação de Líderes, da Diocese de Nova Iguaçu/RJ, em setembro de 1980. Em razão das divergências havidas entre diferentes "correntes" que nele se fizeram representar, não alcançou os objetivos visados e os ENTOES não se realizaram mais a nível nacional.

Ainda em 1980, os líderes da Oposição Sindical, apoiados pelo clero"progressista" e militantes do PT, iniciam campanha que

resultaria na estruturação da ANAMPOS. Em fevereiro de 1980, realizou-se o Encontro de João Monlevade/MG, onde participaram "dirigentes sindicais de várias tendências e pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e de atividades comunitárias de base, quer do campo como da cidade".

A ANAMPOS teria como finalidade coordenar medidas práticas de ação da massa trabalhadora, da cidade e do campo, com as mais variadas formas de mobilização e organização das classes populares, "para a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade".

O partido político

No segundo encontro da ANAMPOS, realizado em julho de 1980, em Taboão da Serra/SP, transferido de São Bernardo, em razão da greve que se desenvolvia no chamado ABC paulista, foi emitido um documento denominado "Documento de S. Bernardo".

Nesse documento a ANAMPOS expressou, no tópico "A necessidade do Partido Político", que as lutas reivindicatórias travadas, nos últimos anos, pelos movimentos populares, nos bairros, na zona rural e nos sindicatos, revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política.

Prossegue dizendo que "*uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram politizá-lo, seja de fora para dentro ou de cima para baixo. Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política*".

Declara o "Documento de S. Bernardo" que as classes populares devem ter seu partido político, cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, *tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos", isto é, uma sociedade sem classes.* (o grifo é do autor). O trecho é bastante esclarecedor.

Assim, no entender da ANAMPOS, este partido político deve possuir as seguintes características:

"prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão";

"assumir os interesses populares";

"promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificidades regionais";

"instrumento das lutas populares";

"não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais, as aspirações objetivas da classe trabalhadora";

"não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela".

O Capítulo "A relação entre Partido Político e Movimentos Populares" finaliza abordando tópicos que caracterizam o relacionamento que deve existir entre o partido político e os movimentos populares.

Coincidentemente ou não, em janeiro de 1979, talvez com precipitação, a tese de formação de um Partido dos Trabalhadores foi apresentada, em Lins/SP, durante a realização do IX Congresso dos Metalúrgicos, graças aos trabalhos de organização, agitação e propaganda trotskista da Convergência Socialista.

O lançamento do Partido dos Trabalhadores deu-se, em 28 de julho de 1979, em Belo Horizonte/MG, por um grupo de líderes sindicais, com a presença de cerca de 300 pessoas, inclusive do trotskista Mário Pedrosa.

Diversas reuniões a níveis regionais sucederam-se e, paralelamente, apoiado pelo clero progressista, o partido se estruturava. Dois anos foram necessários para a sua organização básica e nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, em São Paulo, o PT realizava sua Pré-Convenção Nacional, quando foram escolhidos os 92 nomes a serem indicados para o Diretório Nacional.

Após a realização da Convenção Nacional, em Set 81, o Partido tornou-se apto a obter o registro definitivo, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que se concretizou em 11 Fev 82.

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas, num momento em que as condições objetivas (amadurecimento do capitalismo brasileiro e um profundo processo de urbanização e estratifica-

ção das classes sociais) e as condições subjetivas (crise da ditadura e sua base de sustentação, ascenso das lutas sindicais e florescimento de uma nova vanguarda) eram propícias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/1980.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessária a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR-8, PCBR etc), em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica — alguns até com pretensões partidárias próprias — não vacilaram em abraçar a proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências, um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo — dos PCs e do PTB — no movimento operário brasileiro.

Somou-se a essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências mais heterogêneas, mas que tinham sua identidade no trabalho comunitário e popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos, junto à população pobre, executados por organismos de base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda, tem sido uma de suas grandes forças, talvez até, uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências — difícil e árdua no início — e de concepções que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque uma série de concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples "frente de esquerda" onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E, com um pouco de sorte e competência, no momento propício, sairiam com uma corrente já nacional, mais forte, etc. Algumas dessas correntes jul

gavam-se, inclusive, "o partido" ou "o embrião do partido" revolucionário no Brasil (14)".

Os movimentos populares

Para os sociólogos e teólogos vinculados ao clero "progressista" a abrangência dos movimentos populares está calcada na concepção original e na conceituação que fazem de "povo" e de "classes populares".

"Povo", no seu conceito científico, é considerado como um termo amplo que ultrapassa o sentido de indivíduo e classe social; sentido global, portanto, que envolve todos os indivíduos componentes de uma nação, independente de sua condição social, política ou econômica. Em contraposição, para os teólogos "progressistas", "povo são todos aqueles que estão em contradição com o bloco do poder" e "sua compreensão deriva do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação de uma formação social determinada e não de relações de produção".

Desse conceito simplista e tendencioso inferem a existência das "classes populares", ficando entendidas como tais "aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo", isto é, "compreendem uma dimensão que se liga tipicamente à exploração na atividade produtiva, ou seja, o operário na fábrica, o proletário rural numa agro-indústria, o camponês etc". Mas na estrutura econômica global, na relação de mercado, o pequeno proprietário também sofre uma exploração do grande capital, está sempre numa posição de subordinação à lógica desse capital (internacional e nacional). O funcionário público que trabalha, não em frente a uma máquina, mas de uma mesa, também não tem nenhuma capacidade de controle do seu próprio trabalho, está submetido a uma relação de exploração.

Assim sendo, passam a estabelecer relações de "exploração" entre todos os demais elementos da sociedade, onde quer que possa haver um grupo naturalmente hierarquizado: o negro, explorado desde a escravidão; a mulher, explorada pela estrutura social; o índio; o desempregado, etc, ficando excluído das "classes populares" apenas o capitalista, numa explícita demonstração do caráter disjuntivo da teoria-marxista.

---

(14) Citação retirada do documento "Sobre as Tendências do PT" - Raul Pont Sec-Geral do PT/RS - membro do Diretório Nacional - janeiro de 1987.

Esses grupos ou classes populares devem, entretanto, ser organizados, conscientizados, doutrinados e levados a formar "movimentos" para "lutarem pela tomada do poder que está em oposição ao povo e derrubar o regime que explora e domina" as ditas classes. Em sua visão sociológica, os adeptos dessa linha procuram englobar os mais variados segmentos da sociedade, dentro da abrangência da conceituação de "povo" e de "classe popular". As relações entre aqueles que ocupam o poder e as massas populares, quer sejam de trabalho ou político-ideológicas, estariam determinando a formação de grupos variados e significativos, possuidores de anseios, ávidos de representação e de participação nas questões sociais e políticas.

CAPÍTULO III

A REESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS

1. A linha ortodoxa

Configurada a derrota da esquerda revolucionária, o Partido Comunista Brasileiro-PCB, que se encolhera durante o período de luta armada, houve por bem voltar à luz. Em reunião de seu CC, realizada em São Paulo, em novembro de 1973, caracterizou o regime brasileiro como uma "ditadura fascista", passando a propugnar a formação de uma "Frente Patriótica Antifascista" (FPAF). Essa "frente" reuniria a massa operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, o MDB, a Igreja e também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo dos monopólios, descontentes com o "caráter fascista" assumido pelo regime.

Era a velha tática das frentes, sempre presentes nas resoluções políticas do partido. Para não ir muito longe no tempo, recordemos apenas a Frente Única de 1965 e a Frente Ampla de 1966.

Voltando às atividades e também em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, publicadas na imprensa, o PCB que até então não havia sido alcançado pelos órgãos de segurança, teve em 1974/75 vários de seus organismos desarticulados e dirigentes presos. Seguindo determinação do PCUS, os membros do CC que ainda se encontravam no Brasil, foram retirados para o exterior onde, além de Prestes, que desde 1971 vivia na União Soviética, estavam seus representantes junto ao PCUS e aos PC da Tchecoslováquia, da França e da Argentina (1).

Neste período vivia-se no País o período de distensão política e desenvolviam-se as "lutas" por liberdades democráticas, pela anistia e por liberdade de organização. Tendo seu CC no exterior, o PCB não participava ativamente dessas campanhas e nem do "ascenso do movimento operário", iniciado com a greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo/SP, que se estendeu no ano de 1978 a outras fábricas e a outras categorias. De resto, essa

---

(1) Representavam o CC do PCB: em Moscou Luís Tenório de Lima; em Praga Roberto Morena (na Federação Sindical Mundial) e Dinarco Reis (Revista Internacional); em Paris Zuleika D'Alembert e Armênio Guedes; em Buenos Aires Armando Ziller e Agliberto Vieira de Azevedo. Não pertencentes ao CC, estavam no exterior, em Budapeste Marcos Jaimovitch; em Berlim/RDA Ana Carlos Lima (Ana Montenegro)

ação chocava-se com a política da FPAF; na qual não havia espaço para o confronto com a burguesia, um dos componentes da "Frente", onde o movimento sindical era um item a mais. O PCB ia perdendo espaço e hegemonia numa área que dominara por muitos anos.

Só com a anistia inicia-se o processo de retorno ao Brasil dos dirigentes comunistas. Nessa ocasião torna-se pública a divisão do CC, com a divulgação da "carta aos Comunistas" elaborada por Luiz Carlos Prestes, na qual critica, na sua forma costumeira, a direção do Partido, do qual era a autoridade maior, chegando a conclamar as bases partidárias a varrer a direção do partido. Sentia que sua liderança já não era hegemônica, tanto assim é que, na citada carta, denuncia a existência de planos para transformar o VII Congresso em uma "farsa" que reforçaria a direção e o marginalizaria.

Prestes, feito "mito", exterioriza idéias avançadas, mas no fundo quer a manutenção do culto à personalidade stalinista, no caso, culto a ele. Desta vez porém consuma-se o "racha" com a substituição, em maio de 1980, de Prestes por Giocondo Dias, o Cabo Giocondo, por muito tempo seu guarda-costas e motorista. Prestes, porém, não é excluído do CC e estabelece-se uma polêmica com a resposta do CC a sua carta, por meio, ironicamente, do jornal do partido "Voz da Unidade". Em sua resposta o CC se compromete a realizar o Congresso de forma democrática, apesar da atitude senhorial do companheiro Prestes que em sua carta "se arroga o direito de impor condições para aceitar as suas decisões".

Geraldo Rodrigues dos Santos em entrevista à imprensa, falando em nome do CC, afirma que "sempre viu o ponto de vista de Prestes sair vitorioso. Na primeira vez em que foi refutado e ficou em minoria, ele se insurgiu contra essa situação e abandonou o cargo. É um desertor... Ele defende a luta imediata pela revolução socialista, o que estreita o esquema de aliança".

Com o "racha", muitos militantes apóiam as posições de Prestes. Alguns ingressam no PT, a maioria passa a ser uma dissidência organizada no interior do PCB.

Era intenção do Partido expulsar Prestes por ocasião do VII Congresso que, sob a "cobertura" de um Seminário, seria realizado no final de 1982, mas que não se concretizou porque a reunião foi interrompida pela Polícia Federal.

Infiltrado no MDB, já nas eleições parlamentares de 1978, o PCB apoiou com todas as suas forças esse partido. Nas eleições de 1982 elegeu pela legenda do agora PMDB, de seu Comitê Central, 3 Deputados Federais, 4 Deputados Estaduais e 2 Vereadores (2).

Vinte e sete de seus membros elegem-se deputados federais, 36 deputados estaduais e inúmeros vereadores, infiltrando diversos militantes em executivos estaduais, aos quais deu seu apoio. Nes sas eleições Prestes apóia Brizola no Rio de Janeiro e os candi datos do PMDB nos demais Estados.

Em setembro de 1983, o CC intervém no CR de São Paulo, des tituindo 11 de seus 28 membros. Havia sérias discordâncias en tre esses dirigentes e o CC em várias questões.

Para Marco Aurélio Nogueira, essas divergências teriam ori gem nas consequências do XX Congresso do PCUS, a partir do qual sempre subsistiriam, no interior do partido, duas correntes. Pa ra David Capistrano, outro dos dirigentes expulsos, as discor dâncias originaram-se desde o lançamento do jornal "Voz da Uni dade", uma vez que o CC queria fazer dele simplesmente um porta voz de suas opiniões. A situação agravara-se por ocasião da frus trada tentativa de realização do VII Congresso, quando o CC veta ra a participação de 2 representantes do CR paulista. Após esse evento radicalizara-se o choque entre as duas correntes e o motivo desse acirramento foi a crítica que seus componentes, auto-denominados renovadores, faziam da forma pela qual o CC de senvolvia a campanha para legalização do partido. Os renovado res não concordavam com o que chamavam "política de conchavos e acordos de bastidores, subestimando a mobilização dos trabalhado res na luta pela legalidade".

Realmente, nessa época, a Comissão Executiva do CC vinha realizando continuadas viagens, com visitas a Assembléias Legis lativas, Governadores de Estado e ao Congresso Nacional, oportu nidades em que o Secretário Geral distribuía os documentos forja dos que seriam utilizados na tentativa de registro do Partido no TSE. Os Estatutos reais do partido eram os aprovados pelo seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967 e dos quais consta va ser o PCB "vanguarda política e forma superior de organiza-

(2) Deputados Federais: Alberto Goldman; Marcelo Gatto e Roberto Freire. De putados Estaduais: Antônio Resk; Cloter Saldanha Mota; Hermano de Paiva Oliveira e Márcio José de Almeida. Vereadores: Adalberto Timóteo da Sil va e Luís Tenório de Lima.

ção da classe operária e ter por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria"

Concretizado o "racha", os dissidentes do CR/SP criam, em novembro de 1983, a revista Presença. Os militantes, que se agrupam em torno dessa revista, são identificados pela esquerda brasileira como Eurocomunistas, rótulo que repelem. Para eles, o pensamento político, do qual fazem parte, tem suas origens na "Declaração de março de 1958". Por ocasião dos comícios pelas eleições diretas, em janeiro de 1984 em São Paulo, os renovadores, capitaneados por Capistrano, lançam um número do jornal "A Esquerda". Esse jornal iria criar desentendimentos nessa ala. Marco Aurélio Nogueira pregava que o jornal preocupava-se apenas em atacar o CC do PCB, ao invés de defender a linha dos renovadores. O fato seria o prenúncio da extinção da Ala ou Corrente Renovadora (3).

Sob a fachada de "Encontro Nacional pela legalidade do PCB", o partido realizou, entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984, o seu VII Congresso. Neste conclave propõe "uma alternativa democrática para a crise brasileira" ou seja, o partido julgava imprescindível, para a continuidade do trabalho das esquerdas, a superação do regime autoritário. A "alternativa" admite como contradição fundamental a questão do Capital e Trabalho, mas vê como primeira etapa a luta contra o "imperialismo". Dessa forma o caráter da revolução brasileira é "democrática" e "nacional". Acusam as correntes radicais, que se aglutinam em torno da CUT, de serem divisionistas e terem uma "inclinação para o basismo e pelo espontaneísmo e de partidizarem o movimento sindical instrumentalizando-o nas entidades para implantar projetos político-partidários". O congresso elegeu um CC sob o eufemismo de "Comissão Nacional pela legalidade do PCB". Dos antigos dirigentes apenas o vereador Luiz Tenório de Lima não foi reconduzido à Comissão Executiva, entrando em seu lugar Roberto Freire, então do PMDB/PE. No documento deste congresso, que usaria para buscar sua legalização, o partido não usa sequer uma única vez a expressão "classe operária", que troca pelo vocábulo mais genérico "trabalhado

(3) Com a falência da revista "Presença" que sustentava o jornal "A Esquerda" que também deixou de circular, não se ouvia mais falar na ala dissidente Renovadora. David Capistrano da Costa Filho, seu principal líder, filiou-se ao PT, tendo sido candidato derrotado ao cargo de Dep Fed no pleito de novembro de 1986.

res", o que chega a ser um exagero. Da mesma forma e, naturalmente, em trecho algum prega a "luta de classes". Afinal esse documento destina-se a contentar e iludir a burguesia democrática.

No dia 25 de março, no entanto, na festa realizada no Ginásio do Pacaembu, gentilmente cedido pelo Prefeito de São Paulo, divulgou longa resolução política, onde fica claro que não abandonaria a hipótese da luta armada.

A atuação do partido é regular no Movimento Educacional e não é grande o seu empenho de penetração no campo. No Movimento Operário-Sindical domina uma de suas grandes direções, a Unidade Sindical, integrada pela CGT, tendo perdido há muito a hegemonia que dispunha nesse segmento social. Através de seu jornal legal - Voz da Unidade - desenvolve intenso trabalho de propaganda e transmite orientações para seus quadros.

Suas ligações internacionais são amplas, não só com os PC do Continente, mas principalmente com os PC da Europa. Recebe apoio financeiro e material, passagens aéreas, tratamento de saúde e outras facilidades do PCUS e de outros partidos do MCI. Tem, ainda, um amplo apoio para formação e especialização de quadros, principalmente na URSS, na Bulgária, na RDA e em CUBA.

Apenas de setembro de 1983 a maio de 84 criou nove "organizações de frente", na base de uma por mês, totalizando cerca de 100 instrumentos legais de atuação, todas elas funcionando em torno das mesmas bandeiras do MCI: defesa da paz, desarmamento, etc.

No dia 8 de maio de 1985, o Diário Oficial da União (DOU) publicou o Programa, os Estatutos e o Manifesto do PCB, dando-lhe condições de legalidade. Tais documentos deram entrada no Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça em 8 de abril de 85, com uma série de irregularidades que deveriam ter impedido a sua publicação no DOU. A falsidade dos mesmos chegaria a ser reconhecida publicamente pelo membro da Comissão Executiva Salomão Malina, ao declarar em entrevista ao jornal Correio Braziliense, publicada na edição do dia 2 de junho de 1985, "que o partido, na procura do seu reconhecimento legal, foi forçado a fazer algumas concessões em seus estatutos, onde se inscreveram princípios nos quais os comunistas não acre

ditam" (4).

A partir dessa autorização do ministério público, passaria o PCB a atuar com duas estruturas: uma ostensiva, constituída por suas Comissões Diretoras Provisórias; e outra clandestina, baseada na tradicional organização leninista do partido - Comitê Central, comitês estaduais, municipais e zonais e as organizações de base. A existência dessas duas estruturas, uma legal e outra ilegal, vem sendo reafirmada em vários documentos, boletins e panfletos e em declarações de líderes do partido, onde é comum aparecer a terminologia constante nos documentos reais da organização, aprovados em seu VI Congresso.

Ala Prestes

Os militantes do partido que comungam com o pensamento de Prestes, desde o "racha" deste com o PCB, passaram a constituir a chamada "Ala Prestes" que vem tentando aglutinar-se e organizar um novo partido comunista. Nos anos de 1982/83, os dissidentes do Rio Grande do Sul tentaram organizar o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML). Ultimamente os grupos prestistas de Pernambuco e Rio de Janeiro vêm tentando uma união sob o nome de "Coordenação Provisória de Reconstrução do PCB" (CPR/PCB).

Além da CPR/PCB, esses dissidentes adotam a denominação de "Corrente Prestista" no RS, "Dissidência Marxista-Leninista" em São Paulo e "Comitê Gregório Bezerra" em Goiás. Prestes, com seu apego ao "culto à personalidade" tem sido o entrave maior à unificação da chamada "Ala Prestes".

2. A esquerda revolucionária

PC do B

Após a derrota do Araguaia, o PC do B iniciou um processo de discussões em torno da validade da tentativa guerrilheira.

Durante a reunião do CC, realizada em dezembro de 1976, no bairro da Lapa, em São Paulo, foi apresentado o documento "Glo

(4) Quatro militantes que assinaram o Manifesto já se encontravam mortos quando os documentos deram entrada no Ministério da Justiça: Jayme Rodrigues Estrela Júnior (falecido em 20 Fev 85), João Batista Vilanova Artigas (falecido em 12 Jan 85), Marcos Andreatti (falecido em 1 Out 84) e Sebastião Francisco (falecido em 19 Jul 83).

riosa Jornada de Lutas", de autoria de Ângelo Arroyo e João Amazonas de Souza Pedrozo, onde se fazia apologia ao movimento do Araguaia. A derrota atribuída a erros táticos e a uma avaliação equivocada do inimigo, não desmerecia a "heróica jornada". Opondo-se à dupla, Pedro Pomar assumia uma posição crítica, afirmando que a experiência não representara uma tentativa de implantação da "Guerra Popular Prolongada", limitando-se a um frustrado ensaio foquista. Segundo Pomar, os erros cometidos extrapolavam o tático, atingindo o estratégico.

O duro golpe representado pelas mortes de Arroyo e Pomar, ao fim da reunião, e as prisões de vários membros do CC, após deixarem o "aparelho" da Lapa, não colocariam fim à polêmica sobre o Araguaia.

Recomposto o CC e vivendo o clima de abertura política proporcionado pelo Governo de João Figueiredo, o PC do B realizou, em junho de 1979, em Bruxelas, a sua VII Conferência Nacional. Durante a conferência, foi formalizado o rompimento com o Partido Comunista Chinês (PCCh), adotando o partido uma postura contra o "social imperialismo", contra o "revisionismo russo e chinês", contra a teoria dos "Três Mundos" e contra o pensamento de Mao Tse Tung. A VII Conferência definia a tática de lutar pela mais ampla liberdade política, através de todas as "forças patrióticas e sociais" de oposição ao regime. Definida, também, ficou a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte por um governo "provisório", a ser implantado com a derrocada do regime militar.

Após a VII Conferência, acirraram-se as discussões sobre a guerrilha do Araguaia.

Uma facção, contrária à posição do CC, advogava a tese de que a luta não deveria ter sido deflagrada em 1972, declarando que tinha havido uma "aplicação mecânica" da teoria da "Guerra Popular Prolongada". O Brasil, não sendo um país semicolonial e não possuindo um campesinato revolucionário, não apresentava condições para a implantação da experiência chinesa. A facção dissidente, conhecida como "Ala Crítica", não negando a luta armada, defendeu a "violência revolucionária das massas", através da "revolução insurrecional urbana".

A maioria do CC, defendendo o pensamento de Arroyo e Amazonas, não admitia a autocrítica do Araguaia, afirmando que a

luta foi desencadeada pelo Exército e não pela guerrilha. Segundo essa corrente, a resistência de quase dois anos, apesar da derrota militar, demonstrou que havia apoio popular ao movimento.

As divergências, extrapolando as posições sobre o Araguaia, estenderam-se às posições políticas no debate ao documento "Governo das Forças Democráticas e de Unidade Popular", formulado pelo Secretário-Geral, João Amazonas. Amazonas propôs a revolução, passando pela etapa de formação de um "governo liberal, reformista democrático burguês", através da aliança com a burguesia liberal. A revolução seria "nacional", "antiimperialista" e "agrária".

Os dissidentes contestaram Amazonas, visualizando o Brasil como capitalista sob a hegemonia do capital monopolista estrangeiro, em ligação com o "nacional", aliado ao sistema latifundiário. Esta visão condiciona a opção pela implantação de um governo revolucionário, subseqüente à derrubada da "ditadura", sem a necessidade de conduzir a revolução a uma etapa "nacional-burguesa".

Alegando a existência de consentimento nas resoluções da VII Conferência, os dissidentes tentaram convocar um Congresso Nacional para debater as divergências. Os Comitês Regionais da Bahia, São Paulo (E1), Rio de Janeiro, Pará e Paraná propuseram a realização de um Congresso. Em março de 1980, em sessão plenária, o CC aprovou o documento "A Todo o Partido", fazendo advertências aos comitês rebelados.

Em agosto de 1980, a crise teve desdobramento com a destituição de quatro membros do CC e com a dissolução e reorganização dos CR de São Paulo e da Bahia. Os dissidentes, acusados de fracionistas e liquidacionistas, passaram a alegar a inexistência no Brasil do Partido Revolucionário do Proletariado e a concitar a união das correntes marxistas-leninistas para a formação deste partido. Recomendavam, ainda, o ingresso dos comunistas no Partido dos Trabalhadores (PT), contrariando orientação do CC.

Em setembro de 1980, em razão das punições sofridas, os CR BA, SP (E1), RJ, PA e PR realizaram a "Reunião Nacional de Consultas" e tomaram a iniciativa de convocar extraordinariamente o VI Congresso. O CC reagiu, imediatamente, expulsando os

dissidentes e afirmando não existir divergências que justificas sem um Congresso.

Após o "racha", o PC do B efetivou as mudanças em sua linha política, alinhando-se, internacionalmente, com o Partido dos Trabalhadores da Albânia (PTA). Em âmbito nacional, foi privilegiado o relacionamento com a classe operária em detrimento do campo, até então prioridade do partido, em razão da expectativa da deflagração da "Guerra Popular Prolongada", modelo chinês.

Apesar das divergências, a nível nacional, o PC do B aproximou-se do PCB e do MR-8 que defendem, como ele, a revolução por etapas e seus militantes ingressaram no PMDB. Esta aproximação propiciou a atuação conjunta em muitos acontecimentos do movimento sindical-político-popular.

A partir de 1980, com o retorno dos seus principais dirigentes do exterior, dentre eles João Amazonas, o PC do B iniciou um processo de expansão e consolidação de sua estrutura, organizando Comitês Regionais em vinte Estados e no Distrito Federal. O partido procurou estender sua estrutura regional a mais três Estados e a um Território.

Infiltrado no PMDB, o PC do B conseguiu eleger, em novembro de 1982, dentre seus militantes estruturados, quatro deputados federais - Aurélio Peres, José Luiz Moreira Guedes, Haroldo Borges Rodrigues Lima e Aldo Silva Arantes, todos do CC, onze deputados estaduais e quase uma centena de vereadores e prefeitos.

No início de 1983, realizou-se o VI Congresso do PC do B, passando o partido a advogar a implantação de um governo provisório, constituído por forças "patrióticas, democráticas e populares", capaz de impor um plano de "salvação nacional". A "salvação nacional" abrangeria a revogação das "leis arbitrárias", a garantia da liberdade política, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com participação popular, a suspensão do pagamento da dívida externa - até que a nação em liberdade se pronunciasse a respeito -, o rompimento de todos os acordos com o FMI e a tomada de providências urgentes para avaliar as condições de vida do povo. O governo provisório seria obra de uma "Frente Democrática e de Unidade Popular", que, sob hegemonia da classe operária, congregaria as "forças democráticas e popu-

lares".

No seu trabalho de massa, o PC do B tem procurado incentivar o confronto entre populares e a ordem pública, tendo sido comprovada a sua responsabilidade em quebra-quebras, saques a estabelecimentos comerciais e invasões de terrenos urbanos e rurais.

Dando cobertura à sua atividade junto às massas, O PC do B tem vários militantes infiltrados na grande imprensa e na televisão. Edita um jornal legal, destinado às massas,"Tribuna da Luta Operária", um jornal para seus militantes, "A Classe Operária", e uma revista teórica legal, "Princípios", através dos quais difunde a orientação de seu Comitê Central, além das revistas "Presença da Mulher" — dirigida exclusivamente às mulheres — e "Debate Sindical".

No Movimento Operário Sindical, o PC do B passou a atuar no Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), hoje CGT, dominando ou infiltrando se em vários sindicatos, dando prioridade àqueles que tenham maiores possibilidades de exercer uma efetiva pressão de base sobre o Governo e as classes patronais.

No Movimento Estudantil, a tendência "VIRAÇÃO", sob inspiração do PC do B, destaca-se das demais, liderando as diretorias da UNE e da UBES.

Na área da juventude, constatando o vazio existente e o reduzido universo de jovens abrangido pelo Movimento Estudantil, os quais após a diplomação normalmente abandonavam a orientação e as lutas do partido, o PC do B criou a União da Juventude Socialista (UJS) - importante meio para o recrutamento de novos militantes - que vem, desde 1985, realizando anualmente o seu Congresso Nacional.

Nos Movimentos Populares vem concentrando os seus esforços em Associações de Moradores/Favelados e de Mulheres, controlando a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e inúmeras entidades femininas nas principais cidades do País.

No Movimento Religioso, o partido aproveita-se do trabalho do clero "progressista", principalmente nas áreas rurais, onde participa ativamente da insuflação de posseiros para a invasão de terras.

Uma das atividades consideradas mais "fechadas" do PC do

E é o trabalho militar, através do qual atua nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Existem indícios de que já ocorre infiltração nas FFAA, particularmente no Exército.

Finalmente, cabe ressaltar que o PC do B não abandonou a proposta da luta armada, mantendo, por questões táticas, o "trabalho de massa" como forma de atuação prioritária na atualidade, até que as condições objetivas e subjetivas, durante o processo revolucionário, permitam o desencadeamento de ações violentas, aí incluída a luta armada, conduzindo o País no rumo de uma "democracia popular".

MR-8

Em 1976, na França, o MR-8 realizou o seu I Congresso. Nas suas resoluções, a organização confirmou a linha política do "Pleno" de 1972, no Chile (5).

Apesar de continuar criticando o "revisionismo" do PCUS, a organização exaltava Cuba como "o primeiro grande passo da marcha dos povos latino-americanos rumo ao socialismo".

Durante o encontro foi eleito um Comitê Central para substituir a anterior Direção Nacional (DN), eleita no "Pleno" do Chile. Novos estatutos, nova estrutura de organização e o "Programa Socialista da Revolução Brasileira" (PSRB) foram postos, também, da reunião da direção na França.

O PSRB, baseado claramente no Programa Socialista para o Brasil (PSB) - documento aprovado pela POLOP, em 1967, durante o seu IV Congresso -, preconiza a instituição de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores como etapa intermediária no caminho para a "ditadura do proletariado".

Enquanto as lideranças ditavam normas no exterior, o MR-8 procurava, através do Movimento Estudantil, reorganizar a vanguarda revolucionária, fazendo contatos com outras organizações que acreditavam numa alternativa proletária. Naquela ocasião, o "OITO" - como passou a ser conhecida a organização no seio das esquerdas - ligou-se com a OCML-PO, o MEP e a APML, buscando a reestruturação após a derrota militar (6).

(5) Publicadas na revista "Brasil Socialista" - impressa na Suíça - nº 9 de abril de 1977.

(6) Organização de Combate Marxista-Leninista da Política Operária (OCML-PO); Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP); Ação Popular Marxista Leninista ((APML).

Em 1978, novos elementos foram eleitos para o Comitê Central, durante uma Conferência Nacional, sendo aprovadas, na ocasião, resoluções sobre a Política de Organização, Construção Partidária e Política de Segurança.

No último trimestre de 1979, o MR-8 iniciou uma fase de expansão, fundindo-se com organizações menores, na busca do que considerava a reunificação dos comunistas.

Em outubro de 1979, durante a realização do II Congresso, foi formalizada a unificação com a Organização Comunista do Sul (OCS).

Nas resoluções do II Congresso, a "grande burguesia intimamente associada ao imperialismo" era assinalada como o principal inimigo da Revolução Brasileira. À reafirmação das posições do PSRB, aprovado no I Congresso, juntou-se, como instrumento de atuação revolucionária, a "Frente Popular", constituída pela classe operária e por setores avançados da população.

A possibilidade da luta armada não foi descartada pelo "Oito", como se pode depreender do entendimento de trechos das "Resoluções Políticas do II Congresso": "Se quisermos de fato nos livrar da ditadura - e não preparar o massacre das massas - precisamos ter claro: será preciso derrubar a ditadura pela força"; "Só um ingênuo ou um charlatão pode proclamar que nosso povo deve renunciar de antemão à luta armada, em função da possibilidade teórica de um desenlace pacífico para a revolução brasileira".

O crescimento da organização passou pela fusão com a Fração Operária Comunista (FOC) - um "racha" da OCML-PO -, em novembro de 1979, e, já em 1980, com o "Grupo Unidade", integrado por remanescentes da TL/ALN.

A partir de 26 de julho de 1981, o MR-8 ganhou condições de incrementar suas atividades no Nordeste, através da absorção do PCR, organização de forte influência naquela região. Por intermédio do dirigente do PCR, Edval Nunes da Silva, o "Cajá", e levado à posição de membro do CC, o MR-8 passou a ter uma maior penetração junto ao clero "progressista", ao qual "Cajá" estava intimamente ligado.

O repentino crescimento do MR-8 teve, em 1981, conseqüências desastrosas para a organização. As "organizações de fren-

te" - representadas por empresas comerciais, particularmente gráficas -, que sustentavam a estrutura clandestina da organização, entraram em decadência, resultante da incompetência administrativa e de malversação de recursos. A estrutura, inchada por diversas absorções, não pôde ser atendida financeiramente de forma satisfatória. As insatisfações cristalizaram-se em focos de contestação.

Em janeiro de 1982, quando o CC distribuiu as "Teses para o III Congresso", aguçou-se na organização um processo de cisão. Os dissidentes atacavam as teses, tachando-as de reformistas e estendiam suas críticas ao CC, acusado, dentre outros aspectos, por malversação de fundos, que estava conduzindo a organização a uma situação de insolvência.

Em agosto de 1982, foi realizado o III Congresso. Os dissidentes, em minoria no CC e no Secretariado Nacional, foram derrotados e as teses aprovadas. O MR-8 passava a defender uma "Revolução Nacional e Democrática", ao invés da "Revolução Democrática e Nacional". A inversão dos adjetivos representava uma ênfase ao nacional, justificada por serem os "interesses externos" os responsáveis pelo caráter não democrático do regime político no Brasil. Segundo o MR-8, "a ruptura com o imperialismo criaria condições para um surto capitalista que criaria condições objetivas para o avanço da democracia política".

Para a "Revolução Nacional" seria necessário atrair os setores nacionais, particularmente a burguesia e as Forças Armadas. O MR-8, substituindo a "Frente Popular", aprovada no II Congresso, pretendia unir a grande maioria das forças sociais e políticas do País numa ampla "Frente Nacionalista Anti-Imperialista".

Os dissidentes não aceitaram as resoluções do III Congresso e ironicamente, através do jornal clandestino, "Unidade Proletária", atacavam o CC e suas posições reformistas. O agravamento do problema econômico tornou mais tenso o clima na organização. Termos como: "trambique", "calote" e "trapaça" cortavam os ares acrescentados à terminologia marxista-leninista, emoldurando um conflito típico, característico do "capitalismo decadente".

Os protestos dos dissidentes ganharam força e, no início de 1983, grande parte dos Comitês Regionais do Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará,

Piauí e Pará engrossava as fileiras dos descontentes.

No Comitê Central, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz - candidatos derrotados a deputado federal nas eleições de novembro de 1982 - lideravam, em minoria, a dissidência. O Secretário Geral do MR-8, Cláudio Cardoso Campos, em maioria no CC, mantinha as posições aprovadas no III Congresso.

A crise teve a solução previsível. Os dissidentes, à revelia do CC, convocaram, extraordinariamente, o IV Congresso do MR-8, realizando-o, em julho de 1983, no Rio de Janeiro. Durante o conclave, decidiu-se considerar extinto o MR-8 e aprovar o ingresso individual de todos os dissidentes no PCB. O MR-8 sofria um grande baque com a perda de cerca de cinqüenta por cento de seus militantes.

Em seguida ao "racha", a organização participou de discussões sobre a unificação da atividade sindical. Antepondo-se à manobra do PT, o MR-8 não participou da fundação da CUT, em São Bernardo, em agosto de 1983, classificando a iniciativa como divisionista. Em novembro do mesmo ano, participou da fundação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), hoje CGT, aliando-se ao PCB e ao PC do B.

No Movimento Estudantil atua, também, em "frente" com o PCB e PC do B, não possuindo, isoladamente, qualquer expressão.

Nos Movimentos Populares possui grande influência em associações de bairros e em entidades femininas, como as Federações de Mulheres de quatro importantes Estados da Federação: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Na área política, assim como seus parceiros o PCB e o PC do B, encontra-se infiltrado no PMDB e, ao abrigo desta legenda, elegeu em 1982 quatro deputados federais: José Fogaça (RS), Júnia Marize (MG), João Cunha (SP) e Sérgio Manoel da Cruz (MS).

Em âmbito internacional, além de manter freqüentes contatos com o governo cubano, o MR-8 reviu, desde o II Congresso, em 1979, a sua posição crítica em relação ao PCUS. Mantendo, em nível elevado, seu relacionamento com Cuba e Moscou, a organização iniciou uma intensa troca de informações com o governo sandinista da Nicarágua, tornando-se ardorosa apologista de seu modelo político.

Embora não possa ser descartada, não há indícios de que o

MR-8 pretenda utilizar já a luta armada. Entretanto, a possibilidade de ações radicais por parte dos militantes do "Oito" deve ser sempre considerada (7).

PRC

No final de 1980, eram expulsos do PC do B os dissidentes que criticavam a experiência guerrilheira do Araguaia e a etapa "nacional-burguesa" da revolução. Os expulsos, concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Paraná, passaram a considerar-se marxistas-leninistas, discordando do trotskismo e do stalinismo e combatendo o revisionismo contemporâneo - representado pelas orientações emanadas do PCUS -, a social democracia e o maoísmo.

Os dissidentes, inicialmente conhecidos como "ala Crítica", após expulsos, passaram a ser chamados de "A Esquerda do PC do B". A "Esquerda do PC do B" ingressou em grande parte no PT, apoiando a criação da CUT. No Movimento Estudantil, passou a disputar espaço e influência, agrupando-se na tendência "Caminhando".

No dia 21 de janeiro de 1984, a "Esquerda do PC do B" concluiu o seu I Congresso, com a fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Nas Resoluções de seu Congresso de Fundação, o PRC fez uma avaliação crítica dos partidos e organizações de esquerda. O PCB foi rotulado de "corrente degenerada e de prestígio decrescente", mas possuidor do controle de ponderáveis setores das massas; o MR-8, classificado de "nacionalista", foi criticado por promover a "atração do proletariado à união nacional para retomar o desenvolvimento do capitalismo"; o PC do B, desacreditado por sua política pendular entre a aliança com a burguesia e a radicalização das massas, era acusado de adotar uma postura direitista, escolhendo, na maior parte das vezes, a primeira opção; o PT, apesar de acolher o PRC, era avaliado como um partido reformista por pregar a ascenção dos trabalhadores ao poder dentro de uma ordem burguesa, abrigando em seu seio as correntes trotsquistas.

Apesar da crítica aos partidos e organizações de esquer-

(7) Seu dirigente máximo Cláudio Cardoso Campos, candidato a deputado federal por São Paulo, seu reduto eleitoral, não foi eleito, tendo obtido 17.109 votos.

da, o PRC demonstra intenção de lutar pela direção nas lutas conjuntas com o PT e o PCB, visando a esclarecer as massas sobre o caminho mais conseqüente das lutas populares.

No interior do PT, o PRC propõe a formação de uma tendência à esquerda, admitindo a inclusão de setores avançados do PMDB, do PDT e independentes.

Após o I Congresso, o PRC difundiu o "Manifesto à Classe Operária, consubstanciando sua linha política e princípios aprovados no conclave. O partido assumiu uma postura radical, defendendo a "violência revolucionária das massas". Sua estratégia difere das demais OS da esquerda revolucionária, aproximando-se da linha trotsquista. Ao invés de um "Governo Democrático Popular", onde a pequena burguesia ainda está presente, pretende erigir um "Estado Democrático Operário e Popular", sobre os "escombros do estado burguês", assemelhando-se ao atual Estado nicaragüense. Na "Democracia Operária e Popular" começaria a ser aplicado um programa mínimo que evoluiria até o socialismo, sem etapa intermediária. Para a constituição do novo poder "democrático, operário e popular", o PRC concita o proletariado a se colocar na frente do movimento, mantendo total independência política em relação à burguesia e rechaçando a conciliação patrocinada pelas "classes dominantes". A estatização de grandes empresas capitalistas e a expropriação dos grandes latifúndios, a serem pulverizados numa reforma agrária radical, são tarefas prioritárias do "Estado Democrático Operário Popular". O rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa representariam a eliminação da dominação imperialista.

O PRC, através de seu manifesto, declarou-se na clandestinidade, por julgar suas posições irreconciliáveis em relação ao capitalismo, à burguesia e ao estado.

Apoiando-se no PT, onde se filiou a maioria de seus militantes, o PRC não se constrangeu de utilizar o PMDB, nas áreas onde aquele partido não estava estruturado. Na Câmara dos Deputados o partido possui dois representantes: José Genoino Neto (PT/SP) e Victor Buaiz (PT/ES), tendo conseguido, também, uma importante prefeitura e alguns vereadores em diferentes Estados.

No Movimento Operário e Sindical, alinha-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mesmo apoiando a CUT, o PRC propõe

a reunificação do movimento sindical, através de um amplo entendimento com a CGT, sem abrir mão de seus princípios.

Apesar de ser um partido relativamente novo, o PRC vem-se destacando pela radicalização de suas idéias e pela violência.

A análise de sua linha política demonstra que, se ainda não decidiu partir para a luta armada, já está numa postura eminentemente ofensiva, preconizando o "rompimento da legalidade" e a implantação de um Estado Democrático Operário e Popular.

PCBR

Desmantelado no final de 1973, o PCBR ganhou alento com o retorno de dirigentes, como Antonio Prestes de Paula e Apolônio Pinto de Carvalho que se encontravam exilados. Acobertados pela anistia e infiltrados no PT, esses elementos reagruparam, sob a antiga sigla, um núcleo de militantes, acrescido de novos prosélitos.

Em março de 1979, a organização, procurando reencontrar sua identidade, difundiu um documento em que definia sua postura frente ao PT, visualizando-o como um partido de massas. O PCBR antevia a ocorrência de confrontos dentro do PT, preparando-se para lutar contra a facção que pretendia a "social-democratização" do partido, bem como contra os "doutrinaristas" que intencionavam transformá-lo em "Partido Revolucionário da Classe Operária". A organização entendia que um partido revolucionário seria composto, exclusivamente, por comunistas, o que não seria o caso do PT.

Em seu trabalho de reorganização, o PCBR conseguiu implantar estruturas orgânicas clandestinas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em agosto de 1980, um dos líderes nacionais do PCBR, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, lançou em Recife o jornal alternativo "O Povão", veículo divulgador das posições políticas da organização.

Dentro do PT, considerado como um partido tático ou uma "frente", o PCBR adotou sempre posturas agressivas, propugnando por uma "ruptura popular" ao invés de um projeto de "transição liberal". Para tal, posicionou-se contra a Constituinte – considerada um processo de transição burguesa – e contra um pacto social, optando pela conquista da iniciativa política pelo movimento popular, através de grandes mobilizações de massas que

desaguariam numa greve geral.

A reestruturação do PCBR teria de se afirmar pelo consenso de um Congresso. Desta forma, em julho de 1985, na cidade de Feira de Santana, ocorreu o II Congresso do PCBR, o "Congresso Mário Alves". As aprovações dos estatutos da organização e de diversas questões foram referendadas pela presença de setenta delegados dos diversos comitês subordinados.

Pelos estatutos, o PCBR definiu a Revolução Brasileira como antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, de caráter popular, para a implantação do "Governo Popular Revolucionário" (GPR). O GPR, expressão do poder popular, seria formado pelo proletariado urbano, pelos assalariados agrícolas, pelas massas camponesas sem terra, pelos estudantes e intelectuais, pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos - e por todos aqueles oprimidos pelo regime. A burguesia e os militares são vistos como inimigos a serem destruídos para a implantação do governo popular.

O boletim "O Comunista Revolucionário", órgão de divulgação do CC/PCBR, publicou as resoluções do II Congresso, onde está implícita sua orientação sobre a luta armada. Preconizando a criação do Exército Popular para o enfrentamento das classes dominantes, o PCBR visualiza o caminho da revolução como sendo o da "Guerra Popular Prolongada", embora não seguindo o modelo chinês de cerco da cidade pelo campo. O conflito deverá se desenvolver como uma guerra combinada campo-cidade, sob a direção política da classe operária urbana.

Prosseguindo nas resoluções, o PCBR, além de fazer autocrítica da linha revolucionária militarista adotada anteriormente, reconheceu a inexistência, naquele momento, de condições básicas para passagem à luta armada. Reconheceu a necessidade de realizar um trabalho de educação das massas, para prepará-las para o desembocar da violência revolucionária.

Para viabilizar o processo, o PCBR vislumbra como prioritária e fundamental a construção do partido revolucionário. Dando seqüência a esse pensamento, o partido difundiu as "Teses para a Construção do Partido Revolucionário", onde, num total de dez itens, expôs suas posições sobre o assunto.

Refletindo sobre as declarações de um líder nacional do

PCBR, pode-se inferir que a organização possui dois segmentos bem definidos. O primeiro atua politicamente, com exclusividade nos movimentos operário, estudantil e popular. O segundo, totalmente desvinculado do primeiro, é empregado em ações extraordinárias.

Pode-se concluir, também, pela existência de militantes fixados em áreas pré-selecionadas no interior do país, desenvolvendo o trabalho revolucionário no meio rural. Para a manutenção dessa estrutura, o PCBR, tendo em vista a insuficiência de fundos arrecadados por seus militantes, partia para a realização de ações armadas. Tal expediente foi adotado a partir do fracasso da organização em conseguir auxílio internacional, negado por Cuba – na ocasião em vias de restabelecer relações diplomáticas com o Brasil –, pela Nicarágua, pela FMLN/El Salvador e pela Líbia (8).

O frustrado assalto ao posto de serviço do Banco do Brasil da Universidade Federal da Bahia, no dia 11 de abril de 1986, inseria-se no contexto da luta do PCBR para o sustento de sua estrutura clandestina. A prisão de cinco militantes da organização, todos filiados ao PT, durante a tentativa do assalto e a posterior detenção de Antônio Prestes de Paula, também envolvido na ação, esclareceram outras atividades criminosas da organização, como o assalto à agência do Banco do Brasil de Cachoeira, na Bahia, ocorrido um ano antes.

O documento "A situação do desemprego em São Paulo – 1 Ponto", encontrado na residência de Antônio Prestes de Paula, em São Paulo, preconiza a realização de "ações globais" de cunho radical, desenvolvidas por desempregados, liderados por militantes da organização. O texto apregoava, ainda, a execução de ações tipo guerrilha urbana para a obtenção de fundos, estágio que caracterizaria o ingresso da organização no que chamavam de "Luta Armada Clandestina".

Os assaltos ocorridos na Bahia refletiram a orientação da organização e não a iniciativa isolada de seus militantes.

Embora não possua uma influência decisiva no PT, reflexo do, ainda, reduzido número de militantes, o PCBR, impulsionado por sua postura inflexível e aliado a outras organizações que

(8) FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

adotem posição semelhante, poderá contribuir para a radicalização do processo político, respaldado, inclusive, pela eleição de um seu militante, Eduardo Jorge Martins Alves, para deputado federal da Assembléia Constituinte.

MCR

No dia 19 de outubro de 1985, foi constituído o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) pela fusão do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) com a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) (9). O evento, marcado por um Congresso de Fundação, representou o coroamento de um processo de discussões entre as organizações, desenvolvido durante um ano e meio.

Em seu "Manifesto de Fundação", o MCR assinalou o seu surgimento como o marco do início da reversão do fracionamento e dispersão da esquerda revolucionária brasileira.

De seu primeiro documento, veículo emanador de suas orientações políticas, depreende-se que o MCR, reconhecendo a insuficiente conscientização do proletariado brasileiro, previu um longo processo de acumulação de forças no processo revolucionário. A Organização concluiu, "pela análise da formação social brasileira", que o caráter da revolução é socialista, em razão do desenvolvimento das relações de produção capitalista existentes na cidade e no campo.

Dando continuidade ao seu posicionamento político, o MCR colocou-se contra aqueles que vislumbram a burguesia como força revolucionária, interessada na "democratização da sociedade e no combate ao imperialismo". Contudo, pragmaticamente, aceitou a efetivação de reformas sociais, eventualmente proporcionadas pelo regime burguês, como do interesse dos trabalhadores. Afastando-se da "acomodação reformista", a organização propugnou pelo rompimento revolucionário com a ordem burguesa, como a solução para a "miséria, a opressão e a exploração do povo brasileiro".

O objetivo revolucionário seria a implantação do "Governo dos Trabalhadores", representação do poder operário popular sob hegemonia do proletariado, a ser atingido pelo enfrentamento po

(9) A OCDP surgiu no final da década de 70, formada por militantes provenientes da agonizante Ação Popular (AP).

lítico e militar, com base nos órgãos de poder criados pelas massas trabalhadoras.

Na sua aversão à "dominação burguesa", o MCR posicionou-se contra o governo da "Nova República", apoiando o fortalecimento da CUT e do PT, considerados canais privilegiados para a expressão das oposições operária e popular na luta política. Dentro desta linha, opôs-se a um "pacto social", à Reforma Agrária, "submissa ao poder e ao terrorismo dos fazendeiros" - preconizando-a sob o controle dos trabalhadores -, e o Congresso Constituinte, pleiteando uma Assembléia Nacional Constituinte, convocada com o fim único de elaborar uma nova Constituição.

Como a maioria das organizações enquistadas no PT, o MCR apoiou o rompimento dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Para o êxito da revolução, a organização apoiou a necessidade de criação de um partido revolucionário, reconhecendo a inexistência deste instrumento no País. Este empreendimento teria como tarefas prioritárias a unificação dos comunistas revolucionários e o aprofundamento dos laços da esquerda com o movimento de massas, visando a orientá-lo.

Finalizando, o MCR, reconhecendo a falta de uma teoria definitiva sobre a revolução brasileira, deixou o assunto em aberto, dispondo-se a discutí-lo com outras correntes que raciocinassem da mesma forma.

Apoiando-se nas estruturas existentes das três organizações que lhe deram origem, o MCR articulou-se nos Estados do Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, unificando a atuação das três matrizes no PT e na CUT.

Em maio de 1986, com a responsabilidade da editora a cargo do militante Luiz Arnaldo Dias Campos, do Rio de Janeiro, o MCR lançou o seu jornal "Nova Luta", mensário de circulação nacional destinado às massas.

Apesar de ter surgido há pouco tempo no seio das esquerdas, o MCR tem se destacado por sua postura radical, colocando-se à esquerda do PT e pronto a apoiar ações extremadas. A tendência "Semeando" do movimento educacional do Pará, conduzida pelo MCR, exemplifica sua orientação, patrocinando, incentivando e assumindo a responsabilidade por atividades de quebra-que-

bras e outras posturas de enfrentamento.

3. A linha trotskista

Desde a morte de Trotsky em 1940, a IV Internacional fracionou-se em diversas organizações, seguindo os vários ideólogos que compunham a sua direção. Isto ocorreu, segundo os trotskistas, como conseqüência da "liberdade das tendências e frações" preconizada por Trotsky, explicação que não nos parece coerente, já que essa "liberdade" deveria concorrer exatamente para evitar a criação de novas organizações, acomodando as divergências no seio delas.

"Tendência", segundo o entendimento trotskista, é um setor organizado dentro de um partido, o qual mantém divergências com a direção majoritária. A partir do momento em que a "tendência" coloca-se como alternativa à direção, ela transforma-se em "Fração". A "Fração" constitui-se como direção dentro do partido e seus militantes passam a ter sua própria organização e estrutura, sem sair do partido. A "fração" defende não só uma determinada política, mas também busca tornar-se direção ou obter uma direção para o partido que a aplique. Normalmente, a fração desliga-se da organização original.

Além de encontrarmos neste trabalho as causas da atomização das esquerdas, verificaremos que a "liberdade trotskista" incentiva o divisionismo, tornando-se uma das características das organizações trotskistas não apenas a nível nacional mas também internacional, como veremos a seguir.

Convergência Socialista

A Convergência Socialista (CS) teve origem, em 1973, no Chile, quando exilados brasileiros criaram o grupo "Ponto de Partida" (PP). Retornando ao Brasil em 1974, esses elementos ligaram-se a militantes de São Paulo da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), assumindo a denominação de Liga Operária (LO).

Internacionalmente, a LO ligava-se à Fração Leninista Trotskista (FLT), um dos diversos centros de irradiação do trotskismo, recebendo a orientação de Hugo Miguel Bressano, mais conhecido como "Nahuel Moreno".

Inicialmente, segundo resoluções de seu II Congresso, em

1975, a organização resolveu concentrar forças no Movimento Estudantil e no Movimento Operário do Rio de Janeiro e de São Paulo. A penetração no setor operário foi tentada com a transferência de estudantes para o trabalho nas fábricas, em razão da ausência, quase total, de trabalhadores nos quadros da LO.

À semelhança do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina, principal seção nacional da FLT, a LO transformou-se, em julho de 1977, em PST.

Buscando ampliar sua atuação, limitada, até então, pela clandestinidade, o PST lançou e registrou em cartório o Movimento Convergência Socialista, entidade civil com personalidade própria. O movimento, que passou a ser conhecido como Convergência Socialista (CS), tinha como objetivo aglutinar militantes e setores para a formação de um Partido Socialista. O gesto audacioso rendeu dividendos, provocando o crescimento da organização que, em agosto de 1978, realizou uma Conferência em São Paulo, com a presença do seu dirigente máximo, o argentino "Nahuel Moreno".

A popularidade da CS, que passou a editar um jornal do mesmo nome, eclipsou a sigla PST, causando o seu abandono a partir do congresso realizado em outubro de 1979. Este evento gerou muitas polêmicas, pois foi considerado, ao mesmo tempo, o IV Congresso da LO, o III Congresso do PST e, ainda, a 1ª Conferência da CS.

Naquela ocasião, iniciaram-se as discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e aproximação da CS com a Organização Socialista Internacionalista (OSI), outra organização trotskista. Apesar de possuírem posições semelhantes e de unificarem seus trabalhos nos sindicatos, através de um Comitê de Iniciativas, as duas organizações afastaram-se, refletindo desavenças dos respectivos centros irradiadores internacionais, numa demonstração de subserviência a ditames alienígenas.

Em 1983, a CS mudou de nome para "Alicerce da Juventude Socialista" (AJS), em razão do crescimento de sua participação no Movimento Educacional, onde sobressaía, no setor secundarista, a tendência "Alicerce". Como a tendência havia se imposto em congressos estudantis e crescido a nível nacional, a organização pretendia capitalizar o seu prestígio e organizá-la como partido. Objetivos conjunturais e imediatistas provocavam as

quedas das siglas.

Dentro do PT, o AJS iniciou o combate à direção partidária, acusando-a de torná-lo um "partido eleitoreiro" sob a influência da "Social Democracia e da Igreja". No meio sindical, o AJS colocou-se no bloco dos "autênticos" e apoiou a criação da CUT, sendo apologista da Greve Geral, com os objetivos declarados de colocar em xeque o capitalismo no Brasil.

No início de 1984, o AJS, em seu VIII Congresso, resolveu retornar ao nome Convergência Socialista (CS). A nova mudança foi determinada pela ascensão dos trabalhadores e a efervescência do movimento sindical, deslocando o ponto focal do movimento de massas para o movimento operário. A organização deixava de ser a entidade da juventude para transformar-se num organismo político ligado à classe operária, assumindo a postura de "ala socialista" da CUT e do PT.

Considerada de maior expressão dentre as organizações trotskistas, a CS conseguiu se estruturar em treze Estados, atuando de forma mais intensa em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

As diretrizes da direção nacional da CS são transmitidas pelo jornal semanário "Convergência Socialista", pela revista "Correio Internacional" - escrita em espanhol - e pelo "Boletim Interno". A formação de seus militantes e a sua preservação ideológica baseiam-se nos "Cadernos de Formação". Todas as publicações são colocadas à venda e, juntamente com as contribuições de seus militantes, constituem as fontes de recursos da organização.

Vinculando-se atualmente à Liga Internacional dos Trabalhadores/IV Internacional (LIT/IV) - evolução da FLT provocada pelos permanentes choques dentro do trotskismo internacional -, a CS mantém estreito relacionamento com o "Movimento ao Socialismo" (MAS) argentino, facção do PST ligada à LIT/IV.

Pretendendo a transformação do PT em partido revolucionário, a CS esforça-se para assumir o controle de sua direção nos diversos níveis.

Frustrada estas ambições, a CS não conseguiu eleger militantes nas eleições de 15 de novembro de 1986, atualmente contenta-se em apoiar as posições do PT na Constituinte, dando ênfase ao rompimento com o FMI e à suspensão do pagamento da dívi

da externa.

Por orientação da LIT/IV, a organização, no início de 1986, remeteu para a Nicarágua recursos provenientes de uma campanha para auxiliar a luta daquele país contra a "intervenção norte-americana".

Ao contrário da maioria das organizações de esquerda, que recebem recursos do exterior, a CS contribuiu com recursos financeiros para a LIT/IV.

Fiel aos princípios de Trotsky, a organização preconiza a luta armada para a conquista do poder, através da constituição de milícias operárias e populares e de ações de autodefesa do proletariado. Julgando que o momento era oportuno, a CS colocou em prática esses princípios em 1985 quando, além dos "piquetes de porta de fábrica", sindicalistas filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP, infiltrado por essa OS, organizaram um grupo de cerca de 300 homens, autodenominados "Milícia Metalúrgica" que pretendia, conforme anunciou, ser "uma resposta da categoria à intimidação policial e à repressão promovida pelas indústrias contra os grevistas". O fato teve ampla repercussão na imprensa em 1985. Essa atuação, insere-se, na verdade, no que foi preconizado por Trotsky, em seu "Programa de Transição", ao abordar os Piquetes de Greve, os Destacamentos de Combate, a Milícia Operária e o Armamento do Proletariado.

Para o trotskismo, os "piquetes de greve" são as células fundamentais do exército do proletariado. A partir deles, e por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, os trotskistas propagam a idéia da necessidade de criação de "destacamentos operários de autodefesa", inscrevendo esta palavra de ordem no programa da "ala revolucionária" dos sindicatos e criando tais destacamentos em todos os lugares possíveis, a começar pelas "organizações de jovens", conduzindo-os no manejo das armas. A etapa seguinte será a de unificação dos citados destacamentos nos bairros, cidades, regiões, estruturando-os em "milícias operárias", até que o estado, como definia Engels, passe a se constituir num "destacamento de pessoas armadas". O "armamento do proletariado" será o elemento constituinte indispensável, segundo Trotsky, de sua luta emancipadora. Com o objetivo de desagregar o Exército, considerado "o instrumento fundamental da

repressão", apregoa o tratamento justo aos soldados, visando a neutralizá-los ou a ganhá-los para seus quadros.

Consciente de sua pequena representatividade, a CS optou por continuar como entidade civil, atuando no interior do PT, com o objetivo de transformá-lo no partido revolucionário.

ORM-DS

O Partido Operário Comunista-Combate (POC-C), em dezembro de 1978, transformou-se em Núcleo Combate Brasileiro (NCB). Esta facção da esquerda brasileira estava ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, desde quando militantes do antigo POC aproximaram-se do trotskismo, em 1971, no Chile.

A partir do início de 1979, o NCB passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), dentro da proposta apresentada pela Convergência Socialista (CS) no IV Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado na cidade de Lins.

Em março de 1980, durante a realização de um congresso, adotou a denominação de Democracia Socialista (DS). A DS absorveu, em agosto de 1981, a Organização Revolucionária Trotskista (ORT) (1), e, em novembro do mesmo ano, assumiu a atual denominação de Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS).

Desde 1977, com o início da publicação do jornal "Em Tempo", a organização passou a contar com um veículo de divulgação do pensamento e das diretrizes de sua direção. Mais tarde, passou a divulgar a revista "Perspectiva Internacional" e o "Boletim Interno", os quais, ao lado do jornal, constituem os elos de ligação do atual Secretariado Nacional com o restante da organização.

Em 1982, em seu processo de crescimento, a ORM-DS foi reforçada pela fusão com o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB), dissidência de outra organização ligada à IV Internacional, a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

Com o ascenso do Movimento Operário e Sindical (MOS) a organização progrediu, articulando-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, particularmente nas capitais. Em Porto Alegre, existe uma estreita ligação com o PCBR, representado pelo grupo "Ponto de Vista".

(1) ORT - um "racha" da CS ocorrido em 1977, conhecido anteriormente como Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Considerando o proletariado como classe dirigente da revolução, a ORM-DS passou a atuar prioritariamente no movimento sindical, relegando o Movimento Educacional (M Ed) a um plano secundário. Na área rural, prega as idéias defendidas pela Igreja, propagando a idéia de uma reforma agrária radical. No sul do País, sua atuação no meio rural ocorre por intermédio do grupo "Terra gente".

A ORM-DS, assim como a CS, pretende transformar o PT em "partido revolucionário", através do assalto à cúpula da entidade por parte dos trotskistas. Entende-se que o "partido do Lula" é o principal resultado do desenvolvimento da luta da classe operária, embora não possa, ainda, ser considerado um partido revolucionário. Esta evolução dar-se-á quando uma organização marxista revolucionária assumir a direção partidária e quando houver a modificação da correlação de força do MCS para a esquerda, resultado do ascenso das lutas operárias e da conseqüente radicalização das massas.

Dessa forma, a ORM-DS vem tentando crescer no interior do PT, aliando-se com outros grupos e correntes. Em janeiro de 1985, foi tentada, sem sucesso, uma fusão com a OCDP, o MEP e a AV do PC do B que acabaram se unindo sob a sigla MCR. Atualmente, possui seis militantes dentre os sessenta e dois membros efetivos da Comissão Executiva Nacional do PT e um entre os vinte e um suplentes.

Dentro de sua clandestinidade, a organização apresenta a particularidade de um extremo zelo com a sua segurança orgânica. Adotando rígidas medidas de defesa da estrutura, realizou o seu último congresso de forma fragmentada em diversos locais. Além da utilização de códigos e codinomes, é imposto um período de dois anos de observação para que o simpatizante seja aceito como militante.

Atualmente, a ORM-DS permanece vinculada e dependendo ideologicamente do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, constituindo-se na seção brasileira desse ramo do trotskismo mundial, cuja sede encontra-se em Bruxelas, na Bélgica. Durante a realização do XII Congresso do SU, no início de 1985, na Argentina, foram eleitos três militantes da organização para integrar os seus organismos de direção internacional.

Politicamente, a atuação da organização ocorre através do

PT. Respaldada pela legenda, conseguiu eleger para a Assembléia Constituinte os militantes Paulo Renato Paim Bolzani, do Rio Grande do Sul, e Virgílio Guimarães de Paula, de Minas Gerais. Na Constituinte, defende um programa socialista de transformação da sociedade, ressalvando que a participação do PT não deve significar reconhecimento ou legitimidade da constituição que for aprovada.

No III Congresso, em junho de 1986, a ORM-DS reafirmou seus propósitos, permanecendo, entretanto, sem definição o "caráter da revolução brasileira" e a aplicação da tática da "Frente Única Revolucionária" (FUR). Resolveu-se que as discussões sobre essas questões seriam aprofundadas até a realização do IV Congresso.

Após o II Congresso da CUT, no início de 1986, foi realizada uma avaliação do poder de influência das tendências no interior da entidade, concluindo-se que a organização, em aliança com o PRC, o MCR e o PCBR, possuía 40% de prestígio, contra 50% dos "sindicalistas" e 10% da CS, organização considerada sectária pelas demais.

A preocupação com a formação e o aprimoramento de seus militantes levou a ORM-DS a realizar cursos em Porto Alegre e São Paulo. Encontram-se em funcionamento os cursos para militantes, de chefia e de comandos. Os militantes formados pelos cursos de comandos são considerados "especiais" e destinados à atuação em todas as concentrações como organizadores da ação e como responsáveis pela segurança dos demais companheiros. Os "militantes especiais", apesar de retornarem às suas células originais, passam a ser subordinados diretamente ao CC.

A ORM-DS, como todas as entidades trotskistas, assume uma postura radical advogando a luta armada e a violência revolucionária como instrumentos para a tomada do poder. Em seu III Congresso, além de reafirmar suas posições, definiu a época atual como sendo a "segunda etapa da revolução do proletariado" (SIC), vaticinando para breve o "confronto armado entre governo e trabalhadores".

O Trabalho para Reconstrução da Quarta Internacional (OP/QI)

Em 1975, remanescentes da PBT juntaram-se com a Organização pela Mobilização Operária (OMO) e com o Grupo Outubro e

constituíram a Organização Marxista Brasileira (OMB). Em outubro de 1976, a OMB fundiu-se com a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º de Maio), uma dissidência do PORT, formando a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

A OSI, em julho de 1978, sofreu uma defecção com a saída de um grupo que iria constituir o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB).

Avançando no setor estudantil, a organização conseguiu prestígio através da intensa atividade exercida por sua tendência universitária Liberdade e Luta "Libelu", nome pelo qual passou a ser conhecida. Passou a publicar o jornal "O Trabalho", procurando difundir o seu ideário e buscando aproximação com a massa trabalhadora.

No movimento sindical, inicialmente, a OSI defendeu a participação nos sindicatos. A partir de 1978, vendo-os como "instrumentos da classe dominante" e como "obstáculos às mobilizações e organizações operárias", passou a propagar a idéia da constituição de oposições sindicais e de comissões de fábricas, como alternativa ao sindicalismo oficial, no caminho da construção do "Sindicato Livre". Tal posicionamento, somado a uma crítica inicial à criação do PT, acusado de ser mais um partido burguês, provocou, em abril de 1979, mais um "racha", com a saída do grupo que iria formar a Organização Quarta Internacional (OQI).

No plano político, a OSI lutava pela construção do "Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores". A crítica inicial ao PT evolui, já em 1980, para uma posição de apoio, pautada na constatação de que o partido adotava uma política independente, subordinada aos interesses das massas.

A organização, desde sua constituição, havia se filiado, internacionalmente, ao Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) que, mesmo com o "racha" da Fração Bolchevique (FB), em dezembro de 1981, manteve-se sob a orientação de Pierre Lambert, abrigada, a partir de então, sob a sigla da Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR).

Em maio de 1984, na sede do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, por ocasião do seu VII Congresso, a OSI passou a denominar-se Fração Quarta Internacional do Partido dos Trabalhadores (FQI-PT). A modificação deveu-se ao pensamento da direção

de que só criaria um partido revolucionário se atuasse integralmente dentro do PT, como fração politicamente independente.

A organização centraliza sua direção através de uma Coordenação Nacional de cinqüenta membros e está representada em treze Estados, atuando, prioritariamente, na área sindical e no movimento popular. O trabalho no movimento educacional foi relegado a um segundo plano, apesar de sua origem essencialmente estudantil.

O jornal "O Trabalho" foi transformado em revista e sua publicação é responsabilidade da Livraria Palavra Editora Ltda, empreendimento comercial da organização, localizado em São Paulo. Além disto, são publicadas, em português, seleções de textos da revista "Tribuna Internacional", enviada pelo QI-CIR.

A FQI, na escalada para transformar o PT em partido revolucionário, conseguiu, durante a realização de um encontro partidário, em abril de 1986, em São Paulo, a aprovação de uma proposta, reconhecendo como legítimas as correntes e tendências existentes dentro do partido. Propôs, ainda, o debate e a regulamentação dessas correntes no próximo Encontro Nacional, a ser realizado em 1987.

Em setembro de 1986, durante o seu IX Congresso, a FQI passou a se denominar "O Trabalho para Reconstrução da Quarta Internacional" (OT/QI), declarando-se uma corrente política dentro do PT, aguardando o seu reconhecimento e sua regulamentação pelo partido. Demonstrando sua disposição de acatar todas as decisões da direção petista, transformou a revista "O Trabalho" em boletim interno, destinando-o, exclusivamente, para militantes.

As lutas e manobras políticas, para controlar o PT e transformá-lo em partido revolucionário, visam à tomada do poder e à transformação da sociedade, tendo a OT-QI, de acordo com sua inspiração trotskista, eleito a luta armada e a violência como instrumentos preferenciais da ação revolucionária.

Organização Quarta Internacional (OQI)

Em janeiro de 1979, as organizações trotskistas "Política Obrera", da Argentina, e o "Comitê de Enlace de Militantes Trotskistas", do Chile, foram expulsos do, então existente, "Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI),

ao qual era filiada a "Organização Socialista Internacionalista" (OSI).

Em abril de 1979, as correntes expulsas e outros setores descontentes no interior do CORQUI criaram, a nível internacional, a "Tendência Quarta Internacional" (TQI).

Os desentendimentos nos centros irradiadores internacionais refletiram na OSI, resultando no surgimento da "Tendência Trotskista" (TT). A TT, recusando a orientação para a criação de "sindicatos livres", advoga a participação dos militantes nos sindicatos oficiais, incentivando a luta pelos seus controles, buscando torná-los mais combativos. As divergências acentuaram-se quando a direção da OSI posicionou-se, inicialmente, contra a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a TT defendia a sua fundação.

Os desentendimentos internos na OSI culminaram com a expulsão da TT que, em meados de 1979, fundou a "Organização Quarta Internacional" (OQI). A nova organização filiou-se, internacionalmente, à recém-criada "Tendência Quarta Internacional" (TQI), dirigida pelo ideólogo Guilherme Lora.

A OQI passou a publicar o jornal "Causa Operária", porta-voz de suas posições políticas, propagando a luta por um "governo operário camponês" e pelo socialismo. A imprensa da organização é completada pela revista "Internacionalismo", veículo da orientação da TQI que passou a aparecer como um encarte do jornal "Causa Operária".

A organização não conseguiu grande expressão no seio do trotskismo, tendo se estruturado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Assim como as demais organizações trotskistas, atua politicamente no PT e no meio operário sindical através da CUT. No movimento educacional, relegado a um segundo plano, desenvolve suas atividades através da tendência "Política Independente".

Seu apoio ao PT é crítico, por considerá-lo de base social pequeno-burguesa e não operária. Assume, desta forma, uma postura "obreirista", chegando a discriminar setores trabalhadores que não sejam operários. Dentro do partido, não conseguiu, ainda, se impor como grupo de influência, nem ocupar postos de direção.

Coerente com sua inspiração ideológica, a OQI preconiza a luta armada para a conquista do poder, defendendo que a CUT deve impulsionar as ocupações no campo e, inclusive, armar os lavradores para se defenderem da "violência dos latifundiários".

Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)

Desarticulado no final da década de sessenta, o PORT permaneceu na clandestinidade até a Lei da Anistia, em 1979. A partir daí reiniciou suas atividades no Nordeste, especialmente na Paraíba e Pernambuco, visando particularmente aos camponeses e posseiros.

A organização encontra-se isolada dentro do trotskismo, em razão de sua aproximação com o PCB e do apoio declarado à URSS. Apesar do isolamento, apóia o PT e sua ala sindical, representada pelos "lulistas".

Contando com um número reduzido de militantes, o PORT limita sua atividade política à elaboração de análises e estudos que são publicados em seu jornal legal, a "Frente Operária".

Internacionalmente, mantém dependência e subordinação ideológicas à Quarta Internacional Posadista ou Secretariado Latino Americano da IV Internacional (SLA), sediada em Roma/Itália.

Ainda como peculiaridade, a organização é a única dentre as trotskistas que, até o momento, se preocupou com os militares, propondo-lhes uma política progressista. Procurando angariar simpatia no meio militar, o jornal "Frente Operária", além de defender o direito de voto para cabos, soldados e marinheiros, propugnou pelo emprego do Exército no combate a surtos epidêmicos, na implantação da reforma agrária e em outras atividades voltadas para o interesse comunitário.

Um balanço do PORT mostra-nos que suas atividades são restritas, limitando-se ao esforço de estampar suas opiniões e posições ideológicas no jornal "Frente Operária".

4. A Luta Armada

As organizações comunistas reestruturadas voltaram-se, como foi visto, no Capítulo I, desta 4ª Parte, prioritariamente, para o trabalho de massa. Esse trabalho é uma atividade demorada, árdua e persistente de preparação para a tomada do poder. Chegado

o momento propício, julgado que as condições objetivas e subjetivas são favoráveis, será dado o passo definitivo que poderá, conforme as circunstâncias, ser concretizado através da via pacífica ou da luta armada ou, mesmo, de ambas. Essas duas estratégias não são excludentes, pelo contrário são complementares e podem ser aplicadas seqüencial, ou mesmo concomitantemente.

As organizações subversivas, após a derrota militar sofrida no início dos anos 70, não abdicaram, absolutamente, do caminho da violência - da luta armada - , como podemos constatar de resoluções e de declarações recentes de seus principais líderes.

PCB

O PCB realizou o seu VII Congresso em dezembro 83/janeiro 84, quando aprovou uma nova "Resolução Política" que, em seu item "Revolução e Insurreição" determina:

"Nas condições atuais do mundo e do Brasil, existe a possibilidade real de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil".

"Empenhando-se para que esta possibilidade se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em conta que a escolha dos meios para libertar o País e transformar a sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de dominar todas as formas de luta". (Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira - Editora Novos Rumos - Fev 86).

Essa "nova" resolução deixa claro que a luta armada permanece como uma das formas de luta com que o PCB conta, para a tomada do poder e a implantação do comunismo no País.

Coerente com a determinação dessa resolução política e com a tradição da OS que dirige, Giocondo Gerbasi Alves Dias, em diversas declarações públicas, confirma a necessidade da luta armada para a tomada e manutenção do poder. Dentre essas declarações, podem ser ressaltadas:

"Apesar de ter sido um marco na vida do partido, o movimento não mudou os traços essenciais do PCB, que permanecem iguais aos de sua fundação, em 1922". (Referindo-se à Intentona Comunista de 35 - Folha de São Paulo - 03 Nov 85);

"Agora a luta Armada é uma etapa que pode ou não acontecer-

cer, pois nada é inevitável no processo revolucionário. Achamos que é possível chegarmos ao socialismo sem ela. O que dita as coisas em política é a correlação de forças". (Correio Brasiliense, 24 Fev 85);

"Ao contrário do que se diz, nós não descartamos a luta armada, nem qualquer outra forma de luta". (Correio Braziliense, 23 Mar 86); e

"É possível que passemos para o socialismo pela via pacífica, mas eu não excluo a possibilidade da luta armada e da violência". (Folha de São Paulo - 11 Abr 86).

PC do B

Na atualidade, pouco se vem falando a respeito do desenvolvimento ou da eclosão da luta armada, apesar do PC do B considerá-la como a única forma de tomada do poder.

Inúmeros documentos mais recentes do partido, bem como declarações e depoimentos de seus principais dirigentes, abordam o problema da violência revolucionária, aí incluída a luta armada. Passamos a alinhar os dados mais importantes sobre o assunto a partir de 1979:

"A liberdade deve incluir, também, a liberdade de se pregar a revolução. E, para nós, revolução é luta armada. Porque revolução sem ação violenta não é revolução. Como podemos derrubar uma classe que tem o poder na mão, sem a luta armada? Apenas com negociações, com eleições ou com medidas reformistas? Isso nunca se deu na história". (José Renato Rabelo - membro do CC/PC do B - Declarações ao "Movimento", nº 208, de 16 a 22 Jun 79, pág 12);

"A luta armada, no Brasil, é inevitável no processo histórico. Nós fomos os que primeiro sustentaram que a luta armada é uma imperiosidade histórica. O erro está em interpretar-se mal esta lei da luta armada e optar-se por formas equivocadas. O erro não é a luta armada, são determinados métodos que são aventureiros. O problema básico de todo esse pessoal que participou da chamada guerrilha urbana - e que nos parece uma forma equivocada de luta armada - é o menosprezo ao papel das massas. Nós adotamos a luta revolucionária das massas porque, esta sim, tem um poder criador na história da humanidade". (Haroldo Borges Rodrigues de Lima - membro do CC/PC do B e Dep Fed PC do B - De-

clarações ao "Jornal da República", de 04 Set 79);

"... Nós, os comunistas, defendemos o princípio da luta armada, da violência revolucionária, princípio científico, baseado no qual os oprimidos alcançam sua verdadeira emancipação".

"A violência revolucionária é o único meio pelo qual até hoje evolui a sociedade humana, pois as forças retrógradas não cedem suas posições e privilégios pacificamente". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - ao Jornal do Brasil, em 16 Dez 79);

"... Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o PC do Brasil está convencido de que não poderá existir socialismo sem revolução. Esta é uma lei fundamental do materialismo histórico. A revolução é, por isso, o objetivo de todo partido proletário que luta pela vitória do socialismo científico".

"A guerra serve a objetivos políticos precisos e determinados. A luta armada popular é a continuação da política revolucionária por meio de formas próprias de luta, mais avançadas, radicais. Deste modo, a guerra revolucionária não está desvinculada da linha política do partido. O estudo da arte e das técnicas militares deve estar intimamente relacionado com a necessidade de maior domínio e aplicação dessa linha". (pág 49 - Teses do VI Congresso do PC do B - Jan/Fev 83);

"Fazer com que o(s) candidato(s) entenda(m) que essas mudanças atingem frontalmente interesses de grupos e pessoas bastante poderosos que têm, a seu serviço, as forças militares, a imprensa, etc. Por isso, esse governo tão inspirado só será alcançado pela via revolucionária, isto é, pela luta Armada de grande parcela do povo brasileiro". (Documento do CR/PC do B/SC, de Ago 84);

"Nós temos mais pontos de convergência do que de divergência. Mas não podemos abrir mão da luta Armada, embora isto esteja fora da ordem do dia com o governo Tancredo". (Aurélio Peres, do CC/PC do B - à Folha de São Paulo, 27 Jan 85, referindo-se ao consenso obtido em torno do nome de Tancredo Neves, eleito Presidente da República em 15 Jan 85);

"A experiência nos diz que não pode haver um salto qualitativo no sistema, de uma formação econômico-social para outra, sem a utilização da violência revolucionária... É uma contingência do próprio desenvolvimento [illegible]. A violência revolucio-

nária é uma conseqüência da violência contra-revolucionária...", (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - à revista Senhor, de 27 Mar.85);

"... A solução para o Brasil só virá através da luta Armada e o PC do Brasil só vê esse caminho. Estamos observando o Partido Comunista Brasileiro com essa onda de democrático, mas eles também sabem que esse é o único caminho. Apenas por terem a Rússia por trás, o que lhes dá maior estrutura, podem ir levando a coisa politicamente enquanto puderem. Mas o caminho será a Luta Armada". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - entrevista à saída do TSE no dia 23 Mai 85, momentos após haver protocolado o requerimento solicitando o registro do PC do B);

"Defendo a Luta Armada, porque todo processo de desenvolvimento humanitário se efetuou através da revolução, e não conheço nenhuma passagem de um regime, de uma formação econômica social ou de outro tipo que não seja o revolucionário". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - entrevista concedida em Natal/RN, em 16 Ago 85); e

"A próxima revolução não seguirá aquele modelo, mas se assemelhará à Intentona Comunista de 1935, surgindo de um movimento que se iniciará no seio das Forças Armadas (FA) e que não tardará. Esse movimento se tornará possível com infiltrações de militantes do partido nas FA, particularmente no Exército, considerado mais vulnerável pelo efetivo que incorpora anualmente". (Rogério D'Olne Lustosa - palestra proferida na ABI/RJ, em 10 Mar 86, após reverenciar os mortos na "Guerrilha do Araguaia").

MR-8

O MR-8 traz, em sua história, um rastro de sangue, seqüestros, roubos, assaltos e assassinatos, sendo que, no momento, por se considerar governo, não prega com insistência a luta armada, muito embora, seu Secretário-Geral tenha declarado, publicamente, que essa forma de luta permanece como uma das componentes na linha política da OS:

"Se preciso for, vamos pegar em armas para consolidar as mudanças sociais no País". (Cláudio Cardoso de Campos, em palestra realizada no dia 20 Dez 85 em Porto Alegre/RS).

PRC.

O sectarismo dos militantes do PRC caracteriza-o como a mais radical organização subversiva em atividade no Brasil.

Os extratos dos documentos e dos pronunciamentos a seguir, demonstram o radicalismo da organização:

"... *a revolução social do proletariado será necessariamente violenta. A luta armada é um componente essencial de sua realização, ...*

....

A luta de classes no Brasil ingressou num período novo, com episódios de rompimento da legalidade, de violação dos tecidos constitucionais, com a ampliação sem precedentes das ações de massa e o seu ingresso na luta política. Germina a semente da revolução.

....

Para o partido, trata-se de aproveitar estas contradições, ampliar sempre maiores mobilizações, radicalizá-las, aprofundar o seu cunho antiditatorial e disputar a hegemonia das massas com a ditadura militar.

....

O PRC, ao contrário dos partidos burgueses e dos reformistas, não se preocupa em "civilizar" as manifestações de massas. Não adota a atitude pedante de tentar 'enquadrar' o proletariado e o povo e inibir sua criatividade. Pelo contrário, respeita iniciativas como a sátira mordaz aos opressores, as palavras de ordem combativas, as vaias aos políticos conservadores, o ódio aos governantes, a ruptura dos limites legais, a radicalização política, procurando dirigí-las para um rumo conseqüente.

....

O PRC repudia qualquer aliança com a burguesia e não tem dúvida de que a violência será necessária para que a classe operária chegue ao poder". (Ozéas Duarte de Oliveira - CC/PRC - Jornal do Brasil de 18 Jul 84); e

"*Essa transformação não acontecerá pacificamente, ou por meio de um processo lento e gradual, mas só será garantida pela luta armada dos explorados contra os exploradores*". (Comitê Regional do PRC/Rio Grande do Sul - Fev 86).

PCBR

O PCBR, nos documentos cujos extratos se seguem, deixa clara a sua opção pela Luta Armada:

"A guerra de guerrilha é o método principal do desencadeamento da luta armada nas condições brasileiras; e a guerrilha rural é a forma prioritária, determinante, decisiva". (Resolução Política da Conferência Nacional do PCBR);

"O objetivo fundamental da revolução é destruir o aparelho burocrático e militar do Estado burguês, substituindo-o por um regime de democracia direta das classes trabalhadoras, sustentado por um Poder Popular que se expressa politicamente através de um Governo Popular Revolucionário". (II Congresso Nacional do PCBR); e

"Agrega-se a isso uma experiência mais recente que o aparecimento de agrupamentos políticos no movimento popular, principalmente no PT e na CUT, e que revelam a necessidade da construção do Partido Revolucionário de quadros, que funcione na clandestinidade e seja capaz, inclusive, de conduzir politicamente a luta armada e a revolução socialista...".

....

O caminho da revolução brasileira é o da luta armada e a construção da vanguarda revolucionária da classe operária está diretamente relacionada com sua capacitação para dirigir a luta política no terreno militar". (Teses para a construção do Partido Revolucionário, apreendidas em Abr 86 na residência de José Afonso de Carvalho - militante do PCBR - em Salvador/BA).

Organizações Trotskistas

Também as organizações trotskistas, por suas resoluções políticas e declarações de seus militantes em diversas citações, deixam claro que essas OS têm na luta armada a única forma para tomar o poder.

CS

"A compreensão da natureza e classe do estado burguês leva-nos à conclusão de que será necessário destruir o aparelho do estado burguês e todas as suas instituições, inclusive o parlamento, e substituí-lo por um poder dos trabalhadores.

....

A liquidação do estado burguês exige uma insurreição armada.

....

A insurreição armada não é uma escolha deliberada. Sua necessidade, bem como seu caráter violento, são uma conseqüência do caráter violento do estado burguês, dos seus aparelhos de repressão, que se voltam inevitavelmente contra a organização autônoma da classe operária e dos seus aliados e se enfrentam obrigatoriamente com ela. É o estado burguês que nos obriga a preparar a insurreição. Isto significa acumular e centralizar todos os elementos que vão no sentido do armamento do proletariado, da ação espontânea de autodefesa à construção de milícias operárias e populares. Daí decorre, também, a necessidade de um trabalho junto aos soldados com o objetivo de desagregar o instrumento fundamental de repressão que é o Exército, neutralizando uma parte, ganhando outra". ("Cadernos do Marxismo Revolucionário: Iniciação ao Marxismo" - Convergência Socialista - 1984).

FQI

"*Não existe nenhuma transição pacífica até outro sistema de dominação da classe burguesa e do imperialismo*". (Resolução do III Congresso da FQI em 1979).

"*A FQI não descarta a luta armada como meio de consecução de seus objetivos, admitindo a formação de piquetes de greves armados, que devem reagir à força a um confronto com os órgãos de segurança, como preconiza Trotsky*". (Curso de Formação de Quadros - 1º semestre de 1986).

ORM-DS

"*A revolução de 64 foi benevolente, pois apesar de ter desbaratado as organizações subversivas que adotaram a luta armada, não chegou a extremos como na Argentina e Uruguai, países onde a repressão praticamente dizimou uma geração inteira de elementos ligados à esquerda. Este fato permitirá que as organizações do passado voltem a se agrupar de forma mais compacta, podendo tirar proveito dos ensinamentos deixados pelo fracasso sofrido*".

....

"*Terrorismo contra militar não é terrorismo. É uma forma de luta contra o imperialismo*". (Flávio Koutzii - Palestra nas

dependências do Plenário da Assembléia Legislativa do Rio Gran-
de so Sul em 03 Dez 85).

*"É inevitável o confronto sangrento entre a massa operá-
ria e o Exército burguês, sendo necessário o extermínio das for-
ças que sustentam o imperialismo. Por isso temos que formar um
Exército Revolucionário forte e bem treinado, que dará sustenta-
ção ao novo estado proletário".* ("Márcia Pinto Camargo: Instru-
tora do "Curso de Comandos" da ORM-DS em 11 Mai 86).

CONCLUSÃO

Este livro é o resultado de um intenso trabalho de coleta e reunião de dados contidos em documentos que, esparsos por todo o território nacional, seriam, passados alguns anos, destruídos por força da legislação existente, independente do seu conteúdo histórico que, pela sua fragmentação, poderia nem ser percebido por seu detentor.

O General João Batista de Mattos, ao prefaciar a obra histórica sobre Canudos, de Tristão de Alencar Araripe, já salientara que o autor andara "muito acertadamente ao pugnar por uma inversão nos louvores e reconhecimento, entre nós sempre exagerados no julgamento de um infrator e negados a quem, no cumprimento do dever e investido do poder de repressão, age com bravura e muitas vezes perde a vida". O infrator, diz o General, se não vence, é apresentado aos pósteros como um incompreendido, um precursor, sendo-lhe atribuídas virtudes que, na verdade, ele não possuía. Dizia o próprio autor que houve sempre certo pudor dos homens do Dever de virem à cena para proclamar serviços, mesmo quando se sentiam injustiçados. Enquanto os insurgentes tiveram sempre quem lhes cantasse as façanhas em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas calaram-se e amargaram os apodos injuriosos.

Em razão do caráter ideológico de que se revestiram a própria Revolução de 1964 e a luta armada que se verificou no País nos últimos anos da década de 60 e início de 70, ocorreu que essa situação, comum entre nós, tivesse agora um objetivo político-ideológico bastante nítido. Ao atingir os homens, o alvo era alcançar, muito mais do que eles, a própria instituição armada e o objetivo, o de afastá-las das missões de segurança interna. O meio utilizado foi a mais cara e bem estruturada agressão psicológica que se tem notícia.

O alvo foi atingido, o objetivo visado pode até ser alcançado. Só que seus promotores, obliterados pela ideologia, cometeram, mais uma vez, um grande equívoco. O grande obstáculo à sua chegada ao poder não são as Forças Armadas, mas a própria população que os tem repudiado nos movimentos populares, como em 1964, e nas urnas, como bem recentemente. No dia em que a popula

ção aceitar viver sem liberdade, em nome de uma utópica" igualdade-fim" ou da justiça social — cuja aproximação só tem sido possível nos países livres —, não haverá Força Armada que impeça a realização daquele desígnio. Pelo menos nos países, até então democráticos, cujas Forças Armadas estejam impregnadas pelos seus princípios, estas acatarão a vontade da maioria. Mas é preciso que sejam, antes, a maioria da nação.

BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

I ENCONTRO - SÃO PAULO (BRASIL) - 1990

- DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

- DECLARAÇÃO FINAL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

III ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) - 1992

- DECLARAÇÃO FINAL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

- IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

- DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA
- DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA
- DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES
- DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES
- DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

IX ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) – 2000

- CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL
- SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

X ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 2001

- DECLARAÇÃO FINAL
- RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO
- RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO
- RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES
- RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL
- RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO
- RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA
- RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR
- RESOLUÇÃO SOBRE HAITI
- RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH
- RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO
- RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES
- RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL
- RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA
- RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO
- RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES
- RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO
- RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA
- DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ
- PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

XI ENCONTRO – ANTIGUA (GUATEMALA) - 2002

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A ARGENTINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A CORÉIA DO NORTE - ESPANHOL

- RESOLUÇÃO SOBRE CHIAPAS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA FÍSICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE GUADALUPE E COLÔNIAS FRANCESAS DO CARIBE E AMÉRICA LATINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A LÍBIA - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO SOBRE IRAQUE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE JOSÉ MARTÍ - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE AS MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A PALESTINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PRISIONEIROS CUBANOS NOS ESTADOS UNIDOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO E VIEQUES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O TEMA DA SAÚDE EM EL SALVADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VITÓRIA NO EQUADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA- ESPANHOL

XII ENCONTRO – SÃO PAULO (BRASIL) - 2005

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO DE APOIO AO PT - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO OFICINA SINDICAL
- RESOLUÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DE MIREYA MOSCOSO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O CHILE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A COLÔMBIA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE CUBA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A ILEA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A NICARÁGUA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A GUATEMALA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DE APOIO À DECLARAÇÃO DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E TECNOLÓGICO - ESPANHOL

- RESOLUÇÃO SOBRE RENDA MÍNIMA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE FEMINICÍDIO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE POSADA CARRILES - ESPANHOL
- RESOLUÇÕES OFICINA PARLAMENTAR - ESPANHOL
- MOÇÃO DE APOIO AO GOVERNO BRASILEIRO
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE JUVENTUDE
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE AUTORIDADES LOCAIS - ESPANHOL
- RECOMENDAÇÃO DE APOIO AOS JOVENS FORMADOS EM CUBA - ESPANHOL

XIII ENCONTRO – SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 2007

Documento Base

- Introducción
- El FSP: Más de 15 Años de Unidad en La Lucha
- La Situación Mundial: Compleja y Contradictoria
- Las Disputas Electorales en América Latina y el Caribe
- Un Nuevo Período en América Latina
- Propuestas Alternativas al Neoliberalismo en el Ambito Político, Social y Económico
- Una Integración Alternativa
- Colonialismo, Ingerencia Imperialista y los Acuerdos de Paz
- Seguridad Hemisférica, Crimen Organizado, Narcotráfico, Terrorismo y Militarización
- Crimen Organizado
- Terrorismo
- Fuerzas Políticas, Movimientos Sociales y Gobiernos
- Algunas Propuestas para el Funcionamiento del Foro de São Paulo

Inauguración

- Discurso de Apertura - Medardo Gonzalez, Secretario General del FMLN
- Dicurso PC - Republica de Cuba
- Dicurso PC - República Popular China
- Discurso Manuel Salgado - Ecuador

Plenarias

- RELATORIA PLENARIA TEMA 1: Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, social y democratización política, nuevas propuestas de Integración Regional
- PLENARIA SOBRE TEMA 2: El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz
- PLENARIA SOBRE TEMA 3: Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización
- PLENARIA SOBRE TEMA 4: La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional

Declaración Final

- Declaracion Final del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resoluciones Finales

- 01 Resolución sobre El Salvador
- 02 Resolución sobre Cuba
- 03 Resolución sobre Solidaridad con Oaxaca
- 04 Resolución sobre secuestro de Jorge Lopez de Argentina
- 05 Resolución sobre Política Migratoria de EEUU
- 06 Resolución sobre la OTAN
- 07 Resolución nombramiento de presidente Evo Morales a Nobel de la Paz
- 08 Resolución sobre Puerto Rico
- 09 Saludo a los 50 Años del Semanario Colombiano Voz
- 10 Resolución sobre Colombia
- 11 Resolución sobre Chile
- 12 Resolución sobre Medio Oriente
- 13 Solidaridad con la Lucha del Pueblo Saharaui
- 14 Resolución sobre Irak
- 15 Resolución sobre China
- 16 Resolución A Favor de la Parlamentaria Andina Ecuatoriana Wilma Salgado
- 17 Resolución sobre Palestina
- 18 Resolución sobre Guatemala
- 19 Resolución de apoyo a la lucha contra el fraude electoral en Mexico

ENCUENTROS INTERNACIONALES

Gobiernos Municipales:

- Ponencia: La Seguridad Ciudadana en El Salvador Solo Sera Posible con La Construcción de Verdaderos Poderes Populares.

Iglesias:

- Declaratoria Pastoral

Juventud:

- Declaracion Final Taller Juvenil Internacional.
- Documento Resolutivo Taller Juvenil Internacional

Movimiento Social:

- Resoluciones de Movimientos y Organizaciones Populares y Sociales.

Parlamentarios:

- Resolución del Taller de Parlamentarios y Parlamentarias del XIII Foro de Sao Paulo.
- Los Parlamentos y los Procesos de Integración de los Pueblos (Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007)
- El Fenómeno Migratorio de El Salvador en el Siglo XXI (Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007)

Trabajadores Arte y Cultura:

- Resolución Final – Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura.

Vía Electoral:

- Resumen y Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"

TALLERES NACIONALES

Movimiento Social:

- Documento Final Movimiento Social - América Latina y el Caribe – Movimientos Sociales, Partidos y Gobiernos de Izquierda en el Nuevo Contexto Regional Continental.

Mujeres:

- Resoluciones de las Mujeres Participantes del Primer Foro Preparatorio en el Marco del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

OUTROS DOCUMENTOS

2003

- ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO

2004

- AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004
- ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO FEVEREIRO 2004
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO NOVEMBRO 2004
- RESOLUÇÃO CONTRA A CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES - SÃO PAULO NOVEMBRO 2004
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - TEMAS DE DISCUSSÃO
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - XXV ANO DA REVOLUÇÃO SANDINISTA

2005

- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - SAUDAÇÃO AO PT

RESOLUCION FSP - SOBRE CHILE.

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de san Salvador de El Salvador,

RESUELVE:
Expresar su solidaridad con la iniciativa de la Central Unitaria de Trabajadores de Chile, de convocar a una amplia convergencia política y social, expresada en el llamado Parlamento Social y Político.
Las organizaciones que han acudido al llamado de la CUT, comprometen en forma amplia y unitaria, sus esfuerzos para impulsar la movilización que permitan conquistar cinco puntos, amplia y directamente democratizadores de la sociedad chilena, poniendo principal énfasis en las reformas que permita iniciar el camino para terminar con el sistema electoral que excluye a un sector importante de nuestro país.

RESOLUCION FSP - SOBRE MEDIO ORIENTE

Nosotros, miembros de este Foro, nos solidarizamos con los pueblos del Medio Oriente que luchan y resisten por conquistar su derecho a la autodeterminación, respeto a sus Derechos Humanos, a la libertad y a la independencia.
Expresamos nuestro compromiso de coadyuvar a los entendimientos y negociaciones en la región del Medio Oriente, apoyamos las resoluciones emanadas de las Naciones Unidas en pro de la búsqueda de la paz y armonía en la región.
Viva la Paz
Viva la Solidaridad con los pueblos en lucha!!!

SOLIDARIDAD FSP - CON LA LUCHA DEL PUEBLO SAHARAUI

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con la lucha anticolonialista del pueblo Saharaui, encabezada por el Frente POLISARIO para lograre la plena autodeterminación y soberanía de la República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Las fuerzas políticas del FSP, trabajaremos para que el conjunto de los Estados Latinoamericanos establezcan relaciones diplomáticas con la RASD para fortalecer el cumplimiento de las Resoluciones de la ONU y la realización del referéndum de autodeterminación que permita la plena soberanía del pueblo Saharaui.
Expresamos nuestro rechazo a las sistemáticas violaciones a los Derechos Humanos de la población Saharaui en los territorios ocupados por Marruecos y exigimos su cese inmediato.

RESOLUCION FSP - SOBRE IRAK

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007 condena la guerra de agresión y ocupación de Estados Unidos y sus aliados contra Irak, que ha resultado en la muerte de casi un millón de personas.

Los partidos reunidos consideran el asesinato del ex –presidente Saddam Hussein como un acto criminal, de violación del Derecho Internacional y de los principios de conducta humanitaria.
El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo exige la retirada de las tropas de ocupación, a la vez que manifiesta la solidaridad con la resistencia del pueblo iraquí y con su lucha por la independencia, la Unidad Nacional, la Democracia y la Paz.

RESOLUCION FSP - SOBRE REPUBLICA POPULAR DE CHINA

Los Partidos Políticos miembros del Foro de Sao Paulo reunidos del 12 al 15 de enero del 2007 en la ciudad de San Salvador, El Salvador, para celebrar su XIII Encuentro.
CONSIDERANDO QUE:
Desde octubre de 1971, con la Resolución Número 2758 de la XXVI Asamblea General de las Naciones Unidas, la Comunidad Internacional ha reconocido el principio de UNA SOLA CHINA, Estado con quien actualmente 161 países de todo el mundo mantienen normales relaciones diplomáticas.
RESUELVEN:
Solidarizarse con los esfuerzos del Gobierno de la **República Popular de China** por la reunificación de la Patria China.

RESOLUCION FSP - A FAVOR DE LA PARLAMENTARIA ANDINA ECUATORIANA WILMA SALGADO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero del 2007 con la participación de 596 delegados, 219 de ellos representantes de 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias procedentes de 33 países y 54 invitados de otras regiones del mundo.

Denuncia y condena la persecución judicial de que es víctima la Parlamentaria Andina ecuatoriana **Dra. Wilma Salgado** quien desarrolló una lucha ejemplar contra los responsables del mayor atraco bancario y financiero perpetrado en 1999, que sumió en una grave crisis a la sociedad y asumir la defensa de esta destacada luchadora social.

RESOLUCION FSP SOBRE PALESTINA

En la resolución 181, que fuera emitida por las Naciones Unidas en 1948, se reconoce la creación de 2 Estados, el Estado Palestino y el Estado de Israel. Es Estado de Israel se constituyó. Sin embargo, hasta el momento, Israel no acepta la constitución del Estado Palestino.
Desde entonces, el Consejo de Seguridad y Naciones Unidas han emitido más de 200 Resoluciones a favor del Pueblo palestino, las cuales exigen el retiro de las tropas israelíes, la conformación del Estado palestino y su capital Jerusalén, así como el derecho de los refugiados palestinos a retornar a sus lugares de origen (Resolución 194). Israel no acepta esto.
Desde el año 2000, año en el cual surgiera la segunda Intimada, han sido asesinados más de 7.000 "mártires", 400 de ellos han sido niños. El número de heridos asciende a más de 50.000 y 11.000 prisioneros se encuentran actualmente "secuestrados" en las cárceles de Israel. Algunos de ellos son niños y niñas, mujeres, parlamentarios y ministros y se encuentran viviendo en condiciones inhumanas.
Actualmente, 1.300.000 palestinos viven en Israel y tienen la nacionalidad israelí. No obstante, Israel tiene planes para "transferirlos" a otros países árabes y así poder tener un Estado netamente judío en el cual no exista ninguna otra cultura o religión.
Desde que se iniciara el conflicto, Israel ha utilizado, contra la población civil, armas prohibidas internacionalmente, ha creado más de 600 retenes en Cisjordania y, desde hace 6 años, está construyendo un muro de más de 700 kilómetros el cual separa familias, impide a los niños y jóvenes de poder asistir a la escuela y a la universidad y de tener acceso a los hospitales, mezquitas e iglesias.
Además, el muro está siendo construido encima de las fuentes de agua impidiendo, en consecuencia, el abastecimiento de agua necesaria para la población y para la agricultura. De esta manera, 60% del territorio de Cisjordania queda en manos de Israel.
La aspiración del pueblo palestino es que Israel aplique las resoluciones del Consejo de Seguridad y las de las Naciones Unidas. Lo mismo en relación a los Acuerdos de Paz que fueron firmados, por Israel y Palestina, en Madrid y Oslo. Es solo de esta manera que se podrá constituir el Estado palestino. Es solo de esta manera que se podrá establecer una paz justa y duradera. Así mismo, el pueblo palestino considera que las tierras que expropió el Estado de Israel, y que hoy en día son colonias, deben desmantelarse.
El pueblo palestino exige que se abran las fronteras con Jordania, Siria, Líbano y Egipto, así como que el obtener una vía que conecte Cisjordania con Gaza. Esto permitirá la entrada de víveres, medicamentos, facilitará el comercio y la economía nacional del Estado palestino, impidiendo, de esta manera, la hambruna y muerte que se está dando en los territorios ocupados.
El Foro de São Paulo se solidariza con las demandas del pueblo palestino.
El Salvador, 15 de enero de 2007

RESOLUCION FSP SOBRE GUATEMALA

El XIII Encuentro resuelve, a 10 años de la firma de los acuerdos de Paz:

1. Exigir al gobierno de Guatemala el estricto cumplimiento de los Acuerdos de Paz y que los mismos se conviertan en el eje rector de las políticas públicas en favor de los derechos humanos, intereses y necesidades de las clases pobres y marginadas, particularmente de los pueblos indígenas

2. Saludar el XXV aniversario de la conformación de la URNG, la cual, primero como movimiento político-militar y en la actualidad como fuerza política socialista y revolucionaria, se encuentra construyendo al Movimiento Amplio de Izquierda -MAIZ- como el instrumento de lucha política y social de los sectores populares e progresistas de Guatemala.

RESOLUCION DE APOYO A LA LUCHA CONTRA EL FRAUDE ELECTORAL EN MEXICO

Los partidos y organizaciones de izquierda participantes en el XIII Encuentro del Foro de São Paulo resuelven brindar su más amplia solidaridad a la lucha contra el fraude electoral y la imposición de un gobierno sin legitimidad democrática.

Asimismo, los participantes en el Encuentro del Foro manifiestan su apoyo a la lucha de resistencia civil pacífica en contra de la imposición de presidencia ilegítima de Felipe Calderón en México.

SECRETARÍA NACIONAL DE MUNICIPALISMO
PARTIDO FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL - FMLN
PANEL FORO “PODERES POPULARES Y SEGURIDAD CIUDADANA”

PONENCIA:

LA SEGURIDAD CIUDADANA EN EL SALVADOR SOLO SERA POSIBLE CON LA CONSTRUCCION DE VERDADEROS PODERES POPULARES

EL SALVADOR, ENERO DEL 2007

INDICE

"la economía mundial es la más eficiente expresión del crimen organizado. Los organismos internacionales que controlan la moneda, el comercio y el crédito practican el terrorismo contra los países pobres, y contra los pobres de todos los países, con una frialdad profesional y una

impunidad que humillan al mejor de los tira-bombas. (...)

“Los pistoleros que se alquilan para matar realizan, en plan minorista, la misma tarea que cumplen, en gran escala, los generales condecorados por crímenes que se elevan a la categoría de glorias militares. (...)

“En el mundo tal cual es, mundo al revés, los países que custodian la paz universal son los que más armas fabrican y los que más armas venden a los demás países; (...)

“Son dignos de impunidad y felicitación quienes matan la mayor cantidad de gente en el menor tiempo, quienes ganan la mayor cantidad de dinero con el menor trabajo y quienes exterminan la mayor cantidad de naturaleza al menor costo." Eduardo Galeano. Patas Arriba. La Escuela del Mundo al Revés, 1998

FORO ECUMENICO: FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD

DECLARATORIA PASTORAL

“Qué hermosa es ver llegar por las colinas,
al que trae buenas noticias,
al que anuncia la liberación y dice a Sión:
TU DIOS ES REY…! " (ISAIAS : 52:7)

Reunidos en el auditórium del hospitalito la Divina Providencia, lugar histórico memorial del martirio de nuestro profeta Monseñor Romero, el día 11 de Enero del 2007, a cinco días del 15 aniversario de los Acuerdos de Paz, las iglesias miembros del Foro Ecuménico del Consejo Latinoamericano (FECLAI-EL SALVADOR) y la Coordinación Ecuménica de la iglesia de los Pobres de El Salvador (CEIPES), hemos celebrado un encuentro para analizar y reflexionar sobre la problemática social que vive nuestro país y nuestra América Latina y el Caribe:

La Realidad de pecado que denigra a las hijas e hijos de Dios.

1. Vemos en nuestros pueblos rostros de incertidumbre, rostros agobiados por la realidad cotidiana, pero a la vez, rostros con mirada de búsqueda, busca de esperanza, de salidas frente a una situación en la que predominan circunstancias de violencia, - en todas sus formas -, fraude, corrupción y muerte.

2. Esta crisis social y económica, y todas sus secuelas, se han quedado para siempre; y someten, oprimen y humillan a cada hija e hijo de Dios. Este que es el mayor problema que hemos arrastrado a lo largo de nuestra historia, es una situación que nos acusa a todos, de mezquindad, de insolidaridad, de codicia, de ambición. Precisamente este desastre de la pobreza y violencia, que victimiza a la mayoría de nuestro pueblo, debería ser enfrentado con madurez cívica y nacional, pues no se puede seguir demarcando el territorio poblacional, entre los pocos que acaparan la riqueza nacional y los muchos cuyas vidas son sometidas a la pobreza y a la miseria humillante.

3. Este no es un problema, de enfoques políticos –ideológicos, esta es la marca permanente en el rostro del Continente Latinoamericano y Caribeño, y específicamente El Salvador, que después de 175 años de supuesta independencia, solo pone en evidencia nuestra pobreza moral y espiritual, mucho más en aquellos que habiendo estado y estando en los niveles de poder, solo se han servido de este y no a los intereses nacionales de los que tanto hablan.

4. La patética crisis en los sistemas de salud, educación, vivienda, servicios de agua principalmente,

son producto de la falta de visión y de voluntad política; a su vez del lastre de la corrupción que se ha apropiado de los dineros del pueblo y ha beneficiado a los allegados al poder. Esta desgracia social es producto del pecado enquistado en los diferentes eslabones de la estructura de poder, a la que todos debemos oponernos y denunciar.

5. Somos testigos de tanta presunción democrática, en el respeto a las leyes, pero este es solo un discurso. En nuestro país, de una forma asombrosa e inaudita, se viola el Estado de Derecho, se continua aplicando las leyes en forma discriminada e igual se irrespetan los tratados y leyes internacionales. No es congruente, ni ético cuando se ufanan los funcionarios públicos de aplicar todo al rigor de la ley, mientras se ha tolerado y hasta encubierto los delitos de aquellos allegados a los círculos del poder.

LA POSICIÓN DE LAS CRISTIANAS Y CRISTIANOS ANTE ESTA SITUACIÓN:

La Iglesia de Cristo, fiel a quien es su Señor, tiene que referir la verdad imperante en el país, a la vez que se declara intransigente frente a una situación que de manera sistemática niega la vida, la justicia, la dignidad, la paz de los hijos e hijas de Dios en este país. Podemos decir con toda certeza que el centro de nuestro testimonio y de nuestra praxis es Jesús de Nazareth, aquél que en su misericordia se hizo hombre para salvar al mundo, predicando un Reino de Dios de justicia y solidaridad con los más necesitados. Ese Dios Creador y su reino, nos dice el Profeta Isaías (capitulo 8:7), …"se sentará en el trono de David; extenderá su poder real a todas partes y la paz no se acabará; su reinado quedará bien establecido, y sus bases serán la justicia y el derecho desde ahora y para siempre …".

Es este Dios hecho hombre que nos interpela y nos llama a solidarizarnos con los crucificados de nuestros tiempos, y denunciar a aquellos que los crucifican a la vez que clamar en el valle de muerte un mensaje de vida y de esperanza. Desde nuestra identidad Cristiana y con un espíritu ecuménico, declaramos:

1. Reconocemos nuestra deuda de anunciar el evangelio del Reino de Dios en la tradición pastoral y profética que hemos heredado de nuestro Pastor y Mártir Monseñor Romero. Hemos sido llamados por Dios en Jesucristo a ser trabajadores de la paz con justicia (Mateo 5:9) en un mundo injusto y violento.

2. Denunciamos que los Tratados de Libre Comercio (TLCs), firmados e implementados con los Estados Unidos por varios países del Continente, son muestra evidente que nuestros pueblos pobres, no están en la capacidad de competir y que los TLC condenan a la muerte a las grandes mayorías. Por lo tanto, nos oponemos a estos . Y, Proponemos la búsqueda de nuevos sistemas socio-económicos alternativos y de solidaridad entre los pueblos de América Latina y del Caribe, para que seamos fieles al evangelio de procurar la vida y vida en abundancia.

3. Anunciamos las buenas noticias y denunciamos proféticamente las realidades de pecado e injusticia que crucifican al más necesitado. A través de nuestras propuestas socio-políticas y la denuncia a los derechos humanos, queremos contribuir a la construcción de estructuras que posibiliten nuevas relaciones económicas y de convivencia fraternal y solidarias en un mundo más justo y humano que en vez de denigrar, afirme la dignidad de cada ser humano, sin importar su clase, posición socio-económica, credo religioso, orientación sexual, o impedimento físico y mental.

4. Asumimos la responsabilidad de acompañar a nuestro pueblo para fortalecer su organización , movilización y educación, y así poder enfrentar las problemáticas socio-económicas y políticas en sus comunidades, siendo gestores y sujetos de su propio destino.

5. Creemos necesaria desde esta misma perspectiva ecuménica ampliar el dialogo, el acercamiento y el entendimiento con los diferentes sectores de la sociedad política y civil para buscar propuestas y soluciones a las diferentes problemáticas que afectan la vida de nuestro pueblo.

6. Es un imperativo ético y moral de nuestras iglesias dar un testimonio de unidad y entendimiento, lo que implica profundizar nuestro diálogo, intercambio y compartir ecuménico, de modo que podamos contribuir a los consensos y las concertaciones necesarias para enfrentar esta situación de crisis y pecado en la que esta sumida nuestra sociedad.

POR FECLAI- EL SALVADOR , CEIPES –EL SALVADOR Y ORGANIZACIONES Y COMUNIDADES CRISTIANAS PRESENTES EN EL FORO – FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD – PREVIO AL FORO DE SAO PAULO.

SAN SALVADOR, 13 DE ENERO DE 2007.

Y FIRMAMOS.
NOTA: fue presentado oficialmente a quién trabajaba la memoria del foro de Sao Pablo, el día 13 de enero de 2007, en la sesión plenaria, por la tarde y leída en la misma, según nos indicara la Diputada Licenciada Blanca Flor Bonilla.

Atentamente,

Reverenda Cecilia Alfaro

Coordinadora Nacional de FECLAI-EL SALVADOR.

Taller Juvenil Internacional
XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo
San Salvador, 7 y 8 de enero de 2007

"La Juventud y la nueva etapa de organización y lucha por la integración latinoamericana y caribeña"

DECLARACIÓN FINAL

Las delegadas y los delegados jóvenes de organizaciones sociales y políticas de América Latina y el Caribe, reunidos para hacer oír la voz de los sin voz, expresar las ideas, aspiraciones y sueños de los excluidos de la Patria Grande. Siguiendo el ejemplo de Schafik Handal, a quien esta dedicado el XIII Foro de Sao Paulo, así como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.

Concientes de la necesidad de contar con un instrumento político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.

El neoliberalismo atraviesa un periodo de crisis por lo que su brutalidad se intensifica en los pueblos oprimidos. Este modelo que favorece a unos pocos, que deteriora las condiciones laborales, profundiza la migración, el deterioro del medio ambiente, la privatización de la seguridad social y la educación, e implementa normas que protegen los derechos de las grandes corporaciones afecta directamente a los jóvenes, que constituyen la mayoría de nuestros pueblos.

El neoliberalismo profundiza, además, la brecha entre ricos y pobres y consolida cada vez más el control económico y político de los imperios opresores que se han erigido en el mundo; elimina la soberanía nacional y convierte a nuestros países en grandes mercados comerciales, sometiendo a nuestros pueblos a ser simples sociedades de consumo y de intercambio mercantil y comercial, destruyendo así los tejidos éticos, los valores humanos fomentando el individualismo como factor de triunfo.

CONSIDERAMOS:

Que la problemática social, económica y política en nuestra región se ha agudizado en los últimos diez años a causa de las políticas implementadas por los gobiernos al servicio del imperio, trayendo como consecuencia la agudización de la pobreza, el desempleo, la violencia, la degradación ambiental, que afectan mucho más a las nuevas generaciones, poniendo en peligro el futuro de los jóvenes.

Que bajo la fachada de la seguridad hemisférica, llamada "lucha contra el terrorismo", impulsada hoy por el centro de poder imperial y sus agencias de inteligencia, aceptadas con beneplácito por los gobiernos nacionales de derecha e implementados sin conmiseraciones, nos enfrentamos a un nuevo peligro las y los luchadores sociales, los pensadores críticos al sistema, los movimientos y partidos de izquierda y en especial los jóvenes que piensan y conciben una sociedad distinta y luchan por alcanzar

el poder para transformar el sistema, por ser esta doctrina realmente una política de control y criminalización de las ideas diferentes.

El triunfo en las contiendas electorales por los partidos de izquierda, debe ser sostenido por la lucha permanente de los pueblos, que pueda cambiar el rumbo de las políticas sociales, económicas y culturales en nuestra región, por ende la necesidad de que las diferentes fuerzas sociales de izquierda expresadas en las más diversas formas de lucha y resistencia, fortalezcamos hoy los procesos de unidad y alianza, para desarrollar un proceso de lucha conjunta en la acumulación de fuerzas populares.

Que todos los planes desarrollados por las transnacionales y sus instrumentos de dominio mundial (BM, FMI, USAID) son planes de control, dominio, explotación y robo de nuestras riquezas, condenando a la pobreza eterna a las nuevas y futuras generaciones, incluso amenazando la existencia misma de la humanidad.

DECLARAMOS

Nuestro rechazo al modelo Neoliberal imperialista como modelo de desarrollo económico y social y nos sumamos a las alternativas como el ALBA para el verdadero desarrollo de nuestros pueblos y las nuevas generaciones en el marco de la justa distribución de la riqueza y el acceso universal a los medios necesarios para vivir como seres humanos dignos.

Nuestro rotundo y enérgico rechazo a los planes de seguridad hemisférica en el marco de la lucha contra el terrorismo, denunciando que atentan contra los Acuerdos de Paz en nuestra región, alcanzados con el derramamiento de la sangre de nuestros mejores hijos; lapidando los más elementales derechos y la dignidad de los pueblos que resisten y luchan por cambiar las condiciones de pobreza y exclusión en la que vivimos. Dichos planes de seguridad hemisférica, además, promueven la estigmatización y criminalización de la juventud y sus nuevas formas de expresión política, social y cultural generando odio y violencia en las relaciones sociales de nuestros pueblos.

Nuestro revolucionario compromiso al estudio, al análisis y comprensión de la nueva etapa de lucha que nos toca desarrollar y hacer los mayores esfuerzos por poner en practica la unidad y la combinación de todas las formas de lucha política y social, para lograr la victoria contra el imperialismo y el neoliberalismo, y construir un presente digno y un futuro socialista.

La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

Rechazamos enérgicamente la venta de nuestros recursos naturales, nuestra riqueza cultural a las corporaciones internacionales, el imperialismo y colonialismo, con sus cómplices empresarios y gobiernos nacionales, comprometiéndonos a dar las batallas necesarias en todas las trincheras posibles para derrotar y acabar con los planes de dominio hegemónico del imperio corporativo internacional.

Somos los jóvenes herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y

mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.

¡¡Hasta la Victoria Siempre!!

San Salvador, 8 de enero del 2007

TALLER JUVENIL INTERNACIONAL DEL XIII FORO DE SAO PAULO

"La nueva etapa de organización y lucha por la integración latinoamericana y caribeña"

DOCUMENTO RESOLUTIVO

Las y los jóvenes de México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Curazao, Colombia, Brasil, Puerto Rico, Venezuela, Ecuador, Nicaragua y Noruega reunidos, en la ciudad de San Salvador, los días 7, 8 y 14 de enero del 2007, después de un intercambio de experiencias e ideas expresan su solidaridad a las diferentes luchas en América Latina y otras regiones del mundo.
RESOLUCIONES

1. Dedicamos este Taller Juvenil en homenaje a la vida y lucha del compañero Schafik Jorge Handal, asi como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.

2. Concientes de la necesidad de contar con un instrumentos político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.

3. Nos solidarizamos con la lucha de los pueblos, especialmente de los indígenas, afrodescendientes latinoamericanos y caribeños, que se han levantado enérgicamente contra la explotación inmisericorde de su medio ambiente efectuada por compañías trasnacionales para apoderarse de los recursos naturales de sus comunidades; la construcción de hidroeléctricas que solo afectará a comunidades pobres y beneficiará a la burguesía y la plantación de la palma africana, para la obtención de recursos energéticos alternos.

4. La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

5. Apoyamos la independencia de Puerto Rico. Y rechazamos rotundamente todas las formas de colonización existentes en cualquier parte del mundo, y en especial en el Caribe latinoamericano. Así expresamos nuestro profundo apoyo con la población de las Antillas

Holandesas, deseando que pronto puedan liberarse del retrogrado sistema colonial al cual siguen sometidos. En ese marco, nos solidarizamos con la lucha del Partido Indenpendentista de Curazao.

6. Nos sumamos a la lucha del pueblo panameño en su rechazo a la ampliación del Canal de Panamá, que favorece a los intereses de las trasnacionales y perjudica la vida de la población más pobres. Invitamos a la juventud mesoamericana a retomar la lucha contra el Plan Puebla Panamá, por ser la estrategia del imperio para saquear los recursos de la región.

7. Respaldamos la posición de rechazo a la aprobación del Tratado de Libre Comercio entre Costa Rica y Estados Unidos, que asumen los diferentes movimientos sociales progresistas y de izquierda, especialmente el Movimiento Alternativo de Izquierda, MAIZ.

8. Denunciamos y condenamos las políticas privatizadoras de la educación, la salud y al acceso del agua, que llevan a cabo los Estados burgueses de la región, en componenda con las empresas trasnacionales.

9. Rechazamos la presencia de las bases militares del imperio en territorio latinoamericano y caribeño, como una flagrante violación a la autonomía y soberanía de los pueblos. Tales como Guantánamo, Manta, Vieques, y en territorios de la republica de Honduras y El Salvador.

10. Denunciamos la llamada “Ley contra Actos de Terrorismo”, que pretende criminalizar las luchas sociales y que castiga con cárcel a quienes se manifiesten contra el orden establecido. Esta Ley fue aprobada en El Salvador y una similar se prepara en países como Honduras y Guatemala.

11. Nos oponemos a la invasión norteamericana en el pueblo iraki, palestino, afgano y demás naciones del medio oriente. Que cese la brutalidad hacia la población civil e inocente.

12. Denunciamos el incremento de los crímenes cometidos hacia jóvenes y mujeres, especialmente

en Guatemala, Honduras y El Salvador, en donde en muchos de los casos existe responsabilidad de los Estados burgueses de la región.

13. Ante la escalada represiva del Estado mexicano contra las organizaciones sociales representadas en la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), hacemos un llamado a los Partidos Políticos de izquierda revolucionaria y progresistas de América Latina y el Caribe, para que se pronuncien contra el gobierno espurio de Felipe Calderón y por la libertad de los presos políticos que se encuentran recluidos a lo largo y ancho del país. Alertamos a la comunidad internacional sobre la criminalizacion de la lucha social en México y exigimos la inmediata libertad de los hermanos Cerezo Contreras, quienes desde el año 2000 se encuentran detenidos injustamente.

14. Condenamos la masacre perpetrada por militares cascos azules de la ONU en Haití, que costó la vida de decenas de civiles. Este lamentable hecho demuestra una vez más el verdadero rostro de este organismo internacional, títere de las potencias mundiales.

15. Condenamos la construcción del muro de la vergüenza que esta siendo levantado por los Estados Unidos en su linea de frontera con Mexico, lo cual evidencia la amplia política de aparheid, racista y xenófoba hacia los pueblos latinoamericanos y del Caribe.

16. El socialismo del siglo XXI debe fundamentarse en valores de respeto, aceptación y equidad de genero y diversidad sexual.

17. Somos, los jóvenes, herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.

18. Convocamos a la juventud a participar en una acción de solidaridad e integración Latinoamericana y Caribeña, el 24 de febrero, como el inicio de las nuevas formas de lucha conjunta en la América Nuestra.

Saludos revolucionarios:

19. Saludamos la victoria del pueblo de Nicaragua en las pasadas elecciones y expresamos nuestro apoyo al reto que asume el compañero Daniel Ortega y el FSLN.

20. Aplaudimos el triunfo de Luiz Inacio Lula Da Silva, en Brasil como una reconfirmación de respaldo al trabajo del pueblo brasileño y la izquierda.

21. Apoyamos el proceso revolucionario del líder Aymara y Presidente de Bolivia, Evo Morales, quien paso a paso construye un mejor futuro para el pueblo de boliviano. Y respaldamos su nominación para premio Nobel de la Paz, por su lucha humanitaria a favor de los pueblos.

22. Expresamos nuestro entusiasmo y solidaridad por la consolidación del proyecto de la Revolución Bolivariana de Venezuela; felicitando la toma de posición del Comandante Hugo Chávez. Así mismo respaldamos la propuesta de la creación del Partido Único, como un instrumento más firme y decisivo en la construcción del socialismo del siglo XXI. También, queremos resaltar el papel del canal Telesur como herramienta para la democratización de la información en toda América Latina y el mundo.

23. Saludamos al glorioso pueblo de Cuba y al Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, quien recientemente estuvo celebrando sus 80 años de vida al servicio de la humanidad. Exigimos la pronta liberación de los 5 héroes cubanos presos en las entrañas del imperio estadounidense y condenamos la doble moral del gobierno de Bush, al mantener protegido en su seno al terrorista Luis Posada Carriles, uno de los mas peligros criminales, responsable de muchas muertes. Nuestras organizaciones expresan su más profundo y sincero agradecimiento por la solidaridad del pueblo cubano y su gobierno revolucionario, al mantener en sus aulas a centenares de jóvenes latinoamericanos, estudiando Medicina y otras carreras. Hacemos un reconocimiento a la Misión Milagro, a través de la cual se han curado de la vista miles de compatriotas latinoamericanos y caribeños. Agradecemos, asimismo, la presencia de centenares de médicos cubanos imbuidos en los más recónditos lugares de Guatemala, Honduras y Nicaragua, y en la mayoría de países de América Latina.

24. Saludamos la victoria electoral de la izquierda en Ecuador, y expresamos la confianza hacia su líder y ahora presidente Rafael Correa. Nos solidarizamos en su posición en no aceptar el TLC con Estados Unidos, así como la iniciativa de realizar la Asamblea Nacional Constituyente. Condenamos las agresiones realizadas por parte del Gobierno Colombiano de Álvaro Uribe al violentar la soberanía de Ecuador con sus acciones, así como las presiones de la oligarquía recalcitrante de ese país hacia el nuevo Gobierno.

25. Saludamos la lucha organizada del pueblo colombiano por la paz y la justicia y condenamos la actitud terrorista y guerrerista del gobierno pro-paramilitar de Álvaro Uribe Vélez. Condenamos especialmente la persecución política hacia el movimiento estudiantil, que ha llegado en los últimos años al asesinato de dirigentes estudiantiles, y los desplazamientos generados por las amenazas de los cuerpos paramilitares, en contubernio con el gobierno oligarca de Uribe Vélez.

26. Nos solidarizamos con la Juventud de Izquierda y el Movimiento Popular del Perú, por ser víctimas de la represión del gobierno totalitario de Alan García en coalición con la derecha y el fujimorismo.

¡¡Por que Otra América Latina es Posible!!

San Salvador, 14 de enero de 2007

**resoluciones presentadas por los movimientos y organizaciones populares y sociales participantes en el xiii ENCUENTRO DEL foro de Sao Paulo
san salvador, el salvador, centro america 12 al 16 de enero del 2007**

1. Saludamos la realización del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo en San Salvador, El Salvador. Asimismo damos la bienvenida a las delegaciones de los partidos de izquierda y los movimientos sociales de América Latina y el Caribe y de otras partes del mundo.

2. Felicitamos a los miembros articulados en el Foro de Sao Paulo, que desde hace 16 años han mantenido una perseverante lucha por fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del Foro.

3. Nos congratulamos de la capacidad y voluntad de mantener y fortalecer la unidad de los integrantes del Foro de Sao Paulo, en función de las necesarias transformaciones antineoliberales, en beneficio de las mayorías populares y por la defensa de la soberanía de Latinoamérica y el Caribe, con pleno respeto de la amplitud y diversidad de ideas enraizadas en los diversos países y organizaciones políticas.

4. Proponemos a los integrantes del Foro de Sao Paulo abrir una nueva etapa en la lucha por la integración Latinoamericana y Caribeña, pasando a la acción solidaria concreta entre los países que ya avanzaron hacia la toma del poder político gubernamental y las fuerzas en vía de construir la acumulación necesaria para acceder al poder.

5. Reconocemos que los gobiernos de izquierda vinculados estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están logrando profundizar sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo económico, social y político para nuestros países.

6. Consideramos necesario por lo tanto, que se desarrollen mecanismos permanentes para establecer una relación de respeto mutuo entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda, para compartir objetivos comunes e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente, no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.

7. Rechazamos categóricamente las estrategias neoliberales e imperialistas como los TLC’s, los Acuerdos de Asociación con la Unión Europea, el PPP, el Plan Colombia, el ALCA, las ILEA`s y la instalación de bases militares estadounidenses en el continente, así como la explotación minera y de otros recursos naturales, la continuación de los procesos de privatización, particularmente del agua, de la salud y de la educación, y en general el intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos por parte de las corporaciones transnacionales.

8. Observamos con esperanza que han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA (Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo que una estrategia para fortalecer y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.

9. Nos solidarizamos con el heroico pueblo cubano en su lucha contra el bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por el gobierno de los Estados Unidos, así como denunciamos el plan intervencionista del gobierno norteamericano denominado “Comisión para la asistencia a una

Cuba libre".

10. Asumimos los compromisos de:

  a. Diseñar estrategias concretas dirigidas a fomentar la igualdad de derechos y oportunidades entre los géneros, como objetivo imprescindible para fortalecer los movimientos sociales y los partidos políticos, en la lucha por construir el socialismo del siglo XXI.

  b. Establecer una estrategia entre los movimientos populares y sociales de nuestros países con las organizaciones de migrantes en Estados Unidos y otros países del mundo, en una lucha común contra el neoliberalismo expulsor de nuestra gente, las leyes antiinmigrantes particularmente los muros previstos en las fronteras sur de los Estados Unidos y México.

  c. Contribuir a construir y fortalecer un amplio movimiento popular y social regional, latinoamericano y caribeño para la defensa solidaria de los procesos de transformación revolucionaria, en particular de Cuba, Venezuela, Bolivia y de todo proceso agredido de manera similar por los gobiernos imperialistas. Así como apoyar decididamente los procesos políticos y sociales de otros países en su lucha contra el neoliberalismo y el imperialismo.

  d. Construir en lo nacional un amplio movimiento popular, social y ciudadano articulando la lucha social, política y electoral, compartiendo la estrategia y táctica con los partidos de izquierda en una relación de mutuo respeto, en función de construir el suficiente poder popular para la derrota política del neoliberalismo, sacando del poder municipal, legislativo y ejecutivo a los partidos de derecha. Todo esto por la defensa de la soberanía de nuestros pueblos, y por las transformaciones antineoliberales hacia una nueva sociedad que sientan las bases para construir el socialismo del siglo XXI.

11. En el caso de las organizaciones populares y sociales de El Salvador sustentamos nuestros compromisos sobre la base de reconocer al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional como el único partido de izquierda de El Salvador que (desde su constitución en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso y en los últimos años de un crecimiento electoral acelerado, así como de apoyo decidido a los sectores sociales y populares en su lucha. Por lo que le respaldamos como el partido político de izquierda capaz de articular la fuerza política, popular y social suficientemente amplia para acceder al poder político en el 2009.

San Salvador, 11 de enero de 2007

RESOLUCIÓN DEL TALLER DE PARLAMENTARIOS Y PARLAMENTARIAS DEL XIII FORO DE SAO PAULO.

CONSIDERANDO:

1. Que los partidos integrantes del Foro de Sao Paulo cuentan con centenares de parlamentarios y parlamentarias, ubicados en los Congresos u Organismos Legislativos nacionales, en los Parlamentos Regionales de integración, en el Parlatino, en COPA, en la Asamblea de Parlamentaria Eurolatina, en la Unión Interparlamentaria Mundial, en Parlamentarios de Acción Global, y en otros espacios y redes parlamentarias.

2. Que el proceso de integración alternativa de los pueblos de América Latina, ALBA, requiere de una acción concertada y coordinada de las fuerzas de izquierda de la región, lo cual incluye y requiere de un esfuerzo decidido de los parlamentarios con tales características.

3. Que las derechas de América latina y Norte América pretenden continuar impunemente depredando nuestro ambiente, privatizando y adueñándose de nuestros recursos naturales y las empresas públicas, impulsando la promulgación de leyes represivas e intervencionistas, lo cual pasa por que se derroten en los órganos legislativos a las representaciones parlamentarias de izquierda.

4. Que es urgente y necesario promover la solidaridad con los pueblos del mundo que sufre guerras de agresión y políticas de intervención imperial, como los pueblos de Palestina, Colombia, Irak, Afganistán y República Árabe Saharahuí Democrática.

5. Que debemos luchar por que los Estados de América Latina se abstengan de apoyar iniciativas terroristas e injerencistas y de violación a los derechos humanos.

6. Que es en los Congresos y Parlamentos Regionales donde se aprueban finalmente las disposiciones relacionadas con el comercio internacional, participación en guerras y privatizaciones, etc.

7. Que los migrantes de la región de América Latina y el Caribe enfrentan en la actualidad un proceso de lucha intenso dentro de los Estados Unidos de América y los parlamentarios deben acompañar con mayor fuerza el apoyo en función de una reforma integral migratoria que lleve a las diferentes comunidades a establecer un status de legalización permanente en ese país.

8. Que es necesario que los y las parlamentarias de los Partidos del Foro participemos activamente en este combate contra el sistema neoliberal y patriarcal y en la adopción de las disposiciones que hagan avanzar el ALBA en nuestra región.

POR TANTO, ACORDAMOS:

1. Crear la red de Parlamentarios y Parlamentarias del Foro de Sao Paulo, con el objetivo de generar encuentros periódicos para coordinar agendas políticas en relación a los distintos espacios de parlamentarios a niveles regionales y mundiales.

2. Definir una agenda de trabajo de la red para la coordinación de propuestas y acciones en los temas de:

A. Comercio e Integración

B. Migraciones

C. Promoción de la Paz, la Seguridad Hemisférica y mundial, los derechos humanos, la no intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos.

D. Articulación de la lucha parlamentaria en los Parlamentos de Integración y Parlamentos Regionales.

E. Articulación de la lucha parlamentaria con las organizaciones sociales y populares.

F. Mecanismos de coordinación y solidaridad en emergencias políticas, económicas y sociales

G. Realizar una reunión de la Red de Parlamentarias y Parlamentarios del Foro de Sao Paulo para julio del presente año y nombrar en este XIII encuentro un equipo que se encargue de su organización y definición del la sede, fecha exacta y demás aspectos logísticos y operativos del mismo; así como mantener la comunicación para el intercambio de información, vía Internet.

San Salvador, 11 de Enero de 2007.

LOS PARLAMENTOS Y LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN DE LOS PUEBLOS[1]

EL PAPEL DE LOS PARLAMENTOS

Los parlamentos son uno de los poderes más importantes de los Estados. En algunos países del continente el sistema de gobierno es parlamentario y tienen un peso mayor en la conducción de los mismos. En otros el sistema es presidencialista y los parlamentos son el primer órgano del Estado, pero es complementario al poder ejecutivo. El papel de los parlamentos donde es presidencialista el sistema político, depende de los niveles de fortalecimiento institucional, del fortalecimiento de la democracia formal para que pueda jugar un papel autónomo del ejecutivo, donde lo que se desarrolla son relaciones de coordinación y no de supeditación. En los países donde existe autoritarismo y la democracia es débil, los parlamentos están supeditados al poder ejecutivo.

La función de los parlamentos es el de legislar, elaboran, reforman y aprueban las leyes nacionales y ratifican los convenios internacionales, de acuerdo al marco doctrinario que impulsan, en concordancia con el sistema económico social que está en proceso o se ha establecido.

Los parlamentos tienen una vida muy dinámica, porque en la mayor parte de países, es el espacio político plural del Estado, donde confluyen las diferentes corrientes de pensamiento político, o es el espacio donde se reflejan los diferentes sectores de una sociedad.

En la medida que en América Latina y el Caribe se va desarrollando el parlamentarismo y surgen iniciativas de integración, sin importar las corrientes de pensamiento o el enfoque de integración, se han ido organizando parlamentos regionales. En el continente americano existen dos parlamentos continentales: la Conferencia de Parlamentos de América COPA y la Federación Interparlamentaria de América FIPA, esta organizada por la OEA. También se han organizado parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano PARLATINO, el Parlamento Centroamericano PARLACEN, el Parlamento ANDINO y recientemente en el 2006 el Parlamento del Cono Sur. Cada parlamento regional se ha organizado en coyunturas políticas que han dado un giro y contribuido con intereses claros, propósitos y se les ha asignado una función en el contexto regional.

Para el caso del PARLACEN por ejemplo se organizó en 1990, como resultado de los acuerdos de Esquipulas II donde se acordó organizar el Sistema de Integración Centroamericana SICA, como un avance en mecanismos de los procesos de paz para la región, aunque desde el surgimiento su función jurídica es limitada, porque las resoluciones no son vinculantes, solo recomendables. FIPA surge en el año 2001 a iniciativa de la OEA, como un mecanismo para proponer e impulsar iniciativas de los Estados Unidos de Norte América relacionadas con el Área de Libre Comercio ALCA y de Seguridad Hemisférica posteriores al 11 de septiembre 2001, ante la pérdida de la presidencia de COPA por parte de la derecha del continente. El Parlamento del Cono Sur se organiza como una instancia que puede contribuir en el desarrollo y consolidación de la integración de esa región del continente.

En síntesis, los parlamentos nacionales, regionales o continentales tienen una función que cumplir acorde al marco doctrinario y enfoque del sistema político económico que se impulsa, definiendo a quién beneficia y a quién afecta con la legislación que se va aprobando, son un instrumento del sistema

económico social.

LAS RELACIONES DIPLOMÁTICAS PARLAMENTARIAS

Las Naciones Unidas desde el año 2001 ha organizado dos Asambleas Mundiales de Presidentes de Parlamentos, como una manera de apoyar las relaciones diplomáticas parlamentarias y que exista un contrapeso mayor en la conducción de los Estados y de mayor incidencia en las diferentes regiones del mundo.

Entre las mismas regiones, además de la organización de parlamentos, se han creado mecanismos de coordinación entre presidentes de parlamentos, como es el caso del Foro de Presidentes de poderes legislativos de Centro América y República Dominicana. En estas instancias se elaboran agenda de prioridades a impulsar en los parlamentos nacionales y en la región en su conjunto. También se han establecido relaciones de coordinación entre algunas comisiones parlamentarias, entre ellas las de Relaciones Exteriores de los parlamentos, que definen temas de agenda en legislación regional e internacional y tiene incidencia en las agendas parlamentarias nacionales.

El desarrollo de las relaciones diplomáticas es de gran importancia en los procesos de integración regional, el asunto es que tipo de integración promueven en la firma de convenios bilaterales o regionales, si son convenios que favorecen a los pueblos o les afectan. A quienes benefician la firma de estos convenios?

Los partidos del FSP deben tener claro a quienes afectan cuando promueven y aprueban legislación regional o internacional deben tener claro a quienes están beneficiando. Contribuyen en la construcción del modelo alternativo? O refuerzan las políticas y estrategias imperialistas?

LA MISIÓN DE LOS PARLAMENTARIOS DE IZQUIERDA DEL FSP

La misión de los partidos políticos del Foro de Sao Paulo en los espacios conquistados en los parlamentos, ya sea nacionales, regionales, continentales o mundiales, deben de ser:

1. Impedir la promoción y aprobación de leyes que fomenten las relaciones imperialistas y de las empresas transnacionales, que afectan la soberanía de los pueblos, que impiden el derecho a la autodeterminación de los pueblos y que debilitan y obstaculizan la paz en el mundo.
2. Deben promover iniciativas de ley que fortalezcan la soberanía de los pueblos y el derecho a la autodeterminación, que contribuyan a rescatar los recursos naturales de cada nación, que promueva y fortalezcan la democracia formal y la democracia participativa de manera complementaria, que promueva el respeto irrestricto de los derechos humanos para niños, niñas, jóvenes, mujeres, hombres, adultos mayores, para todos los sectores de la sociedad, sin exclusión.
3. Deben promover la firma de convenios bilaterales o regionales, que fortalezcan los procesos de integración desde los intereses y necesidades de los pueblos, teniendo como centro a la persona humana y todo lo demás en función de su desarrollo, la cooperación y solidaridad.

LAS PRIORIDADES PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Entre las prioridades para los parlamentarios y parlamentarias de izquierda del Continente Americano se encuentran el promover la aprobación de la Carta Social de los Pueblos que se encuentra en la OEA. Por la dimensión del fenómeno migratorio, la redacción y aprobación de Convenios relacionados con dicho tema. En este encuentro internacional, uno de los resultados que se espera tener es una agenda de esta naturaleza y el consenso en la forma y medios para conseguirlo.

MECANISMOS DE COORDINACIÓN:

Es necesario que se fortalezcan las redes de parlamentarios de izquierda, para darle seguimiento al contexto internacional y estar revisando los avances u obstáculos jurídicos relacionados con los procesos de integración y la construcción del modelo alternativo, que puede ser la Alternativa Bolivariana para las Américas ALBA y otras iniciativas, como las del Cono Sur. En la región mesoamericana se necesita trabajar en una propuesta de Esquipulas III, que nos ayude al fortalecimiento de la democracia regional y a la construcción de la paz.

Que se pueda estudiar desde los parlamentarios de izquierda, las propuestas de otros continentes, como la iniciativa de Asociación con la Unión Europea y poder hacer contrapropuestas a estas iniciativa, tener un papel ofensivo y no estar siempre a la defensiva. De igual manera con el Área de Libre Comercio ALCA o los tratados comerciales. Generar iniciativas del Comercio Justo o Comercio Equitativo, lanzar propuestas de Convenios Regionales de Cooperación que promuevan la solidaridad y fortalezcan la democracia.

---

[1] Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007

EL FENÓMENO MIGRATORIO DE EL SALVADOR EN EL SIGLO XXI[1]

INTRODUCCIÓN:

Las migraciones se han producido desde que la humanidad existe, lo que cambia es la causa por la que contingentes significativos de población emigran de un lugar a otro.

El Salvador cuenta con una extensión territorial de 20 mil kilómetros cuadrados, un promedio de 7 millones de habitantes en su interior y 3 millones dispersos en el mundo, en este sentido resulta trascendental reflexionar y analizar por qué a principios del Siglo XXI, prácticamente la tercera parte de la población salvadoreña vive fuera de su patria, cuáles son los factores que en las últimas tres décadas incidieron para esta emigración, los impactos positivos y negativos que ha generado, y por supuesto las oportunidades y fortalezas que tiene el país.

PROCESO HISTÓRICO DE LAS MIGRACIONES

En El Salvador la emigración internacional tradicionalmente se ha dirigido hacia los Estados Unidos de Norte América (USA). Desde inicios del Siglo XX se registraron bloques de población que emigraron hacia ese país en búsqueda de mejores oportunidades de trabajo. Inicialmente no fue de carácter masivo pero a finales de los años setentas, la década de los ochentas y principios de los noventas, la emigración en El Salvador se incrementó aceleradamente, al profundizarse la persecución política, la permanente violación de los Derechos Humanos y posteriormente por el desencadenamiento de la Guerra Civil. En ese proceso fueron implementadas una serie de medidas de carácter militar apoyadas por el Gobierno de los Estados Unidos de turno como la de “tierra arrasada” implementada por el ejército gubernamental, que afectó la seguridad de la vida de muchos salvadoreños y salvadoreñas tanto en la ciudad como en el campo.

Una parte de las familias y en algunos casos núcleos familiares completos salieron a refugiarse a países de Centro América, México y USA. Con la participación de las Naciones Unidas se obtuvo el apoyo de los Gobiernos de Canadá, Suecia y Australia, que fueron países donde se daba refugio por razones de persecución política. A enero de 1992, cuando se firmaron los Acuerdos de Paz, más del 10% de la población vivía fuera de El Salvador.

Con la finalización de la guerra y la eliminación de la dictadura militar, que domino por 60 anos, en el país, la expectativa era que el flujo migratorio disminuyera significativamente, porque había esperanza que iniciaría un nuevo proceso con democracia que sentaría las bases para un nuevo modelo mas incluyente y participativo de la sociedad salvadoreña en general.

Los Acuerdos de Paz se pusieron en marcha, los objetivos eran: concluir el conflicto armado y la militarización de la sociedad, el respeto irrestricto de los Derechos Humanos, el fortalecimiento de la democracia y la reunificación de las familias y sociedad. Paralelo a los diferentes programas y acciones de los Acuerdos de Paz, se desarrolló aceleradamente la aplicación del modelo neoliberal, en todos sus componentes: privatizaciones, ajuste estructural, reducción del Estado, los tratados de libre comercio e inversiones.

Transcurrió el tiempo y los Acuerdos de Paz fueron quedando relegados por el Gobierno y por otras instituciones del Estado responsables de aplicarlos, la sociedad en general no profundizó la exigencia para su cumplimiento y las Naciones Unidas en el año 2002 retiró la Comisión de Verificación. Por el contrario, en los últimos siete años la mayor parte de acciones del gobierno dominado por el partido ARENA y la doctrina de la legislación nacional ha estado orientada a beneficiar la aplicación del modelo neoliberal, que en su espíritu y letra es contrario a los Acuerdos de Paz.

Entre los efectos se encuentran: la destrucción del tejido productivo agropecuario que contribuía a la cobertura del

80% del consumo nacional, causando un amplio desempleo rural, debilitamiento de la producción artesanal e industrial nacional, reducción de más de 45 mil empleos del Estado, el impulso de los capitales golondrinas que invierten en maquilas donde explotan mano de obra barata en su mayoría mujeres, con sueldos miserables, y no tiene exigencias de calidad educativa ni tecnológica. Se ha fortalecido el sector financiero y comercial vinculado a las políticas neoliberales, ambos sectores no son generadores de empleo masivo. El trabajo formal tiene una cobertura de más del 20% de la población económicamente activa, quedando cerca del 80% de la PEA en el sector informal, subempleo y desempleo.

En investigaciones realizadas por distintos analistas hasta el año 2005, la población que emigró expresaba que era por falta de empleo, en búsqueda de trabajo con un salario permanente y digno, que el país le negaba. La mayor parte de población que emigró, fue hacia los Estados Unidos y de manera indocumentada, enfrentando en el trayecto una serie de dificultades, pasando hambre, sufriendo vejaciones, abandonados muchas veces en el trayecto, mujeres y niñas violadas o prostituidas sin poder llegar a su destino, muchos mutilados al caer de los trenes y otros también encontraron tristemente la muerte.

Es importante hacer mención que después del 11 de septiembre del 2001, El Salvador ha sido uno de los países que han aplicado de manera ortodoxa las medidas impulsadas por la Política de Seguridad Hemisférica de USA, así como uno de los que más tratados de libre comercio (6) y convenios bilaterales de protección de inversiones (más de 30) ha firmado en la región centroamericana. En investigaciones realizadas a finales del año 2006, personas entrevistadas expresaban que se iban del país por razones de seguridad, porque habían sido objeto de extorsión del crimen organizado, el cual ha tenido un fuerte incremento y desarrollo en los últimos siete años.

En mayo 2006, de acuerdo a información del Ministerio de Relaciones Exteriores, habían emigrado de El Salvador 3 millones de personas, que significan aproximadamente el 33% de la población. O sea que desde 1992 hasta a mediados del 2006 el incremento de la emigración fue del 23%, más que la emigración causada por la dictadura militar y por la guerra civil.

DIFERENTES ARISTAS DEL FENÓMENO MIGRATORIO

El fenómeno migratorio de la población salvadoreña en los últimos 16 años esta vinculado a las políticas económicas, sociales, de aplicación de justicia y del proceso de democratización del país. Asimismo, a las políticas de los gobiernos que son “corredor” de la “Ruta del Migrante”, como es el caso de México y de igual manera los Estados Unidos.

Debido a que la mayor parte de población que ha emigrado ha sido sin autorización de visas y de manera indocumentada, actualmente hay un flujo migratorio permanente hacia los Estados Unidos de Norte América, de sur a norte, pero también de norte a sur, por medio de las deportaciones desde la frontera sur de México, que se ha incrementado aun mas debido a la política de persecución hacia los trabajadores y trabajadoras indocumentadas impulsada por el gobierno de los Estados Unidos.

De igual manera sufren acoso los trabajadores que tienen en algunos casos permiso para trabajar o residencia y que han cometido alguna falta leve o grave. De acuerdo a informaciones de la prensa, más del 70 % de los deportados y deportadas es por estar indocumentados, lo cual en las leyes de los Estados Unidos es un delito grave y hay un acuerdo con el gobierno de El Salvador para las deportaciones. Sólo en el año 2006 fueron más de 3 mil los salvadoreños y salvadoreñas deportados. Un 30% han cometido faltas y delitos graves, muchos de ellos son parte de las “pandillas o maras”, que forman parte del crimen organizado. Algunos van a los centros penitenciarios en El Salvador y otros quedan libres.

En relación a las políticas y legislación mexicana, el año 2006 en el marco del Tratado de Libre Comercio del Norte, TLCAN, firmaron un documento anexo a este tratado, que es el ASPAN, que son acuerdos donde han incluido medidas relacionadas con la política de seguridad hemisférica, incluyendo el aspecto migratorio, donde México se

compromete a incrementar las medidas para contener el flujo migratorio de Centro América y de otros países que buscan esta ruta para llegar a los Estados Unidos de Norte América.

Una política económica del gobierno, que no está escrita pero que se promueve es, que en la medida que más salvadoreños y salvadoreñas llegan a los Estados Unidos, más dólares envían hacia El Salvador, convirtiéndose en una balsa para la dolarización de la economía y para el encubrimiento del lavado de dólares, así como el mecanismo de fomento del consumo en las cadenas comerciales, de los productos que el país importa en el marco de los TLC´s. La dinámica es, llegan los dólares, las familias los reciben y los gastan en un 90% en el consumo.

Después de 15 años de los Acuerdos de Paz ahora se importa el 80% de lo que consume el país. Hace 15 años sólo se importaba el 20%, el 80% se producía en El Salvador. En el año 2006 las “remesas familiares” sobrepasaron los 3 mil millones de dólares, que significan el 18% del PIB. En algunos estudios, incluso en declaraciones de la Embajada de los Estados Unidos en El Salvador, las “remesas familiares” sirven al crimen organizado de cobertura para lavar los dólares producto del narcotráfico, donde está involucrado el sector financiero y delincuentes de cuello blanco.

Sobre las características de la población que ha emigrado, hace 40 a 50 años, la mayor parte de ellos, eran mujeres que se desempeñaban en oficios domésticos, labores agrícolas o en pequeños negocios de servicios. Luego en los últimos 30 años del siglo pasado, emigraban en su mayoría campesinos, estudiantes y obreros, que eran perseguidos por el ejército salvadoreño o que se sentían en riesgo porque eran paramilitares u “orejas” del gobierno. En los últimos 15 años han emigrado profesionales, de acuerdo a estudios sobre “fuga de cerebros”, El Salvador se lleva el primer lugar de profesionales que han abandonado el país por falta de empleo y en los últimos 7 años han emigrado jóvenes recién graduados que no encuentran su primer empleo en El Salvador.

Sobre la población que reside fuera del país, un porcentaje alto se ha insertado en la sociedad de los diferentes países, entre ellos en los Estados Unidos de Norte América, Canadá, Australia, Suecia, Italia, Belice, Costa Rica, México, etc. Las primeras generaciones tienen calidad de ciudadanos y residentes, algunos han incursionado en los negocios y son exitosos, otros en el área académica y científica y se han destacado, otros en el campo político. Hay una contribución importante al desarrollo cultural, económico, social y político en cada uno de los países, principalmente en los Estados Unidos de Norte América. Parte de los que emigraron hasta el 11 de febrero 2001, cuando fueron los terremotos en El Salvador, tienen permiso temporal para trabajar (TPS), son aproximadamente 250 mil. Los salvadoreños que emigraron en los años ochenta y noventa, muchos de ellos todavía se encuentran indocumentados, no se sabe con certeza la cantidad.

Un problema serio en la población que vive fuera es la pérdida de la identidad cultural con El Salvador, este fenómeno social y antropológico, influye en la salud mental de las primeras generaciones y repercute en la segunda generación que han nacido en esos países, hasta la tercera generación. Muchas familias no han socializado con sus hijos e hijas la historia de El Salvador, la razón de la emigración y las segundas y tercera generación incluso ya no hablan español. Esta situación es grave, porque una gran mayoría tiene familia todavía en El Salvador y un porcentaje alto de la primera generación que emigró vive proyectando regresar al país a vivir su jubilación.

El factor migratorio ha incidido en el tipo de familias que actualmente tienen El Salvador, debido a que una parte está fuera y otra dentro, un efecto de este aspecto es que de cada 100 familias, de acuerdo a datos oficiales el 40% aproximadamente son uniparentales, donde la jefa y proveedora son las mujeres. En algunos estudios realizados en sectores populares, en “colonias marginales”, se incrementa el porcentaje al 65%. Este fenómeno de familias desintegradas o donde solo predomina uno de los progenitores ha propiciado efectos negativos en la estabilidad emocional, salud mental y debilitamiento a la familia y se considera uno de los factores que inciden en la falta de educación integral y cuidado de los hijos e hijas, que son en algunos casos presas del crimen organizado, de las pandillas y de la delincuencia social.

DOS CARAS DE LA MISMA MONEDA

El modelo neoliberal implementado en el Salvador, dirigido por los distintos gobiernos del Partido ARENA le conviene que entre más personas emigran, más remesas recibe el Salvador, contribuyen a la dolarización y es la política pública más efectiva contra la pobreza, a falta de políticas públicas efectivas del Estado, más de 400 mil familias viven de recibir remesas mes a mes, alimenta al sistema financiero, de transporte aéreo, principalmente de TACA y el comercio de importaciones se ha incrementado, estos son los sectores más beneficiados, los que han acumulado más riqueza producto de la emigración.

Uno de los aspectos favorables es el proceso de culturización de la población salvadoreña, al conocer otras sociedades que tienen más avanzado el desarrollo político, económico, social, cultural, ambiental y esas buenas prácticas tienen ahora posibilidades de incidencia dentro de El Salvador, si se organizan como sector de población y reivindican sus derechos ciudadanos y políticos como salvadoreños.

No se puede ignorar y desconocer la alta dependencia que tiene El Salvador en relación a los compatriotas en el exterior, principalmente los que viven en Estados Unidos de Norte América. La dependencia es económica, social, política y cultural, que puede incidir positiva o negativamente, de acuerdo a la información a la que tengan acceso y las relaciones que se construyan.

Entre las principales demandas de los salvadoreños en el exterior, que fueron plasmadas en la Declaración final de salvadoreños en el mundo, se encuentran:

- Estabilidad Migratoria.
- La creación de un Centro de Estudios Internacionales para que investiguen la realidad y el pensamiento de los salvadoreños.
- Tener mayores mecanismos de comunicación entre los diferentes órganos del Estado y los compatriotas.
- La necesidad de políticas y programas tendientes a canalizar el esfuerzo de los residentes en el exterior, a fin de que las mismas sirvan para generar valor agregado a la sociedad y no sólo a para elevar el consumo.
- Ser vistos como salvadoreños, no solamente como aportadores de remesas.
- Necesidad de votar para comicios. La creación de un registro electoral para los que viven en el extranjero. Además solicitarán un mejor servicio en la emisión del DUI.

PERSPECTIVAS

No cabe duda que es indispensable legislar e impulsar políticas públicas que incluyan a los salvadoreños en el exterior. Esto es un reto para las diferentes fuerzas políticas del país. El FMLN en su Programa de Gobierno al país, ha propuesto:

- Trabajar por convertir las Relaciones Exteriores en un instrumento para el desarrollo socioeconómico del país y oponerse a aquellas políticas que entregan los intereses nacionales.
- Demandar a la OEA la aprobación de la Carta Social de los Pueblos.
- Promover la suscripción de convenios, tratados y leyes internas que conduzcan al pleno reconocimiento, promoción, respeto y vigencia de los Derechos Humanos.

- Exigir una tutela del Estado Salvadoreño a los derechos de la población salvadoreña migrante, incluyendo la suscripción, ratificación, cumplimiento y verificación de los tratados y convenios dirigidos a ese fin.

- Propiciar la participación de las fuerzas sociales representativas de nuestro pueblo, en instituciones regionales integracionistas. Así también promover la formación y funcionamiento de redes sociales de protección a los derechos de los migrantes en otros países.

- Promover la Integración Centroamericana Independiente y el Latinoamericanismo que imprima continuidad al pensamiento y obra de los libertadores como Bolívar y Morazán.

Según las estimaciones más recientes del Censo de Estados Unidos, la población latina en ese país asciende a cerca de 38.8 millones de personas. Entre ellos más de 12 millones están indocumentados, por lo tanto debe ser uno de los temas a incorporar entre las prioridades del foro. Los 500 millones de habitantes de América Latina y el Caribe, son un símbolo importante en cuanto a las relaciones que se pueden establecer en una lógica diferente.

El Foro de Sao Paulo integrado por partidos políticos de toda América Latina y el Caribe, debe hacer esfuerzos por establecer relaciones con la comunidad latina en los Estados Unidos y Canadá, con diferentes sectores de la sociedad estadounidense y con los centros de poder más importantes que se encuentran en ese país, con el propósito de informar de la realidad, del impacto de las políticas que emanan de ese país para el continente y de nuestras propuestas en beneficio de la paz, de la solución de problemas de nuestros pueblos y de los procesos de integración con soberanía nacional y fortalecer los lazos de cooperación y respeto mutuo.

ANEXOS:

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
CONSULADOS EN NORTE AMERICA		**N°. DE CONNACIONALES APROXIMADAMENTE**
Canadá		**135,500**
Jurisdicción de Toronto (Nunavut, Manitoba y Ontario)		**70,000**
jurisdicción de Montreal (Este Canadiense)		**40,000**
Alberta	10,000	
Colombia Británica	10,000	
Saskatchewan, Yukón y Territorios del Noroeste	500	
Jurisdicción de Vancouver (Oeste canadiense)		**20,500**
Jurisdicción de Ottawa, Ontario, Canadá		**5,000**
Estados Unidos		**2,584,767**
Washington D.C.(31%) , Virginia (40%) y Maryland (29%)		**550,000**
New York (con excepción de Long Island)	90,000	
Pennsylvania	15,000	
Jurisdicción de Manhattan, Nueva York		**105,000**
Connecticut	35,000	
Long Island	225,000	
Jurisdicción de Long Island, Nueva York		**260,000**
Anchorage/KodiaK ALASKA	4,000	
Nampa/Boise IDAHO	5,000	
Portland/Gresham OREGON	25,000	
Reno/Sparks NEVADA	8,000	
San Francisco, San Jose, Oakland, Sta.Cruz, Salinas, Watsonville, Fresno y Mendota, CALIFORNIA	200,000	
Seattle/Yakima WASHINGTON	40,000	
Jurisdicción de San Francisco, California		**282,000**
Jurisdicción de Los Angeles, California		**800,000**
Sur de California (Condados de Orange, Riverside, San Diego e Imperial)		**40,000**
Utah	15,000	
Nevada	25,000	
Colorado	3,500	
Jurisdicción de Las Vegas, Nevada		**43,500**
Coral Gables, Florida		**20,000**

COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Houston, Texas	150,000	
Louisiana (Estado adscrito a Houston)	6,000	
Houston, Texas		**156,000**
Elizabeth, Nueva Jersey (incluye el estado)		**70,000**
Norte de Texas	30,000	
Arkansas	2,600	
Kansas	950	
Oklahoma	150	
Jurisdicción de Dallas, Texas		**33,700**
Jurisdicción de Chicago, Illinois		**80,000**
Boston, Massachusetts		**60,000**
Alabama	8,000	
Carolina del Sur	25,000	
Georgia	25,000	
Tennessee	1,567	
Jurisdicción de Duluth, Georgia		**59,567**
Nogales, Arizona		**25,000**
México		**28,015**
Jurisdicción de México, D.F.		**25,000**
Estado de Jalisco		**1,550**
Nuevo León	500	
Tamaulipas	200	
Coahuila	100	
Chihuahua	200	
Sonora	200	
Jurisdicción de Monterrey, Nuevo León		**1,200**
Tapachula, Chiapas		**265**
CENTROAMÉRICA Y EL CARIBE		**137,449**
Managua, Nicaragua		**3,500**
Chinandega, Nicaragua (incluye Deptos. de León y Chinandega)	2,000	
Guatemala		**70,000**
Atlántida	426	
Santa Bárbara	360	
Cortés	2,644	
Yoro	618	
Colón	0	
Islas de la Bahia	17	
Ocotepeque	132	
Copán	358	
Jurisdicción de San Pedro Sula, Honduras		**4,555**
Francisco Morazan	1,768	
Lempira	92	
La Paz	264	
Gracias a Dios	8	
Comayagua	565	
Intibucá	85	
Olancho	225	

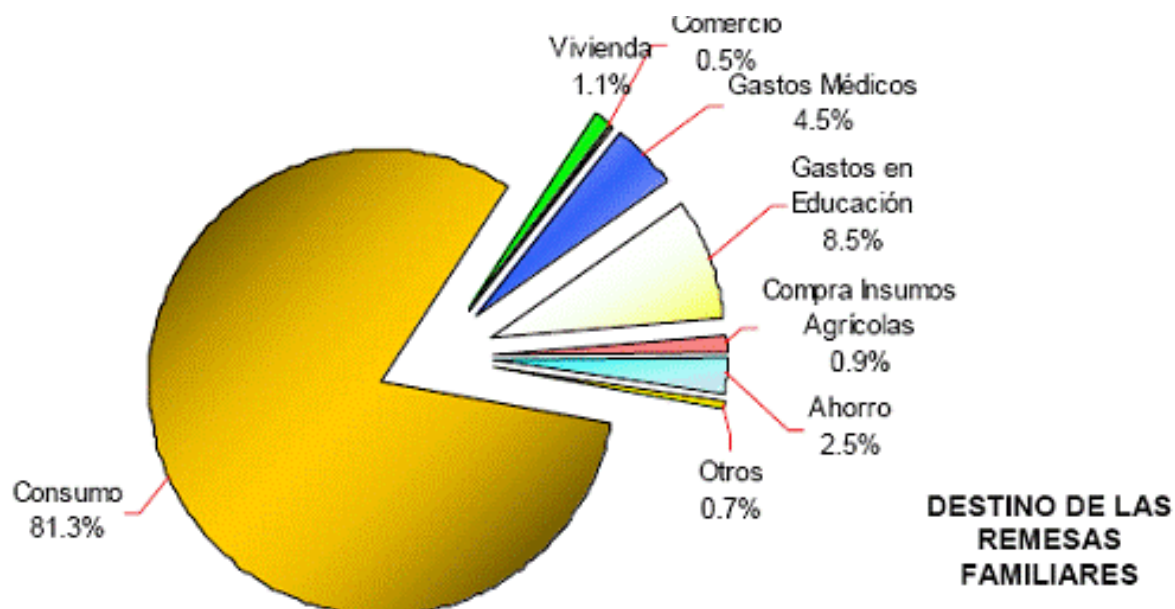
COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

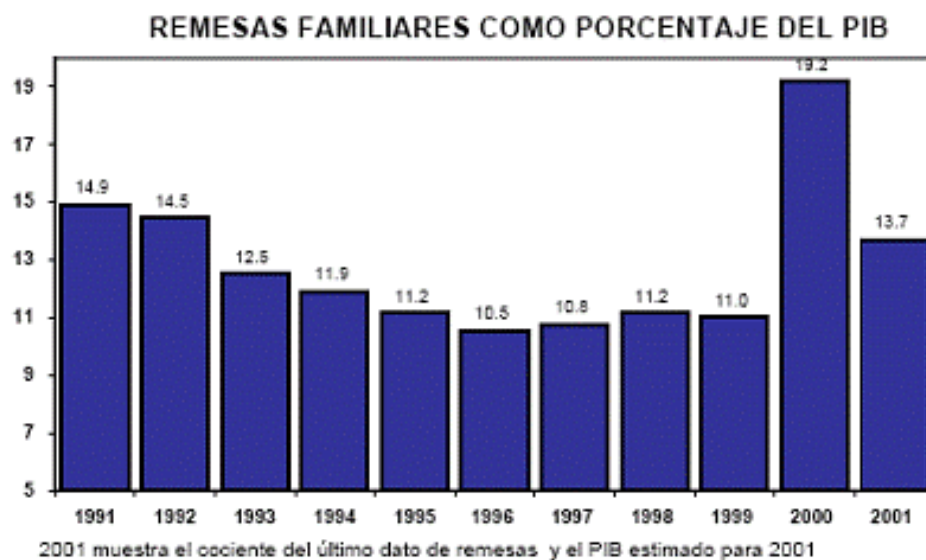
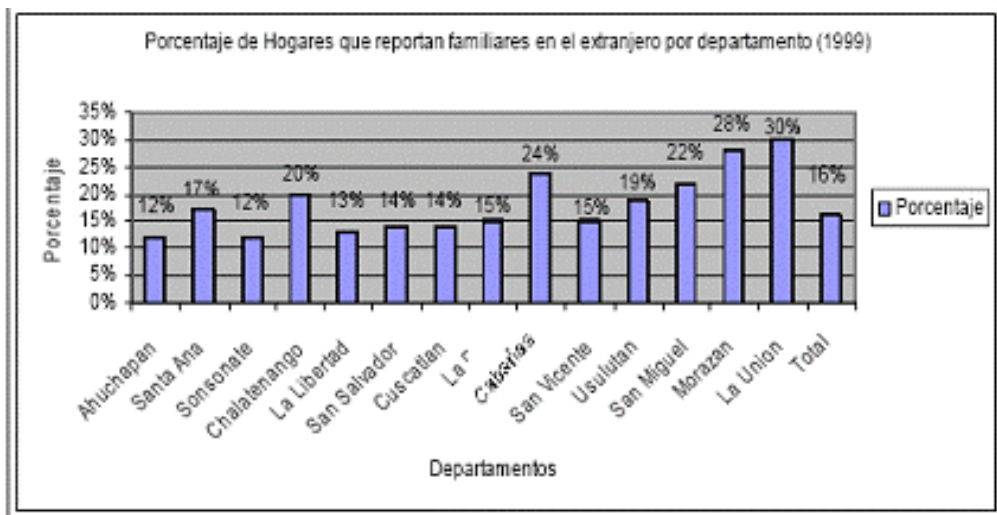
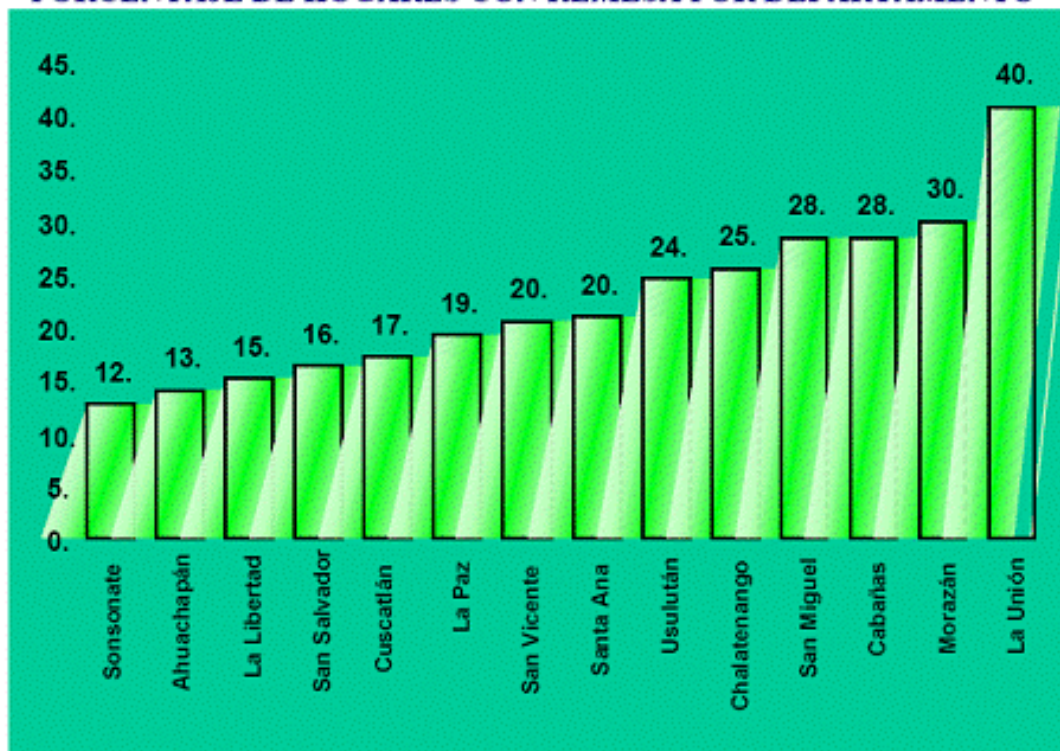
NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Paraíso	57	
Jurisdicción de Tegucigalpa, Honduras		**3,064**
Choluteca	368	
Valle	543	
Jurisdicción de Choluteca, Honduras		**911**
Jurisdicción de San José, Costa Rica		**15,000**
Panamá		**8,000**
Belmopán, Belice		**30,000**
Santo Domingo Rep. Dominicana		**194**
San Juan, Puerto Rico		**225**
SUR AMÉRICA		**2,956**
Buenos Aires, Argentina		**114**
Quito, Ecuador		**259**
Lima, Perú		**77**
Salvador, Bahía		**500**
Amazonas	1	
Ceara	3	
Goias	25	
Maranho	3	
Mato Grosso	1	
Mina Gerais	7	
Paraná	15	
Rio Grande del Sur	16	
Rio de Janeiro	21	
Santa Catarina	5	
Sao Paulo	52	
Jurisdicción de Brasilia, Brasil		**149**
Santiago, Chile		**171**
Uruguay		**41**
Caracas, Venezuela		**1,500**
Colombia		**145**
EUROPA		**42,154**
Berlín, Alemania		**2,000**
Centro y Sur de Italia	3,000	
Grecia	130	
Jurisdicción de Roma, Italia		**3,130**
Ciudad de Milán	10,000	
Lombardia (excluyendo su Capital Milán)	11,000	
Piemonte, Veneto, Friuli Venezia Giulia, Liguria, Emilia Romagna y Toscana	8,000	
Jurisdicción de Milán, Italia		**29,000**
Lyon, Rhône	100	
Alpes y Auvergne	100	
Resto de Francia	600	
Jurisdicción de París, Francia		**800**
Ginebra, Suiza		**500**
Londres, Inglaterra		**804**
Suecia		**2,320**

COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Madrid	1,500	
Barcelona	1,500	
Otras regiones de España	200	
Jurisdicción de Madrid, España		**3,200**
Bélgica	270	
Luxemburgo	1	
Bruselas, Bélgica		**271**
Holanda		**129**
ASIA, AFRICA Y OCEANÍA		**19,285**
Tokio, Japón		**77**
Seúl, Corea del Sur		**9**
Taipei, Taiwán		**25**
Brisbane, Australia		**18,755**
Israel	80	
Autoridad Nacional Palestina	316	
Jordania	19	
Egipto	4	
Jurisdicción de Jerusalem, Israel		**419**
GRAN TOTAL:		**2,950,126**

Fuente: Datos estimados en base a registros de las Representaciones Diplomáticas

(*) Las cifras son datos aproximados del número de salvadoreños en el exterior e incluyen salvadoreños de segunda generación. La fuente de información proviene de las diferentes Misiones Diplomáticas y Consulares de El Salvador en el mundo. Las cifras tienen un propósito referencial y en ningún caso deben interpretarse como cifras consolidadas. Actualizado a Junio del 2005.

Fuente: Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples 2002

2001 muestra el cociente del último dato de remesas y el PIB estimado para 2001

Fuente:
Andrade-Eekhoff, Katharine, **MITOS Y REALIDADES El impacto económico de la migración en los hogares rurales**, 1ª Edición, San Salvador, El Salvador, FLACSO Programa El Salvador, Diciembre 2003, 143 pág.

---

[1] *Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007*

RESOLUCIÓN FINAL

Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura

Nosotras y nosotros, trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura de los pueblos de Venezuela, Guatemala y El Salvador, participantes en el Primer Encuentro Internacional de Trabajadores y Trabajadoras del Arte y la Cultura en el marco del **XIII Encuentro del Foro de S•o Paulo.**
Ante la realidad económica, política y social latinoamericana y caribeña, **caracterizada por**:

1. Relaciones de poder basadas en la dominación de clase y de género.

2. Imposición del modelo de identidad neoliberal y de patrones conductuales fundamentados en la competencia, las desigualdades y el individualismo, que perpetúa el patriarcado y fomenta una estética y cultura de la violencia y el consumismo.

3. Imposición de un pensamiento único, que no cuestiona las desigualdades sociales y de distribución de la riqueza, a través de un fuerte monopolio de los medios de comunicación- una de las armas más poderosas del sistema capitalista- que tergiversan y manipulan la información.

4. Programas económicos basados en la propiedad privada de los bienes colectivos, que alcanza los servicios básicos de salud; educación; seguridad pública y los espacios culturales, transformándolos en sitios elitistas y centralizados, donde se promueven en modelos estéticos ligados al consumo.

5. Desinterés de los estados centroamericanos por el desarrollo artístico cultural de los pueblos, que se refleja en la ausencia de políticas nacionales que valor a nuestra identidad y a la protección social de las y los artistas.

6. Sociedades donde se criminaliza persistentemente la protesta pública y la organización social, a través de la agresión y el terrorismo mediático, dándose un proceso de remilitarización y represión política.

7. Una sumisión histórica, reforzada por la trasculturización y la manipulación ideológica, en detrimento de la identidad de los pueblos originarios, la cultura y la memoria histórica.

Realidad que **impone obstáculos** para el desarrollo artístico y cultural, como:

1. Imposibilidad de acceder a espacios de promoción del arte, a causa de nuestra opción política y barreras económicas impuestas.

2. Violación a los derechos de información, e imposibilidad de los sectores populares para acceder

a los medios de comunicación.

3. Carencia de recursos para desarrollar nuestra labor artística cultural, así como de espacios que hagan visibles los esfuerzos de artistas comprometidos con la realidad de las grandes mayorías populares.

4. Preferencia de la gente por expresiones artísticas de consumo, con mensajes banales y groseros, impuestas a través de los grandes medios de comunicación masiva.

5. Discriminación por género, sexo, etnias, etc.

6. Subestimación del artista nacional, incluso por los mismos sectores políticos de izquierda, convirtiéndoles en adorno o relleno de sus actos políticos.

7. Falta de garantías sociales y laborales de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura.

8. Uso del tráfico de influencias como herramienta para difundir nuestro trabajo o ser excluidos, incluso dentro de la misma izquierda.

9. Marginación de las y los artistas que van surgiendo y aún no son reconocidos.

10. Bloqueo del diálogo entre las distintas generaciones de artistas en todos los ámbitos.

11. Conformismo con la mediocridad y falta de autocrítica, tanto de dirigentes políticos como de las y los artistas, hacia los procesos políticos culturales.

12. Ausencia de una organización sólida y de acciones articuladas de trabajadoras y trabajadores del arte y cultura.

13. Poca o nula visión política del arte, y por lo tanto desestimando su poder como herramienta de transformación social.

14. Pérdida de valores como la conservación y respeto de las diversidades, las identidades, la cooperación, la solidaridad y otros elementos que posibiliten la construcción de una sociedad alternativa.

15. Carencia de espacios de formación y calificación del conocimiento de las trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura, así como de condiciones mínimas que nos permita garantizar la calidad en la difusión de nuestras expresiones artísticas.

Reconociendo el papel que el arte y la cultura han jugado en los procesos de transformación política y social de nuestros pueblos, el cual es indispensable en esta nueva etapa de lucha e integración

latinoamericana y caribeña, **demandamos de los partidos políticos** y organizaciones políticas de izquierda integrantes del Foro de S•o Paulo:

1. Asuman las propuestas planteadas por las y los trabajadores del arte y la cultura en esta resolución.

2. Reconozcan y asuman el carácter revolucionario del arte, generando espacios de encuentro y construcción colectiva a nivel internacional.

3. Erradiquen la visión del arte como mera propaganda política u ornato.

4. Dignifiquen a la trabajadora y el trabajador del arte y la cultura como un militante desde su creación.

5. Profundicen en el conocimiento de la cultura de las masas que permita identificar estrategias para vencer la barrera mediática y evitar caer en la dinámica de los grandes medios de comunicación.

6. Asuman con seriedad el desarrollo del arte, la cultura y la educación como parte de su agenda cotidiana y permitan su desarrollo autónomo.

7. Respeten la disciplina política, artística, identidad y la dinámica creativa de las y los artistas.

8. Promuevan y propicien los instrumentos y las instituciones necesarias que garanticen, en términos económicos y logísticos el desarrollo del arte y la cultura.

9. Impulsen el rescate de los valores y la identidad cultural de nuestros pueblos, así como su memoria histórica, a través de la educación en escuelas de formación política.

Conscientes de la necesidad de unirnos para realizar esta lucha frente al Imperio, de manera coordinada entre los pueblos latinoamericanos y caribeños, **nos comprometemos a**:

1. Trabajar en la sensibilización de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura, así como de la dirigencia política, militancia de izquierda y movimiento social, sobre la intrínseca función política de la labor artística cultural, para la formación de una visión funcional y transformadora de la sociedad. El arte como herramienta de lucha.

2. Dar carácter permanente al encuentro de trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura para garantizar nuestro compromiso por la transformación estructural de nuestras sociedades.

3. Impulsar la creación de un colectivo regional, que promuevan la conciencia y mantenga viva la esperanza en la construcción de un mundo mejor, más humano y solidario, a través de estrategias y propuestas artísticas que superen el pensamiento de la cultura hegemónica.

4. Rescatar nuestras identidades (jóvenes, mujeres, etnias, etc.) y difundirlas, principalmente a la niñez y juventud, tanto en la zona urbana como rural, a través de expresiones artísticas de calle y otros espacios como radios comunitarias.

5. Contribuir a la promoción de la participación democrática, la difusión de la memoria histórica, la organización social, la reflexión crítica, el respeto y la armonía con el medio ambiente y el goce estético, a través de nuestra labor artística y cultural.

6. Establecer una red internacional para intercambiar experiencias y espacios para canalizar denuncias.

7. Coordinar espacios con los partidos políticos, instancias públicas de izquierda, organizaciones no gubernamentales y movimientos de izquierda e insistir en la necesidad y la función política del arte y la cultura.

8. Buscar con nuestros partidos políticos de izquierda el apoyo legislativo en toda la Región para la creación de leyes a beneficio de las y los artistas.

9. Tomarnos y reivindicar el uso de los espacios públicos que pertenecen al pueblo, para contrarrestar la barrera mediática impuesta por el imperialismo.

10. Hacer valer nuestros derechos y nuestra dignidad como artistas, reclamando y tomando el espacio que como tales nos pertenece; y respetarnos nosotras mismas y nosotros mismos como artistas.

11. Montar verdaderos espectáculos artísticos de izquierda, en condiciones que garanticen la calidad en la comunicación de mensajes alternativos, haciendo frente a los espectáculos de la derecha.

“La Revolución será cultural o no será”
Simón Bolívar
San Salvador, domingo 14 de enero de 2007.

Resumen Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"

La Vía Electoral Como Componente de Victoria de las Fuerzas Revolucionarias-

Uso Efectivo de las Elecciones por parte de las Fuerzas Sociales y Políticas de Izquierda.

En el encuentro internacional que alrededor del tema electoral sostuvimos el pasado 11 de enero, en el Auditórium Schafik Handal, allá en nuestra Escuela de Cuadros, donde escuchamos y debatimos tres ponencias magistrales de Wilfredo Penco, de Uruguay, José Luis Villavicencio de Nicaragua y Eugenio Chicas, todos magistrados electorales, coincidimos en que los sistemas electorales en América Latina fueron diseñados por la derecha para reproducirse y perpetuarse en el poder.

La democracia electoral funciona sí y sólo sí la derecha gana. Y así ocurrió durante todo el siglo 20, exceptuando la victoria de la Unidad Popular en Chile y que concluyó de manera sangrienta con el martirio heroico de nuestro compañero Salvador Allende, y el invicto proceso revolucionario de Venezuela, iniciado con la victoria del Comandante Hugo Chávez en 1998.

A este dominio casi absoluto de la derecha contribuimos en gran medida las fuerzas de izquierda. Para nosotros las elecciones eran poco menos que pecado mortal. En medio de nuestra pureza ideológica no vacilábamos en calificar despectivamente de electoreros a quienes se dedicaban a presentar batalla a la derecha en el campo electoral.

Las cosas han ido cambiando. La izquierda está comprobando que, pese a la parcialidad de los sistemas electorales, pese a la desventaja en que nos encontramos, es posible, como decía Schafik, derrotar a la derecha con una avalancha de votos, con el apoyo masivo del pueblo.

Esa avalancha sirvió para que Hugo Chávez venciera en 1998 y continúe victorioso en diciembre del 2006; el apoyo popular se expresó en Uruguay, Bolivia, Chile, Ecuador, Nicaragua, y donde no se alcanzó la victoria se ha alcanzado una correlación tan importante que se presagia nuevas victorias en el futuro cercano.

Sin embargo, acompañado del apoyo popular en ascenso, las izquierdas latinoamericanas deben esforzarse en concretar reformas electorales que equilibren la lucha, que limiten la ventaja de la derecha, pero si no se logran, debe hacerse valer nuestra íntima cercanía con la gente, nuestro trabajo territorial y preparar un eficiente aparato de defensa del voto, de defensa de la victoria de la izquierda que es la victoria del pueblo.

Enfatizamos que es imprescindible especializarnos en las luchas electorales, lo cual no quiere decir, ni mucho menos, apartarnos de otras formas de lucha, sino buscar la adecuada combinación de todas las formas de lucha para hacer más efectiva la victoria y la transformación de la sociedad a partir de alcanzar el gobierno.

Participar activamente en las batallas electorales no nos convierte en electoreros, siempre y cuando el objeto de nuestras luchas, las victorias que alcancemos, sirva de instrumento para transformar la realidad injusta en beneficio de las mayorías excluidas históricamente.

No seremos electoreros en la medida en que hagamos un buen gobierno de verdad, un gobierno eficiente, donde coloquemos a las personas más capaces que posibiliten mejorar las condiciones de vida de las mayorías, y en la medida en que nos alejemos de los compadrazgos, y de las cuotas de empleo para personas que sólo por ser simpatizantes nuestros los colocamos aunque sean incompetentes.

El salto de calidad o viraje en las preferencias del electorado nos exige encontrar respuestas para cada realidad, donde el peso y medida de cada elemento depende de nuestro analisis, a las siguientes preguntas:

¿Es posible tener éxito electoral con las reglas y autoridades vigentes?, ¿Qué reformas es posible lograr y cómo?

¿Cuánto de política de alianzas con otras fuerzas necesitamos, para asegurar la multiplicación de los votos suficientes, además de un aporte cualitativo para un resultado exitoso?

Qué tanta unidad y coherencia en la dirección de las fuerzas propias se requiere para el diseño y la implementación exitosa de la estrategia electoral?

Qué tanto de recursos materiales son indispensables y básicos para el desarrollo de la campaña? Tomando en cuenta la realidad y naturaleza de nuestras organizaciones y partidos?

Cuál es la modalidad principal de propaganda que resulte ser suficientemente efectiva, que asegure la cobertura y comprensión de nuestro mensaje, motive al electorado, y esté al alcance de nuestras capacidades y recursos?

Qué tanto aparato organizativo electoral es indispensable para hacer la campaña, movilizar a los votantes y asegurar la defensa del voto?

Etc.

Al final de nuestro encuentro, concluimos:

1. Es un reto para la izquierda la combinación acertada de distintas formas de lucha, para asegurar la victoria electoral.

2. El papel de las alianzas en torno a un programa común es determinante para posibilitar el despliegue de la poderosa avalancha popular que con sus votos supere los fraudes de la derecha.

3. No basta ganar, hay que gobernar bien y saber consolidar lo conquistado.

4. Se puede y se debe triunfar y avanzar electoralmente con reglas favorables o adversas, tanto desde la oposición, como desde el gobierno. Bolivia es un ejemplo.

5. Saber hacer el uso correcto de las encuestas de opinión pública. Desarrollar la capacidad técnico científico para analizar la realidad de cada país y poder adoptar decisiones correctas a la hora de elaborar nuestras estrategias.

6. El papel de los Comités de Base partidarios y del Aparato de Defensa del Voto es determinante al momento de defender la victoria. La vigilancia de las JRV, mesas electorales, es vital para garantizar la victoria. Pero también es importante garantizar la movilización del pueblo cuando la derecha, a pesar de la avalancha popular de votos, pretende fraudulentamente arrebatar nuestras victorias, como pretendieron hacerlo en San Salvador.

7. La lucha electoral organizada es permanente y la victoria se garantiza antes que empiece la campaña formal. Por lo menos dos años antes hay que comenzar a preparar la victoria, y aquí se destaca el papel de la militancia, la propaganda popular, etc.

8. La solidaridad y cooperación electoral entre las fuerzas progresistas y revolucionarias, son fundamentales para derrotar los fraudes que nos imponen las derechas regionales.

En síntesis, es posible avanzar en los procesos revolucionarios, combinando acertadamente diferentes formas de lucha y las reglas electorales. Con este resumen materializamos también las palabras expresadas por Schafik cuando se firmaron los acuerdos de paz que pusieron fin al conflicto armado: los revolucionarios entramos al sistema, para cambiar el sistema, y no para que el sistema nos cambie a nosotros.

Gracias.

América Latina y el Caribe: MOVIMIENTOS SOCIALES, PARTIDOS Y GOBIERNOS DE IZQUIERDA en el nuevo contexto regional y continental

Indice

Introducción

La historia del movimiento social en América Latina y en El Salvador, muestra la lucha de los pueblos por el respeto a sus derechos humanos fundamentales y por la construcción de una nueva sociedad basada en la justicia social, la equidad y la democracia plena.

Esta larga historia de lucha, ha tenido momentos difíciles para la vida de los pueblos. Estas luchas se han presentado en contra del terrorismo de Estado, de la represión, la persecución, el secuestro y muerte de miles de patriotas a manos de gobiernos dictatoriales, autoritarios y anti democráticos. Pero también sus luchas han enfrentado las políticas económicas y sociales excluyentes y marginadoras de la mayoría de la población. Ahora la historia da la razón a la lucha de los pueblos. En distintos países del continente nuevos gobiernos comprometidos con la lucha de los pueblos emergen como el símbolo de una nueva etapa de construcción de la democracia en todos sus ámbitos y del respeto pleno a los derechos fundamentales de sus ciudadanos.

La lucha del pueblo salvadoreño no es la excepción en este largo proceso de la historia del continente. Un pueblo que ha sufrido la apropiación de tierras de las comunidades indígenas y ejidales, para dar paso a una oligarquía cafetalera voraz, el levantamiento indígena ante la opresión y la miseria en el año 1932, que provoco la matanza de miles de indígenas, campesinos y ciudadanos. Las continuas luchas de obreros, campesinos, estudiantes y otros sectores ante las dictaduras, los fraudes electorales, la persecución, la represión y los desaparecimientos. Todo esto culminó con una guerra civil, que después de 12 años dio paso a los Acuerdos de Paz y a un proceso de transición hacia la democracia, que actualmente enfrenta graves debilidades e insuficiencias. Pero las luchas del pueblo salvadoreño continúan por la construcción de una verdadera democracia ciudadana y el respeto a la institucionalidad del Estado.

En el nuevo escenario regional y continental, estamos observando procesos de cambio político importantes, los partidos de izquierda se han convertido en nuevas opciones para gobernar. Especialmente en los países donde se ha impulsado las políticas neoliberales que han provocado un

grave deterioro económico, mayores desigualdades y déficit sociales y ambientales. Pero también hemos estado ante la presencia de movimientos sociales fuertemente organizados y con una gran capacidad de movilización, que han propiciado la caída de gobiernos neoliberales, o han demostrado su fuerza en defensa de gobiernos de izquierda que han intentado ser derrocados por la intervención del gobierno de los Estados Unidos, los militares y los grupos de poder.

Este documento es un aporte del taller realizado por las organizaciones del movimiento popular y social de El Salvador, para el debate de los partidos de izquierda y otros participantes en el XIII Foro de Sao Paulo. Así esperamos contribuir a un debate que compromete tanto a los partidos de izquierda como a los movimientos sociales en las tareas históricas que nuestros pueblos demandan por la construcción de una verdadera democracia y el pleno desarrollo económico y social, así como la construcción de un poder popular para sentar bases del socialismo del siglo XXI, impulsando y fortaleciendo estrategias alternativas como el ALBA y el TCP.

1. Neoliberalismo: deterioro de las condiciones de vida de la población y mayor desigualdad generan motivaciones para la lucha social.

El neoliberalismo ha debilitado los aparatos económicos de nuestros países, reduciendo la capacidad de sus principales motores de crecimiento. Ha arruinado a miles de productores nacionales de distintos sectores, particularmente del sector agropecuario y ha excluido a la mayoría de la población de los supuestos beneficios de este esquema de economía. Muchos trabajadores y trabajadoras se han incorporado al inmenso sector informal, o se ven sometidas a formas de flexibilización laboral que precariza sus condiciones de trabajo. Mientras las actividades especulativas, especialmente financieras, de servicios y del gran comercio de importación y exportación pasaron a predominar en la economía. Esto ha generando un reducido circulo de grandes empresarios que aprovechándose del Estado, y vinculado a las transnacionales, a los bancos extranjeros y los grandes medios de comunicación, se han configurando en grupos de poder que concentran cada vez más las riquezas de nuestros países.

El neoliberalismo ha deteriorado las condiciones de vida de las y los campesinos, de las y los trabajadores asalariados agropecuarios, industriales y de servicios, de empleados privados, estudiantes, maestros y capas medias en general. Todo esto como resultado de las tendencias inflacionarias y de bajos salarios que no están acordes al incremento en el costo de vida. Las y los trabajadores estatales han perdido sus empleos a causa de las privatizaciones de las empresas públicas más rentables. Pero este esquema de economía también ha golpeado a artesanos, pequeños y medianos y hasta grandes empresarios que tomaron consciencia de la realidad y a una amplia gama de nuevos sujetos sociales que ahora se movilizan, bajo distintas formas de lucha y confrontan cotidianamente las medidas de política económica y social neoliberales y demandan el cambio de rumbo de las mismas.

El desastre económico al que ha conducido la apertura comercial, las privatizaciones y la desregulación por el neoliberalismo, ha traído consigo el desempleo masivo y la emigración a los centros urbanos y el exterior de millones de personas por falta de oportunidades de trabajo y condiciones de vida dignas. La pobreza y la exclusión social son muy graves en nuestros países, asimismo la desigualdad económica y social se ha acentuado.

La destrucción y deterioro de los recursos naturales y del medio ambiente, se han acelerado por el modelo neoliberal y alcanzan niveles que ponen en peligro la subsistencia de futuras generaciones, provocando el calentamiento general de la tierra, grandes sequías e inundaciones y generando una gobernabilidad precaria por el deterioro de recursos vitales como el agua.

Con el esquema neoliberal, se ha expandido una ola de violencia en general y delincuencial en particular, la corrupción estatal y privada, el narcotráfico, el lavado de dinero y el crimen organizado, son parte inherente del neoliberalismo. Esto ha arrastrado a los países a una situación de inseguridad ciudadana que ha desbordado la institucionalidad estatal. El creciente endeudamiento del Estado, provocado por agudas crisis fiscales que a su vez son fomentadas por la evasión y elusión fiscal de grandes contribuyentes, ha llevado en el caso de El Salvador al asalto de los ahorros de los trabajadores en las Asociaciones de Fondos de Pensiones. Pero también se presentan grandes limitaciones para cubrir las tareas básicas de seguridad pública, así como para satisfacer el derecho de los pueblos a una eficiente y eficaz atención en educación y salud. El carácter importador y dependiente, impuesto por el neoliberalismo a nuestras economías se refleja en el déficit comercial que aumenta todos los años o en la imposición del dólar como moneda nacional. El colapso de las finanzas públicas y de la economía en general es detenido por el endeudamiento estatal, el lavado de dólares y por el envío de remesas de los pobres que han emigrado al exterior .

En resumen, el neoliberalismo ha acentuado la división social en las naciones y aumentando la marginación y la consecuente “polarización social” que es la causa fundamental de la “polarización política”, ha debilitado profundamente los procesos de democratización en marcha y la frágil institucionalidad de los países. Por lo tanto podemos señalar que tres graves problemas son el resultado de la aplicación de las políticas neoliberales: La falta de una verdadera democracia ciudadana, la mayor desigualdad económica y la pobreza y exclusión social.

Así proliferan las motivaciones principalmente económicas y sociales, aunque también políticas, para las acciones populares y sociales de protesta, y se multiplican las actividades diarias de lucha, de diferentes formas y en distintos niveles nacional, local y comunal en defensa de la vida.

Este panorama ha obligado al Imperio y a los gobiernos de derecha, en aquellos países donde todavía no han sido derrotados, a impulsar, por un lado, ajustes superficiales, incorporando a sus discursos conceptos, símbolos y hasta propuestas de izquierda, vacíos de contenido, para confundir a las grandes mayorías y mantener flotando un esquema económico, social y político en crisis y sin salida. Por otro lado, el Gobierno de Estados Unidos y las derechas de algunos países impulsan la aprobación de leyes antiterroristas con la intención de deslegitimar las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo y definirlas como enemigos de la seguridad y de la democracia para justificar la represión. Además existe toda una estrategia del imperio del norte de mantener las estructuras de formación a los ejércitos y cuerpos de seguridad del continente, sobre contrainsurgencia, espionaje y otras prácticas. Para controlar y mediatizar el creciente movimiento social y de los partidos de izquierda a través de las ILEAS.

Los medios de comunicación forman cada vez más monopolios en manos de los grandes grupos de poder económico, estrechamente coordinados con los Gobiernos de derecha para desestabilizar a

Gobiernos de izquierda y difamar, tergiversar o mediatizar las luchas tanto de los movimientos sociales como de partidos políticos de oposición. Los medios se han convertido en el instrumento más poderoso para controlar, alienar, enajenar y canalizar la mente de nuestros pueblos.

Pero la realidad de América Latina y el Caribe esta cambiando, ante el agotamiento del neoliberalismo, hay una creciente organización y movilización social que exige sus derechos y cambios fundamentales en beneficio de toda la población, y un creciente ascenso de gobiernos de izquierda que impulsan estrategias alternativas como el ALBA Y el TCP.

2. Movimientos populares y sociales construyendo PODER POPULAR para las transformaciones revolucionarias

Frente al deterioro de las condiciones de vida, la desigualdad, la pobreza, la exclusión y la falta de una democracia ciudadana, provocadas por el neoliberalismo, han surgido procesos importantes de organización y movilización populares en distintas partes del continente, tales como el del Movimiento de los Sin Tierra en Brasil con mucho poder de organización y de lucha social y política, el fenómeno conocido como el Caracazo en Venezuela, los piqueteros y las madres de Plaza de Mayo en Argentina, la lucha de los movimientos indígenas en Ecuador y Bolivia, la lucha por el agua en Cochabamba y de los Cocaleros y otros sectores en Bolivia, la lucha del movimiento social contra la privatización de la salud en El Salvador, para mencionar solo algunos. Además debemos recordar, la revolución Cubana en 1959, las luchas que llevaron al Gobierno de Unidad Popular en Chile, la insurrección popular sandinista en 1979, la lucha del FMLN en El Salvador, así como el de la resistencia zapatista. Entre muchos otros de la historia de nuestros pueblos.

En El Salvador la lucha popular y social tiene un largo historial y una acumulación histórica, surgiendo desde la rebelión de Anastasio Aquino, saltando al levantamiento de 1932, pasando por la huelga de los brazos caídos en 1944 contra la dictadura de Maximiliano Hernández Martínez, el derrocamiento de Lemus a principios de los años sesenta, la huelga obrera de 1967, la huelga de hambre del magisterio en 1968 para llegar a su máximo ascenso en los años 70 en las luchas políticas sociales contra la represión y el fraude electoral, que luego desembocará en la guerra civil de los años 80 que culmina en los acuerdos de paz en 1992.

Los años de la pos-guerra, están marcados en su inicio por un reflujo del movimiento social organizado, pero resaltan momentos intensos de lucha popular como la lucha campesina en 1996 por la condonación de la deuda agraria y bancaria, desde 1999 por un fuerte movimiento social ante la vulnerabilidad de la población generado por los desastres socio-naturales (terremotos, inundaciones, sequías, etc.), el creciente fortalecimiento del movimiento de mujeres y jóvenes y la lucha por sus reivindicaciones, la huelga y amplia movilización popular en contra de la privatización de la salud en el 2003, entre otras.

En los últimos años se observa una recuperación de la capacidad movilizadora del pueblo en general y de unidad en el movimiento popular y social, también se destaca entre los partidos políticos el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como el único partido de izquierda que (desde su transformación en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso electoral y en los últimos años de crecimiento acelerado así como de

apoyo y trabajo articulado cada vez más decidido con los sectores sociales y populares en la lucha por la construcción de una nueva economía y sociedad en El Salvador.

Las organizaciones populares y sociales continúan trabajando para convertirse en auténticas expresiones y representaciones de amplios sectores de población, es decir con un creciente enraízamiento en la consciencia popular, con capacidad para dar el debate de ideas en el seno del pueblo no organizado y contribuir a desbloquear los mecanismos ideológicos de las clases dominantes, fortaleciendo el ánimo de las grandes mayorías hacia el cambio y la profundización de las transformaciones económicas, sociales y políticas, sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI, construido a partir de las realidades históricas de cada país La profundización en el desarrollo del concepto del socialismo del siglo XXI, en conjunto con las fuerzas políticas comprometidas con la lucha por sentar bases para su construcción, es una tarea actual del movimiento popular y social.

En el momento actual de América Latina la tarea principal de los movimientos populares y sociales consiste en:

A. Fortalecer la organización y la lucha reivindicativa

Esto debemos desarrollarlo a través de la formulación de agendas y plataformas de lucha representativas de las necesidades de los sectores populares y ciudadanos.

Se deberá establecer un contacto directo permanente con la gente de todos los sectores, que realizan distintas actividades económicas, con comunidades y en sus lugares de residencia. Debemos conocer el pensamiento de la población, sobre sus necesidades y demandas, conocer sus aspiraciones y fortalecer la organización y movilización popular y social en correspondencia a las nuevas situaciones históricas.

La organización y la movilización a todos los niveles y en todos los sectores es fundamental. En esta etapa la profundización del trabajo con las bases, la educación, la concientización y la articulación a la lucha por sus reivindicaciones más sentidas, es una tarea que debemos realizar para fortalecer el movimiento popular, social y ciudadano.

Debemos desarrollar formas creativas de acción para lograr la sensibilización de amplios sectores populares, organizados y no organizados, rompiendo los cercos de la desinformación de los grandes medios de comunicación en manos de la derecha, para lograr un giro del ánimo popular hacia la derrota política del neoliberalismo, en contra de la injerencia imperialista, en particular de los Estados Unidos en todas sus expresiones, y hacia la construcción de una nueva sociedad orientada hacia el socialismo del siglo XXI.

El abanico de banderas de lucha incluye la lucha contra las medidas neoliberales en general y en particular aquellas que afectan los recursos naturales y quiebran la soberanía y seguridad alimenticia y la seguridad jurídica de la tierra en mano de los campesinos, contra las acciones gubernamentales orientadas a la represión y eliminación de las organizaciones populares y gremiales, contra las medidas que debilitan las organizaciones sociales y comunales y prohíben su legalización. Debemos

establecer una ofensiva contra el Estado neoliberal, para exigir la reorientación de recursos del presupuesto nacional hacia las necesidades sociales básicas de la población, por lo que las prioridades del gasto público deben estar destinadas al financiamiento de los graves déficit económicos, sociales, ambientales y culturales existentes.

B. Articular las agendas y las plataformas de lucha

Otra importante tarea es la articulación de los diversos sectores y organizaciones sociales, a fin de superar la dispersión de agendas e iniciativas, formando amplias alianzas sociales y populares así como concertaciones con el fin de ir construyendo poder popular y derrotar la derecha neoliberal políticamente, y particularmente en El Salvador en el 2009.

El capitalismo neoliberal al afectar y dañar a amplios sectores sociales, incluyendo algunos sectores empresariales, crea condiciones objetivas para el impulso de estrategias y políticas para la concertación de amplias alianzas sociales, hasta de alcances nacionales. Debe desarrollarse además los mecanismos necesarios para establecer alianzas con las organizaciones de emigrantes particularmente en los Estados Unidos. Ese proceso acumula fuerzas para la consolidación de alianzas sociales en torno a la base social. Permite asegurar el avance de los nuevos proyectos de democracia revolucionaria, tanto antes pero sobre todo después de las victorias políticas sobre el neoliberalismo, de tal forma de profundizar las raíces de un nuevo modelo de sociedad.

C. Compartir con los partidos de izquierda

Se comparte con los partidos de izquierda agendas de lucha comunes, así como la construcción del Programa de Gobierno y el programa de la revolución, cuyas bases permitan la construcción del socialismo del siglo XXI.

Debemos trabajar y contribuir conjuntamente partidos y movimientos en una eficaz formulación de agendas, plataformas, programas de Gobierno, programa de la Revolución y de un objetivo político social compartido, en correspondencia con las banderas de los sectores golpeados por el neoliberalismo. Estos a su vez deben constituirse en los instrumentos para lograr las más amplias alianzas o concertaciones populares y sociales.

D. Construir poder popular

La construcción de poder popular es central para garantizar transformaciones profundas más allá de la derrota política del neoliberalismo en dirección de la construcción de una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI. Consiste en una estrategia alternativa de organización social que partiendo desde la base posibilita luego la articulación con otros sectores y actores sociales y políticos en su lucha por las transformaciones económicas sociales y ambientales a beneficio de los sectores sociales desfavorecidos.

Este proceso de organización y acción hace posible que los sectores de trabajadores, comunidades, campesinos, micro y pequeños productores, vendedores informales, hombres y mujeres de todas las edades, entre otros; incrementen su capacidad de lucha reivindicativa y acción para resolver sus

problemas por sí mismos y fortalezcan estrategias de desarrollo alternativo en distintos campos que incidan en la construcción de este poder popular, en beneficio de las mayorías.

La construcción de poder popular puede expresarse en dimensiones como las siguientes:

· Red económica de empresas populares

· Red de comunicación popular con capacidad de romper el cerco de desinformación de parte de los medios masivos de derecha

· Red de gobiernos municipales alternativos

· Red de organización territorial y sectorial, particularmente de jóvenes y mujeres, estudiantiles, campesinas, de sindicatos públicos y de la empresa privada, del sector informal, de consumidores, de derechohabientes, de indígenas, de migrantes deportados y de emigrantes en los Estados Unidos, orientados a la creación de consciencia social y política, a la reivindicación y propuesta en lo cultural, educativo, salud pública y otros ámbitos sociales, buscando los mecanismos adecuados para su la articulación con municipalidades de izquierda y el poder legislativo.

En resumen, las organizaciones sociales y populares se comprometen a:

- Profundizar en el concepto de Poder Popular así como a desarrollar e impulsar una estrategia para su construcción en función de profundas transformaciones hacia una nueva sociedad sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI.
- Articular un amplio movimiento popular y social de cara a derrotar políticamente al neoliberalismo, sacando a ARENA del Gobierno en el 2009 como paso imprescindible para el impulso de lo anterior.

3. Compromisos compartidos entre Movimiento Social y Partidos Políticos de Izquierda

En los últimos años en América Latina la lucha social de los pueblos ha sido trascendental para la derrota política del neoliberalismo. Sin embargo, ella sola es insuficiente para la realización de las transformaciones sociales y económicas que demandan nuestros pueblos. Es necesario tomar el poder político para realizar las transformaciones. Por ello el Movimiento Social considera necesario profundizar en como elevar la lucha social a un nivel político y vincularla a la lucha electoral.

Los partidos políticos de izquierda deben tener la convicción que la lucha electoral en si misma también es insuficiente y en consecuencia deben comprometerse a invertir en el desarrollo del movimiento popular y social así como acompañar y apoyar sus luchas.

Partidos de izquierdas y revolucionarios son en consecuencia aquellos que hacen suyos la agenda reivindicativa de las organizaciones populares articulándola con la agenda nacional, en función de derrotar políticamente el neoliberalismo y abrir espacios para la construcción de poder popular para

garantizar las transformaciones anti neoliberales, en defensa de la soberanía y hacia una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI, que parta de las condiciones históricas propias de cada país.

A. Luchas sociales y electorales son complementarias.

Durante los últimos años así como el 2006, han sido los años de las victorias electorales de la izquierda y de cambios de las situaciones políticas a favor de las izquierdas favorecido por la creciente decadencia del modelo neoliberal, tendencia que se mantendrá en los próximos años.

La experiencia de la lucha de los últimos años, ha demostrado que la lucha social, la lucha política en general y las luchas electorales en particular se compaginan y no se contraponen. Durante las campañas previas a las elecciones y durante las campañas electorales propiamente tales, se ha evidenciado esta articulación que ha tenido en la mayoría de los casos resultados positivos para derrotar al neoliberalismo y los gobiernos de derecha.

Los años noventa y los de este siglo XXI han estado dominados por luchas sociales, políticas y electorales con programas cada vez más anti neoliberales. Los gobiernos de izquierda, que han logrado vincularse estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están profundizando sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo para nuestros países.

B. Nueva relación a construir entre partidos, Gobiernos de izquierda y movimiento social

En este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI, la relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de lucha, respetando la naturaleza propia y fomentando aspiraciones comunes.

Para ello deben desarrollarse mecanismos para establecer una relación permanente entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda para compartir e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.

Este es un tiempo de oportunidades para los movimientos sociales y ciudadanos, de transito de un período de lucha de resistencia al neoliberalismo, hacia un período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos y la posibilidad de sentar las bases para un sistema de socialismo del Siglo XXI.

Por lo tanto consideramos necesario que las organizaciones que son parte de los movimientos sociales y ciudadanos, los partidos de izquierda y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que:

- Coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros, en preparación para la defensa y profundización de revoluciones y procesos

revolucionarios, y prepararse para la continuación de la lucha contra el neoliberalismo, la defensa de la soberanía e independencia nacional y el impulso de programas de desarrollo alternativos.

· Cumplir con el compromiso de coordinar esfuerzos para la cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo, en sus diferentes manifestaciones, organismos financieros y de comercio internacionales, Tratados de Libre Comercio bilaterales y regionales, políticas económicas anti populares de los gobiernos, entre otros. A su vez debe avanzarse en la construcción del nuevo proyecto de sociedad en correspondencia con los vientos de cambio del nuevo período histórico en desarrollo.

· Derrotar la estrategia de los gobiernos imperialistas y en especial de los Estados Unidos para tratar de restaurar el control político perdido en los últimos años, desde 1998 tras el triunfo electoral del proceso revolucionario Bolivariano en Venezuela a la victoria del 3 de diciembre del 2006, con la reelección de Hugo Chávez como Presidente de la República Bolivariana. El gobierno actual de los Estados Unidos ve con preocupación los cambios en América Latina y el Caribe y buscará mecanismos para desestabilizar estos nuevos gobiernos.

· Desenmascarar los intentos de camuflaje progresistas y enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular la lucha o desviarla en contra de los proyectos alternativos.

· Continuar en su misión de defensa de la revolución cubana, bolivariana y boliviana así como de todo proceso igualmente atacado por el imperio en el futuro y poniendo la fuerza social requerida para el avance del carácter revolucionario de los procesos democráticos de amplia participación en Brasil; Nicaragua, Ecuador, Uruguay, México, El Salvador, así como de los procesos democráticos y patriotas en otros países como Haití, Argentina, y otros países de la región y el continente.

4. Apoyo, promoción y consolidación de Alianzas Sociales Latinoamericanas y Caribeñas.

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos. Por lo que las organizaciones sociales de América deben desarrollar y fortalecer las Alianzas Sociales tanto en América Latina, en el norte (con organizaciones de emigrantes y otras) y en el caribe. Alianzas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades y bajo formas creativas.

La experiencia ha demostrado la capacidad de articular los esfuerzos de trabajo del movimiento social y ciudadano del continente. El Foro Social Mundial, el Foro Mesoamericano, la Plataforma Sindical Común Centroamericana, la existencia de redes sociales contra los tratados de libre comercio y el ALCA como la Alianza Social Continental, por la defensa de las Soberanía e Independencia de naciones y pueblos y por la Solidaridad entre los pueblos, entre otros, son una evidencia y están en marcha.

Han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA

(Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo tanto, elaborar una estrategia para desarrollar y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.

Los partidos y gobiernos de izquierda han aportado y contribuido a este proceso, pero deben continuar fortaleciendo este esfuerzo. Existen experiencias de alianzas y articulaciones entre movimientos campesinos, sindicales, comunitarios, de mujeres, de jóvenes y otros, los cuales se deben desarrollar y fortalecer en esta etapa y momento histórico.

Las organizaciones sociales del continente deberán impulsar la construcción de un movimiento de movimientos populares y sociales unidos de Latinoamérica y el Caribe, partiendo en el caso Centroamericano, desde lo regional incluyendo a México y Panamá, que compartan los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos, que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo, en contra de las injerencias imperialistas y por un nuevo modelo de sociedad, el socialismo del Siglo XXI.

RESOLUCIONES DE LAS MUJERES PARTICIPANTES DEL PRIMER FORO PREPARATORIO EN EL MARCO DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

INTRODUCCION

Los programas de ajuste estructural en nuestro país y en otros, redujeron el gasto público y en particular el gasto para servicios sociales, eliminaron y crearon la idea de que los subsidios de cualquier tipo sobre todo para los y las pobres son malos, privatizaron las empresas públicas, realizaron una apertura comercial y desregulación sobre todo de las relaciones económicas y laborales; orientaron la economía hacia los mercados internacionales en perjuicio de los mercados internos, otorgaron el trato nacional a la inversión extranjera y desregulación de los mercados de trabajo con todo esto deprimieron las condiciones de trabajo y los salarios.

La reducción de lo social así como el incremento de los costos de los servicios básicos privatizados y de la canasta básica afecta de manera desproporcionada la calidad de vida y los ingresos de las mujeres por su responsabilidad reproductiva y muchas veces por que son el único o el principal sostén económico y emocional de sus familias. Las mujeres campesinas e indígenas no tienen acceso a la tierra no sólo por la pobreza en la que viven, sino por la cultura ancestral que las limita al derecho a ser propietarias, ya que todo el peso del trabajo doméstico que significa una pesada carga, por la falta de servicios como energía eléctrica, el agua, salud y la violencia doméstica que enfrentan.

El capitalismo no puede resolver los problemas de la humanidad sino que los multiplica, y no es capaz de reordenar al mundo en beneficio del progreso de los pueblos y menos para las mujeres, sobre quienes el Estado impone el peso, de ser el soporte social de las familias y de la sociedad en su conjunto. Las mujeres somos testigas de que el capitalismo no ha humanizado a los hombres, ni a las mujeres sino todo lo contrario; nos esta llevando al exterminio, producto de la guerra y al feminicid io, entre otras atrocidades. Las prácticas feminicidas generalizadas en Mesoamérica provocan la muerte impune de miles de mujeres.

La libertad que proclama el capitalismo es un espejismo: ¿tienen libertad las mujeres pobres de estudiar, de vivir en su país, de mandar a sus hijas e hijos a estudiar?; la libertad y la democracia, sólo se puede asegurar mediante el desarrollo con justicia social y equidad de género. Esa nueva sociedad por la que luchamos debe privilegiar el trabajo por el bienestar de las personas, de las familias y de la sociedad en su conjunto y en esto las mujeres tenemos mucho que aportar.

La lucha por la ruptura del capitalismo salvaje es posible y necesaria y la ruptura debe ser por supuesto

con el capitalismo salvaje, pero también y con la misma fuerza con el patriarcado y sólo así nos podemos orientar hacia la construcción de una nueva sociedad con justicia social y equidad de género.

Esta propuesta de cambios implica en principio que los sujetos políticos incluidos los hombres y las mujeres seamos también sujetos y sujetas del cambio que proponemos; esto significa romper con la cultura y las prácticas opresivas y discriminativas. En este sentido es urgente el cambio de las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales entre hombres y mujeres; ya que los hombres y las mujeres en nuestras relaciones sociales reproducimos las desigualdades.

El sujeto y la sujeta llamadas a hacer las rupturas son producto de las relaciones sociales en su sentido más amplio y por lo mismo estamos poseídas y poseídos por la cultura dominante y dominada machista y esto sólo se puede transformar si somos concientes de la necesidad de cambiar, por ello no se nos debe olvidar, que vivimos en una sociedad capitalista y patriarcal y que esta cultura afecta a toda la sociedad de manera diferenciada, solo a partir de visibilizar el patriarcalismo y de estar conscientes de como lo reproducimos, es posible combatirlo y erradicarlo tomando las medidas pertinentes en los diferentes momentos del desarrollo social.

El modelo alternativo al neoliberalismo, debe estar comprometido entre otros, con los principios de justicia social y la **equidad entre hombres y mujeres,** esto debe ser visibilizado para destacar que el neoliberalismo afecta de manera diferenciada a los hombres y a las mujeres.

El modelo alternativo latinoamericano y caribeño, debe ser radical en la deslegitimación de la violencia en contra de las mujeres, de todo ser humano y del ecosistema.

Debe acabar con la polarización pobreza-riqueza y con la feminización de la pobreza que es una realidad en nuestros países.

Debe asegurar la prestación de los servicios básicos de la población y la infraestructura económica y social. También debe asegurar el respeto irrestricto de los derechos humanos de todas las personas especialmente de las mujeres, las niñas, los niños y las y los indígenas, las personas con capacidades especiales y las y los adultos mayores.

Se deberá garantizar el acceso de la población a una educación moderna, cualitativa y no sexista, que contemple la equidad entre los hombres y las mujeres y el respeto de los derechos sexuales y reproductivos.

Es necesaria la formulación de agendas o plataforma s de lucha, bajo la premisa de la diversidad del contingente social que acciona por la ruptura con el capitalismo neoliberal y por la construcción de las bases de una sociedad socialista.

Es importante reconocer la diversidad porque muchas veces no se entiende la relación existente entre las demandas en contra de los bajos salarios por ejemplo, y el acoso sexual en el centro de trabajo, porque esto toca no sólo a la trabajadora con su jefe sino también con sus iguales; porque muchas veces no comprendemos el impacto en la economía, en la salud y en la vida de una mujer lo que puede significar estar sometida a prácticas de acoso sexual y muchas veces tampoco se entiende las luchas

de las mujeres contra la violencia doméstica; generalmente estas luchas son solo de las mujeres y debemos pasar a que sean de todo la sociedad, que sea parte del gran programa de la ruptura.

El respeto y la inclusión política de la diversidad tiene que ver con retomar y participar en las luchas y demandas de los distintos estamentos sociales y asumirlas como propias en el sentido de su legitimidad e importancia política y social; para unir esfuerzos en la "cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo en sus diferentes manifestaciones y el avance del nuevo proyecto de sociedad".

CONSIDERANDO, lo antes expuesto, la Secretaría Nacional de la Mujer del FMLN, organizó el 6 de Enero del año en curso, un Foro Preparatorio en el marco del XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, a desarrollarse del 11 al 16 de Enero del 2007, en El Salvador.

Como producto del Debate generado en las Mesas de Trabajo de este Foro, las mujeres participantes acordamos las siguientes **RESOLUCIONES**:

1. CREACION DE UNA **RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS,** QUE TENGA POR OBJETIVO LA LUCHA SOCIAL Y POLÍTICA CON ENFOQUE DE GENERO PARA PROFUNDIZAR Y FORTALECER LOS PROCESOS REVOLUCIONARIOS, SOCIALISTAS Y DEMOCRATICOS DE LOS PAISES DE LA REGION.

2. ESTA RED DEBE COMPRENDER EN SU ACCIONAR, LAS SIGUIENTES ESTRATEGIAS:

A. EN LO ECONOMICO: INTEGRACION Y FORTALECIMIENTO A LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LA AMERICA, ALBA.

B. EN LA EDUCACION Y FORMACION: FORTALECIMIENTO DEL LIDERAZGO DE LAS MUJERES DESDE LA PERSPECTIVA FEMINISTA MARXISTA.

C. EN DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES: GARANTIZAR EL CUMPLIMIENTO, LIBRE EJERCICIO Y EMPODERAMIENTO EN LAS AREAS DE:

- Salud Sexual y Reproductiva

- Seguridad Integral con enfoque de género

- Vivienda digna

- Educación no sexista

- Trabajo digno

- Recreación y deporte

- Participación Política activa

- Legislación

- Medio ambiente sostenible y sustentable

- El respeto a la Cultura de razas y etnias

3. GARANTIZAR LA PARTICIPACION DE LA RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS EN TODO EL PROCESO DE DISEÑO Y ORGANIZACON EN LOS ENCUENTROS DEL FORO DE SAO PAULO QUE SE VAN A EJECUTAR EN LOS PROXIMOS AÑOS.

CONCLUSION

Esta es una propuesta política que busca visibilizar a las mujeres latinoamericanas y del Caribe en la construcción de un proyecto alternativo de vida en donde prevalezca la igualdad, la equidad y la justicia social.

REAFIRMAMOS que el SOCIALISMO y la DEMOCRACIA son posible, solo cuando las mujeres también forman parte activa en la toma de decisiones.

¡¡Las Mujeres Unidas por la Lucha hacia la Integración Latinoamericana y del Caribe!!

SAN SALVADOR, 11 DE ENERO DE 2007

I Encontro: Declaração Final – São Paulo (Brasil) - 1990

Declaração de São Paulo

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito por sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continente de compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos assim novos espaços para responder aos grandes objetivos que se colocam hoje a nossos povos e a nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas.

No transcurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que se nos apresentam. Analizamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, coberta de um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo ali imposto. Revisamos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta e dos objetivos que o quadro internacional coloca. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação dos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e buscaremos avançar propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que enfrenta a esquerda continental.

Constatamos que todas as organizações da esquerda concebemos que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e sustentar-se na vontade dos povos, ligados com suas raízes históricas. Manifestamos, por isso, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa à que aspiramos e o socialismo não podem ser senão a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rechaçamos, por isso mesmo, toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para incitar a restauração capitalista, anular os ganhos e direitos sociais ou alimentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e o capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica do submetimento aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz nesse sistema e que não encontraram solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que impõe em muitos de nossos países. A saída que nossos povos anseiam não pode ser alheia às profundas transformações impulsionadas pelas massas.

As organizações políticas reunidas em São Paulo encontramos um grande alento para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se enfrentam com as alternativas do imperialismo e o capitalismo neoliberal e a sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão anti-democrática. Esta realidade confirma à esquerda e ao socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas, neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos seus trágicos resultados e a revisão da recente proposta de "integração americana" formulada pelo Presidente Bush para processar as relações de dominação dos EUA com América Latina e Caribe, nos reafirmam na convicção de que a nada positivo chegamos por esse caminho.

A recente proposta do Presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas suavizada para fazê-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis a câmbio de um irrisório fundo ao que os EUA aportariam US$ 100 milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas "políticas de ajuste" que levaram a níveis sem precedentes à deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução na dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o Governo dos Estados Unidos em apenas US$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de US$ 430 bilhões, se incluímos a dívida com o banco comercial e com os organismos multilaterales. Mais ainda, os US$ 100 milhões de "subsídios" prometidos aos países que façam reformas neoliberais não chegam nem ao 0,5% dos US$ 25 bilhões que a América Latina transferiu ao exterior só em 1989 como juros, amortizações e remissão de lucros do capital estrangeiro. O plano Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual competência com o aparato econômico imperialista, submeter-nos completamente a sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas, integrando-nos a uma zona de livre comércio, hegemonizada e organizada pelos interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Externo profundamente restritiva.

Assim, estas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social de nossa região e vão combinadas com a restrição de nossas soberanias nacionais e com o recorte e tutelagem de nossos direitos democráticos. Elas, na realidade, apontam impedir uma integração autônoma de nossa América Latina dirigida a satisfazer suas mais vitais necessidades.

Conhecemos a verdadeira cara do Império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e sustento ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar

norte-americana de Panamá, nos projetos e passos já dados de militarizar zonas andinas da América do Sul com o motivo de lutar contra o "narco-terrorismo".

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a revolução socialista de Cuba, que defende firmemente sua soberania e suas conquistas; com a revolução popular sandinista, que resiste aos intentos de desmontar suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas, que impulsionam a desmilitarização e a solução política à guerra; com o povo panamenho – invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos – e com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do sub-continente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação.

Neste marco, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialistas, nossos compromissos são a conquista do pão, a beleza e a alegria, o afã de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que torne real a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como com as vitórias. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com a causa de nossos povos e nações nos lançamos à marcha, seguros de que o espaço que agora abrimos será preenchido junto à demais agrupações da esquerda latino-americana e caribenha com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

São Paulo, 4 de julho de 1990

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=9&even=I%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%201990

II Encontro – Cidade do México (México) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração do México

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar, na cidade do México, o II Encontro de Movimentos e Partidos Politicos do Foro de São Paulo. Nesta ocasião, o Foro reuniu 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestructuração hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região se complementou com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado por convite do Partido de Ia Revolución Democrática, do México, se dá cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda, realizado ano passado em São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, no sentido de aglutinar a um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o objetivo das transformações que nossas realidades colocam.

O debate realizado neste II Encontro foi franco, aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Umas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, e várias outras levam estes conceitos até identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes maiorias de nossos povos peIa justiça social, a democracia e a liberação nacional.

No curso do II Encontro se analizaram e discutiram os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberales em nossa região. Os participantes intercambiaram opiniões acerca de distintos aspectos que se desprendem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não intervenção.

O II Encontro examinou, deste modo, as estratégias democráticas e populares no plano econômico, no político, no social e no cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Aprovaram-se também diversas resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e peIa democracia, o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, considerou-se tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas depois da derrota eleitoral da FSLN, de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnadas no Governo do padre Aristide, de solidarizar-se com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra, de apoiar a luta da URNG, da Guatemala, e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas, de respaldar a luta pela saída das tropas norte-americanas do Panamá, de assumir a luta anti-colonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe, de rechaçar a intervenção militar que, sob o pretexto da "guerra andina contra o narcotráfico", os EUA praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão.

Da mesma forma, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, seu respaldo à independência de Martinica e Guadalupe, sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador, denominada "um barco pela vida", e seu rechaço a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e à violações dos direitos humanos em nosso continente, em particular, as relacionadas com os desaparecidos, assim como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foram anos de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e das economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país.

Nesta década se produz o desmoronamento dos modelos autoritários do "socialismo real". Na América Latina desapareceram ditaduras militares em muitos países. Nestes e em outros, abriram-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais, de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É no marco deste processo que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, assim como se fortalecem e adquirem maior base social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço destas forças se expresou, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em sues programas, impulsionaram em seu interior significativos processos de renovação política e orgânica – que deberão ser impulsionados – en crescente articulação com as lutas sociais.

Expressão deste processo de renovação é o crescente esforço de unidade, a crítica de concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão que fazem as esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas, coloca a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas na

perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crise política e social de nossa região causada pelo capitalismo dependente. Ditas políticas vão destinadas a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga do serviço da dívida externa. Em razão de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos aumentam a descapitalização de nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Assim, dita política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livre, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação de nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestructuração e a redução do papel do Estado na economia, sem colocar sua necessária transformação em função dos objetivos nacionales, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho com a redução dos ganhos e salários reais, a desproteção das condições trabalhistas e a diminuição dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, não foi questionada sua participação. Hoje em dia, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimento do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica de nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, pelo que se coloca sua redução ou seu afinamento para assim apropiar-se das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Tal situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno dos crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta rentabilidade. Ele leva a acentuar os problemas existentes com a resultante vulnerabilidade de nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeira direto, maiores créditos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para ele, promoveu-se a transformação do aparato jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização de nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeira; a modificação das leis laborais para assegurar uma maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Dito processo compreende, além disso, os recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos campesinos do continente dado o notável peso que eles têm no movimento popular e social.

A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e anti-populares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Neste marco, resaltam as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle da imprensa e os meios de comunicação na

perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizantes da sociedade, e permitir – con relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação no que se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos ao serviço do neoliberalismo, a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos que se apóiam em estados de exceção e de emergência e reduzem, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Desta forma, devemos ressaltar que em diversos países se desenhou estruturas políticas nas que os que são eleitos têm sua capacidade de mandato reduzida, pois se sobrepõem instituições não eleitas às instâncias eletivas, limitando-lhes capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar ditas realidades.

A reestruturação neoliberal implicou num processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução do lucro das maiorias trabalhadoras e na pretensão dos interesses das classes médias, dos trabalhadores e dos campesinos.

Na medida em que a política neoliberal fracassou na solução dos problemas econômicos de nossa região e não foi capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, leva a outorgar novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades ao investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos a nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos.

As políticas neoliberais levam nossas economias a especializar-se de novo em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo da mão-de-obra) para encarar o processo de competência e de inserção na economia mundial. Ao centrar-se o crescimento nestes setores, acentuaram-se indefectivelmente a dependência e o atraso de nossas economias com respeito à dos países desenvolvidos. Em conseqüência, tal projeto não passa de subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestructuração global que comandam os países desenvolvidos e em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana.

Neste projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestructuração hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a "Iniciativa para as Américas", a invasión ao Panamá, para assegurar o controle do Canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as intenções de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para desmantelar os movimentos democráticos e a preparação da "guerra andina" com o pretexto do narcotráfico.

Todas são medidas para reconstruir na região a zona de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a "fortaleza americana", amarrando os países latino-americanos a uma

nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, com novas hipóteses e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos de mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Diante dos enormes desafios que temos pela frente, não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por seu lado, ligados a seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns que hoje vivem nossos países frente ao mundo desenvolvido. A solução de fundo às dificuldades e problemas se encontra hoje na transformação profunda de nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e Caribe, que foi durante séculos incentivo nas lutas libertárias e constitui agora idéia motora para impulsionar nossa cabal emancipação frente ao processo de reestructuração do capitalismo a nível mundial para poder contribuir a forjar uma nova ordem internacional que respeite nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades de nossos povos.

Avançar até essa meta só será possível se for estabelecido em nossos países Estados democráticos e independentes e Governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação de seus povos. Este tipo de respaldo só podem dar, em nossos dias, sociedades justas, democráticas e organizadas.

Em dito processo deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, assim como os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito em uma perspectiva anti-monopolista e de justiça social. Este será um dos conteúdos de nossas propostas democráticas na luta por ser governo e poder.

Sobre essa base se poderá alcançar e consolidar em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política y social; respeito ao voto e à participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários de nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da constatação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões colocaram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são

assim inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa se constituir e desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham neste processo um papel protagônico decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam peIa preservação do meio ambiente, pelos jovens, peIas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem a opressão e discriminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado estamos defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Neste marco, a educação política é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade destes com a sociedade, o que recoloca os termos em que aquela deve conceber-se e se realizar.

Portanto, esta educação política deve contribuir à democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, à de nossos partidos e organizações, trazendo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram no II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nesta busca nos comprometemos a empreender iniciativas políticas em conjunto com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseado na justiça, a eqüidade e a reciprocidade.

Os participantes deste II Encontro concordamos com uma série de eventos que permitam dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana:

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992).

2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências e a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992).

3. Fazer um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a realizar-se em alguma capital européia.

4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a realizar-se nos Estados Unidos.

5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a distintos fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões de nossos eventos.

6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro concorda, deste modo, em formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno dos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações:

Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Izquierda Unida, do Peru, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, de El Salvador, Frente Sandinista de Liberación Nacional, da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla, do Uruguay, Partido de la Revolución Democrática, do México, Movimiento Lavalás, do Haiti, y Movimiento Bolivia Libre.

México, DF, 12-15 de junho de 1991

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=10&even=II%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201991

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de México

Del 12 al 15 de junio de 1991, tuvo lugar, en la ciudad de México, el II Encuentro de los Movimientos y Partidos Politicos del Foro de São Paulo. En esta ocasión el Foro congregó a 68 organizaciones y partidos políticos provenientes de 22 países que examinaron la situación y la perspectiva de América Latina y el Caribe frente a la reestructuración hegemónica internacional.

La ampliación del número de participantes de la región se complementó con la asistencia de 12 organizaciones y partidos políticos de Europa, Canadá y Estados Unidos. Con la organización de este foro, celebrado por invitatición del Partido de la Revolución Democrática de México, se da cumplimiento y continuidad a las resoluciones emanadas del I Encuentro de Organizaciones y Partidos Políticos de Izquierda realizado el año pasado en São Paulo por iniciativa del Partido de los Trabajadores de Brasil, en el sentido de aglutinar a un mayor número de fuerzas políticas interesadas en discutir la actual problemática latinoamericana y en la búsqueda de alternativas viables para enfrentar el reto de las transformaciones que nuestras realidades plantean.

El debate realizado en este II Encuentro ha sido francop abierto, democrático, plural y unitario, con la participación de un amplio abanico de fuerzas. Unas tienen identidades nacionalistas, democráticas y populares, en tanto que varias otras llevan estos conceptos hacia identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas con las transformaciones estructurales requeridas para el cumplimiento de los objetivos de las grandes mayorías de nuestros pueblos por la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

En el curso del II Encuentro se analizaron y discutieron los impactos económicos, políticos, sociales y culturales de la crisis, producto de la imposición de los llamados modelos neoliberales en nuestra región. Los participantes intercambiaron opiniones acerca de distintos aspectos que se desprenden de la transición democrática; la relación de la democracia con la economía y la sociedad, su vinculación con los derechos humanos, con la soberanía y con la no intervención.

El II Encuentro examinó, asimismo, las estratégias democráticas y populares en lo económico, en lo político, en lo social y en lo cultural, así como las experiencias regionales en el ámbito de la integración.

Se aprobaron también diversas resoluciones de solidaridad con las luchas de los pueblos latinoamericanos y caribeños en defensa de la sobernía y por la democracia, el bienestar social y el desarrollo económico.

En ese sentido se consideró tarea primordial de solidaridad la defensa de la soberanía de Cuba y los esfuerzos para frustrar los planes del poder imperialista estadounidense contra la Revolución Cubana. Se destacó la necesidad de defender las conquistas de la Revolución Sandinista amenazadas después de la derrota electoral del FSLN, de apoyar los significativos avances democráticos del pueblo haitiano encarnadas en el gobierno del padre Aristide, de solidarizarse con la lucha del FMLN y demás fuerzas progresistas de El Salvador en la búsqueda de una sólida política negociada que erradique las causas de la guerra, de apoyar la lucha de la URNG de Guatemala y su propuesta de una solución política al conflicto armado sobre bases justas, de respaldar la lucha por la salida de las tropas yanquis de Panamá, de asumir la lucha anticolonial de los puertorriqueños y de los demás pueblos de las colonias del Caribe, de rechazar la intervención militar que bajo el pretexto de la "guerra andina contra el narcotráfico" los EE.UU. practican en Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia y de condenar los fraudes electorales y todas las modalidades de represión.

Asimismo, el II Encuentro expresó su apoyo a la reivindicación de Argentina sobre las Islas Malvinas; su respaldo a la independencia de Martinica y Guadalupe, su adhesión a la campaña de solidaridad contra el cólera en el Ecuador denominada "un barco por la vida" y su rechazo a todas las medidas de impunidad en América Latina frente a los crímenes del militarismo y a las violaciones de los derechos humanos en nuestro continente, en particular, las relacionadas con los desaparecidos, así como, al proceso de cambios y negociación política en Colombia.

La década de los 80, la llamada década perdida para América Latina, fueron años de crisis y reestructuración global de la economía internacional, de las relaciones entre las naciones y de las economías, así como de las relaciones políticas y sociales dentro de cada país.

En esta década se produce el derrumbe de los modelos autoritarios del "socialismo real". En América Latina desaparecieron dictaduras militares en muchos países. En éstos y en otros se abrieron nuevos espacios de participación política, muchas veces en democracias restringidas, permitiendo la gestación, en médio de la crisis, de nuevos movimientos sociales de amplia expresión popular, luchando por reivindicaciones económicas y sociales y por la democracia.

Es en el marco de este proceso que surgen, en algunos países del continente, importantes partidos populares, así como se fortalecen y adquieren mayor arraigo social muchas

organizaciones que desarrollaban sus luchas desde décadas precedentes. El avance de estas fuerzas se expresó, en algunos países de América Latina, en Ia conquista de gobiernos locales, regionales y nacionales.

Globalmente, Ias fuerzas y movimientos populares, reivindicando o no el socialismo en sus programas, impulsaron en su interior significativos procesos de renovación política y orgánica – que deberán ser impulsados – en creciente articulación con Ias luchas sociales.

Expresión de este proceso de renovación es el creciente esfuerzo de unidad, la crítica de concepciones dogmáticas y burocráticas y el combate al sectarismo.

La profunda reflexión que hacen Ias izquierdas y todas Ias fuerzas democráticas latinoamericanas, plantea Ia necesidad de ofrecer a la sociedad alternativas concretas en Ia perspectiva de Ias clases trabajadoras, las fuerzas democráticas y los intereses nacionales, superando así Ia simple crítica del sistema capitalista.

Las políticas recesivas de inspiración neoliberal profundizan Ia crisis política y social de nuestra región causada por el capitalismo dependiente. Dichas políticas van encaminadas a asegurar Ia transferencia de recursos que Ia región realiza para cubrir Ia carga del servicio de Ia deuda externa. En aras de cumplir con el capital financiero internacional, los gobiernos latinoamericanos agudizan Ia descapitalización de nuestras economías y Ios niveles de explotación y miseria de Ias mayorias. Asimismo, dicha política privilegia Ias mecanismos del mercado, aparentemente libre, para enfrentar Ias problemas económicos y Ia regulación y reestructuración de nuestras economías, favoreciendo a Ias grandes empresas transnacionales y nacionales que Ia controlam, en detrimento de Ios intereses nacionales y populares.

La estratégia predominante se caracteriza por Ia reestructuración yl a reducción del papel del Estado en Ia economía, sin plantear su necesaria transformación en función de los objetivos nacionales, democráticos, económicos y sociales de Ias mayorías. Promueve Ia privatización y acentúa Ia centralización del capital y el predominio de Ias fuerzas transnacionales en Ia economía, instaurando una indiscriminada apertura externa y mayores niveles de explotación y opresión de Ia fuerza de trabajo con la reducción de los sueldos y salarios reales, Ia desprotección en Ias condiciones laborales y el recorte de los derechos sindicales.

Mientras Ia participación del Estado fue funcional a Ias necesidades de acumulación del capital, no fue cuestionada su participación. Hoy en día, ante Ia necesidad de ampliar Ia frontera de inversión del capital nacional e internacional, se culpa al Estado de Ia crisis económica de nuestros países, así como de supuestas "prácticas socializantes" en Ia economía, por lo que se plantea su reducción o su adelgazamiento para así apropiarse de Ias empresas estratégicas y prioritarias de alta rentabilidad que el Estado controlaba. Tal

situación de privatización relega los principios de soberanía y el cumplimiento de los objetivos nacionales en torno a crecimientos económicos más equilibrados y sostenidos, ya que pasa a predominar el objetivo exclusivo de la alta rentabilidad. Ello lleva a acentuar los problemas existentes con la resultante vulnerabilidad de nuestras economías a los factores externos (mayor inversión extranjera directa, mayores créditos) para el financiamiento de los desequilibrios generados.

Para ello se ha promovido la transformación del aparato jurídico-institucional que rige las relaciones internacionales, entre las cuales destacan: la eliminación de barreras proteccionistas que permitieron la industrialización de nuestros países; la modificación de las leyes de inversión extranjera; la modificación de las leyes laborales para asegurar una mayor explotación de la fuerza de trabajo, así como la modificación de las leyes agrarias para revertir los procesos de reforma agraria y privatizar el campo. Dicho proceso comprende, además de los recursos institucionales, el uso de la violencia contra los movimientos campesinos del continente dado el notable peso que ellos tienen en el movimiento popular y social.

La imposición del neoliberalismo y sus políticas proimperialistas y antipopulares ha sido posible, en buena medida, debido a los controles verticales y a las democracias restringidas predominantes en muchos de nuestros países. En este marco resaltan los fraudes y mecanismos electorales irregulares, la extensión de prácticas venales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, el control de la prensa y los medios de comunicación en la perspectiva de limitar los alcances de las transformaciones democráticas, manipular los anhelos democratizadores de la sociedad, y permitir – con relativa gobernabilidad – la instrumentación de su nuevo esquema de dominación en el que se combina el neoliberalismo con el autoritarismo político y un sistema de impunidad para el abuso y la corrupción de los gobernantes.

También constituyen instrumentos al servicio del neoliberalismo, la supervivencia de las doctrinas de seguridad nacional, la militarización de las sociedades y el creciente rol de las fuerzas armadas y paramilitares en diversos Estados y gobiernos latinoamericanos que se apoyan en estados de excepción y de emergencia y recortan, cada vez más, los derechos democráticos de la población. Asimismo debemos resaltar que en diversos países se han diseñado estructuras políticas en las que los que son electos tienen su capacidad de mandato recortada, pues se superponen instituciones no elegidas a las instancias electivas, limitandoles capacidad de acción para modificar las políticas neoliberales ya impuestas y transformar dichas realidades.

La reestructuración neoliberal ha implicado un proceso de mayor submisión de los Estados nacionales a los intereses imperialistas de los países desarrollados, lo que se ha traducido en la pérdida de soberanía, en la priorización al pago de la deuda, en la concesión de

grandes beneficios a las transnacionales y, consiguientemente en la eliminación de políticas de bienestar social, en la reducción del ingreso de las mayorías trabajadoras y en la afectación de los intereses de las clases medias, de los obreros y de los campesínos.

En la medida en que la política neoliberal ha fracasado en la solución de los problemas económicos de nuestra región y no ha sido capaz de generar condiciones de crecimiento económico y estabilidad, lleva a otorgar nuevas concesiones al capital transnacional: mayores facilidades a la inversión extranjera directa, mayor apertura económica, acuerdos económicos bilaterales, para estimular el flujo de inversiones a nuestros países y retomar o impulsar condiciones de crecimiento que solamente pasan a favorecer a los sectores hegemónicos.

Las políticas neoliberales llevan a nuestras economías a especializarse de nuevo en torno a las ventajas comparativas (recursos naturales y procesos productivos basados en el uso intensivo de la mano de obra) para encarar el proceso de competência y de inserción en la economía mundial. Al centrarse el crecimiento en estos sectores, se acentuarán indefectiblemente la dependencia y el atraso de nuestras economías respecto a la de los países desarrolldos. En consecuencia, tal proyecto no es sino la subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de reestructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía norteamericana.

En este proyecto se combinan nuevos y viejos métodos de penetración e injerencia, de reestructuración hegemónica de Estados Unidos con el continente: la "Iniciativa para las Américas", la invasión a Panamá para asegurar el control del Canal y del país, el estrangulamiento de Nicaragua por una guerra impuesta, el bloqueo y la amenaza contra Cuba, los intentos de mediatización de los procesos de solución política negociada en Centroamérica para desmantelar los movimientos democráticos y la preparación de la "guerra andina" con el pretexto del narcotráfico.

Todas son medidas para reconstruir en la región la zona de dominación económica y geopolítica de Estados Unidos, la "fortaleza americana", amarrando a los países latinoamericanos a una nueva y mayor subordinación consentida por sus gobiernos.

Es indispensable pensar en nuestra alternativa propia, con nuevos supuestos y criterios, a fin de evitar que las relaciones económicas con los países imperialistas y los mecanismos del mercado profundicen las diferencias existentes y perpetúen el subdesarrollo, la dependencia y la integración subordinada y pasiva con los países desarrollados.

Ante los enormes desafíos que tenemos por delante no podemos pensar que el mejor camino para los países de América Latina y el Caribe sea el de continuar cada uno por su lado, atenidos a sus propios esfuerzos y desatendiendo nuestras raíces comunes y las

condiciones comunes que hoy viven nuestros países frente al mundo desarrollado. La solución de fondo a Ias dificultades y problemas se encuentra hoy en Ia transformación profunda de nuestras sociedades y en Ia integración política y económica de América Latina y del Caribe que ha sido durante siglos incentivo en Ias luchas libertarias y constituye ahora idea motora para impulsar nuestra cabal emancipación frente al proceso de reestructuración del capitalismo a nivel mundial para poder contribuir a forjar un nuevo orden internacional que respete nuestros valores nacionales y satisfaga las necesidades de nuestros pueblos.

Avanzar hacia esa meta solo será posible si se establecen en nuestros países Estados democráticos e independientes y Gobiernos comprometidos con Ia transformación, sustentados en un fuerte apoyo y una decisiva participación de sus pueblos. Este tipo de respaldo sólo pueden darlo, en nuestros días, sociedades justas, democráticas y organizadas.

En dicho proceso deberán tener participación fundamental los sectores afectados por el modelo neoliberal, es decir, los trabajadores de Ia ciudad y del campo, Ia pequeña y mediana burguesía, los empresarios nacionalistas, amplios sectores de mujeres y jóvenes, Ias nacionalidades y etnias oprimidas, al igual que los sectores más desprotegidos de Ia sociedad.

En el campo económico, se trata de que Ia organización democrática de Ia sociedad defina Ias funciones del mercado y Ia participación del Estado en Ia vida económica. Ello deberá hacerse en una perspectiva antimonopólica y de justicia social. Este será uno de los contenidos de nuestras propuestas democráticas en Ia lucha por ser gobierno y poder.

Sobre esa base se podrán alcanzar y consolidar en cada uno de nuestros países, los objetivos y valores comunes: democracia económica, política y social; respeto al voto y a Ia participación política directa y permanente del pueblo; pluralismo; derechos ciudadanos; derechos humanos; derechos sociales; reformas estructurales y reforma agraria; organización democrática e independiente del pueblo; protección de Ia naturaleza; respeto y promoción de Ia identidad cultural y nacional de los pueblos originarios de nuestro continente; solidaridad social y soberanía nacional.

A partir de la constatación de los límites de los procesos democratizadores en América Latina, los debates del foro apuntaron hacia Ia reafirmación de su compromiso con Ia democracia económica, política y social, que consideramos un valor permanente en todos los momentos de lucha.

Las discusiones plantearon Ia necesidad de articular Ias dimensiones económica, cultural y social de la democracia con su dimensión política. Los valores de igualdad y de justicia

social son así inseparables de la libertad.

Para que esta democracia pueda constituirse y desarrollarse, es de fundamental importancia que los trabajadores y los sectores populares tengan en este proceso un rol protagónico decisivo. Una democracia, como proceso abierto de creación de nuevos derechos incorpora necesariamente reivindicaciones y alternativas que son presentadas por el movimiento de mujeres, por los que luchan por la preservación del medio ambiente, por los jóvenes, por las nacionalidades y etnias – minorias o no – que sufren la opresión y discriminación en nuestras sociedades.

Al defender a la democracia para la sociedad y para el Estado estamos a la vez defendiendo a la democracia en el interior de los partidos, de los sindicatos y de todas las organizaciones sociales.

En este marco, la educación política es una necesidad al interior de los partidos, pero particularmente una responsabilidad ineludible de éstos con la sociedad, lo que replantea los términos en que aquella debe concebirse y realizarse.

Por lo tanto, esta educación política debe contribuir a la democratización de nuestras sociedades, y de manera relevante a la de nuestros partidos y organizaciones, aportando elementos para la generación de una nueva cultura política.

Las organizaciones y partidos políticos que participaron en el II Encuentro han coincidido en la necesidad de continuar discutiendo la búsqueda de políticas alternativas a los modelos neoliberales hoy predominantes en nuestra región. En esta búsqueda nos comprometemos a emprender iniciativas políticas conjuntamente con partidos, sindicatos y organizaciones de la sociedad civil de otros países y regiones del mundo a fin de luchar por un nuevo orden económico y político basado en la justicia, la equidad y la reciprocidad.

Los participantes en este II Encuentro, hemos acordado una serie de eventos que permitan darle continuidad al intercambio de opiniones sobre la actual temática latinoamericana:

1.- Un seminario sobre proyectos alternativos de integración latinoamericana, con la participación de especialistas, sindicalistas y dirigentes políticos latinoamericanos (febrero de 1992).

2.- Realizar el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo, para continuar el intercambio de experiencias y la discusión política y las conclusiones generadas en el seminario (junio de 1992).

3.- Efectuar un foro sobre el diálogo Norte-Sur, a realizarse en alguna capital europea.

4.- Celebrar un foro sobre América Latina y el nuevo orden mundial a realízarse en Estados Unidos.

5.- Enviar delegaciones de destacados dirigentes políticos latinoamericanos a distintos foros nacionales, regionales e internacionales a fin de presentar las conclusiones de nuestros eventos.

6.- Estimular, participar y respaldar todos los programas alternativos a Ias conmemoraciones oficiales del V Centenario del denominado Descubrimiento de América.

El II Encuentro acuerda, asimismo, formar un grupo de trabajo encargado de consultar y promover estudios y acciones unitarias alrededor de los acuerdos del Foro, integrado por Ias siguientes organizaciones:

Partido de los Trabajadores del Brasil, Izquierda Unida del Perú, Frente Farabundo Martí para Ia Liberación Nacional de El Salvador, Frente Sandinista Nacional de Nicaragua, Partido Comunista de Cuba, Frente Amplio del Uruguay, Partido de Ia Revolución Democrática de México, Movimiento Lavalás de Haití y Movimiento Bolivia Libre.

México - DF, 12-15 de Junio 1991.

III Encontro - Manágua (Nicarágua) – 1992

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração de Manágua

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar, em Manágua, Nicaráqua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi anfitrião do Encontro em que participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que participaram em qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, fazem um grande total de 182 assistentes ao evento.

I. IMPORTÂNCIA E FUTURO DO FORO DE SÃO PAULO

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo demostrou servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalista, populares e socialistas.

A 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não só compilar cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito de nossos povos à liberdade, soberania, a justiça social e desenvolvimento, mas também queremos, desde a organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, desde o aval de nossa identidade histórica e cultural e desde a ação combativa e criadora, forjar nosso ingresso ao Terceiro Milênio.

Queremos, desde esta perspectiva, saudar, em particular, a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul de fazer frente a um sistema global de opressão que se pretende perpetuar sobre as grandes maiorias do mundo.

O Foro evidencia a disposição de continuar a luta peIa definitiva liberação econômica e política da América Latina e Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta peIa liberação nacional, a justiça social e a democracia em toda sua extensão e componentes que abarca, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da grande maioria dos latino-americanos à pretensão de identificar democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento autônomo com justiça social.

De particular importância é o compromisso, assumido pelos participantes nos Seminários de

Lima e de Manágua, de institucionalizar e coordenar seus trabalhos, provendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

II. OFENSIVA MULTIFACÉTICA DO NORTE CONTRA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Na América Latina e Caribe, tem lugar uma ofensiva multifacética de parte do Norte para redobrar sua dominação, modificando e apronfundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a conseqüente deterioração das condições de vida do povo, reduções de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial.

Jogam um papel chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e as grandes potências imperialistas, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul. Desta maneira, em muitíssimos casos, a política econômica de nossos países é determinada fora de suas fronteiras e sem participação alguma de nossos povos.

Cresce uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar peIas decisões do Norte. Os países que viveram da venda de produtos primários enfrentam um fenômeno de "quarta mundialização" que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio.

É importante ressaltar que estas intenções de realizar uma nova repartição do mundo entre os monopólios das principais potências, desenvolve-se em meio ao aumento dos conflitos interimperialistas e da crise mundial, que os povos oprimidos e explorados do mundo devem aproveitar.

Não obstante, os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave que vivem os povos da América Latina e Caribe, não se pode minimizar, é necessário sublinhar a alta responsabilidade dos elementos internos sobre esta situação. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado se empenham em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de "democracias controladas", para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder em nível local e internacional.

Este modelo promove por sua vez a transformação profunda dos Estados em um sentido anti-democrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social como os organismos de condução econômica, as Forças Armadas repressivas, excluindo e marginalizando as grandes maiorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse marco operam as distintas formas de adequação da Teoria e Prática da Segurança Nacional, como elementos permanentes de autoritarismo que levam às Forças Armadas a assumir um papel repressivo, direto ou latente, em relção aos movimentos populares.

A ofensiva neoliberal se desenvolve também no plano cultural e ideológico, apontando a

desagregação de valores solidários arraigados em nossa sociedade, irnpondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns a outros para sobreviver. Reduz-se, assim, cada vez mais, a participação social e política de nosso povo.

Os programas de ajuste estrutural político e econômico, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, lonpge de assegurar um desenvolvimento social, somente procuram criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e Estados dol Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção levam à marginalização das maiorias populares, camadas médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente pelos monopólios e oligopólios.

Por sua vez, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonizados pelos Estados Unidos e as outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional, na medida de seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio dol Conselho de Segurança da ONU. Tudo isto se faz aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, assim como o debilitamento das instâncias articuladoras dos países do Sul.

Em Manágua, o Foro se aproximou da definição de pautas sobre as alternativas em matéria de política econômica, que possam servir de pontos de referências e de apoio às forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para isto, o Foro contou com o rico aporte dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 15 de julho de 1992, em cumprimento à resolução do II Encontro em México.

Os participantes no Foro consideraram que os Seminários-Oficinas podem continuar cumprindo com seu objetivo de analizar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos desde a esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como as que em nível nacional levem adiante os membros do Foro.

III. ELEMENTOS PARA A DEFESA DOS INTERESSES POPULARES

A busca de alternativas populares e revolucionárias tem que conjugar a capacidade para promover a resistência à política neoliberal, com a criação de espaços de poder popular que afirme as tendências à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação.

Para a América Latina e todas as forças democráticas do mundo há os seguintes elementos destacados no debate sobre a base dos insumos preparados pelos Seminários-Oficinas:

1. O projeto neoliberal proposto para América Latina e Caribe não admite emenda, pois seu mal está na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda sua diversidade, de todas as

esquerdas e as forças progressistas poderá lograr uma mudança de meta mais de acordo com as exigências da justiça e da paz.

2. O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles monopolistas e oligopólicos e, da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional, por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a construção da justiça social, a democracia e a liberação nacional.

3. Hoje em dia se pode afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação até essas metas devem ser abertos, tanto desde a organização autônoma do povo como desde as instâncias estatais, ampliando a influência das grandes maiorias populares. As políticas sociais não podem estar separadas das políticas econômicas, porque as políticas econômicas devem desenhar-se para atender os problemas sociais. É necessário modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional ou lutar pela vigência das mudanças nos países que conseguiram isso, combatendo as políticas, tanto as ortodoxas como as heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas.

4. É necessária um ativo trabalho político dirigido à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base a suas expressões nacionais. Deve-se enfrentar a estratégia neoliberal de debilitar a ação e o peso político do movimento popular.

5. Necessitamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como gerador de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas.

6. Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e recoloque instituições elegíveis e não elegíveis, antidemocráticas e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social.

7. Uma alternativa popular tem que se preparar para assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros, que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Em um novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares têm que assumir papéis de direção e gestão econômicas, que facilitem as transformações requeridas. É essencial para isto a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular desde o nível local ao nacional. Estas formas de participação terão

viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global em direção a uma nova sociedade.

8. A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas, depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual se dirigem os esforços das partes.

A soma de tarefas micro-econômicas, por muito autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa nacional.

9. O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, tanto que está obrigado a jogar um papel central regulador e promotor da eqüidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais.

Deve-se relembrar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com o submetimento ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos desde o exterior, nem reflitam, exclusivamente, interesses minoritários locais.

Os movimentos populares e as forças democráticas devem se fortalecer e modernizar seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos, social e culturalmente estruturados, exige bases econômicas próprias e formas de representação políticas idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia em nosso continente também deve expressar o anúncio do fim do colonialismo na América Latina e Caribe e o respaldo ao direito destes povos a sua auto-determinação e plena independência.

Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e as lutas de outros setores empobrecidos, reclamando com vigor o fim da discriminação, a exploração, a exclusão e a repressão que seguem acrecentando-se.

IV. A INTEGRAÇÃO DOS POVOS

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio constantes dela pretendem fazer permanentes e imutáveis as concessões globais hoje exigidas pelo capital estrangeiro.

Representam um atentado contra a democracia na América Latina e Caribe, pois outorgam

ainda maior poder a empresas transnacionais para tomar decisões que têm muito que ver com que os povos possam ter educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida.

Estas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração de nossas sociedades bloqueando as possibilidades de um desenvolve efetivo.

O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e sublinha a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e Caribe que corresponda a sua visião, necessidades interesses específicos. Este processo deve estar baseado na solidariedade entre os povos: uma integração "de baixo", que favoreça a conformação de redes de intercâmbio de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir dos quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa se desenrolar.

Estamos convencidos que a luta pela integração dos povos constitui um objetivo político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abarcando organizações em nível local, nacional, sub-regional, regional e mundial com o intuito de construir uma nova ordem democrático em toda sua globalidade.

Esta integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, campesinos, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional por cima dos interesses particulares.

Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com estas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las mas sim para conhecer bem suas exigências e assumi-las em sua luta.

Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que assegure o desenvolvimento econômico e social, aprofunde a democracia ao mesmo tempo que ofereça os instrumentos para opções conscientes, de real participação.

Um projeto alternativo de integração deve ir além do marco meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade de nossas economias e a dependência com o capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para lograr um desenvolvimento econômico e social justo.

Os participantes no Foro reafirmamos que todo projeto alternativo ou programa de ação político, deve ter em conta o papel nocivo que joga a política intervencionista dos Estados Unidos. Essa ingerência historicamente teve por objetivo resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopoliticos dessa potência.

O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem fazer crer que, com os acordos feitos sobre a base do Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso. O pagamento da dívida externa segue aprofundando a miséria e impossibilitando as inversões necessárias ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá buscar mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

V. PREOCUPANTE "LEGITIMAÇÃO" DA POLÍTICA INTERVENCIONISTA

Alertamos ao mundo sobre a periculosidade que relevam as mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na lucha contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina ao mesmotempo que fortalece a capacidade repressiva das estruturas de segurança e de espionagem nos países de nossa região.

À política dos canhões tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra nossos povos, agora se soma a legitimação da mesma a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos a qual, junto a uma série de gestões de extradição por pressões diversas, legitima o seqüestro de quem o próprio Governo de Washington considere que cometeu um delito. Unimos nossa voz às outras forças defensoras do direito, para denunciar este novo intento de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionales jurídicos competentes, assim como a imediata repatriação dos seqüestrados.

A política agressiva e de crescente hostilidade do Governo dos Estados Unidos contra o povo e Governo de Cuba, incluindo os novos intentos de ampliar o bloqueio econômico contra esta nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade de seus povos. Frente a isto, afirmamos nosso apoio ao direito do povo e Governo de Cuba de defender sua determinação de levar adiante a construção do socialismo em seu país. Comprometemo-nos com a mobilização dos povos de nossa região e o mundo para contribuir com a defesa desta irmã nação latino-americana, exigindo da parte de todos os governos não ceder às pressões imperiais que pretendem obstaculizar os laços de cooperação com Cuba, que só pode conseguir saldos positivos em termos materiais e morais.

VI. ALTERNATIVAS E EXIGÊNCIAS

Em defesa da soberania dos povos e o direito de auto-determinação e independência e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da nossa América.

Chamamos à construção de uma nova ordem econômica e política internacional, distinta à que hoje se pretende impor sob o hegemonismo norte-americano e das potências capitalistas, que permita:

A democratização dos organismos multinacionais e em especial, as Nações Unidas, revisando

suas atuais normas orgânicas que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, organismo criado para resguardar a paz, foro agora utilizado com ol propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos;

Resolver definitivamente o grave problema da dívida externa, que estrangula os países do Sul e os oprime, condenando-a e logrando um fluxo de recursos financeiros positivos para eles;

Modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos;

Uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo seus mecanismos de tomada de decisões;

Políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, terminem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza;

O reconhecimento da dívida ecológica que têm os países do mundo capitalista desenvolvido com os países do Sul;

A reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial;

A democratização dos mecanismos de informação e comunicação mundial;

O respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção e de solução política das diferenças entre nações;

O impulso à reforma jurídica internacional, de acordo com as metas propostas, no contexto da designação pelas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam que entramos no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;

O impulso a processos de integração dos povos e nações em níveis regionais e Sul-Sul, como instrumentos dos países do Sul para fortalecer sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

1) O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional massiva para impedir que se sigam aprofundando as nefastas conseqüências de mais de trinta anos de bloqueio. Além disso, a restituição do território de Guantánamo a Cuba.

2) A restituição de Jean Bertrand Aristide à Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até que seu legítimo Presidente regresse com os poderes que e correspondam. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações ocorram no

Haiti e sem nenhum tipo ou ameaça de intervenção militar.

3) O reestabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime "de facto". Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação ativa de quem fora eleito, 2 anos atrás, Presidente Constitucional. Demandamos o fim da perseguição e repressão contra organizações políticas, sociais e populares.

4) O fiel e oportuno cumprimento por parte do Governo de El Salvador dos Acordos de Paz firmados com a Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema econômico-social, particularmente o referente à transferência das terras das zonas conflitivas a seus atuais colonos e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Foro para o ajuste econômico e social, pois se tratam de acordos chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares.

5) A agilização do processo negociador na Guatemala, tomando em conta que não haverá paz na América Central sem paz nesse país, e que a proposta da URNG denominada "Por uma paz justa e democrática: Conteúdo da Negociação" constitui uma proposta viável para alcançar uma solução política ao conflito armado.

6) O Foro demanda o fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos internos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagens que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista.Neste sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas concessões representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar, pois a Corte Internacional de Justiça de Haia ordenou aos Estados Unidos pagar à Nicarágua os danos ocasionados peIa guerra.

7) O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas estadunidenses desse país e o respeito pleno aos tratados Torrijos-Carter.

8) O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação.

9) A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina.

10) A total erradicação do colonialismo no Caribe e a eliminação das bases militares extrangeiras nessa região, para tornar real o direito à auto-determinação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e Caribe.

11) A continuidade do processo de negociação, para uma solução política e não militar, ao conflito interno colombiano e a retomada rápida do diálogo entre o Governo e a Coordenadoria Simón Bolivar.

12) O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na imensa maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países, subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, negam-se a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e comprometer-se com a formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos peIa competência em condições de igualdade e peIa possibilidade real da alternância no governo.

Exige, portanto, o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorales, da extensão de práticas penais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade.

Cremos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e dol Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e a afetação dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ecológica, o fortalecimento do poder e autonomia das comunidades, o auto-governo, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte.

Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana frente às grandes potências e blocos. Demandamos aos Chefes de Estado e de Governo, em ocasião da Cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir este objetivo sobre uma base unitária sem qualquer ingerência externa.

Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analizar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente predomínio norte-americano na difusão de notícias.

Próximo ao Quinto Centenário do chamado descobrimento de América e do conseqüente início da resistência indígena, negra e popular, os participantes no Foro convidam aos povos do Mundo a assumir as lutas de nossos povos originários, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas de nossos povos originários, impôs a dominação política, cultural, econômica e social que hoje segue negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às grandes maiorias populares.

VII. DECISÕES

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração do mesmo, suas normativas e faculdades para assegurar o seguimento e execução das resoluçãoes do Foro, assim como de sua representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Recebeu, além disso, um informe sobre os fóruns a que irão se realizar na Europa e América do Norte.

Os participantes deste III Encontro incumbiram o Grupo de Trabalho de promover as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro:

1) Divulgar, particularmente nas outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressadas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas.

2) Enviar uma delegação de destacados dirigentes à celebração do 33o. Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao Governo e povo cubano as decisões do Foro e fazer efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba.

3) Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador.

4) Convocar um Seminário sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares.

5) Designar uma delegação que dê seqüência ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na que estão empenhados Governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e peIa solução política do conflito na Colômbia, cuja data e sede será determinada oportunamente.

6) Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes no Foro de São Paulo, para atuar ante diversos fóruns internacionais.

7) Promover a ação unitária dos parlamentários, dos partidos do Foro de São Paulo, nos parlamentos regionais, o Parlamento Latino-Americano e a União Interparlamentária Mundial.

8) Consultar a convocatória a um Seminário sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como da cultura feminina.

9) Realizar seu IV Encontro em Havana, Cuba.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20(Nicarágua)%20-%201992

PARTICIPANTES DEL IX ENCUENTRO (2000)

País	Partido / Instit.
Argentina	Frente Democracia Avanzada
Argentina	Partido Comunista Argentino
Argentina	Partido Intransigente
Brasil	Partido dos Trabalhadores
Brasil	Partido Socialista Brasileiro
Brasil	Partido Comunista do Brasil
Brasil	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
Brasil	Partido Popular Socialista
Colômbia	Alianza Democrática M19
Colômbia	ELN
Colômbia	FARC-EP
Colômbia	Partido Comunista Colombiano
Colômbia	Presentes por el Socialismo
Cuba	Partido Comunista
Chile	MIR
Chile	Partido Comunista de Chile
Equador	Movimiento Popular Democrático
Equador	Partido Socialista - Frente Amplio
El Salvador	FMLN
Guatemala	URNG
México	Partido de la Revolución Democrática
México	Partido del Trabajo
Nicarágua	FSLN
Porto Rico	Partido Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Nuevo Movimiento Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Frente Socialista
Panamá	Partido Revolucionário Democrático
Peru	Movimiento Revolucionario Tupac Amaru
Peru	Partido Comunista Peruano
República Dominicana	Alianza por la Democracia
República Dominicana	Fuerza de la Revolución
República Dominicana	Movimiento Izquierda Unida
República Dominicana	Partido de los Trabajadores Dominicanos
Uruguai	Frente Amplio
Uruguai	Partido Comunista
Uruguai	Partido Socialista de Uruguay

Uruguai	Movimiento de Participación Popular
Uruguai	Partido Obrero Revolucionario Trotskista-Posadista
Venezuela	Partido Comunista de Venezuela

BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

O Foro de São Paulo se constituiu em 1990 quando o Partido dos Trabalhadores (PT-Brasil) convocou outros partidos da América Latina e Caribe com o objetivo de debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim e as conseqüências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, a proposta principal foi discutir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial.

O primeiro encontro foi na cidade de São Paulo, em julho de 1990, e conseguiu reunir 48 partidos e organizações que representavam diversas experiências e matrizes político-ideológicas de todo o continente latino-americano e Caribe. Foi por isso que, no Encontro seguinte na Cidade do México (1991), consagrou-se o nome "Foro de São Paulo".

No II Encontro surgiu também a idéia de trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente. Os Encontros de Manágua (1992), Havana (1993), Montevidéu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (Brasil - 1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001) e Antigua (Guatemala - 2002) reafirmaram a vontade política de continuar esta trajetória de diálogo entre as diversas tradições de esquerda. Os balanços políticos, ano após ano, mostram a crescente influência dos partidos do Foro de São Paulo na América Latina.

Até agora, a trajetória do Foro de São Paulo mostrou que é possível construir novos caminhos internacionalistas. O objetivo principal - a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social - continua como centro das reuniões. Os esforços nessa direção já geraram uma trama de relações onde o intercâmbio entre pessoas e idéias se mostra cada vez mais rico e proveitoso.

O Foro de São Paulo mantém da mesma forma relações respeitosas com outras iniciativas que aglutinam partidos políticos latino-americanos e caribenhos, como é a Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL), a Coordenação Socialista Latino-americano (CSL) e o Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe (SICLAC).

Além disso, o Foro de São Paulo mantém uma forte interlocução com os representantes dos movimentos e organizações sociais do continente, que tem por objetivos a construção de agendas e ações comuns.

É um exemplo de diplomacia para a cidadania.

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DOCUMENTO CENTRAL

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO
Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997
Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo
DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.

2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la

diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la compresión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado"globalización", el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo "internacionalismo liberal" “que combina nociones y practicas económicas, políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Cientifico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de"el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró:"... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización"."...estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan

otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado -mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de"control social"que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como"costos"que afectan la competitividad de la nación.

11. En el "Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exacerba un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades especificas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la "Guerra Fría", se comenzó

a diseñar un "nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados, alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la"flexibilización"del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acabo y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en otros, en América Latina y el Caribe se impuso la "disciplina social" necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una

estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en "costos" que afectan a la "competitividad" de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de "asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho mas bajos y frecuentemente en cambio de "monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serian supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioro. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de "racionalización" empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los "post-pensionados" que cometieron el "error" de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas - consideradas ahora como "cosas del pasado" - la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las perdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el "efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un numero irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez mas frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada "flexibilizaron" del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID),

presentadas en su ultima reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante mas dramáticas como las de los grandes centros urbanos --Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o mas. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y"flexibilización"del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos piases. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser "disfuncionales" al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones "del pasado", “defensoras de"privilegios", que desarrollan una resistencia "puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la "modernidad" y de la "globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente "arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto; sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva "racionalidad" económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez mas estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamas vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los limites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los "agentes externos" las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que

ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son construidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta "contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la "continuidad administrativa" requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentrarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que "completen" el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de "hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del "caos",

momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del "regreso al pasado" ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese "pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia, transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón - por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo -, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada "Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente - con la excepción de Cuba - suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual

desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la "Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subrregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alicuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales - en principio correctas - que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero - que en ese contexto - son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques - la Unión Europea y el de los países asiáticos - y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las "relaciones carnales" con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes "antiterroristas" - como en Perú, Colombia y Argentina - que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.

66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías - con un saldo neto de incremento del desempleo estructural -, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos -México, América Central y El Caribe - sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos

adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediablemente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la "globalización desde los poderosos", se crean condiciones para"universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una "globalización" alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el "internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos: Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de"democracia con exclusión"que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas.

Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de

las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vinculo de cooperación - e incluso de integración - allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por "supuesta" inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial - aunque ello sea un parámetro -, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional

balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ali surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales - en beneficio de los sectores populares - y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales-agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones criticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estimulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones

económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe - y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementaridad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad critica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal - de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal - ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza - impone el reto de enfrentar desde el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real - político, económico y militar -, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil - con el Presupuesto Participativo - y en Montevideo, Uruguay - con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa -, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia

radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos - crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso especifico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las

reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal. No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones especificas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la "paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social,

cultural y étnica, ya que estas ultimas - se argumenta -le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo "competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos - sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho - significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos. El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del "fin de las ideologías" - con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal -, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las

conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos (2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes. (2) El VI Encuentro del Foro de Sao Paulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad - que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas - se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del

mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu critico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión critica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras

limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estimulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131.Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo - que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición - se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de "conciencia critica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de genero, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subrregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarias regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos

miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subrregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estimulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundializacion creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subrregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -,y la recuperación de un desarrollo sostenido.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=31&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA

7º Encontro do Foro de São Paulo Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo 30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e

sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. **Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;**
2. **Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;**
3. **Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;**

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influindo na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

- Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos

municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;
2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;

- Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;
- Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;
- Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.
- Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;
- Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;
- Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;
- Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=32&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS

Propuesta para la accion política en materia de juventud en el marco de una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demadas del crecimiento economico y el bienestar social de la poblacion, en America Latina nuestro paises y las grandes mayorias aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensiibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de politica economica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economias y la prescidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales mas desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas mas profundas solo se concretaran en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestra luchas, debemos asumir tres desafios centrales:

1. desarrolar propuestas de gobierno concretas para la superacion de los problemas juveniles de cara a nuestra posibles acciones de gobierno, o de oposicion;
2. apuntalar mayores niveles de participacion activa delos jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinacion efectiva de los movimientos juveniles politicos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y
3. incorporar los nuevos problemas que aparacen en la coyuntura mundial, trabajandolos con actitid creativa para enfretarlos colectivamentey com eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante nucleo de patrones y valores culturales desde los centros de decision mundial, sin la mas minima posibilidad o intencion, manifesta de interacción o selectividad, es uno de los mas importantes.Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoria de las imagenes que se ven en nuestros paises provienen

de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivas de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jovenes - es impressionante. Acompanado de la llamada globalizacion economica, esta universalizacion de "las imagenes" parece ser la contracara de la fragmentacion y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del dedespliegue de esta globalizacion con orientacion neoliberal.

Por outro lado ointentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de regferencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de un alternativa politica de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tares inseparable en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador.La critica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio esteril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible.Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal") entre otras cosas,porque nos dice poco cuando se trata de disenar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte,el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas politicas de izquierda de la región,los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municiaples adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos:ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de America Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=42&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VIII Encontro – Cidade do México (México) 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo,

la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimentos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

   De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

   Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

   Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

   En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

   Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

   Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

   Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero,

campesino, índigena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluídos como los migrantes y los desemplados.

2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.
3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.
4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.
5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores
6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

   La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.
8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.
9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

a) Tierra para los desposeídos

b) Reactivación de la planta productiva nacional

c) Empleo

d) Vivienda

e) Justicia

f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

- Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.
- Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.
- Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.
- Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.
- Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.
- Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".
- Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.

RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.
2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=26&even=VIII%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201998

XI Encontro – Antigua (Guatemala) - 2002

RESOLUCIÓN SOBRE COREA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Corea:

1. Llamamos a todos los Partidos Políticos del mundo a desarrollar una amplia campaña de solidaridad, en apoyo al pueblo de Corea, que defiende con firmeza la bandera del Socialismo, y en demanda del Cese Inmediato de las maquinaciones insensatas de EE. UU, agudizando la situación de la Península Coreana, así como la inmediata retirada de las tropas norteamericanas de Corea del Sur.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=60&even=XI%20Encontro%20-%20Antigua%20(Guatemala)%20-%202002

III ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) - 1992

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de Managua

Del 16 al 19 de julio de 1992 tuvo lugar, en Managua, Nicaraqua, el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. El Frente Sandinista de Liberación Nacional fue anfitrión del Encuentro en el que participaron 61 organizaciones y partidos políticos provenientes de 17 países de América Latina y el Caribe, con un total de 122 delegados, 43 organizaciones y partidos que participaron en calidad de observadores, de los cuales 2 son de Africa, 9 de Asia, 21 de Europa y 11 de Estados Unidos y Canadá, con un total de 60 observadores que sumados a los 122 delegados hacen un gran total de 182 asistentes al evento.

I.- IMPORTANCIA Y FUTURO DEL FORO DE SÃO PAULO

Como lo revela este III Encuentro y el evidente reconocimiento internacional, el Foro de São Paulo ha demostrado servir de instancia de encuentro e intercambio entre las diferentes fuerzas democráticas de identidades nacionalista, populares y socialistas.

A 500 años de la invasión, conquista y colonización de América Latina, aspiramos no sólo a recoger cinco siglos de resistencia indígena, negra y popular, reafirmando el derecho de nuestros pueblos a la libertad, la soberanía, la justicia social y el desarrollo, sino que queremos, desde la organización autónoma de las mayorías trabajadoras y nacionales, desde el afianzamiento de nuestra identidad histórica y cultural y desde la acción combativa y creadora, forjar nuestro ingreso al Tercer Milenio.

Queremos, desde esta perspectiva saludar, en particular, la presencia de los observadores de otros continentes que consideran al Foro como una expresión viva de la determinación de los pueblos del Sur de hacer frente a un sistema global de opresión que se pretende perpetuar sobre las grandes mayorías del mundo.

El Foro evidencia la disposición de continuar la lucha por la definitiva liberación económica y política de América Latina y el Caribe, hoy amenazados por nuevos mecanismos de dominación y opresión imperialista. Reafirma la vigencia de la lucha por la liberación nacional, la justicia social y la democracia en toda su extensión y componentes que abarca, no sólo lo político sino también lo económico, social y cultural. Representa el rechazo de la gran mayoría de los latinoamericanos a la pretensión de identificar democracia con capitalismo, modernización con sumisión y renuncia al

desarrollo autónomo con justicia social.

De particular importancia es el compromiso asumido por los participantes en los Seminarios de Lima y de Managua, de institucionalizar y coordinar sus trabajos, suministrando al Foro y a todos los movimientos progresistas, el resultado de sus análisis y recomendaciones.

II.- OFENSIVA MULTIFACETICA DEL NORTE CONTRA LATINOAMERICA Y EL CARIBE

En Latinoamérica y El Caribe tiene lugar una ofensiva multifacética de parte del Norte para redoblar su dominación, modificando y ahondando Ias estructuras básicas del capitalismo dependiente, imponiendo políticas neo-liberales con el consiguiente deterioro de Ias condiciones de Ia vida del pueblo, recortes de sus derechos básicos, desnacionalización y apertura indiscriminada de los países al capital y a Ia producción mundial.

Juegan un papel clave en esta embestida contra los intereses populares los organismos financieros multinacionales controlados por los Estados Unidos y Ias grandes potencias imperialistas, como el FMI, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo; Ia instrumentalización de Ia injusta e impagable deuda externa y Ia conformación de bloques económicos y geopolíticos bajo control de Ias grandes potencias que pretendem someter a los países del Sur. De esta manera, en muchísimos casos, Ia política económica de nuestros países es determinada fuera de sus fronteras y sin participación alguna de nuestros pueblos.

Se agudiza una situación de dependencia en la cual, Ias sociedades del Sur no pueden reproducirse sin pasar por Ias decisiones del Norte. Los países que han vivido de la venta de los productos primarios enfrentan un fenómeno de "cuarta mundialización" que consiste en su creciente exclusión del proceso global de producción e intercambio.

Es importante señalar que, estos intentos de realizar un nuevo reparto del mundo entre los monopólios de Ias principales potencias, se desarrolla en medio de Ia agudización de los conflictos interimperialistas y de Ia crisis mundial, que los pueblos oprimidos y explotados del mundo deben aprovechar.

No obstante los factores externos que, en gran medida, causan Ia situación extremadamente grave que viven los pueblos de América Latina y el Caribe, no se puede minimizar, es necesario subrayar Ia alta responsabilidad de los elementos internos sobre esta situación. Sectores de Ia oligarquía y del gran capital transnacionalizado se empeñan en mantener los vínculos dependientes del Sur con el Norte, actuando como cúmplices y beneficiarios de Ia imposición de "democracias controladas", para resguardar sus

intereses comunes y Ia hegemonización del poder a nivel local e internacional.

Este modelo promueve a su vez Ia transformación profunda de los Estados en un sentido anti-democrático, concentrando el poder en instituciones no elegibles ni sujetas al control social como los organismos de conducción económica, Ias Fuerzas Armadas represivas, excluyendo y marginando a Ias grandes mayorías nacionales de Ias principales decisiones económicas y políticas. En ese marco operan Ias distintas formas de adecuación de Ia Teoria y Práctica de Seguridad Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que llevan a Ias Fuerzas Armadas a asumir un papel represivo, directo o latente, hacia los movimientos populares.

La ofensiva neoliberal se desarrolla también en el plano cultural e ideológico, apuntando a la disgregación de valores solidarios arraigados en nuestra sociedad, irnponiendo un modelo individualista y competitivo que enfrenta unos a otros para sobrevivir. Se coarta así, cada vez más, la participación social y política de nuestro pueblo.

Los programas de ajuste estructural políticos y económicos, definidos e impuestos por Ia presión de organismos financieros multilaterales, lejos de asegurar un desarrollo social, solamente procuran crear mejores condiciones para Ia inserción dependiente y funcional a los intereses imperialistas de Ias economias y Estados del Sur al sistema hegemónico capitalista. Esas reformas y esa inserción conllevan Ia marginalización de Ias mayorías populares, capas medias y fuerzas de Ia cultura, Ia ampliación del desempleo y Ia reversión de conquistas sociales y una mayor conncentración de Ia riqueza, especialmente por los monopolios y oligopolios.

A su vez, diversos foros y organizaciones mundiales y regionales son cada vez más hegemonizados por los Estados Unidos y las otras potencias capitalistas, para consolidar un orden mundial y regional, a Ia medida de sus intereses, pretendiendo legitimar el rol de gendarme internacional para EE.UU, principalmente por medio del consejo de Seguridad de Ia ONU. Todo esto se hace aprovechando los cambios en los países de Europa del Este y Ia pérdida del contrapeso geopolítico, así como también el debilitamiento de Ias instancias articuladoras de los países del Sur.

En Manaqua el Foro se abocó a la definición de pautas sobre las alternativas en materia de política económica, que puedan servir de puntos de referencias y de apoyo a las fuerzas políticas que en cada nación definen posiciones específicas. Para ello el Foro contó con el rico aporte de los Seminarios Talleres sobre Alternativas de Desarrollo e Integración en América Latina y El Caribe Ilevados a cabo en Lima, Perú del 26 al 29 de febrero de 1992, y en Managua del 13 al 15 de julio de 1992, en cumplimiento a la resolución del II Encuentro en México.

Los participantes en el Foro consideraron que los Seminarios Talleres pueden continuar

cumpliendo con su objetivo de analizar las experiencias de desarrollo e integración económica latinoamericana, ampliando la participación de nuevos enfoques alternativos desde la izquierda, abriendo el camino para enriquecer el análisis y la definición de propuestas populares concretas regionales, así como las que a nivel nacional lleven adelante los miembros del Foro.

III.- ELEMENTOS PARA LA DEFENSA DE LOS INTERESES POPULARES

La búsqueda de alternativas populares y revolucionarias tiene que conjugar la capacidad para promover la resistencia a la política neoliberal, con la creación de espacios de poder popular que afirme las tendencias a la recomposición de la capacidad de lucha del pueblo y la gestación de una cultura contrapuesta a la cultura de dominación.

Para América Latina y todas las fuerzas democráticas del mundo, tienen los siguientes elementos destacados en el debate sobre la base de los insumos preparados por los Seminarios Talleres:

I.- El proyecto neo-liberal propuesto para América Latina y el Caribe no admite enmienda, pues su mal radica en la naturaleza del injusto orden económico mundial que busca consolidar el modelo de sociedad que pretende imponer. Sólo la unidad amplia, en toda su diversidad, de todas las izquierdas y las fuerzas progresistas podrá lograr un cambio de meta más acorde con las exigencias de la justicia y de la paz.

2.- El contenido económico de una integración alternativa debe partir del interior de las sociedades, de la lucha destinada a superar las estructuras y modelos dominantes y a eliminar controles monopólicos y oligopólicos y, de la construcción de un desarrollo económico autónomo orientado, en primer lugar, a satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, sustituyendo la actual alianza de los sectores transnacionalizados de la burguesia con el capital internacional, por una alianza entre todas las fuerzas interesadas en la promoción de proyectos nacionales para la construcción de la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

3.- Hoy en día se puede afirmar que todo proceso de desarrollo económico genuino pasa por un cambio de sujetos sociales en el poder, por una justa distribución de la propiedad y la riqueza, por la creación de poderes de mayorías y por el fortalecimiento de la sociedad civil. Los espacios de participación hacia esas metas, deben ser abiertos, tanto desde la organización autónoma del pueblo como desde las instancias estatales, ampliando la influencia de las grandes mayorías populares. Las políticas sociales no pueden estar separadas de las políticas económicas porque las políticas económicas deben diseñarse para atender los problemas sociales. Es necesario modificar el carácter de la estructura productiva tradicional, o luchar por la vigencia de los cambios en los

países que sí lo han logrado, combatiendo las políticas, tanto las ortodoxas como las heterodoxas, de ajuste estructural y favoreciendo el desarrollo de las fuerzas productivas.

4.- Es necesaria una activa labor política dirigida a la organización autónoma de la población en sus diferentes estructuras y modalidades, partiendo desde la base hasta sus expresiones nacionales. Se debe enfrentar la estratégia neoliberal de debilitar la acción y el peso político del movimiento popular.

5.- Necesitamos de programas que contemplem de manera específica los mecanismos para garantizar la integración plena e igualitaria de la mujer en la sociedad, que reconozca la maternidad como función social y el trabajo doméstico como productor de riqueza. Programas con metas para la inclusión de las mujeres en la producción y apropiación de la riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual de la sociedad y eliminación de relaciones sociales opresivas.

6.- Una alternativa genuinamente popular debe contemplar un programa democratizador que altere y reemplace instituciones elegibles y no elegibles, antidemocráticas y que, sobre nuevas bases constitucionales, posibilite crear y desarrollar una democracia integral: política, económica y social.

7.- Una alternativa popular tiene que prepararse para asumir responsabilidades económicas monopolizadas por sectores empresariales nacionales y extranjeros, que impiden el desarrollo más profundo de iniciativas favorables a las mayorías. En un nuevo marco estructural e institucional, personas y organizaciones populares tienen que asumir roles de dirección y gestión económicas, que faciliten las transformaciones requeridas. Es esencial para ello la información, la transparencia, el debate público y el desarrollo de formas de participación popular desde lo local a lo nacional. Estas formas de participación tendrán viabilidad solamente dentro de un proyecto de transformación global hacia una nueva sociedad.

8.- La participación popular en el diseño, dirección, gestión y fiscalízación de las decisiones estratégicas, depende de la existencia de un proyecto claro de desarrollo nacional al cual se dirigen los esfuerzos de las partes.

Las suma de tareas microeconómicas, por muy autónomas y populares que sean, no constituyen por si solas una alternativa nacional.

9.- El Estado debe.constituir un escenario de participación y de poder de decisión nacional, en tanto que está obligado a jugar un papel.central regulador y promotor de la equidad social, sin abandonar la dirección de la economía a la llamada suprema voluntad del mercado, que no es más que la voluntad del gran capital nacional y extranjero y de

los organismos financieros multilaterales.

Se debe recoger la lucha de nuestros pueblos y naciones originarias, rompiendo con el sometimiento ancestral, a fin de crear las condiciones que permitan la construcción de sociedades y Estados plurinacionales. Se trata de un factor central para el desarrollo popular, lo que significa que no hay que permitir que los contenidos de la educación y de los medios de comunicación sean impuestos desde el exterior, ni reflejen, exclusivamente, intereses minoritarios locales.

Los movimientos populares y las fuerzas democráticas deben de fortalecer y modernizar sus propios medios de comunicación así como luchar por la democratización de los medios de comunicación social.

En América Latina y el Caribe, la autonomía de los pueblos indígenas y de los grupos étnicos, social y culturalmente estructurados, exige bases económicas propias y formas de representación políticas idóneas, como parte indispensable de todo proyecto de participación democrática. La lucha por la democracia en nuestro continente también debe expresar el reclamo del fin del colonialismo en América Latina y el Caribe y el respaldo al derecho de esos pueblos a su autodeterminación y plena independiencia.

Los derechos de los inmigrantes latinoamericanos y caribeños en los Estados Unidos deben ser asumidos, en forma militante, por todos nuestros movimientos y partidos, procurando apoyar sus justas protestas y reivindicaciones articuladas a la rebeldía de las minorias negras y las luchas de otros sectores empobrecidos, reclamando con vigor el cese de la discriminación, la explotación, la exclusión y la represión que siguen acrecentándose.

IV.- LA INTEGRACION DE LOS PUEBLOS

La Iniciativa para las Américas y los Tratados de Libre Comercio, enmarcados en ella, pretendem hacer permanentes e inmutables las concesiones globales hoy exigidas por el capital extranjero.

Representan un atentado contra la democracia en Latinoamérica y el Caribe, pues otorgan aún mayor poder a empresas transnacionales para tomar decisiones que tienen mucho que ver con que los pueblos puedan tener educación, salud y otros servicios indispensables para mejorar la calidad de vida.

Estas políticas, sustentadas por sectores dominantes en cada país, generan graves procesos de desestructuración económica y desintegración de nuestras sociedades bloqueando las posibilidades de un desarrollo efectivo.

El esquema político y económico promovido por Estados Unidos supone una integración subordinada, que actualiza y subraya la necesidad de impulsar un proceso de integración entre los países de América Latina y el Caribe que corresponda a su visión, necesidades intereses específicos. Este proceso debe estar basado en la solidaridad entre los pueblos: una integración "desde abajo", que favorezca la conformación de redes de intercambio de coordinación y complementación de políticas productivas, financieras y sociales a partir de los cuales un proceso de desarrollo e integración regional puede desplegarse.

Estamos convencidos que la lucha por la integración de los ueblos constituye un reto político, consistente en desarrollar un esfuerzo común para construir relaciones políticas democráticas, abarcando organizaciones a nivel local, nacional, subregional, regional y mundial con miras a construir un nuevo orden democrático en toda su globalidad.

Esa integración alternativa debe incluir un componente cultural capaz de responder a las reivindicaciones propias de diversos grupos de la sociedad: trabajadores urbanos y rurales, desempleados, pobladores, campesinos, mujeres, pueblos indígenas, etnias, religiosos, pequeños y medianos empresarios y todas las fuerzas económicas que pongan el interés nacional por encima de los intereses particulares.

Los partidos de izquierda deberán siempre mantener las más estrechas relaciones con estas organizaciones populares o de la sociedad civil, no para instrumentalizarlas pero sí para conocer bien sus exigencias y asumirlas en su lucha.

Debe ser un componente fundamental de un proyecto popular, una educación que asegure el desarrollo económico y social, profundice la democracia en tanto brinde los instrumentos para opciones conscientes, de real participación.

Un proyecto alternativo de integración debe ir más allá del marco meramente comercial liberalizador, que tiende a incrementar la vulnerabilidad de nuestras economías y la dependencia con el capital transnacional. Debe tener como objetivo de corto, mediano y largo plazo, una integración social, política y económica y una articulación dinámica de culturas, para lograr un desarrollo económico y social justo.

Los participantes en el Foro reafirmamos que todo proyecto alternativo o programa de acción político, debe tener en cuenta el papel nocivo que juega la política intervencionista de los Estados Unidos. Ese injerencismo historicamente ha tenido por objetivo resguardar las estructuras del capitalismo dependiente en la región, agrediendo todo proyecto político que no priorice los intereses económicos y geopoliticos de esa potencia.

El éxito de la integración de los pueblos puede ser seriamente comprometido por la manipulación de la deuda externa. Los bancos acreedores y organismos financieros

quieren hacer creer que, con los acuerdos hechos sobre Ia base del Plan Brady, estarían resueltos los problemas creados por Ia deuda externa. Nada más falso. El pago de Ia deuda externa sigue profundizando Ia miseria e imposibilitando las inversiones necesarias al crecimiento económico, progreso técnico y justicia social. La integración exigirá buscarse mecanismos propios de negociación conjunta como repuesta a Ia unidad de los acreedores.

V.- PREOCUPANTE "LEGITIMACION" DE LA POLITICA INTERVENCIONISTA

Alertamos al mundo sobre Ia peligrosidad que conllevan Ias más recientes manifestaciones de Ia intervención militar, amparadas y ocultas, en Ia lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Bajo ese pretexto Estados Unidos organiza campañas militares en Ia región andina a Ia vez que fortalece Ia capacidad represiva de Ias estructuras de seguridad y de espionaje en los países de nuestra región.

A Ia política de Ias cañoneras tradicionalmente empleada por los Estados Unidas contra nuestros pueblos, ahora se suma Ia legitimización de Ia misma a partir del fallo ilegal de Ia Corte Suprema de Justicia de los Estados Unidos el cual, junto a una serie de gestiones de extradición bajo presiones diversas, legitima el secuestro de quien el propio gobierno de Washington considere que ha cometido un delito. Unimos nuestra voz a Ias otras fuerzas defensoras del derecho, para denunciar este nuevo intento de imponer Ia ley del más fuerte en Ias relaciones internacionales, en flagrante violación de Ias soberanías nacionales y del derecho internacional. Demandamos Ia anulación de esa pretensión ilegítima por los organismos mundiales y regionales jurídicos competentes, así como Ia inmediata repatriación de los secuestrados.

La política agresiva y de creciente hostilidad del gobierno de los Estados Unidos contra el pueblo y gobierno de Cuba, incluyendo los nuevos intentos de ampliar el bloqueo económico contra esta nación soberana, constituye una afrenta a Ia soberanía latinoamericana y caribeña y una ofensa a Ia dignidad de sus pueblos. Frente a esto, afirmamos nuestro apoyo al derecho del pueblo y gobierno de Cuba a defender su determinación de llevar adelante Ia construcción del socialismo en su país. Nos comprometemos con Ia movilización de los pueblos de nuestra región y el mundo para contribuir a Ia defensa de esta hermana nación latinoamericana, exigiendo de parte de todos los gobiernos, no ceder a Ias presiones imperiales que pretendem obstaculizar los lazos de cooperación con Cuba, que sólo puede arrojar saldos positivos en términos materiales y morales.

VI.- ALTERNATIVAS Y EXIGENCIAS

En defensa de Ia soberanía de los pueblos y el derecho de autodeterminación e independencia, y de los derechos políticos, cívicos, económicos, sociales y culturales de

los hombres, mujeres, niños y pueblos enteros de nuestra América.

Llamamos a construir un nuevo orden económico y político internacional, distinto al que hoy se pretende imponer bajo el hegemonismo norteamericano y de las potencias capitalistas, que permita:

La democratización de los organismos multinacionales y en especial, las Naciones Unidas, revisando sus actuales normas orgánicas que permiten el abuso hegemónico del Consejo de Seguridad, organismo creado para resguardar la paz, foro ahora utilizado con el propósito de justificar recientes guerras ilegales de Estados Unidos;

Resolver definitivamente el grave problema de la deuda externa, que agobia a los países del Sur y los oprime, condonándola y logrando un flujo de recursos financieros positivos hacia ellos;

Modificar el actual régimen de intercambio desigual entre los países desarrollados y los del Sur, que impone a estos últimos un permanente y creciente drenaje de recursos;

Una total reorientación de las políticas y funciones del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, redefiniendo los mecanismos de toma de decisiones en ellas;

Políticas económicas y modelos de desarrollo que garanticen la preservación del medio ambiente, terminen con la devastación ecológica y vinculen Ia lucha por el medio ambiente con Ia lucha contra Ia pobreza;

El reconocimiento de Ia deuda ecológica que tienen los países del mundo capitalista desarrollado con los países del Sur;

La reorientación de gastos militares de las grandes potencias hacia el desarrollo del Sur, impulsando el desarme mundial;

La democratización de los mecanismos de información y comunicación mundial;

El respeto a Ia soberanía nacional y a los principios de no intervención, y de solución política de Ias diferencias entre naciones;

El impulso a Ia reforma jurídica internacional de acuerdo con Ias metas propuestas, en el contexto de Ia designación en Naciones Unidas de esta década como Ia Década del Derecho Internacional y Ia Paz, para Ia elaboración de proyectos de acuerdos y convenciones que garanticen que entramos al año 2000 con un sistema jurídico internacional a Ia altura de Ias exigencias de Ia justicia y de Ia paz;

El impulso a procesos de integración de los pueblos y naciones a niveles regionales y Sur-Sur como instrumentos de los países del Sur para fortalecer su inserción en la economía mundial.

El Foro de Sao Paulo demanda:

1) El cese inmediato del ilegal e inmoral bloqueo contra Cuba y Ia asistencia económica internacional masiva para lograr impedir que se sigan profundizando Ias nefastas consecuencias de más de treinta años de bloqueo. Asimismo Ia restitución del territorio de Guantánamo a Cuba.

2) La restitución de Jean Bertrand Aristide a Ia Presidencia de Haití y Ia plena aplicación de sanciones contra ese país hasta tanto su legítimo Presidente no regrese con los poderes que le corresponden. Damos nuestro apoyo a Ia propuesta de Aristide, de que Ias negociaciones se lleven a cabo en Haití y sin ningún tipo de intervención militar o amenaza de Ia misma.

3) El reestablecimiento pleno de los derechos democráticos cercenados en el Perú y Ia elección democrática de un Congreso Constituyente soberano, previo acuerdo de sus características y de Ia legislación electoral entre Ias fuerzas políticas y el régimen "de facto". Condenamos el golpe militar que impuso en el Perú un régimen dictatorial y militarizado con Ia participación activa de quien fuera electo 2 años atrás, Presidente Constitucional. Demandamos el cese del hostigamiento y represión contra organizaciones políticas, sociales y populares.

4) El fiel y oportuno cumplirniento por parte del Gobierno de El Salvador a los Acuerdos de Paz firmados con el Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional. Es de suma importancia proceder al inmediato cumplimiento de los acuerdos sobre el tema económico-social, particularmente lo referente a Ia transferencia de Ias tierras de Ias zonas conflictivas a sus actuales pobladores y trabajadores, lo mismo que superar el atraso en el funcionamiento del Foro para Ia concertación económica y social, pues se trata de acuerdos claves pare crear nuevas opciones de desarrollo para los sectores populares.

5) La agilización del proceso negociador en Guatemala, tomando er cuenta que no habrá paz en Centroamérica sin paz en Guatemala y que, Ia propuesta de Ia URNG denominada "Por una paz justa y democrática: Contenido de Ia Negociación" constitue una propuesta viable para lograr una solucion política al conflicto armado.

6) El Foro demanda el cese inmediato de toda injerencia e intromisión de los Estados Unidos en los asuntos internos de Nicaragua, así como el fin de Ias presiones y chantaje

que pretendem condicionar el futuro político de esa nación y revertir Ias conquistas de Ia Revolución Popular Sandinista.

En este sentido denuncía el congelamiento de fondos ya aprovados, pretendiendo ignorar u olvidar que esas asignaciones representan miserables migajas de lo que tendrian que entregar, pues Ia Corte Internacional de Justicia de La Haya ordenó a los Estados Unidos pagar a Nicaraqua los daños ocasionados por Ia guerra.

7) El desconocimiento al gobierno ilegítimo impuesto en Panamá por la invasión de los Estados Unidos, el retiro de todas las tropas estadounidenses de ese país y el respeto pleno a los tratados Torrijos-Carter.

8) El respeto al derecho del hermano pueblo latinoamericano de Puerto Rico a Ia libre determinación y a Ia independencia, así como el cierre de Ias bases militares en esa nación.

9) La restitución a Ia República Argentina de Ias Islas Malvinas y demás enclaves coloniales ingleses en el Atlántico Sur, al mismo tiempo, el inmediato desmantelamiento de Ias bases militares instaladas por el Reino Unido de Ia Gran Bretaña, como el cese de Ia explotacíón económica de los recursos naturales del mar adjacente y de toda restricción aplicada en Ia zona a Ia República Argentina.

10) La total erradicación del colonialismo en el Caribe y la eliminación de Ias bases militares extranjeras en esa región, para hacer realidad el derecho a Ia autodeterminación y independencia de los países y territorios que aún sufren dominación colonial en América Latina y el Caribe.

11) La continuidad del proceso de negociación, para una solución política y no militar, al conflicto interno colombiano y Ia reanudación pronta del diálogo entre el gobierno y Ia Coordinadora Simón Bolivar.

12) El cierre de Ias bases militares de los EE.UU. en Honduras.

El Foro constata que no ha habido avances en el panorama político y democrático en Ia inmensa mayoría de los países de Ia región, cuya situación fue adecuadamente caracterizada el pasado año en Ia Ciudad de México. En algunos países, subsisten regímenes autoritarios que para aplicar Ias políticas neoliberales y facilitar Ia impunidad, el abuso y Ia corrupción de los gobernantes, se niegan a impulsar Ia transición a Ia democracia, a respetar el voto ciudadano y comprometerse en Ia formación de auténticos sistemas de partidos políticos regidos por Ia competencia en condiciones de igualdad y por Ia posibilidad real de la alternancia en el gobierno.

Exige por lo tanto, el cese inmediato inequívoco de los mecanismos y fraudes electorales, de la extensión de prácticas penales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, del control de la prensa y los medios de comunicación para limitar los alcances de las transformaciones sociales y manipular los anhelos democratizadores de la sociedad.

Creemos que existe hoy la posibilidad y la necesidad de construir nuevos puentes de entendimiento y fórmulas de acción conjunta entre las fuerzas democráticas del Sur y del Norte, ambas víctimas del mismo sistema global neoliberal. La existencia de opresión y desempleo creciente, las crisis fiscales y la afectación de servicios sociales, el surgimiento de tendencias racistas y derechistas, la amenaza ecológica, el fortalecimiento del poder y autonomía de las comunidades, la autogobernación, la igualdad de género y racial, son elementos comunes a las plataformas políticas de organizaciones, movimientos y partidos democráticos tanto del Sur como del Norte.

Consideramos imprescindible impulsar la creación de un frente común de negociación latinoamericano frente a las grandes potencias y bloques. Demandamos a los Jefes de Estado y de Gobierno, en ocasión de la cumbre en Madrid, la necesidad imperiosa de asumir este reto sobre una base unitaria sin injerencia externa alguna.

También es necesario retomar los esfuerzos realizados en la década pasada, para analizar la creciente concentración de los médios de comunicación en manos de cada vez menos empresas y el creciente predominio norteamericano en la difusión de noticias.

Próximo al Quinto Centenario del llamado descubrimiento de América y del consiguiente inicio de la resistencia indígena, negra popular, los participantes en el Foro invitan a los pueblos del Mundo a asumir las luchas de nuestros pueblos originarios, a partir de una reflexión sobre este acontecimiento histórico que, con el exterminio de más de 100 millones de vidas humanas de nuestros pueblos originarios, impuso el sojuzgamiento político, cultural, económico y social que hoy sigue negando los más elementales derechos a nuestros pueblos indígenas junto a las grandes mayorlas populares.

VII.- DECISIONES

El III Encuentro aprobó las recomendaciones del Grupo de Trabajo sobre la futura integración del mismo, sus normativas y facultades para asegurar el seguimiento y ejecución de las resoluciones del Foro, así como de su representación y divulgación de sus objetivos y principios en los diversos foros y eventos internacionales. Se recibió, asimismo, un informe sobre los foros a realizarse en Europa y Norteamérica.

Los participantes en este III Encuentro encomendaron al Grupo de Trabajo llevar a cabo

Ias siguientes acciones en cumplimiento de jos compromisos y tareas políticas asumidas por el Foro:

1) Dar a conocer, particularmente a nivel de Ias otras regiones del Sur, Ias posiciones políticas y económicas expresadas en nuestros trabajos y eventos, promoviendo el reconocimiento institucional del Foro y el establecimiento de una comunicación permanente con foros e instancias análogas.

2) Enviar una delegación de destacados dirigentes a Ia celebración del 33 Aniversario de Ia Revolución Cubana y para transmitir al gobierno y pueblo cubano Ias decisiones del Foro y hacer efectiva su solidaridad con Ia defensa de Cuba.

3) Participar y promover activamente los programas alternativos a Ia celebración oficial del V Centenario. Llamamos a impugnar Ia celebración oficial de esa fecha, y exaltar Ia resistencia indígena, negra y popular, como parte del gran esfuerzo liberador.

4) Convocar un Seminario-Taller sobre Educación Política y Ia Nueva Relación Partidos Políticos-Movimientos Sociales, asegurando Ia presencia de organismos sindicales y populares.

5) Designar una delegación que de seguimiento al proceso de Paz y búsqueda de una solución política negociada en Ia que están empeñados gobierno y guerrilla y el conjunto de Ia sociedad colombiana. Asimismo, convocar a una Conferencia de Solidaridad y por Ia Solución Política del conflicto en Colombia, cuya fecha y sede será determinada oportunamente.

6) Promover Ia conformación de delegaciones multinacionales y multipartidarias de fuerzas participantes en el Foro de São Paulo, para actuar ante diversos foros internacionales.

7) Promover la acción unitaria de los parlamentarios, de los partidos del Foro de São Paulo, en los parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano y Ia Unión Interparlamentaria Mundial.

8) Consultar Ia convocatoria a un Seminario-Taller sobre Ia opresión de género, priorizando los siguientes temas: feminización de Ia pobreza; reproducción humana; participación y representación de Ia mujer; políticas públicas, democratización del Estado y de Ia sociedad, así como de cultura feminina.

9) Realizar su IV Encuentro en La Habana, Cuba.

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración final del XII Encuentro del Foro de São Paulo

1. Celebrando los 15 años de la fundación del Foro de São Paulo, en esta misma ciudad, realizamos nuestro XII Encuentro con la presencia de 364 participantes de cerca de 150 partidos políticos, entidades y organizaciones sociales. Participaron los partidos políticos miembros de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, El Salvador, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay, Venezuela. Además participaron entidades y partidos invitados de Alemanha, Bélgica, Canadá, Cataluña, China, España, Francia, Galicia, Italia, Portugal, Suiza y Vietnam.

Contamos también con la participación de representantes diplomáticos de nueve países en el Acto Político de conmemoración del XV aniversario del Foro, así como con la presencia del compañero Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de la República Federativa de Brasil.

2. Es una buena ocasión para medir el camino recorrido a través de los 12 encuentros que jalonaron estos tres lustros, desde que en julio de 1990 y a convocatoria del Partido de los Trabajadores de Brasil, la izquierda latinoamericana y caribeña se dio cita para debatir y reflexionar en conjunto en un foro, acerca de los retos que le imponía la realidad y el futuro. Transitamos así por un cambiante mapa político, así como recorrimos diversos puntos de nuestra América Latina, desde Ciudad de México en 1991 (II Encuentro) y 1998 (VIII), Managua en 1992 (III) y 2000 (IX), La Habana en 1993 (IV) y 2001 (X), Montevideo en 1995 (V), San Salvador en 1996 (VI), Porto Alegre en 1997 (VII), y Antigua, Guatemala en 2002 (XI).

3. Cuando celebramos el XI Encuentro del Foro de São Paulo en Antigua Guatemala, en diciembre de 2002, la administración del presidente George W. Bush se encontraba en el clímax de la ofensiva destinada a sacar provecho de los atentados terroristas del 11 de septiembre de 2001. Bush utilizaba la retórica de la lucha contra el terrorismo y la proclamación de la guerra preventiva como trasfondo para intentar criminalizar las luchas populares en América Latina y el Caribe. También se valía del clima creado para obtener del Congreso estadounidense la autoridad que desbloqueaba la negociación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

4. Este balance evidencia que, cuando el FSP echó a andar -15 años atrás- la situación internacional se había deteriorado gravemente. Estados Unidos se afirmaba como potencia dominante en la pretensión de imponer un mundo unipolar, mientras gran parte de América Latina recién salía de un ciclo de dictaduras militares. Salvo Cuba, que resistía heroicamente el bloqueo imperialista estadounidense, no había ningún gobierno de izquierda: reinaban el neoliberalismo y el “pensamiento único”. Desde entonces, han sido múltiples las agresiones del imperio norteamericano a los pueblos del mundo, su ofensiva guerrerista y militarista en el afán de control de los recursos naturales estratégicos, imponer sus intereses económicos y políticos, y afirmar su poderío mundial, como lo evidencian Afganistán e Irak.

5. Pero no son pocos los planes que han fracasado. Los triunfos populares y progresistas le han arrancado el control de importantes países del continente, entre los que destacan Brasil, Venezuela y Uruguay, junto a importantes avances en otros países del Cono Sur._En Argentina, el proceso iniciado en diciembre del d2001 con el derrocamiento del gobierno neoliberal de De la Rúa concluye en mayo de 2003 con el triunfo del presidente Néstor Kirchner. Tenemos que valorar la negociación de la deuda externa argentina, que abre un camino a otros países para enfrentar los dictados del FMI.

6. En Brasil merece destaque la política externa del gobierno de Lula que defiende la inserción soberana de Brasil y de la región en el escenario mundial. Son avances importantes las políticas sociales del hambre cero y otras políticas de inclusión social, así como los progresos en la reforma agraria en diálogo con el Movimiento Sin Tierra. Destacamos especialmente la no renovación del acuerdo con el FMI y el combate implacable a la corrupción por parte del gobierno de Lula.

7. El Foro de São Paulo valora la infatigable lucha del pueblo chileno y sus organizaciones de derechos humanos por la búsqueda de la verdad y la justicia, así como reconoce los avances en los procesos que llevan los jueces de dedicación exclusiva en Chile. También valora el Informe de la Comisión de Tortura y Prisión Política (Informe Valech) que ha permitido importantes avances en la lucha por la verdad acerca del horror que vivieron miles de hombres, mujeres y niños en las cárceles y centros de detención de la dictadura de Pinochet. La investigación que ha develado el denominado Caso Riggs, que ha permitido descubrir las millonarias operaciones de corrupción de Pinochet y su familia, lo desenmascaran ante la comunidad nacional e internacional no sólo como principal responsable del terror de Estado, sino también como ladrón de Estado.

8. Las dificultades de la política latinoamericana de Bush obedece a dos factores fundamentales: uno es la agudización de la crisis política, económica y social en la región; el segundo es la capacidad de lucha y construcción de alternativas demostrada por los pueblos en toda su diversidad, mujeres y hombres de nuestra América Latina y Caribe. Entre las manifestaciones de la crisis, resalta el derrocamiento de los gobiernos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolivia, 2003), Lucio Gutiérrez (Ecuador, 2005) y Carlos Mesa (Bolivia, 2005), con lo que suman ya seis gobiernos neoliberales derrocados por el movimiento popular desde 1997.

9. En cuanto a la capacidad de lucha y construcción de alternativas, se destacan: la resistencia de la Revolución Cubana frente al recrudecimiento de la política de bloqueo y aislamiento, la derrota de los diversos intentos de desestabilizar y derrocar a la Revolución Bolivariana en Venezuela y al gobierno constitucional del presidente Hugo Chávez en Venezuela, el triunfo de Lula en la elección presidencial brasileña de octubre de 2002 y el triunfo de Tabaré Vázquez en la elección presidencial uruguaya de octubre de 2004. La victoria del Frente Amplio incluyó las mayorías parlamentarias y, este año, un triunfo consagrador en las elecciones municipales. Igualmente hay que destacar el avance de la izquierda colombiana en las elecciones locales en el 2003 y el proceso de unidad que se gesta para las elecciones del 2006. En Ecuador se ha expresado un avance de la izquierda en las elecciones locales.

10. Así, después del XI Encuentro a las victorias ya mencionadas, se le suman los resultados favorables a los sectores progresistas en elecciones de Panamá y República Dominicana, Chile, El Salvador, Nicaragua y Venezuela, además de importantes luchas sociales y políticas en el área andina: Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia.

11. El primer indicio de avances de la resistencia a la ofensiva del gobierno Bush fue la derrota del diseño original del ALCA, ocurrido en la Reunión Ministerial de las Américas celebrada en Miami en noviembre de 2003; el segundo fue la derrota del intento de otorgar a la Organización de Estados Americanos (OEA) facultades para monitorear el “funcionamiento democrático” de los países de la región, que hubiese sido un mecanismo intervencionista contra el gobierno de Chávez en Venezuela; el tercero fue la derrota del intento de imponer a sus candidatos favoritos para la Secretaría General de la OEA, el ex presidente de El Salvador Francisco Flores y el secretario de Relaciones Exteriores de México Luis Ernesto Derbez.

12. Constatamos, por lo tanto, que la situación ha sufrido un vuelco positivo, y América Latina aparece como el continente con mayores posibilidades de cambios progresistas.

13. Sin embargo, América Latina y el Caribe enfrentan serios retos. La situación de Haití, ciertamente dramática, exige una solución política y nos lleva a comprometernos para que el pueblo haitiano avance rápidamente hacia el ejercicio real de su derecho a su soberanía y autodeterminación, con un decidido apoyo internacional a sus acuciantes carencias en materia de salud, educación, vivienda, obras básicas de infraestructura y reconstrucción ambiental.

14. Denunciamos la pretensión del gobierno estadounidense de valerse de Colombia como base y factor de control y penetración de sus objetivos imperialistas apelando al Plan Colombia y al Plan Patriota, para imponer desde todos los aspectos su política de dominio. Este hecho pretende regionalizar la guerra contra los pueblos andinos, sofocar su lucha liberadora, comprometer los avances en la República Bolivariana de Venezuela y continuar sus ataques contra la Revolución Cubana. Destacamos el impulso generado desde el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo para la visita de Parlamentarios de diferentes países a efectos de impulsar una agenda concreta con el objetivo de ayudar a promover la solución política negociada al conflicto armado interno y el acuerdo humanitario para hacer sentir la solidaridad de Latinoamérica con el pueblo hermano.

Se constata claramente la misma estrategia que se aplica en Paraguay, con el pretexto de la amenaza terrorista en la zona de la triple frontera. Esta política se ve facilitada por la decisión del Gobierno paraguayo de otorgarle inmunidad a fuerzas militares estadounidenses.

15. Manifestamos nuestra preocupación por el recrudecimiento del bloqueo a Cuba por parte de los EE. UU. mediante el propósito de extender en el mundo la aplicación (abierta o encubierta) de las disposiciones de la ley Helms – Burton.

16. Asimismo rechazamos de plano las declaraciones de la nueva Secretaria de Estado para este segundo mandato de George W. Bush, Condoleeza Rice, sobre el gobierno de la hermana República Bolivariana de Venezuela, tildándolo de “molestia para los EE. UU.”, y nos solidarizamos con el pueblo venezolano y con su Presidente - democráticamente electo y ratificado por plebiscito popular - el Comandante Hugo Chávez Frías. Consecuentemente, manifestamos nuestra satisfacción por la derrota infligida en la OEA recientemente a las pretensiones intervencionistas de los EE. UU., puestas de manifiesto en querer otorgarle a este organismo ya bastante desprestigiado, el papel de juez certificador del carácter democrático de los países miembros, dejando así abierta la posibilidad de intervención en caso de un juicio negativo sobre uno o más gobiernos.

17. Conscientes de que la integración de nuestras naciones y pueblos es una herramienta

fundamental en la lucha por nuestro desarrollo y nuestro progreso, por nuestra soberanía y por lograr una globalización diferente, solidaria y respetuosa del interés de los pueblos, creemos indispensable trabajar intensamente por forjar una nueva integración Sur-Sur, y especialmente Latinoamericana y Caribeño que vaya más allá de lo estrictamente comercial y trascienda a lo social, cultural y político. Por ello, mantenemos una firme oposición a las maniobras del imperio para dividirnos e imponer, por otra vía, su fracasada ALCA, esta vez, vía los TLC que ahora pretende con Centroamérica y los países andinos, desconociendo el reclamo de los pueblos que exigen consulta popular.

18. Constatamos que, en el período transcurrido desde el último Foro hubo avances en la integración regional promovidas por Argentina, Brasil, Uruguay y Venezuela cuyos gobiernos hicieron posible profundizar la integración física y energética de nuestra América. Hoy, en la región sudamericana existen tres sistemas de integración en marcha que tienen un papel importante si se enmarcan en la lógica integral ya mencionada: la Comunidad Andina de Naciones (CAN); el MERCOSUR con varios países miembros asociados, Bolivia, Chile, Perú, Venezuela, Colombia y Ecuador, avanzando hacia mayores grados de integración económica, política y social, a concretarse en el 2006 y la Comunidad Sudamericana de Naciones, con grandes proyectos de integración de infraestructura y energía del continente. Destacamos, en ese sentido, las potencialidades del Acuerdo MERCOSUR-Comunidad Andina de Naciones logrado en 2004 que, con los avances de la oposición en Perú, Ecuador y Colombia contrarias a la firma de los TLCs, permitirá la consolidación del proyecto de Comunidad Sudamericana de Naciones fundado en la ciudad de Cuzco en 2004, como paso hacia la formación de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

19. En la región centroamericana observamos un deterioro del proceso de integración al querer disminuir las funciones del Parlamento Centroamericano y de la Corte Centroamericana de Justicia, fortaleciendo el autoritarismo presidencialista, y anulando todas las expresiones sociales del Sistema de Integración Centroamericana (SICA). El Foro de São Paulo apoya las iniciativas de integración comunitaria defendidas por los partidos miembros, al mismo tiempo que respalda la lucha contra la implantación del CAFTA y el Plan Puebla-Panamá, como expresión de anexión de la región a los intereses de Estados Unidos.

20. México enfrenta hoy el reto de lograr un acuerdo trinacional para la revisión integral del Tratado de Libre Comercio de América del Norte. Más aún, cuando los gobiernos de México, Estados Unidos y Canadá pretenden crear la comunidad de América del Norte, cuyo primer paso es la Alianza por la Prosperidad y la Seguridad que no hace más que profundizar las condiciones económicas y financieras de inequidad que han empobrecido esencialmente a México y crea parámetros en el terreno de la seguridad hemisférica, energética y fronteriza para criminalizar la migración latinoamericana homologándola a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. La agudización de la crisis social en el campo mexicano y la posible ofensiva del poder financiero estadounidense en terrenos como la salud pública, la energía y la

educación, hacen que México hoy más que nunca, deba mirar hacia Latinoamérica y el Caribe. Saludamos la posibilidad de que nuestros hermanos de la izquierda mexicana y los sectores progresistas estén en condiciones de ganar las elecciones presidenciales del 2006.

21. Valoramos la materialización y la perspectiva de la Alternativa Bolivariana para América que puede apreciarse ya en primer lugar en los Convenios entre Venezuela y Cuba; pero también pueden identificarse en el Convenio Integral de Cooperación entre Argentina y Venezuela en la alianza estratégica Brasil-Venezuela, en el Convenio Integral de Cooperación Energética entre Venezuela y Uruguay, así como en los acuerdos de creación de TeleSur, PetroSur y el más reciente aún, firmado por Venezuela y los países del Caribe: PetroCaribe. El ALBA se propone en primer lugar atacar las inmensas deudas sociales que se han acumulado en nuestra región, con base en la cooperación, la complementación productiva, la defensa de la identidad latinoamericana y la solidaridad.

22. Declaramos nuestro compromiso de trabajar, desde nuestros partidos, para impulsar esta nueva integración en marcha y cuya agenda debe ampliarse cada vez más para atender los intereses de nuestros pueblos. Queremos que la integración signifique, además de acuerdos comerciales, una agenda de complementación productiva, accesibilidad a mercados regionales y apertura de otros, instrumentos financieros comunes, complementación física y de comunicaciones, integración energética, articulación en materia de defensa, preservación de los recursos naturales, complementación educativa, científica y tecnológica, integración cultural y complementación en derechos laborales y seguridad social.

23. En el VI Encuentro del FSP, realizado en El Salvador en 1996 afirmamos que “la integración no excluye el interés nacional” y que “como proceso debe estar encaminado a lograr la convergencia y complementariedad económica y social de los países de la región”. Sostenemos que “sólo mediante esquemas de integración subregional y regional será posible alcanzar el peso específico que permita negociar exitosamente frente a los bloques económicos que hoy se consolidan en el mundo”. El proyecto integrador regional necesita considerar los diversos niveles de desarrollo y la heterogeneidad existente en la región. Para ser justa y solidaria estas tareas deberán establecer mecanismos preferenciales, teniendo en cuenta las asimetrías y desigualdades de la región. Un principio importante que deberá tenerse en cuenta es promover acciones para lograr una adecuada equidad.

24. Por ello mismo, sostenemos que la Integración “no puede quedar sólo en manos de los gobiernos, en ella tienen que participar activamente los partidos políticos, los movimientos populares, las organizaciones no gubernamentales, los empresarios afectados por el neoliberalismo y todos los actores reales, especialmente los verdaderos productores de riqueza”. Esta afirmación realizada hace casi diez años, reafirma su vigencia a la luz de los

avances y limitaciones existentes en las experiencias en desarrollo. En la actualidad sigue siendo una premisa indispensable para la real concreción de los proyectos que tienen lugar en diferentes regiones de América latina y Caribe, en pro de una verdadera integración de naciones y pueblos.

25. Denunciamos y rechazamos el feminicidio, expresión de la creciente violencia hacia las mujeres, como violencia de género cuya base es la discriminación y descomposición social producida por la persistencia de una concepción misógina y paternalista que ha generado un nuevo fenómeno criminalístico en nuestros países, destacadamente en México, El Salvador y Guatemala, en donde la agresión emocional, económica, laboral, psicológica y física, puede llegar incluso hasta el asesinato. Consideramos el feminicidio un crimen de Estado porque la negligencia e indiferencia de las instituciones encargadas de la justicia y la seguridad, así como de la ausencia de acciones legislativas y de gobierno reproducen las condiciones de impunidad. Así también denunciamos la explotación sexual infantil y de género que lacera la dignidad de la persona humana.

26. Por último, este XII Encuentro saluda la participación activa de representantes de entidades, movimientos sociales, parlamentarios y pequeños y medianos empresarios, mujeres y jóvenes quienes, en conjunto con representantes de nuestros partidos, trabajaron en los talleres de este Foro que asume todas las recomendaciones, mociones y propuestas aprobadas en los mismos, presentadas en anexo a esta Declaración.

São Paulo, 4 de julio de 2005.

Nota: la delegación del Partido Intransigente, de Argentina, manifestó su discordancia con la referencia hecha en el texto sobre el Gobierno Kirchner.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=101&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración de apoyo al PT

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo manifiesta su reconocimiento y gratitud a los compañeras y compañeros del Partido dos Trabalhadores de Brasil por las labores organizativas desplegadas y las fraternales atenciones brindadas en su condición de anfitriones a todos los participantes de este Encuentro.

Asimismo expresa su solidaridad con los compañeros ante los ataques de la derecha que intentan revertir el proceso de cambios sociales y políticos progresistas iniciado en Brasil.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=104&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

DECLARAÇÃO - OFICINA SINDICAL

Declaração do Foro de São Paulo

sobre a integração e a questão dos direitos dos trabalhadores

A integração latino-americana é boa e desejável por todos nós. Há que se discutir, no entanto, o tipo de integração que queremos e a forma como se dará de maneira a beneficiar não somente empresas, sistema financeiro e governos, mas antes de qualquer coisa os trablhadores e as populações de nossos países.

O debate em torno desta integração, que temos visto na mídia, privilegia os acordos comerciais, financeiros, diplomáticos e passa ao largo de qualquer preocupação em torno dos trabalhadores e das trabalhadoreas e da maneira como produzimos toda essa riqueza que aqueles acordos põem em circulação.

No conjunto de ações que defendemos, existem coincidências com iniciativas de outros setores, mas vamos além, pois temos a compreensão que estes – empresariais em particular – não priorizam nem irão priorizar a defesa dos interesses gerais da sociedade. Embora muitas das demandas apresentadas e debatidas tenham nosso apoio, pois estão dentro da lógica de defesa dos interesses nacionais e da América do Sul, compreendemos que são insuficientes. Queremos defender as empresas latino-americanas, mas acima de tudo as trabalhadoras e os trabalhadores latino-americanos.

Acreditamos ser fundamental para o desenvolvimento das nossas economias a eliminação do protecionismo dos países ricos, a necessidade da horizontalização das relações comerciais e a possibilidade de acesso a mercados de alto poder aquisitivo.

Defendemos novas formas de relações comerciais entre os países e blocos onde a ALCA da forma como está colocada, servindo como estratégia do imperialismo norte-americano para uma globalização neoliberal, não nos interessa. Compreendemos, ainda, a necessidade de questionamento do papel da OMC, enquanto supervisora da liberalização global, protegendo os interesses dos países ricos e das transnacionais.

Apesar disso, consideramos a OMC um fórum adequado de disputa para a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e conseqüentemente dos seus trabalhadores e prova disso foram as recentes vitórias do Brasil no contencioso com os EUA, na questão dos

subsídios ao algodão.

Defendemos a atuação dos países latino-americanos no seio da OMC baseados em três pilares fundamentais:

a) **Eliminação dos subsídios à exportação.** Que a União Européia aceita, desde que outros países também o façam, mas que ainda enfrenta entraves tais como a equivalência na competitividade nas exportações, formas de créditos à exportação e ajuda alimentar.

b) **Acesso aos mercados.** Cortes nas tarifas mais altas de importações de produtos agrícolas, proporcionas ao nível de desenvolvimento do país. Defendida pelo Brasil junto ao G20, considerando que o protecionismo têm sido maior sobre carnes, açúcar, tabaco e lácteos, justamente aqueles que os países em desenvolvimento mais produzem. Consideramos que na UNCTAD em São Paulo houve avanços nesta direção, que EUA e EU sinalizaram com a possibilidade de aceitação da proposta.

c) **Redução da subvenção doméstica.** Como a ??? nos Eua, onde o agricultor é compensado pelo governo quando os preços caem no mercado, o que beneficiaria em particular o G20.

Questão de direitos

Os acordos que os nossos governantes, empresários, entidades bilaterais ou multilaterais, vi de regra têm protagonizado se pautam por transações comerciais que não respeitam e nem mesmo debatem a questão dos direitos dos trabalhadores. É, portanto, fundamental uma ação coordenada, solidária e internacional do movimento sindical de maneira a garantir que estes direitos estejam contemplados.

A não observância dos direitos dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, além de prejudicar os mesmo no curto prazo, no médio e longo prazos prejudicará também os trabalhadores dos países desenvolvidos. Já percebemos a migração de grandes multinacionais para países onde existem menos direitos trabalhistas ou a remuneração é mais baixa, nivelando por baixo o salário dos trabalhadores em nível internacional, causando desemprego nos países ricos e aumentando a acumulação do capital.

A defesa dos direitos nos acordos internacionais é de interesse de todos os trabalhadores do mundo e destacamos aqui alguns pontos que consideramos fundamentais para garantir esses direitos, que por sua vez são reivindicações do movimento sindical brasileiro:

a) Desenvolvimento sócio-econômico deve ser solidário. A democracia e os direitos sociais devem servir como base para uma nova cooperação entre os países. Fortalecimento da democracia num continente historicamente marcado por ditaduras interessa aos movimentos sociais, pois esses são os principais atingidos quando a democracia deixa de existir;

b) A necessidade de uma Consertação Social para erradicar a pobreza, a fome, a mortalidade e a desnutrição infantil, o desemprego e a precariedade do trabalho, a pressão contra as

estruturas fragilizadas de seguridade e solidariedade social;

c) Elaboração de instrumentos jurídicos efetivos de proteção ao direito e liberdades fundamentais do cidadão e de controle social das políticas, com adoção das Convenções da OIT, de cláusulas trabalhistas e de direitos sociais nos acordos comerciais entre os países/ blocos e na OMC e combate à limitação dos direitos trabalhistas em muitas empresas.

d) Incorporação de conteúdos democráticos novos, com maior participação social uma vez que o modelo social e político americano e europeu são insuficientes para reverter o quadro de exclusão social da América Latina, da África e outras regiões subdesenvolvidas.

e) A exigência de contrapartidas sociais nos investimentos produtivos e nas políticas públicas, tendo como metas a geração de emprego e renda, melhora das relações e condições de trabalho, responsabilidade social e econômica das empresas;

f) Introdução de um código de conduta determinando marcos regulatórios às ações das empresas transnacionais para que respeitem direitos sindicais e trabalhistas;

g) Constituição de comitês sindicais mundiais que atuam em grandes corporações multinacionais, com poder de pressão organizativa e efetiva;

h) Inclusão de conteúdos específicos, aprovados na 2ª. Cúpula Sindical, na Cidade do México, em 16 de abril de 2004, que prevê a democratização da terra, a soberania alimentar e a defesa da agricultura familiar. Assim como política de inclusão para índios e afro-descendentes e políticas para as migrações e seus impactos econômicos e sociais.

Responsabilidade social das empresas

É comum ouvirmos que esta ou aquela empresa tem responsabilidade social e assistirmos o desenvolvimento de ações que podem iludir os desavisados e levá-los a acreditar que estas, efetivamente, estão contribuindo para a diminuição das disparidades sociais.

Sabemos, no entanto, que nas bolsas de valores as empresas “éticas” têm desempenho melhor que as demais, além de ser notório que normalmente este “ética” não passa de estratégia de “marketing”. No Brasil, as empresas, têm adotado estas ações como uma maneira e burlar ou diminuir o pagamento de impostos, pois a legislação permite descontar do Imposto de Renda este tipo de ação.

Este novo comportamento das empresas – que na verdade está longe de compromisso social – leva a situações emblemáticas como o caso da Parmalat que num país africano entendia estar cumprindo seu papel social dando um copo de leite por semana a crianças famintas, enquanto por outro lado nem mesmo recebia os dirigentes sindicais para atender às reivindicações dos trabalhadores.

Portanto, propomos que o movimento sindical latino-americano, com apoio dos diversos outros setores da sociedade civil organizada elabore uma “Carta de Princípios sobre a

Responsabilidade Social das Empresas", onde sejam estabelecidas um conjunto de regras mínimas que as empresas devem adotar em todas as suas filiais, na sua cadeia produtiva, na relação com governos, outras empresas, a sociedade civil do país instalada e com os trabalhadores.

É necessário que o comportamento das empresas mude radicalmente, tanto na forma como se relacionam com os trabalhadores como na maneira que se comporta dentro da comunidade. É assim que consideramos que uma empresa não pode ser classificada como socialmente responsável quando: não paga em dia seus impostos; não respeita ou reprime a organização sindical; pratica preconceito contra as mulheres, negros, indígenas, e portadores de necessidades especiais; não cumpre a legislação trabalhista; não respeita o meio ambiente; não se recusa a comprar produtos de empresas que utilizam o trabalho escravo, forçado e infantil; obriga seus funcionários a cumprir horas-extras; não abre seu balanço para que a sociedade , o estado e o sindicato exerçam o controle, fiscalizem e tenham acesso às informações sobre a lucratividade; exerce assédio moral; force a competição e a produção desenfreada que supere a capacidade do ser humano; não respeite o consumidor.

Recusamo-nos a aceitar como algo normal o fato de uma mega-empresa como a Coca-Cola – segundo denúncias – utilizar-se do trabalho infantil em sua cadeia produtiva em El Salvador, onde trinta e cinco mil crianças são contratadas como ajudantes.

Portanto, a responsabilidade social que estamos dispostos a cobrar das empresas é bem mais do que as maquiagens que fazem com objetivos de se apresentarem de forma simpática ao consumidor e aumentar seus lucros, queremos estabelecer um Índice de Sustentabilidade e Responsabilidade Social das Empresas que considere a integração de fatores ambientais, sociais, econômicos e de governança corporativa, que leve em conta os interesses dos investidores, trabalhadores, consumidores e capacidades de respostas às mudanças sociais.

A globalização que queremos

A recente posse de Tabaré Vázquez no Uruguai soma-se positivamente aos governos democrático-populares e defensores da soberania nacional de Kirchner na Argentina, Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela, imprimindo uma **nova geografia** que tem nas relações comerciais um dos aspectos importantes, mas não o único.

Assim, a globalização que estes governos de caráter popular defendem necessariamente não é a mesma de Bush. E o movimento sindical latino-americano se solidariza com eles na busca de uma globalização que leve em conta o ser humano e não o lucro.

Queremos um tipo de globalização que socialize para todo o planeta aquilo que os povos ao longo da sua história construíram de bem, de positivo.

Não nos interessa que o poder econômico desenvolva formas cada vez mais sofisticadas e globalizadas de apropriação da riqueza do planeta em benefício de uma pequena minoria, gerando miséria, fome e guerra no resto do mundo.

O tipo de globalização que queremos e a presente no Fórum Social Mundial, onde se busca

caminhos que permitam a todo ser humano deste planeta viver com dignidade, alegria, alimentado, com acesso à cultura, à educação e o respeito pelas suas especificidades.

No Fórum da Sociedade Civil, realizado durante a XI UNCTAD na cidade de São Paulo, em novembro do ano passado, chegou-se a um conjunto de proposta que podem ser norteadas de uma globalização que interesse aos povos e não às empresas, bancos e governos do Norte. São elas:

a) Um sistema global de comércio que beneficie todos os povos e proteja o meio ambiente;

b) Desenvolvimento sustentável do planeta;

c) A inclusão social;

d) Igualdade de gênero, em especial de seus povos mais pobres e sem poder decisório;

e) O comércio ou o aumento dos fluxos financeiros podem ser meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas não são fins em si mesmo;

f) Por um sistema de comércio que não beneficie unicamente as empresas multinacionais, criando iniqüidades internacionalmente;

g) Construção social de direitos, reconhecendo e respeitando o cidadão como sujeito de direitos;

h) A integração de blocos (Europa-América Latina e Caribe, sul-sul) pode ser uma oportunidade para construir uma outra mundialização;

i) Fortalecimento das organizações dos trabalhadores e da representação sindical nos locais de trabalho, ampliação da organização internacional dos trabalhadores;

j) As iniciativas em desenvolvimento devem ser estimuladas e ampliadas em todos os níveis, principalmente fortalecidas nas bases, junto aos que mais que são mais desrespeitados: os trabalhadores e trabalhadoras.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=148&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre las políticas sociales

La presencia de gobiernos democráticos y progresistas en América Latina plantea la necesidad de articular un modelo de políticas sociales que recoja las demandas históricas de los pueblos que han luchado por la igualdad, la justicia, las libertades democráticas, la defensa del medio ambiente y la soberanía nacional. Dichas políticas no pueden dejar de tomar en cuenta el respeto y promoción de derechos políticos, sociales y humanos que garanticen la participación de los pueblos en la definición del rumbo de los países, garantizando su desarrollo pleno y multilateral. La equidad de género; la erradicación de la tortura y cualquier tipo de discriminación; los derechos de los pueblos indios; los derechos de los jóvenes y de la comunidad de la diversidad sexual; el fomento de una nueva cultura política fundada en la lucha contra la corrupción y la solidaridad; las libertades de expresión y manifestación, entre otros, deben ser aspectos contemplados en la forma de gobernar y legislar de quienes pensamos que otra América Latina es posible.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=132&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la responsabilidad de Mireya Moscoso en la liberación de Posada Carriles

Considerando, que el Parlamento Centroamericano –PARLACEN- alberga dentro de su seno a Diputados y Diputadas electos por voto directo y secreto.

Considerando, que el PARLACEN es una instancia que reivindica los derechos humanos, el respeto entre los pueblos, y la lucha contra el terrorismo, entre otros.

El Foro de SP lamenta la incorporación al PARLACEN de Mireya Moscoso como Diputada Designada por el Estado de Panamá, por ser la responsable de la liberación del terrorista Posada Carriles y que demostró con esta acción su apoyo a las políticas de terrorismo de estado y terrorismo internacional de la administración del gobierno de Estados Unidos de América.

La presencia de personajes con esta reputación desprestigia al Parlamento Centroamericano, institución que impulsa la integración regional a partir de su amplia representación democrática.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=131&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución del Foro de São Paulo sobre Chile

El Foro de São Paulo resuelve:

Expresar su solidaridad con el movimiento que exige la libertad de los seis prisioneros políticos que aún existen en Chile. En la cárcel de alta seguridad se encuentran los compañeros Hardy Peña que ya cumple 12 anos en prisión, Pablo Vargas 14 anos en prisión, Claudio Melgarejo 12 anos, René Salfate 9 anos y Julio Peña 11 anos. En el Penal de Colina se encuentra Hedor Sanchez con 14 anos en prisión.

Manifestamos el respaldo al movimiento que solicita al Congreso que apruebe un nuevo proyecto de ley que permita su libertad.

Nos sentimos conmocionados y entregamos nuestra solidaridad a estos compañeros presos políticos que ya cumplen 50 días de huelga de hambre como recurso extremo para sensibilizar a la opinión pública nacional e internacional.

Extendemos la solidaridad y la petición de libertad para los lonkos (dirigentes) del pueblo mapuche, injustamente detenidos en las cárceles de la novena región.

Solidariza con el compañero Sergio Galvarino Apablaza Guerra destacado dirigente en la lucha por terminar con la dictadura de Pinochet, detenido en Argentina. Apoya al movimiento de derechos humanos, organizaciones sociales y políticas tanto de Chile como de Argentina que solicitan a la Justicia Argentina no sea extraditado y se le otorgue la calidad de refugiado, y que pueda seguir viviendo junto a su familia en Argentina.

El Foro de Sao Paulo apoya a las organizaciones políticas y sociales que en Chile exigen el término del excluyente sistema electoral binominal. Y se pronuncian a favor de un sistema electoral democrático que permita la representación plural, proporcional a la influencia electoral que en forma real las distintas fuerzas tienen.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=105&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Colombia

El XII Encuentro del Foro de São Paulo rechaza enfáticamente la aprobación por el Congreso Nacional Colombiano de la llamada ley de justicia y paz, que consagra la impunidad de los graves crímenes de lesa humanidad cometidos por los grupos paramilitares, quienes han actuado con la complicidad de la Fuerza Pública durante décadas.

Los grupos paramilitares son responsables de miles de asesinatos, desapariciones, atentados, masacres y desplazamiento, contra dirigentes sociales y de oposición política, así como miembros de organizaciones sindicales, campesinos, indígenas y populares.

Reafirmamos nuestro compromiso y solidaridad con las organizaciones y familias victimas en su lucha por garantizar sus derechos, a la justicia, la verdad y la reparación.

Exigimos que la OEA revise la Misión MAPP-OEA, para que este organismo no siga legitimando un proceso de impunidad y por el contrario, encamine sus esfuerzos a garantizar los derechos de la sociedad colombiana y sus victimas.

Enfatizamos nuestra disposición de contribuir para que en Colombia se avance en la solución política del conflicto armado interno y se supere la profunda y grave crisis humanitaria y de derechos humanos que afecta a millones de colombianos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=106&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Cuba

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo demanda el cese del bloqueo y la hostilidad del imperialismo norteamericano contra Cuba, y la liberación de los cinco compañeros cubanos presos en cárceles de los Estados Unidos por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=107&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre El Salvador

El Foro de São Paulo reunido en la ciudad de São Paulo, del uno al cuatro de julio de 2005, expresa su solidaridad con los trabajadores despedidos del Ministerio de Gobernación de El Salvador, entre ellos varios dirigentes de su organización laboral; ocho de los cuales, representando a todos sus compañeros han realizado treinta y cinco días de “huelga de hambre” demandando sus derechos constitucionales (a la organización, a la estabilidad laboral, a la indemnización proporcional por sus años trabajados) que han sido violados por el gobierno de ARENA del Presidente Elías Antonio Saca.

Demandamos el respeto a los derechos laborales y derechos humanos del pueblo salvadoreño.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=109&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Haití

El Foro de São Paulo manifiesta toda su solidaridad y resuelve enviar una misión de partidos del Foro que, junto a entidades de parlamentares latino-americanos como COPPPAL y COPA, se reúna con todas las expresiones sociales y políticas de Haití. El objetivo de la misión es profundizar el conocimiento de la situación y discutir acciones comunes para la reconstrucción política, económica, social y ambiental de Haití.

Considerando que el Foro de São Paulo respeta y aplica como principio general del derecho internacional el derecho a la autodeterminación de los pueblos, hacemos votos para la rápida reinserción soberana de la nación haitiana en la comunidad internacional.

Con ese fin, demandamos que la totalidad de la deuda externa de Haití sea condonada como una contribución para superar la situación de pobreza extrema que sufre su pueblo.

Asimismo exigimos que los países donadores, comprometidos con Naciones Unidas a financiar el plan para la reconstrucción de Haití, cumplan ese compromiso inmediatamente.

Nota: la delegación del Partido Comunista Brasileiro manifestó su discordancia con relación a esta resolución.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=129&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Academia Internacional para la Aplicación de la Ley (ILEA)

El XII Encuentro del Foro de São Paulo, a 15 años de su fundación en 1990,

Considerando:

1.- Que el gobierno actual de los Estados Unidos proyecta establecer en El Salvador una academia internacional policial y militar, bajo el nombre encubridor de "Academia Internacional para la Aplicación de la Ley –ILEA- (por sus siglas en inglés), cuya finalidad es influir e instrumentalizar ideológica, política y orgánicamente en el funcionamiento de las policías y ejércitos de América Latina, al estilo de la "Escuela de las Américas" que, funcionó en la zona del Canal de Panamá hasta la panameñización de éste;

2.- Que este proyecto fue rechazado con anterioridad con ejemplar dignidad, por varios países latinoamericanos, especialmente por el Congreso de Costa Rica, cuya argumentación jurídica y principista es impecable e irrebatible en defensa de la soberanía y autodeterminación nacional;

3.- Que el desarrollo de nuestros países solamente puede desenvolverse en función de sus pueblos mayoritariamente pobres, sobre la base de la plena autodeterminación, de la democracia participativa y el rechazo al interesado intervencionismo de quienes históricamente instrumentalizaron a las fuerzas armadas latinoamericanas y caribeñas para ejercer su asfixiante hegemonía imperial.

Por tanto resuelve:

1.- Condenar y rechazar el proyecto de instalación de la Academia ILEA, u otro proyecto similar en El Salvador o en cualquiera otro país latinoamericano o caribeño, por ser un emprendimiento típicamente intervencionista y subordinante de nuestras naciones.

2.- Exhortar a todos los partidos y demás organizaciones del Foro de São Paulo a expresar su activa solidaridad con la lucha del FMLN y de todas las fuerzas sociales y políticas de El Salvador en rechazo de la instalación de ILEA en ese país.

São Paulo, 4 de julio de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=130&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Nicaragua

Considerando que recientemente el Presidente de la República de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer ha tomado decisiones que atropellan el estado de derecho, situándose "por encima de la ley", violando la Constitución de la República, desconociendo la autonomía de los otros poderes del Estado y vulnerando la institucionalidad del país.

Tomando en cuenta que el Presidente Bolanos Gayer, se rehúsa a reincorporarse al Dialogo Nacional con las principales fuerzas políticas del país, el FSLN y el PLC, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

Preocupados por que esta situación profundiza la crisis económico social y pone en riesgo la estabilidad nacional y regional.

Los partidos políticos participantes en el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resolvemos:

Exhortar al Presidente de la República de Nicaragua garantizar el estado de derecho y fortalecer la institucionalidad, reconociendo la legitimidad de las reformas constitucionales recientemente aprobadas por la Asamblea Nacional.

Instar al Presidente de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer, a reincorporarse al Diálogo Nacional, para seguir explorando las vías de solución a la problemática nacional.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=133&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Puerto Rico

Los partidos del Foro de São Paulo, reunidos en ocasión del quince aniversario de su primera reunión y cónsonos con sus declaraciones anteriores expresan su repudio a la condición colonial de Puerto Rico, reclaman del gobierno de los Estados Unidos que asuma su responsabilidad para que el pueblo puertorriqueño pueda ejercer plenamente su derecho inalienable a la libre determinación y la independencia, y reitera su apoyo incondicional a la independencia de esta hermana nación latinoamericana y caribeña.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=135&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Venezuela

El pleno del XII Encuentro del Foro de São Paulo

Considerando:

1. que en Venezuela estos años han sido de grandes logros, tanto a nivel político, social, como en lo económico. La derrota del Golpe de Estado y del paro petrolero en el 2002, el triunfo en el Referendo Revocatorio donde el Presidente Chávez logró una aplasmante mayoría, los éxitos de las misiones sociales (en educación y salud) así como en la economía ha llevado a que se viva un proceso de consolidación de la revolución en marcha.

2. que los sectores opositores al Gobierno del Presidente Chávez, han sufrido derrotas sucesivas en sus intentos por hacerlo caer y ya no les quedan muchos recursos institucionales. Los medios de prensa en manos de poderosos sectores de la derecha, con lazos nacionales e internacionales, juegan un papel de bombardeo ideológico, pretendiendo revertir la credibilidad, desestabilizar, correr rumores e instigar la desconfianza.

Atento:

A que la administración Bush ha sumado varias derrotas políticas en el continente como por ejemplo su propuesta en la 356ª. Reunión de Cancilleres de la OEA del “monitoreo a las democracias” que habilitaba la intervención militar y estaba dirigido en primer lugar al Gobierno de la república Bolivariana de Venezuela.

A que el imperialismo yanqui ha echado a andar su estrategia desestabilizadora en la región, pretendiendo recuperar su terreno de dominación perdido, apuntando a la Revolución Bolivariana, al Presidente Chávez y a recuperar para sí los recursos energéticos cuyas reservas son las mayores del continente latinoamericano, El Foro de São Paulo declara:

1. que estrecha filas en torno a la defensa de este proceso bolivariano y en contra el operativo calumnioso que trata de involucrar al Presidente Chávez con intentos injerencistas en otros países.

2. que rechaza de plano todo intento de injerencia e intervención en los asuntos internos de los países latinoamericanos y caribeños.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=138&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Guatemala

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

Demandar al Gobierno de Guatemala tomar en cuenta los resultados de las consultas populares que a nivel municipal se realicen ese país, como forma de consulta a la población sobre el destino de los recursos naturales y proyectos de exploración y explotación minera.

Existe en Guatemala la legislación nacional contenida en la Constitución de la República, Código Municipal y Ley de los Consejos de Desarrollo Urbano y Rural que garantizan los mecanismos de consulta popular a diferentes niveles, así como lo contenido en el Convenio 169 de la OIT relacionado a los derechos de los pueblos indígenas y ratificado por la República de Guatemala.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=128&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de apoyo a la declaración de la Cumbre América del Sur - Países Árabes

El Foro de São Paulo manifiesta su apoyo a la "Declaración de Brasilia", emitida por la Cumbre América del Sur – Países Árabes, reunida el mes de mayo de 2005, y enfatiza la importancia de los términos del punto 2.8:

"Reafirman la necesidad de alcanzar una paz justa, duradera y completa en el Medio Oriente, con base en el principio de tierra por paz y en las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y de la Asamblea General de la Naciones Unidas, particularmente las Resoluciones 242 (19670 Y 338 (1973) DEL Consejo de Seguridad, así como el Acuerdo –marco de Madrid y la "Iniciativa de Paz Árabe", que garantice la seguridad de todos los países de la región. Igualmente subrayan la necesidad de realizar la plena implementación de la "Hoja de Ruta". Reafirman la necesidad de materializar los derechos nacionales legítimos del pueblo palestino y de implementar la Resolución 1515 (2003) del Consejo de Seguridad, así como de la creación del Estado Palestino independiente con base en las fronteras de 1967, que coexista pacíficamente al lado del Estado de Israel , y la retirada de Israel de todos los territorios árabes ocupados hasta las fronteras del 4 de junio de 1967 y el desmantelamiento de los asentamientos, inclusive los de Jerusalén del Este. Toman debidamente en cuenta la opinión consultiva de la Corte Internacional de Justicia del día 9 de julio de 2004 correspondiente a "Las Consecuencias Legales de la Construcción de un Muro en los Territorios Palestinos Ocupados" y exhortan, a todas las partes interesadas a cumplir con la referida opinión consultiva."

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=102&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre nuestro desarrollo educativo, cultural y tecnológico

La vocación democrática e integradora de nuestros países debe cifrarse en un sólido compromiso con el desarrollo educativo, cultural, científico y tecnológico. Actualmente sólo 2 de cada 10 jóvenes latinoamericanos cursan la educación superior; sólo destinamos entre 4 y 5.5% de nuestro Producto Interno a Bruto al financiamiento educativo (cuando la UNESCO recomienda 8%), entre 0.05 y 0.1% a la cultura (cuando la UNESCO recomienda el 1%) y menos del 0.5% a la Ciencia y la Tecnología (entre 3 y 10 veces menos que los países desarrollados). Es fundamental aumentar el gasto público en estos ámbitos en el marco de una reforma integral de las políticas públicas y el fortalecimiento de los derechos sociales. Debemos educar a nuestros jóvenes y nuestros niños para la solidaridad, el respeto a los derechos humanos, la conciencia ciudadana y la fraternidad latinoamericana. Es nuestra tarea la construcción de una política cultural fundada en la diversidad y el respeto a la libertad creativa. El intercambio y el crecimiento educativo, cultural, científico y tecnológico, serán ejes imprescindibles del desarrollo económico, democrático y social de una América Latina libre e independiente.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=108&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Renta Básica de Ciudadanía

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, realizado en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda

RESUELVE

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higueras, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=136&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre el respeto a los Derechos Humanos en nuestro continente

1. Nuestros pueblos latinoamericanos y del Caribe han enfrentado durante años las acciones represivas de gobiernos dictatoriales y/o autoritarios cuya finalidad ha sido poner fin a la insurgencia y lucha por la democracia, la justicia y la equidad social.

2. Es así que durante décadas hemos vivido desapariciones forzadas, ejecuciones sumarias, tortura, genocidio, y otros crímenes de guerra y lesa humanidad cuyos responsables directos o intelectuales siguen viviendo en la más absoluta impunidad, a pesar de los aún limitados y muchas veces infructuosos esfuerzos para que paguen sus crímenes ante la sociedad y el mundo.

3. Una nueva expresión de la perversión del sistema de justicia en nuestro continente y de la subordinación a la concepción de seguridad hemisférica estadounidense se manifiesta en la criminalización de la protesta y la lucha social e insurgente como actos de “terrorismo internacional”, como sucede en Colombia y en muchos de nuestros países.

4. Cientos de compañeros y compañeras de partidos y organizaciones de nuestros países están en este momento presos por su participación militante en la lucha por la liberación social y nacional.

5. En algunos de nuestros países, como resultado de la lucha de los movimientos sociales, populares y organizaciones nacionales e internacionales de derechos humanos, ha surgido una incipiente posibilidad de sancionar, reconociéndose desde el propio Estado en sus poderes ejecutivo, judicial y legislativo, la responsabilidad de los crímenes del terrorismo de Estado cometidos en el pasado, y por ello en la necesidad de crear una normatividad que rompa el círculo de la impunidad en la que han vivido estos criminales. Es así que en Argentina, la Suprema Corte de Justicia dio respaldo a la decisión del Congreso de anular las leyes de punto final y obediencia debida; en México se han consignado expedientes de criminales y genocidas; en Chile se cursa un proceso de enjuiciamiento al dictador Augusto Pinochet y a otros responsables de los crímenes de Estado.

6. Conscientes de la trascendencia de reivindicar como un principio de ética política fundamental en nuestros pueblos la lucha por la justicia y en contra de la impunidad

El Foro de Sao Paulo, a quince años de su fundación, se pronuncia por:

PRIMERO. La libertad incondicional de todas y todos los prisioneros que por motivos políticos sufren la reclusión. En particular, en el caso del compañero Víctor Polay preso en Perú, denunciamos el proceso en el que jueces enmascarados lo inculparon y, ante la reposición del

proceso, demandamos un juicio conforme lo establecen los principios del derecho penal internacional de los derechos humanos. En el caso de Chile, este foro aprueba una resolución particular.

SEGUNDO. La presentación con vida de las y los compañeros víctimas de la desaparición forzada e involuntaria y el castigo a los responsables de estos actos.

TERCERO. El castigo a los responsables de los crímenes contra luchadores sociales promovidos desde las esferas del Estado (Aguas Blancas y Acteal en México, el asalto a la embajada española en Guatemala y muchos otros aún impunes). De manera particular, que en el proceso penal que se sigue a los asesinos del compañero ecuatoriano y miembro de este Foro de Sao Paulo, Jaime Hurtado González, se les sancione con todo el rigor de la ley penal internacional y doméstica.

CUARTO. La destrucción del círculo de impunidad en todos nuestros países. Los crímenes de guerra, el genocidio y los crímenes de lesa humanidad son sancionados por el derecho penal internacional bajo el principio de las normas *ius cogens* que establecen la imprescriptibilidad de los más graves crímenes contra la humanidad. Por ello, los poderes del Estado deben generar las acciones judiciales, legislativas y de gobierno para conocer la verdad histórica, procurar e impartir justicia sancionando a los responsables, reparar el daño moral infringido a la sociedad y crear condiciones normativas y judiciales para que nunca más se repitan los crímenes de Estado.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=137&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución en contra del Feminicidio

Los partidos políticos reunidos en el XII Encuentro del Foro de São Paulo:

Considerando, que las mujeres sufren la violencia de forma más intensa, sufren violencia por el hecho de ser mujeres, tanto en el ámbito de las relaciones familiares, como en el marco de los conflictos armados, en los fenómenos migratorios, y por motivos culturales, raciales, religiosos y económicos, profundizados por las políticas neoliberales, manifiesta su profunda preocupación e indignación contra la violencia feminicida.

Así mismo, condena que miles de mujeres, niñas y niños latinoamericanas están siendo sometidas y sometidos a tráfico, trata y venta, en condiciones de esclavitud, la cual considerábamos abolida, situación que se agrava entre la población obligada a migrar o desplazarse por razones económicas o políticas.

Este XII Encuentro del Foro de Sao Paulo condena los ataques sistemáticos a los derechos humanos de las mujeres y niñas, en especial las violaciones y la utilización del cuerpo de la mujer como botín de guerra, como sucede en Haití y en el conflicto armado interno colombiano.

Por lo anterior, el XII Encuentro del FORO DE SÃO PAULO, se compromete a promover, a nivel nacional e internacional, la tipificación del delito de feminicidio como delito de lesa humanidad.

Nota: esta resolución fue propuesta en el Taller de Mujeres y aprobada en el Plenario.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=125&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de condena al terrorista Posada Carriles

Considerando

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.

- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de "Comisario Basilio".

- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.

- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo.

- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respaldar la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición sucrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=134&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Mesa de Parlamentarios del Foro de São Paulo

Resolutivos

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, se realizó en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello los parlamentarios asistentes al XII Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda.

Resuelven

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higueras, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional, bajo los siguientes

Considerandos

- Que la acumulación de los niveles de pobreza a lo largo de nuestros pueblos en el continente americano, produciendo situaciones marcadas de inequidad y exclusión social, vulnerando la calidad de vida de millones de ciudadanos y la consecuente marginación a la que están sometidos.

- Que apoyamos las acciones de política exterior que lleva adelante el gobierno bolivariano para impulsar y, a su vez, fortalecer el proceso de integración, el pensamiento de Simón Bolívar, como suma del legado a sus libertadores y el rechazo al pensamiento único, expresión de un neoliberalismo excluyente, al cual le hemos hecho frente con el arma más

poderosa del ser humano, los intereses sociales y colectivos frente a los particulares.

- Que propugnamos por la adopción por parte de las naciones que conforman nuestra América de una legislación uniforme a partir de la Carta Social de las Américas para resolver los problemas de nuestra comunidad partiendo, en su formación, del respeto a la dignidad del ciudadano, y de la consideración de sus necesidades básicas que es lo fundamental por sobre imperativos económicos, en un escenario de justicia.

- Que expresamos que no podemos apoyar ninguna iniciativa que violente el derecho de los pueblos a su autodeterminación ni que nación alguna respaldada por la fuerza coercitiva de las armas y el capital intente transgredir las decisiones de las mayorías mediante acciones que vulneren los principios de respeto a los derechos del ser humano

En consecuencia con lo antes expuesto:

Acordamos:

- Continuar impulsando para todos los pueblos del Continente la verdadera noción de ciudadanía entendida como la titularidad de nuevos sujetos de derechos no sólo políticos y civiles sino sociales, económicos y culturales establecidos en la Carta Social de las Américas y su correlativa exigibilidad al Estado que los lleven a detentar los bienes de vivienda, educación, salud, trabajo, en el marco de una vida social plena,

- Reafirmar la carta social de las Américas como el instrumento idóneo para el logro de estos fines, es el proyecto que debemos convertir en idea fuerza para que se constituya en guía de la conciencia social de los pueblos de América, mediante el propósito de continuar luchando por la vigencia de los derechos humanos y combatir los sueños imperiales fundados en el egoismo depredador y el desprecio a las aspiraciones de todos de vivir la vida en toda plenitud.

- Apoyar a las Misiones de nuestras naciones ante la OEA, en virtud de adoptar la Carta Social de las Américas e instar a los países del continente a contribuir con el Grupo9 de Trabajo establecido en el marco de la XXXV periodo de Sesiones Ordinarias de la Asamblea General de la OEA, celebrado del 6 al 7 de junio en For Lauderdale. Así mismo, impulsar un Plan de Acción acorde con una negociación justa, equitativa, democrática y consensuada con las legislaciones de nuestros países, en el más franco espíritu de solidaridad y de integración americanista.

- Exhortar a todos los países del Continente Americano a comenzar procesos internos de discusión y análisis colectivos con las fuerzas sociales y demás actores en cada una de las naciones con la profunda convicción de que la ciudadanía, con un espíritu integrador a la vida política y social, serán los principales impulsores de la Carta Social de las Américas,, lo que estimulará en las demás Misiones ante la OEA, acciones tendientes a enriquecer favorablemente las negociaciones de este importante instrumento jurídico y así nuestro hemisferio siga demostrando ante el mundo que el sueño de Simón Bolívar sigue vigente

con el reestablecimiento pleno de los Derechos Sociales, Culturales y Económicos para una vida digna de los ciudadanos de América.

3. Pronunciarnos en contra de la instalación en cualquiera de nuestros países de la **ACADEMIA INTERNACIONAL PARA LA APLICACIÓN DE LA LEY (ILEA)**, por considerar que su actividad va orientada a imprimirle a las policías nacionales una visión militar, fundamentada en la concepción estadounidense de la lucha contra el terrorismo, crimen organizado-narcotráfico y contra la corrupción lo cual lleva intrínseca la comisión de violaciones a los derechos humanos y las garantías individuales.

4. Promover un **ENCUENTRO TÉCNICO POLÍTICO** entre una delegación de parlamentarios de partidos políticos integrantes del Foro de Sao Paulo con representantes del Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo, así como con congresistas de los Estados Unidos de América.

El encuentro tendría como finalidad realizar un intercambio de opiniones entre las entidades participantes sobre la realidad de América Latina desde una perspectiva histórica con especial referencia a sus aspectos políticos, económicos y sociales; sus principales problemas y propuestas para superar la actual situación.

La delegación estaría integrada, entre otros, por la compañera Blanca Flor Bonilla del FMLN, el Dr. Rosinha del PT de Brasil, el senador Carlos Baraibar del Frente Amplio de Uruguay y el senador Ricardo Higueras del PRD-México, quienes tomarían las acciones apropiadas para tal fin, informando oportunamente al Secretariado del Foro de Sao Paulo y a los miembros del Grupo de Trabajo.

5. Apoyar la propuesta sobre el caso de Luis Posada Carriles bajo los siguientes

Considerandos

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.

- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de “Comisario Basilio”.

- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.

- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo;

- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respaldar la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición sucrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

6. Respaldar y apoyar la creación de **TELESUR**, como portavoz de la construcción de una cultura de la resistencia al discurso hegemónico del imperio y como generadora de un pensamiento latinoamericano emancipador frente a la manipulación mediática y al intento hegemonista de imponer un pensamiento único. La Telesur saldará una deuda comunicacional contraída con nuestros pueblos. La Telesur arranca el 24 de julio como una televisora del sur de Sudamérica promovida por Cuba, Brasil, la República Bolivariana de Venezuela, Argentina y la República Dominicana. Como parte del apoyo se propone que los partidos impulsen promotores independientes que se incorporen a través de su colaboración se pueda incorporar a través de bajar la señal CNL.

7. Organizar un **Encuentro mundial de parlamentarios y la sociedad civil por el acuerdo humanitario y la paz de Colombia** a realizarse los días 29 y 30 de septiembre y 1°. de octubre en Colombia. Esta propuesta surge a partir del Informe presentado por la delegación del Foro de Sao Paulo que hizo una visita de exploración a Colombia para analizar la situación del proceso de paz en la que tuvieron encuentros con todos los actores sociales y políticos para ver cómo ven la situación del país. Esta iniciativa es necesaria para romper el círculo de desinformación a nivel mundial y proponer iniciativas a la paz que se orienten a la ONU, y a todos los organismos de derechos humanos de todo el sistema mundial. La sociedad civil y los grupos sociales y de derechos humanos se verían muy fortalecidos. Se necesita que los parlamentarios colombianos hagan una invitación formal y sean coparticipes de la organización del Encuentro. Se visitó al presidente del Congreso para comentarle la propuesta de parlamentarios. Reconocimiento de las organizaciones en armas para su inclusión en el diálogo fue un planteamiento que hizo la iglesia. La necesidad más urgente es el acuerdo humanitario, lo importante es que las fuerzas insurgentes le dan credibilidad a esta posición.

8. Realizar una visita a **BOLIVIA** para explorar el impulso de una iniciativa similar a la de Colombia y que a través del Grupo de Trabajo del Foro se pueda valorizar una intervención similar, se delega al compañero Diez-Canseco para hacerse cargo de esta propuesta.

9. Llamar la atrición sobre la situación política de Nicaragua pues el presidente de la República, Ingeniero Enrique Bolanos Gayse se rehusa a reincorporarse al diálogo nacional con la principales fuerzas del país (FSLN y PLC) cual él mismo se había comprometido desde el pasado 12 de enero, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

El desconocimiento de la Constitución Política, en enfrentamiento que el primer mandatario ha sostenido con los otros poderes del Estado, aunado a la profundización de la crisis económica-social, ha desembocado en la degradación de la institucionalidad del país, con una proyección peligrosa par la estabilidad nacional y regional.

Esta situación en Nicaragua provoca preocupación de los partidos de izquierda que integramos el Foro de Sao Paulo e instamos al presidente, Enrique Bolanos a retornar a la mesa de negociación para seguir explorando a través del diálogo las vías de solución a la problemática nacional, sin la intervención de elementos ajenos a los intereses propios de la nación nicaragüense.

10. Transcribir la propuesta del Senador Ricardo Higueras

Resolución

> 1. La integración de los pueblos y las naciones de América Latina es un asunto de orden público cuyo rumbo y concreción debe contemplar la participación de todos los actores, públicos y privados, desde su diseño, negociación, concertación y procesos de sanción mediante los instrumentos de democracia participativa vigentes en cada país, así como en su ejecución, ejercicio y evaluación. La diplomacia y las negociaciones en

torno de la integración no pueden ser un asunto de particulares.

2. Refrendamos que los derechos económicos, políticos, sociales y ambientales, y particularmente aquellos que se refieren al derecho ciudadano (en su expresión colectiva o individual) a participar en el diseño, negociación, concertación, dictaminación, ejecución, ejercicio y evaluación de las políticas públicas, son consustanciales a los derechos humanos en una visión amplia e integral.

3. Los partidos y los legisladores y legisladoras participantes en este encuentro, nos comprometemos a impulsar tanto en los congresos nacionales como en los locales o regionales, el debido reconocimiento jurídico constitucional y en las leyes que correspondan, de la participación ciudadana (en sus expresiones individuales y colectivas) en los asuntos de orden público y a fortalecer todos los instrumentos de democracia participativa y deliberativa a fin de contribuir, así, al arribo o consolidación de nuestras sistemas democráticos.

4. Hacemos un llamado a abrir espacios amplios de diálogo entre los partidos políticos que conformamos este Foro de Sao Paulo y los movimientos t organizaciones con una vocación progresista y de izquierda para fortalecer un proyecto alternativo que permita la incidencia social en las políticas públicas y específicamente en la integración de nuestros pueblos y naciones, y avanzar así en la construcción de otra América Latina, democrática y participativa.

11. Reclamar la inmediata liberación de los cinco presos cubanos que se encuentran detenidos en Estados Unidos por su compromiso de combatir a los grupos terroristas de la mafia cubanoamericana asentada en Miami, Fl.

12. Apoyar con la asistencia de parlamentarios el **Primer Encuentro de Parlamentarios y parlamentarias Latinoamericanos y Caribeños por la Integración y Unidad de los Pueblos** que se desarrollará el 23 y 24 de julio en la ciudad de San Salvador. INVITACIÓN AL ENCUENTRO QUE SE VA A REALIZAR EN EL SALVADOR.

13. Apoyar el **ENCUENTRO PARLAMENTARIO SOBRE EL ALTERNATIVA BOLIVARIANA DE LAS AMERICAS** a realizarse en el marco del Foro Social Mundial en el mes de enero, la responsabilidad de la coordinación de este encuentro queda a cargo de los compañeros de Venezuela.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=146&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Moção de apoio ao Governo brasileiro

Considerando que a eleição do presidente Lula significou um grande avanço para o Brasil e para o povo brasileiro;

Considerando que as políticas públicas implementadas pelo governo federal, como na área de educação com o sistema de cotas, bolsa família, agricultura familiar, seguro agrícola etc., vem aumentando dia a dia a inclusão social do povo menos favorecido do Brasil;

Considerando que a ação do governo federal no plano internacional destacou o Brasil como um país determinado a acabar com a fome e a miséria dentro e fora do país, estabelecendo relações comerciais multilaterais com a Ásia, África, Oriente Médio, América Latina em franca e aberta contraposição à política belicista dos EUA que inclusive tentou fazer com que o Brasil apoiasse a invasão ao Iraque e como a firmeza de nosso presidente veio acompanhada de uma frase célebre: “Nossa guerra é contra a fome”.

Considerando que iniciativas estratégicas em defesa de nossa soberania, de relação, de cooperação e não de submissão entre as nações e de promoção dos jovens, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e indígenas.

Propomos que esse Foro repudie a campanha de calúnias e difamações promovidas contra o governo brasileiro e manifesta seu apoio à política de desenvolvimento e crescimento social do Brasil.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=141&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA

Oficina dos movimentos negro e indígena

“As lutas pela promoção da igualdade nos processos de integração”

Introdução

A luta pela promoção da igualdade e contra as diversas formas de discriminação é uma necessidade premente nos países latino-americanos e questão fundamental para o processo de integração.

Objetivos

Aprofundar o debate sobre os avanços ocorridos e problemas enfrentados pelos países latino-americanos na luta pela igualdade no trato de negros e índios, tanto do ponto de vista dos Partidos, da Sociedade e dos Governos.

Contexto geral

Os participantes constataram que o enfrentamento da discriminação, quer seja na sociedade, quer seja nos próprios partidos ainda é muito grande. Na sociedade, em sua maioria, a questão não é tratada e a discriminação se dá de forma velada, fato que ocorre nos diversos países. Nos Partidos, o debate em torno da questão racial não ocorre e quando acontece, caso do PT no Brasil, que criou uma secretaria para tratar da questão racial, os avanços desse debate ainda não obtém a dimensão necessária.

Do ponto de vista dos Governos, em sua maioria não tem política pública definida para o trato da questão. Foi ressaltada a importância da política que vem sendo desenvolvida pelo Governo Lula, que tem como objetivo a inclusão da população negra nos diversos espaços da sociedade, exemplo disso é a criação de quotas para negros nas universidades.

Propostas

O FSP propõe que os Partidos de Esquerda busquem construir ou aprofundar o debate em torno da discriminação no seio da sociedade, fortalecendo a luta pela promoção da igualdade nos processos de integração.

Propõe ainda, que os Governos populares priorizem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão dessas populações no acesso a educação, saúde, renda, visando diminuir a discriminação nos processos de integração.

O PT – Brasil se responsabilizou pela produção de um texto que será socializado com o conjunto dos países sobre a questão racial. O objetivo do documento é a troca de experiências, conhecimentos e a construção de uma proposta comum de integração.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=145&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE JUVENTUDE

Propostas do Grupo de Trabalho da Juventude do Foro de São Paulo 2005

Nós, jovens dos partidos políticos e movimentos reunidos no 12º. Encontro do Foro de São Paulo, apresentamos ao conjunto dos participantes os principais debates realizados em nosso grupo de trabalho.

Vivemos um contexto de novas perspectivas na América Latina onde o avanço de forças de esquerda e progressistas, em governos e movimentos sociais, possibilita um avanço real de ações que visem uma integração solidária entre nossos povos, que supere a integração meramente comercial e possa construir uma alternativa conjunta ao neoliberalismo em nosso continente. O olhar mais aprofundado dos partidos de esquerda para a participação política da juventude nesse processo deve ser um dos objetivos deste Foro São Paulo.

Mesmo com claros avanços da democracia em nosso continente, a situação da juventude na América Latina ainda é preocupante. Os altos índices de violência que atingem os jovens, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a escassez de oferta de um ensino público, principalmente nas universidades públicas, a ausência durante anos de políticas públicas governamentais para a juventude e o descrédito de parcelas significativas dos jovens com as atuais instituições políticas e governamentais, exigem dos setores de esquerda e progressistas um conjunto de ações estruturantes para a juventude em seus países.

Assim, propomos algumas tarefas e desafios para o Foro no próximo período:

1) Desenvolver políticas que ampliem a participação da juventude nos espaços decisórios da sociedade através de mecanismos que fortaleçam a democracia em nosso continente.

2) Reafirmar a defesa de um ensino público gratuito e de qualidade articulado com um projeto de desenvolvimento nacional e regional consolidando o direito a cidadania plena em nossos países.

3) Combater a desregulamentação do mercado de trabalho que hoje atinge grandes parcelas de nossos jovens na América Latina e intensificar a luta contra a exploração do trabalho infantil e escravo, ainda existentes em nosso continente.

4) Garantir a igualdade de oportunidade de gênero, estimulando e desenvolvendo políticas voltadas a participação das mulheres nos espaços de poder.

5) O Foro deve pautar de forma mais cotidiana a questão da juventude, com o objetivo de diagnosticar mais precisamente a sua realidade através da construção de um grupo de trabalho permanente, que ajude a subsidiar a discussão e a troca de informações e desenvolva ações de solidariedade e campanhas continentais.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=143&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE EMPRESÁRIOS

Projeto de uma Rede de Empreendedorismo envolvendo todos os países latino-americanos

Atualmente está sendo executado pelo Partido dos Trabalhadores, através da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, um projeto criando uma rede nacional de empreendedores constituída por núcleos de militantes nos municípios brasileiros onde o Partido está organizado.

Denominada Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores, ela marcará profundamente e de maneira continuada a discussão das questões políticas, sociais e econômicas nos municípios. Esta rede será a responsável pela criação em cada um deles de um fórum permanente para promover o desenvolvimento local. Todos sabem que o modelo tradicional de desenvolvimento capitalista e seu correspondente padrão de industrialização vivem, há décadas, uma forte crise que exige a criação de alternativas quanto às possibilidades de desenvolvimento. Este problema assume contornos concretos nos municípios, onde de fato vive a população que sofre as conseqüências do desemprego e da dificuldade de o Estado suprir suas necessidades. Isso aumenta a responsabilidade do governo e da sociedade civil local na criação de alternativas de desenvolvimento que se tornam estratégicas e fundamentais.

A universalmente reconhecida preocupação do Partido dos Trabalhadores com a inclusão social através de seus programas para geração de empregos e distribuição de renda, torna premente a discussão sobre alternativas de desenvolvimento local e regional, com a articulação de municípios em torno de projetos comuns que possam potencializar a riqueza de cada um e, também, colocar a questão do desenvolvimento no centro do debate regional, articulado com a postura do governo federal, seus programas e seus projetos. Estamos falando de um desenvolvimento que respeita e estimula as potencialidades e as culturas locais e regionais, articulando cadeias produtivas, potencializando recursos e alternativas e valorizando e empreendedorismo.

A participação de empresários nesta discussão torna-se indispensável devido à sua visão empreendedora, sua capacidade de visualizar oportunidades de investimento e geração de riqueza, segundo a vocação e as possibilidades de cada localidade.

Criar um fórum de discussão dessas questões, em conjunto com todas as forças ativas da sociedade civil local, é a contribuição permanente que pretende oferecer a Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores.

Periodicamente, uma parte dos integrantes desta rede atenderá um chamamento para atuar nos processos eleitorais visando desmistificar as propostas dos partidos progressistas e de suas candidaturas no meio empresarial.

A nossa proposta é contribuir com os paises latino-americanos na criação de uma rede de empreendedores com o mesmo perfil e objetivos para atuar em cada um de seus países.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=142&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Oficina de Autoridades Locales

En el marco del XII Encuentro del Foro de São Paulo, reunidos en la ciudad de São Paulo los días 1ro. al 4 de Julio del 2005, el taller de Autoridades Locales definió los siguientes puntos a ser trasladados al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo:

- A pesar de tener su origen fuera del ámbito local, la globalización ejerce un fuerte impacto en los gobiernos subregionales y locales.

Por eso, se torna sumamente necesaria la creación de formas reales de protagonismo internacional de los gobiernos locales, para que su actuación, en ese sentido, salga del ámbito meramente consultivo y de intercambio de experiencias, para transformarse en una actuación de hecho.

- La integración latino-americana y la actuación internacional de los gobiernos locales y subregionales se traduce únicamente como una practica casi exclusiva de los gobiernos progresistas y de izquierda, estas encuentran sistemáticamente, limites definidos por las practicas neoliberales, y deben buscar apoyo fuera de sus países, para profundizar los procesos de inclusión social, la descentralización administrativa y política, y la participación popular en estos procesos.

- En un importante proceso de debate donde fueran presentadas y discutidas muchas propuestas de las cuales priorizamos las siguientes, en el afán de ser ejecutivos y prácticos continuando con el desarrollo de otras en futuros encuentros de los actores locales, en tanto sugerimos al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo las siguientes propuestas como prioritarias:

- Que el Foro de São Paulo (partidos, secretaria ejecutiva y Grupo de Trabajo), trabaje para poner en red las experiencias de las ciudades gobernadas por sus partidos, para que las experiencias puedan ser divulgadas e intercambiadas a través del portal propio del Foro de São Paulo.

- Articular y fortaleces la actuación de los gobiernos y sus gobernados en las ciudades donde los partidos del Foro de São Paulo gobierna, en las redes existentes a nivel regional y mundial (Mercociudades, CGLU, Metropolis, FLACMA, Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social, etc.) para que se potencialice la influencia política de los gobiernos locales en los procesos políticos que se desarrollan tanto a nivel del continente, como a nivel mundial.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=147&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Recomendación de apoyo a los jóvenes becados por Cuba

Cuba, en una actitud plenamente solidaria, internacionalista y latinoamericana, ha otorgado 10.000 becas a alumnos del continente, fundamentalmente estudiantes de medicina.

Recomendamos que los partidos del Foro de São Paulo hagan esfuerzos y gestiones en sus respectivos países para lograr homologar o revalidar los títulos con el objetivo de reinsertar nuestros jóvenes en nuestros pueblos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=103&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final del IV Encuentro del Foro de São Paulo

El IV Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana entre los días 21 y 24 de julio de 1993, con la presencia de 112 organizaciones miembros y de 25 observadores de la región, se constituyó en una demostración de vitalidad de las fuerzas políticas de identidades nacionalistas y antimperialistas, democráticas y populares, de izquierda y socialistas de América Latina y el Caribe comprometidas con los cambios profundos en nuestro continente. Asimismo, la asistencia de observadores representantes de 44 instituciones y fuerzas políticas de América del Norte, Europa, Asia y Africa, revela la significación que el Foro ha adquirido.

La elección durante el III Encuentro, celebrado en Managua, Nicaragua, de la Ciudad de La Habana como sede de este encuentro se transformó en una decisión transcendente. Logró la incorporación de 31 fuerzas políticas, entre las que se incluyen 21 partidos y movimientos anticolonialistas, populares y democráticas del Caribe, que fortalecen este esfuerzo unitario. Permitió tomar contacto con la difícil situación que atraviesa el hermano pueblo de Cuba y constatar los graves efectos del bloqueo y de la política sistemática de agresión que lleva adelante el gobierno de los Estados Unidos. Igualmente, testimonió la firmeza y voluntad de lucha cotidiana que los cubanos despliegan para salvaguardar las conquistas económicas y sociales alcanzadas. Cuando más de 180 millones de latinoamericanos y caribeños viven en la pobreza y 88 millones soportan la extrema pobreza o la indigencia, esos logros revolucionarios resultan aún más significativos.

Por ello el IV Encuentro reafirmó su resuelta condena al inmoral bloqueo imperialista contra Cuba y asumió el compromiso de profundizar las acciones políticas tendentes a su levantamiento, así como su integración plena e incondicional a la Comunidad Continental de la que forma parte indivisible.

El Foro de São Paulo se ha convertido en un hecho sin precedente. Fuerzas políticas de la región, de diversas orientaciones ideológicas y políticas, encontramos formas de ir avanzando en el difícil e ineludible camino de la unidad en la diversidad, asentada en nuestro propio desarrollo histórico y cimentada en un continente mestiza, étnica y culturalmente, base de nuestra potencialidad para desarrollar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora.

América Latina y el Caribe, insertos en un mundo unipolar conformado por bloques económicos hegemónicos – que redefinen en función de parámetros tecnológicos

los términos de intercambios y la división internacional del trabajo – resisten la aplicación del modelo neoliberal.

En el último año, se evidencia resquebrajamiento en el proyecto neoliberal, hasta hace poco francamente hegemónico. El relevo de los presidentes de Brasil, Venezuela y Gualemala manifiesta la fuerza de la movilización social y una voluntad de cambio en el pueblo, tanto en el campo de la lucha contra la corrupción, como en el del rechazo a la política económica. Manifestación de este rechazo lo constituye también el resultado del plebiscito en Uruguay, en el que el 72% de los votantes se expresó contra la política de privatización de empresas públicas que el neoliberalismo ha venido imponiendo.

Son más visibles hoy las consecuencias de las políticas neoliberales. Vivimos la apertura indiscriminada de la economía, la confianza ciega en el mercado, por lo demás controlado por oligopolios y transnacionales; la organización de la economía en función de garantizar el pago de la deuda externa y la sujeción a políticas definidas en el Fondo Monetario Internacional y en el Banco Mundial. Esta realidad provoca destrucción de ramas industriales, en especial de las nacionales; profundiza desequilibrios entre los diversos sectores de la economía; hace crecer el déficit de las balanzas comerciales y de pagos; incluso – en casos – retrotraen las economías a una nueva fase primario exportadora. Por otra parte, lleva al abandono de la producción agropecuaria no exportadora pero minan las posibilidades de autosuficiencia alimentaria y, sobre todo, aumenta la desocupación y prescinde de todo interés en la equidad y la justicia social. Así, aun cuando hay crecimiento en algunos países, no se produce un aumento de los puestos de trabajo, al tiempo que contribuye al creciente debilitamiento de los estados nacionales, disminuye su responsabilidad en la atención a urgentes necesidades sociales, se recorta la soberanía nacional y se incrementa la desigualdad, lo que contribuye al empobrecimiento de la población.

La pobreza es cada vez más difícil de ocultar. Hoy, gobierno y organismos internacionales la reconocen formalmente. La III Cumbre Iberoamericana tuvo que incorporar esta cuestión de la miseria en su agenda.

La ausencia de democracia económica y social, el narcotráfico, la corrupción, el militarismo, los aparatos represivos y de inteligencia al margen de todo control democrático, el terrorismo de estado y la impunidad, constituyen las más graves amenazas a la construcción de la democracia política en América Latina.

El Foro destacó la importancia de la lucha por la democracia política, entendida como un producto histórico de combate de pueblos. Afirmó la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa, integrando luchas

institucionales con luchas sociales. Igualmente, resaltó la necesidad de reconocer e incorporar la pluralidad étnica y cultural, y la igualdad de género en el ejercicio de la democracia.

La defensa y profundización de las conquistas democráticas pasa, asimismo, por la lucha en contra de la corrupción, transformada en práctica cotidiana de las élites políticas latinoamericanas, en sus expresiones tradicionales y neoliberales. La corrupción es un problema político y ética que pone en evidencia los intentos de las clases dominantes de "privatizar" cada vez más al Estado, supeditándolo al servicio de sus intereses corporativos y particulares.

La democracia es incompatible con la pervivencia del colonialismo que sojuzga a diversos pueblos de nuestro continente y con las restricciones a la soberanía e independencia que imponen a nuestros países la dominación económica y política externa.

Es evidente que el presente estado de la economía y la política en el continente conduce a una persistente violación de los derechos humanos de nuestros pueblos, provoca estallidos sociales y acciones desesperadas, así como una amplia movilización popular de rechazo al neoliberalismo. Es necesario que nuestras fuerzas políticas contribuyan a la orientación y organización de las luchas sociales con una perspectiva política de trascendencia histórica.

Para vencer los retos que plantea el cuadro de miseria social, crisis ética, inestabilidad social y política y autoritarismo, es necesario pasar de la denuncia y de la resistencia a propuestas y acciones alternativas concretas.

Frente a estos desafíos, y en lo que se refiere a procesos electorales en lo que resta de 1993 y en 1994, varias de las fuerzas integrantes del Foro disputarán la presidencia o los gobiernos de sus países, en elecciones nacionales, como por ejemplo en Brasil, Colombia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Elecciones limpias y democráticas es una cadencia que el Foro apoya en todos los casos.

Urge, por ello, formular e implementar proyectos de desarrollo que, expresando los intereses y la fuerza organizada de movimientos populares, apunten hacia un crecimiento económico sostenido e independiente, ambientalmente equilibrado, y con distribución equitativa de la riqueza, en un marco de profundización de la democracia en todos los terrenos.

El eje de este proyecto son los cambios económicos, políticos y sociales que pemitan a las grandes mayorías acceder al empleo, al consumo, a la propiedad y a los derechos ciudadanos. Este proyecto debe también evitar la degradación

ecológica provocada por el afán de lucro desmedido y por la pobreza extrema.

No se puede aceptar la fórmula "primero crecer y después distribuir" sino que hay que definir una estrategia de crecimiento con distribución.

El proyecto que queremos supone combinar la existencia del mercado con una función reguladora del estado – excepto en las colonias – y la enérgica promoción de los cambios estructurales necesarios para configurar el desarrollo con democracia y con justicia social y, en particular, para garantizar las políticas sociales: educación, salud, vivienda, transporte etcétera.

Vivimos un proceso de creciente globalización de la economía: un proyecto de desarrollo no puede desconocerlo. Pero en ese proceso, los Estados Unidos pretende que América Latina y el Caribe sean simple apéndice sometido a su economía, articulado alrededor de los intereses del gran capital. Ello nos plantea, una vez más, la esencial necesidad de la integración continental de nuestros pueblos y naciones.

La integración debe ocurrir en primer término en el interior de América Latina y el Caribe, como un proceso político y económico que nos articule como un bloque político y que nos potencie con voluntad de complementar y compensar las diferencias de nuestras economías. Solamente una comunidad latinoamericana y caribeña de naciones, económica y politicamente integrada, tendrá fuerza para reubicarse, con independencia, en un mundo hoy controlado por los grandes bloques económicos y por sus políticas adversas a los intereses de nuestros pueblos.

Independencia, desarrollo, democratización e integración no deben ser procesos separados, ni consecutivos, sino integrados, interactuantes y contemporáneos de nuestro quehacer económico y político.

La integración debe comportar actividades productivas, articulaciones políticas y objetivos sociales visualizados en una perspectiva continental. Por ello, es necesario y viable también fomentar la investigación científica y tecnológica común, compartiendo los recursos humanos y naturales, brindando acceso a los avances de nuestras universidades y centros de investigación.

El IV Encuentro percibe que en las relaciones hemisféricas del actual gobierno norteamericano continúan prevaleciendo las políticas de administraciones anteriores. La presencia militar en Panamá, la ilegal ocupación de la base de Guantánamo, el mantenimiento del bloqueo a Cuba, el intervencionismo, asociado o no a la lucha contra el narcotráfico, así como las presiones políticas y económico-comerciales sobre nuestros países, figuran entre las situaciones que deben cambiar radicalmente si se desea concretar una relación efectivamente nueva entre América

Latina y el Caribe, de una parte, y los Estados Unidos, de Ia otra. Es necesario que este último respete el ejercicio de Ia autodeterminación de nuestros pueblos y, en consecuencia, Ia pluralidad de sistemas económico-sociales en nuestro continente.

El Foro de São Paulo registra como una inaceptable y persistente realidad el status colonial de Puerto Rico, Guyana Francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios coloniales, haciendo suya Ia causa de Ia independencia nacional y Ia autodeterminación para sus pueblos, así como el reconocimiento de Ia soberanía argentina sobre Ias Malvinas.

El IV Encuentro expresa su respaldo a los esfuerzos que en Centroamérica realizan el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), el Frente Farabundo Martí para Ia Liberación Nacional (FMLN) y Ia Unidad Revolucionaria Guatemalteca (URNG) por fortalecer los procesos de paz que se desarrollan en el área y por la flexibilización y concertación de políticas a favor de las populares. Asimismo, cree que es de suma importancia la reanudación de negociaciones en Colombia para una solución política del conflicto armado y condena la estructuración de un régimen autoritario y militarizado seudoconstitucional en el Perú, que no contribuirá a resolver los graves problemas de eses hermano país.

De otra parte, apoya Ia lucha del pueblo de Haití encaminada a restituir Ia democracia y Ia constitucionalidad mediante Ia reinstalación sin condiciones de su legítimo Presidente, y advierte contra Ia utilización del Acuerdo de Nueva York como pretexto para el intervencionismo militar extranjero en ese país.

El Foro de São Paulo considera que es válido y necesario recordar que en el centro mismo de los antecedentes que dieron origen a estos conflictos ya relacionados, y que, con una u otra intensidad, han tenido lugar históricamente en el continente, lo están: la violación sistemática de los derechos humanos, la dependencia, la injusticia social y las atroces dictaduras, hechos y situaciones, por cuya erradicación definitiva y completa deven continuar luchando infatigablemente todas fuerzas patrióticas democráticas y progresistas de América.

En el plano internacional, finalmente, el Foro declara que es necesario bregar por Ia construcción de un nuevo orden mundial, cuyo contenido precisamos en el III Encuentro en Managua.

La actual situación a nivel de los organismos supranacionales, gestados a Ia luz de otras realidades mundiales, se manifiesta en forma absolutamente injusta y carente de garantías. El carácter con que se invoca y usa el derecho internacional y a Ias propias Naciones Unidas y su Consejo de Seguridad, condiciona y atropella Ia soberanía e independencia de los Estados. Bajo el pretexto de fines legítimos se sesga Ia interpretación de normas, que quedan en función de los intereses de Ias

grandes potencias; al mismo tiempo que están condicionadas por Ia hegemonía militar de los Estados Unidos. Ejemplo de ello son Ia reciente agresión a Iraq, Ia ocupación militar de Somalia so pretexto humanitario, Ia amenaza nuclear imperialista sobre Corea y Ias sanciones a Libia. Asimismo, Ias Naciones Unidas desconocen Ias resoluciones que su propio Consejo de Seguridad acordó, en calidad de obligaciones, para Israel, al tiempo que, en los hechos, se hace cómplice de Ias agresiones y del drama de que es objeto el pueblo palestino en su lucha por el establecimiento de un estado independiente.

Tras los desconciertos, frustraciones y vacíos de los últimos años, el IV Encuentro se ha realizado cuando tiene lugar un ascenso de Ias luchas populares y se alcanzan progresos en Ia búsqueda y renovación del pensamiento de Ia izquierda latinoamericana y caribeña.

¡Resueltos estamos a avanzar por nuevos y creativos caminos de lucha y de victoria!

La Habana, 24 de Julio de 1993.

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Quinto encuentro del Foro de São Paulo celebrado en Montevideo del 25 al 28 de mayo de 1995

Declaración de Montevideo

Reunido en Montevideo, República Oriental del Uruguay, del 25 al 28 de mayo de 1995, el V encuentro del Foro de São Paulo, con la presencia de 65 delegaciones de América Latina y el Caribe y observadores de Europa, Africa, Asia, América y Australia, se constituyó en una reafirmación de fuerzas de los partidos y movimienitos de izquierda del Continente.

Centenares de delegados de toda América Latina y el Caribe fueron calidamente recibidos por sus compañeros, militantes de los partidos que integran el Frente Amplia del Uruguay.

La ciudad de Montevideo, gobernada desde 1990 por el Frente Amplio, fue el escenario de un debate de gran significación sobre Ia situación actual de América Latina y sobre alternativas que se abren para los trabajadores y para el movimiento popular en Ia actual coyuntura marcada por Ia gran ofensiva económica, política e ideológica del neoliberalismo.

Los asistentes al V encuentro del Foro dedicamos nuestra atención al análisis de Ia situación económica, social y política de América Latina y el Caribe, al intercambio de experiencias en Ia construcción de proyectos alternativos para el desarrollo y Ia integración, así como a evaluar nuestras perspectivas.

En nuestros debates constatamos el incremento de Ia combatividad de los movimientos populares, que se expresó en su crecimiento, diversificación y fortalecimiento organizativo, así como en un importante desarrollo de sus luchas, a través de huelgas, protestas, manifestaciones, tomas de caminos y otras, entre Ias que se destaca Ia rebelión en Chiapas, caracterizada por Ia irrupción de nuevas formas de expresión, de democracia y poder popular.

Todas estas manifestaciones indican un camino y ponen a Ia orden del día Ia necesidad de que Ias fuerzas progresistas y revolucionarias diseñemos, promovamos y construyamos al mismo tiempo un modelo alternativo de desarrollo económico y social, pero fundamentalmente un modelo alternativo de democracia y

nuevas formas de poder popular.

Estas luchas tienen como respuesta fuertes medidas de represión policial o institucional encaminadas a callar la resistencia popular. Este modelo de democracia restringida desconoce el derecho soberano de nuestros pueblos y la soberanía de nuestras naciones.

A la vez, se ha incrementado el papel de gendarme de los EE.UU., que en el marco de la unipolaridad militar a escala mundial, utiliza el Consejo de Seguridad de la ONU e iniciativas particulares para imponer por la vía de la intervención militar directa su injusto orden y su modelo, empleando todo tipo de pretexto y considerando su soberanía como la única válida en este mundo. Enfrentar y derrotar esta propuesta hegemónica es uno de los grandes retos del presente.

Los partidos y movimientos presentes en este V encuentro pudieron evaluar de cerca el importante resultado electoral del Encuentro Progresista y del Frente Amplio, que hace pocos meses obtuvo en las eleceiones presidenciales más del 30% de la votación nacional, afirmándose como efectiva alternativa de gobierno en el país.

Las elecciones que se realizaron en 14 países de América Latina entre noviembre de 1993 y mayo de 1995, si bien no alcanzaron las perspectivas que se manifestaron en el IV encuentro de La Habana, fueron, sin embargo, el mejor resultado global que las izquierdas obtuvieron hasta hoy.

A pesar de la falta de equidad en que se desarrollaron esos procesos, los partidos que integran el Foro de São Paulo eligieron más de 300 diputados, más de 60 senadores, varios governadores, centenas de alcaldes además de miles de concejales municipales, totalizando un cuarto del electorado de los países.

Es de fundamental importancia realizar un análisis descarnado de nuestras propuestas programáticas, de nuestros canales de comunicación con amplios sectores populares y de nuestros niveles de inserción social, para comprender por que, en muchos países, sectores empobrecidos de la población votaron a los candidatos conservadores.

Para que puedan continuar constituyendo una alternativa de poder, las izquierdas tienen que expresar – en contra de las posiciones neoconservadoras – las aspiraciones sociales, nacionales y democráticas de los sectores organizados de la sociedad, a la vez que aspiran ser la voz de los que no tienen voz, en consecuencia de la exclusión en que viven.

Integración económica y alternativas al modelo neoliberal

Durante Ias últimas décadas Ia economía y Ia política mundial se encuentran inmersas en un proceso de profundas mutaciones. El neoliberalismo constitue Ia piedra angular para implementar Ia actual agenda del capital frente al trabajo. Desde ese esquema se pretende avanzar en el proceso de integración subordinada de los países periféricos a los centros de poder, explotar al máximo Ias potericialidades de Ias nuevas tecnologías, ampliar y controlar los mercados, transitar hacia un nuevo reparto de Ias zonas de influencia y afianzar Ias ya existentes.

En este entorno, Ia Cumbre de Ias Américas, celebrada en Miami en diciembre de 1994, constituye Ia culminación de Ia primera fase de un proceso dirigido a implementar un nuevo diseño de "seguridad colectiva" y a afianzar un modelo de integración aún más subordinado y dependiente de los Estados Unidos.

Los modelos neoliberales impuestos van acompañados por el intento de legitimar democracias tuteladas y excluyentes que tienen como finalidad impedir Ia plena participación política y económica de Ias grandes mayorías, restringir Ia lucha por demandas justas que pongan en cuestión ese modelo y en algunos casos poner a Ias Fuerzas Armadas como garantes del sistema.

En los casi dos años que separan Ia reunión de Montevideo del encuentro de La Habana el proceso de integración continental sufrió importantes cambios.

Para iniciar el proceso de negociación del ingreso a Ias áreas de libre comercio, el gobierno norteamericano impone importantes condiciones, como son: pago puntual del servicio de Ia deuda externa a costa del bienestar de Ia mayoría de Ia población, severos ajustes estructurales, disminución de salarios y del empleo, desindustrialización, reducción del gasto público, desregulación económica, privilegios al capital especulativo, privatización indiscriminada de empresas públicas y apertura unilateral de Ias economías latinoamericanas, entre otros. Requisitos que están provocando efectos muy negativos en Ias economías de Ia región.

El neoliberalismo, después de Ia crisis de diciembre de 1994, demuestra todavía más su incapacidad de consolidar un régimen de inversiones productivas. No puede garantizar Ias transformaciones sociales que necesitan nuestros pueblos para alcanzar un desarrollo sostenible, ni puede crear Ias condiciones para conducir un proceso de integración que responda a los retos de Ia nueva situación internacional. Por el contrario provoca mayores niveles de pauperización en amplios sectores de Ia población, sobre todo entre Ias mujeres y Ia juventud, eliminando importantes conquistas sociales.

Somos conscientes de que los países de América Latina deben insertarse en Ia

economía mundial, en un contexto internacional que ha cambiado y que ofrece nuevas oportunidades y retos. Pero sostenemos que esta integración en la economía internacional debe estar guiada por los intereses nacionales, que son los de las grandes mayorías.

Pugnamos por un desarrollo sostenido, generalizado en todas las ramas, sectores y regiones de cada país; un desarrollo en el que la eficiencia y la productividad creciente se reflejen en mejores niveles de vida en la mayoría de la población. Un desarrollo en el cual el Estado asuma su papel de regulador de la economía y garante del bienestar social y la justa distribución del ingreso.

Sin integración social y económica en lo interno de cada país, es imposible sostener cualquier proyecto integrativo regional. Para la integración social resulta imperioso el afianzamiento y desarrollo de las democracias por la vía del protagonismo permanente de los pueblos.

Aspiramos a que la integración latinoamericana y caribeña no se limite a una liberalización comercial y de inversiones. Concebimos el objetivo último de la integración como el desarrollo conjunto y complementario de los sectores productivos y de servicios entre los diferentes países de la región para no sufrir las consecuencias del mercado mundial dirigido por las transnacionales.

El desarrollo no puede ser conducido por el mercado. Un concepto integral de ese proceso supone la integración de todos los miembros de la sociedad y de los factores productivos nacionales y regionales.

No es saludable reducir muestros objetivos el solo terreno de la economía. También hay que plantear la preservación del medio ambiente, el desarrollo conjunto de políticas sociales, sobre todo en los sectores de la educación, la salud, la construcción y preservación de las identidades culturales latinoamericanas y caribeñas como medio de contrarrestar las perniciosas tendencias que plantean a nuestras sociedades la llamada "cultura de masas".

La integración regional debe preservar un espacio indígena y de otros grupos étnicos raciales y culturales que componen el crisol de nuesta especificidad e identidad continental.

Algunas areas donde sería imperativo actuar unidos son las siguientes:

* Luchar por derrotar a escala continental el modelo neoliberal impuesto por el FMI, el Banco Mundial, los Estados Unidos, formulando un proyecto alternativo de poder que implique democracia política real, democracia económica y social y participación y protagonismo de nuestro pueblo en todo lo relativo a los derechos y

deberes.

* Luchar por la reestructuración , en beneficio de los pueblos, de los actuales mecanismos de integración regional.

* Revitalizar las negociaciones de los países latinoamericanos para establecer un comercio internacional equitativo que facilite el acceso de nuestros productos a los mercados de los desarrollados.

* Promover la renegociación conjunta de la deuda. Esto exige corresponsabilidad, reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago de la deuda en sus condicionesactuales y la recuperación de un desarrollo sostenido; reducción del principal y de los intereses; transferencia neta de recursos del norte al sur para reiniciarun crecimiento ordenado y socialmente justo; y desconocimiento de las deudas ilegítimas.

* Definir una plataforma común de América Latina en materia de comercio internacional ante los acuerdos tomados en el GATT – hoy OMC – y que afectan intereses de los pueblos latinoamericanos.

* Negociar conjuntamente convenios internacionales para terminar la sistemática violación de los derechos humanos de los trabajadores migratorios en los países desarrollados.

* Intervenir en las instancias parlamentarias y representativas de la sociedad en el plano regional, en especial junto a aquellos sectores más impactados por la integración, para la formulación de políticas públicas que atiendan a las necesidades de nuestros pueblos.

* Demandar el cumplimiento por parte de los gobiernos positivamente firmantes de lo acordado por el Pacto de San José de Costa Rica en cuanto a la imprescriptibilidad de las acciones de los crímenes de lesa humanidad.

* Defender integral e incondicionalmente los derechos humanos y promover la solidaridad con todas las luchas sociales, en especial cuando motivan actitudes represivas de los gobiernos. Fortalecer los movimientos y las diversas demostraciones a favor de la ética en la política.

* Defender los derechos de los grupos indígenas y los campesinos, la juventud, los trabajadores, las mujeres y las clases medias, principalmente víctimas de la exclusión y la pauperización ocasionada por las políticas neoliberales.

Compañeras y compañeros, ciudadanos de esta patria grande que es América Latina y el Caribe: Ia lucha continúa. La gran tarea histórica de nuestro tiempo es continuar y culminar el sueño de los libertadores conquistando el derecho al pleno ejercicio de Ia independencia, Ia soberanía, Ia democracia, Ia justicia y el bienestar para nuestros pueblos y naciones.

El V encuentro del Foro de São Paulo exhorta a Ia unidad y Ia construcción de espacios de concertación de todas Ias fuerzas políticas, sociales y productivas, democráticas y progresistas para enfrentar Ia ofensiva neoliberal en el continente.

El Foro de São Paulo se solidariza con los hermanos cubanos y condena el criminal bloqueo que le impone el gobierno de los Estados Unidos de América. También rechaza energicamente el proyecto de ley Helms-Burton que viola los derechos humanos del pueblo cubano y Ias normas que rigen Ia soberanía de los Estados, así como pretende, de manera brutal, reinstaurar Ia injusticia social y destruir Ias conquistas económicas, políticas y sociales de Ia revolución.

Pueblos de América Latina y el Caribe: el V encuentro dei Foro de São Paulo nos convoca al esfuerzo persistente, al trabajo, a Ia lucha para forjar Ia gran patria latinoamericana y caribeña; para conquistar Ia nueva independencia, Ia libertad plena y Ia felicidad que nos han sido negadas.

¡Hagamos realidad el sueño de nuestros héroes y mártires!

!Reconstruyamos Ia esperanza!

Montevideo, 28 de mayo de 1995.

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final

El VI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la ciudad de San Salvador, República de El Salvador, entre los días 26 y 28 de julio de 1996, con la presencia de 187 delegados pertenecientes a 52 organizaciones miembros, 144 organizaciones invitadas representadas por 289 participantes y 44 observadores pertenecientes a 35 organizaciones de América, Europa, Asia y Africa, ha significado tanto un progreso político como organizativo de relieve continental, y se constituyó en un evento de enorme trascendencia nacional. Se reafirma como el espacio de confluencia de las esperanzas de los desposeídos de América Latina y el Caribe. La repercusión del evento y los lazos creados con el puebio salvadoreño y el FMLN superaron las expectativas y mostraron el constante y progresivo ascenso en su maduración.

El Foro se afirma en su caracterización como un espacio antimperialista de encuentro, acción, solidaridad y formulación de proyectos alternativos en el movimiento democrático y revolucionario de la región, en el que convergen corrientes de diverso origen. La diversidad que en el pasado fue la causa de muchas divisiones, hoy se convierte en un factor de enriquecimiento del debate de ideas, de propuestas y acciones comunes, partiendo de la imperiosa necesidad de derrotar al neoliberalismo.

Se pudo constatar la importancia del cumplimiento de las tareas resueltas en el V Encuentro de Montevideo, expresadas en la realización del Taller sobre Flujos Migratorios en el continente americano, en México, el Encuentro de Parlamentarios por la soberanía e integración en América Latina y el Caribe, en La Habana con la participación de 153 parlamentarios de 19 países y el Simposio sobre Integración caribeña realizado en Guadalupe.

El VI Encuentro incluyó en su funcionamiento los valiosos aportes de los talleres realizados días antes de su inauguración, como el Encuentro Cultural Latinoamericano "Roque Dalton", el Primer Taller Continental de Mujeres y el Taller Continental sobre Medio Ambiente "Chico Mendes: Seguimos luchando por la Vida", y el Primer Encuentro de Jóvenes de América Latina y el Caribe.

El tema del documento preparatorio del debate central fue "Crisis y Alternativas al Neoliberalismo", el cual se desarrolló en una mesa de trabajo que permitió profundizar e incorporar aportes, críticas y propuestas, las cuales una vez

publicadas estamos seguros constituirán un rico documento ampliado, abierto, de trabajo y debate, entre Ia izquierdas y Ias organizaciones sociales de América Latina y el Caribe. Existe Ia convicción de que se está frente a un valioso insumo para Ia reflexión y Ia acción.

En el debate los Partidos coincidieron en que el documento presentado por el Grupo de Trabajo es un esfuerzo importante y constructivo que aporta al debate de Ia izquierda latinoamericana y que hay que aprovecharlo para profundizar tanto en el diagnóstico del proceso y Ia correlación de fuerzas como en los enfoques y componentes que debe tener Ia estrategia y el modelo alternativo al neoliberalismo.

La política neoliberal es Ia forma que toma Ia dominación del capitalismo en Ia coyuntura actual, Ia batalla contra el mismo, su derrota, es Ia condición fundamental para poder arribar a formas de organización económica, política y social que superen Ias injusticias de Ia sociedad capitalista.

En ese sentido se considera que después de diez años de aplicación del modelo económico neoliberal los resultados para Ia generalidad de los países de América Latina y el Caribe son esencialmente los mismos y afectan cada vez más a nuevos sectores de Ia economía nacional y a Ia débil integración existente. Al lado del desigual crecimiento económico y de Ia relativa estabilidad coyuntural macroeconómica exhibidos como éxitos, se ha sufrido una grave disminución de Ias condiciones de vida de Ias inmensas mayorías empobrecidas del continente, ensanchándose como nunca Ia brecha social y acelerándose el deterioro ya muy profundo de Ia Naturaleza.

Paralelamente se producen otros desequilibrios estructurales enormes, incluyendo Ia destrucción de una parte importante de Ias bases productivas, acentuando insostenibles déficits comerciales y persistiendo el endeudamiento externo que limita y bloquea Ias posibilidades de desarrollo económico y social a mediano y largo plazo.

Asimismo, Ia desindustrialización, el desempleo, Ia terciarización e informalización de Ias economías se profundiza y Ia sociedad se descompone afectando los valores de solidaridad y justicia social, pilares esenciales en Ia construcción de nuestro modelo alternativo. Se debilita Ia capacidad de organización autónoma de los movimientos sociales, entre ellos de los sindicatos, y se profundiza Ia tendencia a Ia imposición autoritaria sobre Ia protesta emanada desde diversos sectores afectados de Ia sociedad.

Ai mismo tiempo y como muestra de Ia permanente búsqueda de respuestas de los pueblos, surgen y se organizam nuevos protagonistas sociales y se recomponen antiguos instrumentos de lucha, irrumpen gérmenes de nuevas formas de

expresión política, de democracia y de construcción de poder popular determinados por la búsqueda de eliminar las intermediaciones y la suplantación social y política.

Se ha producido un deterioro de las actividades agropecuarias, industriales y comerciares, vinculadas a la producción nacional, con la consiguiente marginación de amplios segmentos poblacionales, incluyendo capas medias, pequeños y medianos empresarios, e incluso sectores de la burguesía que no logran resistir las nuevas reglas monopólicas y oligopólicas de la competencia impuesta a la llamada liberalización.

La implantación del esquema neoliberal y la polarización social resultante, no sólo se expresa con consecuencias en el campo de lo económico y social, sino muy profundamente en lo político, en lo jurídico y en lo moral. Es así que se incrementa desde el poder, la pérdida de los referentes éticos y la potenciación de los fenómenos de corrupción. Todo esto ahonda la falta de credibilidad en las instituciones, crece el abstencionismo electoral y la desconfianza en los sistemas políticos, en los partidos, y aumenta la dificultad de los procesos democratizadores. Se pretende socavar y exterminar la identidad cultural de nuestros pueblos, para imponer de manera implacable, la cosmovisión contenida en este modelo.

Reafirmándose de esta manera lo que hemos sostenido en instancias anteriores, que neoliberalismo, desarrolio y democratización política, económíca y social, son antagónicos e incompatibles. Con la justificación de la defensa de su concepción de la "democracia", de la lucha contra el narcotráfico, se incrementa la ingerencia del imperialismo norteamericano y sus planes anexionistas, que violentam la soberanía de los puebios. En el Caribe, a las consecuencias de las políticas neoliberales, se agrega la hipócrita persistencia del colonialismo.

Frente a esta realidad los partidos integrantes del Foro de São Paulo, como lo plantea el documento central del debate y las iniciativas apartadas, se proponen impulsar y apoyar todas las iniciativas tendientes a elevar la participación y decisión democrática de los puebios en aras del desarrollo económico-social, sostenible y con equidad, de la preservación de la vida en el planeta, de la defensa de la soberanía y la identidad nacional, de la defensa de los derechos inalienables del ser humano, de la superación de las desigualdades entre los géneros y la superación de todo tipo de discriminación social, étnica y cultural. Debemos ser nosotros los abanderados, de valores como la honestidad, la verdad, la sencillez, la transparencia, el respeto de lo colectivo, lo autónomo y lo solidario, la búsqueda para encontrar y que prevalezca la verdad y el interés mayoritario.

La más extensa y activa movilización y concertación popular involucrando a todos los sectores de la sociedad es la única garantía para que las propuestas contenidas en el documento central debatido y ampliado, encuentre mayores horizontes,

amplíe los límites que nos quieren imponer, tanto en lo político, comercial, financiero, productivo y social.

La derrota del modelo neoliberal depende fundamentalmente de Ia capacidad de los movimientos políticos y sociales para generar una correlación de fuerzas favorables que permita Ias mejores condiciones para desarroliar el proyecto popular alternativo. Esto requiere elevar Ias formas de organización y participación popular desde abajo y en todos los ámbitos de Ia vida cotidiana, a través de Ias distintas formas de acción política, electoral, social, económico-reivindicativa, cultural, en donde vayamos construyendo espacios de poder popular, nuevas relaciones sociales y políticas, que permitan avanzar hacia una sociedad más digna, justa, fraterna, equitativa y solidaria.

En este sentido Ia experiencia del puebio y del gobierno cubano para recomponer su economía, y sostener Ias conquistas sociales y políticas de Ia Revolucián, es fundamental para los miembros del Foro y hoy más que nunca resulta un objetivo incondicional Ia defensa frente al bloqueo y el carácter anexionista, extraterritorial y criminal de Ia Ley Helms-Burton.

Paralelamente al debate del documento central, se desarrollaron Mesas de Trabajo agrupadas en: Parlamentarios, Género, Migraciones, Medio Ambiente, Encuentro Euro-Latinoamericano, Encuentro con Organizaciones de EE.UU. y Canadá, Ias cuales tomaron importantes resoluciones que se adoptaron en Plenaria por el VI Foro y se incorporan como anexos de esta Declaración.

De Ia Mesa de Género surge que el VI Encuentro del Foro de São Paulo sugiere a sus organizaciones integrantes incorporar el enfoque de género como instrumento para el análisis y Ia elaboración de programas y políticas. Así como también mantener en Ia agenda permanente del Foro este tema.

La lucha contra el neoliberalismo y Ia búsqueda de un nuevo orden económico-social, demanda de Ia participación activa de Ias mujeres, y por tanto requiere que Ias organizaciones asuman los intereses estratégicos y Ias prácticas de Ias mismas.

Se entiende necesario denunciar con energia Ias violaciones a los derechos humanos y laborales de Ias trabajadoras en Ias maquilas y ante el ejercicio creciente y generalizado de Ia violencia de género en el ámbito familiar, laboral y social.

De Ia Mesa de Trabajo de Migraciones se destaca Ia elaboración y aprobación de Ia Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. La exigencia a los gobiernos de los países receptores de inmigrantes en el continente, de Ia suscripción y/o ratificación de todas Ias convenciones

intemacionales relativas a los derechos de los mismos. En lo concreto se destaca el apoyo solidario con Ia realización de Ia Marcha de los Pobres de América Latina, para el 12 de octubre de este año en Washington DC.

En la Mesa de Medio Ambiente se destacó Ia necesidad de promover marcos legales que regulen los aspectos relacionados con Ia defensa del medio ambiente, que incorporem el delito ecológico, se promueva un proceso de concientización al interior de Ias sociedades sobre el tema, se realicen acciones para impedir que el continente se utilice como depósito de tóxicos y desechos químicos y radioactivos y se generen condiciones favorables dentro del marco legal, para evitar Ia patente sobre organismos vivos y para regular y controlar Ias acciones de Ia ingeniería genética y prohibir Ia manipulación de organismos del ecosistema.

De Ia Mesa de Trabajo Cultura e ldentidad de los pueblos, surge Ia preocupación de hacer de Ia identidad cultural, un eje transversal de nuestro pensamiento. Para ello, Ia cultura y Ia identidad deben dimensionarse de manera integral, ligada a Ia vida cotidiana y confrontando Ias políticas de penetración cultural imperialistas, debiendo bregar por rescatar Ia memoria histórica como una riqueza moral de nuestras sociedades y como un instrumento de transformación de Ia realidad. Reiterando nuestra posición de lucha por el respeto a Ia diversidad cultural de los pueblos indios, y de su derecho a desarrollar autonomia democrática en lo económico, en lo político y en lo social.

La Mesa de Parlamentarios acordó propuestas organizativas para dar continuidad a los trabajos de coordinación de los partidos políticos del Foro que vienen realizándose desde el V Encuentro. Se propuso fortalecer la presencia con propuestas conjuntas en los foros parlamentarios subregionales, regionales e internacionales. Entre las propuestas operativas, resolvió organizar un Comité Permanente de Contacto y Seguimiento de Parlametarios del Foro, previo al VII Encuentro.

El primer acercamiento en el seno del Foro qeu significó la Mesa del Grupo de Trabajo del Foro con organizaciones de Canadá y Estados Unidos se pronunció firmemente contra las legislaciones intervencionistas del Gobierno de los Estados Unidos, a favor del derecho a la independencia u autodeterminación de Puerto Rico y la solidaridad con su pueblo. Asimismo se pronunció enérgicamente contra el racismo y la xenofobia promovida contra los inmigrantes por sectores ultraderechistas en los Estados Unidos y sobre la necesidad de diseñar nuevas estrategias de solidaridad entre los pueblos y crear una red de comunicación. Y acordó la realización de un encuentro en los Estados Unidos.

Un hecho significativo representa Ia Mesa de Trabajo Euro-Latinoamericana, donde se reafirmó Ia voluntad del Foro de São Paulo de mantener un Encuentro en Europa

con Ia izquierda europea en su acepción amplia, conformando una comisión promotora para su viabilización.

Del debate en Ias distintas Mesas de Trabajo, surgen diferentes puntos de vista que es necesario continuar debatiendo, extendiendo los espacios de legitimación de Ias distintas posiciones al conjunto de Ia sociedad. Siendo el Foro un punto de encuentro para Ia reflexión y Ia acción, reconocemos el aporte que al enriquecimiento de todos emana de este plural en el seno de Ia izquierda.

Se escucharon diversas aportaciones sobre el origen y el sustento de Ia democracia, de su proyección, de su contenido de clase, distintas valorizaciones sobre socialismo y Ias vías para construirlo, sobre los sujetos históricos, políticos y sociales, sobre Ias políticas de alianzas tanto en lo político como en lo social y Ia participación de Ia izquierda en el gobiemo en esta coyuntura mundial. Se constató Ia necesidad de formas más concretas para enfrentar el problema de Ia Deuda Externa. El Foro deberá continuar su reflexión en distintos eventos sobre estas temáticas en el curso del presente año, buscando unirlas a Ia lucha diaria de Ia población por resistir al neoliberalismo y aumentar su capacidad de acción y decisión política.

Los asistentes al Foro de São Paulo realizamos un reconocimiento muy especial a los heroicos combatientes caídos del FMLN y al pueblo salvadoreño quienes con su lucha y su vida contribuyeron a generar Ias condiciones que posibilitaron Ia realización de este VI Encuentro.

El Foro de São Paulo está abierto a los movimientos sociales y a Ia creatividad obrera y popular, dispuestos a contribuir y recrear Ia esperanza, decididos a forjar Ia verdadera democracia, a conquistar el pan y Ia justicia y Ilenar de alegría y felicidad Ia vida de todas y todos los desprotegidos, desamparados y olvidados de nuestra América oprimida, decididos a Ia solidaridad sin límites, con todas Ias causas justas y Ias luchas emancipadoras en todo el planeta.

Nuestro pensamiento y nuestra acción se funden en arma eficaz contra Ia injusticia y se constituyen en fuerza para abrir los caminos de los sueños anhelados.

San Salvador, El Salvador, 28 de julio de 1996.

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL

VII ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

"Luchamos contra la miseria, pero al mismo tiempo luchamos contra la alienación."

Ernesto Che Guevara

El 7º encuentro del Foro de São Paulo, que contó con la participación de 158 delegadas y delegados de 58 partidos procedentes de 20 países de América Latina y del Caribe, además de 36 organizaciones fraternas, se caracterizó por una rica discusión acerca de las condiciones sociales, políticas y económicas en la región. Si bien puede hablarse de varias perspectivas y análisis diversos, y a veces divergentes incluso, es indudable que el Foro há sido fortalecido por este encuentro.

Hay que destacar, de la discusión misma, los varios elementos que definen como y en que términos se perfila la lucha política del continente. En primer lugar, destaca que , despues de varios años de hegemonismo económico, político e ideológico del neoliberalismo, se presencia de nuevo un ascenso de las luchas populares, democráticas y sociales en prácticamente todos los países. Este ascenso va acompañado de avances electorales importantes en varias naciones de la región , además de la significación nacional e internacional de movimientos sociales com gran autoridad moral.

En segundo lugar, se confirma la creciente importancia y el peso político del que gozan las alternativas programáticas y políticas de las fuerzas que componemos el Foro de São Paulo. La mirada de los pueblos está crecientemente sobre la opción y la viabilidad de gobernancia que se ofrece a partir de las luchas mismas de nuestros pueblos, en donde se expresa la aparición de nuevas representaciones y movimientos sociales y políticos.

En tercer lugar, el crecimiento de nuevas formas organizativas, tanto sociales, civiles, barriales, rurales, sindicales, de jóvenes, de mujeres com visión de género y ciudadanas son expresión nítida de un nuevo dinamismo político y organizativo de los pueblos. La promoción y el fortalecimiento de estos instrumentos de participación popular es una noción nueva de nuestros tiempos de como se prepara la gente para las tareas del ejecicio del poder.

En cuarto lugar, todo este ascenso está viendo, desde ahora, una respuesta de los centros financieros mundiales y del gobierno de los Estados Unidos. Estos buscan fortalecer y profundizar sus alianzas políticas y económicas com los grupos de poder oligárquicos latinoamericanos a fin de cuestionar la viabilidad de la soberanía de los países y de su derecho a determinar, sin intervebcionismo, el curso que tomarán sus respectivos procesos de desarrolllo.

Po último, en un mundo crecientemente interconectado e intercomunicado se percata de que acercan momentos de grandes definiciones de los pueblos. Para estar a la altura que exije estos procesos , los partidos integrantes del Foro de São Paulo, vemos conveniente desarrollar, en las condiciones de cada país, las alianzas y relaciones políticas que favorecen la consolidación del proyecto democrático y popular contra el neoliberalismo. Este contexto político de incertidumbres y esperanzas ofrece la oportunidad de ser creadores y actores decisivos en la conformación del nuevo poder emergente. La combinación de programas alternativos, de inclusión social y de determinación política son los ingredientes fundamentales para preparar a América Latina y el Caribe para el tránsito hacia el nuevo milenio y hacia una nueva vida de nuestros pueblos.

El 7º Encuentro del Foro de São Paulo resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanentes entre sus miembros, para cuyo fin fortalecerá la acción de las secretarías regionales. Desarrollará seminarios de análisis y debate, además de impulsar espacios de intercambio parlamentario, municipal, sindical, de género, de juventudes y de derecho humanos.

La necesidad de profundizar el debate sobre las perspectivas del Foro, sus características orgánicas, su normatividad y los instrumentos para la unidad de acción son temas a desarrollar por el Grupo de Trabajo, en relación con las fuerzas integrantes del Foro, hacia el 8º Encuentro que se llevará a cabo en México bajo auspicios del PRD.

Estamos concientes de que nuestros intercambios y debates se desenvuelven en los albores del Tercer Milenio, momento en que el desarrollo científico y tecnológico impone al mundo transformaciones ineludibles e irreversibles. Los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo no las ignoramos ni les temenos. La ciencia y la tecnología son conquistas del género humano y no pueden servir de pretexto para aumentar la miseria social . Nuestra lucha está dirigida a evitar que se les utilice por el gran capital como instrumento de más dominación, subordinación, injusticia, desigualdad y exclusión. Nuestro objetivo es ponerlas al servicio del desarrollo sustentable y equitativo, de la profundizacion y extensión de la democracia política, económica y social, del afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y del enriquecimiento de las relaciones humanas.

El imperialismo norteamericano aspira a eternizar el status quo para su beneficio exclusivo, pretendiendo que su modelo de sociedad, opresivo y expoliador, es una consecuencia inevitable del avance científico y tecnológico. Estamos convencidos de que, por el contrario, ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver todos los problemas fundamentales que amenazan su existencia misma. El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular más riqueza a expensas del crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza. Con las alternativas que defendemos, aspiramos a colocar el conocimiento humano al servicio de los pueblos y bajo su estricto control.

El neoliberalismo, como nueva expresión de la acumulacion capitalista, impulsado por la hegemonía norteamericana y por las agencias financieras internacionales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, aumenta y concentra el flujo impetuoso de capitales y mercancías de las grandes potencias destruyendo las barreras y erosionando la soberanía de las demás naciones. Crece la pérdida de fuentes de trabajo y el deterioro de las ya magras condiciones de subsistencia de las mayorías. Los tres grandes bloques dominantes imponen una apertura unilateral a los paises subdesarrollados, a la vez que se construyen nuevos muros para que los trabajadores no puedan migrar tras un empleo escazo, precario y mal remunerado. La globalización neoliberal pretende que las fronteras nacionales sólo se mantengan como barreras de contención de los migrantes. Crece el racismo y la xenofobia. Se globalizan los mercados sometiéndolos a los intereses de las grandes potencias. Se extiende la pobreza, el desempleo, la marginación, la polarización y la exclusión. Una franja creciente de la población mundial, naciones enteras y hasta continentes son clasificados como inviables, privados de sus identidades culturales y sometidos a las consecuencias de la destrucción ambiental del planeta sobre la que se sustenta el consumo opulento de las élites. Ese mundo del sin futuro es el que nos ofrece el neoliberalismo.

El proceso de la globalizacion neoliberal ha implicado una crisis con distintos intentos de reestructuracion de los instrumentos de los partidos tradicionales, lo que há desarticulado, por lo general, el bloque histórico dominante y agudizado los conflictos y contradicciones del propio modelo. Los procesos de restauración autoritaria y de revancha neoliberal , como en Nicaragua, buscan revertir lo acumulado por las fuerzas populares y democráticas, particularmente la lucha por la preservación de la propiedad en manos de sectores populares. El autoritarismo se torna, en casos como el Perú, en una de las tendencias por las cuales los gobiernos, recurriendo a fachadas seudodemocráticas violentan el estado de derecho, agreden a la prensa independiente y a las fuerzas de oposición y

concentran el poder para contener y reprimir la creciente respuesta de los sectores populares a la crisis social y económica.

Con la globalización neoliberal los centros de la hegemonía se trasladan al extranjero y vuelven obsoletas algunas de las estructuras de los instrumentos para el quehacer político. La reestructuración de los partidos se determina entonces por la funcionalidad que obtengan frente al modelo. Esto es válido tambien para nuestros espacios del pensar y actuar político, donde lo nacional se debe pensar desde lo mundial y lo local desde lo nacional, sin que esto implique desconocer la particularidad que cada uno representa.

Se generan una gran diversidad de nuevos actores sociales y renuevan el perfil de los ya existentes. Las reivindicaciones de género, ambientales, raciales, étnicas y muchas otras, que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos, crean sus propios espacios políticos y desarrrollan su autonomía. Surge una amplia gama de explotados y excluídos que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo, como es el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso capitales nacionales de relativa envergadura.

En el marco de nuestra diversidad en la que coexisten diversas visiones sobre el futuro y la forma de su concreción, coincidimos en la necesidad de diseñar y ejecutar programas capaces de representar y organizar a los trabajadores y a las grandes mayorías populares. El reto consiste en articular a todos los afectados en un proyecto político y social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación y de la unidad políica y de acción para derrotar al neoliberalismo.

En esta dirección para que las fuerzas de izquierda seamos consecuentes articuladores de amplios movimientos de oposición y coaliciones de gobierno, resulta fundamental que poseamos nitidez programática, flexibilidad táctica e instrumentos de acción capaces de asegurar nuestro peso específico e independencia. Es por ello que estamos diseñando programas amplios que cumplan una doble función: auspiciar y profundizar cambios capaces de desatar una dinámica de lucha que derrote la histórica hegemonía de las élites dominante y cree las condiciones para solucionar los problemas urgentes de nuestros pueblos, al mismo tiempo que realice una transformación política y económica de caracter más profundo y que avance hacia una nueva sociedad más justa e igualitaria.

Las organizaciones políticas del Foro estamos derrumbando definitivamente las barreras artificiales entre lo político y lo social como elemento imprescindible de verdaderas alternativas. Esta perspectiva coloca a la lucha de clases, a lo social en el centro de nuestra actividad y refleja una voluntad expresa de una nueva manera

de hacer política. Movimientos como los Sin Tierra y los agrarios de la CUT en Brasil, así como el movimiento insurgente de Chiapas, demuestran claramente esta tendencia de articular lo social con lo político. Crece la comprensión que la satisfacción de esa diversidad de reivindicaciones sociales sólo será posible con el enfrentamiento político a la dominación neoliberal.

Frente a ello los partidos y organizaciones del Foro hemos intervenido resistiendo desde espacios sociales e institucionales, pero tambien hemos realizado experiencias de profunda trascendencia, que en muchos casos han cambiado la correlacion de fuerzas e influyen positivamente en la realidad en que sobreviven los pueblos latinoamericanos y caribenos. Desde la celebración de nuestro anterior Encuentro, la izquierda latinoamericana también registró importantes avances en las luchas populares libradas contra el neoliberalismo en Ecuador, República Dominicana, Nicaragua, Colombia y otros países. En este contexto se destacan los éxitos electorales del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional de El Salvador y el Partido de la Revolución Democrática de México, tanto a nivel legislativo, como en los gobiernos locales y sus respectivas capitales, a los que se suma la transformación de ambos en segunda fuerza política de esas naciones. Otro hecho de gran relevancia es la conclusión del proceso de negociaciones que, debido a su contenido, abrió una nueva etapa de luchas para la URNG y el pueblo guatemalteco, después de 30 años de enfrentamiento armado, por lo que exigimos al gobierno de ese país su estricto cumplimiento.

Los avances de este último año se suman al desarrollo y la acumulación de otros procesos anteriores. La revolucion cubana sigue demostrando que es posible gobernar y enfrentar la globalización neoliberal con un proyecto popular y sin abandonar el principio generador de nuestra lucha: el ser humano. Desde los gobiernos locales y estaduales hemos sido capaces de administrar grandes ciudades, combatir la corrupcion y construir experiencias de participacion. La propuesta de Presupuesto Participativo, tan exitoso en distintas ciudades de Brasil, en particular en Porto Alegre, y el proceso de descentralización en curso en Montevideo marcan un camino, que tiende a reducir el poder burocratico y construir espacios para avanzar en formas de participación y poder popular. En estos crecientes espacios institucionales, estamos desarrollando politicas publicas alternativas que reafirman la responsabilidad del Estado y responden a los intereses y necesidades de la ciudadania.

Sin embargo en Colombia se profundiza la falta de garantias políticas por el avance del terrorismo de Estado, la violación sistemática y masiva de los Derechos Humanos y el desarrollo y legalización del paramlitarismo y criminalización de la protesta social. La guerra se agudiza a pesar de las manifestaciones de los movimientos insurgentes de buscar una solución política al conflicto social y armado.

Cien años despues de haber sido invadido por las fuerzas armadas estadounidenses en el marco de la guerra hispano cubano americana, Puerto Rico continua sometido a la dominacion coloonial. El pueblo puertorriqueno lucha hoy con tenacidad, por su nacionalidad, contra la presencia mlitar extranjera, por la excarcelacion de los presos politicos y por su derecho a la autodeterminacion e independencia. Su causa en nuestra causa. También nos pronunciamos contra el colonialismo vigente en las Islas Vírgenes y otros teritorios de ultramar como: Guadalupe, Martinica y Guyana Francesas.

Cuba sigue resistiendo victoriosamente las agresiones, la hostilidad, el bloqueo y los intentos de aislamiento del gobierno de los Estados Unidos, que actualmente desarrolla una nueva ofensiva, la cual incluye la adopción de más férreas leyes y medidas extraterritoriales que fortalecen a la mundialmente rechazada Ley Helms-Burton, combinadas con la creciente utilización de actos de provocación y sabotaje. La Ley Helms Burton es expresión de la actual tendencia unilateralista de la política estadounidense, tendiente a imponer sus intereses y su legislación como parámetro de conducta de otras naciones. Ese mismo unilateralismo se expresa también en el establecimiento de los llamados procesos de certificación, en la introducción de clausulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales, en la negociación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio y las presiones para la militarización de la lucha contra el narcotráfico. Es por ello que debemos unirnos más que nunca antes en defensa de la soberanía nacional, porque ésta constituye una premisa insoslayable para la construcción de la democracia.

La sociedad que proponemos tiene que asentarse en la más profunda democracia. Se trata de construir una sociedad y un Estado democráticos, mediante la efectiva y armónica combinación de la participación con la representación y el poder de decisión. Para ello es necesario enfrentar y superar las múltiples distorsiones existentes en los mecanismos participativos y representativos que distorsionan la voluntad ciudadana. Por medio de ellos se gesta una contradicción permanente entre el juego de exclusion política e inclusión política, donde la primera es la que se va imponiendo. Neoliberalismo y democracia son cada dia mas excluyente. La democracia alternativa que queremos construir supone crear los mecanismos que permitan a todo el pueblo participar en la definición e implementación de las políticas nacionales y ejercer el control sobre la gestión gubernamental. Un componente fundamental de nuestro programa es contar con parlamentos que tengan capacidad de decisión e independencia, junto con el Poder Judicial, frente a los Poderes Ejecutivos y a los grupos elitistas de presión económica. Asimismo, se precisa promover una efectiva democratización de los medios de comunicación masiva.

Nos proponemos luchar por la creación de un marco ético, legal y político, ante la gravedad sin precedentes adquirida durante los últimos años por la corrupción, el

tráfico de influencias, las vinculaciones de líderes gubernamentales, políticos y militares con el narcotráfico y el lavado de dinero y otras prácticas ilícitas y degradantes, que vienen justificando diferentes formas de intervención y conducen al retroceso hacia prácticas coloniales supuestamente superadas. Lucharemos porque prime la justicia y no la impunidad, procurando que la corrupción, el tráfico de influencia y los crímenes de Estado sean ejemplarmente sancionados.

La tarea por reconstruir el aparato productivo deteniendo la creciente desindustrialización de las economías, implica desarrollar la planta industrial e impulsar el avance tecnológico. Nos exige el retomar el control de la economía y los recursos naturales, la solución del grave problema sobre la tenencia de la tierra, así como el fortalecimiento de las formas asociativas y solidarias de produccion. El desarrollo estable del gasto social requiere del fortalecimiento del Estado, el estricto control financiero y de una reforma fiscal que, contribuyendo a la estabilidad macroeconómica, sea un instrumento para una más justa distribucion de la riqueza.

Un aspecto esencial de nuestra propuesta es avanzar en la creación de un frente común de deudores, que nos permita enfrentar conjuntamente la solución de la deuda externa. La evolución de este fenómeno en los últimos años, pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que impone la deuda y lo nocivo que resultaron ser los mecanismo de cambio de deuda por supuesta inversión.

Resulta importante combinar armonicamente la producción hacia los mercados internos y externos, así como articular políticas de desarrollo desde adentro hacia afuera, que promuevan la competitividad de la industria nacional. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional. Asi mismo, resulta necesario fortalecer la banca estatal y cooperativa.

Las políticas compensatorias dirigidas hacia los sectores excluidos, deben incorporarse sólo como soluciones de emergencia para corregir circunstancialmente situaciones críticas, mientras se desenvuelven los resultados de las reformas estructurales. Se impone asumir políticas activas a nivel industrial, agrario, políticas activas de creación de empleo que lleven a aumentar la participación de los salarios en la renta nacional, así como estrategias de desarrroollo de la ciencia y la tecnología, que posibiliten la creación de una base concreta para armonizar crecimiento con distribucion. En este contexto, se debe brindar estímulos a la pequeña y mediana empresa por su capacidad para generar empleo.

La estrategia de construccion del nuevo modelo economico y social, debe incorporar la visión de género. Para ello debemos establecer acciones concretas para eliminar

la discriminación de la mujer en el empleo y salario, impulsar programas específicos para la mujer rural y la mujeres jefas de familia. Se trata de generar programas de formación profesional y adecuar las normas de seguridad social, incorporando los derechos de las mujeres. Asimismo debemos establecer políticas de acción afirmativa que aseguren el acceso de las mujeres a los puestos de decisión a todo nivel.

Asumimos que los paises de America Latina y el Caribe están constituidos por poblaciones multiraciales, multietnicas y multiculturales, en los cuales el racismo, la exclusion y la transculturizacion, es una de las causas fundamentales que impiden el desarrollo de las poblaciones negras, mestizas e indigenas. Consideramos que es imposible realizar transformaciones estructurales en nuestro paises sin la debida consideracion de la problematica racial y del caracter estrategico del combate al racismo por una sociedad nueva. En el contexto de la lucha por un nuevo orden político internacional, nos proponemos impulsar el fortalecimiento del apoyo y la solidaridad internacional con el continente africano el cual há sido considerado inviable dentro del esquema del libre mercado neoliberal.

Las organizaciones políticas del Foro debemos asumir de hecho las demandas y propuestas de los pueblos indígenas, incluyendolas efectivamente en nuestros contenidos programáticos y prácticas políticas, además de asumir sus luchas concretas por la conquista de sus derechos secularmente negados. Abrir más espacios para la participación indígena en las instancias de participación y decisión interna, respetando su cosmovisión y las especificidades del modo indígena de hacer política y ejercer la democracia.

Todas las alternativas tienen una dimensión cultural. Deben responder a una perspectiva de porvenir, a una utopia necesaria, capaz de sostener las propuestas. Ellas necesitan también una dimensión de esperanza para guardar el ánimo en las situaciones difíciles y en los fracasos. Necesitan una ética para conservar las metas de la acción y fijar la orientaciones cotidianas y los medios concretos en el desenvolvimiento de los compromisos sociales y políticos. Por eso son importantes las referencias espirituales y éticas, que en América Latina y el Caribe tienen tanta vigencia y significación en las corrientes cristianas de base y de otras expresiones regiosas comprometidas.

Los debates del Foro giraron alrededor del tema de la reforma y la revolución. Hay quienes plantean que la reforma es un momento en la lucha revolucionaria , pero que, en este marco, muchas veces há resultado un retroceso, si tales reformas no se inscriben en proyectos transformadores que apunten hacia los objetivos estratégicos e históricos que dan cuenta de la superación definitiva del Modelo de Acumulación Capitalista en su fase imperialista. Otros compañeros consideran que en esta fase es necesario priorizar la lucha democratica, la electoral, y luchar por

reformas que vayan minando la solidez del neoliberalismo.

Existen tambien diferencias sobre la valoración de la lucha armada en esta etapa. En el Foro cohexisten organizaciones que han optado por la lucha armada y otras que, sin practicarla, la consideran como una opcion valida para determinados contextos y aun las que se oponen a esa forma de lucha. Las diferencias se basan en la inexistencia de un concenso en la valoración de las nuevas expresiones de lucha armada, y qué representan estas expresiones en esta fase de las luchas sociales.

Todos estos temas seguirán siendo punto de debate en el Foro de São Paulo, y se buscará profundizar tanto teorica y politicamente, como desde las experiencias.

A los treinta años de la caída del Comandante Ernesto Ché Guevara y sus compañeros internacionalistas de varios países latinoamericanos, los trabajadores, los campesinos, los jóvenes, los excluidos y los oprimidos del continente, siguen identificados con su figura. Son ellos los mismos que nos alientan y empujan para seguir uniendonos en la lucha por la construcción de alternativas al neoliberalismo, de la cual el socialismo sigue siendo una de las opciones para superarlo, las cuales siguiendo su ejemplo seran basadas en profundas convicciones eticas que integren sin fisuras nuestro pensar y actuar. Treinta anos despues, cuando nos dicen que debemos renunciar a los sueños, a la dignidad y a la etica transformadora, su ejemplo de vida , su capacidad de amar,se enaltece y se encarna en los pueblos del mundo. Desde el VII Foro de São Paulo, reafirmamos nuestro compromiso de solidaridad lucha junto a los trabajadores y movimientos sociales del continente, com la defensa de la causa del pueblo cubano y con la herencia ejemplar de Ernesto Che Guevara.

RESOLUCION

El Plenario del 7mo Encuentro del Foro de São Paulo acuerda:

Aprobar la propuesta de Declaración hecha por el Grupo de Trabajo con las siguientes modificaciones y agregados:

1. Acentuar la importancia de la lucha por la soberanía nacional frente al hegemonismo del imperialismo norteamericano y a la pretensión de subordinar a los países a sus políticas e intereses.

2. Afirmar que las alternativas al neoliberalismo, entendido como una forma concreta del capitalismo imperialista, van desde las opciones nacionalistas y democrático populares hasta las de perspectiva socialista que representan una opción de justicia social, de participación auténtica de las clases trabajadoras y del

pueblo en las decisiones políticas, económicas y culturales, y de transformación estructural y cualitativa de los regímenes capitalistas dependientes que existen en América Latina.

3. Revisar el conjunto de la redacción para incoporar la problemática y la terminología de género en el texto.

4. Introducir una reflexión mayor referida a los regímenes de democracia recortada, tutelada o militarizada existente en diferentes países del continente.

Incorporar la noción de democracia como concepto que implica lo económico y social junto a lo político.

DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997

Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional

sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.

2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de

México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la compresión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado"globalización"., el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo"internacionalismo liberal "" que combina nociones y practicas económicas,

políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Cientifico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de"el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró:"... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización"."... estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos

rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado -mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de"control social"que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como"costos"que afectan la competitividad de la nación.

11. En el"Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico

y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exacerba un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades especificas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar

ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la"Guerra Fría", se comenzó a diseñar un"nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados,

alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la"flexibilización"del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acabo y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en

otros, en América Latina y el Caribe se impuso la"disciplina social"necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en"costos"que afectan a

la"competitividad"de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de"asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho mas bajos y frecuentemente en cambio de"monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serian supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioro. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de"racionalización"empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los"post-pensionados"que cometieron el"error"de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas --consideradas ahora como"cosas del pasado"-- la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se

agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las perdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el"efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un numero irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez mas frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada"flexibilizaron"del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue

sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), presentadas en su ultima reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante mas dramáticas como las de los grandes centros urbanos --Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o mas. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y"flexibilización"del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos piases. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser"disfuncionales"al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones"del pasado", defensoras de"privilegios", que desarrollan una resistencia"puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la"modernidad"y de la"globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente"arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto;

sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva"racionalidad"económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez mas estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamas vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los limites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los"agentes externos"las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son construidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta"contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la"continuidad administrativa"requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que

intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentrarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que"completen"el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de"hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del"caos", momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del"regreso al pasado"ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese"pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia,

transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón -por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo--, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada"Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente --con la excepción de Cuba-- suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la"Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta

entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subrregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alicuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales -en principio correctas-- que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero --que en ese contexto-son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del

continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques -la Unión Europea y el de los países asiáticos-y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las"relaciones carnales"con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes"antiterroristas"--como en Perú, Colombia y Argentina--que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.

66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías --con un saldo neto de incremento del desempleo estructural--, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos --México, América Central y El Caribe-- sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediablemente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la"globalización desde los poderosos", se crean condiciones para"universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una"globalización"alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el"internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos:

Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de"democracia con exclusión"que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas. Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno

con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vinculo de cooperación --e incluso de integración-- allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por"supuesta"inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial --aunque

ello sea un parámetro--, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ahí surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales --en beneficio de los sectores populares-- y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales -agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones criticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estimulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe -y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementaridad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad critica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al

fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal-- de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal --ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza-- impone el reto de enfrentar desde

el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real --político, económico y militar--, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil -- con el Presupuesto Participativo-- y en Montevideo, Uruguay --con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa--, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos

plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos-- crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso especifico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas

sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal.

No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones especificas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a

los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la"paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social, cultural y étnica, ya que estas ultimas --se argumenta--le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo"competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos --sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho-- significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos.

El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e

identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del"fin de las ideologías"-con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal--, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del

ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos(2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el

costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes.

(2) El VI Encuentro del Foro de SaoPaulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad --que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas-- se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella

es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu critico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión critica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estimulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de

acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131.Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo --que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición-- se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de"conciencia critica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de genero, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subrregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarias regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subrregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estimulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y

regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundializacion creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subrregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -,y la recuperación de un desarrollo sostenido.

7º Encontro do Foro de São Paulo

Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo

30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser

mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;

2. Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;

3. Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influindo na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

* Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;

2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;

* Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;

* Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;

* Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.

* Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de

Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;

* Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;

* Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;

* Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA

A Importância da Luta Ecológica na Construção do Sociedade Socialista

Apresentação

"O bem comum se estrutura ao redor da justiça social e dos direitos pessoais, sociais e ecológicos. Seu fruto é a paz. (...) Não haverá uma Arca de Noé que salve a alguns e deixe outros se perderem. Ou nos salvamos todos juntos, ou juntos pereceremos todos. Amar e salvaguardar a Terra é o supremo valor, base para todos os demais valores.

Somos cidadão do mundo. (...) Devemos alimentar a consciência de uma cidadania mundial. (...) Projetar um tipo de desenvolvimento que se faça com a natureza, e não contra ela. É importante uma ecologia ambientalista que cuide da qualidade de vida em nosso planeta. Não é justo que 80% dos recursos naturais do planeta sejam controlados e consumidos por apenas 20% da população mundial. Queremos enfatizar a ecologia social, aquela que entende o ser humano, não como alguém fora e por cima da natureza mas dentro e junto dela como parte essencial, integrante. (...)."

Com essa advertência, Luiz Inácio Lula da Silva se despediu da presidência do PT, durante o 10º Encontro Nacional do partido. Lula apontava novos horizontes para o PT, ressaltando a luta ambientalista na perspectiva de transformação social e econômica do país. Isso representa uma importante mundança no discurso petista.

O PT está percebendo a importância da questão ambiental nos dias atuais. Primeiro, porque o PT luta por justiça social e qualidade de vida para aqueles que pagam mais caro pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, sendo a degradação ambiental parte desse custo social. Segundo, porque não se pode estar alheio à disputa por recursos naturais no país, uma vez que, a abundância desses recursos ajuda a definir o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e o seu modelo de desenvolvimento.

Tem papel destacado nessa breve história ambiental do PT os movimentos sociais. São eles também que empurram o partido para enfrentar os graves problemas ambientais do país, especialmente através dos ecologistas e de outros segmentos, como o movimento indígena, extrativista, comunitário, sindical, de mulheres, de negros entre outros.

Ao longo da sua história, o Núcleo de Ecologistas do PT de Porto Alegre, tem contribuído pioneiramente para inserir no cotidiano da vida partidária, o

entendimento de que, neste final de milênio, os grandes desafios que se colocam para a humanidade, as transformações sociais que temos como objetivo programático, passam necessariamente pela resolução dos problemas ambientais e pela configuração de um novo modelo de desenvolvimento. Portanto, o que queremos demonstrar é a importância estratégica, para a causa socialista, da luta ambiental, e é dentro deste contexto que trazemos para o conjunto dos delegados presentes neste 7º Foro de São Paulo a reprodução integral do Manifesto Ecossocialista, documento aprovado no Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, realizado em Angra dos Reis no ano de 1990.

MANIFESTO ECOSSOCIALISTA

"1) Os ecossocialistas procuram resgatar a herança histórica de luta da humanidade pela justiça social, pela democracia como valor essencial e pelo direito à diferença (de gênero homem-mulher, da diversidade cultural dos povos e de opções sexuais, religiosas). Afirmam que, como parte dos movimentos que lutam por novas formas de relações sociais (socialistas), lutam também por novas formas de relação do ser humano com a natureza. Nesse sentido não somos nem socialistas no sentido estrito, nem ecologistas em sentido estrito: Somos Ecossocialistas.

2) O "socialismo realmente existente" ao propor a primazia do desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de novas relações sociais que permitissem o livre desenvolvimento do ser humano e a proteção do meio-ambiente, reproduziu na prática características da sociedade capitalista que pretendia superar.

3) A crise na qual está imersa a humanidade não se restringe ao campo do econômico, mas de todo um processo civilizatório com suas crenças e valores, inclusive a crença de que a economia é a base da felicidade humana. Daí a necessidade de se repensar os fundamentos filosóficos para a construção de uma nova utopia. Entre esses valores que precisam ser repensados e que faz parte, inclusive, da herança filosófica de grande parte da esquerda, está o antropocentrismo.

4) Para os ecossocialistas as especificidades do homem enquanto espécie biológica que por exemplo, tem a propriedade de criar cultura e história, não são suficientes para autorizar a visão da natureza como objeto a ser submetido. Para os ecossocialistas o homem é parte da natureza, é aquela parte da natureza que, inclusive, desenvolveu a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalidade, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou.

5) Para os ecossocialistas a defesa da vida não se restringe à defesa da vida humana, mas se estende a todas as formas de vida.

6) O chamado socialismo-científico, construído a partir das visões científicas do século passado (positivismo, evolucionismo, determinismo) e da lógica cartesiana e física newtoniana (mecânica) deve ser dialeticamente superado. Uma nova visão de mundo, holística, não compartimentalizada, que reconheça que aquilo que a ciência convencional chama de "LEI" e "ORDEM" é apenas uma parte da realidade, da qual o acaso também faz parte, constitui-se em um novo paradigma sobre o qual poderíamos reformular nossa utopia.

7) Os ecossocialistas recusam a tese que o homem está destruindo a natureza. Essa tese ao falar de um homem genérico, dilui as responsabilidades pela atual devastação do planeta. Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está igualmente à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera uma riqueza (questionável) para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta.

8) Desse modo os recursos naturais do planeta não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada com poderes absolutistas do proprietário, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidárias com as gerações futuras.

9) Nesse sentido é necessário mudar a relação ser humano-natureza buscando uma relação harmoniosa preocupada com o futuro do planeta. Os interesses dos segmentos, grupos, classes, povos e nações têm que ser compatibilizados com o meio ambiente. Para os ecosocialistas os interesses dos explorados e oprimidos devem ser pensados para além do corporativismo e para isto é preciso que incorporemos um projeto que seja do interesse de toda a humanidade e da defesa da (s) vida (s) e do planeta. A visão holística inerente aos ecossocialistas é fundamental na superação do corporativismo pois implica reconhecer o outro enquanto outro na sua diferença.

10) Para os ecossocialistas um Meio-Ambiente saudável é incompatível com capitalismo nas suas duas vertentes, a neo-liberal e a social-democrata. A preocupação com o enriquecimento imediato, inerente à lógica do mercado e do lucro deve deixar de constituir a base dos valores da humanidade. A separação do homem da terra está na origem e no cerne da sociedade capitalista. Só assim foi possível a mercantilização generalizada dos homens (proletarização) e da natureza. A lógica do mercado que pressupõe a divisão do trabalho levou a uma extrema especialização tanto produtiva como do conhecimento. A lógica da concorrência impôs ritmos intensos ao processo de produção incompatível com os fluxos de matéria e energia de cada ecossistema (que ficam dependentes de insumos

energéticos externos) com o equilíbrio psico-afetivo do trabalhador (vide Chaplin em "Os Tempos Modernos") e com os ritmos próprios à vida de cada povo e cultura. Nesse sentido Capitalismo e Desenvolvimento Auto-Sustentável são incompatíveis.

11) A queda do Muro de Berlim e da Burocracia com suas polícias secretas sepultou o modo coletivista do estado autoritário e centralizado, mas não os princípios e os fundamentos de um igualitarismo socialista democrático.

12) No entanto, para a opinião pública mundial ficaram abalados os princípios da supremacia do coletivo sob o individual e do Plano sobre o Mercado. Impõe-se a necessidade de repensarmos a relação entre o individual e o social, entre o público e o privado.

A luta contra a desigualdade, por exemplo, não é uma luta pela igualdade no sentido estritamente econômico-social. É uma luta para que todos tenham condições iguais para afirmar sua diferenças.

Os ecosocialistas recusam uma visão do social que anule o indivíduo. Queremos um social que incorpore a visão de que cada indivíduo é singular, tem sua originalidade. Queremos um social que permita o desabrochar da criatividade que existe em cada ser humano. Queremos um socialismo (e não um social-ismo) que seja assinado na primeira pessoa, onde cada um se sinta estimulado e responsável individualmente pela usa construção. Não confundimos afirmação da individualidade com individualismo como, de certa forma, a esquerda até hoje veio fazendo. Como a questão do indivíduo era confundida com o individualismo burguês, ela foi negligenciada e recalcada. No entanto, como ela é parte constitutiva do homem moderno e não era explicitada no seio da esquerda, a questão do indivíduo veio se manifestando de uma maneira perversa através dos diversos cultos à personalidade. Aquilo que era negado à maioria sob o pretexto de que se constituia num princípio burguês passou a ser privilégio de alguns poucos (quase sempre do Secretário Geral).

13) Nesse sentido os ecossocialistas propugnam por ampliar radicalmente os espaços da liberdades coletivas e individuais não restringindo as especificidades do desenvolvimento afetivo, psicológico e cultural.

14) Em sociedades onde o Poder e a Economia estão extremamente centralizados monopolizados como a que vivemos tanto a nível nacional, como internacional, não é possível deixar exclusivamente às forças do Mercado a formação dos valores, dos gostos e dos preços. O Mercado não gosta dos miseráveis e a justiça social não é mercadoria que dê lucros imediatos. Não queremos trocar o Estado Total pelo Mercado Total. É preciso mesmo indagar-se se existe mercado numa economia

oligopolizada.

15) Afirmamos que os princípios da autogestão, da autonomia, da solidariedade (inclusive com as gerações futuras), da defesa da(s) vida(s) e das liberdades, do desenvolvimento espiritual e cultural dos indivíduos e dos povos e das tecnologias alternativas, libertos das amarras do produtivismo e do estado autoritário ajudarão a semear e robustecer a utopia transformadora ecossocialista e libertária.

16) Uma das decorrências do Antropocentrismo (na verdade do homem europeu, logo, do Eurocentrismo), foi - e é - o Produtivismo. A crença num homem todo-poderoso que tudo pode submeter está na base da idéia de Progresso do mundo moderno. O Progresso, entendido como aumento da riqueza material, medido através do PIB, impregnou as consciências, inclusive a de muitos que se pensam críticos da sociedade dominante. Para os ecossocialistas o capitalismo não é somente um modo de produção. É também um modo de vida, um determinado projeto civilizatório, um modo de ser para o ser humano. Não cabe simplesmente questionar o modo de produção-distribuição do capitalismo. Se o capitalismo não permite que todos tenham automóveis nós, os ecossocialistas, não lutamos para que todos tenham um, pois isto sé socializaria o congestionamento. Assim não questionamos somente o modo como se produz e para quem. Incorporamos à nossa crítica, também, o para quê? e o que? se produz. Não queremos simplesmente o bem-estar. Queremos um bem-viver, que vai além do conforto material. Sem medo de ser feliz.

17) Assim, os ecosocialistas questionam os padrões culturais de consumo que condicionam e são condicionados pelo modo de produção. Diferenciamo-nos dos demais ecologistas pois não ficamos na crítica ao consumismo pois este é a face aparente de uma sociedade que, no fundo, é produtivista. O produtivismo-consumismo é, por sua vez, filho direto dos valores antropocêntricos que a sociedade capitalista leva ao paroxismo, com sua visão da riqueza imediata, do lucro e da extrema fragmentação/especialização da produção, inclusive, da produção do conhecimento.

18) A crítica ecossocialista da matriz produtivista-consumista dos atuais modelos de desenvolvimento predatórios, embotantes e desumanos se dirige também à proposta de "crescimento zero" ou do anticonsumismo monástico para o Terceiro Mundo. Propomos, sim, um redirecionamento da produção-consumo que vise prioritariamente a superação da miséria, tanto material como espiritual e uma gestão democrática dos recursos. Para os ecossocialistas a produção não é um fim em si mesma mas um meio para a efetivação de uma sociedade igualitária baseada na radicalização democrática (que combina democracia direta e representativa).

19) A tese do "crescimento zero" demonstrou toda a sua fragilidade sobretudo nos

períodos de recessão e desemprego, inclusive com queda do PIB. Mesmo nesse contexto a degradação ambiental só fez progredir. Nada temos contra o crescimento se ele for baseado na proteção da natureza na gestão democrática dos recursos. O crescimento do ser humano não pode ser reduzido ao consumo de bens materiais. Não queremos substituir o ser pelo ter. Essa é a utopia capitalista.

20) Para os ecossocialistas o trabalhador não se define como "mão-de-obra" ou "força de trabalho", mas como um ser humano pleno e complexo, com direitos integrais de cidadania. Não reduzindo o ser humano ao mundo da produção, nem tampouco à sua dimensão econômica. A economia é apenas um instrumento a serviço da sociedade, e não ao contrário como acontece no capitalismo e, portanto, deve estar subordinada democraticamente aos cidadãos.

21) Os ecossocialistas não entendem que o proletário fabril e rural sejam os únicos agentes da transformação social. Há um movimento real, constituído por diferentes movimentos sociais, que procura suprimir o estado de coisas existentes. São pessoas que pelas mais diferentes razões rompem a sua inércia e vêm para o espaço público construir novos direitos.

22) Os ecossocialistas propõem novos critérios para a elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação do meio ambiente como, por exemplo, a perda da biodiversidade, do fundo de fertilidade da terra (e da água), dos mananciais. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e da privatização dos benefícios. Para nós são indicadores do desenvolvimento, o tempo livre e o avança cultural do povo, e para isso é fundamental retomar a luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e é o resultado das lutas de classes. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e reduzido para que o homem possa ser efetivamente livre.

23) A sociedade americana, paradigma de desenvolvimento na ótica dominante, no seu afã produtivista-consumista chegou à insana condição de, com apenas 6% da população mundial, consumir 25% da produção mundial do petróleo. Desse modo se 24% da população mundial tiver o padrão cultural da sociedade norte-americana, consumiria 100% do petróleo mundial. Esse modelo se mostra, assim, definitivamente como um modelo não só devastador-poluidor como também excludente socialmente. Se na utopia capitalista a felicidade deve ser alcançada através do consumo de bens materiais com todas as conseqüências já apuradas, nós, ecossocialistas, propagamos por um redirecionamento do que seja riqueza que incorpore, inclusive, a dimensão ética pois deve se estendida a todos os seres humanos e se pautar no direito à vida de todos os seres vivos.

A sociedade moderna surgiu apoiada numa ética do trabalho, que, no entanto, vem sendo substituída pela ética do consumo. É preciso superarmos, dialeticamente, a ambas.

24) A ciência e a tecnologia são indispensáveis para a construção da sociedade ecosocialista, onde haja a superação do desperdício e da devastação e a diminuição da jornada de trabalho (o tempo livre). Todavia não podemos cair no mito racionalista que a ciência e a tecnologia são os únicos motores para se alcançar tal fim. É a própria noção de riqueza e de trabalho que precisa ser reelaborada. Outras sociedades, menos complexas tecnologicamente do que a nossa foram capazes de subordinar o trabalho e não se escravizar a ele.

25) A luta pela construção do ecossocialismo passa, necessariamente, pela invenção de novas tecnologias e por uma apropriação crítica do complexo tecnológico hoje à disposição da humanidade. Nesse sentido devemos estar atentos e abertos a todo o complexo científico-tecnológico que o conhecimento humano produziu e, sobretudo, saber adequá-lo às particularidades socio-culturais de nosso povo, tanto para recusá-lo, como para dele nos apropriarmos.

26) Até agora o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica basicamente por seu impacto no (des)emprego, com ênfase nas conseqüências da robótica e da informática. Esse é um aspecto importante e através dele é possível perceber com clareza que a redução de jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto, há um outro lado da questão que precisa ser aprofundado: é que em muitos casos o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional no salário) em vez de lutar pela despoluição das fábricas e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital. Os ecologistas lançam junto aos sindicatos e à classe trabalhadora a luta política pelas tecnologias limpas e por um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto bio-físico-químico, como psico-social. Devemos, pois, assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo, sobre a saúde e a vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida. A luta pela substituição das tecnologias sujas que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia (nos estaleiros, por exemplo), entre outros, supõe o aumento da consciência de classe e, por incorporar a dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, normalmente invocado pelo capital para não revelar a composição química de seus produtos, não pode estar acima da vida.

27) As chamadas tecnologias limpas não se resumem ao tratamento da saúde, dos

efluentes e despejos, mas na despoluição de todo o processo de produção em todas as suas fases. O ecossocialismo não quer limpar a atual organização do processo produtivo, sem alterar seus princípios e sua lógica de funcionamento. Não queremos pintar de verde a fachada do prédio do capitalismo predatório, mantendo inalterada sua lógica de exploração, exclusão e desigualdades.

Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição e da natureza do consumo final.

28) Para efetivar esta bandeira torna-se fundamental uma articulação entre a comunidade científica, o movimento ambientalista e o movimento popular e sindical. Isolados estes, as teses ficam nas gavetas e a chantagem patronal joga os trabalhadores e ecologistas uns contra os outros. São os trabalhadores que vivem cotidianamente submetidos às piores condições ambientais tanto no seu local de trabalho, como de moradia. É preciso, no entanto, romper com os corporativismos que opõem trabalhadores de um lado e ambientalistas e cientistas de outro. Se os trabalhadores, por exemplo, não têm onde morar e, constrangidos, invadem áreas de interesse público, como mananciais, é preciso afirmar que, nesse caso a questão habitacional torna-se de interesse público e haveremos de buscar alternativas para que os trabalhadores tenham um teto e o manancial, por ser de interesse público, seja preservado.

Assim é preciso reverter o corporativismo e a alienação a ele vinculada, aprofundando a luta política, cimentando a concepção de uma nova sociedade fundada em um outro tipo de desenvolvimento tecnológico.

29) Os ecossocialistas propugnam pela reciclagem dos resíduos e materiais, a descentralização geográfica da economia e da política, pelo combate ao desperdício e à obsolescência precoce planejada do produto. A durabilidade deve se constituir num critério de qualidade do produto. Estas são bandeiras que devem estar associadas à luta contra a pobreza (material e simbólica), à concentração de terra e renda e à dependência externa.

30) A conversão gradual do complexo militar e industrial para uma economia voltada para um desenvolvimento autogerido, democrático e sustentável deve ser acompanhada pela transformação radical dos critérios de investigação de ecotécnicas, tecnologias economicamente eficientes, poupadoras de energia, descentralizáveis (tanto no plano técnico, como político), ecologicamente seguras e capazes de serem apropriadas e geridas pelo trabalho coletivo.

31) A tendência atual do capitalismo de diminuir cada vez mais o número de trabalhadores do processo de produção material, aumentanto enormemente a capacidade de produção, tem como um dos sustentáculos a manipulação do desejo,

a fabricação capitalista da subjetividade através da mídia, sobretudo da televisão. Este tem sido um poderoso instrumento político dos grandes monopólios. A democratização dos meios de comunicação torna-se essencial. Pela "Reforma Agrária no Ar".

32) A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis é fundamental para que criemos um complexo científico-tecnológico que contribua para um desenvolvimento ecologicamente seguro, voltado para o interesse comum e a soberania dos povos. Só com um estreitamento profundo da Universidade com os interesses da grande maioria do povo, será possível quebrar o mito da neutralidade das forças produtivas. A busca de um paradigma filosófico e científico não reducionista é parte da luta por uma Universidade de qualidade e voltada para o interesse comum.

33) Um projeto ecossocialista pressupõe as Reformas Agrária e Urbana e devem ser pensadas na sua articulação com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas como mini-usinas, biodigestores, eólica (vento) e solar é importante no sentido de democratizar o acesso à energia sem aumentar a pressão sobre a atual matriz energética, esta sim excludente, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de pequenas e médias cidades.

Essa preocupação não deve nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades exigindo a proteção de encostas, dos mananciais e fundos de vales, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano e outras propostas.

34) Na sociedade atual há um verdadeiro culto à centralização, à concentração e ao que é grande (ao maior) sob o pretexto de que seriam mais eficientes. Combatemos radicalmente esse princípio não por um culto ingênuo ao pequeno, ao menor, mas sim pela hierarquização e centralização do poder que os megaprojetos comportam.

O limite de tamanho é desigual para as diferentes atividades e sociedades e não é uma questão de ordem exclusivamente técnica, embora comporte, como tudo, um lado técnico, do fazer. Como tal o limite de tamanho é sobretudo do campo do político e, assim, deve ser estabelecido a partir de uma base democrática e autogestionária.

Não é difícil perceber a íntima relação entre os megaprojetos no Brasil (Tucuruí, Jari, Carajás, Angra I e II, Itaipu, ...) e o suporte autoritário que os criou. E aqui não devemos confundir o autoritarismo com sua fachada aparente que foi a ditadura militar, mas, sobretudo, ver os vínculos profundos que mantém com o capital monopolista.

35) Os ecossocialistas lutam pelo desenvolvimento de formas democráticas e participativas de gestão em todos os níveis, desde o local de trabalho até o Parlamento através da combinação da democracia direta e da representativa. Acreditamos ser esta uma forma evoluída de gestão política e administrativa. Os cidadãos trabalhadores devem ter uma noção geral dos problemas e participar criativamente das soluções, substituindo a visão fragmentária por uma visão holística (que se preocupa com a relação das partes entre si, das partes com o todo e com a relação do todo retroagindo sobre as partes).

Para isso são necessários tanto um processo educacional que, ao mesmo tempo que estimule o senso crítico e a criatividade, vise o interesse público, como uma radical democratização dos meios de comunicação. Sem essas condições as mudanças no regime de propriedade e nas formas de gestão, que estão associadas, ficam comprometidas.

36) Para os ecossocialistas uma nova ética revolucionária é pré-condição de uma nova política: os fins não justificam os meios. As práticas autoritárias, machistas, elitistas, militarizadas e predatórias só fundamentam uma falsa transformação, sem a afirmação de novos valores para uma nova sociedade.

37) Essa nova ética ecológica planetária é incompatível com a exportação de lixo químico dos países ricos para os países periféricos e é incociliável com os testes nucleares que transformam o planeta em laboratório e a população em cobaia. Sobretudo, agora, quando caiu o muro e com ele toda a lógica da guerra fria e sua corrida armamentista, torna-se necessário a desnuclearização do mundo para que a política não fique submetida àqueles que têm o poder de definir a Morte. A queda da burocracia no Leste Europeu, saudada por todos os verdadeiros socialistas, deixou, por outro lado, o imperialismo de mãos livres para apertar o botão.

38) Defendemos uma nova divisão internacional do trabalho radicalmente diferente da atual onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta como a robótica, a biotecnologia, a química fina e o laser e relocalizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia, inclusive do próprio homem. Uma nova ética ecológica planetária supõe intercâmbio, cooperação, paz, solidariedade e liberdade no lugar da hipocrisia do nacionalismo chauvinista que justifica as próprias agressões praticadas por cada governo e empresas contra suas próprias populações e meio ambiente. O direito a autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como as suas fontes naturais de vida. Um novo conceito de soberania é necessário, incorporando uma ética ecológica.

39) O ecossocialismo não se constrói num só País, nem numa só direção. A

solidariedade entre todos aqueles que são negados em sua humanidade, por serem explorados e oprimidos, se faz pelo reconhecimento de que formamos uma mesma espécie, cujo maior patrimônio é a nossa diferença cultural. Uma posição verdadeiramente revolucionária, ecosocialista, reconhece que habitamos uma mesma casa, o Planeta Terra, que por sua vez, vem sendo ameaçado por um internacionalismo fundado no dinheiro e no lucro e por um poder altamente concentrado: o imperialismo.

40) Os ecossocialistas entendem que é necessário romper com a idéia restrita de revolução, originária da mitológica tomada de assalto do poder, militarizada e, por sua vez, derivada de uma idéia restrita do Estado. Afirmamos que inexiste o tal corte absoluto mistificado na história, uma vez, que o processo de transformação social é composto não por uma, mas por várias rupturas, descontinuidades, desníveis e disfunções.

No entanto, numa sociedade onde o poder está hierarquizado, do cotidiano familiar ao aparelho de Estado passando pelos locais de trabalho, as diversas rupturas nos diversos níveis têm contribuições diferenciadas, embora todas essenciais num verdadeiro processo de transformação, aliás, em curso. Aqui se faz necessária, mais uma vez, uma visão que dialetize a relação entre as partes e o todo.

Os debates acerca dessa questão vêm ganhando maior profundidade no seio da esquerda. Mesmo aqueles que procuram afirmar a idéia de uma ruptura têm apontado que ela implica o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, entre os partidos e os sindicatos e demais movimentos populares. Apontam que o socialismo se torna uma necessidade reconhecida pela população quando, no processo de luta evidenciarmos os limites de desenvolvimento capitalista. Esses limites são evidenciados, por sua vez, quando a Burguesia rejeita propostas de humanização em geral, em particular no tocante à socialização da propriedade. Deste modo a ruptura deve ser entendida como o resultado prático e teórico da dialética reformas/revolução. Nesta dialética é fundamental, portanto, entender que a teoria e a prática para uma sociedade socialista devem existir já a partir do capitalismo, embora condicionada pelos limites e barreiras dessa sociedade. Aí são fundamentais, por exemplo, os Conselhos Populares. Estes devem ser organizações da sociedade civil autônomas em relação ao Estado e aos Partidos, atuando como verdadeiros laboratórios de construção de hegemonias. Assim a democracia socialista não é simplesmente a negação da democracia capitalista, mas sim a sua superação.

Se a democracia é um valor estratégico, como acreditamos, e não tático e o Poder não se localiza em um lugar restrito, como no aparelho do Estado, por exemplo, devemos instituir práticas democráticas em todos os lugares de interesse público, inclusive nas unidades de produção (empresas-locais de trabalho), o que implica

repensar o regime de propriedade. Afinal, assim como os fluxos de matéria e energia dos ecossistemas, e mesmo da sociedade, transcendem as fronteiras nacionais, o mesmo ocorre com as cercas e fronteiras da propriedade privada.

41) Por fim, a atual crise que afeta a humanidade expressa na descrença com relação ao futuro, no hipocondrismo, no alcoolismo, na violência cotidiana, no stress, na apatia e no consumo indiscriminado de drogas em geral mostra a decadência do atual modelo de desenvolvimento. Repudiamos a militarização do combate às drogas que vem substituindo a antiga caça aos comunistas. A militarização no combate às drogas acaba escamoteando a verdadeira questão: o esvaziamento do sentido da vida, a instrumentalização mercantilizada do desejo, a vida sem direito à fantasias típicas da sociedade que transformou a liberdade "numa calça Lee velha e desbotada" conforme um anúncio publicitário. Nós ecosocialistas reconhecemos que se é, num certo sentido verdadeiro, que ninguém vive de fantasia, afirmamos que também é verdadeiro que a dimensão da fantasia é inerente à vida. Nesse sentido repudiamos a sociedade que reduz a fantasia à sua busca através da droga. Sem medo de ser feliz!"

Contatos com o Núcleo dos Ecologistas do PT de Porto Alegre:

Av. João Pessoa, 785 - Bairro Farroupilha

Porto Alegre - RS - CEP 90040-000

Fone 224-3709 - Fax 226-0329

Internet E-Mail:pt_poa@portoweb.com.br

Coordenador do Núcleo dos Ecologistas: Renato Ferreira

Secretário do Núcleo dos Ecologistas: Carlos Nunes

Secretário de Organização do PT de Porto Alegre: Inês Rodenco

DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Reuniram-se em Porto Alegre, no dia 31 de julho, representantes de 15 fundações ou institutos de 09 países. Alguns dentre estes são vinculados a distintos partidos políticos. Outros são instituições autônomas. Entre suas áreas de atuação, destacam-se:

* *Formação Política*

* *Reflexão Político-Ideológica*

* *Publicações*

No decorrer da reunião, verificou-se a existência de várias áreas e problemas comuns. Foi consensualmente decidido incrementar o contato e intercâmbio de publicações e de experiências entre estas entidades, de maneira a dar os primeiros passos para a constituição de uma rede de cooperação.

Presentes:

Argentina:

Instituto Buenos Aires

Instituto Bonaerense de Análisis y Proyectos

Universidad de los Trabajadores

Bolivia:

Instituto Boliviano de Estudios Sociales y Técnicos (IBEST)

Brasil:

Fundação João Mangabeira

Fundação Perseu Abramo

Instituto Astrogildo Pereira

Canadá:

Alternatives - Fórum Mundial das Alternativas

Chile:

Instituto de Ciéncias Alejandro Lipschutz

Planificación y Gestión Municipal

França:

Espaces Marx

Haiti:

CRESFED

Itália:

Partito Democratici della Sinistra (PDS)

Uruguai:

Editorial "Conclusiones"

Instituto Fernando Oturgués (IFO)

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES

PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES ANEXA AO VII FORO DE SÃO PAULO

O grupo de Parlamentares reunido no VII Foro de São Paulo no período de 30 e 31 de julho, em Porto Alegre, ouviu informações sobre a situação dos países latino americanos e do Caribe, prestadas pelos participantes parlamentares deste Foro. Examinou principalmente a situação dos parlamentos Latino Americanos, na fase histórica de predomínio da política neoliberal que estamos vivendo. Considerou necessário fixar sua opinião sobre os seguintes pontos:

1. Uma séria ameaça paira sobre os países da América Latina. A política neoliberal imposta aos nossos povos está trazendo uma situação de grande desemprego no hemisfério, crescimento da pobreza e exclusão de vastas setores sociais, além de enfraquecer seriamente a soberania desses países e retirar-lhes autonomia de decisão nas questões de seu desenvolvimento.

2. Através dos processos de privatização indiscriminada e venda de concessões de serviços básicos, a América Latina tem visto crescer perigosamente a desnacionalização de seu parque produtivo, além de uma desindustrialização arriscada, que atinge especialmente as industrias que incorporam tecnologias mais avançadas

3. Os governos neoliberais de nossos países tem se empenhado em produzir reformas políticas, econômicas e sociais em detrimento dos interesses maiores das nossas nacionalidades e particularmente dos trabalhadores de nossas terras . As camadas mais pobres tem sido vítimas da perda de direitos sociais básicos como os trabalhistas e os da seguridade, além de privadas dos serviços de saúde e educação públicas, saneamento básico e etc.

4. Na consecução desta política anti-popular os governos tem procurado insistentemente transformar os parlamentos em instituições homologadoras de suas decisões, assumindo crescentemente o monopólio da atividade legislativa, praticamente submetendo os parlamentos aos seus ditames. Em alguns casos chega a usar sórdidos meios de suborno e corrupção, como troca de favores e compra de votos de parlamentares.

5. Constatou-se também sérias ameaças de retorno ao autoritarismo na América Latina, com a tendência a concentração de poder nas mãos do executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário, chegando ao ponto do Ministro da Defesa da Argentina ter feito, a 28 de julho passado, uma conclamação fascista às forças

armadas dos países do Mercosul, no sentido de que assumissem o combate " ao indigenismo, aos camponeses, a subversão, ao terrorismo e ao narcotráfico", na tentativa de alterar o papel constitucional dessas Forças Armadas e jogá-las de novo contra o povo .

6. A tentativa norte americana de organizar uma associação de livre comércio- a ALCA - foi vista como um caminho a ser criticado, posto que a ALCA é uma organização comercial hegemonizada pelos Estados Unidos, sem participação dos povos americanos e das associações sociais. Condenamos energicamente a política migratória dos Estados Unidos que tem causado graves violações aos direitos humanos dos trabalhadores latino-americanos que lá vão em busca de empregos. Estas violações tem sido acompanhadas de políticas e legislações xenófobas, racistas e discriminatórias das culturas e dos trabalhadores de origem latino-americana.

7. A despeito das limitações que querem impor sobre os parlamentos latino americanos, salientou-se a importância das forças progressistas e de esquerda continuarem ganhando maiores espaços de representação popular e atuando firmemente na defesa dos interesses do povo. Neste sentido, considerou-se igualmente importante que os partidos do Foro de São Paulo redobrem seus esforços para elaborar, dentro do poder legislativo, as propostas alternativas ao neoliberalismo em âmbito social, econômico e político.

8. A reunião fixou uma posição firme de protesto contra a continuada e abusiva atitude dos Estados Unidos de bloqueio e agressão à irmã República Socialista de Cuba, inclusive mantendo a insolente lei Helms Burton, afronta não só a Cuba mas a todos os povos que defendem autonomia política e comercial no mundo.

9. Por último, a Comissão de Parlamentares considerou indispensável que o Foro de São Paulo continue com o intercâmbio de experiências e a unidade das forças progressistas e de esquerda entre seus representantes parlamentares. Para isso, se considerou necessário melhorar seus níveis de coordenação em seus diversos foros parlamentares de caráter multinacional, como o Mercosul e o Parlamento Centro-americano, assim como no Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) e na União Internacional de Parlamentares (UIP).

No caso do PARLATINO, a reunião considerou necessário discutir e propor iniciativas que o fortaleçam e o torne mais democrático e representativo. Em particular, a Comissão decidiu levar à consulta entre os partidos do Foro de São Paulo e entre as forças políticas de cada país a conveniência de lutar para que a eleição de representantes ao PARLATINO se realize por voto direto dos cidadãos.

No caso do Parlamento Centro-Americano, a Comissão acordou fazer um chamado

em sua defesa e fortalecimento frente às tentativas dos presidentes dessa região, que pretendem enfraquecê-lo, tirando-lhe poderes e capacidade de decisão.

Em relação à agenda dos parlamentares do Foro, considerou-se necessário incluir ao menos os seguintes temas para discussão imediata:

* área econômica: proposta de reforma fiscal e revisão da dívida externa (tomando como base o documento de Caracas de julho de 97) e sobre os projetos e acordos de integração comercial e econômica (tanto os da área Latino-americana como os da área da América do Norte);

* área social: as reformas da previdência social, os sistemas de aposentadoria, iniciativas em torno do desemprego, a proteção dos trabalhadores do setor informal e sobre os direitos dos povos indígenas;

* área política: reformas na legislação eleitoral e nas regulamentações que regem os parlamentares latino-americanos.

Para preparar a discussão, as próximas reuniões dos parlamentares e melhorar a coordenação dos deputados e senadores dos partidos do Foro de São Paulo, considerou-se necessário a formação de uma Secretaria Permanente formado por um representante de cada um dos países representados na reunião. Esta Secretaria se reunirá em outubro de 97 em São Paulo, Brasil, nos mesmos dias em que ocorram as seções do Parlamento Latino Americano.

DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO: DEMOCRACIA AUSENTE

Seminário Paralelo ao Foro de São Paulo

São muitas as transformações neste final de século. O neoliberalismo e a globalização têm seus reflexos no mundo do trabalho, na cultura, na economia, na qualidade e no modo de vida de todos os que habitam o planeta.

Os setores de comunicação, de telecomunicações e de informática têm sido responsáveis, em grande parte, por estas mudanças, tanto como implementadores quanto mentores, sem que, no entanto, estas transformações tenham sido apropriadas pelas populações excluídas do globo.

A crescente riqueza produzida por estes setores - analistas indicam para o ano 2015 cerca de 40% da produção mundial em torno destes setores - e seu óbvio poder colocou para os grandes grupos internacionais a necessidade de controle total sobre as redes de telecomunicações, por onde já trafega, e trafegará ainda mais, 1 trilhão de dólares/ano. Por isso, é perfeitamente compreensível os sumários processos de privatizações impostos pelo Banco Mundial à toda a América Latina. Grandes empresas públicas de nossos países agora são entregues a megacorporações transnacionais, ou seja, decisões fundamentais para o desenvolvimento de nossos países correm sérios riscos de não mais se efetivarem em Caracas, Buenos Aires ou cidade do México, mas em Madri, Londres, Roma ou Washington.

Aos partidos de esquerda resta a tarefa de impedir que aconteça esta desnacionalização que vem sendo implantada sem ao menos acontecer qualquer discussão mais ampla com a sociedade, mesmo que seja visível a hiper - concentração de setores da mídia provocando ainda mais formação de monopólios e oligopólios privados.

Por isto, dentro deste contexto de imposição da vontade das elites financeiras internacionais e das megacorporações que atuam nas áreas das comunicações e telecomunicações, os participantes do seminário Comunicação: Democracia Ausente, indicam para os senhores delegados do 7° Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, os seguintes encaminhamentos para subsidiarem a discussão deste Foro em relação a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo no campo da informação e suas estradas físicas e eletrônicas:

1. Que a questão da comunicação e telecomunicação tenha um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo. Isto significa os partidos abandonarem a concepção puramente instrumental da informação para adotarem uma postura de construção de políticas tendo a comunicação como um dos eixos fundamentais.

2. Que é urgente a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e telecomunicação.

3. Que é tarefa doa partidos de esquerda reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista e com um sentido público.

4. Capacitação da sociedade para se apropriar e entender os processos políticos e técnicos da implantação do modelo neoliberal de comunicação.

5. Envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pela controle público destas áreas.

6. Intransigente luta contra a desnacionalização destes setores.

7. Promover o debate e o estímulo à experiências concretas aos meios alternativos de comunicação.

8. Estimular a organização dos setores de comunicação de esquerda que envolvam de forma integrada os países da América Latina e Caribe.

9. Promover a divulgação das experiências exitosas e inovadoras da autêntica comunicação de esquerda.

10. Criação de uma Secretaria Especial de Comunicação e Telecomunicação permanente do Foro de São Paulo que promova este debate no seu interior com representantes em cada país.

Porto Alegre 30 de julho de 1997.

Inara Claro - Assessora Comum. Vice - Prefeito

Dica Sitoni - Assessora Comum. Prefeitura Porto Alegre

Vera Spolidoro - Assessora Comum. Tarso Genro

Renata Brecher Müller

Flávio Müller

Renato de Oliveira - ADFRGS

Paulo André Louzada

Arno Maciel

Deoni Fellizzari - SINTAF/RS

Cláudio Dutra - Executiva FITEL

Nelson Morgardo - Partido Comunista Chile

Gladis H. Wolft - Vereadora PT/RS

Celso Augusto Schröder - Secretário de Comunicação PT/RS, direção Fenaj

Ana Ribeiro - Assessora Comun. Prefeitura Porto Alegre

Patrícia Pessi - Assessora Com. Prefeitura Porto Alegre

Itamar B. Garcez

Adroaldo Correa

Marcelo Beltrão - Executiva Fittel

Tânia Failace

Milena Weber - Coordenadora Curso Comum. UFRGS

Daniel Herz - Direção Fenaj, Coordenador Forum Nacional pela Democratização

Herman Hansen - Frente Amplio Uruguay - Partido Socialista

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS

CARTA EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE

Empresários do Brasil, Argentina e México estiveram reunidos em Porto Alegre nos dias 1 e 2 de agosto de 1997, paralelamente ao Foro São Paulo, para debater um modelo alternativo de desenvolvimento, concluindo:

As empresas nacionais são, para nós, um termômetro e um patrimônio da sociedade. Milhares delas tem quebrado, em conseqüência das novas regras da economia mundial, e da abertura indiscriminada da economia do continente, deixando um rastro de desemprego e exclusão social, conseqüência do modelo neo-liberal adotado.

As políticas monetária e cambial adotadas têm alcançado o controle da inflação, mas têm também agravado o processo de desestruturação da produção na indústria, no campo e nos serviços, beneficiando os monopólios e oligopólios, fundamentalmente transnacionais.

A corrupção solapa a democracia, anula a execução de políticas públicas e contribui para o aprofundamento da miséria.

Esta política força nossos mercados a se abrirem para o avanço de produtos dos países desenvolvidos. Mas a promessa recíproca de globalização do mercado mundial não é verdadeira. Os nossos produtos encontram barreiras alfandegárias, taxas protecionistas, exigências de patentes para remédios, além de condicionantes internas (juros, taxa cambial, ausência de financiamento à produção) e outros expedientes de dominação que tornam essa abertura unilateral e comprometedora da soberania nacional dos países latino-americanos.

O número crescente de excluídos sociais e a concentração de renda em nossos países inviabilizam a criação de mercados internos capazes de dinamizar a atividade econômica, e agravam a injustiça social.

A falta de ética na política tem levado em muitos casos ao comprometimento da credibilidade das instituições democráticas e ao desvio de recursos públicos para priorizar interesses de poucos e poderosos grupos econômicos, ao invés do que é essencial ao nosso desenvolvimento.

Muitos governos estão, neste momento, privatizando, uma após outra, as empresas estatais. Entregam nossos recursos naturais, reservas e riquezas, bem como nossa

capacitação tecnológica, a grandes conglomerados, que passam a decidir por nós questões estratégicas e nevrálgicas para o nosso desenvolvimento.

Nosso modelo alternativo de desenvolvimento exige:

* O direito à autodeterminação dos povos e o respeito às diferenças culturais.

* Nossa união, que nos fortalece para a negociação internacional em patamares extremamente favoráveis.

* Políticas de integração e investimento produtivo que preservem os interesses nacionais democráticos e das organizações dos excluídos.

* Uma política industrial da América Latina com investimentos prioritários, incluindo a educação em todos os níveis e em pesquisa científica e tecnológica, absorvendo tecnologias apropriadas e limpas.

* Uma política agrícola com reforma agrária abrangente, na maioria dos nossos países que ainda não a fizeram, visando uma agricultura com justiça social, um mercado interno vigoroso e a democratização da propriedade.

* Ampliar os sistemas de apoio à micro, pequena e média empresas, inclusive no que diz respeito à comercialização de seus produtos.

É vital nos reunirmos com os demais segmentos sociais: os trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos populares, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais de comunicação, religiosos, partidos políticos progressistas, ONGs, com todos aqueles que desejam um caminho de um novo desenvolvimento sustentável e mais democracia social em nossos países.

É fundamental reunir os nossos pares e aliados nos países que sofrem dos mesmos problemas, e lutar por uma política latino-americana de integração que preserve os interesses sociais e nacionais, e os valores democráticos e de justiça social.

Criamos o Fórum Empresarial da América Latina que tem por objetivo a formação de uma rede de empresários que lutará pela implantação de um modelo econômico solidário que coloque como prioridades a erradicação da pobreza, a justa distribuição de renda, o desenvolvimento com geração de empregos, a ética nos negócios e a preservação dos nossos patrimônios humanos, culturais, econômicos e ambientais.

CIVES – Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania - Brasil

APYME – Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios - Argentina

ANIT – Asociación Nacional de Industriales de Transformación – México

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

7º Foro de São Paulo

Porto Alegre 30 y 31 julio de 1997

Declaración del Taller de Cristianos en Búsqueda de Alternativas al Neoliberalismo

1 - Cristianos de diversos paises de America Latina, reunidos en ocasión del 7º Encuentro del Foro de São Paulo, constatamos que, apesar de numerosas contradicciones, el Evangelio siempre fué presente y vivo en la vida y en la lucha de individuos y grupos en la busqueda de la superación de todas las formas de opresión existentes en nuestro continente. La ultima de estas, el neoliberalismo, és objeto de análisis apartir de la radicalidad del mensage evangélico, obligandonos todos a buscar alternativas y a encontrar razones de esperanza en vista de la superación del sufirmiento y la no vida presentes en nuestro medio y en favor de un nuevo proyecto y una nueva escala de valores.

2 - La critica que hacemos apartir del Evangelio al neoliberalismo, en tanto que proyecto de construir las bases de una sociedad mundial bajo la hegemonía de capital y presentandose como la única forma racional de organizar la sociedad, és radical:

2.1- Porque no cumple con la función de la economía de asegurar a todos los seres humanos las bases materiales de sus necesidades fisicas y culturales y al contrario significa la muerte de millones.

2.2- Porque se construye sobre una falsa representación del mercado como auto regulador económico y social, cuando la realidad és la construcción de relaciones sociales antagónicas.

2.3- Porque és antidemocrático, restríngiendo la democracia a sus metas y al ejercicio del voto cada cierto tiempo, reduciendo el papel del Estado y manípulando la conciencia colectiva.

2.4- Porque és antihumanista, reduciendo los seres humanos a ser instrumentos para lograr sus objetivos económicos y promover valores de competitividad y no de justicia, de individualismo y no de solidaridad.

2.5- Porque és destructor de la naturaleza, por la utilización de los recursos naturales con criterios puramente mercantiles.

Por eso estimamos que nuestra tarea en tanto que cristianos és la de deslegitimar el neoliberalismo, no solamente en función de sus abusos, sino de su lógica interna que construye la desigualdad social y la de proponer un reemplazo del sistema y no solamente su mejoramiento.

3 - En consecuencia, la busqueda de caminos para las alternativas és un objetivo fundamental:

3.1- Se trata en primer lugar de recordar siempre la utopía de la sociedad justa y fraternal, que para los cristianos significa una construcción concreta material y cultural, de nuevas relaciones sociales. Una tal perspectiva no permite caer en el pragmatismo de políticas solamente coyunturales.

3.2- Esta busqueda exige también, en una perspectiva cristiana, la elección como mediación de la ética, de un análisis social partiendo de la visión de los explotados, excluidos y discriminados, para construir colectivamente una ética de las relaciones sociales y no solamente de las relaciones interpersonales.

3.3- La esperanza és el eje central de una espiritualidad cristiana y de una mistica social, pensando que el Reino de Dios és el único fin de la Historia y que entretanto este se construye en el mundo con valores de justicia y amor. La esperanza también és un elemento esencial para vivir un proceso de transición que és de largo plazo y que se realiza dentro de las contradiciones de un proceso siempre dialéctico.

3.4- Se trata entonces de construir una espiritualidad liberadora, frente la espiritualidad elitista que usa el cristianismo para legitimar el capitalismo. Se trata de vivir una espiritualidad de las luchas sociales capaz de superar las tendencias recurrentes del reformismo, los obstáculos de la institucionalización de los movimientos sociales, como el burocratismo, el verticalismo, la pérdida de contacto con el pueblo y de superar también la crisis de confianza en un proyecto alternativo.

Se trata de una espiritualidad que incluye la subjetividad de cada persona, la dimensión femenina de la cultura, la diversidad de las mentalidades, lo cual se expresa en la celebración y en la convivencia. Se trada de una espiritualidad universal, preocupada por reunir todas las fuerzas de resistencia en el mundo, en los otros continentes, en las otras creencias y todas las fuentes de una nueva esperanza.

Estas conclusiones que presentamos, como una contribución al Pleno del 7º Encuentro del Foro de São Paulo se constituye también en nuestro compromiso de seguir en la lucha por la construcción de una sociedad justa, fraterna e igualitaria, conjuntamente com todos que desean conseguir este mismo objetivo.

Convocamos a todos los creyentes y cristianos comprometidos a poner la referencia de la fe como un elemento de contribución para la elaboración de este proyecto conjunto.

La fe no nos permite la ambiguedad de las indefiniciones y de la omisión. Nuestro lado es, obligatoriamente al lado de los oprimidos, de los excluidos, de los que claman con máxima urgencia por justicia. Esta és la forma de ser coherentes con el Evangelio y las fuentes inspiradoras de nuestra fe.

Pe. José Aldunati - Chile

Flavio Guerra - Brasil

Ir. Antonio Cechin - Brasil

Pe. Francois Houtart - Belgica

Volmir Miki Breier - Brasil

Selvino Heck - Brasil

Eduardo Piñate - Venezuela

Magdalena Toro - Colombia

Jacques Tavora Alfonsin - Brasil

Ana Isabel de Moraes Alfonsin - Brasil

Judite Dutra - Brasil

Alicia Topolanska - Uruguay

Pe. Armindo Fritzen - Brasil

Pe. Roque Zimermann - Brasil

Fray Ildo Perondi - Brasil

Carmem Lorenzoni - Brasil

Maria Helena Costa Risch - Brasil

Susete Stefani - Brasil

Carlos Alberto Steil - Brasil

Cesario Silva - Brasil

Pierre Beaudet - Canada

Fray Joao Luiz Borsatto - Brasil

David Stival - Brasil

Waldir Jose Bohn Gass - Brasil

Pastor Oneide Bobsin - Brasil

Carmen Morente - España

Julio Battistoni - Uruguay

Oscar Perna - Uruguay

Pe. Oliverio Medina - Colombia

Leonardo Toss - Brasil

Pastor Roberto E. Zwetch - Brasil

Clotilde Bins - Brasil

Luiz Eduardo Prates da Silva - Brasil

Vera Luci M. P. da Silva - Brasil

Imira Machado da Rosa - Brasil

Humberto Jose Scorza - Brasil

Gilberto Carvalho - Brasil

Eugenio C. G. Hansen - Brasil

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL NEGRO" - ESPANHOL

EL PROBLEMA RACIAL NEGRO

Al dar continuidad a las exposiciones y debates en los Seminarios realizados el día 29 de julio de 1997, en la salón plenario Otávio Rocha, en la Cámara de Vereadores (concejales - ediles) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, donde se trataron los siguientes temas, "El racismo en el mundo, en América Latina y en el Caribe" y "Solidaridad al Continente Africano", proponemos a los dirigentes de los partidos y Movimientos Sociales presentes en el 7º Foro de São Paulo las siguientes propuestas y resoluciones:

I. El Combate al Racismo y la Promoción de la Ciudadanía a los Poblaciones Negras de América Latina y el Caribe.

El 7º Foro de São Paulo se realiza en el momento de que la implementación de políticas neoliberales en varias partes des mundo, trayendo como consecuencia la ampliación del racismo, la exclusión y marginalización de las poblaciones negras y mestizas.

En este contexto hablamos de racismo y discriminación racial en América Latina y el Caribe, hablamos de formas y de instrumentos de dominación y de control social, cuyo objetivo es el de negar y anular el ejercicio de los derechos humanos de la ciudadanía y de las libertades fundamentales en los ámbitos políticos, económicos, sociales, culturales, etc., para millones de personas en esta parte del mundo.

Aquí, la eliminación o inexistencia de sistemas de protección, la flexibilización de los derechos de los trabajadores, la desarticulación de las políticas sociales, la miseria, el hambre, la brutal violencia en sus más variadas dimensiones, perjudican principalmente mujeres y a los jóvenes. Entre los privatizaciones de los sectores estratégicos y el aumento vertiginoso del desempleo estructural, impulsan a las poblaciones pobres, en algunos de nuestros países, por ejemplo Brasil y Haití, que son mayoritariamente negros y mestizas, a la dramática, terrible y nefasta condición de excedente poblaciones descartables.

En este escenario proponemos al 7º Foro de São Paulo, lo siguiente:

a. que en los debates, de los contenidos de los Programas y Plataformas de Acción de los Partidos e Movimientos Sociales, se asuma que los países de América Latina y del Caribe son constituidos por poblaciones multi-raciales e multi-culturales, en los cuales el racismo es una del las causas fundamentales que impiden el desarrollo

de las poblaciones negras y mestizas;

b. que las definiciones del 7º Foro de São Paulo consideren la absoluta imposibilidad de transformaciones estructurales de nuestros países sin la debida consideración de la problemática racial y del carácter estratégico del combate al racismo en la disputa por una sociedad nueva y en la construcción de un proyecto alternativo al neoliberalismo. Proponiendo para el nuevo milenio que se aproxima un horizonte más justo, sin discriminación de raza, clase y sexo y otras formas de dominación;

c. que en oposición al neoliberalismo, el cual señala como única y exclusiva perspectiva la salida individual, sea reforzada la necesidad de una actuación colectiva y de salidas de carácter social para eliminar todas las formas de racismo e xenofobia y intolerancia.

De esta forma le cabe al 7º Foro de São Paulo crear y fortalecer acciones e mecanismos necesarios para erradicar esas practicas y garantizar los derechos de los hombres y mujeres (negros, indios y mestizos), para que sean tratados en América Latina, en el Caribe y en todo el mundo con dignidad, como seres humanos que tienen derecho a ser felices.

Para que concreticemos estos ideales, proponemos que el 7º Foro de São Paulo críe en su organización una Coordinación de Partidos Políticos y Movimientos Sociales para el combate al racismo.

II. La Solidaridad al Continente Africano

En el marco de una realidad en los últimos dos años, murieron cerca de medio millón de personas de enfermedades pulmonares sin contar con un enorme numero de muertes provocadas por el hambre, por guerras y por epidemias, los países africanos muestran indicadores de cambios en la difícil situación del continente africano en las últimas décadas.

Con el término del Apartheid Sudafricano y de largas dictaduras, como las de Idi Amin, Bokassa y recientemente de Mobuto en el antiguo Zaire, hoy República Democrática del Congo; y junto al nuevo papel que África del Sur - través del Gobierno del Nelson Mandela - que se propone a buscar la gobernabilidad y el desarrollo para el Continente Africano, son importantes indicadores de que están ocurriendo cambios significativos en la oída política y económica de la región.

De forma simultánea, la prensa internacional principalmente aquella de la potencia imperialista, que por muchos años dominaron el África Negra o apoyaran las dictaduras que desperdiciaron y debilitaron cualquiera perspectiva de desarrollo de

los países africanos - retoma el histórico slogan: "África autónoma no es viable", tratando de ocultar y desprestigiar los cambios que en esta región están ocurriendo.

Uno de los objetivos del 7º Foro de São Paulo es el de establecer un Nueva Orden Económica Internacional creando espacios de concentración y coordinación de los países de América Latina y del Caribe con otras áreas del mundo, en la búsqueda de intereses comunes.

Es dentro de esta perspectiva que hacemos un llamado a los Partidos Políticos y Movimientos Sociales que forman parte del 7º Foro de São Paulo, para que través de una nueva visión del Continente Africano, establezcan lazos para una política activa de apoyo y solidaridad internacional para la reconstrucción de África.

Porto Alegre, 29 de Julio de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

VII ENCUENTRO FORO DE SAO PAULO

DOCUMENTO TALLER MUJER 30 Y 31 DE JULIO 1997

1) IMPACTO DE LAS POLITICAS ECONOMICAS

El rasgo esencial de este fin de milenio en los países de América Latina y el Caribe ha sido el establecimiento de políticas de corte neoliberal en todo el continente como parte del proceso actual de expansión capitalista.

La realidad del orden económico internacional imperante ha tenido fuertes impactos negativos en el continente, principalmente el aumento de la dependencia y la pobreza, con serias consecuencias en la soberanía nacional. Si en 1960 el 20% más rico de la población mundial recibió ingresos 30 veces más elevados que los del 20% más pobre, en 1990 el 20% más rico recibía 60 veces más. (PNUD Indice de Desarrollo Humano 1992. Bogotá. Tercer Mundo. 1993 pag.18.) Estudios relacionados con las proporciones de la pobreza la estiman en unos 196 millones de personas en 1990, que representa aproximadamente el 46% de la población de la región.

Ante esta realidad los partidos políticos de izquierda están obligados a profundizar la temática de género y el análisis del impacto negativo de los cambios socio-económicos en la mujer, para ser coherentes con los principios de justicia e igualdad que promueven.

Este documento enfatiza sobre la importancia de ubicar el impacto de las políticas económicas sobre la vida de las mujeres, tanto en el plano económico, como social, cultural, político, familiar y personal, planteando una plataforma básica para que los partidos integrantes del Foro de San Pablo la asuman. Sobre todo, si se tiene en cuenta que las decisiones tomadas en el Encuentro de San Salvador en 1996, no han sido cumplidas en relación a que los documentos generales deben incluir la visión de género en todos los temas que se traten.

Las políticas económicas refuerzan otros factores estructurales, legales, culturales e ideológicos que obstaculizan el despliege de las potencialidades de las mujeres, su autonomía y autoafirmación. Las restricciones existentes en el acceso de la mujer a los recursos tierra, crédito, vivienda y servicios básicos están relacionados no sólo con la desigual distribución del ingreso, sino también con la influencia de la ideología patriarcal que los legitima.

Los procesos de integración de nuestros pueblos, no deben seguir siendo concebidos unicamente desde la perspectiva de los poderes ejecutivos o de gobiernos, debe tener en cuenta las opiniones y consideraciones de la sociedad civil, y en especial de las mujeres, que somos la mitad de nuestra región y del planeta.

a) Impactos económicos sobre la vida de las mujeres

La presencia de las mujeres en la fuerza de trabajo en América Latina viene aumentando en forma consistente y significativa en las últimas décadas, triplicándose entre 1960 y 1990. Se han incrementado el número de horas que las mujeres dedican al trabajo remunerado, así como sus años de vida econónicamente activa.

La afluencia masiva de las mujeres al mercado de trabajo no ha sido acompañada de una disminución significativa de las desigualdades profesionales ni salariales entre hombres y mujeres. La mayoría de los empleos femeninos continúan concentrados en algunos sectores de actividad y con modestas posibilidades de acceso a puestos jerárquicos.

El trabajo femenino en el hogar no disminuyó ante mayores responsabilidades fuera del mismo, sino que aumentó para suplir el deterioro real de los los ingresos familiares y el desmantelamiento de las prestaciones de seguridad social . Por otro lado aumentó el porcentaje de hogares encabezados por mujeres, lo que cada vez más pone en tela de juicio la idea de que la mujer constituye una "fuerza de trabajo secundaria". Pero también existen los hogares donde el aporte de la mujer al ingreso es igual o superior al de los hombres y que no es detectado en los censos de población ni en las encuestas de hogares debido a la definición de jefatura que es utilizada.

La tasa de desempleo femenina es sistemáticamente superior a la masculina en los países de la región, a lo que se agrega la problemática específica de las mujeres jóvenes que tienen una menor oportunidad de conseguir empleo en tanto que mujeres y jóvenes. También viene aumentando la proporción de mujeres en la formas precarizadas de trabajo (con bajos sueldos, baja productividad, ausencia de contratos y protección social), tanto las "viejas" ocupaciones precarias (trabajo doméstico, por cuenta propia), como las "nuevas" modalidades del trabajo (a domicilio, eventual, a tiempo parcial, subcontratado). Sin embargo las plataformas sindicales escasamente incluyen reinvindicaciones que atiendan estas particularidades.

b) Impactos sociales sobre la vida de las mujeres

Los términos nuevos que se van incorporando al hablar cotidiano dan cuenta de los cambios profundos que estamos viviendo. Lo que ayer era "pobreza" hoy es "pobreza extrema" , más aún "femenización" de la pobreza.

Aveces nos perdemos en los términos económicos y nos olvidamos que estos problemas también tienen un correlato en la vida familiar y personal de la gente, en los cambios de la vida urbana y rural, y en todos los aspectos. En esta óptica tenemos mucho que decir las mujeres. Porque la estrategia de supervivencia familiar ha sido la de incorporar nuevos integrantes de la familia a trabajar, y trabajar más horas aún a costa de salarios peor remunerados. Esto ha cambiado la vida familiar, porque la mujer ve acrecentadas sus responsabilidades de aportar un ingreso a la familia pero sin poder desatender su rol de madre, sin que al mismo tiempo se haya producido una democratización de la vida familiar.

Sentimientos de culpa y frustración se suman a la impotencia de solucionar los problemas económicos, o si éstos se neutralizan de todos modos no logran mitigar el deterioro de las relaciones interpersonales con las hijas, hijos y con la pareja.

Los cambios económicos han obligado, en todas las clases sociales a cambios en los papeles que juegan hombres y mujeres. El tradicional hombre proveedor, hoy puede ser un desempleado o un trabajador a destajo o subocupado. Este trastoque de jefes en jefas de familia sin una adecuación cultural que lo acompañe, ha traído una reacción de amargura, frustración y violencia que hoy invade el medio social en todos sus estratos.

Las mujeres jóvenes requieren además una atención especializada en relación a los problemas de violencia, embarzo adolescente, educación y su propia inserción en la sociedad.

Enfrentamos la invisibilidad social en todas las labores que realizamos. Del mismo modo que sólo se percibe los impactos negativos en el medio ambiente cuando la naturaleza termina cediendo, tampoco se valoran las mil tareas que realiza la mujer. Entre éstas, la mujer debe asumir un papel predominante en el uso y distribución de los recursos naturales en proceso de creciente deterioro, que no aseguran en el corto ni el largo plazo la continúa satisfacción de las necesidades humanas presentes o futuras.

El impacto actual de la política económica traducida en los roles del Estado está desarticulando el desarrollo social debido al recorte de diversos servicios en que las mujeres son usuarias tradicionales. Esto ha impedido que se proporcione salud preventiva y curativa e integral a las mujeres en todo su ciclo vital y acordes al perfil epidemiológico de las enfermedades de las mujeres en su condición de género.

Es importante destacar que la situación en todos los países de América Latina y el Caribe es heterogénea, pero en nuestro continente las mujeres siguen empeñadas en acciones para la búsqueda de una mayor igualdad.

Destacamos en esta heterogeneidad que Cuba mantiene una lucha sostenida pra asegurar los derechos sociales de su pueblo en el que las mujeres juegan un papel fundamental como destinatarias y protagonistas.

En este escenario, hoy más que nunca reivindicamos nuestro derecho emancipatorio y de crecimiento como seres humanos.

2) LA DEMOCRACIA COMO BASE DE ANALISIS

Nuestro accionar debe fundamentarse en el fortalecimiento del modo de vida democrático. La lucha por la Democracia es algo que nos atañe, entendida ésta como gobierno del pueblo y para el pueblo. En este sentido, nuestras políticas deben estar dirigidas a la construcción de una sociedad de iguales, respetuosas de las diferencias étnicas, religiosas, culturales, de género, y de opción sexual, que sea capaz de incorporar toda la riqueza de la diversidad a la construcción de la sociedad por la que luchamos los partidos de izquierda.

Para nosotras, la ciudadanía no está referida sólo a los derechos civiles del individuo frente al Estado, sino a los derechos económicos, sociales, políticos y culturales para todos los seres humanos, garantizando además el ejercício de los derechos reproductivos, sexuales y de decisión sobre el própio cuerpo.

La Democracia es aún imperfecta en nuestros países, pero lo que no es evidente para la mayoría, incluidas las propias mujeres, es que parte de su imperfección radica en las desiguales relaciones de poder y la existencia de violencia contra la mujer. Debemos exigir el adecuado marco democrático para el ejercicio de plenos derechos de nuestra ciudadanía.

En la medida que estos aspectos tienen una estrecha relación con los temas de poder, debemos asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, a efectos de mejorar las posibilidades de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas de la comunidad involucrada. Sin capacidad de decidir no cambiaremos las condiciones de desigualdad ni aseguraremos el fortalecimiento de una verdadera Democracia.

Las nuevas experiencias de gobiernos locales de izquierda comprueban que somos trabajadoras incansables en todas las tareas para el éxito de dichos gobiernos, que han sabido ser una verdadera alternativa de conducción política en los países de América. Estos éxitos debemos evaluarlos como un avance concreto en el camino

hacia el gobierno nacional. La izquierda tiene capacidad de resolver sobre los problemas de la realidad y para ello es imprescindible contar con mujeres capacitadas en el ejercicio del poder.

3) ARTICULACION PERMANENTE DE LAS MUJERES EN EL FORO

La globalización por tanto, nos plantea con más fuerza que nunca la necesidad de un mayor nivel de coordinación y de unidad de acción de las mujeres militantes de los partidos del Foro de San Pablo. Allí estaría nuestra fortaleza, que podría concretarse con la creación de algún mecanismo en su interior que asegure la continuidad del accionar de las mujeres militantes políticas. Al propio tiempo, nos plantea a nosotras la necesidad de insertarnos en el movimiento de mujeres progresistas y revolucionarias para ofrecer nuestros aportes y sobre todo para nutrirnos de su sabia renovadora y de sus saberes que nos permita, y permita a nuestros partidos, mantener el oído y todos los sentidos vinculados a las necesidades e intereses de un segmento social que constituye la mitad de la población.

Por todo lo antes expuesto, las mujeres proponemos al Foro de San Pablo la creación de una Coordinadora de Mujeres pertenecientes a partidos de izquierda en América Latina y el Caribe, que funcione de manera permanente.

Para orientar la actuación del Foro y de esta Coordinadora proponemos la siguiente Plataforma Básica.

4) ACCIONES DE LAS MUJERES DE IZQUIERDA PARA LA UNIDAD Y LA IGUALDAD

Debemos construir una agenda de accíon al interior de la izquierda que contenga los objetivos estratégicos básicos y las acciones que promuevan la mayor igualdad y participación de las mujeres en la vida política, económica y social de la región.

Los partidos de izquierda deben asumir esta plataforma como própia, insertando las propuestas en la plataforma general y creando los mecanismos para su aplicación.

Los puntos de esa plataforma básica son:

a) que las estrategias de construcción de un nuevo modelo económico en el que los partidos de izquierda están empeñados, responda a nuestra realidad de género: estableciendo acciones concretas para eliminar la discriminación en el empleo y salario, impulsando programas específicos para la mujer rural, reconociendo el trabajo no remunerado que realizan las mujeres, generando programas de formación profesional y adecuando las normas de seguridad social para dar visibilidad al doble esfuerzo como trabajadoras asalariadas y trabajadoras del

hogar, reproductoras de la fuerza de trabajo de la sociedad.

b) que se valore e incluya en la lucha por los derechos humanos los derechos de las mujeres, inclusive reformulando la legislación de forma de combatir la discriminación en el campo económico, social, familiar, sicológico y físico. Los derechos de género incluyen una transformación en la imagen que se construye sobre la mujer para evitar el estereotipo de roles asignados, el lenguaje y la educación sexista.

c) que se establezcan políticas de acción afirmativa de modo de asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, dentro de los partidos y en los cargos ejecutivos y legislativos, a efectos de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas.

d) que se definan las estrategias de sensibilización sobre las desigualdades de género de forma de incluir esta perspectiva en las acciones y programas que desenvuelvan los partidos de izquierda.

e) que los partidos políticos de izquierda en el ejercicio del gobierno que detenten, así como en las acciones que lleven a cabo desde la oposición, garanticen la implementación de políticas públicas sobre la optica de genero dirigidas al combate de todas las formas de discriminación, garantizando la participación de las mujeres en las instancias de poder y decisión.

f) considerando el avance en los textos aprobados en Conferencias Mundiales, regionales y en acuerdos internacionales, que los gobiernos ya se han comprometido a cumplir, se impone que los partidos políticos de izquierda se involucren en el seguimiento a dichos compromisos. De igual manera debemos tener conciencia crítica de esa plataforma y de su instrumentación, articulando con el movimiento amplio de mujeres en una posicíon respetosa y unitaria.

Pero nuestro esfuerzo no tendrá sus frutos si los partidos de izquierda no asumen esta plataforma como propia, insertándo las propuestas en la plataforma general, en lugar de que sea un apéndice en los documentos.

Por último el II Encuentro de Mujeres del Foro de San Pablo decide por apoyar e impulsar la convocatória del Encuentro Mundial de Solidariedad entre las Mujeres a realizarse en Havana -Cuba entre los dias 13 a 16 de abril de 1998. Para eso decido por la formación de Comités Preparatórios y propone que la coordinación del Foro decida empeñarse tambien en su realización.

Para darle continuidad a estos objetivos proponemos que el Foro resuelva por la

creación de una Coordinación de Mujeres integrada por representantes de los siguientes partidos: PRD de Mejico. PT y Pcdo B de Brasil, PC de Cuba, Frente Amplio de Uruguay, Liga Socialista de Venezuela, Frente Sandinista responsable por designar la representación de Centroamerica y una representante de Argentina. Esta Coordinacion trabajaria con el grupo de trabajo permanente del Foro de San Pablo hasta la realización del VIII Reunión del Foro.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MUNICIPALIDADES

OFICINA DE MUNICIPALIDADES

RECOMENDAÇÕES AO 7º FORO DE SÃO PAULO

1. Dirigentes partidários, prefeitos, vereadores e autoridades locais reunidos no seminário-oficina sobre as municipalidades, tendo em vista o amplo e rico debate realizado sobre os temas , AS CIDADES, A NOVA ORDEM INTERNACIONAL, O GOVERNO LOCAL, CIDADANIA E O PROJETO DEMOCRÁTICO POPULAR E SOCIALISTA, recomendam ao 7º Encontro do Foro de São Paulo a criação, no âmbito deste foro, do comitê temático de municipalidades.

O comitê municipalidades terá como objetivo constituir e viabilizar uma rede e um fluxo de informação e cooperação entre os partidos integrantes do Foro de São Paulo e seus respectivos governos locais.

Para estruturar e viabilizar seu funcionamento, o Comitê Municipalidades constituirá uma coordenação e uma Secretaria-Executiva a serem designadas por este 7º Encontro.

2. O Seminário-Oficina Municipalidades recomenda ainda a menção, na declaração do 7º encontro, do papel dos governos locais dirigidos pelos partidos que integram o Foro na luta contra o projeto neoliberal. Nesses governos estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam as responsabilidades do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

Propuesta para la accion política

en materia de juventud

en el marco de una alternativa

democrática y popular

al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demadas del crecimiento economico y el bienestar social de la poblacion, en America Latina nuestro paises y las grandes mayorias aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensiibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de politica economica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economias y la prescidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales mas desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas mas profundas solo se concretaran en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestra luchas, debemos asumir tres desafios centrales:

1. desarrolar propuestas de gobierno concretas para la superacion de los problemas juveniles de cara a nuestra posibles acciones de gobierno, o de oposicion;

2. apuntalar mayores niveles de participacion activa delos jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinacion efectiva de los movimientos juveniles politicos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y

3. incorporar los nuevos problemas que aparacen en la coyuntura mundial, trabajandolos con actitid creativa para enfretarlos colectivamentey com eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante nucleo de patrones y valores culturales desde los centros de decision mundial, sin la mas minima posibilidad o intencion, manifesta de interacción o selectividad, es uno de los mas importantes.Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoria de las imagenes que se ven en nuestros paises provienen de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivas de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jovenes - es impressionante. Acompanado de

la llamada globalizacion economica, esta universalizacion de "las imagenes" parece ser la contracara de la fragmentacion y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del dedespliegue de esta globalizacion con orientacion neoliberal.

Por outro lado ointentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de regferencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de un alternativa politica de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tares inseparable en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador.La critica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio esteril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible.Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal")entre otras cosas,porque nos dice poco cuando se trata de disenar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte,el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas politicas de izquierda de la región,los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municiaples adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos:ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de America Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS

AO 7º FORO DE SÃO PAULO

Seminário:

QUESTÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As lideranças indígenas e partidárias e representantes de entidades solidárias com a causa dos povos indígenas, participantes no Seminário Questão Indígena Latino-americana e Caribenha, agradecem ao 7º Foro de São Paulo a oportunidade deste evento que permitiu nos aproximar à realidade indígena e debater as lutas reivindicatórias e propositivas dos povos indígenas dos nossos países.

Na linha de contribuir na construção de propostas programáticas para os partidos, dos quais fazemos parte, queremos expor aos participantes do 7º Foro de São Paulo algumas preocupações que cremos devam ser superadas para alcançarmos realmente uma proposta partidária integral, digna de ser autenticamente democrática, plural e solidária.

1. Historicamente a questão indígena foi tratada de modo marginal, como uma questão secundária, subseqüente, pelos nossos partidos, ou então somente no contexto dos períodos eleitorais, como a tratam os partidos tradicionais da direita.

2. Na formação dos estados nacionais, mono-étnicos e concentradores do poder, os povos indígenas sempre foram excluídos e discriminados no exercício do poder político e demais direitos. Estes problemas evidentemente não estão ligados a sua condição étnica e cultural, mas sim a sua falta de poder. Isto, a partir do momento em que os invasores europeus e sucessivos colonizadores destruíram suas instituições e estruturas sócio-étnicas, políticas e econômicas tradicionais.

3. Atualmente, no marco da globalização e do perverso neoliberalismo, os povos indígenas são vítimas de novas formas de exploração e dominação colonial e suas demandas não fazem parte da agenda dos estados, a não ser no sentido de despojá-los de seus territórios e recursos naturais e sua cultura. Os partidos políticos da direita os consideram, mas na perspectiva de reduzir ou restringir seus direitos.

4. Os partidos políticos de esquerda, que lutam numa perspectiva de transformação social, por um projeto político alternativo ao vigente, são chamados a incluir na sua agenda e programa político a questão indígena, ou então serão também

responsabilizados pela histórica exclusão dos povos indígenas do processo de desenvolvimento dos nossos países.

Os povos indígenas, por sua parte, têm o desafio de entender que sua luta não avançará se ficarem isoladas do resto das lutas sociais e políticas, no marco de um projeto democrático e popular.

5. Incorporar a questão indígena implica em conhecer em profundidade e assumir suas demandas e propostas, que entre outras são: seu reconhecimento enquanto povos, entidades coletivas étnica e culturalmente diferenciadas; seu direito à terra ou território, dos quais tiram seu sustento e sem os quais não podem desenvolver sua identidade e cultura; seu direito à livre determinação, na sua forma de autonomia, no marco dos estados nacionais de que formam parte; a alteridade de seu sistema jurídico tradicional; o reconhecimento do caráter multi-étnico e pluricultural dos Estados.

6. Para este processo é precisso criar mecanismos de consulta e discussão direta com as lideranças e organizações representativas dos povos e comunidades indígenas. Isto ajudará a superar reducionismos e conteúdos programáticos alheios às necessidades concretas e perspectivas dos povos indígenas. Temos que entender que a solução da questão indígena já faz parte da solução dos problemas que atingem o conjunto das nossas sociedades, na busca de um projeto popular, autenticamente democrático, multi-étnico e pluricultural.

Propostas ao 7º Foro de São Paulo:

1. Que os partidos políticos assumam de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incuíndo-os efetivamente em seus conteúdos programáticos e práticas políticas, além de envolver-se em suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados.

2. Abrir mais espaços para a participação dos índios nas instâncias e mecanismos de participação e decisão interna dos partidos, respeitando a especificidade do modo indígena de fazer política e de exercer a democracia.

3. Assumir e propiciar a participação de representantes indígenas, indicados por seus povos, nos espaços de poder, como prefeituras, câmaras de vereadores, assembléias legislativas, Congresso Nacional.

4. Criar em cada partido instâncias para dar tratamento específico a questão indígena.

5. Propiciar fóruns para debater e construir a solidariedade com os povos indígenas,

em nível nacional, regional e latino-americano e caribenho.

6. Que o Foro de São Paulo crie um fórum permanente para tratar sistematicamente a questão indígena e sua inclusão nas propostas políticas e estratégicas dos partidos e do próprio Foro de São Paulo.

Conclusão:

As lideranças indígenas e partidárias e seus aliados estão dispostas a contribuir no debate fraterno que leve a um tratamento digno da questão indígena no interior dos nossos partidos, mas exigem que estes mostrem vontade política e criem condições para que esta perspectiva se concretize.

Ao Foro de São Paulo pedimos avançar na criação de mecanismos que facilitem a comunicação e a integração das nossas propostas no seu espaço e instâncias.

Porto Alegre, Brasil, 31 de julho de 1997.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE NARCOTRÁFICO - ESPANHOL

TALLER SOBRE NARCOTRÁFICO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

18 y 19 de julio de 1997

SEMINARIO BÍBLICO LATINOAMERICANO

San José, Costa Rica

MEMORIA

PROGRAMA:

VIERNES – 18 DE JULIO:

1.- 8:30 am Llamada a los miembros de la Mesa Principal

Por el Grupo Soberanía

Por la Asociación Americana de Juristas

Por el Foro de Sao Paulo

Personalidades

2.- 9.00 am Instalación a cargo de el Licenciado Arturo Fournier

3.- 9.30 am Conferencia de el Sociólogo y Escritor Alfredo Molano Bravo

4.- 10:15 a 10:45 am Preguntas y Respuestas

5.- 10:45 am Refrigerio

6.- 11:00 am Conferencia de el Dr. Rodrigo Gutiérrez

7.- 11:45 a 12:00 PREGUNTAS Y RESPUESTAS

8.- 12:00 Lectura de la ponencia de el Sociólogo Estadounidense James Petras

9.- 12:15 a 12:30 pm Opiniones

10.- 12:30 pm Almuerzo

11.- 1:30 pm Conferencia de el Licenciado marcial Quesada

12.- 2.15 a 2:30 pm Preguntas y respuestas

13:- 2:30 pm Mesas de Trabajo

14.- 3:30 pm Refrigerio

15.- 3:45 pm Mesas de Trabajo

16.- 4:45 a 5:30 pm Trabajo de relatoría

SÁBADO – 19 DE JULIO:

1.- 9:00 am Plenaria

2.- 10:30 am Refrigerio

3.- 10:45 am Trabajo de relatoría general

4.- 11:30 am Plenaria para informe de el relator general

5.- 12:00 M. Discusión de tres minutos por participante para agregar a la relatoría

6.- 12:30 pm Palabras de Clausura

7.- 1:00 pm Almuerzo

RESUMEN DE LAS PONENCIAS

EXPOSICIÓN DEL DR. GUTIÉRREZ

Tema del Nacotráfico: Debe ser de dominio general, pues representa una forma se sujeción de las aspiraciones populares, la estructura organizativa del narcotráfico debe ser vista de el contrabando como marco general.

Narcotráfico es una sola estructura, no es típico de este que es lo del contrabando,

se dan luchas por el control del mercado y del trasiego. Sin la gestión política es imposible la estructura del narcotráfico.

Los actores no han variado.

En la estructura de contrabando consumidores y distribuidores son circunstanciales.

Disciplina vertical en base a lealtades.

Medios propicios para la corrupción, que debe enfrentar el pueblo.

La Estructura se asienta en el 59 en Costa Rica.

Lucha contra la corrupción debe ser conducida por los diputados del Congresos.

Costa Rica es clave en trasiego de drogas y lavado de dólares.

PREGUNTAS:

Cómo caracteriza la estructura de redes de contrabando?

Los diputados también son corruptos?

En América Latina, el contrabando no tiene gran impacto económico, pues su desarrollo no permite un alto consumo.

1959: La CIA envió a Costa Rica un grupo de exiliados Cubanos para la operación en Bahía Cochinos, ligados al Narcotráfico.

En Costa Rica el Partido Liberación Nacional y el Partido Unidad Social Cristiana reciben dinero del Narcotráfico.

"Mecanismo Alternativo para enfrentar el problema, conformar una Comisión pero termina consumiendo perfeccionar los instrumentos democráticos para la participación popular en la vida política, este es el único medio. Control político.

En América Latina no existe participación popular.

Marcial Quesada: Se debe elaborar discurso alternativo que despenalice el narcotráfico, pues la y el derecho juegan en un discurso oficial, monopolizado por el imperialismo, que demostró ser un fracaso histórico.

Dr. Gutiérrez: Hay que poner en evidencia la estructura del narcotráfico.

La estructura de la corrupción del contrabando solo puede combatirse con mucha democracia.

El Narcotráfico es fenómeno político.

Señor Luis Fernández:

Diagnóstico deja claro la relación del narcotráfico con la política internacional imperialista. Existen diversos escenarios de lucha: Uno es la legalización pero otro es el control político basado en los sectores populares.

Dr. Gutiérrez:

Legalización con ejercicio de poder popular funciona.

PONENCIA DE JAMES PETRAS:

A través de principios altruistas se justifica el saqueo y la explotación.

Con el fin de la Guerra Fría, lo nuevo que amenaza es el Narcotráfico.

La intersección (EE.UU.) se justifica en nombre de su propia seguridad.

En América Latina Surgen nueva ideología: Doctrina de la lucha contra el narcotráfico, para seguir principio del alto moral, ostentando su dominio.

Mientras haya demanda hay oferta y esto es problema del sistema social y político Norteamericano.

Detrás propone un nuevo colonialismo basado en la extraterritoriedad y la geniversalización de la ley impuesta por el imperio.

Aumento la dependencia latinoamericana através del tema del narcotráfico. Se dirige a aumentar el poderío Norteamericano a través de las compañías transnacionales y penetrando la misma institucionalidad político militar Latinoamericano.

El nuevo imperialismo no es neocolonial, se dirige al control ejecutivo basado en la responsabilidad y la eficacia.

La Globalizacion es ideología.

Las ONG.s sirven para desmantelar el Estado Benefactor.

La Guerra Anti-droga es ante todo contrarevolucionario.

El imperio desgarra el tejido social en América Latina. Se confrontan los campesinos- indoamericanos y el imperio norteamericano.

COMENTARIOS:

Importancia del ejercicio del poder político: Nuevo, de alternativas de poder.

Instrumentalización de la guerra contra las drogas, retoma el concepto de imperialismo, esto es importante.

Para América Latina es preocupante el hecho de que al final de siglo se vino cotidianamente, todo aparece diluido por eso es bueno el concepto de imperialismo.

El narcotráfico abarca más allá de los sectores campesinos. El problema es rehuir a lo lívido.

Dos visiones macro:

a) Fracaso proyecto cultural y forma de vida que sustenta nuevo modelo de acumulación.

b) Narcotráfico atenta la seguridad Nacional en el contexto del nuevo orden Mundial. Se libra la guerra en la patria extranjera. Colombia se puede balcanizar y EE.UU. intenta apropiarse de una zona para nuevo canal interoceánico (Franja Costera Occidente).

La extradición es elemento para desatar guerra en Colombia, se intenta repetir Panamá (1903 Zona para abrir el canal.

INTERVENCIÓN O PONENCIA DE MARCIAL QUESADA:

El narcotráfico constituye la primera trinchera contra el imperialismo y algunos ideológicamente se han emparentado con este (incluso sectores progresistas). Para mantener hegemonía económica y política Norteamericana.

La extradición se puede plantear en el plano conceptual, como la despenalización.

Existen aberraciones jurídicas, delitos de resultado anticipado.

Hay un excesivo moralismo, un fraude de simulación. La prohibición sirve para estigmatizar y aumentar las ganancias.

Hay que construir nuevos discursos.

El derecho sirve para promover una guerra social.

Se trata de medios racionales de control de la lívido, iliminando la imaginación que se gesta en la publicidad.

El discurso debe construirse en sentido inverso al oficial

COMENTARIOS:

La intervención en Panamá es el primer caso de invasión en nombre de la droga.

Debe tomarse en cuenta el problema de la dependencia, de la justicia, de la corrupción.

Dr. Alfredo Molano.

Trabajo realizado en zonas productoras de coca.

Cómo Colombia se convirtió en país productor de cocaína, marihuana y amapola?

Narcotráfico asociado al contrabando por un lado, y por otro con la contrainsurgencia.

En la Cosa Atlántica Colombiana (Sierra Nevada) y zona sur oriental, se planta marihuana a finales de los 60, plantíos de coca ambas asociadas al contrabando.

En los 60 Cuerpos de Paz, descubren en Sierrra Nevada plantíos de Marihuana y fundan colonias Hippie, en lo indígenas se conocía el consumo de Coa, algunos pilotos Norteaméricanos que luchan en Vietnam se van a Colombia y le dan una mirada empresarial a la marihuana, en donde se asocian con los contrabandistas.

Le da soporte comercial a la marihuana estaban las armas, cuando se va la marihuana quedan las armas.

Buena parte de esto engrosan las armas de la guerrilla (FARC-EP).

Los campesinos se pasan al plantío de la coca por intermediación de los empresarios comerciantes. En los llanos orientales también se da el fenómeno de la coca, introducido como plantas medicinales. El tráfico de cocaína empieza antes de la producción de coca (énfasis en el comercio) en Colombia.

Los primeros plantadores de coa en esta región fueron lo ligados en la actividad de las esmeraldas (contrabando. En un momento se da una sobreproducción de coca, y los campesinos aprendieron a procesarlo para sacar base de cocaína, pero el extender los plantíos daba problemas.

Los años treinta son los de las reformas liberales, pero en los 50 los conservadores desatan la violencia para detener las reformas liberales.

Los campesinos se desplazan.

En esta época el partido Liberal organizó en la zona oriental grupos armados.

Estos grupos después van a quedarse en la zona, la colonizan.

El Partido Liberal se enfrenta a grupos ligados al comunismo en plena Guerra Fría, lo que desata la problemática.

Al ser derrotados, esta gente se moviliza a Uribe, otra a Guayabero y una tercera columna al Caguán. De estas zonas salen las FARC.EP

Se desarrolla un proceso de colonización armada, basado en productos que no resultan rentables, por lo que se dedican a vender la tierra y viven en constante desplazamiento, sin posibilidad de capitalizar.

Al aparecer la Coca se da gran discusión, sino se apoya la organización guerrillera pierde su base social, pues los campesinos necesitaban los cultivos. De acá sale la tesis de la Narco-Guerrilla. Hay una porción del occidente producido por los plantíos que la guerrilla capta, pero no necesariamente produce. En las FARCEP la apropiación del excedente es colectiva mientras en el ejército es individual, se vuelve en beneficio propio de algunos.

Los EE.UU. distinguen frentes que no pertenecen a carteles.

La Guerrilla es una fuerza de carácter político, esto abre la posibilidad diálogo.

La resolución con la indulgencia contribuye a resolver las causas de los plantíos de Coca, que van de carácter social y político.

COMENTARIOS:

El problema de la marihuana en la Sierra Nevada no disminuye por la producción en Estados Unidos.

El eje Escobar-Noriega financia la contra en Nicaragua.

Los señores de la Coca se vuelven empresarios diversificados, un nuevo tipo de capitalistas.

La indulgencia no es narco-insurgentes, esto es reducir blanco de ataque (guerra de baja intensidad. Los narcotraficantes son los principales financiadores del paramilitarismo.

El meollo es el conflicto entre el poder civil y el militar, a este se subordinan todos los problemas de Colombia.

En Colombia la policía también es brutal, hace parte de las fuerzas militares, es un criariato completo, la policía es más corrupta posiblemente que el mismo ejercicio, está más ligado al narcotráfico.

En Colombia no existe la posibilidad de oposición, la violencia tienen origen oficial.

MIEMBRO DE LA JCC - Juventud Comunista Colombiana.

JAVIER FERNÁNDEZ

Narcotráfico es negocio capitalista.

Existe doble moral, es rentable para grandes grupos financieros pero censura a los países políticos.

Estados Unidos elabora nuevos juegos en su política imperial, encierra a Colombia en su política anti-narcótica.

Existe entreguismo de poder y decisión.

Movimientos agrarios firmes ante violencia del Estado.

Vinculación con paramilitares.

Política Social desclientelizado y democrático basado en los sectores campesinos.

Debe favorecerse la participación social.

Reforma agraria sin desplazar a la población, sustitución de cultivos.

Frente de todos las organizaciones sociales y políticas para enfrentar a la contrareforma del Sr. Samper.

No es posible separar el problema del narcotráfico con el problema social y político que vive Colombia.

El conflicto de la juventud tienen que ver con la desigualdad social que coarta posibilidades de educación y desempleo.

No hay política clara del Gobierno frente a la juventud.

DOCUMENTO DE LA FARC-EP

Tres peligros:

* Militarismo.

* Neoliberalismo

* Narcotráfico.

Ligados al gran capital.

Nuevas armas del capitalismo para explotar a los pueblos.

Narcotráfico no es problema fundamental de Colombia. No puede tratarse por la vía militar.

Niego relación con narcotráfico.

Especial preocupación en los jóvenes, por incremento del individualismo y del consumismo.

Concentración de la tierra íntimamente ligada al narcotráfico.

El campesino se ve obligado a plantar coca, marihuana y amapola para no morir de hambre.

Ligado a esto se dan problemas de corte ecologista, (destrucción de la selva amazónica por ejemplo).

Relación de los partidos políticos y el narcotráfico.

El lavado de dineros es capital financiero y soporte del neoliberalismo.

La supuesta guerra contra el narcotráfico es contra los campesinos más pobres.

El tema es económico-político. Políticamente el tema es manipulado por los Estados Unidos. El narcotráfico sustituye al comunismo en el plano del discurso ideológico norteamericano. contrarios a la extradición por atentar a la soberanía. La certificación es también una violación del prepotente imperio. La lucha es antiimperialista, pero además contra las cúpulas nacionales.

PONENCIA DEL DOCTOR IBARDO OREJUELA DÍAZ, Abogado Colombiano, profesor Universitario, politólogo.

Ponencia sobre la extradición: Hace un enfoque jurídico- político sobre el problema de la extradición en Colombia, anotando que su ponencia se parte de un texto listo para imprimir y que saldrá a la luz pública en Colombia.

Su exposición la plantea en nueve puntos y al final la conclusión.

1- SOBERANÍA: La explica en cuanto a la configuración nacional y la democracia política. La configuración nacional repasando históricamente la colonia y el semicolonialismo. Y en la democracia política, centrándola en el pueblo como actor. Que es indisoluble el concepto de nación y democracia en el tratamiento de la extradición como violación a la soberanía.

Que son derechos y deberes de cada estado el ser jueces naturales de sus propios coterráneos y entiende que la soberanía nacional es la subordinación política-territorial para sus conciudadanos y que el estado es el gestor veedor de las garantías a sus conciudadanos.

El estímulo a la política de la extradición viola la soberanía nacional y popular. Que los inspiradores de esta política son los Estados Unidos de Norteamérica quienes

históricamente ha demostrado la injerencia y entrometimiento en estos países y menciona la doctrina MOROE de América para los americanos, y segundo la de Teodoro Rusbell, la política del gran garrote con su célebre frase "I TOOK PANAMÁ" (yo tomé a panamá), política que busca reemplazar las conductas de las naciones por el intervencionismo unilateral de Washington y no cooperación a las Naciones Unidas.

Que la extradición ante las leyes del neoliberalismo corta la oferta pero se mantienen el mercado y que igualmente mañana se acudiría a la oferta de otras partes del mundo o a situaciones particulares de otros estados con crimen altamente organizado. Señala estudios según los cuales la mafia colombiana por llamarla de algún modo, sería ínfima frente a la mafia rusa, ante su peligrosidad y potencialidad al tener capacidad de manejo hasta de elementos de punta nuclear.

Por su parte la percepción de Washington es que hay una conspiración contra el imperio y la respuesta es de guerra preventiva como táctica igual a la empleada en Asia.

2- Tratamiento Imperial:

En este tópico hace énfasis nuevamente en que obedece a toda una política del imperio con sede en Washington, para mantener el control, dominio y hegemonía.

3- Política violatoria de los Derechos Humanos:

Que indiscutiblemente en los Estados Unidos no existen garantías procesales, ni para los colombianos, ni latinos.

Que dos convenios internacionales sobre el tema como lo son el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos de las Naciones Unidas de 1966 y el Pacto de San José de 1969, sobre el mismo tema, no han sido ratificados ninguno de los dos por los Estados Unidos de Norteamérica, quedando sin piso la garantía al debido y legitimo proceso, a la defensa, a la carga de la prueba y a controvertir la prueba. Durante su exposición el ponente hizo énfasis en casos concretos de ciudadanos colombianos juzgados por la justicia Latinoamericana. Denunció la falta de defensa al Señor Carlos Leder, relatando que de cinco testimonios valiosos para tumbar la tesis del fiscal, en sus acusaciones, el país le negó la visa de entrada a los Estados Unidos a los testigos, lo cual originó la frase del sindicado ante la corte federal "Me siento como un indio ante la corte del hombre blanco". El segundo caso es como amnistía internacional, el informe del año 1986 condena a los Estados Unidos por violación al régimen penitenciario y carcelario y concluye mencionando el nombre de Carlos Leder, a quien solo le han permitido dos horas de sol al día, y permanente en una celda subterránea, y el señor Hernán Botero, quien siempre fue

mostrado con billetes y cadenas. Que por la Señal Colombia cadena televisiva colombiana se pasó en exclusiva testimonios de cubanos renegados contra la revolución cubana que regresaron luego de haber pasado las humillaciones en cárceles norteamericanas y como testimonio llorando denunciaron las humillaciones a que fueron sometidos de los Estados Unidos de Norteamérica.

4- La Extradición irrespeta la tradición jurídica de Colombia.

Resalta que ningún tratado con validez jurídica se ha aceptado, la extradición de colombianos, que solo en el tratado de 1989 se obligó a la entrega de colombianos por nacimiento solicitados por otros países, pero que posteriormente la constitución nacional de 1991 en su artículo 35 consagró la tradición jurídica de Colombia de no permitir la entrega de ningún colombiano a otro país por solicitud.

5- La Hipocresía Norteamericana.

Sobre este tópico comienza resaltando lo expresado en este taller de como los casos de fumigaciones de cultivos de mariguana en la Sierra Nevada de Santa Marta, analiza dos aspectos:

a- La referencia de los Estados Unidos a las cárceles colombianas, a las cuales califica como de 3 estrellas. Pero son cárceles donde están internados los sindicados de narcotráfico. En cambio los narcos y mafiosos gringos han muerto de muerte natural y no en cárceles gringas. Menciona el caso del mafioso Luqui Lusiano; que fue condecorado en ese país por servicios prestados durante la segunda guerra mundial.

b- El argumento de que el presidente de Colombia ha sido financiado por dineros provenientes de los narcos para su campaña electoral y calla sobre la implicación de asesores de la mafia norteamericana en campañas como la del presidente Richard Nilson.

6- La extradición como supuesta política de colaboración:

Se ha planteado que la extradición es política de colaboración con la justicia y la comunidad internacional, pero no, que está demostrado que es de sometimiento al imperio y se pregunta ¿Cual es la comunidad internacional?, y responde, la dice Washington. Destaca el fogoso negocio que representa para el sistema de clínicas privadas de los Estados Unidos el tratamiento de personas afectadas por el consumo de estupefacientes y que es mayor su producido en ganancias a la de la primera de las cosechas agrícolas de los Estados Unidos. Que es un aspecto económico de mucho interés y que estamos frente a un nuevo orden político mundial en el que Washington se erige como el gran gendarme del mundo.

7- El regreso a la guerra:

Que los colombianos ya vimos, y padecimos la horripilantes escenas de los años 1988 y 1990 por la aplicación y práctica de la extradición en el país, que en dos años fueros extraditados 15 colombianos sin ningún peso ni fundamento legal existente, pues no tenía validez el tratado alegado, debido a que el congreso no aprobó o refrendó la ley que ordenaba su aplicación, que la ley del 12 de diciembre de 1986 cayó por inconstitucional y a los días el 14 de diciembre el gobierno de Barco, volvió a sancionar otra ley, el 14 de diciembre, pero sin que se hubiera hecha el tramite en el congreso y la corte constitucional lo declaró ilegal. Resalta nuevamente que sin ley fueron extraditados 15 colombianos. Que se comprenda el llamado angustioso que se hace a la opinión colombiana y opinión internacional sobre el regreso de la guerra por ese concepto. Que pese a todas las represarias con valentía el ponente junto con otro grupo de ciudadanos van a abrir una casa junto a la extradición en la Ciudad de Cali y sentencia los señores no se van a dejar extraditar, observa que se conoce que están importando y manejan importante tecnología militar de punta, es decir muy desarrollada y de acabado terminal, mientras tanto se está frente a un gobierno conejero y menciona el caso del tratamiento dado al ex funcionario costarricense Guido Sibaja, además el que para los voceros del Gobierno, la extradición no era prioritaria en su agenda gubernamental y de un momento a otro la canciller y el ministro del interior presionan en las curules de los senadores, en el congreso nacional forzando para que sean aprobados los proyectos de ley sobre extradición. Una cosa dijo el ministro del interior en el discurso de clausura del congreso y en cinco meses cambio. Concluye recordando que el fin de la guerra desarrollada por el narcotráfico terminó con la política de sometimiento a la justicia y con la promulgación del artículo 35 de la actual constitución política del 91. Menciona al actual Ministro Carlos Holmes Trujillo, quien afirma que es la primera vez que la extradición se va a votar sin presión en Colombia, y que el le pregunta que diga que presión tuvo para el votar por la extradición como constituyente en el año 91 y que responda si no es presión la agenda impuesta por el gobierno Norteamericano.

8- La Extradición hace parte del Proceso de Riesgo de Baja Intensidad:

El manejo de uso de la política implementada de cuerpos especiales de manejos diplomáticos, de presión sicológica encuadrado dentro de la ofensiva que siempre ha tenido Washington como sede del imperio, contra estos países.

Que se hace entonces natural, que quien es enemigo de la extradición, es amigo de los narcos.

Relata aspectos tendientes a resaltar la intromisión en las guerras de baja

intensidad, mencionando acciones encubiertas, como el asalto al alto del portal, edificios y todos en Santa Fe de Bogotá, en 1989, que dejó como saldos 11 muertos, quedando un único sobreviviente de nombre Custodio Gaitán Maecha, quien resultó ser lugarteniente de Gonzalo Rodríguez Gacha, jefe del palitarismo, narcotraficantes de drogas y de control de esmeraldas, y menciona a un personaje de nombre Claudio Rompert quien trabajó como comandante del frente sur de Panamá, que dirigió personalmente el operativo al asalto del alto del portal, el cual fue pagado personalmente por Gonzalo Rodriguez Gacha, que el Mismo Claudio Rompert, fue el asesor de seguridad del presidente Busch, cuando este viajó a Cartagena de Indias, corría el rumor que Claudio Escobar lo iba a matar y ese mismo Claudio es el de ese equipo de seguridad, es el mismo que posterior a la muerte de Gonzalo Rodríguez Gacha, da a conocer públicamente que el fue el que dirigió la operación para causarle su muerte, desmintiendo así la versión de que había sido el cuerpo élite de la policia nacional de Colombia. Que el tratado de 1979, entre Estados Unidos y Colombia, sale a la luz como respuesta de Torbay quien venía siendo vinculado con los intereses de los narcos, y fue el inspirador del represivo estatuto de seguridad del país, Syrus Vans y Virgilio Barco en Washington firman ese tratado y lo sancionó el ministro de Legatario Zea por lo cual se violó la ley y cayó por vicios de forma, pues debía sancionarlo el presidente titular, Torbay. Que sin embargo el exprocurador Carlos Jiménez Gómez, presentó demanda por normas de contenido y no solo de forma de la violación de la ley y contra los derechos fundamentales. Menciona el artículo 93 de la constitución nacional sobre el debate si un convenio internacional prima sobre un convenio legal constitucional.

9- La Convensión de Viena, sobre el tráfico de Narcóticos.

Toca el tema de extradición, alude a la ley 67 de agosto de 1993 para aderir a la convensión de Viena y que por tanto Colombia hizo reserva del artículo de la Convensión definiendo que Colombia no enviaría a nacionales en extradición.

Que un segundo país que hizo la reserva fue los Estados Unidos de Norteamérica acorde su constitución política con el conocimiento de la convensión. Que pasado dos años para impugnar la reserva, la señora procuradora de los Estados Unidos, solicita la extradición de los 4 colombianos. La cual no tienen ningún fundamento legal.

CONCLUSIONES DE ESTA PONENCIA:

a- Pedimos a los colombianos y centroamericanos ser receptivos por el impulso de un Movimiento Nacional por la soberanía.

b- Un pronunciamiento en que la petición de no extradición es un derecho que asiste a toda persona como conciudadano.

c- Que va a ir una comisión de abogados impulsada por el ponente, al encuentro de Guatemala para que se pronuncie sobre el respeto a la soberanía y la dictadura judicial que impera en el país.

Por último se pasó a una sesión de preguntas en que el asistente se captaron en Costa Rica no se puede extraditar nacionales Costarricenses, ni tampoco los nacionalizados, haciendo comparación con la norma Colombiana, de que no pueden ser extraditados, son los colombianos por nacimiento. En Costa Rica la Ley de extradición se hizo para que encajara dentro de la situación de Robert Vesco, afin de que por sus intereses no fuera extraditado de Costa Rica, que por eso se le conoce como la "Ley Vesco".

Que los organismos internacionales están presionando para el cambio de leyes en la Asamblea Legislativa, porque lo pide el fondo monetario Internacional. Que eso configura sedición y atentado contra la soberanía y los diputados Costarricenses no los deben aceptar.

Que en Costa Rica se presentó un gran presedente al suspender la corte constitucional el tratado existente entre Estados Unidos y Costa Rica, una vez conocida se hizo la decisión de la Corte Suprema de Justicia, de extraterritorialidad de los jueces de los Estados Unidos para seguir investigaciones por delitos contra nacionales, estadounidenses, cometidos en cualquier parte del mundo.

Se analizó los acuerdos de razonamiento en cuanto a las críticas conra la extradición, se resaltó que existen apremios legales y sentimentales frente a los desmanes de los jefes del narcotráfico que han movilizado la conciencia nacional ante tantos crímenes.

Que la extradición busca también un replantamiento del ejercicio de la justicia; promulgación de leyes y normas para garantía de aplicaciones de los derechos humanos de la población carcelaria, mejor imagen del sistema carcelario ante la comunidad internacional. Resaltar la eficacia de la justicia colombiana al tener bajo rejas a todos los llamados capos o grandes jefes de la droga. La propuesta de explorar posibilidades alternativas de una fiscalización o control internacional al régimen observación, manejo y control del sistema carcelario colombiano con predominio del respeto de los derechos humanos.

Por último se destacó ante preguntas de los participantes que pese a que están presos los grandes jefes del narcotráfico, y supuestamente desmembrada dentro de la infraestructura del narcotráfico de los carteres más poderosos, el consumo de la droga de los Estados Unidos de Norteamerica, no disminuido y los precios de la droga no se ha elevado echando por tierra la táctica de la DEA, de reprimir para

lograr aumento del valor de la droga y así evitar el acceso a ella de grandes grupos de población. Se especuló en que era inesplicable hasta el momento en que leyes o procedimientos económicos se basaba tal comportamiento. Se especuló con la hipótisis de que bien podría ser que debido a la represión los productores hicieran un mejor esfuerzo en mantener la cantidad y mejorar la calidad del producto o en segundo lugar que las grandes y voluminosas cantidades de drogas sean nuevamente puestas en circulación para su consumo para otros medios. Así concluyó la sesión de la mañana del día 19 de Julio de 1997.

RECOMENDACIONES

El fenómeno del Narcotráfico es un fenómeno político y social que debe ser atacado en su base misma:

1- El consumo y la producción, garantizando las condiciones de desarrollo y justicia social que posibiliten grandes transformaciones políticas, económicas y sociales, que tengan como resultado sociedades equilibradas.

2- Las soluciones a este fenómeno deben ser de carácter político, concertadas y no soluciones represivas que militaricen las medidas de prevención y solución del problema del narcotráfico.

3- Cada nación estado debe crear las condiciones de justicia que le garantice a sus ciudadanos la seguridad y dignidad que les permita realizar los derechos fundamentales, tanto como el desarrollo y la ejecución de los mecanismos de sanción propios

TRAFICANTES DE

MISTERIOS

ANÁLISIS DEL NARCOTRAFICO

MARCIAL QUESADA SOLIS

TABLA DE CONTENIDO

A. La Guerra del Opio

B. La coca en el mundo

C. De vuelta a la ilegalidad

III. Determinación de algunos problemas generales

A. La relación drogas-salud

B. La corrupción

C. La doble moral

D. La despenalización regulada

Cuando se han corrompido los principios de gobierno, las mejores leyes se hacen malas y se vuelven contra el Estado; cuando los principios se mantienen sanos aún las leyes malas hacen el efecto de las buenas.

Montesquieu

Introducción

El sentido común, los medios de información y la opinión pública insisten en la necesidad de plantear un análisis serio, veraz y objetivo acerca del problema de las drogas; pero, inexplicablemente, la discusión apenas empieza en el mundo. Para ello, es necesario enfrentar la realidad partiendo de su propia dinámica y distinguir sus principales manifestaciones fácticas, como fenómeno histórico-social. En consecuencia, la división entre drogas legales e ilegales, pierde su lugar de privilegio en la consideración metodológica y adquiere su valor relativo en el contexto de los demás factores implicados. Deja así de ser la premisa mayor que consuma los esfuerzos analíticos hasta ahora emprendidos en nuestro medio.

Para lograr un enfoque sereno del asunto consideramos que es indispensable la superación de la dicotomía entre las drogas lícitas e ilícitas. Este criterio, que constituye la esencia del problema en el campo jurídico, es artificial y no corresponde con la realidad concreta, que enfrentan los seres humanos en su vida cotidiana. En efecto, el despliegue de este artificio jurídico mediante su análisis, nos conduce a un razonamiento circular, que incide gravemente en la captación e interpretación del fenómeno.

Por el contrario, el enfoque global, que enriquece el análisis con la perspectiva interdisciplinaria, constituye una herramienta conceptual idónea para el acercamiento científico al fenómeno del narcotráfico. Ello debido, no sólo a sus características totalizante, sino, principalmente, porque permite reflejar la compleja dinámica de su desarrollo fáctico, comprender su lógica interna y evaluar su verdadera dimensión social.

Desde este punto de vista, no puede causar sorpresa el hecho que, mientras se estimula y promueve masivamente el consumo de ciertas drogas, se combata, en forma un tanto desigual y no de manera eficaz, el consumo de otras drogas, calificadas como prohibidas e ilegales. Ello no se debe a la naturaleza, calidad o consecuencias, ya que en esto no existen verdaderas diferencias, sino que se debe a razones un tanto oscuras y teñidas con tintes moralizantes.

Existe un fondo de incoherencia en el actual planteamiento oficial por cuanto las drogas que más se consumen y más daño causan a la salud pública son las llamadas drogas legales.

Nos encontramos ante una doble moral que limita y tergiversa la discusión, al partirse de una premisa falsa: drogas legales e ilegales, que como repetimos es propio del campo jurídico pero no del campo sociológico, dada la existencia de un consumo-negocio tan lucrativo, en tratándose de las mismas consideradas en forma genérica, que sólo las armas lo superan en el plano mundial.

Por eso, dada la magnitud del negocio, resulta una quijotada el pretender ocultarlo y desconocer la realidad social subyacente enfrentándolo, mediante la represión cuando lo cierto es que estamos ante un problema de salud pública, verdad manifiesta.

Un poco de glasnost sería saludable, más que quemas de herejes en la hoguera.

Se impone entonces un nuevo enfoque de conjunto que permita captar la realidad de manera integral y no en forma "compartimentada" o deformada por prejuicios o carencia de objetividad, que vea en la educación y en la verdad el método idóneo de enfrentar el fenómeno.

La televisión y los medios de comunicación social están llamados a jugar un papel de primer orden, por ser los más influyentes en la formación de las mentes de nuestros jóvenes y adultos, tanto o más que la educación institucionalizada, o la influencia de la familia, que se toman como mampara para eludir la responsabilidad de aquéllos; una especie de mecanismo psicológico de huida del mundo; de defensa.

Actualmente el narcotráfico es como un río desbordado, con cuyo dinero se compran voluntades aquí y allá. La corrupción inherente a un negocio ilegal; el llamado "lavado de dinero" o legalización de capitales se pueden combatir-controlar mediante métodos racionales.

Se deben enfrentar los fenómenos sociales partiendo de su insoslayable existencia y no luchando contra molinos de viento.

La realidad hay que enfrentarla; no se le puede rehuir. Está aquí presente y debe aceptarse y modificarse en la medida de lo posible. El método practicado hasta el momento ha demostrado históricamente ser ineficaz, como sucedió con la Ley seca o prohibición en la década de los veinte en Estados Unidos de América.

Estamos convencidos en la imperiosa necesidad de comenzar o proseguir con mayor interés el debate en torno a la despenalización del tráfico y consumo de las drogas ilícitas:

No se trata de una capitulación ante los traficantes, sino en todo caso de una forma de sacarlos del negocio. No es una aprobación de su uso, sino un reconocimiento de los derechos de los...adultos en elegir por sí mismos. No es un rechazo al "sólo dí no" sino más bien una solicitud al gobierno a fin de que proporcione asistencia y alicientes, no apenas criminales, en apoyo del no.

I. El problema del tráfico de drogas

La historia demuestra que la llamada Prohibición o ley seca, vigente en los Estados Unidos de América desde el año 1919 al año 1933, como experiencia psicosocial de control social, fue un fracaso: no logró solucionar, sino más bien agravar, el fenómeno sociológico en sus tres principales facetas: el moral, el económico y el de la salud pública, como se puede constatar en la realidad, dado el alto consumo de alcohol y tabaco como legales.

Para analizar el fenómeno aludido resulta impostergable hacer referencia al enorme poder económico que representa en el mundo actual tanto el tráfico de drogas legales como el de las ilícitas, y su consecuencia inmediata: el "lavado de dinero" o legalización de capitales.

Baste recordar que ocupa el segundo lugar en el comercio mundial, mencionándose cifras del orden de $600.000 millones anuales, siendo superado únicamente por el comercio de armas.

El núcleo del problema lo constituye la existencia de la ley prohibitiva o "ley seca

pluralista", para adecuar su nombre a nuestros días, la cual se ha constituido en la mejor aliada del narcotráfico, igual que ayer, por cuanto es un factor esencial en la determinación del precio y, en consecuencias de las ganancias producto de su tráfico: así se resume la hipótesis fundamental de este estudio.

Ese origen ilícito de tan gran cantidad de dinero trae aparejadas otras dos consecuencias: corrupción y doble moral, además de la estigmatización de naciones enteras:

Colombia no puede seguir siendo estigmatizada por un problema que no es suyo, sino básicamente de consumidores obsesionados en mantener la prohibición de las drogas mientras comercian ampliamente con el alcohol, tabaco, armas y precursores químicos. O que bloquean nuestras materias primas y nuestros productos lícitos de exportación.

Tal es la forma lapidaria con la cual Pedro Pablo Camacho termina el prólogo del editor del libro La legalización de la droga.

En resumen: debemos hacer uso de la ley en sentido negativo en lugar de su uso en sentido positivo, conforme sucede en nuestros días, por medio de la despenalización regulada.

Avanzando en la exposición, el capítulo segundo se dedica al análisis de la evolución histórica del fenómeno del narcotráfico. Para ello, se refiere someramente el proceso que inicia con la guerra del opio y finaliza con la guerra contra las drogas de nuestros días.

En el capítulo tercero, se definen los enfoques complementarios que permiten el abordaje interdisciplinario del fenómeno del narcotráfico. De acuerdo con ello, la problemática es tratada en los aspectos psicológico, legal, económico, moral y de la salud pública. Presentemos brevemente cada uno de ellos:

1) ASPECTOS PSICOLÓGICOS: la disonancia cognoscitiva como obstáculo para conocer, interpretar y transformar la realidad.

¿Ha conducido el narcotráfico, como se le interpreta actualmente, a un estado de disonancia cognoscitiva en el plano social, que bloquea la búsqueda de una distinta manera de solucionar el problema? ¿Ha conducido ella a un estado de falta de control de la realidad social por carencia de instrumentos conceptuales nuevos? ¿Responde lo dicho a una carencia de creatividad producto de un gran dogmatismo? Por el contrario, ¿conduce la prohibición a una deformación-manipulación de la libido?

2) ASPECTOS LEGALES: reducir el ámbito de aplicación de la acción penal por medio de la despenalización regulada, como una manera de desbloquear la actividad del Poder Judicial.

Reforzamiento de la libertad individual dentro del marco de régimen constitucional liberal.

Derecho Penal retomado como fue ideado originalmente: como última ratio y no como única ratio. En tal medida, darle mayor contenido al principio del Debido Proceso.

Reducción de la violencia social, de la impunidad, de la ilegitimidad del Derecho Penal y de la inseguridad ciudadana.

Liberación de recursos policiales y judiciales, los cuales se podrían canalizar hacia fines más importantes como la protección del medio ambiente.

3) ASPECTOS DE SALUD PUBLICA: mejoramiento de la salud moral y física de los individuos, mediante el control de calidad.

Prohibición de la propaganda comercial de licores y cigarrillos.

4) ASPECTOS ECONÓMICO MORALES: Forma de combate eficaz contra la corrupción, yendo a sus fuentes más sensibles: control del negocio mediante la transparencia, evitando la hiperinflación de precios y ganancias, y lográndose el respectivo pago de impuestos y patentes.

Para desarrollar los aspectos ut supra, parto de la siguiente hipótesis: Si la legalización del tráfico de las drogas ilegales resuelve los problemas generales señalados, entonces constituye el mejor mecanismo para controlar (o combatir, según el concepto o enfoque que se le dé al fenómeno) dicha situación psicosocial (por ello deben derogarse las leyes prohibitivas y regularse en debida forma el negocio).

La solución o consecuencia lógica de la legalización implicaría un debido pago de impuestos; un debido control de calidad; una mejora en la salud psicosocial evitando la manipulación comercial de la libido y a su vez provocando un desbloqueo mental que permita "ver la verdad a los ojos", como dice el ilustre filósofo Adam Schaff. Finalmente implicaría un mejor control de los hechos punibles, así como la evitación de su creación legal, factor criminógeno originado en la propia ley.

II. Evolución histórica

La guerra contra las drogas no es sino un capítulo más de la historia general de la estupidez humana. Así como reclamamos la libertad de pensamiento, para elegir nuestras lecturas o la película que deseamos ver, es decir, así como tenemos derecho a meter en nuestras mentes lo que queramos, también tenemos el derecho a elegir nuestros alimentos y otras sustancias que queramos meter en nuestros cuerpos. Los controles contemporáneos contra la droga, en lugar de estar basados en consideraciones objetivas (técnicas, científicas), más bien se parecen a las prohibiciones rituales, que descansan en consideraciones religiosas, políticas o sociales. Cualquiera que reflexione al respecto debe comprender que nuestras drogas culturalmente aceptadas en particular el alcohol, el tabaco y los remedios que alteran la mente constituyen una amenaza mayor y causan mucho más daño demostrable que las drogas prohibidas.

Thomas Szasz

Empiezo con esta cita, para ubicar desde el principio el tipo de enfoque que le haremos al fenómeno del narcotráfico, toda vez que partimos de la premisa de que el mismo está rodeado de todo un misterio; producto del deseo de manipular a las masas, deseo consciente o inconsciente pero en todo caso muy lucrativo, tanto en el plano ideológico como en el económico. O en ambos como se ha demostrado en el caso Irán Contras durante la guerra contra los sandinistas, en las décadas de 1980 y 1990; un verdadero fraude de simulación, que ha dado su aporte en el dominio que sufren los países tercermundistas y en la creación de una economía similar a la vida de un farmacodependiente: no se puede vivir sin ella (la droga o los préstamos y programas de ajuste estructural) pero tampoco se puede hacer con ella, al decir de Stavenhagen.

Cuanto mayor sea la deuda de los países en desarrollo y más severas las medidas económicas y políticas de la banca y del Fondo Monetario Internacional, mayor y más rápida será la reorientación de la capacidad agrícola y de los recursos financieros hacia la producción y exportación de drogas hacia los países acreedores en que existe demanda...

A. La Guerra del Opio

Se desarrolló a finales del siglo XVIII, producto de la Revolución Industrial, período durante el cual Gran Bretaña en su comercio con la India y China, "... consiguió el monopolio de la distribución del opio en la India e instó a los pobladores que tenía bajo su control para que cultivaran la amapola del opio..."

Como consecuencia del deseo inglés por imponer la legalización del consumo y el

comercio del opio en China se desató la Primera Guerra del opio durante los años 1839-1842. En 1856 estalla la Segunda Guerra del Opio, logrando Inglaterra, Francia, Rusia y Estados Unidos, mediante las "Tratados de Tienstin", suscritos dos años después e impuestos a China, que buscaban legalizar la importación, la comercialización y el consumo del opio.

En 1859 la guerra se reanuda y concluye con las Convenciones de Pekín, en 1860, con imposiciones similares sobre China, año en que la coca es cristalizada por primera vez en Alemania.

B. La coca en el mundo

Desde la cultura de los tiahuanacos de Bolivia, cuatro siglos antes de nuestra era, se ha comprobado la presencia de la hoja de coca; otro tanto sucedió con las culturas precolombinas encontradas por los primeros exploradores españoles en Costa Rica y en Colombia, con los Quechuas en Bolivia y los Incas en Perú. Posteriormente, extendiéndose a Europa y a Estados Unidos de América, en donde era consumida socialmente hasta por "...el Presidente de los Estados Unidos, Mc Kinley, Tomas Alva Edison y el Papa León XIII". La difusión de la coca se extendió al uso farmacopédico: "La casa Merck de Alemania elaboraba tabletas, elíxires, jarabes, etc., así como una competidora norteamericana, la Parke and Davis, que incluso lanzó al mercado cigarrillos de hoja de coca y, en 1885, publicó una monografía para médicos sobres sus virtudes".

Aparte de la coca, los trabajadores chinos traen consigo a Estados Unidos el hábito de fumar opio, el cual comienza a ser cultivado e importado a dicho país durante el siglo XIX. Además se comercializa la morfina y la heroína: "...las han publicado y difundido, provocando una demanda hasta entonces desconocida".

C. De vuelta a la ilegalidad

A raíz de la derrota de Alemania en la Primera Guerra Mundial, el gobierno norteamericano, por motivos más políticos y económicos que morales e higiénicos, hace introducir en los Tratados de Versalles de 1919 una cláusula por la cual los laboratorios alemanes deben renunciar a la libre venta al público de drogas sicotrópicos.

Ello provoca un creciente tráfico clandestino, el cual se mantiene hasta nuestros días como es público y notorio, al menos para consumidores que no lo requieran médicamente sino por placer.

En 1925 se suscribe la Segunda Convención Internacional del Opio, durante la primera Asamblea de la Liga de las Naciones, que pretendía regular el comercio de

las drogas ahora ilícitas, pero únicamente para fines médicos y científicos, y en el año 1961 la Asamblea General de las Naciones Unidas aprueba la Convención Unica de Viena, cuya introducción indica:

Las partes,

Preocupadas por la salud física y moral de la humanidad.

Reconocimiento que el uso medio de los estupefacientes continuará siendo indispensable para mitigar el dolor y que deben adoptarse las medidas necesarias para garantizar la disponibilidad de estupefacientes con tal fin.

Reconocimiento que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo y entraña un peligro social y económico para la humanidad.

Conscientes de su obligación de prevenir y combatir ese mal.

Considerando que para ser eficaces las medidas contra el uso indebido de estupefacientes se hace necesaria una acción concertada y universal.

Estimando que esa acción universal exige una cooperación internacional orientada por principios idénticos y objetivos comunes...

Velar por la salud física y moral de la humanidad, considerar que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo e implica un peligro social y económico para la humanidad, todo lo cual amerita una acción concertada y universal, guiada por principios idénticos y objetivos comunes, representan los rasgos fundamentales de dicha declaración y cuerpo normativo, el cual entremezcla cuestiones físicas con las morales que constituyen una alegoría con alto contenido moralista, aspecto este último que en nuestro criterio marca la "guerra contra las drogas", dando origen a la totalmente vigente en nuestros días doble moral, una de las peores aberraciones del mundo contemporáneo y encubridora del negocio de las armas y de las drogas, renglones prioritarios del comercio mundial actual.

Desde entonces se continúa con una "guerra de baja intensidad" (como dice Rosa del Olmo) en la cruzada contra el mal, por cuanto la existencia del comunismo se erigió en el principal enemigo de los empresarios morales de turno, hasta su caída en 1989.

Entonces el "Departamento de Estado y el Pentágono... al quedarse de pronto sin enemigo, estuvieron al borde del infarto económico militar. ¿Qué hacer con la poderosa industria de armamentos en un sorprendente mundo que pretendía

despojarse del odio? El mago capitalista extrajo de su galera el problema del narcotráfico (después de todo, Estados Unidos consume el 80% de la droga que se produce en el mundo), pero pronto advirtió que, ante tan sutil entramado clandestino, no eran aplicables tanques, misiles, armas químicas, submarinos atómicos, etcétera. Fue entonces que, como por ensalmo, apareció Saddam Hussein, con su ex abrupto consumado..."

La guerra contra las drogas, que se había intensificado desde finales de los años 70, continúa su marcha, convirtiéndose en el gran sustituto del comunismo, cual nuevo fantasma que recorre el mundo. Y así, bajo las riendas del naciente "gobierno mundial", en la era de globalización de la economía y bajo el gran alero del neoliberalismo y bajo la cobertura totalizante de los medios de comunicación mundiales, se instaura una nueva especie de "animalismo", con las características enunciadas con gran sarcasmo por George Orwell en su obra La granja de los animales.

A pesar del ciclo de fuerte represión que se inició a nivel mundial como consecuencia de la declaratoria de la "guerra contra las drogas" por parte del Gobierno de los Estados Unidos durante la administración Reagan-Bush, los porcentajes de droga incautada, de cultivos destruidos y de narcotraficantes capturados, no alcanzan a ser significativos, si se tiene en cuenta los volúmenes de droga producida, el número de hectáreas cultivadas o la cantidad de

III. Determinación de algunos problemas generales

Cogitationis poenam nemo patitur

Ulpiano

A. La relación drogas-salud

Como lo indica Cohen, líneas atrás, la falta de precauciones higiénicas, producto de la ilegalidad, constituye un factor importante en lo atinente al aspecto que ahora desarrollamos. El autor agrega lo siguiente:

También el alcoholismo crónico y el barbiturismo pueden ser más peligrosas que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante años con opiáceos como la morfina o sus derivados, rara vez se advierten efectos nocivos atribuibles al estupefaciente, siempre y cuando este se administre con los cuidados necesarios.

Es harto conocido que el alcoholismo es una enfermedad que provoca desastres en

muchos países.

El consumo de bebidas alcohólicas por parte de la población joven de E.U. se ha convertido en un problema mayor que el causado por las drogas y ha obligado al Gobierno a pedir una drástica reducción de la publicidad de esos productos", publicidad que implica más de dos mil millones de dólares en esa nación..

Según un estudio de salud publicado en la revista mensual internacional Selecciones del Reader"s Digest, las compañías norteamericanas promueven el tabaquismo infantil en el Tercer Mundo como una manera de contrarrestar la merma de su consumo en los propios Estados Unidos: "Compañías como la Philip Morris y la R.J. Reynolds están utilizando tácticas de mercadotecnia consideradas "espeluznantes" por medios, pedagogos y psicólogos", reza un cable publicado en el periódico Esta Semana. Estos países en desarrollo son especialmente vulnerables por la falta de información acerca de las enfermedades como el cáncer y la arteriosclerosis provocadas por esta adicción, y por la falta de campañas contra su uso.

Las leyes contra el fumado se han extendido en muchos países. Sin embargo se extiende el tabaquismo, el cual "...alcanza proporciones y características de epidemia mundial..", según advirtieron expertos reunidos en San José de Costa Rica, en la Novena Reunión Latinoamericana sobre el Control del Tabaquismo. Se acotó en la misma que "...el negocio publicitario de las compañías del tabaco en Costa Rica asciende a los 500 millones de colones".

Repetidamente se ha mencionado que el alcohol es la puerta de entrada a otras drogas, como lo informa el Dr. Eliseo Valverde Monge en un artículo que publicara en La Prensa Libre del 13 de octubre de 1992:

Por lo general, la puerta de entrada a toda una tragedia, es el alcohol que hoy día se riega irresponsablemente a la juventud muchas veces con consentimiento de padres y educadores. Tratemos de vivir mejores y más años.

Toda la propaganda comercial que se derrocha por los medios de información junto a la violencia y pornografía, constituye una gran incoherencia en la historia oficial. "El lado maldito de la TV", le llama el periodista José María Penabad López ; en otro artículo suscrito por el señor Luis Montoya en La República del 6 de abril de 1989 se hace hincapié en el fenómeno de la intromisión televisiva y sus grandes secuelas, para bien o para mal, según el mensaje. Sin embargo el autor más se refiere a la forma:

Como se sabe, con el desarrollo del lenguaje, la reflexión verbal comienza a jugar un papel cada vez más importante en la adquisición de conocimientos. En tanto que

la reflexión no verbal va dejando, gradualmente, de ser la principal fuente de adquisiciones cognoscitivas.

Cada vez que necesitamos de palabras, de símbolos o de organizaciones lógicas, recurrimos al pensamiento verbal. Se trata, aquí, de funciones propias del hemisferio izquierdo. El consumo de televisión, al ser una experiencia visual no verbal, en función privilegiada del hemisferio derecho, cada uno de nosotros ha podido constatar cómo el consumo de la TV exige un escaso esfuerzo intelectual.

Y, como para cerrar con broche de oro, el Dr. Juan José Sobrado, comenta como

Es le frecuencia, el sentido, la intensidad, la dimensión, la intención, la explotación comercial como objeto de consumo, lo que hace profundamente distinta y dañina a la violencia que exhiben los medios televisivos. Al igual que con el sexo -otro gran tema de la vida humana- su trato por el arte o la narración, respecto de la pornografía, es muy distinta la violencia como objeto de circo y de mercado.

He referido lo expuesto para poner énfasis en la necesidad, en aras de un mejoramiento de la salud pública, tanto física como moral, de prohibir la propaganda comercial de licores y cigarrillo como forma de evitar el fomento irracional de su consumo, si se quiere ser consecuente con la guerra a las drogas, o su control más propiamente.

Para finalizar, el mismo tratamiento debe brindársele el fenómeno del aborto en una sociedad abortiva por sus condiciones materiales, como bien bautiza a las nuestras Yadira Calvo.

B. La corrupción

Como le hemos indicado desde el inicio del presente trabajo, el comercio de drogas en el plano mundial representa el segundo renglón, después de las armas. Sin embargo no debe olvidarse que ambas se entrelazan de manera simbiótica, no obstante la contraria apariencia simulada en forma consciente o inconsciente.

Informes de la guerra civil de Afganistán refieren cómo el negocio del opio floreció al amparo de la misma:

Kabul. Desde siempre los campesinos afganos han cosechado cantidades enormes de opio, suficientes para abastecer la mayoría de la demanda en Europa y para introducir miles de jóvenes a la drogadicción. Sin embargo, ellos utilizan tradicionalmente la pasta de opio para curar todo tipo de enfermedades.

En el transcurso de la guerra los campesinos cosecharon cantidades récord de opio, suficientes para abastecer el 80% de la demanda en Europa.

No debe olvidarse que Centro América se convirtió en plataforma hacia Estados Unidos y Europa, en el transporte de la cocaína producida en América del Sur, durante la guerra contra el gobierno sandinista de Nicaragua.

Distintas cifras se han mencionado, todas dudosas dada la falta de transparencia, pero sí indudablemente indicativas de su magnitud, acerca del comercio mundial de las drogas ilícitas:

a) Trescientos mil millones de dólares al año y cien mil millones de dólares en Estados Unidos, según la Agencia Norteamericana contra las Drogas (DEA).

b) Seiscientos mil millones de dólares se señala en un cable de la agencia EPS, correspondientes al año 1990, de los cuales ciento cincuenta mil millones de dólares se generaron el en mercado de Estados Unidos. Cifras correspondientes a ganancias. En el mismo cable se indica que hay en Estados Unidos 30 millones de drogadictos y que se consumen anualmente diez mil toneladas de marihuana y cien toneladas de cocaína.

c) Quinientos mil millones de dólares se "blanquean" al año en el mundo, de acuerdo con un informe del Consejo de Seguridad y Defensa de Estados Unidos titulado "El imperio subterráneo". Cifra comparable con los ingresos brutos de las siete empresas más grandes del mundo (General Motors, Exxon, Shell, Mobil, British Petroleum, Ford e IBM). En Estados Unidos se "lavan " con éxito unos trescientos mil millones de dólares al año, según la revista Business Week, situación que se agravaría con la puesta en marcha del Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Estados Unidos, Canadá y México.

Y en otro orden de ideas, se sitúa una cifra que sobrepasa las cien mil personas asesinadas en Colombia durante los últimos cuatro años, producto del narcotráfico, los grupos paramilitares y la guerrilla, de acuerdo con un cable de la AFP publicado en La República del 3 de mayo de 1994.

Valga agregar que la negligencia policial en operativos antidrogas ha salido a la luz pública, como el caso publicado en La República en su edición del 3 de abril de 1993, en el que "... y producto de una descoordinación, el Tribunal de la Inspección Judicial deja entrever que, por la actuación de los miembros del OIJ de Nicoya, se descuida la vigilancia de la casa de la playa en Carrillo, lo cual permitió la movilización de aproximadamente trescientos kilos de la droga".

Según otro informe referente al mismo trasiego de 275 kilos de cocaína durante

operativo conjunto DEA-OIJ, el gobierno de Costa Rica pidió explicación a la DEA en los siguientes términos:

El propio Fishman confirmó anoche que remitió una carta al DEA y al OIJ, con el fin de que se den explicaciones de la entrega vigilada de los 275 kilos del narcótico, acción en que participaron ambas policías. Transcendió que en esa misiva se pedían detalles sobre la supuesta desaparición de una cantidad similar de droga, lo cual se habría producido durante el operativo.

En el periódico La Nación del 31 de agosto de l994, se involucra a oficiales del OIJ en el trasiego de cocaína decomisada, asunto relacionado con la muerte por decapitación del señor Ciro Monge Mena en los alrededores del Túnel Zurquí, carretera a Guápiles.

En el mismo periódico del 9 de setiembre de l994, se hace un recuento de los supuestos nexos entre algunos oficiales del OIJ con el narcotráfico: 5 de setiembre de l994 en la Delegación de Puntarenas, 29 de mayo de 1993 en la Delegación del OIJ en Limón.

Es obvio que se requiere buscar alternativas a la prohibición, como solución al gran atractivo que representan las altísimas ganancias del negocio de las drogas, legales e ilegales, mediante la transparencia económica. Es la mejor forma de desinflar el negocio, sometiéndolo al control de la ley y así evitando que bajo su ropaje se alimenten los buscadores de dinero fácil, cuya fuente principal radica en el "misterio" del placer, en el "misterio" del erotismo insoslayable y manipulado del ser humano.

El pago de patentes e impuestos constituiría una de las consecuencias de la legalización del comercio de las drogas ilícitas, con lo que se le daría mayor contenido al principio constitucional de igualdad ante la ley. Realmente es increíble que el segundo rubro del comercio mundial esté exento de dicho pago. ¿Por qué tal privilegio?

C. La doble moral

La maraña de intereses económicos e ideológicos que implica el negocio de las drogas ilícitas (y de las lícitas) ha conducido a la doble moral, pues mientras se rechazan las primeras, se promueve por medio de los medios de información el consumo de las segundas, unido al consumismo alucinante de la sociedad capitalista actual. No en balde se acepta que este último representa la "droga infernal":

La droga infernal, maldita y madre de todas las drogas, en la repetida ideología-

mito y magia, que proclama la felicidad a la que todos tenemos derecho, sin que importe lo moral, lo justo y la verdad. Una ideología que está terminando con la amistada y el amor, para lanzar al hombre en el desenfreno del poder y del tener, no importa el costo que se haya de pagar.

Es una droga intelectual, una utopía de ensueño y ambición, llena de luces y cantos; de color y sonido...

¡Al servicio de la droga maldita le hemos puesto la más grande tecnología, arte, ciencia e inteligencia, que jamás pudo soñar el mundo! La radio, el cine, la televisión, la prensa, el teatro, la música, la pintura, el discurso político...Todo ello no es más que el aparato inmenso de una publicidad sin limitaciones y sin fronteras, que nos habla de una vida humana sobre la tierra, que se ha de vivir única y exclusivamente, en aras del placer de tener poder y dinero...

El resultado es la manipulación del deseo sobre estimulando el apetito sexual, la violencia y la ingestión de drogas por medio de la propaganda comercial que instiga el consumismo desbordado, no importa que ello sea a costa del ozono y de la contaminación del planeta; de la destrucción de sus bosques y de su agua. Y todo en el nombre de la droga, cuya prohibición pretende desconocer actitudes que, según algunos, son parte de instintos del hombre y de los animales.

En efecto, de acuerdo con Ronald Siegel, psicofarmacólogo norteamericano que enseña en la Universidad de California, en un libro por él escrito titulado Intoxicación: la vida en busca del paraíso artificial, refiere que el uso de sustancias estupefacientes "es parte de nuestra naturaleza". Afirma que las raíces del moderno consumo de drogas se remontan a l35 millones de años atrás, cuando en el período Cretácico las plantas angiospermas comenzaron a producir sustancias tóxicas para defenderse de los animales herbívoros.

Ovejas atrapadas por los alucinógenos en las montañas de Canadá, cabras y caballos en delirio en el desierto de Texas, bandadas de cardenales enloquecidos por una sobredosis de pelotitas de plantas estupefacientes... hombres y animales son impulsados al consumo de drogas por una fuerza interna tan elemental y universal como el deseo de alimento y el instinto sexual.

En dicho periódico de fecha l5 de setiembre del mismo año se señala por qué el agotamiento es placentero. Se afirma que después de treinta minutos de ejercicios agotadores se goza del placer que se deriva de la relajación de los músculos, y que el cuerpo es invadido por una sensación de placidez, serenidad y ganas de vivir, producto de una hormona producida por el cuerpo humano llamada beta-endorfina, que actúa como sedativo. "La endorfina parece controlar, al menor parcialmente, el efecto de la hormona epinefrina, el acelerador bioquímico que entra en acción a

medida que aumenta el agotamiento", acota el profesor de fisiología de la Universidad Estatal de Pensilvania Peter Farrell.

En el suplemento "Revista" del periódico Esta Semana, aparecen varios artículos de sendos antropólogos acerca de la función de las hormonas cerebrales en el amor. Se afirma en uno suscrito por Anastasia Toufexis lo siguiente: "El cerebro es estimulado por la feniletilamida y posiblemente también por la dopamina y la norepinefrina, todas anfetaminas naturales. Estas producen sentimientos de euforia y placer. Esta etapa puede durar de dos a tres años y luego va desvaneciéndose". Se puntualiza que ello corresponde al cómo nos enamoramos. Seguidamente se asevera que en la etapa del compromiso "los amantes producen altos niveles de endorfinas, similares a la morfina, que crean una sensación de seguridad, calma y confort".

Al describir lo que llama "la droga del amor" anota que "la glándula pituitaria produce oxitocina -la droga del amor-, que estimula sensaciones durante el acto del amor, que a su vez crean sentimientos de íntima satisfacción y compromiso".

Lo antes expuesto corresponde al criterio de Helen Fischer, antropóloga e investigadora del Museo Norteamericano de Historia Natural de Nueva York, en su reciente libro Anatomía del amor: la historia natural de la monogamia, el adulterio y el divorcio, según publicación del periódico aludido.

En el periódico La Prensa Libre del 23 de julio de 1991, se señala que el psiquiatra de Harvard, Edward Khantzian ha sugerido que algunos adictos usan las drogas para automedicarse en busca de bienestar. En el artículo que aparece bajo el nombre de Lisa Davis, tomado de la Revista In Health, se informa que desde el año 2.500 antes de nuestra era "...los sumerios tenían un símbolo para el opio que los arqueólogos han traducido como "regocijo" o "alegría"".

Según Andrew Weil, experto en adicción, todas las culturas las han tenido -uso de drogas- excepto los moradores de las nieves, que probablemente las tendrían si pudiese crecer alguna planta en el hielo. tanto así que algunos investigadores hablan del "impulso" humano a la intoxicación.

Michael Harner, de la New School of Social Research, demostró que las brujas europeas "volaban" gracias a un ungüento que se aplicaban en su cuerpo, hecho con extractos de plantas como la mandrágora y la belladona, que contienen atropina, un alucinógeno vegetal que se absorbe fácilmente a través de la piel.

En un artículo aparecido en La Nación del 9 de agosto de l994, se informa que la marihuana podrá ser usada en los hospitales británicos como parte del tratamiento para calmar los dolores y ansiedad de algunos pacientes.

Todo lo referido atrás permite concluir que la lucha contra el uso de drogas no es más que una actitud similar a la del Glorioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha, peleando contra molinos de viento.

Así se comporta la sociedad actual. Y también permite entender que al ser humano no se le puede castrar parte de sus tendencias naturales, tal y como le sucedió a la yegua "Mollie" de La granja de los animales de Orwell, quien no podría vivir sin su terrón de azúcar y sin el lazo rojo de su crin, a pesar de que le ofrecían la satisfacción de todas sus necesidades animales restantes.

El fondo del discurso oficial no es más que "la tecnología pastoral del poder", ejercido este de arriba hacia abajo y como una manifestación más de la dominación de unos sobre otros. Todos "los de abajo", guiados por el pastor como un rebaño; más allá de las individualidades, más allá de las diferencias, más allá del sujeto: todo un mundo orwelliano, totalizador, que no deja espacio para la libertad individual. En suma, la contradicción magnificada: el neoliberalismo negando la libertad individual psíquica.

...la mecánica del poder es esencialmente represión...el poder es la guerra, la guerra continuada con otros medio; se invertiría así la afirmación de Clausewitz, diciendo que la política en la guerra continuada con otros medios...

...esta relación de fuerza mediante una especie de guerra silenciosa, de inscribirla en las instituciones, en las desigualdades económicas, en el lenguaje, en fin en los cuerpos de unos y otros...

Y por supuesto, el nuevo espantapájaros resulta altamente rentable en dicha relación de poder-dominación, en la medida en que justifica la existencia de la policía y de las armas, negocio número uno en el mercado mundial. Por ello el mismo Foucault, en la citada obra, nos ofrece otra idea esclarecedora:

La sociedad sin delincuencia. ¡Con ello se soñó a finales del siglo XVII. Y después, inmediatamente, pfft! La delincuencia era demasiado útil para que se pudiera soñar algo tan tonto y tan peligroso...sin delincuencia no hay policía.

D. La despenalización regulada

La eliminación del delito de legalización de capitales nos quitaría una gran venda de los ojos que nos impide ver la vida, abriéndose así las puertas para la búsqueda de soluciones al deterioro del ambiente y al problema de la inseguridad ciudadana real y no la ficticia, producto, la última, de la disonancia cognoscitiva. Ello permitiría el reforzamiento de la libertad individual dentro de un marco constitucional liberal.

El artículo 28 de la Carta Magna establece el Principio Universal de Acción, el derecho a la privacidad:

Nadie puede ser inquietado ni perseguido por la manifestación de sus opiniones ni por acto alguno que no infrinja la ley.

Las acciones privadas que no dañen la moral o el orden público o que no perjudiquen a tercero, están fuera de la acción de la ley.

No se podrá, sin embargo, hacer en forma alguna propaganda política por clérigos o seglares invocando motivos de religión o valiéndose, como medio, de creencias religiosas.

Siguiendo las corrientes más modernas y racionales, la despenalización del consumo de drogas ilícitas le reconocería mayor libertad al individuo, evitando que el poder se introduzca en nuestras "almas" y cercene sus opciones psíquicas tendientes a la búsqueda del placer. Por supuesto que con los sofisticados medios de comunicación modernos, la televisión y las formas audio-visuales principalmente, la libido se tergiversa y manipula atrozmente, lo que hace imprescindible sacar a los mercaderes del templo, a los que lucran con los sanos instintos del ser humano, deformándolos, hipertrofiándolos, utilizándolos para vender sus drogas consumistas y sus drogas legales cual nuevos conquistadores que nos ofrecen sus bolitas de vidrio y sus espejitos a cambio de nuestro oro.

Por lo expuesto es que también el Derecho Penal se conformaría como fue ideado inicialmente: como última ratio y no como única ratio, lo cual reforzaría el Principio del Debido Proceso consagrado en el canon 4l constitucional.

Ethan A. Nadelmann, profesor de ciencia política en la Escuela Woodrow Wilson de Asuntos Internacionales en la Universidad de Princeton, aporta al debate algunas ideas que consideramos importante citar:

Es interesante notar que el apoyo público en favor de la derogación de las leyes que prohíben las drogas ha surgido casi siempre principalmente del extremo conservador en el espectro político: William F. Buckly, Milton Friedman, el académico jurisperito Ernest van den Haag, y los editores del seminario británico The Economist, todos ellos lo han expresado así.

Continúa el citado profesor Nadelmann diciendo: "Según el sentir general, el espectacular incremento en los esfuerzos para la aplicación de la ley contra las drogas ha tenido un efecto discreto sobre este mercado ilícito en los Estados Unidos". Según él, la proscripción "... es suficiente para mantener el precio de

drogas ilegales a un nivel notablemente más alto del que les correspondería si no existieran dichas leyes". He aquí la fuente generadora de un negocio especulativo; muy lucrativo, gracias a la prohibición.

No se está más que reproduciendo la experiencia fallida de la ley seca, prohibición vigente en Estados Unidos, desde l920 a l933, que mantuvo ilegal la venta de alcohol en dicho país, lo cual hoy nos parece un absurdo.

Rememorando aquello, refiere Nadelmann:

Al mismo tiempo, se dieron cuenta de que más leyes y policía parecían generar mayor violencia y corrupción, juzgados y cárceles colmadas, desacato generalizado al gobierno y la ley, y más poder y beneficios para las bandas. Abolir la Prohibición llegó a ser considerando no como una capitulación ante bandidos como Al Capone, sino como un medio de sacar a los contrabandistas del negocio y al mismo tiempo eliminar gran parte del precio que se pagaba relacionado con estas leyes.

Refiere igualmente que "...la conexión drogas crimen que explica los gastos actuales de la justicia penal...podría cortarse". Y cierra su artículo así:

Lo sucedido en los últimos 20 años ha demostrado que una política sobre drogas conformada por una retórica destinada a atemorizar sólo ha llevado al desastre actual. A menos que estemos dispuestos a sopesar todas las alternativas, entre ellas las diversas estrategias de legalización, quizá nunca encontremos la mejor solución a nuestros problemas causados por las drogas.

Del artículo, que se publicó en la República del 1 de junio de l993, del señor Antonio Haas, se extrae lo siguiente: "De nada puede servir una guerra cuando la manzana de la discordia es un arca abierta, un tesoro inagotable del cual fluyen ríos de oro y plata, flotillas e yates y jets, rascacielos y "penthouses" en las ciudades más caras del mundo". Continúa diciendo:

Mientras ese tesoro exista y permanezca a la vista de todos, el conflicto no puede terminar. Los traficantes seguirá comprando armamentos y conciencias, ejércitos de matones o de legisladores, porque no hay país en el mundo que tenga un presupuesto antidrogas comparable con el de sus traficantes.

De acuerdo con una investigación efectuada por la Comisión Interamericana de Políticas sobre las Drogas, grupo privado de expertos de alto nivel de Bolivia, Canadá, Colombia, México, Perú y Estados Unidos, financiado por la Fundación Ford, la política antidrogas del último país citado es equivocada y ha producido los efectos contrapuestos a los pretendidos, entre otros aspectos, en el relacionado con la sustitución de las plantaciones de coca en Bolivia. Se puntualiza que el dinero

invertido en tal guerra no es más que dinero perdido: "En el presupuesto federal norteamericano propuesto para 1992, cerca del 10 por ciento de los fondos destinados para el combate a las drogas ($ll.680 millones) están destinados a tratar de detener el ingreso de drogas en las fronteras y en la aplicación de la ley..."

"La Lucha contra las drogas es un gran engaño mundial", se titula un informe de expertos según publicación aparecida en el periódico Esta Semana, del 25 al 31 de mayo de 1993, del cual se extraen las siguientes citas:

La pregunta es si un mundo que no ha podido salir del enmarañado laberinto del alcohol y el tabaco a los que la publicidad presenta como agentes que "invitan a vivir" podrá abandonar a las buenas el túnel de la cocaína, la heroína y la marihuana.

Y al señalarse la doble moral que la adorna, se establece la gran diferencia en cuanto a su significación social y de salud pública: "Tan solo en Francia, por ejemplo, fallecen anualmente entre 30.000 y 50.000 personas por el alcoholismo, frente a las 400 que mueren en el mismo período por consumo de alcaloides."

Continúo citando del artículo en referencia: "El prestigioso psicólogo clínico, Jesús Arechas, quien dirige un centro de rehabilitación de drogadictos en el sureste de Estados Unidos, dijo a una radio neoyorquina que "necesitamos un nuevo enfoque mundial para tratar ese asunto de los estimulantes".

En un comentario internacional aparecido en la República del 30 de mayo de 1988 llamado "Lucha antidroga en Estados Unidos: endurecimiento o capitulación", se indica que

Los partidarios de la legalización se apoyan en un convincente argumento de la historia reciente de Estados Unidos: la ley seca que rigió de 1919 a 1933 no quitó a los norteamericanos el hábito del alcohol, pero sí levó a las nubes los precios del whisky y la cerveza, hizo millonarios a Al Capone y a otros cientos de gangsters y cobró un gigantesco precio de sangre a ambos lados de la ley.

El Lic. Jaime Cerdas Mora igualmente se mostró partidario de la tesis que defendemos, al considerar que la manera de acabar con la droga es su legalización a nivel mundial. O como dice la Licda. Gloria Navas, aunque comentando en general aspectos de la administración de justicia: "Es más fácil tener al enemigo de frente que buscarlo a tientas en medio de la oscuridad".

Por la senda de la legalización transita Austria, según un cable constante en la Prensa Libre del 24 de julio de 1991, según el cual el fumar marihuana no será delito con la entrada en vigencia de una nueva ley para finales del año 1991, según

anuncio del Ministro de Salud hecho en Viena en la misma fecha de la publicación.

Igual sucede con Alemania cuyo Tribunal Constitucional consideró, en julio e 1993, que no merecían ninguna sanción los consumidores de hashish aunque no así los distribuidores. Y también la Corte Constitucional de Baviera aprobó en 1987 que a nadie se le podía prohibir tener "...un comportamiento insensato que fuera resultado de la decisión libre del individuo...", con fundamento en la libertad universal de acción fijada por la Constitución.

También en los Países Bajos, España y Gran Bretaña, en donde "...la posesión, la compra y la venta de hashish son toleradas hasta la cantidad de 30 gramos".

En un destacado ensayo titulado "The Unmentionable Alternative: the need for, and the arguments against, the decriminalization of drug laws", suscrito por Peter B. Kraska, de la Universidad del Estado de Kent, Estados Unidos, el autor hace un planteamiento similar en sus rasgos básicos en relación con el problema de las drogas, sus vínculos con la libertad individual, con los nexos policiales y de altos costos, para concluir diciendo que "criminalization doesn"t work" (la penalización no funciona). Esta excelente investigación fue publicada en Journal of Drug Issues (Revista sobre asuntos de drogas).

And last but not least: el propio Fiscal General de Colombia Gustavo de Greiff Restrepo apoya la legalización de las drogas, según el cual con ello se destruirá el jugoso negocio de los narcotraficantes. Refiere aquí de Greiff:

Que yo sepa cuando alguien habla de la legalización de las drogas no está hablando de volver obligatorio su consumo, sino de destruir el jugoso negocio de los narcos, controlar a los consumidores y reducir al máximo los delitos que se cometen bajo influjo de las drogas.

No puede dejar de mencionarse un reciente libro que recoge una serie de análisis sobre el mismo tema: La legalización de la droga, patrocinado por la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, editado por Jurídica Radar Ediciones de este país, en 1994, en cuyo anexo XXXII, páginas 297 y siguientes, se reproduce la opinión de de Greiff.

En el prólogo del editor, se señala cómo el escritor Gabriel García Márquez afirma que "la prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga y fomenta la criminalidad y la corrupción".

Seguidamente vamos a efectuar varias citas del mismo libro, como la del profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, Rodrigo

Uprimny Yepes: "El gran culpable no es una persona o una institución, sino la existencia de una política equivocada a nivel internacional, fundada en la prohibición absoluta de unas drogas que, a pesar de esa prohibición cuentan con una demanda importante y una cierta aceptación social".

"Satanización de la droga: Pero no sólo los negocios crecen en la sombra, sino las ideologías del terror con sus fetiches, como ocurre con la manipulación del narcotráfico..." mediante el poder hipnótico de la ideología de masas, según Andrei Sakharov.

...la guerra contra las drogas será recordada como una de las grandes guerras estúpidas de la humanidad, de igual manera como hoy recordamos las guerras religiosas del siglos pretéritos.

...no se trata de un concepto científico sino de una consigna, de un uso semántico instituido a partir de agenciamientos morales y políticos que tiene por objeto calificar de censurable una actuación del ciudadano.

Las opiniones sobre la droga están en gran parte mediadas por lo que J.F. Revel llamó el "conocimiento inútil. Tejido de preconcepciones morales e ideológicos..."

El mismo autor cita a Sidney Cohen, especialista californiano en el tratamiento de farmacodependientes, señalando que el consumo habitual de cigarrillos puede ser más peligrosos para el individuo que el consumo de heroína. "Los peligros de la heroína -afirma Cohen- están vinculados en gran parte a la falta de precauciones higiénicas con que se usa la sustancia y a la vida al margen de la ley que se ven obligados a llevar la mayoría de los adictos".

"Debe adoptarse a cambio un sistema de legalización regulada o controlada, propia del Estado intervencionista", asevera Jaime Nanclares Vélez, magistrado del Tribunal Superior de Antioquia, quien cita también una máxima de Gracián al inicio de su artículo: "Muchas veces la enfermedad nace del mismo remedio".

La despenalización progresiva de las drogas prohibidas es una de las recomendaciones que se estilan en el libro y que hemos postulado en el presente trabajo.

Seminario sobre el narcotráfico en América Latina y el Caribe

Estimados compañeros:

Quiero enviar mis saludos y apoyo a la conferencia y expresar mi oposición al

imperialismo disfrazado como cruzada contra drogas. En mi ausencia – por un compromiso anterior – quiero enviar este ensayo como contribución al debate.

Fraternalmente,

James Petras

El Imperio y el narcotráfico en América Latina

James Petras

CONFESIÓN DESDE WASHINGTON:

"Las medidas bajo consideración incluyen el inmovilizar los bienes estadounidenses de los supuestas contrabandistas y sus socios, prohibir que sus empresas comerciales legítimas hagan negocios en los EE.UU. y bloquear el acceso de los traficantes a los bancos estadounidenses" (el subrayado es nuestro). New York Times. 27 de abril 1997.

INTRODUCCIÓN

A lo largo de la historia de la expansión imperialista, al citar "principios altruistas" los voceros de los imperios han buscado justificar la conquista de los pueblos y la explotación de los recursos. Durante el siglo pasado, los ingleses describieron el pillaje de Asia y África como parte de la "carga del hombre blanco" para traer la civilización a la "gente oscura." Los franceses sostuvieron que su conquista se motivó por el deseo de traer los frutos de la cultura francesa a gente atrasada.

En este siglo, con el surgimiento de las conquistas imperialistas estadounidenses, particularmente en el hemisferio occidental, se adoptó un "tono de alta moral" parecido para justificar su intervención militar, la cual se lanzó para defender sus banqueros en Santo Domingo, sus compañías bananeras en Centroamérica y sus monopolios petroleras en México. Estas intervenciones se justificaron como maneras de "defender el orden y la estabilidad" y "proteger las vidas de ciudadanos estadounidenses." Con la llegada de la revolución mexicana, el Presidente Woodrow Wilson justificó la intervención imperialista estadounidense a nombre de la "democracia" y el "orden." Después de la revolución rusa, Washington diseñó un nuevo pretexto para la intervención - el "anticomunismo" y la "amenaza roja." Con el fin de la Guerra Fría y la caída del comunismo soviético, Washington volteó hacia la "narco-amenaza" para justificar su intervención y control de la política de seguridad y gobernantes en América Latina.

Surge la pregunta - ¿por qué Washington tiene que ocultar tras altos principios morales sus verdaderos intereses económicos, políticos y militares para poder intervenir? Básicamente porque los EE.UU. constituyen una democracia imperialista: la retórica moral se usa para convencer o neutralizar la opinión pública nacional. Mientras la política exterior estadounidense se dirige mayoritariamente a servir a las compañías multinacionales, los políticos quienes aplican esa política requieren votos.

De ahí el doble discurso de la política estadounidense; la práctica búsqueda de dominación para la élite económica y la retórica moralista para asegurar legitimidad del electorado. Como todo poder imperialista, Washington siempre presenta su intervención violenta como medidas "defensivas de seguridad nacional." Así pues se justificó el apoyo financiero y político a terroristas mercenarios (los Contra de Nicaragua) y a genocidios militares en Guatemala y El Salvador, sobre la base de "seguridad nacional" - porque los indios y campesinos pobres eran capaces de amenazar con invadir a los EE.UU. Claro que la realidad era distinta - el pueblo y las naciones de Centroamérica no fueron solamente amenazados sino también asaltados por las políticas intervencionistas de Washington. El fin de la Guerra Fría era la señal para que Washington intensificara su proyecto de construir su imperio.

La Guerra del Golfo, la invasión de Panamá, la pequeña guerra en Somalia, la expansión de la OTAN hacia Europa del Este y la proyección de un "Nuevo Orden Mundial" bajo la hegemonía estadounidense formaron parte de este esfuerzo para crear un imperio global.

Claro, los competidores europeos y los japoneses no aceptaron fácilmente el ser subordinados a los EE.UU. En América Latina, luchas socio-políticas importantes surgieron a despecho del intento de imponer un Nuevo Orden Mundial basado en un capitalismo salvaje llamado "Neoliberalismo." En Colombia, México y Perú los movimientos campesinos guerrilleros están activos; en Bolivia, Paraguay, Ecuador y Brasil surgen importantes movimientos campesinos. En Venezuela y Argentina, levantamientos urbanos y huelgas de sindicatos está ganando apoyo popular.

La amenaza desde abajo hacia el consenso de la élite "neo-liberal" apoyado por los EE.UU. impulsó a Washington para que buscara una nueva ideología para apoyar su intervención por medio de las fuerzas armadas y la policía. La doctrina de la Lucha Contra el Narcotráfico sirvió a los propósitos de Washington en cuanto a construir su imperio.

En primer lugar, disfrazó las políticas represivas y explotadoras detrás de un propósito de alta moral. Así neutralizó la opinión pública nacional. En segundo lugar, la Lucha Contra el Narcotráfico permitió que Washington penetrara las fuerzas de seguridad internas de América Latina para establecer su propio agenda

político. En tercer lugar, la "guerra al narcotráfico" permitió el acceso directo de Washington hacia la sociedad, empujando su agenda económico y contra-insurgente. Al enfocar la lucha contra el narcotráfico hacia América Latina y el campo en particular, Washington pudo dirigir golpes contra movimientos revolucionarios sociales, ya sean reales o potenciales.

Si Washington estuviera en serio en cuanto a los temas del narcotráfico, enfocaría sus acciones internamente: en los grandes bancos internacionales que lavan la mayoría del narco dinero; invertirían más en la educación anti-droga. Proporcionaría trabajos dignos para los grupos marginales de sueldos bajos que llegan a ser los traficantes. La decisión de mirar hacia el extranjero y hacia abajo en vez de hacia adentro y arriba es una elección política, un requisito imperialista.

Cualquier análisis objetivo del narcotráfico tendría que concluir que el tema es en esencia un problema del "mercado" o de la "demanda." Fundamentalmente es un problema interno de los EE.UU., su sistema gubernamental, social, económico y cultural. Mientras exista aquella demanda habrá una oferta. El problema está profundamente arraigado en una sociedad fragmentada, en la cual el escapismo producido por la droga ha llegado a ser una forma de vida. La carencia de empleos significativos, de solidaridad social y de mecanismos políticos para vincular la insatisfacción personal con la expresión pública, conduce a que los estadounidenses busquen y usen la droga.

La "externalización" del narco problema tiene un valor doble para Washington: funciona para desviar una crítica profunda de la sociedad y economía estadounidense y también proporciona un pretexto para la manipulación continúa de la política, los políticos y los oficiales militares latinoamericanos.

La manera más indebida es el tema de la "certificación." Washington presume el poder de juzgar, evaluar y castigar régimenes según su propio criterio de acatamiento en la guerra contra la droga. Aquellos gobiernos que son más sensibles a las directivas de Washington son "certificados" - los que rechazan la intromisión de Washington son calificados de "no cooperadores" o estigmatizados como "colaboracionistas con la droga."

La "guerra contra la droga" dirigida desde Washington fortalece sus reclamos imperialistas de "extra-territorialidad" - así se erradica las legítimas fronteras nacionales de los países latinoamericanos. La aplicación de la ley Helms-Burton constituye otra expresión de la misma pretensión a "extra-territorialidad:" la ley estadounidense como la ley del planeta.

Así la guerra contra la droga orquestada desde Washington va más allá del "neo-colonialismo" hacia un regreso a la dominación colonial.

EE.UU.: EL NUEVO COLONIALISMO

El intento del gobierno estadounidense de hacer de su legislación (la Ley Helms-Burton) la ley suprema del planeta (en términos legales, se conoce como extra-territorialidad) refleja la centralizada creciente de los intereses imperialistas en la definición de la política exterior de los EE.UU. Esta imposición se encaja en un contexto de penetración estadounidense de facto en los escalones más altos de los aparatos ejecutivos, militares y de inteligencia en los estados latinoamericanos.

Mientras la mayoría de los comentaristas han criticado los controles financieros ejecutados por los bancos estadounidenses, particularmente por medio de la crisis de la deuda, y otros escritores citan la influencia penetrante ejercida por los EE.UU. a través de su poder compartido en el Banco Mundial y el FMI, pocos analistas han combinado estas palancas económicas poderosas con las fuerzas militares latinoamericanas organizadas bajo el mando estadounidense, una meta fijada en los años 60 y 70, e inalcanzable hasta ahora.

En México, Bolivia y Colombia los embajadores estadounidenses y el departamento de estado dictan rutinariamente cuales oficiales militares y ministros son "aceptables" (certificados) y cuales están para ser despedidos (no-cooperadores). Y, como rutina, los gobiernos latinoamericanos cumplen con las exigencias de los EE.UU. En cada uno de estos países, las listas negras estadounidenses terminan en que personas potencialmente designadas para oficios públicos sean retiradas, en que oficiales sean retirados y en un paso más rápido en la implementación de las políticas estadounidenses, ya sea la erradicación de los cultivos, la represión de los campesinos que la cultivan o los pagos expeditos de los servicios de la deuda externa.

El fortalecimiento del control estadounidense sobre los asuntos internos de seguridad en América Latina es paralelo a la política de Washington de presionar a los gobiernos latinoamericanos para aumentar su dependencia en los EE.UU. Mientras, a la vez se fortalecen sus aparatos represivos de policía interna y fuerzas militares.

Incluso al nivel táctico, los oficiales del FBI y la DEA dirigen investigaciones y exigen que los oficiales latinos proporcionen información de inteligencia. Los oficiales estadounidenses incluso dirigen operaciones.

Una visita a Chaparé desengaña a cualquier observador del estado boliviano. Incluso actividades operacionales diarias están dirigidas por una docena de oficiales de la DEA estacionados allí. En Chaparé, Bolivia y en la Valle Huallaga en Perú, los oficiales de la DEA no hacen ningún esfuerzo para disfrazar quién está al mando de

las operaciones. Y la mayoría de los generales y Presidentes están muy conscientes del hecho de que la estigmatización estadounidense ("narcotraficante") puede costarles su posición. La influencia formidable al nivel presidencial es evidente en el afán del Presidente Samper al intensificar la erradicación de cultivos campesinos y del presidente de México al hacer los pagos de deuda por adelantado a pesar del empobrecimiento creciente de millones de sus compatriotas.

La "guerra contra las drogas" de Washington va dirigida a aumentar el poder estadounidense en América Latina. El uso del dinero de la droga lavado a través de los bancos estadounidenses financia los desbalances comerciales de Washington. La guerra contra las drogas aumenta la influencia general de Washington sobre la política económica, permitiendo que las multinacionales estadounidenses compren compañías públicas latinoamericanas a precios escandalosamente bajos y que penetren los mercados. Todas las compañías petroleras lucrativas mas importantes y estatales están en venta - en Brasil, México, Venezuela, Bolivia, etc.

Las maquiladoras y otras áreas de mano de obra barata están volviéndose emblemáticas de la estrategia de Washington en cuanto al "crecimiento exportador" de América Latina. Entre 1983-93, las exportaciones de servicios de comunicación estadounidenses aumentaron en un 138% comparadas con exportaciones totales de servicios, las cuales aumentaron sólo en un 90%. Exportaciones de bienes "enlatados" y de penetración ideológica aumentaron en un 2,143% mientras las exportaciones totales de bienes aumentaron sólo en un 110%. Las corporaciones estadounidenses están activos en el campo inmobiliario así que también en ventas al detal y centros comerciales.

La militarización patrocinada por los EE.UU. se dirige a proteger el pillaje de América Latina. El Nuevo Imperialismo no es "neo-colonial," se dirige al control ejecutivo ejercido por medio de una estructura de mando rutinario ejercido sobre los oficiales ejecutivos latinoamericanos evaluados por el criterio estadounidense de responsabilidad y eficacia.

El Nuevo Imperialismo intenta fortalecer su posición global que está en descenso por la explotación más intensa de las economías latinas. Mientras se ha desarrollado aquel, se ha establecido dos vehículos nuevos para controlar el desasosiego: una ideología y una red organizativa. La ideología de la "globalización" y la promoción de las ONG no lucrativas.

La primera es para mistificar a los intelectuales para que se sometan ante la Ola Inevitable del Porvenir, la segunda es para proporcionar a los intelectuales los medios para desmantela el estado de beneficio social nacional.

No obstante, el alcance y la profundidad de la penetración imperial sigue socavando

un círculo de clases sociales cada vez más ancho: la insolvencia de compañías pequeñas y medianas, la movilidad social hacia abajo para los funcionarios públicos, los campesinos desplazados, los obreros de sueldos bajos o temporales. Incluso sectores minoritarios de los intelectuales han empezado a resucitar tentativamente la noción de imperialismo como el concepto central para el análisis y la política. Pero este último paso es muy tentativo y se limita a círculos muy reducidos. El núcleo de la oposición frente a las ambiciones imperialistas estadounidenses se ubica en el campo: en Brasil el MST, en México los Zapatistas en Chiapas, el EPR en Guerrero y los movimientos campesinos en Oaxaca. La oposición más importante, sin embargo, se encuentra en Colombia con las FARC-EP y sus 20,000 guerrillas, con presencia e influencia extendida a más de 600 de los 1,200 municipios del país.

La razón por la cual los EE.UU. ha concentrado su guerra contra la droga en Colombia es que Washington teme la posibilidad de que llegue a ser el segundo Vietnam. La exigencia de Washington que el Presidente Samper lance una guerra integral en contra de la droga está vinculada a la influencia creciente de las FARC-EP entre los campesinos y su proximidad creciente a la capital de Bogotá. Después de 30 años de lucha, las FARC-EP han consolidado su base y son ahora capaces de cortar carreteras a tan solo 40 kilómetros de la capital.

Así la guerra anti-droga de Washington está profundamente entretejida con su política contra revolucionaria; su ayuda militar se dirige principalmente a destruir los vínculos de los campesinos con las FARC-EP. Al erradicar la coca, al estimular importaciones baratas y al reprimir las organizaciones campesinas, los EE.UU. y las fuerzas militares colombianas esperan desalojar los campesinos del campo y aislar a las guerrillas. Los resultados de ésta política han sido contradictorios; mientras algunos campesinos huyen de la violencia de las fuerzas paramilitares, otros se unen a la guerrilla. La política estadounidense de polarizar la sociedad colombiana ha tenido un efecto profundo en destruir el tejido de la sociedad.

La lógica de la expansión de los nuevos movimientos campesinos esta íntimamente relacionada con las transformaciones internas del campesinado (política, cultural y económicamente) así que su resistencia dialéctica a la invasión creciente de exigencias imperialistas. El "campesinado" de hoy es a la vez orientada hacia el "mercado" y el "obrero." El acceso al crédito, los mercados y la ayuda técnica de pequeños productores esta vinculado a sus condiciones de clase crecientes como obreros asalariados. El desplazamiento de campesinos educados (automedicados o educados formalmente) vinculado con los centros urbanos modernos crea un nuevo campesinado con dones organizacionales modernos y de comunicación que conectan las actividades agriculturales a los estilos urbanos de combate de clase.

Sería un error muy grave descartar los movimientos campesinos contemporáneos

como el último suspiro de la rebelión antes de que se desaparezca del mapa. La persistencia y carácter arraigada del campesinado y el desplazamiento creciente de obreros urbanos, las ciudades de alta taza de criminalidad y el descenso de servicios sociales ha reducido la brecha entre el campo y la ciudad. Mientras los movimientos realicen tomas de tierra y construyan comunidades, podría haber una estabilización sino un reverso de la migración rural hacia lo urbano. No hay una lógica inherente, histórica que imponga el cambio demográfico...en gran parte es una cuestión política. La región afectada por la penetración imperial es el campo a través de la subordinación del Estado a las obligaciones imperialistas: pagos de interés, la represión de cultivadores de coca, el subsidio de conglomerados agro-exportadores son todos dirigidos por el estado.

La dinámica fundamental de resistencia está en el "producto final" de esta cadena imperialista explotadora del estado. Y es en este punto final que el proceso reverso de resistencia y transformación está ocurriendo.

El proceso de construir un imperio no es el resultado de aconteceres conjuntivos o políticas particulares sino refleja procesos profundos y estructurales incorporados al sistema productivo y los balances de ganancia de instituciones económicas importantes en el pico del sistema económico estadounidense.

Hasta la fecha, el Imperio ha florecido como nunca se ha visto: las condiciones de apropriación mineral, acceso a los mercados, bajos costos de mano de obra y influencia sobre gobiernos y fuerzas militares de este siglo nunca han sido mejores. El espacio de "reformas" son casi inexistentes dentro de la fórmula imperialista de mercado libre, regímenes electorales y control militar. El polo opuesto de ésta dialéctica, sin embargo, es la descomposición de las fuerzas mediatoras del sector mediano urbano y la acumulación y rápida pauperrización de los obreros y funcionarios moviéndose hacia los polos de acción social directa. Es en éste ambiente de excesos imperialistas, acumulación sin precedente de riquezas y la degradación masiva de labor, que los nuevos polos de acción social en el campo están ganando influencia política nacional y prominencia protagónica.

El giro fundamental de los temas agrarios a la transformación social está construido alrededor del renovamiento de un praxis socialista: que vincula la autonomía cultural y la producción a pequeña escala con el control sobre las alturas estratégicas de la economía. Eso solo puede llegar a ser realidad cuando el socialismo llega a ser integrado en las formas endógenos de prácticas culturales y sociales y si los productores básicos están infundidos del nuevo valor de igualdad de género y compatabilidad con el medio ambiente. El Imperio ha golpeado y desgarrado el tejido económico, cultural y político de las sociedades de América Latina. Ha asimilado algunas pocas y explotado muchas.

Pero ahora la Izquierda ha devuelto el golpe - desde las aldeas de Colombia y Bolivia, desde las ocupaciones rurales del Brasil, hasta las comunidades indígenas de México - un nuevo movimiento se está desarrollando y está escribiendo su propia historia y practicando su propia teoría.

CONCLUSIÓN

De extremos opuestos del espectro político y económico dos fuerzas dinámicas están en una estado de ser cada vez más confrontacional: los campesinos indo-americanos versus el Imperio estadounidense. La dinámica detrás del Imperio estadounidense se constituye alrededor de imperativos económicos internos y oportunidades político-militares externas. La expansión dinámica de los nuevos movimientos campesinos se centra sobre las transformaciones económicas, culturales y sociales que vienen transformandolos "campesinos aislados" en una fuerza revolucionaria cohesiva y consciente de clase.

El patrón de la construcción de imperio se construye alrededor de la extracción de pago de interés de la deuda externa, el pillaje de los recursos naturales, y la transferencia a gran escala de la propiedad pública a multinacionales. Juntas estas fuerzas han presionado de manera tremenda sobre el sistema social latinoamericano para aumentar la extracción de valor, ingreso y mano de obra de obreros y campesinos. En este proceso de extracción y apropiación las "provincias" y las zonas rurales han sido golpeados duramente, porque la "estructura de poder local" se encuentra en las ciudades centrales. La intensificación de la explotación está acompañada por la penetración de mercancías culturales que facilitan la fragmentación y alienación, particularmente de grupos urbanos desplazados. La dinámica de explotación y fragmentación acompaña la circulación (patrocinado por el imperio)de "ideologías de mercado" por las ONG y los intelectuales, lo cual impone una separación entre los profesionales de clase media, intelectuales y obreros. El bloque imperialista hegemónico se fortalece por la naturaleza "sobre determinada" de la influencia estadounidense en las fuerzas militares y las instituciones policiales, mayoritariamente a través de campañas anti-drogas.

El hilo conductor de la construcción de imperio estadounidense se determina por la dependencia decisiva de las multinacionales estadounidenses más grandes en las ganancias extranjeras y de la economía estadounidense en cuentas favorables con América Latina para compensar los déficits en Asia y Alemania. La "campaña anti-droga" está en el centro del proyecto imperialista de Washington. Pero en Colombia está enfrentando un reto serio en la movilización del campesinado y en los grupos revolucionarios de guerrilla.

TALLER

"Narcotráfico en América Latina y el Caribe"

San José, Costa Rica, Julio 18 - 19 de 1997

Ponencia Presentada por la Comisión Internacional de las FARC-EP

"En los tiempos de hoy, no es posible hablar por separado de tres peligrosos fenómenos que amenazan el presente y el futuro de los pueblos del continente, sometidos a las drásticas imposiciones del capitalismo: el militarismo, el narcotráfico y el neoliberalismo. Cruzados de la mano hacen realidad la aplicación despiadada de las recetas del Fondo Monetario Internacional y de la Banca Mundial, en beneficio de los intereses del gran capital. Lo que pone de presente, la urgente convergencia de todas las fuerzas y tendencias amigas del progreso, para liderar propuestas

y acciones de presión con masas e inteligencias que consigan cimentar los cambios de fondo y obliguen a reflexionar en profundidad sobre el peligro que contra los intereses más sentidos de los explotados significan las nuevas armas utilizadas por el capitalismo en su consustancial labor de explotar, excluir y aumentar la pobreza, el desempleo, el analfabetismo, la muerte y la intimidación contra los desposeídos que cada vez aumentan en cantidad y en necesidades de todo orden"

"Militarismo, narcotráfico y neoliberalismo."

Comandante Raúl Reyes

del Secretariado del Estado Mayor Central FARC-EP

Suplemento Informativo RESISTENCIA

Edición Internacional

Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo FARC-EP consideramos el narcotráfico como un grave problema de nuestro país y del mundo, con particular énfasis en América Latina y el Caribe; pero no el fundamental; en nuestra propuesta de plataforma para un gobierno de reconstrucción y reconciliación nacional, dedicamos un punto al tema dice: Solución del fenómeno de producción, comercialización y consumo de narcóticos y alucinógenos, entendido ante todo como un grave problema social que no puede tratarse por la vía militar, que requiere acuerdos con la participación de la comunidad nacional e internacional y el compromiso de las grandes potencias como principales fuentes de la demanda mundial de los estupefacientes.

Es necesario repetir que las FARC-EP, no comparte, no negocia, no tienen relación con el narcotráfico y lo rechazamos por principios y por ética, porque es incompatible con la democracia y la convivencia ciudadana y porque genera corrupción, impunidad, criminalidad, descomposición social, entre otras cosas, afectando especialmente a los jóvenes del mundo.

Las afirmaciones contrarias hacen parte en la mayoría de los casos del coro a las calumnias dirigidas a deslegitimar nuestra justa lucha y en otros, los menos, a la gran desinformación producto de la manipulación de la información por parte de los grandes medios impulsores de esa campaña, en defensa lógica de los intereses de sus propietarios. Lo que les incomoda, es que no sirvamos de policías rurales para su falsa e hipócrita política antidrogas y que no atropellemos a los cultivadores de productos ilícitos arrasando con ellos y sus escasos bienes. No conciliamos con el doble juego de, so pretexto de la lucha antidrogas, reprimir a los sectores populares, criminalizar su protesta y simultáneamente lucrarse de los inmensos beneficios de ese negocio, financiando sus campañas electorales y promoviendo sus industrias y centros financieros.

Especial preocupación e intereses, merece el tema de los jóvenes, que son los más afectados, no solo por la posibilidad del consumo y la adicción, sino también por las frustraciones de varias generaciones a las que les han cambiado sus valores: se impone el objetivo de hacer dinero rápido y utilizando cualquier medio, se incrementa el consumismo a cualquier precio, se presenta como anticuada la preocupación por los problemas sociales y políticos de sus pueblos, se acentúa el individualismo y el egoísmo propios del capitalismo y la solidaridad es un anacronismo, al igual que la lucha por los derechos fundamentales.

Estamos en absoluta disposición de desarrollar una batalla contra el narcotráfico y sus consecuencias, partiendo de propuestas viables, que pasen por beneficiar a las mayorías nacionales, a los sectores populares; haciendo énfasis en los aspectos sociales, económicos y políticos y no en la represión dirigida a estas mayorías, a estos sectores populares, que están lejos de ser narcotraficantes y solo subsisten de actividades relacionadas con las drogas, obligados por las circunstancias, pues no lo pueden hacer de otra manera; mientras los verdaderos narcotraficantes, los que sacan las millonarias ganancias están tranquilos porque han desarrollado con el poder del dinero -corrupción-, sus redes de protección.

Esta disposición parte del convencimiento del mal que causado a la humanidad por la droga, no solo por el daño en la salud de los consumidores, sino por las posibilidades de corrupción que presenta, para la manipulación de los destinos de nuestros pueblos, desde los aspectos económicos, políticos y sociales; estamos seguros que con grandes transformaciones en estos campos, cuando se presente la posibilidad a nuestros pueblos de vivir dignamente de su trabajo, en condiciones de

verdadera democracia y soberanía, es posible la solución del problema de las drogas y del tráfico de ellas.

Intimamente ligada al fenómeno del narcotráfico, esta la concentración de miles de hectáreas de tierra que pasan a poder de los nuevos ricos; en Colombia el 70% de las tierras cultivables conocidas (ver cuadro), están ahora en manos de los narcotraficantes y sus testaferros, como producto de su negocio, pero también de la quiebra a que se han visto abocados numerosos propietarios por la aplicación de las políticas neoliberales; la consecuencia no se ha hecho esperar, Colombia es ahora el primer productor de hoja de coca, porque los campesinos desplazados por esta contrareforma agraria, se dirigen a las zonas de colonización a sembrar, lo único que les permite subsistir, coca, amapola y marihuana; en zonas donde no hay vías de comunicación, no hay posibilidades, ni políticas de mercadeo, no hay asistencia técnica, ni mucho menos asistencia financiera, es la solución encontrada por los campesinos para no morirse de hambre.

Inversión de los narcotraficantes colombianos en la tierra:

Regiones Departamentos

1. Costa Atlántica Guajira, Magalena, Cesar, Atlántico, Bolivar, Sucre y Córdoba.

2. Noroccidente Antioquia, Caldas, Risaralda, Quindío y Chocó.

3. Nororiente Santander y Norte de Santander.

4. Centro Boyacá y Cundinamarca.

5. Sur occidente Valle del Cauca, Tolima, Huila, Cauca y Nariño.

6. Orinoquia Arauca, Casanare, Meta y Vichada.

7. Amazonia Caquetá, Guaviare, Vaupés, Amazonas y Putuamayo.

Han comprado las mejores tierras en 30 departamentos del País, es decir, en un 90,90%.

Este es uno de los aspectos, sin embargo es necesario mirar otros; las drogas, en particular la cocaína, tienen diferentes etapas:

- La producción, realizada por campesinos descritos anteriormente, sin olvidar, o mejor destacando el papel jugado por los productores de los llamados precursores

químicos indispensables para volver la hoja de coca, cocaína, dichos precursores son producidos fundamentalmente en los llamados países desarrollados; Colombia con Perú y Bolivia, son los países sindicados por los organismos antidrogas internacionales, de ser los mayores productores en el mundo. Y el gobierno Estadounidense, impone a los gobiernos de estos países, la obligación de agenciar una política de destrucción de los cultivos, como parte de la supuesta lucha antidrogas, priorizando la fumigación aérea, indiscriminada, con defoliantes químicos que acaban con el ecosistema y son una verdadera amenaza contra la vida, no solo actual, sino también futura. Otro aspecto negativo, es la paulatina, pero constante destrucción de la selva amazónica, lugar hacia el cual son desplazados cada día, tumbando la selva y creando fincas para el cultivo de coca, lejos de las zonas de fumigación.

Los campesinos se han organizado en defensa de sus vidas, no en defensa de la coca, la solución planteada a los gobiernos, en particular en el caso colombiano, donde el consumo ancestral, ligado a las culturas indígenas es irrelevante, es la sustitución de cultivos y la posibilidad de explotar otros productos agrícolas, con verdaderas garantías políticas, económicas y de mercadeo para producir en sus regiones distintos bienes de consumo derivados del sector agrario; pasando obligadamente por la construcción de la infraestructura necesaria, que no es extraordinaria, sino la indispensable para la vida de un pueblo.

- El acercamiento a las grandes ciudades, hecha por intermediarios -traquetos- que compran al campesino y venden en las ciudades a los narcotraficantes.

- El narcotráfico, como tal, realizado por quienes obtienen la primera de las grandes ganancias producidas en el negocio, al enviar la cocaína a los centros de consumo, a los países desarrollados, especialmente a los EE.UU.; constituyen los verdaderos carteles de la droga, su enriquecimiento es exorbitante y esta demostrada su relación con los partidos políticos tradicionales, con las cúpulas dominantes de los países, extendiendo su poder de corrupción a todas las actividades de la economía, la política, la sociedad y hasta en la cultura y diversión.

- Los distribuidores en esos centros de consumo (con gran participación de nacionales de las metrópolis, nunca denunciados y muchos menos perseguidos), quienes se quedan con la segunda de las grandes ganancias, manejan la distribución también del dinero, entre el que envían como pago a los narcotraficantes y el que se queda como su ganancia, ambos movidos por la banca internacional.

- Y la legalización o lavado de los dineros, hecha en las instituciones bancarias de esos países, siendo la tercera de las grandes ganancias y la mas importante, en la circulación bancaria, pasa a convertirse en capital financiero, soporte fundamental

del neoliberalismo y mecanismo de dominación actual. En esta etapa, también hay algunas ramificaciones o escalas, desde los grandes distribuidores hasta los jíbaros.

- Finalmente, el consumo, realizado por millones y millones de adictos. Que necesitan urgentemente políticas de sanidad encaminadas a la solución de su problema de adicción y no a mejorar la distribución de la droga, bajo eufemisticas formas de legalización del consumo; y políticas reales de prevención de la adicción entre la juventud y la niñez.

La supuesta guerra contra el narcotráfico desarrollada actualmente esta dirigida contra los sectores mas débiles, los de menor beneficio económico y con más perjuicio recibido en sus vidas; los campesinos sembradores de la hoja de coca y los consumidores, solo enfermos.

Precio de kilogramo de cocaína (Cifras en dólares)

Mayoreo Menudeo

Miami 19.000 75.000

París 45.000 75.000

New York 19.000 75.000

Amsterdan 20.000 40.000

Los Angeles 17.500 87.500

Moscú 90.000 180.000

Stuttgart 90.000 175.000

México 13.000 20.000

Colombia 2.100 2.800

Fuente: El Financiero, México,a 15 de enero de 1996, Pág., 41.

No hay real interés por resolver este problema, es un tema económico y político.

Económicamente, deja grandes dividendos, solo en EE.UU., el país con una de las mayores deudas externas, se recicla el 80% del medio Trillón de dólares producido

como ganancia de las drogas anualmente, esta economía se ve beneficiada realmente por esos dineros; pero no son los únicos, en los países donde se termina la legalización de esos dineros, a través de inversiones, se convierten en la base para mostrar cifras macroeconomicas positivas, pero mentirosas, porque esto no se refleja en la economía nacional, ni en los niveles de vida de la mayoría de la población. Nos preguntamos la relación de estos dineros del narcotrafico, circulando vertiginosamente en las respetables instituciones bancarias -algunas de las cuales no acaban de explicar sus relaciones y negocios con el fascismo italiano y alemán, desde la segunda guerra mundial- con el desmesurado incremento del capital financiero; padre, madre y sustento del monstruoso modelo neoliberal responsable del incremento de la miseria en los pueblos del mundo, ni siquiera los de los países desarrollados se escapan a esta situación; aunque pretenden esconderla buscando y señalando otras causas.

Políticamente, el tema es manipulado por los EE.UU. y los diferentes gobiernos, en el caso colombiano todo aquel que no esta de acuerdo con las políticas oficiales es declarado objetivo militar con la sindicación de terrorista y/o narcotraficante.

El narcotráfico sustituyo al enemigo de los pueblos, según el imperio y su corte, el comunismo internacional, al cual le extendieron certificado de defunción con la caída del campo socialista en Europa del Este, condenando a los pueblos a sufrir el desarrollo del capitalismo sin ninguna posibilidad de lucha; pero estos no se resigna a ese futuro de miseria, saben que esa no es la única posibilidad y siguen sus luchas.

Es con el narcotráfico como se justifican intervenciones abiertas y descaradas, retrocediendo a formas coloniales supuestamente superadas, que van desde las invasiones -caso Panamá- hasta las negociaciones de la soberanía, a través de tratados para la lucha contra el narcotrafico, como los hechos por varios países del Caribe, cediendo su mar territorial para que los EE.UU. lo patrullen, Colombia también firmo un acuerdo en similares términos; pasando por las imposiciones hechas por el imperio en materia de políticas internas, hasta el chantaje, no solo a los mandatarios de algunos países, sino incluso también a los aspirantes a la presidencia. Y en su conocida actuación con doble moral, caben tambien las incursiones en el negocio de las drogas para su beneficio - Abastecimiento de narcoticos a los soldados de su ejército en el Vietnam y el escandalo llamado Iran-Gate.

Sin embargo es necesario dejar clara nuestra consideración acerca de temas, los cuales se deben desnarcotizar, como el de la extradición, a la cual somos contrarios por principios, es un tema que tiene relación con la autodeterminación de los pueblos y la soberanía, no creemos necesario, ni justo, enjuiciar nacionales de ningún país en otro, si las leyes o la corrupción no permiten juicios o condenas

justas, eso es lo que hay que cambiar y no olvidemos que es el sistema el de la crisis y no los gobiernos de turno. El Imperio se erige como el gran policía del mundo y depositario de la moral, sin ningún pudor ni recato; con el pretexto de la lucha contra las drogas, esto no se puede permitir, ni justificar, como tampoco considerar las protestas contra esto, como hechas por amistad o relación o simpatía con el narcotráfico y los narcotraficantes. Otro ejemplo de esto es el abrogarse el derecho a calificar las políticas de los países con la llamada certificación, bien podría ser un proceso interno, porque como país tienen derecho a entregar sus ayudas a quienes quieran, pero no dejando en la picota pública a aquellos, a quienes descalifican por no cumplir con sus requisitos, porque inmediatamente son considerados países dependientes del narcotráfico, independientemente si los gobernantes de estos lo son y sus clases dirigentes y/o dominantes mantienen estas relaciones; son los pueblos, los nacionales de cada país los llamados a juzgar esta actitud y no el prepotente Imperio.

La lucha contra el narcotráfico como flagelo de la humanidad que beneficia económica y políticamente al imperio es una lucha antiimperialista, por la soberanía y la autodeterminación de los pueblos, pero también es una lucha contra las cúpulas dominantes nacionales por el beneficio de las mayorías nacionales y hace parte fundamental de la agenda a resolver para garantizar a nuestros pueblos una vida con justicia social, digna, en paz, con democracia y soberanía.

CONTRA EL IMPERIALISMO ... POR LA PATRIA

CONTRA LA OLIGARQUIA ... POR EL PUEBLO

HASTA LA VICTORIA FINAL ... SOMOS FARC-EP

1997 – AÑO DEL CHE

LISTA DE PARTICIPANTES

(Parcial)

TOVE STINA JOHNSON

UPPSALA, SUECIA

JOVENTUD IZQUIERDA DE SUECIA

SALVADOR MARTINEZ TORRES

BOGOTA, COLOMBIA

PLUTARCO HERNANDEZ SANCHO

SAN JOSE, COSTA RICA

LIC. ARTURO FOURNIER FACIO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

ANA ESTHER POSADA SANCHEZ

CURRIDABAT, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

CARLOS GUILLERMO AGUILAR SANCHEZ

ALAJUELA, COSTA RICA

UNIVERSDAD DE COSTA RICA

ALFREDO MOLANO BRAVO

BOGOTA, COLOMBIA

SOCIOLOGIA

GILBERTO LOPEZ

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

WALTER ANTILLON

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

JULIO E. JURADO DEL BARCO

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

MARIA LUZ GUTIERREZ CHAVARRIA

SAN JOSE, COSTA RICA

ABOGADA

LUIS FERNANDO ASTORGA GUTIERREZ

SAN JOSE COSTA RICA

CODEHUCA

RODRIGO GUTIERREZ SAENZ

GUADALUPE, COSTA RICA

DINORAH OBANDO HIDALGO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

HECTOR GUZMAN GUZMAN

BOGOTA, COLOMBIA

C N N EN ESPAÑOL

ALVARO GERONIMO GONZALEZ

MANAGUA, NICARAGUA

ASOCIACION DE JURISTAS DEMOCRATICAS

MARCIAL QUESADA SOLIS

ALAJUELA, COSTA RICA

NELSON ARCILA C.

COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ

MARCO LEON CALARCA

FARC-EP COLOMBIA

JUAN ANTONIO ROJAS

FARC-EP COLOMBIA

MIGUEL ANGEL DIAZ

FARC-EP COLOMBIA

LIBARDO ORJUELA DIAZ

CALI, COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ 4 DE JULIO

HUMBERTO VARGAS CARBONELL

SAN JOSE, COSTA RICA

PARTIDO PUEBLO UNIDO

EDUARDO MORA VALVERDE

SAN JOSE COSTA RICA

PARTIDO DEL PUEBLO COSTARRICENSE

ZABIER MANUEL HERNANDEZ BUELVAS

BOGOTA, COLOMBIA

PARTIDO COMUNISTA, JUVENTUD COMUNISTA

PABLO CRUZ

U. AUTONOMA COLOMBIA

JAIME VELEZ

ASOCIACION JURISTAS – COLOMBIA

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL DEL VIII ENCUENTRO DEL

FORO DE SAO PAULO

El VIII Encuentro del Foro de São Paulo, dedicado a la memoria del Comandante guatemalteco, Rolando Morán, se realiza en medio de la crisis del modelo neoliberal y del creciente rechazo a los gobiernos y partidos que lo han implementado y que una vez más buscan que sean los pueblos quienes si paguen sus consecuencias.

La crisis, que se inició en el sudeste asiático, llegó a nuestro continente y amenaza con agravar aun más la situacion de la mayoría de los latinoamericanos y caribeños. Los países desarrollados desacelerarán su crecimiento y, dentro de ellos, muchos sectores sociales sutrirán las consecuencias. Pero nuestra región - cuya participación en el PBI mundial es sólo de 6,1 por ciento y tiene una situación de atraso estructural y dependencia, con una abultada deuda extema- pagará el más alto costo social, lo que ensanchará todavia más la brecha entre ricos y pobres, así como también profundizará aun más las desigualdades sociales por razón de género, etnia, raza y edad, agravando las consecuencias en la población femenina e infantil. Nunca como desde ahora quedarán al descubierto las atrocidades perpetradas por el neoliberalismo. Nunca como desde ahora se justificará tanto un cambio radical en las orientaciones prevalecientes en la región.

Hasta ahora ha predominado una orientación según la cual impera en el mundo una lógica de globalización neoliberal que lleva a propiciar desde los gobiernos las mejores condiciones para la competitividad de las empresas transnacionales. Nosotros creemos en la lógica de una economía humanizada, al servicio de la sociedad. Mientras el imperialismo pretende que el avance científico y tecnológico conduce a eternizar el status quo, nosotros estamos convencidos de que ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver los problemas que amenazan su existencia misma. Ratificamos plenamente lo expresado en b Declaración Final del Vll Encuentro del FSP: "El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular mas riqueza a expensas dei crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza".

Este panorama mundial resulta agravado por la creciente hegemonía política de

Estados Unidos y una situación unipolar en lo militar que ha habilitado un creciente intervencionismo de esa potencia en diversas partes del planeta, ya sea utilizando los organismos supranacionales o a través de su acción militar directa.

Como ya lo ha expresado el FSP en anteriores encuentros, las criticas que hacemos al orden intemacional vigente no suponen aislarnos en este mundo contradictorio, conflictivo y en globalización, sino aprovechar las oportunidades y ventajas que nuestra época ofrece para el desarrollo, lo que sólo será posible con proyectos integrales altemativos al neoliberalismo, capaces de generar el más amplio consenso y compromiso de todas y todos los actores sociales afectados, en el marco de un proyecto de integración regional al servicio de los intereses de los puebios, que se sustenten en una estrategia de poder funcional a los Intereses de las grandes mayorías nacionales que nos permita acumular fuerzas en la dirección de los cambios profundos.

Es resaltable que ahora se escuchen voces de "autocrítica" en el seno de los mismos organismos intemacionales que son responsables del modelo e insensibles a las aspiraciones de los pueblos a una vida digna. Pero para nosotros es claro que no existe voluntad política de implementar cambios sustanciales al modelo, en función de los intereses que históricamente han defendido las élites latinoamericanas.

Nos corresponde a los pueblos luchar por cambios en el orden mundial, que modifiquen drásticamente las condiciones internas en el seno de cada pais. La justicia social y la plena vigencia de los derechos humanos no serán realidad si no avanzamos hacia una sociedad que se proponga eliminar la brecha cada vez más grande entre ricos y pobres, y superar las desigualdades de género, raza, etnia y edad, utopia a la que unos llamamos socialista y otros sociedades postcapitalistas.

Los gobiernos neoliberales pretenden absorber el efecto de los ajustes anunciados tras la crisis bursátil, con un asistencialismo puntual que sólo busca impedir la adopción de medidas encaminadas a una justa producción y distribución de la riqueza material y espiritual, y a los cambios estructurales que dicho objetivo requiere. No podemos aceptar que los responsables de la pobreza nos hablen de la necesidad de erradicarla mientras ocultan la riqueza que se acumula en el otro polo cada vez más reducido de la sociedad., que destruyen incluso a las capas medias y muchos empresarios no vinculados al capital transnacional . Hay que marcar la responsabilidad de los gobiernos de la región que, al no adoptar medidas para revertir dicha situación, estimulan en nuestros países una mayor crisis social y política, amenazando de hecho las conquistas democráticas.

Frente a esta realidad tenemos plena seguridad de que existen salidas alternativas ante la explotación y la desigualdad social y de género, la depredación del planeta y

la creciente degradación de la condición humana. Estos desafíos exigen revalorizar, desde la izquierda, la acción politica y el papel de los partidos para tornarlos capaces de cumplir democráticamente la función de representación de amplios sectores sociales, de organizar y conducir a las mayorías, con estrategias de poder adecuadas para realizar las transformaciones necesarias que exigen las sociedades injustas de nuestros países, y gobernar identificados con los intereses de sus naciones y sus pueblos. No hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados.

En las condiciones actuales de la globalización capitalista el poder de las transnacionales está reduciendo el papel de los gobiemos para controlar los movimientos del capital - los que se han acelerado vertiginosamente por la vía informática - y para conducir las políticas económicas y sociales. Paralelamente se promueven por las fuerzas de derecha transformaciones institucionales, funcionales a esta nueva realidad economica

Es que el sistema no puede sostenerse sino a condición de limitar sempre mas drásticamente la participación de los pueblos en la toma de decisiones. Cuando no impone dictaduras o autoritarismos pugna por vaciar de contenido las formas democráticas. En concordancia con los dogmas del neoliberalismo se dictamina que las grandes decisiones son puramente opciones de naturaleza técnica. Toda consideración de las demandas sociales es descalificada como populismo. El consenso es proclamado como el modo de ser de la politica moderna, vaciándola asi de su función de representación de los diferentes intereses sociales. Se actúa deliberadamente para limitar el carácter representativo de los órganos electivos, para aislar al máximo de la influencia y control del pueblo los centros de decisión fundamentales.

A su vez, se pugna intensamente por la limitación de su soberania nacional. Resoluciones determinantes para ei futuro de los pueblos son transferidas crecientemente a instancias supranacionales, no electas, ajenas e inalcanzables a todo control popular donde se ejerce determinantemente la influencia de las empresas transnacionaies y los centros imperiales. El FMI, el Banco Mundial, la OMC, el Grupo de los 7, el Foro Mundial de la Economia, reducen más y más el ejercicio de la soberania nacional de nuestros paises. A ello se pretende agregar ahora el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) que darla a las transnacionales la posibilidad de acusar internacionalmente a los gobiernos que dicten leyes que puedan afectar sus ganancias previstas.

No aceptamos un orden mundial que no es capaz de garantizar la propia supervivenda de la humanidad en condiciones de dignidad. En medio de las complexidades y las incógnitas de nuestra era, la izquierda latinoamericana y caribeña, reunida en el Foro de São Paulo - espacio antimperialista, antineoliberal,

y plural de encuentro, acción solidaridad y formulación de alternativas programáticas y de lucha procura conocer cada vez más las nuevas condiciones presentes en el mundo y en cada pais, para construir, a partir de esas realidades intemacionales y nacionales, proyectos compatibles con sus principios, pero concebidos no como modelos cerrados y definitivos, sino abiertos, sujetos a la experimentación y ia rectificación e impulsados por el componente fundamental de la participación social.

Toda alternativa al neoliberalismo requerirá, teniendo en cuenta las peculiaridades de cada país, una apuesta efectiva a la independencia nacional, la justicia social, la igualdad de condiciones y oportunidades, la solidaridad y la participación, en el marco de una nueva democracia, altamente participativa y que se vaya profundizando. Tenemos principios pero no recetas para movernos en pos de esos objetivos -que exigen emprender profundas transformaciones estructurales, auténticamente revolucionarias- y cada gobiemo de izquierda y progresista, en cada país, en cada ámbito, deberá desplegar con creatividad y perseverancia una política que asegure el derecho del pueblo a construir su propio destino.

Nunca como ahora, y cada vez más, la izquierda esta llamada a dar una respuesta altemativa. Hemos hecho valiosas experiencias de gobiemo, hemos impulsado y protagonizado significativas luchas, y hemos crecido en la consideración de nuestros pueblos, haciendo una contribución sustancial para construir una nueva sociedad.

SIN pretender enumerar aqui todas las iniciativas que han de ser incluidas en un programa altemativo ni hacer un desarrollo exhaustivo de ellas, es oportuno reseñar algunos de los elementos esenciales a tener en cuenta para estructurar nuestras propuestas nacionales, populares, democráticas y revolucionarias, cuya aplicación deberá ajustarse a las peculiaridades de cada realidad nacional y a las correlaciones de fuerzas en cada lugar y momento, teniendo presente el desarrollo integral de la persona.

Será imprescindible detener y revertir el proceso de destrucción productiva que tiene lugar en la mayoría de los países de la región adoptando las medidas estructurales, de política financiera, crediticia, comercial y laboral, que promuevan el desarrollo de la industria manufacturera, del agro -donde es frecuente una fuerte concentración de la propiedad y la tenencia de la tierra- y de las áreas productivas en general. Parte esencial de esta tarea es la preservación del medio ambiente y los recursos naturales, asi como establecer legislaciones en materia de comercio exterior e inversión extranjera, y politicas de desarrollo tecnológico regidas por un proyecto autónomo, nacional y regional.

Será necesario combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y

externo, impulsar políticas responsables en materia fiscal, asi como articular políticas de desarrollo industrial. El éxito de esta política debe medirse por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales y regionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economia balanceada.

Un requisito central ha de ser el control de los movimientos internacionales de capital especulativo. Será imprescindible propender a la constitución y el fortalecimiento de bloques entre las economias de la región, de acuerdo a los lineamientos que sobre integración el Foro de Sao Paulo ha venido reafirmando como única forma de contrarrestar la acción de los megabioques que encabezan Estados Unidos, Unión Europea y Japón. Será necesario revisar los condicionamientos que han venido imponiendo las instituciones internacionales de crédito, dando la batalla en todos los ámbitos, aprovechando incluso los reconocimientos que desde los organismos financieros comienzan a escucharse al ver que "la aldea está en llamas".

En la mayoría de nuestros países deben impulsarse reformas sustanciales a los sistemas tributarios, de tal manera que la política fiscal contribuya a desarrollar economias productivas y lograr una mejor redistribución del ingreso. Se debe tributar más a los que más tienen v combatir la evasión para revertir las situaciones en que los pobres son los únicos que pagan impuestos.

Asegurar procesos a traves de los cuales se garantice la participación democrática en la toma de decisiones por parte de todas y todos los actores sociales en el marco de relación igualitaria y del respeto a la diversidad. Así como el desarrollo de estrategias políticas que articuien lo nacional con lo regional y lo local, asegurando reales procesos de descentralización v la democratización de los procesos de elaboración y aplicación de políticas públicas.

Habrá que buscar nuevas articulaciones entre los sectores público y privado, lo que exigirá transformaciones en el Estado, que debe ser un participante activo en la orientación de las actividades económicas, y un actor central en el impuiso y la articulación junto a la sociedad civil- de las politicas sociales. Se requiere la modernización del Estado, eliminando la corrupción, el clientelismo, y defendiendo nuestros patrimonios nacionales de las politicas de privatización, y una nueva relación de éste con el mercado que garantice el bienestar de la población.

La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nível de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, exige que se revierta la tendenda a la reducción del mercado interno, politicas para el control nacional de los excedentes, el estímulo a la asfixiada pequeña y mediana empresa, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente

activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

Habrá que encarar imprescindibles reformas sociales, incluyendo programas de emergencia. La educación, herramienta imprescindible para construir una sociedad donde exista la igualdad de oportunidades, la salud, la vivienda y la seguridad social en sus diversos aspectos constituyen otras áreas en donde se requerirán iniciativas audaces, imaginativas, de largo plazo y de hondo contenido solidario. También en el abordaje de graves problemas, como la discriminación de la mujer-que exige ser encarada y combatida con un claro enfoque de género-, la situación de la niñez, el racismo, la delincuencia y la inseguridad ciudadana, el narcotráfico y el rol de las fuerzas armadas en una sociedad democrática.

En relación a la multietnicidad, pluriculturalidad y multilinguismo que caracteriza a las sociedades latinoamericanas, resulta fundamental el reconocimiendo social, político y jurídico de esta diversidad, el respeto a sus identidades, asi como a los derechos que de las mismas se derivan, en un marco de unidad nacional y regional.

Ninguno de estos objetivos se logrará sin una activa participación social, lo que demandará el desarrollo de políticas públicas, y la promoción de conductas colectivas a todos los niveles.

Nuestra meta es la revolución, es decir, una profunda transformación de la sociedad, la que habrá de realizarse reafirmando y recreando la democracia, aspecto esencial de todo proyecto alternativo. Cada día se hace más notoria la necesidad de reformular, ampliar y profundizar la democracia en América Latina y el Caribe, lo que pasa, esencialmente, por abrir más y mejores canales de participación de todos los segmentos de la población, sobre todo de quienes continúan marginados del proceso de decisiones. El avance de una nueva democracia pasa por lograr mayor poder politico para el pueblo y por restituirle a las instituciones del estado-nación la capacidad decisoria que le permita cumplir sus funciones de mediación social. La vigencia y consolidación de un sistema politico-institucional democrático es sustancial para el proyecto aiternativo. En él deben confluir simultáneamente la libertad, la justicia y la participación efectiva de la población.

La politica exterior debe estar al servicio de los intereses de cada pais y de la búsqueda y promoción de mercados para su producción, en el marco de los siguientes principios: afirmacion de la independencia irrestricta en las decisiones que tome cada nación; solidaridad con los pueblos del mundo; reafirmación del principio de no intervención y autodeterminación; mantenimiento de relaciones con todos los paises; democratización de los organismos internacionales; promoción de la constitución de un frente de deudores para encarar el problema de la deuda

externa y del intercambio desigual y apoyo a las iniciativas que a este respecto se establecieron en el encuentro de Caracas; defensa de los derechos humanos; impuiso a los foros intemacionales a favor del combate al "dumping social" y por el mejoramiento de las condiciones de vida; defensa del medio ambiente; respaldo al desarme y activo compromiso en favor de la paz mundial, lucha por un orden internacional justo.

Una línea fundamental debe ser la no aceptación de tratados impuestos unilateralmente, violando nuestra soberania. En ese contexto rechazamos el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y a toda forma unilateral de condicionamientos comerciales y de inversión.

El poder transformador de las fuerzas democráticas en América Latina dependerá, más que nunca en esta época, de su capacidad para interpretar y ganar el apoyo activo de las grandes mayorías, así como del impuiso de auténticas y flexibles políticas de alianzas que posibiliten amplios consensos sociales. El objetivo no es meramente llegar al gobiemo, sino llegar para transformar la sociedad. Y como ello no es tarea de unos pocos años, sino un proceso complejo y largo, será imprescindible consolidar y ampliar los respaldos sociales para la construcción de un proyecto estratégico que permita mantenerse en el gobiemo y realizar los qrandes cambios revolucionarios que demandan nuestras sociedades. Un triunfo electoral, y en general el ascenso de la izquierda al gobiemo, no debe transformarse en una frustración. Ante los reiterados fracasos de los partidos de derecha, son crecientes ias expectativas de que la izquierda solucione los problemas de la gente, lo que puede generar impaciencias y hasta fricciones con un gobierno popular. Por eso hay que hablar antes de alcanzar el gobiemo con mucha claridad, sin demagogia, sin generar falsas expectativas, acerca de las posibilidades pero también de las limitaciones y condicionamientos que deberemos enfrentar para llevar adelante nuestro proyecto. Debe quedar claro que no podrán revertirse de un día para otro todos los efectos de décadas de políticas antipopulares. Estas tareas históricas son responsabilidad y corresponde resolverlas a las fuerzas revolucionarias, democráticas y progresistas en su propio país y de acuerdo a las condiciones concretas nacionales.

Finalmente, somos conscientes de que el proyecto alternativo en cada país solamente podrá abrirse camino si el conjunto de los pueblos y las organizaciones de izquierda conjugamos ese valor superior que es la solidaridad.

Solidaridad con quienes luchan por el pan, por la democracia, por la paz y por la justicia; con quienes se enfrentan a la reacción y al imperialismo; solidaridad con Cuba -objeto desde hace décadas de un inadmisible e inhumano bloqueo-; solidaridad con los gobiernos populares locales que ya son realidad en varias ciudades y regiones del continente; solidaridad con los frentes y partidos

progresistas y de izquierda que en los proximos años seguramente van a ir asumiendo los gobiemos nacionales en distintos paises. La solidaridad y la unidad de los pueblos y las organizaciones politicas comprometidas con las transformaciones democráticas y revolucionarias serán otro de los grandes requisitos para abrirnos camino en el difícil escenario internacional.

Al tiempo de reconocer la necesidad de la búsqueda y de admitir que no pretendemos respuestas definitivas para todos los problemas, afirmamos que la izquierda ha recorrido un largo camino no sólo en la elaboración teórica y en la lucha junto al pueblo, sino que posee ya diversas y exitosas experiencias de gobiemo. Ellas demuestran que existen otras maneras de hacer las cosas. El creciente respaldo popular a las opciones progresistas va tornando cada día menos creíbles las predicciones de la derecha (y de varios jefes de Estado) con relación a la presunta incapacidad de la izquierda para gobernar, para atraer inversión extranjera e impedir la fuga de capitales, y para garantir los equilibrios y la seguridad. Son ellos quienes han fracasado. No somos nosotros sino ellos los que han desencadenado o facilitado una crisis como la actual, los que han despejado el espacio para el vuelo de los capitales golondrina, los que han generado la inestabilidad y la incertidumbre, los que han ocasionado los conflictos sociales y las situaciones de enfrentamiento y guerra. También es en el marco del modelo neoliberal que se ha engendrado la corrupción, otro de los elementos que jaquean a la política y acorralan a la ética.

Con confianza pero con humildad, con firmeza pero con flexibilidad, seguros de nuestros principios y conquistas, pero conscientes de la necesidad de profundizar nuestras búsquedas y luchas, las organizaciones integrantes del Foro de Sao Paulo llamamos a los pueblos de América Latina y el Caribe, a todas las fuerzas democráticas, a todos los sectores dispuestos al dialogo, a redoblar los esfuerzos para alcanzar un mundo más justo y seguro para todos. Consideramos que la búsqueda de una alternativa al neoliberalismo y la conquista de victorias en la lucha por la independencia nacional, la democracia y la justicia social en nuestros paises. requiere la más amplia unidad del pueblo Io que implica la convergencia política entre las fuerzas y corrientes democráticas y antiimperialistas.

SALUDAMOS y nos solidarizamos con quienes a lo ancho y a lo largo de nuestro continente alientan la esperanza en los cambios; a los millones de excluidas y excluidos de una vida digna; a los pueblos que enfrentan la represión, la guerra sucia y el terrorismo de Estado -como el de Colombia-, o el criminal bloqueo impuesto por el imperialismo -como el que padece Cuba-, o sufren aun el anacronismo histórico del colonialismo -como Puerto Rico (donde se cumplen cien años de la invasión norteamericana), Martinica, Guadalupe, Guayana francesa. Islas Malvinas y otros países de América Latina y el Caribe- o el abuso de castas dirigentes involucradas en la corrupción y el saqueo de los bienes públicos.

Nos identificamos con las luchas de los pueblos indigenas de América Latina, para lograr el reconocimiento de sus identidades y derechos. Destacamos especialmente como una tarea pendiente de las fuerzas democráticas, progresistas y revolucionarias el lograr que los estados cumplan con el Convenio 169 de la Organización Intemacional del Trabajo (OIT), que establece la obligatoriedad que tienen las empresas nacionales y extranjeras, de consultar a las comunidades originarias e indígenas sobre las condicíones de las inversiones y explotaciones de los recursos naturales, renovables y no renovables, y si es posible beneficiarlas de las utilidades de su explotación.

Nos solidarizamos con la lucha por lograr la equidad de género que debe ser emprendida por hombres y mujeres por igual. Reafirmamos nuestro compromiso de combate a toda expresión de racismo en nuestro continente.

Nos comprometemos a vigilar el cabal cumplimiento de los Tratados del Canal de Panamá de acuerdo a los cuales el 31 de diciembre de 1999 deberá culminar el desmantelamiento de las bases militares extranjeras allí instaladas, y la reversión de esa via acuática al patrimonio nacional panameño.

Saludamos las acciones de las entidades y partidos que. en ocasión de la Conferencia de la OEA sobre Terrorismo aue se realizará en Mar del Plata los dias 24 y 25 de noviembre de 1998, están organizando una Contra-conferencia con el fin de desenmascarar los verdaderos objetivos de la misma.

Rechazamos la estrateqia norteamericana de "guerra a las droqas" que se desarrolla en América Latina en general y en los países andinos de manera particular, Ia cual se ha convertido en un pretexto de intervención politica, económica y militar en nuestros países. Rechazamos la certificación unilateral con la que Estados Unidos somete a nuestros pueblos y demandamos una certificación multilateral que involucre tanto a los paises productores como consumidores de droqa. Reiteramos nuestro compromiso con la lucha frontal contra la libre empresa de la droga y exiqimos una salida pacífica v concertada a un problema mundial que. con la actual política antidrogas, solo ha tenido a los campesinos como sus principales víctimas.

Saludamos y nos solidarizamos con los movimientos populares y las organizaciones de izquierda y progresistas que llevan adelante jornadas de luchas sociales, como las recientes huelgas en Colombia, Ecuador, Argentina. Perú y Chile; con los puebios que han logrado conquistas relevantes producto de procesos de lucha que propiciaron exitosas negociaciones, como El Salvador y Guatemala, los cuales deben expresarse y profundizarse en una democracia económica, política y social; las conversaciones de paz en Colombia y en Chiapas, respetando los derechos de esos pueblos, la concreción de importantes avances, con perspectivas de gobiemo,

en todo el Continente.

Saludamos al puebio Cubano al cumplirse, el 1° de enero de 1999, los primeros cuarenta años del triunfo de su revolucion. Una vez más nuestra fraterna solidaridad en su lucha por construir una nueva sociedad mucho más justa y democrática.

Saludamos al pueblo de Nicaragua y al FSLN, al conmemorarse el 19 de julio de 1999, 20 años del triunfo de la revolución popular sandinista que significó una victoria de todos los pueblos de América y el Caribe, y tuvo hondas repercuciones en el continente y particularmente en Centroamérica. Es necesario que reflexionemos sobre ese proceso, su presente y futuro.

Saludamos y nos solidarizamos con el pueblo de México y sus Partidos de izquierda y muy especialmente, con el Partido de la Revolución Democrática (PRD), fraterno y hospitalario anfitrión de este VIII Encuentro, que llevó al compañero Cuauhtémoc Cárdenas a gobernar la ciudad más grande del continente y alcanzar importantes victorias en otras partes de México, imponiendo un cambio sustancial en las perspectivas futuras de este país.

El VlIl Encuentro del Foro de São Paulo reafirma la vigencia y proyección de este espacio plural, democrático, antiimperialista y solidario, y se compromete a continuar intercambiando experiencias y opiniones, buscando con espíritu abierto las soluciones que nuestros países requieren, y bregando junto a cada pueblo para que se haga realidad el sueño de nuestros próceres de la primera independencia y de quienes, con Ernesto Che Guevara como símbolo y ejemplo, han construido a lo largo del siglo que finaliza la inextinguible confianza en nuestras propias fuerzas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL

MANIFIESTO DE MEXICO

Importantes acontecimientos han ocurrido en el escenario internacional y regional desde que, hace poco más de un año, el Foro de Sao Paulo celebró su VII Encuentro en Porto Alegre. Una grave crisis financiera afecta a Japón, a los llamados "tigres asiáticos" --que se nos presentaban como modelos a emular--, agrava las tendencias desintegradoras en Rusia --una de las mayores potencias nucleares-- y amenaza con devastar la economía y agudiza la explosiva situación social en todos los confines del planeta. Las guerras nacionalistas, étnicas y religiosas proliferan en Europa, Asia y Africa. El hambre, la sed y las enfermedades azotan a extensas regiones marginadas. Se agiganta la brecha entre países ricos y pobres, y entre las élites y los seres humanos que no tienen derecho al presente ni al futuro.

En América Latina y el Caribe es cada vez más evidente que el crecimiento del desempleo y la precarización del trabajo constituyen problemas estructurales sin solución dentro del modelo neoliberal, agravándose asi la pobreza y la violencia social en nuestro continente. Paralelamente, las consecuencias socioeconómicas del neoliberalismo agudizan el resto de las formas de opresión y discriminación. El neoliberalismo, en síntesis, amenza a la democracia, distorsiona las identidades culturales, profundiza la crisis ambiental, potencia la feminización de la pobreza, y pone en riesgo la dignidad de los seres humanos.

La crisis económica y financiera afecta directamente a Brasil y amenaza extenderse a todo el continente, incluidos los propios Estados Unidos. En ese contexto el proyecto de creación de un Area de Libre Comercio de las Américas, que los Estados Unidos pretende imponer a los gobiernos de la región, profundizaría la subordinación de nuestras naciones y reduciría los espacios de soberanía e independencia de nuestros pueblos.

Los efectos de las políticas de apertura unilateral y asimétrica ya no sólo aumentan la explotación, la pobreza y la miseria de las mayorías a niveles sin precedentes, sino que impactan en las capas medias y conducen a la quiebra a los sectores económicos nacionales que no lograron insertarse en la rotación del capital transnacional. Es por ello que los gobernantes y partidos que durante los últimos veinte años aplicaron diligentemente el modelo neoliberal cambian el discurso e intentan presentarse como los más capacitados para neutralizar o aminorar las consecuencias de una crisis de la cual son corresponsables,agravándola con sus administraciones corruptas.

En este breve lapso de apenas unos meses, se extiende la conciencia de que la globalización neoliberal dista mucho de ser un proceso inexorable y gana terreno la comprensión de que la alternativa de izquierda es la única posible. Los pueblos responden a la doctrina neoliberal con el incremento de las luchas políticas y sociales. Los partidos y movimientos del Foro de Sao Paulo avanzan en la acumulación política y social. El sindicalismo, una de las principales víctimas de la oleada neoliberal, recupera terreno y se orienta hacia la construcción de plataformas de lucha nacionales y regionales. Al mismo tiempo, se incrementa la acción de los movimientos sociales que defienden las reivindicaciones de las mujeres, étnicas, culturales, de las mujeres y los hombres sin tierra, sin techo y sin salud. Las luchas contra la impunidad y por la plena vigencia de los Derechos Humanos, que constituyen un elemento fundamental de nuestro accionar político, han cobrado mayor impulso con el enjuiciamiento y la dentención del dictador Pinochet, hecho que consideramos altamente positivo y que esperamos sirva de precedente para hacer justicia con los asesinos y torturadores de tantos hijas e hijos de nuestros pueblos.

Frente al esquema neoliberal de soberanía restringida que usurpa los derechos políticos de la ciudadanía y lo sustituye con decisiones impuestas por el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y otras instituciones supranacionales hegomonizados por los Estados Unidos, se amplían, profundizan y fortalecen los espacios institucionales ocupados por la izquierda en las legislaturas nacionales, gobiernos estaduales y locales, al tiempo que maduran las condiciones para el triunfo electoral que pueda conducirlas al gobierno en varios países de la región. La experiencia acumulada en las gestiones legislativa y gubernamental por parte de las fuerzas de izquierda les permite desarrollar sus propias propuestas programáticas y aprovechar los espacios democráticos conquistados en sus luchas para impulsar políticas de bienestar popular.

Es de particular importancia la consolidación y profundización de los procesos de transición democrática en El Salvador y Guatemala, producto de exitosas negociaciones políticas que pusieron fin a los conflictos armados internos en esos paises.

En los escenarios de las luchas populares extrainstitucionales se registra también un significativo proceso de acumulación y construcción de espacios alternativos y de impugnación de las políticas neoliberales.

La apertura de un proceso de diálogo entre el gobierno de Colombia y la insurgencia de ese país es una muestra de acumulación política de la izquierda, que abre las posibilidades a una solución del conflicto social y armado, basada en la erradicación de las causas que le dieron origen. En dirección opuesta, es preocupante el recrudecimiento de la violencia en Chiapas y los obstáculos que han

provocado el estancamiento del proceso de negociación.

Los hechos acontecidos durante los últimos ocho años, confirman la certeza de los pronunciamientos realizados por los encuentros anteriores del Foro de Sao Paulo sobre las perversas consecuencias del modelo neoliberal, y refuerzan nuestra indeclinable vocación de trabajar por una genuina integración regional y el afianzamiento de la solidaridad. En ese sentido tienen una especial importancia las luchas por la independencia de los territorios coloniales que aún subsisten en nuestra América y la solidaridad con la Revolución Cubana, que enfrenta la hostilidad y el bloqueo del gobierno de los Estados Unidos.

Por consiguiente hoy, 1° de noviembre de 1998, reunidos en la ciudad de México, la mayor urbe del continente, gobernada por un partido miembro del Foro de San Paulo, el Partido de la Revolución Democrática, las mujeres y los hombres participantes de este VIII Encuentro, como conclusión de nuestros debates:

* Afirmamos que el curso de la globalización neoliberal no es inexorable; el detenerlo y derrotarlo está en nuestras manos, promoviendo la solidaridad y globalizando las acciones de los pueblos de América Latina y el Caribe, para la concreción de una via propia y alternativa de desarrollo económico con justicia social.

* Proponemos construir, respetando nuestro compromiso de unidad en la diversidad, un proyecto que rescate y socialice los espacios productivos, afiance la industria, la agricultura y la productividad nacional, profundice y amplie socialmente la democracia, reformule el rol del estado, garantice los derechos humanos, respete el medio ambiente, integre la igualdad y equidad de género, el reconocimiento de la identidad y derechos de los pueblos indígenas, elevando la calidad de vida de nuestra gente y propugne una verdadera integración de nuestros pueblos.

* Ratificamos nuestra decisión de seguir promoviendo nuevas formas de gobierno y de gestión política social y económica, ejerciendo el poder de manera democrática, cristalina y al servicio de los pueblos, con la participación permanente de la sociedad.

* Manifestamos que marcharemos hombro con hombro con las mujeres y los hombres de este continente dispuestos a luchar contra la globalización neoliberal y sus efectos, y por la construcción del proyecto alternativo que haga realidad el sueño de nuestro próceres de una América libre, donde "los más infelices sean los más privilegiados".

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

Obs.: Aprovada por unanimidade pela plenária do VIII Encontro do Foro de São Paulo. Com o compromisso do Grupo de Trabalho de incorporar as emendas apresentadas durante o debate final.

NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL

TALLER DE NEGOCIACION Y PROCESOS DE PAZ

EN AMERICA LATINA

La Mesa de Negociación y Procesos de Paz en América Latina se instaló a las 10:45 horas del día 30 de octubre de 1998. El moderador de la mesa Carlos Payán Velver, senador del Partido de la Revolución Democrática (PRD) y miembro de la Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA), introdujo el tema con la ponencia "México y la Paz". A grandes rasgos, describió la coyuntura internacional de los procesos de paz que se han dado recientemente. Abordó también el conflicto en Chiapas y la necesidad de privilegiar el diálogo como forma de solución del conflicto; afirmó que éste sólo se dará cuando cese la violencia.

En segundo lugar, intervino Carlos González, representante de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), quien hizo una síntesis del proceso negociación para alcanzar la paz firme y duradera en Guatemala. Inscribió este proceso como el último para la pacificación de Centroamérica. Como un rasgo principal para alcanzar la paz habló de la suma de esfuerzos entre la URNG, la sociedad civil y demás fuerzas políticas y sociales de Guatemala. Afirmó, que un factor importante para lograr la paz fue el haberse superado prejuicios que impedían el libre curso de la negociación. Reconoció la participación internacional para lograr la paz en Guatemala, y el hecho de que México permitiera que en su territorio se llevara a cabo la mayor parte del dicho proceso. Señaló, que si bien, fue una negociación larga lo importante fue respetar los tiempos políticos acordados por las partes, y limitar los intereses de éstas, ante los de la sociedad guatemalteca. Por último, planteó las diferencias y dificultades que hay entre negociar la paz y construirla.

El tercer orador fue el senador del Partido Revolucionario Institucional (PRI), Pablo Salazar Mendiguchía, miembro también de la COCOPA. Hizo una exposición detallada del surgimiento del conflicto en Chiapas, de la creación de la COCOPA y del rompimiento del diálogo entre el Gobierno Mexicano y el Ejercito Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Planteó que la causa principal del levantamiento en Chiapas es la extrema pobreza y la marginación, y que mientras estas causas existan el conflicto estará latente.

En respuesta a la pregunta realizada por Pedro Marle de Izquierda Unida de España, de si el gobierno mexicano prepara una salida militar en Chiapas, Pablo Salazar afirmó que no cree que ésta se dé ya que si el gobierno mexicano "no tiene la capacidad para hacer la paz, menos la tiene para hacer la guerra". Sobre este

punto, el senador Payán manifestó su posición sobre la posibilidad de una salida militar. Dijo que en Chiapas el gobierno mexicano administra el conflicto apoyando una guerra de baja intensidad y fomentando el desarrollo de grupos paramilitares.

El diputado del Partido Acción Nacional (PAN) y presidente en turno de la COCOPA, Felipe de Jesús Vicencio Alvarez, mandó su ponencia por escrito para ser leída por el moderador de la mesa. En ésta se plantea el papel que desempeña la COCOPA en el conflicto armado en Chiapas. Como punto principal afirma que no hay una sola ruta para transitar a la paz, que cada proceso tiene sus particularidades. El documento expresa la metodología y los objetivos de la COCOPA, así como, que el único camino para alcanzar la paz es el diálogo.

Por su parte, el representante del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), Jorge Shafik Handal, manifestó que los procesos de diálogo y negociación no pueden ser vistos como hechos aislados, sino como parte de los procesos históricos de cada país. Señaló que la característica que distingue al proceso salvadoreño de otros fue la fuerza que adquirió su aparato político-diplomático, el cual logró tener representación en todos los países involucrados directa o indirectamente en el conflicto, incluyendo una oficina en Washington DC. Hizo un recuento de los diversos procesos de diálogo y negociación que se llevaron a cabo entre los gobiernos salvadoreños y el FMLN a partir de 1984. Destacó el papel contradictorio que jugaron el gobierno norteamericano, que sistemáticamente presionó en busca de la aniquilación del grupo armado, y por otra parte México y Francia, países que desde 1981 reconocieron las causas internas del conflicto armado y la urgencia de un proceso de negociación en que se reconociera a las partes con el estatuto de beligerantes. Narró, en particular, el proceso que dio lugar a la negociación final, en que cumplieron un papel significativo las ofensivas del FMLN en 1989-90. Concluyó señalando como resultados positivos de la negociación la realización de una reforma constitucional, que incluye el establecimiento de una Procuraduría de Defensa de los Derechos Humanos, la disolución de los cuerpos policiacos y paramilitares, la formación de una policía nacional civil, la limitación de las atribuciones constitucionales de las fuerzas armadas y su depuración y reducción.

Por último tomó la palabra Marco León Calarcá representante de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), quien planteó que no puede existir una verdadera paz si se mantienen las condiciones de miseria e injusticia que sufre el pueblo colombiano. Manifestó que hasta ahora todos los procesos de diálogo y negociación entre los grupos armados y el gobierno colombiano han resultado en una desmovilización de los primeros, la persecución y asesinato de cientos de sus integrantes, y el hostigamiento continuo a las organizaciones populares, sin que se haya resuelto efectivamente ninguna de las demandas que dieron lugar a la lucha armada de los grupos revolucionarios. Se

manifestó esperanzado en el actual proceso de negociación iniciado en junio de 98, que ha conducido a que el Ejército desocupe cinco departamentos y a la suspensión de órdenes de aprehensión en contra de los integrantes de la Comisión de Diálogo, pero insistió en que el proceso de paz no se resolverá sino hasta que se satisfagan las demandas de justicia, dignidad y soberanía que dieron origen al conflicto armado en Colombia.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES

1. Los procesos de lucha armada en América Latina han tenido sustento en condiciones de pobreza, exclusión y falta de democracia, y no podrán resolverse hasta en tanto se dé satisfacción a las demandas de vida digna, pleno ejercicio de derechos humanos, civiles y políticos para todos los habitantes de la región.

2. Existe una creciente conciencia internacional de que sólo por medio del diálogo y la negociación es posible dar fin a los conflictos armados. Sin embargo, la lógica del comportamiento de las fuerzas involucradas no puede ser vista como hecho aislado, sino como parte del proceso histórico de cada país.

3. En cada uno de los procesos de lucha armada, el diálogo y la negociación tienen sus propias particularidades. Las soluciones que aportan corresponden sólo a ellas y sin embargo, no deben desestimarse en la comprensión y solución de otros conflictos

4. Una de las enseñanzas más importantes de tales procesos de negociación es que, pese a su duración y la incertidumbre en relación al comportamiento de las partes en conflicto y sus posibles resultados, en la mayor parte de los casos muestran que es posible tener esperanzas en que tengan una conclusión positiva.

5. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES PARTICULARES

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo colombiano, al Presidente Andrés Pastrana, a las FARC-EP y al ELN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

2. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo mexicano, al Presidente Ernesto Zedillo y al EZLN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

3. El Foro de Sao Paulo da la bienvenida al Acuerdo de Belfast como una contribución puntual al desarrollo del Proceso de Paz de Irlanda. Felicita a todos los involucrados. Reconoce, como lo muestran otras experiencias internacionales, que la implementación del Acuerdo es indispensable para que las negociaciones continúen en el futuro.

Manifiesta su preocupación por el retraso actual para establecer las políticas institucionales acordadas, que podría ser contraproducente en el proceso. Por lo tanto, demanda al gobierno Británico, al de Irlanda y a las otras partes involucradas en el Acuerdo, su adhesión al cumplimiento del cronograma acordado para el establecimiento de instituciones políticas.

Asimismo, llama a las partes a utilizar esta propuesta para lograr los importantes beneficios de la política, la justicia, la igualdad y la desmilitarización de la sociedad, y resolver los asuntos que son clave para un proceso duradero de paz.

A solicitud del representante de Sinn Fein de Irlanda, los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina resuelven trasladar a la Plenaria la siguiente Propuesta de Declaración, en relación a un proceso de similares características al que vive Irlanda:

"En su declaración del 18 de septiembre de 1998, la Organización armada Euskadi Ta Askatasuna (Patria Vasca y Libertad – ETA) anunció un alto al fuego de carácter

unilateral e indefinido.

Reconocemos la importancia y la trascendencia de esta decisión.

Llamamos a los Gobiernos español y francés a asegurar el establecimiento de negociaciones inclusivas y sustantivas sin demora.

Esperamos ver un acuerdo político consensuado que pueda alcanzar la fidelidad de todos y que esté basado en los principios de democracia, igualdad y ejercicio de la autodeterminación".

RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL

RESOLUCIONES SOBRE SOLICITUDES DE INGRESO

AL FORO DE SAO PAULO

El grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo, después de analizar las solicitudes de ingreso de partidos latinoamericanos y caribeños y con base a la normatividad vigente, resuelve lo siguiente:

1. En lo referido a la solicitud del "Movimiento Todos por lo Patria" de Argentina, se resuelve que continúe como OBSERVADOR, en tanto no exista consenso para su ingreso por parte de las organizaciones de ese país, que son miembros plenos del Foro de Sao Paulo.

2. Con respecto a la solicitud de ingreso planteada por la organizaciòn "Corriente Comunista Luíz Carlos Prestes" de Brasil, las organizaciones y partidos de ese país, que forman parte del Foro, solicitan que el ingreso de esta organización sea discutido entre las organizaciones miembros, por lo que la decisión se difiere para el IX Foro. En base a la argumentación anterior se resuelve que dicha organización participe con el estatuto de OBSERVADOR.

3. Los diez partidos miembros del Foro de Sao Paulo de la República Dominicana, solicitan un período de tiempo para discutir la situación de los partidos "Partido de la Liberación Dominicana" y "Partido Revolucionario Dominicano", lo que les permitirá discutir sus diferencias dentro del marco nacional, por lo que atendiendo la solicitud de los miembros del grupo de trabajo de dicho país, se decide mantener el estatuto de OBSERVADORES para ambas organizaciones.

4. Se recibió la solicitud de ingreso del "Movimiento Revolucionario Tupac Amaru" del Perú. El grupo de trabajo, ante la ausencia en el Foro de las organizaciones miembros de este país, acuerda realizar la consulta respectiva con los partidos miembros del Perú, para tomar una resolución al respecto.

5. Se recibió la solicitud de la organización "Confluencia Frenteamplista" de Uruguay. En razón, de no existir consenso entre las organizaciones miembros de dicho país para aceptar su ingreso, se toma la decisión de otorgarle el status de OBSERVADOR.

6. En lo que se refiere a la organización "Asamblea por la Soberanía de los Pueblos" de Bolivia, en razón de la ausencia de la organizaciones miembros de ese país en el

VIII Foro de Sao Paulo, se decide realizar la consulta respectiva para tomar la decisión definitiva sobre su ingreso.

7. Se analizó la propuesta realizada por la Secretaría Regional para Centro América del Foro de Sao Paulo, con respecto a la solicitud de ingreso del "Partido Fuerza Democrática" de Costa Rica, y se decidió aceptar la solicitud de dicho partido como MIEMBRO de este Foro.

8. Por último, se recibió la comunicación de la organización miembro del Foro "Partido Obrero Revolucionario de Colombia" de mantener su permanencia como miembro, con el nombre de "Presentes por el Socialismo".

México, D. F. 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET

El arresto del dictador chileno Augusto Pinochet en Londres a solicitud de la justicia española ha sido recibido con profunda satisfacción por los partidos y fuerzas integrantes del Foro de Sao Paulo.

Consideramos que su detención es una expresión del repudio de la comunidad internacional a la negación sistemática de verdad y justicia y a la prevalencia de la impunidad por los crímenes de lesa humanidad cometidos por las dictaduras latinoamericanas, que han caracterizado los procesos de transición en nuestros países.

Por ello, el encarcelamiento de Pinochet significa un poderoso aliento a la lucha democrática de los pueblos de América Latina y en particular del pueblo de Chile, sometido aún al peso de la herencia antidemocrática del pasado dictatorial.

El arresto ha provocado también la reacción airada de las fuerzas de derecha en ese país que permanecen subordinadas al dictador. En correspondencia con su carácter, amenazan la estabilidad de los espacios democráticos conquistados por el pueblo. Invocan en la defensa del tirano valores como la inmunidad diplomática, la soberanía nacional y la extraterritorialidad, todos ellos pisoteados sistemáticamente por el régimen dictatorial y sus promotores y sostenedores internos y externos.

Pinochet es uno de los ejecutores de la "Operación Cóndor" que sistematizó operaciones criminales mas allá de las fronteras nacionales, en conjunto con los aparatos represivos de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Bolivia incluyendo la comisión de delitos de lesa humanidad en esos y otros países como EE. UU. e Italia. Estos hechos de jurisdicción internacional constituyen parte sustancial del proceso que lleva adelante el juez Garzón en correspondencia con la legislación española y los tratados internacionales que en la legislación chilena prevalecen por sobre las leyes internas.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo acuerda intensificar la lucha contra la impunidad y por alcanzar verdad y justicia en nuestra región y para ello resuelve:

1. Respaldar los procesos que llevan adelante los jueces españoles en el respeto de su ordenamiento jurídico y de los tratados internacionales.

2. Solidarizarse con las fuerzas democráticas chilenas en su lucha contra la impunidad y por enjuiciar a Pinochet.

3. Instar a sus organizaciones miembros para que, en conjunto con otras organizaciones sociales y políticas, realicen mítines en los diferentes países como parte de una jornada continental contra la impunidad, en torno del día 10 de diciembre, fecha en que se conmemoran los 50 años de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.

4. Constituir una comisión que constibuya a coordinar las acciones de las fuerzas democráticas de los países en los que actúan los impulsores de la Operación Cóndor. (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y Bolivia).

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA

Los participantes del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo considerando:

1. Que América Latina y el Caribe se han logrado superar enfrentamientos del pasado por medio de diferentes procesos de paz que han culminado con la inserción de todos los sectores en la vida política y, por ende, con la consolidación de los procesos democráticos en cada país;

2. Que Argentina padeció periodos de crímenes y aberraciones incalificables, vive desde 1990, una situación en la que no existe la posibilidad de que el autoritarismo pueda volver a implantarse;

3. Que sin embargo, este hecho trascendente y alentador para una sociedad que salió de la etapa más funesta de su historia, se ve ensombrecido por la existencia de 22 presos políticos (la mayoría hace casi 10 años) y otros perseguidos por los sucesos de La Tablada;

4. Que esta situación que se ha convertido en una injustificable remanente de las ya felizmente superadas circunstancias vividas en el pasado, ha generado innumerables pronunciamientos internacionales y hace casi un año el informe 55/97 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, se solicita la libertad de los presos;

5. Que es imprescindible consolidar el proceso democrático iniciado en la Argentina en 1983 y, en virtud de la necesidad de superar los conflictos del pasado y asumir el compromiso de convivencia entre todos los sectores antes enfrentados, presenta la siguiente RESOLUCION:

1. Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se comprometen a realizar gestiones antes el gobierno argentino en favor de la libertad de los presos políticos de La Tablada y el cese de las persecusiones.

2. Encomiendan al Grupo de Trabajo la conformación de una comisión del Foro integrada por el PRD de México, el Frente Amplio de Uruguay, el PT de Brasil y el FSLN de Nicaragua para que a más tardar en el mes de diciembre se entreviste con el gobierno y las fuerzas políticas de la Argentina con el fin de que se logre la inmediata solución de la situación aquí planteada.

México, D,F., 1° de Noviembre de 1998

RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL

El Foro de Sao Paulo,

Considerando:

Que desde 1989 un grupo de combatientes del MIR Político de Chile guardan prisión en cárceles brasileñas, por su participación en una acción armada que tenía como objetivo recaudar fondos para apoyar los procesos de guerra revolucionaria que se libraban en Centroamérica.

Considerando:

Que en el largo y complicado proceso jurídico que siguió a la detención de este grupo de combatientes, se cometieron graves irregularidades y violaciones a los derechos de los detenidos, incluyendo torturas, y se recurrió a distintas maniobras para negarle a ellos la calidad de presos políticos.

Considerando:

Que a pesar de haber cumplido casi nueve años en prisión y de llenar otros requisitos legales, a los detenidos se les niegan sistemáticamente los beneficios contemplados en la ley brasileña, como son: la libertad condicional y la prisión semi-abierta.

Resuelve:

1. Demandar al gobierno de Brasil, el reconocimiento de su calidad de presos políticos a:

Nombre.Nacionalidad.

María Emilia Marchi Badilla. Chilena e italiana.

Christine Lamot. Canadiense.

David Spencer. Canadiense.

Raymundo Roselio Costa Freire. Brasileña.

Pedro Lembach. Chilena.

Ulises Gallardo. Chilena.

Sergio Olivares. Chilena.

Héctor Collantes. Chilena.

Horacio Paz. Argentina.

Humberto Paz. Argentina.

2. Exigir el cumplimiento de la ley brasileña que implique el otorgamiento a los detenidos de los beneficios correspondientes.

3. Solicitar la libertad y la salida de Brasil de los detenidos extranjeros.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

México, D.F., 1° de Noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO

Por cuanto

Este año se cumple un siglo de la invasión militar estadounidense contra Puerto Rico, en el marco de la guerra Hispano-Cubano-Americana.

Desde entonces y tras ser tomada como botín de guerrera, Puerto Rico ha sido utilizado por Estados Unidos a su antojo, imponiendo un régimen colonial y controlando su economía, agrediendo su cultura y utilizando su territorio para fines militares, muchas veces para agredir a países de América Latina.

El pueblo puertoriqueño ha luchado durante todo este siglo en condiciones desiguales, en defensa de su nacionalidad y por su autodeterminación e independencia.

Cien años después de la invasión yanqui, Puerto Rico se mantiene como nación caribeña y latinoamericana, enfrentando el dominio colonial y sus intentos anexionistas del gobierno actual.

La solidaridad internacional ha sido un componente de gran importancia en la lucha del pueblo Puertorriqueño por su autodeterminación e independencia nacional.

Por tanto

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reitera su solidaridad con el pueblo de Puerto Rico en su lucha por la autodeterminación e independencia nacional.

Demandamos del gobierno de Estados Unidos que cese su dominación colonial sobre Puerto Rico que ya cumple cien años, y que se disponga a promover un proceso de descolonialización verdadera de esa nación caribeña y latinoamericana.

Reclamamos la inmediata liberación de los presos políticos puertorriqueños, encarcelados en prisiones de Estados Unidos por el ‘delito’ de lucha y por la independencia de su patria.

Reafirmamos que Puerto Rico es una nación caribeña y latinoamericana que forma parte esencial del conjunto de naciones de América Latina, con el derecho inalienable a la autodeterminación e independencia.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE HAITI

Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reunidos en la ciudad de México, han constado el bloqueo político que agrava la crisis económica y también el peligro de inestabilidad de la vida institucional de ese país caribeño.

Proclama su solidaridad con el pueblo haitiano y acuerda organizar una misión de información a Haiti a fin de proponer una mediación entre los partidos en conflicto.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

PROPUESTA DE RESOLUCION POR LA LIBERTAD DE VICTOR POLAY Y DE TODOS LOS PRESOS POLITICOS EN PERU

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo:

Teniendo conocimiento de que el Comité de Derechos Humanos de la ONU en su 61 periodo de Sesiones, el 6 de noviembre de 1997, aprobó su dictamen emitido a tenor del párrafo 4° del Artículo 5° del Protocolo Facultativo, respecto a la comunicación No. 577/1994, sobre el caso del detenido político Víctor Alfredo Polay Campos, considerando: "... que el señor Polar debe ser puesto en libertad... porque la víctima ha sido condenada en base a un juicio que no contó con las garantías básicas de un juicio justo...".

Siendo este el caso de miles de presos políticos, y habiendo pasado más de 10 meses de emitido el dictamen El Foro de Sao Paulo resuelve solicitar al gobierno peruano cumplimiento de la resolución de la ONU, y hacer extensivo dicho dictamen a los demás presos que sufrieron los mismos vicios procesales y no tuvieron la posibilidad de defenderse ni la garantía de un juicio justo.

Existiendo muchas formas de resolver un problema que ha recluido, en condiciones muy duras, a miles de seres humanos, esperamos que en un gesto de humanidad del gobierno peruano, tanto el Señor Polay como los miles de procesados puedan alcanzar la libertad, y dar cumplimiento a una resolución del Comité de Derechos Humanos de la ONU.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO EN MEMORIA DEL DR. JOSE FRANCISCO PEÑA GOMEZ

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo evocó la memoria del Dr. José Francisco

Peña Gómez, Secretario General del Partido Revolucionario Dominicano, recientemente fallecido, como un incansable combatiente de la democracia y de la justicia social y hace llegar a su pueblo, partido y familia, su solidaridad.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO

Ante la situación creada en el conflicto del país Vasco, por el surgimiento de nuevas iniciativas políticas, el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve:

1. Manifiestar su deseo de que se alcance una pronta y justa solución al mismo.

2. Exhortar a las partes involucradas a realizar los máximos esfuerzos a fin de alcanzar la paz en el corto plazo.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL

CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

COMUNICADO DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO Y LOS PARTIDOS DE LA IZQUIERDA EUROPEA ASISTENTES AL VIII ENCUENTRO

Durante el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se realizó una reunión entre el Grupo de Trabajo y los partidos de la izquierda europea asistentes al mismo. En la reunión se retomó el espíritu de la Resolución adoptada en el VI Encuentro del Foro en El Salvador sobre la conveniencia de desarrollar encuentros entre el Foro y la izquierda europea y se acordó lo siguiente:

1°.- El Grupo de Trabajo del Foro propone realizar un encuentro con diferentes grupos de partidos de izquierda y progresistas europeos, así como con distintas organizaciones sociales europeas en el primer semestre de 1999.

2°.- Para facilitar el intercambio con las izquierdas y organizaciones sociales de ambos lados del Atlántico, el Foro de Sao Paulo propone que los intercambios se

lleve a cabo en el Parlamento Europeo. En ese sentido, los partidos del Grupo Parlamentario Europeo de Izquierda Unitaria Europea-Izquierda Verde Nórdica llevarán a efecto las gestiones necesarias para que dicha propuesta pueda realizarse en la sede del Parlamento Europeo por invitación del NELF (Foro de la Nueva Izquierda Europea) y de la dinámica de la Cumbre de Líderes de la Izquierda Transformadora Europea.

3°.- El Foro Sao Paulo trabajará para desarrollar reuniones con los partidos socialdemócratas, verdes, y otras organizaciones progresistas, movimientos sociales, sindicales y ONG's.

RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa la indignación de los pueblos latinoamericanos y caribeños ante la guerra sucia, el terrorismo de Estado y la sistemática violación de los Derechos Humanos en Colombia. Exigimos del gobierno la disolución de los grupos paramilitares y plenas garantías para la actividad de la oposición política y social.

2. Saludamos las combativas movilizaciones de los trabajadores que enfrentan las políticas neoliberales y autoritarias y reafirmamos nuestra firme solidaridad con el pueblo colombiano.

3. Saludamos las perspectivas de conversaciones entre el gobierno y el movimiento guerrillero en busca de caminos para construir la paz. En este sentido el Foro de Sao Paulo manifiesta su firme disposición de apoyar la búsqueda de estos caminos de entendimiento y acuerda formar una comisión integrada por el PRD de México, el PT del Brasil, el Frente Amplio de Uruguay y el FMLN de El Salvador, el FSLN de Nicaragua y el PC de Cuba y otros miembros del Foro de Sao Paulo que asistan como obsevadores cuando se inicien los diálogos de paz.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO

Los delegados, participantes e invitados al VIII Foro de Sao Paulo, que se lleva a cabo en la Ciudad de México, suscribimos:

a. Que los mexicanos que viven en el extranjero no deben ser considerados ciudadanos de segunda clase, al negárseles derechos constitucionales;

b. Que es innegable la enorme contribución económica de los siete mil millones de dólares provenientes de aquellos trabajadores mexicanos que radican en los Estados Unidos;

c. Que el derecho al sufragio es universal y principal pilar de cualquier democracia del mundo;

d. Que este derecho no puede ser negado por decreto u omisión, por lo tanto aprobamos el siguiente:

RESOLUTIVO

1. Que es responsabilidad y derecho de los mexicanos que radican en el extranjero, el votar en las elecciones presidenciales del año 2000;

2. Que el derecho al voto es una cuestión de tipo constitucional y, la politización de éste, viola los derechos constitucionales de millones de ciudadanos mexicanos residentes en el extranjero;

3. Que el proceso democrático de la República Mexicana no estará completo sin la inclusión de aquellos ciudadanos mexicanos que radican allende las fronteras;

4. Que nos pronunciamos a favor de que se implemente el derecho al voto de los mexicanos en el extranjero a la mayor brevedad, sin pretextos de ningún tipo;

5. Que las declaraciones gubernamentales a priori, solamente entorpecen el proceso de implementación y el trabajo de la comisión de especialistas, que determinarán las modalidades bajo los cuales los ciudadanos mexicanos podrán ejercer este derecho constitucional.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con el pueblo de Libia en contra del embargo y apoya su propuesta en el juicio de los presuntos implicados en el Tribunal Internacional de la Haya.

México, D.F., 31 de octubre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR

Considerando:

1. La importancia que para los pueblos de América Latina y el Caribe tienen la participación del FMLN en las próximas elecciones presidenciales para el periodo 1999-2004.

2. La oportunidad histórica de que en El Salvador gobierna la izquierda como una conquista más en el avance del proceso de consolidación democrática surgida con los acuerdos de paz.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

1. Expresar nuestro apoyo al FMLN y a su fórmula presidencial integrada por los compañeros: Facundo Guardado y Nidia Díaz, quienes integrarán un gobierno de concertación nacional con un programa político, económico y social que garantice cambios a favor del pueblo salvadoreño.

2. Resaltar la importancia de la presencia de la compañera Nidia Díaz como clara expresión de equidad de los géneros.

México, D,F., 1 de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH

Considerando:

1. Los estragos que el huracán "Mitch" ha causado en los países centroamericanos.

2. Que más de mil personas han muerto o desaparecido y grandes daños han sufrido las viviendas de pobladores de escasos recursos.

3. Que el huracán "George" afectó considerablemente a la República Dominicana, Haiti, Puerto Rico y Cuba.

Resolvemos:

1. Expresar nuestra solidaridad con los pueblos centroamericanos y caribeños afectados por estos hechos.

2. Solicitar a los gobiernos de los países afectados por el huracán "Mitch" declarar el Estado de Emergencia Nacional y realizar gestiones para facilitar el apoyo material y financiero necesario para las familias afectadas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

8° Encuentro del Foro de Sao Paulo

Declaración del Taller de Cristianos sobre "La izquierda hacia el nuevo milenio: ética y utopía (gallinas o águilas)"

1. Cristianos y cristianas de América Latina reunidos y comunicados como lo hicieron en Porto Alegre nuestros hermanos, ahora nosotros, en el marco del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, presentamos nuestros aportes éticos y espirituales, así como nuestras reflexiones sobre el Nuevo Proyecto Social. Lo hacemos desde el punto de vista de "los de abajo" que ya es la vista de un punto.

2. Desde la teología de la liberación hemos venido compartiendo con ustedes, de muy diferentes modos y lugares, los procesos de opresión/liberación de los pueblos latinoamericanos: en los 60's y 70's fue la inserción con el pobre y oprimido, político y material; en los 80's compartimos el desafío del pobre cultural, de los nuevos sujetos emergentes. De la sociedad fuimos remitidos a la cultura; y ahora en los 90's nos hemos enfrentado a la globalidad desde lo ambiental, social, mental e integralmente. Amerita desatar un proceso de evaluación sobre la relación (recíproca, instrumental, de exclusión o material), que las izquierdas y los cristianos establecieron en los últimos treinta años. Así como aportes y limitaciones. De nuestra parte tenemos la autocrítica a nuestras iglesias santas y pecadoras, así como la producción teórica-marxista de nuestros teólogos, los movimientos eclesiales, los mártires en toda América Latina: Camilo Torres, Leónidas Proaño, P. Esquivel, Oscar Arnulfo Romero, Sergio Méndez Arceo, los mártires de Acteal, y centenas de cristianos que hoy continúan en la defensa y en la producción de la vida. Con ellos, con ustedes y con nuestra historia hoy, levanta vuelo una de las más dignas propuestas políticas: El Foro de Sao Paulo.

3. Las experiencias de la caída de los paradigmas, la enorme crisis que atraviesa el capitalismo hoy globalizado, los enormes desequilibrios sociales, representan una nueva etapa en el proceso de Cosmogenésis. Vamos en el mismo barco y tenemos que entrarle a la globalización. No como nos impone las potencias controladoras del mercado mundial, como meras mercancías. Nosotros queremos entrar soberanos y conscientes de nuestra posible contribución ética, multicultural y espiritual.

4. Todos los seres estamos llamados a despertar el águila que cada uno de nosotros lleva dentro. Ese proyecto infinito llamado utopía. Estamos llamados a romper los límites de la situación existencial. Sabemos que hay movimientos en la política, en la educación y en proceso de mundialización que pretenden reducirnos a simples gallinas: despojándonos de nuestra naturaleza, de nuestros valores y

dignidad. ¿Cómo habremos de rescatar valores de héroes para alzar el vuelo y ser sujetos de nuestro destino? Aquí está el reto y la oportunidad para discernir sobre el mercado, para sugerir caminos, direcciones y un proyecto de esperanza.

5. Las políticas del Mercado "Globalizado" han destruido al mundo globalmente con el llamado ajuste estructural. La lógica para justificar el ajuste estructural es la "eliminación de las distorsiones del mercado", y así aplican, como una simple técnica: la apertura indiscriminada de los flujos de capitales y mercancías, la supuesta disolución del estado, las privatizaciones (que son fuente de un enorme pillaje), la flexibilización de la fuerza de trabajo (para el control absoluto del trabajador), la defensa de los derechos humanos, la protección al medio ambiente, la lucha por la justicia y el diálogo.

6. Este lenguaje esconde todo lo contrario. Por ejemplo los derechos humanos que ellos ("los de arriba") enarbolan, son los derechos del Mercado, que ser refieren a personas jurídicas, a personas "naturales" (Toyota, Siemens, Microsoft, etc.). La empresa como sujeto universal de derechos humanos. La persona reducida a la empresa. Así van eliminando los otros derechos humanos, los valores y todo lo que se refiere a la persona y seres corporales: derecho de alimentación, casa, salud, salario, cultura, felicidad, ¡son meras distorsiones del mercado! Aquí solo caben los derechos de "propiedad", de productividad, sólo aquello que está dentro de las políticas neoliberales, con un supervalor: la competitividad. Este Proyecto del imperialismo de perversión y de muerte está perdiendo legitimidad y empieza a emerger el otro Proyecto.

7. El Proyecto de Liberación de los de "abajo", salido de la palabra verdadera de los más pequeños, los indios, los zapatistas rebeldes que lo han expresado así: "Una sociedad donde quepan todos", "para todos todo". Estamos ante una nueva perspectiva de liberación. Este es un Proyecto que nos mete al problema central: la subjetividad. Aquello que subyace. No es el sujeto ya constituido, objetivo: la burguesía, el sujeto que controla la autoridad, la ley, el que toma las decisiones. Es ahora, la subjetividad de una "sociedad donde quepan todos" la que nos abre la posibilidad de reformular el problema de una manera global, sin los determinismos universalistas y eternos de la objetividad de las relaciones de producción, ni de la sociedad donde la autoridad es la encargada de la subjetividad mientras el sujeto guarda silencio, mientras calla. Hemos constatado que este nuevo Proyecto viene permenado a todo el mundo y se ha convertido en la nueva esperanza. Así nos lo enseñan los Sem terra de Brasil, los cocaleros de Bolivia, los movimientos de mujeres, urbanos, obreros, etc. Los partidos de la izquierda latinoamericana lo empiezan a incluir en su lenguaje y en sus campañas electorales. Por ejemplo aquí en México, el PRD participó y ganó su campaña con el lema "una ciudad para todos".

8. Es la sociedad de la resistencia (indígena, femenina, obrera, etc.), es la sociedad

de los sujetos, es la otra cara de la moneda, es la alteridad. En el socialismo eso se quería pero resultó, como en el capitalismo, que la autoridad asumió el control de la subjetividad: sustituyó la autoridad en nombre del cumplimiento de las exigencias de la gente; a los sujetos se les expropió su condición de ciudadanos; la propiedad se hizo estatal, el cambio fue una salida y no el desarrollo de la sociedad; el determinismo de las relaciones de producción llevó a centrar el problema de la misma manera que la burguesía: en las relaciones objetivas; con la toma del poder, el sujeto ya no cupo; en el socialismo real también se acabó con la resistencia; la idea de la abolición del mercado y del estado impidió pensar en la transformación del mercado y del estado. Hoy los socialistas contamos con toda esa experiencia.

9. El proyecto de utopía de la "sociedad donde quepan todos" nos mete a otra dinámica y a otra forma de lucha: la del equilibrio dinámico de los polos en función de la subjetividad. No se trata de eliminar al contrario, ni de la lucha entre el mercado y planificación, sino cómo equilibrar, dentro de la gran lucha de clases, para que todos quepan. La democracia estará en función de la subjetividad, además que la democracia participativa se requiere un cambio de equilibrio "donde quepan todos". El neoliberalismo quiere destruir el otro polo y de ahí radica su seguridad, su dogmatismo, su fundamentalismo, su guerra que lo hace más inseguro ante las "distorsiones del Mercado", ante las crisis financieras (Asia, México, Rusia, Brasil). Estas situaciones ponen preocupados a los poderosos al sentir que esas crisis se pueden transformar en crisis mundial, al sentir que el sistema siga perdiendo legitimidad, y ver que hasta la bolsa se salga de su control.

10. ¡Si se puede! Hacer una "sociedad donde quepan todos", donde "manden obedeciendo". La izquierda latinoamericana puede dar grandes zancadas de calidad por este camino, quizá hasta una revolución. Tiene todas las condiciones objetivas para crecer en la subjetividad. En Europa también se están dando muchos acontecimientos nuevos, como el dejar la Socialdemocracia; se construyen nuevos espacios de transformación. Por doquier, crece la resistencia: aparecen grupos, foros, corrientes, preocupaciones; crece la opinión pública de los desequilibrios ocasionados por el mercado, de los sufrimientos de las víctimas. La resistencia económica va apareciendo con una creatividad insospechada, basada en la solidaridad de las personas y los pueblos, en el intercambio y trueque de dones y carismas, en la nueva manera entre las personas para satisfacer sueños y deseos por medio de relaciones de gratuidad. Igualmente se viene descubriendo todo lo gratuito de la naturaleza y la gracia de Dios, Padre y Madre misericordiosa. Esto nos alienta a los cristianos a seguir el camino de Cristo, a encarnar el evangelio mundialmente, a profetizar y echar demonios de personas y estructuras sociales, a construir la comunidad de amor, en una nueva alianza de re-ligación de todos los seres, sin aniquilamiento de los opuestos, pero sí en proceso de transformación indeterminada y complementaria:

11. No sólo en águila sino también la gallina, no sólo la gallina también el águila, no sólo el águila sino también la gallina en el águila, no sólo asumir la gallina-águila, sino también saber cuándo enfatizar el águila en la gallina y cuándo la gallina en el águila; no sólo la materia y el espíritu, sino también su interacción: la vida; no sólo la trascendencia y la imanencia cotidiana, sino también su interpenetración: la transparencia; no sólo el hambre del pan, sino también de espiritualidad; no sólo el yo y los arquetipos sino también el Centro y el Sol interior, no sólo los seres humanos sino también la tierra y el universo, no sólo la vida y la muerte, sino también la resurrección y la vida eterna.

México, D.F. 30 de Octubre de 1998.

P. Miguel D'Escoto Brockmann, FSLN; Nicaragua.

Liliana Vázquez Roa, México.

Daniel Rodríguez, México.

Jesús Ramírez Funes, México.

Franz Hinkelammert, Costa Rica.

Enrique Dussel, México.

P. Gerardo Thijssen, México.

Aurora del Pilar Morales, México.

AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA

Conocedores de la tragedia ocurrida en ciudad afectando a más de 60 jóvenes, profundamente conmovidos, deseamos expresar nuestras condolencias y pésame a usted y los familiares de los fallecidos.

VIII Encuentro Foro de Sao Paulo

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL

CONCLUSIONES DE LA MESA DE EMPRESARIOS DEL

VIII FORO DE SAO PAOLO

OCTUBRE 30 Y 31 DE 1998 MEXICO, D.F.

La Mesa de Empresarios concluyó en la elaboración de la

CARTA DE MEXICO

El II Encuentro Latinoamericano de Empresarios que sesiono en México, D.F., los días 30 y 31 de octubre de 1998, con la participación de los delegados de ANIT (Asociación Nacional de Industriales de Transformación), CONMIPEIN (Confederación Nacional de Micro y Pequeñas Industrias) por México; CIVES (Asociación Brasileña de Empresarios de la Ciudadanía) por Brasil APYM (Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios) por la Argentina.

DECLARAN:

Se oye en América Latina el Neoliberalismo y la globalización de la economía al lesionado profundamente y llevado a la quiebra, a decenas de miles de industriales, comerciantes, agricultores y prestadores de servicios.

La crisis del endeudamiento de Latinoamérica, la administraron tanto los gobiernos de los países desarrollados, como las instituciones financieras internacionales, FMI, Banco Mundial de los grandes bancos privados, creando un acto de dependencia que se agudiza con el tiempo.

La apertura indiscriminada de importaciones, la ausencia de créditos adecuados para el desarrollo, la injusta política tributaria que penaliza las micro, pequeñas y medianas empresas y no a los grandes grupos económicos, la ausencia de políticas activas por parte de los estados, la transferencia de capital productivo al capital financiero, son los factores que impiden su desenvolvimiento.

Países tan diferentes, se están viendo obligados a adoptar el riguroso modelo jde las organizaciones financieras internacionales para recibir un dinero que no se destina a inversiones que resulten en más empleos, mejor educación o más producción, sino en garantizar el capital especulativo.

Es por todo esto que entendemos que los micro, pequeños y medianos empresarios, son víctimas del modelo neoliberal.

Así reconocemos que las micro, pequeñas y medianas empresas, son puente principal de la producción y generación de empleo y componente fundamental del tejido social.

Por lo que constituimos la alianza latinoamericana de micro, pequeños y medianos empresarios, que se denominará ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE MICRO, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS (ALAMPI).

El objetivo de esta asociación es el de defender y promover los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios de cada uno de sus países, tanto de la ciudad como del campo.

Es por ello, que en muchos países se están gestando movimientos sociales y políticas pendientes a encontrar soluciones superadas del fundamento del mercado y de la idea del pensamiento único.

En este sentido, la Asociación Latinoamericana de Micro, Pequeños y Medianos Empresarios, desarrollará acciones tendientes a lograr por parte de los estados nacionales de cada uno de los países, políticas adecuadas que tienden a su desarrollo, con vista a fortalecer el mercado interno, generar empleo y calidad de vida.

Además propenderá a la integración real de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas, en el ámbito regional latinoamericano en contraposición a la utilización de los convenios, sólo a favor de los grandes grupos económicos y multinacionales.

Otras de las metas inmediatas de esta asociación, es evitar que se apruebe el famoso Acuerdo Multilateral de Inversión (AMI). Para lograr tener un acervo importante en el desarrollo de la tecnología, los países de Latinoamérica debemos abandonar el convenio de París.

Ha llegado la hora de crear un marco legal que encuadre el capital especulativo y regule su entrada, operación y salida en nuestros países.

ALAMPI es consciente de que construir una alternativa al neoliberalismo requiere no sólo de la elaboración de un programa sano, crear una fuerza social y política que lo sustente.

Las organizaciones de las micro, pequeñas y medianas empresas cubanas y rurales

de cada país, no sólo deben fortalecer sus estructuras, sino fortalecer a la vez alianzas estratégicas con otros sectores sociales, trabajadores, estudiantes profesionales, etc.; con el propósito de afianzar las soberanía de los pueblos de cada país e incluso trascender de la democracia electoral a la democracia participativa.

Es necesario promover también la democracia económica, la justicia social, los derechos humanos, la cooperación, la solidaridad y la libertad.

Las micro, pequeñas y medianas empresas debemos oponernos a la globalización del capital financiero internacional.

Estas son las condiciones básicas para lograr una América Latina independiente.

CONCLUSIONES DE LA COMISION DE ORGANIZACIÓN.

Los trabajos de este II Encuentro Latinoamericano de empresarios, concluyen en que las asambleas aprueben el nombre de:

"ASOCIACION LATINOAMERICANA DE MICROS, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS"

ALAMPY

Cuyo objetivo será: la representación y defensa de los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios latinoamericanos, la difusión de su base ideológica, y la integración de las otras organizaciones y similares latinoamericanas y municipales.

La política de acción se establecerá en que la adhesión a la ALAMPY será en forma voluntaria y de cohesión homogénea.

Su organización se establecerá a través de un cuerpo colegiado integrado por nueve miembros permanentes (y sus suplentes), tres miembros por cada una de las organizaciones: APYME de Argentina, CIVES de Brasil y ANIT de México.

Se constituirá en una comisión directiva:

La Secretaría General, integrada por:

FRANCISCO DOS REIS APYME DE ARGENTINA

PEDRO SALCEDO GARCIA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

La Secretaría Comercial integrada por:

FRANCISCO BALCANYI CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

(") ANIT DE MEXICO

La Secretaría Institucional integrada por:

ADAN RIVERA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

Adán Rivera de ANIT de México, Francisco Dos Reis de PAYME de Argentina y Francisco Balcanyi de la CIVES de Brasil, constituirán el Comité Coordinador de la ALAMPY.

La integración financiera se realizará conforme las aportaciones de cada una de las Organizaciones citadas.

Deberá existir comunicación constante, los miércoles de cada semana por vía electrónica satelital cada cuatro meses.

La página web de APYME se extenderá a la ALAMPY

En 30 días habrá página web de ALAMPY

Deberá anotarse la leyenda "Adherida a la ALMPY", en la papelería de las organizaciones y en los logos de cada asociación.

Las conclusiones de esta mesa de empresarios se difundirán a partir de la semana próxima.

Comisión de Vinculaciones Comerciales

Considerando:

Lo debatido en el primer encuentro de empresarios latinoamericanos, en Porto Alegre; las reuniones de trabajo APYME, CIVES y ANIT en la ciudad de México en 1997; las reuniones de trabajo entre APYME y CIVES efectuadas en San Pablo en el corriente año; así como lo debatido en el presente encuentro, esta comisión pone a consideración lo siguiente:

Crear en el seno de la asociación un área de negocios para lo cual sugerimos dos puntos:

1. Que la Dirección de la organización creada designe entre sus miembros un responsable institucional por cada país integrante.

2. Designar un responsable operativo (sugerimos que esto se de en un plazo máximo de 60 días).

3. Relevar la infraestructura existente en cada organización.

Entendiendo por infraestructura:

a. Cantidad de persona destinadas a esta tarea (recursos humanos destinados efectivamente a estos temas).

b. Tecnología para la comunicación (fax, correo electrónico, etc.)

Sugerimos que este relevamiento se complete en un plazo máximo de 60 días.

Acordadas estas pautas generales de funcionamiento, esta comisión sugiere alcanzar los siguientes objetivos en el plazo de un año:

1. Relevar un mínimo de cien empresas por país en condiciones de iniciar contactos comerciales apuntando a definir un patrón final estandarizado para dicho relevamiento.

2. Que por lo menos 10 empresarios de cada país y hayan iniciado el ciclo de vinculación comercial a los efectos de analizar las experiencias.

3. Concretar vinculaciones con los municipios como primera base en la búsqueda de apoyo gubernamental.

4. Promover acuerdos con las universidades a los fines de mejorar la gestión,

permitiendo la inserción de los nuevos profesionales en la práctica del comercio exterior de los pequeños y medianos empresarios.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL

RESOLUTIVO DE LA MESA DE GÉNERO

DEL VIII FORO DE SAO PAULO

México, D.F., 30 de Octubre de 1998

Las compañeras y compañeros participantes en el Taller de Género, integrantes de diversos partidos de 16 países de América Latina y el Caribe, presentamos ante esta plenaria los siguientes acuerdos:

Las políticas neoliberales impuestas a nuestras naciones latinoamericanas han provocado que las condiciones económicas, sociales, culturales y políticas del continente manifiesten un estado general de desigualdad entre clases, razas y sexos, manteniendo una actitud discriminatoria hacia las mujeres y los grupos vulnerables que viven en la extrema pobreza.

En las últimas décadas, si bien ha habido avances en cuanto a la participación de la mujer en la vida pública y social, continúa existiendo un alto grado de discriminación en todos los ámbitos, en el discurso, en los ejes programáticos, en los estatutos de los Partidos, en el impulso de las políticas públicas, en materia legislativa y en el número de espacios que tienen las mujeres, es decir que los avances no han sido homogéneos, ni en todos los países, ni en todos los partidos.

En América Latina, las garantías individuales de amplios sectores de la población no son respetadas, ni se ejerce la ciudadanía de forma plena; por ello, los partidos de izquierda buscan la consolidación de la democracia, para que hombres y mujeres, por igual, sean sujetos de derecho.

La naturaleza de la Izquierda es el impulso de las ideas progresistas y proyectos de cambio hacia la democracia y justicia social, pero hasta ahora no han asumido plenamente el enfoque de género en sus valores fundamentales y estrategias de acción.

El nuevo milenio plantea a los Partidos Políticos retos muy importantes expresados en la consolidación de la democracia con equidad de género y la construcción de un proyecto económico viable que ponga el acento en los seres humanos y no en las variables macroeconómicas.

ESTRATEGIAS

1.- Es un compromiso de los partidos de izquierda mantenerse a la vanguardia de la perspectiva de género, para promover una estrategia amplia donde hombres y mujeres participen en igualdad de condiciones, para ello es vital interrelacionar los espacios institucionales de la promoción de la mujer, política de género y acciones transversales.

De esta manera los institutos políticos en todos sus órganos partidarios y en sus acciones específicas, tales como la educación y la formación política, relaciones internacionales, etc. abrirán espacios para las mujeres e incorporaran el enfoque de género en su programas de trabajo.

2.- Los partidos deben revisar los enfoques y métodos en el ejercicio del poder, así como actitudes discriminatorias hacia las mujeres, que permitan la construcción de relaciones igualitarias entre los seres humanos y una nueva forma de hacer política y ejercer gobierno.

3.- Pasar de las declaraciones, sobre la problemática de género a la elaboración de políticas públicas, de tal manera que aseguren cambios sustanciales en la condición y situación de las mujeres. Esto necesariamente debe estar acompañado de la incorporación de mujeres en cargos directivos de gobierno.

4.- Desarrollar una estrategia política que sepa articular, en igualdad de prioridades, lo nacional con lo regional y lo local; lo que implica elevar la importancia de la municipalidad y asegurar reales procesos de descentralización.

5.- Revalorizar todo lo femenino, de tal manera que se integralice la política y acción partidaria, contribuyendo a superar la asignación de roles por razones de género y a construir una nueva escala de valores que nos haga más humanos y humanas y por tanto revolucionarios (as).

6.- Reconocer que lo privado y cotidiano de las mujeres es un problema público, que afecta a la sociedad en su conjunto y por tanto incorporarlo en las estrategias políticas partidarias.

PROPUESTAS

1. Los Partidos de izquierda deben incluir entre sus candidatos a puestos de representación popular y cargos de dirección partidaria, un mínimo de 30 por ciento de mujeres.

2. A los encuentros anuales del Foro de Sao Paulo, se debe garantizar la asistencia y participación del 50 por ciento de delegadas de cada país miembro; así como, se

hace indispensable asegurar la incorporación de al menos cinco mujeres en el Grupo de Trabajo, de las cuáles dos pertenezcan al partido anfitrión.

3. Se propone la realización del Taller de Género, uno o dos días antes del Foro de Sao Paulo, para que en los días del encuentro las mujeres que asistan como delegadas participen en todas las mesas o talleres de análisis.

Las mujeres de partido asumiremos la responsabilidad de participar, no sólo con cantidad sino con calidad en la construcción de un nuevo proyecto económico-social alternativo, que permita tener en toda Latinoamérica y el Caribe, gobiernos promotores de justicia social que aminoren las desigualdades y la discriminación.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Taller de Discusión:

Indígenas – Situación Actual y Perspectivas

Los participantes en el Taller de Discusión Indígenas: Situación Actual y Perspectivas, reunidos en la ciudad de México, D.F., en el marco del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresamos, en principio, la necesidad de llevar a cabo un ejercicio de autocrítica, debido a que no se observa un cambio sustancial en el tratamiento secundario que nuestros partidos han venido dando a la cuestión indígena. Lo que se expresa de manera concreta en la escasa presencia de hermanos indígenas en este foro, delegados de los partidos miembros, así como en la falta de compromisos y propuestas.

Constatamos que una de las grandes tragedias que han sufrido nuestros pueblos ha sido el aislamiento profundo entre las luchas indígenas y las luchas de la izquierda latinoamericanas. Que, lamentablemente, una cosa ha sido lo declarativo y, otra, la importancia real que se le asigna a esta trascendental cuestión.

Por consiguiente, consideramos que es un deber asumir como partidos la obligación de hacer un diagnóstico que nos lleve a realizar propuestas concretas para superar dicha situación, y evitar que prevalezcan posiciones etnocéntricas.

Coincidimos, en que, en líneas generales, en Nuestra América los grandes problemas son similares. Nuestras naciones, particularmente los pueblos indígenas o naciones originarias, sufren problemas semejantes y vienen cursando procesos que demuestran que hoy existe una verdadera emergencia del movimiento indígena y campesino.

Sin embargo, nuestros partidos vienen trabajando bajo parámetros, conceptos, y doctrinas, muchas veces alejados de nuestras complejas realidades, y que no nos han permitido avanzar en la solución de la lacerante situación indígena de nuestros países.

Aquí nos hemos preguntado: ¿si es que hoy en día son sólo los indígenas quienes tienen la capacidad de ver las estrellas?

Los pueblos descendientes de los pobladores originales de América mantienen vivos

su idioma, su filosofía, sus religiones, sus leyes y formas de gobierno; se reconocen como pueblos, en algunos de nuestros países, como naciones originarias, con proyecto propio.

Sin embargo, continúan viviendo en los sótanos de los edificios nacionales. Son "los parias entre los parias". Viven en la marginación de los beneficios sociales pero integrados a los sistemas nacionales e internacionales de explotación. Los niños indígenas presentan los más altos índices de desnutrición y altas tasas de mortalidad y padecimiento de enfermedades infecciosas asociadas a la desnutrición, las más bajas tasas de alfabetización, escolaridad y empleo.

Pobreza y exclusión, discriminación y racismo son los signos bajo los que estas grandes mayorías viven, vinculados principalmente a la agricultura y en medio de una lucha por la sobrevivencia entre indios y no indios, por problemas relacionados con la tierra.

En este taller se planteó que los procesos de globalización neoliberal, -que vulneran de manera particular las condiciones materiales y, por ello, las identidades de los pueblos indígenas-, pueden ser superados a través de un proyecto alternativo a ese modelo neoliberal, que incluya la lucha decidida contra las políticas impuestas por el Fondo Monetario Internacional y la integración subordinada en mecanismos como el Tratado de Libre Comercio, el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y el Acuerdo Multilateral de Inversiones; el no pago de la deuda externa; un reparto agrario radical, bajo control de los campesinos y trabajadores rurales; la defensa de la propiedad social de la tierra; la lucha contra la privatización de las empresas estratégicas; la democratización de la economía, la lucha frontal contra la privatización de las tierras comunales que representan una agresión a los indígenas, y se viene desarrollando en todo el continente; la erradicación de la corrupción y la promoción de la solidaridad entre los sectores mayoritarios del pueblo.

Se consideró que la construcción de proyectos nacionales sólo será posible bajo una clara directriz de alianza estratégica entre el movimiento indígena y los partidos de izquierda, evitando fenómenos como el clientelismo, el paternalismo y el corporativismo que dificultan el crecimiento y desarrollo del movimiento indígena.

Los participantes en este taller opinamos que es falsa la presunción de que en América Latina no padecemos el flagelo del racismo, cuando es claro que los pueblos indios son discriminados no sólo en razón de sus características culturales y sociales, sino también, con fundamento en un estereotipo racial considerado socialmente.

Las comunidades indígenas son víctimas, así mismo, de conflictos derivados tanto

de la tenencia de la tierra, de la falta de reconocimiento de sus sistemas normativos, así como de las estrategias de contrainsurgencia que se dejan sentir con especial rigor en las regiones que habitan. Es un hecho que las violaciones a los derechos humanos se concentran principalmente en esas comunidades, frente a unas instituciones de procuración de justicia que les dejan en el desamparo en razón de su lengua y de su propia condición indígena.

A esto se suma una exclusión política significativa; debida en parte, a la ausencia de mecanismos legales que favorezcan la representación indígena en las estructuras políticas. Es necesario reconocer que los partidos no pueden seguir manteniendo el monopolio de la representación política y abrir nuestros sistemas constitucionales a las candidaturas independientes.

Mientras las políticas sectoriales sigan siendo definidas fuera del mundo indígena, se seguirán observando rasgos que bien pueden ser calificados como coloniales.

No obstante todo lo anterior, nada ha podido evitar el surgimiento y desarrollo de un movimiento indígena cada vez más relevante. Se ha desarrollado de manera notable una nueva intelectualidad y un liderazgo político indígenas. El renacimiento de la literatura y la cultura indígenas se ha expandido de manera muy significativa. Los procesos de alfabetización y recuperación de las lenguas ha ayudado a crear condiciones para recrear y fortalecer la identidad de los pueblos indígenas.

A lo largo y ancho de Nuestra América han surgido y se consolidan organizaciones representativas de los pueblos indios y naciones originarias, con un papel fundamental en la lucha general de los pueblos latinoamericanos por la democracia, la paz y la justicia social, por el derecho a la libre determinación y la autonomía; por la recuperación de sus territorios y recursos naturales, y la promoción de una concepción de la vida basada en la propiedad comunal y en la solidaridad. Particularmente en los países donde es mayor el número de pueblos y naciones indígenas, pero su acción es también significativa donde no lo es. Se acumula una incalculable experiencia y se superan errores cometidos en otros tiempos y circunstancias.

Así, a partir de 1992, con la conmemoración de los 500 años de resistencia india, y dos años mas tarde, en 1994, con la rebelión de los mayas zapatistas, lo indígena se ha puesto en el centro de las políticas nacionales. Ahora, la cuestión indígena es parte de la agenda política nacional de nuestros países.

De esa larga tradición de lucha y resistencia civil han emanado propuestas de democracia participativa, que nuestros partidos deben analizar y adoptar. E, igualmente, se registran las más diversas formas de lucha por alcanzar los objetivos de la igualdad y la justicia social.

Pero consideramos que es de destacarse el contenido ético que le han dado a sus movimientos, ante el pragmatismo que parece impregnar la lucha por el poder en la vida de nuestros partidos.

La rebelión maya zapatista, en particular, muestra cómo el movimiento indígena puede ir acompañado de una sociedad civil nacional e internacional y concitar los apoyos de una gran diversidad de movimientos sociales. Esto también constituye una enseñanza para nuestros partidos y organizaciones políticas. El momento de fusión más ordenado de esta convergencia es aquél cuando se negociaron los acuerdos de San Andrés. El EZLN no negocia una agenda específica sino invita al conjunto de la sociedad y del movimiento indígena a elaborar una propuesta. Surgen iniciativas como la de reformar las constituciones para otorgar pleno reconocimiento al mundo indígena y, esencialmente, para darle un nuevo contenido a los estados - nacionales contemporáneos.

Es en estas circunstancias, cuando aparece un nuevo actor político significativo: los pueblos indígenas, incómodos para los gobiernos, por cuestionar las políticas tradicionales de dominación; para las iglesias, por la autonomía de los grupos otrora bajo su tutela; para los partidos políticos, porque reclaman otras formas de organización política; para la intelectualidad liberal, por su defensa del derecho a la diferencia ejercido de manera colectiva. Cuestionan, en suma, la cultura política tradicional.

Este nuevo sujeto político reivindica nuevas formas de hacer política que deben ser pensadas para reconstruir la izquierda latinoamericana. Se plantea el reconocimiento de derechos en torno a valores. Una visión de la política como servicio a la comunidad y no como simple instrumento para alcanzar y retener el poder.

Hemos expresado, sin embargo, nuestra preocupación por ciertas concepciones etnicistas, anti intelectuales, y anti partidistas entre el movimiento indígena que tienden a pensar que es posible prescindir o aislarse de los movimientos de otros sectores sociales en lucha o de los partidos como instrumentos para hacer política.

Las circunstancias exigen ejercicios de descentralización y de autonomía más audaces que los que hoy se reivindican contra el arraigado poder de los caciques y de las inercias conservadoras en la conformación de federaciones o estados unitarios.

Se demanda, en suma, un nuevo pacto entre ciudadanos, pueblos indígenas y naciones originarias y Estado, en el que es fundamental comprender la existencia de los derechos colectivos y no sólo aquellos derivados de la ciudadanía. Una

nación de ciudadanos con derechos plenos, pero también una nación de pueblos en el ejercicio de sus derechos.

Imaginar e innovar nuevas formas de relación entre nuestros partidos políticos y los movimientos indígenas, que lleven a evitar la lógica de confrontación y disputa; que parta del reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos con instituciones políticas democráticas propias, y que conduzcan a su participación en las instancias locales y federales del poder.

Reivindicamos el principio de la complementariedad. La interacción y construcción de alianzas entre sujetos políticos con principios y programas propios. Por ello, los partidos políticos de este foro deben definirse.

Todos estamos aprendiendo en la perspectiva de enriquecer nuestros movimientos, partidos y organizaciones, hacia la unidad latinoamericana de la que formen parte inalienable los pueblos originarios de Nuestra América y nos permita vivir con dignidad y cada vez mejor.

Desde aquí llamamos a establecer y profundizar una relación con los pueblos indígenas desplazados y desarraigados por diversos motivos, que salieron de sus pueblos originarios y se encuentran en diversos países del continente.

Los partidos políticos de la izquierda latinoamericana debemos comprometernos con el derecho de los pueblos a la libre determinación y a la autonomía y plasmar este compromiso en nuestros documentos programáticos.

Finalmente, saludamos de manera decidida el próximo diálogo del EZLN con la sociedad civil y la Comisión de Concordia y Pacificación, pero particularmente hemos señalado nuestra preocupación por la falta de voluntad del gobierno mexicano para resolver el conflicto de Chiapas y cumplir con los acuerdos de San Andrés.

La paz es la condición y el fin para que todos veamos las estrellas, de un firmamento para todos y cada uno.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JUVENTUDE - ESPANHOL

8º ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVOS DE LA MESA DE JUVENTUD

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

Cabe destacar que es reciente la inclusión de la mesa de juventud en este Foro, lo cual festejamos... pero, por lo mismo el primer resolutivo de nuestra mesa es que en todos los siguientes encuentros la mesa de juventud sea permanente. No olvidemos que la juventud es presente y futuro.

La izquierda en todos los países siempre se ha nutrido principalmente de jóvenes. Esto no es gratuito. Nosotros participamos en el ideal de un mundo mejor. Nos hemos sumado a todas las tareas que buscan ese objetivo. No obstante, creemos que en buena mediada la participación juvenil no se ha valorado en su justa dimensión. La actitud de los adultos hacia nosotros se ha concretado a considerar que sólo podemos realizar tareas operativas como pegar propaganda, repartir panfletos y actividades similares.

Consideramos, hoy más que nunca, entiendan, que si los proyectos que enarbolan nuestros partidos, para que se hagan realidad en un futuro próximo, es necesario comprometerse con la formación de los futuros cuadros políticos que harán frente a tan importante reto. Por ello, demandamos la convencida inclusión de nuevas generaciones en todas las esferas de la vida pública que se generen a partir del trabajo político. Ustedes saben que por ejemplo, los triunfos electorales de nuestros partidos se han dado en gran medida a la participación y el voto joven. No lo olviden.

Estamos convencidos de la necesidad que la formación de nuevos cuadros es insoslayable, si no es así, estaremos apoyando al fracaso de nuestra oferta política. Proponemos la creación de un fideicomiso internacional para implementar en un primer momento seminarios, talleres, conferencias con un carácter de formación política para los jóvenes de nuestras países, que nos provenga de los elementos para ser dirigentes a la altura de las necesidades y demandas que el acontecer político nos exige.

Para realizar cabalmente nuestra tarea es importante establecer las formas de comunicación que faciliten esta labor. Nos hemos planteando trabajos de mediano y largo plazo que exigen las condiciones propicias para ello, por tanto, pedimos su

apoyo para realizar reuniones regionales de intercambio y preparación permanente entre los jóvenes.

Proponemos que todos los partidos pertenecientes al Foro hagan un esfuerzo por facilitar la creación de la página de la juventud de izquierda en internet. De la misma forma, pedimos que apoyen todo requerimiento de desplazamiento hacia nuestros países. La comunicación que hagamos será nuestro punto de partida.

Más allá de los discursos, demandamos que nuestros partidos y gobiernos se comprometan firmemente con la promoción y el respeto irrestricto de los derechos humanos en el mundo.

Los jóvenes participantes en este Foro, consideramos que el respeto, la libertad y la tolerancia a las preferencias sexuales, religiosas y de pensamiento son derechos de cualquier ser humano. ¡Viva la diversidad!

La juventud del Foro de Sao Paulo se proclama enemiga de cualquier sistema de opresión e injusticia por lo tanto repudia la política económica del neoliberalismo en todas sus formas de expresión.

Exigimos la libertad de todos los presos políticos de nuestros países; y solicitamos a los parlamentarios de los partidos del Foro la implementación de esta resolución.

Pedimos que se haga juicio político por crímenes a la humanidad a Augusto Pinochet.

Exigimos el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés Larráinzar, por parte del gobiernos federal mexicano.

Apoyamos la lucha del pueblo peruano en contra de la dictadura y el modelo neoliberal. Exigimos el cese de la represión de todos los sectores democráticos y disidentes del régimen.

Exigimos al gobierno peruano respete las leyes internacionales en materia de derechos humanos. Modifique el sistema carcelario, se revisen los procesos judiciales, respeto a la autonomía del poder judicial, la abolición de los tribunales militares y cese a la persecución de la prensa.

Participantes integrantes del Foro de Sao Paulo: El Salvador, Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional , José Adrián Flores; España, Partido Comunista de los Pueblos

Españoles, Juan Lorenzo Santa Ana; Guatemala, Unión Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Ricardo Ramírez; México, Partido de la Revolución Democrática, Miroslava García Suárez; Partido Popular Socialista, Sandra Portillo; República Dominicana, Partido Revolucionario Democrático, Leo Adames Tejeda.

Participantes observadores: Péru, Movimiento Nacional Tupac Amaru, Alejandro Vázquez; Taller de Estudios Andinos, Jorge Luke; APRA, Juan Condor; México, Frente Zapatista de Liberación Nacional, Neftalí Miranda.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo, la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimentos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero, campesino, índigena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluídos como los migrantes y los desemplados.

2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.

3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.

4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.

5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores

6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando

con la relación subordinada y autoritaria.

8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.

9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

a) Tierra para los desposeídos

b) Reactivación de la planta productiva nacional

c) Empleo

d) Vivienda

e) Justicia

f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

* Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.

* Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.

* Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.

* Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.

* Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.

* Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".

* Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.

RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.

2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DO FÓRUM PARLAMENTAR - ESPANHOL

FORO PARLAMENTARIO – FORO DE SAO PAULO

HACIA UNA INTEGRACION PARA EL DESARROLLO JUSTO Y DEMOCRATICO

Criterios Generales para una Integración Justa y Democrática

Los legisladores reunidos en el marco del VIII Foro de Sao Paulo reafirmamos nuestro compromiso de impulsar alternativas de integración para el desarrollo y bienestar de nuestros pueblos.

Para ello proponemos los siguientes Criterios Generales para una Alternativa de Integración para el Desarrollo:

Oponernos al proceso de globalización neoliberal expresado en proyectos como la nueva agenda corporativa de la Organización Mundial del Comercio (OMC), en el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y en el proceso oficial en curso de las negociaciones de un Acuerdo de Libre Comercio de la América (ALCA). Pero sobre todo debemos, junto con los demás actores progresistas y de Izquierda de nuestra sociedades proponer un proyecto alternativo bajo los siguientes principios generales:

1. La integración se debe realizar a partir de proyectos nacionales de desarrollo ampliamente discutidos y consensados en nuestros respectivos pueblos.

2. Es necesario profundizar los procesos de integración de los países de América Latina y el Caribe y diseñar estrategias comunes de negociación que fortalezcan nuestra visión alternativa sobre los procesos de integración en curso.

3. Se debe apoyar primordialmente al sector productivo y desalentar el predominio actual de la especulación. La estrategia de desarrollo debe ser multifacética y no asumir al mercado internacional como único dinamizador de la demanda. Es necesario potenciar el mercado interno que genera un círculo virtuoso entre la elevación del nivel de vida de la población y el crecimiento de la economía. Para que las exportaciones no sean un enclave sin efectos benéficos para el resto de la economía deben tener un alto contenido nacional; en consecuencia los Estados Nacionales deben conservar su derecho a diseñar e impulsar una política industrial tendientes a integrar las cadenas productivas y que las reglas de origen exigidas por los acuerdos internacionales para ingresar a los mercados dentro de la zona impliquen contenido nacional.

4. Es tarea prioritaria como parlamentarios el mantener, reformar y promulgar leyes que preserven el irrenunciable papel de los Estados Nacionales en la conducción de la economía.

5. Cualquier acuerdo de integración debe estructurarse desde una lógica social. Lo social no debe ser un

añadido al lado de una lógica económica excluyente y empobrecedora; sino como se dice en la declaración del Foro Parlamentario realizado en Santiago de Chile al interior de la cumbre de los pueblos: "La mejor política social es una estrategia económica con efectos sociales positivos". La sustentabilidad no tiene hoy sólo que ver con cuestiones ambientales, sino también con la superación de la miseria en la que ha sumido el actual modelo neoliberal a millones de compatriotas. Ello debe implicar incluir en la negociación al menos los siguientes temas:

a) Derechos Humanos en su sentido integral, no sólo los civiles y políticos, sino también los económicos y sociales y los de los pueblos. Ello implica la ratificación, por parte de los países que no lo han hecho, de los principales instrumentos jurídicos internacionales y que estos formen parte de los acuerdos de integración, así como la creación de mecanismos e instituciones que aseguren su vigencia.

b) Derechos plenos de los pueblos migratorios. Promover la firma y/o ratificación de convenciones y acuerdos internacionales (p.e. Convención para la Protección de los Derechos de los Trabajadores Migratorios y sus familias, ONU, 1990); proponer la renegociación del TLCAN para incluir la migración laboral, y que esta se considere dentro de acuerdos específicos en las negociaciones del proceso de integración continental. Promover el desarrollo regional sustentable, son proyectos productivos y un mejor aprovechamiento de los recursos en las zonas de expulsión de fuerza de trabajo.

c) La integración económica debe ser un instrumento para la superación de la pobreza y ello fundamentalmente por la vía de la generación de más y buenos empleos frente al actual proceso de desempleo y precarización de los empleos existentes. Por lo que cualquier acuerdo de integración debe favorecer la conservación y elevación de los derechos y estándares laborales.

6. Uno de los objetivos de cualquier acuerdo es el de reducir desigualdades entre naciones, dentro de los países entre mujeres y hombres, y entre razas. Los objetivos de la reciente ola de acuerdos de libre comercio han sido el levantamiento recíproco de aranceles comerciales entre las naciones, sin considerar los niveles de desarrollo de los países, ni los particulares intereses nacionales. El principio dominante de estos acuerdos ha sido el concepto de trato nacional, el cual implica exigir que los gobiernos den trato similar a los extranjeros, sus productos e inversiones que a los nacionales. En su lugar, el acceso a los mercados para las inversiones y los productos foráneos, debe ser claro, estable y previsible; pero negociado en el marco de los planes nacionales de desarrollo. Los diferentes niveles de desarrollo entre los países son una justificación para hacer valer el principio de la no reciprocidad y búsqueda del trato preferencial en el acceso a los mercados. Para ello, La Carta de Derechos Económicos y Deberes de los Estados (ONU 1974) en sus artículos 2, 14, 17 y 18 establecen las bases jurídicas y socioeconómicas para demandar un tratamiento justo (no igual). El trato igual entre desiguales conduce a la desigualdad.

El objetivo de reducir las asimetrías debe traducirse en fondos compensatorios y de desarrollo para los países, regiones y sectores menos desarrollados o vulnerables y en un enfrentamiento de fondo del problema de la deuda externa.

7. La sustentabilidad y el cuidado del medio ambiente son, junto con el combate a la pobreza, los retos fundamentales de cualquier estrategia económica o acuerdo de integración. Los acuerdos comerciales

deben privilegiar la calidad de desarrollo; lo que implica establecer límites sociales y medioambientales al crecimiento. La sustentabilidad y el bienestar de la población deben sobreponerse a la ganancia a corto plazo.

Las nuevas reglas dentro de la integración económica deben permitir una propiedad y una administración democrática de nuestra tierra, de nuestros recursos naturales, así como un genuino respeto a los territorios y derechos indígenas. Los países ricos y las grandes corporaciones tienen una deuda ecológica acumulada y ocupan un espacio ambiental exagerado respecto a su población y territorio. Cualquier acuerdo debe repartir con equidad los costos de la transición hacia un modelo sustentable.

Para llevar a la práctica los objetivos expuestos es necesario construir confluencias

Para materializar nuestras aspiraciones es preciso, forjar y proyectar una agenda común que fortalezca y profundice la democracia, el desarrollo sustentable y justo, y para lograrlo debemos promover la confluencia plural de posiciones democráticas y progresistas en diversos ámbitos. Dicha agenda común debe incluirse en foros de partidos políticos como la COPPPAL y el Foro de Sao Paulo; en ámbitos legislativos, tanto en nuestras cámaras locales y nacionales como en las instancias interparlamentarias de carácter bilateral, regional (Parlatino y Parlacen), y mundial (UIP) y participando en aquellos procesos sociales, como la llamada Cumbre de los Pueblos de América, que convoca la Constitución de una Alianza Social Continental.

Nuestro desafío es darle continuidad a este encuentro parlamentario que nos permita fortalecer y coordinar la fuerza legislativa que los partidos de izquierda tenemos para que nuestra actuación como representantes populares expresen plenamente el interés y la voluntad de nuestros pueblos.

Reivindicar el papel de los órganos legislativos

Los órganos legislativos cada vez cobran mayor relevancia en los procesos de transición democrática que viven nuestros países. Ello implica una nueva relación con la ciudadanía, grupos sociales y colectividades, en el que la redención de cuentas tiende a convertirse en cotidiana, y exige la consulta permanente con el electorado.

El papel de los órganos legislativos por supuesto no deben circunscribirse en la simple ratificación de tratados, nuestra exigencia para la incorporación inmediata de los parlamentarios y congresistas de cada país, en el proceso de integración, es un imperativo para cumplir de modo informado, veraz y oportuno con las responsabilidades de aprobación, ratificación y/o rechazo de los acuerdos comerciales que fundamentalmente consisten en informar, sensibilizar, socializar e incorporar en su discusión a sectores de la población –organizada o no-, sobre el tema de integración y el desarrollo, que nos permitan a su vez, formular iniciativas técnicamente sustentadas y respaldadas política y socialmente.

En lo internacional, y en la medida en que fortalezcamos confluencias parlamentarias, nos proponemos fortalecer el diálogo y la forja de una propuesta de acción con las distintas redes y organizaciones (sociales, laborales, mujeres, ambientales, eclesiales, políticas, urbanas, de derechos humanos, etc.) para

producir una articulación ciudadana y parlamentaria con objeto de construir una alianza social continental. Formular una agenda de alternativa común nacional, regional, continental e internacional, que nos permita enfrentar los problemas que nos imponen la globalización y los acuerdos de libre comercio. Avanzar en la elaboración de una propuesta de modelo de desarrollo alternativo que apunte hacia un desarrollo social y ambientalmente sustentable.

EN CONCLUSIÓN:

El día de hoy con ocasión de la realización del VIII FORO DE SAO PAULO ratificamos el compromiso de construir un Foro Parlamentario Permanente, para trabajar en la elaboración conjunta de modelos alternativos de integración que partan de los intereses y bienestar de la población, decididos democráticamente y partiendo de la sustentabilidad del desarrollo.

12 PROPUESTAS DEL FORO PARLAMENTARIO

Al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

1. Desde una perspectiva popular, democrática y revolucionaria, el proceso de la mundialización económica y de la convencionalmente llamada globalización, no admite ni candorosas apologías a la misma, ni actitudes reactivas y derrotistas que promueven más bien, desmoralización e impotencia. Los parlamentarios democráticos debemos, por el contrario, liderear un posicionamiento nacional y regional integracionista:

a) Fundado en los intereses de nuestros pueblos-nación.

b) Centrado en el desafío de una estrategia focalizada en la superación de la miseria económica.

c) Incorporando los legítimos intereses de los sectores productivos nacionales. Reivindicando el crecimiento de los sectores privado de menores ingresos, micros, pequeños y medianos empresarios.

d) Reconociendo las asimetrías existentes entre las naciones, para reclamar un trato justo y preferencial para las naciones más débiles.

El problema a fin de cuentas es quien gana y quien pierde, pero también quien liderea o gobierna el proceso internacional. Hasta ahora hegemonizado por los neoliberales. Este es el desafío.

2. El proceso mundial no solamente ofrece esas magras o ilusorias posibilidades para nuestros países. Sino que conlleva también con inusitada fuerza una internacionalización aún mayor de problemas como la espantosa miseria de millones de seres humanos, el auge del crimen organizado, el imperio de la corrupción política, administrativa y de mercados viciados, la depredación del medio ambiente, etc. Ello reclama de los parlamentarios de izquierda realizar un extraordinario esfuerzo para liderear, coliderear o por lo menos incidir significativamente para lograr una internacionalización y regionalización de

verdaderos caminos y soluciones.

3. Se nos plantea en el fin del milenio el reto de relanzar la idea-objetivo de la comunidad de naciones latinoamericanas, lo cual pasa necesariamente por una Alianza Interparlamentaria para una propuesta y una acción alternativa permanente frente a la globalización y particularmente frente a la conducción y hegemonía neoliberal de proceso y, por consiguiente frente al excluyente, subordinador y empobrecedor usufructo que hacen del mismo los megapoderes transnacionales, financieros y gran mercantilistas.

Se trata, entre otras cosas de una opción y acción alternativas frente al ajuste y a los tratados de libre comercio antinacionales y antipopulares.

4. Una propuesta y una acción alternativas exigen a la izquierda responsible, inteligente y democrática: incursionar e incidir desde el parlamento, pero también desde la sociedad civil y quizá primordialmente a incidir desde el mismo pueblo, en los Centros Nacionales y Regionales de decisión, en Materia Integracionista. Precisamente ahí donde se realiza el diseño y seguimiento de las políticas integracionistas. Es contraproducente hacer el vacío a ese nivel porque eso consolida el monopolio de la conducción política por las fuerzas retardatarias y antinacionales.

5. Contribuir desde el parlamento de la unión irrompible de la política alternativa con el conocimiento, a la propuesta alternativa con los números y con el dato preciso creando o consolidando los Centros de Inventigación Económico-Social.

a) Dentro de los parlamentos

b) Y promoviendo centros propios de la sociedad civil o conjuntos del parlamento y sociedad civil

6. Recobrar banderas genuinamente democráticas y revolucionarias.

a) Democracia profunda, real e integral.

b) Modernización económica, política y social, concebida como realización plena de los seres humanos, en la elevación de la calidad de vida de los pueblos, asociada al cambio estructural progresista.

c) Justicia en su enfoque multidimensional y profundo.

d) Desarrollo. Estrategia de desarrollo entendida como progreso y prosperidad realmente compartida, participativa y equitativa.

No es revolucionaria la izquierda que permite que la reacción cínicamente usurpe sus genuinas banderas y se apodere del discurso.

7. Recuperar en La Agenda Interparlamentaria temáticas claves para la vida de nuestros pueblos:

a) La reforma fiscal progresista, la restructuración tributaria efectiva y progresiva, la descentralización y revolución fiscal municipalista que potencíe el desarrollo democrático participativo desde la base, desde lo local, desde la comunidad.

b) La reestructuración progresista del Estado, hacia un Estado realmente eficaz en el cumplimiento de sus responsabilidades públicas, sociales y económicas. Contrario a la tendencia dominante de abandono de las mismas.

c) La reconversión presupuestaria cualitativa, transparente y participativa. Que incluya la fiscalización cotidiana del presupuesto del Estado por el Parlamento y por la misma sociedad civil.

d) Liderear el combate a la corrupción.

e) Declaración de lucha contra el crimen organizado, frecuentemente asociado a poderes retrógrados.

f) Crear y desarrollar la institucionalidad para combatir las prácticas monopólicas y oligopólicas y en el mercado.

g) Reforma financiera, dirigida a contrarrestar el esquema superconcentrador, expoliador y excluyente, potenciando el desarrollo del sector financiero no bancario y popular que contribuya a la masificación del pequeño y el microcrédito y que también asuma el desafío de reconcebir un nuevo tipo de banca de desarrollo orientada a desarrollar el tejido productivo nacional.

h) Reivindicar el poder de decisión parlamentaria en relación a la Carta de Intenciones, Stand By, que nuestros estados suscriben con el Fondo Monetario Internacional (FMI), generalmente a espaldas de los pueblos y de los parlamentos.

i) Rechazo concertado a las pretenciones de extraterritorialidad de las leyes por parte del Gobierno de los Estados Unidos.

8. Homologación latinoamericanista de las legislaciones y de sus mecanismos de aplicación, desde los intereses nacionales y populares.

9. Establecer en este periodo el primer circuito de comunicación interparlamentario de la izquierda, mediante la internet y el correo electrónico.

Organizar en los próximo tres meses la primera Teleconferencia Interparlamentaria, para dar seguimiento y fortalecer la vigencia de las resoluciones de este Foro.

10. Producir la primera investigación Interparlamentaria Latinoamericana, sobre el estado del endeudamiento de nuestros países, como esfuerzo de la concertación democrática interparlamentaria

surgida del Foro de Sao Paulo, con vistas a promover pauta de acción.

11. Trabajar para ampliar espacios y para accesar a la propiedad de medio de comunicación masiva y para el desarrollo de las radios comunitarias, a fin de potenciar la voz de los sectores populares y la de nuestros partidos, para ganar más conciencias y más adhesiones en la lucha por la construcción de una nueva sociedad donde prevalezca la justicia y la solidaridad.

12. Reivindicar, recuperar y devolver el sentido más noble y legítimo de la política, entendida la política como servicio y lucha para el cambio, contribuyendo desde el parlamento, a marcar la diferencia efectiva respecto a los partidos tradicionales.

PROYECTO DE RESOLUCION

EXPOSICION DE MOTIVOS

1. Recientemente, en el mes de octubre, se realizó la XXI Reunión Plenaria de la COPPPAL; actualmente se realiza en la Ciudad de México, la VIII Reunión del Foro de Sao Paulo.

2. En las ponencias y resoluciones de ambas reuniones se constataron importantes coincidencias en asuntos de gran importancia y actualidad, como el examen de realidad latinoamericana y mundial ante el fenómeno de la globalización –especialmente lo financiero- y la situación crítica que atraviesan distintas regiones del mundo a raíz de los severos problemas que presenta el modelo neoliberal.

3. Igualmente en ambos encuentros se reafirmó la necesidad de fortalecer y profundizar la democracia, dentro del papel que le corresponde a los partidos políticos y parlamentos, es de máxima trascendencia y se constató la coincidencia en la necesidad de fortalecer los procesos de integración en curso en nuestra región, procurando que sus iniciativas y propuestas expresen los anhelos y preocupaciones de nuestros pueblos.

POR LOS MOTIVOS EXPUESTOS PROPONEMOS

a) Examinar y tomar las iniciativas apropiadas, para realizar durante 1999 una reunión conjunta de parlamentarios integrantes de partidos políticos, miembros de la COPPPAL y del Foro de Sao Paulo.

b) Algunos temas a examinar pueden ser:

* La crisis económica y financiera internacional e iniciativas parlamentarias tendientes a corregir la situación.

* El papel de los Parlamentos en el proceso de integración.

* Examinar la actuación de los parlamentarios presentes en los ámbitos parlamentarios internacionales

como la UIP, Parlatino y otros.

* El papel de los parlamentos en la consolidación y profundización de la democracia.

* La reforma parlamentaria: diagnóstico y propuestas.

* Iniciativas tendientes a perfeccionar la información, coordinación e intercambio de experiencias parlamentarias.

* Iniciativas legislativas en materia de empleo, salud, educación, reforma del estado, entre otros.

c) A fin de coordinar y concretar la iniciativa precedente se acuerda conformar una comisión integrada por:

Diputada	Joana D'arc	PT	Brasil
Diputado	Gustavo Cardesa	PT	Argentina
Diputado	Jorge Rivas	PSD	Argentina
Diputado	Getson Martínez	FMLN	El Salvador
Diputado	Jacinto Suárez	FSLN	Nicaragua
Senador	Jorge Calderón	PRD	México
Diputado	Carlos Heredia	PRD	México
Diputado	Carlos Baraibar	FA	Uruguay
Diputado	Sigfrido Reyes	PARLACEM	El Salvador
Diputado	Arlindo Chinaglia	PT	Brasil
Diputado	Edwin Castro	FSLN	Nicaragua
Diputada	Alba Palacio	PARLACEM	Nicaragua

VIII FORO DE SAO PAULO, CIUDAD DE MEXICO 01 DE Noviembre de 1998.

DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO - ESPANHOL

DECLARACIÓN DE NIQUINOHOMO

En los albores del siglo XXI y del Tercer Milenio de nuestra era, a una década de fundado el Foro de São Paulo, el agravamiento de la crisis política, económica, social y cultural por la que atraviesa la humanidad, ha despejado las incógnitas- algunas reales y otras aparentes- que motivaron la convocatoria al "Encuentro de Partidos y Organizaciones de Izquierda de América Latina y el Caribe", celebrado en Brasil, en julio de 1990.

El núcleo fundador de lo que es hoy nuestro Foro, asistió a aquel encuentro en São Paulo para realizar un intercambio de puntos de vista sobre el impacto que el fin de la bipolaridad de la segunda postguerra tendría en las luchas de los partidos y movimientos políticos de la izquierda de América Latina y el Caribe.

El encuentro de São Paulo tuvo el mérito de haber logrado, por primera vez en la historia latinoamericana, la convergencia de partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda; protagonistas de las más diversas formas de lucha, quienes en conjunto constatamos que los dramáticos problemas que afectan a los pueblos del mundo, particularmente los de América Latina y el Caribe, no desaparecerían con el fin de la Guerra Fría, sino que solo se erradicarían con el fin de la opresión, dominación, explotación y el racismo. Dentro de nuestra pluralidad y diversidad, los partidos y movimientos políticos miembros del Foro de São Paulo coinciden en la lucha contra el imperialismo, que en las dos últimas décadas del siglo XX adoptó la forma del capitalismo neoliberal.

Los diez años transcurridos desde la creación de nuestro Foro no han hecho otra cosa que ratificar la validez de nuestras ideas iniciales. Al igual que en julio de 1990, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo rechazamos tajantemente que el neoliberalismo pueda constituir un proyecto de desarrollo que, tras un periodo del llamado ajuste, "derramaría" riqueza a todos los habitantes de la tierra. Rechazamos que la doctrina neoliberal responda a supuestas leyes inexorables del desarrollo económico y científico técnico.

Especialmente, la realidad de la última década ha demostrado los limites del modelo neoliberal y su incapacidad para resolver los problemas de la humanidad. El fracaso de la reunión de Seattle, en diciembre de 1999 es la expresión simbólica de la fuerza de la resistencia internacional antineoliberal y del fracaso de este modelo.

La doctrina neoliberal responde, en realidad, a intereses económicos y políticos de quienes están dispuestos a sacrificar y exterminar a una mayoría de la humanidad

para mantener una diabólica y vertiginosa carrera en pos de la acumulación de riqueza, en magnitudes casi inimaginables.

La economía mundial ha entrado a una fase depredadora. Las palabras claves para describir al mundo contemporáneo son concentración, polarización y dominación neocolonial. Concentración de riqueza, propiedad y producción. Polarización política, económica y social, con su secuela de miseria, exclusión y marginación.

Esta polarización y desigualdad se expresan en el ámbito mundial en la reducida proporción de la población planetaria que consume la mayor parte de los productos y hace uso de los servicios disponibles; en la riqueza concentrada en no más de trescientas familias; en los millones de seres humanos sin acceso al trabajo, a la salud, a la alimentación, a una vivienda digna, a la educación, a los derechos básicos de sobrevivencia, reproducción y desarrollo conquistados por la especie humana de generación en generación.

A ello se agregan los efectos de la agresiva unipolaridad militar de Estados Unidos y su criminal determinación de violentar el orden legal internacional de la posguerra, claramente expresada en el genocidio al Pueblo de Yugoslavia bajo el rótulo de la ONU y desde una OTAN reformada para esos fines.

Ante estas realidades, reunidos en la tierra natal del general Augusto C. Sandino, proclamamos:

Que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

Que es necesario seguir desarrollando la lucha de la mujer para vencer prácticas e ideologías sexistas que incluso en el seno de nuestras organizaciones y partidos siguen subsistiendo como manifestaciones de discriminación que es necesario erradicar para una nueva relación entre los géneros en condiciones de igualdad de oportunidades.

Que la izquierda debe asumir los nuevos problemas que plantea la intelectualidad progresista en torno a la defensa de la universidad y la educación públicas como patrimonio de la cultura democrática.

Que la solución de los problemas del mundo pasa por la erradicación, a través de la lucha, de las contradicciones fundamentales que hoy gravan a la sociedad; esto es, las contradicciones de clase que se encuentran estrechamente relacionadas con las más diversas formas de opresión, discriminación y explotación, entre ellas, las de género, étnicas, raciales, culturales, religiosas, de grupos de edad o por preferencia

sexual.

Que los pueblos del mundo no podrán aspirar a consolidar su libertad, ni conquistar su autodeterminación y soberanía integral mientras no se haya borrado todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo, como el que oprime a los hermanos pueblos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, Guyana Francesa, Antillas Holandesas y a casos específicos como el de las islas Malvinas.

Que en el Siglo XXI, la izquierda se presenta como una real alternativa de poder popular construyendo nuevas instituciones participativas, nuevas formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico fundamentadas en el bienestar integral de las mayorías nacionales. Que todos los reveses y las victorias de la historia del movimiento obrero y popular y, en particular, las tradiciones de lucha de la izquierda latinoamericana y caribeña, y la experiencia que hemos adquirido como miembros del Foro de São Paulo, forman parte del acerbo político y social para asumir el papel que corresponde a los pueblos en el gobierno de sus propios destinos.

En ese acerbo contamos con la experiencia de elaboración de propuestas, de conquista de espacios y poderes, de construcción de modelos alternativos que nacen de la ubicación y conocimiento de la realidad concreta y que aspiramos a transformar, y de la necesidad de encarar profundos cambios estructurales que lleven a revertir el proceso de destrucción de nuestras plantas productivas, que combatan la especulación financiera internacional, redistribuir la riqueza, democratizar y socializar la elaboración presupuestal, promover la participación social y la descentralización política y económica dirigida a trasformar el Estado, poniéndolo al servicio del desarrollo y la profundización de una nueva democracia integral: social, política, económica, cultural y de género.

Parte fundamental de ese patrimonio es el avance de las fuerzas de izquierda, particularmente de los partidos miembros del Foro, en el logro de mayores espacios institucionales, en gobiernos estatales y municipales, así como en los movimientos sociales, las instancias no gubernamentales, las luchas extrainstitucionales y las insurgencias populares.

Conquista esencial de nuestra América es la heroica resistencia del pueblo cubano y su avance hacia la construcción de una sociedad más justa y humana. Que el secuestro en Miami del niño cubano Elián González, es una muestra de la irracionalidad y el odio contra el pueblo cubano que guía a los círculos reaccionarios de Estados Unidos, capaces de colocar al gobierno de ese país en una situación de rehén de sus estrechos intereses. Este IX Encuentro del Foro de São Paulo ratifica su solidaridad con la Revolución Cubana, exige la devolución inmediata de Elián y el cese de todas las medidas de bloqueo y aislamiento contra ese hermano pueblo.

Parte fundamental lo constituye la lucha del pueblo hermano de Nicaragua que logró derrocar a la dictadura de Anastasio Somoza y construir una Revolución Popular Sandinista, cuyas conquistas hoy defiende el FSLN, en las condiciones y por las vías que se corresponden con la coyuntura nacional e internacional.

Forma parte de estas conquistas el proceso democrático salvadoreño que, luego de una guerra revolucionaria de doce años, concluyó con la firma de Acuerdos de Paz que inciden notablemente en los avances democráticos que lograron superar una dictadura militar y que han sido para el FMLN el punto de partida para construir el poder popular. Aun están pendientes importantes transformaciones, las cuales solo serán posible con el avance firme de las fuerzas populares en El Salvador.

Los Acuerdos de Paz en Guatemala, aún incumplidos en partes fundamentales, establecen rumbos distintos y representan obstáculos decisivos a las políticas neoliberales que se pretenden imponer totalmente. Estos Acuerdos han permitido la emergencia de nuevos sujetos sociales importantes, así como el desarrollo de las fuerzas políticas de izquierda representadas por la URNG y la Alianza Nueva Nación, con crecientes posibilidades de llegar a gobernar en el futuro próximo.

Se suma a esta contribución, en la grave crisis económica, social y política del área andina, la insurgencia indígena popular y de militares democráticos en Ecuador, la cual revela no solo el agotamiento progresivo de un sistema político pervertido, sino también una reiterada crisis de gobernabilidad y dominación políticas, y un creciente proceso de acumulación de fuerzas en el campo popular y progresista, que debido a maniobras de sectores de la cúpula militar, no pudo esta vez, lograr las rupturas de ese injusto orden, pero que al mismo tiempo revela mayores posibilidades en esa dirección.

El singular proceso político que se desarrolla en Venezuela, bajo la conducción del presidente Hugo Chávez Frías, ha logrado desarticular el sistema político corrupto, fraudulento e ineficiente que se había impuesto en ese país durante casi cuatro décadas. Saludamos las importantes medidas de Gobierno Venezolano para garantizar la soberanía nacional y rechazamos cualquier injerencia foránea que pueda poner en peligro el desarrollo y avance pacífico de este proceso revolucionario.

La lucha del pueblo panameño, latinoamericano y caribeño que se vio coronada con el establecimiento de la soberanía panameña del Canal de Panamá, estrechamente unida a la memoria del general Omar Torrijos Herrera.

El caudal político, organizativo y de movilización alcanzados por el pueblo y la izquierda colombiana, y muy en particular, por los movimientos políticos militares

que desarrollan actualmente procesos de diálogo para buscar soluciones de fondo a los problemas estructurales de esa nación. El Foro de São Paulo denuncia y rechaza las imposiciones del Fondo Monetario Internacional en este país, así como la intervención militar directa de Estados Unidos o de una eventual acción colectiva con participación de ejércitos latinoamericanos.

La presencia de los pueblos indígenas de nuestra América que resisten los embates del neoliberalismo y las transnacionales con rebeliones y movilizaciones que han contribuido a destacar la necesidad de profundas transformaciones en nuestros estados nacionales para garantizar la preservación de la biodiversidad, el ecosistema, así como la pluralidad étnica, el reconocimiento de su identidad, derechos y libre autodeterminación de esos pueblos.

Los retos son enormes para la izquierda latinoamericana y solo lograremos vencer en la medida en que hagamos de la unidad de acción y de propósitos el instrumento mas preciado de nuestras luchas, comprendiendo que la pluralidad y la diversidad de la izquierda es un capital democrático que debemos preservar. En ellas, y en la tolerancia a las diferencias, se encuentra la base de la unidad de las fuerzas del cambio y su capacidad transformadora. Unidad que debe forjarse en cada país, y también mas allá de las fronteras, para hacer viable el proyecto, y para que este tenga caracter integrador y solidario.

Asumimos el compromiso con los principios humanistas que han defendido con su vida nuestros héroes y mártires; la defensa de los intereses nacionales y populares por encima de los intereses de nuestros respectivos partidos y organizaciones; el sentimiento patriótico que enarbolaron los y las forjadoras de nuestras nacionalidades en su lucha contra toda forma de dominación externa y en contra de toda tiranía. Después de diez años de fundado el Foro de São Paulo, la izquierda latinoamericana reafirma esas tradiciones democráticas y de resistencia de que han dado ejemplo nuestros pueblos y esta resuelta a luchar y vencer.

Managua, Nicaragua

20 de Febrero de 2000

CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL

Foro de São Paulo

Managua, 19 de febrero del 2000

Compañeros y Compañeras

Frente Social y Político de Colombia

Coordinación Política

Compañero Luis Eduardo Garzón

Reciban nuestro caluroso saludo con motivo del lanzamiento nacional del Frente Social y Político, donde se resumen las fuerzas sociales más representativas de los trabajadores, campesinos, indígenas, cívicas, comunales, ecologistas, mujeres, transportistas, pensionados, jovenes y la izquierda política colombiana.

Los puntos básicos que a ustedes los convocan, la lucha antineoliberal, antiimperialista, la negociación política del conflicto armado, la autonomía política con un programa alternativo popular, los cambios democráticos del Estado colombiano, la defensa y lucha por la vigencia de los derechos humanos, la lucha contra la impunidad, la corrupción y el fin de la criminalización de la protesta social, son parte del espíritu que compartimos y guía nuestra acción en cada país, y por los cuales de seguro avanzaremos en luchas comunes en los diversos escenarios internacionales.

Nuestra solidaridad con el combativo pueblo colombiano encuentra desde ahora un nuevo interlocutor legítimo, con grandes posibilidades de acción política nacional e internacional.

Hacemos los mejores votos de éxito en vuestro lanzamiento y en el proceso abierto de organizar fortalecer nacionalmente la propuesta, sobre la base de los principios que desde el inicio les han guiado: la unidad, el debate democrático y el respeto mutuo.

Fraternalmente,

Foro de São Paulo

A ESQUERDA FRENTE AO NOVO SÉCULO - ESPANHOL

LA IZQUIERDA FRENTE AL NUEVO SIGLO

En conmemoración del 66 aniversario del asesinato del general Augusto C. Sandino, convocados bajo el título de "La izquierda frente al nuevo siglo; la lucha continúa", del 19 al 21 de febrero del presente año se celebró en Managua, Nicaragua, el IX Encuentro del Foro de São Paulo, que agrupa a aproximadamente ciento veinte partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda de América Latina y el Caribe, evento al que también asisten invitados y observadores de Europa, Asia, Africa y Medio Oriente.

Como es usual, el IX Encuentro del Foro fue precedido por la celebración de talleres con diversos sectores de la sociedad, que estuvieron dedicados al intercambio de punto de vista sobre los temas de género, étnico, la lucha de los cristianos comprometidos con el cambio social, pequeños y medianos empresarios progresistas, la lucha contra el neoliberalismo en la universidad pública y la coordinación entre parlamentarios de izquierda del subcontinente.

Los debates pusieron de manifiesto la convergencia de la izquierda continental en la lucha contra el modelo neoliberal y la necesidad de desarrollar alternativas de gobierno dentro de un contexto que responda a los intereses populares, con la aplicación de tácticas y estrategias que se ajusten a la realidad de cada nación. En el discurso inaugural, el dirigente brasileño Luiz Inacio Lula da Silva, destacó la importancia de forjar la más amplia unidad en torno a proyectos nacionales destinados al beneficio de las grandes mayorías, lo cual aparece como un proyecto crecientemente factible. Otros oradores en este acto inaugural fueron José Ramón Balaguer, miembro del Buró Político del Partido Comunista de Cuba, Pablo Monsanto, secretario general de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Amalia García, presidenta del Partido de la Revolución Democrática de México y Tomas Borge, vicesecretario general del Frente Sandinista de Liberación Nacional.

En sus sesiones, los participantes en esta novena edición del Foro de São Paulo proclamaron que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

En la clausura de este evento, que tuvo lugar frente a la casa museo Augusto C. Sandino, ubicada en la ciudad de Niquinohomo, a 45 km al Este de Managua, se dió lectura a la declaración que lleva ese nombre, la que fue formalmente aprobada por todos los participantes en el Encuentro, así como se produjo la intervención final, que estuvo a cargo del secretario general del Frente Sandinista de Liberación

Nacional, Daniel Ortega Saavedra.

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL

RESOLUCIÓN SOBRE EL SALVADOR

L@s delegad@s asistentes al IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, manifestamos nuestra profunda preocupación por la inflexible posición del Gobierno Salvadoreño contra los trabajadores de la salud, los cuales exigen detener el proceso de privatización del Seguro Social, ya que esto perjudicaría al pueblo que hace uso de tal servicio, y agravaría la situación económica de los mismos.

Ante la posibilidad que dicha situación se agrave, exigimos al Gobierno Salvadoreño buscar una salida negociada con l@s trabajadores.

Nos pronunciamos además, en apoyo al FMLN, quien el doce de marzo participará en elecciones en El Salvador y quienes según las encuestas son la primera opción electoral, lo cual se traducirá en mas alcaldes y alcaldesas y diputad@s de izquierda en beneficio del proceso democrático. Nos mantendremos vigilantes a fin que dicho proceso sea transparente y abunde en más democracia.

Dado en la Ciudad de Managua, a los diecinueve días del mes de febrero del Año dos mil.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el caracter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.

3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.

4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.

5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.

6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL

SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS DE GUADALUPE,

GUYANA FRANCESA Y MARTINICA

La última década del siglo XX fue proclamada por la ONU década de liquidación del colonialismo.

Los pueblos de Guadalupe, Guyana Francesa y Martinica van a entrar en el siglo XXI bajo una dominación total del colonialismo francés.

Estos países de América Latina y del Caribe son una de las últimas colonias en el mundo.

A través de su tutela sobre estos países, Francia se garantiza una presencia fuerte en la región para su política de potencia al nivel económico, militar y político, lo que representa una ventaja por su preeminencia en el seno de la Unión Europea.

Pero esta misma presencia constituye un verdadero obstáculo a la integración de los países del Caribe y una amenaza para los pueblos de la región - ver la decisión de Francia de no firmar el acuerdo de prohibición de transporte de productos radiactivos en el Caribe.

Los participantes al IX Encuentro del Foro de São Paulo, tomando en cuenta la lucha que llevan los trabajadores y las masas populares de estos países por su identidad, su dignidad, su libertad, su autodeterminación,

* Denuncian la dominación colonial de Francia en la área.

* Apoyan la reivindicación de estos pueblos por el reconocimiento de su derecho a la independencia nacional y el ejercicio efectivo de su derecho a la autodeterminación.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el caracter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.

3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.

4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.

5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.

6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

Al Dr. Juan Ramón de la Fuente, Rector de la Universidad Nacional Autónoma de México

A la comunidad universitaria mexicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centroamericana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

nos pronunciamos de manera enérgica para exigir la libertad incondicional de los presos políticos universitarios y la eliminación de las órdenes de aprehensión contra los integrantes del movimiento estudiantil de la Universidad Nacional Autónoma de México.

En nuestros debates analizamos con profundidad la crisis que vive la universidad pública en toda América Latina, como producto de la desnaturalización social, científica y cultural a que es sometida por las estrategias que buscan convertirla en una institución funcional a los grandes intereses propietarios y privilegiados y reproductora de la exclusión y la desigualdad sociales. Situación que provoca el estallido de numerosos conflictos universitarios en la región para restituir a la universidad pública su papel en la construcción de sociedades y países justos, democráticos y desarrollados. Las respuestas represivas a tales conflictos no solo ofenden la inteligencia y la moral democrática, sino que profundizan los escenarios conflictivos que supuestamente pretenden eliminar. Por eso, la libertad de los presos, la eliminación de órdenes de aprehensión y de cualquier acción represiva

contra los universitarios mexicanos, constituirá un paso decisivo para restablecer el diálogo y la negociación necesarias hacia la reconstrucción de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Managua, 18 de febrero del 2000.

Al Dr. Gustavo Vega, Rector de la Universidad de Cuenca y Presidente de la Asociación Nacional de Universidades Públicas de Ecuador

A la comunidad universitaria ecuatoriana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a la violación a la autonomía universitaria cometida con los asaltos policiales, el pasado mes de enero del 2000, contra las universidades Central de Quito y de Cuenca, y contra todas las persecuciones a los universitarios ecuatorianos, quienes están dando un gran ejemplo de dignidad universitaria en su lucha junto a los indígenas, sindicalistas y otras fuerzas democráticas por un Ecuador justo y democrático.

Reciban nuestra solidaridad latinoamericana.

Managua, 18 de febrero de 2000.

Al Dr. Andrés Pastrana, Presidente de la República de Colombia

A la comunidad universitaria colombiana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a los actos de persecución, secuestros y asesinatos de universitarios colombianos, algunos ocurridos en sus propias aulas o recintos universitarios, circunstancias que ofenden la inteligencia y la moral democrática de todos los latinoamericanos.

Llamamos enérgicamente a encontrar los caminos de la paz a través de la negociación democrática entre las fuerzas políticas y sociales colombianas, a la resolución de las carencias económicas, sociales, políticas y culturales fundamentales de la población -origen histórico del presente conflicto-, así como a la protección y la defensa irrestricta de los derechos humanos de todos los colombianos, y en particular de los universitarios, actores imprescindibles de un futuro de democracia y justicia social en la hermana República de Colombia. Pensamos que esto solo podrá realizarse en el marco de la autodeterminación plena del pueblo colombiano, sin injerencias militares externas.

En Managua, el 18 de febrero del 2000.

A los Honorables Miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana

A la comunidad universitaria dominicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

solicitamos a los miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana acoger las observaciones y propuestas hechas por la Universidad Autónoma de Santo Domingo al Proyecto de Ley de Educación Superior, que próximamente será enviado por el Poder Ejecutivo al Congreso Nacional para su conocimiento y aprobación y que es lesiva para la autonomía universitaria

Exigimos que se respete la ley 5778 de Autonomía de la Universidad Estatal, y los derechos y prerrogativas que de ella se desprenden, como facultades irrenunciables para la que es la más antigua institución de educación superior en el continente americano.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.

Al XII Congreso de la Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes (OCLAE)

A la comunidad académica latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua),

Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

saludamos la realización del XII Congreso de la OCLAE, que se celebrará el próximo mes de abril del 2000 en La Habana, Cuba, y nos sumamos a los esfuerzos de los estudiantes latinoamericanos por construir las estrategias del movimiento estudiantil y de la comunidad universitaria en general, para enfrentar la ofensiva neoliberal en Nuestra América, con la enorme responsabilidad que nos toca, al respecto, en la defensa de la Universidad Pública, sometida una contrarreforma profunda e integral, que pone en peligro su propia existencia y la posibilidad de construir alternativas para nuestras sociedades.

Manifestamos, una vez más, nuestro más categórico repudio a todas las formas de represión que sufren los estudiantes en sus admirables luchas, las que son verdaderos ejemplos de dignidad juvenil y universitaria.

Les invitamos al próximo Taller Latinoamericano, que posiblemente celebraremos en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana, a comienzos del año 2001, en el que tendremos que seguir profundizando en la construcción de un proyecto de universidad nueva para nuestra castigada América Latina.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, TALLER DE JUVENTUD

OLOFITO - MANAGUA, NICARAGUA, 18 DE FEBRERO

Declaración de juventud

La situación económica de América Latina en los últimos años se ha visto plagada de interminables crisis, en ello el sistema financiero internacional ha jugado un papel predominante, generando una profundización de la iniquidad y la pobreza en nuestros países.

En el mundo la izquierda ha construido proyectos y discutido acerca de nuestras posiciones con la intención de generar nuevas iniciativas políticas. Estamos trabajando sobre un nuevo concepto de la política, una política relacionada con ideales y valores que incidan sobre las condiciones de vida de los jovenes en A. Latina, una política de las grandes esperanzas y al mismo tiempo realista y que tome en consideración las condiciones de vida reales de los jovenes.

Somos jovenes de un mundo nuevo, aún por construir y en el que las certezas del pasado ya no pueden regular los conflictos, ni establecer reglas universales.

Nuestra generación creció en medio de la ideología más tenebrosa del mundo: el Neoliberalismo que en los años 80 relanza sus valores y sus ideologías que se han difundido intentando uniformar mensajes y perspectivas, nos contaron que el mercado desenfrenado y sin reglas iba a resolver las desigualdades de la humanidad para generar un desarrollo justo y sostenible.

La derecha trató de construir un pensamiento único, una globalización conservadora que ofrecía una perspectiva única para el mundo: la de aceptar las reglas de los más fuertes, de los más ricos, de los más poderosos sin posibilidad de cambiar, sin esperanza, sin poder ni siquiera luchar; pero hoy, la derecha ahora está pagando un precio altísimo, la ideología conservadora ha perdido la partida y hoy en día la izquierda encuentra de nuevo razones y esperanzas de abrir un nuevo capítulo en el desarrollo y crecimiento de la humanidad.

Jovenes de A. Latina, organizaciones miembros del Foro de São Paulo: estamos aquí para declarar con fuerza que entre los protagonistas de esta nueva etapa estamos nosotros, la izquierda que no renuncia a sus principios y mira hacia el futuro con gran optimismo.

Lo afirmamos aquí en el Centro de A. Latina, en Managua, Nicaragua, en la tierra de Sandino, donde todos podemos constatar los efectos de las políticas neoliberales, países salidos de dictaduras militares que han sufrido años de liberalismo desenfrenado, ahora cuentan con los esfuerzos de una nueva izquierda latinoamericana que asume la responsabilidad de gobernar, que lucha por cambiar la sociedad y las pautas establecidas, formamos parte de esta izquierda, en un continente en que los jovenes representan el 70% de la población.

Tenemos el reto de construir una A. Latina democrática, justa y solidaria. Sabemos que no es una tarea fácil pero también somos conscientes de las nuevas realidades de estos últimos años.

Sentimos profundamente que en A. Latina la doctrina neoliberal ha perdido su fuerza. La izquierda latinoamericana debe fomentar el análisis y la generación de opciones reales de política económica que generen crecimiento y equidad. El reto fundamental es eliminar la enorme iniquidad social que ha caracterizado a nuestras economías.

Nuestra generación es la generación de una izquierda que debe vencer.

La validez de este encuentro, que se erige como escenario importante, para que las organizaciones juveniles de izquierda se reúnan, discutan y se proyecte en favor de los jovenes de este continente con acciones concretas en contra del Neoliberalismo.

Nuestro rechazo a las políticas Neoliberales y a su aplicación por los gobiernos de nuestros países por construir, los pilares esenciales sobre los que se sostiene el Capitalismo en su afán desmedido de acumulación capitalista a costa de nuestros pueblos.

Desarrollar una campaña de concientización entre nuestros jovenes y demás miembros de nuestra sociedad, de las causas que facilitan el Neoliberalismo, sus efectos y la forma de luchar contra este.

Proponer que se elabore un documento base para que se discuta, como preparación para la conformación de una organización regional, el cual sea elaborado por la organización del país que coordinará el próximo año la realización de este Foro.

Desarrollar este taller juvenil en los próximos encuentros que se efectúen del Foro de São Paulo, garantizando que los temas juveniles sean tomados en cuenta en las decisiones políticas que se adopten por los partidos de izquierda.

Convocar a todas las organizaciones del continente a prepararse para discutir el

documento base en sus estructuras, una vez elaborado para constituir la organización regional.

Condenar el vil secuestro de nuestro niño Cubano Elian González, por mafiosos de origen Cubano, que bajo la protección del gobierno de EE UU de América, han convertido la inocencia de un niño, que hoy es Cubano pero que mañana podrá ser de cualquiera de nuestros países, en un negocio burdo y cobarde que le facilita, a estos compinches del terror y el crimen, jugosas ganancias, y junto a ello reiterar la condena al bloqueo económico a que es sometido por el imperio del norte, el cual aplica a cualquier país del mundo, las leyes extraterritoriales que con ese fin ha creado.

Colombia atraviesa una de las situaciones más complejas de Latinoamérica. La imposición del modelo con su consecuente lastre de miseria, recorte de derechos sociales y económicos y vulnerabilización de la dignidad humana, ha hecho de la Juventud Colombiana su blanco preferido.

Sumado a esto la creciente e ignominiosa intervención norteamericana en los asuntos del país, con pretexto del narcotráfico pone en peligro la posibilidad de una salida negociada al conflicto social y armado donde son los jovenes quienes ponen la más alta cuota de víctimas en esta guerra que cada día se profundiza más.

En este sentido apoyamos las negociaciones que se han iniciado entre el gobierno y una parte de la insurgencia, e instamos a que se desarrollen desalojos con el resto del movimiento guerrillero con el fin de solucionar las causas políticas, económicas y sociales de este doloroso conflicto.

A su vez. vemos con profunda preocupación la discusión que en el congreso norteamericano se desarrolla sobre la ayuda de US$1,600 millones de dólares al gobierno colombiano que un porcentaje mayoritario iría a fortalecer a los aparatos militares estatales, con pretexto de la lucha antinarcótico, lo que con seguridad pondría en peligro los anhelos de paz del pueblo Colombiano.

Los jovenes de izquierda denunciamos ante el mundo, que en Guatemala después de una larga lucha de 36 años, se firmaron los Acuerdos de Paz, firme y duradera, en Diciembre de 1996. Acuerdos, que son la plataforma democrática para alcanzar las transformaciones básicas de un Estado de Derecho.

Sin embargo, el gobierno de Alvaro Arzú con quien se firmaron los acuerdos, no cumplió con ellos; por el contrario obstaculizó el proceso y retrasó la calendarización de lo planteado, dejando al país, en la miseria, y con una mayor ampliación de la diferencia entre ricos y pobres.

Igualmente el gobierno electo, de Alfonso Portillo del FRG (extrema derecha), a pesar de su discurso populista, no impulsa medidas políticas y económicas con el espíritu de los Acuerdos; por el contrario, sus medidas eminentemente neoliberales van en contra de estos.

U.R.N.G. reafirma que los Acuerdos de Paz, son una respuesta contra el neoliberalismo, y que con el impulso de estos alcanzaremos las transformaciones básicas para construir una democracia plena, con justicia social y plena seguridad.

Por lo que U.R.N.G. y ahora con la conformación de la A.N.N. (Alianza Nueva Nación), que une a organizaciones de izquierda, estamos comprometidos con los Acuerdos de Paz, y buscaremos todas las formas posibles de lucha para alcanzarlos.

Por cuanto: Puerto Rico es un país Latinoamericano al cual el Gobierno de los EE UU ha privado, por más de cien años, su derecho natural e inalienable a la independencia.

Por cuanto: Gran parte del territorio nacional puertorriqueño es utilizado actualmente para propósitos militares en el cual se destaca la isla - Municipio de Vieques - que por más de 60 años ha sufrido impacto incesante de bombardeos, destrucción ambiental, daños a la salud y violaciones crasas a los derechos humanos de sus habitantes.

Por cuanto: El Partido Independentista Puertorriqueño encabezado por su presidente Rubén Berríos Martínez llevan a cabo un acto de desobediencia civil en plena área de bombardeo de la Marina de Guerra de los EE UU en Vieques por espacio de 10 meses sirviendo como escudo humano a riesgo de su seguridad personal y vida.

Por cuanto: Tanto el Gobierno de Puerto Rico, encabezado por el Sr. Pedro Rosselló, así como el Partido Nuevo Progresista y el Partido Popular Democrático, liderado por el Sr. Carlos Pesquera y la Sra. Sila María Calderón respectivamente, han traicionado la clara y contundente voluntad del pueblo puertorriqueño en relación al cese permanente y definitivo del bombardeo en Vieques.

Por tanto: Resuélvase por éste Taller de Juventud, del IX Foro de São Paulo en la ciudad de Managua, Nicaragua lo siguiente:

1. Afirmar nuestro compromiso con la independencia de Puerto Rico.

2. Apoyar la gesta que lleva a cabo el Partido Independentista Puertorriqueño y su presidente Rubén Berríos Martínez en la isla de Vieques a instar al presidente de los EE UU Bill Clinton a que acate y respete la voluntad mayoritaria del pueblo de

Puerto Rico poniendo fin a las prácticas militares en territorio puertorriqueño.

En Uruguay con un gobierno recientemente electo, donde los partidos de derecha se han confundido en un solo cuerpo, se inicia una nueva etapa que se acusa ya de profundizar el proyecto neoliberal. Se inicia el año con 2,500 puestos de trabajo perdidos en un mes y con 62 conflictos sindicales donde el futuro presidente Jorge Battle se le ríe en la cara a la propia central de obreros.

Por otro lado este nuevo gobierno a instalarse próximamente desconoce a la primera fuerza política del país, desconociendo así a la voluntad de más del 40% de la población.

Por lo cual denunciamos esta actitud poco democrática del gobierno, así como saludamos a los compañeros Frenteamplistas en esta nueva etapa del proceso electoral a desarrollarse en Mayo donde la fuerza progresista seguirá avanzando con un programa solidario y con justicia social.

En una economía globalizada destinada a un mayor enriquecimiento de las clases altas en desmedro de los intereses populares uno de los sectores afectados por el proceso de globalización es el de la Juventud, hombres y mujeres jovenes ellos carentes de oportunidades se ven empujados hacia la denominada delincuencia juvenil, drogadicción, prostitución o servir de Burrier como forma de sobreviviencia.

En este contexto la falta de acceso a la Educación y a la Cultura en general, al trabajo digno, no es más que el resultado de un modelo económico que discrimina a grandes sectores de la población obligándolos a diversas formas de sobreviviencia que denigran su condición de seres humanos. Junto a esta forma de resistencia pasiva al neoliberalismo existe otra forma consciente y organizada de hombres y mujeres jovenes que luchan contra el modelo neoliberal y que en razón de sus ideales de justicia y libertad son objeto de persecución política, detención y torturas, ejecuciones extrajudiciales o encarcelamiento en condiciones infrahumanas.

Por esta razón en este encuentro de jovenes en el marco del Foro de São Paulo, pedimos a la comisión de redacción se emita un pronunciamiento en favor de quienes por luchar por una vida digna, por enfrentar decididamente al modelo neoliberal se ven hoy privados de su libertad. Bajo el régimen del dictador Alberto Fujimori en la actualidad existen de 4 a 5 mil presos políticos en su inmensa mayoría jovenes, dirigentes barriales, sindicales, dirigentes populares, cuyo único delito fue oponerse al modelo neoliberal y al régimen dictatorial del gobierno de Perú.

Cientos de jovenes ven en la solidaridad una posibilidad de crear unidos una

América unida y libre de opresión y explotación; construir la patria grande, sueño de Bolívar y el Che.

Los jovenes reunidos en el Foro de São Paulo el día 18 de Febrero del año 2000, ante la preocupación que nos genera el conflicto en la UNAM, nos manifestamos enérgicamente por la liberación inmediata de todos los estudiantes detenidos por la Policía Federal Preventiva (P.F.P.) de México y por el cese de las órdenes de aprehensión en contra de otros jovenes que han participado en la huelga universitaria. Asimismo confiamos en que se solucione el conflicto universitario por la vía del diálogo, para la UNAM, se mantenga como la institución educativa, pública y gratuita, fundamental en la vida de los Mexicanos.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

POR LA IGUALDAD REAL DE OPORTUNIDADES EN LA FAMILIA, EN LA SOCIEDAD Y EN LOS PARTIDOS POLÍTICOS

RESOLUCIÓN

Con la participación de aproximadamente 94 compañeras y 3 compañeros de 12 países, pertenecientes a partidos políticos de izquierda y medios de comunicación, se realizó el Taller de Género con el tema Participación de las Mujeres en los Partidos de Izquierda@ y se llegó a las siguientes consideraciones:

Que la globalización neoliberal es un fenómeno multilateral y abarcador que afecta, además de la economía, a la política, a la ideología, a la cultura, a las personas, a su subjetividad y a la familia, entrañando una cultura única emitida desde un centro de poder y difusión por el gran monopolio de los medios de comunicación.

Nuestra región de América Latina y El Caribe ha sufrido los impactos severos de esta doctrina que pretende erigirse como la salvación de los problemas que enfrenta la humanidad. Sin embargo, la imposición de este modelo a nuestros países y el consiguiente impacto de los ajustes estructurales ha conducido a que se profundice la situación de pobreza de grandes mayorías en nuestros pueblos, con una mayor incidencia en los sectores más vulnerables de la sociedad, entre ellos las mujeres quienes constituyen el mayor por ciento de los pobres del planeta.

Si bien en las últimas décadas la participación de las mujeres ha crecido en las diferentes esferas de la vida social, aún continúa existiendo un alto grado de discriminación de género tanto en lo público como en lo privado.

A pesar de la diversidad de situaciones en los países de América Latina y El Caribe, se analizó que el sistema capitalista patriarcal y los patrones socio culturales tradicionales determinan conductas de discriminación y violencia contra la mujer en la familia y en la sociedad.

Los partidos políticos de izquierda han implementado de manera heterogénea algunas estrategias de acción afirmativa para favorecer la participación política de las mujeres y su acceso a cargos de dirección y elección popular. Sin embargo, las acciones emprendidas no han sido suficientes, ni en el marco de un planteamiento integral desde los partidos. Se coincidió que muchas veces estas decisiones se quedan en el papel y que su implementación requiere de la perseverante lucha de las mujeres y de mecanismos puntuales.

Se constató la importancia de las cuotas como mecanismo transitorio mientras se corrigen las iniquidades. Al mismo tiempo, se evidenció que es una medida insuficiente y que es necesario implementar políticas integrales y mecanismos de democratización interna que permitan garantizar una progresiva presencia y permanencia de mujeres en los puestos de decisión.

En cuanto a los medios de comunicación se consideró que una gran parte de estos juegan un papel negativo para la sociedad al reproducir estereótipos sexistas, valores individualistas y mensajes de violencia al servicio del sistema dominante.

Se planteó como necesario un mayor avance y respaldo a las reformas legislativas que favorezcan la participación ciudadana y política de las mujeres, que combatan toda forma de discriminación particularmente la violencia intrafamiliar.

Es igualmente necesaria la articulación con los diferentes sectores del movimiento social, que permita la acumulación de fuerzas en los distintos ámbitos, para no solo llegar a puestos de decisión, sino incorporar planteamientos de género asumidos conscientemente por los diferentes sectores, particularmente con los movimientos de mujeres.

Fueron demandas del taller de género el reforzamiento de la solidaridad en las luchas de los pueblos, la continuación de las luchas por la liberación de las presas y presos políticos de Perú y Argentina; la solidaridad particularmente hacia las mujeres del pueblo hermano de Colombia; el repudio al secuestro y la exigencia del retorno a Cuba del niño Elian González; y la solidaridad con las mujeres indígenas y luchadoras por sus reinvindicaciones en Chiapas.

También se planteó reforzar los mecanismos de solidaridad entre mujeres lo cual pasa por superar las descalificaciones y confrontaciones entre nosotras y tratar de sistematizar el intercambio de experiencias sobre las luchas de las mujeres en nuestros países.

Estrategia mínima para los partidos políticos:

* Llevar a cabo acciones afirmativas que además de las cuotas, contemplen mecanismos específicos de promoción, asesoría, formación y capacitación a las mujeres.

* Que las desigualdades de género en el ámbito de lo privado, se conviertan en un tema de discusión política a lo interno de los partidos.

* La construcción del enfoque de género como una política de partido e

incorporación del mismo en las escuelas de cuadros y programas de formación política e ideológica para toda la militancia

* Que los partidos políticos incorporen a su sistema de información las variables de sexo, edad y etnias.

* Promoción de espacios mixtos e intersectoriales de discusión y acción en torno a la problemática de género.

* Emprender acciones concretas de cara a los medios de comunicación para visibilizar la acción y el protagonismo de las mujeres como sujetas políticas.

* Crear mecanismo de vigilancia, prevención y sanción para los casos de violencia intrafamiliar cometidos por las y los militantes de los partidos.

* En los medios de comunicación y divulgación de los partidos políticos, ampliar los espacios dedicados a los temas específicos de las mujeres y la equidad de género.

* Incorporar en el discurso de los partidos políticos el lenguaje no sexista; que permita construir una nueva relación social entre los géneros.

Propuestas para avanzar en la equidad de género en el Foro de São Paulo

01. Insistir en una mayor presencia de mujeres en el Grupo de Trabajo.

02. Incorporar los temas de género en los diferentes talleres y actividades organizados por el Foro.

03. Promover una participación equitativa de hombres y mujeres en los diferentes talleres y actividades organizadas por el Foro.

04. Que los partidos políticos, a través de su representante en el taller de género, informen sobre el nivel de cumplimiento y avance de las recomendaciones en materia de equidad de género, emanadas de los Encuentros del Foro de São Paulo.

05. Que los partidos de izquierda integrantes del foro contribuyan al fortalecimiento del movimiento mundial de mujeres.

06. Que el Foro de São Paulo se incorpore a las actividades de la MARCHA MUNDIAL CONTRA LA POBREZA, que se realizará en octubre del año 2000.

Managua, Nicaragua

18 de Febrero del 2000

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

IX REUNION DEL FORO DE SAO PAULO

"TALLER DE MOVIMIENTOS SOCIALES"

"POR LAS BANDERAS SOCIALES EN LOS PROCESOS ELECTORALES Y FRENTE A LA GLOBALIZACIÓN...LUCHA POPULAR"

¡NI UN PASO ATRÁS!

HOTEL LAS MERCEDES

MANAGUA, NICARAGUA

18 DE FEBRERO 2000

Contenido del Taller:

1. Neoliberalismo, lucha popular y procesos electorales.

2. Alianzas electorales e interrelación de los movimientos sociales y los partidos políticos frente a los procesos electorales.

3. Intereses electorales partidarios versus intereses populares.

Mesa Directiva:

- Edwin Ortega. URNG - Guatemala.

- Fernando Falcón. Cocentra - Panamá

- Alfonso Goitía. ICIC - El Salvador

- Marcial Cabrera. UITA

- Gustavo Porras C. FSLN - FNT - Nicaragua

- Ada Benitez. CTC - Cuba

En el presente taller participarón 102 personas representando a 41 organizaciones y partidos políticos, provenientes de 14 paises.

LISTA DE PARTICIPANTES:

1) Rafael Flores Estrella. Partido Revolucionario Dominicano – Rep. Dominicana

2) Ernesto González. URNG – Guatemala

3) Edwin Ortega. URNG – Guatemala

4) Fernando Falcón Vargas. Cocentra – Panamá

5) Eugenia Paiz. Cocentra – Panamá

6) Aguilera. Cocentra – Panamá

7) Miguel Sáenz C. FMLN – El Salvador

8) Búcaro. FMLN – El Salvador

9) Sandra Elizabeth Agred. FMLN – El Salvador

10) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador

11) José F. Hernández. Cocentra – El Salvador

12) Transito Borja Hernandez. Cocentra – El Salvador

13) Germán Sierra. Unificación Democrática – Honduras

14) Leo Sierra Oyuela. Juventud Part. Unificación – Honduras

15) Norma Iris Rodríguez. Cocentra – Honduras

16) Arnoldo Hernández. OFRANEH – Honduras

17) Julio Marenles. Movimiento de Participación Popular – Uruguay

18) Felix Castellanos Hernández. Unión Ejedos Costa Chica – México

19) Espen Rosen. Comité Solidaridad – Noruega

20) David García Sequiera. UNE – FNT – Nicaragua

21) Oliver Barrios Díaz. Movimiento Comunal – Nicaragua

22) José Antonio Zepeda. CGTEN – ANDEN – FNT – Nicaragua

23) Luis A. Cornavaca. Asociación de Asentamiento – Nicaragua

24) Marcial Cabrera. UIJA – Nicaragua

25) José Luis Lara. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

26) Valentín Muñoz. FNT – Nicaragua

27) Carlos Castillo. Asociación de Asentamiento – Nicaragua

28) Andrea Morales. CST José B. Escobar – Nicaragua

29 Walter Alex Pineer. FSLN – Nicaragua

30) Ivania Webster. FSLN – Nicaragua

31) Shanda Henriquez. FSLN – Nicaragua

32) Kenia Romero. FSLN – Nicaragua

33) Ignacio Vivas Valerio. UNE – FNT – Nicaragua

34) Manuel S. Moreira. Movimiento Comunal – Nicaragua

35) Dalila Alemán García. CST – Nicaragua

36) Gloria Martínez Largaespada. Madres de Héroes y Mártires- Nicaragua

37) Mirían Reyes. UNE – FNT – Nicaragua

38) Mauricio Benedith. CST – Nicaragua

39) Armando Zepeda L. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

40) Román Castillo C. Movimiento Revolucionario – Nicaragua

41) Miguel Ruíz. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

42) Arnoldo Siesa H. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

43) Mario Martínez C. CEAL – Nicaragua

44) Pablo Rojas O. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

45) Roberto Alfonso Castillo V. Movimiento Revolucionario – Nicaragua

46) Heberto Ruiz Morales. Unión Nacional Empleados – Nicaragua

47) Gloria María Hernández S. UNE – FNT – Nicaragua

48) Francisco Pérez G. CST – Nicaragua

49) Picado A. Movimiento Comunal – Nicaragua

50) Alba Palacios. Cocentra – Nicaragua

51) Róger Barrantes Estrada. CST José B. Escobar -FNT– Nicaragua

52) Luis Eduardo Amaya. Movimiento Comunal – Nicaragua

53) Sergio Sáenz. Movimiento Comunal – Nicaragua

54) Elmer Tórres Valdivia. FEDTRACSE – UNE- FNT – Nicaragua

55) Henry Zambrana Quezada. FESITUN – FNT – Nicaragua

56) Sergio Norori Hendí. Universidad Bieu Raan – Nicaragua

57) Anne Ibsen. SID – Dinamarca

58) Fausto Tórres Aráuz. ATC – FNT – Nicaragua

59) Wilmer Ricky. Movimiento Comunal – Nicaragua

60) Víctor Gutiérrez Soto. Movimiento Comunal – Nicaragua

61) Iván Cruz Piña. FSLN – Nicaragua

62) José Angel Bermúdez. FNT – Nicaragua

63) José Novoa. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

64) Roberto Soza. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua

65) Néstor Napal. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua

66) Isidro Iglesias. Fetsalud – FNT – Nicaragua

67) José Rosalio Pérez A. Fetsalud – FNT – Nicaragua

68) Evile Umaña O. Fetsalud – FNT – Nicaragua

69) Bayardo Altamirano L. CESADE – Nicaragua

70) Domingo Fco. Pérez. UNE – FNT – Nicaragua

71) Celso Romero Chavarría. Fenacop – Nicaragua

72) Godofredo Membreño. Movimiento Comunal – Nicaragua

73) Asunción Alonso Rodríguez. CST Jose B. Escobar – FNT – Nicaragua

74) Pedro Ortega. Federación Sindicatos Textisa – Nicaragua

75) Luis Barosa. CST Jose B. Escobar – Nicaragua

76) Pastor Díaz Pacheco. Comité Revolucionario – Nicaragua

77) Juan Fco. Guerrero. Comité Revolucionario – Nicaragua

78) Estebana Ortega H. Sindicato de Periodistas – Nicaragua

79) María de los A. Siezar. Sindicato de Periodistas – Nicaragua

80) Jairo Javier Zúniga. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua

81) Roberto Palacios Mejía. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua

82) Marlon Rodríguez M. Comité Revolucionario FSLN – Nicaragua

83) Raúl Valverde A. FSLN – Nicaragua

84) José Mercedes González. Fenacop – Nicaragua

85) Antonio José Baldizon. Fenacop – Nicaragua

86) Mario Herrera A. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

87) Emilio Irías. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

88) Gilberto Barberena. Movimiento Comunal – Nicaragua

89) Sonia Aguirre Vargas. CST – Nicaragua

90) Orlando Baltodano Ortega. Movimiento Comunal – Nicaragua

91) Maru Yarnoz Eseverri. CEBS – Residente Nicaragua

92) Ritha Fletes Z. FSLN – Nicaragua

93) Vilma Meléndez Reyes. FSLN – Nicaragua

94) Bismarck Soto. Nicaragua

95) Ada Benitez C. CTC – Cuba

96) César M. Moya F. Asentamientos – Nicaragua

97) Guadalupe Valdez. Alianza por la Democracia – Rep. Dominicana

98) Edargo García. ATC – Nicaragua

99) Orlando Núñez. Cipres – Nicaragua

100) René Núñez. FSLN – Nicaragua

101) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador

102) Gustavo Porras. FNT – FSLN – Nicaragua

Trabajo de Grupos:

Propósito:

Identificar propuestas y/o alternativas en la relación de los partidos políticos con los Movimientos Sociales en:

1. Procesos electorales.

2. Alianzas estratégicas y programáticas.

3. Procesos de regionalización /globalización.

4. Autonomía de la participación.

Coordinadores de los grupos de discusión:

Tema No. 1 (Procesos Electorales).

- René Núñez.

- Sergio Sáenz.

- Gilberto Barberena.

Tema No. 2 (Alianzas estratégicas y programáticas)

- Edwin Ortega.

- Enrique Picado.

Tema No. 3 (Procesos de regionalización / globalización)

- Alfonso Goitía

- Evelin Umaña

- Fernando Falcón.

- Fausto Tórres

Tema No. 4 (Autonomía de la participación)

- José Angel Bermúdez.

- Luis Amaya.

- Wilmar Ricky.

IX REUNION FORO SAO PAULO

Resoluciones Particulares del Taller de Movimientos Sociales

1.- Resolución sobre Cuba.

El Taller de Movimientos Sociales Resuelve:

Condenar el bloqueo que durante mas de 40 años tiene impuesto el gobierno de los Estados Unidos al hermano pueblo cubano, asimismo nos pronunciamos en contra del secuestro del niño Elián González y exigimos su devolución al seno de su familia en Cuba.

2.- Resolución en apoyo a los trabajadores nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Solidarizarse con la lucha que libran los trabajadores nicaragüenses por detener la privatización de las pensiones del seguro social.

Demandamos que el gobierno retire el anteproyecto de ley de la privatización de la seguridad social, porque esta medida afecta al pueblo trabajador nicaragüense.

3.- Resolución en apoyo a los ONG"s nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Exigir al gobierno de Nicaragua y a sus funcionarios abstenerse de amenazas y acciones en contra del trabajo que realizan los Organismos No Gubernamentales en

Nicaragua.

4.- Resolución en apoyo al hermano pueblo de El Salvador.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Respaldar plenamente la justa lucha de los sindicatos del seguro social salvadoreño en contra de la privatización de los servicios de salud y por la restitución de los trabajadores despedidos.

Demandamos al gobierno salvadoreño una solución a este problema que afecta a los trabajadores y médicos del seguro social y a la población en general.

También repudiamos la actitud prepotente y autoritaria del gobierno de El Salvador, la cual no contribuye en nada al proceso de democratización y desarrollo de El Salvador.

5.- Resolución en apoyo al pueblo ecuatoriano.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Rechazar los crímenes en contra del pueblo de América Latina, demandar el cese de la persecución a líderes populares y la libertad para los presos políticos.

Exigir la investigación y esclarecimiento de los asesinatos de Jaime Hurtado, excandidato a la presidencia de la república y diputado del MPD en ejercicio, al igual que de Pablo Tapia diputado del MPD , y del dirigente sindical Saul Cañar. El Taller de Movimientos Sociales llama, a luchar por expulsar a las tropas y bases norteamericanas de los países de América Latina.

6.- Resolucion en apoyo al pueblo hondureño.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Condenamos el asesinato del compañero Jairo Amilcar Ayala Nuñez, destacado dirigente del Sindicato de Trabajadores del Instituto Nacional Agrario (SITRAINA) y promotor de la Reforma Agraria en el bajo Aguán. El asesinato del compañero Ayala forma parte de un plan de los terratenientes y paramilitares para eliminar a toda costa a dirigentes y militares del movimiento popular que luchan por la conquista de la tierra, la defensa de los bosques, la naturaleza y el medio ambiente.

El taller condena enérgicamente este y otros asesinatos y exige al gobierno

Hondureño una exhaustiva y rápida investigacion de los hechos y castigo ejemplar a los autores intelectuales de este crimen.

Conclusiones del Taller de Movimientos Sociales

I. Sobre 1er. Taller de Movimientos Sociales realizado en México.

Trabajar por el cumplimiento de los lineamientos del 1er. Taller de México, principalmente:

1. Fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos en el Movimiento y Organizaciones Sociales atendiendo prioritariamente los sectores: obrero, campesino, indígena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluidos como los migrantes y los desempleados.

2. La relación entre Partido y Movimientos Sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.

3. La relación entre Partido y Movimientos sociales, más que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.

4. Hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma del poder.

Las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores.

5. Lograr que donde el partido haya conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuveo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias, y en las grandes ciudades, en el diseño y la puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades. La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la desentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

6. Lograr que la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.

II. Sobre Alianzas Estrategicas y Programaticas:

1. Se considera que dentro del proceso de la toma y mantenimiento del poder es indispensable la alianza estratégica y programática entre el partido y los Movimiento Sociales. Esta debe permitir construir el poder en forma horizontal con diferentes sectores de la sociedad: trabajadores, pobladores, indígenas, campesinos, mujeres y la población especialmente los pobres y excluidos.

2. La alianza estratégica debe basarse en programas, contenidos, agendas de trabajo que garanticen verdaderos espacios de participación social y beneficios sociales: educación, salud, empleo, tierras, etc., y debe generar una correcta concepción de la conciencia revolucionaria.

3. Los Partidos Políticos de izquierda deben de obtener la mayoría política a través de un contacto permanente con la gente, levantando las banderas de los Movimientos Sociales. Los Partidos no deben tener como objetivo unicamente conquistar el gobierno, sino alcanzar el pdoer real en todo el sentido de la palabra, y esto pasa por lograr una correlación de fuerzas favorable. La alianza de los Partidos Políticos con los Movimientos sociales debe hacerse sobre objetivos comunes y planteamientos programáticos.

III. Proceso de Regionalizacion / Globalizacion.

1. Impulsar el fortalecimiento de Foros Regionales y Sub-Regionales y lograr la participación activa de los Movimientos Sociales en espacios públicos y políticos como: Parlacen, ICIC, Cocentra, Mercosur, Jubileo, Pacto Andino, Iniciativa del Caribe, etc.

2. Realizar un trabajo en conjunto sobre el foro social latinoamericano, que nos permita contar con un espacio para la construcción y presentación de propuestas, fortaleciendo la agenda social, desde la perspectiva de los y las trabajador@s y diferentes sectores populares. Introducir la agenda social, en todos los referentes de trabajo de redes latinoamericanas, elaborando una propuesta de modelo económico a fin de que los partidos políticos asuman este compromiso.

3. En los procesos de integración es necesario revisar la posicion real de partidos y movimientos sociales que permita articular alianzas serias y responsables con políticas locales, regionales y latinoamericanas, asimilando todos la problemática social latinoamericana.

IV. Sobre Procesos Electorales.

1. Ratificar al socialismo como sistema alternativo ante el capitalismo, promoviendo la unidad de los Movimientos Sociales y Partidos Políticos de izquierda para construirlo, considerando los procesos electorales como una forma de lucha.

2. Los partidos de izquierda deben construir su plataforma electoral y política a partir de las agendas de los Movimientos Sociales. La fuerza popular debe obligar a los partidos políticos a cumplir su oferta electoral.

3. Los partidos políticos y los movimientos sociales deben luchar por modificar las leyes electorales en cada país para mejorar la posibilidad de conquistar espacios de poder para las grandes mayorías.

V. Sobre la autonomía de los Movimientos Sociales.

1. Los Movimientos Sociales deben ser sujetos protagónicos y los Partidos Políticos deben respetar la identidad y autonomía de los Movimientos Sociales.

2. Los Movimientos Sociales deben recuperar su vocación de construir poder, y deben luchar por espacios en todos los ámbitos de la sociedad y su autonomía debe ser un planteamiento estratégico para capitalizar fuerzas sociales.

3. Se reconoce que los Movimientos Sociales son espacios heterogéneos, y deben ver al Partido Politico como un referente ideológico. Los planteamientos de los Partidos Políticos deben sustentarse en las propuestas de los Movimientos Sociales, los Partidos Políticos no pueden castrar las dinámicas y capacidades de discusión de los Movimientos Populares, y estos no pueden ver la autonomía como la negación del vínculo con los partidos políticos y de sus relaciones de respeto mutuo y alianza estratégica.

DECLARAÇÃO FINAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

Havana, Cuba, 4 a 7 de dezembro de 2001

O X Encontro do Foro de São Paulo se realizou em Havana, Cuba, entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2001, com a participação de 518 delegados provenientes de 81 países da América Latina e do Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Médio Oriente e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos membros e de 127 partidos e organizações convidados.

No contexto de um ambiente bélico e uma crise política, econômica, social e moral sem precedentes, o X Encontro ratifica seu compromisso com as bandeiras da independência nacional, justiça social, paz, democracia e internacionalismo; reitera a disposição de redobrar sua luta por um projeto econômico, social e político que se identifique com esses princípios, e por uma ordem internacional alternativa, que reverta o caráter subordinado de nossos países e responda aos interesses das grandes maiorias.

O X Encontro do FSP confirma a vitalidade, pertinência e vigência deste espaço, que se identifica de esquerda, anti-imperialista, anti-neoliberal, contra todas as manifestações de colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível.

Este X Encontro teve em Cuba um cenário de alto valor simbólico, pelo que este país representa para a esquerda do continente, por sua dignidade, como exemplo de resistência e por seu forte compromisso com os princípios que guiam o Foro. Aqui vai o agradecimento de todos os participantes ao povo cubano, pela fraternal acolhida que nos dispensou, e ao Partido Comunista de Cuba, por sua capacidade organizadora e contribuição, em todos os aspectos, ao êxito desta reunião, que se caracterizou pelo clima fraternal, a disposição construtiva de todas as delegações e o valioso conteúdo dos aportes realizados.

Sirva este reconhecimento igualmente ao Grupo de Trabalho e a todas as organizações que contribuíram para a preparação do X Encontro. De maneira especial se reconhece a numerosa participação de organizações do Caribe e a incorporação crescente de novas organizações da área andina.

CONTEXTO INTERNACIONAL

Existe consenso na análise do contexto sócio-econômico e político que serve de marco a este Encontro, caracterizado pelo crescente controle da produção, a comercialização de bens e serviços, assim como dos fluxos financeiros por parte de um reduzido número de países desenvolvidos e de mega-empresas transnacionais, que a sua vez, são os agentes protagonistas do processo de globalização neoliberal. Este, longe de propiciar uma participação mais homogênea dos diferentes países na economia mundial, acentuou a diferenciação entre os desenvolvidos e sua periferia, marginalizou ainda mais a esta e incrementou a polarização da riqueza ao interior de ambos os grupos de países.

Os participantes no X Encontro debateram particularmente a situação econômica e social da América Latina e Caribe. Ressaltam os magros crescimentos logrados na última década, que estão abaixo de suas necessidades e potencialidades, e os débeis cimentos nos quais se assentam, dada a ausência de sólidas bases endógenas para sua sustentabilidade.

A distribuição de suas rendas é a mais regressiva do mundo, acompanhada de penosa lentidão no progresso educacional e científico técnico, inquietantes manifestações de volatilidade, insegurança econômica, alarmantes fluxos migratórios, corrupção e violência. A eliminação da pobreza se identificou como o maior desafio da região, especialmente suas manifestações nos segmentos populacionais mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos e, no caso dos povos indígenas, por sua dupla condição de indígenas e pobres.

Se aos riscos antes mencionados se agrega o problema não resolvido da distribuição da terra, o aumento da brecha que separa a América Latina e o Caribe dos países desenvolvidos, a perda de participação relativa da região na economia mundial, a insatisfação expressada pelos cidadãos e o crescente endividamento externo, pode demonstrar-se que o neoliberalismo – dirigido a reforçar o poder do capital financeiro transnacional – contrariamente ao que proclama seu discurso, tem um caráter destrutivo sobre as economias e as sociedades, como o evidencia sua incapacidade para reativar a produção, gerar emprego, elevar a renda e reverter o processo de marginalização. Ele se traduz abertamente em uma crise do paradigma hegemônico e do chamado "pensamento único".

Pode-se lograr objetivos de mais longo alcance deixando de lado a influência dos argumentos que sustentam o pensamento dominante, que limita o aproveitamento das forças produtivas porque se opõe às mudanças nas relações sociais exigidas pelos níveis atuais do desenvolvimento científico técnico. O anterior está vinculado à dependência do imperialismo e à subordinação das classes dominantes de cada país, que impossibilitam resolver os problemas de nossa região sem modificar essas relações para avançar até um projeto alternativo.

Nenhuma proposta distinta de sociedade, de construção de Estados Nacionais com desenvolvimentos soberanos, poderá se edificar se continua a transferência líquida de riquezas aos bancos e aos Estados imperialistas, por isso é necessário exigir o fim dos processos de privatização e impedir a escalada indiscriminada de apropriação dos recursos estratégicos da região em beneficio do capital transnacional e sus aliados.

A vertiginosa velocidade do processo de globalização em curso, apoiada no avanço do progresso científico técnico e a expansão das novas tecnologias da informação e as telecomunicações, coincide com uma ordem econômica internacional e uma organização da sociedade que resultam inaceitáveis e que distorcem o próprio desenvolvimento material da humanidade. Por isso lutamos por outra globalização: a da solidariedade, justiça, eqüidade, vigência plena da democracia, respeito à diversidade, à autonomia, à identidade pluricultural e os direitos dos povos; ainda que também entendemos que o fundamental está na libertação de cada país.

Los atentados do 11 de setembro de Nova York, Washington e Pensylvania agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis conseqüências.

O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminais e reivindicou o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas conseqüências. Nós, partidos e movimentos pertencentes a povos que sofreram e sofrem os terríveis efeitos do terrorismo de Estado, estamos contra todas as manifestações de terrorismo, por razões éticas, morais, humanitárias e políticas.

Esses lamentáveis acontecimentos propiciaram o marco para legitimar uma política, até então encoberta, expressada hoje nos perigosos termos da Doutrina Bush: "ou estão conosco ou estão com os terroristas". A recentemente aprovada lei por parte dos EUA, titulada "Unindo e fortalecendo a América provendo-lhe as ferramentas apropriadas para interpretar e obstruir o terrorismo (USA PATRIOT ACT)" merece ser condenada por este Encontro, não só pelos efeitos imediatos contra o povo dos EUA, mas também pelo caráter extraterritorial de sua aplicação, a qual se inscreve no propósito de estabelecer uma legalidade imperialista em prejuízo de nossos povos. Não aceitamos a opção desta disjuntiva que se nos mostra e rechaçamos o papel de polícia do mundo que se auto-adjudicam os EUA.

Deste modo, estamos convencidos de que não é com ações bélicas, nem violando o direito internacional, nem com desdobramento militar em escala planetária que se combate o terrorismo. Que, pelo contrário, a doutrina Bush está gerando um ressurgimento da intolerância, racismo, xenofobia, discriminação e mais vítimas

inocentes, além da exacerbação de fundamentalismos irracionais.

Rechaçamos todo intento de apresentar como terroristas os movimentos de liberação nacional, o chamado movimento antiglobalização, a esquerda, os movimentos sociais e progressistas. Reafirmamos o direito de nossos povos de saber a verdade e de obter justiça em relação aos terroristas de Estado que hoje continuam impunes.

No contexto da denominada luta anti-terrorista, a "Carta Democrática da OEA e a reativação do TIAR" se convertem em uma camisa de força para negar a soberania popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais intervenções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas.

No atual cenário global, o Plano Colômbia assume um novo protagonismo e funcionalidade à estratégia norte-americana, intervencionista no âmbito militar e neocolonial no econômico e institucional.

Esta realidade, relativamente encoberta até 11 de setembro, se complementa com a presença das bases militares norte-americanas, cujas atividades contribuem para sustentar as políticas econômicas e sociais dos países onde se converteram em exércitos de ocupação e desde onde apoiam ações de contra-insurgência e repressão. Erguem-se assim em uma constante ameaça para os regimes que defendem projetos políticos contrários aos interesses do imperialismo. Pretende-se sobrepor a debilidade política dos EUA com a apelação à supremacia militar.

Dentro da estratégia integral de dominação se pretende apresentar o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina e ao Plano Puebla-Panamá, como projetos de desenvolvimento e humanitários, sendo seu verdadeiro objetivo o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade. Para complementar estes objetivos pretendem a dolarização das economias regionais e a eliminação de toda resposta popular, desde a social até a insurgente. O X Foro reafirma seu apoio à saída política dos conflitos armados da região e reclama o direito de seus povos a decidir seus destinos em pleno exercício de suas autonomias.

Respaldamos firmemente o direito inalienável à autodeterminação e independência dos povos latino-americanos e caribenhos submetidos à dominação colonial (Porto Rico, Guadalupe, Martinica, San Marteen, Guiana Francesa e as Antilhas Holandesas). Apoiamos o chamamento feito pela ONU para eliminar essa humilhante e anacrônica forma de dominação ao proclamar o período 2000-2010 como a Segunda Década pela Erradicação Total do Colonialismo. Durante este ano se intensificou em Porto Rico a luta por tirar a marinha de guerra dos EUA da ilha município de Vieques, luta que conta com a simpatia e admiração de nossos povos,

e à qual o Foro de São Paulo reitera seu mais completo apoio.

Os crescentes protestos contra a atual ordem, que rechaça a mercantilização globalizada, imposta a todas as esferas, e que começou a rachar o triunfalismo neoliberal e também sua onipotência, obrigaram as principais potências capitalistas e os organismos internacionais a edulcorar suas linguagens e propostas porque as maciças mobilizações para combater as políticas emanadas desses centros hegemônicos não puderam ser desconhecidas, nem subestimadas.

A força demonstrada pela Cúpula dos Povos, Fórum Social Mundial de Porto Alegre e outras ações, evidenciam também que o Foro de São Paulo, como espaço aberto e plural de coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda de nossa América, tem diante de si uma nova etapa de trabalho. Necessitamos generalizar a resistência, aprofundar a proposta, desenvolver a consciência de toda a sociedade civil e potencializar o poder contestador e a capacidade negociadora das organizações sociais, das redes, movimentos e partidos que se opõe ao neoliberalismo.

O objetivo de acumular forças, visto como um processo, está vigente para nosso Foro; devemos continuar sendo um referente para a luta pela defesa dos legítimos interesses das maiorias, organizadas ou não; e devemos potencializar nossa incidência sobre a estratégia e as ações dos movimentos sociais e populares da região latino-americana e caribenha, ao mesmo tempo que continuamos ampliando e fortalecendo as relações com partidos progressistas e de esquerda de outras latitudes. Estas alianças resultam essenciais para avançar na busca de alternativas à ordem internacional vigente.

DESAFIOS PARA A ESQUERDA

Frente aos desafios e à responsabilidade histórica que tem o conjunto da esquerda, é imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos, o qual é possível a partir da construção da unidade em todos seus espaços de ação e respeitar a diversidade regional existente no interior de nossos países.

Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sós ou como parte de amplas coalizões, em vários países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de alcançar governos nacionais e locais nos próximos anos, por via da acumulação eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas.

É indispensável articular reflexões, construir consensos e propiciar ações que envolvam a militância partidária de mulheres e homens com o movimento social e a

luta dos povos indígenas, em um processo que construa tecidos de poder alternativo, respeitando seus processos e autonomias.

Se estas propostas não encontraram eco e sujeitos político-sociais para se imporem na esfera política, tampouco poderão triunfar. Em última instância, os projetos coletivos só triunfarão se se expressarem em decisões políticas que mudem o Estado, construam alianças regionais e estabeleçam uma política internacional que aponte para uma mudança na correlação de forças e para a democratização das instâncias de decisão no âmbito mundial.

Adicionalmente é um imperativo que a esquerda e o movimento social dêem conta das mudanças e impactos da globalização neoliberal no tecido social, o qual permitiria identificar outros aliados que o próprio processo de exclusão e exploração econômica gerou e que até há pouco não podiam ser considerados como tais. Chamamos a atenção especialmente à necessidade da participação dos jovens e garantir sua representação nas instâncias de decisão.

Este caminho implica não só se opor ao neoliberalismo, como também à acumulação das forças de mudança, e propor e implementar alternativas na construção de um novo modelo social para alcançar um governo nacional, popular, democrático e anti-imperialista. Os Partidos do Foro de São Paulo assumem o compromisso de desenvolver estratégias, programas e políticas públicas dirigidas a fomentar a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Ao mesmo tempo promover a discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas que inclui a eliminação de concepções e práticas discriminatórias que ainda persistem no seio de nossas organizações e partidos.

Devemos gerar práticas de democracia participativa, adotando mecanismos que possibilitem a participação popular nas decisões de governo, promovendo desta maneira a construção da cidadania.

Ao cumprir-se uma frutífera década do Foro de São Paulo, estamos ante o desafio de uma nova etapa: definir as grandes linhas da proposta alternativa – que se concretizará em cada país de acordo com as peculiaridades nacionais e as condições específicas – aproveitando a experiência que a esquerda adquiriu.

Insistimos na transformação política, em convergência com as demandas sociais, e como via imprescindível para alcançá-las. Esta reivindicação do aspecto político é uma responsabilidade que os partidos e as organizações do Foro de São Paulo devemos assumir plenamente, em uma época histórica em que essa atividade foi desprestigiada pela corrupção, clientelismo e políticas sociais e econômicas que deram as costas aos povos.

O PROJETO ALTERNATIVO

Duas condições são essenciais para pôr em marcha e sustentabilidade deste projeto:

a) A prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais.

b) A recuperação dos espaços de soberania econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global.

Entre os eixos principais de um projeto alternativo figuram o resgate do desenvolvimento e a soberania; o impulso a os processos de integração regional como forma de inserção na economia mundial; a construção de autênticas democracias participativas, considerando o papel crescente da mulher e os jovens, a secular e profunda luta dos povos indígenas e a luta contra todas as formas de exploração, opressão econômica e alienação dos cidadãos.

Estamos pela defesa de todas as formas de propriedade social existentes em nossa região (cooperativa, estatal, áreas de propriedade dos trabalhadores, comunitária, originária etc.) e pelo desenvolvimento de formas de economia popular que permitam tanto estratégias de sobrevivência, de exercício da democracia econômica, de respeito real à biodiversidade, como a construção de redes de comercialização alternativa e consumo ético.

O referente principal de qualquer projeto emancipador não é o crescimento, mas também o desenvolvimento, em uma perspectiva multi-dimensional, que eleja mulheres e homens e não o dinheiro como o principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulsione mudanças estruturais, a equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos.

Com respeito aos processos de integração regional, o Foro está claramente a favor de reorientá-los e aprofundá-los para avançar até um nível superior de integração, uma verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.

Mas hoje nossa América está submetida à ameaça de desarticular os precários intentos de integração em marcha devido ao qual o Foro se pronuncia por rechaçar o projeto geoestratégico de dominação concebido através da ALCA, devido a que:

- Aprofunda o modelo neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, com nefasto

resultado para os povos latino-americanos.

- Pretende uma abertura total e imediata das economias latino-americanas e caribenhas em um momento de profunda crise econômica e social da região.

- Oferece garantias absolutas só aos interesses corporativos do grande capital, especialmente as empresas transnacionais norte-americanas, por cima dos Estados nacionais.

- Significa uma maior restrição da soberania sobre as políticas econômicas nacionais e limita ainda mais o exercício do poder político por parte dos governos e as possibilidades de desenvolvimento endógeno da região.

- Viola direitos dos povos acolhidos em nossas Constituições.

- Não toma em consideração as grandes disparidades entre os países firmantes, pondo ênfase na reciprocidade e não na preferencialidade.

- causa Impacto muito negativamente nos mercados laborais, torna ainda mais precárias as condições de trabalho, debilita o segurança alimentar e acelera a desarticulação do setor agropecuário.

- Atenta ainda mais contra as identidades pluriculturais e os direitos dos povos indígenas.

- Incrementa a sobrexploração e produz a desapropriação de nossos recursos naturais e das reservas de biodiversidade e agrava a deterioção do meio ambiente.

- Por razões de diferenças históricos entre os quais se conta a ausência de ética de Estados Unidos ante seus compromissos internacionais.

O Foro levanta como alternativa à ALCA o desenvolvimento e potencialização dos processos de integração reais de América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focalizando-os até os objetivos do desenvolvimento sustentável e a vinculação das sociedades, o qual supõe ressaltar a dimensão política como pilar destes projetos. Esta integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevalecentes entre os países; e ao interior destes, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e o reconhecimento da identidade e os direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, assim como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de

dolarização.

Promovemos um projeto de integração com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem a novas formas de produção e propriedade, assim como a uma distribuição eqüitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minerais a escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas.

Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avaliado previamente pela cidadania, os povos indígenas em suas próprias formas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. O Foro considera fundamental a incorporação crescente das mulheres e os jovens, de suas organizações e movimentos como uma força decisiva neste processo.

Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo que interpõe a dívida externa, pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta.

Avançar na recuperação e desenvolvimento do pensamento emancipador em nossa América.

Os partidos e movimentos integrantes do Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso com os princípios humanistas que defenderam nossos heróis e mártires. Nossa luta é pela transformação política, econômica e social e também uma batalha de idéias por um mundo melhor.

Havana, Cuba, 7 de dezembro 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE DENÚNCIA CONTRA O ASSASSINATO DO COMPANHEIRO AURY SARA MARRUGO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba:

CONSIDERANDO:

1. Que a 2 de dezembro, foi encontrado com sinais de tortura o corpo do companheiro Aury Sara Marrugo, Presidente da União Sindical Operária – USO, em Cartagena, desaparecido desde 29 de novembro passado.

2. Que o caso dos companheiros sindicalistas merece atenção especial, pois neste ano que termina foram assassinados 147 lutadores sindicais na Colômbia. Ano passado foram assassinados 90 no mundo, dos quais 69 colombianos.

3. Que na crescente luta popular na Colômbia, os paramilitares, com o auspício e a cumplicidade oficial, seguem desenvolvendo uma sistemática política de terrorismo de Estado e de repressão, assassinando e encarcerando lutadores populares e sociais.

RESOLVE:

1. Repudiar estes fatos e a política que os sustenta.

2. Exigir do governo colombiano o cumprimento dos compromissos de combater o paramilitarismo e responder por plenos direitos e garantias para os que desenvolvem a luta sindical e social.

3. Exortar aos partidos e movimentos políticos assistentes a este Encontro para manifestar de maneira pública seu rechaço a esta situação e castigo exemplar para os culpados, fazendo chegar a todas as instâncias possíveis, iniciando pelo Presidente da Colômbia, Sr. Andrés Pastrana A.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO À AGRESSÃO BÉLICA CONTRA O POVO DO AFEGANISTÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, condena a agressão bélica contra o povo do Afeganistão, em especial pelas perdas de vidas inocentes e as graves conseqüências sociais da guerra para todo o povo.

O Foro reafirma seu compromisso pela paz e a plena vigência do Direito Internacional, que garanta a defesa universal dos Direitos Humanos para todos os povos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES

X ENCONTRO DO FORO DO SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE REPRESSÃO A DEPUTADO BOLIVIANO

O X Encontro do Foro do São Paulo, em Assembléia Plenária, expressa sua preocupação pelo infame atentado à democracia boliviana, através da descarada intervenção da embaixada de uma potência estrangeira ao exigir dos partidos políticos que tirem a imunidade parlamentar do deputado camponês Evo Morales Ayma, por sua luta veemente a favor dos camponeses cocaleros e pela ofensa que isso significa para o império.

O Foro do São Paulo denuncia ante a opinião pública internacional esta grosseira pretensão e se solidariza com a luta dos camponeses bolivianos, dos cocaleros e do povo boliviano em geral. Exige respeito aos partidos políticos e rechaça categoricamente toda forma de intervenção estrangeira que signifique menosprezo da soberania política e nacional.

As lutas sociais pretendem ser aplainadas em nossos países com o poder imperialista; depois de 11 de setembro, os dirigentes camponeses são acusados de "terroristas" e, como se sabe, suas formas pacíficas da luta têm sido a greve e o bloqueio de estradas. A nova caça às bruxas começou. Hoje são os dirigentes camponeses e amanhã qualquer dirigente político cujas ações ou declarações incomodem ou ponham obstáculos ao cumprimento das ordens imperiais.

O Foro do São Paulo exorta os parlamentares bolivianos a resistir à pressão, a não ceder à vergonha que significa não defender a soberania. A dignidade política passa necessariamente pela coragem de defender o que somos. Se não nos respeitamos a nós mesmos, ninguém nos vai respeitar, e menos ainda nossos povos.

Solicitamos à Secretaria do Foro a publicação desta Resolução e seu envio com nota expressa à Câmara dos Deputados do Parlamento Boliviano, à brevidade possível.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO AO PLANO COLÔMBIA E DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO COLOMBIANO

O X Encontro do Foro de São Paulo reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba.

CONSIDERANDO:

1. A grave crise econômica, política e social que sofre o povo colombiano, produto das políticas desenvolvidas pelo Estado e seus diferentes governos, aplicando as imposições do Império e as receitas do Fundo Monetário Internacional – FMI.

2. A justa e necessária luta de colombianas e colombianos por construir a sociedade que merecem, em paz, com justiça social, dignidade e soberania.

3. O desenvolvimento de medidas imperiais como o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, verdadeiros planos de guerra contra o povo colombiano, latino-americano e caribenho.

4. O terrorismo de Estado que segue assassinando a população civil paralisada pela ação de seus grupos paramilitares.

RESOLVE:

5. Apoiar e encoraja os processos de diálogos desenvolvidos pelas FARC – Exército do Povo e o ELN, em busca de soluções diferentes à guerra para a grave crise colombiana e o conflito social, político e armado, ficando à disposição, na medida de nossas possibilidades e as necessidades dos processos.

6. Manifestar sua solidariedade e reconhecimento com a Frente Social e Política como expressão importante da organização de colombianos e colombianas no desenvolvimento da luta por seus direitos.

7. Repudiar e condenar novamente o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, e organizar a resistência popular como parte da corrente de lutas contra a dominação neocolonial da qual fazem parte megaprojetos como a

ALCA.

8. Manifestar publicamente, como forças e movimentos políticos anti-imperialistas, nossa defesa aos direitos de rebelião e autodeterminação dos povos do mundo e rechaçar o qualificativo de terroristas para toda forma de resistência.

9. Ratificar a legitimidade, justeza e necessidade da luta das organizações colombianas e solidarizar-nos com elas.

10. Condenar energicamente o terrorismo de Estado e demandar castigo ao paramilitarismo e seus responsáveis materiais e intelectuais, nacionais e estrangeiros.

11. Reivindicar o reconhecimento dos presos políticos e sindicais na Colômbia e exigir sua liberdade imediata. Pedir o pleno exercício do direito à defesa e a aplicação urgente das recomendações da ONU para modificar as condições carcerárias deploráveis em contradição com as normas elementares da dignidade humana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMIENTO DOS SEM TERRA DO BRASIL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, se solidariza com a luta pela Reforma Agrária no Brasil, em especial com o Movimento Sem Terra (MST), cujos participantes são vítimas da repressão e das políticas de criminalização dos movimentos sociais.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PATRIOTAS CUBANOS ENCARCERADOS NOS ESTADOS UNIDOS

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido no Palácio das Convenções, adota a seguinte Resolução:

1. Demandar a liberdade dos cinco patriotas injustamente presos em cárceres dos Estados Unidos – em Miami.

2. Que nossa solidariedade chegue até as prisões norte-americanas e faça saber a René, Gerardo, Fernando, Antonio e Ramón que os partidos e organizações reunidos aqui reconhecem essa entrega e patriotismo refletido em sua digna dedicação em evitar que sua pátria seja objeto de ações terroristas.

Nosso reconhecimento a estes cinco dignos filhos da Pátria Martiana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, chama a atenção sobre as conseqüências das eleições fraudulentas de ano de 2000 no Haiti, que exasperaram uma prolongada crise institucional, evidenciando a incapacidade do governo populista e corrupto de Aristide em encarar os graves problemas da nação. Crescem a miséria e o descontentamento, enquanto a repressão e as violações dos direitos humanos nutrem uma crescente instabilidade e polarização política. As repetidas missões de conciliação empreendidas pela OEA e o CARICOM não puderam ainda facilitar uma saída negociada entre o poder Lavalas e a Convergência Democrática, a qual, com o apoio de amplos setores da população se mostra como a alternativa a este regime personalista que frustrou as esperanças populares.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

O X Encontro do Foro de São Paulo, frente à importância geopolítica da região andina, reconhece os logros na luta e resistência social que o povo equatoriano alcançou no contexto da profunda crise econômico-institucional que atravessa o país.

Por isso manifesta sua preocupação pelo aumento da repressão social através, sobretudo, da criação de grupos paramilitares que buscam intimidar os movimentos políticos de esquerda e as organizações populares, assim como a indiferença e impunidade que o Estado e o governo equatorianos apresentam nos casos do assassinato do legislador do MPD, Jaime Hurtado, do dirigente sindical socialista Saúl Cañar e dos dirigentes indígenas assassinados em ocasião do levantamento de janeiro de 2001, entre outros dirigentes sociais. Tudo isto inscrito na implementação do Plano Colômbia, hoje denominado Iniciativa Andina, que no Equador toma maior visibilidade na entrega da base de Manta a tropas dos Estados Unidos para a agressão às forças insurgentes colombianas e a perseguição ao regime de Hugo Chávez na Venezuela.

De igual forma, as intenções de dar corpo à ALCA se fundamentam no desaparecimento de uma política monetária soberana, aplicando a dolarização no Equador, com tantos custos sociais e produtivos nefastos, assim como em torpedear o débil processo de integração regional da Comunidade Andina de Nações.

Ante isto, resolve:

Respaldar os processos de diálogo e ação concertada que os partidos membros levam a cabo para um acionar político mais efetivo no Equador.

Sugerir ações conjuntas de organizações equatorianas e da região para impedir a instauração do plano de guerra e a anexação político-económica que a ALCA e a Iniciativa Andina propõem.

Apoiar as lutas de setores sociais e políticos frente às intenções de privatização de empresas públicas, enquanto se dedica cinqüenta por cento do orçamento do Estado para a dívida externa e o incremento de gastos militares, contrastando com o recorte orçamentário de políticas sociais previamente deficitárias e a impunidade

até agora garantida aos banqueiros que assaltaram os fundos dos equatorianos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROFESSOR JUAN BOSCH

Mestre laborioso das letras e da palavra, o professor Juan Bosch dignificou o exercício da política ao desempenhar, com honestidade e respeito às liberdades públicas, a elevada função de Presidente da República.

* Propulsor de muitas das principais jornadas de luta empreendidas do exílio contra a tirania de Rafael Trujillo;

* Formador da consciência social com sentido humanista de amplos setores do povo dominicano, através de um discurso simples e direta, que ficou como modelo de educação popular;

* Inspirador da Constituição de 1963, a mais avançada das Cartas Magnas com que já contou a República Dominicana em toda sua história;

* Líder do Movimento Constitucionalista, Juan Bosch foi a cabeça política da explosão popular de 24 de abril de 1965, um dos acontecimentos mais relevantes na história republicana do povo dominicano; e

* Fundador dos Partidos Revolucionário Dominicano e da Liberação Dominicana, duas das maiores formações políticas da República Dominicana, destacou sua grande capacidade organizadora.

Tudo isto catapulta a figura de Bosch como um protagonista sobressalente da história nacional do passado século XX, identificado com os valores da liberdade, da democracia, da independência, do progresso e do bem-estar para os dominicanos e dominicanas.

Como parte destacada desse protagonismo, a vida e obra do fenecido Presidente se cristalizou como símbolo de cultura, componente indispensável para forjar uma sociedade dominicana dotada dos mais elevados instrumentos de civilização.

A extensa variedade de imagens e conceitos de grande beleza e profundidade, que se registram nas páginas dos seus numerosos escritos políticos e literários, os quais revelam o brilho da inteligência e da criatividade de Bosch, projeta-o como um dominicano universal.

Com sua morte, Juan Emílio Bosch Gaviño entra como grande herói na história do povo dominicano.

* Paz a seus restos

* Glória eterna a sua memória

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, faz seus os Acordos adotados pela reunião de mulheres de dezenove países participantes nesta reunião e resolve:

1. Que o Grupo de Trabalho e os países sedes dos Encontros do Foro mantenham as Oficinas de Mulheres como espaço permanente.

2. Que os partidos políticos e organizações integrantes do Foro de São Paulo promovam uma participação eqüitativa de homens e mulheres em suas delegações e tenham em conta a diversidade étnica de seus países.

3. Que os documentos emanados do Foro sejam redigidos com enfoque de gênero.

Além disso, concorda-se em:

1. Manter uma rede eletrônica e de comunicação permanente.

2. Realizar uma Reunião de Mulheres no marco do Fórum Social Mundial, a celebrar-se em Porto Alegre, Brasil, de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

O X Foro de São Paulo demanda ao Governo mexicano:

1. A rediscussão e promoção de uma nova lei dos direitos e cultura dos povos indígenas com base nos acordos de San Andrés, Chiapas.

2. O desenvolvimento e julgamento dos grupos paramilitares e seus responsáveis em Chiapas e outros Estados como Oaxaca e Guerrero.

3. O esclarecimento imediato do assassinato da advogada Digna Ochoa, defensora dos direitos humanos, e particularmente dos camponeses ecologistas de Guerrero.

4. O Foro de São Paulo manda uma saudação solidária e fraterna ao Exército Zapatista de Liberação Nacional e demanda ao Governo o estabelecimento das condições necessárias para o diálogo e a paz com justiça.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

Denunciamos e condenamos o terrorismo eleitoral praticado pelo governo dos Estados Unidos contra o direito do sofrido e heróico povo da Nicarágua de eleger livremente seus governantes, sem intimidações nem ameaças diretas ou indiretas de forças exteriores.

As mensagens, discursos, declarações de imprensa ou comunicados, provenientes do Presidente Bush e de outros altos funcionários do governo norte-americano, só podiam ser entendidos como ameaças de novas agressões se o povo nicaragüense cometesse a ousadia de eleger uma vez mais a FSLN. Essas ameaçadoras declarações tinham um só propósito: infundir o terror entre os nicaragüenses. Mediante esse terrorismo eleitoral, Washington ganhou as eleições em um processo que só pode ser caracterizado como fraudulento pelo alto nível da intervenção norte-americana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, compromete-se a trabalhar a favor do estabelecimento da paz justa e global na zona do Oriente Médio, em consonância com os princípios dos quais partiu o processo de paz na Conferência de Madri, e fundamentados sobre a base do cumprimento das Resoluções 242, 338 e 425 das Nações Unidas.

O Foro de São Paulo condena a escalada de violência na região e clama a retomada e a pronta conclusão das negociações de paz que garantam os direitos legítimos do povo da Palestina e outros povos ocupados no Oriente Médio.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU JAMAL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, expressa sua solidariedade com Mumia Abu Jamal e reitera sua exigência de liberdade imediata. Condenamos as severas condições de encarceramento em que é mantido e a violação carcerária de seus direitos, atuação inumana com que se prolonga e aprofunda sua injusta prisão.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, expressa sua solidariedade com o Partido Comunista do Chile e sua Secretária Geral, companheira Gladys Marín, ante o ataque e a investida realizada pela polícia militarizada desse país à sede do Comitê Central de seu Partido.

O X Encontro do Foro de São Paulo expressa sua profunda preocupação por este feito que afeta o Partido Comunista do Chile, membro desta organização, a somente dezessete dias das eleições gerais do Parlamento chileno.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

CONSIDERANDO QUE o governo dos Estados Unidos da América invadiu o território nacional de Porto Rico em 25 de julho de 1898;

CONSIDERANDO QUE desde essa data, Porto Rico segue ocupado por forças militares estadunidenses e, desde então, o governo dos Estados Unidos sujeitou a nação porto-riquenha a um esmagador regime colonial;

CONSIDERANDO QUE a ocupação do território porto-riquenho tanto pelos corpos militares como pelas agências repressivas do governo estadunidense esteve dirigida até a subordinação da nação porto-riquenha e de sua população, ocasionando, entre outras coisas, uma diáspora em que cerca do 40% da população porto-riquenha atualmente viva nos próprios Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO QUE para os Estados Unidos, todo o território nacional de Porto Rico constitui uma zona estratégica, dispondo de seu destino em claro desprezo ao direito internacional, o qual condena o colonialismo e consagra o direito a autodeterminação;

CONSIDERANDO QUE como resultado de mais de cem anos de colonialismo e de repressão desatada contra os lutadores anti-coloniais porto-riquenhos, ainda permanecem em cárceres norte-americanos seis presos políticos porto-riquenhos e outros tantos na clandestinidade;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, um município com aproximadamente 9.400 habitantes, onde a marinha estadunidense se apoderou de três quartas partes de seu território e do qual nos dias de hoje ainda controlam cerca do 50%, e contamina o entorno natural, resultando nas mais altas taxas de incidência de mortalidade infantil, menor expectativa de vida, maior taxa de câncer e outras enfermidades em comparação ao resto da população de Porto Rico, sem ter a ilha de Vieques outros poluentes que não sejam as operações militares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, assim como em outras partes do território nacional porto-riquenho, os Estados Unidos e sua marinha experimentaram todo tipo de armas convencionais e não convencionais, incluindo as químicas, biológicas, de urânio enriquecido, e submarinos armados de armas nucleares, desafiando

assim o Tratado de Tlatelolco e o ditame do Tribunal Internacional de Justiça sobre as armas nucleares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques e em outras partes do território nacional porto-riquenho se ensaiam as invasões que logo levaram a cabo em diversas nações de nosso hemisfério latino-americano assim como em outras partes do mundo;

CONSIDERANDO QUE a luta dos porto-riquenhos para tirar a marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques vem-se realizando há algumas décadas e se intensificou logo que, em 19 de abril de 1999, uma bomba lançada pela marinha matou o civil viequense David Zanes Rodríguez;

CONSIDERANDO QUE nos últimos dois anos, a luta dos porto-riquenhos pela paz em Vieques levou mais de mil e quinhentos lutadores pela paz em Vieques ante os tribunais do império, pessoas representativas de todos os setores da sociedade porto-riquenha, como estudantes, artistas, professores, religiosos de diversas denominações, figuras políticas e inclusive congressistas norte-americanos, dos quais centenas foram encarcerados, entre eles o prefeito de Vieques, Dámaso Serrano, condenado a quatro meses de cárcere e atualmente preso;

CONSIDERANDO QUE a escalada militar estadunidense se evidência também com a presença de múltiplas agências e aparatos de inteligência militar e civil, os quais incluem a sede do Exército Sul, o Comando de Operações Especiais e o Componente Naval do Comando Sul, o radar portátil – ROTHR, e outras facilidades para a espionagem dirigida contra países irmãos latino-americanos;

CONSIDERANDO QUE tanto o povo de Vieques como todo o povo de Porto Rico se expressou em repetidas ocasiões e por maioria absoluta, através de processos eleitorais, grandes manifestações, petições, plenárias e a desobediência civil pacífica, pela saída imediata da marinha estadunidense de Vieques;

CONSIDERANDO QUE Porto Rico, nação caribenha e latino-americana, membro indiscutível da grande família da Nossa América, constitui um dos últimos redutos coloniais em nosso hemisfério;

CONSIDERANDO QUE a permanência da presença militar dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho constitui, além de uma ofensa de todos os povos à vida e à liberdade, um perigo para a segurança e soberania de todas as nações do hemisfério;

CONSIDERANDO QUE o reclamo de todas as instituições da sociedade porto-riquenha a favor da saída da marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques foi respaldado a nível internacional pelo Comitê de Descolonização da Organização das

Nações Unidas, a Internacional Socialista, assim como diversas instituições desde a Argentina até Coréia e Japão;

RESOLVE este Foro de São Paulo, em assembléia reunida em 7 de dezembro do ano 2001 na cidade de Havana:

PRIMEIRO: exigir a saída imediata da ilha de Vieques de todos os agentes militares dos Estados Unidos, a despoluição de todos os terrenos ocupados durante os últimos 60 anos, sua devolução a seus legítimos donos, o povo de Porto Rico, e uma justa indenização às vítimas pelo dano sofrido.

SEGUNDO: exigir o fim imediato de toda prática militar dos corpos armados dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho e sua retirada do mesmo.

TERCEIRO: exigir do governo dos Estados Unidos da América a concessão de anistia total a todos os condenados pela luta para tirar a marinha estadunidense de solo viequense, a liberação imediata de seis patriotas que permanecem encarcerados por seu compromisso com a descolonização de Porto Rico e a permissão para o retorno à vida livre na sua comunidade aos que ainda são obrigados a viver na clandestinidade.

QUARTO exigir dos Estados Unidos da América o cumprimento das normas do Direito Internacional e as Resoluções da Organização das Nações Unidas que recalcam o direito dos porto-riquenhos à livre determinação e que, em acordo, promova um verdadeiro processo de descolonização que leve a nação porto-riquenha ao logro de sua plena soberania.

DISPÕE TAMBÉM:

PRIMEIRO: que esta Resolução se dê a conhecer tanto à imprensa nacional como internacional em todos os países membros deste Foro.

SEGUNDO: que esta Resolução se faça chegar aos parlamentos e governos deste hemisfério, ao Parlamento Europeu, e às pertinentes organizações internacionais governamentais e não-governamentais.

TERCEIRO: que os membros deste Foro de São Paulo iniciem gestões nos parlamentos dos respectivos países para que os mesmos se pronunciem a favor da desmilitarização e descolonização de Porto Rico, e especificamente a saída imediata da marinha estadunidense da ilha porto-riquenha de Vieques.

QUARTO: que se dê seguimento pelo Grupo de Trabalho deste Foro de São Paulo a este tema.

QUINTO: que, sendo o militarismo e o colonialismo um problema que compartilham várias nações da área do Caribe, sejam ambos temas ponto na agenda da assembléia deste Foro de São Paulo do ano 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, censura e condena a prática de bloqueio a países por seus efeitos prejudiciais a seus povos, em particular os setores mais pobres.

Portanto, este Foro reclama o imediato levantamento das sanções contra os povos do Iraque, Líbia e Síria.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DO CARIBE COMO ZONA DE PAZ

Reunidos neste X Encontro do Foro de São Paulo em Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, em nome de Maurice Bishop, Walter Rodney, George Washes, Rosie Douglas, Juan Bosch e Che Guevara, conclamamos as Nações Unidas a declarar o Caribe como Zona de Paz.

O Caribe como Zona de Paz compreende os seguintes objetivos:

1. Eliminar todas as bases militares que existem na região do Caribe, tanto aquelas locadas nos Estados independentes como nos territórios dependentes.

2. Pôr fim a todos os pactos militares com potências alheias à região do Caribe.

3. O fim de todas as sanções comerciais, embargos ou bloqueios na região.

4. A conversão dos gastos com bases militares e com concessões não pagas em um Fundo Caribenho de ajuda em caso de desastres, com o fim de ajudar os Estados e territórios que enfrentam desastres naturais, e como parte do dividendo de paz que se propôs ao mundo com o fim da Guerra Fria.

5. A solução de todos os conflitos fronteiriços e reclamações territoriais mediante o arbítrio de instituições da região, com a anuência das Nações Unidas ou outros órgãos internacionais competentes.

6. A condenação de qualquer maneira de terrorismo contra os Estados.

7. A negação ao transporte de dejetos nucleares e seus materiais danosos pela região do Caribe.

8. Pôr fim à prática dos Estados que deportam para os países da área os criminosos que entraram em seu território e aí residiram por um período maior de 10 anos.

9. Pôr fim à "guerra das bananas", de longa data, que até agora empobreceu vários pequenos Estados anglófonos, através de uma conferência promovida pelas Nações Unidas, e que a OIT aceite e ponha em vigor os acordos que dela se derivem.

10. Que todos os países do Caribe que pertençam à Zona de Paz declarem e apliquem um Código de Direitos Humanos e Responsabilidades que garanta aos povos dos Países Membros a segurança das pessoas, a liberdade para que os Estados realizem ações de arbitragem, que garantam a todos os cidadãos o desfrute dos direitos à paz, ao saber, o direito à moradia, ao emprego, ao acesso à atenção médica básica e à educação.

Além disso, deve-se declarar que o extermínio dos povos autóctones da região constitui um crime de lesa humanidade, com as conseqüentes reparações que há que se pagar aos Estados membros.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO A FAVOR DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DA VENEZUELA

O processo venezuelano enfrenta neste momento a agressão das correntes neoliberais e contra-revolucionárias, com o propósito de aniquilar a possibilidade de aprofundar as mudanças que encaminham o povo e o governo revolucionário da Venezuela, encabeçado pelo Presidente Hugo Chaves.

A ameaça crescente impulsionada do exterior é um fato real imediato que merece o rechaço de todas as organizações populares, progressistas e democráticas do mundo, particularmente dos povos latino-americanos e caribenhos.

Em tal sentido, o X Encontro do Foro de São Paulo concorda em expressar seu apoio ao processo revolucionário que acontece na Venezuela, assim como às organizações e movimentos comprometidos com o projeto, como expressão das forças populares que se encaminham ao logro da justiça social, fundamentada nos melhores princípios e valores da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, produto da vontade popular.

Finalmente, chamamos as organizações progressistas do continente e do mundo aqui representadas a que contribuam nos seus países para explicar a verdadeira natureza da Revolução Bolivariana, assim como promover um amplo movimento de solidariedade internacional com o povo da Venezuela e seu governo.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

PRONUNCIAMENTO SOBRE O II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

O X Encontro do Foro de São Paulo, realizado em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro do ano 2001, declara sua preocupação ante a acentuação da situação na Colômbia. As constantes matanças de camponeses em distintos lugares do país, ameaças, encarceramentos, desaparições de pessoas, constituem mostras da constante violação dos direitos humanos por parte do Governo colombiano, o qual provocou a resposta popular convertida em ações políticas, diplomáticas e guerrilheiras por parte do povo colombiano.

Nesse marco se realizou em San Salvador, durante os dias 20, 21 e 22 de julho deste ano, o I Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina, realizado por iniciativa e sob a direção da FMLN de El Salvador. O II Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina se celebrará na Cidade do México, nos dias 4 e 5 de março do próximo ano, tendo como anfitriões de dito evento os companheiros do Partido do Trabalho do México. O X Encontro se pronuncia por convidar todas as organizações e partidos membros do Foro de São Paulo a apoiar e participar ativamente deste evento.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

DECLARACIÓN FINAL DEL XI ENCUENTRO

DECLARACIÓN FINAL

XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

Antigua, Guatemala, 2 al 4 de diciembre de 2002

1. Reunidos en La Antigua Guatemala, con motivo del XI Encuentro del Foro de São Paulo, realizado del 2 al 4 de diciembre de 2002, 595 representantes de 142 partidos y movimientos políticos de izquierda de 45 países de América, Europa, Asia, Africa, Medio Oriente y Oceanía, realizamos un balance de la evolución de la situación mundial y, en particular, de la agudización de la crisis política, económica y social que azota a la mayoría de los países de América Latina y el Caribe y de los trascendentales avances cosechados en las luchas de los pueblos de la región.

? Los participantes en este Encuentro expresan su reconocimiento a la dirección y la militancia de URNG, y al hermano pueblo guatemalteco por el cálido recibimiento dispensado y recuerdan con emoción la figura entrañable de Rolando Morán, dirigente histórico de nuestro Foro de São Paulo.

? El proceso de globalización capitalista da lugar a una estrategia de dominio político unilateral por parte de los Estados Unidos, que despliega una conducta belicista a escala planetaria, exacerbada después de los atentados del 11 de setiembre de 2001, desafiando la voluntad de paz de los pueblos y de la mayoría de los miembros de la comunidad internacional.

? Hoy el neoliberalismo sigue siendo la política de las principales grandes potencias, los organismos financieros internacionales y las elites gobernantes en América Latina. Sin embargo, crece día a día su crisis de credibilidad en los más amplios sectores sociales. Esa doctrina ya resulta incapaz de confundir y desmovilizar a los pueblos de la región: soplan vientos de cambio.

? En un mundo capitalista que se caracteriza por el aumento de la brecha entre ricos y pobres, la concentración del poder político, económico y militar, con su correlato de ampliación de la marginación y la exclusión social, de discriminación de género, racial, étnica, cultural, generacional y otras, la depredación del medio ambiente, de incremento de la amenaza y el uso de la fuerza militar, de la corrupción, el narcotráfico, el terrorismo y otros flagelos que ponen en riesgo el futuro de la humanidad, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo constatamos la certeza y la vigencia de las Declaraciones Políticas, Acuerdos y Resoluciones aprobados en nuestros diez encuentros anteriores. Como expresión de

la agudización de la crisis y de la madurez de nuestras luchas, hemos pasado de la crítica, al combate y del combate a la construcción de alternativas concretas al neoliberalismo.

? La reunión se efectuó bajo el impacto del triunfo del pueblo brasileño que consagró a Lula Presidente, con más de 52 millones de votos, expresión del amplio apoyo de fuerzas de izquierda, progresistas y democráticas. La conquista del gobierno en el mayor país del continente reafirma la validez de una política de alianzas de máxima amplitud y profundidad, conformada en torno al Partido de los Trabajadores con su programa de transformaciones sociales. Señalamos con satisfacción que la mayor parte de los partidos integrantes de la alianza tienen activa participación en el Foro de São Paulo desde su origen. Lula Presidente significa un punto de inflexión en el continente e insufla un poderoso aliento a todos los que luchan por la democracia en el plano político, económico y social.

? En Brasil, la esperanza venció al temor y permitió una victoria del "sí se puede" contra el pensamiento único. Fue un triunfo moral contra la corrupción, un punto de encuentro entre la ética y la política, una voluntad de cambio que llegó a todos los confines de ese inmenso país y se irradia a América Latina y el Caribe, abriendo perspectivas esperanzadoras a las luchas políticas y sociales que nuestros pueblos están llevando adelante contra las consecuencias nefastas de las políticas neoliberales, agravadas en el último período.

? Al triunfo de Lula se suma la victoria de Lucio Gutiérrez, candidato de la alianza Sociedad Patriótica 21 de enero y el movimiento Pachakutik, con el apoyo del Movimiento Popular Democrático, de partidos de izquierda y movimientos sociales. Se suman también el resultado electoral sin precedentes alcanzado por el movimiento indígena, campesino, popular y de izquierda boliviano a través de la candidatura de Evo Morales, el desarrollo de nuevas formas de organización y lucha popular en Argentina y el auge del movimiento social salvadoreño, peruano y uruguayo en contra de las privatizaciones, así como la lucha del pueblo puertorriqueño para sacar a la marina estadounidense de la isla de Vieques, anunciada para mayo del 2003.

? El proceso de consolidación de la revolución democrática popular en Venezuela y la redefinición hacia unas relaciones más soberanas en América Latina, constituye un mejor escenario para la lucha de nuestros pueblos. La resistencia popular frente a los golpistas y la solidaridad internacional son aspectos nodales para la defensa y el desarrollo del proceso de autodeterminación venezolana.

? Hay que aprovechar esta coyuntura para reafirmar nuestra histórica vocación integracionista y contribuir efectivamente en todas las regiones para cambiar los rumbos de los procesos de integración liderados hasta hoy por una visión

exclusivamente mercantilista. Profundizar la integración latinoamericana y caribeña significa, ante todo, priorizar la dimensión política y social, mediante la construcción de instituciones -parlamentos regionales directamente electos, comisiones representativas de la pluralidad de intereses subregionales y de intereses de los pueblos, etc.- y mecanismos que permitan la formulación e implementación de políticas públicas regionales para enfrentar los problemas causados por las graves desigualdades estructurales anteriormente mencionadas.

? El XI Encuentro del Foro de São Paulo, con la convicción de que otro modelo de integración es posible, propone que enfrentemos el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), el Plan Colombia y el Plan Puebla-Panamá con mayor resistencia y que avancemos en las propuestas de cambio de los actuales procesos: MERCOSUR, Comunidad Andina de Naciones, el proceso de integración centroamericano y el CARICOM. Nuestra perspectiva es la construcción de una Comunidad Latinoamericana de Naciones que defienda la soberanía y la riqueza de sus pueblos. Debemos mirar con atención el caso de México, pues a ocho años del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) ha aumentado la pobreza, la inseguridad, la desarticulación de las cadenas productivas y la extranjerización de su banca, su industria y su comercio. Esto reafirma lo que venimos declarando en los últimos Encuentros: el ALCA tal como fue propuesto por los Estados Unidos constituye un plan de anexión y no un acuerdo de verdadera integración para las Américas. Frente a esa estrategia, proponemos una integración alternativa, que contemple principalmente la dimensión política y social.

? Para poder avanzar en esos objetivos, es necesario fortalecer nuestros vínculos con los movimientos sociales, particularmente con las mujeres, los campesinos, los jóvenes, los pueblos indígenas u originarios. Reafirmamos nuestro compromiso de combate frontal a la discriminación de los pueblos indígenas u originarios, y por el respeto de su identidad nacional. Los partidos del Foro de São Paulo consideramos injusta la opresión por razones de sexo de que son víctimas las mujeres, sumada a la que ya sufren por su pertenencia de clase, el color de la piel, etnia y generación. La lucha por la participación de mujeres y hombres en igualdad de derechos, oportunidades y condiciones forma parte de nuestra estrategia, ya que responde a una responsabilidad histórica de las fuerzas revolucionarias de izquierda el construir un entramado de relaciones sociales integralmente humanas, basadas en la justicia y alternativas a las milenarias estructuras de opresión y explotación.

? Todos nuestros partidos promoverán la discusión entre sus militantes de base y dirigentes, hombres y mujeres, sobre las relaciones de género, a fin de visibilizar la situación de las mujeres en cada país y en el interior de nuestras propias organizaciones. El reconocimiento de los avances, retrocesos y obstáculos principales nos servirán de base para la elaboración de un programa que exprese el compromiso ético, la voluntad política y las medidas específicas de lucha contra la

desigualdad de género. Los partidos del FSP, además, deberán implementar mecanismos de seguimiento que aseguren el cumplimiento de estos programas y planes.

? Será tarea del Foro de São Paulo, los partidos y gobiernos, elevar la prioridad otorgada a los problemas de la inmigración, que tienen consecuencias cada vez más profundas en nuestros países.

? En los países del Caribe insular, el XI Encuentro del Foro de São Paulo resalta la anacrónica subsistencia de la colonia estadounidense de Puerto Rico, y de las colonias de países europeos: Antillas Holandesas, Islas Vírgenes, Guayana Francesa, Martinica y Guadalupe. El Foro de São Paulo respalda las gestiones de dichas naciones ante el Comité de Descolonización de la ONU y en otros foros internacionales, y considera discriminatoria la caracterización de los pueblos de las tres últimas como poblaciones, por parte del gobierno francés. Mientras, en Haití la lucha del pueblo por cambios en el sistema político y por mejores condiciones de vida se enfrenta a sistemáticas violaciones a la democracia e institucionalidad por parte del gobierno. Con mucha preocupación se tomó nota de la injustificada movilización de tropas de los Estados Unidos a la frontera de ese país con República Dominicana, así como la entrega de armamentos a esta última nación.

? Reitera la solidaridad con el pueblo cubano y la condena al bloqueo que desde hace cuarenta años los gobiernos de Estados Unidos mantienen contra Cuba. Este hecho recientemente condenado, una vez más, por la Asamblea General de la ONU por votación de 173 a 3, demuestra el aislamiento de esa política. Asimismo, denunciamos la violación de los derechos humanos de los cinco cubanos prisioneros en cárceles de los Estados Unidos, al tiempo que demandamos su libertad inmediata.

? Rechazamos el Plan Colombia por constituir una estrategia de dominación estadounidense en la región, su abierta utilización con fines contrainsurgentes, la ampliación de una red de bases militares de Estados Unidos que cercan todo el territorio colombiano y que se extiende a otros países, con la complicidad de algunos gobiernos en detrimento de su propia soberanía. Todo ello está llevando a la agudización y ampliación del conflicto y a la crisis humanitaria. El Foro enfatiza que el diálogo y la negociación, orientado a la búsqueda de una solución política que resuelva sus causas originales, es la única salida al conflicto colombiano, por lo que exhortamos a su inmediata reanudación.

? En el caso de Guatemala vemos con preocupación como los Acuerdos de Paz, que constituyen una agenda para la construcción de una nueva nación multiétnica, pluricultural y multilingüe y con justicia social, sea sustituida por las políticas neoliberales y por el incremento del presupuesto militar, agravando de esta manera

las condiciones de pobreza, exclusión y marginación social. Valoramos la lucha de las organizaciones campesinas e indígenas por sus legítimos derechos por la tierra y saludamos los preparativos de URNG para las próximas elecciones como la alternativa para el real cumplimiento de los Acuerdos de Paz.

? Este es un momento en que el Foro de São Paulo, integrado por latinoamericanos y caribeños, hacemos un llamado para que se reflexione sobre las sabias palabras de Benito Juárez en el sentido de que "El respeto al derecho ajeno es la paz". Es también el momento para recordar con mucho orgullo lo que sin duda alguna ha sido el mayor aporte de nuestra región al derecho internacional y a la causa de la paz mundial, es decir, el principio de la no-intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos. El principio que debe ser respetado para preservar la paz, es el del derecho internacional y no el uso arbitrario del poderío militar o económico.

? El Medio Oriente se convierte nuevamente en una de las más tensas zonas de conflicto del mundo. Este XI Encuentro del Foro de São Paulo considera totalmente inaceptable la amenaza y el uso de la guerra contra cualquier Estado. Es por intermedio de las Naciones Unidas que los conflictos deben encontrar una solución y, en esos términos, consideramos totalmente condenable la guerra contra Irak. También rechaza la política del Estado de Israel de ocupación y genocidio en los territorios palestinos, en violación reiterada de las resoluciones de la ONU. Al mismo tiempo se pronuncia contra toda forma de violencia que provoque victimas civiles y reitera la necesidad de la reanudación de las negociaciones de paz.

? Frente a la intensificación de las corrientes belicistas en el mundo, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha por la paz. Asimismo , denunciamos con el pretexto del combate contra el terrorismo, se pretende criminalizar las luchas sociales de los pueblos, y atentar contra las libertades civiles y los derechos humanos en general. No aceptamos la conducción unilateral de las cuestiones de seguridad global de pueblos y naciones. La paz es un desafío cotidiano de todos.

? Por último, ante el agravamiento de las condiciones económicas, políticas y sociales en el mundo, el Foro de São Paulo, hace suyas las conclusiones de los encuentros de movimientos sociales, celebrados recientemente en Quito y La Habana, en relación al ALCA, que contribuyan a sensibilizar y movilizar a los pueblos en defensa de su soberanía y el control de sus economías.

? Por todo lo anterior, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha contra el neoliberalismo y por el respeto a la autodeterminación de los pueblos, como premisa fundamental para la construcción y preservación de la paz. La lucha popular, electoral, parlamentaria, desde las comunidades y desde los gobiernos, continúa siendo un reto para todos los integrantes del Foro de São Paulo.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE CHIAPAS

El XI Encuentro del Foro São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Estado de Chiapas, México:

Ante el agravamiento de la situación en el Estado de Chiapas, México, derivado del incumplimiento por parte del gobierno de las condiciones para el diálogo y la paz con el Ejercito Zapatista de Liberación Nacional.

Resuelve:

Demandar al gobierno y a las autoridades mexicanas:

1. La desarticulación de las bandas paramilitares y castigo a los dirigentes y responsables del hostigamiento, represión y asesinato de los indígenas zapatistas.

2. Que se comprometan a promover en el Congreso de la Unión la aprobación de una ley indígena basada en la Ley COCOPA.

3. El retiro del ejercito mexicano de la zona de conflicto y cumplir con las condiciones para restablecer los procesos de diálogo para lograr una paz con justicia.

Ciudad Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002

RESOLUCIÓN SOBRE ARGENTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, resuelve:

1. Mientras aquí en Antigua, Guatemala, transcurrían las deliberaciones del Foro de São Paulo, en Buenos Aires, Argentina, Bandas para-policiales asesinaron al militante piquetero y dirigente del Partido Comunista Ramón Rodríguez de 30 años de edad.

2. El Foro de São Paulo repudia enérgicamente este alevoso asesinato, exige investigación Juicio y castigo para sus responsables materiales e intelectuales.

3. Al mismo tiempo, expresa su sentimiento de solidaridad al movimiento territorial liberación, al Partido Comunista y a todas las organizaciones sociales y políticas que luchan por darle una salida democrática y popular a la devastadora crisis que vive Argentina como consecuencia de los planes neoliberales de hambre y represión.

4. En tal sentido, el Foro de São Paulo saluda y alienta el esfuerzo que distintas organizaciones políticas y sociales del campo popular hacen para concretar una convocatoria unitaria para la gran movilización de conmemoración del Primer Aniversario la rebelión popular del 20 de Diciembre pasado, exigiendo al actual gobierno, el fin de las provocaciones y la represión y garantía para la libre expresión del reclamo popular.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE GUADALUPE Y LAS COLONIAS FRANCESAS DEL CARIBE Y AMÉRICA LATINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Guadalupe y las colonias francesas del Caribe y América Latina:

El Foro de São Paulo resuelve:

1. Incorporar la necesidad de enfrentar en nuestra región el colonialismo europeo además del imperialismo norteamericano.

2. Exhortar a los Parlamentarios de la izquierda europea a que tomen iniciativas y apoyen a nuestros países en su lucha por la autodeterminación.

3. Exhortar a los parlamentarios del FSP a que apoyen la misma gestión en los organismos políticos regionales y que gestionen ante sus gobiernos acciones para lograr la reinserción de nuestros países en la lista de países a descolonizar de la ONU.

4. Integrar en la agenda del FSP el seminario sobre colonialismo el próximo marzo 2003 a celebrarse en Guadalupe.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE HAITÍ

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Haití:

Hondamente preocupados por los acontecimientos de violencia y represión ocurridos en Haití en los últimos meses:

1. El Foro de São Pulo denuncia la política antidemocrática del gobierno de Jean Bertrand Aristíde en Haití, que ha defraudado las esperanzas del pueblo y ha sometido a este país a un régimen de violación a los derechos políticos y libertades individuales.

2. Condena asimismo la negativa del gobierno de Haití a llegar a un acuerdo político con la oposición después de las elecciones fraudulentas del año 2000 y cumplir las resoluciones 806 y 822 de la OEA, que indica una salida a la crisis que sacude a esa nación mediante elecciones verdaderas, libren y transparentes.

3. Expresa su más firme condena a la violencia sistemática de los derechos de la oposición, expresada en los últimos días por sangrientas agresiones policíacas y para-policíacas contra manifestaciones pacíficas en diversas ciudades del país, lo cual abre una peligrosa dinámica de mayor violencia en el país.

4. Apoya los esfuerzos de la conferencia democrática para llegar a restaurar el orden democrático en Haití y crear condiciones para el desarrollo económico y social de esa nación a víspera de la celebración, en el 2004, del bicentenario de su independencia.

5. Llama a los partidos miembros del foro y a los pueblos de América Latina a contribuir con su solidaridad con las fuerzas democráticas y a preparar la celebración de los doscientos años de la independencia de la primera nación libre del Continente.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE DISCAPACIDAD

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre las personas con discapacidad:

1. El Foro de São Paulo, expresa su saludo y manifiesta su solidaridad con las luchas emprendidas por los movimientos sociales de personas con discapacidad, por el respeto a sus derechos ciudadanos y su búsqueda por la construcción de una sociedad en equidad, que entienda las diferencias como aporte y no como fuente de segregación.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

DECLARACIÓN SOBRE IRAK

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Irak:

Comprometido con la lucha por la paz mundial y la justicia social, y por el levantamiento de las sanciones impuestas a Irak, resuelve:

1. Expresamos nuestro rechazo y condena a las pretensiones guerreristas del gobierno de Estados Unidos en contra de Irak, una nación que desde hace doce anos también sufre las consecuencias del bloqueo económico y de reiteradas agresiones militares.

2. Los planes militares de Estados Unidos contra Irak responden exclusivamente a los intereses norteamericanos en el Medio Oriente, que busca controlar sus recursos energéticos, y afianzar el control de la región.

3. Una guerra contra Irak no sólo traerá muerte y destrucción, sino que desestabilizara aun más la región y la ya precaria paz mundial. En tal sentido, este XI Encuentro del Foro de São Paulo, se suma al clamor por la paz mundial, fortalecido por la decisión del gobierno iraqui de permitir el retorno incondicional de los inspectores de desarme de la ONU.

4. Nos comprometemos a acompañar la celebración de jornadas de movilización y demás esfuerzos internacionales contra la guerra.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

1. Expresa su frontal rechazo a los mecanismos de intromisión sobre la soberanía de los pueblos y, en este contexto, a la política de aislamiento y de bloqueo que se ejerce sobre el pueblo libio.

2. En este orden de cosas convoca a la comunidad internacional a rechazar este caso particular de agresión contra Libia y exige el cese del bloqueo y el levantamiento inmediato del embargo económico del que es victima.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE LAS MUJERES

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución con relación a las mujeres:

1. El Foro de Sao Paulo se solidariza con las familias de las 284 mujeres victimas de la persecución en Ciudad Juárez, México, quienes han sido desaparecidas y asesinadas por grupos policiales y militares desde 1992.

2. Estas mujeres comparten la característica de ser jóvenes, trabajadoras de las maquiladoras que llegan a buscar trabajo.

3. La desaparición y la muerte no han sido aclaradas, ni castigadas por el gobierno local, ni federal.

4. Por tanto este Foro exhorta a los gobiernos correspondientes a castigar a quienes resultaran responsables.

5. Así se pronuncia por la Defensa de los Derechos Humanos, laborales y la integridad física de las mujeres trabajadoras.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE JOSÉ MARTÍ

El IX Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre José Martí:

1. Recomienda a sus partidos y organizaciones miembros, que con ocasión del ano conmemorativo del sesquicentenario del natalicio del pensador José Martí se propicien los mecanismos adecuados para divulgar su pensamiento y rescatar su trascendente esfuerzo para construir la identidad e independencia americana.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE LOS CINCO PRISIONEROS CUBANOS EN ESTADOS UNIDOS

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

POR CUANTO:

1. Cuba y su pueblo han sido victimas permanentes de las actividades terroristas de grupos y organizaciones radicadas en territorio de los Estados Unidos por mas de 40 años.

2. Esas agresiones han sido la causa de innumerables perdidas humanas y cuantiosos danos a la largamente bloqueada economía de ese hermano país.

3. Tales actividades han contado en todos los casos con el apoyo y la plena complicidad de las administraciones norteamericanas.

4. Ante esta situación, el gobierno cubano y su Revolución no han tenido otra opción de defenderse contra dichas manifestaciones de terrorismo, incluso en su peor variante, el terrorismo de estado.

5. Como parte de dicha batalla, cinco cubanos, Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labanino Salazar, Fernando Gonzáles Llort, René Gonzáles Sehwerert y Antonio Guerrero Rodríguez, con riesgo de sus propias vidas, trabajaron en territorio norteamericano sobre organizaciones que públicamente practican el terrorismo contra el pueblo cubano.

6. El resultado de esa labor permitió a tiempo la frustración de innumerables acciones planeadas por las organizaciones terroristas que operan en Norteamérica y otros países.

7. Como consecuencia de la participación de los cinco patriotas en esta batalla antiterrorista, los mismos fueron sometidos a un juicio irregular que viola las propias leyes de Estados Unidos, y la Sexta Enmienda de su propia Constitución.

8. Estos prisioneros políticos, recibieron por delitos que nunca fueron probadas largas condenas y han sido sometidos a un régimen carcelario especial de aislamiento, que en la practica impide incluso las visitas de sus familiares más íntimos, y que violenta todas las normas de derecho humanitario internacional.

POR TANTO, ESTE XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO RESUELVE:

1. Expresar su plena solidaridad con los cinco prisioneros políticos mantenidos en cárceles separadas de los Estados Unidos, y exigir su inmediata liberación.

2. Reclamar el respeto pleno a los derechos humanos de los cinco prisioneros, sus representantes jurídicos y sus familiares. Mientras la justicia se abra paso, las condiciones de aislamiento carcelario deben cambiarse por un régimen justo y humano que facilite las normales relaciones familiares.

3. Demandar el derecho que les asiste a recibir un nuevo juicio realmente imparcial y justo en condiciones que favorezcan el ejercicio verdadero de la ley, sin las presiones extrajudiciales de la mafia anticubana de la ciudad de Miami, tal y como lo establecen la razón , además de la propia legislación norteamericana.

4. Exhorta a sus miembros a organizar y sumarse a las jornadas que por la libertad de los cinco prisioneros políticos se desarrollarán internacionalmente el 12 de Septiembre del 2003.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE PALESTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunidos en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de Diciembre del 2002, altamente preocupado por el genocidio en contra de Palestina, aprobó la siguiente resolución sobre Palestina:

1. Expresar nuestra preocupación y condena por esta situación, la cual es mantenida y estimulada por la política terrorista del gobierno estadounidense, y que ha causado millares de victimas inocentes, así como la destrucción de pueblos, templos religiosos y de importantes lugares históricos.

2. Altamente identificado con las luchas por la paz y la justicia social en el mundo, y la solidaridad entre los pueblos, los Partidos Miembros del Foro de São Paulo se comprometen a impulsar acciones diversas de acompañamiento, encaminadas a ponerle fin a la agresión israelí, y porque se respete la vida y la autoridad del pueblo palestino.

3. Hacer diversos esfuerzos para asegurar la presencia de ayuda humanitaria a las victimas civiles, particularmente, de atención medica y alimenticia, en las zonas donde, las tropas israelíes, mantienen bajo asedio y terror a la población Palestina.

4. Promover en cada uno de nuestros países, jornadas permanentes de solidaridad con la causa Palestina, y contribuir desde los diversos foros y espacios, a demandar el cese de la agresión militar.

Antigua, Guatemala, 05 de diciembre del 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE EL TEMA DE LA SALUD EN EL SALVADOR

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, celebrado en Antigua Guatemala, del 2 al 4 de Diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre la situación de la salud en El Salvador:

Considerando que:

1. Que el modelo neoliberal desarrollado en El Salvador, esta golpeando duramente a los sectores populares.

2. Que la privatización del Sistema de Salud, desató un movimiento popular contra las privatizaciones y defensa de las organizaciones sindicales.

3. Que la creciente presión popular manifestado en lucha de calle, paros laborales, bloqueos de carreteras y lucha parlamentaria, logro aprobar un Decreto Legislativo que prohíbe la privatización del sistema de salud.

4. Que el miércoles 27 de Noviembre, una Marcha de Trabajadores de la Salud, acompañado de Organizaciones Sociales y Diputados de la Fracción Legislativa del FMLN fue brutalmente reprimida por la Policía Nacional Civil.

Resuelve:

5. Condenar al Gobierno de El Salvador por la actitud represiva en contra del movimiento social, y contra los pacientes internos de los diferentes Hospitales que se vieron afectados por los gases lacrimógenos.

6. Exigir al gobierno de El Salvador el cumplimiento del Decreto 1024, que prohíbe la privatización de la salud publica, y que reinstale a todos los Trabajadores y Médicos despedidos, y se les garantice su estabilidad y garantías laborales.

Antigua Guatemala, 5 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO Y VIEQUES

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Puerto Rico y Vieques:

1. POR CUANTO en el X Encuentro de este Foro de São Paulo celebrado en la Habana Cuba en Diciembre de 2001 se aprobó una Resolución exigiendo la Estados Unidos que promueva un verdadero proceso de descolonización en Puerto Rico para el advenimiento de la nación Puertorriqueña a su plena soberanía e independencia.

* En esa misma Resolución aprobada en el pasado Encuentro, esta Asamblea exigió al gobierno estadounidense el cese de las practicas militares y la salida inmediata de la marina de guerra de los Estados Unidos de la Isla Puertorriqueña de Vieques así como la descontaminación de los terrenos ocupados y su devolución a sus legítimos dueños.

* El gobierno de los Estados Unidos se ha pronunciado verbalmente en el sentido de que buscara lugar alterno para sus ejercicios y practicas militares que actualmente realiza Vieques señalando mayo de 2003 como fecha de una posible retirada;

* Recibido el informe de la Delegación de este Foro de São Paulo que visito la Isla Municipio de Vieques en cumplimiento de lo acordado en el Encuentro de la Habana del pasado ano.

Este XI Encuentro del Foro de São Paulo RESUELVE:

1. Apoyar el reclamo al cese inmediato de las maniobras y bombardeos de la marina estadounidense en la Isla de Vieques así como el cumplimiento del anuncio de su salida para mayo de 2003, indicándose que respaldará la continuación de la lucha por la devolución y descontaminación de las tierras actualmente ocupadas. El Foro de São Paulo promoverá una campana continental para el 19 de Abril de 2003 e todos nuestros países así como enviar una delegación a Vieques para las actividades que se celebren en el Mes de Mayo.

2. Reiterar su apoyo al ejercicio de la autodeterminación y su derecho a la independencia del pueblo puertorriqueño, promoviendo la participación del foro de São Paulo en las sesiones del Comité de Descolonización de las Naciones Unidas para el ano 2003. Así mismo, el Foro de São Paulo respaldara las gestiones para elevar el caso de PR ante la Asamblea General de las Naciones Unidas en el momento en que se estime conveniente, de acuerdo a los principios establecidos por esta en su resolución 1514.

Antigua, Guatemala, 4 diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE EL TRIUNFO EN EL ECUADOR

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Ecuador:

1. Saluda a las fuerzas populares y de izquierda del Ecuador que, con ocasión del proceso electoral, lograron un espacio de unidad para alcanzar el triunfo presidencial del Coronel Lucio Gutiérrez.

2. Aspira que este acuerdo electoral, se fortalezca para coadyuvar favorablemente en las expectativas de cambio que la inmensa mayoría de Ecuatorianos expresó al votar mayoritariamente por las candidaturas que confrontaron el modelo neoliberal todavía prevaleciente en el Ecuador.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 26 e 27 de maio de 2003 em Quito, com a presença de delegados de partidos e movimentos políticos do México, Cuba, Porto Rico, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

1. A agenda de trabalhos começou com a discussão sobre a guerra de agressão contra Iraque e o exame da situação latino-americana em geral e, com base em suas conclusões, os participantes aprovaram a declaração anexa.

2. Depois a reunião passou a analisar o documento com a proposta de normas do Foro de São Paulo, apresentado pela comissão responsável por sua elaboração. Privilegiou-se nesta proposta:

Recuperar as normativas anteriores, que já foram aplicadas em eventos do FSP, juntando-lhes alguns aportes que tentam atualizar e aperfeiçoar o funcionamento das instâncias;

O processo de tomada de decisões e por consensos;

Potencializar o trabalho das regionais, no sentido de que seu funcionamento seja o que oriente e articule a própria organização do Foro;

Após ampla discussão, decidiu-se encaminhar o documento para consulta, com os aportes recolhidos, a todos os partidos membros do GT do FSP. A comissão deverá continuar o trabalho de incorporar os aportes que lhe cheguem. O texto deverá ser apresentado para o debate e consenso na próxima reunião do GT e, depois, na reunião do FSP, quando finalmente será aprovado.

3. A reunião do Grupo de Trabalho decidiu a convocação do próximo Foro de São Paulo para a segunda quinzena de janeiro do 2004, na cidade de Quito, Equador, com a seguinte sugestão de organização e agenda:

Organização do Foro de São Paulo

Agenda:

Análise do trabalho da Secretaria Executiva

Análise do trabalho das secretarias regionais

Análise do desempenho do Grupo de Trabalho

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Plano Colômbia

Integração latino-americana e regional

Escalada imperialista

Luta social na América Latina e Caribe; incidência no Fórum Social das Américas

Programação:

1° dia - 5ª.-feira, noite: Ato de Inauguração do Foro de São Paulo

2° dia - 6ª.-feira: Seminários - Oficinas

3° dia - Sábado: Plenário

4° dia - Domingo: Aprovação da Declaração final e encerramento

Responsáveis por a organização:

Pachakutik

Movimento Popular Democrático (MPD)

Partido Socialista Equatoriano (PSE)

Partido Comunista (PC)

Partido Comunista Marxista-Leninista Equatoriano (PCMLE)

Comissões que serão criadas:

Executiva , logística, financeira, segurança e outros.

Antes da realização do Foro, haverá a reunião do Grupo de Trabalho, com duas

possibilidades: em Cancún, México, em setembro, coincidindo com a Reunião da OMC, ou Venezuela para o mês de outubro.

Os presentes à Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo participaram como convidados especiais na Sessão Solene pelo 77º. Aniversário do Partido Socialista - Frente Ampla, em 26 de maio, bem como houve intercâmbio com partidos membros da Coordenación Socialista Latinoamericana.

Os participantes consignaram os esforços unitários dos partidos anfitriões da reunião: Movimento Popular Democrático, Movimento Plurinacional Pachakutik, Partido Socialista - Frente Ampla, Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador e Partido Comunista do Equador.

Delegados participantes:

PT-Brasil:

Ana Maria Stuart

Paulo Ferreira

Delegação colombiana:

Hernando Gómez Serrano

Milton Hernández

Fermín Gonzalez

Alfredo Holguín

Hernando Moreno

PC-Cuba:

Roberto Regalado

FMLN-El Salvador:

Blanca Flor Bonilla

Ana Cristina Aviles

URNG-Guatemala:

Silvia Solórzano

PRD-México:

Mario Saucedo

FSLN-Nicarágua:

Jacinto Suaréz

Delegação porto-riquenha:

José Escoda

FA-Uruguai:

Hugo Rodríguez

Carlos Flanagan

Delegação equatoriana:

Fernando Buendía

Rodrigo Collaguazo

German Rodas

Gustavo Ayala

Gustavo Terán

Luis Villacís

Osvaldo Palacios

Patricio Aldaz

Gustavo Iturralde

Observadores

PS-Argentina:

Osvaldo Deza

Clorinda Yelicic

PC-Chile:

Jorge Insunza

PS-Chile:

Osvaldo Puccio

PSRP-Peru:

Víctor Oliva

Talia Vega

MVR-Venezuela:

Amilcar Figueroa

RESOLUCIÓN SOBRE VENEZUELA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución a favor de la Revolución Bolivariana de Venezuela:

De nuevo los sectores que fueron desplazados del poder por un proceso democrático, mediante siete elecciones sucesivas, pretender retornar a sus antiguos privilegios, a través de diferentes acciones, entre las que no se descarta un reintento de golpe de Estado fascista, como el del 11 de abril del 2002. En realidad nunca han aceptado que existe una nueva Constitución, que fue aprobada mediante referéndum por la inmensa mayoría venezolana, y una nueva institucionalidad.

La amenaza creciente es un hecho real y creciente que merece el rechazo de todas las organizaciones populares, progresistas y democráticas del mundo, particularmente de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

El XI Encuentro del Foro São Paulo resuelve:

1. Expresar su apoyo al proceso revolucionario que acontece en Venezuela, así como a las organizaciones y movimientos comprometidos con el proyecto como expresión de los movimientos populares que avanzan hacia el logro de la justicia social, fundamentada en los mejores principios y valores de la Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela, producto de la voluntad popular.

2. Hacer un llamado a las organizaciones progresistas del Continente y del mundo aquí representadas a que contribuyan en sus países a explicar la verdadera naturaleza de la Revolución Bolivariana y apoyar la democracia.

3. Promover un amplio de solidaridad internacional con el pueblo de Venezuela y su gobierno.

4. Exhortamos a la OEA, Centro Carter y al PNUD, facilitadores en la mesa de dialogo entre la oposición y el gobierno de Venezuela, a que respeten el Estado de Derecho Constitucionalmente establecido.

Antigua, Guatemala, 4 de Diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO

Reunidos em Quito, nos dias 26 e 27 de maio, os participantes do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordaram em:

1.- Condenar a guerra de agressão ao Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados, registrando os desacordos e pronunciamentos opostos da Rússia, Alemanha, França, China, Brasil, México e Chile, entre outros, e as tentativas diplomáticas do Papa para evitá-la. E sobretudo destacar e saudar a formidável mobilização dos povos em todo o planeta, principalmente da juventude, contra esta criminosa guerra imperialista.

Condenar o saque do patrimônio cultural iraquiano, que constitui um valioso patrimônio da humanidade.

Exigir a imediata saída das tropas invasoras, a liberação dos presos de guerra e o respeito de seus direitos e o trato humano aos prisioneiros em Guantánamo.

2.- Que rechaçamos a ofensiva militarista que avançou hoje no mundo, impulsionada pelo governo de ultra-direita dos Estados Unidos e seus aliados de turno que arrasam com o Direito Internacional e suas instituições. Pelo contrário lutamos por um mundo onde domine o multilateralismo, com verdadeiras soberanias nacionais, com respeito aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos e com organismos internacionais representativos, capazes de assegurar a paz e respeitosos do Direito Internacional.

3.- Sua enorme preocupação pela situação de deterioração social, econômica e política em que se encontra a América Latina e o Caribe, como conseqüência das políticas que integram a estratégia global neoliberal dos países imperialistas e os organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial, impulsionada pelos governos que rifaram nossa economia ao capital estrangeiro.

4.- Lutamos sempre pela paz, hoje tão cruelmente abandonada, assim como pela democracia. Para tanto, defenderemos a não militarização dos conflitos da região e disporemos todas as nossas energias na procura das negociações e gestões de paz e a defesa do Direito Internacional.

5.- É coincidente a imensa preocupação dos participantes com respeito aos pronunciamentos ameaçadores, as manobras e provocações do governo dos Estados Unidos com respeito à Cuba, Venezuela e Colômbia, reiterando o compromisso solidário e o rechaço ao bloqueio e cerco econômico e político contra

Cuba, e a qualquer intenção de intervenção militar nestes países.

6.- Reiteramos nossa saudação aos triunfos e avanços de nossas organizações e das fraternas em cada país. em particular saudamos o triunfo do PT no Brasil, bem como no Equador onde se expressou a vontade de mudança de sue povo; os avanços das mobilizações populares de corte anti-imperialista na América Latina e Caribe e a afirmação da luta social na região.

Destacamos a transcendente vitória eleitoral da Frente Farabundo Martí para Liberação Nacional - FMLN, nas eleições municipais e legislativas, cujo resultado o consolidou como a primeira força política do país. Destacamos também a significativa vitória do povo porto-riquenho com a saída das tropas norte-americanas da ilha de Vieques.

Registramos como uma ratificação do repudio ao criminoso neoliberalismo a contundente derrota de Carlos Menem nas últimas eleições da Argentina.

Os processos que vivem atualmente nossos países permitem avistar uma conjuntura favorável para que na região avance una integração capaz de nos permitir recuperar nossa independência e soberania sobre nossos recursos e gerar um modelo de desenvolvimento produtivo autônomo que defenda no mundo atual os direitos de justiça social de nossos povos.

Neste sentido, orientamos nossos esforços partindo de considerar o Mercosul, a CAN e os distintos esforços de integração regional e sua inter-relação como uma base de grande valor para a integração latino-americana, enquanto avançamos a formas mais profundas para enfrentar os projetos de dominação e de integração dependente como a ALCA e outros, tal como são apresentados pelos Estados Unidos.

7.- O Foro de São Paulo ratifica a responsabilidade de cumprir com o objetivo de ser um instrumento protagônico no desenvolvimento da resistência a esta nova forma de imposição de unilateralismo e avançar na construção de um projeto continental alternativo ao neoliberalismo, de desenvolvimento produtivo sustentável, justo e liberador.

Para isso, impulsaremos diversas medidas de mobilização popular e o imprescindível intercâmbio e coordenação das diversas organizações do FSP, de maneira de atuar em conjunto em cada um dos países e nas organizações internacionais com o objetivo de resistir a esta radicalização imperialista e fazer possível a construção de outra ordem mundial. Além disso, propiciamos relações com as forças sociais e políticas da América do Norte para encontrar linhas de ação comum em procura do desenvolvimento de tarefas compartilhadas frente à

globalização neoliberal.

Quito, 27 de maio de 2003.

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004

São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, com a assistência de delegados de partidos e movimentos políticos do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Uruguai.

* A reunião se iniciou com uma apresentação do Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Dep. Paulo Delgado, e também Secretário Executivo do FSP, com ênfase no fortalecimento dos vínculos políticos e da coordenação entre os partidos progressistas e de esquerda latino-americanos, como um dos elementos prioritários da estratégia do PT.

Neste sentido, o FSP considerou como o âmbito privilegiado para a construção de uma agenda e ações comuns, com base em objetivos consensuais.

* O tema de debate central da reunião - a estratégia comum dos partidos e movimentos sociais frente à integração e o comércio global - foi introduzido pelas exposições de João Felício, Secretário Geral da CUT e titular da Secretaria Sindical do PT, e de Gonzalo Berrón, da Secretaria da Aliança Social Continental, quem agregou um informe do estado das negociações e da campanha continental contra o ALCA.

Por sua parte, Felício defendeu a adoção de uma agenda econômica e social comum para América Latina, considerando que atualmente se apresentam condições favoráveis para a luta comum, englobando as forças políticas e sociais, no âmbito continental.

Na conclusão do debate, os delegados dos países presentes reafirmaram a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçaram a proposta da ALCA como apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos sob as regras unilaterais e desiguais.

Em alternativa concordaram desenvolver uma maior cooperação entre os partidos políticos e os movimentos sociais, para defender uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social.

* O debate sobre as conjunturas nacionais que se deu à continuação, em base aos informes das delegações sobre seus respectivos países, resultou na aprovação de resoluções específicas sobre a situação de Colômbia, o Salvador e Haiti, além de uma declaração de caráter geral, às quais se encontram ao final.

* Considerando que o objetivo principal da convocatória desta reunião do GT era a preparação e realização do XII Encontro do FSP, os participantes dedicaram uma grande parte do tempo à análise dos diversos aspectos e condições necessárias para sua realização e êxito. Ao final, decidiram unir esforços para superar as dificuldades atuais e realizar o XII Encontro em março de 2005, em Quito, Equador.

* Também se aprovaram os demais pontos da agenda do GT para o próximo período, na forma que segue:

1. Realizar um seminário temático em Manágua, Nicarágua, tendo como eixo a celebração do Aniversário da Revolução Sandinista, em 17, 18 e 19 de julho de 2004.

2. Realizar a próxima reunião do Grupo de Trabalho na mesma ocasião, em 16 de julho de 2004.

3. Organizar a participação do Grupo de Trabalho no Fórum Social e Fórum Parlamentar das Américas, em 25-30 de julho de 2004, em Quito, com duas atividades:

- Uma mesa de diálogo no Fórum Social das Américas sobre a relação entre os partidos e os movimentos sociais;

- Organizar um painel no Fórum Parlamentar das Américas para discutir a coordenação das agendas e estratégias partidárias e parlamentares.

4. Da mesma forma, organizar a participação do Foro de São Paulo no Fórum Social Mundial e no Fórum Parlamentar Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2005.

5. Preparar a realização do XII Encontro do Foro de São Paulo em Quito, Equador, em março de 2005.

* Aprovou-se também uma importante resolução sobre a constituição de uma Coordenação de Mulheres do FSP, que segue abaixo:

Resolução de Coordenação de Mulheres do GT-FSP

I. o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, saúda o maior número de companheiras integrando as delegações participantes desta sessão do GT. Por sua vez, exortamos os partidos integrantes do FSP a continuar os esforços que garantam a democracia com eqüidade de gênero em nossos partidos e em nossas sociedades.

II. O Grupo de Trabalho propõe criar um mecanismo de coordenação de mulheres dos partidos do FSP com o objetivo de promover o diálogo e ações que nos levem a coincidir em uma agenda de gênero do FSP. Os partidos membros do GT elaborarão a proposta para apresentar no próximo Encontro.

III. A essência de nossos partidos está na articulação com os movimentos sociais e neste marco chamamos este 8 de março a participar nas mobilizações convocadas a nível mundial pelas mulheres no Fórum Social Mundial com a consigna "Contra a Guerra!"

* As demais resoluções aprovadas seguem abaixo:

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro em São Paulo, Brasil:

1. Saúda com esperança os processos de governabilidade local e departamental que assumiram setores democráticos e de esquerda na Colômbia.

2. Exorta os governos latino-americanos a liderar decididamente a solução política ao conflito colombiano e a rechaçar de maneira contundente iniciativas que buscam expandir o conflito colombiano à região andina e militarizar o continente, como o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina.

Além disso, dada à profunda crise humanitária e de direitos humanos neste país, que exortem o governo de Álvaro Uribe Vélez a aplicar as recomendações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos a deter as reformas constitucionais que lesam a democracia, eliminam o Estado Social de Direito e afetam os direitos fundamentais da população.

3. Rechaça de maneira categórica a instrumentalização da OEA para legitimar o processo de negociação que adianta o governo de Álvaro Uribe Vélez com os grupos paramilitares, seriamente questionado porque conduz à impunidade de graves crimes de lesa humanidade, à legalização dos ativos do narcotráfico e das terras roubadas de milhares de camponeses, indígenas e afro-descendentes deslocados por a ação destes grupos.

Os governos latino-americanos e a OEA devem garantir a observância plena dos direitos humanos consagrados na carta da OEA e das Nações Unidas, em particular os direitos a justiça, verdade e reparação.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre El Salvador

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004, saúda os avanços logrados pela Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) na campanha eleitoral para a eleição presidencial que se desenvolve em El Salvador.

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se pronuncia por que se respeite em El Salvador o marco institucional em que devem desenvolver-se as campanhas eleitorais. Condena também o clima de desestabilização e insegurança que estão criando setores de extrema direita vinculados ao governo, lesionando assim o processo democrático que está em construção depois dos acordos de paz. Esta desestabilização persegue o objetivo de semear o temor e incerteza na população e assim evitar a participação maciça de salvadorenhos e salvadorenhas em 21 de março para eleger o novo presidente de El Salvador.

Saudamos o companheiro Schafik Handal, candidato presidencial da FMLN, por sua luta incansável em favor da justiça social, da paz e da auto-determinação dos povos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre Haiti

Em torno da atual crise política que vive o Haiti, o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo, Brasil, emite a seguinte resolução especial.

1. A crise política que vive a nação haitiana surge do flagrante desconhecimento das instituições democráticas que fizeram o governo de Jean Bertrand-Aristide e a constante violação aos direitos humanos que praticou nos últimos anos.

2. A ampla mobilização popular que atualmente demanda a renuncia de Aristide constitui o resultado de uma crescente conscientização política em torno da necessidade de exigir a restauração da democracia, o respeito à liberdade de

expressão e aos direitos humanos e à existência de um verdadeiro Estado de Direito.

3. A comunidade internacional deve mediar no atual conflito com o fim de ajudar numa saída política que ponha fim à crítica situação de violência existente neste país caribenho, no ânimo de que sejam os próprios haitianos que decidam seu rumo político e a reconstrução de seu sistema democrático.

4. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se solidariza com a luta do povo haitiano e da Plataforma Democrática. em particular, emite seu más amplo respaldo político à Organização do Povo em Luta, encabeçada por Gerard Pierre-Charles, partido irmão membro do Foro de São Paulo.

5. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo deseja que a reconstrução democrática do Haiti seja um fator determinante do início de uma etapa de desenvolvimento econômico que garanta justiça social, liberdade e dignidade para a primeira nação independente de nossa América Latina.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Delegações participantes:

PT - Brasil

PCCH - Chile

Delegação colombiana

PCC - Cuba

FMLN - El Salvador

Delegação equatoriana

URNG - Guatemala

PRD - México

FSLN - Nicarágua

Frente Amplio - Uruguai

Observadores:

PCdoB - Brasil

Fundação Perseu Abramo - Brasil

Aliança Social Continental

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO SP 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido dias 16 e 17 de fevereiro na mesma cidade onde foi fundado, comunica o resultado de seus trabalhos:

1. Os partidos e as forças políticas participantes do Grupo de Trabalho debateram a estratégia comum dos movimentos sociais e da esquerda frente aos temas da integração e do comércio global. Com relação a isso, reafirmam a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçam a proposta da ALCA, da forma apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos por este país. Defendemos uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social, deixando claro nossa posição a favor da inclusão de Cuba no sistema inter-americano e condenação do bloqueio estadunidense a esta nação.

2. Realizamos uma profícua análise da realidade política, social e econômica da América Latina, a partir de informações apresentadas pelos partidos e movimentos políticos de: México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Equador, Chile, Uruguai e Brasil. Em comum temos, em todos os países, uma crescente e vigorosa resistência à estratégia neoliberal imposta pelo imperialismo à América Latina e Caribe. Cabe ressaltar os avanços das forças políticas de esquerda, com vitórias eleitorais já conquistadas e outras ainda por vir. Os povos de nosso continente vêm demonstrando uma inequívoca vontade política de superar o modelo neoliberal e construir um futuro de paz, soberania, democracia e justiça social.

3. Decidimos realizar o XII Encontro do Foro de São Paulo em março de 2005, em Quito, Equador.

4. Além disso, resolvemos convocar um seminário em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho, nos marcos da comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista. Também se resolveu convocar a próxima reunião do Grupo de Trabalho do FSP para o dia 16 de julho, no mesmo local.

5. Enfim, organizaremos nossa participação no Fórum Social das Américas, em julho de 2004, em Quito, e no correspondente Fórum Parlamentar, bem como nos Fóruns Social e Parlamentar Mundial, em Porto Alegre, no início de 2005, enfocando o tema das relações entre partidos e movimentos sociais.

Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004

16 JULHO 2004

Reunião do Grupo de Trabalho

Reunião do Grupo de Trabalho, em Manágua, Nicaràgua, antecedente às Comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

17 JULHO 2004

Seminário sobre América Latina aos 25 anos da Revolução Sandinista

Seminário realizado em Manágua, Nicarágua, dias 17 e 18 de julho, no marco das comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

19 JULHO 2004

25 anos da Revolução Sandinista

Comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista.

25 JULHO 2004

Fórum Social das Américas

Realização dos Fóruns Social e Parlamentar das Américas, em Quito, Equador, de 25 a 30 de julho.

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

TEMAS DE DISCUSSÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MEMÓRIA DO SEMINÁRIO

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Manágua, Nicarágua - 17 e 18 de julho de 2004

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) apresenta aos assistentes ao Seminário Internacional "América Latina aos XXV anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista", apoiado pelo Foro de São Paulo, a Memória deste importante encontro da esquerda latino-americana.

A presente memória registra através das ponências, fotografias e vídeos, os principais momentos do evento. As ponências foram as seguintes:

Situação Pré-Eleitoral, Perspectivas da Frente Ampla e Programa de Governo, Companheira **Graciela García** – Comissão de Relações Internacionais da Frente Ampla. MLN-Tupamaros.

Logros da Revolução Bolivariana, Companheiro Elías Jaua, Diretor de Doutrina do Movimento Quinta República, da Venezuela.

A Esquerda e os Processos Eleitorais, Companheiro **Shafick Handal** – Membro da Comissão Nacional e Chefe da Fração Parlamentar FMLN El Salvador.

Programa de Lula, Fome Zero, Iniciativas sobre Comércio Internacional e Dívida

Externa, Companheiro **Gleber Neime**, Secretário Nacional de Organização e Membro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil, e companheiro **Reinaldo Carvalho**, Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil.

Os Tratados de Livre Comércio vistos através da experiência mexicana e nicaragüense, Companheiro **Jorge Calderón Salazar** – Diretor do Instituto de Estudos da Revolução Democrática, e **Oscar René Vargas**, militante da FSLN.

A política contra Cuba na geopolítica do imperialismo norte-americano, Companheiro **Roberto Regalado** – Chefe de Informação e Análise do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba.

Intervenções Especiais

Chile: Posição dos Partidos de Esquerda no Governo e na oposição. Lautaro Carmona, Secretário de Organização do Partido Comunista Chileno.

Costa Rica: Os Movimentos Sociais ante o processo de Privatização. Ricardo Segura, Secretário Executivo do Comitê de Defesa da Institucionalidade de Costa Rica.

Nicarágua: Reforma Agrária, Experiência da Nicarágua e Via Campesina Internacional. Movimento Social Nicaragüense.

Saudações das delegações internacionais ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista.

Participantes do evento

Assistiram representantes de: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Porto Rico, Uruguai, Venezuela; igualmente assistiram delegados de: Espanha, Itália, Grécia, República Popular da China, Vietnã, entre outros.

Partidos e organizações políticas e sociais que participaram:

Os partidos e organizações políticas e sociais representados no evento foram: Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista do Chile, Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile, Movimento Orgulho do Passado (Chile), Partido Comunista de Cuba, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (El Salvador), Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), Nova Aliança da Guatemala, Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN, Nicarágua), Partido do Trabalho do México (PT), Partido da Revolução Democrática (PRD, México), Frente Ampla do Uruguai, Partido Socialista do Uruguai, Movimento Quinta República da Venezuela, Novo Movimento Independentista de Porto Rico, Frente Social e Política da Colômbia, Conselho de Defesa da Institucionalidade da Costa Rica, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista da Grécia, Grupo de Esquerda Unida (Parlamento Europeu), Partido Socialista Suíço, Partido Comunista da China (Popular), Partido Comunista do Vietnã, Movimento de Comitês Revolucionários da Grande Jamahiria Árabe Líbia Popular Socialista, Parlamento Africano, Organização para a Libertação da

Palestina (OLP), Conselho da Raça dos Estados Unidos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=93&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Saudação do Foro de São Paulo ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista

O triunfo da Revolución Popular Sandinista nicaragüense de 1979 marcou um novo avanço das forças de esquerda na América Latina e particularmente nas lutas revolucionárias e populares da América Central. Hoje, aos 25 anos de seu triunfo, segue vigente o ideal de transformação social que protagonizou a revolução sandinista.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), no início dos anos 60 do século XX, nasce e se inspira sob a experiência e o ideal do movimento de libertação nacional e social de Sandino e sob a influência da Revolução Cubana, ambos com vocação anti-imperialista e de justiça social. Suas primeiras ações armadas se realizam em 1963; entre 1964 e 1965, a FSLN desenvolve um trabalho de propaganda e de organização clandestina entre a população campesina e urbana. Em 1967 volta a realizar outra tentativa armada em Pancasán. A repressão a obriga a se retirar e inicia a etapa da acumulação de forças em silêncio. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma discussão no seio da FSLN sobre as vias e táticas do movimento guerrilheiro, que conduziu a uma divisão tática da FSLN em três tendências.

Por todo um período suas ações são esporádicas e intermitentes, até o golpe de 27 de dezembre de 1974, quando um comando sandinista toma de assalto a casa de um destacado somozista e pelo qual impõe a libertação de prisioneiros políticos, com grande impacto político na sociedade nicaragüense e chamando a atenção de muitos setores da comunidade internacional.

A conjugação de fatores nos anos 1978-1979 entre a luta armada, as mobilizações de massas, a insurreição, a política de alianças e de unidade popular e a radicalização crescente da pequena burguesia urbana, combinação sobre a qual estava a origem da división e o contúdo dos posteriores debates, permitiu a unificação das três tendências sem maiores discussões e complicações. O ano de 1978 se caracterizou pelo desenvolvimento da burguesia inter-burguesa e aprofundamento dos problemas econômico-sociais. A incapacidade da burguesia e do imperialismo para salvar da crise a ditadura somozista e mediar a luta revolucionária e ao derrocamento da ditadura somozista em julho de 1979.

A revolução sandinista triunfou com um massivo apoio popular e com uma importante aliança com setores da burguesia. Nessa aliança, a hegemonia, baseada no apoio popular e controle do novo exército, correspondia sem dúvida aos representantes sandinistas e afins. Um setor da burguesia opositora desempenhou, a seu modo, um papel ativo e não meramente de espectador na luta contra Somoza, e assim o via uma parte da populación, mas conforme a Revolução Popular Sandinista aplicou medidas de caráter revolucionário e de outra orientação popular, os aliados da burguesía começram mais ativamente sua oposição à evolução, articulando-se à estratégia norte-americana de guerra e bloqueio contra a jovem Revolução Popular Sandinista.

Em que pese odas as adversidades, a revolução sandinista de 1979 a 1990 desenvolveu um projeto revolucionário de caráter democrático, popular e anti-imperialista; democratizou a sociedade, o poder e a riqueza nan Nicarágua; deu poder aos setores populares, abriu claros espaços de poder político aos setores progressistas e de esquerda no país, assegurou-se a independência política e a dignidade da nação, houve uma militante solidariedade com todos os povos em sua luta pela libertação nacionale social.

A política de agressão e intervenção dos Estados Unidos na década de 80 na América Central e Caribe teve efeitos negativos sobre a dinâmica revolucionária, que unido ao desaparecimento do bloco socialista da Europa do Leste, à derrota eleitoral da FSLN, à política de hostilidade, bloqueio e crescente agressão contra Cuba, junto ao aval da política neoliberal dos Estados Unidos, cria as condições para o reordenamento do sistema inter-americano e a imposição de um novo modelo de dominação estadunidense na América Latina.

No plano **político-econômico** se expressam os condicionamentos que impõem os organismos financeiros internacionais sobre as economias de nossos países, que se manifesta também no apoio à ALCA, com os Tratados de Livre Comércio Regionais que cerceiam a auto-determinação e a soberania dos povos da América Latina e Caribe, perpetuando a dependência; no militar, uma nova versão política de "ajuda militar", o Plano Colômbia-Iniciativa Andina e a rede de bases militares estabelecidas na área. Todo o anterior se move em torno da hegemonia estadunidense, sustentada em sua economia belicista que representa uma ameaça ao equilíbrio da paz mundial.

O chamado **Consenso de Washington** pressupunha, entre outras medidas, a desregulamentação estatal, a privatização das empresas públicas, taxas de câmbios flexíveis, abertura ao comércio mundial e desproteção dos trabalhadores. Entrentanto, na maioria dos países do mundo, onde foi aplicado, fracassou.

Os países que aplicaram os mandamentos do **Consenso** e as fórmulas impositivas do FMI afundaram no marasmo econômico e aprofundaram a exclusão social, aumentando o desemprego e a pobreza.

Ao longo deste período, de 1990-2004, depois de uma baixa relativa do total de gastos com armamentos, opera-se um relançamento dos orçamentos militares e uma concentração e reorganização da indústria militar. Os gastos militares aumentaram a partir de 2001.

A penetração do capital financeiro transnacional em nossos países se traduziu na quebra das

economias nacionais, concentração da riqueza, desemprego e, como conseqüência, em um acelerado processo de atomização social. As crises não esperarem e abundam exemplos na América Latina.

A nível internacional e, em particular, na América Latina e Caribe, a realidade descrita contribuiu decisivamente ao desenvolvimento do movimento social que hoje se expressa en manifestações e ações concretas de oposição à ordem neoliberal e conseqüente processo de transnacionalização e desnacionalização com atores muito destacados como o movimento indígena, campesino, ambientalista e de trabalhadores.

No plano político, temos hoje uma nova realidade na América Latina e Caribe, que se manifesta com a presença de governos de esquerda, como o Governo de Lula, no Brasil, o processo venezuelano de Chávez, que busca consolidar e aprofundar a Revolução Bolivariana na Venezuela, assim como com o Governo progressista da Argentina, os triunfos eleitorales recentes no Panamá e República Dominicana, que junto com a Cuba socialista fazem possível um maior intercâmbio de experiências e na prática, um apoio solidário econômico e político ao resto de toda a América Latina e Caribe.

Acumulamos experiências. Há uma tendência ascendente da esquerda e forças sociais e políticas na América Latina e Caribe, que deverá ser potenciada para fazer avançar mais nossos projetos e ideais de transformação social, para forjar um mundo justo e digno para todos. A esquerda logrou ampliar através da via eleitoral em muitos países, sua participação em expêriencias de gestão local em muitas cidades, levando nestas gestiões o poder popular às bases sociais.

Estes novos ventos forjaram as condições ideais para lograr uma verdadeira integración política, econômica e cultural de nossa América Latina e Caribe, com o fortalecimento e a unidade das forças de esquerda e movimentos sociais, representadas no Foro de São Paulo e nos Foros de Movimentos Sociais, representativos do conjunto da sociedade civil de nossos povos. Este caminho é indispensável para lograr democratizar nossas sociedades, para superar nossos problemas e alcançar a justiça social para nossos povos.

Aproveitamos a ocasião do Foro de São Paulo que nos convoca a todos para saudar especialmente os 25 anos do triunfo da revolução sandinista. O papel diretor da FSLN, o aporte de milhares de militantes que deram sua vida pela libertação da Nicarágua, seu papel organizador de vastos setores populares que foram exemplo e um símbolo para todos aqueles homens e mulheres internacionalistas que se solidarizaram com a luta pela justiça social e a democracia. Reconhecer a contribuição da FSLN às lutas revolucionárias de nosso continente como fiéis herdeiros do ideal do General de Homens Livres A. C. Sandino, assim como reconhecemos a incidência significativa que desempenha e tem a FSLN como partido revolucionário na vida política e social nicaragüense. Respaldamos o papel político da FSLN na sociedade nicaragüense e seu legítimo direito a retomar o poder que le permita dar continuidade às transformações revolucionárias iniciadas há 25 anos.

¡Viva Nicarágua Sandinista!

¡Viva a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

Manágua, Nicarágua, 18 de julho de 2004.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=97&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

DECLARAÇÃO

Declaração do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro de 2004, em clima de vitória pelo contundente triunfo da Frente Ampla, que consagrou Tabaré Vázquez Presidente de Uruguai:

- Ressalta a importância do resultado do plebiscito realizado no Uruguai, no mesmo dia da eleição presidencial, pelo qual ficam incluídos na Constituição, como parte integral dos Direitos Humanos, os serviços de água potável e saneamento.

- Destaca os avanços dos partidos membros do Foro de São Paulo que participaram nas eleições municipais de Brasil, Chile e Equador, com atenção especial para os resultados vitoriosos obtidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua e pelas forças que apóiam o Presidente Chávez nas eleições regionais de Venezuela. Por outro lado, registra com preocupação a rearticulação de forças conservadoras e neoliberais.

- Saúda a recente eleição interna na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como expressão de democratização que os coloca em melhor posição para enfrentar os desafios futuros.

- Denuncia e repudia o assassinato do Promotor Público da Venezuela, Danilo Anderson, como expressão do terrorismo ao serviço dos inimigos do Governo democrático do Presidente Hugo Chávez, cujo triunfo no referendo de agosto foi acompanhado por uma delegação do Grupo de Trabalho que expressou a solidariedade do Foro de São Paulo.

- Manifesta indignação pelos assassinatos dos companheiros do Movimento Sem Terra no Brasil, cujos responsáveis já foram identificados e responsabilizados. Este fato representa bem a ação das oligarquias rurais e setores contrários à reforma agrária no Brasil.

- Reitera o compromisso de lutar junto aos movimentos sociais que, no dia 12 de outubro, manifestaram-se contra a ALCA em toda América Latina.

- Congratula-se com as importantes manifestações democráticas no Chile, contra a política intervencionista do governo Bush, e saúda as iniciativas dos movimentos político-sociais contra a estratégia neoliberal, durante a recente reunião da APEC.

- Saúda a posição liderada pelo Ministro de Defesa do Brasil, Vice-Presidente José Alencar, e assumida por vários Ministros da região, que na 6ª. Reunião de Ministros de Defesa das Américas enfrentou com sucesso a proposta do Governo dos Estados Unidos, apoiado pelo Governo da Colômbia, para a criação de uma força multilateral para combate ao narcotráfico.

- Manifesta regozijo pela expressiva votação de 179 votos na Assembléia Geral das Nações Unidas, condenando novamente o bloqueio a Cuba por parte dos Estados Unidos, e repudia a política norte-americana de isolamento da irmã nação de Cuba.

- Ratifica seu compromisso com a busca de uma saída política negociada ao conflito colombiano e repudia o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, como expressão da intervenção dos Estados Unidos na região andina e amazônica.

- Reitera o repúdio à continuidade da guerra e ocupação do Iraque e, em especial, condena o massacre de Faluja pelas tropas invasoras.

- Expressa grande pesar pela perda do companheiro Gerárd Pierre-Charles, dirigente da Organização do Povo em Luta (organização membro deste Grupo de Trabalho), e lutador incansável pela liberdade e a justiça no Haiti.

- Manifesta solidariedade com o povo brasileiro, pelo falecimento do economista Celso Furtado, insigne pensador da realidade latino-americana e defensor de políticas de desenvolvimento com justiça social.

- Realiza uma homenagem póstuma ao grande lutador da causa palestina, Presidente Yasser Arafat, e reitera a posição de apoio à criação do Estado Palestino e à retomada do processo de negociações de paz no Oriente Médio.

Por último, manifesta o compromisso de trabalhar para a realização do 12°. Encontro em São Paulo em 2005, por ocasião do aniversário de 15 anos da fundação do Foro de São Paulo.

São Paulo, 23 de novembro de 2004.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=9&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004

REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

RESOLUÇÃO CONTRA CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO

FORO DE SÃO PAULO CONTRA A CANDIDATURA DO

EX-PRESIDENTE DE EL SALVADOR PARA

SECRETÁRIO GERAL DA OEA

Os Partidos membros do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunidos em São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro, rejeitam a candidatura do Sr. Francisco Flores Pérez, ex-Presidente de El Salvador, à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), por ocasião da renúncia do senhor Miguel Ángel Rodríguez ao cargo de Secretário General.

Motivam esta decisão, entre outras, as seguintes razões:

Durante seu mandato presidencial em El Salvador, Francisco Flores manifestou um perfil contrário ao requerido para a condução de um organismo tão importante como a OEA, uma vez que seu Governo contrariou os princípios da Organização a respeito da tolerância política interna e externa, assim como aceitou práticas de corrupção.

Sua gestão seria marcada pela dúvida no cumprimento da missão de integração dos povos latino-americanos.

Francisco Flores Pérez foi o primeiro e único Presidente latino-americano que reconheceu e legitimou o golpe de Estado contra o legítimo Presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Durante seu Governo, o ex-Presidente permitiu a organização de ações de desestabilização e atentados contra o Governo cubano, facilitando estadia e documentação salvadorenha a Luís Posada Carriles, para transitar pela região. Sua visão política é a favor de manter Cuba isolada da comunidade internacional, postura repudiada pelos Partidos do Foro de São Paulo.

Durante sua gestão, fixou a Embaixada de El Salvador em Jerusalém, omitindo-se às múltiplas Resoluções da ONU a respeito.

El Salvador é um dos 28 países no mundo que não mantêm nenhum tipo de relação com a República Popular China, além de não manter relações nem com os países árabes, nem com os países africanos.

Apoiou a guerra e a invasão do Iraque, desrespeitando as normas internacionais de convivência pacífica, como a Resolução da Organização de Nações Unidas (ONU) e a Carta da OEA.

Em sua condição de Chefe de Estado, foi questionado pela ONU, o qual consta nas observações finais da Resolução do Comitê de Direitos Humanos, CCPR/C/SR.2125- 2003, colocando El Salvador em uma situação delicada, já que nela se manifesta que o Estado salvadorenho e o Presidente da República deixaram de respeitar aos direitos humanos e violaram permanentemente a Constituição da República, negando ao povo salvadorenho não somente o direito a esclarecer e conhecer a verdade sobre o passado, bem como de viver o presente em condições dignas.

Chamamos os partidos e governos dos Estados americanos a fazer cumprir a Carta da OEA, devendo o Secretário Geral Adjunto assumir interinamente as funções de Secretário Geral da OEA, até que a Assembléia Geral eleja o novo titular para o período completo, de acordo com o Artigo 108 da mesma Carta.

GRUPO DE TRABALHO

FORO DE SÃO PAULO

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=10&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO

Foro de São Paulo – Seminário Internacional

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Palavras de abertura do P. Miguel d"Escoto Brockmann

Companheiros e companheiras membros do Foro de São Paulo e outros representantes de partidos políticos de esquerda regionais e extra-regionais convidados a este Seminário Internacional, "América Latina aos 25 anos da Revolução Popular Sandinista", auspiciado pelo Foro de São Paulo. Em nome da Frente Sandinista de Libertação Nacional lhes desejo nossa mais cordial saudação de boas vindas à Nicarágua.

Desde que nós, do Foro de São Paulo, nos vimos reunindo, ou seja, desde 14 anos atrás, nunca o panorama internacional foi tão sombrio, nunca a paz e a segurança internacional estiveram tão seriamente ameaçadas como agora pelo terrorista presidente George W. Bush, que em nome de uma incompreensível democracia e liberdade busca como submeter e escravizar todas as nações da terra.

O que torna o momento em que vivemos ainda mais terrível é o convencimento de que não estamos ante um mal transitório, ante um pesadelo que durará até que permaneça Bush no poder. Pensar o contrário, ou buscar tranquilidade no feito histórico da transitoriedade dos impérios só nos pode conduzir a uma equivocada política de espera, de deixar que passe a tormenta.

Desde que o núcleo fundador de nosso Foro assistiu ao encontro de São Paulo, o intercambio de opiniões sobre as conseqüências do fim da bipolaridade para a luta de nossos partidos e movimentos de esquerda foi uma das principais características do Foro de São Paulo.

Hoje, 14 anos mais tarde, podemos ver e compreender com muito maior clareza que, com o fim da bipolaridade, Washington considera que já não tem por que se preocupar muito em guardar as aparências, com fazer crer aos ingênuos que os Estados Unidos verdadeiramente crê no império da lei nas relações internacionais, que os Estados Unidos está realmente comprometido com o multilateralismo e com a paz mundial.

Com os acontecimentos de 11 de setembro, as idéias que Paul Wolfowitz vinha propondo aos governantes estadunidenses, desde há uma década, oficializaram-se e os rumores, dúvidas e temores de serem vistos como realmente são, o "Rogue State", como Chomsky chama este Estado criminoso, foram já praticamente descartados.

Hoje, mais do que nunca, podemos dizer que o tendão de Aquiles do império é a opinião do povo norte-americano que ainda crê na falsa retórica de seus governantes, mas que considera que democracia, liberdade, justiça social e todos os valores da esquerda, são ideais que devem ser defendidos. Tampouco queremos eximir o povo estadunidense de toda responsabilidade nas atuações de seus governantes. Como o cão de Pavlov, eles também foram condicionados a fazer fila atrás de seus presidentes apenas bastando o soar dos tambores de guerra.

Não devemos esquecer nem minimizar a reação do povo norte-americano quando Clinton, a muito poucos meses de iniciar seu primeiro mandato, quando ainda tratava de alterar sua imagem de débil e indeciso, fez alarde de força e decisão ordenando o imediato bombardeio ao Iraque em represália por um suposto plano para assassinar Bush pai enquanto este se encontrava de visita no Kuwait. Pouco ou nada importou ao povo norte-americano que tudo havia sido uma mentira, como deixou claro o informe da Anistia Internacional, entre outros. As pesquisas de opinião pública demonstraram um imediato e dramático aumento na aceitação de Clinton como um Presidente pronto a usar a força do império ante qualquer provocação, suposta ou verdadeira.

O que sucede é que, como conseqüência da política de mentiras e enganos que sempre caracterizou as relações dos governos norte-americanos com seu próprio povo, este povo ignora os crimes cometidos por Washington em todas as partes e desde sempre em nome de uma pretendida democracia e da liberdade. Esta ignorância se agrava pela robotização do povo norte-americano que, entre outras coisas, foi programado para não questionar as decisões de seus governantes quando estes levantam imperativos de segurança nacional. E esta programação alcança também os legisladores do partido de oposição.

Não devemos esquecer que os legisladores democratas, sem exigir mais informação, deram luz verde a George W. Bush para a invasão do Iraque, deixando muito claro que, para eles, ainda que se trate somente de uma suposta ameaça à segurança nacional, o sistema jurídico, incluindo os compromissos internacionais, suspende-se e o Presidente fica autorizado a fazer tudo o que achar conveniente, ou seja, o que desejar.

Independente da ignorância do povo norte-americano sobre as verdadeiras motivações e natureza da política exterior de seu país, do grau de programação de suas mentes para dar sempre o voto de confiança a um presidente que alegue querer defender os Estados Unidos de alguma iminente ameaça, a verdade é que temos que ver o povo norte-americano como potencialmente o mais importante aliado em nossa luta pela PAZ, a democracia, o multilateralismo e o império da lei nas relações internacionais.

Certo é que o próprio Governo norte-americano é o que, ainda que hipocritamente, fomentou o apego do povo estadunidense a estes valores. Ali precisamente está a vulnerabilidade do império e temos que aproveitá-la ao máximo. Haveria que ver o que acontecerá quando o

povo estadunidense se der conta da falácia de seus governantes; quando se der conta que a política de Washington constitui a maior ameaça para a paz e a segurança internacional e que, de fato, converteram os Estados Unidos no maior inimigo da democracia, que impede a auto-determinação dos povos e apóia sempre os mais sinistros governantes desde que estes sejam dócies e apóiem sua criminosa política internacional, como a invasão ao Iraque, por exemplo.

O fato irrefutável de que a tão alardeada democracia estadunidense seja uma grande fraude, uma grande mentira, não significa que não haja muitas coisas positivas nos Estados Unidos. Depois de tudo, essa é a pátria de Thoreau, de Emmerson, de Whitman, de Martin Luther King e de Dorothy Day. Portanto, ainda que a classe política dos Estados Unidos esteja pior que podre, não devemos abandonar a esperança de poder contar com o povo norte-americano como sócio na construção do outro mundo possível.

Aos vinte e cinco anos do triunfo sandinista na Nicarágua, o mundo é muito mais inseguro e a voracidade do império é já quase ilimitada. Os Estados Unidos falam da necessidade de fortalecer suas defesas ainda que não exista potência capaz de enfrentá-los militarmente. Internamente, os Estados Unidos também mudaram muito. Diz a sabedoria popular quem deve, teme e, neste momento, não cabe dúvida de que o temor se instalou nos Estados Unidos. São tão grandes seus requerimentos de pessoal militar para o cada vez maior número de bases militares ao redor do mundo, que se está seriamente contemplando voltar ao serviço militar obrigatório. A liberdade e os direitos do povo estadunidense se vêem cada vez mais limitados. O número de gente protestando nas ruas contra o belicismo de Washington é cada vez maior, ainda que insuficiente no momento para constituir uma ameaça ao sistema.

O momento que vivem hoje os latino-americanos, a 25 anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista, é algo que não podíamos prever então. O problema principal para nosso avanço na busca de soluções às mais sentidas necessidades de nossos povos segue sendo o mesmo: o imperialismo norte-americano. Este segue empenhado em nos impor receitas econômicas que somente nos afundaram ainda mais na miséria. A ALCA ou o CAFTA não poderão ter melhores conseqüências para nossas economias latino-americanas que as que já tiveram o NAFTA para a economia mexicana. Entretanto, é triste constatar o irresponsável servilismo com que os governantes centro-americanos competem para ver quem é o primeiro em acatar as ordens de Washington e assinar tudo o que este lhes propõe.

Ainda estão muito vivas as lembranças da criminosa e ilegal política de Washington contra a Nicarágua sandinista, que havia cometido a ousadia de sonhar com um mundo diferente e essas lembranças seguem amedrontando a muitos. Agora, com o fim da bipolaridade, o imperio é mais explícito: "Estão comigo ou estão com os terroristas", nos diz Baby Bush. A obediência cega e imediata é exigida para não receber o tratamento que Washington impõe aos que decide rotular de terroristas, pelo mero fato de não dobrar-se ante as arbitrariedades de seu único poder imperial. Claramente a Besta Apocalíptica deixou de ser já só uma horrenda imagem bíblica.

Quando em abril del ano 1984, Nicarágua introduziu a demanda en Haia contra os Estados Unidos pela guerra que nos havia imposto. O que nos moveu a tomar esta medida audaz foi o convencimento de que alguem tinha que pegar o boi pelos chifres e fazer algo contundente em defesa do direito internacional.

Uma análise detida de editoriais e de artigos de opinião publicados ao longo de um mês em mais de 30 dos principais diários norte-americanos sobre a invasião à Granada nos convenceu de que o problema para a América Latina não dependia de quem ganhava ou perdia as eleições nos Estados Unidos. Essa centena de artigos de opinião e editoriais nos permitiram ver que a Doutrina Acheson de quarenta anos atrás, sobre a não-obligatoriedade do direito para os Estados Unidos, havia se convertido já em algo essencial da cultura imperial.

Robert Kagan, sem dúvida um dos mais talentosos expoentes da ideologia do Projeto para um Novo Século Americano, em um recente ensaio publicado sob o título de "Power and Weakness" (Poder e Debilidade) expressalo seguinte:

> "A caricatura que os europeus fazem dos Estados Unidos chega até o extremo de apresentá-los como uma sociedade dominada pela 'cultura da morte', seu temperamento guerrerista (segundo eles), é conseqüência lógica de uma sociedade violenta onde cada um tem um arma e a pena de morte é ainda vigente. Mas ainda os europeus que não fazem esta crua relação de causa e efeito estão de acordo com as profundas diferenças entre a forma em que os Estados Unidos e a Europa conduzem sua política exterior.
>
> "Os europeus alegam que os Estados Unidos, comparado com a Europa, recorre mais rapidamente ao uso da força e têm menos paciência com a diplomacia. Os americanos, segundo eles, em geral vem ao mundo dividido entre o bem e o mal, entre amigos e inimigos, enquanto os europeus têm uma visão mais complexa do assunto. Quando confrontam reais ou potenciais adversários, os norte-americanos geralmente favorecem políticas de coerção em vez de persuasão, dando mais importância a sanções punitivas que a formas de induzir um melhor comportamento, o carro na frente dos bois.
>
> "Os americanos, segundo os europeus, têm que resolver as coisas de uma vez por todas en assuntos de política exterior: querem que os problemas se resolvam e que as ameaças sejam eliminadas e, assim, dizem que os norte-americanos se inclinam cada vez mais ao unilateralismo, que se inclinam cada vez menos a atuar através de instituições internacionais como as Nações Unidas, a trabalhar em cooperação com outras nações para alcançar objetivos comuns, e que são mais céticos com respeito ao direito internacional e mais dispostos a funcionar fora de seus limites quando o consideram necessário ou, simplesmente, útil."

Segundo Kagan, esta é certamente uma caricatura, mas capta bem a essência do que os Estados Unidos realmente são. Kagan, entretanto, se queixa de que os analistas europeus "se interesaram mais em atacar os Estados Unidos que em tratar de compreender por que os Estados Unidos atuam como atuam." Depois de tudo, diz, os Estados Unidos se comportam como toda grande potência se comportou e se comportará sempre. Isso do respeito à normas de convivência civilizada consagradas na Carta das Nações Unidas, o multilateralismo e a solução pacífica de diferenças são coisas para os débeis, para os que não têm outra saída, já

que não têm a força suficiente para impor sua vontade. Portanto, os Estados Unidos não têm que ser criticados, mas compreendidos e aceitos como são já que, como é tão poderoso, está obrigado a ser prepotente e a violar todas as normas para a convivência pacífica entre as nações. O monstro não só nos enforca mas também quer que nos compadeçamos dele por ser tão forte y criminoso.

Este é o monstro cínico com que nos encontramos e nos seguiremos encontrando sempre que tentarmos tirar nossos povos da frente e defender nossos direitos. Este é o monstro com que provavelmente teremos que seguir lidando, ao menos, pela maior parte do século que apenas estamos começando. Sua ofensiva é multifacetária e, portanto, nossa defesa também deve ser não só no campo econômico mas também nos campos ideológico, jurídico e das Nações Unidas. Na luta por conseguir que o povo norte-americano acorde e compreenda o nefasto comportamento de seus dirigentes, nossas denúncias por violações de Washington ao direito internacional, a nossa auto-determinação e à própria Carta das Nações Unidas podem ser mais compreensíveis para esse povo e, portanto, mais útil para o avanço de nossa causa. Com dedicação, imaginação e coordinação entre nós, venceremos. A verdade pode mais que a mentira.

Novamente, desejamos a todos um frutífero encontro e, por favor, sintam-se todos como em sua própria casa, pois a pátria de Sandino pertence a todos os que sonham e trabalham convencidos de que outro mundo é posível.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=94&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

RESOLUÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

Resoluções do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo no contexto do Seminário internacional "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista"

O **Foro de São Paulo**, em sua sessião do Seminário internacional **"América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista",** celebrada em Manágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre a gravidade da situação humana nos territórios palestinos ocupados, da escalada contínua e das agressiões contra a população civil palestina, aprovou o seguinte:

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO PALESTINO

O Foro São Paulo:

1. Reconhece e apóia o direito do povo palestino de exercer a resistência contra a ocupação militar israelense, o que emana do Direito Internacional e das resoluções das Nações Unidas.

2. Condena energicamente a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, que reflita discriminação racial, tendente a consolidar as concepções de isolamento e guetos contra um povo, neste caso contra a população palestina.

3. Aplaude a sentença da Corte Internacional de Justiça de 09 de julho de 2004, ao considerar ilegal a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, e demanda a toda a Comunidade Internacional assumir a sentença e pô-la em prática.

4. Pede à Comunidade Internacional e Governos Nacionais assumir suas responsabilidades para uma solução pacífica e justa do Conflito palestino-israelense pela via do diálogo e as negociações para garantir:

a) O fim da ocupação israelense em todo o território nacional palestino.

b) O pleno e soberano exercício do direito à livre determinação do povo palestino.

c) O direito de retorno de todos os refugiados palestinos a seus lugares de origem.

d) A convivência pacífica de todos os povos e países na região do Oriente Médio.

5. Reconhece e apóia a boa vontade e disposição dos esforços da Autoridade Nacional Palestina na busca de uma solução pacífica e negociável do Conflito palestino-israelense, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat.

6. Reclama à Comunidade Internacional pôr fim ao cerco imposto contra o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, por parte de Israel.

7. O Foro de São Paulo se solidariza e promoverá distintas atividades de solidariedade com a luta do povo palestino em seus respectivos países.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM CUBA

O **Foro de São Paulo**, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário Internacional: América Latina aos XXV anos da Revolução Sandinista, resolve:

Expresar sua total solidariedade com a causa dos cinco patriotas cubanos injustamente presos em cárceres norte-americanas, por lutar contra o terrorismo em defesa da paz, a soberania e a integridade do povo cubano e de todos os povos do mundo, incluindo o próprio povo norte-americano.

Condenar a cada vez mais hostil e agressiva política dos Estados Unidos contra Cuba, expressada na recente promulgação de um novo pacote de medidas que aumentam o bloqueio e pretendem sufocar este povo.

O Foro de São Paulo reitera seu apoio irrestrito ao povo e à Revolução Cubana e expressa sua confiança e segurança de que uma vez mais derrotarão as pretensões criminais e expansionistas de George W Bush.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO DE PORTO RICO

Reunido o Foro de São Paulo, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, no marco do *Seminário de América Latina e os 25 anos da Revolução Sandinista,* resolve:

1. Reiterar o apoio ao direito à auto-determinação e independência do povo porto-riquenho e as conseqüentes resoluções aprovadas pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas e o Movimento de Países Não-Alinhados.

2. Unir-se ao reclame pela libertação dos presos políticos e prisioneiros de guerra porto-riquenhos Oscar López Rivera, Haydee Beltrán e Carlos Alberto Torres, encarcerados nos Estados Unidos há mais de vinte e cinco anos, cumprindo sentenças equivalentes a condenações perpétuas por atividades a favor da luta pela Independência de sua pátria. É hora de que regressem a sua pátria pelo qual o FSP exorta suas organizações membros a participar na Jornada Internacional a levar-se a cabo no mês de outubro do presente ano.

3. Saudar o triunfo do povo porto-riquenho ao lograr a saída da Marinha de Guerra dos Estados Unidos e o fim dos bombardeios na Ilha de Vieques. Ainda, apóia sua reclamação contra a contaminação e pela devolução das terras ocupadas, para que possam ser utilizadas em seu desenvolvimento sócio-econômico.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO E GOVERNO DO BRASIL

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido en 16 de julho de 2004 na cidade de Manágua, Nicarágua, por ocasião do XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista, saúda o povo brasileiro e a seu Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lhes deseja grandes vitórias na realização dos câmbios progressistas a favor das grandes maiorias.

Além disso, deseja à Coalizão que encabeça o Partido dos Trabalhadores êxitos nas próximas eleições municipais, base importante para a consolidação da maioria política que conduzirá as transformações necessárias para o desenvolvimento social, econômico e político deste irmão país latino-americano.

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR

Reunido o Foro de São Paulo nos dias 17 e 18 de julho dos correntes, na cidade de Manágua, Nicarágua, no marco do Seminário: *"AMÉRICA LATINA E OS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA",*

CONSIDERANDO

Que o Presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca, em sua recente visita aos Estados Unidos da América, prometeu a continuidade da presença de tropas salvadorenhas no Iraque, pondo em risco a segurança do povo, que se opõe ao envio de mais soldados e oficiais a este convulsionado país árabe,

RESOLVE

1. Expressar sua preocupação pela decisão do Governo de enviar ao Iraque um novo contingente militar.

2. Manifestar que a presença do exército salvadorenho na ocupação do Iraque obedece à políticas belicistas dos Estados Unidos, baseadas em premissas falsas e desacreditadas mundialmente, inclusive nos Estados Unidos

3. Rechaçar a participação militar de nossas nações em agressões militares.

4. Exigir respeito à auto-determinação dos povos e à solução pacífica negociada dos conflitos internacionais.

5. Demandar ao Presidente Elías Antonio Saca que leve em conta o clamor da população e não participe em ações que violam a soberania e direitos que somente competem ao povo iraquiano.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO E GOVERNO BOLIVARIANO DA VENEZUELA

O Foro de São Paulo, reunido no Seminário "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista", celebrado em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre o processo revolucionário da República Bolivariana da Venezuela,

CONSIDERANDO:

- Que a Revolução Bolivariana da Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez Frías à frente, baseada nos ideais de Simón Bolívar e respaldada jurídica e institucionalmente na Constitução da República, continua sendo ameaçada pela ingerência do imperialismo estadunidense e a Administração Bush, que não vacilaram em impulsionar e apoiar resolutamente os setores contra-revolucionários e opositores a este processo, conspirando contra as autoridades legitimamente constituídas e violentando a soberania e o direito à auto-determinação do povo venezuelano.

- Que o Governo da República Bolivariana da Venezuela, junto a seu povo, venceu derrotando o golpe de Estado, a sabotagem petroleira e a greve patronal, as ameaças e manobras dirigidas a dificultar os avanços do processo revolucionário venezuelano que, por seu caráter e benefícios, é fonte de emulação para todos e todas lutadores políticos e sociais de nossos tempos.

RESOLVE

1. Expressar sua solidariedade com o povo e Governo da República Bolivariana da Venezuela, encabeçada pelo Presidente Hugo Chávez Frías, na construção e defesa da Revolução Bolivariana, que com base na participação protagonista do povo e à vontade política do Governo, estão resolvendo os grandes problemas econômicos, sociais e culturais da imensa maioria de venezuelanos que historicamente haviam sido excluídos do benefício das riquezas deste país.

2. Rechaçar as manobras da midia, econômicas, militares e políticas que o imperialismo estadunidense realiza contra o Governo legítimo e constitucional do Presidente Hugo Chávez Frías.

3. Manifestar nossa plena confiança de que, no referendo de 15 de agosto, o povo venezuelano ratificará o mandato do Presidente Hugo Chávez Frías.

4. Respaldar e organizar atividades de difusão e solidariedade com o povo e o Governo venezuelano, em apoio à ratificação do mandato do Presidente Hugo Chávez.

5. Participar ativamente na observação do processo referendário de 15 de agosto, para certificar ante o mundo a transparência dos resultados.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A RESISTÊNCIA DO POVO IRAQUIANO

O Foro de São Paulo, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário internacional “América Latina: aos XXV anos da Revolução Sandinista”,

resolve:

Condenar com todas as nossas forças a ilegal e imoral invasão e ocupação do Iraque por parte das tropas dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, apoiados por regimes títeres.

Condenar com igual força o genocídio, os assassinatos, as torturas, violação e humilhações cometidos contra o povo iraquiano. Condena o saque de hospitais, museus, universidades e outros centros educativos e de investigação e a destruição da infra-estrutura do país.

Reafirmar o apoio e reconhecimento à resistência do povo iraquiano para a expulsão das tropas invasoras, por sua auto-determinação e soberania.

RESOLUÇÃO DE APOIO À GRANDE JAMIHIRIA

ÁRABE DA LÍBIA

O Foro de São Paulo, reunido na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, saúda a iniciativa tomada pela Grande Jamihiria Árabe Líbia Popular Socialista e sua Direção Revolucionária sob a liderança de Muammar Al Khadafi, por expresar seu desejo de renunciar voluntariamente aos programas e equipes que possam ser utilizados para a produção de armas de destruição em massa proibidas a nível mundial.

Estamos seguros que este passo foi dado no caminho correto e será um exemplo para a consolidação da estabilidade e segurança no mundo.

Desde este encontro, também fazemos um chamado aos países que possuem armas de destruição em massa, encabeçados por Estados Unidos da América, a que sigam o exemplo da Grande Jamihiria Líbia e renunciem a suas armas de destrução em massa, em prol da criação de um mundo livre de armas proibidas e de instrumentos hegemonizantes para que reine a segurança, a estabilidade e a paz em todo o planeta

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=96&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO AO PT - BRASIL

Saudação ao PT-Brasil

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo felicita o Partido dos Trabalhadores por cumprir seus vinte e cinco anos de fundação este próximo 19 de março. Desejamos êxitos em sua luta por construir um Brasil melhor e agregamos nossas forças para avançar na integração de nossos povos.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=20&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE COLÔMBIA

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordou dar respaldo aos esforços para restabelecer o diálogo em favor de uma solução política negociada e pela paz na Colômbia e acompanhar a convocatória a uma delegação parlamentar internacional plural que visite tal país e se encontre com as autoridades do mesmo.

Concorda-se realizar a mesma na primeira quinzena de abril, com base na proposta das bancadas parlamentares dos partidos membros do FSP na Colômbia, que são os responsáveis pelo convite e pela organização do programa local. Realizaram-se esforços para coordenar com a Rede Parlamentar Internacional e com a COPPPAL, para lograr a maior amplitude possível.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=16&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE XII ENCONTRO

Resolução sobre o XII Encontro do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevidéu em 02 de março de 2005, decidiu convocar o XII Encontro do Foro de São Paulo em julho de 2005, na cidade de São Paulo.

A programação do 12º. Encontro incluirá a comemoração do 15º. aniversário de fundação do FSP, nesta mesma cidade.

A organização do mesmo estará a cargo do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, que cumpre este ano seus 25 anos, e o Presidente Lula da Silva será convidado para fazer a abertura do Encontro.

O eixo temático dos debates de dito Encontro será "Integração latino-americana desde a perspectiva dos partidos progressistas e de esquerda". No próximo Grupo de Trabalho, a se realizar em Caracas, o PT deverá apresentar um projeto para a realização do evento e se ajustará a programação.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=18&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO À FRENTE AMPLA - URUGUAI

Saudação ao Triunfo da Frente Ampla / Encontro Progressista Nova Maioria do Uruguai

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevidéu, em 02 de março de 2005, agradece aos companheiros e companheiras da Frente Ampla o convite para participar da jornada histórica da posse do companheiro Dr. Tabaré Vázquez.

O triunfo da Frente Ampla sintetiza a visão de unidade da esquerda uruguaia e se constitui num paradigma para o trabalho das forças políticas de esquerda e progressistas da América Latina que em dito triunfo destacamos a profunda convicção de transformação que sempre animou a esquerda uruguaia, ainda nas piores vicissitudes provocadas pela repressão e o autoritarismo.

Expressamos ao Presidente Tabaré Vázquez e a seu governo constituído o desejo de que seus êxitos constituam a resposta ao enorme volume eleitoral, à fé e à esperança do povo uruguaio. Estamos convencidos que o exercício do poder será uma demonstração exemplar não só para o Uruguai, mas também para América Latina e o mundo, de que é possível construir uma alternativa real frente à crise que vive nossos povos, e que possível levantar a bandeira da dignidade para abrir o caminho da esperança, a justiça, a eqüidade, em atenção aos múltiplos requerimentos das sociedades contemporâneas que foram vítimas de todo tipo de colonialismo.

Neste ano se cumprem 15 anos do Foro de São Paulo e a chegada da Frente Ampla ao governo do Uruguai significa um avanço a mais das forças de esquerda e progressistas em nosso continente no longo caminho pela liberdade e a justiça, na defesa da soberania e dos direitos humanos.

Saudações companheiros e companheiras da Frente Ampla!!!

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=19&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

MENSAGEM A GLADYS MARÍN

Mensagem a Gladys Marín

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo faz chegar aos companheiros do Partido Comunista do Chile, à família e à companheira Gladys Marín, toda sua solidariedade ante a difícil situação que enfrenta e a dura batalha que está dando por sua vida.

Exemplo de luta e entrega à causa libertadora e democrática de seu povo, lutadora incansável pela verdade e justiça e os direitos humanos, enfrenta hoje momentos complexos de grande angústia.

Recebam nosso sentimento de angústia e preocupação e tenham certo que a companheira Gladys Marín está e estará presente em cada momento de luta e triunfo de nossos povos latino-americanos.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=21&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE PRÓXIMA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Resolução sobre a próxima reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em Montevidéu em 02 de março de 2005, concorda em realizar a próxima reunião do GT em Caracas, em maio do presente ano, sob o auspício do Movimento V República.

Este Grupo de Trabalho terá uma agenda de trabalho que incluirá:

- Avaliação dos resultados da missão parlamentar a se realizar na Colômbia para reiniciar o diálogo pela paz e analisar possibilidades de avançar até uma segunda fase nestes esforços.

- Realização de uma atividade em solidariedade com o Haiti, neste ano de 2005.

- Realização de um Seminário em El Salvador em 07 e 08 de outubro do presente ano, organizado pela FMLN no marco das celebrações de seu 25º. aniversário.

- Discussão da agenda e da programação do 12º. Encontro.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=17&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

Reunião em São Paulo (Brasil) – maio de 2005

DECLARAÇÃO

Reunião do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

São Paulo, Brasil – 24 e 25 de maio de 2005

Declaração

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 24 e 25 de maio, com o objetivo de avaliar os resultados da Missão Parlamentar à Colômbia, programar as ações do segundo semestre e, em especial, preparar o XII Encontro do Foro de São Paulo,

Considera:

1. Que dada a transformação do cenário regional latino-americano nos últimos anos, conseqüência de lutas e triunfos eleitorais de nossas forças políticas que hoje governam em vários países da região, os partidos do GT-FSP concordam em considerar esta conjuntura única para a realização dos objetivos que, 15 anos atrás, proclamamos no Primeiro Encontro.

2. É importante reafirmar nosso compromisso para enfrentar as graves situações econômico-sociais herdadas de governos que implementaram as políticas neoliberais predominantes na década de noventa e renovar nossas práticas de intercâmbio de experiências e solidariedade.

3. É preciso continuar o combate às políticas intervencionistas dos EUA que, no segundo Governo Bush, ameaçam hostilizar ainda mais o governo de Cuba e Venezuela, assim como prosseguir com o Plano Colômbia e a regionalização do conflito em toda o área andina.

4. Que, pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos não conseguiram impor seu

candidato a Secretário Geral da OEA e, no campo econômico-comercial, não conseguiram implantar seu projeto da ALCA, os partidos do Foro de São Paulo devemos nos dedicar à discussão sobre nossas propostas de integração como instrumentos políticos legítimos para defender os interesses de nossas nações e povos.

5. Que, para avançar na construção de um sistema de convivência democrática no continente, faz-se necessário respeitar e aplicar o Direito Internacional, o Direito Humanitário, condenando o terrorismo em todas as suas formas.

Resolve:

1. Respaldar os processos de luta político-social que liberam nossos povos e apoiar solidariamente aos partidos membros do Foro de São Paulo que, a partir de dezembro de 2005 e durante todo o 2006, estarão disputando eleições. Seguramente enfrentaremos desafios cruciais para nossos projetos que buscam a paz, a justiça, a igualdade e a soberania para nossos povos.

2. Avançar na coordenação entre nossos partidos, apoiando as redes de parlamentares, prefeitos e outros sujeitos sociais e políticos.

3. Considerar muito positivos os resultados da Missão Parlamentar e divulgar a Carta de Bogotá onde estão estipulados os passos futuros para retomar o processo de negociação política entre o Governo colombiano e a insurgência em função do objetivo de lograr a Paz na Colômbia.

4. Continuar a tarefa de exigência ao Governo da Colômbia para que retome o processo de negociação política com todos os setores da sociedade colombiana. Depois de escutar o informe do Dep. Tarcísio Zimmerman, integrante da Missão Parlamentar a Colômbia, resolve implementar em todos os âmbitos nacionais e internacionais, as propostas da Declaração de Bogotá, somando nossas sociedades, Estados e instituições internacionais.

5. Participar no XXV Aniversário da FMLN de El Salvador e, em especial, do Seminário sobre o tema “Os partidos políticos e os processos de integração”, do 06 a 10 de outubro de 2005.

6. Iniciar uma articulação dos partidos do FSP junto a entidades e parlamentares latino-americanos para somar nossos esforços de solidariedade com o povo haitiano. Nesse sentido, devemos aprofundar a análise da situação atual de Haiti e do papel da MINUSTAH-ONU.

7. Coordenar ações com COPPPAL e COPA para organizar una missão ao Haiti com o objetivo de reunir todas as expressões sociais e políticas desse país para discutir as ações comuns pela estabilidade política, econômica e social, assim como a reinserção soberana da nação haitiana na comunidade internacional.

8. Com base no Direito Internacional, exigir do governo dos Estados Unidos a entrega à

justiça venezuelana do terrorista Luis Posadas Carriles, para que seja julgado pelos múltiplos crimes cometidos.

9. Promover sistemas eleitorais que respeitem a representação plural da sociedade.

São Paulo, 25 de maio de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=22&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20maio%20de%202005

Seminário em San Salvador – 2005

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARACIÓN DE LA REUNION DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SÃO PAULO

Reunido el Grupo de Trabajo durante la realización del seminario internacional “Los partidos políticos y la integración de los pueblos” realizado en San Salvador 6 – 8 de octubre 2005. En el marco de las actividades de celebración de los 25 años de fundación del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional; con la participación de delegaciones de los partidos políticos de México, Guatemala, El Salvador, Nicaragua, Honduras, Panamá, Puerto Rico, República Dominicana, Venezuela, Colombia, Brasil, Uruguay y Chile, concluyó en los siguientes acuerdos:

1.- Expresa todo su reconocimiento en un amplio y profundo homenaje al guerrillero heroico, Comandante Ernesto Ché Guevara. Coincide las conclusiones de nuestro trabajo en este día 8 de octubre, a 38 años de *ENTRAR EN LA INMORTALIDAD* con su mirada especial y sobre todo con su *EJEMPLO PERSONAL* de entrega. Sigue siendo y acrecentándose como referente para las nuevas generaciones de revolucionarios, que cada vez quieren saber más de su vida y de su obra y de reafirmación para quienes hemos levantado su bandera históricamente. Este homenaje alcanza todo su realce en el contexto del 25 ANIVERSARIO DEL FMLN.

2.- Expresamos nuestro más profundo sentimiento de solidaridad con las víctimas y damnificados por los desastres sociales como consecuencia de los fenómenos naturales que azotan desde el Sur de México hasta el Norte de Colombia con especial gravedad a la población más vulnerable de Guatemala y El Salvador. Para tal efecto acordamos una declaración específica.

3.- Los partidos del grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo denunciamos las nuevas formas que adquieren los esquemas de dominación del gran capital financiero transnacional a través de la Doctrina Hemisférica impulsada a partir de los atentados a los centros neurálgicos del poder económico, político y militar de Estados Unidos en septiembre de 2001, y que han sido pretexto para la redefinición de una política y el unilateralismo como respuestas únicas al terrorismo visto como la principal amenaza a la seguridad de los Estados Unidos y otras

economías transnacionales del mundo. Este anticrimen organizado que sirve de pretexto para la militarización de zonas de desarrollo estratégico como es la ocupación con bases militares en el principal manto acuífero del mundo en Paraguay, la firma anticonstitucional de la alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte (Aspan por sus siglas en español) que adiciona al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (Tlcan por sus siglas en español) un apartado de seguridad energética para armonizar las regulaciones bajo el esquema de que México se ajuste a los modelos del mercado de gas natural y de la industria eléctrica que impera en EE.UU. y Canadá, así como el apartado de seguridad fronteriza que desplaza la frontera México-EUA hacia la frontera México – Centroamérica, criminalizando la migración latinoamericana.

4.- Saludamos el proceso de unidad de la izquierda en Colombia y sus significativos avances para lograr un candidato único a la presidencia, listas únicas al congreso y la instalación de una Mesa de Unidad Nacional. Valoramos como un hecho positivo la apertura de una Casa de Paz para un diálogo entre la sociedad colombiana y el Ejército de Liberación Nacional ELN en función de superar los obstáculos que impiden el inicio de conversaciones entre el gobierno y la insurgencia. Reafirmamos nuestro apoyo a un acuerdo humanitario entre el gobierno y las FARC para la liberación de las personas que han perdido su libertad en el marco del conflicto armado interno e instamos a la comunidad internacional a mantener los esfuerzos en esta dirección. Expresamos, una vez más, que sólo la solución política y negociada del conflicto armado es el camino que requiere Colombia y, en este sentido, asumimos el compromiso de convocar a América Latina para acompañar los esfuerzos de la sociedad colombiana por la paz, la justicia y la democracia.

5.- Nos unimos a las voces de la comunidad internacional, manifestando nuestro repudio por el asesinato del líder independentista puertorriqueño, Filiberto Ojeda Ríos, lo que ha provocado una contundente repulsa de parte de todos los sectores del pueblo puertorriqueño. Denunciamos la movilización a suelo de Puerto Rico de 200 agentes del gobierno federal de los EUA, que culminaron con el asesinato del compañero Ojeda Ríos. Hacemos un llamado a los partidos y amigos del FSP a que se unan a esta denuncia contra esta nueva invasión a un pueblo latinoamericano de parte del gobierno federal estadounidense y renueven el apoyo de la comunidad internacional a la lucha de Puerto Rico por su independencia.

6.- El grupo de trabajo reitera su solidaridad con los *cinco héroes* de la República de Cuba, quienes desde hace ya 2 meses están ilegalmente presos en cárceles norteamericanas, luego que el Tribunal Supremo de Atlanta, dictaminara sin lugar, el politizado juicio realizado hace 7 años en Miami. En tal sentido el grupo de trabajo hace un llamado a todos los partidos miembros del Foro de Sao Paulo, para que exijan al gobierno de EE.UU. la inmediata liberación de los heroicos patriotas cubanos, que son en verdad ejemplo de combatientes contra el terrorismo internacional, que cobija en territorio yanqui a sus principales exponentes.

7.- Manifestamos nuestra condena al intervensionismo de la administración Bush en los asuntos internos de Nicaragua. Al mismo tiempo instamos a los nicaragüenses a solucionar los problemas acuciantes que vive el país a través de la negociación política. En este sentido respaldamos el llamado del Frente Sandinista para la continuación del diálogo nacional. Llamamos a todos los partidos del Foro de Sao Paulo a mantenerse atentos a la evolución de la delicada situación de Nicaragua y a participar como observadores en el próximo proceso electoral.

8.- Expresamos nuestra solidaridad con los seis ciudadanos de origen vasco privados de su libertad en el Reclusorio Oriente de la ciudad de México y que enfrentan un proceso de extradición solicitada por España. Denunciamos el irregular proceso de extradición que vulnera los principios constitucionales del derecho al debido proceso.

9.- Deseamos éxitos a los partidos hermanos miembros del Foro de São Paulo que próximamente participarán en procesos electorales el 22 de noviembre en Honduras con elecciones generales, y el 11 de diciembre en Chile con elecciones presidenciales y parlamentarias, y finalmente en Bolivia.

10.- Manifestamos nuestra preocupación y nos disponemos a realizar las acciones pertinentes por exigir se respete y garantice un proceso electoral democrático en Bolivia. Hacemos llegar nuestro mensaje de amistad y solidaridad al compañero Evo Morales candidato presidencial en dicho país.

11.- El grupo de trabajo del Foro de São Paulo ha resuelto realizar su próxima reunión entre los días 16 al 18 de diciembre de 2005 en la ciudad de La Habana, Cuba.

12.- Con el propósito de dar el máximo de relevancia a este acuerdo manifestamos nuestro saludo solidario y comprometido lleno de reconocimiento al heroísmo y a la contribución que realizan todos los pueblos a los 25 años del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional.

Los partidos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo manifestamos públicamente nuestro reconocimiento a la organización, por el cariño y solidaridad que nos han expresado nuestros hermanos anfitriones del FMLN.

GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO

SAN SALVADOR, 8 DE OCTUBRE DE 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=150&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Seminário em San Salvador – 2005

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE – (Original unicamente em espanhol)

DECLARACIÓN DE SOLIDARIDAD

Los partidos miembro del Foro de Sao Paulo reunidos en el marco del Seminario Internacional del Foro de Sao Paulo “Los partidos Políticos y los Procesos de Integración”, analizamos con profunda preocupación los desastres sociales consecuencia de fenómenos naturales que azotan con especial gravedad a la población mas vulnerable, desde el sur de México hasta el norte de Colombia, incluído de Guatemala y El Salvador.

A pesar de que los estudios geológicos y meteorológicos concluían de manera clara y precisa la dimensión de la catástrofe que se avecinaba, no se impulsó eficazmente la acción gubernamental para la evacuación de la población de las zonas que iban a ser fuertemente afectadas.

Consideramos que la ausencia de políticas de Estado claramente estructuradas de prevención, impiden que las acciones humanitarias provenientes de los más diversos actores nacionales e internacionales lleguen a los damnificados en forma directa y efectiva.

Este hecho no es aislado en nuestro continente, conforma una definición de políticas gubernamentales contrarias a los intereses y necesidades de las mayorías populares y hemos visto una serie de situaciones similares en las que se prioriza la instrumentación de esquemas de producción que destruyen el equilibrio ecológico y el medio ambiente, es decir, el ecosistema mundial; e incluso, ante la creciente presión internacional por el cuidado del planeta, se niegan a la firma de los tratados internacionales en materia de protección ambiental, en particular el Protocolo de Kyoto que ha establecido compromisos para la salvaguarda del ecosistema.

De esta irresponsabilidad dan cuenta grandes desgracias humanas como las que a últimas fechas han azolado a importantes áreas del mundo. El Tsunami en el océano Índico, los huracanes y tormentas tropicales en el Atlántico, el Pacífico y en el Golfo de México (Katrina, Rita), zonas en las que constatamos la enorme vulnerabilidad en que se encuentra la población por la falta de estas políticas de Estado de prevención y mitigación del impacto de los desastres naturales.

Ante lo señalado, los partidos políticos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo ratificamos nuestro compromiso irrenunciable con nuestros hermanos damnificados para lo cual impulsaremos acciones de solidaridad en nuestros países, a los efectos de que esta ayuda llegue con celeridad y directamente a los miles de ciudadanas y ciudadanos damnificados por los fenómenos naturales en la región mesoamericana.

Asimismo, impulsaremos la creación de un fondo internacional en el seno de las Naciones Unidas para la atención de las víctimas de estos fenómenos naturales que deberá tener un correlato nacional en el que estén representados todos los actores y sectores involucrados en forma directa con la responsabilidad de proveer asistencia a quienes sufrieron pérdidas humanas y materiales, brindando la imprescindible transparencia y rendición de cuentas sobre el manejo y administración de todos los recursos que se asignen a esta labor.

PARTIDOS MIEMBRO DEL GRUPO DE TRABAJO

DEL FORO DE SAO PAULO

San Salvador, 8 de octubre de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=149&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Reunião em Havana (Cuba) - dezembro de 2005

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Memória da reunião do GT do Foro de São Paulo

Havana, 16 a 18 de dezembro de 2005

1. A reunião do GT foi dedicada a três temas principais: a) a conferência das atividades realizadas e dos compromissos assumidos pelo GT e pelos partidos membros; b) a análise da conjuntura latino-americana; c) a organização do XIII Encontro do Foro de São Paulo, bem como da agenda do Grupo de Trabalho.

Atividades e compromissos

2. Foi dado um informe sobre as atividades das subsecretarias regionais do Foro:

a) a Sub-Secretaria Caribe não logrou funcionar. Foi decidido que esta Sub-Secretaria e a Sub-Secretaria Mesoamérica se somariam, criando a Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe;

b) a Sub-Secretaria Andina fará uma reunião por ocasião do FSM policêntrico em Caracas;

c) a Sub-Secretaria do Cone Sul reuniu-se nos dias 6 e 7 de dezembro. As deliberações desta reunião estão nos “links” nos Encontros.

3. Em relação à campanha de solidariedade e pela independência de Porto Rico, foi aprovado o seguinte:

a) apoiar as gestões de Porto Rico frente ao Comitê de Descolonização da ONU. Enviar delegação do FSP para depor no Comitê. Que esta delegação visite Porto Rico antes de ir a Nova Iorque;

b) apoiar as gestões para levar o caso de Porto Rico à Assembléia Geral. Promover gestões nas chancelarias. Mencionar o tema nas intervenções na Assembléia Geral;

c) Incrementar a divulgação do caso de Porto Rico. Jornadas e visitas de solidariedade. Seminário ou fórum sobre Porto Rico, por ocasião do XIII Encontro do Foro de São Paulo. Conferência internacional de solidariedade com Porto Rico a partir de 2007.

4. Em relação às eleições de Honduras, tomou-se nota dos resultados, ainda não oficiais nem reconhecidos por uma das partes.

5. Em relação às eleições do Chile, tomou-se nota do resultado do primeiro turno. O PS chileno não estava presente à reunião do GT. O PC chileno informou sua disposição de apoiar Michele Bachelet, no segundo turno, desde que o PS e a candidata socialista comprometam-se com algumas reivindicações, entre elas o fim do sistema binominal.

6. Em relação as eleições de Bolívia, constatou que pelo menos três partidos membros do FSP enviaram representantes para acompanhar o processo eleitoral: PT do Brasil, PC do Brasil e Frente Ampla do Uruguai. A eleição coincidiu com o último dia reunião do Grupo de Trabalho (18/12).

7. Foi dado um informe a respeito da base militar norte-americana no Paraguai, bem como sobre a disposição da Sub-Secretaria Cone Sul do FSP, de investir mais nas relações com as organizações políticas e sociais do Paraguai.

8. Sobre o FSM policêntrico Caracas (6ª edição do FSM e 2ª edição do Fórum Social das Américas), de 24 a 29/11, avaliou-se que será uma atividade de grande importância, provavelmente com destaque e público superiores aos Fóruns policêntricos marcados para Mali (que também será o 1o. FSM africano) e Paquistão. Há mais de 2.200 atividades inscritas. Previsão de até 60 mil participantes, metade dos quais estrangeiros. Só em janeiro se conhecerá a programação. Mas há uma marcada inclinação à posições mais definidas ideologicamente, contra o imperialismo e contra o capitalismo. Exemplo disso é a atividade de abertura, no dia 24 de janeiro: “marcha contra o imperialismo e pela soberania dos povos”. Há vários problemas organizativos (alojamentos, dispersão dos eventos, infra-estrutura da cidade), além da falta de recursos (várias entidades que financiaram os eventos anteriores, não financiarão este).

9. O Foro de São Paulo e seus partidos membros estão envolvidos em diversas atividades, com destaque para:

a) Foro de Autoridades Locais (está bem encaminhado);

b) Foro de Parlamentares (sob a responsabilidade de Filinto Durán, do Movimento V República: filinto.duran@parlatino.org.ve);

c) uma atividade realizada em conjunto com a Aliança Social Continental e com a Central Única dos Trabalhadores (Brasil).

10. Os partidos membros do FSP devem comunicar, à Secretaria Executiva, a relação das atividades em que estão envolvidos, para que possamos nos apoiar mutuamente.

11. O Grupo de Trabalho estimula seus partidos membros a participar, por intermédio de seus militantes sociais, das atividades que os movimentos sociais realizarão durante o FSM, por exemplo, a Assembléia dos Movimentos Sociais.

12. Tão logo se divulgue a programação exata do FSM, a secretaria executiva consultará os partidos membros acerca da composição das mesas da atividade promovida em conjunto por FSP/Aliança Social Continental/CUT. Foi elaborada uma relação de possíveis expositores, para esta e para outras atividades.

13. A reunião de partidos políticos europeus, com partidos latino-americanos e do Caribe está prevista para maio de 2006, em Viena, próximo a Cúpula de Presidentes da América Latina e Europa. A secretaria executiva consultará os partidos europeus sobre a vigência da proposta. A composição da delegação do FSP dependerá da data do evento e das possibilidades de apoio financeiro. O assunto será debatido na próxima reunião do Grupo de Trabalho.

14. O seminário sobre as experiências dos partidos membros do Foro de São Paulo que estão em governos será realizado nos dias 15 e 16 de março, no México. Os convocantes e organizadores são o PRD e o Partido del Trabajo do México. O primeiro dia do seminário será dedicado aos governos locais e estaduais; o segundo dia será dedicado aos governos nacionais. Proximamente circulará a proposta detalhada de programação.

15. A data do Encontro Parlamentar Internacional na Colômbia depende de uma proposta que será apresentada, proximamente, pelas organizações colombianas. Ainda a respeito da Colômbia, foram oferecidos diversos informes, inclusive sobre o diálogo entre o governo colombiano e o ELN, que ocorria em Cuba, na mesma data em que o GT estava reunido.

16. A Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe avaliará a proposta de enviar uma delegação do FSP aos Estados Unidos.

17. O Partido Comunista cubano convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá, de 10 a 12 de maio, em Havana, tendo como tema a luta pelo socialismo no século XXI. O Partido del Trabajo convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá de 17 a 19 de março, na Cidade do México, sobre “Los partidos y una nueva sociedad”.

Análise da conjuntura latino-americana e caribenha

18. Foi travado um debate sobre a conjuntura latino-americana e caribenha, com informes detalhados sobre Nicarágua, Porto Rico, Haiti, Brasil, Colômbia, Guatemala, Equador, Uruguai, Venezuela e Chile.

19. Foi destacada a ocorrência de uma grande concentração de eleições durante o ano de 2006, que podem resultar na posse de mais governos de esquerda e progressistas. Foi observado, a esse respeito, que o governo norte-americano e parte das forças de direita estão adotando uma política de deslegitimar os processos eleitorais (vide caso da Venezuela). Foi ressaltada a importância do resultado da eleição boliviana, na conjuntura geral latino-americana e caribenha.

20. Foi destacada a importância de Mar del Plata e da posterior integração da Venezuela no Mercosul. Observou-se que, não obstante a derrota da ALCA em Mar del Plata, os EUA

seguem implementando os TLC.

21. Foi reafirmada a necessidade de um debate mais profundo sobre o caso do Haiti. Devido à ausência das organizações haitianas, o debate foi travado a partir de um informe detalhado feito por um especialista do PC cubano. Reafirmou-se a necessidade de uma solução política, econômica e social. O FSP organizará uma delegação ao Haiti.

22. Como parte da solidariedade a Colômbia, a próxima reunião do GT será realizada lá, sendo precedida de reuniões e atividades entre os partidos membros do FSP e as organizações políticas e sociais colombianas.

XIII Encontro do Foro de São Paulo

23. O XIII Encontro do Foro de São Paulo será realizado nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, em El Salvador.

24. O texto-base será redigido por uma comissão composta pelo Partido da Revolução Democrática, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista de Cuba e Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

25. O texto-base será debatido e aprovado nas reuniões que o GT fará na Colômbia (21 a 23/abril) e Uruguai (18 a 20/agosto).

26. O tema geral do XIII Encontro será “Integração latino-americana e caribenha”. Os dois sub-temas sugeridos são: o projeto de integração latino-americano e caribenho; e os desafios dos governos de esquerda e progressistas.

Agenda

Janeiro

- 24 a 29: FSM policêntrico Caracas.

Fevereiro

- Eleição em Costa Rica.

- Talvez visita do Grupo de Trabalho do FSP ao Haiti.

- Talvez reunião de organização do XIII Encontro do Foro de S. Paulo, em El Salvador.

Março

- Eleição em El Salvador.

- Eleição na Colômbia.

- Talvez visita ao Haiti.

- 15 e 16: seminário de seguimento das experiências de governo dos partidos do Foro de São Paulo, realizado no México, organizado pelo PRD e pelo Partido del Trabalho do México.

- 17, 18 e 19: Seminário “Los partidos y una nueva sociedade”, realizado no México, promovido pelo Partido del Trabalho (lospartidosyunanuevasociedade@yahoo.com.mx).

Abril

- Eleição no Peru.

- 20 a 23: Reunião do Grupo de Trabalho na Colômbia.

- 28 a 30: XIII Encontro Nacional do PT.

Maio

- Eleição na Colômbia.

- 8 e 9: encontro de editoras e revistas marxistas, em Cuba, promovido pelo Partido Comunista.

- 10 a 12: Encontro Internacional "Las luchas por el socialismo en el siglo XXI", realizado em Cuba e promovido pelo Partido Comunista.

- Proposta de reunião em Viena, entre partidos europeus e partidos do Foro de São Paulo.

Junho

- Comitê descolonização da ONU, sobre Porto Rico.

Julho

- Eleição no México.

- Aniversário da FSLN.

Agosto

- 18 a 20: Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de SP no Uruguai.

- Fórum meso-americano.

Setembro

Outubro

- Eleição no Brasil.

- Eleição no Equador.

Novembro

- Eleição na Nicarágua.

Dezembro

- Eleição na Venezuela

- 8 a 10: XIII Encontro do Foro de São Paulo, na cidade de San Salvador, El Salvador.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=23&even=Reunião%20em%20Havana%20(Cuba)%20-%20dezembro%20de%202005

REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL - 2005

DECLARAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Montevideo, diciembre 7 de 2005

A los Presidentes y Cancilleres de los países del MERCOSUR y asociados

Los pueblos de América Latina avanzan hoy con firmeza hacia su integración haciendo por fin realidad los esfuerzos de los próceres de nuestra independencia para lograr la unión continental.

En este Primer Encuentro de la regional Sur del Foro de Sao Paulo realizado en Montevideo los días 6 y 7 de diciembre de 2005 y en la Cumbre de Presidentes del MERCOSUR que se reúne en Montevideo el 9 y 10 de diciembre, se consagran muchas iniciativas que son decisivas para nuestra integración:

- La incorporación de Venezuela como miembro pleno del MERCOSUR, que significa que toda la costa atlántica de América del Sur se integra en un solo bloque regional de más de 250 millones de habitantes.

- La creación del Parlamento regional, que significa que de la unión económica y comercial se avanza en la integración política e institucional.

- La puesta en práctica de fondos estructurales y el anillo energético.

En la Cumbre de Mar del Plata se demostró que el MERCOSUR era capaz por primera vez de defender los intereses de la región frente a los planes de los países del norte, representados en el proyecto del ALCA, con el apoyo de la Cumbre de los Pueblos y una extraordinaria movilización.

Los partidos políticos de izquierda y progresistas tenemos una tarea fundamental en esta nueva etapa en que ciudadanos y ciudadanas de nuestros países deberán dar sustento a un MERCOSUR que defienda y profundice la democracia y la vigencia de los derechos humanos en la región. El respeto a la diversidad y el desarrollo de políticas activas contra la discriminación de todo tipo deberán ser base sustancial de este MERCOSUR ciudadano.

Saludamos los esfuerzos de nuestros gobiernos para desarrollar una política de paz para la región y el mundo, en contraposición a las políticas de guerra desplegadas por la potencia

hegemónica y asimismo manifestamos nuestra preocupación por la presencia de tropas y bases militares extranjeras en la región.

Consideramos fundamental la consolidación de la democracia y el respeto a la libre expresión ciudadana en los comicios a realizarse en la región, Chile y Bolivia en lo inmediato.

Finalmente nuestro MERCOSUR se seguirá ampliando hacia formas más profundas de integración latinoamericana, por el desarrollo económico y social, y hará más justa la distribución de la riqueza y defendiendo nuestros recursos naturales, estratégicos y el medio ambiente.

Viva la integración de nuestros pueblos!

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=152&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL – 2005

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E INTEGRAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Primer Encuentro Regional Sur del Foro de São Paulo

EL ROL DE LAS ORGANIZACIONES POLÍTICAS EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL

6 y 7 de diciembre de 2005

Montevideo, Uruguay

Introducción

1. Al cumplirse quince años de existencia del Foro de Sao Paulo, hemos dedicado varios de nuestros encuentros generales y regionales a estudiar y reflexionar sobre una de las principales tareas de la hora: LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Es así que en el Foro realizado del 1º al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo – Brasil, dedicamos gran parte de los debates y exposiciones a las raíces integradoras desde nuestras luchas por la independencia hasta nuestros días, así como las diferentes experiencias que han tenido como protagonistas a pueblos, líderes y gobiernos de nuestra América Latina.

2. También en El Salvador a principios de octubre de este mismo año, con motivo del 25º. Aniversario del FMLN, se realizó un Seminario denominado “Los Partidos Políticos en los procesos de Integración de los Pueblos”, en donde también se realizaron valiosas contribuciones a la problemática de la Integración latinoamericana, analizándose especialmente las alternativas de integración que están planteadas en la Región de Mesoamérica y Caribe.

3. Es así que llegamos a este Encuentro de Partidos Políticos de la Regional Sur del Foro de

Sao Paulo, donde vivimos una particular coyuntura, compuesta por la dinámica de la lucha política y social de cada país, por la articulación de esas luchas, movimientos y organizaciones en los ámbitos regional y continental, así como por el enfrentamiento a las políticas imperialistas impulsadas por los Estados Unidos. Un punto alto de este enfrentamiento fue la III Cumbre de los Pueblos y la IV Cumbre de las Américas efectuada en Mar del Plata, República Argentina, los días 4 y 5 de noviembre 2005. Esta se distingue radicalmente de las tres anteriores: la de Miami en 1994, en la que el presidente Bush padre lanzó el ALCA (Área de Libre Comercio de la Américas), proyecto hegemónico de predominio del imperio desde Alaska a la Tierra del Fuego, y las de Santiago de Chile y Québec. En Mar del Plata, por primera vez en una reunión panamericana EEUU fracasó en el intento de imponer su objetivo de hacer votar su proyecto: el ALCA. Los 4 países del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), actuando en forma mancomunada con Venezuela, todos a través de sus máximos representantes, echaron por tierra los intentos de Washington puestos en marcha a través de México, Canadá y posteriormente Panamá. Un hecho relevante consiste en que los opositores al ALCA hicieron conocer los videos de las sesiones de la Cumbre, en que aparece claramente definida la posición de cada participante, contribuyendo así a poner fin a la diplomacia secreta y a los acuerdos de trastienda en las relaciones internacionales. Por otra parte, el hecho de que se hayan incluido las dos posiciones discrepantes en el documento final ha sido considerado como “algo inédito en las cumbres”. Mar del Plata exhibió a EEUU más aislado que nunca en el plano internacional, en este caso en América Latina, considerada por los geopolíticos del Pentágono como su “patio trasero”. Esto se suma a los reveses sufridos previamente por la diplomacia yanki en la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (14 y 15 de octubre) en que se votó por unanimidad contra el bloqueo a Cuba y por la extradición del archicriminal Luis Posada Carriles, protegido por el gobierno de Bush; y en la propia Asamblea General de la ONU del 8 de noviembre, en que 182 países contra 4 reclamaron el cese inmediato del bloqueo a Cuba. Se agrega también el hecho de que EEUU fue incapaz de imponer su candidato a la secretaría general de la OEA y que sus tres personeros sucesivos fueron rechazados. Esto coincide con el momento en que la popularidad de Bush está en su punto máximo de declive en el plano interno y se acrecienta en todos los órdenes el movimiento que reclama poner fin a la guerra en Irak y traer a las tropas de vuelta a casa. En Mar del Plata se fortaleció el MERCOSUR, por obra de la acción concertada de sus 4 integrantes y de Venezuela, en vísperas del ingreso de este país hermano como miembro pleno de la institución sureña. La derrota de los Estados Unidos se debe, en parte, al hecho de que en varios países, las fuerzas políticas de izquierda y progresistas han accedido al Gobierno, como son los casos de Brasil, Uruguay, Argentina, Chile y Venezuela. Se une a esta situación, la cercana posibilidad de varios partidos políticos de izquierda por acceder al gobierno en próximas elecciones así como lo positivo del crecimiento de las fuerzas de izquierda en muchos países de nuestra región.

4. “Por estas razones, nos encontramos en inmejorables condiciones para profundizar e impulsar los anhelos de integración que son la base de nuestras sólidas relaciones políticas interpartidarias y fundamentan la propia existencia del Foro de Sao Paulo, a lo largo de estos 15 años”, afirmamos ya en el documento guía del debate elaborado para el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en el mes de julio. La aspiración por la unidad latinoamericana tiene sus raíces en las luchas de liberación desplegadas en el siglo XIX y se prolonga en las luchas democráticas, populares y socialistas del siglo XX A lo largo de estos doscientos años, las propuestas populares de unidad latinoamericana convivieron y entraron en conflicto con propuestas de “integración” impulsadas por las oligarquías dominantes y por gobierno conservadores. Lo característico de la actual coyuntura, es que se han agotado las propuestas

de integración como proyecto mercantil. El crecimiento y acumulación de las fuerzas progresistas y de izquierda regionales se produce en un contexto donde se desarrollan y profundizan experiencias integradoras, basadas en una integración impulsada por gobiernos y pueblos, dotadas de otro contenido político, económico y cultural, propuestas nacidas en etapas de auge neoliberal (el MERCOSUR) y otras posteriores a las graves crisis económicas sufridas en la región, como lo es la Comunidad Sudamericana de Naciones, siendo ambas expresiones del sentimiento común de que **“solos no podemos lograr el objetivo fundamental de superar el subdesarrollo y lograr satisfacer todas las necesidades de nuestros pueblos”** (Documento guía, pág. 20). En ésta coyuntura favorable, con procesos de integración transitando múltiples aciertos y dificultades, acuerdos y desacuerdos se hace impostergable que las Organizaciones Políticas con acento progresista y de izquierda reflexionemos sobre nuestro rol a desempeñar en función de aportar en la construcción de los instrumentos de integración política para avanzar en **“la resolución de problemas, partiendo de nuestras propias fuerzas, reservas y experiencias, sin intervención de países u organismos fuera del Continente”** (Ibíd. Pág. 21).

5. En este documento, al principio retomamos todo el capítulo sobre el MERCOSUR que fue editado en el Documento del XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en julio por considerar que expresa correctamente lo acontecido desde su creación a la actualidad, enumerando algunas de las problemáticas actuales. Intentaremos también, profundizar en el papel de nuestras Organizaciones Políticas en la construcción y desarrollo del futuro Parlamento mercosuriano, así como en el impulso y promoción de la INTEGRACIÓN en todos los planos posibles y necesarios. Al final, intentaremos sentar las bases de un ámbito de coordinación e intercambio de la Secretaría Regional Sur del Foro de Sao Paulo, que tenga continuidad y contribuya verdaderamente con este proceso en marcha.

La experiencia del MERCOSUR

6. La integración se presenta, en los años 80, como respuesta regional a la tendencia general, con la conformación de grandes agrupamientos de Estados en relación, a los nuevos centros de poder político y económico. Este es el sentido del acuerdo firmado, entre los gobiernos brasileño y argentino, a mediados de los 80. Pero, a proximidad de la caída del llamado socialismo real, Estados Unidos propone a través del Presidente Bush (padre), inspirado en la Alianza para el Progreso, instrumentar una propuesta actualizada de la Iniciativa para las Américas, buscando de esta manera consolidar su influencia en América Latina. Es en este contexto que toma impulso el MERCOSUR. Este bloque regional, tiene su origen con la firma del Tratado de Asunción el 26 de marzo de 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Se pone en práctica de esta manera una política económica de largo plazo, que apuntaba a consolidar una zona de libre comercio, una unión aduanera y un proceso de avance hacia un mercado común.

7. La democratización de los regímenes políticos del Cono Sur favoreció los cambios en la tendencia histórica de rivalidades entre Brasil y Argentina, los países mayores del bloque,

habilitando a sus gobiernos a plantearse una política regional conjunta. Si bien ésta se pensó como la posibilidad de una economía complementaria, gradual y sectorial, avanzó finalmente en el sentido de privilegiar las relaciones comerciales, en el marco de la perspectiva llamada de "regionalismo abierto". Las consecuencias de implementación de ese modelo en el MERCOSUR, pautado por los imperativos del libre mercado, fueron sentidas a lo largo de los noventa en toda la región. En función de las políticas neoliberales dominantes, se realizaron cambios profundos en las economías de cada uno de los países, llevando al cierre de industrias, al desempleo de millones de trabajadores, a la profundización de la pobreza y a la privatización de las empresas del Estado, cuyo ejemplo más claro fue el de Argentina, donde la aplicación del modelo a rajatabla, llevó a la crisis política y social a partir del año 2000, extendiéndose a Uruguay posteriormente. Las dificultades de consolidar el proyecto de integración tuvo como causa principal la opción de utilizar al MERCOSUR como plataforma para reducir las resistencias internas al proceso de apertura comercial, sin ofrecer alternativas institucionales en políticas comunes capaces de atender las asimetrías procedentes de todo proceso de intensificación de intercambio comercial.

8. Este MERCOSUR de los años noventa terminó. En la actual coyuntura, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay tienen una visión diferente sobre la integración, formulada en proyectos de desarrollo con políticas públicas activas. Como dicen los especialistas, es el pasaje de una integración negativa hacia una integración positiva, lo que significa principalmente, centrar el proyecto en las potencialidades de complementación productiva, en la implementación de políticas comunes de reconversión económica y el establecimiento de instituciones que le den un marco de regulaciones que permitan la implementación de un mercado común con libre circulación de personas, bienes, capitales y servicios en un plazo de tiempo razonable. El MERCOSUR se encuentra en una fase de negociaciones, luego de aprobarse los objetivos 2004 – 2006, requiriendo de los gobiernos una gran capacidad de negociación, innovaciones y propuestas, como las reflejadas en los documentos ya suscritos por los presidentes Lula y Kirchner que son el "Consenso de Buenos Aires" de octubre del 2003 y el "Acta de Copacabana" de febrero del 2004, con avances posteriores en la Cumbre de Ouro Preto II donde se dio impulso a la creación del Parlamento del MERCOSUR, y en la reciente Cumbre realizada en Asunción. En ésta última se acordó la formación de un "anillo energético" para abastecer a varios países del continente sudamericano y la creación del Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) para combatir asimetrías económicas entre los países miembros.

La nueva institucionalidad del MERCOSUR

9. El acceso de Lula al gobierno del Brasil en el año 2002 y el de Kirchner en Argentina en el 2003 implican la consolidación de un eje Argentina Brasil que actúa como un elemento dinamizador del proceso de integración regional. Se da entre ambas naciones un acercamiento programático que se concreta con la firma del Consenso de Buenos Aires en octubre del 2003 al que se alinea informalmente el gobierno paraguayo y que resiste el entonces gobierno uruguayo presidido por Batlle. Fruto de esta coordinación programática que se da entre los Gobiernos de Argentina y Brasil es que se puede afirmar que se comienza a analizar seriamente la instrumentación de una nueva institucionalidad como soporte de un nuevo modelo de integración regional. El embrión de esta nueva institucionalidad se esboza claramente en la cumbre de Asunción del 2003 en donde se presentan tres documentos de vital importancia:

Objetivo 2006 presentado por Brasil, el cual está integrado por el Programa político, económico, social y cultural, el Programa de Unión Aduanera, el Programa Base de mercado Común y el Programa de la Nueva Integración.

El Instituto Monetario del MERCOSUR que introduce una propuesta gradualista para la concreción de una moneda común dentro de plazos viables y negociados, propuesta ésta presentada por la Argentina.

Tratamiento de Asimetrías, propuesta presentada por Paraguay, en la que se plantea la necesidad del reconocimiento de las asimetrías económicas y sociales, con un consiguiente trato diferencial para los países más pequeños del bloque.

10. En la **nueva Agenda, propuesta por los gobiernos,** los puntos que tienen más relevancia desde el punto de vista económico son:

- La coordinación macroeconómica y tributaria.

- La complementación productiva, la cual se instrumentará a través de los Foros de Competitividad y que implica el surgimiento de **cadenas productivas mercosureñas**.

- Complementación en materia de infraestructura de uso común.

- Complementación en materia integración energética.

- Libre circulación de personas.

- Reconocimiento de las asimetrías y flexibilidades en especial con los socios menores del acuerdo.

- Negociación Internacional como bloque y con una única voz ante terceros y en el seno de los foros internacionales.

- En los mismos discutiremos los contenidos de la Agenda de la OMC en la cual hay temas que tanto afectan a nuestras economías, como lo son por ejemplo el tema de los subsidios agrícolas, el tema de las compras gubernamentales, o el tema de la propiedad intelectual.

- Estrategia comercial conjunta, que busca la interlocución con otros bloques, no solo con los EE.UU. y la Unión Europea, sino que busca también negociaciones con China, Japón, Sudáfrica, Rusia y con los Países Árabes.

- Estrategias de financiamiento intrazonal, pensando en la creación de bancos, tanto de fomento o inversiones como de un Banco Central. Incorporación de nuevos socios al acuerdo, consolidando gradualmente la unidad latinoamericana.

- Nueva Institucionalidad.

11. Ninguno de los temas de esta Agenda es fácil de abordar, todos presentan problemas y contradicciones, la superación y resolución de los mismos demandarán mucha negociación política. Particularmente complejo, es el desafío de repartir la riqueza, camino señalado por nuestros Partidos, como el único capaz de superar realmente la pobreza, que alcanza a la mitad o más de la población del continente. También por esto, necesitamos un MERCOSUR que se oriente a una nueva institucionalidad, que supere las deficiencias del originario del 91. Necesitamos un nuevo formato, que supere el ínter gubernamentalismo y apunte, en forma gradual hacia una estructura de carácter supranacional, tema éste tan temido como malentendido. El término supranacionalidad denota una cualidad a la que deben propender las organizaciones internacionales que persiguen la integración económica de sus miembros. Estos, no solo están dispuestos a cooperar limitando sus competencias, sino que, dando un paso más, las transfieren a las instituciones de la organización a las que dotan de un poder normativo capaz de producir efectos jurídicos vinculantes de forma automática y uniforme en el orden interno de los Estados miembros, incluso con un rango jerárquico superior al de sus leyes. La estrategia para lograr la plena integración implica la adopción de una táctica gradualista.

12. Estamos hoy inmersos en una coyuntura regional en la cual se han operado modificaciones políticas de fundamental importancia que empujan a la reforma, el único gobierno del bloque (el del Dr. Jorge Batlle) que se opuso a este renovado giro del MERCOSUR tuvo una derrota electoral histórica. El gobierno de Tabaré Vázquez en el Uruguay ya ha puesto en práctica su alineamiento con las políticas seguidas por Brasil y la Argentina en materia de integración regional. Somos concientes de que persisten los viejos lobbies anti-MERCOSUR y que se han generado nuevos. Sabemos también que el imperativo de las exigencias acrecentadas de sociedades nacionales profundamente heridas por la crisis obligan a los gobiernos a tomar medidas que dañan el MERCOSUR. Son estos obstáculos que deberemos superar. Creemos que debemos aprovechar esta oportunidad que hoy se nos presenta, estamos plenamente convencidos que nuestros países no tienen salida en solitario. Tenemos que luchar por tener un lugar en el mundo desde el cual podamos incidir y desarrollarnos económicamente para así poder dar satisfacción a las demandas de nuestras sociedades empobrecidas. Esto solo lo lograremos si actuamos en bloque y para que éste se consolide es imperioso dotar de una nueva institucionalidad al MERCOSUR. Y esta solo podrá ser alcanzada en la medida en que existan la convicción y voluntad política necesarias. El futuro del MERCOSUR se decide en clave política.

Actualidad del MERCOSUR

13. El MERCOSUR tiene una tarea fundamental por delante: consolidarse y ampliarse efectivamente. Es sabido que el MERCOSUR se ha relanzado en una gran cantidad de oportunidades. Es sabido, también, que enfrentamos aún la cuestión de las trabas y salvaguardas bilaterales. Estos problemas serán superados en la medida en que se vuelva hegemónica, en los gobiernos y en los pueblos de la región, la concepción del MERCOSUR

como unidad política, económica y cultural. Este es el camino que viabilizará las políticas capaces de enfrentar, las asimetrías existentes entre las economías de la región.

14. En la profundización social seguimos, hasta hoy, en una vía muy elocuente en lo declarativo pero sin llevarlo a la práctica. No hemos podido, con gobiernos progresistas, superar las múltiples trabas de las burocracias nacionales a las que cotidianamente nos enfrentamos. Esto es muy fácil de comprobar a las dificultades en firmar acuerdos con Venezuela y a las trabas que se le coloca al Grupo de Alto Nivel de Empleo donde la reticencia a la participación tripartita estuvo presente a pesar de que éste grupo fue una propuesta de los trabajadores. Otro ejemplo podemos encontrar en la escasa previsión que se ha hecho para contribuir con fondos presupuestados a los Fondos de Convergencia del MERCOSUR. De todas formas, existe cierto convencimiento ya aceptado que solamente con el MERCOSUR comercial no alcanza y eso ha permeado todo el proceso, el problema se encuentra en cómo instrumentar una vía diferente.

15. Los Partidos de la región del Foro de Sao Paulo, observamos que los gobiernos progresistas les cuesta dejar el compás marcado por las oligarquías nacionales y cambiar el rumbo de este proceso. Para esto, deben profundizar el intercambio con la ciudadanía. De igual forma, es a través de la concientización y movilización política que superaremos las trabas a las que se está enfrentando, el parlamento del MERCOSUR. Tratase de construir una cultura y ciudadanía MERCOSUR, siendo necesaria una publicación de alguno de los actores sociales de la región para traspasar fronteras, no importa si es “pro-integración”, gratuita o busca tender lazos culturales.

16. Con respecto a la ampliación, cabe resaltar dos aspectos importantes.

El primero es la asociación con Venezuela, ya que esta nación hermana puede aportar mucho a la región. Aún no está claro las condiciones en que se dará tal asociación, pues lo que sabemos es que llevará un trámite largo. En este caso Venezuela entra como miembro pleno pero debemos detallar la relación que mantenemos con los diferentes miembros asociados que al día de hoy poseemos y racionalizar los diferentes foros de negociación y acuerdo político que mantenemos, caso contrario se dificulta sustentar la política exterior del bloque.

17. **El segundo** aspecto está referido a las dificultades para encontrar una política exterior común al bloque, cuya potencialidad se reveló en Mar del Plata.

18. El MERCOSUR actualmente tiene muchísimas negociaciones iniciadas, algunos tratados marco firmados y casi nulas concesiones y facilidades prácticas. No cabe ya casi ni mencionar la dificultad para acordar en algunos foros internacionales. **Un avance** en este sentido sin duda está centrado en dos negociaciones importantes: la propuesta agrícola del G-20 en la OMC y la propuesta conjunta de Argentina y Brasil para las negociaciones de los bienes no agrícolas. También la ya mencionada postura de todo el MERCOSUR con respecto al Área de Libre Comercio de las Américas. En la Cumbre de las Américas se denunció a fondo la política de EEUU en materia de subsidios, por ejemplo en la producción y comercialización del arroz, que lo enfrenta en un litigio con Brasil. Por su parte Brasil, bajo cuya iniciativa se gestó el G-20 junto a la India, Sudáfrica, China y contando con la adhesión de Uruguay, va a impulsar la

lucha en Hong Kong, demostrando los efectos funestos de esta política en un continente en el cual 222 millones de habitantes (el 43% de su población total de 512 millones) viven en la pobreza, y uno de cada cinco son indigentes: no alcanzan a cubrir siquiera la alimentación básica.

La integración regional en clave mercosuriana

19. La reflexión de este encuentro está centrada específicamente en la problemática de la integración. Las problemáticas, trabas, marchas y contramarchas nos demuestran que ésta tiene una dimensión plural, por su propia complejidad y multiplicidad de aspectos. El MERCOSUR, más allá de lo comercial, implica la necesidad de un avance en lo político, cultural, social e incluso productivo. Es cada vez más imperioso que lo "mercosuriano" como problema y nivel de análisis, no como utopía, cruce la reflexión y la progresiva integración de todas esas dimensiones. La construcción de un proyecto político, cultural, social y económico de integración es un desafío complejo y plagado de dificultades reales.

20. Exige para su concreción, la imprescindible reflexión y acción por parte de todos los actores sociales y políticos implicados en la construcción de un MERCOSUR más consistente. De no producirse insumos sistemáticos, creíbles y estructurados, se corre el riesgo de imposibilitar un MERCOSUR más profundo y trascendente, fortaleciéndose otro esencialmente comercial, de carácter "neoliberal" y con enormes debilidades del punto de vista de una integración real. Este proyecto de construcción político, social, cultural y económico, es un desafío difícil y complicado, habiendo múltiples factores que lo traban. Más que nunca, hoy queda claro que la suerte del MERCOSUR está más guiada por la voluntad política de los liderazgos coyunturales, que por un destino geográfico manifiesto.

21. La victoria de Kirchner, de Lula, de Tabaré Vázquez, parecen estar favoreciendo ampliamente el proceso de integración, en un momento que el MERCOSUR parecía "enterrado". Es en la negociación entre varios actores que se construye la estrategia, no dependiendo únicamente de la voluntad política de algunos (por ejemplo.: los gobiernos) Las opciones de integración que expresan los elencos políticos de nuestros países son, a menudo, contradictorias. La pregunta, más allá de las voluntades políticas manifiestas de los elencos gubernamentales, es ¿cuál es la base política de la integración regional en la coyuntura actual?.¿Qué de este cuadro político e institucional favorece el proceso de integración y qué tipo de integración privilegia?

22. En casi todos nuestros países, constatamos que el empresariado es quien articula este proceso, entiende mejor las reglas del juego, tratando de influir en el proceso de integración con continuidad. Los actores sociales, políticos y jurisdiccionales están generalmente muy atrasados. Una excepción son las centrales sindicales, pero en los equilibrios sociopolíticos actuales, tienen un margen reducido de influencia en las decisiones principales.

23. Está en juego un proyecto sociocultural y geopolítico, y la coyuntura es favorable para un relanzamiento del MERCOSUR, dada la orientación de los gobiernos de Lula , Kirschner y Tabaré pero esto es así, si no se la desperdicia priorizando intereses nacionales sin compatibilizarlos con la dimensión regional. Sobre todo en base al peso de Argentina y Brasil en el bloque regional. Brasil, que es el país con más fuerza en el MERCOSUR, decide darle

prioridad a su estrategia de integración: el MERCOSUR, para negociar hacia afuera, para crear un mercado regional más integrado, políticas productivas, políticas de financiamiento regional, un parlamento común, y algunas instituciones supranacionales. El gobierno argentino va acompañando en buena medida, también este enfoque. Existe hoy un momento particularmente especial al que se suma Uruguay. En la salida a la crisis por la que evidentemente atraviesa la región, es fundamental en el mediano plazo, sumar nuestras fuerzas en un planteo regional (Brasil, Uruguay, Argentina y Paraguay, al que deberían sumarse los países asociados). Cabe destacar, y esto es de gran importancia, que no hay MERCOSUR sin un acuerdo político entre Argentina y Brasil, y es en este sentido que Uruguay, como pequeño país depende del mismo.

24. Es un hecho que en América Latina, los diferentes países presentan hoy espacios económicos muy pequeños para lograr acceder a un proceso de desarrollo moderno. Brasil, es quien más se aproxima a un espacio natural de desarrollo en las condiciones actuales, Esto, que se dificulta en lo que refiere al país más grande de la región, pareciera que sí es posible si la combinación de los cuatro países del MERCOSUR pueden generarla.

25. Existen posibilidades de construcción de un MERCOSUR alternativo al modelo de una zona de libre comercio; un MERCOSUR dinámico, capaz de generar un polo de desarrollo en esta región del mundo, pero no se trata de una tarea fácil. Es conveniente y necesario que profundicemos la discusión entre nosotros, en torno a lo que claramente queremos, y que encontremos el modo de hacerlo. Este es un problema esencialmente político, porque no existe claridad en el cómo hacerlo, ni en el rumbo que se debe tomar, así como sortear las resistencias que tenemos en puntos absolutamente heterogéneos en el espacio político y económico. El MERCOSUR tiene para nosotros un carácter político estratégico y es nuestra voluntad política desarrollarlo y profundizarlo, y a la par entendemos que no debe acotarse exclusivamente a establecer un espacio comercial común, esta visión sin lugar a dudas ha sido uno de los factores que más ha debilitado al bloque.

Otra vertiente integradora: la Comunidad Sudamericana de Naciones

26. Desde el año 2004, en la ciudad de Cuzco comenzó a funcionar la Comunidad Sudamericana de Naciones, conformada por dos bloque sudamericanos: la Comunidad Andina de naciones y el MERCOSUR. Hasta ahora, la CSN ha tenido también un énfasis comercial y de inversiones, acordándose en la última reunión de Brasilia, la construcción de infraestructura carretera que una el Atlántico con el Pacífico y la financiación del gasoducto que abarcaría desde Venezuela a los países del sur, con miras a la consolidación del “Anillo Energético” de gran importancia futura. Si bien esto es positivo para nuestros países, debería estar acompañado de la profundización de una Agenda social y política que profundice la fortaleza e integración del MERCOSUR.

El MERCOSUR y el ALCA
Los desafíos para las Organizaciones
progresistas y de izquierda en América Latina

27. El proyecto liberal se debilita en el continente y un proceso de transformación político, social y económico emerge con grandes dificultades por la grave herencia de la década liberal. Un clima político de cambio se despliega en la región, que contrasta con el panorama

conservador predominante hace una década. Asistimos a una reestructuración política en América del Sur por la cual los viejos partidos tradicionales se debilitan y emergen nuevos partidos. Las viejas opciones presentan una creciente deslegitimación ante la ciudadanía. En varios países las opciones liberales y conservadoras, partidos o fracciones de partidos, pierden peso electoral o tienen serias dificultades, como se ha_visto en recientes contiendas electorales, frente a coaliciones progresistas o nuevos partidos. Sin embargo debemos observar que este debilitamiento no siempre va acompañado del crecimiento organizativo de las opciones de signo progresista y de izquierda.

28. Debemos apostar al fortalecimiento de los partidos progresistas y de izquierda en Latinoamérica como condición fundamental para la consolidación y fortalecimiento de la democracia en la región y de los procesos de transformación social y económica en curso. Solo con partidos políticos fuertes y consolidados, actuando por los canales de expresión de la diversidad ciudadana, desarrollaremos democracia y aseguraremos un camino de transformación. Se trata de construir una nueva tradición, un nuevo estilo político-partidario para América Latina, recogiendo todas las tradiciones de cambio que han nutrido nuestra historia.

29. La integración de los pueblos latinoamericanos es un objetivo histórico fundamental, responsabilidad que recae en gran medida en la capacidad política de nuestros partidos de liderar la misma. **Esto acrecienta nuestra_responsabilidad en el fortalecimiento de los partidos.**

30. Otro aspecto en el que se hace necesario avanzar, y en el que hay grandes déficit a nivel de la Región, es el de la coordinación y profundización de organismos conformados por las Organizaciones Políticas interesadas y comprometidas con la Integración, ya que si bien existen excelentes relaciones bilaterales entre muchas de las organizaciones políticas en los diferentes países que conforman el MERCOSUR, no hay ámbitos estables de coordinación, de reflexión y capacidad de aportes y propuestas concretas, a semejanza de las organizaciones sociales que funcionan regularmente. Es un reto que debe quedar planteado para aquellas fuerzas políticas que integran el Foro de Sao Paulo, muchas de las cuales poseen responsabilidades de gobierno en varios países de la región.

Relacionamiento de partidos de izquierda en la región

31. Debemos pensar el proceso de integración en forma permanente desde los partidos, así como lo hacen los movimientos sociales, los empresarios, etc. Las posibilidades de este proceso **dependen** en gran medida del **impulso que se le dé desde los gobiernos** y **los partidos políticos**. Los sectores conservadores tienen un proyecto de integración fundamentalmente comercial. La izquierda y el progresismo de la región deben profundizar su nivel de formulación de un proyecto de desarrollo regional. Estamos anclados aún en nuestro análisis político y de formulación de propuestas económicas en los marcos del Estado-nación, y por consiguiente la capacidad de formulación de propuestas para los marcos regionales se ve afectada. Debemos dar un salto teórico para imprimirle efectivamente al proceso de integración un nuevo signo, lo que nos exige redoblar esfuerzos.

32. Para asegurar un camino de transformaciones debemos afinar también el **relacionamiento ínter partidario a nivel regional**. Los intercambios pueden estar circunscritos al relacionamiento personal de dirigentes y gobernantes, pero también debemos estructurar un modo de relacionamiento institucional de los partidos donde éstos se alimenten mutuamente y se elaboren propuestas con mayor concreción. Las transformaciones implican **desafíos institucionales**, como la instalación de un **Parlamento de escala regional**, lo que nos exige explorar nuevas formas de relacionamiento político- partidario que permitan un flujo de intercambio permanente en la región. Este intercambio y cooperación requieren de la formación de una **Secretaría Regional del Foro de San Pablo dinámica, que coordine permanentemente propuestas y acciones.**

33. La Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo realizará una reunión semestral de consulta y debate político, alternando el país sede.

34. En el año 2006, la Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo promoverá:
a. Un Seminario de seguimiento de las experiencias de los gobiernos de izquierda y progresistas de la región.
b. Un seguimiento de la situación política de Paraguay y Bolivia.
c. Un festival político – cultural en Diciembre de 2006.
d. Apoyar la coordinación para el Foro Social Mundial de Caracas, que el Grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo tiene planteada.
e. Incentivar la participación de los Partidos de izquierda y progresistas en los Foros parlamentarios.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=151&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - 2005

AGENDA DE ATIVIDADES E ACORDOS

AGENDA DE ATIVIDADES PARA OS MESES QUE RESTAM DO ANO DE 2005

Região meso-americana

Maio

1º. de maio: Marcha em todos os países

13, 14 e 15: Atividade UD de Honduras para estruturar sua campanha eleitoral

15: Dia da solidariedade com o povo da Palestina

Inauguração do busto de Yasser Arafat em El Salvador

26, 27 e 28: Encontro na Costa Rica da plataforma sindical comum

Junho

Jornadas de solidariedade de Bolívar e suas lutas

Julho

1º. a 04: Encontro do Foro de São Paulo

19: Aniversário da Revolução Sandinista

22: Evento para conhecer e discutir a ALBA

23 e 24: Encontro parlamentar centro-americano

26: Cuba assalto ao quartel Moncada

Agosto

05 e 07: Assembléia ANN

19: Encontro de mulheres de partidos de esquerda em Honduras

20 e 21: Reunião meso-americana em Honduras.

22: V Conferência de mulheres de partidos políticos de esquerda na Guatemala

23: Aniversário cruzada de alfabetização na Nicarágua

23 e 24: Fórum de partidos políticos do PARLACEN na Guatemala

Setembro

15: Independência Morazânica. Todos os países.

25: II Congresso da URNG

Outubro

07 e 08: Seminário Foro de São Paulo no marco do 25º. aniversário da FMLN

08: Comemoração do assassinato de Che em todos os países

08: y 11 Atividades no marco do 25º. aniversário da FMLN

Novembro

11 e 17: Evento de resgate dos acordos de paz de El Salvador, no México

25: Dia da não violência contra a mulher

27: Aniversário do assassinato dos companheiros da FDR em El Salvador

27: Eleições gerais em Honduras

29: Dia nacional do povo palestino em todos os países

Dezembro

Sem data: Convenção da FMLN para lançar os candidatos a cargos públicos

OS ACORDOS SÃO OS SEGUINTES:

1. 1º. de maio se concorda incluir na celebração a saída política diplomática na Colômbia

2. Que El Salvador coordene para mobilizar os meso-americanos nos EUA contra a ratificação do TLC:

- Promover um recurso de inconstitucionalidade no âmbito regional.

- Acordar presença de parlamentares em audiência do Congresso dos Estados Unidos sobre o TLC.

- Que os governos locais façam pronunciamentos contra o TLC e enviá-lo ao Congresso.

- Participação nos eventos na Costa Rica sobre o TLC.

3. A incorporação das mulheres no espaço meso-americano.

4. Criar um correio ou página web meso-americano.

5. A FMLN coordena a Secretaria por um ano.

6. Acompanhar o processo eleitoral de Honduras.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=100&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA – 2005

RESOLUÇÃO

Declaração Política

Os Partidos políticos da região meso-americana: FMLN de El Salvador, FSLN da Nicarágua, UD de Honduras e ANN e URNG da Guatemala, membros do Foro de São Paulo, reunidos em Antigua, Guatemala, nos dias 23 e 24 de abril do 2005:

1. Ratificamos o compromisso dos partidos que formamos o Foro de São Paulo na luta política e social pela democracia real e justiça em cada um de nossos países, pelo direito à autodeterminação de nossos povos, pelo direito à liberdade de organização e mobilização, à liberdade de pensamento e expressão na busca permanente pela paz na América Latina e Caribe, pelo qual nos pronunciamos contra a tendência de criminalizar, de parte dos governos, às organizações e mobilizações sociais e condenamos as ações legislativas e de repressão que se levantam em cada um dos países da região.

2. Em vista da transcendência econômica e do caráter estratégico que os tratados comerciais têm para o futuro de nossas nações centro-americanas em geral, e somando-nos à preocupação expressada pelos grêmios empresariais e campesinos, mulheres e jovens, sindicatos, igrejas, universidades e outros setores da sociedade civil da região, condenamos a forma em que foram negociados, aprovados e ratificados pelos governos e algumas assembléias legislativas da região centro-americana os Tratados de Livre Comercio entre República Dominicana, América Central e Estados Unidos de América (TLC-RD-CA-EUA/ RDCAFTA), por considerar que ditos tratados são inconstitucionais, violam a soberania de nossos países e são lesivos aos interesses de nossos povos e que só favorecem as grandes empresas transnacionais e as oligarquias locais. Por tal motivo, manifestamos nossa convicção de que é necessário revisar o pacto e que se deve evitar a ratificação dos TLC nos países onde ainda não foram ratificados. Comprometemo-nos a impulsionar e coordenar todas as ações jurídicas e sociais a nosso alcance para ter maior capacidade de incidência na América Central e no Congresso e Senado dos Estados Unidos.

3. Estamos profundamente preocupados pelos níveis de militarização e desenvolvimento da guerra na Colômbia, impulsionados como parte do Plano Colômbia, que incide nos níveis de violência e violações aos direitos humanos e constituem a ameaça cotidiana à estabilidade social e política para toda a região andina. Manifestamos nosso pleno respaldo político à delegação parlamentar do Foro de São Paulo, que visitará a Colômbia com o fim de contribuir com a busca de uma solução política negociada ao conflito armado interno

que há várias décadas afeta esse povo, e nos comprometemos a seguir trabalhando nessa direção.

4. Expressamos nossa solidariedade com o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, ante os abusos e manobras que os setores de poder econômico e político da direita programaram contra o pré-candidato presidencial, Chefe de Governo do Distrito Federal, Andrés Manuel López Obrador. Além disso, enviamos a nosso partido irmão uma saudação por seu recente aniversário de fundação e a realização de seu Congresso.

5. Reiteramos nossa indignação e condenação pela posição dos governos centro-americanos, que na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra votaram alinhados à posição estadunidense de condenação à República de Cuba. Ratificamos nossa gratidão pelas imensas mostras de solidariedade que esse povo manifestou aos povos de nossa região e nos comprometemos a elevar as ações de solidariedade para o reconhecimento dos avanços da heróica revolução cubana.

6. Saudamos o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) de El Salvador, por cumprirem este ano 25 anos de luta e compromisso social, pela democracia real e a autodeterminação dos povos.

7. Saudamos ao povo e Governo da República Bolivariana de Venezuela por ter derrotado há três anos o golpe de estado, impulsionado por a direita que se opõe à revolução pacífica que impulsiona o Presidente Hugo Chávez. Comprometemo-nos a integrar o esforço de construção da ALBA, como a alternativa para a integração de nossos povos. Saudamos a realização, no próximo mês de agosto, do XVI Festival da Juventude e Estudantes, em Caracas.

8. Expressamos nosso reconhecimento e solidariedade aos partidos políticos e organizações populares de Equador que saíram às ruas na luta pela defesa de sua dignidade e que logrou depor o ditador Lucio Gutierrez e reivindicar os direitos dos povos desse irmão país. Também demandamos aos governos e à OEA o respeito ao direito da autodeterminação do povo equatoriano.

9. Expressamos nossa preocupação pelo aprofundamento da guerra de ocupação no Iraque. Fazemos um chamado ao Governo de El Salvador para retirar suas tropas de ocupação que violam todos os direitos do povo iraquiano.

10. Continuamos vigilantes sobre o Processo de Paz na Palestina, comprometendo-nos a continuar as ações de solidariedade pelo direito à autodeterminação e à paz do povo palestino.

11. Denunciamos a incapacidade das instituições dos estados da região meso-americana no combate aos níveis de violência e assassinatos das mulheres e jovens. Comprometemo-nos a desenvolver ações de respeito aos direitos humanos das mulheres e jovens e para a aplicação da justiça nestes casos.

Reivindicamos o papel que os partidos políticos de esquerda tivemos na democratização de nossos países e a contribuição que estamos fazendo para construir uma esperança de mudanças em nossos povos.

Os partidos do Foro de São Paulo da região meso-americana agradecem à URNG e ANN, da Guatemala, pelo esforço e êxito na organização deste foro.

Antigua, Guatemala, 24 de abril do 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=99&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

DOCUMENTO BASE

INTRODUCCION

En enero de 2007, en El Salvador, tendrá lugar el XIII Encuentro del Foro de São Paulo. El tema general del XIII Encuentro será “la nueva etapa de la lucha por la integración latinoamericana y caribeña”. Este tema será abordado desde cuatro ángulos complementarios:
a) las respuestas alternativas al neoliberalismo, en el ámbito político, social y económico;
b) el colonialismo, la ingerencia imperialista y los acuerdos de paz;
c) la seguridad hemisférica: el crimen organizado, el narcotráfico, el terrorismo y la militarización;
d) la relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y los gobiernos de izquierda y progresistas.

El documento base de este XIII Encuentro fue elaborado por una comisión designada por el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo. Integran dicha comisión las siguientes organizaciones: el Partido de los Trabajadores (Brasil), el Movimiento V República (Venezuela), el Frente Farabundo Martí (El Salvador) y el Partido de la Revolución Democrática (México).

El texto que se presenta a continuación hace, en primer lugar, un recuento de los Encuentros del Foro; luego, un breve análisis de la coyuntura mundial y, enseguida, de la situación latinoamericana y caribeña, donde se destaca la nueva etapa que se vive a partir de los resultados electorales de la izquierda en el año 2006.Enseguida, tratamos de abordar cada uno de los puntos que componen el temario del XIII Encuentro. Intentamos sistematizar el debate acerca de las estrategias, tácticas y programas adecuados para enfrentar esta coyuntura. Y, finalmente, planteamos algunas propuestas para mejorar el desempeño del Foro de Sao Paulo, en este momento histórico que vivimos, muy diferente de aquél, cuando se creó, hace más de 15 años.

Estamos convencidos de que este encuentro demostrará que el espacio plural del Foro de São Paulo sigue siendo extremadamente útil para todas y cada una de las organizaciones que participan de él y que se volverá a refrendar la voluntad política para llevar a cabo cada vez más acciones comunes.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/introduccion.htm

DOCUMENTO BASE

EL FSP: MAS DE 15 AÑOS DE UNIDAD EN LA LUCHA

El XIII Encuentro debe tomar, como punto de partida, lo acumulado en casi 17 años de existencia del Foro de São Paulo.
A lo largo de más de tres lustros, el FORO de SAO PAULO, integrado por fuerzas políticas con distintas orientaciones ideológicas, ha avanzado en la unidad en medio de la diversidad, interpretando correctamente los momentos históricos por los que ha atravesado, y tratando de elaborar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora para un continente tan plural y complejo como el nuestro.

El entorno en que surge el FORO de SAO PAULO, estuvo determinado por la crisis del modelo socialista, el derrumbe de la URSS y el viraje de la socialdemocracia al abandonar las políticas del “Estado Benefactor”. Al mismo tiempo, coincidió con el fin de la larga etapa histórica conocida como la “guerra fría” y el surgimiento de nuevas corrientes progresistas y democráticas en América Latina y El Caribe.

Así, en julio de 1990, en el momento en que se desplomaba el socialismo soviético y los adoradores del neoliberalismo afirmaban que llegaba el “fin de la historia”, el Partido de los Trabajadores, PT, de Brasil, convocó en Sao Paulo al Primer Encuentro al que asistieron representantes de 48 partidos y organizaciones latinoamericanas y caribeñas, de las más diversas corrientes de pensamiento de izquierda, democráticas, progresistas y patriotas.

En aquel primer encuentro se evaluó la crisis del modelo de socialismo soviético. Fue analizada la amenaza imperialista basada en la estrategia neoliberal de la globalización lanzada contra nuestros pueblos y se revisaron las estrategias revolucionarias de la izquierda latinoamericana y caribeña.

Igualmente, se sentaron las bases para avanzar en propuestas de unidad de acción en la lucha anti-imperialista y popular por una sociedad justa, libre y soberana, por la renovación del pensamiento de izquierda y el socialismo, y por el fortalecimiento de las organizaciones antineoliberales y de sus objetivos antiimperialistas, socialistas y populares.

Asimismo se fijó una posición de rechazo a la idea imperialista de una nueva “Integración Americana”, basada en una única zona de libre comercio, para asegurar el dominio económico y político sobre América Latina y El Caribe.

En el FORO se definieron las bases de un nuevo concepto de unidad e integración latinoamericanista y caribeño para reafirmar nuestra soberanía, independencia y recuperar nuestra identidad cultural e histórica, promover la democracia y la soberanía populares. Asimismo se mantuvo el compromiso de solidaridad activa con la revolución socialista de Cuba, la revolución popular sandinista, la lucha de los pueblos salvadoreño, panameño y andinos que enfrentaban la presión militarista del imperialismo.

En México, durante el II Encuentro, se ratificó el nombre de Foro de Sao Paulo; se amplió la participación a organizaciones y partidos políticos de Canadá, Estados Unidos y Europa, y se profundizó en el análisis de la crisis generada por el neoliberalismo en la “década perdida” de los años 80. Se analizó también la caída de las dictaduras militares, los nuevos espacios de lucha política democrática que habían estado cerrados durante los años de la guerra fría, y la aparición de nuevos movimientos sociales y partidos políticos populares.

La apertura de nuevos caminos para luchar contra el neoliberalismo se confirmó en 1992 al realizarse, en Managua, el III Encuentro del Foro de Sao Paulo. En esta ocasión el debate se concentró alrededor del proyecto alternativo de la izquierda latinoamericana y las nuevas formas de integración de los pueblos de la región. Se concluyó que el capitalismo neoliberal agravaba la situación de América Latina y el Caribe y que por ello se enfrentaban dificultades para consolidar las instituciones políticas, y que esta situación podría llevar a un fortalecimiento del autoritarismo.

El IV encuentro del FSP reafirmó la resuelta condena contra el bloqueo imperialista contra Cuba, así como el inaceptable status colonial de Puerto Rico, Guyana francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios continentales, respaldando la causa de la independencia nacional y autodeterminación para sus pueblos. Ratificó también el compromiso de continuar con la lucha por la integración plena e incondicional de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

De la misma manea que quedó constatado el ascenso de la movilización social de los pueblos, se destacó la importancia de la lucha por la profundización de la democracia política, quedó resaltada la necesidad de reconocer e incorporar en el pensamiento programático la pluralidad étnica y cultural de nuestros países, y la importancia de luchar por la igualdad de género.

El V Encuentro realizado en Montevideo en 1995, registró el incremento, diversificación y desarrollo de las luchas populares, expresado a través de huelgas, protestas, manifestaciones y bloqueo de caminos. Se analizó, de manera especial, la rebelión en Chiapas como una nueva forma de expresión de lucha por la democracia y el poder popular.
Los resultados de elecciones realizadas en 14 países de América Latina entre 1993 y 1995, fueron positivos para las izquierdas, ya que éstas lograron una mayor participación en gobiernos locales o en los parlamentos de sus países.
Ante este ascenso, las derechas neoliberales respondieron El gobierno estadounidense convocó a la Cumbre de las Américas realizada en Miami en 1994, con el doble objetivo de imponer, de un lado, su diseño regional y global de “Seguridad Colectiva”, y, de otro, el Tratado de Libre Comercio para el conjunto de los países del continente bajo las siglas del ALCA.

En el VI Encuentro realizado en El Salvador en 1996 quedó claro que la globalización neoliberal había exacerbado contradicciones y conflictos muy diversos: entre el desarrollo económico y la conservación del medio ambiente; por la cada vez mayor concentración de la riqueza, así como también por las oportunidades desiguales que para el desarrollo de la humanidad ofrecían los avances científico-técnicos.
Quedó evidenciado que las libertades políticas eran obstruidas por los neoliberales para impedir el desarrollo con justicia social, así como para bloquear el ejercicio de los derechos económicos y sociales de los pueblos.

El VII encuentro realizado en 1997, Porto Alegre, Brasil, confirmó la tendencia del ascenso de las luchas sociales. En este encuentro se resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanente con el propósito de contribuir a que la izquierda latinoamericana y caribeña encabezaran las soluciones políticas, económicas y sociales alternativas al neoliberalismo y a la globalización neoliberal; al afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y el desarrollo con justicia social y armonía con la naturaleza.

El siguiente FORO, el VIII, realizado en México, en 1998, reflejó el creciente apoyo de los pueblos a las opciones de izquierda y progresistas, a causa de la crisis del modelo neoliberal iniciado en Asia, en los países llamados los "dragones del pacífico", crisis que golpeó a parte del mundo europeo y de América Latina, en particular a México, Brasil y Argentina.

Era más evidente que la crisis neoliberal, que apenas comenzaba a salir a la superficie, propiciaba la búsqueda de salidas alternativas impulsadas por la izquierda. Se consideró que "no hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados".
El encuentro permitió reafirmar conclusiones importantes, como lo relacionado a la pluralidad étnica, lingüística y cultural de las naciones latinoamericanas y caribeñas, y la necesidad de luchar por el respeto y reconocimiento social, político y jurídico de esta diversidad.

En el año 2000, en Managua, durante el IX Encuentro, se conmemoró el Décimo Aniversario del FORO y se reafirmó el aporte a la lucha de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Al mismo tiempo se reconocieron los aportes de la intelectualidad de izquierda y progresista en torno a la defensa de las Universidades y la educación pública como patrimonio democrático. Se ratificó el compromiso con la lucha contra la discriminación, en particular de la mujer, y la búsqueda de la igualdad entre los géneros. Se refrendó también, con firmeza, el objetivo de conquistar las libertades, la independencia y la soberanía, para terminar con todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo. Se dejó sentada la tesis de que en el siglo XXI, por comenzar, la izquierda se convertirá en una alternativa real de poder popular basada en nuevas instituciones participativas, formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico en beneficio de las mayorías nacionales.

Es necesario detenerse particularmente en el análisis que hemos desarrollando desde el X Encuentro, realizado en diciembre de 2001 en La Habana, pues éste se realizó luego del ataque a las "Torres Gemelas" del mes de septiembre de ese año.

En aquél momento, el neoliberalismo, principalmente en sus aspectos económicos e ideológicos, vivía un gran desgaste, debido a múltiples crisis económicas que se habían presentado en países de Asia pero también en Brasil, Rusia, Turquía y Argentina.

En este contexto, las acciones militares desarrolladas por los EEUU y por algunos países europeos, primero contra Afganistán y después contra Irak, sumadas a las exacerbadas medidas internas de seguridad, parecían tener como efecto colateral la profundización de las medidas de liberalización económica.
El discurso del Presidente Bush, según el cual "quienes no están con nosotros están contra nosotros" y "el terrorismo es fruto de la pobreza y ésta debe ser combatida con el crecimiento económico proveniente del libre comercio" fue un claro mensaje para presionar a muchos países para que aceptaran una agenda de negociación en la Conferencia de la OMC en Doha que debería concluir con

una mayor liberalización del comercio a favor de las grandes potencias mundiales.
La nueva política militar de Estados Unidos, llamada de la "guerra preventiva", tenía un contenido abiertamente intolerante, racista, xenofóbica, criminal y genocida, y fue rechazada en su momento por la izquierda y las fuerzas progresistas, democráticas y patriotas, como fue rechazado también el intento de calificar como terroristas a los movimientos de liberación nacional, a las fuerzas de izquierda, a los movimientos sociales y progresistas.

El XI encuentro realizado en Antigua, Guatemala en el 2002, caracterizó al nuevo orden internacional como injusto y altamente riesgoso, ya que el gobierno de los Estados Unidos con su unipolaridad militar colocaba al mundo al borde de la guerra, estrategia global que lesionaba la democracia y soberanía nacional de los países.

Se analizó la crisis Argentina y su impacto en el Sur del continente; la situación por la que atravesaban Venezuela y de Cuba en esos momentos. Todo ello como punto de referencia para el análisis de la lucha de nuestros pueblos frente al proyecto de dominación de Estados Unidos que se presentaba bajo el discurso de la integración comercial.
Se discutieron también las nuevas perspectivas abiertas por las fuerzas progresistas y el momento histórico para la integración latinoamericana hacia un modelo alternativo. Las expectativas del triunfo de Brasil y el acceso de las izquierdas al gobierno definió la lucha por la democracia y la unidad del pueblo como un planteamiento estratégico del FORO de Sao Paulo.

Por su parte, el XII encuentro, realizado en Sao Paulo, el 2005, a 15 años de su fundación, concluyó que las luchas han dado frutos y que se ha producido una reestructuración política y social en América Latina y el Caribe, debilitándose las fuerzas de derecha al punto de perder protagonismo y sufrir reveses y derrotas políticas. Se reconoció la aparición de nuevos sujetos sociales: población de comunidades, organizaciones de mujeres, religiosas, de lucha por la defensa, protección y desarrollo de los recursos naturales y medio ambiente, organizaciones de la cultura, de la intelectualidad, y nuevos movimientos políticos que destacaban en comparación al clima dominante que se observaba una década atrás.

El relato de la evolución de los Foros permite afirmar que estamos ante la presencia de un nuevo período histórico que apenas ha comenzado y en el que se ha puesto en evidencia de manera reiterada y tajante que democratización política y neoliberalismo económico se contraponen y chocan, lo que se traduce, al mismo tiempo, en ascenso de las luchas populares y sociales.

La nueva realidad política demanda de las fuerzas de izquierda y socialistas de la región actuar a la ofensiva y profundizar la lucha democrática. Un punto a debate es si estos avances pueden sentar las bases para la construcción del socialismo del Siglo XXI, en un escenario en el que existen diversas formas de lucha.

Por ello el FORO debe mantener sus esfuerzos de elaboración de estrategias y políticas así como el permanente intercambio de experiencias sobre los profundos cambios que suceden en América Latina y el mundo.

El FORO también debe contribuir a impedir que las fuerzas de derecha y el imperialismo restauren el control de poder político hasta ahora perdido en la región, a defender los procesos de democracia

revolucionaria en marcha y a desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos de izquierda y la lucha de los pueblos.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/unidad.htm

DOCUMENTO BASE

LA SITUACION MUNDIA: COMPLEJA Y CONTRADICTORIA

Cinco años después del X Encuentro en La Habana, podemos decir que ha fracasado el intento de salvar al neoliberalismo a través de la guerra y de la liberalización comercial. En el ámbito militar, las invasiones de Afganistán y de Irak por parte de tropas, principalmente de EEUU e Inglaterra, y en menor número de otros países europeos y de Australia, se transformaron en dos “atolladeros” políticos y militares. La caída de los talibanes y de Saddam Hussein, ambos ex aliados de los Estados Unidos, estuvo seguida por una mayor inestabilidad tanto en la región como a escala mundial.

Los EEUU ya perdieron más de tres mil soldados solamente en Irak. Su plan, por ahora, ha fracasado. Irak vive hoy una guerra civil entre las diferentes etnias y comunidades religiosas que componen el país, la que ha costado la vida, en promedio, a cinco mil personas al mes.

La invasión de Irak, además de no haber sido autorizada por el Consejo de Seguridad de la ONU, contó con la oposición de amplia mayoría de la opinión pública mundial. La participación de tropas españolas e italianas en esa guerra ayudó a poner fin a los gobiernos, respectivamente, de Aznar (2004) y Berlusconi (2006), al igual que contribuyó para la derrota de los republicanos en las recientes elecciones para el Congreso de los EEUU (2006).

En el terreno económico, habrá que recordar que el derrumbe del socialismo soviético y el fin de la etapa histórica de la “guerra fría” le imprimieron mayor velocidad al reajuste mundial, a la globalización económica neoliberal y a la corriente por un **comercio internacional negociado[1]**, que impactó de manera desigual a los países. La humanidad comenzó a atravesar por una transición dominada por el neoliberalismo.

En esta nueva etapa del capitalismo se han configurado tres grandes bloques. Uno, encabezado por los Estados Unidos que incluye los países del NAFTA o TLCAN (Tratado de Libre Comercio de América del Norte) y las naciones que formarían el CAFTA (Tratado de Libre Comercio de América Central). Otro está constituido por los integrantes de la Unión Europea; y el tercero estaría formado por los países asiáticos más desarrollados. Por otro lado, encontramos la configuración de otros bloques de segundo nivel (en América Latina, el MERCOSUR, Comunidad de Naciones Andinas, entre otros).

La disputa entre los principales bloques comerciales y económicos, y los países más desarrollados por separado se está reflejando, en este período histórico, en tres sistemas de pagos internacionales: el sistema monetario basado en el Euro; el otro basado en el Dólar; y el tercero el ACU (moneda asiática), comandada, por ahora, por la República Popular de China, Japón y Corea del Sur[2], y que reemplazó al Yen que se perfilaba, hacia finales de 1999, como la base para el sistema monetario asiático para competir con la Unión Europea y Estados Unidos. Un dato fundamental de esta nueva

situación es que en la carrera por “conquistar” económicamente el siglo XXI[3], irrumpió abruptamente China, que hasta 1999 solo se mencionaba como posible amenaza hasta el 2015, pero en el 2006 se ha colocado como tercera o cuarta potencia económica mundial.

Existe pues una disputa por el dominio económico mundial en general encarnada en estos tres bloques bajo una competencia colosal cuyo desenlace, histórico por supuesto, aún está por verse.

Estados Unidos, además, ha perdido terreno económico en Asia, en particular en aquellos países que antes eran su “patio trasero” asiático, los llamados “dragones del pacífico”. En cambio, se ha fortalecido el bloque liderado por China, Japón y Corea del Sur. En el horizonte mediato también se perfila la posibilidad de que la India y Rusia se incorporen a ese mega bloque asiático. El pacto entre China y Rusia mostrarían también una pérdida de terreno por parte de los Estados Unidos.

El reacomodo o reajuste de las correlaciones de fuerzas mundiales en proceso, principalmente por el desarrollo de los nuevos grandes bloques comerciales, de un lado, y el debilitamiento del poderío económico de Estados Unidos por el otro, plantean como interrogante si lo que estamos presenciando es un proceso de decadencia del imperialismo norteamericano.

Por otra parte, el capitalismo, en esta nueva etapa, sigue observando **un crecimiento desmedido del sector financiero** de la economía mundial, que empezó a instalarse a principios de los años 1970, con la crisis del petróleo y el fin de los “Acuerdos de Bretton Woods”.

Este crecimiento desmedido del sector financiero se traduce, por ejemplo, en el movimiento mundial diario de aproximadamente US$ 1,5 billones de dólares, recursos que no están aplicados directamente en actividades productivas. Esto constituye en lo fundamental un giro especulativo que genera ganancias de corto plazo para el capital financiero y las grandes empresas, incluidas aquellas consideradas como “productivas” pero que muchas veces retiran de la especulación la mayor parte de sus ganancias.

El crecimiento desmedido del sector financiero estuvo acompañado por un proceso profundo de reestructuración productiva y de alteración de los patrones de participación del Estado en la economía, de la reducción de los derechos laborales y sociales antes provistas por políticas públicas y estatales, así como de la reducción del proteccionismo vigente en diversas naciones, reducción a favor de las grandes empresas y potencias. Ha sido, además, la causa principal de las crisis financiera de muchos países y de la inestabilidad económica mundial, por lo que representa una amenaza al desarrollo económico en todo el planeta.

Por otra parte, la economía mundial sigue siendo controlada por unos cuantos países, básicamente los EEUU, la Unión Europea, Japón, países de origen de las 500 mayores empresas multinacionales, de las cuales alrededor de 450 están presentes en América Latina y Caribe. Estas empresas tienen influencia sobre los gobiernos nacionales y las instituciones multilaterales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) y Organización Mundial del Comercio (OMC). Tales gobiernos e instituciones, no por casualidad, han sido instrumentos fundamentales para la puesta en práctica de las medidas de liberalización y los dogmas del llamado “Consenso de Washington”. Influyen también en

las negociaciones en la OMC, ALCA y los tratados bilaterales de comercio.

La sumisión de la mayoría de los países a la nueva lógica neoliberal provocó todavía más concentración de poder económico y político en las manos de los países más ricos y poderosos, aumentando la brecha que separa a unos y otros. En este contexto, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay vienen haciendo esfuerzos en el sentido de disminuir la vulnerabilidad externa. Una de las medidas adoptadas por estos gobiernos, con este propósito, fue la no renovación de los acuerdos con el FMI. Merece mención, asimismo, la negociación de la deuda argentina, que logró colocar soberanamente los intereses del país por encima de los intereses de los acreedores.

Además de la presencia, ya mencionada, de las empresas multinacionales más importantes del mundo en nuestro continente, convivimos en América Latina y Caribe directamente con la mayor potencia económica y militar del mundo, los EEUU, e indirectamente con los intereses de la Unión Europea, en particular de algunos de sus miembros que ya tuvieron colonias aquí.

Seguimos conviviendo, también, con un proceso de distribución regresiva de la renta y de exclusión social, situación que une la pobreza económica con la falta de acceso a derechos ciudadanos fundamentales como salud, educación, vivienda, agua potable, etc.

Se calcula que actualmente, en el mundo, 1,2 mil millones de personas viven con menos de un dólar al día, o sea, por debajo de la línea de la pobreza, de acuerdo a los criterios de la ONU, y en situación de exclusión social.
Millones de personas migran de un país a otro actualmente, ya sea porque son refugiados de los varios conflictos bélicos regionales, ya sea porque buscan trabajo en otros países más desarrollados, por no encontrarlos en los suyos. Esto sucede también en nuestro continente.

El envío de parte del ingreso duramente conquistado por parte de aproximadamente 191 millones de migrantes a sus países de origen suma actualmente US$ 233 mil millones, de los cuales US$ 167 mil millones van para países en desarrollo, según la Organización Internacional de Migraciones (OIM). En algunos casos, en Centroamérica, los envíos representan ya de 10 a 15% del PIB. En Brasil, los giros de dinero de los migrantes suman US$ 10,5 mil millones al año, y en Ecuador, cerca de US$ 2,3 mil millones al año. A México, que es quizás el ejemplo más destacado de América Latina, llegan casi 20 mil millones de dólares al año.

La migración, además de haberse convertido en una fuente de ingresos financieros muy importante para nuestros países, ha provocado también transformaciones en la sociedad y en la política de cada Nación. No debemos olvidar, por ejemplo, las declaraciones del embajador norteamericano en El Salvador, que en plena campaña presidencial afirmó que los envíos de los emigrantes salvadoreños que viven en los Estados Unidos podrían interrumpirse, en el caso de una victoria del hoy añorado compañero Schafik Handal, candidato del FMLN a la presidencia de la República.

Ahora bien, en el ámbito de las negociaciones comerciales, dos hechos indican claramente el fracaso de las iniciativas de la agenda neoliberal en materia de libre comercio:

a) La paralización de las negociaciones que pretendían resultar en la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas. Es importante considerar el papel ejercido, en este sentido, por la

acción de los presidentes de los países del MERCOSUR que, liderados por el país anfitrión de la Cumbre de Mar del Plata, realizada a fines de 2005, pusieron un freno que creemos definitivo a las pretensiones de los gobiernos de los Estados Unidos de viabilizar el ALCA.

b) La "Ronda de Doha", que hasta el día de hoy no ha llegado a resultados concretos. No hay perspectivas en el corto plazo de que vaya a alcanzarlos. En estas negociaciones, la acción del gobierno brasileño y de los gobiernos del MERCOSUR en la reunión de Cancún, realizada en 2003, fue decisiva para enfrentar la hegemonía de los intereses de los EEUU y de la Unión Europea. La formación del G-20 ha constituido un avance importante en el diseño estratégico de las relaciones Sur-Sur.

Por su parte, frente al bloqueo del ALCA, los Estados Unidos han impulsado Tratados de Libre Comercio bilaterales. Algunos ya fueron firmados y otros están en fase de avanzada negociación entre los cuales podemos incluir a Colombia, Perú y El Salvador.

Los gobiernos progresistas, por su parte, han impulsado la integración continental a través del cambio de rumbo de los procesos existentes, en especial del MERCOSUR. En este particular, destacamos la creación del Parlamento del MERCOSUR y de los Fondos de Convergencia Estructural. Subrayamos también la ampliación del MERCOSUR, con la entrada de Venezuela, en julio de 2006, así como de las relaciones con Cuba.

La Comunidad Sudamericana de Naciones, igualmente impulsada por los gobiernos del MERCOSUR y de la Comunidad Andina de Naciones, cumple un papel importante en la integración territorial y energética de América del Sur. Los acuerdos Venezuela-Cuba, para el intercambio solidario en las áreas de la salud, educación y otras, forman parte de este nuevo impulso de integración. En este sentido, la Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), constituye un instrumento más al servicio de la causa de la integración latinoamericana.

---

[1] En realidad "libre comercio" internacional no existe: existen dos tipos de comercio entre países, el negociado denominado eufemísticamente como "libre" comercio y el comercio no negociado o protegido.

[2] Otros piensan que a más largo plazo estaría configurándose otro sistema entre la República Popular de China y la Federación Rusa, los países con los mercados y territorios más extensos del mundo, respectivamente, y la incorporación al sistema del ACU a la India.

[3] Se dice que el siglo XIX fue el siglo de los ingleses; el siglo XX, por lo menos la segunda mitad del mismo, perteneció a Estados Unidos y está por verse quien dominará el siglo XXI.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/situacion_mundial.htm

DOCUMENTO BASE

LAS DISPUTAS ELECTORALES EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Después del XII Encuentro del Foro de São Paulo, realizado en 2005, en Brasil, hemos tenido un conjunto importante de elecciones en América Latina y Caribeña.
Estas elecciones – en Chile, Colombia, Bolivia, Haití, Costa Rica, México, Ecuador, Perú, El Salvador, Nicaragua, Brasil y Venezuela – han revelado una correlación de fuerzas, electoral y política, signada por la victoria o por lo menos por el crecimiento de las fuerzas progresistas, nacionalistas y de izquierda. Estados Unidos ha perdido parte sustancial del control político sobre América Latina y El Caribe.

Los procesos electorales han revelado también que los Estados Unidos tratan a América Central como "zona prohibida" para gobiernos de izquierda y progresistas, como ya habíamos observado en las últimas elecciones presidenciales en El Salvador. Hay que subrayar que, pese a todos estos esfuerzos, Daniel Ortega fue electo presidente de Nicaragua y, en los demás países, las fuerzas populares han venido ampliando su fuerza.

Veamos, aunque sea de modo superficial, el resultado electoral de algunos países.
En Bolivia, la acumulación de fuerzas y el avance de las luchas sociales en aquel país no sólo derrocaron a varios presidentes en los últimos años, sino que llevaron a la presidencia a Evo Morales, uno de los líderes más importantes de aquellas luchas, un *aymara* representante de la población originaria y mayoritaria de Bolivia que, sin embargo, siempre estuvo excluida de los centros de poder.

Luego de haber adoptado una serie de medidas para asegurar la posesión y el control de las riquezas naturales del país, en particular los hidrocarburos, y también para promover la reforma agraria, el gobierno Morales, el Movimiento al Socialismo (MAS) y sus aliados ahora luchan para llevar adelante la aprobación de una nueva Constitución para el país que dé sustento jurídico permanente a los compromisos asumidos con la mayoría de la población boliviana. Los cambios vienen enfrentando, empero, una fuerte resistencia de la derecha del país que, incluso, articula movimientos autonomistas en las provincias en donde es más fuerte.

En Brasil, por su parte, más de 58 millones de brasileños y brasileñas reeligieron al petista Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de la República. Participaron en la campaña del segunda vuelta militantes del PT, PCdoB, PRB, PSB y los dirigentes y afiliados del PMDB, PDT, PV, PP, PCB, PL, PPS, PTB y PSOL. Así como militantes de movimientos sociales de la ciudad y del campo, mujeres, jóvenes, negros, indígenas, artistas, intelectuales, religiosos y sindicalistas que salieron en defensa de sus conquistas y de la continuidad de un programa de transformación económica, social y política del país.

La campaña de Lula fue de izquierda, en sintonía, como en el pasado, con nuestra militancia y con nuestra tradición de combatividad. La victoria de Lula expresa la esperanza y la confianza de nuestra sociedad, especialmente de las capas populares, en el futuro del país. Un futuro que se anuncia como

de más crecimiento económico, políticas sociales, democracia y soberanía nacional. Fue también una respuesta a los sectores conservadores y golpistas de la oposición que prometieron "acabar con la raza del PT".

El país ingresa a un nuevo período y tiene por delante grande desafíos: el crecimiento sustentable de la economía; la consolidación democrática, sobre todo para asegurar una mayor participación del pueblo en la vida política del país. El tercer desafío es el mantenimiento y la ampliación de las inversiones en políticas sociales.

En Nicaragua, la elección de Daniel Ortega fue una derrota explícita del imperialismo norteamericano. La victoria del FSLM tendrá impacto en la región centroamericana y es una muestra de la expansión de la ola de victorias antiliberales más allá de la parte sur del continente. Sin duda, este triunfo crea un clima político favorable para las luchas de los pueblos de Guatemala y El Salvador y permitirá también incorporar a esta parte de América Latina a un proceso de integración regional alternativo. En un Nación azotada por la pobreza y con tantas expectativas hacia el nuevo gobierno, el sandinismo tiene enormes retos. Entre los más inmediatos, saber enfrentar las presiones del FMI, el gobierno norteamericano y la derecha y al mismo tiempo, conducir al país en un marco de paz, estabilidad y reformas sociales.

A principios de 2006, fue electo también el nuevo presidente de Haití, René Préval, que ya había gobernado el país de 1996 a 2001. Préval es del partido "Fanmi Lavalas", del presidente Bertrand Aristide. Desde que Aristide fue alejado del gobierno, en 2003, hay tropas de la ONU (MINUSTAH) en Haití, cuyo tiempo de permanencia todavía no está definido.

El Foro de São Paulo enviará una delegación a Haití, con el objetivo de analizar la situación local, a partir de contactos con las fuerzas políticas y sociales, así como también con el gobierno Préval. Esta delegación, compuesta por todos los partidos-miembros del Grupo de Trabajo, debe producir un informe sobre esa visita.

De antemano, el XIII Encuentro se dirige a los partidos que integran gobiernos que tienen tropas en la MINUSTAH, informando que nuestra opinión es que hace falta crear las condiciones para, en el plazo más corto, sustituir la presencia de tropas de la MINUSTAH por un apoyo exclusivamente humanitario.

En las elecciones presidenciales de Ecuador, en octubre, disputaron la segunda vuelta el candidato Álvaro Noboa, por el Partido de la Renovación Institucional – Alianza Nacional (PRIAN) y Rafael Correa, por la Alianza País (AP). Correa logró unir la izquierda y la centro-izquierda en torno a su candidatura y venció al "Magnate de las Bananas", Noboa, por una diferencia de 14 puntos porcentuales.

Correa se comprometió a no firmar el Tratado de Libre Comercio con los EEUU ni a renovar la cesión de la base militar de Manta a los norteamericanos. Tendrá, empero, un gran reto por delante, a saber, el de gobernar prácticamente sin apoyo en el parlamento, puesto que la derecha ha formado amplia mayoría y la AP no lanzó candidatos. En este sentido, su propuesta de transformaciones estructurales en Ecuador pasa por la realización de un plebiscito que consulte a la población acerca de si ésta desea o no la convocatoria de una Asamblea Nacional Constituyente.

La victoria del presidente Chávez en Venezuela fue indiscutible y fue fruto del trabajo que viene haciendo para transformar a su país. Chávez consolidó su liderazgo político cuando se enfrentó al proceso golpista que promovió la derecha al inicio de su mandato y que, en la práctica, sólo tuvo fin en 2004, con su victoria en el referendo derogatorio. En tan sólo dos años que separan ese momento de la actual elección, el gobierno bolivariano de Venezuela hizo mucho para avanzar con la organización popular y para promover la justicia social.

En Chile salió victoriosa la candidata Michele Bachelet. Apoyada por los partidos de la Concertación y luego en la segunda vuelta por el Partido Comunista, logró derrotar a la derecha. Bachelet hizo compromisos para reformar el sistema electoral y al mismo tiempo, encabezar otras reformas de tipo social, como el del sistema de pensiones. La posibilidad de que se fortalezca una vía progresista frente a la corrupción, el burocratismo y la derecha en Chile dependerá de la iniciativa de las fuerzas de izquierda, el movimiento popular, y la conducta de la Presidenta. Como quiera que sea, y los acontecimientos ocurrido por la muerte de Pincochet lo demuestran, la existencia de un gobierno como el de Bachelet tiene una significado muy relevante para las fuerzas democráticas, progresistas y de izquierda de América Latina.

Al lado de estas victorias, tuvimos otras elecciones presidenciales cuyos resultados deben ser analizados de forma distinta: Costa Rica, Perú, Colombia, México.
En Costa Rica, en febrero de 2006, Oscar Sánchez Arias, del Partido de Liberación Nacional (PLN) fue el vencedor de las elecciones presidenciales. Él ya había sido presidente de 1986 a 1990. En 1987, recibió el Premio Nóbel de la Paz por su actuación en las negociaciones de paz en Centroamérica. Sin embrago, disputó las elecciones de 2006 con una plataforma totalmente neoliberal, de defensa de la privatización de las empresas públicas costarricenses y de la firma del Tratado de Libre Comercio de América Central (CAFTA).

Arias derrotó a Ottón Solís por un margen de sólo 1,1% de los votos. Su oponente había sido Ministro de Planificación del primer gobierno de Arias y había renunciado entonces por discrepar del plan de ajuste estructural instrumentado por Arias bajo la orientación del FMI. Fue candidato por el Partido de la Acción Ciudadana – PAC, creado en 2002, que ya había causado sorpresa al elegir 24 diputados federales.

Solís llegó muy cerca de la victoria en una campaña en la cual se oponía al Cafta y enfatizaba la adopción de medidas de participación popular y de combate a la corrupción. Su ascenso al segundo lugar rompió una tradición de disputa bipartidista entre el PLN y el demócrata cristiano Partido de la Unidad Social Cristian (PUSC), ambos desgastados por sucesivos escándalos de corrupción.

En el Perú, la principal disputa se dio en junio de 2006, entre Ollanta Humala, un militar de la reserva y candidato por la coalición partidaria Unión por el Perú; y Alan García, que ya había presidido el país en la década de 1980 por el Partido Aprista.

Humala se presentó con una plataforma nacionalista y de promoción de los derechos sociales, que le dio la mayor votación en la primera vuelta, aunque insuficiente para ganar la Presidencia. En el segundo turno, el apoyo de los partidos de derecha a García le permitió a éste obtener una mayoría

con el 54% de los votos.

Mientras que Alan García venció holgadamente en la capital y provincias cercanas, Ollanta triunfó en las 16 provincias del interior, principalmente en las regiones más pobres. Sin embargo, partidos de izquierda como el socialista (PSP), el comunista (PCP) y “Patria Roja”, todos juntos, obtuvieron tan sólo un 1,5% de los votos en el primer turno y quedaron sin representación parlamentaria.

En Colombia, el presidente Álvaro Uribe fue reelecto en primera vuelta, en mayo, con el 62,2% de los votos. No obstante, el Polo Democrático Alternativo alcanzó el segundo lugar, con la candidatura de Carlos Gaviria, superando al Partido Liberal y convirtiéndose en una alternativa real de gobierno en el país. Este avance electoral de la izquierda se debe también a un proceso de acumulación de las luchas sociales, de la construcción de unidad del Polo y de sus alianzas locales, así como por el éxito obtenido en gobiernos municipales y estatales conquistados en 2003, como, por ejemplo, la Alcaldía de Bogotá y el Estado del Valle.

Uribe detenta la mayoría en el parlamento desde las elecciones parlamentarias realizadas en marzo de 2006, y lleva a cabo un programa neoliberal que incluye la realización de un acuerdo de libre comercio con los EEUU. Sin duda, el gobierno colombiano ha sido uno de los aliados más importantes de los intereses norteamericanos en América Latina.

En México se dio una de las campañas electorales más disputadas. El candidato de la Coalición Por el Bien de Todos (integrada Partido de la Revolución Democrática, el Partido del Trabajo y el Partido Convergencia), Andrés Manuel López Obrador, mantuvo la delantera prácticamente todo el tiempo, enfrentando una durísima campaña calumniosa y anticomunista por parte del entonces Presidente Fox, un grupo poderoso de empresarios, y el PAN, el partido de la derecha mexicana, con la ayuda de los grandes medios de comunicación.
Los resultados electorales oficiales dieron la victoria a Felipe Calderón (PAN) por 0.58% de diferencia. La Coalición inició al otro día una protesta masiva alegando fraude sobre todo por la intervención del Presidente y de los empresarios, prohibidas por la ley, pero también por diversas irregularidades en cerca de 50 mil urnas, de un total de 132 mil, o sea, casi 38% de los votos estaban bajo sospecha.

El PRD articuló un proceso de recursos judiciales y de movilizaciones para presionar al Tribunal Electoral y se recontara la totalidad de los votos. Esta movilización incluyó, durante casi dos meses, la realización de grandes asambleas en el centro de la Ciudad de México, normalmente acompañadas por más de un millón de personas, y por un campamento en el Zócalo, la plaza central de la ciudad, además del bloqueo de las principales avenidas de la capital.

Sin embargo, el 6 de septiembre, el Tribunal Electoral del Poder Judicial Federal de México ignoró todas las protestas y declaró vencedor al candidato de la derecha. Ante ello, las fuerzas de la Coalición decidieron proclamar a López Obrador como presidente legítimo y darle posesión como dirigente de un gobierno paralelo, el día 20 de noviembre, fecha simbólica, pues marcó el inicio de la Revolución Mexicana en 1910.

Hasta los sectores izquierdistas que pregonaron el voto nulo, pues para ellos el PRD y la candidatura de López Obrador no representaban diferencias fundamentales en relación a los demás partidos y candidatos, apoyaron las movilizaciones contra el fraude y contra la derecha. Si estas mismas fuerzas

hubieran decidido participar en la campaña y llamar a votar por López Obrador quizás se hubiera podido evitar el triunfo de la derecha y se hubiera contribuido a transformar a México en un país más democrático, con un gobierno más respetuoso con los movimientos sociales y que seguramente aportaría al proceso de transformación política de América Latina y Caribe.

De cualquier manera, las elecciones mexicanas de 2006 confirmaron la decadencia del PRI y reafirmó al PRD como la fuerza de oposición más importante y como una alternativa real de gobierno.

Este ciclo de elecciones presidenciales, que debe cerrarse con la disputa en Argentina, en 2007, consolidó e incluso amplió el abanico de gobiernos progresistas y de izquierda en América Latina.

Estos resultados demuestran que gran parte, quizá la mayoría de la población de nuestro continente, quiere seguir el camino de los cambios y no quiere vivir más bajo la hegemonía neoliberal. Este proceso de cambios asume distintas formas, desde las más radicales hasta las más moderadas e institucionales. Los caminos de la izquierda latinoamericana son diversos y plurales.

Por su parte, la derecha ha respondido en estos países de manera muy similar, con métodos basados en los medios de comunicación, el poder del dinero y la mentira, y con un rostro extremadamente reaccionario.

En primer lugar, quedaron cada vez más evidentes los puntos de contacto y la cooperación entre las fuerzas políticas de derecha, en cada país, y los intereses de los EEUU.
En segundo lugar, los Estados Unidos mantuvieron una actitud de ingerencia, que fue particularmente fuerte en América Central y en algunos países que el gobierno norteamericano trata como enclaves, como es el caso de Colombia, Paraguay y El Salvador.

En tercer lugar, la maquinaria político-ideológica de la derecha, sus principales líderes, los medios y las fuerzas económicas en nuestra región hablan ahora de la existencia de una confrontación entre las fuerzas de mercado y democráticas versus el “populismo de izquierda” y autoritario.

Llaman a nuestros gobiernos “populistas” en el afán de estigmatizar y descalificar nuestra política, asociándola con el pasado. Al mismo tiempo, intentan dividir a los gobiernos progresistas en dos grupos: la “izquierda moderna” y la “izquierda atrasada” con la intención de borrar los muchos objetivos comunes que unen a nuestros gobiernos y partidos. Esta diferencia es falsa y lo que en verdad existe es una diversidad de estrategias que responden a las realidades y condiciones de lucha que existen en cada país.

A la vez que se traba una batalla ideológica contra nosotros, la derecha no demuestra mayores escrúpulos para intentar mantenerse en el poder. En Venezuela, por ejemplo, impulsó un golpe de Estado, que fue derrotado por la intervención popular. En Brasil, intentaron un golpe mediático. En México, no dudaron en violar la ley y hacer fraude en las elecciones. En Colombia, apoyan el paramilitarismo.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/elecciones.htm

DOCUMENTO BASE

UN NUEVO PERIODO EN AMERICA LATINA

La coincidencia de varios gobiernos de izquierda y progresistas en América Latina constituye la gran novedad de la situación actual en esta región del mundo.
Esta novedad se hizo posible gracias a la combinación de tres elementos principales: los efectos del neoliberalismo en la región, la capacidad que han demostrado varios partidos de capitalizar electoralmente la insatisfacción popular, y el crecimiento de los movimientos populares de resistencia y de protesta.

Es importante recordar que, en los últimos años, el movimiento social ha logrado alcanzar gran relevancia y articulación internacional, por ejemplo, por medio de los sucesivos "Foros Sociales Mundiales", lanzando la consigna de que "otro mundo es posible", contra la globalización neoliberal y el "pensamiento único".

Además de las cinco ediciones mundiales (cuatro en Porto Alegre y una en Mumbai) y la edición "policéntrica" de 2006 (teniendo en Caracas uno de sus polos), se llevaron a cabo decenas de eventos regionales, nacionales e incluso municipales, posibilitando la participación de millones de personas en los debates, un proceso que ha dado una contribución importante para las transformaciones políticas, económicas y sociales defendidas por los partidos miembros del Foro de São Paulo.
Es importante poner de relieve que, desde el primer Foro Social Mundial, el Foro de São Paulo ha organizado actividades para promover el diálogo entre partidos políticos y movimientos sociales, buscando la convergencia en torno a los objetivos comunes de combate al neoliberalismo. La realización del Foro Parlamentario Mundial y del Foro de Autoridades Locales también contó con intensa participación de representantes de los partidos del FSP.

En el continente americano, se organizó la "Alianza Social Continental", que desde 1997 viene llamando la atención sobre los daños de todo orden que el libre comercio, impulsado por los EEUU, trae a los países en desarrollo del continente. En consecuencia, la Alianza Social Continental ha defendido con firmeza el rechazo al ALCA.

Las "Cumbres de los Pueblos", eventos paralelos a las cumbres de jefes de Estado de las Américas realizadas desde 1998 en Santiago de Chile, también han sido momentos memorables. En estas Cumbres, parlamentarios del Foro de São Paulo siempre han estado presentes.

Podemos decir, en síntesis, que la correlación de fuerzas en el continente, hoy, es mucho más favorable a las ideas defendidas por los partidos que integran el Foro de São Paulo. Pero es necesario recordar que los avances registrados por las fuerzas de izquierda y progresistas traen consigo enormes posibilidades, pero también viejos y nuevos problemas. Además, nuestros éxitos no significan que el neoliberalismo haya sido derrotado, ni tampoco que el patrón histórico de desarrollo capitalista vigente en la región esté cerca de ser superado. Todo esto pese al gran esfuerzo que se vienen haciendo varios gobiernos de la región, en el sentido de ampliar la soberanía, la democracia y las políticas

sociales.

Al analizar la situación mundial y la de América Latina en particular, podemos afirmar que estamos en un momento extremadamente contradictorio. Por un lado, las fuerzas neoliberales mantienen su hegemonía en el terreno económico-social, en el manejo de las instituciones internacionales, y en el control del aparato militar; conservan además el gobierno de varios países de la región. Por otro lado, las fuerzas progresistas, democrático-populares y socialistas han recuperado parte de la capacidad organizativa y de movilización que tenían antes de los años 1990, además ocupan posiciones importantes en los gobiernos de varios países de la región, desde los cuales vienen buscando reorganizar el tejido social y el funcionamiento de la economía nacional y regional.

Esta es la realidad con la que nos toca lidiar. Enfrentar al capitalismo y al imperialismo, pero ahora desde la nueva coyuntura política establecida en nuestro continente, en la cual, al lado de partidos y movimientos sociales, disponemos también de influencia sobre varios gobiernos nacionales.

No está por demás recordar que en 1990, sólo había un gobierno dirigido por un partido miembro del Foro de São Paulo, Cuba. Hoy, además, partidos-miembros participan de gobiernos nacionales en Nicaragua, Brasil, Venezuela, República Dominicana, Bolivia, Chile, Uruguay, Argentina y Ecuador.

Por ende, nuestra principal tarea política en este XIII Encuentro del Foro de São Paulo es la de promover un debate que resulte no sólo en una visión adecuada del momento, sino que principalmente permita acciones concretas que articulen gobiernos, partidos y movimientos sociales en una estrategia de integración regional que responda a los intereses de la soberanía nacional, ampliación de las libertades democráticas, desarrollo con justicia social y combate a las asimetrías sociales y territoriales.

Actuando de esta forma, reafirmaremos los compromisos asumidos desde el X Encuentro de La Habana, de luchar por la independencia nacional, por justicia social, por la paz, por la democracia y por un nuevo orden internacional, que ponga fin a la subordinación de nuestros países a las potencias imperialistas, en todos los sentidos.

Como bien ha sido señalado en varios de nuestros Encuentros, las fuerzas políticas y sociales de la izquierda latinoamericana y caribeña operan en realidades históricas y desde estrategias muchas veces diferentes y contradictorias entre sí. Exactamente a causa de ello, el punto de contacto que permitirá acordar un plan común entre gobiernos, partidos y movimientos sociales está en la construcción de una **estrategia convergente de integración continental**.

DOCUMENTO BASE

PROPUESTAS ALTERNATIVAS AL NEOLIBERALISMO EN EL AMBITO POLITICO, SOCIAL Y ECONOMICO

Uno de los temas más debatidos por el Foro de São Paulo, desde su surgimiento, ha sido el de un proyecto alternativo al neoliberalismo. En 1990, cuando se creó el Foro, la mayor parte de las organizaciones fundadoras tenía en el socialismo el horizonte estratégico a partir de cual pensaban su alternativa al neoliberalismo.

Hoy, cuando la hegemonía neoliberal está siendo rebasada por la izquierda y actuamos en una correlación de fuerza mejor que en aquella que predominó en los años 90, hay una variante más amplia de respuestas.

Muchas de las organizaciones que integran el Foro de São Paulo siguen teniendo como "objetivo final" la construcción de una sociedad alternativa y superior al capitalismo. Otras organizaciones trabajan por la constitución de sociedades con altas dosis de bienestar social, democracia política y soberanía popular, en los marcos del capitalismo.

Además de esta diferencia programática, conviven también al interior del Foro de São Paulo distintas estrategias políticas, con respecto a las formas de lucha, su participación en procesos electorales, el papel de las fuerzas de izquierda en gobiernos electos, y la relación con las clases dominantes locales y con los Estados Unidos.

El XIII Encuentro debe ser un espacio para que estas diferencias estratégicas y programáticas sean debatidas en profundidad, pero sin perder de vista que – más allá de estas discrepancias – sigue siendo posible y necesario construir acciones comunes en la disputa que realizamos en cada uno de nuestros países y en el conjunto del continente, desde la acción partidaria, de las luchas sociales, de las disputas electorales y de la acción de los gobiernos.

A pesar de que la hegemonía del capitalismo parece muy sólida, por otro lado se han agravado todos los grandes problemas de la humanidad. Justamente por esa razón, la hegemonía neoliberal, principalmente en nuestra gran región, viene sufriendo conmociones políticas y económicas y perdiendo significativamente capacidad de obtener el apoyo social. La construcción de caminos nacionales e internacionales ***post neoliberales*** sigue siendo un enorme desafío. Uno de los mayores avances en la superación de este desafío ha sido justamente la combinación entre lo nacional y la construcción de un espacio común en América del Sur, en contraposición al dominio del imperialismo norteamericano. Pero permanecen los desafíos internos de cada país, resultantes del peso hegemónico del capital en la organización económica y en las estructuras de poder. Una combinación dinámica y virtuosa de conquistas nacionales e internacionales sigue en el orden del día.

En este contexto, cualquiera que sea nuestro "objetivo final", se hace imperativo luchar por la soberanía nacional, por la democracia y por la ampliación de las políticas sociales, lucha que además es vista

como altamente subversiva por las fuerzas de *status quo*.

La adopción de un modelo orientado al desarrollo, entendido no sólo como crecimiento económico, sino como un camino de superación de la dependencia y de la desigualdad, representaría un avance inmenso para la América Latina y Caribeña. Un modelo de este tipo no constituye, obviamente un regreso al pasado. Hay que recordar que el desarrollo capitalista en nuestro continente, incluso en donde asumió formas más avanzadas, siempre estuvo acompañado de la ampliación de las desigualdades, de la dependencia externa y de la falta de democracia política.

El modelo neoliberal agravó los rasgos más negativos del capitalismo latinoamericano y caribeño: desde principios de los años 1990, asistimos al empeoramiento de la situación social, al aumento del desempleo, a la ampliación de la dependencia externa y a la concentración aún mayor del ingreso y de la riqueza. Si nuestro objetivo es superar el neoliberalismo, sin volver a los límites del modelo de desarrollo anterior, tendremos que enfrentar varios retos.

El primero de ellos es luchar por la democratización profunda de nuestras sociedades. Esto significa mucho más que elecciones periódicas. El sistema político existente en la mayoría de los países de nuestro continente sigue produciendo enormes distorsiones, susceptible a todo tipo de manipulación por parte de las oligarquías económicas y de los partidos conservadores. El control social sobre la actividad política y estatal es extremadamente reducido. A la mayoría de la población sólo le toca elegir periódicamente a sus representantes. Los medios de comunicación, que generalmente están en manos de monopolios privados, interfieren de manera descarada en perjuicio de la democracia.

El segundo se refiere a la ampliación de las políticas sociales públicas, incluso la creación de nuevos derechos. Antes de la ola neoliberal, la cobertura del Estado en áreas como salud y educación era reducida en la mayor parte del continente. Sin embargo, el neoliberalismo aumentó esta debilidad al extremo, haciendo que varios de estos servicios públicos pasaran a ser accesibles solamente a través del mercado.

Además de tener plenamente garantizado el derecho a la salud, educación y alimentación, los pueblos latinoamericanos y caribeños deben tener asegurados los servicios básicos (electricidad, telecomunicaciones, agua potable y alcantarillado, transporte público y vivienda), así como el acceso cada vez más amplio a las redes de carreteras, caminos, puertos y aeropuertos.

.

El tercer desafío consiste en la realización de reformas estructurales que alteren la matriz social y económica de nuestras sociedades. Banderas como la reforma agraria y la reforma urbana no son asuntos de los años 1950. Siguen constituyendo objetivos esenciales, en la mayoría de nuestros países.

El cuarto reto se refiere a la creación de un modelo económico alternativo que combine capacidad de crecimiento, capacidad de innovación, generación de empleo y renta, con redistribución del ingreso y de la riqueza. Este objetivo, en el actual estadio de la economía internacional y en los marcos de la correlación de fuerzas vigente en el mundo, exige que se trabaje a escala continental.

El modelo de desarrollo “latinoamericano y caribeño”, alternativo al neoliberal, debe acabar con la polarización pobreza-riqueza. Asimismo debe acabar con todo tipo de discriminación profundizado por

el “capitalismo salvaje” y con el grave deterioro de los recursos renovables y no renovables de la naturaleza

Para ello, la base productiva de bienes y servicios de cada uno de los países, así como las fuentes fundamentales de energías y materias primas e insumos diversos, deben quedar bajo control de los Estados y los países y no al servicio exclusivo de las empresas transnacionales. Estos sectores productivos constituyen los fundamentos para el desarrollo económico en general; de su crecimiento depende la generación de empleos para población.

El desarrollo de las capacidades productivas de bienes y servicios debe tener como centro la satisfacción de las necesidades básicas de las poblaciones para elevar gradualmente su nivel de vida, y al mismo tiempo apoyar la capacidad de exportación para generar los recursos financieros necesarios para el desarrollo, la estabilidad y crecimiento sostenido de la economía nacional.

Es necesario considerar, asimismo, que si nuestras economías necesitan ser en parte orientadas hacia el mercado externo, es fundamental que ellas sigan, en gran medida, dirigidas hacia el mercado interno. Mientras el primero permite reunir los recursos para comprar bienes que no producimos, es el segundo el que genera la dinámica interna que hace posible generar empleos, renta y calidad de vida.

Por ello, debemos buscar fortalecer nuestros mercados internos, de manera integrada con la política externa, lo que implica definir una política industrial expansiva y una política agrícola la soberanía alimentaria. Esto, en muchos casos, exigirá llevar a cabo la reforma agraria, acompañada de medidas para garantizar apoyo técnico y crédito para estos productores. De esta forma, podremos garantizar alimentos para nuestra población y eventualmente excedentes agrícolas para exportar.

Hay todavía algunos factores más que deben ser movilizados, también en el sentido del fortalecimiento de los mercados internos, como el apoyo a las pequeñas y medianas empresas. Éstas, normalmente, están compuestas por capital nacional, generan más empleos por unidad de capital en comparación a las grandes empresas transnacionales, y tienden a reinvertir sus recursos en sus países de origen.

Una de las maneras de hacerlo es por medio de la orientación de compras gubernamentales. Por ello, este tema debe mantenerse fuera de la agenda de la OMC y evitar que se apruebe alguna medida relevante que los restrinja como instrumento de política económica.

La inversión de recursos debe orientarse hacia el respaldo a las empresas nacionales de todos los tamaños. Un aspecto importante tiene que ver con el acceso a la ciencia y la tecnología. El modelo deberá sacar del atraso tecnológico particularmente a los sectores populares de la economía, incluyendo a los informales, e incorporar plenamente a la dinámica económica del país a todos aquellos sectores parcial o totalmente excluidos.

El sistema de desarrollo latinoamericano y caribeño alternativo, debe contar con su propio sistema de financiamiento y crediticio alternativos a los que funcionan hoy sólo en interés de oligarquías y bancos extranjeros.

El quinto desafío es el de combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental. Desafío aún mayor si recordamos que cada uno de nuestros países posee historias particulares y correlaciones de fuerzas específicas, a lo cual respondemos con estrategias y programas también diferenciados.
La polarización Norte-Sur debe ser reemplazada por la solidaridad y cooperación e Integración Sur-Sur, y cooperación Norte-Sur con respeto y beneficio mutuo, bajo el lema de que históricamente “un mundo mejor es posible” para los pueblos del tercer mundo.

Todos estos desafíos están entrelazados: no habrá democracia sin soberanía y desarrollo; no habrá soberanía sin desarrollo y democracia; y no habrá desarrollo de nuevo tipo sin democracia y soberanía. Tales desafíos suponen, además, enfrentar la herencia y los intereses de importantes fuerzas políticas y sociales.

DOCUMENTO BASE

UNA INTEGRACION ALTERNATIVA

El proyecto estratégico de integración continental concebido por los Estados Unidos fue el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas. Anunciado en 1992 y previsto para su arranque enero del 2005, como instrumento para competir con la Unión Europea por la hegemonía económica del Siglo XXI, "murió" sin embargo a comienzos del 2006.

Estados Unido tuvo que tomar el camino de los tratados de "libre comercio" bilaterales y regionales (Chile, Colombia, Perú, Panamá, CAFTA), proceso iniciado desde principio de los noventas, para bloquear los esfuerzos comunitarios que le estorbaban como MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones.

El ALBA y otros esfuerzos de integración latinoamericana y caribeña, que aparecieron en una dirección y rumbo opuesto al trazado por el imperialismo para el ALCA y los TLC bilaterales, abrieron otros **caminos integracionistas de los pueblos.** Estos proyectos avanzan con base en acuerdos y convenios entre los gobiernos de Venezuela, Cuba, Bolivia, Brasil, Argentina y otros, así como entre gobiernos municipales dirigidos por fuerzas de izquierda revolucionaria, progresistas y patriotas.

En América Latina, y El Caribe, el intento de un solo sistema monetario basado en el dólar fracasó y su posibilidad histórica está clausurada. Habrá que discutir con mayor cuidado si existen condiciones para configurar un sistema financiero y monetario único para el avance de los procesos de integración de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Un sistema de pagos adecuado a la situación del período actual de los procesos integracionistas, en transición hacia la ruptura con el capitalismo y consolidación y desarrollo del nuevo modelo con orientación al socialismo.

Los compromisos de los pueblos latinoamericanos y caribeños deben orientarse hacia una plena integración en los aspectos políticos, económicos, sociales, de cooperación científico-tecnológica y culturales, y unidad de voz y posición frente a la readecuación mundial en marcha.

La región debe fortalecer los procesos de integración para hacer sentir su participación y peso conjunto en los organismos de la Comunidad Internacional, tanto del sistema de Naciones Unidas, de la Organización de Estados Americanos y de los organismos subregionales, así como para empujar los cambios que exigen nuestros pueblos.

Un proceso de integración alternativo demanda análisis y comprensión de la realidad asimétrica existente entre las economías de nuestros países y, sobre todo, exige mucha capacidad política.
Esto último porque existe una contradicción que se presenta entre el fortalecimiento de la soberanía nacional para enfrentar el imperialismo y las políticas de las empresas multinacionales, vis-à-vis el proyecto de integración económica, social y política que necesariamente exige que cada país abdique

de algún nivel de soberanía. Si esto no ocurre no hay integración posible.

Los países más grandes tienen que entender que deben ceder más a los países de menor tamaño, y no a la inversa. No se puede esperar, principalmente en economía, que haya reciprocidad simétrica entre países asimétricos. Ésta es, incluso, una de las razones por las cuales nos opusimos al ALCA. Por éstas y otras razones, los gobiernos tienen que intervenir, promoviendo la necesaria discusión y negociación para que haya una participación equilibrada de todos y para minimizar eventuales consecuencias negativas.

La ventaja de América Latina y el Caribe en este aspecto es que presenta muchas posibilidades económicas aún inexploradas y una población de aproximadamente 500 millones de habitantes que conforma un mercado potencial muy interesante. Todavía no tenemos una idea clara de la magnitud que podría adquirir una mayor integración física entre nuestros países. Entre muchos de ellos, las principales y hasta únicas vías de transporte son la fluvial, la marítima o la aérea. Hasta hoy no existe conexión terrestre entre América del Sur y América Central.

En el caso de las conexiones aéreas, todavía hay verdaderos absurdos, como por ejemplo, que para ir de Bogotá a la ciudad de Belém en la Amazonía brasileña es necesario pasar por São Paulo, lo que transforma un vuelo potencial de dos horas en un viaje de aproximadamente nueve horas, casi el mismo tiempo para ir de Bogotá a Madrid, en España. Lo mismo ocurre para ir de Mato Grosso, Rondônia o Acre hacia Bolivia, país lindero con estos estados.

De esta forma, países que son vecinos y que podrían desarrollar relaciones económicas y políticas mucho más estrechas, en la práctica están tan distantes como los continentes europeo, asiático o africano. Por lo tanto, la inversión en carreteras, ferrocarriles y puentes, entre otros, es fundamental. La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura de Sudamérica (IIRSA) considera la realización de estas obras en América del Sur. Los críticos de esta iniciativa la acusan de favorecer solamente al capital. Por ejemplo, la construcción del puente y de la carretera que ligarán Brasil al Perú por medio de la frontera en Acre tendría tan solo el objetivo de canalizar la soja brasileña hacia el Pacífico por medio de los puertos peruanos y como efecto colateral la producción de soja se extendería por la Amazonía con graves daños ambientales.

Desde nuestro punto de vista, no podemos ser ingenuos, paro tampoco debemos adoptar una actitud defensiva. La integración territorial es una necesidad, pues sin ella otros aspectos serán muy difíciles alcanzar. La cuestión es conducir dicha integración bajo una hegemonía política adecuada que permita evitar o por lo menos controlar los daños colaterales. Nada impide, por ejemplo, que haya severas reglas y fiscalización para evitar daños ambientales a la Amazonía.

La integración energética es otro factor de suma importancia, debido al potencial de energía eléctrica hidráulica existente en varios de nuestros países, el petróleo y gas natural en otros y la biomasa posibilitada por la extensión y riqueza del suelo latinoamericano.

Los acuerdos petroleros firmados por Venezuela, Brasil y Argentina durante la primera cumbre de la Comunidad Suramericana de Naciones (CASA) fueron un primer paso para la integración energética del sur. Venezuela, el quinto exportador mundial de petróleo, firmó cinco convenios para invertir US$ 3,5 mil millones en proyectos energéticos conjuntos entre las empresas estatales Petróleo de

Venezuela (PDVSA) y Petróleo do Brasil (Petrobras).

Según declaraciones de Venezuela, los convenios con Brasil tienen como objetivo impulsar el proceso de integración suramericana, así como la aproximación entre Petroamérica y Petrocaribe. Petroamérica es una iniciativa basada en la cooperación y complementación energética entre los países de América del Sur, que incluirá las iniciativas de Petrocaribe, Petroandina y Petrosur.

Otra propuesta es el Anillo Energético del Sur. Este plan prevé una red de gasoductos que abastecería a Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay con gas venezolano, al cual se sumaría, posteriormente, Bolivia.

Los recursos naturales existentes en América Latina y el Caribe ofrecen la base para cualquier proyecto de desarrollo, puesto que, a diferencia de otros países que hoy son industrializados, aquí tenemos la energía necesaria para sustentarlo y tenemos, además, las condiciones para alimentar a todos.

Sin embrago, el modelo político para conducir la integración también tendrá que ser diferente al que ha sido adoptado en las experiencias hasta ahora en ejecución (MERCOSUR, CAN, SICA y CARICOM), en las que todas las decisiones están concentradas en los jefes de Estado. Si la integración no involucra a más actores, no se expandirá. A modo de ejemplo, en el caso de recién creado Fondo para Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), si la burocracia de esta institución no llega a tener un mínimo de autonomía para definir los proyectos a financiar y si son sólo los gobiernos centrales los que deciden, él Fondo servirá de poco.

Hablamos mucho de integración entre los pueblos, pero si no llega a haber mecanismos institucionales que la promuevan, tales como, para dar un ejemplo, la enseñanza del idioma de los países vecinos, así como su historia, geografía y cultura; si no se generan espacios institucionales en donde autoridades locales, parlamentarios, sindicatos y empresas, puedan incidir de forma relevante y, principalmente, si no hay libre circulación de personas por las fronteras, el proyecto de integración será tan sólo un discurso.

Llevar la integración del continente a su plenitud es probablemente el principal reto que está planteado para nuestros gobiernos, ya de ella depende que se mantenga el desarrollo nacional y la reducción de la dependencia externa de nuestros pueblos.

La integración debe considerar también los aspectos sociales y políticos. El ALBA, acordada inicialmente entre Cuba y Venezuela y el Acuerdo de Comercio entre los Pueblos propuesto por Bolivia son iniciativas positivas que asumen esta dimensión.

En el aspecto social, hay mucho que podrá y deberá hacerse en común, como programas de salud y combate a endemias como el HIV-SIDA, malaria, tuberculosis y enfermedad de Hansen, que pueden potenciar sus resultados en forma más económica, realizando acciones en mayor escala.

En cuanto a la educación, una meta común es la erradicación definitiva del analfabetismo, que puede ser ejecutada de forma supranacional por medio de programas solidarios e incluso con la participación voluntaria de estudiantes. Las iniciativas cubanas en este sentido y la metodología Paulo Freire de

Brasil pueden ser buenas referencias para este fin.

Además de los programas comunes de idiomas, historia, geografía y cultura en la enseñaza fundamental, que fortalecerán el proceso de integración de forma permanente, es también posible promover programas de intercambio en formación técnica y universitaria. Resultaría también fundamental desarrollar mecanismos de equiparación curricular y reconocimiento mutuo de certificados de formación superior.

La política de medio ambiente en áreas fronterizas y en regiones comunes, tales como la Cuenca Amazónica que abarca a Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela, Guyana, Surinam, Guyana Francesa y Brasil, debería ser compartida y concertada. Hay también iniciativas que se derivan del Protocolo de Kyoto, para el control de la emisión de carbono, que pueden igualmente ser instrumentados de común acuerdo.

Ciertas políticas sociales, tales como la erradicación del trabajo infantil y el trabajo esclavo o análogo, la promoción del concepto de trabajo decente de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y políticas de renta mínima, resultarían también fortalecidas en la medida en que todos los países las adoptaran como prioritarias.

Se puede incluso pensar en acciones conjuntas ante las instituciones multilaterales para financiar las iniciativas propuestas en el caso de ausencia de recursos a nivel nacional. De igual manera con relación a otros temas, como pueden ser vivienda y saneamiento básico.
Además de promover la integración latinoamericana, bajo las premisas mencionadas, debemos pensar en la necesidad de establecer una relación internacional sur-sur que provea las bases para mejorar las relaciones con el norte. La importancia de esto ha quedado demostrada con la creación del G-20 en la OMC y con la articulación de los gobiernos progresistas en la elección del Secretarios General de la OEA.

Hay también iniciativas internacionales que pueden traer beneficios para todos, como es el caso, por ejemplo, de la conferencia de países sudamericanos y árabes, realizada en Brasilia en 2004.
Finalmente, debemos tener claridad sobre el hecho de que la integración no es un proyecto sencillo, ni tampoco a corto plazo. El proceso europeo, aún inconcluso, y que a nosotros nos sirve más como aprendizaje que como modelo a seguir, ya lleva más de 50 años.
Lo fundamental, en cualquiera de los casos, es asegurar una integración continental que tenga en el pueblo su cimiento fundamental. Para ello, debemos trabajar en pro de la creación, en el plazo más corto posible, de un parlamento continental.

A la par de la definición de un proyecto de integración continental y mundial, hay que reflexionar en que, para construir un modelo alternativo al neoliberalismo, es necesario replantearse el papel del Estado. Según la experiencia histórica de muchas sociedades del mundo, incluyendo América Latina, el Estado debe ser instrumento fundamental del desarrollo. Para ello, el Estado debe promover la concertación económica y social entre todos los sectores, en función del bienestar de la población y el país, y sobre estas bases deberá desplegar su capacidad negociadora en el plano internacional, y en defensa de los intereses y soberanía nacionales.

El Estado debe conservar bajo su control aquellos recursos económicos de alcances estratégicos, fomentar la productividad y competitividad del país, realizar las inversiones en la infraestructura económica y social que sean necesarias, impulsar programas de ciencia y tecnología, mejorar la eficiencia de los servicios públicos y asegurar el marco legal que propicie las inversiones de capital nacional y extranjero.

El Estado, mediante la ejecución de políticas fiscales adecuadas a las necesidades del modelo alternativo de desarrollo, debe promover la redistribución de los ingresos y procurar equidad efectiva en el disfrute de los beneficios del crecimiento económico. También hay que fortalecer la capacidad financiera del Estado con programas de justicia fiscal a través de reformas tributarias que hagan progresivo el pago de impuestos sobre la renta, aliviando así la tributación de pequeñas y medianas empresas, además de gravar especialmente las herencias y grandes fortunas.

En la medida de las posibilidades históricas debe procurarse que **la economía tienda a estar cada vez más en manos de la sociedad,** en particular de sus sectores mayoritarios.
El Estado debe encargarse de asegurar desarrollo cualitativo y cuantitativo de la educación, la cultura y la investigación científica y tecnológica, que permita asimilar los cambios de la revolución científico-técnica y equiparnos para progresar en este terreno a los ritmos mundiales promedio. El acceso de toda la población a una educación moderna es condición indispensable del progreso económico social, de la democracia, del mejoramiento del bienestar, la calidad de vida y la armonía con la naturaleza.
.
Las tareas encargadas al Estado deben ir acompañadas de reformas que permitan una mayor transparencia y mecanismos de rendición de cuentas. Igualmente se deberá avanzar en el fortalecimiento de la descentralización político/administrativa, pues las esferas de gobierno que están más próximas de la población podrán atenderla de forma más eficaz y poner en práctica el funcionamiento de mecanismos de democracia participativa, tales como los consejos populares y el presupuesto participativo. Todo ello para que se aprecien y se evalúen mejor las políticas gubernamentales y se fortalezca la participación política de la población.

DOCUMENTO BASE

COLONIALISMO, INGERENCIA IMPERIALISTA Y LOS ACUERDOS DE PAZ

El período 2001-2010 ha sido declarado por la Asamblea General de la ONU como la Segunda Década Internacional para la Eliminación del Colonialismo. Hay un plan de acción aprobado en 1991 que destaca las funciones de diversos agentes e instituciones para eliminar el colonialismo. Ello incluye el papel que deben cumplir la comunidad internacional, la misma ONU, las potencias administradoras de las colonias, los organismos especializados, las organizaciones no gubernamentales y, principalmente, el Comité Especial de las Naciones Unidas.

Desde la fundación de la ONU en 1945, más de 80 naciones cuyos pueblos se encontraban sometidos al dominio colonial vinieron a sumarse a la comunidad de las Naciones Unidas. No obstante, hoy, los términos de la resolución de la ONU sobre eliminación del colonialismo se aplican a los siguientes territorios no autónomos: Anguila, Bermudas, Gibraltar, Guam, Islas Caimán, Islas Malvinas, Islas Turcas y Caicos, Islas Vírgenes Británicas, Islas Vírgenes, Montserrat, Nueva Caledonia, Pitcairn, Puerto Rico, Sahara Occidental, Samoa Americana y Santa Helena. Nueve de ellos se encuentran en América Latina y el Caribe y son administrados por Estados Unidos e Inglaterra. En la región encontramos también a Guadalupe, Guyana Francesa, Martinica, Reunión, San Michel y Miquelon y las Antillas Holandesas bajo algún tipo de dominación colonial.

No tiene sentido, y menos en pleno siglo XXI, el mantenimiento de esta colonización y en algunos de estos territorios hay movimientos que luchan por la independencia que debemos apoyar firmemente. El propio Comité Especial ha reiterado que el aislamiento, el espacio territorial limitado o la escasez de recursos no deben servir de excusas para negar a sus habitantes el derecho a la independencia y a la autodeterminación.

Hay, no obstante, procesos diferenciados. Algunos casos ni siquiera han sido tratados por el Comité Especial todavía. Sin embargo, en su última reunión, éste volvió la solicitar a los Estados Unidos que resuelvan el caso de Puerto Rico, que debe alcanzar su independencia. En los casos de constitución de nuevas naciones, los demás países de Latinoamérica y del Caribe deben estar preparados para ayudarlas en el período inicial de la independencia, que es siempre difícil.

Igualmente grave resulta, también, la ingerencia imperialista externa directa en países que ya son independientes. Actualmente, esta ingerencia se presenta de varias maneras. Una de ellas es el mantenimiento del bloqueo a Cuba, desde fines de los años 1950 hasta nuestros días. Este bloqueo es condenable desde todos los puntos de vista, a la luz del derecho internacional, y sólo se mantiene debido a la arrogancia y al poder unilateral de los Estados Unidos.
Las fuerzas armadas norteamericanas mantienen también distintas bases militares en el continente que podrían servir para realizar intervenciones armadas en esos y otros territorios cercanos. Se trata, principalmente, de la base de Guantánamo en la Isla de Cuba, en donde se mantienen a prisioneros capturados en Afganistán, desde 2001; las bases aéreas de Araba, isla colonizada por Holanda en el Caribe, y de Manta, en Ecuador, que permiten monitorear a la América Andina desde el aire. Éstas sirven especialmente de apoyo a la participación americana en los objetivos del "Plan Colombia", pero representan una amenaza directa también a Venezuela, con la cual los EEUU tienen diversos asuntos

contenciosos.
Más recientemente, se firmó un tratado de cooperación militar entre EEUU y Paraguay, en el cual este último cede la base de Mariscal Estigarribia, situada al noroeste del país, desde donde es posible alcanzar rápidamente a los diversos países del Cono Sur. En los años 1980, técnicos norteamericanos construyeron allí un enorme aeropuerto con una pista de 3.800 metros, en la que pueden operar aviones B-52, C-5 Galaxy y C-130 Hercules. Además, la base es capaz de albergar a 16.000 soldados a tan solo 200 kilómetros de la frontera con Bolivia.
Pese a los desmentidos de Washington y Asunción, los objetivos de la superpotencia han ido quedando claros con el paso de los meses. Uno de los hechos más llamativos ha sido la aprobación de inmunidad para tropas norteamericanas que eventualmente pudieran intervenir en el país, disposición que fue votada en el Congreso paraguayo, el 26 de mayo pasado, de forma muy discreta.
En varias ocasiones, militares norteamericanos han concurrido a países de la región latinoamericana y caribeña supuestamente para participar en ejercicios conjuntos con las fuerzas armadas locales o bien para entrenarlas en operaciones contra el narcotráfico. Para tratar de evitar cualquier resistencia de la población local, la presencia militar viene a menudo acompañada de la apertura de pozos, campañas de vacunación, revisaciones médicas y distribución de medicinas y reciben la sencilla denominación de “Ejercicios Combinados y Conjuntos de Acción Cívica y Humanitaria” o, como las actividades propuestas para el Perú, que fueron llamadas “Nuevos Horizontes 2006”.
Además de la tradicional presencia militar y policial norteamericana, el poder económico de los Estados Unidos, mediante sus empresas, también cumple un papel en la política externa de aquel país. La repatriación de ganancias y dividendos de sus inversiones externas directas es fundamental para compensar su balanza comercial, crónicamente negativa. Esta presencia permite, además, la difusión de sus valores políticos e ideológicos.
En este sentido, hay incluso proyectos ambiciosos y de fuerte peso político y estratégico, como es el “Plan Puebla-Panamá” (PPP), que pretende implantar un complejo energético e industrial que ocuparía el territorio que abarca el Sur de México hasta Panamá. Esta es una región que incluye al Océano Pacífico, lo que la volvería estratégica en cuanto a exportaciones a China y Japón, y es muy abundante en agua, petróleo, biodiversidad, madera y mano de obra barata.
Se trata de un proyecto complementario al NAFTA o TLCAN, y al CAFTA, y a los tratados con Perú y Colombia. El gobierno de Uribe ha demostrado interés incorporar directamente a Colombia al PPP. Toda la infraestructura de transportes y energía sería financiada con recursos públicos de los países participantes y con préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). El sector privado participaría con la explotación de los negocios.
No es casual que el gobierno Bush haya hecho todos los esfuerzos posibles para poner a personas de su confianza en los cargos principales de las instituciones multilaterales que se relacionan con el continente, como es el BID, aunque haya tenido que ceder en el caso de la secretaría general de la OEA. Además, en este mismo sentido, ha impedido a Venezuela ocupar un asiento entre las representaciones no permanentes de Seguridad de la ONU. El país elegido fue Panamá, aunque con el beneplácito de los venezolanos.

El gobierno Uribe inició su segundo mandato ofreciendo la posibilidad de llevar adelante conversaciones con dos grupos guerrilleros activos en Colombia, en busca de un acuerdo de paz, particularmente con las FARC. En este caso, el proceso se iniciaría por la determinación de un área desmilitarizada y enseguida habría un intercambio de prisioneros entre las partes. Posteriormente, habría negociaciones que podrían llevar a un acuerdo de paz.
Sin embargo, la explosión de un “coche bomba” en el centro de Bogotá, de autoría desconocida, llevó a la interrupción de las conversaciones y a la decisión de Uribe para solicitar al ejército que proceda a la

liberación de los prisioneros en poder de las FARC por medios militares.
La versión corriente es que el alto comando del ejército habría presionado al Presidente para que no llevara adelante las negociaciones de paz, por estar convencido de la posibilidad de vencer el conflicto militarmente. La explosión del "coche bomba" habría ocurrido con el solo fin de generar una justificación a dicha medida.
Independientemente de esto último, hay negociaciones entre el gobierno y el segundo grupo guerrillero, el "Ejército de Liberación Nacional". Éstas vienen ocurriendo en La Habana, acompañadas por observadores de otros países.
Probablemente, el ejército y el gobierno colombianos han calculado que, a raíz de su fortalecimiento gracias a los recursos del "Plan Colombia" y del cierre del frente de lucha con el ELN, tendría condiciones de derrotar militarmente a las FARC. Sin embargo, el costo para la población colombiana, en materia de violación de los derechos humanos y generación de más refugiados, sería enorme.
A lo largo de la historia reciente del continente, hemos tenido varios conflictos armados en los cuales se han negociado acuerdos de paz. En algunos casos, como El Salvador y Nicaragua, los diferentes sectores políticos enfrentados pudieron integrarse a los respectivos procesos políticos, sumando la izquierda conquistas electorales, a pesar de que la derecha ha mantenido una actitud violenta. En otros casos, como Guatemala y Colombia, el costo para la izquierda ha sido alto en términos de pérdidas de vidas de sus militantes, en razón de que los acuerdos no fueron cumplidos por parte de las fuerzas de derecha.
Creemos que, en el caso colombiano, es necesario seguir luchando por un acuerdo de paz con las debidas garantías posteriores para los combatientes y para su plena incorporación, si así lo deciden, a la vida política. Cabe a la comunidad internacional y a la latinoamericana en particular presionar en este sentido y ofrecer el apoyo necesario para avanzar en la búsqueda de una paz digna y permanente para todos los involucrados.

DOCUMENTO BASE

SEGURIDAD HEMISFERICA, CRIMEN ORGANIZADO, NARCOTRAFICO, TERRORISMO Y MILITARIZACION

Durante las décadas de la “Guerra Fría”, el Imperialismo Norteamericano impuso al mundo su estrategia de ***Seguridad Nacional,*** para combatir al supuesto enemigo, la “amenaza comunista”. Todo esfuerzo de partidos y movimientos socialistas, democráticos, progresistas y patriotas, que participaron en la lucha política fue bloqueado por el Imperialismo: el “comunismo era en todo momento una amenaza a la democracia”.
En muchas ocasiones, el camino de la lucha política y social fue aplastado con fusiles, metrallas, bayonetas y en algunos casos con bombas, cañones y aviones. Ello llevó a que en algunos casos, la lucha armada, en diferentes formas, permitiera a los pueblos enfrentar la represión militar, tal fue el caso de Cuba, Nicaragua, El Salvador y Guatemala en distintos períodos y con resultados también diferentes.

Con la caída del socialismo soviético (1989-1991) finalizó el doloroso período histórico de la “guerra fría” y desapareció el “enemigo comunista”. Comenzó entonces un nuevo período de movilizaciones populares en América Latina y El Caribe.

El fin de la Guerra fría dejó, sin duda, un vacío en la estrategia global de seguridad del imperialismo estadounidense, que se resolvió tras el atentado del 11 de septiembre del 2001 a las torres gemelas en Nueva York. Fue este acontecimiento lo que precipitó la nueva estrategia militar norteamericana señalando al nuevo enemigo principal: “la “amenaza terrorista”. Sobre estas bases concentró su estrategia de guerra contra Afganistán e Irak.
Para América Latina y El Caribe, en particular, el nuevo “enemigo”, la amenaza terrorista, incluye tal como definiera el Gral. James T. Hill, Jefe del Comando Sur basado en Florida y *’responsable’* de América Latina a:

a) Los narcoterroristas y sus aliados;

b) Las pandillas urbanas y otros grupos ilegales armados, generalmente ligadas también al comercio de drogas; y

c) Los grupos radicales islámicos en la región y a quienes los apoyan, realizando actividades para recaudar fondos para ellos.

Otro ejemplo de la política norteamericana en materia de seguridad hemisférica, lo encontramos en el ASPAN (Acuerdo para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte) firmado por México, Canadá y los Estados Unidos. Se trata de un acuerdo que incluye una política común frente al “terrorismo” y el crimen organizado, pero también abarca otros temas como la “seguridad energética” y el agua. Este Acuerdo se firmó sin el conocimiento ni la aprobación del Congreso y hay muchos puntos oscuros que no han sido aclarados y que seguramente comprometen la soberanía y los recursos

naturales de México y Canadá a favor de la gran potencia.

A pesar de estos lineamientos, el nuevo enfoque de seguridad hemisférica y mundial adoptado por los Estados Unidos no es estático y registra modificaciones, conforme a las condiciones igualmente cambiantes. Las nuevas definiciones de amenazas se dan en un contexto difuso, mucho más complejo para los teóricos del pentágono, que cuando se enfrentaban a los soviéticos y comunistas a secas.

Sin embargo, la guerra contra el terrorismo aplicado en Asia, no ha servido para frenar el ascenso de la ola de lucha política y social de los pueblos que comenzó a desbordarse en América Latina y El caribe al finalizar la época de la “guerra fría” (1989-1991).

Las maniobras electorales del gobierno norteamericano y sus aliados fueron derrotadas en Bolivia, Haití, Brasil, Nicaragua, Ecuador y Venezuela, a pesar de los esfuerzos por presentar al “populismo radical” como una nueva amenaza para la región.
Pero también es cierto que Cuba ha sufrido varios ataques terroristas contra ciudadanos e instalaciones que partieron de agentes de la oposición, que tiene sede en Miami y cuenta con el apoyo disimulado del gobierno norteamericano. En el caso de Venezuela, tuvimos la tentativa de golpe de Estado para sacar del poder al presidente legítimamente electo, Hugo Chávez, y posteriormente la huelga y los sabotajes en PDVSA, donde no faltaron provocadores de todo tipo, que llegaron hasta a disparar sobre la población. Para no hablar del financiamiento de los EEUU a los grupos oposicionistas venezolanos.

La Organización de Estados Americanos (OEA), en octubre del 2003, definió un nuevo concepto de seguridad hemisférica, distinto al que prevaleció en la Guerra Fría que se enfocaba en los aspectos tradicionales de defensa y seguridad de los Estados. Ahora se incorporaron como nuevas amenazas a la seguridad los temas relacionados con la democracia, el crecimiento económico, el bienestar social, la salud y la protección al medio ambiente. Sin embargo, para el Gobierno estadounidense el “populismo radical”, en ascenso, es una amenaza a la democracia y a los intereses de Estados Unidos.
Para el Pentágono, el “populismo radical” es un riesgo cada vez mayor para los “gobiernos democráticos”, comprometidos con el “comercio libre y las economías abiertas”, es decir, de "democracia del mercado libre". Ello incluye la posibilidad de perder el control de las bases militares en países en donde los “populistas radicales” estén logrando victorias electorales, como, por ejemplo, en Ecuador.

Los países que componen la “Triple Frontera”, Argentina, Brasil y Paraguay, son altamente vigilados, bajo el pretexto de la fuerte presencia de emigrantes árabes y palestinos, potenciales apoyadores – en la opinión de los norteamericanos – del Hezbollah libanés y del Hamas palestino, ambos partidos de gran fuerza en sus respectivos países.
Estados Unidos pretende también sustituir la tradicional “Escuela de las Américas”, de los tiempos de la guerra fría, por una nueva institución llamada “Internacional Law Enforcement Academy” – ILEA (Academia Internacional para el Cumplimiento de la Ley) que será instalada en El Salvador. Además, si el gobierno peruano lo admite, se abrirá una filial en dicho país andino.

Los estudiantes invitados que asistirían a dicha academia vendrían de países de América Central, Caribe, América Andina y Brasil, preferentemente profesionales que trabajen en las áreas judiciales y de las corporaciones policiales. Los temas a ser tratados serían: terrorismo internacional, crímenes financieros, tráfico de drogas, migración, robo de vehículos y corrupción gubernamental.

Dado que, para los estrategas del Pentágono lo anterior es insuficiente para enfrentar los nuevos riesgos, se ha comenzado a hablar de la posibilidad de revivir una nueva versión de la Escuela de las Américas, que durante más de cincuenta años se utilizó para "capacitar" militares latinoamericanos y caribeños, criminales, torturadores y genocidas, para encabezar dictaduras militares encargadas de detener y derrotar al "comunismo".
Esta amenaza cobra fuerza con la creación del "Western Hemisphere Institute for Security Cooperation", diseñada para incrementar la presencia militar frente, según Washington, a la "amenaza de las victorias izquierdistas en la región".

Se ha conocido que el gobierno Bush ha decidido desmontar las sanciones (cese de ayuda militar) que impuso a los países de América Latina que decidieron no apoyar la guerra en Irak para seguir incidiendo en los ejércitos por la vía de la "Cooperación Militar".

Igualmente, el gobierno Bush, antes de la derrota electoral del 7 de noviembre con la cual perdió el control de la Cámara de Representantes y Senado a manos de los Demócratas, presionó a algunos países para que aprobaran leyes antiterroristas a fin de definir como enemigos de seguridad y la democracia a las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo.

Frente a este peligro que recorre de nuevo nuestra América Latina, es necesario profundizar en el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

La lucha de la izquierda en América Latina y el Caribe siempre ha sido a favor de la paz y contra la militarización de nuestros países, lo que no significa que no debamos preocuparnos por nuestra seguridad. Primero, por las amenazas externas que provienen de la intolerancia del imperialismo frente a las transformaciones políticas en curso en América Latina y el Caribe. Y en segundo lugar por las acciones del crimen organizado y del tráfico de drogas ilícitas, que tiene tanto raíces como ramas en el continente, por el otro.

Los países del continente nunca han tenido una política común de seguridad que no fuera estimulada por los intereses de las grandes potencias. Durante la guerra fría, casi todos seguían la "Doctrina de Seguridad Nacional", patrocinada por los EEUU. Es hora de que los gobiernos progresista del continente empiecen a tomar iniciativas para elaborar una política común que tengan en cuenta las distintas amenazas a su seguridad, pues la posibilidad de que haya ingerencia armada externa sobre un país es una amenaza para todos, al igual que la desidia de un país contra el crimen organizado tiende a neutralizar los esfuerzos de los demás.
Este es un tema que se relaciona también con la integración de nuestros países y que debe fundarse en una serie de principios que resguarden la integridad de nuestros territorios, recursos naturales, humanos y económicos, así como también la soberanía y la autodeterminación de los pueblos. Es fundamental también separar las políticas de defensa de aquellas de seguridad pública y ciudadana. La posibilidad de cooperación en las áreas de inteligencia y fronteras, al igual que la realización de ejercicios policiales y militares conjuntos, sería una contribución importante para la integración continental que buscamos. Sin embargo, si estas llegan a ser implementadas, deben hacerse con total transparencia, lo cual significa informar a los países que no participaron en el ejercicio de la realización y la naturaleza de este evento. Significa asimismo que los ciudadanos de cada país estén enterados de las políticas nacionales de seguridad y de las iniciativas prácticas. Tampoco se debe

admitir la participación de militares implicados en hechos de tortura o en otros actos de violación de los derechos humanos.

DOCUMENTO BASE

CRIMEN ORGANIZADO

La ofensiva neoliberal estuvo acompañada por un crecimiento del crimen organizado y del narcotráfico en todo el mundo. Bandas de criminales de Rusia, del Este Europeo, de los Balcanes y países bálticos actúan en el tráfico de heroína y de 200.000 “esclavas sexuales” que distribuyen cada año por los burdeles de todo el mundo. La violenta mafia albanesa que opera en la recién “liberada” provincia de Kosovo controla una parte significativa del tráfico de heroína y de prostitución en Europa Occidental y en América del Norte.
Las enormes cantidades de heroína producida por los señores de la guerra del “también liberado” Afganistán – aliados de los EEUU – pasan a través de los países que componían la antigua Yugoslavia e inundan los países de Europa Occidental. La mafia rusa controla una parte importante del tráfico de drogas, armas ilegales, mujeres y niñas destinadas a la industria sexual y del lavado de dinero en los países europeos, EEUU y Canadá.
El comercio ilícito de cocaína mueve cerca de US$ 70 mil millones al año, favoreciendo no sólo a los traficantes, sino también a grandes bancos, a los que poco importa el origen de este dinero.
Los multimillonarios de la mafia, en todo el mundo, se han infiltrado en la política y en los organismos de poder nacional, como forma de ejercer influencia sobre la legislación, el poder judicial y los órganos policiales para proteger sus intereses.
En América Latina y el Caribe la situación no es muy diferente y crece el poder del crimen organizado, desde los “Yardbirds” de Jamaica; pasando por los narcotraficantes mexicanos y los “coyotes” que explotan a los emigrantes que intentan cruzar la frontera de los EEUU; por los carteles del narcotráfico en Medellín, Cali y otros en Colombia; por no mencionar las organizaciones criminales como el *Primeiro Comando da Capital* (PCC) en São Paulo y el *Comando Vermelho* (CV) en Río de Janeiro, implicados en el tráfico de drogas y secuestros en Brasil.
Además de las bandas locales, existen otros grupos internacionales que se hacen presentes en el continente, tales como la mafia italiana, desde hace ya mucho tiempo, y la mafia nigeriana, que ha llegado más recientemente. En general, todos éstos están implicados en el tráfico de cocaína para Europa, al igual que en el tráfico de personas.

La posibilidad de que se incremente la militarización de América Latina, según la estrategia norteamericana, responde también a la crisis de los sistemas de seguridad publica que se producen en la mayoría de los países de la región.

De ahí que un nuevo modelo de intervención extranjera se viene poniendo en práctica por medio de convenios de cooperación en el área policial. Bajo el argumento del combate al lavado de dinero y al “financiamiento del terrorismo”, el gobierno norteamericano ha firmado convenios de cooperación técnica con varios países latinoamericanos que le permiten abrir oficinas en las cuales circulan agentes del “Federal Bureau of Inteligence” (FBI) que establecen contactos con sus colegas locales y que permiten el acceso a una serie de datos estratégicos, no sólo sobre asuntos policiales y de seguridad, sino también sobre finanzas y flujos de comerciales.
No creemos que la política unilateral de los Estados Unidos y el aparato que ha organizado en el continente, a saber, los convenios policiales bilaterales, la ILEA y la erradicación forzosa de las

plantaciones de coca, sean la solución para el problema.
En primer lugar, en el caso de los cultivos de coca, se debe atender y respetar las tradiciones de las culturas locales, tal como viene haciendo el presidente de Bolivia, Evo Morales, él mismo “cocalero” de origen, aunque la producción debe ser monitoreada.

En segundo lugar, es menester crear una política de inteligencia, intercambio de informaciones y cooperación entre el conjunto de los países del continente para combatir el crimen organizado y el tráfico de drogas ilícitas. Esta cooperación deberá sen extendida a los países desarrollados, siempre y cuando lo haga bajo la concepción de que somos todos perjudicados por el crimen y tenemos el mismo interés en combatirlo, pero cambiando la visión dominante del gobierno de EEUU que pretende combatir solamente las plantaciones de materia prima y el tráfico supuestamente dirigidos a su país, sin atacar el consumo ni a los carteles que operan en su territorio ni a los centros financieros que los apoyan en el lavado de dinero.
Es necesario insistir también en que el combate a las bandas delictivas no puede prescindir de políticas sociales contra la pobreza y a la exclusión social, pues éstas constituyen el origen principal de la criminalidad.

DOCUMENTO BASE

TERRORISMO

En 2001, el Foro de São Paulo se solidarizó inmediatamente con las víctimas de los actos criminales acaecidos en Nueva York y reivindicó el camino de la paz y la justicia como el único válido para derrotar el terrorismo, reiterando su solidaridad con todos aquellos que sufren sus consecuencias. Como se declaró en la resolución del X Encuentro: “Nosotros, partidos y movimientos de pueblos que han sufrido y que sufren los ominosos efectos del terrorismo de Estado, estamos en contra de todas las manifestaciones de terrorismo, por razones éticas, morales, humanitarias y políticas”.

Estos lamentables acontecimientos quitaron el velo a una política hasta entonces encubierta y que se expresa hoy en los peligrosos términos de la Doctrina Bush y de la “Ley Patriota”, que autoriza la práctica de tortura por parte de las autoridades norteamericanas contra los acusados de amenazar la seguridad norteamericana y hasta en la quiebra de privacidad de todos los ciudadanos del mundo que utilizan el Internet por medio de satélites o servidores norteamericanos.

No estamos de acuerdo con los efectos inmediatos de estas medidas, ya sea por lo que representan contra el pueblo de los EEUU, ya sea por el carácter extraterritorial de su aplicación. No aceptamos el papel auto asignado por los Estados Unidos como policía internacional y estamos convencidos de que el combate al terrorismo no funcionará si se hace por intermedio de acciones bélicas e intervenciones militares generalizadas en el mundo. Tampoco aceptamos sus criterios para definir qué es terrorismo. La doctrina Bush está provocando tanto el resurgimiento de la intolerancia, del racismo, de la xenofobia y de la discriminación, como también más víctimas inocentes y la exacerbación de fundamentalismos irracionales. Su política tiende a provocar el aumento del terrorismo y no lo contrario.

Un ejemplo de los efectos perniciosos de las políticas norteamericanas se observa en el crecimiento del comercio de armas en el mundo desviando recursos importantes de las áreas sociales para hacer frente a la inseguridad provocada, principalmente, por la política que acabamos de describir y que representó gastos totales del orden de los US$ 44,2 mil millones en 2005. Este año, Rusia ha sustituido a los EEUU como principal proveedor para los países en desarrollo.

Las compras de armas de estos países alcanzaron los US$ 30,2 mil millones en 2005, contra US$ 26, 4 mil millones de 2004. El principal comprador fue la India, que gastó US$ 5,4 mil millones, seguida por Arabia Saudita, con US$ 3,4 mil millones, y China, con US$ 2,8 mil millones.

Rusia vendió cerca de US$ 7,0 mil millones en 2005; Francia, US$ 6,3 mil millones y los Estados Unidos quedaron en tercer lugar con US$ 6,2 mil millones. El principal cliente ruso fue Irán, extremadamente presionado hoy en día por las grandes potencias debido a su programa de enriquecimiento de uranio.

Hay muchos países en Latinoamérica que se han propuesto modernizar su equipamiento militar, no sólo por las necesidades de seguridad como también por lo que representa en términos de adquisición

de ciencia y tecnología. Pero hasta en esto los Estados Unidos interfieren, al prohibir a los países proveedores vender equipamientos militares con componentes americanos a países non gratos a ellos, como por ejemplo Venezuela, que no puede comprar aviones brasileños o barcos españoles por esta razón.

Rechazamos también todos los intentos de presentar a los movimientos de liberación nacional, el movimiento altermundista, la izquierda y los movimientos sociales y progresistas como terroristas.
Por ello, una cuestión fundamental reside en derrotar el objetivo de la política norteamericana que pretende criminalizar a las luchas populares y sociales

El combate al terrorismo necesita la vigilancia de los pueblos y, por ende, transparencia. Nuestros pueblos tienen el derecho de saber la verdad sobre lo que ocurre y sobre quiénes son los responsables si los hay. El pueblo tiene el derecho también de obtener información y justicia para los terroristas de Estado que todavía siguen impunes.

DOCUMENTO BASE

FUERZAS POLITICAS, MOVIMIENTOS SOCIALES Y GOBIERNOS

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos y alianzas sociales. Los partidos y gobiernos de izquierda tienen que contribuir al desarrollo de las Alianzas Sociales latinoamericanas y caribeñas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades, como las Redes Sociales contra los TLCs y el ALCA, por ejemplo, así como en la defensa de las Soberanía e Independencia de naciones y pueblos.

Los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos deben armonizarse con los esfuerzos por la Integración que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo y por un nuevo modelo de sociedad en el Siglo XXI.

Partidos, organizaciones de los movimientos sociales y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros en preparación para la defensa de revoluciones y procesos revolucionarias, para continuar la lucha contra el neoliberalismo, y la defensa de la soberanía e independencia nacional así como el impulso de programas alternativos. Asimismo tienen que enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular nuestro movimiento.

Un tema particularmente importante a debate se refiere a la relación de los movimientos sociales con los partidos y gobiernos de izquierda antineoliberales. La relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda, es una relación que debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de la lucha en este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI.

Esta claro que en los casos en que existen gobiernos de la derecha neoliberal, el objetivo principal de las luchas sociales es hacer que el Estado responda a las demandas de los pueblos (tierra para campesinos e indígenas, salarios y empleos dignos para trabajadores, en particular para madres solteras, hombres y mujeres, servicios de educación y salud pública asegurados gratuitamente para los pobres, de protección del medio ambiente, contra la violencia y delincuencia, criminalidad, etcétera). Sin embargo, como hemos señalado, uno de los principales rasgos de la nueva coyuntura latinoamericana y caribeña es la llegada de varios partidos de izquierda y progresistas al gobierno nacional de sus países

Uno de los orígenes de la fuerza de los partidos progresistas que hoy gobiernan varios de los países de América Latina y el Caribe está en los movimientos que lucharon y luchan por derechos sociales, soberanía nacional y democratización de la mayoría de los países del continente.

Por lo tanto, la relación entre los gobiernos progresistas, las diversas fuerzas políticas de izquierda que a veces no están en el gobierno y los movimientos sociales debería ser clara y armónica, en función de la afinidad y la cooperación histórica. Sin embargo, raramente es así. Los movimientos y varias tendencias políticas esperan que los gobiernos progresistas produzcan resultados y transformaciones, las más profundas, y lo más rápido posible. Los gobiernos, por su parte, muchas veces piden paciencia, no desean ninguna crítica y exigen total cooperación frente a la imposibilidad de promover las transformaciones en la forma y con la rapidez deseadas.

Para entender esta situación, en primer lugar, cabe recordar que nuestra llegada al gobierno significa que pasamos a controlar una cuota del poder, pero que otras cuotas siguen bajo el control de las clases dominantes. Los llamados "mercados", las grandes empresas de comunicación, sectores de la alta burocracia del Estado, los comandos centrales de las fuerzas armadas, los "poderes" judicial y legislativo, además de la influencia de gobiernos extranjeros, por ejemplo, compiten con el poder que poseemos cuando ocupamos la presidencia de la República.

Asimismo, en muchos países pobres, nuestra llegada al gobierno se ha dado en el marco de alianzas más o menos amplias, con partidos que no comulgan la misma historia ni el mismo programa de la izquierda. Recuérdese también que las políticas neoliberales han causado, simultáneamente, el aumento de los problemas sociales y el debilitamiento de los aparatos de Estado, haciendo crecer las expectativas y reduciendo los medios para atenderlas.

Finalmente, es importante señalar que la correlación de fuerzas difiere de un país al otro, al igual que las estrategias y las concepciones políticas de los partidos que han llegado al gobierno central. Esto ayuda a entender por qué las metas y los ritmos de los cambios son tan diferentes.

A pesar de lo anterior consideramos que es el momento propicio para que los movimientos transiten del período de lucha de resistencia al neoliberalismo al período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos.

Esto exige un debate maduro, y una búsqueda constante de propuestas y soluciones. Sin embargo, algunas cosas deben quedar claras. La primera de ellas es que, si el movimiento social no es autónomo, pierde su fuerza y consecuentemente pierden fuerza el(los) partido(s), las fuerzas políticas y el gobierno que el movimiento apoya. Si los movimientos sociales se confunden con el Estado y los partidos, se mediatizan y dejan de cumplir su papel. Por consiguiente, es de interés de los gobiernos progresistas fortalecer a los movimientos sociales. Tenemos el ejemplo de la reciente ley aprobada por el Frente Amplio en el Congreso uruguayo, que reprime las prácticas antisindicales de las empresas y, gracias a esta ley, el nivel de sindicalización en el país ha crecido ya en más de un 30%. La política correcta de parte de nuestros gobiernos debería ser la de apoyar al movimiento social y respetar su autonomía.

Por su parte, los movimientos sociales tienen que entender la importancia de tener un gobierno aliado. Con la derecha en el poder, perdemos todos, pues las transformaciones sociales se dificultan enormemente en ambientes represivos, antidemocráticos y antipopulares.
En caso de gobiernos de izquierda y partidos de izquierda que controlan el gobierno, los movimientos sociales tienen que caminar de la mano para ejecutar respuestas o soluciones a las necesidades de los

más pobres y en general a promesas de campañas electorales. Pero también los movimientos sociales, igual que los partidos, se tienen preocupar por el buen funcionamiento de los gobiernos nacionales, nacionales y locales, sin obstrucciones burocráticas y sin corrupción.

No es realista ni conveniente pensar que el Estado puede solucionar todo y que, además, caiga en prácticas corporativas y clientelares, favoreciendo sólo a las organizaciones que lo apoyan y excluyendo a las que lo critican. El movimiento social tiene que luchar por sus reivindicaciones pero debe ser también capaz de construir o, por lo menos, señalar las soluciones posibles a partir de la realidad existente.

Dicho esto, debe resultar claro que las movilizaciones sociales ayudarán a nuestros gobiernos a avanzar y la relación existente entre los partidos progresistas, el gobierno y el movimiento debería crear el ambiente adecuado para alcanzar los acuerdos necesarios, al igual que para aprobar los proyectos presentados por los gobiernos y de interés del conjunto de la población, a menudo truncados por la derecha en los parlamentos.

Por otro lado, hay varias iniciativas actualmente, de carácter supranacional, que merecen todo nuestro apoyo, como el Foro Social Mundial y las distintas manifestaciones sociales realizadas en paralelo a los eventos oficiales del MERCOSUR y de la Comunidad Suramericana de Naciones, generalmente organizadas por la “Alianza Social Continental”. Ellas contribuyen para la organización política de la sociedad, para la socialización de la política externa de nuestros países y para que los gobiernos incorporen las reivindicaciones populares.

DOCUMENTO BASE

ALGUNAS PROPUESTAS PARA EL FUNCIONAMIENTO DEL FORO DE SAO APULO

Nos parece fundamental que este XIII Encuentro, más allá del debate político, contribuya también con propuestas que fortalezcan nuestro trabajo y nuestra organización. En este sentido, proponemos crear:

1. **Un boletín electrónico mensual -** Autorizar a la Secretaría Ejecutiva a relanzar el sitio web del Foro de São Paulo, además de publicar mensualmente un boletín electrónico informativo, con base en el noticiario y los artículos de opinión enviados oficialmente por los partidos integrantes. Este boletín tendrá un carácter meramente institucional e informativo, que no se propone "dirigir" ni tampoco a cuestionar la acción de los partidos integrantes del Foro.

2. **Escuela continental de formación política -** Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una escuela continental de formación política. Esta escuela tendría como objetivo crear un espacio común y permanente de debate sobre las distintas y plurales orientaciones existentes al interior del Foro de São Paulo, teniendo como perspectiva animar un debate sobre el pensamiento de izquierda latinoamericano y caribeño.

3. **Festival político-cultural anual -** Iniciar la realización anual, cada vez en un país, de un festival político-cultural (similar la las fiestas anuales de los partidos comunistas europeos).

4. **Observatorio electoral -** Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una institución capaz de acompañar, con encuestas y personal especializado en campañas, los procesos electorales en cada uno de nuestros países.

INTERVENCION DE MEDARDO GONZALEZ - COORDINADOR GENERAL DEL FMLN, EN LA INAUGURACION DEL XIII ENCUENTRO DEL FSP

San Salvador, 12 de Enero del 2007

Estimados compañeros y compañeras:
En nombre de nuestro partido, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, tengan una calurosa bienvenida por segunda vez a este Encuentro del Foro de Sao Paulo. Digo por segunda vez, porque hace diez años ustedes nos confiaron la responsabilidad de ser los anfitriones del VI Encuentro, esa vez en el mes de noviembre de 1996.

Quiero agradecer por cierto al Grupo de Trabajo que haya aceptado nuestra sugerencia de posponer un par de meses este XIII Encuentro, que normalmente estaba fijado para noviembre del año recién pasado y que nosotros creíamos conveniente trasladarlo a este mes de Enero pues deseábamos desarrollarlo cercano a otras dos fechas para nosotros y nuestro pueblo muy importantes por su significado, a la vez político y emotivo: el 15 avo aniversario de la firma de los Acuerdos de Paz y el primer aniversario del fallecimiento de nuestro querido compañero Schafik, el cual conmemoraremos este 24 de enero, dentro de doce días exactamente.

Schafik se nos fue el 24 de enero, hará un año. Veníamos ese día de la toma de posesión de Evo. Allá en Bolivia Schafik pronunció sus últimas palabras en público, para el caso un público de compañeros de nuestra América. Lo que creo, llamó mucho la atención de los presentes fue la agudeza del pensamiento de Schafik cuando nos habló de lo que podía significar ese triunfo de Evo, con un programa que no se arrodillaba ante las transnacionales, con la fuerza popular que Evo tenía y tiene con él, y que era la que lo había llevado al poder; y qué era lo que nos correspondía hacer a nosotros los partidos de izquierda del continente para acompañar procesos así contra los cuales la furia del Imperio dispara su fuego.

Hace diez años éramos anfitriones del Foro. Permítanme recordar ante ustedes una imagen de ese VI Encuentro: la presencia entre nosotros, en un acto inaugural semejante a éste, del compañero Lula. Del compañero Lula nos llamó la atención la fuerza de su sueño, de ver su país transformado para bien de los humildes. Digo la fuerza de su sueño y debería decir la testarudez del sueño del sindicalista Lula. Como sabemos, hace unos días Lula ha iniciado su segundo mandato presidencial por decisión, por segunda vez, del pueblo brasileño.
Quiero decirles, pero seguramente ustedes en sus trabajos valorarán este hecho con el suficiente detenimiento, que para nosotros el hecho que el compañero Lula se haya dado como uno de los objetivos centrales en su programa de gobierno llevarle comida a los pobres, es algo que nos entusiasma y nos llena de emoción. Por supuesto que detrás tienen que haber políticas de transformación estructural para que sean los pobres que se ganen su plato de comida cotidiano, con su esfuerzo y su propia fuerza de trabajo, pero nos parece muy importante, al menos desde el punto de vista cristiano – que ya es mucho –, que el gobernante de un país de 180 millones de habitantes y con un alto porcentaje de pobres durmiendo en las calles y buscando como pueden el sustento para sus hijos , en el FMLN nos parece un hecho de gran importancia humana y por supuesto política.

Pero quiero precisar mi propósito. Fíjense que aquí en nuestro país tenemos actualmente un presidente

que se vanagloria a cada instante a través de los medios de difusión de nuestro país – y si tienen unos minutos para ver la televisión en sus habitaciones, o escuchar la radio, podrán verificar lo que les digo – les decía pues que este señor que ahora tenemos como presidente repite a cada instante que su gobierno tiene sentido humano, y ha montado un limitado programa de ayuda a los pobres que le ha llamado Red Solidaria, el cual consiste desde hace un año en darles quince dólares por mes a las familias en extrema pobreza , familias con cinco hijos, para que los niños tengan tiempo para ir a la escuela, dice el. Resulta que este señor se ufanó ante los medios de difusión que es de Lula que ha tomado el ejemplo. Y entonces uno se hace la pregunta ¿y qué significado puede tener, qué efecto duradero puede tener, en un país (el Brasil) y en otro (El Salvador) un tal programa? Y entonces uno llega a otra pregunta: ¿Y en qué política global se inserta un programa así? En Brasil, y sólo voy a citar algunos hechos, en Brasil se ha terminado la privatización de la educación, aquí se ha profundizado y el presidente que tenemos se prepara a privatizar más la educación.

En Brasil se ha terminado con la persecución y la criminalización de los movimientos sociales; aquí el presidente del que les hablo ha hecho votar una ley para perseguir a los vendedores que él llama piratas en los mercados, tildándolos de “terroristas”. Brasil contribuyó a derrotar y enterrar el ALCA, aquí tenemos uno de los gobiernos más genuflexos ante las políticas injerencistas del Imperio, particularmente los llamados TLCs., ahora que el ALCA es cadáver. Sin hablar de su apoyo militar e ideológico en la agresión al pueblo de Irak.
Estuvo también con nosotros, hace diez años, el camarada Hugo Chávez, que llegó a ese Sexto Encuentro un poco de improviso. Y quiero decirles, porque hay que decirlo: hubo resistencias para dejarlo entrar, no tanto por parte de las autoridades de migración salvadoreñas, sino en el seno mismo de nuestro Foro. Pero bien… cuestiones de “representatividad” y qué sé yo. Lo que me interesa subrayar, ahora que ha pasado el tiempo y, sobre todo, que ha pasado tiempo político de enorme significación social en nuestra América y al cual me voy a referir más adelante, lo que me interesa subrayar es que fue nuestro compañero Schafik, que en ese momento presidía el Grupo de Trabajo, quien insistió, y logró, hacerle un espacio de presencia al camarada Hugo en los actos de clausura de ese Sexto Foro. Hoy, el comandante Chávez no está aquí tampoco, al igual que no está el compañero Lula, y todos sabemos que él también hace menos de dos meses una vez más fue refrendado en su mandato por el voto amplio de su pueblo, para que siga conduciendo las tareas de la revolución en Venezuela.

Hoy, el Movimiento Quinta República es miembro del Foro y una delegación está aquí presente, ¡bienvenidos compañeros y compañeras!.¿Quién hubiera dicho hace diez años que Hugo Chávez iba a estar conduciendo uno de los procesos revolucionarios más originales en el mundo en este momento, él y sus compañeros del Movimiento Quinta República? Hugo Chávez, firme como pocos en este mundo de arrogancia imperial, y de grave crisis del dominio imperial. Hugo Chávez recuperando para su pueblo los recursos naturales de su patria y todo lo que se puede hacer con esos recursos cuando la visión es transformar la pobreza maldita generada por siglos de explotación en riqueza prometedora de transformaciones fundamentales. Me estoy refiriendo por ejemplo al ALBA, exactamente lo contrario del ALCA imperial. Hugo Chávez sabe que los recursos naturales se agotan, por eso sus atrevidos programas para invertirlos en lo humano. Y son ya incontables esos programas: para curar a la gente de enfermedades que durante decenas y decenas de años podían haberse curado y no se curaban; para llevarle la luz de las letras a los que durante decenas y decenas de años estaban en la oscuridad de la ignorancia; para llevarles un techo digno a los que durante decenas y decenas de años eran productores de riqueza en su tierra y no tenían abrigo; para formar juventud profesional y capaz de conducir el desarrollo integral y de largo alcance; para recuperar la soberanía, la verdadera, la que

dignifica y enorgullece de ser venezolano y latinoamericano. Recursos naturales que salen de la tierra de la patria para hacer patria duradera, aunque esos recursos un día vengan a su agotamiento.

Compañeras y compañeros venezolanos presentes en este XIII Foro de Sao Paulo, quiero solicitarles que sean portadores, al regreso a su patria querida, de mi saludo personal, del saludo de nuestro Frente y su militancia y del saludo del pueblo aguerrido de mi país, que vibra y admira los pasos que día tras día da la Revolución Bolivariana conducida por su comandante y ustedes con él.
De manera, pues, que recuperar la propiedad de los recursos naturales es paso necesario en los programas de transformación estructural, pero seguidos o acompañados, al mismo tiempo, de políticas sociales que le den a los pueblos la capacidad espiritual e intelectual de convertirse, ellas, en el recurso duradero que puede asegurar el tiempo largo necesario para la construcción de la nueva sociedad.
Es lo que a nuestro juicio ha pasado en Cuba. Desde el inicio de la Obra de la Revolución hace ahora cuarenta y ocho años, el proyecto contenía ocuparse de manera absolutamente primordial del recurso humano, y por eso la alfabetización y luego la cultura para todos, y por eso hospitales y médicos y medicamentos para todos y alimentos para todos, el acceso gratuito de educación superior y la formación de profesionales del más alto nivel para todos en toda la Isla; etc., es decir, en Cuba desde un inicio la visión fue que los recursos naturales se agotan pero no el recurso humano.

Esta visión a nuestro juicio ahora, en estos tiempos de anuncio del fatídico momento en que el planeta podría quedarse por ejemplo sin petróleo, la Obra de la Revolución está preparada y sigue preparándose para afrontar las dificultades que se presenten. De igual manera hay que subrayar que la Obra de la Revolución se propuso desde un inicio también la protección y acrecentamiento del entorno biológico, sean bosques, ríos, lagos; sean especies animales; sean el aire. Quiero recordar a este propósito una información que nuestro compañero Fidel se encargó recientemente de recordarnos. La Fundación Mundial para la Vida Silvestre, cuya sede está en Suiza, y considerada mundialmente como la más importante ONG que controla el medio ambiente global, declaró que el conjunto de medidas aplicadas por Cuba para proteger el medio ambiente la convertían en el único país de la Tierra que cumple los requisitos mínimos de desarrollo sostenible. Y subraya Fidel que esto constituyó un honor estimulante para nuestro país, pero de escasa trascendencia mundial, dado el peso de su economía. Por ello, el pasado 23 (de noviembre) envió un mensaje al presidente Chávez que decía: “Querido Hugo, al adoptar un programa integral de ahorro de energía, te convertirás en el más prestigioso defensor mundial del medio ambiente” Y continúa Fidel dirigiéndose al presidente Chávez: “El hecho de ser Venezuela el mayor país con reservas de petróleo es de enorme trascendencia y te convertirá en un ejemplo que arrastrará a todos los consumidores de energía a hacer lo mismo, ahorrando sumas incalculables de inversión” (fin de la cita).

Compañeras y compañeros, hace una quincena de años, cuando arrancó su quehacer el Foro de Sao Paulo, estábamos, dentro del Foro, **en posición de resistencia** ante la arrogancia imperialista después de lo que pasó en el así llamado Campo Socialista. Y eran muchas las voces, malintencionadas pero también algunas bienintencionadas pero bastante ingenuas, que anunciaban que Cuba no iba a resistir. Hoy estamos en otro momento, estamos en posición de pasar a la derrota del neoliberalismo, y no sólo de derrotarlo sino de superarlo y construir el nuevo modelo alternativo. Cuba no solo resistió sino que se desarrolla crece su economía y día a día construyen una nueva sociedad. En otras palabras, ya no estamos solamente en el debate, sino que ya contamos con experiencias de socialismo. Están palpables en Cuba y en construcción en Venezuela. El Socialismo del siglo XXI ya no solamente es un proyecto a futuro. Es realidad a simple vista y es medible con los instrumentos de medición que poseemos, incluso los de los organismos del Imperio.

Quiero terminar estas breves palabras. Tenemos un buen documento para nuestras valoraciones y aportes en este XIII Encuentro. Para mí, los cinco retos que contiene ese documento sintetizan el camino recorrido y le pueden dar buen arranque a nuestro trabajo futuro. Los cito muy brevemente: 1. profundizar la democratización; 2. Ampliación de las políticas sociales públicas, incluyendo los nuevos derechos; 3. Reformas estructurales; 4. Creación de un modelo económico alternativo; y 5. Combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental.
Todo esto implica enfrentarse a los intereses de las transnacionales y por lo tanto implica lucha. Y es impensable realizarlo solo desde el Gobierno, ganado en una contienda electoral, si no hay un pueblo detrás – organizado, consciente, que empuja, que ha hecho suyo el programa de una transformación profunda, que vibra con el y por el.
Esto es una de las grandes lecciones que nos han dejado el avance de la izquierda en los últimos años, pero sobre todo la Historia de Cuba, la persistencia de Cuba, la capacidad de Cuba de ser autocrítica y profundizar su revolución permanentemente, profundizar su socialismo permanentemente.

Los partidos de izquierda y los Gobiernos revolucionarios no hacemos nada si no invertimos en el pueblo a que se organice y si no encontramos los mecanismos, para tener una relación permanente con el. Esto implica también buscar formas de una nueva democracia – no solo electoral. Algunos lo llaman poder popular, otros de otra manera. Pero lo que sí está claro hoy: esa nueva sociedad, ese modelo alternativo, el socialismo ya está a lo orden del día.
Estas eran solo algunos pincelazos – vayamos a trabajar a las mesas y les deseo jornadas fructíferas.
¡Viva el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo!

Muchas gracias

INTERVENCIÓN CENTRAL DEL PCC EN EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO EN SAN SALVADOR (Versión VI – 7.1.07)

NUESTRAS PRIMERAS PALABRAS DE HOY SON PARA RECORDAR AL QUERIDO COMPAÑERO DE LUCHA, DESTACADO Y EJEMPLAR REVOLUCIONARIO, SHAFICK HÁNDAL, EL CUAL FUE PROMOTOR DE QUE ESTE XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO SE EFECTUARA EN EL SALVADOR, CON EL OBJETIVO DE RELANZAR NUESTRO FORO, EL CUAL CONSTITUYE EL PRINCIPAL AGRUPAMIENTO DE PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS DE LA IZQUIERDA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA, DESDE ESTE HEROICO PAIS.

ASPIRAMOS A QUE, TAL COMO OCURRIÓ EN EL VI ENCUENTRO, CELEBRADO EN SAN SALVADOR EN JULIO DE 1996, EL GRAN ESFUERZO REALIZADO POR LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL, LE IMPRIMA A NUESTRO ENCUENTRO NUEVAS ENERGÍAS Y PROPICIE LAS DISCUSIONES Y ACCIONES QUE PERMITAN SUPERAR EN EL FUTURO EL IRREGULAR FUNCIONAMIENTO DEL FORO EN LOS ULTIMOS AÑOS.

DESARROLLAMOS NUESTRA ACTIIVIDAD REVOLUCIONARIA EN UN MOMENTO DE ENORME TRASCENDENCIA PARA EL CONTINENTE Y PARA TODO EL MUNDO, CUANDO LA HUMANIDAD ENFRENTA UNO DE LOS MOMENTOS MÁS DIFÍCILES Y COMPLEJOS DE SU HISTORIA.

DESPUES DE LA DESINTEGRACIÓN DE LA UNIÓN SOVIÉTICA Y LA DESAPARICIÓN DEL SOCIALISMO EN EUROPA, LOS CANTOS DE SIRENA DE AQUELLOS QUE PROCLAMABAN LA VICTORIA DEFINITIVA DEL CAPITALISMO Y EL FIN DE LA HISTORIA, SE HAN ESTRELLADO CON EL FRACASO DEL SISTEMA CAPITALISTA Y DEL MODELO NEOLIBERAL.

EN LUGAR DEL BIENESTAR PROMETIDO, LA HUMANIDAD HOY ENFRENTA ENORMES INJUSTICIAS, ABISMALES DESIGUALDADES, NUEVAS GUERRAS Y CONFLICTOS; Y UN CURSO QUE SI NO SE MODIFICA PUEDE CONDUCIR A LA EXTINCION DEL HOMBRE EN NUESTRO PLANETA.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO FIDEL EN SU MENSAJE A LA II CUMBRE SUR:

“NUNCA ANTES EL MUNDO FUE TAN DESIGUAL Y LA INEQUIDAD TAN PROFUNDA.
EN LA ACTUAL ECONOMÍA MUNDIAL NUESTROS PAÍSES ESTÁN INCLUIDOS PARA LA EXPLOTACIÓN Y EXCLUIDOS PARA EL DESARROLLO.

TAL ORDEN IMPIDE EL DESARROLLO DE LOS PAÍSES DEL SUR, PARA SOSTENER EL

CONSUMISMO DERROCHADOR DEL NORTE, LA AGRESIÓN AL MEDIO AMBIENTE Y AGOTAMIENTO ACELERADO DE LOS RECURSOS NATURALES DEL PLANETA. LA RIQUEZA DESBORDANTE DEL NORTE ES EL RESULTADO DE LA SALVAJE EXPLOTACIÓN COLONIAL Y NEOCOLONIAL DEL SUR". (FIN DE LA CITA).

LA ADMINISTRACIÓN BUSH DESARROLLA UNA BRUTAL GUERRA DE CONQUISTA EN IRAQ, MANTIENE UNA DESENFRENADA CARRERA ARMAMENTISTA Y DESTRUYE AL MEDIO AMBIENTE DEL PLANETA, MIENTRAS LOS GRANDES PROBLEMAS DE LA HUMANIDAD CONTINÚAN AGRAVÁNDOSE.

UNA REDUCIDA MINORÍA VIVE EN LA OPULENCIA Y EL DERROCHE; CUANDO EN EL MUNDO HAY 852 MILLONES DE HAMBRIENTOS, CASI MIL MILLONES DE ADULTOS ANALFABETOS, MÁS DE 1200 MILLONES EN EXTREMA POBREZA; 40 MILLONES DE ENFERMOS O CONTAGIADOS POR EL SIDA, LA ABRUMADORA MAYORÍA SIN RECURSOS PARA RECIBIR EL TRATAMIENTO QUE LES PUEDE SALVAR LA VIDA; Y LO QUE ES MAS TERRIBLE, 13 MILLONES DE NIÑOS MUEREN CADA AÑO POR ENFERMEDADES QUE SE PUEDEN PREVENIR O CURAR.

LA DIFERENCIA DE INGRESOS ENTRE LOS PAÍSES MÁS RICOS Y LOS MÁS POBRES ERA DE 37 VECES EN 1960. HOY ES DE 74 VECES.

LAS 4 PERSONAS MÁS RICAS DEL MUNDO TIENEN ACTIVOS QUE SUPERAN EL PIB DE LOS 48 PAÍSES MÁS POBRES CON MÁS DE 600 MILLONES DE HABITANTES.

LA POBREZA Y LA DESIGUALDAD NO SON PRIVILEGIO DE LA MAYORIA DE LA HUMANIDAD QUE VIVE EN LAS NACIONES POBRES. TAMBIEN EN LOS EXCLUSIVOS Y EXCLUYENTES PAISES RICOS, LA MISERIA Y LOS CONFLICTOS HAN CRECIDO.

NUESTRO CONTINENTE ES EL MÁS DESIGUAL DEL PLANETA., EN EL QUE 227 MILLONES DE POBRES NO TIENEN LOS RECURSOS MÁS ELEMENTALES PARA SUBSISTIR MIENTRAS A METROS DE DISTANCIA HAY ENCLAVES DE LUJO Y CONSUMO DEDICADOS A EXALTAR LA OPULENCIA Y EL ABSURDO.

LA DOMINACION Y EL MODELO IMPUESTO EN NUESTRO CONTINENTE HAN CONDUCIDO A UNA CRISIS SIN PRECEDENTES. SOLO MENCIONAR LA SITUACION QUE PRESENTA EL YUGO DE LA DEUDA EXTERNA. EN LOS ÚLTIMOS 20 AÑOS LOS PUEBLOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE HAN PAGADO 6 VECES EL MONTO DE SU DEUDA EXTERNA Y HOY DEBEN TRES VECES LA CANTIDAD ORIGINAL DE HACE DOS DÉCADAS.

COMO RESPUESTA A ESA CRISIS PROFUNDA, EN LA REGION SE VIVE UN NUEVO MOMENTO DE LUCHA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO HA LOGRADO IMPORTANTES VICTORIAS Y AVANCES.

LA RESISTENCIA DEL PUEBLO CUBANO CON LA DEFENSA Y PROFUNDIZACION DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO; EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA EN VENEZUELA Y EL INICIO DE UN PROCESO REVOLUCIONARIO EN BOLIVIA, SON CLAROS EJEMPLOS DE LA NUEVA SITUACION DE NUESTRO CONTINENTE.

DESDE NUESTRO MAS RECIENTE ENCUENTRO, EFECTUADO EN SAO PAULO EN JULIO DEL 2005, OCURRIERON SIGNIFICATIVOS ACONTECIMIENTOS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, ENTRE ELLOS, LA AGUDIZACION EXTREMA DE LA CRISIS ECONOMICA, POLITICA Y SOCIAL PROVOCADA POR LA REESTRUCTURACION NEOLIBERAL, Y EL FRACASO DEL INTENTO DEL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO DE IMPONER EN NUESTRO CONTINENTE UN AREA DE LIBRE COMERCIO DE LAS AMERICAS –QUE LO LLEVÓ A PRIORIZAR LA FIRMA DE TRATADOS DE LIBRE COMERCIO BILATERALES Y SUBREGIONALES, CON AQUELLOS GOBIERNOS DÓCILES QUE SE PRESTAN A ELLO.

LA IZQUIERDA HA OBTENIDO IMPORTANTES TRIUNFOS ELECTORALES COMO LA ELECCIÓN DE EVO MORALES A LA PRESIDENCIA DE BOLIVIA EN DICIEMBRE DE 2005. LA REELECCIÓN DE LULA A LA PRESIDENCIA DE BRASIL EN OCTUBRE DE 2006 Y LA ELECCION DE DANIEL ORTEGA A LA PRESIDENCIA DE NICARAGUA EN NOVIEMBRE DE ESTE MISMO AÑO.
EN ECUADOR, RESALTA LA ELECCION DE RAFAEL COREA A LA PRESIDENCIA, CON UNA LATAFORMA DE RECUPERACION DEL CONTROL DE LOS RECURSOS NATURALES Y UNA PROPUESTA DE LLAMAR A UNA CONSTITUYENTE QUE PONGA FIN AL STATUS QUO NEOLIBERAL.

AUNQUE LOS CANDIDATOS PRESIDENCIALES DE LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA, MIEMBROS DE NUESTRO FORO DE SAO PAULO, ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR, EN MÉXICO, Y CARLOS GAVIRIA, DEL POLO DEMOCRÁTICO ALTERNATIVO, EN COLOMBIA, NO OCUPAN HOY LA PRIMERA MAGISTRATURA DE SUS RESPECTIVOS PAÍSES, EL DESEMPEÑO DE AMBOS, SIN DUDA ALGUNA, CONTRIBUYE A LA ACUMULACIÓN POLÍTICA DE LA IZQUIERDA, NO SOLO EN MÉXICO Y COLOMBIA, SINO EN TODA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.

TAMBIÉN EN PERÚ, EL ANHELO DE CAMBIO DE LAS GRANDES MAYORÍAS QUEDÓ BIEN REFLEJADO, EN ESTE CASO EN EL ELEVADO APOYO POPULAR QUE RECIBIÓ LA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE OLLANTA HUMALA.

EN URUGUAY CONTINUA EL ESFUERZO DE LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE AMPLIO CON EL

PRIMER GOBIERNO POPULAR EN SU HISTORIA.
EN EL CARIBE TAMBIEN SE HA PRODUCIDO UN IMPORTANTE Y POSITIVO CAMBIO, CON EL PREDOMINIO DE GOBIERNOS PROGRESISTAS QUE FAVORECEN LA INTEGRACION REGIONAL Y CON EL TRIUNFO DE PREVAL EN HAITI, UNICO CANDIDATO AL CUAL SE OPONIA EL GOBIERNO NORTEAMERICANO.
EN VENEZUELA, CONTINUA EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA., Y PESE A LAS AGRESIONES DE ESTADOS UNIDOS Y UNA FEROZ CAMPAÑA DE PRENSA, EL PRESIDENTE CHAVEZ LOGRO UNA CONTUNDENTE VICTORIA ELECTORAL EL PASADO 3 DE DICIEMBRE QUE FRENO NUEVOS PLANES DESESTABILIZADORES.

GRACIAS AL APOYO DE VENEZUELA, SURGEN NUEVOS PROYECTOS DE INTEGRACION EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE CON LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS (ALBA), COMO PETROSUR, PETROCARIBE Y TELESUR, ENTRE OTROS IMPORTANTES PROYECTOS.

EL ALBA ES UN PROYECTO INTEGRAL QUE BUSCA LA TRANSFORMACIÓN DE LAS SOCIEDADES PARA HACERLAS MÁS CULTAS, PARTICIPATIVAS Y SOLIDARIAS, Y QUE SE CONCIBE COMO UN PROCESO QUE ELIMINE LAS DESIGUALDADES SOCIALES Y FOMENTE LA CALIDAD DE VIDA Y LA PARTICIPACIÓN EFECTIVA DE LOS PUEBLOS EN LA CONFORMACIÓN DE SU PROPIO DESTINO.

ADICIONALMENTE, DE CONJUNTO CON LOS COMPAÑEROS VENEZOLANOS, Y COMO PARTE DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS, CUBA Y VENEZUELA SE PROPONEN EN LOS PROXIMOS 10 AÑOS, ATENDER Y OPERAR A 6 MILLONES DE PACIENTES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE QUE REQUIERAN ATENCION OFTALMOLOGICA Y FORMAR 100 MIL MEDICOS DE TODA LA REGION, DISPUESTOS A LLEVAR LOS SERVICIOS DE SALUD A LAS GRANDES MAYORÍAS DE EXCLUIDOS Y MARGINADOS.

ESTAMOS CONVENCIDOS QUE ESE ES EL CAMINO, Y QUE NUESTROS PAISES NO TIENEN OTRA ALTERNATIVA FUERA DE LA INTEGRACION ECONOMICA.

EN CUBA MANTENEMOS NUESTRO OBJETIVO DE LOGRAR UNA NUEVA SOCIEDAD BASADA EN LA SOLIDARIDAD HUMANA Y NO EN EL EGOÍSMO Y LAS GANANCIAS MATERIALES.

ANTE LA ENFERMEDAD DEL COMPAÑERO FIDEL, NUESTRO PUEBLO HA ACTUADO CON UNA GRAN SERENIDAD Y MADUREZ Y HA RATIFICADO SU FIRME VOLUNTAD DE MANTENER Y DEFENDER LA CONTINUIDAD DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO RAUL CASTRO EL PASADO 2 DE DICIEMBRE, PRESERVAREMOS AL PRECIO QUE SEA NECESARIO LA LIBERTAD DEL PUEBLO CUBANO Y LA

INDEPENDENCIA Y SOBERANIA DE LA PATRIA.

POR ESE CAMINO AVANZAMOS, FRENTE A UNA COMPLEJA SITUACIÓN INTERNACIONAL Y UN INCREMENTO SIN PRECEDENTES DE LAS AGRESIONES Y DE LA FEROZ GUERRA ECONÓMICA POR PARTE DEL GOBIERNO NORTEAMERICANO, QUE EN TOTAL HA COSTADO A NUESTRO PAÍS MÁS DE 86 MIL MILLONES DE DÓLARES, Y QUE RECIBIÓ EL PASADO 8 DE NOVIEMBRE EN LA ONU EL RECHAZO CASI UNANIME DE LA COMUNIDAD INTERNACIONAL.

PESE A LA INTENSIFICACION DE LAS AGRESIONES, HEMOS REFORZADO LA LUCHA EN EL TERRENO DE LAS IDEAS, DE LA EDUCACIÓN POLÍTICA DEL PUEBLO Y DEL ENRIQUECIMIENTO DE LA CULTURA UNIVERSAL DE LOS CUBANOS.

A PESAR DEL BLOQUEO, EL AÑO PASADO LOGRAMOS UN CRECIMIENTO ECONOMICO DEL 12.5%, EL MAS ALTO DE NUESTRA HISTORIA. HOY CUBA CONTINÚA LUCHANDO POR MEJORAR EL NIVEL DE VIDA DE SU POBLACION Y MUY ESPECIALMENTE DE LOS SECTORES DE MENOS INGRESOS, EN PRIMER LUGAR DE LOS ANCIANOS Y LOS JUBILADOS.

IMPULSAMOS UNA REVOLUCION ENERGETICA DIRIGIDA A MEJORAR LA EFICIENCIA EN LA GENERACION DE ELECTRICIDAD, DISMINUIR LAS PERDIDAS Y SOBRE TODO REDUCIR EL CONSUMO DE ENERGIA, TODO LO CUAL BRINDA IMPORTANTES BENEFICIOS ECONOMICOS, ELEVA SIGNIFICATIVAMENTE EL NIVEL DE VIDA DEL PUEBLO Y DISMINUYE EXTRAORDINARIAMENTE LOS NIVELES DE CONTAMINACION.

AUNQUE ESTAMOS CONVENCIDOS QUE AUN NOS FALTA MUCHO POR LOGRAR, HEMOS ALCANZADO METAS SIGNIFICATIVAS EN EDUCACIÓN, SALUD PÚBLICA, SEGURIDAD SOCIAL, CULTURA, DEPORTES Y CIENCIA.

EN EL 2006 NUESTRO INDICE DE MORTALIDAD INFANTIL FUE DE 5,3 POR CADA MIL NACIDOS VIVOS, LA MAS BAJA DE NUESTRA HISTORIA Y DE TODO NUESTRO CONTINENTE, CON LA EXCEPCION DE CANADA.

Y TODAVÍA MÁS IMPORTANTE ES LA FIRME VOLUNTAD DE CONTINUAR NUESTRA MODESTA AYUDA A OTROS PUEBLOS, COMO LO HACEN HOY MÁS DE 29 000 MÉDICOS Y OTROS TRABAJADORES DE LA SALUD CUBANOS EN 71 PAÍSES, NUESTRA CONTRIBUCIÓN A LA EDUCACIÓN DE **26 586** JÓVENES DE MÁS DE 120 NACIONES QUE ESTUDIAN EN CUBA, DE ELLOS MAS DE 21 000 CURSANDO LA CARRERA DE MEDICINA, Y LA REALIZACIÓN DE LA MISIÓN MILAGRO CON EL TRATAMIENTO GRATUITO DE MÁS DE 500 000 PACIENTES DE 29 PAISES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, MUCHOS DE LOS CUALES HAN RECUPERADO LA

VISIÓN.

ANTE EL AVANCE DE LAS FUERZAS PROGRESISTAS Y DE IZQUIERDA EL IMPERIALISMO Y, POR SUPUESTO, SUS ALIADOS EN EL CONTINENTE, ADOPTAN POLÍTICAS CADA VEZ MÁS REACCIONARIAS, COMO SON LA BRUTAL INJERENCIA DE WASHINGTON PARA IMPEDIR EL TRIUNFO DE ALTERNATIVAS POPULARES, LOS FRAUDES COMETIDOS PARA DESPOJAR A LA IZQUIERDA DE SUS TRIUNFOS ELECTORALES, LAS CAMPAÑAS DE MIEDO PARA DESCALIFICAR A LOS CANDIDATOS PROGRESISTAS, LA CRIMINALIZACIÓN DE LA LUCHA SOCIAL Y EL AUMENTO DE LA REPRESIÓN.

ES UN HECHO QUE EL CAPITALISMO, EN SU ACTUAL FASE DE DESARROLLO, LLEVA A NUESTROS PUEBLOS A LA CATÁSTROFE SOCIAL, CULTURAL Y AMBIENTAL. EL AVENTURERISMO MILITAR ACTUAL NO CONSTITUYE, NI MUCHO MENOS, SOLUCIÓN A LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITALISMO. LA RESISTENCIA POPULAR A LAS POLÍTICAS GUERRERISTAS COINCIDE CON EL DECLIVE IDEOLÓGICO Y CIVILIZATORIO DE LA “DEMOCRACIA NEOLIBERAL” Y CON NUEVOS POSTULADOS RELATIVOS A LA “SEGURIDAD HEMISFÉRICA”, HOY TRADUCIDA EN TÉRMINOS DE LUCHA ANTITERRORISTA Y ATAQUES PREVENTIVOS.

LA REPULSA HACIA ESTAS NEFASTAS POLÍTICAS ES CADA DÍA MÁS PALPABLE. NUESTRA AMÉRICA HA CONSTITUIDO UN LABORATORIO EN LA APLICACIÓN DE LAS MISMAS Y NUESTROS PUEBLOS LAS HAN RECHAZADO DE MANERA CADA VEZ MÁS CATEGÓRICA Y DECIDIDA. HOY PODEMOS AFIRMAR QUE EL NEOLIBERALISMO Y EL MILITARISMO HAN FRACASADO.

A PESAR DE LA GRAVE CRISIS QUE ENFRENTA, EL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO INTENTA MANTENER A CUALQUIER PRECIO SU SISTEMA DE DOMINACION Y EXPLOTACION. ES POR ELLO QUE DEBEMOS CONTINUAR LA CONDENA Y DENUNCIA DE LOS CRIMENES DEL GOBIERNO YANQUI.

UN REGIMEN QUE MIENTE CONSTANTEMENTE PARA LLEVAR A LA PRACTICA EL PROGRAMA REACCIONARIO DE LOS GRUPOS ULTRACONSERVADORES QUE CONDUJERON AL PODER A LA ACTUAL ADMINISTRACION NORTEAMERICANA, LA CUAL POR DEMÁS ES ILEGITIMA, PUES BUSH LLEGO AL PODER A PARTIR DEL ROBO DE LAS ELECCIONES EN EL 2000.

MINTIERON DESCARADAMENTE PARA INVADIR A IRAQ, MOSTRANDO UN DESPRECIO ABSOLUTO POR LA LEGALIDAD INTERNACIONAL, Y POR LAS VIDAS DE CIENTOS DE MILES DE IRAQUÍES QUE HAN SIDO MASACRADOS Y DE MAS DE 3 000 JÓVENES NORTEAMERICANOS, VÍCTIMAS DE SU PROPIO GOBIERNO.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA ABIERTAMENTE QUE LOS ESTADOS UNIDOS DEBEN IMPEDIR, INCLUSO USANDO LA FUERZA, QUE VUELVA A SURGIR UN PAÍS O UN GRUPO DE PAÍSES QUE RETE SU PODERÍO Y ANUNCIA SU DERECHO A REALIZAR ATAQUES PREVENTIVOS CONTRA

CUALQUIER NACIÓN, INCLUYENDO EL USO DE ARMAS NUCLEARES.

SON QUIENES HAN LOGRADO QUE EN AFGANISTÁN, COMO RESULTADO DE LA OCUPACIÓN DEL EJÉRCITO NORTEAMERICANO Y SUS ALIADOS, SE HAYA INCREMENTADO 4 VECES LA PRODUCCIÓN DE DROGA Y QUE SEA DONDE SE CULTIVA HOY EL 92% DE LA COSECHA MUNDIAL DE OPIO.

UN RÉGIMEN QUE CONTINÚA AGREDIENDO A LAS NACIONES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; QUE ORGANIZA Y FINANCIA PLANES SUBVERSIVOS CONTRA LOS GOBIERNOS DE VENEZUELA Y BOLIVIA.

UN GOBIERNO QUE CONSTITUYE EL PRINCIPAL APOYO A LOS CRIMENES DEL GOBIERNO SIONISTA CONTRA EL PUEBLO PALESTINO Y QUE MANTIENE SU OPRESION COLONIAL SOBRE EL HERMANO PUEBLO DE PUERTORICO.

UNA ADMINISTRACIÓN QUE MANIPULA EL TEMA DE LAS ARMAS DE EXTERMINIO MASIVO, CUANDO ES RESPONSABLE DE LA MITAD DE LOS GASTOS MILITARES DEL MUNDO; BLOQUEA LAS NEGOCIACIONES PARA ADOPTAR UN PROTOCOLO DE VERIFICACIÓN PARA LA CONVENCIÓN DE ARMAS BIOLÓGICAS, ABANDONÓ UNILATERALMENTE EL TRATADO ABM SOBRE DEFENSA ANTIMISILES, Y SE NIEGA A ACEPTAR EL TRATADO DE PROHIBICIÓN TOTAL DE ENSAYOS NUCLEARES.

UN GRUPO QUE RETIRO A LOS ESTADOS UNIDOS DEL PROTOCOLO DE KYOTO, PESE A QUE ESE PAIS ES EL RESPONSABLE DE LA CUARTA PARTE DE LOS GASES Y DESECHOS TÓXICOS DEL PLANETA.

UN GOBIERNO QUE FAVORECIO CON SUS RECORTES DE IMPUESTOS A SOLO EL 2% MAS RICO DE LA POBLACION, MIENTRAS NO SE CANSA DE RECORTAR LOS SERVICIOS SOCIALES, DE SALUD PUBLICA Y EDUCACION DE LOS QUE DEPENDE LA MAYORÍA DEL PUEBLO NORTEAMERICANO.

UNOS GOBERNANTES QUE ABANDONARON A SUS CIUDADANOS DURANTE EL HURACÁN KATRINA, PROVOCANDO LA MUERTE Y LA DESAPARICION DE MILES DE PERSONAS.

UN RÉGIMEN QUE, EN PLENO SIGLO XXI, ADEMÁS DEL CAMPO DE CONCENTRACION EN GUATANAMO, DE LAS CÁRCELES Y VUELOS CLANDESTINOS, HA LEGALIZADO LA TORTURA, EN LO QUE CONSTITUYE UN ACTO DE INFAMIA, Y DESVERGÜENZA SIN COMPARACIÓN EN LA HISTORIA DE LA HUMANIDAD.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA FALSAMENTE UNA GUERRA AL TERRORISMO, MIENTRAS PROTEGE Y APOYA A LOS PEORES TERRORISTAS DE NUESTRO CONTINENTE, COMO LUIS POSADA CARRILES Y ORLANDO BOSH, A QUIENES EN VIOLACION DE LAS LEYES INTERNACIONALES Y DE SU PROPIA LEGISLACION, SE NIEGAN A EXTRADITAR A VENEZUELA, MIENTRAS MANTIENE BRUTAL E ILEGALMENTE SECUESTRADOS A CINCO JÓVENES CUBANOS, PRECISAMENTE POR LUCHAR CONTRA EL TERRORISMO Y SALVAR VIDAS CUBANAS Y NORTEAMERICANAS.

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

EN EL CONTINENTE HAN SURGIDO Y SE DESARROLLAN NUEVAS ORGANIZACIONES Y AGRUPACIONES QUE INCLUYEN TANTO MOVIMIENTOS SOCIALES COMO INDIGENAS QUE COMPARTEN MUCHOS DE NUESTROS OBJETIVOS Y CON LOS QUE DEBEMOS SER CAPACES DE LOGRAR UN ESFUERZO COMUN.

ESTOS MOVIMIENTOS ADQUIEREN, DIA A DIA, MAYOR DESARROLLO Y MADUREZ. JUNTO A ELLOS DEBEMOS MARCHAR UNIDOS LOS PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLITICOS DE LA IZQUIERDA.

EN AMERICA LATINA, COMO EN EL RESTO DEL MUNDO, EL TEMA DE LA UNIDAD DE LAS FUERZAS Y SECTORES REVOLUCIONARIOS, DE IZQUIERDA Y PROGRESISTAS, ES DECISIVO. LA DIVISION CONTINUA CONSTITUYENDO UN TALON DE AQUILES Y UNA DEBILIDAD DE LA QUE SE APROVECHAN LAS FUERZAS DE DERECHA Y EL IMPERIALISMO.

LA IZQUIERDA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO ESTAMOS INMERSOS EN LA LUCHA POR LA CONSTRUCCIÓN DE NUEVAS SOCIEDADES, CUYO PRINCIPAL OBJETIVO SEA LA SATISFACCIÓN PLENA DE LAS NECESIDADES MATERIALES Y ESPIRITUALES DE TODOS LOS SERES HUMANOS, Y NO LA ACUMULACIÓN DE GANANCIAS DE UNOS POCOS, A COSTA DEL DOLOR Y LA MUERTE DE MUCHOS.

PARA NOSOTROS, LOS REVOLUCIONARIOS CUBANOS, ESAS NUEVAS SOCIEDADES DEBERAN TENER SU FUNDAMENTO EN EL SOCIALISMO. TENDRÁN QUE SER SOCIEDADES SOCIALISTAS. HABLAMOS, POR SUPUESTO, DE SOCIEDADES SOCIALISTAS DISEÑADAS Y CONSTRUIDAS POR LOS PROPIOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, DE ACUERDO A SUS IDIOSINCRASIAS, SUS CULTURAS, SUS ASPIRACIONES Y SUS NIVELES DE DESARROLLO.

APROVECHAR LOS ESPACIOS INSTITUCIONALES CONQUISTADOS POR MEDIO DE LA LUCHA ELECTORAL PUEDE, EN LAS ACTUALES CONDICIONES, CONSTITUIR UN PASO IMPORTANTE EN

EL CAMINO HACIA LA EDIFICACIÓN DE SOCIEDADES SOCIALISTAS, SI ES QUE SOMOS CAPACES DE UTILIZARLOS PARA LA NECESARIA ACUMULACIÓN POLÍTICA QUE NOS PERMITA TRANSFORMAR EL PODER OLIGÁRQUICO EN PODER POPULAR.

POR LA FUERZA DE NUESTRAS IDEAS, TENEMOS LA FIRME CONVICCION DE QUE UN MUNDO MEJOR ES POSIBLE, UN MUNDO QUE NO SE RIJA POR GUERRAS PREVENTIVAS Y UNILATERALES; QUE NO SE BASE EN LA INJUSTICIA, LA ARROGANCIA, EL EGOISMO, LA AVARICIA, LA DISCRIMINACION Y LA FUERZA BRUTA.

ESTE AÑO SE CONMEMORA EL 40 ANIVERSARIO DE LA CAIDA EN COMBATE DEL CHE. INSPIRADOS EN SU HEROICO EJEMPLO, CONTINUEMOS SU LUCHA PARA ALCANZAR EN NUESTRO CONTINENTE, LA LIBERTAD Y TODA LA JUSTICIA.

Al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo
Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador

Queridos Compañeros:

Con motivo de la celebración del XIII Foro de Sao Paulo, nos permitimos extenderles, en nombre del comité Central del Partido Comunista de China, calurosas felicitaciones al Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador, y por su digno conducto, al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo.

El Foro de Sao Paulo es un mecanismo de encuentros multilaterales en el que los Partidos de izquierda y organizaciones progresistas de América Latina y el Caribe intercambian información y coordinan actividades sobre importantes temas regionales e internacionales. Durante los 16 años transcurridos, el Foro viene desarrollándose y robusteciéndose. Algunos Partidos miembros del Foro se han convertido en Partidos de gobierno o Partidos participantes en el gobierno que asumen la importante tarea de desarrollar la economía nacional y mejorar las condiciones de vida del pueblos; La fuerza de algunos Partidos integrantes del foro en diferentes niveles de parlamentos y gobiernos locales viene fortaleciéndose. A medida que se eleva el papel que juega los miembros del Foro en los asuntos regionales y en el desarrollo de sus respectivos países, la influencia del Foro en Latinoamérica se ha ampliado cada día más.

La amistad entre China y América Latina se remonta a tiempos muy antiguos. Constatamos con alegría que, en los últimos años, gracias a los esfuerzos mancomunados de ambas partes, China y los países Latinoamericanos ha llevado a cabo cooperaciones fructíferas en los ámbitos políticos, económico, científico-tecnológico, cultural, educacional, entre otros. Los intercambios del Partido Comunista de China con el exterior forman parte importante de la diplomacia general del Estado. El Partido Comunista de China ha establecido relaciones de amistad y cooperación de diversa índole con más de 80 Partidos políticos de América Latina y el Caribe y sus organizaciones regionales sobre la base de cuatro principios, a saber, independencia y autodeterminación, igualdad completa, respeto mutuo y no intervención en los asuntos internos de uno por el otro, promoviendo en gran medida el desarrollo de las relaciones interestatales. El Partido Comunista de China está dispuesto a incrementar aún más los vínculos de amistad y colaboración con los Partidos políticos y organizaciones regionales de América Latina y fomentar conjuntamente el avance de los lazos sino-latinoamericanos sobre la base de los principios arriba mencionados.

Hacemos votos por el pleno éxito del XIII Foro de Sao Paulo y el incesante fortalecimiento y desarrollo de la amistad entre China y América Latina.

Departamento Internacional del Comité
Central del Partido Comunista de China

Compañero Valter Omar
Secretario Ejecutivo del Foro de Sao Paulo.
Compañeros miembros del Grupo de Trabajo
Compañeros del Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador, dignos anfitriones de este digno evento.

A nombre y en representación de El Partido Socialista Frente Amplio y del Movimiento Popular Democrático del Ecuador, hacemos ostensible nuestro cariñoso saludo a la Patria de Agustín Farabundo Martí, Oscar Arnulfo Romero y el Comandante Schafik Hándal.

El 26 de noviembre del 2006, culminando un largo proceso de organización y lucha de los Partidos Políticos y movimientos sociales democráticos, progresistas y revolucionarios del Ecuador, la coalición formada por Alianza País y el Partido Socialista Frente Amplio obtuvieron un rotundo triunfo electoral con su candidato presidencial Rafael Correa, al derrotar al candidato de la derecha oligárquica y el proyecto de recolonización imperial.

El Ecuador está amaneciendo al siglo XXI en medio de tres crisis simultáneas:

1- La crisis de su capitalismo tardío y subalterno;
2- El agotamiento de la estrategia desarrollista-intervencionista y
3- El fracaso del neoliberalismo esquizofrénico que llevó al mayor atraco financiero y bancario de la historia republicana en 1999.

1- La crisis del capitalismo se expresa en la baja productividad del trabajo que ocupa uno de los últimos lugares del continente, las elevadas transferencias de recursos al exterior, tres mil ochocientos millones de dólares solo en el 2005 y el uso irracional de los fondos capitalizables en los gastos armamentistas, las operaciones especulativas y el consumo suntuario.

2- El agotamiento de la estrategia desarrollista denominada de sustitución de importaciones llevó al país al endeudamiento agresivo, la sucretización de la deuda privada que facilitaron el camino de los ajustes y las reformas neoliberales monitoreadas por el Fondo Monetario Internacional y las Agencias de dominación imperial.

3- El fracaso neoliberal llevó al país a veinticinco años de estancamiento económico, al parasitismo financiero, a impulsar la monopolización dentro de un patrón de acumulación rentista y expropiatorio. Como consecuencia de ello el Ecuador a pagado más de cien mil millones de dólares

desde 1974 hasta la fecha y la deuda externa supera hoy los 18 mil millones de dólares. La apertura unilateral de mercados y la dolarización han llevado a un crecimiento hipertrofiado del sector terciario y a gigantescos depósitos de excedentes en el exterior estimados en mas de 10 mil millones de dólares. La contracción de la inversión productiva, el panorama recesivo y la perdida de competitividad del país se expresan en la pobreza generalizada, una ola gigantesca de desocupación y sub-ocupación, la diáspora dolorosa de mas de un millón y medio de trabajadores solo en la última década, el incremento de los empleos informales, la precarización del trabajo, el multiempleo, el trabajo infantil. En medio de este capitalismo salvaje se ha incrementado el clima de inseguridad y violencia y se han reproducido también formas de vida denigrantes como la prostitución, el tráfico de menores, el coyoterismo, el saqueo del patrimonio cultural y otras formas de economía subterránea.

El imperio quiso transformar al Ecuador en un protectorado colonial a través del Acuerdo de la Base de Manta que nos subordina al Plan Colombia y su estrategia militar contrainsurgente y en lo económico al ALCA y su correlato los TLC que buscarían la liquidación del Estado Nacional.

Pero toda esa estrategia fue resistida por el pueblo volcánico y explosivo que ha sido siempre el ecuatoriano. La victoria electoral de Rafael Correa, significa en los 80 años de vigencia del Socialismo y la izquierda en el Ecuador la primera oportunidad de ejercer el gobierno con un claro proyecto de rescate de la soberanía nacional, de denuncia y resistencia a las imposiciones del Fondo Monetario Internacional y los organismos multilaterales de crédito, de rechazo a los acuerdos sobre la Base de Manta que no serán renovados el 12 de noviembre del 2009, de negativa terminante y categórica a implicarnos en el Plan Colombia, de respeto al principio de no intervención en los asuntos internos de otros pueblos, de negativa a considerar a los grupos insurgentes de Colombia como terroristas.

El nuevo gobierno del Ecuador que se posesionará el próximo 15 de enero, interpretando las aspiraciones mayoritarias de nuestro pueblo impulsará una política nacional e internacional de rescate pleno de la soberanía, la independencia, el derecho a la autodeterminación, a la felicidad y al progreso. La economía dejará de estar monitoreada por el imperialismo y sus agencias y será reasumida a plenitud por la sociedad ecuatoriana. El Estado será revalorizado y actuará en forma directa para contrarrestar los factores que viabilizan la acumulación monopólica del capital. Se analizan el no pago o

la moratoria de la deuda externa e interna, la limitación de las remesas de las inversiones extranjeras o nacionales, la explotación estatal de los recursos naturales básicos. El cambio de las reglas de juego financieras para contrarrestar el parasitismo de la banca comercial. Y sobre todo de revalorización de los seres humanos a través de inversiones prioritarias en salud, educación y cultura. En ese mismo sentido se dará impulso a la investigación científica en líneas que le permitan al país avanzar en los niveles de competitividad. Las Fuerzas Armadas se subordinaran al poder civil, delimitarán el tiempo necesario para mantener la preparación combativa y dedicarán la mayor cantidad de tiempo y esfuerzos al desarrollo de proyectos comunitarios que impulsen la dinamización de la economía y el mejoramiento de las condiciones de vida de las mayorías. Todos estos cambios se harán en el contexto de una clara vocación de integración andina y latinoamericanista que parta de la constatación de que no estamos solos en la sub-región y que podemos contar con la amistad y la solidaridad de los gobiernos democráticos y progresistas encabezados por los Presidentes Lula, en el Brasil; Chávez, en Venezuela; Michelle Bachelet, en Chile; Tabaré Vásquez, en Uruguay; Evo Morales, en Bolivia; Nestor Kirshner, en Argentina; Daniel Ortega, en Nicaragua y desde luego con la presencia de dignidad de la Cuba heroica y socialista.

Sin embargo, debemos decirles por último con las palabras de nuestro presidente Rafael Correa que hemos ganado apenas una parcela del poder, el Gobierno. Que tenemos un poder Legislativo de amplia mayoría de la partidocracia corrupta. Que el poder Judicial sigue secuestrado por las mafias de siempre y que el poder económico se mantiene en manos de una oligarquía prepotente, vanidosa y corrupta. Hemos ganado una batalla, pero no la guerra y en los días, semanas y meses por venir será de verás importante que las fuerzas que integran el Foro de Sao Paulo nos presten su solidaridad militante y combativa. Por nuestra parte estamos haciendo el esfuerzo para construir la unidad más amplia de los partidos de izquierda y de los movimientos ciudadanos del Ecuador por cuya razón estamos absolutamente seguros de que la victoria definitiva será de nuestro pueblo.

PLENARIA SOBRE TEMA UNO

Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, Social y Democratización Política, Nuevas Propuestas de Integración Regional.

13 de Enero 2007

Moderadores: Aníbal Pereira Frente Amplio de Uruguay, Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala, Lautaro Carmona del PC de Chile

Intervención del Compañero Aníbal Pereira del Frente Amplio de Uruguay

Introducción. Los países donde actualmente gobierna la izquierda coincide con las acciones de los planteamientos que entonces hizo el foro hace 10 años, en que solo estaba Cuba . Coincidimos en que el objetivo pleno del desarrollo es la satisfacción plena de las necesidades materiales y espirituales de la población con justicia social y armonía con la naturaleza. Se hace necesario repasar los ejes para la construcción de una sociedad más democrática. El gobierno de Uruguay esta tomando las medidas para combatir el modelo neoliberal.

Tesis: La lógica de la globalización Neoliberal lleva a mejorar, desde los gobiernos, las competencias de las transnacionales favoreciendo la acumulación de capital no importándole las consecuencias de pobreza y marginación de la población. La ciencia y la tecnología en el imperialismo, busca eternizar el status quo. La lógica de la globalización esta al servicio de la concentración de la riqueza y la propiedad sin importarle el deterioro de la calidad de vida. Por lo que hay que avanzar en la construcción de un modelo alternativo con elementos esenciales.

Propuestas:

1. Realizar cambios estructurales como sistema tributario al servicio de la producción, mejor distribución de la riqueza, participación social en la descentralización, mejorar el mercado interno, reformas sociales, programas de emergencia, respetar la diversidad y eliminar toda forma de discriminación de genero, etnia, condición física etc., profundizar la democracia, intregrar a la fuerza armada en un sistema democrático.
2. Poner freno a la especulación financiera internacional.
3. Que el estado juege un papel determinante en las decisiones de la economía para la construcción de un modelo alternativo.
4. Es fundamental para la creación de este modelo la unidad de la izquierda.

Intervención del compañero Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Tesis: Declive del orden unipolar del imperialismo norteamericano y la constitución de un nuevo orden multipolar a nivel mundial. Nos encontramos en la era del dominio unipolar imperialismo norteamericano que esta en un franco retroceso. Hay dos tendencias marcadas en el orden internacional: la primera marcada por el acelerado declive de la supremacía económica , política y del poder militar de EEUU y otra el rápido realineamiento y consolidado ascenso de Rusia y China, esta

situación los coloca como un nuevo poder a nivel internacional y claro contendiente a los intereses de EEUU. El esfuerzo de estos es constituir un orden mundial multipolar que se sustente en la política, diplomacia y el derecho internacional. Llama a la integración de todos los pueblos latinoamericanos a formar una sola nación

Propuestas:

1. Búsqueda de nuevas alianzas estratégicas entre países.
2. Distanciamiento de los gobiernos de izquierda de la políticas de EEUU
3. Políticas de carácter más nacionalista especialmente con el manejo de los recursos naturales.
4. Desarrollo de politicas agresivas a nivel sub regionales y regionales como el ALBA, MERCOSUR, Comunidad Sur americana, La Conformación de empresa multinacional petrolera estatal latinoamericana.

Intervención del Compañero Lautaro Carmona del Partido Comunista de Chile

Saludo. Inicia con saludo del Partido comunista de Chile al pueblo salvadoreño a través del FMLN y un reconocimiento a su dirigente Schafik Handal como un gran revolucionario que fue capaz de “unir palabra y acción, pensamiento y acto” y ser ejemplo de consecuencia para todos, además un reconocimiento del avance de la izquierda de AL durante estos 15 años de foro de Sao Pablo con el valioso aporte de Cuba Socialista y deseos de recuperación por la salud del compañero Fidel.

Tesis: Consolidación y desarrollo del modelo neoliberal en Chile. Chile es un laboratorio del modelo Neoliberal a nivel continental que inicia con Pinochet en 1976. La salud, la educación, producción y vivienda se han convertido en un negocio, la prevención y seguridad laboral es casi inexistente, hoy los pobres son más pobres que ayer. Por lo que se hace más necesaria la elaboración de iniciativas concretas

Propuestas:

1. Desarrollar una economía soberana.
2. Promover la discusión de los tratados de libre comercio.
3. Políticas sociales que garanticen el acceso a la salud, educación, etc.
4. Reinvindicar los derechos laborales, lucha por el respeto a los derechos humanos. Respeto a desarrollo armónico con el medio ambiente.
5. Anulación de la ley de amnistía en Chile.
6. Reformas en Educación y Sistema electoral..
7. En el marco de los 40 años de conmemoración del Che hacer un intercambio regional para definir compromisos contra el Neoliberalismo.
8. El Foro debe asumir iniciativas concretas en cada país y región para la libertad de los cinco patriotas cubanos.
9. el Foro debe promover una reflexión y revalorizacion de la política y compromisos de la nueva ética antineoliberal para el proyecto alternativo.

Intervención del compañero Willi Meyer de grupo parlamentario de la izquierda unitaria y Europea país España

Saludo de parte de los partidos que conforman el grupo parlamentario de la izquierda Europea. Este mismo debate que se realiza por el grupo en Europa, las consecuencias de la implementación de este modelo económico que pertenece al Capitalismo.

Tesis: La Unión Europea otro imperio que compite con EEUU. La seguridad Europea esta supeditada a la seguridad de EEUU, además están utilizando las actuales estructura europeas para apoyar estos fines, en este sentido la MERCEL le esta imprimiendo políticas conservadoras donde no existe agenda social, se promueven las privatizaciones y los programas sociales supeditados a la rentabilidad económica.

Propuestas:

1. Girar el curso de la política Europea desvinculándose de las políticas de EEUU.
2. Comprometidos, atentos y solidarios con la luchas de izquierda.

Intervención de un compañero sindicalista italiano

Autocrica como partido Italiano de izquierda. Se auto declaraban como partido de clase, pero no lo hacen, no apoyan los intereses de clase trabajadora de otros países, falta de solidaridad.

Critica al foro no visualiza el abismo al que nos arroja el modelo neoliberalismo.

Propuestas:

1. Lucha al consumismo.
2. Necesidad de poner freno al desarrollismo.
3. Globalizar los sueldos.

Intervención de la compañera Márquez del PT de Brasil

Tesis: Es posible construir un nuevo mundo basado en la economía solidaria, tomando como ejemplo acciones realizadas en Brasil.

Revisar lo que se ha hecho en Brasil.

(no se completaron las ideas por la limitante del idioma)

Intervención del Compañero Ezequiel Páramo de Movimiento Libre del Sur de Argentina

Tesis: La alternativa mas clara al neoliberalismo es la construcción de un frente amplio popular contra el modelo neoliberal. Comenta la experiencia argentina

Propuso:

1. Edificación de proyecto nacionales soberanos contra el imperialismo y el neoliberalismo a partir de sus particularidades.
2. unidad de la izquierda es valiosa pero no suficiente, es necesario unir patriotas y nacionalista.

Intervención del compañero Rafael Cardoza del PT de Brasil

Tesis: Existen graves y negativas repercusiones del Neoliberalismo en la juventud.

Propuso:

1. Formar un bloque de resistencia juvenil latinoamericano.
2. Las izquierdas deben incluir a los jóvenes en los debates.

Intervención del compañero Luís Bilbao de unión de Militantes para el Socialismo de Argentina

Sugerencias. Propone cambio en el futuro sobre la metodología para el debate en el foro para tener tiempo y mejorar conclusiones y posturas. Saludo al FMLN en especial honrar la memoria de Schafik.

Tesis: Estamos en una crisis del capitalismo a nivel mundial que se agrava cada día mas, lo cual hace pensar que esta a punto del colapso. Estamos en una contraofensiva imperialista.

Propuestas:

1. Creación de un programa político y revolucionario para actuar contra el imperialismo y el neoliberalismo.
2. Unir las fuerzas internacionales de izquierda.
3. Movilización latinoamericana para pedir la pronta solución pacifica y solidaria del conflicto entre Argentina y Uruguay.
4. Compromisos de tareas comunes del foro: solidaridad activa y militante con Evo en Bolivia y campaña continental de solidaridad por los cinco de Cuba.

Intervención del Compañero Chano Guevara del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Modelo Neoliberal que esta sufriendo derrota en el continente. No perder de vista al enemigo común que es el imperialismo norteamericano que es el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Construir una fuerza política común continental de las fuerzas opositoras de izquierda.
2. Promover la defensa de los recursos naturales de cada país.
3. Movilización de las fuerzas sociales para la creación del poder popular.

Intervención del compañero del Partido PRD de México

Tesis: Los Gobiernos de izquierda pueden y deberían ser más capaces de lograr el mejoramiento de vida de los ciudadanos de sus países. Pueden ser más eficientes que el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Desarrollar modelos que tengan programas sociales reales para la gente.
2. Que los gobiernos sean capaces de generar riqueza y distribuirla con eficacia.
3. Crear convenios que permitan a los pueblos poner las reglas al mercado que generen programas sociales y una mejor distribución de la riqueza..
4. Las fuerzas de izquierda deben generar más acciones directas.

Intervención del Compañero Salvador Arias del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Tema central es la lucha del poder y trasformarlo a poder popular, de construir un nuevo estado con un modelo político y económico a favor de las grandes mayorías. Sobre la construcción de políticas públicas para ampliar coberturas y calidad, que propicien que los servicios no sean vistas como mercancías. Este Modelo económico alternativo cuales son sus bases trastocar la forma el modelo de acumulación y de los medios de producción..

Propuestas:

1. Definir el papel y responsabilidad del Estado.
2. Definir el papel de la propiedad social, privada y transnacionales.
3. Claridad del modelo de acumulación de riqueza.
5. Redimensionar la agricultura y es acompañada de la ciencia y la tecnología.
6. Que el conocimiento sea de todo el pueblo.

Intervención del compañero de Palestina

Saludo a la memoria de Schafik “el cuerpo muere pero las ideas continúan vivas”.

Tesis: Situación de Palestina. El fin de las agresiones a oriente es el petróleo y EEUU se escuda en posiciones políticas a través de organismos internacionales para acceder a él.

Propuestas:

1. Apoyar a Cuba para eliminar el bloqueo y apoyo a los cinco.
2. Preparar fuerzas voluntarias internacionalistas.

Intervención del compañero Jaime Caitero del PDA de Colombia

Saludar actitud el gobierno de Correa del Ecuador de no firmar el TLC con EEUU. Sin embargo Colombia si lo ha echo. Lucha de los inmigrantes desde EEUU y solidaridad. Lucha por las libertades democráticas.

Propuestas:

1. Incluir a los inmigrantes latinoamericanos en el foro.
2. Continuar la lucha contra los tratados y las políticas del fondo monetario internacional.
3. promover la solución política y pacifica de los conflictos armados en LA
4. Continuar la lucha por el modelo alternativo.

Intervención del compañero Juan de Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Propuestas:

1. La izquierda debe tomar la participación activa de los pueblos indígenas en la construcción del socialismo
2. Unión y solidaridad de la izquierda para la construcción de estados democraticos.

Intervención del compañero del Partido Comunista de Vietnan

Saludo del PC de Vietnam. Nuevos vientos soplan en AL. La correlación de fuerzas esta cambiando y esto es importante, enfatiza el trabajo del PT en Brasil y Hugo Chavez en Venezuela y Daniel Ortega en Nicaragua. Expresa apoyo y solidaridad a partidos comunista de AL y éxitos en el foro.

Intervención del compañero Jose Alvarenga de las Iglesias de El Salvador

Reflexión de la situación nacional. Urge cambio de rumbo en políticas sociales y económicas.

Intervención del compañero de la República de Saharawi

Comentarios: En el documento no se evidencia las implicaciones de los procesos de dolarización.

Temas para discutir:

1. Donde esta la verdadera lucha de los americanos contra el terrorismo o será los americanos contra Europa pero no quieren dañar sus países?
2. entra las causas de las guerras de oriente cabe destacar las competencias por los recursos naturales y el acceso a las vías de comunicación marítima.

3. Cual es el papel de los organismos internacionales en los procesos de resolución de los conflictos, por ej. los cascos azules están llevando paz al mundo?
4. Deber verse la lucha contra el neoliberalismo como un asunto que nos compete a todos.

Intervención del compañero Patricio Echegaray del PC de Argentina

Tesis: El modelo alternativo debe estar compuesto por diferentes elementos: en primer lugar los sujetos históricos de las luchas populares (obreros y las fuerzas revolucionarias del continente) si se toman estos como primicias los cambios serán permanentes.

Propuestas:

1. Posibilidad de relanzar el foro por que el siglo xx fue un siglo de paradojas diseñado para elevar la hegemonía del imperialismo pero en el siglo xxi esta siendo derrotado por la realidad, mas hambre y destrucción del mundo.
2. Relegitimación de la lucha por el socialismo.
3. Hacer del foro una gran maquinaria de debate y de iniciativas.
4. pronunciamiento del foro por la desaparición de Julio López de Argentina.
5. Crear una fuerza alternativa con todas las izquierdas.

PLENARIA SOBRE TEMA DOS

El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz.

San Salvador, 13 de Enero 2007

Moderadores: José Reynaldo Carvallo – Partido Comunista de Brasil, Jacinto Suárez – FSLN-Nicaragua, Ángel Sánchez URNG- Guatemala, Julio Gudiantes – Puerto Rico

Intervención del compañero Jacinto Suarez – FSLN

Solicita la adhesión para impulsar la iniciativa de proponer la candidatura del presidente de Bolivia Evo Morales para el premio Novel de la Paz 2007**.**

Intervención del compañero Jorge Murientes Peréz Co-Presidente del Movimiento independencista Nacional Joseciano de Puerto Rico

Tesis: Actualmente existen procesos involutivos de recolonización en América Latina

El documento es un documento que no reconoce a Irlanda del norte y Palestina que le han quitado su tierra.

Dominios coloniales y 2ª década de colonialismos como forma anacrónica. La mayoría de la humanidad vive en el colonialismo. En América Latina ha habido un proceso involutivo de recolonización. Colonias y neocolonias. Regresión en los conceptos. La dependencia económica de los migrantes es colonialismo. Existencia de colonialismos en los enclaves económicos y políticos con importancia geopolítica, de interés de la OTAN, Estados Unidos y España. Inversiones en países Trampolines. Intereses geoestratégicos. El neocolonialismo tiene características del colonialismo clásico, ej Irak, por . Puerto Rico con medio milenio de ser colonia y de Estados Unidos.

Propuesta:

1. Qué el FSP asuma desde el antiimperialismo, una posición firme, categórica y militante cómo un encuentro y organización anticolonialista.
2. Se incorpore en la decisión y definición de lo que es el FSP, el anticolonialismo.
3. La lucha anticolonial como uno de los pilares que le dará pertinencia en esta coyuntura y lucha por la independencia, las soberanías y la descolonización sean razón de ser del FSP.

Intervención del compañero José Reynaldo Carvallo Srio de Relaciones Internacionales del Partido Comunista de Brasil

Tesis: Injerencia imperialista-colonialista en el continente

Comprender la injerencia imperialista en el continente como una ofensiva imperialista para dominio de

la potencia y perpetuar la dominación en el mundo. La crisis del imperialismo, ha aumentando su agresividad, con políticas de invasión y guerras en los países.

EU con la política de guerra y militarismo ante potencias emergentes, declaradas con nombre de guerra del terrorismo, contra países independientes y soberanos que se resisten a la dominación imperialista. Para perpetuar su dominación, militarización y guerra y transmite a sus aliados, reforzamiento del estado policiaco, restringir las democracias y agresiones internas a procesos políticos.

El imperialismo Norte Americano, centrado en el medio oriente, por el petróleo y su valor financiero y energético, vital para la sobrevivencia del capitalismo Norteamericano y también como estrategia ante China y Rusia. Planes de reestructuración del Medio Oriente con concepto de guerra contra el terrorismo, infinita, aliados con gobiernos sionistas como Israel. El imperialismo no se detiene. Pero hay señales de luchas por la soberanía, anticolonialistas y anttiimperiales

Propuestas:

1. Las fuerzas de izquierda, revolucionarias y progresistas, participantes en el FSP, seamos antiimperialistas en esta época.
2. El antiimperialismo como eje principal en el relanzamiento del FSP.
3. Fortalecer las luchas revolucionarias.
4. Resistencia activa y de lucha.

Intervención del compañero Orlando Gómez del Partido FSLN Nicaragua

Tesis: Se ha producido una reversión de acuerdos de paz con los gobiernos neoliberales

Proceso en Nicaragua: Acuerdos paz de Esquipulas, Sapoa y adelanto de elecciones. 16 años con tres gobiernos de corte neoconservador o neoliberal, injerencia Norteamericana, con objetivos de instaurar políticas neoliberales del BMI, privatización de servicios.

Con los tres gobiernos neoliberales se revierten los acuerdos. Reversión de logros sociales, División del FSLN, campañas mediáticas, exclusión de las instancias electorales. Con resistencia del FSLN participan con diversos frentes de lucha, parlamento, poder popular, legislativo, político y estrategia electoral.

Tendencias en América Latina en procesos electorales: Política del miedo, la vuelta al pasado, campañas mediáticas, abundantes recursos para la derecha, visitas de funcionarios de EU con amenazas e inhibir y deslegitimar candidatos, la observación electoral aliados a organismos como la OEA para deslegitimar el triunfo. Para contrarrestar se ha contado con la solidaridad y la contribución del FSLN, vencer la política de miedo

Importante ha sido la solidaridad en procesos electorales con recursos de gobiernos progresivos.

Intervención del compañero Ángel Sánchez URNG- Guatemala

Tesis: En Centroamérica los acuerdos de de Paz se construyeron en base a procesos diferentes.

Los Acuerdos de Paz, en el documento base se ha tocado tímidamente. Los procesos de paz en Nicaragua, El Salvador y Guatemala, son procesos distintos. Acuerdos de Paz como salida política a la agresión imperialista y contrarrevolucionaria y salida política a conflictos armados y cómo proyectos políticos.

En Guatemala 4 puntos fundamentales de los acuerdos, como estrategia para alcanzar una sociedad democrática:

1. La promoción, el respeto y la observancia de los derecho humanos, incluyendo el reasentamiento de la población desplazada y la reparación de los daños a victimas de la guerra.
2. Reconocimiento a la identidad del pueblo indígena.
3. Fortalecimiento del poder civil y disminución del ejercito.
4. Establecimiento de un nuevo modelo de desarrollo económico y social que comprendiera el acceso a la tierra

Ejes transversales: amplia participación social, de la mujer, y la beligerancia política.

Proceso de parte de la derecha de incumplimiento, con doble discurso y doble moral sobre los Acuerdos de Paz, y conduciendo a resultados de recrudecimiento de la pobreza, dominio de clases dominantes e implementación de agenda neoliberal.

URNG decidió: Ratificar estados libres e independientes, Cooperación con todos los pueblos del mundo, acelerar agenda política de transformación contemplada en los acuerdos de paz, construcción de movimientos amplios, compartir agendas de la paz con todos los sectores y construir alianzas

Propuestas

1. Necesario reconocer el aportes de todos y todas los revolucionarios, combatientes en la lucha revolucionaria.
2. Valorizar los Acuerdos de Paz como un instrumento de lucha para crear condiciones políticas y resultado las fuerzas revolucionarias para presentar propuestas a la nación.
3. Establecimiento de la participación y alianzas con fuerzas políticas.
4. Alta socialización de los Acuerdos de Paz.

Solamente se logran de Acuerdos de Paz con gobiernos progresistas. Los Acuerdos de Paz como punto de partida para transformaciones.

Intervención de la compañera Lorena Peña FMLN El Salvador

Tesis: Se abrieron oportunidades a partir de los Acuerdos de Paz

El Salvador no es hijo de Esquipulas dos, el acuerdo marco es el de Ginebra, donde se establece que es una negociación entre dos partes, para resolver el conflicto armado, incluyendo cambios y reformas, en FA, cambio seguir. Derechos Humanos, Desarrollo Económico y Social, reformas constitucionales.

Logros de los Acuerdos de Paz en El Salvador, la derrota de dictadura militar. La disolución de aparatos militares represivos. Reducción de la Fuerza Armada. Reforma de la administración de Justicia. Apertura de espacios para la izquierda, para luchar por las transformaciones sin recurrir a la guerra y pérdidas de vida.

Los Acuerdos de Paz, no se incluyeron transformaciones estructurales, políticas fiscales, producción.

Cumplimiento de acuerdos por parte del FMLN 15 años después, calendario desmovilización, movilización para reinserción, reformas electorales. Constitución de partido electoral y lucha social. Gobiernos en ciudades importantes y capital. El FMLN se mantiene sin afectación ideológica.

Acuerdo de Paz y la derecha, aprovechamiento del espacio de paz para implementar modelo neoliberal. Dolarización, privatiza, deterioro condiciones de vida. Esfuerzos por revertir los acuerdos de paz cumplidos y dejar sin cumplir en temas electorales, legalización de la dictadura y autoritarismo. Se avanzo en la democracia y se profundizo la pobreza.

Posición del FMLN ante el incumplimiento de los acuerdos: Continuar abriendo los espacios y no ceder, impedir el incumplimiento de los Acuerdos de Paz, logro de los Acuerdos de Paz, con fuerzas de izquierda, procesar los temas de unidad, trabajar por alianza social, impulsar transformaciones profundas, desalojar el gobierno de derecha.

Intervención de la compañera Joseline Clemencia, Presidenta del Partido Independencista de Curacao

Tesis: Rompimientos de paradigmas viejos

Se me debe tomar en serio como una mujer africana de un país colonizado, en proceso de recolonización por holanda. Me sientp frustrada por la forma como ha sido tratada ya que es un foro que se llama democrático paro no hay espacio para discutir. Inclusión de africanos, indígenas, mujeres y jóvenes.

Propuestas:

1. Admisión del Partido Independencista de Curacao como miembro del FSP.

2. Que se forme un comité de solidaridad con todas las colonias y los pueblos que quieren ser recolonizados.

3. Realización de intercambios entre los países.

4. Acuerdo de cooperación concreto entre los pueblos que ya tienen su independencia y los pueblos colonizados.

5. Incluir en temas discusión del FSP mujeres y colonias.

Intervención del compañero Alí de la República Árabe de Saharawi

Solicitud del reconocimiento por parte de los países latinoamericanos de países africanos y de la República de Saharawi.

1. El país tiene tres desgracias:

2. El país esta en un punto estratégico para el imperialismo.

3. Las reservas que tienen y las ganancias no llegan a un millón de personas.

4. Es el único pueblo árabe ocupado que habla español y con escaso recurso de desarrollo.

Se necesita mucho apoyo para que se aplique el plan de paz ya que están luchando contra el gobierno marroquí. Esperan que los países de izquierda de América Latina reconozcan a los países de África y al pueblo de saharawi. Es necesario establecer relaciones diplomáticas con América latina.

Pagina Web de sahwari: www.arso.org

Intervención del compañero Guillermo de Puerto Rico

Tesis: Surgen alternativas de socialismo en colonias

En Puerto Rico hay hombres y mujeres que creen en la libertad y en la independencia como proceso para la verdadera libertad y la única alternativa es el socialismo. Somos antiimperialistas y anticapitalistas. La solidaridad que decimos la debemos aplicar en nosotros mismos. Debemos respetarnos nosotros mismos, sobre las preferencias sexuales el derecho de las personas de emigrar

de un país a otro creemos en un mundo sin fronteras. No creen en la pena de muerte pero les hubiera encantado que los chilenos ejecutaran a Pinochet.

Propuesta:

1. Intercambio en el apoyo y en la solidaridad latinoamericana.

Intervención de compañero de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca México

Tesis: Incumplimiento de acuerdos en Oaxaca y la continuidad de lucha latinoamericana.

La continuidad de la lucha de los pueblos latinoamericanos nos permite estar aquí hablando con libertad. No nos han vencido en combate. En mi país se considera como la guerrilla buena al FZLN y la guerrilla mala al PTR. El nuevo presidente Felipe Calderón es fascista y que impondrá la militarización. Han participado en todas las mesas de diálogo y de los acuerdos de paz y no existe cumplimiento, ya que el gobierno federal ha sido incapaz de cumplir los mínimos acuerdos por el respeto a la vida y a la libertad del pueblo de Oaxaca y de México. Exigimos libertad a los presos políticos de todo el mundo. Debemos ir al socialismo.

Intervención de compañero Martinica

Las barreras étnicas han sido impuestas por los colonialistas. Se debe hacer posible el acercamiento entre el caribe y los países de América latina. La Unión Europea colabora con los Estados Unidos para reprimir a los pueblos del caribe y africanos con su política antiterrorista.

Propuesta:

1. Favorecer la participación de los pueblos del caribe en el FSP.

Intervención de Antonio Apopa, El Salvador

Propuesta

1. Realización de dos seminarios entre foro y foro: uno sobre la lucha anticolonial y que se realice en el área del caribe.

Intervención del diputado del FMLN Salvador Arias de El Salvador

- Luchar por la desdolarización de América Latina.
- Quitar el poder a las transnacionales.
- Quitar las bases militares.
- Luchar contra la invasión de Irak.
- Rescate de los medio de comunicación.
- Apoyar los procesos de paz y apoyar a Colombia.
- Profundizar en los acuerdos de paz en El Salvador y Guatemala.
- Crear una forma financiera latinoamericana contra el proceso financiero norteamericano.
- Luchar para que el ALBA crezca no solo en los países donde la izquierda ha triunfado.

Intervención compañero del Estado Español:

Profundo pesar por la muerte de los ecuatorianos en España, sigue represión en España, se debe continuar el dialogo en España, Aznar y el PP se opone al proceso de dialogo,

Solicitan apoyo del FSP para que continúe el proceso de paz en España.

PLENARIA SOBRE TEMA TRES

Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización.

San Salvador

13 de Enero 2007

Moderadores: Eliana García. PRD México, Manuel Calgado Ecuador, Jaime Caicedo Partido Comunista de Colombia, Gloria Flores Foro Democrático Alternativo – moderadora

Intervención de la Compañera Ileana García del Partido de la Revolución Democrática PRD de (México)

Tesis: El nombre de la mesa es una misma problemática basado en la polémica ante el colapso de la seguridad ciudadana y a partir de allí se toman medidas autoritarias para atender el colapso de la seguridad ciudadana.

Propuso:.

1. El problema de la seguridad lo vemos de forma aislada y el bloque dominante impone proyectos de desarrollo económico afines al neoliberalismo
2. El tema de la narcoactividad y el tema del terrorismo son los instrumentos de la política de seguridad hemisférica y que se utiliza para la reproducción, lo que propician la militarización que van de lo más sutil como acciones de inteligencia hasta la ingerencia directa como la invasión a Irak y el bombardeo a Líbano.
3. La OEA define la declaración de la seguridad en las américas la que es una concepción multidireccional que van desde conflictos de carácter social como el de Oaxaca hasta la instalación del estado represivo con militares encubiertos.
4. La lucha del narcotráfico y la lucha contra el terrorismo son los dos grandes ejes en que se basa la propuesta de seguridad.
5. Si se legaliza a nivel internacional la narcoactividad la producción y el consumo dejaría de ser un negocio y se perdería la importancia económica que tiene.
6. Estas formas de estar atacando el terrorismo y el narcotráfico está significando graves amenazas a nuestros países, lo que significa no poder avanzar en los procesos democratizadores, donde hay conflictos armados.

Intervención del compañero Jaime Saicedo del Foro Democrático Alternativo Colombia

Tesis: El plan Colombia como plan de intervención en la región del andina, y la política de intervención de los Estados Unidos

Propuestas:

1. Las estrategias imperialistas como ALCA han fracasado
2. Los componentes políticos que tiene la estrategia global del imperialismo que incluye también la parte en los procesos electorales.
3. La intervención de los Estados Unidos en Venezuela, Bolivia y Ecuador, nos debe llevar a pensar como desde los partidos de izquierda de América latina debemos enfrentar y derrotar la estrategia en su conjunto.
4. La izquierda y el foro de Sao Paulo debe tender hacia una amplia solidaridad.
5. La necesidad de construir una idea un concepto y política sobre el tema de paz , y de no militarización en América Latina.
6. Como defender los derechos soberanos de nuestros pueblos y como vencer la política de intervencionismo.
7. Debemos actuar para poner fin al Plan Colombia y a la militarización en nuestra región.

Intervención del compañero Manuel Salgado del Ecuador

Tesis: Para entender la doctrina de seguridad hemisférica se debe remontar al siglo XIX desde la doctrina Monroe y el corolario de Roosevelt. Donde las fuerzas armadas del continente se ponen al servicio de los Estados unidos para evitar la agresión extracontinental.

Propuestas:

1. No tenemos una doctrina de seguridad nativa por lo que debemos construir una seguridad hemisférica autentica por medio de la integración.
2. Necesitamos buscar elementos políticos y de seguridad nacidos de nuestros propios intereses.
3. La base militar de malta donde se encuentra todos los equipos sofisticados que estaban en Panamá, es una base para vigilar a los inmigrantes que huyen de ecuador, sirve apara el monitoreo contrainsurgente FARC y ELN de Colombia.

Intervención del compañero Rafael correa del parlamento latinoamericano de Venezuela

Tesis: Frente al peligro que corre nuestra América latina, es necesario profundizar el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

Propuestas:

1. La suspensión de maniobras militares conjuntas concebidas por el departamento de defensa norteamericana con hipótesis de guerra que no se corresponden con las verdaderas amenazas que enfrentan nuestros países.

2. Considerar la eliminación de las conferencias anuales de los ministros de la defensa de la región promovidas por el departamento de estado norteamericano, igualmente proponer la caducidad de la Junta Interamericana de defensa.
3. Implementar una organización regional de carácter humanitario, para atender y apoyar a aquellos países que se vean afectados pro desastres naturales.
4. Creación de una fuerza militar sudamericana o latinoamericana que sirva de apoyo a los interese políticos y militares en todos los países de la región a fin de defender su soberanía y libertad, y recursos naturales como la amazonía, cuando los factores externos a los intereses de la región amenacen su integridad.
5. Impulsar el desarrollo científico y tecnológico en el ámbito militar que permita el crecimiento de una moderna industria militar regional conformada con la participación de todos los países para satisfacer las necesidades estratégicas y evitar la dependencia de bloques de poder externos.
6. Impulsar la creación de un colegio latinoamericano, sudamericano de defensa que permita la formación de nuestros expertos en el estudio y análisis de nuevos sistemas de defensa a nivel regional, para reemplazar las antiguas hipótesis de conflicto por nuevas fórmulas de cooperación y lograr la unificación de una nueva doctrina militar regional.

Intervención del compañero Diputado del PT de Brasil

Tesis: Estados Unidos sostiene que todos los Movimientos Sociales de América Latina son terroristas.

Propuestas:

1. Se debe proponer fuerzas civiles de solidaridad para acciones de solidaridad.
2. La intervención mediática por parte del imperio es grande y se debe condenar.

Intervención del compañero Antonio Martínez – Politólogo El Salvador

Tesis: La amenaza en este momento de que la cúpula militar se está posicionando.

Propuestas:

1. El intento de militarización del continente es para detener lo que ellos llaman populismo.
2. Debemos celebrar los acuerdos de paz con análisis y políticas latinoamericanas.
3. En El Salvador la oligarquía es mucho más fuerte que hace 15 años.

Intervención del compañero de El Salvador – Asociación Salvadoreña de Sociología El Salvador

Tesis: El foro debe apoyar una política de seguridad para dar aportes sustantivos para desplazar la cultura de violencia.

Propuestas.

1. El foro ya tiene productos como son la cantidad de gobernantes de izquierda que están en el poder, haciendo de América latina una región atípica e integrada.
2. Construir una política que vea el problema de manera regional para que podamos tener soluciones que aporten y que permitan que nuestra sociedad viva en estado de seguridad.

Intervención de la compañera Grisel de Puerto Rico

Tesis: La lucha por Viquez continua ya que las tierras han quedado contaminadas por el uso de material químico.

- Expuso a través de comentarios la situación de Puerto Rico y no hizo propuestas.

- Los Puertorriqueños son cómplices de las invasiones que hacen los Estados Unidos a otros países ya que los jóvenes son reclutados aprovechando la pobreza de la gente y que ven en el ejercito la vía como mejorar su condición económica.

- Que los puertorriqueños que combaten en Irak regresen a sus casas.

Intervención del compañero Osmín Molina Juventud del FMLN de El Salvador

Tesis: El imperio utiliza el combate al narcotráfico y al terrorismo para tener presencia militar como un plan general de sometimiento a los pueblos.

Comentarios:

- Estados Unidos continúa con su carrera armamentista.

- El salvador es el único país de América Latina que tiene tropas en Irak

- Las pandillas juveniles tienen fuertes lazos con el modelo neoliberal por la marginación y la desigualdad social y el gobierno los criminaliza.

- El terremoto de hace 6 años en nuestro país el primer país que hizo presencia con ayuda fueron los venezolanos en solidaridad con los salvadoreños.

Propuesta: Cambio de modelo alternativo.

Intervención de la compañera Raquel Márquez Brasil

Habló en portugués

Intervención de la compañera Silvia Ayala Diputada de Honduras

Comentarios:

- El territorio de Honduras fue utilizado por el terrorista Posada Carriles en su paso en tránsito a Estados Unidos.
- Las actividades del crimen organizado tienen su campo el suelo norteamericano
- Existe militarización de la policía de honduras ya que han nombrando a un general retirado como ministro de seguridad.
- Alto índice de corrupción en la policía.
- 80% de la población de Honduras vive en extrema pobreza.
- Estados Unidos están tomando de base a palmerola para la implementación de una nueva base.

Propuesta:

1. Que se incluya una declaración para la eliminación de las bases militares en Latinoamérica

Intervención del compañero Fernando Ruiz de la juventud Comunista de Colombia.

Comentarios:

- Colombia es la muestra de que la oligarquía aplica la represión la cual se da día a día.
- El terrorismo de estado es el pan de cada día para las luchadoras y los luchadores sociales colombianos.
- Asesinatos colectivos, encarcelamientos desapariciones forzadas y cacería de brujas hacia las luchadoras y los luchadores
- Se han asesinado a dos dirigentes estudiantiles en los últimos meses.
- Se está impulsando una campaña internacional de solidaridad con Colombia

Propuesta: Necesidad de fortalecer la solidaridad de los pueblos

Intervención del compañero Carlos Díaz ALN Guatemala.

Tesis: No hay.

Propuesta:

1. Condena al terrorismo de estado de Estados Unidos por el embargo económico en contra de cuba.
2. Denunciar la protección que hace Estados Unidos a Posada Carriles.
3. El foro debe hacer una condena a la política intervencionista de los Estados Unidos.

Intervención del compañero De Puerto Rico.

Comentario:

- Todo lo que podamos decir del neoliberalismo queda corto.
- Los procesos de recomposición social son necesarios
- El reto es como recomponer nuestras sociedades con el componente humano en el centro de todo.

Intervención del compañero Alonso González de Los Ángeles Estados Unidos

Tesis: La obtención del socialismo en Latinoamérica permitirá que haya menos inmigración hacia los Estados Unidos

Comentarios:

- En el salvador existe mano dura también en los Estados Unidos hay mano dura
- Estados Unidos continua aplicando una guerra de baja intensidad con los inmigrantes
- Existe un control de la sociedad civil en Estados Unidos
- El estado usa la fuerza militar contra los inmigrantes como el uso de la guardia nacional en la frontera sur.

- Con el pretexto de ser de las maras deportan a una gran cantidad de inmigrantes

- Con los demócratas no cambiaran la política de inmigrantes.

Intervención del compañero Rafael excombatiente FMLN

Sugerencia: Que los colombianos no negocien sino tienen asegurado la calidad de vida la salud, educación y la vivienda digna para el pueblo colombiano.

Intervención de Oscar Fernández asesor parlamentario del FMLN en la mesa de los parlamentarios en el foro.

Propuestas de los parlamentarios:

1. Rechazar la nueva estrategia de seguridad nacional del imperialismo.
2. Retiro inmediato a la ocupación de Irak. Y cierre a las bases militares de Latinoamérica.
3. Crear mecanismos de coordinación para elaborar políticas y estrategias integrales de seguridad para nuestros países fundamentadas en la concepción de que la seguridad de los pueblos en la democracia debe ser entendida como la situación social que garantiza y permite el diario ejercicio de cada uno de los derechos que ostentan los ciudadanos tanto individuales como particulares.
4. Que para enfrentar el problema de la violencia que nos abate promoveremos políticas integrales de control, investigación y prevención del delito además de dar rehabilitación a los privados de libertad, de forma que se garantice y respete la integridad y la equidad en la aplicación de la justicia penal.
5. De manera prioritaria trabajaremos en la prevención de la violencia en la que los gobiernos locales y las propias comunidades puedan desempeñar un papel capital.
6. Establecer los mecanismos permanentes de coordinación para elaborar y desarrollar estrategias de lucha contra el narcotráfico y el lavado de dinero ya la corrupción pública, el terrorismo sea este de estado o particulares, la fabricación y el tráfico ilegal de armas, el tráfico de personas, la pornografía infantil, y los delitos contra la niñez.
7. En esta dirección nos apoyamos a la convención contra la delincuencia organizada transnacional, la convención de Palermo sobre el crimen organizado y el protocolo contra la fabricación y el tráfico ilícito de armas de fuego y los tratados de preservación ambiental especialmente en la conservación sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural establecido por las Naciones Unidas.
8. Impulsar con seriedad mecanismos conjuntos para afianzar el carácter civil de la seguridad pública y de las corporaciones oficiales las cuales deberán de fundamentarse en el estricto respeto a los derechos humanos el apego a la ley y el servicio a la comunidad.

PLENARIA SOBRE TEMA CUATRO

La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional

13 de Enero 2007, Inició a las 20 horas y 17 minutos

Moderadores: Flavio Koutzi del PT de Brasil, Santiago Flores del FMLN de El Salvador, Walter Tobar del PT de Brasil.

Intervención del Compañero Flavio Koutzi del PT de Brasil

Tesis: El gobierno junto a su partido o partidos, el gobierno junto al movimiento social confirma sus compromiso político ideológico o presenta su impotencia y cobardía política ante de la posibilidad real de llegar a perder las bases por la dificultad de cumplir con los compromisos que había adquirido. Uno de los puntos mas sensibles en la administración del gobierno de izquierda al arribo al poder es la coincidencia de la su oferta política, las condiciones reales en las que asume el poder y las necesidades del pueblos.

Propuso:

1. Relación gobierno, partido y movimiento político es necesaria para administrar el país.
2. La izquierda de AL debe capitalizar objetivamente la experiencia de los triunfos electorales.
3. la construcción de un modelo alternativo de izquierda es un desafió para este y para siguientes foros.

Intervención del compañero Santiago Flores del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Planteamiento de lucha permanente para el acceso al poder formal por medio de la vía electoral y participación activa del movimiento social. Que permita acompañar al movimiento social y compartir las relaciones políticas y de poder. Ampliar las relaciones con el pueblo tener expresión de los diferentes sectores. Poner al servicio del pueblo los espacios ganados. El socialismo del siglo XXI es la esperanza de los pueblos en los mecanismos de transformación y no puede lograrse sino existe el poder popular.

Propuestas:

1. No basta llegar al poder es necesario transformar las acciones políticas y sociales con la participación con la coordinación del movimiento social.
2. Los militantes de los partidos de izquierda deben insertarse el tejido del movimiento social.
3. Los partidos de izquierda deben hacer la lucha en todas sus formas para acompañar al movimiento social.
4. Establecer alianzas estratégicas a nivel nacional y regional.

Intervención del Compañero Pedro Juan Hernández Relatoría del taller nacional e internacional de movimiento Social

Tesis: Relación entre movimientos sociales y partidos de izquierda en el nuevo contexto regional. El documento cuenta con 4 capítulos: el neoliberalismo agrava las condiciones de vida y favorece la lucha social, movimientos populares sociales para defender y profundizar las revoluciones construyendo poder popular, compromisos compartidos en tra movimiento social y partidos políticos de izquierda, y el ultimo capitulo denominado promoción y consolidación de las alianzas sociales y Latinoamericanas y Caribeñas. Las resoluciones del documento son:

1. Reconocimiento a la perseverante lucha para fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del FSP.
2. Llamado a la unidad de las fuerzas de izquierda respetando la diversidad en función de las mayorías populares y por la< defensa de la soberanía de lso pueblos.
3. Abrir una etapa en la lucha de la integración latinoamericana y caribeña solidaridad y concreta.
4. Reconocimiento de los gobiernos de izquierda vinculados al movimiento social en la construcción de un nuevo esquema de desarrollo social, económico y politico.
5. Desarrollar mecanismo entre partidos y movimiento Social para la construir objetivos e impulsar tácticas, estrategias y agendas.
6. Rechazo a toda manifestación imperialista en el continente e intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos.
7. Apoyo al ALBA
8. Solidaridad con el Pueblo Cubano en su lucha contra el bloqueo.
9. Diseñar estrategias para la construcción de un socialismo con equidad para el siglo XXI
10. Diseño de estrategias del trabajo del movimiento social y los emigrantes contra el neoliberalismo.
11. Contribuir a construir y fortalecer un frente de lucha amplio en defensa de las revoluciones y otros procesos sociales revolucionarios.
12. Apoya los procesos políticos y sociales contra el neoliberalismo.
13. Construir un frente nacional amplio en defensa de los procesos electorales.
14. Construir poder popular en nuestros países en defensa de la soberanía de nuestros pueblos.
15. Reconocer al FMLN con referente de la izquierda salvadoreña y respaldo para acceder al poder en el 2009

Intervención del compañero Juan Ponce Maldonado de Oaxaca,México

Denuncia sobre situación de Oaxaca en México. Están viviendo situación de represión y persecución, además del desaparecimiento de un joven de 16 años, se desconoce su paradero. Antecedente desde

los años 70. Además de sentencia a prisión de otros compañeros.

Propuesta:

1. Piden de este foro unión, solidaridad y pronunciamiento con el pueblo de Oaxaca.
2. Que se exija la presentación de los desaparecidos de Oaxaca.
3. Altos a los abusos contra el pueblo de Guajaca y la libertad de los presos politicos y de conciencia.

Intervención de compañera Silvia Cartagena del partido FMLN de El Salvador

Informe de los procesos electorales internacionales: Dada las experiencias desarrollas la izquierda ha cambiado su visión ya que ha podido comprobar que es posible el acceso al poder por la vía electoral si se consigue una “avalancha de votos” No seremos electoreros si se hace un gobierno de verdad que posibilite la consecución de una vida digna para las personas. Según palabras de schafik: “Los revolucionarios entramos al sistema para cambiar el sistema y no para el sistema nos cambie a nosotros”

Propuso:

1. Promover reformas electorales.
2. El papel de las alianzas en un programa común es determinante.
3. Especializarnos en la lucha electoral.
4. Hacer un uso efectivo de las encuestas y un análisis científico de ellas.
5. Los comités de bases y aparato de defensa del voto son determinantes para garantizar la victoria y la movilización del pueblo.
6. La lucha del electorado es permanente.
7. La solidaridad y cooperación de las fuerzas populares y revolucionarias es fundamental en la defensa de los procesos electorales.

Intervención del compañero Logan Raúl Martínez de la coordinadora Salvadoreña con el pueblo de Cuba

Denuncia. Referencia al pensamiento Martiano sobre la solidaridad, ejemplo de esto es que el pueblo de Cuba nunca ha dejado de asistir a Latinoamérica a pesar de las dificultades por las que atraviesa, por lo piden una muestra de solidaridad efectiva y militante de denuncia y apoyo al pueblo cubano de parte del foro.

Propuestas:

1. Denuncia y apoyo a los 5 compañeros cubanos.

2. Denuncia contra el bloqueo sistemático a Cuba.
3. Denuncia del plan de Bush por los planes atentados hacia los comités de solidaridad con Cuba a nivel internacional y el plan de desestabilización.
4. Denuncia hacia el gobierno de ARENA en el Salvador por el apoyo a Posada Carriles.
5. Saludos y deseos de salud al compañero Fidel.

Intervención del Compañero Adán Pérez Contreras de Convergencia de México

Propuso:

1. Para que el foro se fortalezca es necesarios que se revise lo administrativo, funcionamiento y estratégico.
2. Conformar un grupo de trabajo permanente con 1 representante de cada país que tenga como objetivo intercambiar información, analizar y proponer soluciones.
3. Vamos del debate al combate.

Intervención de la compañera Judith de partido FMLN de los Salvadoreños residentes en el exterior

Salvadoreños inmigrantes tomados en cuenta en la estructura del FMLN.

Propuso:

1. Formación del frente amplio como el instrumento de acción del foro.
2. Promover un centro de formación política en cada país.
3. Colaboración de los países progresistas para la promoción de un mercado de comercio equitable
4. Protección del medio ambiente.
5. Lucha contra la explotación de mujeres y niños.
6. Pronunciamiento en apoyo al pueblo de Guajaca.

Intervención del compañero Oscar Laborde del Frente Grande del Movimiento del Sur de Argentina

Comentario. Coincidencia con planteamiento de este foro y breve comentarios sobre la presidencia de Kichner. Falta de reconocimiento en el documento de la oposición de Argentina al TLC.

Intervención del Compañero Carlos Augusto Morales del PRD de México

Comentario. Los partidos de izquierda se siguen visualizando como una alternativa ante los gobiernos de derecha, sin embargo se debe revisar algunos indicios que pueden volverse alarmantes en el futuro.

Propuso:

1. Movilización hacia otros esquemas.
2. Promover la crítica y autocrítica.

Intervención del compañero Rossiña del PT de Brasil

Temas de reflexión:

1. Acomodamiento de algunos socialistas.
2. Cuando la izquierda gana los cuadros que forman ese gobierno salen del movimiento social lo que se constituye después en un problema.
3. Necesidad de movilización social en apoyo a las transformaciones de las políticas públicas.

Intervención del Compañero Obispo Aquilino López del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Denuncia sobre la explotación de los recursos naturales en el pueblo de origen indígena.

Propuso:

1. Pide resolución de protección al medio ambiente.
2. Fortalecimiento del poder local.

Intervención del compañero Oscar Aníbal del sector informal del comercio de El Salvador

Comentario: Una gran mayoría de la población económicamente activa pertenece al sector del comercio informal, que se ha incrementado alarmantemente en los últimos años por las medidas del modelo neoliberal.

Propuesta:

1. Que el documento del foro Sao Pablo busque alternativas sobre el tema de la propiedad intelectual en el TLC.

Intervención del compañero de Alianza Nueva Nación de Guatemala

Comentario. Los indígenas de AL están cansados de los abusos de los gobiernos de derechas sobre la explotación y expropiación de los recursos, quieren engañarlos como a sus antepasados.

Comparten que la lucha popular es efectiva cuando hay unidad poniendo como ejemplo el logro de detener la exploración y explotación minera en su pueblo de Totonecapan lo cual ha sido un logro del gobierno local de su pueblos.

Propuesta:

1. Formar un frente único contra los partidos de derecha.

Intervención del compañero Jorge Schafik del partido FMLN de El Salvador

Anuncios:

Reunión del grupo de trabajo mañana por la mañana.

Traslado mañana a la actividad de cierre, punto de reunión en el lobby del hotel.

DECLARACION FINAL DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Del 12 al 14 de enero del 2007, reunidos en San Salvador, El Salvador, con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como anfitrión, se desarrolló el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo con la participación de 596 delegados. Entre ellos, 219 representan 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias, procedentes de 33 países, así como 54 invitados de otras regiones del mundo. Destacamos el esfuerzo político y organizativo del FMLN que garantizó el desarrollo exitoso de este encuentro por lo que expresamos nuestro reconocimiento a la fraternidad y solidaria hospitalidad que nos brindaron los compañeros dueños de casa.

Cuatro grandes temas nos convocaron a este encuentro, en la búsqueda de una nueva etapa de integración latino americana y caribeña.

1- La formulación de políticas antineoliberales que fomentan una genuina democracia política, económica y social; el desarrollo sustentable; la igualdad plena de todos los seres humanos y una nueva integración solidaria

2 -La lucha contra el colonialismo, la injerencia imperialista, y a favor de la solución de los conflictos armados mediante procesos de paz en los que no se extinga, sino se reencauce, el avance de nuestros pueblos hacia la imprescindible transformación política, económica y social en beneficio de las mayorías y minorías oprimidas

3 - El enfrentamiento a la doctrina imperialista de seguridad hemisférica que promueve la militarización y,

4 - La relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y ciudadanos, y los gobiernos de izquierda y progresistas, y el papel que desempeña la solidaridad internacional.

Durante los trabajos del Encuentro se realizaron diferentes talleres nacionales e internacionales que analizaron y debatieron temáticas que fortalecen la construcción de líneas legislativas, y de políticas públicas cuyos resolutivos serán dados a conocer por medio de la publicación del documento base y los respectivos informes que resumen los debates de los distintos temas de discusión.

En este intercambio abierto, franco y pluralista que caracteriza al Foro de Sao Paulo, todas y todos coincidimos en que, pese a que el neoliberalismo sigue siendo la doctrina hegemónica impuesta por los centros de poder mundial, el enfrentamiento en ascenso de los pueblos a su secuela de concentración de la riqueza y masificación de la exclusión social, favorece una acumulación política sin precedentes por parte de la izquierda latinoamericana. Ese enfrentamiento es uno de los factores fundamentales que explica los triunfos electorales más recientes cosechados por la izquierda latinoamericana y caribeña, entre ellos, la segunda reelección del Presidente Hugo Chávez Frías en Venezuela, la reelección del presidente Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil, la elección del Presidente Rafael Correa en Ecuador y del Presidente Daniel Ortega en Nicaragua, cuyo pueblo venció el miedo, y aportan al proceso de cambios en la correlación de fuerzas en la región. Con esta batalla político electoral recuperó el Gobierno, que años antes había conquistado el triunfo de la revolución sandinista.

Los nuevos triunfos electorales de la izquierda se suman a los obtenidos con la elección del Presidente Tabaré Vázquez en Uruguay en octubre del 2004, la elección del Presidente Evo Morales Ayma en Bolivia, el primer líder indígena que logra la presidencia en un país de América latina en diciembre de 2005. Y a la presencia o apoyo de Partidos integrantes del Foro en otros Gobiernos de la Región, como es el caso de Michelle Bachelet en Chile y la presencia de Néstor Kiscner en Argentina. También se obtuvieron triunfos en varias naciones del Caribe. En Haíti el imperialismo norteamericano y la derecha local no pudieron consumar el fraude para evitar la elección del Presidente René Preval.

Junto a estas nuevas generaciones de gobiernos latinoamericanos de izquierda o progresistas que se fortalecen con la primera elección de Chávez en diciembre de 1998, se yergue la revolución cubana con sus 48 años de lucha y resistencia. Aunque no en todas las elecciones presidenciales triunfaron los candidatos de izquierda o progresistas, durante los comicios desarrollados en 2006 en México, Perú y Colombia se manifestó una importante acumulación política. A todo ello se suman, las bancadas de izquierda en las legislaturas nacionales y parlamentos de integración y en los numerosos estados, provincias o departamentos, y los aún más numerosos municipios y gobiernos locales gobernados por la izquierda a todo lo largo y ancho de América Latina y el Caribe. Estos avances en el terreno político y electoral crean condiciones favorables sin precedentes para avanzar hacia la derrota política e ideológica definitiva del neoliberalismo en nuestra región, pero al mismo tiempo comprometen a los partidos y movimientos políticos de la izquierda latinoamericana y caribeña a actuar acorde con las expectativas depositadas en ellos por los pueblos, so pena de que sus gobiernos sea solo un breve lapso tras el cual se recicle la dominación neoliberal.

En estos albores del siglo XXI en que los pueblos latinoamericanos y caribeños comienzan a hacer valer su soberanía, autodeterminación e independencia para romper con el neoliberalismo patriarcal, y emprender políticas propias de desarrollo económico y social, el colonialismo es un anacronismo aun mas ultrajante que antes, por lo que todos y todas quienes conformamos el Foro de Sao Paulo nos comprometemos a redoblar nuestra lucha por la autodeterminación e independencia de las colonias que subsisten en la región, como Puerto Rico, Martinica, Curazao entre otros.

También luchamos contra el Plan Colombia, la Iniciativa regional Andina y el resto de los mecanismos de injerencia e intervención impuestos por el imperialismo norteamericano como parte de su sistema de dominación continental, amparados en la doctrina de seguridad hemisférica, que utiliza como pretextos el combate al crimen organizado, al narcotráfico y al terrorismo, para ampliar y profundizar, la militarización de la región y la criminalización de la lucha popular. Demandamos una solución política negociada, para resolver el conflicto armado de Colombia. En la actualidad, son requisitos para el logro de la paz democrática, la autodeterminación, la soberanía y la consolidación de los cambios democráticos en América Latina y el Caribe.

La violencia también ha golpeado a las mujeres, las cuales son objeto de feminicidios, violencia doméstica, acoso sexual, violencia laboral y agresiones de las tropas agresoras y los gobiernos títeres. Nos pronunciamos por la erradicación de la violencia contra la mujer.

Levantamos las banderas que se identifican con la defensa de los derechos de los pueblos indígenas del Continente, reivindicamos la interculturalidad y la condición plurinacional y étnica de varios países de América Latina.

Desde nuestras respectivas realidades nos comprometemos a levantar una corriente de opinión, como parte de un movimiento, que exija el cumplimiento de los acuerdos de Paz en El Salvador y Guatemala.

Expresamos nuestra solidaridad con la revolución cubana, hacemos votos por la pronta y efectiva recuperación del Presidente Fidel Castro Ruz, reafirmamos nuestra condena al bloqueo imperialista, exigimos la libertad de los cinco cubanos injustamente presos en cárceles estadounidenses por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

Expresamos nuestra solidaridad con Evo Morales y respaldamos su postulación al Premio Nobel de la Paz.

El foro de Sao Paulo ha concluido en su XIII encuentro que los pueblos de Latinoamérica y del caribe, estamos en la hora de sentar las bases para la derrota integral del neoliberalismo patriarcal y avanzar en la construcción de la alternativa al sistema imperante.

Esto requiere de una acción articulada y una relación respetuosa y complementaria entre los partidos, movimientos y coaliciones políticos de izquierda y la diversidad de organizaciones y movimientos populares y sociales. Lo que nos permitirá construir las alianzas políticas y sociales, para hacer avanzar en cada país, un amplio frente de lucha que integre a todos los sectores populares y democráticos afectados por las políticas del modelo dominante.

Esta es una condición indispensable para la realización y consolidación de las transformaciones de nuestras sociedades en el terreno económico, social, ideológico y cultural.

Premisas básicas de la construcción del modelo alternativo, que en más de un lugar se define, con una perspectiva socialista, son la conquista de la independencia nacional y regional, la justicia social, la democracia política y social, la integración regional y continental basada en la cooperación, el internacionalismo y solidaridad entre los pueblos, la defensa y desarrollo de nuestros recursos naturales y de la biodiversidad, y la erradicación de toda forma de discriminación en contra de las mujeres y los pueblos originarios.

El objetivo primordial del modelo alternativo es el bienestar y dignificación de la gente, los pueblos y los países de América Latina.

En las nuevas condiciones históricas que viven América Latina y el Caribe, los partidos miembros del Foro de Sao Paulo nos sentimos comprometidos a volcar todos nuestros esfuerzos políticos, materiales y solidaridad para hacer realidad esta gran oportunidad histórica de derrotar al Neoliberalismo y entrar en el camino de la construcción de esa nueva sociedad justa y democrática.

En la proyección de la cultura construida en el Foro, de sentir propia cada batalla democrática que dan las organizaciones miembros, comprometemos nuestra solidaridad con los compañeros de la ANN y URNG de Guatemala que enfrentarán elecciones en Septiembre próximo, al igual que con todas las fuerzas, miembros del FSP, que también viviran procesos electorales.

El fortalecimiento de la consecuencia, y unidad de nuestros Partidos y del Foro de Sao Paulo, la ética

en el ejercicio del poder público, la superación del sexismo, la profunda vinculación con el pueblo, y la solidaridad internacional, son y serán nuestras mejores armas para acometer con éxito las batallas venideras.

El Foro de Sao Paulo se compromete a defender los procesos de cambios en marcha y desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos y la lucha de los pueblos.

El fraterno y franco debate del Foro, tuvo como importante aporte el documento base elaborado y presentado por el Grupo de Trabajo. El que fue enriquecido por el intercambio realizado. Las delegaciones asistentes hicieron propio las propuestas contenidas en el documento: 1.- La publicación de un boletín electrónico mensual. 2.- La constitución de una escuela continental de formación política. 3.- La realización de un Festival político cultural . 4.- La creación de un observatorio electoral. 5.- Desarrollar una política dirigida hacia la juventud y de promoción del arte y la cultura. El Grupo de Trabajo se abocará a discutir las medidas que permitan su implementación.

El propósito de estas iniciativas debieran permitir una mayor capacidad para fomentar el debate político, el intercambio de experiencias y para lograr que el Foro sea un instrumento más eficaz y permanente para articular el trabajo político de los Partidos y movimientos miembros.

Los avances de este encuentro, nos permiten cifrar expectativas en el desarrollo de capacidades para responder a los desafíos que nos impone el avance de la lucha de nuestros pueblos. Y pasar a una nueva etapa en la actividad del Foro.

El Foro, rindió homenaje y manifestó su reconocimiento al gran dirigente Shafik Handal, destacando su ejemplar compromiso, que caracterizó su consecuencia en la lucha por la emancipación de los pueblos.

XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo. San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero de 2007.

RESOLUCION FSP - EL SALVADOR

LOS DELEGADOS Y DELEGADAS AL XIII FORO DE SAO PAULO
CONSIDERANDO:

I. Que el 16 de enero del 2007 se cumplen 15 años de la firma de los Acuerdos de paz entre el FMLN y el Gobierno, acontecimiento histórico que abrió un inicial proceso de democratización política en El Salvador.

II. Que el próximo 24 de enero se cumple un año del irreparable fallecimiento del líder histórico Jorge Handal, quien dedicó lo mejor de su vida a la causa revolucionaria y quien a su vez, trabajó intensivamente por el fortalecimiento del Foro de Sao Paulo.

III. Que el 10 de enero recién pasado el FMLN cumplió 26 años de lucha revolucionaria por la paz, la justicia social y la democracia en la cual millares de los mejores hijos e hijas del pueblo salvadoreño ofrendaron sus vidas.

POR ESTAS TRASCENDENTALES RAZONES EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESUELVE:

I. Expresar nuestro reconocimiento al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, por su aporte histórico a la lucha por la justicia social, la paz y autodeterminación del pueblo salvadoreño.

II. Expresar nuestro reconocimiento a su lucha por conquistar mejores condiciones de vida para el pueblo, particularmente en su esfuerzo por la seguridad ciudadana efectiva, la real democratización electoral y el avance hacia la construcción de la paz social.

III. Expresar nuestra solidaridad hacia el FMLN y el pueblo salvadoreño para que en el año 2009 cristalice su legítima aspiración del cambio indispensable que abra las compuertas a una mejor calidad de vida para la gente y hacia una sociedad próspera, democrática y solidaria.

Asimismo, agradecemos su hospitalidad fraterna para la gran familia del Foro de Sao Paulo.

RESOLUCION FSP SOBRE CUBA

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo refrenda su apoyo solidario al pueblo y Gobierno de Cuba y resuelve a la vez.

1. Reiterar su rotunda condena al demencial bloqueo económico y a la secuela de sufrimientos humanos, causados a ese mil veces heroico pueblo hermano, por esa lesiva política contra el Derecho Internacional.
2. Exigir justicia para los cinco patriotas Cubanos dedicados a la lucha contra el terrorismo, hoy prisioneros de la Administración Bush.
3. Presentar sus unánimes votos por la salud de Fidel.

RESOLUCION SOBRE SOLIDARIDAD CON OAXACA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo conoció la lucha del pueblo mexicano de Oaxaca y acordó:

I. Manifestar su solidaridad con la Asamblea Popular con los Pueblos de Oaxaca, APPO.

II. Pronunciarse por el alto a la represión y criminalización de las propuestas del pueblo organizado.

III. Reclamar la presentación con vida de los desaparecidos, la libertad de todos los presos políticos y de conciencia de México.

IV. El castigo a los responsables de las acciones contrainsurgentes contra la resistencia popular.

V. El castigo a Ulises Ruíz Ortiz, genocida y mal gobernante de Oaxaca.

RESOLUCION FSP - SOBRE EL SECUESTRO DE JORGE LOPEZ DE ARGENTINA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reclama la aparición con vida del compañero argentino **JORGE JULIO LOPEZ**, secuestrado cuatro meses atrás.

López había sido secuestrado hace 30 años y ahora con su testimonio fue la clave para condenar al Comisario MIGUEL TCHECOLATZ por crímenes de lessa humanidad, por su papel como torturador y asesino durante la dictadura militar. Su desaparición es una amenaza para miles de testigos que se aprestan a declarar en la continuidad de los juicios contra los responsables de 30 mil compañeros secuestrados y asesinados.
Este encuentro hace llegar su solidaridad al Movimiento Popular que lucha por la aparición de Jorge López y transmite al Presidente Néstor Kirchner el apoyo militante para hallar a López y desmantelar los aparatos represivos y conspirativos remanentes de la dictadura militar, al servicio del imperialismo y la oligarquía contra el pueblo argentino.

**RESOLUCION FSP - SOBRE LA
POLITICA MIGRATORIA DE ESTADOS UNIDOS.**

1- Durante las últimas décadas como parte de los fundamentos del Modelo Neoliberal, las distintas administraciones estadounidenses han impulsado políticas que criminalizan la migración latinoamericana y caribeña asimilándola al terrorismo y a la delincuencia organizada. Estas políticas implican modificaciones a las legislaciones federales y estatales para aplicar medidas que violentan los derechos elementales: a la vida, a la salud, a la educación, a condiciones laborales justas, al libre tránsito.

2- La aprobación en el Congreso de Estados Unidos de más recursos para la continuidad de la construcción de un muro con tecnología de punta para la vigilancia fronteriza, la movilización de miles efectivos militares proveniente de la zona de intervención en el Medio Oriente hacia la frontera México-Estados Unidos, la velada protección a los Minuteman de las autoridades obligadas a impedir sus acciones de caza criminal de migrantes, así como otras medidas, representan la expresión de la doctrina de Seguridad Hemisférica ante un problema cuyas raíces multifactoriales deberían ser atendida en razón de la naturaleza social, económica y política del fenómeno migratorio.

RESOLUCION FSP - SOBRE LA OTAN

EL XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007.
Tomando en cuenta que los días 7 y 8 de febrero de este año se reunirán en Sevilla, España los ministros de Defensa de la OTAN, alertamos sobre los peligros de nuestra época, llamamos a la movilización de todas las fuerzas de la paz y del progreso social, para evitar que el capitalismo arroje al mundo a la catástrofe, como lo hizo en el siglo pasado, expresamos nuestra confianza profunda que otro mundo, un mundo socialista, es posible, y por ello reclamamos el desmantelamiento de las bases militares **norteamericanas desplegadas en todos los Continentes, la desmilitarización de la seguridad, la reducción de los gastos militares, la prohibición y destrucción ecológica de los arsenales de armas de destrucción masiva** y la disolución de la OTAN **en el marco de un Nuevo Concepto de Seguridad Humana, desmilitarizado, que resuelva el principal problema de la Humanidad: el hambre, la pobreza, la desigualdad, la enfermedad y la injusticia.**
Nuestro compromiso es la Paz.

RESOLUCION FSP - EVO MORALES NOBEL DE LA PAZ

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve apoyar la candidatura de Evo Morales para Premio Nóbel de la Paz 2007, a solicitud del CONGRESO BOLIVARIANO DE LOS PUEBLOS, MOVIMIENTO PUEBLOS UNIDOS POR NUESTRA AMERICA / MP-UNA.
El 6 de diciembre de 2006, el Premio Nóbel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, presentó oficialmente la candidatura de **Evo Morales** para Premio Nóbel de la Paz 2007.
Para dar fuerza esta significativa postulación, apoyamos la Campaña Internacional a fin de recabar adhesiones y apoyos que brinden un sólido respaldo para quien es cabal merecedor de tan distinguido galardón.

Llamamos a los pueblos a unirse contra el imperialismo, en la lucha por la paz, la soberanía y la unidad de Nuestra América.
En la Ciudad de San Salvador, a los catorce días del mes de enero de Dos Mil Siete.

RESOLUCION FSP - SOBRE PUERTO RICO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reafirma su respaldo activo y militante a la lucha de independencia de Puerto Rico, nación Caribeña y Latinoamericana que enfrenta desde hace más de un Siglo, la ocupación militar, económica y política del imperialismo norteamericano.

Igualmente el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresa su solidaridad con la excarcelación de los patriotas Puertorriqueños presos en cárceles de Estados Unidos y el reclamo de que el caso colonial de Puerto Rico sea considerado en un futuro cercano por la Asamblea general de la ONU.

ALUDO A LOS 50 AÑOS
DEL SEMANARIO COLOMBIANO "VOZ"

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 207.
SALUDA:
El cincuenta aniversario de VOZ, semanario del Partido Comunista Colombiano, cuya existencia ininterrumpida representa un caso excepcional de la prensa revolucionaria en Colombia.
En este tramo de historia, VOZ ha expresado el sentir de los humildes. Ha denunciado sin vacilaciones la represión, la guerra sucia, la corrupción y el paramilitarismo, erigidos en política de Estado por las oligarquías colombianas.
VOZ se ha hecho canal expresivo de los procesos unitarios que enriquecen la lucha popular colombiana, en particular el Polo Democrático Alternativo.
Levanta con fuerza la bandera de la paz democrática con justicia social, con la exigencia de una solución política negociada del conflicto armado histórico y acuerdos para el intercambio humanitario.
Proclama la reconquista de la soberanía del pueblo colombiano para definir su destino en vínculo estrecho con los hermanos de América Latina, cuyo horizonte delinea el Foro de Sao Paulo de los partidos políticos.

RESOLUCION FSP - SOBRE COLOMBIA

El XIII Encuentro del foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007,

1- Expresa su solidaridad con la lucha del pueblo colombiano por la vida, la democracia, la paz, y los derechos de las víctimas a la justicia, la verdad y la reparación por las violaciones de los derechos humanos y los crímenes atroces cometidos por grupos narcoparamilitares y fuerzas estatales, y aboga por el cese total de la impunidad.

2- Reitera su compromiso con la paz en Colombia por una salida política negociada al conflicto armado interno que favorezca el tránsito a la democracia plena, la justicia social, la soberanía y el total respeto de los derechos humanos y las libertades públicas.

3- Reclama la urgencia de intercambios humanitarios para liberación de las personas secuestradas, prisioneros de guerra y presos políticos. Se opone al rescate por vía militar de las personas privadas de la libertad.

4- Apoya la lucha de los trabajadores por sus derechos fundamentales, rechaza las reformas antilaborales, los nuevos impuestos destinados a la guerra, la reducción de las transferencias para salud y educación. Respalda las movilizaciones contra el TLC y contra las medidas impuestas por el FMI.

5- Saluda los procesos unitarios, en particular, el surgimiento del Polo Democrático Alternativo, PDA; que expresa la unidad de la izquierda y le desea los mayores logros y aciertos en su labor por los cambios, especialmente en el compromiso de las elecciones regionales y locales de octubre de 2007.